

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

21



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2014

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 21 • 2014



Editores Científicos: João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2014

Estudos Arqueológicos de Oeiras é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor João Zilhão (Universidade de Barcelona e ICREA)
- Doutor Laure Salanova (CNRS, Paris)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professor Doutor Rui Morais (Universidade do Minho)

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 21 • 2014 ISSN: 0872-6086

EDITOR CIENTÍFICO - João Luís Cardoso
DESENHO E FOTOGRAFIA - Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO - M. Fernandes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Gráficas Amares, Lda. - Amares - Tel. 253 992 735

DEPÓSITO LEGAL: 97312/96

ÍNDICE GERAL / CONTENTS

PAULO VISTAS

Prefácio

Foreword 5

JOÃO LUÍS CARDOSO, FRANCISCO MAGRO, JOSÉ BETTENCOURT, JORGE FREIRE,
MÁRIO JORGE ALMEIDA & FRANCISCO REINER

São Julião da Barra (Oeiras). Estudo numismático dos exemplares existentes na Direcção Geral do Património Cultural, no Museu Nacional de Arqueologia e no Museu de Marinha (século XVII)

São Julião da Barra (Oeiras). Numismatic study of the coins of the seventeen century kept at Direcção Geral do Património Cultural, Museu Nacional de Arqueologia and Museu de Marinha 9

RUI BOAVENTURA & JOÃO LUÍS CARDOSO

Carlos Ribeiro (1813-1882) e as antas de Belas: um contributo para a História da Ciência em Portugal no século XIX

Carlos Ribeiro (1813-1882) and the dolmens of Belas: a contribution for the History of Science in Portugal during the nineteenth century 35

DANIEL GARCÍA RIVERO & MICHAEL J. O'BRIEN

De entre los muertos. Las placas de pizarra grabadas del Neolítico Final del suroeste de la península ibérica

Among the dead. Late Neolithic engraved slate plaques from the Southwestern Iberian Peninsula 81

VICTOR S. GONÇALVES, MARCO ANTÓNIO ANDRADE² & ANDRÉ PEREIRA

As placas votivas (e o báculo) da Lapa da Galinha, na primeira metade do 3.º milénio a.n.e.

The votive plaques (and the cross) from Lapa da Galinha, in the first half of the Third Millenium BCE 109

ANA MARIA SILVA, RUI BOAVENTURA, JOÃO PIMENTA, CLEIA DETRY & JOÃO LUÍS CARDOSO

Perscrutando espólios antigos: A gruta de Pedra Furada 1 (Vila Franca de Xira)

Examining old remains: The cave of Pedra Furada 1 (Vila Franca de Xira) 159

JOÃO LUÍS CARDOSO

A sepultura calcolítica da gruta da Ponte da Laje (Oeiras)

The Chalcolithic individual grave of Ponte da Laje cave (Oeiras) 183

ANTÓNIO CARLOS VALERA, HELMUT BECKER & CLÁUDIA COSTA

Os recintos de fossos pré-históricos de Monte da Contenda (Arronches) e Montoito 2 (Redondo)

Prehistoric ditched enclosures of the Monte da Contenda (Arronches) and Montoito 2 (Redondo) 195

JOÃO LUÍS CARDOSO	
O povoado calcolítico fortificado da Moita da Ladra (Vila Franca de Xira, Lisboa): resultados das escavações efectuadas (2003-2006)	
<i>The chalcolithic fortified settlement of Moita da Ladra (Vila Franca de Xira, Lisboa): results of the excavations realized between 2003 and 2006.</i>	217
JOÃO LUÍS CARDOSO	
A presença campaniforme no território português	
<i>Bell-Beaker productions from the Portuguese territory</i>	295
VASCO LEITÃO & JOÃO LUÍS CARDOSO	
O Bronze do Sudoeste na cidade de Lisboa: o vaso da encosta de Sant'Ana	
<i>Southwest Bronze Age Culture in Lisbon city: the encosta de Sant'Ana vessel</i>	349
JOÃO LUÍS CARDOSO & MARIA JOÃO SOUSA	
O Bronze Final na serra de Sintra	
<i>The Late Bronze Age at Sintra's mountain range</i>	361
JOÃO PIMENTA & ANA MARGARIDA ARRUDA	
Novos dados para o estudo dos Chões de Alpompé – Santarém	
<i>New data from Chões de Alpompé – Santarém</i>	375
JOÃO LUÍS CARDOSO, ANA MARGARIDA ARRUDA, ELISA SOUSA & MIGUEL REGO	
Outurela I e Outurela II, dois pequenos sítios da Idade do Ferro a norte do estuário do Tejo (Concelho de Oeiras)	
<i>Outurela I and Outurela II, two small Iron Age settlements north of the Tagus estuary.</i>	393
ANTÓNIO MANUEL CAVALEIRO PAIXÃO (Nota introdutória e organização de JOÃO LUÍS CARDOSO)	
A necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). Novos elementos para o seu estudo	
<i>The necropolis of Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal, Portugal). New data.</i>	429
MARTÍN ALMAGRO-GORBEA	
<i>Palambrio</i> : una palabra “lusitana” actual derivada de la raíz *pala-, “piedra”	
<i>Palambrio: an actual “lusitanian” word from *pala-, “piedra”</i>	461
JOÃO LUÍS CARDOSO	
Abel Viana (1896-1964): uma vida de arqueólogo	
<i>Abel Viana (1896-1964), the life of an archaeologist</i>	475
ANA ÁVILA DE MELO & JOÃO LUÍS CARDOSO	
Virgínia Rau. Uma medievalista na Pré-História	
<i>Virgínia Rau. A Medieval Historian in the Prehistory</i>	511
RAQUEL VILAÇA	
<i>Estudos Arqueológicos de Oeiras</i> , 20, 2013. “O livro e seus conteúdos”	547
CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS	
Relatório das Actividades desenvolvidas em 2014	551

PREFÁCIO

O volume 21 dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* constitui mais uma afirmação clara das capacidades de intervenção do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, no domínio da investigação e, ao mesmo tempo, da inventariação e divulgação do Património Arqueológico. Trata-se de volume de conteúdos variados, interessando realidades arqueológicas que ultrapassam os limites geográficos concelhios, única forma de estas, como há muito foi reconhecido, poderem ser devidamente compreendidas e interpretadas. Ao assumir-se como revista de índole regional, e não apenas local, impossibilidade inerente à própria natureza da investigação científica efectuada, a revista afirmou-se, no panorama arqueológico nacional, como a mais relevante publicação periódica anual editada por uma autarquia, projectando-se internacionalmente, mercê das permutas estabelecidas e mantidas como publicação de referência que é.

No âmbito estrito da arqueologia concelhia, são de sublinhar três contributos. O primeiro refere-se ao estudo numismático do espólio recolhido, desde a década de 1970, no litoral adjacente à fortaleza de São Julião da Barra, actualmente guardado em diversas instituições, como a Direcção Geral do Património Cultural, o Museu Nacional de Arqueologia e o Museu de Marinha. A concretização deste estudo envolveu decerto assinalável esforço por parte dos seus autores e espírito de colaboração, por parte das entidades envolvidas, que cumpre assinalar, constituindo, ao mesmo tempo, por se tratar de cargas naufragadas de navios oriundos da América do Sul, contributo muito relevante para o conhecimento da política monetária dos séculos XVII e XVIII dos dois países ibéricos.

Dois outros contributos para a arqueologia oeirense se destacam. Um deles respeita às duas “quintas” da Idade do Ferro, Outurela 1 e Outurela 2, objecto de escavações na década de 1980, que sublinham o pendor agrícola dos habitantes de então, o qual se prolongou até à modernidade, mercê da fertilidade das terras basálticas, propiciando diversas e pródigas culturas, desde cereais a pomares. O outro contributo respeita ao estudo de uma sepultura identificada à entrada da gruta da Ponte da Laje, cuja datação absoluta obtida, cerca de 2750 anos a.C. permitiu discutir a relação entre a formação de necrópoles colectivas, por um lado, e a manutenção das práticas de tumulação individuais, no decurso do 3.º milénio a.C. no centro e sul do actual território português.

O volume insere outros estudos que interessam espaços geográficos mais alargados, valorizando, por essa via, os resultados obtidos localmente, conferindo-lhes novas e mais profundas perspectivas. Neste aspecto, são de destacar o estudo interessando a antiga língua dos Lusitanos, da autoria do eminente arqueólogo madrileno Prof. Doutor D. Martín Almagro Gorbea, que integra o Conselho Assessor da revista; a síntese sobre as manifestações campaniformes do território português, em que o concelho de Oeiras é tão pródigo, da autoria do Prof. Doutor João Luís Cardoso; o contributo do Doutor António Carlos Valera, sobre os recintos de fossos do Neolítico Final e do Calcolítico alentejanos, que se contrapõem á arquitectura defensiva de pedra por essa mesma altura utilizada na Extremadura; e, enfim, o estudo sobre as placas de xisto recolhidas na gruta da

Galinha, da autoria do Prof. Doutor Victor S. Gonçalves, que evidencia a conexão que, pela mesma época, existia com o interior alto-alentejano. A esta mesma temática se reporta importante estudo, da autoria dos Professores Daniel Garcia Rivero e Michael O'Brien.

A publicação dos trechos mais relevantes da Tese de Licenciatura apresentada em 1970 pelo Dr. António Cavaleiro Paixão, desaparecido do nosso convívio em 2014, a qual se mantinha por publicar, constituiria apenas uma justa homenagem a este amigo da Arqueologia Oeirense, se não fosse a extraordinária importância científica dos resultados por ele obtidos nas escavações que realizou na célebre necrópole da Idade do Ferro do Olival do Senhor dos Mártires, evidenciando uma realidade cultural depois observada também na região oeirense, que consiste na mescla dos influxos mediterrâneos, aqui chegados por via marítima, com os continentais, que atingiram, na mesma época, o litoral atlântico.

No campo da História da Arqueologia em Portugal, os “Estudos Arqueológicos de Oeiras” têm publicado, em diversos números, relevantes contributos. Neste, destaca-se o estudo dedicado à actividade arqueológica da Prof.^a Doutora Virgínia Rau (1907-1973). Tendo-se notabilizado internacionalmente pelos seus estudos sobre as Épocas Medieval e Moderna, era até ao presente totalmente desconhecida a sua actividade no domínio da Arqueologia, mormente no que se refere aos contornos institucionais e universitários que a mesma revestiu e às relações estabelecidas com outros colegas pré-historiadores, agora desvendados pela publicação de documentação inédita, conservada no Arquivo da Universidade de Lisboa e no da Faculdade de Letras de Lisboa, bem como no Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia.

O volume termina, como habitualmente, com a publicação do Relatório de Actividades do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, serviço cujas competências no domínio da investigação, inventariação, divulgação e animação do Património Arqueológico concelhio se encontram estabelecidas no Regulamento Orgânico do Município de Oeiras em vigor desde 2014. É neste âmbito que a publicação dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, cujo início remonta a 1991 se enquadra, constituindo os 21 volumes publicados desde então, para além de diversas monografias, precioso repositório documental, patrimonial e científico, e uma das formas mais expressivas do verdadeiro serviço público que, por esta via, é prestado pela Autarquia.

É por isso que, em meu nome pessoal, e no de Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, agradeço a todos os autores que intervieram no presente volume, e de forma muito particular, ao Prof. Doutor João Luís Cardoso que, com a sua pertinácia e dedicação tornou possível a sua concretização, que muito honra o Município de Oeiras, o qual, assim, também neste difícil domínio que é a Arqueologia, se assume e distingue como espaço de produção de conhecimento e de cultura.

Oeiras, 4 de Maio de 2015

O PRESIDENTE

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Paulo Vistas', written in a cursive style with a long horizontal stroke at the end.

(Paulo Vistas)

**SÃO JULIÃO DA BARRA (OEIRAS).
ESTUDO NUMISMÁTICO DOS EXEMPLARES EXISTENTES NA DIRECÇÃO GERAL
DO PATRIMÓNIO CULTURAL, NO MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
E NO MUSEU DE MARINHA (SÉCULO XVII)***

***SÃO JULIÃO DA BARRA (OEIRAS).
NUMISMATIC STUDY OF THE COINS OF THE SEVENTEEN CENTURY KEPT
AT DIRECÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL,
MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA AND MUSEU DE MARINHA***

João Luís Cardoso,¹ Francisco Magro,² José Bettencourt,³ Jorge Freire,³
Mário Jorge Almeida⁴ & Francisco Reiner⁵

Abstract

This paper presents a set of coins recovered during diving activities in front of São Julião da Barra (Oeiras) fortress and that are now deposited in Direcção Geral do Património, Museu Nacional de Arqueologia (National Museum of Archaeology) and Museu de Marinha (Marine Museum). From this set of 507 coins, the authors could classify 119 coins and only 25 of the classified coins are Portuguese. This set came from a shipwreck or most probably several shipwrecks that happened in Lisbon's inlet mainly during the seventeenth century. The majority of the studied coins, both Portuguese and Spanish can be dated between 1620 and 1700. The Spanish set of coins most of it in silver, were coined in Bolivia (Potosí), Mexico (Mexico city) and Peru (Lima) has "reales de a ocho", "de a cuatro", "de a dos" and "de a uno" and its metrological study demonstrates that the silver valorization during Philip IV reign also applied in the colonial mints of Spanish America.

Keywords: Lisbon harbour entrance, São Julião da Barra, seventeen century, shipwrecks, Spanish Colonial silver coins.

1 – CONDICIONANTES GEOGRÁFICAS

São Julião da Barra constitui proeminente esporão rochoso integralmente implantado no actual concelho de Oeiras, limitado a Oeste pela praia de Carcavelos e a Este pela praia da Torre, situando-se na margem norte do Canal Norte da barra do Tejo o qual, presentemente, possui uma largura máxima de 500 m, tendo

*A preparação e coordenação deste trabalho, bem como a redacção na sua forma final deve-se ao primeiro signatário, com base em contributos numismáticos do segundo signatário. J.B. e J.F. forneceram a maioria dos elementos que constam do capítulo 2; M.J.A. e F.R. forneceram toda a documentação relativa ao achado do conjunto numismático agora publicado.

¹ Universidade Aberta e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). cardoso18@netvisao.pt

² Academia Portuguesa da História.

³ Centro de História d'Aquém e d'Além Mar – FCSH/UNL-UAç (CHAM).

Museu Nacional de Arqueologia.

Investigador independente.



Fig. 1 – Trecho da barra do Porto de Lisboa, evidenciando-se o esporão rochoso de S. Julião da Barra e os dois canais de entrada, ambos com evidentes perigos e dificuldades. Pormenor da gravura sobre cobre “Plan du Port de Lisbonne et des costes voisines, dressée au deposit des Cartes, Plans et Journaux de la Marine”. 1756 (arquivo de J.L.C.).

como limite, a Sul, o Cachopo Norte. A natureza dos fundos, junto à fortaleza, é maioritariamente rochosa, notando-se no entanto assinalável variação da litologia dos afloramentos cretácicos, de natureza carbonatada (Cenomaniano Inferior e Médio).

Trata-se de área litoral de alta energia, denotada pela existência de seixos rolados dispersos pelos fundos, os quais apresentam por isso profundas alterações sazonais na sua cobertura, consoante a dominância da erosão sobre a sedimentação, ou vice-versa.

Esta posição natural marca a entrada do rio Tejo no Atlântico. Possui, por isso, uma importância histórica fundamental no respeitante à ocupação da cidade de Lisboa e do seu território, permitindo compreender a longa continuidade e a dinâmica milenária da ocupação do seu território vislumbrada a partir das sucessivas presenças humanas nela identificadas, das rotas de navegação, das vivacidades portuárias e comerciais. Por isso, a embocadura do Tejo constituiu-se desde muito cedo como palco de uma intensa actividade náutica de que resultaram, pelas características geográficas aludidas, numerosos naufrágios (Fig. 1).

Não obstante, a caracterização e a dispersão de cada contexto não está ainda arqueologicamente determinada, carecendo de critérios de análise e interpretação seguros, cuja fundamentação se deve basear no conhecimento prévio global da realidade que deverá ser depois detalhadamente caracterizada e pormenorizada. As ocorrências patrimoniais registadas em São Julião da Barra permitiram estabelecer uma zona de estudo com base em duas referências naturais: Ponta de Rana e Santo Amaro de Oeiras, entre as batimétricas dos 0 m e dos 10 m (ZH).

2 – ANTECEDENTES

2.1 – Generalidades

O complexo arqueológico de São Julião da Barra é conhecido sobretudo pelo impacto que teve no Pavilhão de Portugal durante a realização da EXPO'98, que lhe conferiu visibilidade pública, alicerçada na inquestionável importância científica que desde logo foi reconhecida a este complexo arqueológico, o qual, contudo, nos anos seguintes, não foi acompanhado pelas iniciativas que teriam assegurado a sua cabal e adequada valorização científica e cultural.

A primeira peça de interesse histórico-arqueológico, um canhão de bronze, foi recuperada em 1972 e encontra-se no Museu do Mar de Cascais. Entre 1976 e 2005, a zona foi alvo de recolhas não oficiais, que conviveram com a realização de algumas campanhas de escavação e monitorização. A vasta diacronia dos materiais recolhidos, somada ao facto de nem sempre os achados se encontrarem devidamente registados, cria hoje dificuldades à análise arqueológica de muitos deles, que deverá ser encarada numa dupla perspectiva: a gestão e estudo integrado do património cultural subaquático, acompanhada pela protecção e monitorização dos vestígios identificados e preservados *in situ*.

Tendo presentes os dois princípios enunciados, foi assinado em Maio de 2013 Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Oeiras e o CHAM, relativo ao litoral oeirense, o qual teve o seu desenvolvimento natural na elaboração de um Projecto de Investigação desenvolvido em parceria pelas referidas entidades, cuja aprovação, em 2014, pela Direcção-Geral do Património Cultural, permitiu que a campanha arqueológica subaquática realizada até Dezembro, e que incidiu no litoral adjacente às praias da Torre e de Santo Amaro de Oeiras, fosse realizada já ao abrigo do referido Projecto.

2.2 – História das investigações

A análise da documentação permite considerar cinco grandes ciclos na exploração do complexo arqueológico entre 1976 e 2005, a saber: 1976-1991, 1993-1995, 1996-1998, 1999-2001 e 2005.

A documentação existente relacionada com o primeiro daqueles ciclos (1976-1991) é escassa. Os primeiros achados, realizados por Guilherme Cardoso, foram declarados, em 1976, pelo Museu do Mar de Cascais à Capitania do Porto de Cascais (CASTRO, 1999, p. 7; COELHO, 2008, p. 13), somando-se a algumas notas e informações trocadas entre o Museu Nacional de Arqueologia e a 1.ª Secção do Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) ou a Actas de reuniões desse mesmo órgão consultivo.

Logo em 1976 realizaram-se trabalhos sérios e com assinalável rigor metodológico, como é o caso dos registos gráficos realizados por Guilherme Cardoso e por um de nós (M.J.A.) dos canhões existentes na área submersa adjacente a sul da fortaleza, a que se seguiu a recolha, em 1982, de parte das moedas agora estudadas, igualmente objecto de um registo cuidadoso, como adiante se verá, evidenciando a consciência e responsabilidade com que os respectivos intervenientes encaravam as suas intervenções no local como arqueólogos subaquáticos.

Tais achados conduziram à crescente tomada de consciência da importância da zona enquanto sítio arqueológico. Para esta tomada de consciência muito contribuiu a recolha, junto à praia da Torre, em Julho de 1989, de dois peitorais de ferro do século XVII (DAEHNHARDT, 1989), adquiridos por intervenção de um dos signatários (J.L.C.) pela Câmara Municipal de Oeiras, integrando actualmente o acervo do Museu da Pólvora Negra,

em Barcarena (Fig. 2). Muito embora dificilmente se possa aceitar que estes dois peitorais tenham permanecido, desde o século XVII, debaixo de água, pois a sua corrosão é incompatível com tão prolongado período de tempo, foi a sua publicação, de certo modo, que justificou, a par de outros importantes achados entretanto realizados, o início do segundo ciclo das investigações no complexo arqueológico subaquático de SJB.

Os trabalhos desenvolvidos entre 1993-1995, que correspondem ao segundo ciclo de trabalhos, assumiram contornos pioneiros, do ponto de vista metodológico, no contexto da arqueologia subaquática em Portugal, tendo sido realizados sob a égide de Arqueonáutica, Centro de Estudos, e a responsabilidade de Francisco Alves (ALVES, 1993). Em 1994 realizou-se a prospeccção extensiva na subzona SJB1, onde se tinham anteriormente identificado e registado graficamente por um de nós (M.J.A.) os 19 canhões e uma âncora de ferro (Fig. 3), e o reconhecimento de uma segunda subzona – SJB2 – que incluía restos de estruturas em madeira,

grãos de pimenta e fragmentos de cerâmica, alguns deles identificados por Jean Paul Desroches como de porcelana chinesa do período *Wanli*, dos finais do século XVI ou inícios do XVII (ALVES, 1994).

O Projecto de São Julião da Barra seria novamente retomado entre 1996 e 1998, no âmbito da criação do Centro de Operações de Arqueologia Subaquática (COAS) /Comissão Instaladora do Instituto Português de Arqueologia, cujo objectivo era assegurar a escavação da subzona SJB2, identificada em 1994, para integrar o programa do Pavilhão de Portugal na EXPO'98 e preparar a infra-estrutura do futuro CNANS/IPA. Neste contexto foi realizada uma campanha de escavação durante um ano, de Outubro de 1996 a Outubro de 1997, com a co-direcção de Francisco Alves e Luís Filipe Vieira de Castro. Esta campanha resultou na escavação de duas zonas, a primeira de 80 m², que corresponde aos restos de um casco de madeira da presumível nau *Nossa Senhora dos Mártires*, e uma segunda zona, com 100 m², numa depressão natural do fundo rochoso que permitiu a acumulação de material arqueológico.

A intervenção nos anos de 1999-2001 em SJB2, por iniciativa do então CNANS/IPA, e o apoio da Marinha e da Universidade do Texas A&M, manteve a tónica de sondagens, na recuperação de secções do casco escavado em 1996-1997 e o registo arqueográfico das peças recolhidas. Nesse período foi apresentado por Luís Filipe Vieira de Castro a primeira síntese, em forma de fichas, da dispersão dos vestígios. Desta compilação resultou o conhecimento de 28 sítios cuja forma de georreferenciação não se afigura totalmente clara. Pese embora

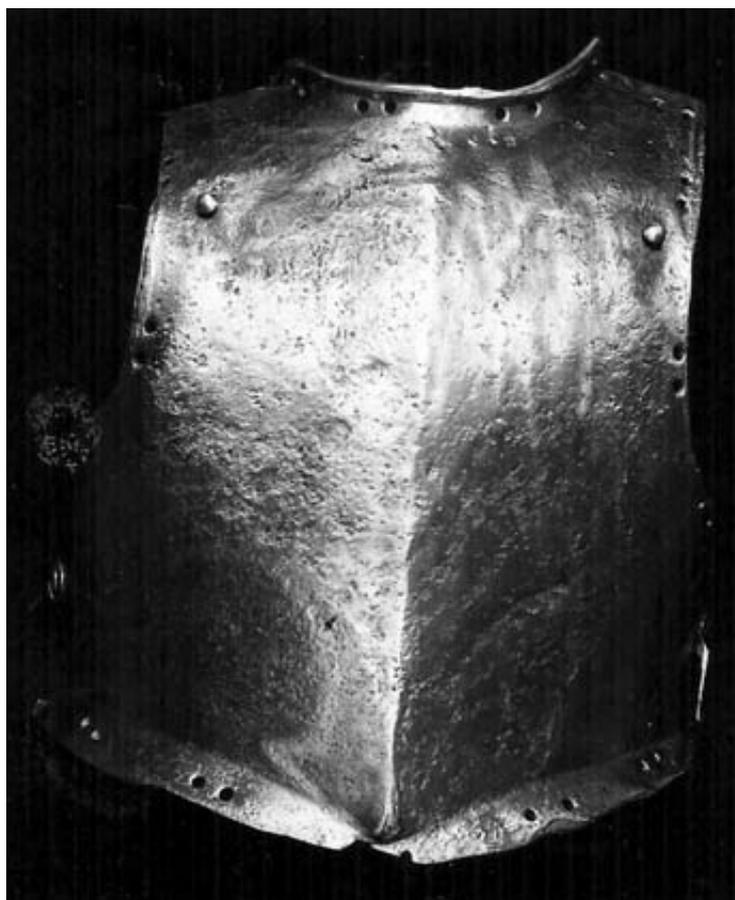


Fig. 2 – Um dos peitorais de ferro do século XVII, recuperados na Praia da Torre em 1989 e actualmente exposto no Museu da Pólvora Negra, em Barcarena (foto de J.L.C.).

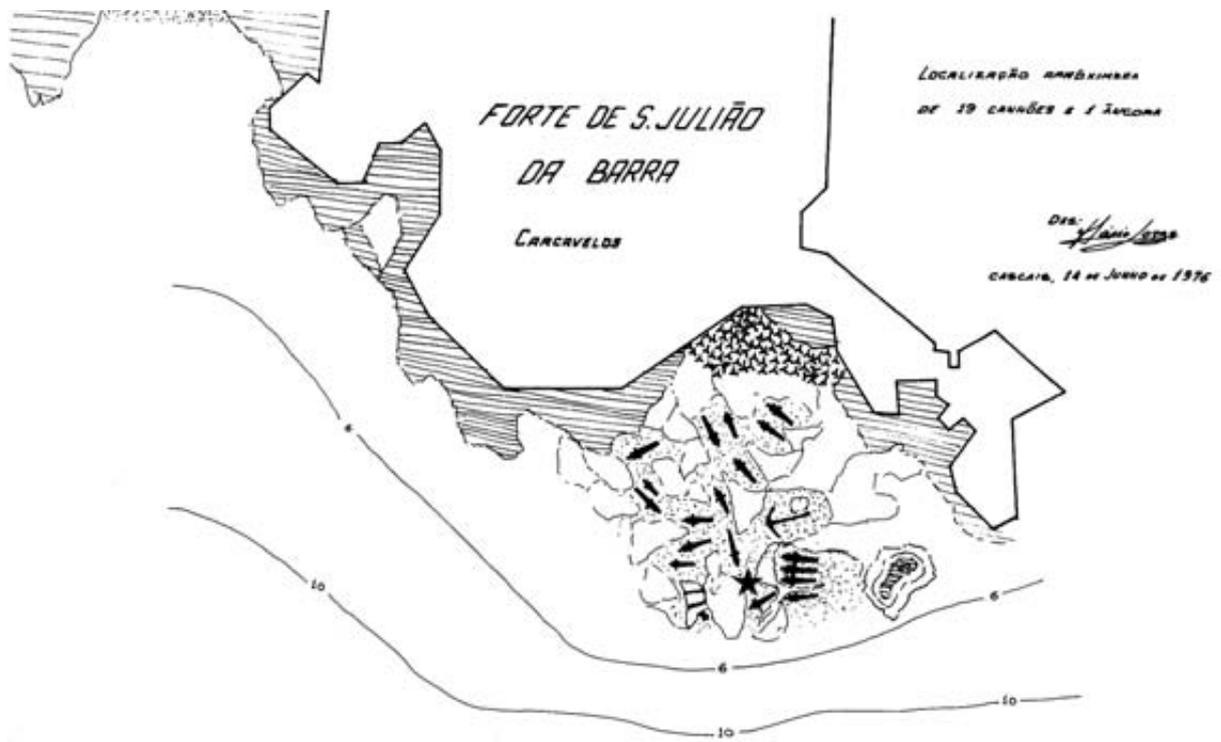


Fig. 3 – São Julião da Barra. Planta de localização dos 19 canhões de ferro, acompanhados de uma âncora de ferro, realizada em 1976 por Mário Jorge Almeida. A estrela assinala a localização da recolha das moedas do mergulho de 25 de Fevereiro de 1981.

a ausência de metodologia SIG, o inquérito realizado pelo autor do relatório, é uma ferramenta de trabalho importante para a realização de uma análise detalhada da paisagem marítima de São Julião da Barra.

A campanha de 2005 teve como objectivo principal a prospecção e monitorização da área, em especial duas subzonas, uma onde se identificou no final dos anos 90 outro casco em madeira) e outra, correspondente ao local de escavação da presumível nau *Nossa Senhora dos Mártires*.

Como resultado de nova prospecção realizada em 2005, Augusto Salgado e Carlos Martins, individualizaram duas zonas coerentes, quer pela possível origem dos artefactos, quer pelo tipo achados descobertos (Fig. 4).

Na zona noroeste, os achados são, segundo os autores, essencialmente relacionáveis com os Países-Baixos. Na zona sudeste, foram recolhidos vários fragmentos de porcelana chinesa azul e branca e um pote oriental inteiro (Fig. 5); tal zona já tinha sido identificada em anteriores trabalhos, mas só então foi possível constatar que se estende mais para Sul, desenvolvendo-se pelo menos até a batimétrica dos

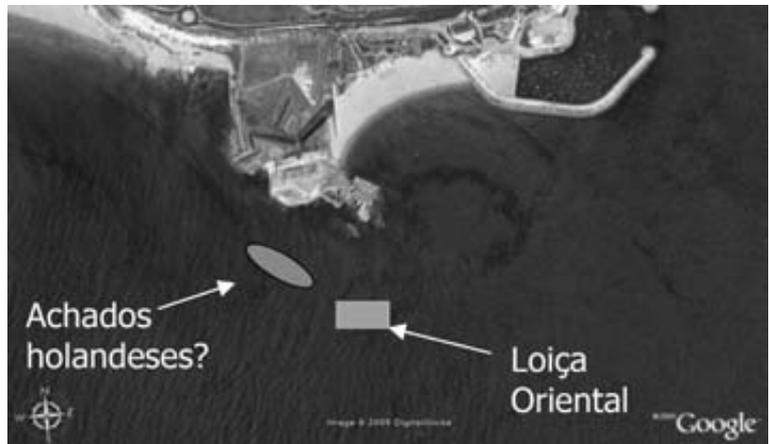


Fig. 4 – São Julião da Barra. Planta de localização dos restos submersos, constituindo dois conjuntos bem diferenciados (seg. SALGADO & MARTINS, 2006, Fig. 12).

8 metros, defronte à piscina do forte de São Julião da Barra (SALGADO & MARTINS, 2006).

Pelo exposto, verifica-se que o complexo arqueológico de São Julião da Barra assume particular importância no contexto da arqueologia subaquática portuguesa. Nele foram efectuados alguns dos primeiros mapeamentos em território nacional, iniciativa do Museu do Mar de Cascais, na década de 1970.

Nos inícios da década de 1990, ali se viria a desenvolver grande parte da actividade da Associação Arqueonáutica que, em parceria com o Museu Nacional de Arqueologia levaria à descoberta dos restos da presumível nau *Nossa Senhora dos Mártires*. Tais trabalhos conduziram à escavação de tais restos no quadro da preparação a EXPO'98 (AFONSO, 1998). Esta escavação resultou no desenvolvimento de diversos trabalhos académicos (CASTRO, 2001a; SARA, 2002; COELHO, 2008). Os vestígios da referida nau, que ali naufragou em 1606 quando voltava da Índia, têm sido também extensivamente analisados e publicados (CASTRO, 2001b; CASTRO, 2008).



Fig. 5 – São Julião da Barra. Localização de pote de especiarias aquando das prospeções realizadas em 2005 (SALGADO & MARTINS, 2006, Fig. 10).

2.3 – Os trabalhos realizados entre 2011 e 2013

Em 2011 foi iniciado novo Projecto de investigação, numa colaboração entre o CHAM, a Câmara Municipal de Cascais e a Câmara Municipal de Oeiras, com apoio do Centro de Investigação Naval da Escola Naval. Este Projecto tem três componentes complementares. Em primeiro lugar, partindo dos dados de terreno de fases anteriores, pretende-se efectuar cartografia fina dos vestígios e avaliar os contextos identificados. Em segundo lugar, procura-se inventariar e estudar a totalidade dos materiais arqueológicos recuperados até à data, relacionando-os com os contextos arqueológicos mapeados e com outras fontes documentais disponíveis; em terceiro lugar, pretende-se que as novas intervenções de terreno programadas, já realizadas ou a realizar, conduzam ao estudo integrado do património cultural subaquático, bem como a sua protecção e monitorização *in situ*.

Os trabalhos de análise da documentação e as missões de terreno confirmaram o potencial científico e patrimonial excepcional da área em torno da fortaleza de São Julião da Barra. Foram realocizadas e georreferen-

ciadas as três áreas mais importantes intervencionadas em fases anteriores, e identificada uma quarta área na zona da Praia da Torre (FREIRE, BETTENCOURT & FIALHO, 2012, 2013), já em pleno litoral oeirense.

O trabalho de campo incluiu igualmente um levantamento geofísico com sonar de varrimento lateral. Foram georreferenciadas 77 ocorrências, con-centradas sobretudo em quatro áreas (áreas A a D) (Fig. 6).

O primeiro objectivo da intervenção de terreno, em 2011, centrou-se na realocação dos vestígios. Na metodologia de campo optou-se pela reali-

zação de prospecção livre, partindo dos enfiamentos definidos durante a fase de tratamento dos dados existentes no CNANS/DGPC. Foram assim efectuados, em 2011, um conjunto de transectos, que cobriram as áreas mais importantes. A concretização deste objectivo permitiu, em 2012, continuar a prospecção intensiva dando origem a área D, e o mapeamento topográfico, a partir da colocação de buchas metálicas, das áreas A e B.

Os dados obtidos foram organizados em SIG, no *Site Recorder 4* e no *ArcMap*. A cartografia base do projecto corresponde à linha de costa em formato *shapefile* e ao ortofotomapa. Sobre esta cartografia foram implantados todos os transectos de prospecção, as ocorrências patrimoniais localizadas e a rede topográfica criada.

Na área A designada em relatórios anteriores como SJB1/3 foram georeferenciados 18 canhões em ferro e 1 âncora no mesmo material, a uma distância máxima de 48 m. Além dos canhões, identificaram-se balas de ferro e uma de pedra, as primeiras solidamente concrecionadas entre si e aos afloramentos rochosos. A segunda encaixada numa depressão na rocha, sobre blocos, além de dois almofarizes, vários jogos de medidas e lingotes em chumbo.

Os fundos variam entre afloramentos e areia. A maior parte dos canhões localizam-se sobre os afloramentos, com excepção de dois dos conjuntos cartografados.

Na Área B foram georeferenciados 12 canhões e quatro âncoras em ferro, em dois núcleos distintos. O núcleo sudeste é formado por 9 canhões. A distância máxima entre estes é de 15 m, e estão depositados numa área com afloramentos e blocos rochosos, situada junto à linha de costa, exposta a uma energia marítima muito elevada. Os canhões mostram por isso sinais evidentes de erosão. O outro núcleo, constituído por 4 canhões e quatro âncoras em ferro, foi localizado 60 m a noroeste. Os canhões encontram-se sobre rocha, junto à zona de rebentação; as âncoras estão sobre fundo rochoso, com algumas bolsas de areia. Junto aos canhões foram registadas algumas balas de chumbo, aprisionadas em fissuras nos afloramentos.

A Área C corresponde à zona onde se localizaram vestígios que têm sido relacionados com o naufrágio da nau *Nossa Senhora dos Mártires*, tendo ali sido recuperados materiais semelhantes aos da fase anterior, nomeadamente fragmentos de porcelana azul e branca e de potes das produções asiáticas *Tradescant* e *Martaban*.

Na Área D foram localizadas cinco âncoras, quatro das quais sobrepostas, onze canhões de ferro e os destroços de uma embarcação com casco de ferro de época contemporânea. Este núcleo não estava referenciado até à data, situando-se na zona leste do forte, na confluência com a Praia da Torre.

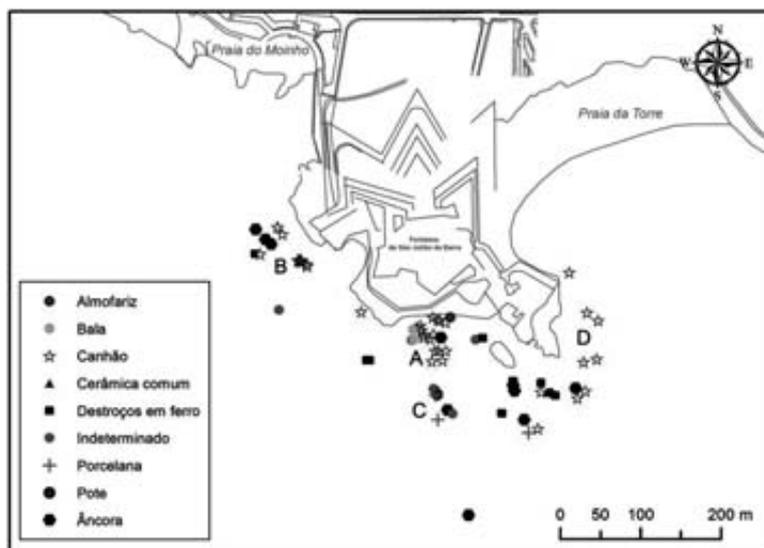


Fig. 6 – São Julião da Barra. Distribuição das ocorrências localizadas em 2011 e 2012.

A reavaliação dos dados disponíveis sobre os artefactos tem tido como objectivo verificar da existência de padrões relacionáveis com os naufrágios referidos nas fontes escritas. Só para a época moderna, estão registados noventa naufrágios à entrada da barra do Tejo, incluindo navios portugueses, espanhóis, ingleses, franceses e alemães, provenientes de diversos portos europeus, americanos e asiáticos. Contudo, os estudos até a data efectuados referem-se essencialmente aos materiais atribuídos à nau *Nossa Senhora dos Mártires* (AFONSO, 1998; BRIGADIER, 2002; COELHO, 2008), apesar da vasta diacronia do complexo arqueológico.

Entre as cerâmicas, evidenciam-se, quantitativa e qualitativamente, as porcelanas e os potes orientais, neste caso maioritariamente recuperados numa área limitada do sítio escavado relacionado com a EXPO'98. Estes materiais apresentam paralelos que os colocam nos finais do século XVI e primeiras décadas do XVII, sendo, por isso, em grande parte coevos da época do naufrágio da nau *Nossa Senhora dos Mártires* (COELHO, 2008).

Foram identificados materiais com outras cronologias, como é exemplo o cachimbo em caulino SJB07.03, com forma atribuída a produções inglesas do período entre 1680 e 1710. Também de proveniência inglesa são várias peças de finais do século XVIII. Entre estas destacam um suporte de vareta de arma de ante-carga, uma protecção de coronha ou uma roda com a *Broad arrow*. As duas primeiras peças têm paralelos em materiais identificados no *HMS Sirius* (1790), sendo parte do mosquete “Short Land Pattern musket”, um tipo de arma muito utilizado pelas forças militares britânicas entre c. 1730 e 1793 (STANBURY, 1994, p. 81). A *Broad arrow*, que aparece na roda, era utilizada para marcar materiais e instrumentos utilizados pela *Royal Navy*, surgindo, por exemplo, em rodas do *HMS Colossus* (1796) (MORRIS, 1984, p. 71) e em cavilhas e pregos de cobre utilizadas na construção do *HMS Sirius* (STANBURY, 1994, p. 16-18 e 30).

É nesta linha de reavaliação dos materiais arqueológicos que se inclui o estudo sistemático das moedas recolhidas agora apesentado, que comprova a existência de um rico espólio numismático de época invariavelmente posterior ao naufrágio da referida nau, pelo que a importância dos espólios a ela atribuíveis deve ser devidamente matizada, face à quantidade e importância dos materiais posteriores ali recuperados.

3 – ESTUDO DA COLECÇÃO

3.1 – Condições dos achados que integram a colecção

As moedas estudadas integram diversos sub-conjuntos, de distinta proveniência e épocas de recolha.

Assim, as moedas em depósito no Museu Nacional de Arqueologia, referenciadas com a sigla MNA, correspondem a recolhas anteriores a 1990, e resultam de depósito efectuado por um de nós (F.R.). O processo CNANS 1976/001 refere a recolha de moedas na zona, mas não indica o seu inventário e localização.

O achado principal, efectuado por uma equipa dirigida por Mário Jorge Almeida, Martinho Rangel e Guilherme Cardoso, permitiu a recuperação de 222 moedas, de acordo com a descrição contida na ficha do mergulho realizado no dia 25 de Fevereiro de 1981 (Fig. 7):

“102 moedas, localizadas num pequeno fosso, e associadas a uma bala em pedra, duas balas de mosquete em chumbo, algumas cavilhas e uma amálgama que depois de examinada ao raio X, para posterior desagregação, revelou no seu interior a existência de 108 moedas, vários fragmentos de fio de ouro, com o mesmo tipo de elos que compunham o fragmento recolhido no mergulho anterior, totalizando assim 3,70 metros do referido fio e ainda uma colher que por não ter ficado defenida [sic] no exame radiológico, se fracturou em quatro secções ao longo do cabo, tendo-se verificado a falta de um troço do mesmo por se encontrar numa zona de amálgama castigada pela erosão.”

RELATÓRIO DA EXPEDIÇÃO N.º CARCAVELOS

REALIZADA EM 25.2/81

I

N.º DE ELEMENTOS DA EQUIPE: 3

NOMES E FUNÇÕES: Mário Jorge Rocha de Almeida
Martinho de Almeida Sampaio
Guilherme Cardoso

TIPO DE ESCAFANDRO: Autônomo - Circuito aberto

II

DATA	HORA	DURAC	NAMES		PROFUNDIDADE		TEMPERATURA	
			P.M.	R.M.	MAX	MED	SUF	FON
25.2	10.10	3 a 20m	S.M.	A.A.	8	6		

LOCAL DE IMERSÃO: Forte de S. Julião da Barra

LOCALIZAÇÃO: Carcaveiros

ACESSO: a partir da piscina do forte

EMBARCAÇÃO: _____

VISIBILIDADE: 3/4 metros

CORRENTE: Folia forte

CONDIÇÕES ATMOSFÉRICAS: Bom

NATUREZA DO FUNDO: Rocha irregular

III

OBJECTIVOS: Prospeções e recolha arqueológicas

IV

observações:

Recolha de material efectuada na zona, traduzindo-se em 102 moedas, localizadas em feixes e num pequeno fosso, uma bala de pedra, duas balas de mosquete em chumbo, algumas cavilhas e uma amálgama que depois de examinada ao raio X, para posterior desagregação, revelou no seu interior a existência de 108 moedas, vários fragmentos de fio em ouro, com o mesmo tipo de elos que compunham o fragmento recolhido no mergulho anterior, totalizando assim 3,70 metros de referido fio e ainda uma colher que por não ter ficado defendida no exame radiológico, se fracturou em quatro secções ao longo do cabo, tendo-se ainda verificado a falta de um troço do mesmo por se encontrar numa zona da amálgama castigada pela erosão.

Cerca de 30 metros a Oeste da zona referenciada, foram recolhidas mais 12 moedas, porém, pela primeira vez ocorrem moedas em cobre e para além disso, cunhadas com a cruz de Cristo. Nesta mesma zona, foram ainda recolhidos dois fragmentos de cerâmica e um selo em chumbo.

Carcaveiros, 25 de Fevereiro de 1981

o investigador

Mário Jorge Rocha de Almeida

Fig. 7 – São Julião da Barra. Ficha do mergulho realizado a 25 de Fevereiro de 1981 (arquivos M.J.A. e F.R.).

Cerca de 30 metros a Oeste da zona referenciada, foram recolhidas mais 12 moedas, porém, pela primeira vez ocorrem moedas em cobre e para além disso, cunhadas com a cruz de Cristo. Nesta mesma zona foram ainda recolhidos dois fragmentos de cerâmica e um selo em chumbo”.

Trata-se, pois, de três conjuntos diferenciados e relativamente bem localizados, tendo presentes os meios disponíveis à época. Com efeito, é de destacar o cuidado posto no registo fotográfico dos achados, dispondo-se de imagens tanto relativas ao conjunto de numismas recolhido “num pequeno fosso”, totalizando 102 exemplares (Fig. 8), como no respeitante à amálgama constituída por 108 exemplares (Fig. 9). Esta amálgama incorporava um finíssimo fio de ouro, com 3,70 m de comprimento, e que poderia relacionar-se com a existência de um saco de couro onde as moedas pudessem estar encerradas.

209 moedas deste acervo foram depositadas no Museu Nacional de Arqueologia, tendo sido objecto de trabalho escolar que não chegou a publicar-se (ALMEIDA & NICOLAS, 1990-1991). Foram identificadas moedas de oito, quatro e dois reais (“reales de a ocho”, “de a cuatro” e “de a dos”), caracterizados pelos respectivos módulos, espessuras e pesos; nos cerca de duas dezenas de exemplares melhor conservados identificaram-se cunhagens de Potosi (Bolívia), Lima (Peru) e cidade do México (México), observando-se que cinco deles foram cunhados em 1658, 1672, 1673 e dois em 1674, pelo que o naufrágio dataria do último quartel do século XVII, ou de época posterior.

Esta informação é de interesse, já que, actualmente, o conjunto se encontra repartido por diversas instituições, não sendo possível reconstituí-lo na sua integridade original, pois no Museu Nacional de Arqueologia apenas se conservam, na actualidade, 84 numismas. Assim, o acervo depositado no Museu Nacional de Arqueologia (MNA) por um de nós (F.R.), não constitui a totalidade do conjunto inicialmente recuperado, encontrando-se a parte restante no Museu da Quinta das Cruzes (Madeira), em resultado do depósito realizado pelo referido signatário.

Ao conjunto actualmente conservado no MNA, juntaram-se, para efeitos deste estudo, os 214 exemplares depositados na DGPC/MARL (Loures), recuperados na mesma zona, sobretudo entre 1996 e 1997, de acordo com as fichas nos processos de São Julião Barra (Processo CNANS 1997/024), embora alguns tenham sido ali depositados só 2005 por Augusto Salgado e Carlos Martins, em resultado das prospecções subaquáticas que naquele ano ali se realizaram.

Enfim, o conjunto existente no Museu de Marinha e estudado naquela instituição, terá sido recolhido na mesma área.

Deste modo, pode concluir-se que a dispersão dos achados numismáticos agora estudados, sendo considerável, corresponde à zona que se desenvolve imediatamente a sul da fortaleza, em fundos baixos.

O inventário dos conjuntos conservados nos três depósitos oficiais a que se teve acesso, pode resumir-se do seguinte modo:

Núcleo da DGPC/MARL: consta de 214 moedas ou partes de moedas, que foram todas pesadas e 34 delas fotografadas por serem as únicas susceptíveis de identificação. Este núcleo integra uma moeda de D. João III, depositada na DGPC/MARL, recolhida em outra zona das restantes, o que explica a

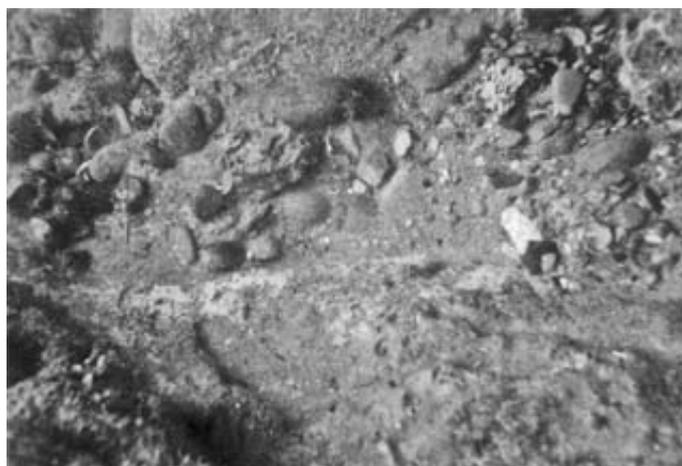


Fig. 8 – São Julião da Barra. Foto de algumas das 102 moedas dispersas numa depressão rochosa identificadas no mergulho de 25 de Fevereiro de 1981 (foto Martinho Rangel).



Fig. 9 – São Julião da Barra. Amálgama incorporando 108 moedas, recuperada no mergulho de 25 de Fevereiro de 1981 (Foto arquivos M.J.A. e F.R.).

cronologia muito distinta (Fig. 10). O seu interesse reside no facto de documentar a existência de naufrágios naquela zona desde pelo menos o século XVI. Sendo uma anomalia, não se pode excluir a hipótese desta moeda ter entrado no registo arqueológico por outro processo, nomeadamente a partir de terra.

Núcleo do Museu de Marinha (MM): consta de 209 moedas, algumas partidas (Fig. 11). Todas foram pesadas e 57 fotografadas para ulterior identificação.

Núcleo do Museu Nacional de Arqueologia (MNA):

consta de 84 moedas, nenhuma das quais partida. Foram igualmente pesadas e 32 fotografadas.



Fig. 10 – São Julião da Barra. Patacão de D. João III (foto J.L.C.).



Fig. 11 – São Julião da Barra. Conjunto de moedas de prata coloniais espanholas da colecção do Museu de Marinha (MM) (foto J.L.C.).

3.2 – Inventário

Das 507 moedas observadas, apenas foi possível classificar 119; destas, somente 25 são portuguesas (3 na DGPC/MARL, 21 no MM e 1 no MNA), além de um selo em chumbo (com a esfera armilar – presumivelmente de D. Manuel).

As restantes peças são espanholas, praticamente todas cunhadas na Bolívia (Potosi), México (cidade do México) e Peru (Lima), com as seguintes exceções:

- 1 real dos Reis Católicos, cunhado em Burgos (?);
- 6 moedas de 8 maravedis, em cobre, cunhadas em Espanha em locais indeterminados.

Do exame às moedas fotografadas, das quais algumas das mais relevantes se reproduzem nas Figs. 12 a 16, resultou a informação que se apresenta nos quadros seguintes.

Quadro 1 – Moedas espanholas de 8 reais (“reales de a ocho”)

N.º Inventário	Casa da Moeda	Ensaiaador	Data	Reinado	Peso	Observações
DGPC/MARL						
7	México	?	?	Filipe IV	18,75	
124	México	?	?	Filipe IV	24,13	
2005-30	México	?	?	Filipe IV	18,96	
MM						
597.10	México	P	1635/65	Filipe IV	24,12	
597.1	México	?	?	Filipe IV	23,89	
MNA						
30.5	México	?	?	Filipe IV	21,40	
161.03	México	?	?	Filipe IV	21,79	
161.07	México	?	?	Filipe IV	17,78	Valor anómalo
05.01	México	D	1621/34	Filipe IV	22,44	
DGPC/MARL						
19	Potosi	E	1652/34	Filipe IV	19,85	
MM						
594.25	Potosi	E	1663	Filipe IV	19,57	
597.12	Potosi	E	1660	Filipe IV	21,79	
594.23	Potosi	E	1659	Filipe IV	22,86	
MNA						
178.02	Potosi	?	?	Filipe IV	24,91	
DGPC/MARL						
16	México	G	1667/74	Carlos II	22,98	
89	México	?	1667/74	Carlos II	15,41	Valor anómalo
MM						
3 s/n	México	?	1675	Carlos II	17,44	Valor anómalo

N.º Inventário	Casa da Moeda	Ensaaiador	Data	Reinado	Peso	Observações
597.60	México	L	(16)90	Carlos II	23,82	
596.51	México	L	1678/700	Carlos II	20,94	
DGPC/MARL						
2	Potosi	F	1701	Carlos II	16,61	Valor anómalo
3	Potosi	E	1666/78	Carlos II	14,37	Valor anómalo
10	Potosi	E	1666/78	Carlos II	15,67	Valor anómalo
27	Potosi	?	1674?	Carlos II	17,85	Valor anómalo
31	Potosi	?	1672	Carlos II	21,62	
35	Potosi	?	?	Carlos II	21,35	
36	Potosi	E	167?	Carlos II	15,00	Valor anómalo
41	Potosi	?	1670	Carlos II	13,46	Valor anómalo
79	Potosi	E	1667	Carlos II	19,56	
88	Potosi	E	1666/78	Carlos II	21,99	
94	Potosi	E	1672	Carlos II	24,82	
97	Potosi	E	1672	Carlos II	14,23	Valor anómalo
122	Potosi	?	?	Carlos II	15,52	Valor anómalo
MM						
594.20	Potosi	E	1672	Carlos II	21,51	
597.8	Potosi	E	1666/78	Carlos II	19,00	
597.14	Potosi	VR	1688	Carlos II	21,10	
594.22	Potosi	E	1675	Carlos II	20,09	
594.19	Potosi	?	?	Carlos II	20,64	
596.14	Potosi	VR	1683/97	Carlos II	22,78	
4 s/n	Potosi	E	1673	Carlos II	24,10	
594.36	Potosi	VR	1685	Carlos II	13,16	Valor anómalo
594.45	Potosi	E	1674	Carlos II	20,05	
5 s/n	Potosi	V	1682	Carlos II	23,63	
594.30	Potosi	VR	1686	Carlos II	21,75	
594.14	Potosi	E	1677	Carlos II	16,39	Valor anómalo
594.39	Potosi	VR	1689	Carlos II	23,17	
597.13	Potosi	VR	1685	Carlos II	24,05	
594.7	Potosi	E ?	1672 ?	Carlos II	23,21	
MNA						
113	Potosi	E	1666/78	Carlos II	15,54	Valor anómalo
30.9	Potosi	E	1672	Carlos II	19,73	
30.10	Potosi	?	?	Carlos II	19,70	
161.09	Potosi	E	1666/78	Carlos II	18,61	

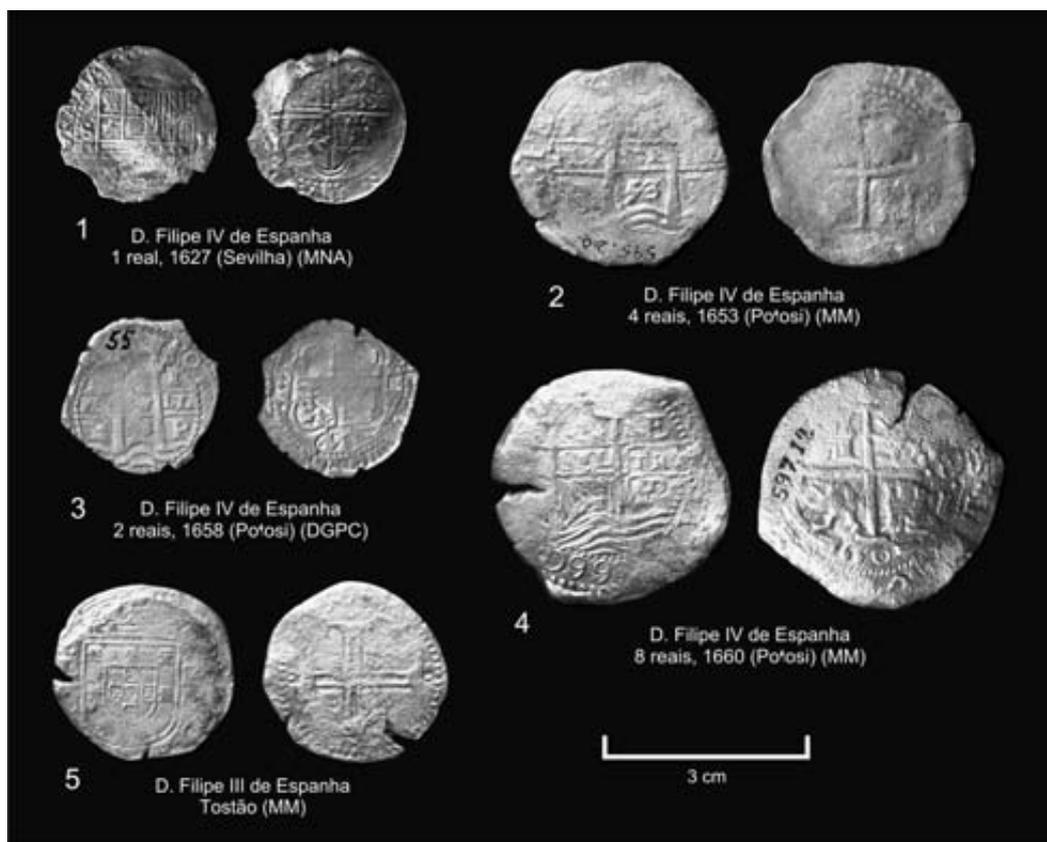


Fig. 12 - São Julião da Barra. Cunhagens de prata coloniais espanholas (foto J.L.C.)



Fig. 13 - São Julião da Barra. Cunhagens de prata portuguesas (foto J.L.C.).

Quadro 2 – Moedas espanholas de 4 reais (“reales de a cuatro”)

N.º Inventário	Casa da Moeda	Ensaaiador	Data	Reinado	Peso	Observações
MM						
596.33	México	?	?	Filipe IV	11,10	
DGPC/MARL						
115	Potosi	?	?	Filipe IV	7,75	Valor anómalo
MM						
595.20	Potosi	E	1653	Filipe IV	10,90	
DGPC/MARL						
106	Potosi	E	1672	Carlos II	9,69	
MNA						
19.06	Potosi	E	166(8)	Carlos II	6,49	Valor anómalo
DGPC/MARL						
108	México	G	1667/74	Carlos II	10,26	

Quadro 3 – Moedas espanholas de 2 reais (“reales de a dos”)

N.º Inventário	Casa da Moeda	Ensaaiador	Data	Reinado	Peso	Observações
MM						
2 s/n	México	P	1664	Filipe IV	4,25	Valor anómalo
MNA						
164.03	Potosi	E	1659	Filipe IV	2,96	Valor anómalo
DGPC/MARL						
55	Potosi	E	1658	Filipe IV	5,55	
DGPC/MARL						
Z	Lima	H?	(169) 8	Carlos II	4,60	
53	México	G	1666/74	Carlos II	5,91	
MM						
596.50	Potosi	E	1672	Carlos II	4,70	
596.49	Potosi	E	1670	Carlos II	5,12	
MNA						
111	Potosi	VR?	1689?	Carlos II	2,63	Valor anómalo
A.600	Potosi	E	166?	Carlos II	1,14	Valor anómalo
164.02	Potosi	C	1679	Carlos II	1,69	Valor anómalo
19.07	Potosi	E	1677	Carlos II	5,48	
DGPC/MARL						
143	Potosi	?	1673	Carlos II	2,90	Valor anómalo
148	Potosi	E	1676	Carlos II	3,45	Valor anómalo
150	Potosi	?	?	Carlos II	3,49	Valor anómalo
174	México	G	1669	Carlos II	3,98	Valor anómalo

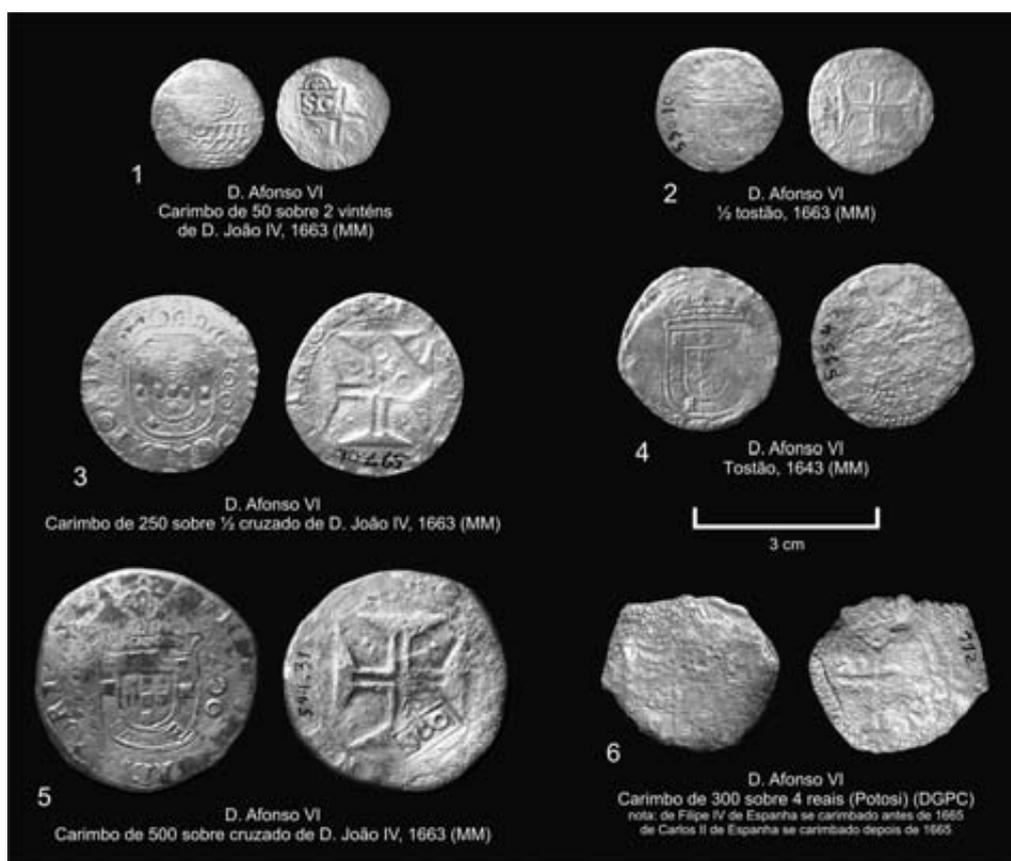


Fig. 14 – São Julião da Barra. Cunhagens de prata portuguesas (foto J.L.C.).

Quadro 4 – Moedas espanholas de 1 real (“reales de a uno”)

N.º Inventário	Casa da Moeda	Ensaiaador	Data	Reinado	Peso	Observações
MNA						
49.04	Burgos?	-	n/d	Reis Catól.	1,53	Fora de contexto
MM						
596.19	Lima	R	1687 ?	Carlos II	1,44	Valor anómalo
1 s/n	Lima	R	1684-701	Carlos II	2,06	Valor anómalo
595.35	Lima	CH	1697	Carlos II	1,77	Valor anómalo
MNA						
49.01	México	?	1623 ?	Filipe IV	1,73	Valor anómalo
49.02	México	?	?	Filipe IV	1,87	Valor anómalo
49.03	México	?	?	Filipe IV	2,23	Valor anómalo
49.05	México	?	?	Filipe IV	0,66	Valor anómalo
05.02	México	D	1622 ou 1628	Filipe IV	2,16	Valor anómalo
DGPC/MARL						
52	Potosi	V	167(9)	Carlos II	2,96	



Fig. 15 – São Julião da Barra. Cunhagens de prata coloniais espanholas (foto J.L.C.).

N.º Inventário	Casa da Moeda	Ensaizador	Data	Reinado	Peso	Observações
MNA						
30.15	Potosi	E	?	Carlos II	2,71	
19.11	Potosi	?	?	Carlos II	1,09	Valor anómalo
MNA						
05.03	Sevilha	D	1627	Filipe IV	2,07	Valor anómalo

Quadro 5 – Moedas espanholas de cobre D. Filipe III ou D. Filipe IV

DGPC/MARL	2005.41	8 maravedis	4,46	
MNA	2	8 maravedis	4,30	M = 3,71g
	3	8 maravedis	3,07	
	4	8 maravedis	4,13	= 0,69g
	5	8 maravedis	3,49	
	6	8 maravedis	2,81	= 18%

Quadro 6 – Moedas portuguesas

N.º Inventário		Classificação	Peso	Observações
D. João III				
DGPC/MARL	2005-40	X reais (patacão). Lei de 16 Out 1550. Nota: o peso normal oscila entre 13,5g e 19,00g. O exemplar está extremamente gasto	9,53 g	AG 14.01
D. Filipe III				
MM	10 s/n	Tostão. Nota: o peso médio é de 8,2g.	5,33 g	AG 12.01/12.05
D. João IV				
DGPC/MARL	2005.60	Cruzado. Alvará de 8 Jun 1642. Nota: o peso médio é de 22,9 g	18,61 g	AG 97.04/97.06
MM	594.16	Cruzado (do Porto). Nota: o peso médio é de 22,9 g	15,31 g	AG 100.01/100.06
MM	597.27	Cruzado. Nota: moeda cortada quase a meio, ou para roubar prata ou para uso de ourives como solda	9,00 g	?
MM	595.10	½ Cruzado. Alvará de 8 Jun 1643. Nota: o peso médio é de 11,5 g	5,09 g	AG 85.03
MM	597.40	½ Cruzado. Nota: o peso médio é de 115 g	7,38 g	AG 85.01/85.09
MM	595.16	½ cruzado	11,09 g	AG 85.01/85.09
MNA	160.01	Car 120 sobre tostão de D. Filipe III	-	AG115.13
D. Afonso VI				
MM	595.45	Tostão. Lei de 8 Jun 1643	5,13 g	AG 23.01/23.03
MM	596.10	½ Tostão. Lei de 22 Mar 1663	2,20 g	AG 18.01/8.05
MM	596.29	½ Tostão. Lei de 22 Mar 1663	1,46 g	AG 18.01/18.05
MM	11 s/n	Car 50 s/ 2 vinténs de D. João IV. Lei de 22 Mar 1663	1,87 g	AG 38.02
MM	597.06	Car 250 s/ ½ cruzado de D. João IV. Lei de 22 Mar 1663	5,47 g	AG 42.01
MM	596.48	Car 250 s/ ½ cruzado de D. João IV. Lei de 22 Mar 1663	6,74 g	AG 43.01
MM	595.28	Car 250 s/ ½ cruzado de D. João IV. Lei de 22 Mar 1663	3,06 g	AG 43.02
DGPC/MARL	112	Car 300 s/ 4 reais de Potosi. Lei de 22 Mar 1663 Nota: os reais podem ser de Filipe IV ou Carlos II, conforme foram carimbados antes de 1665 ou depois desta data	9,73g	AG 46.01
MM	594.31	Car 500 s/ cruzado de D. João IV. Lei de 22 Mar 1663	18,25 g	AG 44.01
D. Pedro II				
MM	8 s/n	Tostão. Lei de 4 Ago 1688	2,19 g	AG 44.06
MM	597.19	12 vinténs. Lei de 4 Ago 1688	5,97 g	AG 62.01/62.07
MM	9 s/n	Cruzado 1686. Regimento de 9 Set 1686	11,69 g	AG 72.03
MM	594.11	Cruzado novo 1689 ? Lei de 4 Ago 1688	12,10 g	AG 74.05/74.08
MM	594.1	Cruzado novo 1688. Lei de 4 Ago 1688	10,07 g	AG 75.03
MM	6 s/n	Cruzado novo 1690? P. Lei de 4 Ago 1688	11,02 g	AG 82.02
MM	7 s/n	Cordão e cunho de orla nova sobre cruzado L de D. João IV com carimbo de SOO ou 500	13,06 g	AG 112.01/112.03 ou 116.01/116.03



Fig. 16 – São Julião da Barra. Cunhagens de prata portuguesas (foto J.L.C.).

Da análise destes quadros, verifica-se que:

1. As moedas de prata espanholas são todas dos reinados de D. Filipe IV e D. Carlos II de Espanha, ou seja, foram emitidas entre 1621 e 1700 – datas limites dos respectivos reinados. Excluiu-se o real dos Reis Católicos, por nitidamente estar fora do contexto cronológico dos restantes numismas. Quanto aos maravedis de cobre, é provável que sejam do tempo de D. Filipe IV.
2. As moedas portuguesas, com exclusão dos X reais de D. João III (por estar também fora do contexto cronológico dos restantes exemplares) são dos reinados de D. Filipe III, D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II, isto é, foram batidas entre 1621 e 1706.
3. Há pois uma assinalável coincidência quanto ao período em que todas foram fabricadas e postas a correr – os últimos 80 anos do século XVII.

Questão interessante colocada por estas moedas cunhadas na América espanhola é a dos respectivos pesos. O catálogo americano *World Coins* (1601-1700) (KRAUSE & MISHLER, s/d) indica para pesos das moedas desta série os seguintes valores:

$\frac{1}{4}$ de real – 0,85 g	1 real – 3,38 g	4 reais – 13,54 g
$\frac{1}{2}$ real – 1,69 g	2 reais – 6,77 g	8 reais – 27,07 g

Mas os americanos apresentam 2 tipos de moedas para cada um destes valores: as que chamam de “Royal Strikes” e as que denominam de “Circulation Strikes”.

As primeiras são perfeitamente circulares, bem cunhadas e com espessura uniforme, constituindo aquilo que poderemos chamar peças de apresentação para aprovação real, ou provas de cunho. As segundas, também chamadas “cobs” (América) ou macuquinas (Espanha) são de formato e espessura irregulares, e mal cunhadas, com cunhos mal gravados.

Para nós os pesos indicados são os das “Royal Strikes”; as “Circulation Strikes” terão forçosamente pesos inferiores e não uniformes.

Os catálogos espanhóis, salvo uma ou outra rara exceção, são omissos quanto aos pesos dos numismas estudados (CAYON & CASTAN, 1983; IRIARTE OLIVA & LÓPEZ-CHAVES SÁNCHEZ, 1965).

Consultado por um de nós (F.M.) o Dr. Miquel Crusafont i Sabater, ilustre numismata catalão, sobre este assunto, obtiveram-se as seguintes informações a tal respeito:

1. O peso do real de prata foi fixado em 1497 pelos Reis Católicos em cerca de 3,47 g.
2. D. Filipe IV baixou o peso do real para 2,75 g, peso que se aplica ao período em estudo, mas apenas para moeda de cunhagem peninsular. As moedas das colónias americanas mantiveram o escalão anterior.
3. Em 1728 o peso do real aumentou para 2,99 g, mas este aumento já não nos interessa, por estar fora do período de 80 anos considerado.
4. Temos então para os “reales de a ocho” os seguintes pesos:
 - até 1660 – 27,80 g
 - depois de 1660 – 22,00 g
 - dados americanos – 27,07 g

Os valores americanos referem-se sem qualquer dúvida ao valor primitivo, mantido no Ultramar, mas para “Royal Strikes”. No nosso caso, trata-se de macuquinas, às quais se devem atribuir um peso 20% inferior, entre outras razões, porque no reinado de D. João IV, por falta de dinheiro e de prata para o cunhar, foi publicado o Alvará de 26 de Fevereiro de 1643, pelo qual são mandadas carimbar:

- com carimbo 240 as meias patacas (“reales de a ocho”)
- com o carimbo 480 as patacas (“reales de a ocho”)

Estes carimbos foram igualmente aplicados no Brasil sobre idênticas moedas da América espanhola – note-se que todos os exemplares conhecidos destas carimbagens têm por moedas base macuquinas ou “cobs”.

Ora as meias patacas e as patacas corriam por meio cruzado (200 réis) e cruzado (400 réis), moedas estas com pesos respectivamente de 11,5 g e 22,9 g, foram também carimbadas com o valor 480 réis no reinado de D. João IV.

Acresce que no reinado de D. Afonso VI houve novas carimbagens, passando as meias patacas a 300 réis e as patacas a 600 réis, com ou sem carimbos anteriores.

Como mera informação, conhece-se *um único exemplar* de pataca de 1620, de Segóvia, carimbada no Brasil, e que é um “Royal Strike” (GOMES, 2013, Brasil J4 05.01.)

Se as patacas pesassem mais que os cruzados, o erário régio não teria o proveito esperado com as carimbagens. Se pesassem menos, o proveito seria superior aos 20% esperados; mas o peso não poderia ser muito inferior ao peso do cruzado.

Deste modo, pode concluir-se por um peso teórico de cerca de 22 g (que aliás é o peso ordenado por D. Filipe IV para as patacas cunhadas na Espanha).

Em conformidade, o estudo metrológico dos exemplares examinados, basear-se-á fundamentalmente nas moedas de 8 reais, dado que:

- formam a amostra mais extensa e coerente (das que constam dos quadros);
- das não classificáveis, usaremos os pesos que indubitavelmente são de moedas de 8 reais;
- excluiremos os pesos (dos quadros) que, embora sejam de moedas de 8 reais – sem qualquer dúvida – correspondem a peças excessivamente cerceadas ou defraudadas no peso, isto é, pelo que não foram consideradas moedas com peso inferior a 18 g.

Os resultados obtidos constam do quadro 7.

Quadro 7 – Pesos dos “reales de a ocho”

DGPC/MARL	6 – 23,48 g; 7 – 18,75 g; 8 – 24,14 g; 11 – 20,43 g; 13 – 23, 88 g; 15 – 22,46 g; 16 – 22,98 g; 17 – 19,40 g; 19 – 19,85 g; 20 – 22,39 g; 25 – 21,85 g; 30 – 23,53 g; 31 – 21,62 g; 32 – 21,00 g; 33 – 18,17 g; 35 – 21,35 g; 38 – 20,84 g; 86 – 20,84 g; 88 – 21,99 g; 94 – 24,82 g; 113 – 19,43 g; 123 – 24,17 g; 80 – 23,48 g; 84 – 19,79 g; 124 – 24,13 g; 132/3 – 24,61 g; 4 – 23,83 g; 5 – 20,94 g; 26 – 22,60 g; 34 – 18,32 g; 37 – 23,33 g; 79 – 19,56 g; 2005/30 – 18,96 g
MM	595.36 – 22,50 g; 597.05 – 23,48 g; 597.17 – 19,15 g; 596.12 – 19,25 g; 594.35 – 21,84 g; 597.20 – 21,58 g; 597.24 – 18,19 g; 597.15 – 22,48 g; 597.21 – 20,24 g; 597.10 – 24,12 g; 596.2 – 18,15 g; 597.3 – 21,10 g; 595.27 – 21,90 g; 597.1 – 23,89 g; s/n – 21,49 g; 595.50 – 20,18 g; 595.50 – 20,18 g; 597.60 – 23,82 g; 595.30 – 21,48 g; 596.24 – 20,39 g; 598.18 – 20,42 g; 594.44 – 20,36 g; 596.51 – 20,94 g; 594.20 – 21,51 g; 597.8 – 19,00 g; 594.25 – 19,57 g; 597.14 – 21,10 g; 594.22 – 20,09 g; 594.19 – 20,64 g; 594.40 – 23,63 g; 597.12 – 21,79 g; 596.14 – 22,78 g; s/n (4) – 24,18 g; 594.45 – 20,05 g; s/n (5) – 23,63 g; 594.30 – 21,75 g; 594.33 – 20,57 g; 596.1 – 18,45 g; 594.39 – 23,17 g; 594.15 – 23,49 g; 594.23 – 22,86 g; 598.19 – 23,16 g; 597.04 – 20,63 g; 594.97 – 24,32 g; 597.13 – 24,05 g; 597.18 – 21,01 g; 594.48 – 18,11 g; 597.9 – 23,11 g; 594.7 – 23,21 g; 596.15 – 21,26 g; 514.6 – 19,93 g
MNA	114 – 20,36 g; 116 – 19,20 g; 30.5 – 21,40 g; 30.9 – 19,73 g; 30.10 – 19,70 g; 178.02 – 24,91 g; 178.03 – 21,27 g; 161.03 – 21,79 g; 161.09 – 18,61 g; 19.01 – 19,51 g; 19.02 – 20,01 g; 19.05 – 20,34 g; 19.09 – 18,06 g; 05.01 – 22,44 g

Temos então: N = 98
 Σ = 2101,7 g
M = 21,44 g
 δ = 1,87 g
v = 8,72%

A amostra é coerente e a média obtida aceitável.

Idêntico procedimento foi adoptado para o cálculo do peso dos 4 reais, ou “reales de a cuatro”. Com base no peso do ½ cruzado \approx 11 g, e considerando afastamentos de \pm 15% (como no caso dos “reales de a ocho”), é aceitável considerar pesos entre 9 e 13 g.

Quadro 8 - Pesos dos “reales de a cuatro”

DGPC/MARL	9 - 12,23 g; 40 - 11,63 g; 42 - 12,39 g; 90 - 11,13 g; 92 - 9,16 g; 96 - 11,49 g; 99 - 12,58 g; 101 - 11,27 g; 106 - 9,67 g; 85 - 11,61 g; 87 - 10,73 g; 95 - 9,38 g; 98 - 12,16 g; 100 - 12,11 g; 105 - 9,06 g; 107 - 12,37 g; 108 - 10,26 g; 109 - 9,25 g; 112 - 9,73 g; 116 - 9,06 g; 121 - 9,23 g; 127 - 11,03 g; 129 - 10,56 g; 134 - 11,84 g; 139R - 11,48 g; 14 - 10,26 g; 21 - 9,22 g; 23 - 10,74 g; 45 - 12,54 g; 46 - 9,54 g; 48 - 10,43 g; 149 - 9,29 g; 162 - 10,01 g; 165 - 12,33 g; 191 - 9,38 g; 196 - 9,50 g; D - 11,60 g; I - 9,56 g
MM	596.18 - 12,33 g; 596.33 - 11,10 g; 594.18 - 9,69 g; 594.9 - 10,98 g; 598.4 - 10,06 g; 598.16 - 9,55 g; 597.23 - 9,05 g; 597.42 - 9,60 g; 594.28 - 12,27 g; 595.29 - 9,26 g; 595.9 - 10,30 g; 595.18 - 10,27 g; 594.24 - 11,95 g; 597.46 - 9,43 g; 595.20 - 10,90 g; 596.9 - 11,04 g; 598.13 - 10,65 g; 594.10 - 9,85 g; 475.97 - 9,27 g; s/n - 9,18 g; 597.07 - 12,71 g; 594.43 - 12,10 g; 597.34 - 10,05 g; 596.42 - 10,55 g
MNA	115 - 12,84 g; 4 - 11,48 g; 30.9A - 9,71 g; 161.02 - 1,78 g

Feitos os cálculos, tem-se: $N = 66$
 $\Sigma = 702,81 \text{ g}$
 $M = 10,65 \text{ g}$
 $\delta = 1,17 \text{ g}$
 $v = 11\%$

A amostra é coerente e a média obtida aceitável.

Seguiu-se o cálculo do peso dos 4 reais, ou “reales de a cuatro”. À semelhança do que se considerou para os 4 reais, iremos trabalhar com pesos $> 4,5$ e $< 6,5 \text{ g}$.

Quadro 9 - Pesos dos “reales de a dos”

MARL	120 - 4,66 g; 128 - 5,95 g; 50 - 5,50 g; 53 - 5,91 g; 54 - 5,70 g; 55 - 5,55 g; 56 - 4,76 g; 141 - 6,15 g; 142 - 6,31 g; 144 - 6,40 g; 151 - 6,09 g; 153 - 5,17 g; 155 - 5,98 g; 157 - 5,06 g; 161 - 5,39 g; 163 - 4,60 g; 166 - 4,57 g; 167 - 4,73 g; 169 - 5,17 g; 172 - 4,78 g; 180 - 4,77 g; 185 - 5,81 g; 189 - 5,93 g; 192 - 6,48 g; 194 - 5,86 g; 197 - 6,24 g; Z - 4,60 g
MM	596.45 - 5,92 g; 596.26 - 5,88 g; 597.37 - 4,66 g; 597.36 - 5,55 g; 596.8 - 5,68 g; 598.21 - 6,03 g; 596.17 - 5,10 g; 596.50 - 4,70 g; 596.49 - 5,12 g; 596.25 - 5,21 g; 598.8 - 4,54 g; 596.22 - 5,71 g; 596.27 - 5,67 g; 596.20 - 4,94 g; 595.39 - 4,82 g; 596.46 - 5,09 g; 596.25 - 5,76 g; 596.8 - 5,53 g; 598.15 - 5,03 g; 597.41 - 5,11 g; 596.35 - 5,00 g; 595.14 - 5,83 g; 598.10 - 5,33 g; 598.14 - 4,87 g; 596.39 - 5,43 g; 595.23 - 5,22 g; 597.39 - 5,84 g; 596.13 - 4,51 g; 595.44 - 5,73 g; 596.34 - 5,02 g; 596.30 - 4,65 g; 596.44 - 6,24 g; 596.37 - 5,53 g; 594.34 - 5,53 g
MNA	106 - 5,37 g; 122 - 5,58 g; 124 - 6,19 g; 3 - 6,13 g; 5 - 5,02 g; 30.12 - 5,76 g; 30.16 - 5,88 g; 30.17 - 4,99 g; 161.04 - 6,36 g; 19.06 - 6,49 g; 19.07 - 5,48 g; 19.08 - 4,75 g

Feitos os cálculos, temos: $N = 73$
 $\Sigma = 396,9 \text{ g}$
 $M = 5,44 \text{ g}$
 $\delta = 0,56 \text{ g}$
 $v = 10,3\%$

Os resultados são aceitáveis.

Para o cálculo do peso das moedas de 1 real, e face aos valores anteriormente obtidos, consideraram-se os exemplares com valores entre 2,34 g e 3,16 g.

Quadro 10 – Pesos dos “reales de a uno”

MARL	52 – 2,96 g; 143 – 2,90 g; 159 – 2,77 g; 170 – 3,03 g; 178 – 2,52 g; 179 – 2,76 g; 181 – 2,81 g; 184 – 2,38 g
MM	595.25 – 3,11 g; 595.38 – 2,39 g; 596.41 – 2,96 g; 598.22 – 2,47 g; 595.34 – 2,56 g; 435.97 – 2,41 g; 596.5 – 3,05 g; 595.5 – 3,07 g; 595.24 – 2,56 g
MNA	111 – 2,63 g; 121 – 3,02 g; 123 – 2,58 g; 30.4 – 2,67 g; 30.15 – 2,71 g; 178.02.01 – 2,54 g; 164.3 – 2,96 g

Feitos os cálculos, temos: N = 24
 Σ = 65,82 g
M = 2,74 g
 δ = 0,24 g
v = 8,76%

Os resultados são, tal como os anteriores, aceitáveis.

Deste modo, conseguiu-se fixar, com base no estudo da colecção de São Julião da Barra, o peso da série das cunhagens de prata coloniais espanholas dos últimos 80 anos do século XVII, a saber os “reales de a ocho”, de “a cuatro”, de “a dos” e de “a uno”, designados em português, de moedas de 8, 4, 2 e 1 real, não tendo sido considerados os pesos correspondentes a moedas partidas, intencionalmente partidas ou muito gastas ou cerceadas.

Em resultado do estudo métrico realizado, pode dizer-se que as moedas das colónias espanholas denominadas macuquinas, “cobs” ou “circulation strikes” eram caracterizadas pelos os seguintes pesos médios:

“reales de a ocho”, 8 reais – 21,44 g
“reales de a cuatro”, 4 reais – 10,65 g
“reales de a dos”, 2 reais – 5,44 g
“reales de a uno”, 1 real – 2,74 g

Pode ainda concluir-se que, ao contrário do que se julga em Espanha, a ordem de D. Filipe IV para baixar o peso do real de prata foi igualmente posta em prática na América espanhola.

4 – DISCUSSÃO E SÍNTESE CONCLUSIVA

A colecção numismática ora estudada é constituída essencialmente por cunhagens coloniais espanholas, a par de cunhagens portuguesas, umas e outras com uma clara sobreposição cronológica, exceptuando dois exemplares claramente anteriores, um deles correspondente a cunhagem portuguesa de D. João III, outro a cunhagem dos Reis Católicos, entre 1620 e 1700. Bastaria esta realidade para inviabilizar a atribuição destes achados à nau *Nossa Senhora dos Mártires*, à qual têm sido reportados boa parte dos achados verificados na área de recolha deste conjunto numismático. O objectivo desejável de se poder correlacionar com maior rigor os espólios aos naufrágios só poderá ser atingido com a continuidade da investigação, através do estudo do conjunto dos restantes materiais e do mapeamento rigoroso de todas as evidências arqueológicas que permita a identificação de eventuais padrões de distribuição com significado crono-tipológico. Prova dessa possibili-

dade é a relação, por certo existente, entre duas moedas de ouro de D. João V, à flor do cunho, datadas de 1720, recuperadas por Augusto Salgado, actualmente no Museu do Mar de Cascais, entre muitas outras peças recuperadas de outros naufrágios, acima referidos. Com efeito, aquelas moedas poderão estar com toda a probabilidade associadas aos três navios da frota do Brasil, que naquele ano naufragaram à entrada da barra e cuja notícia foi publicada na *Gazeta de Lisboa*, de 25 de Janeiro de 1720.

A assinalável diacronia das moedas agora estudadas permite relacioná-las também com diversos naufrágios que ali terão ocorrido em épocas distintas; no entanto, o conjunto recuperado sob a forma de uma amálgama, constituída por 108 moedas, respeita naturalmente a um único naufrágio, podendo originalmente estar encerrado numa arca ou outro tipo de contentor que se tivesse bolsa de couro mantido o tempo suficiente para se ter produzido a amálgama que evitou a dispersão das moedas no fundo do mar, ao contrário do verificado com os restantes 102 exemplares, recuperados no mesmo mergulho do dia 25 de Fevereiro de 1981. Infelizmente, não é possível actualmente associar os numismas estudados aos que estariam naquelas duas condições, embora o estudo preliminar do conjunto indique que este se terá dado no último quartel do século XVII, ou inícios do seguinte (ALMEIDA & NICOLAS, 1990-1991).

Os resultados do estudo do conjunto de numismas coloniais espanhóis sugere que se trataria de navios oriundos da América do Sul, já que correspondem a cunhagens coloniais ali realizadas, a larga maioria de Potosi, algumas da cidade do México e residualmente de Lima. Com efeito, a circulação destas moedas (designadas de macuquinas, como acima se referiu) estaria interdita em Portugal, excepto quando carimbadas para aumento de valor. É o caso de um exemplar da presente colecção (exemplar DGPC/MARL 112, carimbo de 300 réis sobre 4 reais de Potosi), reproduzido na Fig. 14, n.º 6. Em Espanha, tais moedas circulavam legalmente e até eram ali cunhadas como é o caso de um exemplar de um real cunhado em Sevilha (exemplar MNA 0503, de 1627), reproduzido na Fig. 12, n.º 1.

No entanto, estes numismas, quando chegados a Espanha, destinavam-se usualmente à refundição, assumindo nessa operação papel importante a Casa da Moeda de Sevilha, com o objectivo de produzir discos de prata normalizados, destinados a serem cunhados, com as normas vigentes no reino.

Hipótese a considerar é a de atribuir o conjunto a um navio português oriundo da América do Sul, posterior a 1698, o que explicaria a presença das moedas portuguesas coevas das espanholas, embora aquelas sejam apenas de 25, entre as 119 moedas classificadas. Mas a probabilidade maior é a de este conjunto corresponder a vários naufrágios, até por não estarem presentes dois exemplares iguais, como seria normal caso se tratasse de um único tesouro amoedado, em trânsito da América do Sul para um dos reinos peninsulares.

Finalmente, o estudo metroológico dos numismas coloniais espanhóis – cuja classificação não foi tarefa fácil, pois a maioria deles ostenta cunhagem deficiente, bem como de cortes rudes e irregulares na orla, relacionados com a obtenção da chapa a cunhar – permitiu fixar os pesos médios para a série que vai dos “reales de a ocho” (oito reais) aos “reales de a uno” (um real), e demonstrou que a ordem de D. Filipe IV para a desvalorização da moeda de prata se reflectiu igualmente nas produções coloniais, ao contrário do que até agora se julgava.

AGRADECIMENTOS

À Senhora Directora dos Bens Culturais da DGPC, Dr.^a Catarina Coelho; ao Senhor Director do Museu Nacional de Arqueologia, Dr. António Carvalho; e ao Senhor Director do Museu de Marinha, Comandante António Costa Canas, pelas autorizações concedidas para o estudo das moedas pertencentes aos acervos das instituições por eles superiormente dirigidas.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, S. L. (coord.) (1998) – *Nossa Senhora dos Mártires: a última viagem*, Lisboa: Pavilhão de Portugal. Expo'98/Verbo.
- ALMEIDA, M. J. R. & NICOLAS, M. C. D. (1990-1991) – *A prata do Novo Mundo. Estudo de um núcleo de moedas espanholas, encontrado no rio Tejo*. Lisboa: relatório não publicado apresentado à Universidade Autónoma de Lisboa “Luís de Camões”.
- ALVES, F. (1993) – *S. Julião da Barra. Projecto de arqueologia subaquática homologado pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico*. Lisboa: Arqueonáutica – centro de estudos.
- ALVES, F. (1994) – *São Julião da Barra. Projecto de Arqueologia Subaquática. Relatório dos trabalhos efectuados em 1994*. Lisboa: Arqueonáutica – centro de estudos.
- CASTRO, F. (1999) – *Projecto SJB2. Relatório dos Trabalhos Efectuados em 1999*. College Station.
- CASTRO, F. (2000) – *Pewter Plates from São Julião da Barra*. College Station.
- CASTRO, F. (2001a) – *The Pepper Wreck: A Portuguese Indiaman at the Mouth of the Tagus River*. Tese de Doutoramento apresentada na Texas A&M University.
- CASTRO, F. (2001b) – The remains of a Portuguese Indiaman at the mouth of the Tagus, Lisbon, Portugal (Nossa Senhora dos Mártires, 1606 ?). In: ALVES, F. (ed.), *International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition*. Trabalhos de Arqueologia. Lisboa. 18, p. 381-403.
- CASTRO, F. *et al.* (2008) – Sailing the Pepper Wreck. In: CASTRO, F. & CUSTER, K. (eds.), *Edge of Empire. Proceedings of the Symposium held at the 2006 Society for Historical Archeology Annual Meeting*. Lisboa: Caleidoscópio, p. 177-200.
- CAYON, J. R. & CASTAN, C. (1983) – *Las monedas españolas desde los reyes visigodos año 406 a Juan Carlos I*. Madrid: ed. dos autores.
- COELHO, I. P. (2008) – *A cerâmica oriental da Carreira da Índia no contexto da carga de uma nau – a presumível Nossa Senhora dos Mártires*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- DAEHNHARDT, R. (1989) – Dois peitorais encontrados junto à fortaleza de S. Julião. *Oeiras Municipal*. Oeiras. 25/26, p. 30-31.
- FREIRE, J.; BETTENCOURT, J. & FIALHO, A. (2012) – ProCASC - *Estudo, valorização e monitorização do complexo Arqueológico Subaquático de São Julião da Barra/Carcavelos – Relatório dos trabalhos de 2011*. CHAM e Câmara Municipal de Cascais.
- FREIRE, J.; BETTENCOURT, J. & FIALHO, A. (2013) – ProCASC - *Estudo, valorização e monitorização do complexo Arqueológico Subaquático de São Julião da Barra/Carcavelos – Relatório dos trabalhos de 2012*. CHAM, Câmara Municipal de Cascais e Câmara Municipal de Oeiras.
- GOMES, A. (2013) – *Catálogo de moedas portuguesas*, 6.^a edição. Lisboa: Associação Numismática de Portugal.
- KRAUSE, L. C. & MISCHLER, C. (s/d) – *Standard Catalog of World Coins (1601-1700)*. Collin R. Bruce II, ed.

- MORRIS, R. (1984) – Ferrous clib concretion on small guns. *IJNA*, 13.1, p. 65-94.
- SALGADO, A. & MARTINS, C. (2006) – São Julião da Barra. Relatório da campanha de prospecção de 2005. Relatório não publicado. Lisboa: DGPC.
- SARA R. B. (2002) – *The Artifact Assemblage From the Pepper Wreck: An Early Seventeenth Century Portuguese East-Indiaman That Wrecked in the Tagus River*. Dissertação de Mestrado . Texas A&M University.
- STANBURY, M. (1994) – *HMS Sirius 1790: An Illustrated Catalogue of Artefacts Recovered from the Wreck Site at Norfolk Island*, Special publication (Australasian Institute for Maritime Archaeology), n.º 7, Adelaide: Australasian Institute for Maritime Archaeology.
- YRIARTE-OLIVA, J.de & LÓPEZ-CHAVES SÁNCHEZ, L. (1965) – *Catalogo de los reales de a ocho españoles*. Madrid: Iber-Amer SA.

**CARLOS RIBEIRO (1813-1882) E AS ANTAS DE BELAS: UM CONTRIBUTO
PARA A HISTÓRIA DA CIÊNCIA EM PORTUGAL NO SÉCULO XIX**

***CARLOS RIBEIRO (1813-1882) AND THE DOLMENS OF BELAS:
A CONTRIBUTION FOR THE HISTORY OF SCIENCE IN PORTUGAL
DURING THE NINETEENTH CENTURY***

Rui Boaventura¹ & João Luís Cardoso²

Abstract

An evaluation of Carlos Ribeiro's (1813-1882) work regarding the excavation of four dolmens in the outskirts of Belas (Sintra, Portugal) is presented here. These excavations were initiated in 1875 and extended intermittently until 1878. The results were exemplarily published in a monograph in 1880 containing rigorous descriptions of the monuments and its respective findings (portrayed by beautiful charcoal drawings of the tombs and its findings). The quality of graphic recording is accompanied by a discussion regarding the importance of observing: the construction techniques adopted; how the terrain and geologic background conditioned its construction; as well as the type of raw materials used in the making of artifacts and its meaning.

Thanks to Carlos Ribeiro's own manuscript notes it was possible to complement his published work. These notes are comprised of preliminary parts of the published work together with field observations conducted during the excavations. Also, they were intersected with notations from other publications compiled by Carlos Ribeiro which he used in the discussion of his own results. These documents illustrate how based on a scientific method the author built his archaeological discourse, emerging as one of the pinnacles in his field of knowledge in Portugal, together with his colleagues of the Geological Commission, Francisco Pereira da Costa and Joaquim Filipe Nery Delgado.

Besides illustrating the production of scientific discourse, based on data collected in the field, and then in the lab until its final result, this paper also provides information regarding the number of field work days and respective participants in the last phase of excavations conducted during most of the Summer of 1878 at the monuments of Monte Abraão, Estria and Carrascal/Agualva.

Keywords: 19th Century, Carlos Ribeiro, History of Science, Megalithism, Portugal.

**1 – A COMISSÃO GEOLÓGICA DE PORTUGAL / SECÇÃO DOS TRABALHOS GEOLÓGICOS
DE PORTUGAL E A GÉNESE DOS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE RAIZ CIENTÍFICA
M PORTUGAL**

Evocou-se Carlos Ribeiro (1813-1882) (Fig. 1), engenheiro de minas, geólogo e arqueólogo, em 2013, a propósito dos duzentos anos do seu nascimento, em Seminário organizado por um de nós (J.L.C.) conjuntamente com o Prof. M. Telles Antunes na Academia das Ciências de Lisboa, onde o insigne cientista publicou as suas obras mais notáveis (CARDOSO, 2013). Pretende-se agora rever o seu contributo para o estudo das

¹Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ); Centro de Investigação em Saúde e Antropologia (CIAS); Bolseiro Pós-Doc. da FCT. boaventura.rui@gmail.com

²Universidade Aberta e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). arqueolo@uab.pt

práticas mortuárias das comunidades neolíticas e calcolíticas da Península de Lisboa enquadradas no fenómeno funerário do Megalitismo, as quais foram objecto da tese de doutoramento de um de nós (BOAVENTURA, 2009).

Apesar de remontar a séculos anteriores o interesse dos eruditos pelas construções megalíticas em diversas regiões da Europa, incluindo Portugal, é consensual que a segunda metade do século XIX marcou o nascimento da Arqueologia Pré-Histórica em Portugal, culminando essa intensa actividade na realização em Portugal, em Setembro de 1880, com o patrocínio régio, da *IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas*. Este encontro consagrou o prestígio científico de alguns investigadores portugueses, dentro e fora do país, para o qual Émile Cartailhac (CARTAILHAC, 1880 e 1886) foi um dos seus maiores arautos, sobretudo porque as suas publicações em francês, distribuídas a partir de França, permitiram uma maior exposição da investigação portuguesa perante a comunidade científica internacional. Por outro lado, a estratégia de internacionalização dos trabalhos da Comissão Geológica de Portugal (1853-1868), e da sua sucessora, a Secção dos Trabalhos geológicos de Portugal (1869-1886)

incrementada desde a década de 1860, através de publicações bilingues (em português e francês), bem como as viagens e os contactos estabelecidos com diversos investigadores europeus efectuados por Carlos Ribeiro e Nery Delgado (LEITÃO, 2004; CARNEIRO, 2005), também beneficiou a divulgação da Pré-História do actual território português.

Num contexto europeu de crescimento industrial, em que a procura de potenciais recursos naturais se tornava urgente, depois de um pouco produtivo grupo de trabalho, a Comissão Geológica e Mineralógica, organizada em 1848, chefiada por Charles Bonnet (ANTUNES, 1987; CARNEIRO, MOTA & LEITÃO, 2013), é criada a 2.^a Comissão Geológica de Portugal em 1857, encabeçada por Carlos Ribeiro e Francisco Pereira da Costa (1809-1888). Num afã sem precedente, o primeiro, militar de formação e com maior capacidade para o trabalho de campo, promoveu trabalhos de campo de diversa natureza, com destaque para os relacionados com a Cartografia geológica e a Geologia Económica, tendo para o efeito constituído um operoso grupo de colectores, que instruiu. Simultaneamente, deu atenção à ocorrência de vestígios humanos, atribuíveis a diversos períodos da Pré-história, em alguns casos explorando-os (SANTOS, 1980; CARDOSO, 1999-2000, 2002, 2007, 2013 a), noutros inventariando-os para eventuais trabalhos ulteriores: veja-se o caso das listagens de antas (NETO, 1976-1977), muitas delas integradas nas Cartas Geológicas 1:50.000, que até época recente ainda mantinham essa informação gráfica, complementada nas respectivas Notícias Explicativas por um capítulo dedicado à Arqueologia Pré-Histórica. Aliás, numa folha de preparativos para a campanha da 1859, tal abrangência e cuidado estão patentes ao listar os aspectos que importava registar (Ribeiro in LEITÃO, 2004, p. 235): “[...] *identificação de minerais úteis; zoologia e criação de animais; botânica e agricultura; doenças, epidemias e salubridade; indústria, pesca, comércio e vias de comunicação – terrestres e aquáticas; águas, irrigação, piscicultura; antiguidades – edificios notáveis.*”



Fig. 1 – Retrato de Carlos Ribeiro (1813-1882).

A faceta arqueológica do trabalho da Comissão foi continuada pelo adjunto da mesma, e depois seu Director (já com outro nome, Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, desde 1869 e até 1886), após a morte de C. Ribeiro, em 1882, Joaquim Nery Delgado (1835-1908), também ele militar de carreira e, como o seu antecessor, com contactos internacionais bem estabelecidos, a começar por aqueles que as suas viagens científicas proporcionaram (CARNEIRO, 2001). Não obstante os seus notáveis trabalhos arqueológicos realizados nas gutas calcárias da Estremadura, como a da Casa da Moura e a da Furninha (ZILHÃO, 1993), a partir do momento em que foi investido como Director da Instituição, viu-se obrigado a dedicar a partir dessa altura menor atenção. Não obstante, fez questão de esclarecer, através de novas escavações na Ota, a questão do Homem Terciário no que ao território português dizia respeito, que tanto tinha agitado os espíritos em 1880, formalizando assim um preito de homenagem ao seu Mestre e antigo Director (CARDOSO, 1999-2000; CARDOSO, 2008).

Durante a vigência da segunda Comissão Geológica (1857-1868), os trabalhos arqueológicos, ainda que secundários face aos objectivos da Instituição, versaram questões centradas na origem da espécie humana, e da caracterização dos respectivos vestígios, procurando verificar nos estratos geológicos a sua presença e posicionamento, resultando daí os trabalhos nos depósitos terciários (RIBEIRO, 1871, 1873; CARDOSO, 1999-2000; CARDOSO, 2013 a), que estiveram na origem da reunião em Lisboa de IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas. Tais explorações acompanharam no tempo as intervenções em diversas grutas estremenhas, como as de Maceira e as da área da Cesareda – Casa da Moura, Cova da Moura, Malgasta e Lapa Furada – a que se juntou, pela mesma altura, a primeira intervenção na da Furninha, em 1865 (DELGADO, 1867, 1880, 1884; CARREIRA & CARDOSO, 1992; CARREIRA & CARDOSO, 2001-2002; ZILHÃO, 1993; BICHO & CARDOSO, 2010; CARDOSO & CARVALHO, 2010-2011), bem como a da gruta do Carvalhal de Aljubarota, da qual na época só se publicou curta notícia (DELGADO, 1900-1901).

No vale do Tejo, avultam as escavações efectuadas nos concheiros mesolíticos dos vales das ribeiras de Muge e de Magos (COSTA, 1865; RIBEIRO, 1867; CARDOSO & ROLÃO, 1999-2000; CARDOSO, 2013 b) e em monumentos megalíticos (COSTA, 1868 a, 1868 b; MORTILLET, 1868; RIBEIRO, 1880). Noutras áreas geográficas do País, especialmente no centro interior e no norte, mercê do trabalho esforçado dos colectores, foram localizados numerosos monumentos dolménicos, bem como povoados castrejos, a par de algumas grutas, com destaque para as de Santo Adrião, no concelho de Vimioso, exploradas e publicadas por Nery Delgado (DELGADO, 1888), com espólios pré e proto-históricos.

O eclectismo das investigações então efectuadas e a evidente qualidade das mesmas, desde logo reconhecida além-Pirenéus (DINIZ & GONÇALVES, 1993-1994), evidencia-se pelo longo intervalo de tempo que lhes corresponde, entre o Paleolítico Inferior e a Idade do Bronze Final (tenha-se em consideração os belos fragmentos de cerâmicas com ornatos brunidos recolhidos nas grutas de Maceira/Vimeiro, só identificadas como possuindo ocupações arqueológicas dessa época muito mais tarde (SPINDLER *et al.*, 1973-1974).

O outro membro co-director da segunda Comissão Geológica era F. A. Pereira da Costa (1809-1889), lente de Mineralogia da Escola Politécnica. Concebia a instituição cuja direcção partilhava com Carlos Ribeiro de outro modo do defendido por este. Os trabalhos de gabinete no domínio da Geologia pura seriam para ele prioritários, especialmente os de índole paleontológica, estratigráfica e arqueológica, encarando como subordinados àqueles os de Cartografia Geológica e de Geologia Aplicada.

Esta realidade, que decorria em parte das suas próprias preferências pessoais, pois era pessoa sedentária, que se realizava com os trabalhos de gabinete que ia produzindo, e que constituíam sem dúvida importantes contributos científicos, estiveram provavelmente na origem de grave diferendo com Carlos Ribeiro, que conduziu à extinção da Comissão Geológica nos inícios de 1868. Com efeito, as publicações que Pereira da Costa ia produzindo, de elevados custos tipográficos, retiravam recursos aos trabalhos de reconhecimento

geológico do País, dirigidos por Carlos Ribeiro, que os consideraria, e com razão, sempre insuficientes, criando-se deste modo divergência insanável entre ambos. Foi, portanto, uma diferente perspectiva de ver o futuro da Instituição que ambos dirigiam, que o mesmo é dizer, do lugar das investigações geológicas em Portugal, que terá afastado definitivamente duas personalidades já de si tão diferentes, e não razões do foro íntimo, aspecto que usualmente tem sido valorizado (CARNEIRO, 2005; CARDOSO, 2013 a).

2 – PEREIRA DA COSTA, ANTECESSOR DE CARLOS RIBEIRO NO ESTUDO DOS MONUMENTOS DOLMÉNICOS PORTUGUESES

Tendo sido nomeado membro correspondente do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, realizado em Paris em Agosto de 1867, Pereira da Costa enviou uma Memória ao Congresso, abordando em parte os monumentos megalíticos portugueses, que constitui o primeiro contributo de base científica sobre tais manifestações no território português.

Embora o seu conteúdo se reparta por vários aspectos distintos, desde os vestígios mais recuados da existência humana no território português, passando pela ocupação das cavernas, pelas Idades do Bronze e do Ferro, e, finalmente pela abordagem das raças humanas pré-históricas, são os monumentos megalíticos que ocupam a maior parte da Memória, com a inventariação de 39 dólmenes, distribuídos pelo Alentejo, Estremadura, Beira e Trás-os-Montes.

Tal Memória, cuja apresentação oral foi ilustrada por moldes em gesso expressamente preparados em Lisboa para o efeito, foi incluída no volume das actas (COSTA, 1868 a), embora tenha resultado em boa parte de trabalhos de campo realizados por outros membros da Comissão Geológica, designadamente Carlos Ribeiro e Nery Delgado, a par de outros, como Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral.

Porém, ao contrário do que já tem sido dito (LEITÃO, 2004, p. 218), sem a necessária justificação, não se pode atribuir a este facto qualquer atitude de má-fé para com os outros membros da Comissão, Carlos Ribeiro e Nery Delgado, já que Pereira da Costa teria por incumbência a preparação dos conteúdos de um catálogo representando os trabalhos que, no domínio da Arqueologia, vinham sendo desenvolvidos pela Comissão Geológica, destinado à Exposição Universal de Paris daquele mesmo ano de 1867, iniciativa que se goraria, por então terem emergido os desentendimentos que originaram, no ano seguinte, a extinção da Comissão, conforme é relatado pelo próprio: “[...] *depois de ter feito a escolha e a descrição dos objectos que deviam ser enviados à exposição universal de Paris, e depois de se acharem representados em estampas os mais importantes d’esses objectos, ocorreram circunstancias pelas quaes, me foi impraticavel a conclusão d’este trabalho, e apesar de todas as nossas diligencias, a industria dos tempos prehistoricos de Portugal, deixou de ser representada na secção da historia do trabalho na exposição de 1867 em Paris.*” (COSTA, 1868 b, p. V).

Tais litografias, reproduzindo materiais das grutas da Casa da Moura e da Furninha, bem como do povoado da Rotura, só recentemente foram dadas a conhecer (CARREIRA & CARDOSO, 1996).

Descontando os contributos setecentistas devidos a Martinho de Mendonça de Pina e de Proença e a Frei António da Madre de Deus Guerreiro, aquele muito fantasioso, este provavelmente mais completo, já que inventariava mais de 300 dólmenes, mas hoje perdido, nas publicações de Pereira da Costa (COSTA, 1868 a, 1868 b) apresenta-se um conjunto de elementos por si coligidos em 1867,¹ relativos a monumentos megalíticos;

¹A notícia da apresentação dos materiais enviados por F. Pereira da Costa a Paris, por G. Mortillet (1868, p. 32) indica, por lapso ou gralha, o ano de 1861.

estas observações, reunidas em bela monografia onde são discutidas com outras informações, que bem evidenciam a actualização dos conhecimentos do seu autor (COSTA, 1868 b), constituem a primeira tentativa sistemática de registo e discussão de monumentos dolménicos no território português e uma das mais precoces efectuadas na Europa. Declarou então Pereira da Costa: “[...] *desejoso de dar ao congresso uma noticia sobre estes monumentos do nosso paiz, fiz uma digressão, em que empreguei apenas treze dias, e fui ver e explorar as Antas, que ainda hoje se acham em melhor ou peor estado no concelho de Castello de Vide, na provincia do Alemtejo.*” (COSTA, 1868 b, p. VII). Desta missão resultou lista de treze antas, das quais visitou 8 e promoveu a escavação de quatro, ainda que com fracos resultados. Além daqueles dados, coligiu ainda informações de outros cinquenta sepulcros megalíticos, baseando-se noutros autores, aparentemente, sem a sua confirmação in loco, como sucedeu no caso da anta da “Villa de Nisa” (BOAVENTURA, FERREIRA & SILVA, 2014).

A participação de Pereira da Costa no Congresso de 1867 seguiu de perto o questionário científico então proposto naquele encontro (COSTA, 1868 b), no que concerne às questões que deveriam ser abordadas na caracterização dos megálitos, como se indica na p. 10 das respectivas Actas:

– *Les monuments mégalithiques sont-ils dus à une population qui aurait occupé successivement differents pays?*

– *Dans ce cas, quelle a été la marche de cette population? Quels ont été ses progrès successifs dans les arts et dans l'industrie?*

– *Enfin, quels rapports ont pu exister entre cette population et les habitations lacustres, dont l'industrie est analogue?*

Ainda que as respostas ficassem aquém do que o próprio desejava, alguns dos seus considerandos demonstram que conhecia a literatura então existente acerca do assunto, originando síntese ao nível do melhor que então se fazia além-Pirenéus, já que a qualidade da investigação então produzida em Portugal não era acompanhada pela efectuada em Espanha, na mesma década de 1860. Daí a importância do seu desafio: “*Oxalá que este fraco começo disperte nas pessoas que se acharem em condições opportunas para ampliar os conhecimentos a este respeito, o desejo de fazerem conhecidos a existencia, e o estado d'estes monumentos, que apesar da devastação a que teem estado sujeitos, ainda abundam em algumas das nossas provincias, principalmente no Alemtejo e nas Beiras. Só depois de bem conhecida a distribuição d'estes monumentos no nosso paiz, é que se poderá conhecer a marcha que n'elle executou o povo que os construiu.*” (COSTA, 1868 b, p. VIII).

A acção de Pereira da Costa, no domínio do estudo do megalitismo envolveu ainda a impressão de pelo menos dez litografias, de grandes dimensões, representando-se em nove delas várias dezenas destes monumentos, correspondendo a décima a conjunto de espólios arqueológicos, como placas, contas e um báculo (o báculo de Martim Afonso), que corporizam as primeiras reproduções de tais objectos. Este conjunto integraria um outro álbum, para além do que se projectava apresentar na Exposição de Paris de 1867 mas que, pelas razões já apontadas, jamais viria a ser publicado, constituindo as referidas gravuras hoje em dia raridades bibliográficas (Fig. 2).

3 – A ACCÇÃO DE CARLOS RIBEIRO: ANTAS, GRUTAS NATURAIS E ARTIFICIAIS E POVOADOS PRÉ-HISTÓRICOS

As concepções distintas de Carlos Ribeiro e de Pereira da Costa sobre o que deveriam ser as prioridades do organismo que ambos dirigiam, acabaram por originar posições profissionais e pessoais antagónicas, levando à crise da Comissão Geológica de Portugal, já existente em 1867, com a consequente extinção desta, nos começos de 1868, culminando, em Dezembro de 1868, com a ordem de transferência da colecção dos

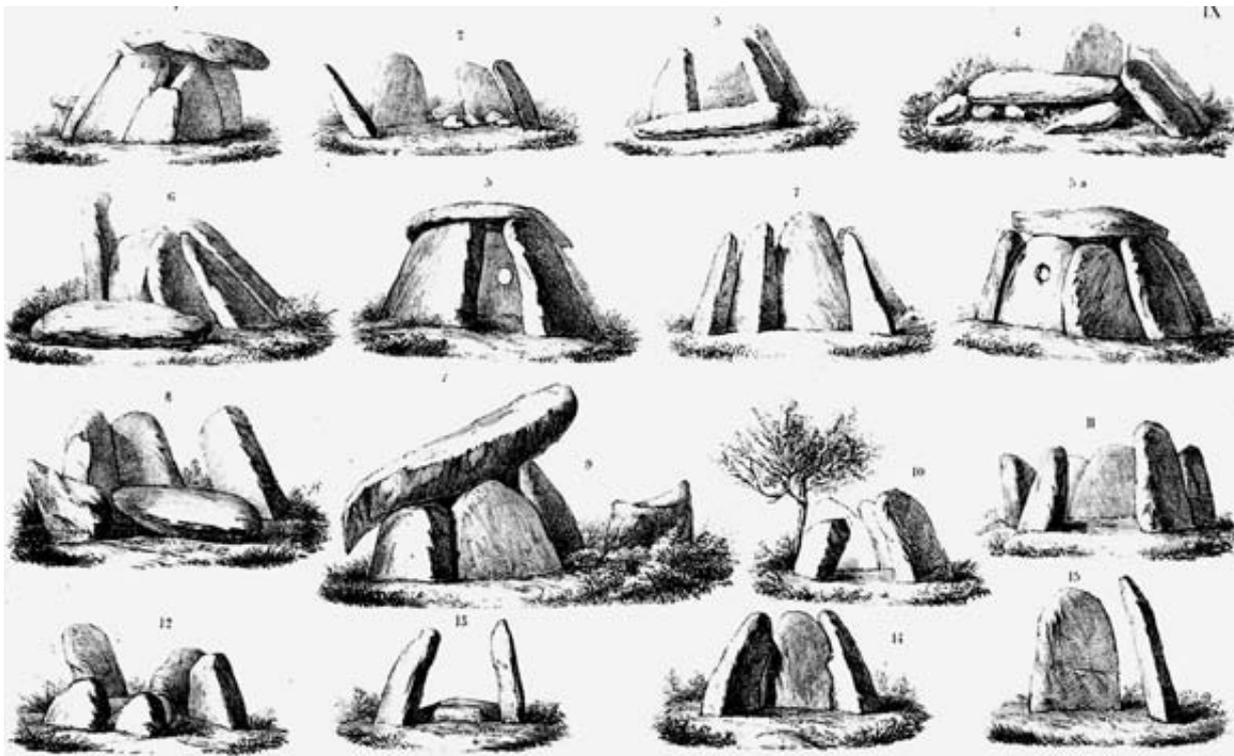


Fig. 2 – Uma das nove folhas litografadas reproduzindo vistas de antas desenhadas a carvão, executadas por iniciativa de Pereira da Costa antes da extinção da Comissão Geológica de Portugal em 1868. Notar, na segunda linha, ao centro, o desenho da antade Candeeira, na serra de Ossa, com a particularidade de possuir uma abertura no esteio de cabeceira, correspondendo à primeira representação deste monumento (Arquivo J. L. Cardoso).

espécimes recolhidos (geológicos e arqueológicos), incluindo a biblioteca, para a Escola Politécnica, onde Pereira da Costa era lente de Mineralogia (ANTUNES, 1987, 1989; CARDOSO, 2013 a). Porém, na sequência de nova mudança governamental, a extinta Comissão é recriada, em Dezembro de 1869, agora somente sob a direcção de C. Ribeiro, mantendo Nery Delgado o estatuto de adjunto, sob a designação de Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal.

Para colmatar as perdas das colecções registadas em 1868, que no entanto não foram totais, pois ainda hoje se conservam espólios da gruta da Furninha com etiquetas datadas de 1865, que devem ter permanecido na Comissão Geológica (CARDOSO & CARVALHO, 2010-2011), a década de 1870 registou intensa actividade arqueológica, até porque, depois da decisão do Governo português, tomada em finais de 1878, de reunir em 1880 o Congresso Internacional de Arqueologia e de Antropologia Pré-Históricas, importava recolher o maior número possível de testemunhos pré-históricos, para serem apresentados aos membros do Congresso.

O interesse de Carlos Ribeiro pelo estudo dos dólmenes da região de Belas remonta à década de 1870, tendo publicado em 1880 o resultado das suas investigações com a indicação cartográfica dos respectivos monumentos (RIBEIRO, 1880, Est. 1) (Fig. 3).

Os primeiros resultados expressaram-se por comunicação apresentada à Secção de Antropologia da Associação Francesa para o Progresso das Ciências, reunida em 1878 em Paris, intitulada “*Dolmens et grottes sépulcrales du Portugal*” (RIBEIRO, 1878 a). Nela dá notícia do início das escavações dos monumentos da região de Belas: “*A présent on a commencé des fouilles dans le groupe de Bellas, à 15 kilomètres N.-O. de Lisbonne; un*

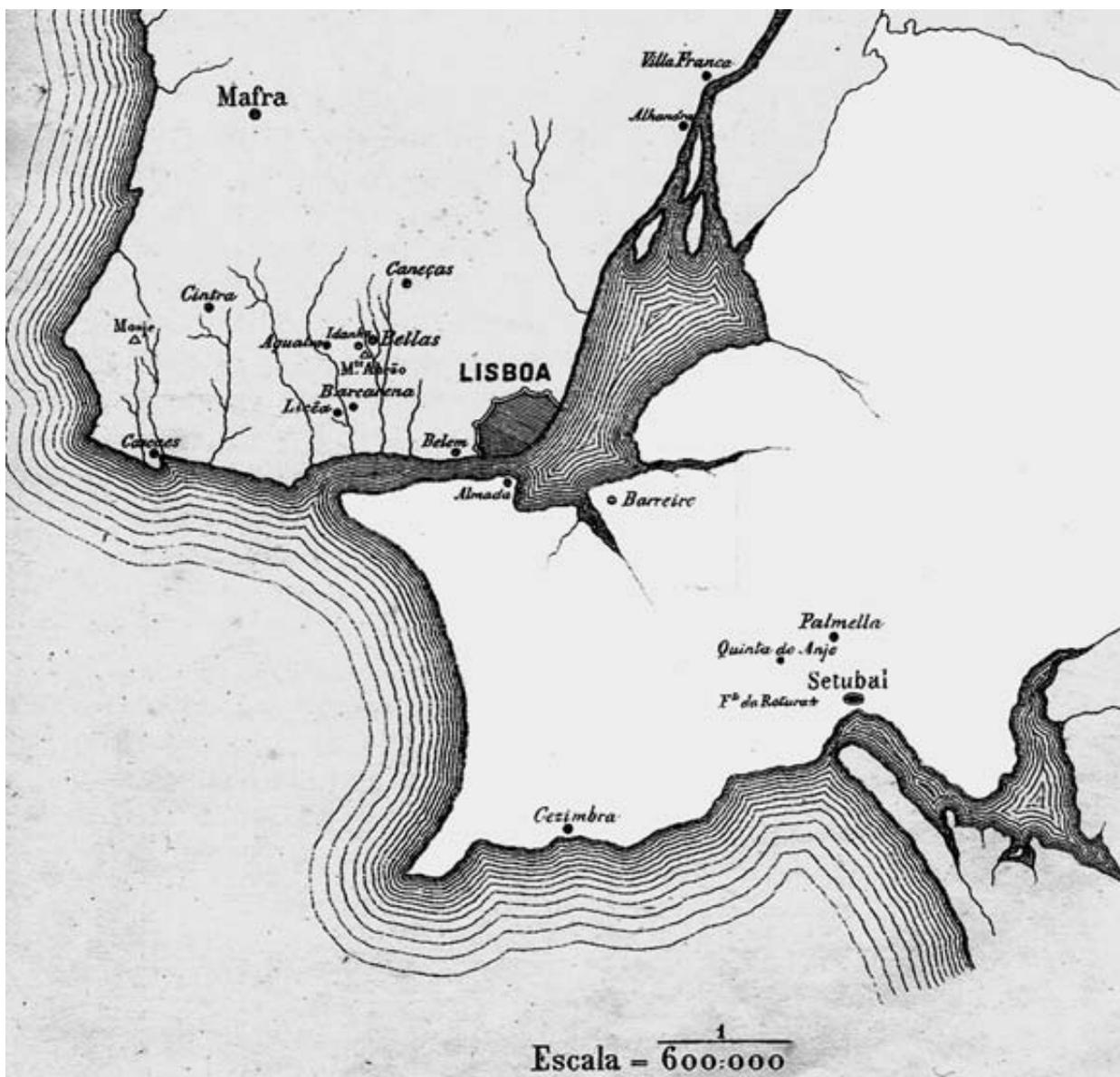


Fig. 3 – Localização da anta de Monte Abraão e da anta do Carrascal/Agualva. As antas da Pedra dos Mouros e da Estria não se distinguem, neste mapa, da de Monte Abraão (seg. RIBEIRO, 1878, Est. 1) (Arquivo J. L. Cardoso).

dolmen est sans galerie au lieu dit Pedra dos Mouros, trois sont avec galerie, à Monte Abrao, à Estria, d'Agualva. Tal notícia encontra-se ilustrada por duas estampas, uma delas alusiva aos dólmenes de Carrascal / Agualva e de Monte Abraão (Fig. 4).

As antas referidas somam-se a outras, também identificadas no decurso dos reconhecimentos geológicos então efectuados na região de Lisboa, como sejam as de Pedras Grandes, Alto da Toupeira 1, Batalhas, Casal do Penedo e Carcavelos, além do *tholos* do Monge (RIBEIRO, 1880). Também a publicação das quatro grutas artificiais do Casal do Pardo, exploradas pelo colector António Mendes em 1876, tinha sido planeada por Carlos Ribeiro, não concretizada, ao contrário da gruta artificial da Folha das Barradas publicada também em 1880.

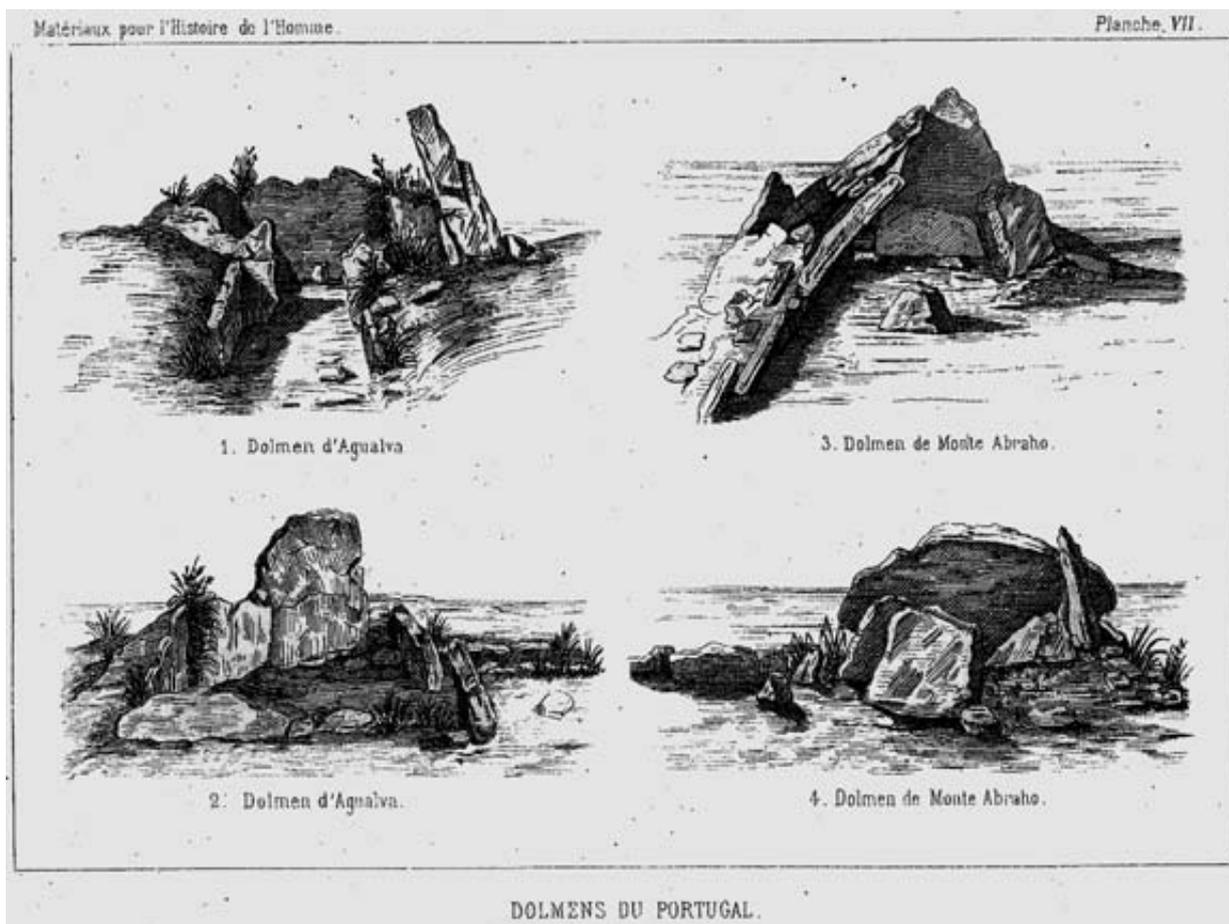


Fig. 4 – Gravura litográfica reproduzindo desenhos a carvão das antas de Carrascal/Aqualva e de Monte Abraão (seg. RIBEIRO, 1878 a, Pl. VII) (Arquivo J. L. Cardoso).

A par destas estações, foram exploradas no final da década de 1870 as grutas naturais da Cova da Raposa/Cova Grande² e Cova do Biguino, na região de Olelas (Sintra), só publicadas muito mais tarde e de forma genérica (NOGUEIRA, 1931), do Moinho da Moura (associada ao povoado de Leceia) (RIBEIRO, 1878 b), da Ponte da Laje (CARDOSO, 2013 c), e das grutas de Porto Covo e do Poço Velho (GONÇALVES, 2008 e 2009).

Além dos sítios referidos, depois da morte de C. Ribeiro, diversas grutas e antas foram exploradas sob a supervisão de J.N. Delgado, nomeadamente as grutas do Carvalhal de Aljubarrota (DELGADO, 1900-1901) e, na região transmontana, as grutas de Santo Adrião (DELGADO, 1889). Também as antas de Sobreira 1, São Gens 1 e Saragonheiros 1 e 2 foram então exploradas por sua iniciativa (BOAVENTURA, FERREIRA & SILVA, 2013, 2014).

Todos os sítios referidos tiveram notícia publicada ou, pelo menos, os seus materiais foram depositados no Museu Geológico, devidamente etiquetados com indicação de proveniência. Este cuidado museológico foi deveras importante, evitando extravios e misturas evitáveis, resultantes de remodelações ulteriores da exposição arqueológica (algumas bem recentes e evitáveis).

²O estudo que se espera dar à estampa em breve, concluiu que as grutas de Cova da Raposa e Cova Grande serão uma mesma realidade.

C. Ribeiro também procurou perscrutar nos restos antropológicos de alguns sepulcros, em particular de Monte Abraão e Folha das Barradas, informação hoje comumente expectável, como o número mínimo de indivíduos, a idade e o sexo – algo entretanto relegado para um plano secundário a favor de avaliações ráticas dos indivíduos exumados em contextos pré-históricos de Portugal, seguindo a tendência europeia, que perdurou até à década de 1980. Também a classificação faunística foi evidenciada, nomeadamente acerca de restos do povoado pré-histórico de Leceia (RIBEIRO, 1878 b, p. 66), a par da identificação, naquele povoado, de artefactos de pedra polida confeccionados em rochas anfibolíticas, o que remetia a sua origem para mais de uma centena de km de distância, configurando comércio de matérias-primas de origem geológica a assinaláveis distâncias, realidade que foi o primeiro a observar, realçando também assim, o seu pioneirismo.

Associados aos trabalhos arqueológicos conduzidos por Carlos Ribeiro e Nery Delgado, no âmbito da Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, a partir de 1869, há que registar, de Francisco de Paula e Oliveira, a autoria de diversos estudos antropológicos dedicados aos restos humanos mesolíticos e neolíticos (OLIVEIRA, 1884), e de Alfredo Bensaúde (BENSAÚDE, 1884 e 1889), sobre a natureza mineralógica de artefactos líticos ou a composição dos artefactos de cobre, igualmente pertencentes ao acervo da referida Instituição.

Assim se explica que, da exploração das antas da região de Belas, resultassem observações de assinalável qualidade, quer no respeitante às construções propriamente ditas, quer no que se refere à natureza dos respectivos espólios e seu significado.

4 – AS ANTAS DE BELAS VISTAS POR QUEM AS EXPLOROU E PUBLICOU

O conjunto constituído pelos quatro monumentos dolménicos da região de Belas: Pedra dos Mouros, Monte Abraão e Estria, todos separados uns dos outros de algumas centenas de metros, a que se junta a anta de Carrascal, um pouco mais afastada para Oeste, revela aspectos dignos de nota acerca da qualidade de trabalho de C. Ribeiro.

Um dos aspectos que ressalta, é o cuidado que aquele demonstrou na descrição da implantação das antas e seu enquadramento geológico e geomorfológico, a par da identificação das características dos monumentos e de particularidades resultantes da sua escavação, igualmente estendidas à análise das peças recuperadas.

Pedra dos Mouros: A anta de Pedra dos Mouros (Código Nacional de Sítio - CNS-11301) era conhecida de Carlos Ribeiro desde a década de 1850 – como o próprio declarou no manuscrito adiante apresentado mas sem que lhe tenha compreendido o significado – época em que procedeu ao reconhecimento geológico dos arredores de Lisboa para o abastecimento de água à cidade. O monumento só foi explorado em 1876, tendo para tal obtido a autorização e o apoio do proprietário, o Marquês de Belas (RIBEIRO, 1880).

Tal como aconteceu de início com Carlos Ribeiro, nem todos os autores se aperceberam de ser aquela estrutura uma anta, titulando-a “*Penedos na quinta de Bellas*”, associados a lendas de mouros (BARBOSA, 1862; BOAVENTURA, 2009). Importa referir que o esteio de maiores dimensões deste monumento, fortemente inclinado, era especialmente utilizado para propiciar a fecundidade feminina, segundo informações de O. da Veiga Ferreira a um de nós (J.L.C.), escorregando as mulheres ao longo do mesmo, em contacto directo com a pedra. Com efeito, era célebre a romaria anualmente ali realizada por peregrinos, que se empoleiravam no monumento, conforme se pode ver numa foto de J. Benoliel, de 1907 (CARDOSO & BOAVENTURA, 2011, Fig. 3 A) (Fig. 5), cujas origens eram por certo muito anteriores à fundação da capela do Senhor da Serra, e da respectiva romaria.



Fig. 5 – Dia de Romaria do Senhor da Serra, com vários populares encarrapitados na anta da Pedra dos Mouros. Foto J. Benoiel (Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa 1900-1910).

Carlos Ribeiro descreveu-o como “*um monumento incompleto*”, apenas com três ortóstatos remanescentes, *in situ* (Fig. 6). O esteio *A* encontra-se inclinado para norte, apresentando, 5 metros de comprimento, acima do solo, por 3,7 m de largura e 0,27 m de espessura média. Este apoiava-se parcialmente no esteio *B*, à data ainda inteiro, com 4,5 m de comprimento, por 2 m de largura e 0,25 m de espessura média. Por sua vez, este estaria encostado ao esteio *C*, com cerca de 4 m de largura, mas aflorando apenas a 1 m acima do solo, pois encontrava-se partido, não se avistando qualquer fragmento em redor. Durante a escavação, encontrou ainda quatro lajes menores que considerou poderem corresponder a fragmentos de outras maiores ou,

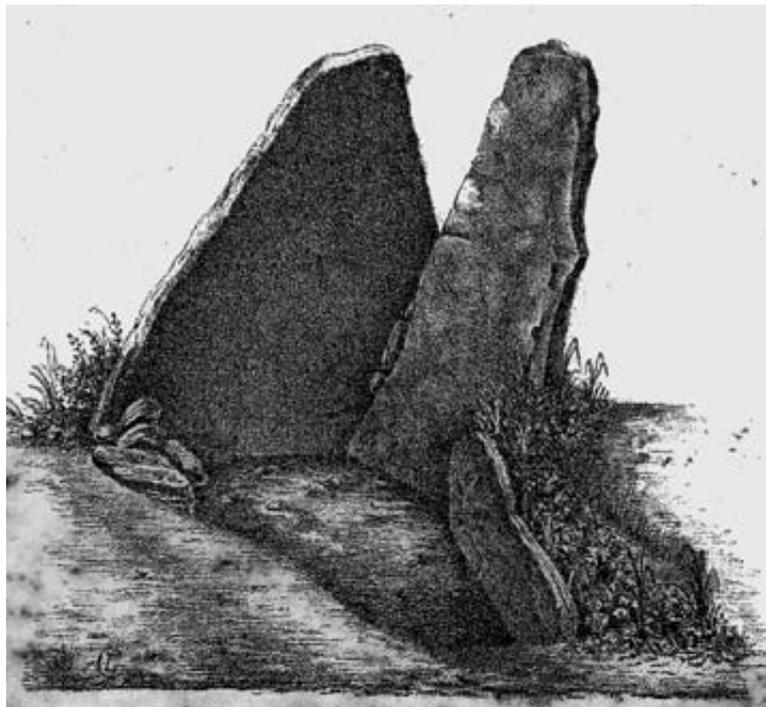


Fig. 6 – A anta da Pedra dos Mouros, conservando ainda dois dos seus grandes esteios de pé (seg. RIBEIRO, 1880, Fig. 3), desenho da autoria de Luiz Couceiro, assinado pelas iniciais, LC.

eventualmente, “da mesa ou chapéu que coroava o monumento, se é que o teve” (RIBEIRO, 1880, p. 6). Na sua planta, representou dois desses blocos do lado nascente. Os três esteios, mas provavelmente os restantes blocos também, eram de “*calcareo argiloso cinzento mui duro*”, em tudo semelhantes ao substrato imediato (RIBEIRO, 1880, p. 6), caracterização ainda hoje possível de verificar. C. Ribeiro pensava que a cabeceira do sepulcro seria do lado sul, constituída pelos esteios A e B. Segundo ele, a exploração da anta realizou-se no espaço compreendido entre os três esteios detectados, com um formato trapezoidal, até uma profundidade 0,80 m. Nessa área foi possível observar que a base dos esteios assentava no filão-camada de “*porphyro trachytico*”, que havia reduzido a dureza dos estratos calcários.

A degradação do monumento foi rápida: assim, se a fotografia tirada por G. e V. Leisner, em 1933, ainda revela ainda a existência dos dois grandes esteios A e B, encostados um ao outro, já uma fotografia tirada com Abel Viana, nos finais da década de 1950 ou inícios da seguinte, revela o esteio B já tombado (Fig. 7). Pior, o único esteio que se mantinha de pé fracturou-se recentemente a cerca de meia altura, caindo a metade superior por terra, separada em vários fragmentos. É lamentável que não tenha havido precauções que tivessem evitado o colapso registado, apesar de o conjunto das antas de Belas (Monte Abraão, Estria, e a presente estar classificado como Monumento Nacional desde 16 de Junho de 1910. E ainda mais lamentável é o facto de, vários anos decorridos sobre o acidente, ainda não tenha sido efectuado o restauro que se impõe.

Carlos Ribeiro notou que o conteúdo do sepulcro fora já revolvido, sendo os achados “*pouco fructuosos*”. Essa impressão confirmou-se com a presença, no fundo da escavação, de uma moeda portuguesa de cinco reis, de cobre, datada de 1741 (paradeiro desconhecido), mas, sobretudo, pelas informações de habitantes locais,



Fig. 7 – A anta da Pedra dos Mouros: em cima conservando ainda dois dos seus grandes esteios de pé, fotografados por G. e V. Leisner em 1933 (Arquivo Leisner, DGPC); em baixo, apenas com um dos dois grandes esteios ainda de pé, ao lado do qual Abel Viana se fez fotografar, nos finais da década de 1950 ou inícios da seguinte (foto Arquivo O. da Veiga Ferreira / J. L. Cardoso).

que referiram a exploração daquele dólmen, cerca de doze anos antes (1864?), recolhendo-se ali bastantes objectos. Infelizmente, C. Ribeiro não conseguiu obter dos seus informadores mais detalhes. Assim, concluía que aqueles visitantes buscavam tesouros, tendo atingido todos os cantos da área escavada.

Conforme se referiu noutra lugar (BOAVENTURA, 2009), é provável que os objectos atribuídos a uma “anta de Belas”, provenham, de facto, de Pedra dos Mouros, sobretudo porque esses materiais surgem associados a fichas antigas de J. L. Vasconcelos, referindo serem de “*exploração e rótulos de Pereira da Costa*” (cf. LEISNER, 1965, Taf. 53, 2).



Fig. 8 – A anta de Monte Abraão, fotografada por G. e V. Leisner em 1933 ou 1944 (Arquivo Leisner, DGPC).

Monte Abraão: A anta de Monte Abraão (CNS-655) (Fig. 8), da Pedra do Monte Abraão (RIBEIRO, 1880), designação que também consta dos cadernos manuscritos do ANEXO 2, ou do Alto de Monte Abraão (SIMÕES, 1878; etiqueta da peça MG178.242), terá sido igualmente identificada por C. Ribeiro, tal como a antecedente, em meados do século XIX, mas a sua escavação só terá ocorrido muitos anos depois, e em diversos momentos, a crer nas etiquetas coladas em alguns materiais, em Fevereiro de 1875 (1.02.1875 – MG178.242; 8.02.1875 – MG178.2 e 56), Maio e Junho de 1877 (20.05.1877 – MG178.240 e 243; 31.06.1877 – 178.215) e Setembro de 1878 (7.09.1878 – MG178.186 e 187). Este último ano, conforme as folhas diárias publicadas no ANEXO 1, foi dedicado à conclusão da escavação, no decurso dos meses de estio, seguida da crivagem de terras, pois os dentes soltos são as peças que apresentam esta data, com a menção a “*terra joeirada*” (MG178.186, 187, 194, etc.).

Segundo C. Ribeiro (RIBEIRO, 1880, p. 9) Monte Abraão era o mais bem conservado de todos “*os megalithos [...] nas vizinhanças de Bellas*”, com uma orientação oeste-este, apresentando um estilo diferente de Pedra dos Mouros, que apontava para Norte, segundo Carlos Ribeiro. O sepulcro foi implantado na bancada de calcários duros do Cenomaniano superior, encontrando-se parcialmente coberta por uma capa de argila “*vermelho-sanguínea*”, nalguns pontos atingindo a espessura de 0,60 m, resultante da alteração do manto basáltico situado a poucos metros para sul. Para a sua implantação, o recinto foi escavado, bem como os alvéolos dos ortóstatos, admitindo o autor, o uso do fogo para a quebra e desagregação de algumas partes do substrato. No entanto, as lajes utilizadas na construção do edifício foram sacadas a algumas centenas de metros para norte, na bancada subjacente, que permitiu a obtenção de blocos regulares, ainda que bastante rugosos.

O sepulcro apresenta uma câmara constituída, pelo menos, por 6 ortóstatos (A-F), cujo maior deles era o esteio de cabeceira (Fig. 9), sobre o qual assentava ainda parcialmente a laje de cobertura. O esteio principal surgia ainda reforçado, pela face interna, por uma laje em cutelo, e um anel pétreo pelo exterior, que se estenderia aos restantes ortóstatos. C. Ribeiro apontava ainda três esteios (H, I e J) alinhados no lado sul do corredor, aparentemente, ainda *in situ* (RIBEIRO, 1880, p. 9-11; LEISNER, 1965, Taf. 54), descrevendo,

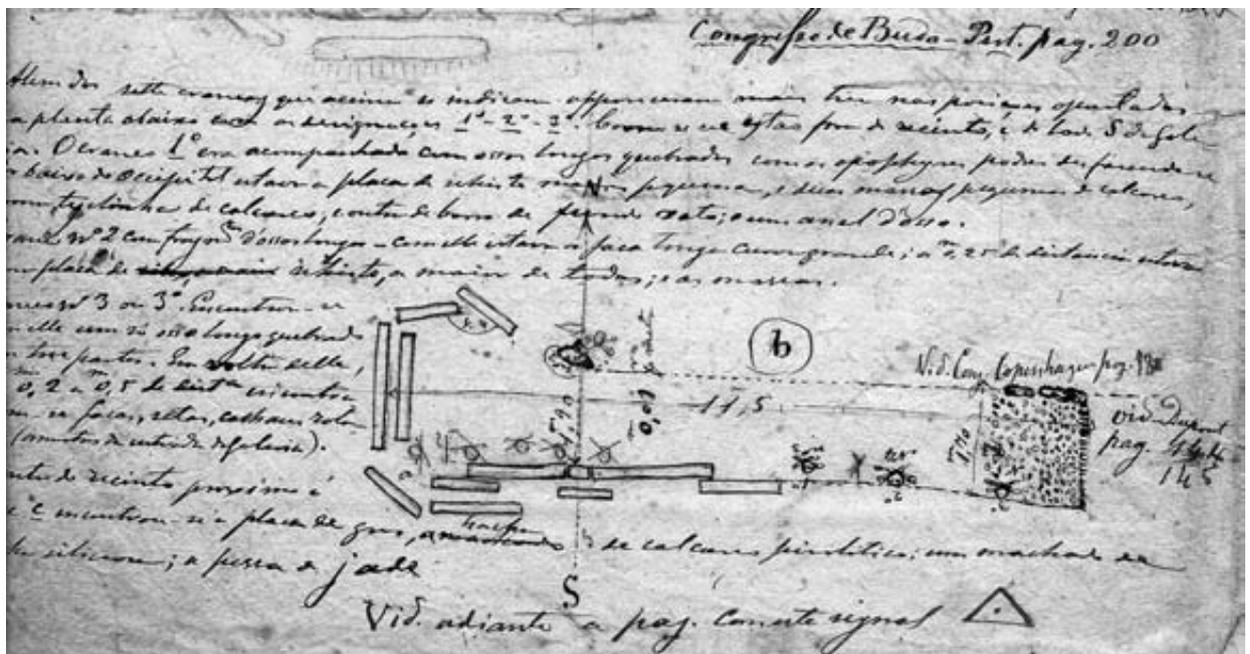
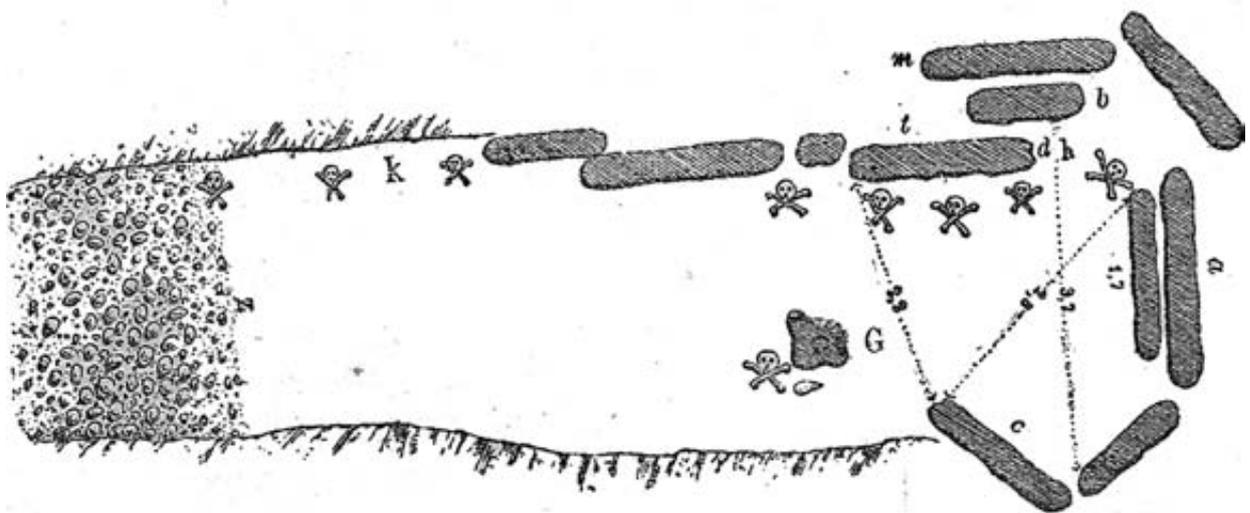


Fig. 9 – Planta da anta de Monte Abraão (seg. RIBEIRO, 1880, Fig. 4), em cima, e esboço da planta da mesma inserido no original autógrafo do mesmo autor (ANEXO 2), em baixo.

no lado norte, além de uma pequena laje em cutelo, K (G em RIBEIRO, 1880), um alinhamento de pedras orientado a este, por vezes na vertical, por uma extensão de 3 a 4 metros, provavelmente calços dos esteios entretanto desaparecidos. A restante extensão do corredor foi presumida pelos achados, nomeadamente, uma concentração de seixos fluviais em quartzito, basalto e calcário, sob a qual ainda se encontraram restos ósseos. No entanto, estes seixos também parecem ter surgido por toda a área da anta, sobretudo na camada superficial, talvez um vestígio do manto tumular.

Como já ocorrera com a Pedra dos Mouros, C. Ribeiro não terá compreendido totalmente a estrutura de Monte Abraão. Assim, interpretava a laje G, não como o chapéu da anta, mas como apenas um dos esteios propositadamente inclinado e sustido pelo esteio D, considerando que aquele sepulcro não fora desenhado para

receber uma laje de cobertura, distinguindo-se por isso dos outros sepulcros da região (RIBEIRO, 1880, p. 12).

Apesar de reconhecer que o sepulcro pudesse ter sido devassado e remexido anteriormente, C. Ribeiro também anotava que “[...] os exploradores deixaram ali os objectos de arte que encontraram, por não lhes comprehendem o valor, ou por não terem encontrado entre elles coisa alguma que lhes dispertasse a cubiça” (RIBEIRO, 1880,

p. 13), de alguma forma contradizendo os motivos para o reduzido espólio da anta de Pedra dos Mouros.

A escavação foi iniciada pela área da câmara, avançando depois pela galeria. “E à medida que a terra ia sendo arregaçada, tomava-se nota da posição em que iam sendo encontrados os objectos mais importantes, e depois era catada com cuidado. Em seguida estas mesmas terras, depois de bem seccas, foram joeiradas, conseguindo-se assim um grande augmento na colheita dos objectos havidos n’este dolmen” (*idem, ibidem*). Contudo, tal tarefa de crivagem de terras só terá sido realizada, ou pelo menos concluída, quase três anos após o início da intervenção, como se mencionou *supra*.

Infelizmente, do cuidado no registo da proveniência dos achados, apenas é possível obter algumas informações na publicação.

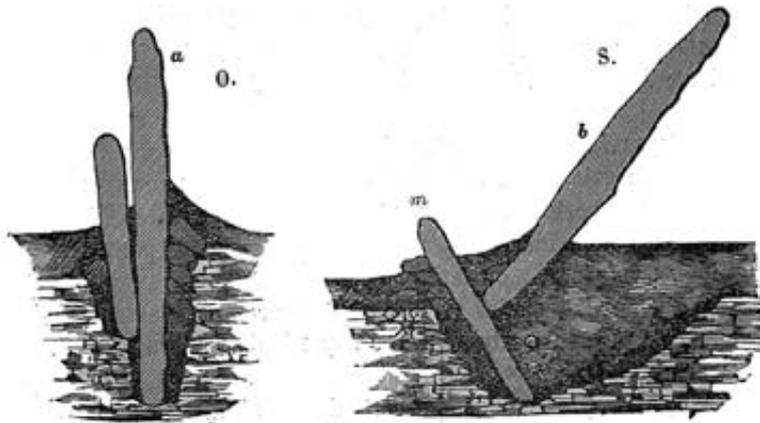
Os apontamentos autógrafos a que foi possível aceder, nos quais se basearam a redacção da memória publicada em 1880, e que se transcrevem na íntegra no ANEXO 2, permitem perceber, na ausência de cadernos de campo, as condições e as fases que presidiram à escavação deste dólmen.

Uma primeira constatação foi o cuidado dispensado à caracterização do modo como se fixaram os esteios do monumento no terreno, mediante a abertura de roços nos calcários que constituem o substrato geológico local, admitindo para o efeito, como acima se referiu, o uso do fogo (Fig. 10). Tal atenção à tecnologia construtiva pré-histórica não foi estranha a formação de Carlos Ribeiro no campo da Engenharia Militar e de Minas.

A segunda constatação, relaciona-se com o cuidado dispensado à localização dos restos humanos, os quais se encontraram, na sua maioria, do lado sul, o que parece coincidir com o lado do sepulcro melhor preservado. A excepção ocorreu apenas junto ao esteio *K*, elemento que reforça a hipótese de um maior estreitamento do corredor.

Os achados estavam concentrados nas mesmas áreas que as ossadas humanas. Analisando a sua dispersão e tipo, não se nota nenhuma disposição inusitada, o que, também, só seria pertinente com a localização integral dos objectos. É, no entanto, possível verificar que o ídolo-placa (MG178.20) foi recolhido próximo do esteio *D*, na entrada da câmara. Uma concentração de vários artefactos, junto a *K*, foi realçada por C. Ribeiro, apontando ali, para além de ossadas humanas, dois ídolos afuselados (um deles o MG178.10), um punhal (MG178.6), lâminas (MG178.63 e 64) (Fig. 11), o ídolo almeriense (MG178.24) e várias pontas de seta (Fig. 12).

A aludida concentração de seixos de natureza petrográfica distinta, bem evidenciados na planta do monumento, poderia ser interpretada como um simples arranjo de pavimento da entrada do corredor. Contudo, a possibilidade de corresponder a um altar, de alguma forma semelhante a outros casos reconhecidos na região de Lisboa, como na gruta do Correio-Mor, no Sudeste espanhol (nomeadamente em alguns sepulcros



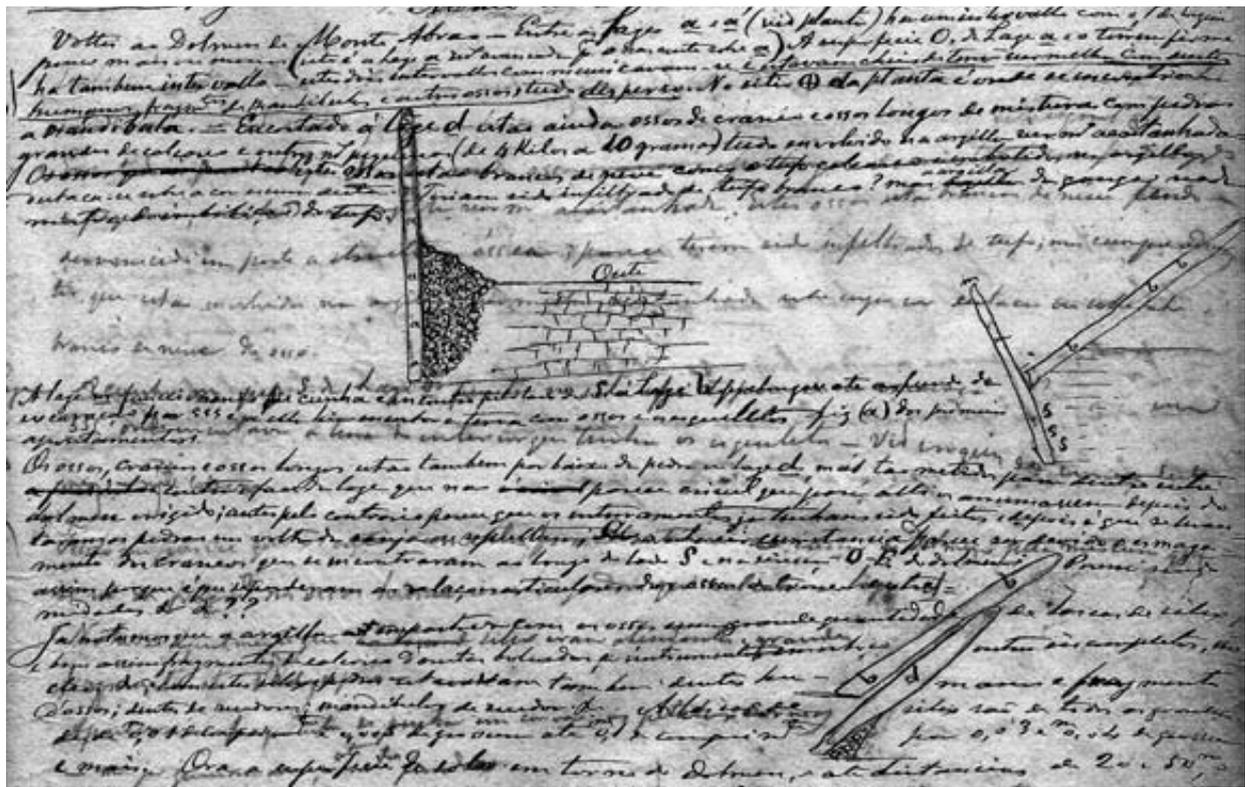


Fig. 10 – Na página da esquerda, pormenor da fundação dos esteios da anta de Monte Abraão no substrato calcário (seg. RIBEIRO, 1880, Figs. 7 e 8). Nesta página, em cima e em baixo, esboços dos mesmos inseridos no original autógrafo do mesmo autor (ANEXO 2).

de Los Millares, Almeria) e na Galiza (CARDOSO *et al.*, 1995), não deverá ser ignorada. Isto, porque, se nos dois primeiros casos, os elementos envolvidos correspondem, de facto, a peças claramente trabalhadas, na Galiza, apesar da evidente concentração, alguns desses objectos não se apresentam tão claramente afeiçãoados, situação que também poderia ocorrer em Monte Abraão. Aliás, a interpretação adiantada (RIBEIRO, 1880, p. 61) aproxima-se deste sentido: “*Parece-nos pois podermos inferir d’este facto que o emprego dos referidos seixos, estranhos á localidade, não era para cobrir os restos mortaes dos indivíduos ali inhumados [...] mas significaria acaso o cumprimento de um preceito religioso, ou seria a expressão de uma homenagem de sentimento, de respeito e de saudade prestada*

pelos parentes e amigos dos finados ali depositados, lançando cada qual na jazida uma pedra trazida de longe, de forma arredondada, que symbolisasse uma ideia, um pensamento, o da eternidade por exemplo, se é que na época dos dolmens já havia uma tal ou qual noção a este respeito.”

Finalmente, apesar da dificuldade de preservação de muitas dos restos humanos detectados, visto “[...] *que não era possível tocar numa apophyse e em muitos ossos esponjosos, que não se desfizessem logo em pó ou em miúdos fragmentos*” (*op. cit.*, p. 60), C. Ribeiro anotou uma série de considerações para o conjunto osteológico humano recuperado. Ainda que não seja hoje possível perceber que ossos foram recuperados e onde, as concentrações osteológicas principais foram assinaladas em planta, diferenciando entre esqueletos (cinco ou seis) e peças ósseas soltas. Ao longo da sua descrição nomeava os tipos de ossos identificados, sobretudo os crânios, bem como as associações com artefactos.

Face ao estado revolto de muitas das ossadas humanas, C. Ribeiro colocou a hipótese de “[...] *que os indivíduos a que diziam respeito tivessem sido sepultados n’outros logares, d’onde, depois de consumidas as partes molles, tivessem os seus restos sido removidos para o logar do dólmen*” (*op. cit.*, p. 58), admitindo portanto deposições secundárias na sequência de transladação. Contudo, argumentava contra aquela hipótese por causa do elevado investimento na construção do sepulcro, bem como pelas abundantes oferendas que se encontraram acompanhando os restos mortais. Assim, apontou uma outra explicação para a dispersão das ossadas: “*Ora é claro que em qualquer d’estas posições [cadáver de cócoras ou sentado com a cabeça apoiada nos joelhos], e depois do desaparecimento das partes molles do cadaver, deviam as peças osseas do esqueleto separar-se, e grande parte d’ellas misturarem-se mais ou menos confusamente, se este modo de sepultar foi executado em Monteabráo.*” (*op. cit.*, p. 58). A partir dessa questão adiantava ainda a possibilidade da pré-existência de enterramentos antes da erecção da anta, argumentando para isso com o imbricamento das lajes B e E, esta última atravessando “[...] *a terra vermelha contendo ossos humanos dispersos e quebrados*” e com os restos ósseos recolhidos

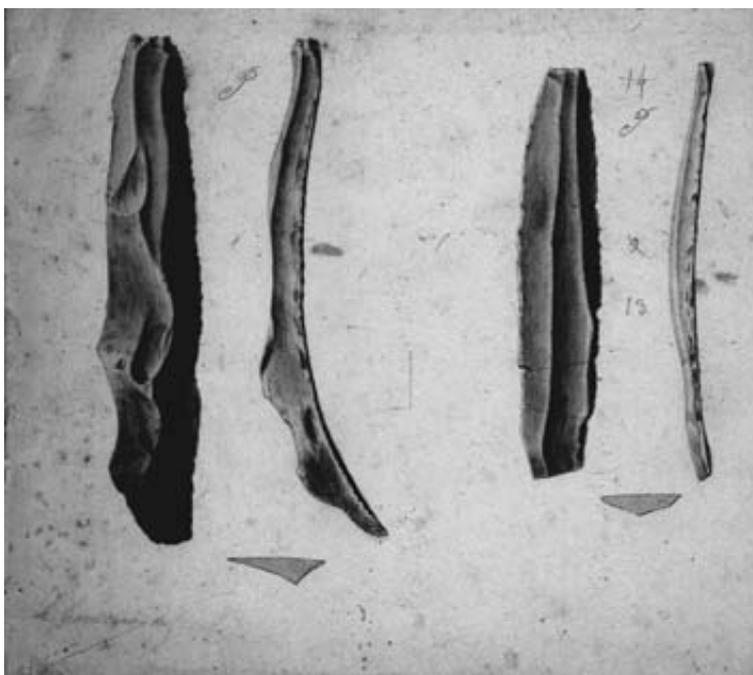


Fig. 11 – Desenhos a carvão de duas lâminas de sílex da anta de Monte Abraão, por Luiz Couceiro, funcionário da Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, reproduzidos ulteriormente (RIBEIRO, 1880, Figs. 13 e 14). Comprimento da maior: 145 mm.

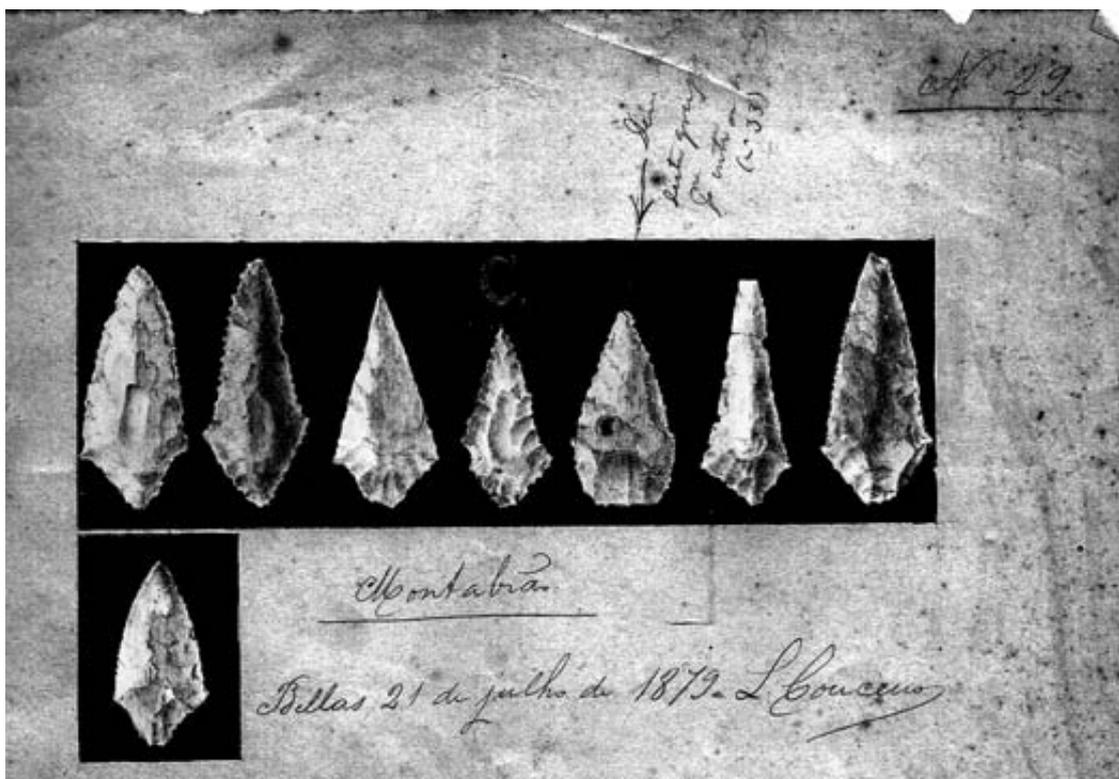
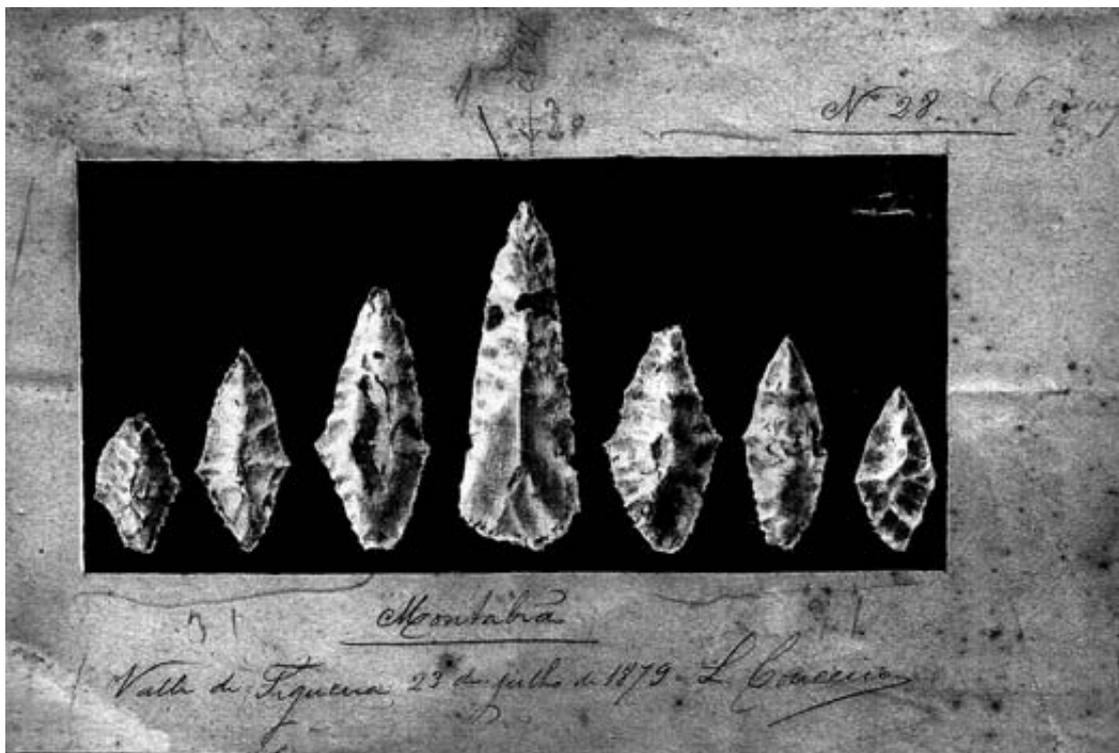


Fig. 12 – Desenhos a carvão de pontas de seta de sílex da anta de Monte Abraão, por Luiz Couceiro, datados de Vale de Figueira (distrito de Santarém), de 23 de Julho de 1879 (em cima) e de 21 de Julho de 1879, reproduzidos ulteriormente (RIBEIRO, 1880, Figs. 30, 31 e 32). Comprimento da maior: 48 mm.

entre os esteios (*op. cit.*, p. 59). Ressalvando o pioneirismo destes trabalhos, julga-se que a reapreciação actual destas evidências coloca reservas a esta última possibilidade.

Outro aspecto pioneiro no texto de C. Ribeiro, também ensaiado na gruta artificial de Folha das Barradas, ainda que de forma menos sistemática, foi a tentativa de estimar o número de indivíduos com base em elementos do esqueleto humano, no presente caso, os dentes caninos. De facto, este tipo de exercício apenas voltará a ser realizado desta forma nas últimas décadas do século XX, quando se impõem em Portugal novos procedimentos para a avaliação de restos antropológicos. Assim, a partir dos 252 dentes caninos de indivíduos adultos, o autor estima cerca de 63-64 pessoas como número aproximado, a cujo cômputo junta a existência de maxilares/mandíbulas de idosos, já com os molares gastos e os alvéolos dos caninos “obliterados”, e de não-adultos ainda em desenvolvimento, e conclui que “[...] não será exagerado dizer que o numero dos individuos a quem pertenciam aquelles dentes não era inferior a oitenta.” (*op. cit.*, p. 59). Face a tal conclusão, rematava, declarando: “[...] é fácil comprehender que a inhumação de um tão crescido numero de individuos, não poderia ter-se realizado senão de um modo sucessivo, com intervallos de tempo mais ou menos longos, o que importaria frequentes remeximentos nas terras, para dar logar a novas inhumações, e nos quaes teriam sido revolvidos, quebrados, e misturados a maioria das peças osseas dos esqueletos que ali jaziam.” (*op. cit.*, p. 59).

Estria: A anta da Estria (CNS-3001), da Cova da Estria (RIBEIRO, 1871-1875; SIMÕES, 1878), Estearia ou Esteria (vd. apontamentos de Carlos Ribeiro, publicados neste artigo, ANEXO 2), ou ainda Istria (FERREIRA, 1959, p. 215), é a terceira do conjunto de Belas e, tal como as anteriores, foi identificada por Carlos Ribeiro (Fig. 13). Segundo um pequeno apontamento, no único caderno de campo de Carlos Ribeiro que o aborda, e que um de nós (R.B.) localizou no Arquivo Histórico do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, este sepulcro conheceu uma primeira intervenção entre Janeiro e Fevereiro de 1875 (RIBEIRO, 1871-1875). Em 26 de Janeiro, o autor refere este “*Dolmen no casal do Estrias, 200 m a O. do muro da Quinta do Marquez de Bellas, e situado n’uma depressão do solo* ou a descer [para] *uma baixa ou depressão que esta a S. da Idanha*”, referindo-se ainda ao local por “*Cova da Estria*” (RIBEIRO, 1871-1875). Aquela data é próxima de outra, constante em etiqueta colada em osso longo, indicando “*8/2/[18]75 Da propriedade do Sr. Abreu, cova da Estria*” (MG719.40).

Os documentos agora publicados sobre as folhas diárias dos trabalhos de escavação realizados neste monumento provam que os mesmos se prolongaram no Verão de 1878, sabendo-se mesmo os nomes dos intervenientes, pelo menos alguns deles (Scolla, Pedrozo), colectores da Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal (ANEXO 1).

C. Ribeiro valorizou desde logo as peculiares características de implantação deste sepulcro, “[...] *como que occulto n’uma prega ou dobra de terreno, deixando apenas ver á flôr do solo no acto da descoberta, os topos de algumas das suas pedras.*” (RIBEIRO, 1880, p. 62). Aliás, a própria denominação de “Estria” reflecte essa ideia de prega ou sulco no terreno, embora seja também utilizada designação “Estearia” e “Esteria” (ver ANEXO 2) (Fig. 14). Tal localização resultara, segundo o autor, da intenção de aproveitar uma estreita faixa de calcário alterado, em resultado da acção do filão “*porphiroide*” que se registava também junto à Pedra dos Mouros. Assim, a construção ajeitou e enterrou-se dentro daquela faixa, orientada es-nordeste / oes-sudoeste, com cerca de 2 a 5 metros de largura. Dada a sua implantação, desta anta não era possível observar os outros dois sepulcros do conjunto, apesar das distâncias de 400 m para Pedra dos Mouros, a nordeste, ou de 300 m para Monte Abraão, a sudeste.

Segundo C. Ribeiro, a anta apresentava um recinto com câmara e galeria, semelhante a Monte Abraão, ainda que mais cravado e encostado ao substrato rochoso. Na câmara indicava “*nove lages erguidas ao alto*” (Fig. 15). Apesar de remeter essa leitura para a planta, naquela apenas é possível verificar a existência de sete

esteios e dois pequenos blocos (o que perfazia os nove elementos construtivos indicados), embora refira mais adiante que completavam “[...] *o recinto ou câmara, outras lajes de menor porte cravadas no solo.*” (*op. cit.*, p. 63). Analisando o alçado em perspectiva (*op. cit.*, Fig. 65), notam-se os referidos sete esteios, juntamente com outros blocos do provável estreitamento da câmara para o corredor. Esta passagem era “[...] *delimitada por dois renques de pequenas lajes de calcareo cravadas de cutello no terreno, e paralelos entre si*”, por cerca de dez metros, mas não apresentou essa parte da estrutura em planta, ocorrendo o mesmo no esquiço do seu apontamento (RIBEIRO, 1871-1875; 1880, p. 63-64). A não representação da área do corredor poderá dever-se ao aspecto caótico dos blocos mas, também, porque os trabalhos naquele troço poderão não ter sido devidamente registados. Finalmente, apesar do autor ter detectado alguns grandes fragmentos de blocos, não encontrou nenhum que lhe parecesse, de facto, parte da cobertura do sepulcro.

Todos os blocos da anta eram, segundo Carlos Ribeiro, de calcário duro cinzento extraídos nas bancadas locais. Eram denominados pelos cabouqueiros como “*bancos reaes*”, e permitiam obter lajes de grandes dimensões “[...] *capazes de resistir a grandes cargas, e á acção destruidora do tempo, como as empregadas em pontões e em outras de caracter rustico que exigem segurança, duração e economia.*” (*op. cit.*, p. 63), sendo, pois, do mesmo tipo das lajes utilizadas nas antas de Pedra dos Mouros e Monte Abraão

Na câmara, foi possível verificar o típico imbricamento da maioria dos esteios a partir da cabeceira (A). Este esteio, com superfícies rugosas e alveolares, ainda que erodidas, foi ladeado por duas lajes (B e E) em



Fig. 13 – A anta da Estria, fotografada por G. e V. Leisner em 1933 ou 1944 (Arquivo Leisner, DGPC). Notar o estado de abandono e de entulhamento do monumento.



Fig. 14 – A anta da Estria, fotografada nos finais da década de 1950 / inícios da seguinte (Arquivo O. da Veiga Ferreira / J. L. Cardoso). Notar que os terrenos em volta se apresentam agricultados, contrastando com a situação observada na década anterior e que o monumento se encontra assinalado com uma placa de ferro, instalada pela Câmara Municipal de Sintra na década de 1950, sob a presidência do arqueólogo Prof. Joaquim Fontes.

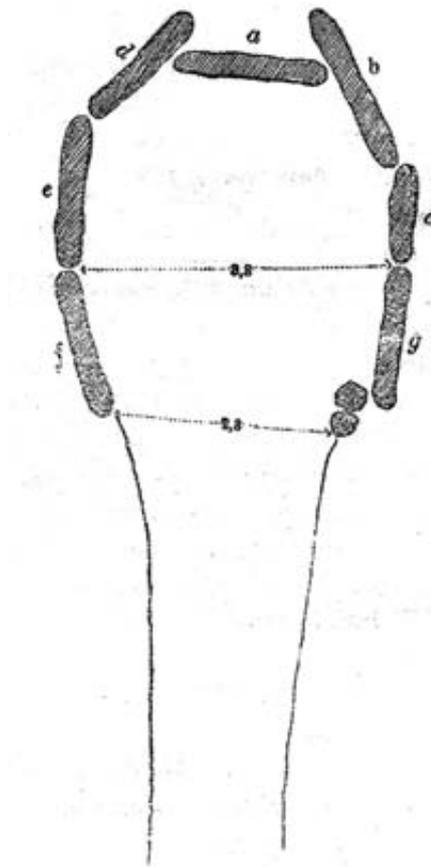
que as suas faces, com icnofósseis, foram dispostas para dentro do recinto (CARDOSO & BOAVENTURA, 2011, Fig. 7 B). Por sua vez, os esteios seguintes (C-D e F), também tiveram a mesma disposição emparelhada para o interior. Isto porque os esteios C e D aparentam ter constituído outrora um só bloco, entretanto quebrado, disposto de forma peculiar para melhor aguentar a pressão das terras da encosta, apoiando-se nos extremos exteriores de B e H. Finalmente, os esteios G e H apresentavam-se relativamente lisos sem os mencionados fósseis. À semelhança da situação em Monte Abraão, também aqui a disposição destes esteios, em que uma das faces estava completamente preenchida de icnofósseis entrelaçados, optando os construtores do megálito por uma disposição simétrica, poderá ter uma razão estética, ou mesmo mágico-religiosa.

Como é possível verificar, tanto Carlos Ribeiro (RIBEIRO, 1880, p. 63), como V. Leisner (LEISNER, 1965, Taf. 57), não registaram o esteio H, por se encontrar partido, sendo menos evidente que os restantes à data da escavação. Esta, por seu turno, não terá atingido o substrato rochoso em toda a área do recinto. Por outro lado, pelas imagens obtidas pelos Leisner na visita de 1944 (A. Leisner, Leis64), este sepulcro encontrava-se bastante entulhado (Fig. 13), pelo que é também compreensível a leitura então obtida, que se limitou ao levantamento do alçado visível, a nor-nordeste. Assim, a primeira imagem que foi possível consultar do esteio H resultou dos trabalhos de limpeza e salvaguarda realizados por iniciativa do IPPC, em 1986, por Teresa Marques.

A câmara da anta, com o esteio de cabeceira (A) com cerca de 2,75 m de altura (acima da solo) e 1,9 m de largura na base, teria cerca de 4 m de comprimento por cerca de 3,80 metros de largura máxima, prolongando-se o corredor por “uns 10 metros”, extensão hoje recriada, sem que se saiba, de facto, se foram detectados alvéolos ou outros vestígios passíveis de garantir tal passagem e alcance, porque, infelizmente dos trabalhos de reescavação, efectuados em 1995 por Ana Carvalho Dias do então IPPAR, ainda não foi apresentado relatório técnico ou publicação.

Apesar da dúvida latente quanto à caracterização da passagem da câmara para o corredor, bem como a geometria e comprimento deste, é possível no entanto concluir que este sepulcro apresentava uma câmara poligonal, com sete esteios, já referida por V. Leisner (LEISNER, 1965), pelo que a sua classificação como “galeria coberta” adiantada por O. V. Ferreira (1959) não parece confirmar-se, embora seja compreensível, dadas as dúvidas acima manifestadas e não cabalmente esclarecidas.

Algo notado pelo escavador da anta, e atribuído às circunstâncias da sua implantação, foi a orientação do monumento para poente. De facto, as leituras realizadas nos últimos anos apontam um rumo aproximado de 213° ou 212° (HOSKIN, 2001). Para além do condicionamento topográfico referido, também a inclinação do terreno obrigava àquela orientação, caso contrário o recinto sepulcral estaria sujeito à rápida entrada de sedimentos e colmatagem tornando-o inacessível. A opção por aquela orientação, fez com que o monumento se enterrasse paulatinamente na encosta, não se conhecendo dados acerca de uma eventual mamoa, embora se observem alguns blocos do que poderia ser um anel contraforte exterior.



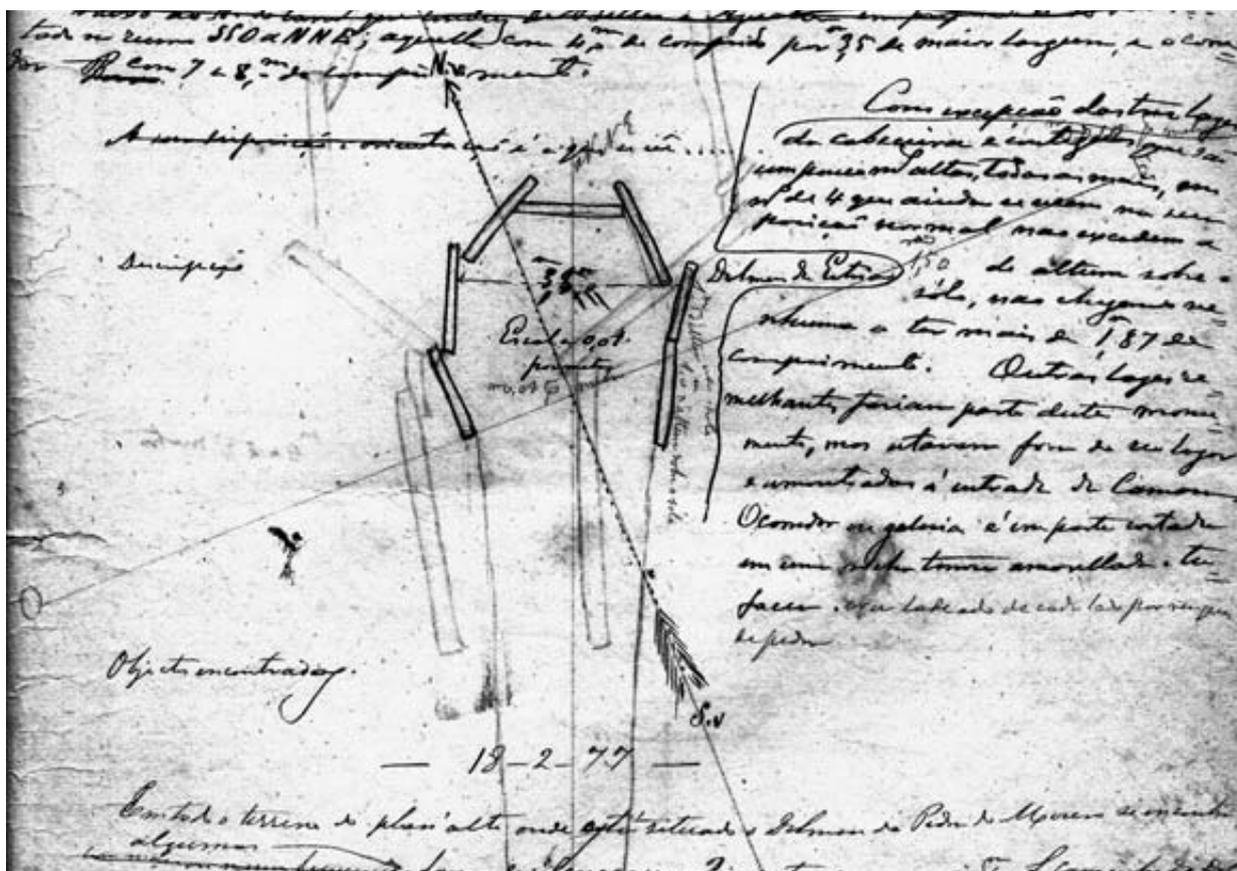


Fig. 15 – Planta da anta da Estria (seg. RIBEIRO, 1880, Fig. 64), na página da esquerda, e esboço da mesma inserido no original autógrafa do mesmo autor (ANEXO 2), nesta página.

Segundo C. Ribeiro o sepulcro já teria sido profanado. “Isto é já tinham sido remexidas as terras que estavam dentro d'elle, e despojadas de quasi todos os objectos d'archaeologia e restos humanos que com ellas se achavam.” (RIBEIRO, 1880, p. 64). Essa situação explicaria então o reduzido espólio recolhido.

Os restos osteológicos humanos, à semelhança do espólio restante, foram recolhidos no conteúdo revolto do sepulcro, em elevado estado de fragmentação, e sem qualquer indicação de localização. Segundo C. Ribeiro (1880, p. 67), eram essencialmente “fragmentos de ossos longos, do cráneo, e dos maxillares”, registando-se inteiros apenas um úmero de indivíduo adulto e diversas falanges e, ainda, muitos dentes soltos. Durante o estudo dos ossos humanos foi possível localizar um úmero quebrado e colado (MG-719.39), posteriormente utilizado para datação.

Agualva: O sepulcro megalítico do Carrascal (CNS-4295), também conhecido por anta ou dólmen de Agualva (RIBEIRO, 1880), está classificado como Monumento Nacional (sob o nome Agualva) por Decreto de 16 de Junho de 1910 (*Diário do Governo*. n.º 163, de 23 de Junho de 1910). Para além do topónimo local “Carrascal”, é ainda conhecido por “Fonte das Eiras” (BOAVENTURA, 2009, p. 68).

A designação de “Carrascal”, utilizada por O. Veiga Ferreira (1959) e V. Leisner (1965), surgia associada ao material em depósito no Museu Geológico, pelo menos em 1944 (ALEISNER, 1964), eventualmente desde a

sua recolha. Esta denominação permitiu também àqueles autores distinguir este sítio de Agualva, do *tholos* encontrado também naquela localidade, em 1951 (FERREIRA, 1953).

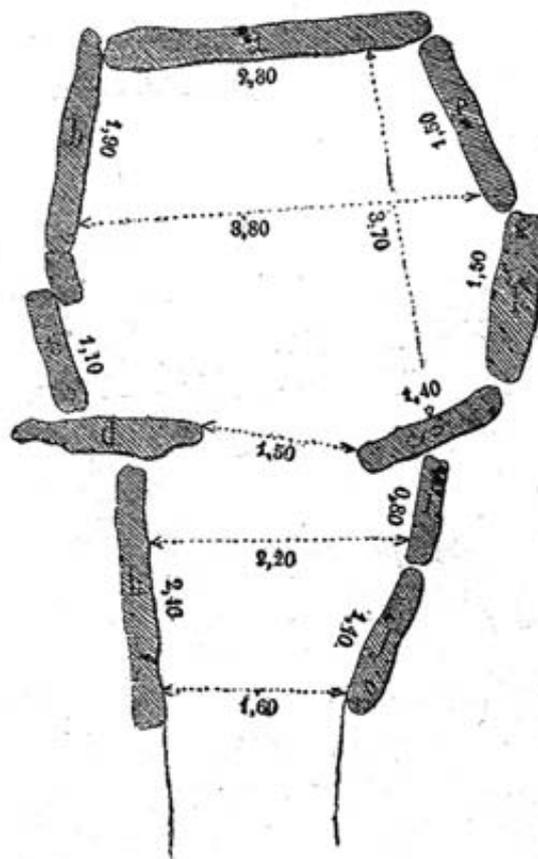
O monumento foi identificado durante os levantamentos geológicos conduzidos por C. Ribeiro, constando entre os sepulcros que o geólogo dá a conhecer na sua segunda notícia de estudos pré-históricos (RIBEIRO, 1880, p. 67-69), não muito distante do grupo de Belas.

No único caderno de campo de C. Ribeiro (1871-1875) que foi possível localizar no arquivo do LNEG, ainda que outros possam existir³, constam alguns apontamentos acerca da escavação desta anta, bem como a sua planta, com medições ligeiramente diferentes das publicadas (RIBEIRO, 1880, Fig. 66) (Fig. 16). Além de situar a intervenção, que terá ocorrido, pelo menos, em 28 de Fevereiro de 1875, a restante informação coincide com aquela disponibilizada na publicação posterior. Os elementos constantes do ANEXO 1, permitem situar a segunda e última etapa da intervenção no Verão de 1878, articulando-se a presença dos colectores no terreno com a escavação dos monumentos megalíticos anteriormente referidos.

Segundo C. Ribeiro (1880, p. 68) os construtores daquela anta buscaram “[...] *um solo brando atacável aos utensílios de pedra, para ali abrir não só a praça, mas os caboucos para o accommodamento e construcção*” deste monumento (Fig. 50, p. 3). De facto, apesar de se localizar em mancha de calcários e margas, do Albiano-Cenomaniano médio e inferior (ALMEIDA, coord., 1991), o sepulcro terá sido implantado, em pequena colina, numa zona alterada, próxima de filões de “*rocha feldspática eruptiva*”, provavelmente correspondendo a filões traquíticos não cartografados naquela área, mas sim na de implantação das já referidas antas de Pedra dos Mouros e Estria (RIBEIRO, 1880). Assim, de acordo com o próprio, para além da localização, aquela escolha subordinou também a sua orientação; no seu apontamento regista-se a orientação WNW-ESE, que coincide com a indicada na planta inserida no manuscrito adiante transcrito (ANEXO 2). Finalmente, indica que a extracção dos esteios teria sido efectuada nas bancadas calcárias imediatas.

Georg e Vera Leisner visitaram a anta a 5 de Janeiro de 1944. As fotos então tiradas, juntamente com a documentação, permitem observar os diversos afloramentos disponíveis em redor (Fig. 17).

Nessa altura, a maioria dos seus esteios apresentava-se relativamente preservada e *in situ* (BOAVENTURA, 2009, Fig. 50). Estes formavam uma câmara poligonal de 7 esteios, continuada por corredor baixo e curto, do qual faltavam já as duas lajes do lado norte, anteriormente desenhadas por C. Ribeiro (1880), mas mantendo-se



³A inventariação e catalogação do imenso espólio dos antigos Serviços Geológicos de Portugal são processos abertos.

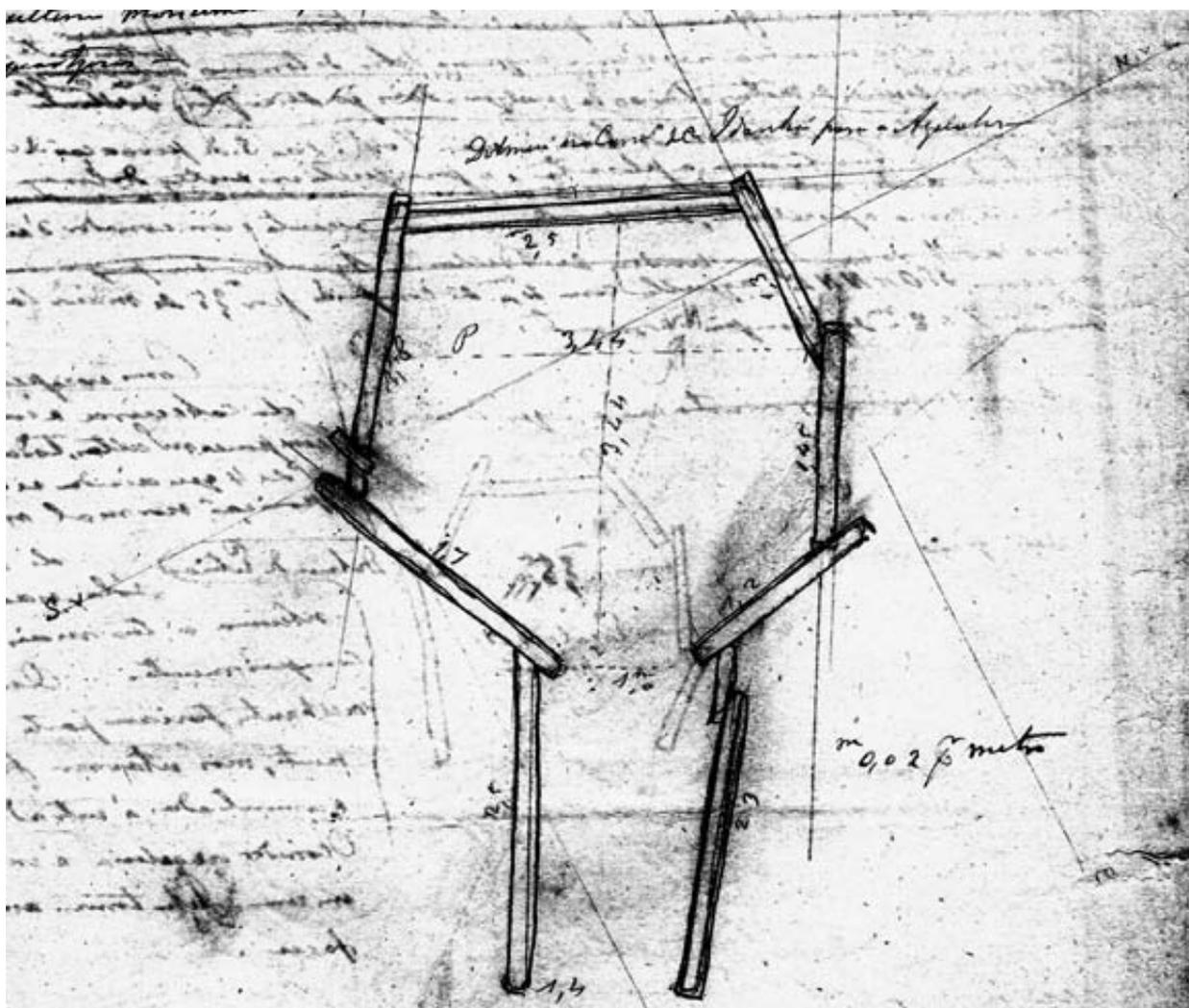


Fig. 16 – Planta da anta do Carrascal/Agualva (seg. RIBEIRO, 1880, Fig. 66), na página da esquerda, e esboço da planta da mesma inserido no original autógrafa do mesmo autor (ANEXO 2), nesta página.

a única do lado sul. As medições do sepulcro respeitantes às larguras de esteios e dimensões dos espaços da câmara e corredor, publicadas por C. Ribeiro (1880, p. 67) divergem das anotadas no seu caderno de campo (RIBEIRO, 1871-1875), e são igualmente distintas das anotadas no desenho que acompanha um dos documentos ora publicados (ANEXO 2); mais importante, a própria disposição dos esteios registada nesse esboço, é claramente distinta da versão impressa em 1880; tal poderá dever-se a uma última visita, em que o registo tenha sido efectuado com outros critérios, designadamente no respeitante ao número de esteios, contabilizando-se os fracturados como elementos independentes.

No caso das anotações do casal alemão, para além de separar os esteios *B* e *C*, aquelas medidas abrangem também a altura, espessura e inclinação dos esteios.

As medidas abaixo referidas baseiam-se nos apontamentos de G. e V. Leisner de 1944 (ALEisner, Leis64), cruzadas com as publicadas – apenas na largura do esteio de cabeceira parece surgir um divergência significativa, talvez devido a algum lapso.



Fig. 17 – A anta do Carrascal / Agualva, fotografada por G. e Vera Leisner em 1933 ou 1944 (Arquivo Leisner, DGPC).

Quadro 1 – Dimensões dos esteios do dólmen da Agualva/Carrascal

Esteio	C. Ribeiro, 1871-1875	C. Ribeiro, 1880	Leisner, 1965 L × A × E
A	2,5	2,8	2,35/2,80 × 1,8 × 0,2
B	(B + C) 1,8	1,9	1,80 × 1,8 × 0,26
C	–	1,1	1,30 × 1,3 × 0,36
D	1,7	?	1,70 × 1,9 × 0,34
E	1,3	1,5	1,30 × 1,3 × 0,26
F	1,45	1,5	1,43 × 2,2 × 3,20
G	1,2	1,4	0,90 × 1,3 × 0,24
H	2,5	2,1	2,4 × 1,05 × –
I	(I+J) 2,3	0,8	–
J	–	1,4	–
Diâmetro câmara	3,44	3,80 / 3,70	3,5
Comprimento corredor	[2,5 / 2,3]	[2,5 / 2,2]	[2,4]
Largura corredor	1 / 1,42	1,5/2,2/1,6	–
Medições em metros			

Perante os diversos registos verifica-se uma consonância genérica das dimensões, condizente com o cariz megalítico da estrutura. No alçado de G. e V. Leisner (LEISNER, 1965, Taf. 57: 2), foi assumida a existência de uma colina tumular significativa, sem contudo ter sido realizada qualquer intervenção no sentido de a identificar (BOAVENTURA, 2009, Fig. 52, 1). Aliás, a observação actual do terreno contradiz tal leitura, dada a existência de afloramentos a cotas aproximadas às dos esteios.

O sepulcro apresenta-se bastante enterrado, emergindo os topos dos seus esteios, pelo lado exterior, apenas cerca de meio metro de altura acima do solo envolvente. Esta realidade evidencia a justeza da observação de Carlos Ribeiro quanto à escavação do substrato geológico para a construção do monumento. O seu interior, escavado por C. Ribeiro, encontra-se hoje “vazio”, contribuindo para a inclinação cada vez mais acentuada dos ortóstatos. Os resultados da sua exploração foram parcos, pois a anta teria já sido explorada anteriormente, tendo os seus visitantes despojado “[...] a câmara e galeria dos objectos d'arte que ali deveria haver, de modo que só [achou] alguns raros fragmentos de sílex e de vasos de barro, dentes e fragmentos de pequenos ossos humanos.” (RIBEIRO, 1880, p. 69). Após aquela acção, os anteriores visitantes teriam repostos a terra quase até quase ao topo do sepulcro. Durante a sua escavação C. Ribeiro registou ainda três grandes blocos, que poderiam, na sua opinião, ser fragmentos do chapéu.

A presunção de uma escavação anterior, ainda que plausível, não explica totalmente o limitado espólio exumado (BOAVENTURA, 2009, Fig. 52). Sobretudo quando o recinto se encontrava preenchido com terras, quase cobrindo-o (é improvável que alguém, no passado, se desse ao trabalho de reposição de terras). Assim, também se deve considerar que aquele sepulcro teria apenas um espólio arcaico, normalmente menos abundante e variado, comparativamente a outros mais recentes, que C. Ribeiro (1880) exumou, por exemplo, na Estria e no Monte Abraão.

Não se conhece a localização do parco espólio exumado dentro do sepulcro, existindo apenas um artefacto, um braçal de arqueiro, que parece ter sido recolhido “na galeria”, segundo a marcação da peça (MG295.28). Daqueles referidos pelo geólogo apenas se localizaram os líticos e os osteológicos. Os fragmentos cerâmicos não foram detectados. Mas tal situação parece que já se verificava em 1 de Maio de 1944, quando se procedeu ao desenho dos materiais (ALEISNER, 1964), pois não consta qualquer referência a esse material (BOAVENTURA, 2009, p. 72-73). O espólio resume-se a algumas pequenas lâminas, pouco retocadas, normalmente de forma descontínua, dois geométricos trapézios e um fragmento de lâmina espessa bem retocada. Seria ainda importante perceber que fragmentos cerâmicos foram recolhidos por C. Ribeiro, pois talvez o braçal de arqueiro, da “galeria”, possa denunciar a presença de alguma cerâmica campaniforme, que infelizmente se perdeu.

Assim, perante as características dos materiais, à semelhança de outras antas estudadas, a anta da Aqualva, ou do Carrascal, terá sido utilizada entre meados e os dois últimos quartéis do 4.º milénio a.C. As duas datações absolutas (BOAVENTURA, 2009, Anexo 3, Quadro 2), obtidas sobre dois fémures, um esquerdo (MG538.04.06) e outro direito (MG538.04.7-8), ainda que, pelas suas características, de indivíduos diferentes, permitiram assegurar essa antiguidade, inclusive localizando-a essencialmente no terceiro quartel do 4.º milénio a.C. Os intervalos obtidos foram, respectivamente, os seguintes: (Beta-225167) 3620-3350 cal BC (com 94,2% de probabilidade restringe-se a 3530-3350 cal BC) e a outra (Beta-228577) 3650-3350 cal BC.

Finalmente, em momento posterior, talvez já da segunda metade do 3.º milénio a.C. terá sido realizado, pelo menos, uma tumulação no corredor.

Deste modo, a anta do Carrascal parece ter sido implantada em momento anterior à erecção dos restantes monumentos estudados, que integram a necrópole de Belas.

Importa, a terminar, sublinhar a importância científica dos espólios recuperados neste conjunto de sepulcros, especialmente os recolhidos nos dólmenes da Estria e do Monte Abraão, que conduziram a judiciosas considerações de Carlos Ribeiro, servidas por ilustrações primorosas da autoria de Luís Couceiro, funcionário da Secção Geológica, cuja qualidade ficou, nalguns casos, muito prejudicada pelo tipo de reprodução.

5 – NOTAS FINAIS

O estudo e caracterização detalhados dos sepulcros megalíticos da região de Belas, permitiu a Carlos Ribeiro o estabelecimento de relações crono-culturais entre eles.

Com base nos artefactos e, sobretudo, em características osteológicas, propôs uma anterioridade das antas de Belas às grutas artificiais de Palmela, dada a ausência de metais nas primeiras (RIBEIRO, 1879, p. 896). Apesar disso, reconhecia que a indústria artefactual, nomeadamente de pedra lascada, era similar em ambos os casos, e relacionável com outras realidades europeias.

Os factos de observação de Carlos Ribeiro, aquando das escavações a que procedeu nos monumentos megalíticos da região de Belas, dos quais os mais relevantes foram agora apresentados e reapreciados, evidenciam a qualidade das observações e da capacidade de descrição deste pioneiro da Geologia e da Arqueologia Pré-histórica para o conhecimento das práticas funerárias neolíticas/calcolíticas em apreço.

Ainda que produzidos na última fase de vida, pois a monografia, datada de 1880, foi escrita seguramente no decurso do ano anterior, findos os trabalhos de campo em Setembro de 1878, antecedendo assim de apenas dois anos o falecimento do seu autor, com 69 anos, os elementos recolhidos, reflectem o rigor científico que este geólogo-arqueólogo aplicava a qualquer estudo que levasse a cabo. Com efeito, foi capaz de conciliar os dados empíricos recolhidos em campo, de múltiplas origens e natureza, com as discussões teóricas então prementes acerca dessas realidades, para as quais se encontrava duplamente habilitado, tanto pela sua formação científica, como pelas obras a que recorreu para a sua interpretação, à luz dos conhecimentos da época.

AGRADECIMENTOS

Aos Drs. Fernando Real, Paulo Oliveira e Fernanda Torquato, pela autorização do acesso concedida a um de nós (R.B.) ao Arquivo Leisner, actualmente sob a égide da Direcção Geral do Património Cultural.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. M., coord. (1991) – *Carta Geológica de Portugal, Folha 34-A, Sintra*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- ANTUNES, M. T. (1987) – Sobre a História da Paleontologia em Portugal. In: *História e desenvolvimento da Ciência em Portugal*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. 2, p. 773-814.
- ANTUNES, M. T. (1989) – Sobre a História do Ensino da Geologia em Portugal. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 75, p. 127-160.
- BARBOSA, I. V. (1862) – Fragmentos de um roteiro de Lisboa (inédito). *Antiguidades. Arquivo Pitoresco*. Lisboa. 5, p. 317-318.

- BENSAÚDE, A. (1884) – Note sur la nature minéralogique de quelques instruments de pierre trouvés en Portugal. *Congrès Internationale d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques (Lisbonne, 1880). Compte-Rendu de la neuvième session*. Lisbonne: Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 682-697.
- BENSAÚDE, A. (1889) – Notice sur quelques objets préhistoriques du Portugal fabriqués en cuivre. *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal*. Lisboa. 2, p. 119-124.
- BICHO, N. & CARDOSO, J. L. (2010) – Paleolithic occupations and lithic assemblages from Furninha cave, Peniche (Portugal). *Zephyrus*. Salamanca. 66, p. 17-37.
- BOAVENTURA, R.; FERREIRA, M. T. & SILVA, A. M. (2013) – Perscrutando espólios antigos: a anta de Sobreira 1 (Elvas). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: DGPC. 16, p. 63-79.
- BOAVENTURA, R.; FERREIRA, M. T. & SILVA, A. M. (2014) – Perscrutando espólios antigos–2: um caso de reutilização funerária medieval na anta de São Gens 1 (Nisa, Norte alentejano). *Almadan-online*. 2.^a série, 19: 1, p. 60-76.
- BOAVENTURA, R. (2009) – *As antas e o megalitismo da região de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Pré-História. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- CARDOSO, J. L. & BOAVENTURA, R. (2011) – The megalithic tombs in the region of Belas (Sintra, Portugal) and their aesthetic manifestations. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 68 (2), p. 297-312.
- CARDOSO, J. L. & CARVALHO, A. F. (2010-2011) – A gruta da Furninha (Peniche): estudo dos espólios das necrópoles neolíticas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 333-392.
- CARDOSO, J. L. & ROLÃO, J. M. (1999/2000) – Prospecções e escavações nos concheiros mesolíticos de Muge e de Magos (Salvaterra de Magos): contribuição para a história dos trabalhos arqueológicos efectuados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 83-240.
- CARDOSO, J. L. (1993) – *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal*. Tese de doutoramento em Geologia (Estratigrafia e Paleobiologia) apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1999-2000) – As investigações de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado, sobre o *Homem do Terciário*: resultados na época e para além dela. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 33-54.
- CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Verbo.
- CARDOSO, J. L. (2007) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CARDOSO, J. L. (2008) – Joaquim Filipe Nery Delgado, arqueólogo. In: *Nery Delgado (1835-1908), Geólogo do Reino*. Lisboa: Museu Geológico, p. 65-81.
- CARDOSO, J. L. (2013 a) – Carlos Ribeiro, a “Breve noticia acerca do terreno quaternário de Portugal”, e a questão do Homem terciário em Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 27-88.
- CARDOSO, J. L. (2013 b) – Carlos Ribeiro e o reconhecimento do *solo quaternário* do vale do Tejo: enquadramento geológico dos concheiros mesolíticos das ribeiras de Magos e de Muge. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 89-100.
- CARDOSO, J. L. (2013 c) – Carlos Ribeiro e Oeiras. Razões de uma homenagem. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 11-20.

- CARDOSO, J. L.; LEITÃO, M.; NORTON, J.; FERREIRA, O. V. & NORTH, C. T. (1995) – O santuário calcolítico da gruta do Correio-Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 97-121.
- CARNEIRO, A. (2001) – The Travels of Nery Delgado (1835-1908) in the context of the Portuguese Geological Survey. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa, 99, p. 277-292.
- CARNEIRO, A. (2005) – Outside Government Science, “Not a Single Tiny Bone to Cheer Us Up!” The Geological Survey of Portugal (1857-1908): The Involvement of Common Men, and the Reaction of Civil Society to Geological Research. *Annals of Science*. 62, p. 141-204.
- CARNEIRO, A.; MOTA, T. S. & LEITÃO, V. (2013) – *O chão que pisamos. A Geologia ao serviço do Estado (1848-1974)*. Lisboa: Edições Colibri.
- CARREIRA, J. R.; CARDOSO, J. L. (1992) – Escavações de Nery Delgado no planalto da Cesareda nas grutas da Lapa Furada e da Malgasta (Peniche): estudo do espólio arqueológico. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. 78 (2), p. 145-173.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (1996) – Um conjunto de litografias arqueológicas inéditas da Comissão Geológica de Portugal. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. 82, p. 145-168.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (2001-2002) – A gruta da Casa da Moura (Cesareda, Óbidos) e a sua ocupação pós-paleolítica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 249-362.
- CARTAILHAC, E. (1880) – *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique: rapport sur la session de Lisbonne*. Paris: Eugène Boban.
- CARTAILHAC, E. (1886) – *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Paris: C. Reinwald.
- COSTA, F. P. (1865) – *Da existência do homem em épocas remotas no valle do Tejo: notícia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- COSTA, F. P. (1868 a) – Monuments mégalithiques du Portugal. In *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Deuxième Session (Paris, 1867)*. Paris: C. Reinwald, p. 180-185.
- COSTA, F. P. (1868 b) – *Descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- DELGADO, J. F. N. (1889) – Reconhecimento científico dos jazigos de mármore e de alabastro de Santo Adrião e das grutas compreendidas nos mesmos jazigos. *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal*. Lisboa, 2, p. 45-56.
- DELGADO, J. F. N. (1867) – *Da existência do Homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelos estudos das cavernas. Primeiro opúsculo: notícia acerca das grutas da Cesareda*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.
- DELGADO, J. F. N. (1880) – Les grottes de Peniche et Casa da Moura, Portugal. Station et sépulture néolithique. *Materiaux pour L'Histoire Primitive et Naturel de l'Homme*. 2.^a série, 11 Juin, p. 241-247.
- DELGADO, J. F. N. (1884) – La grotte de Furninha a Peniche. In *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Compte-Rendu de la IX Session (Lisboa, 1880)*. Lisboa, p. 207-278.
- DELGADO, J. F. N. (1900-1901) – Notice sur les grottes de Carvalhal d'Aljubarrota (Portugal). *Comunicações da Direcção dos Serviços Geológicos de Portugal*. 4, p. 165-168.

- DELGADO, J. F. N. (1905) – Elogio historico do General Carlos Ribeiro. *Revista de Obras Publicas e Minas*. Lisboa, 36, p. 1-51.
- DINIZ, M. & GONÇALVES, V. S. (1993-94) – Na 2.^a metade do século XIX: luzes e sombras sobre a institucionalização da Arqueologia em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 11-12, 4.^a série, p. 175-187.
- FERREIRA, O. V. (1953) – O monumento pré-histórico de Agualva (Cacém). *Zephyrus*. Salamanca. 4, p. 145-166.
- FERREIRA, O. V. (1959) – Inventário dos monumentos megalíticos dos arredores de Lisboa. *Actas e Memórias do 1.º Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. 1, p. 215-233.
- GONÇALVES, V. S. (2008) – *A utilização pré-histórica da gruta de Porto Covo (Cascais): Uma revisão e algumas novidades*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- GONÇALVES, V. S. (2009) – *As ocupações pré-históricas das Furnas do Poço Velho (Cascais)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- HOSKIN, M. (2011) – *Tombs, temples and their orientations: a new perspective on Mediterranean Prehistory*. Oxford: Ocarina Books.
- LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter & Co. Text and Tafeln. (Madriider Forschungen 1.3).
- LEITÃO, V. (2004) – *Assentar a primeira pedra: As primeiras Comissões Geológicas portuguesas (1848-1868)*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Policopiado.
- MORTILLET, M. G. (1868) – Objets préhistoriques de Portugal. In: *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Deuxième Session (Paris, 1867)*. Paris: C. Reinwald, p. 31-33.
- NETO, M. C. (1976-1977) – Notícias inéditas sobre dolmens em Portugal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2-3, p. 99-107.
- NOGUEIRA, A. M. (1931) – Estação prehistórica de Olelas. Elementos para o seu estudo. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 17, p. 105-124.
- OLIVEIRA, F. P. (1884) – Notes sur les ossements humains qui se trouvent dans le Musée de la Section Géologique de Lisbonne. *Congrès Internationale d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques (Lisbonne, 1880)*. *Compte-Rendu de la neuvième session*. Lisbonne: Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 291-305.
- RIBEIRO, C. (1867) – Note sur le terrain quaternaire du Portugal. *Bulletin de la Société Géologique de France*. Paris. Série II, 24, p. 692-717.
- RIBEIRO, C. (1871) – *Descrição de alguns sílex e quartzites lascados encontrados em camadas dos terrenos terciário e quaternário das bacias do Tejo e Sado*. Memória apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa: Typographia da Academia.
- RIBEIRO, C. (1871-1875) – *[Caderno de Campo] 22-VI a 10-VIII-1871 [até] Jan. e Fev. 1875*. [Sem código]. Arquivo Histórico, Geológico e Mineiro do Laboratório Nacional de Energia e Geologia.
- RIBEIRO, C. (1873) – Sur la position géologique des couches miocènes et pliocènes du Portugal, qui contiennent des sílex taillés. In: *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Pré-historique. Compte-Rendu de la 6.ème Session (Bruxelles, 1872)*. Bruxelles: C. Muquardt Ed., p. 95-100.

- RIBEIRO, C. (1878 a) – Dolmens et grottes sépulcrales du Portugal. *Matériaux pour L'Histoire Primitive et Naturelle de L'Homme*. Paris, Série II, 9, p. 446-447.
- RIBEIRO, C. (1878 b) – *Notícia da estação humana de Licêa*. Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa: Typographia da Academia. Reedição de 1991 – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal, 1. Notas e comentários de J. L. Cardoso.
- RIBEIRO, C. (1879) – Quelques mots sur l'Age de la Pierre en Portugal. In: Association Française pour l'Avancement des Sciences. *7eme Congrès. Session de Paris. Section d'Anthropologie*. Paris, p. 894-898.
- RIBEIRO, C. (1880) – *Monumentos megalithicos das visinhanças de Bellas*. Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa: Typographia da Academia.
- SANTOS, M. F. (1980) – Estudos de Pré-História em Portugal de 1850 a 1880. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. Série II, 26 (2), p. 253-297.
- SIMÕES, A. F. (1878) – *Introdução á Archaeologia da Península Ibérica: Parte Primeira, Antiguidades Prehistoricas*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- SPINDLER, K.; CASTELLO-BRANCO, A.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. V. (1973-1974) – Le monument à coupole de l'Âge du Bronze Final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 57, p. 91-153.
- ZILHÃO, J. (1993) – As origens da Arqueologia Paleolítica em Portugal e a obra metodologicamente precursora de J.F. Nery Delgado. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série X, 3, p. 111-125.

ANEXO 1

Folhas diarias e semanaes. Anno de 1878. Mont'Abrão Estearia Agoalva

Conjunto de 3 folhas pautadas manuscritas de um só lado (220 × 315 mm)

(Figs. 18 e 19)

Os quadros semanais dos trabalhos de campo realizados pelos colectores da Secção dos Trabalhos Geológicos mobilizados para as explorações dos dólmenes da região de Belas, e que se conservam conjuntamente com a documentação apresentada no ANEXO 1, mostra que a última fase das explorações nos referidos monumentos se realizou em pleno Verão de 1878, depois das intervenções de 1877, iniciando-se em meados de Julho pelo monumento da Estria, prosseguindo depois pelo de Monte Abraão e de Agoalva; de novo no da Estria e, seguidamente, em Monte Abraão, os colectores voltaram ainda, para uma última etapa de trabalho, ao dolmen da Agoalva, e, por fim ao de Monte Abraão, onde terminaram a etapa da exploração dos monumentos megalíticos dos arredores de Belas, antes de passarem, em meados de Setembro, à exploração das diversas grutas naturais da região de Olelas.

A intensidade dos trabalhos efectuados pela Secção dos Trabalhos Geológicos em monumentos pré-históricos dos arredores de Lisboa, a partir de meados do ano de 1878, sucedidos pelas explorações realizadas entre finais de Janeiro e finais de Fevereiro de 1879 na gruta de Porto Covo (Cascais) (GONÇALVES, 2008), mas prosseguidos, ainda que intermitentemente, até pelo menos o mês de Março (CARDOSO, 2013 b, p. 16), tiveram continuidade, entre Março e Maio de 1879, nas escavações das furnas do Poço Velho (Cascais), atendendo às datas das etiquetas apostas nas respectivas peças (entre 26 de Março de 1879 e 15 de Maio de 1879), datas que correspondem, como no caso das peças dos monumentos de Belas, àquelas em que as peças respectivas foram exumadas do terreno e não às datas do dia em que foram inventariadas.

Tais explorações desenvolveram-se, na sua última fase, em paralelo com as realizadas na gruta da Ponte da Laje, do vizinho concelho de Oeiras, cujas peças ostentam as datas de 9, 28 e 30 de Maio de 1879 (CARDOSO, 2013 b).

Deste modo, entre a referência contida no manuscrito de se terem reiniciado as explorações no dólmen de Monte Abraão em Maio de 1877, até à finalização das escavações na gruta da Ponte da Lage, cerca de dois anos depois, perfizeram-se cerca de dois anos de trabalhos de campo quase ininterruptos, o que revestiu assinaláveis esforços humanos, logísticos e financeiros. Tal evidência explica-se pelo facto de, a partir de meados de 1878 existir a possibilidade de o Congresso Internacional de 1880 se realizasse em Lisboa, pelo que haveria que redobrar os esforços nos trabalhos de campo para que fosse possível mostrar ao congressistas o maior número de resultados produzidos pelos próprios elementos organizadores do Congresso, no que à Arqueologia Pré-Histórica dizia respeito. Esta realidade explica a difusão de trabalhos por elevado número de estações arqueológicas ou paleontológicas, especialmente grutas do Maciço Calcário estremenho, mas também de outras regiões, como a de Mealhada, entre finais de 1879 e meados de 1880 (CARDOSO, 1993, p. 43).

Para além dos dólmenes da Estria, Monte Abraão e Agoalva, e antes de os trabalhos prosseguirem para as grutas de Olelas, os quadros a seguir transcritos evidenciam ainda a exploração de um outro monumento, designado por “Canéças”. Trata-se provavelmente de um dólmen, cuja planta e espólios foram desenhados e publicados (LEISNER, 1965, Taf. 53, 3), encontrando-se estes no Museu Geológico.

1.ª Semana Comêço a 16/7/78.**Dolmen da Estearia 16 de Julho de 1878.**

Nomes	Dias						
	7	1	2	3	4	5	6
Joaquim Scolla	x	x	x	x	x	x	x
João Pereira				x	x	x	x
José Bento				x	x	x	x
Manoel Caneças				x	x	x	x

Semana finda Sabbado 20 de Julho 78.

2.ª Estearia

Joaquim Scolla	x	x	x	x	x	x	x
José Bento	x	x	x	x	x	x	x
Manoel Caneças	x	x	x	x	x	x	x
Miguel Pedrozo							x

Semana finda Sabbado 27 de Julho de 78.

Mont'abrão

3.ª Estearia / Mont'abrão

Joaquim Scolla	x	x	x	x	x	x	x
Miguel Pedrozo	x	x	x	x	x	x	x
João Pereira	x	x	x	x	x	x	x
José Bento	x	x	x	x	x	x	x
Manoel Canéças	x						

Semana finda Sabbado 3 de Agosto de 78

4.ª Dolmen do Mont'abrão

Joaquim Scolla	x	x	x	x	x	x	x
Miguel Pedrozo	x	x	x	x	x	x	x
João Pereira	x	x	x	x	x	x	x
José Bento	x	x	x	x	x	x	x

Semana finda Sabbado 10 de Agosto de 78.

5.ª Mont'abrão / Algoalva

Joaquim Scolla	x	x	x	x	x	x	x
Miguel Pedrozo	x	x	x	x	x	x	x
João Pereira	x	x	x	x	x	x	x
José Bento	x	x	x	x	x	x	x

Semana finda Sabbado 17 de Agosto de 78.

6.ª Algalva / Canéças

Joaquim Scolla	x	x	x	x	x	x	x
Miguel Pedrozo	x	x	x	x	x	x	x
João Pereira	x	x	x	x	x	x	x
José Bento	x	x	x	x	x	x	x

Semana finda Sabbado 24 de Agosto de 78.

7.ª Canéças / Senhora da Serra / Mont'abrão

Joaquim Scolla	x	x	x	x	x	x	x
Miguel Pedrozo	x	x	x	x	x	x	x
João Pereira	x	x	x	x	x	x	x
José Bento	x	0	0	0	0	0	0

Semana finda Sabbado 31 de Agosto de 78.

8.ª Mont'abrão

Joaquim Scolla	x	x	x	x	x	x	x
Miguel Pedrozo	x	x	x	x	x	x	x
João Pereira	x	x	x	x	x	x	x

Semana finda Sabbado 7 de Setembro de 78.

9.ª Mont'abrão / Ollela

Joaquim Scolla	x	x	x	x	x	x	x
Miguel Pedrozo	x	x	x	x	x	x	x
João Pereira	x	x	x	x	x	x	x

Semana finda Sabbado 14 de Setembro de 78.

1ª Semana		Comêço a 16/7/78.						
		Dolmen da Estacaria 16 de Julho de 1878.						
		Dias.						
		4.	5.	6.	7.	8.		
Nomes.								
João Scolla		/	/	/	/	/	Semana finda Sabbado 21 de Julho de 78.	
João Pereira		/	/	/	/	/		
José Bento		/	/	/	/	/		
Manoel Canicas		/	/	/	/	/		
2ª		Estacaria						
João Scolla		/	/	/	/	/	Semana finda Sabbado 29 de Julho de 78.	
João Pereira		/	/	/	/	/		
José Bento		/	/	/	/	/		
Manoel Canicas		/	/	/	/	/		
Miguel Tedroso		/	/	/	/	/		
3ª		Estacaria	Mont'alvão					
João Scolla		/	/	/	/	/	Semana finda Sabbado 3 de Agosto de 78.	
Miguel Tedroso		/	/	/	/	/		
João Pereira		/	/	/	/	/		
José Bento		/	/	/	/	/		
Manoel Canicas		/	/	/	/	/		
4ª		Dolmen de Mont'alvão						
João Scolla		/	/	/	/	/	Semana finda Sabbado 10 de Agosto de 78.	
Miguel Tedroso		/	/	/	/	/		
João Pereira		/	/	/	/	/		
José Bento		/	/	/	/	/		

Fig. 18 - Folhas diárias e semanais das escavações das antas da região de Belas em 1879 (ANEXO 1).

5 ^a	Montilhões Alvala								
		4	1	2	3	4	5	6	
Joaq ^m Seolla	/	/	/	/	/	/	/	/	Semana finda Sábado 14 de Agosto
Miguel Pedroso	/	/	/	/	/	/	/	/	
José - Pereira	/	/	/	/	/	/	/	/	
José - Bento	/	/	/	/	/	/	/	/	
6 ^a	(Alvala Carriças)								
Joaq ^m Seolla	/	/	/	/	/	/	/	/	Semana finda Sábado 24 de Agosto
Miguel Pedroso	/	/	/	/	/	/	/	/	
José - Pereira	/	/	/	/	/	/	/	/	
José - Bento	/	/	/	/	/	/	/	/	
7 ^a	(Carriças ^{São da} São da Montilhões)								
Joaq ^m Seolla	/	"	"	/	/	/	/	/	Semana finda Sábado a 31 de Agosto
Miguel Pedroso	/	"	"	/	/	/	/	/	
José - Pereira	/	"	"	/	/	/	/	/	
José - Bento	/	/	/	/	/	/	/	/	
8 ^a	Montilhões								
Joaq ^m Seolla	/	/	/	/	/	/	/	/	Semana finda Sábado 7 de Setembro
Miguel Pedroso	/	/	/	/	/	/	/	/	
José - Pereira	/	/	/	/	/	/	/	/	
9 ^a	Montilhões								
Joaq ^m Seolla	/	/	/	/	/	/	/	/	Semana finda Sábado 14 de Setembro
Miguel Pedroso	/	/	/	/	/	/	/	/	
José - Pereira	/	/	/	/	/	/	/	/	

Fig. 19 - Folhas diárias e semanais das escavações das antas da região de Belas em 1879 (ANEXO 1).

ANEXO 2

Apontamentos de Carlos Ribeiro efectuados no decurso das escavações dos monumentos das cercanias de Belas, antecedentes da redacção da memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa

A reprodução na íntegra destes apontamentos, inscritos em dois cadernos de folhas brancas de 215 × 320 mm, integralmente escritos por Carlos Ribeiro, a que se soma uma folha solta em papel azul pautado com as mesmas dimensões, da fábrica de Tomar, explica-se por corresponderem a versões preliminares do trabalho impresso nas *Memórias da Academia Real das Ciências* em 1880. Nalguns casos nem isso, pois assumem a forma de meros apontamentos efectuados nos próprios dias das respectivas observações, realizadas no decurso das escavações, por vezes interpolados com notas de leituras de artigos científicos, que bem evidenciam, o esforço desenvolvido para a adequada interpretação dos resultados da escavação.

Evidencia-se que, em parte, os dois cadernos tratam dos mesmos assuntos, embora de formas distintas, de tal forma que os conteúdos de um completem os do outro, sem que seja evidente qual foi o que primeiramente se redigiu.

Estes apontamentos possuem, outrossim, o interesse de evidenciarem as dúvidas com que o autor se foi deparando e os progressos que foi conseguindo, ilustrando o modo como se ia fazendo a construção do conhecimento, até à fixação final no texto impresso.

Relevantes são as observações sobre a anterioridade das deposições funerárias face à construção do monumento megalítico de Monte Abraão: não sendo hoje aceitável tal hipótese, nem por isso deixam de ser relevantes os critérios invocados por Carlos Ribeiro nesse sentido.

Importante é, igualmente, a discussão dos rituais funerários, face à identificação, naquele monumento, de leitões de seixos de diversa natureza e composição petrográfica, cujo carácter intencional é discutido. Trata-se de matéria que não passou ao olhar do geólogo, valorizando todos os indícios que se lhe ofereciam, filtrados pelos de observação e pela experiência acumulada em muitos anos de trabalhos de campo. Enfim, é de sublinhar, a tal propósito, o cuidado dispensado à caracterização do modo de construção dos monumentos dolméticos em causa, desde a escolha dos locais em que os mesmos foram erigidos, ditada por condicionantes geológicas relacionadas com a escavabilidade do substrato rochoso, até à técnica construtiva, que é particularmente discutida no dólmen de Monte Abraão, onde teve a oportunidade de verificar a forma como se efectuou a fundação, no substrato geológico, dos esteios do monumento.

É interessante verificar, ainda, sublinhando o que já anteriormente fora dito, que, mesmo nas versões preliminares ou simples apontamentos, como é o caso, o rigor consubstancia-se desde logo na preocupação com a apresentação de elementos descritivos de cada monumento que ainda hoje nem sempre constituem norma de apresentação, tais como as medidas exactas dos esteios; a orientação dos monumentos; a sua localização relativa; e, no que se refere às peças dos espólios, a sua natureza petrográfica e a sua localização no interior dos recintos megalíticos, situação particularmente evidenciada no dólmen de Monte Abraão, tanto em termos planimétricos como estratigráficos, o que bem evidencia a qualidade do observador e a sua sólida formação científica.

No documento ora publicado inicia-se também a descrição do monumento em falsa cúpula do Monge, a qual, contudo, não é prosseguida para além da introdução e da localização do sepulcro, cujo estudo, contudo, é incluído na Memória de 1880.

A alusão, ainda que incipiente, às grutas artificiais de Palmela, no Casal do Pardo, exploradas em 1876 pelo colector da Secção dos Trabalhos Geológicos António Mendes, relaciona-se com a intenção da sua publicação, embora esta jamais tenha sido concretizada por Carlos Ribeiro.

Verifica-se, pelas datas apontadas, que a exploração do dólmen de Monte Abraão, depois de intervencionado em 1875, prosseguiu em Maio de 1877. Veremos que, no ANEXO 2, há indicações concretas das datas de realização dos trabalhos, entre Julho e Setembro de 1878. Estas datas corroboram as indicações apostas nas peças da colecção, que se reportam aos dias em que foram colhidas no terreno, e não aos dias em que foram apostas as etiquetas que ainda conservam.

É ainda possível verificar a actualização dos conhecimentos de Carlos Ribeiro, explicado pelo contacto pessoalmente estabelecido com os mais marcantes pré-historiadores do seu tempo, no decurso da sua participação em reuniões internacionais, como o Congresso Internacional de Bruxelas, de 1872, o Congresso Internacional de Geologia, de Paris, de 1878 e a participação na Sessão de Paris da Associação Francesa para o Progresso das Ciências realizada no mesmo ano. Com efeito, no decurso do manuscrito, são referidas as obras que consultou, transcrevendo-se, no caso de existirem, as respectivas anotações, com destaque para as comunicações apresentadas, e depois publicadas nas Actas dos Congressos de Bruxelas (1872, actas publicadas em 1873), de Copenhague (1869, actas publicadas em 1875), e de Budapeste (1876, actas publicadas em 1877), para além de referências às mais importantes obras e revistas científicas do seu tempo, destacando-se os *Matériaux pour l'Histoire Primitive et Naturelle de l'Homme*, ao tempo dirigida p. Émile Cartailhac.

A transcrição inclui passagem dedicada à descrição de uma oficina de talhe do sílex, perto de Massamá, cuja existência real não deixa qualquer dúvida, tendo presente os elementos de observação registados. É interessante referir, a propósito, que a grande quantidade de restos de talhe de sílex observados por Carlos Ribeiro à superfície do terreno entre os dólmenes da Pedra dos Mouros e o de Monte Abraão, também não lhe deixaram dúvidas no tocante à intensidade da utilização daquela rocha em tempos pré-históricos, efectuada no próprio local de implantação do monumento.

O autor escrevia ora com tinta negra ora com tinta lilás, acrescentando chamadas ao texto, rasurando-o e introduzindo-lhe acrescentos, por vezes a lápis. O critério adoptado na transcrição foi o de considerar apenas a última versão, sem a indicação de rasuras ou de acrescentos ou chamadas, que tornariam o texto extremamente pesado e penoso de ler.

A ortografia original foi respeitada na íntegra, indicando-se as palavras cuja identificação não foi possível com quatro pontos de interrogação entre parêntesis.

PRIMEIRO CADERNO MANUSCRITO COM LETRA DE CARLOS RIBEIRO

Cercanias de Bellas.

Vid. sobre Dolmen: *Matériaux pour l'histoire primitive et naturelle de l'homme* – 1877 – 3.º- 4.º livraisons pag. 159 e seguintes – raças de dolmens.

Ha uns cilindros de osso (talvez de pau de veado cortado) encontrados em um dos dolmens de Bellas e que parece representado em Paul Gervais, Pl. 4.ª fig. 5.

- Discussão acerca das relações entre os dolmens e os restos de cosinha da Dinamarca – C. Copenhague pag. 142 seg.^{tes} anteriores.

- Dolmens da Suecia – Idem – pag. 90.

- Ler a descrição da estação de Villeneuve St. Georges – C. Copenhague pag. 62.

Materiais para a história primitiva do homem, T.º 8.º pag. 159 – Mortillet – raças humanas da época dos Dolmens pag. 153.

... Os dolmens não contem esqueletos senão de uma só raça – Idem. Idem pag. 156 – metade grutas artificiaes, metade dolmens; como no Caminho do Pendão para Valle de Figueira, e cujo chapeo mandei indireitar

(E o que se encontra perto da Estria Monte Abrão; do Casal de Colaride p.^a E; e no Carrascal a N. de Queluz). – A mesma obra 1877 – 1.^a livraison – pag. 45 e seg.^{tes}.

... 1.^o Numerosos silex lascados juncam o solo por manchas. São m.^{to} grosseiros; geral.te quebrados, e encontram-se à superficie do solo. Nous sommes donc là sur l'emplacement d'un centre de population faisant usage d'instruments en pierre.

... 2.^o Existe nas vizinhanças outras grandes nécropoles de tumuli mégalithiques.

Dolmens, grutas sepulcraes artificiaes e grutas sepulcrais naturais formam um só e único todo; são modificações de um mesmo rito funerareo – Materiaes p.^a a historia 1877, pag. 156-157.

Alguns factos da epocha da Pedra Polida nas cercanias de Lisboa.

Uma das regiões do Occidente da peninsula iberica que bastantes provas offerece da existencia do homem ante-historico, é sem duvida aquella onde esta assente Lisboa e que se estende para todos os lados ate mais de 50 kilometros de raio. Abstraindo dos factos que se referem ao homem tercareo, e dos que respeitam à existencia do homem no periodo do quaternario, bastará notar as numerosas construcções, de caracteres singulares e de antiguidade desconhecida que encontram dispersas a superficie do nosso solo, e das quaes nem a historia nem a tradição dão noticia para nos convenermos que o nosso solo foi habitado por numerosas gerações durante o periodo da Pedra Polida ate o começo dos tempos historicos.

Assim o demonstram os restos que ainda hoje se observam de campos intrincheirados pontos fortificados como no distrito de Villa Real, de Coimbra, e de Lisboa; as cavernas sepulcraes das cercanias d'['???'?] onde se encontra restos humanos com raros objectos fabricados de cobre; os dolmens ou antas tao numerosos à superficie do nosso paiz e onde ainda não encontrei metaes; os restos de cozinha como os de valle da ribeira de Muges, na Costa de Caparica [?], nas costas do Algarve a E. da Cidade de Tavira, alguns muito analogos aos Kjökkenmöddings da Dinamarca.

Mas que utilidade real poderá advir a civilização, e à propriedade publica em se entreterem os homens de hoje em estudarem esses objectos?

Palgrave dizia “Il nous faut d'abandonner ce passé silencieux ; que ce soit fait ou chronologie doctrine ou mythologie; que ce soit en Europe, en Asie, en Afrique, ou en Amerique; à Thebes ou à Palenque; sur la côte de Lycie ou dans la plaine de Salisbury; ce qui est perdu, est perdu ; ce qui est passé, est passé à jamais”⁴

Ha 4 para 5 annos ao terminar o nosso relatorio sobre os trabalhos do Congresso internacional de Bruxellas celebrado em Agosto de 1872 diziamos que Portugal encerrava no seu solo muitos archivos onde o tempo e as revoluções haviam depositado preciosos monumentos relativos à historia da humanidade nos tempos prehistoricos. Vamos pois, em abono desta affirmacão, dar noticia d'alguns factos concernentes ao periodo da pedra polida e que temos observado na região. Abstrahindo agora dos factos que se referem ao incomensurável período da pedra paleolithica occuparnoshemos agora em offerecer algumas provas emabono da nossa ffirmacão dando noticia d'alguns factos.

Monumentos megalithicos de Bellas e Caneças.

O tracto de terreno que comprehende a Villa de Bellas está situado ao N. do Tejo entre Lisboa, Caxias, Sabugo e Caneças, levantando-se rapidamente das aguas do Tejo a alturas de [.....] o seo relevo cresce do S. p.^a N. desde o Tejo ate aos montes do Sabugo e de Caneças e cujas maiores altitudes são respectivamente 323 e 354. A sua superficie apresenta-se [.....].

O tracto de terreno que comprehende as povoações de Barcarena, Agualva e Bellas, está situado ao norte do Tejo entre Lisboa, Caxias, Sabugo e Caneças. Levantando-se sobre as aguas daquelle rio em escarpas abruptas e em rampas ate alturas de [.....]. Daqui para o N. o relevo cresce succesivamente ate os montes de Sabugo e de Caneças, que se veem coroados por duas pyramides geodesicas com altitudes de 323 e 354,0 m. Neste intervallo series de cabeços sensivelmente paralellas entre si e dirigidas do quadrante N. oriental para o do S. occidental accidentam a superficie do sólo.

⁴ (Lubbock pag 1)

As camadas de calcareos de Caprinulas da formação do terreno cretaceo superior constituem a rocha fundamental da margem direita do Tejo desde a Praia de Santos em Lisboa ate Caxias; são porem cobertas por diversos retalhos da formação miocene marina que orlam a margem do rio e por espessos mantos de basaltos tambem do periodo miocene que occupam muitos kilometros quadrados de superficie. Proximo a Bellas, e a alguns kilometros a poente e nascente deste ponto reaparecem aquellas camadas por baixo dos basaltos descaçando sobre a parte principal da formação cretácea que se desenvolve por grupos de camadas de calcareo e grés com centos de metros de possança e inclinando todos para o valle do Tejo ou 10 a 25° para o quadrante do S.

Diversos valles cortam este massiço do N. para S. para darem sahida a outras tantas ribeiras que vao despejar no Tejo, sendo a principal dellas a ribeira de Barcarena.

Começaremos a noticia dos objectos que temos a descrever pelos que se encontram na freguesia de Barcarena.

[...] O manuscrito prossegue com extensa passagem alusiva à escavação realizada no dólmen da Pedra dos Mouros, inutilizada por um traço vertical aposto por Carlos Ribeiro, embora tenha sido aproveitada na versão publicada em 1880. Continua a descrição dos trabalhos efectuados neste monumento, da seguinte forma:

Já se vê pois que destes poucos objectos pela maior parte mutilados, so por si, representam muito mal em qualidade, n.º e valor, os costumes da raça que erigio este momento megalithico, e só mui remota idea poderá dar dos seus caracteres ethnicos.

O que se apresenta fora de duvida é o grande numero de lascas de silex que se veem dispersas em toda a faxa da chapada e ladeira que daquelle sitio conduz para o alto de Monte Abrão, a maioria dellas senão todas com a feição de velhas ou com a patine nas superficie de fractura; muitos nucleos, e pedaços de silex ainda não lascados. Por entre estes exemplares reconhecese que muitos delles pertencem a silex da parte inferior da formação de calcareo de rudistas das visinhanças de Lisboa.

Na cabeceira do Sul ergueram as suas lages a, b e do lado do poente colocaram a pedra c que está enterrada uns 0,8 m crescendo cousa de um metro sobre a flor do solo.

Quasi no fundo da excavação encontraram-se quatro lages partidas muito mais pequenas do que as precedentes; jazendo em desordem no meio da terra que enchia a excavação reconhecendo-se [????] partidas ou terem feito parte de outras maiores, provavelmente pertencentes ao monumento, isto é seriam pertencentes à pedra que do lado do nascente faria frente à lage c e à meza ou chapeo que coroava o monumento.

A excavação foi facil e o primeiro facto que ella nos revelou foi que este jasigo já tinha sido revolvido. Efectivamente fomos informados que haverá uns 6 a 10 annos se excavou este logar e se recolheu do desatterro diversos objectos cujas formas e [????] de que eram formados não nos souberam explicar. Por baixo das lages que estavam na excavação e proximo do fundo encontramos uma moeda de cobre portuguesa cunhada em 1741 e com o relevo das letras e dos ornatos tão intactos que bem deixam ver ter tido muito pouco ou nenhum uso; o que leva a suspeitar que naquelle ou um pouco depois foi este jasigo tambem devassado não por nenhum archeologo, mas pelos exploradores dos thesouros encantados, ou deixados pelos mouros.

O certo é que na exploração a que procedemos encontramos ossos muito quebrados com fractura recente, dispersos em grande desordem no meio da terra sahida da excavação, encontrando-se em igual desordem os poucos objectos mais que se poderam colligir.

A chapada da Pedra dos Mouros prolonga-se para o Sul primeiro horizontalmente depois em rampa e em mantho aflorando em toda a superficie as camadas de calcareos e de marnes com inclinações de 4 a 10° para o Sul. A distancia de uns 450 metros da Pedra dos Mouros passa-se para o andar mais superior dos calcareos de caprinulas brancos subcrystallinos cujas camadas formam um patamar de 300 a 400,0 m de extensão sobre o Sul, e que serve de base à collina basaltica de Monte Abrão já indicada. É neste patamar, e uns 25 a 30 m acima da chapada da Pedra dos Mouros que se ergueu o Dolmen denominado “Pedra de Monte Abrão”.

Este dolmen representado em planta e alçado pelas figuras [.....], compreende um recinto com 3 m de maior dimensão contado na diagonal e 2,8 m de largura, e uma galeria ou corredor orientado na linha E.O; tendo com a parte do recinto que esta no seo prolongamento 5,7 m.

O recinto é abrangido pelas cinco lages a b c d e da galeria restam apenas umas três do lado do Sul tendo desaparecido as do lado do Norte como deixa ver a planta. Estas pedras teem parece entrega no solo podendo dizer-se que as principais dellas estão apoiadas no terreno (à margem, a lápiz: dois pontos de interrogação e o comentário. A escavação do recinto é que deve dizer) em consequência da dificuldade que oferecem as camadas de calcareo em se abrirem fundas e repetidas covas. É por este motivo que a lage b está encontrada com a lage h, e as lages i e k o estão igualmente com grossas cunhas de pedra: e exteriormente em volta destas cunhas e encontros está encostada uma espécie de muro de terra e pedra meuda até à altura de uns oito decímetros evidentemente formada para dar mais garantia à estabilidade das pedras do monumento. Os dois alçados dão ideia desta espécie de muro. A pedra a situada do lado de Oeste forma a cabeceira do recinto: tem a forma proximamente triangular com 1,80 m de base por 3 [?] d'altura acima do solo e inclina 82° para Oeste.

A lage h é a maior deste monumento. Tem a forma geral de um losango com 4,0 m e 2,90 m por diagonaes e offerecendo a sua maior superfície ao Sul. Está apoiada no terreno por um dos seus angulos obtusos, onde parece ter sido quebrada a lage para dar lhe melhor assento ou base; e tem um pendor de 65° para o Sul.

Pelo lado do Norte erguem-se as duas pedras c' e c na disposição que as figuras mostram, e que não chegam a ter 1,0 m d'altura fora do terreno.

Dolmen da Estearia [Obs.: no manuscrito, o “a” encontra-se cortado, passando a ler-se Esteria.]

Não longe dos dois precedentes dolmens, e ao poente delles está o dolmen da estria, uns 300 a 400,0 m a ONO do Monte Abrão. Em vez de construído numa planura ou na coroa de uma colina quando foi descoberto, foi em uma pequena prega ou dobra do terreno, de modo que estava mui pouco aparente quando foi descoberto mesmo porque seguindo as indicações externas parece que fôra coberto de terra e por muito tempo occulto debaixo della em [..... ?] a acção do tempo não pôs a descoberto parte delle, e posteriormente a cobiça dos thesouros encantados ou dos mouros não acabou de o por patente.

Este dolmen compoe-se de recinto, e também de galeria como o de Monte Abrão, mas em (vez) de olhar a nascente está voltado ao poente; aquelle com 3 por 2,5 [?] de diametro e a galeria com 6,5 m [?] de comprimento por 1,5 de largura média.

Total – 9,0 m.

A sua planta e alçado dão ideia da forma deste monumento.

As lages do recinto em numero de teem a disposição polygonal aberta com uma góla ou entrada para o lado da galeria como se vê da planta. A maior de todas as pedras é a que occupa a cabeceira. Está cravada no terreno verticalmente, e tem acima da superfície do solo [..... ?] e [..... ?] de maior largura: duas outras lages menos grandes e inclinadas a ladeam completando deste lado o fundo do mesmo recinto. A um e a outro lado estavam as seis [?] lages restantes também cravadas no terreno, mas com algum pendor para o lado de fora, indo formar a entrada do recinto.

Segue-se a galeria que como dizemos accusa 6,5 de comprimento. Esta parte do dolmen foi primeiramente aberta na rocha e depois guarnecida com dois renques de pedras com alguns decímetros apenas acima da superfície natural do solo.

O dolmen da Estearia fica a uns 300,0 m ou 400,0 m ao poente do muro da Quinta do Marquez de Bellas; e a uns 400,0 m ou 500,0 m pouco mais ou menos a NO do Dolmen de Monte Abrão a meia encosta do Monte e em uma pequena prega ou dobra do terreno, de modo que estava mui pouco aparente.

Tem recinto e galeria como o do Monte Abrão e em disposição, ou a disposição do eixo da galeria é de [..... ?] com a entrada voltada para o poente.

Numa espécie de patamar ou socalco que lhe está sobranceiro e a distancia de 20 a 100,0 m para o lado de SE e de ENE. existe uma grande quantidade de lascas de sílex, nucleos, rins, e fragmentos de uma brecha de sílex branca empastada em oxido de ferro limonítico.

São fragmentos evidentemente transportados das zonas de contacto do Basalto com o andar cretaceo; zonas onde as emissões ferruginosas acompanharam ou precederam a sahida dos basaltos. Os fragmentos de sílica desta brecha

vieram do interior arrancados aos leitos desta substancia que existem intrastratificados no andar de calcareos no acto das emmissões.

O que parece pois innegavel é que alli houve uma officina de fabricar silex.

Junho 2 de 1877

O collector Escola (*obs.: trata-se de Joaquim Scolla, Colector da Secção dos Trabalhos Geológicos*), na vesita que hoje fez ao Campo passou pelo sitio das Pedreiras do Carrascal entre a Idanha e Massamá e alli descobriu um local, que amanhã visitaremos, que parece encerrar fortes vestigios de uma officina de instrumentos de silex.

De feito collegio fragmentos ou lascas grandes de silex de 0,100 m e mais de comprimento, e setas começadas a lascar para dellas se prepararem pontas de lança facas e hachas, como se pode ver nos exemplares da collecção com a data 2-6-77.

Por entre estas lascas notam-se: 1.º as que estão marcadas a b c d que se prepararam para a hacha; 2.º as lascas marcadas de n.º 1 a 7 com a mesma data onde se vê o preparo successivo para a ponta de flexa; uns e outros são esboços em differentes graus de trabalho.

O exame destes silex lança bastante luz sobre a industria dos silex nas vizinhanças de Bellas na epoca da pedra polida.

Junho 3 – 1877 – Dirigi-me à localidade

Os rabotalhos e lascas de toda a especie desde o silex em bruto e os nucleos ate às mais pequenas lascas do trabalho juncão o solo. São muito abundantes onde a [????] não os tem despersado – A materia prima hiam buscal-a 12 a kilometros de distancia.

Não é de hoje somente que o estudo da archeologia, da epigraphia, da philologia, e da Numismatica occupa em Portugal, e desde muitos annos as attenções de eruditos e se não temos museos onde se vejam reunidos os frutos da exploração dos antiquarios portuguezes com referencia a todas aquellas sciencias, com tudo existem em separado collecções algumas mui valiosas, umas em maos de particulares, outras em estabelecimentos publicos; encontrando-se entre ellas alguns objectos pertencentes às idades da pedra polida, do bronze e do ferro.

Em Portugal como nos outros paizes da Europa os estudos archeologicos paravam nessa barreira levantada pelos classicos que ajuntavam as descobertas archeologicas de qualquer especie nos limites da chronologia, ou entre a tradição, e a historia.

Todavia os dolmens ou antas como lhe chamavam e chamam ainda os nossos portugueses, monumentos tao curiosos pelas suas formas e aspecto rude como pela enorme grandesa dos monolithos que entram na sua construção, prendiam não só as attenções do povo considerando-os na sua fantasia como obra dos mouros encobrinho thesouros que eram guardados por mouros encantados, mas tambem os eruditos impressionados pelas suas formas e dellas fallam assignando a posição de algumas;

Numa memoria publicada em 1876 pelo mui erudito e modesto compatriota nosso que se assigna com o pseudonimo “Sá Vilella” Lê-se o seguinte:

“Na Thebaida portuguesa encontra-se duas veses citada (t. 1 e 2) a curiosa carta do padre-mestre frei Martinho de S. Paulo, na qual se falla das antas, que no seu tempo existiam pelas faldas do Monte de San’Gens [..... ?] propicios na [????].

Tanto estas noticias como nas poucas que recentemente se terem publicado se exceptuarmos a Memoria publicada pelo Sr. F. A. Pereira da Costa, nenhum que eu saiba dá noticia dos despojos animaes e da industria humana encontrados nesses monumentos: provavelmente porque não os exploraram, ou se o fizeram encontraram-as violadas e sem mobilia funeraria alguma.

Nos mesmos temos registado em nossos apontamentos de viagem um não pequeno numero de dolmens por nós encontrado em todas as provincias de Portugal e de que mais tarde darei noticia com a indicação de diversas estações humanas prehistoricas. O nosso objecto por agora será dar uma breve noticia de um grupo de dolmens que se trouve dans les environs de la petite vilage de Bellas, 15 kilom. a NNO. de Lisbonne, e de umas cavernas sepulchraes nas visinhanças de Palmella 30 kilometros ao S. de Lisboa, com o fim de servir de esclarecimento às pessoas que examinarem os objectos que enviamos à exposição das sciencias anthropologicas.

Monumento ante-historico do Cabeço do Monge na Serra de Cintra.

Este monumento está situado no alto de um dos cabeços que coroam a montanha que se levanta entre Lisboa e o mar e que denominam Serra de Cintra.

SEGUNDO CADERNO MANUSCRITO COM LETRA DE CARLOS RIBEIRO

[Notas à margem no início deste Caderno:]

Com referencia a Barcarena [????] – Vid. Rapport du Congres de Bruxelles pag. 320-327 e seguintes.

Vid. Observações criticas à classificação de Mr. Mortillet Materiaes 1877 – pag. 121.

O solo portugues e um dos que offerece não pequeno numero de vestigios relativos à presença do homem e da sua industria nas epochas ante historicas. Abstrahindo do que se refere aos productos da industria humana sepultados nas camadas das Formações terciarias de Portugal, e passando em claro sobre o que pode referir-se ao periodo diluvial, notei que em toda a zona central e occidental do nosso Portugal se encontram em repetidas paragens, dolmens e cavernas, contendo numerosos productos da industria humana, restos d'esqueletos tanto de homem como de outros animaes que parece pertencerem à epocha da pedra polida e a que faz transição para a do cobre.

Margem larguissima para preciosos estudos de anthropologia e de ethnographia, darão as explorações que com methodo e com a extensão reclamada hajam de tentar-se nas cavernas, nos campos intricheirados, nos numerosos dolmens, monumentos, e outros monumentos mégalithicos que enriquecem o solo portugues.

Por agora o meo objecto é dar uma noticia sucinta do que encontramos em alguns dolmens das Villas de Bellas que fiseamos explorar, e bem assim de umas quatro cavernas egualmente exploradas por nós na freguesia de Palmella.

Dolmens das V.^{as} de Bellas

Monte Abrão

Maio – 1877

Mandei excavar o dolmen de Monte Abrão em todo o seo comprimento, isto é recinto e galeria (Deve fazer-se a descripção da excavação. Comprimento; largura, profundidade e irregularidades). Nesta exploração reconheceo-se que a galeria tinha maior extensão do que a primeiramente supposta pelos marcos ou pedras que a limitavam, à superficie: a excavação fes conhecer outras pedras logo abaixo do solo vegetal, em pequeno numero é verdade, mas aninhadas no prolongamento das lages já conhecidas, como se vê na linha pontiada da planta. O solo firme, quero dizer as camadas do calcareo foram encontradas a pequena, mas desigual, profundidade em toda a excavação feita no recinto e na galeria. Este calcareo apresentando-se do lado do Sul bastante fendido ou quarteado foi menos difficil abrirem deste lado e no calcario uma sanja que com a espessura do solo vegetal ficou com um metro de fundo pouco mais ou menos.

Nas paredes da sanja veem se os dentes que ficaram em consequencia das cunhas de calcareo que destacaram. A figura abaixo **A** que é um corte N.S. pelo recinto da idea da excavação que se fez no calcareo. A pedra **a'** foi enterrada perto de um metro sendo uns 0,5 m no calcareo.

Na excavação mais funda, lado S, que penetra no calcareo fig (**a**) e que tem 1,1 m de fundo encontraram-se os ossos correspondentes a seis esqueletos, distribuidos pelo comprimento da mesma sanja isto é n'uma extensão de 2,5 m a 3,0 m com se vê no desenho fig (**a'**). Correspondentemente a pedra (**g**) (vid. perspectiva e planta) encontrou-se um craneo e mais ossos humanos; junto a este craneo estava a lança grande de silex calcarifero branca, encontrando-se igualmente proximo a este craneo a flexa d'osso com rebarbas. Por baixo do craneo estava a massa de calcareo (arma como a massa d'Hercules das duas a menos grande). As contas, perolas, e mais adornos foram encontrados dispersos na terra vermelha.

Congresso de Buda-Pest. Pag. 200

Alem dos sette craneos que acima se indicam appareceram mais tres nas posições apontados na planta abaixo com as designações **1.º** - **2.º** - **3.º**. Como se ve estão fora do recinto e do lado S da galeria. O craneo **1.º** era acompanhado com

ossos longos quebrados com as apophyses podres desfazendo-se. Por baixo do occipital estava a placa de schisto mais pequena, e duas massas pequenas de calcareo, uma [????] de calcareo, e outra de barro de fundo xato; e um anel d'osso.

Craneo N.º 2 com fragmentos d'ossos longos – com elle estava a faca longa curva grande; a 0,25 m de distancia estava uma placa de schisto, a maior de todas; e as massas.

Craneo N.º 3 ou 3.º. Encontrou-se com elle um só osso longo quebrado em tres partes. Em volta delle, de 0,2 m a 0,5 m de distancia encontravam-se facas, setas, calhaus rolados (amostras da entrada da galeria). Dentro do recinto proximo à lage c encontrou-se a placa de grés a hacha de calcareo pisolithico; um machado de rocha siliciosa; a pessa de jade

Vid. adiante a pag. com este sinal Δ

Δ

Encontraram-se pois no dolmen de Monte Abrão nove craneos, pelo menos, de individuos adultos situados do lado S, e um tambem de adulto junto à pedra (g). Alem destes outros restos d'esqueletos se encontraram de individuos humanos e que nos parecem ser novos. O numero total não parece descer de doze.

A terra e que os ossos destes esqueletos estavam revolidos e a terra argillo-ferruginosa vermelha acastanhada. Nesta viam-se dispersos abundantes lascas de silex, pedras de calcareo soltas, e os objectos que se colligiram nesta exploração.

Os craneos e as mandibulas estão esmigalhados e por modo tal que não foi possivel com os fragmentos armar ainda uma pessa de caixa craniana nem tao pouco uma mandíbula. Os ossos longos nem um só se encontrava inteiro; nem uma costella. As vertebrae é que estão menos fracturadas, mas todas ellas principalmente o corpo que são osso esponjoso, desfez-se em farinha deixando cair e perder as apophyses. A parte esponjosa dos ossos longos quer dizer as cabeças ou apophyses tem cahido em farinha e o mesmo tem acontecido a parte esponjosa dos outros ossos principalmente aos ossos chatos.

Nos ossos longos tem adherido por tal modo a sua superficie a terra vermelha argillosa que forma uma ganja mais coherente do que o tegumento osseo, quebrando às vezes este sem que o cimento se destaque. Quando succede destacar-se o osso mostra muita parte uma certa duresa e a superficie apresenta uma côr escura manchada com a cor negra azulada do ferro metallico, ou talvez do manganez.

Assim como os objectos d'adornos se mostraram dispersos na terra, tambem dispersos por ella encontraram muitos dentes humanos e fragmentos d'ossos.

Pelo que respeita a ossos de animais associados aos ossos humanos apenas encontramos mandibulas e ossos longos de ruminantes, coelho, e talvez rato d'agua tambem.

Voltei a Monte Abrão no dia 20 – Maio – 77

Esperei desde 12 para que a terra argilosa que encerrava os restos de ossos humanos estivesse mais secca. Effetivamente estava, mas nem por isso os ossos sahiram mais inteiros. Os ossos humanos que ali examinei estão dispostos em duas camadas ou estratos correspondentemente às pedras b e d da planta. Separam estes extractos as pedras maiores que se veem indicadas em perspectiva no desenho do dia 12. Estas inhumações parece terem sido feitas depois dos corpos estarem consumidos, transportando para alli os ossos já quebrados e enterrando-os em [????].

Nenhum osso esta na sua posição articular; estão como amontoados; porções de ossos longos quebrados de mistura com vertebrae soltas fragmentos de costellas de adultos e de individuos muito novos: craneos achatados e quebrados de mil modos, com phalanges das maos dispersas na massa d'argilla que enche a cavidade craneana.

Tirou-se um craneo de homem adulto (foi o 2.º do desenho) mas achatado e esmigalhado – tinha todos os ossos do craneo, maxillares, esphenoide, e faces; mas tudo esmigalhado, e a parte esponjosa destes ossos reduzida a farinha.

A ganja em a terra argillosa de cor vermelha acastanhada envolvendo pequenos fragmentos de silex, seixos pequenos de quartzo, fragmentos de calcareo formando ao todo um conglomerado de pequenos elementos: e é esta ganja que envolve e empasta todos os ossos. Tambem se encontraram alguns bagos de carvão. Estes cobriam, quero dizer os fragmentos que poderam aproveitar-se estar juntos.

Parece que, como já disse, o primeiro enterramento foi em outro lugar; delle depois das partes melhor consumidas transportaram os ossos para uma valla coberta ao longo do recinto e galeria pelo lado do sul lançando-as

alli em desordem, e depois é que erigiram o dolmen. A circunstancia dos craneos e maxillares se mostrarem esmigalhados é possível que fosse devido à inhumação ter sido pouco funda, e principalmente à grande pressão ou peso exercido sobre a terra do recinto na occasião da manobra que tem por fim montar as pedras **b** e **d** (da planta do dolmen).

[Em anotação a lápis à margem:] Os cacos ou fragmentos [????] [????] e abonam a hypothese dos corpos e [????] [????] [????] outra jasida).

Vid. Congresso de Copenhagen – Descrição da Gruta da Grailhe pag. 199, 200 – P1. 10. [Obs.: na verdade é um dolmen, como se lê no texto da comunicação.]

Nos dias 20 e 22 continuou a exploração e colligiram-se diversos outros objectos.

1.º Fragmentos de maxillar inferior e dentes de individuos de diferentes idades.

2.º Mais dentes humanos.

3.º Fragmentos de carvão envolvidos na argilla vermelha.

4.º Numerosos fragmentos pequenos de silex empastados com os ossos na argilla vermelha.

5.º Cabeças de radios humanos.

6.º Ossos longos.

7.º Fragmentos de craneos em laminas sobrepostos.

8.º Fragmentos d'ossos de roedores.

9.º Uma ponta de flexa e uma marca furada.

[Notas à margem:]

Vid. L. Lartet (uma sepultura des anciens troglodites) pag. 32 e 33

Discussão geral dos Dolmens – C. Paris – pag. 192-185.

Dolmen de Monte Abrão – Silex sobre os esqueletos –

Os corpos colocados sobre o terreno natural, estavam cobertos por uma camada de rins de silex por entre os quaes se encontravam alguns instrumentos por acabar ou quebrados; mas poucos de trabalho bem definido. Esta ultima consideração que nos tem impedido admittir em geral a pratica religiosa e como sacrificios lanços em leite de silex sobre o cadaver – julgo ser antes para evitar a profanação do cadaver da parte dos animaes. C. de Bruxellas pag. 305 a 307.

Maio 31 – 77

Voltei ao Dolmen de Monte Abrão – Entre as lages **a** e **a'** (vid planta) há um intervallo com 0,70 m de largura pouco mais ou menos (isto é a lage **a** muito avançada para a nascente sobre **a'**). A superficie O. da lage **a** e o terreno firme há tambem intervallo – estes dois intervallos comunicavam-se e estavam cheios de terra vermelha com dentes humanos, fragmentos de mandibulas e outros ossos tudo disperso. No sitio * da planta é onde se encontrou a mandibula.

Encostado à lage **d** estao ainda ossos de craneo e ossos longos de mistura com pedras grandes de calcareo e outras mais pequenas (de 4 kilos a 10 gramas) tudo envolvido na argilla vermelha acastanhada. Estes ossos estão brancos de neve como o tufo calcareo e embutidos na argilla destaca-se sobre a cor escura desta. Teriam sido infiltrado de tufo branco? Mas a argilla da granja nada mostra de imbibição do tufo.

A lage **m** funcionando de cunha e encontro pelo lado do S. à lage **b** prolongase ate ao fundo da excavação por SSS e a ella hia encostar a terra com ossos e os esqueletos fig. (a) dos primeiros apontamentos.

Os ossos, craneos e ossos longos estão também por baixo da pedra ou lage **d**, mas tao metidos para dentro entre a contraface da lage que não parece crível que para alli os arrumassem depois do dolmen erigido; antes pelo contrario parece que os enterramentos já tinham sido feitos e depois é que se levantaram as pedras em volta da sanja ou sepultura; e a esta circunstancia parece ser devido o esmagamento dos craneos que se encontraram ao longo do lado S e na direcção O-E do dolmen; Porem sendo assim porque é que se perderam as relações articulares dos ossos do tronco e extremidades de **d** [??].

Já notamos que a argilla empastou com os ossos uma grande quantidade de lascas de sílex, e bem assim fragmentos de calcareo d'outras boleadas e instrumentos em esboço outros incompletos, núcleos etc; com estes sílex e pedras estavam também dentes humanos e fragmentos d'ossos; dentes de roedores; mandíbulas de roedor. As lascas de sílex são de todas as grandezas desde 0,01 m de comprimento e 0,005 de grossura até 0,1 m de comprimento por 0,03 e 0,04 m de grossura e mais. Ora à superfície do solo em torno do dolmen, e até distâncias de 20 e 50,0 m e envolvidos em terra vegetal, é enorme a quantidade de núcleos, lascas, de sílex inteiramente semelhantes às envolvidas na argilla do dolmen com os ossos; de modo que parece ter precedido à construção do dolmen uma officina de fabricar instrumentos de sílex estabelecida na planura onde se vê o dolmen. Desde a primeira ocasião que visitei esta localidade admirei a grande quantidade de lascas, núcleos e fragmentos em bruto de sílex que se vê espalhadas pela superfície do solo vegetal; se a terra fosse removida e escolhida a proporção apparecia muito crescida. Ora esta terra da superfície se fosse conglutinada apresentaria o mesmo magma de fragmentos de sílex e de calcareo que se vê no producto do desaterro do dolmen com a diferença entre ter ossos. Portanto parece-me que a quantidade de lascas de sílex encontradas com os ossos é antes devida a existirem previamente na terra lançada para dentro da excavação quando foi o enterramento dos ossos, do que o resultado de cerimonia "de cobrirem o cadaver com uma camada de lascas rins e núcleos de sílex".

O que também se encontrou de mistura com esta terra foram as petalas escamosas da pinha mais ou menos queimadas, e caroços d'azeitonas parte delles cortados transversalmente.

É bom não esquecer que a encosta que sobe da Ermida do Senhor da Serra e do Dolmen da Pedra do Mouro para o muro da Tapada da terra do Monte Abrão, e da media distancia para cima encontrava-se grande numero de lascas de sílex, núcleos e rins de sílex; e em alguns pontos mais do que em outros, parecendo terem sido esses pontos logares onde se faz trabalho de lascar.

Deixando o Monte Abrão, e dirigindo-nos para a Estria encontra-se na encosta ao descer para o Dolmen da Estearia muitas lascas, núcleos, rins, e fragmentos intactos ainda de sílex, branco, cinzento, listrado, empastados muitos destes fragmentos em oxido de ferro. E n'uma especie de patamar que se vê a uns 30 a 100,0 m.

Nestas cercanias encontraram-se ainda outros dois dolmens, que denominamos o da [..... ?] e o da Cova da Estria.

A uns 400,0 m [?] a poente a ONO do Dolmen precedente, e já fora da quinta do Sr. Marques de Bellas está o dolmen da Cova da Estria. Este monumento em vez de situado n'uma esplanada ou n'um alto encontra-se n'uma pequena dobra do terreno pertencente à encosta que da collina de Monte Abrão vem morrer na larga chapada da Estria uns 700 [?] ao S. da povoação da Idanha. Os desenhos fig[..... ?] mostram a planta e a perspectiva deste dolmen.

Compõe-se como o precedente, de uma Camara ou recinto e um corredor d'entrada orientado no rumo SSO a NNE; aquella com 4,0 m de comprido por 3,5 m de maior largura, e o corredor com 7 a 8,0 m de comprimento.

Com excepção das tres lages da cabeceira e contíguas que são um pouco mais altas, todas as mais em número de 4 que ainda se veem na sua posição normal não excedem a 1,50 m de altura sobre o sólo, não chegando nenhuma a ter mais de 1,87 m de comprimento. Outras lages semelhantes fazião parte deste monumento, mas estavam fora do seo logar e amontodadas à entrada da Camara. O corredor ou galeria é em parte cortada em uma rocha terrosa amarellada e tufacea, era ladeado de cada lado por renques de pedra.

Objectos encontrados.

18 - 2 - 77

Em todo o terreno do plan'alto onde está situado o Dolmen da Pedra do Mouro se encontra algumas lascas de sílex; a uns 200 metros porem mais para o S., caminho do Dolmen de Monte Abrão, apparecem com mais frequencia primeiramente lascas pequenas até um centimetro e dois, depois um pouco maiores, e sobretudo núcleos. Colligimos ali uma ponta de flexa em sílex avermelhado, e outra em quartzo branco leitoso, ainda não acabada.

Os núcleos são numerosos, e de variadas grandezas e grossuras: colhemos alguns em sílex branco opaco e lithoide com 0,096 m apenas de grossura, e 0,035 m de comprimento; tão longe foi levado o aproveitamento do nucleo ou matriz. Pelo que toca a instrumentos com algum acabamento, foram poucos os que encontrámos: apenas a ponta de lança e um rascador, todos os mais em esboço, por acabar, e inutilizados. Quanto à pedra dos núcleos e instrumentos, é ella toda quartzosa mas de varios caracteres petrographicos: assim encontramos de quartzo branco, de quartzite branca [????] finamente granular; de sílex pyromacho passando a sílex branco avermelhado ou acinzentado lithoide. Estes sílex quasi todos parece

provirem da formação cretacea do pais, das V.^{as} de Lisboa, Belem principalmente, valle d'Alcantara. Muitos destes fragmentos tem um lascado paralelo ao leito das camadas de calcareo entre os quaes existem os leitos e silex que determinava tambem um certo modo de lascas da pedra. Da meia encosta para cima é onde se encontra maior numero de lascas de silex soltas por cima do solo vegetal, a maioria nucleos, grande quantidade de fragmentos polyedricos ainda pouco desbastados.

Estes silex não cessam de encontrar-se ate ao Dolmen de Monte Abrahão onde abundam extraordinariamente podendo quasi tomar-se à pá – Parece ter sido officina alli.

Do Dolmen do Monte Abrahão para o da Estria continua a encontrar-se ainda com muita frequencia e em volta deste ultimo monumento, e delle ate ao alto da encosta são abundantes, e das mesmas especies quartzosas.

Dolmen no caminho da Idanha para a Aqualva

Bellas é uma pequena e antiga villa situada a 15 kilometros a ONO de Lisboa sobre a estrada que desta cidade conduz a Mafra, considerada como terra muito saudavel, não só pela pureza dos ares como pela boas aguas de alimentação que encerra, e por isso muito procurada não so para convalescentes como por muitas outras pessoas que desejam respirar os salubérrimos ares destas localidades.

Occupa esta vila parte de uma depressão do solo determinada pela confluencia de dois valles de Castanheira e do Jardim ambos com origem a 5 kilometros pouco mais ou menos para norte da mesma villa, e a qual tem 134,0 m d'altura sobre o nivel do mar. Pelo Sul é esta depressão cercada por uma escarpa alta e abrupta que corre de nascente para poente cortada d'alto abaixo proximo ao sitio do Pendão por uma garganta [????] por onde passa a estrada de Lisboa, e dá sahida para o Sul às aguas que desde os montes de Dona Maria afluem aquelles valles e às quaes se juntam em Quelus as da ribeira de Carenque para formarem o pequeno rio que desagua no Tejo no sitio da Cruz Quebrada.

A parte mais baixa desta depressão com a escarpa correspondente estão dentro da Quinta do Snr. Marques de Bellas. É uma quinta frequentadissima principalmente a sua alameda de adustos e magestosos platanos [.....?] cujas copas soberbas formam uma espessa abbobada impenetravel aos raios solares, e a sua espessa matta de medronheiros, carrascos, loureiros, parallelos à Alameda e que povoam a parte mais alta e abrupta da encosta ou escarpa.

Da alameda partem pela encosta acima diversos caminhos que serpeam pela matta destruidos em lanços separados por patamares ornados de Capelinhas, e que conduzem à Ermida do Senhor da Serra, onde os costumes tradicionais e a piedade d'alguns nos tres ultimos dias de Setembro de cada anno se junta uma multidão de muitos milhares de pessoas que alli correm de Lisboa e de todas as redondezas de Bellas ate um raio de 3,4 e mais legoas.

Para o poente da Ermida do Senhor da Serra uns 400,0 m e dentro da Quinta encontra-se o Dolmen conhecido pelo nome da "Pedra dos Mouros"; e uns 500 a 600,0 m para o SSO esta outro dolmen que denominam as Pedras do Monte Abrahão, nome de um cabeço que lhe esta a Cavalleiro do lado do S e onde se vê uma pyramide geodesica com a cota 231,0 m.

Uma formação pertencente ao terreno cretaceo superior constitue o solo desta localidade.

Por qualquer caminho da Alameda da Quinta para a Matta, corta-se uma serie de camadas de calcareo cinzento argillo-silicioso daquela formação inclinando 10 a 20° para S. Um filão camada de composição trachytica com 3 a 10 m de possança vem afflorar na parte alta da escarpa tornando esta ahi muito abrupta.

As camadas de calcareo do tecto do filão determinam um plan'alto de 500,0 m de comprimento para o S. As camadas de calcareo argilloso que se succedem na ordem ascendente continuem a inclinar em angulo de 8 a 14° para o S formando o solo do plan'alto; para alem este sobe uns 10 a 15,0 m sustentando outro plan'alto ou longo patamar com 300 a 400,0 m de comprimento para o S mas formado por camadas de calcareo branco rosado compacto subcrystallino contrastando com os marnes e calcareos lithoides cinzentos, trigueiros e amarellos que lhe estão inferiores, formando grossas bancadas inclinando ligeiramente para o S. Neste patamar é onde foi erigido o Dolmen das Pedras de Monte Abrahão.

Estas camadas formam duas assentadas mui distinctas pelos seus caracteres petrographicos e pelas suas especies fosseis as quaes são na 1.^a assentada [.....?] na 2.^a dita as especies de Rudistas [.....].

Estes dois pequenos plan'altos são limitados ao N. pela depressão de Bellas; ao nascente e ao poente por encostas asperrimas que descem rapidamente daquelle lado ate ao fundo do Valle que passa no Pendão e Cast. Lhe esta 100 m abaixo, do opposto ate ao valle que lhe corre 50 a 60,0 m mais abaixo.

Um muro, em partes argamassado corre de poente para nascente proximo do extremo septentrional do plan'alto menos alto.

Está derrocado, vendo-se apenas os alicerces e alguma porção crescendo acima do solo aqui e alli – no seo limite E. está mais bem conservado, mas foi cortado para dar logar a construcção e assentamento da Ermida do Senhor da Serra. Uns 20 a 30,0 m deste ponto, descreve a muralha em curva para se dirigir para o SSO e guarnecer a escarpa natural do solo, acabando porem repentinamente, a pequena distancia de [.....].

No tempo em que guerra se fazia...

Difinição de Monumento Megalithico por N. A. de Longpérier Cong. de Paris pag. 31 “Monumentos feitos ou construidos com blocs enormes em bruto.”

FOLHA SOLTA

Dolmen d'Agualva

O quarto dolmen das visinhanças de Bellas esta situado a uns 100 metros à direita da estrada municipal que conduz de Bellas a Cintra, e a uns 2000 m ao poente daquela villa.

Mostrase no fundo da depressão de que acima fallamos, como que fundido no meio de um terreno agreste formado por grossas bancadas de calcareo cinzento duro, muito quebrados, atravessados por filoes e massas de rochas feldspathicas eruptivas que tornaram o solo cortado e desigual. Foi n'uma pequena elevação mamillar deste mesmo solo escolhida para assentarem este megalithico, não tanto por se mostrar melhor, mas porque ali manifestase a alteração do calcareo convertido em rocha tufacea mole devida às mesmas cauzas que alteraram a rocha onde se levantam os dois precedentes tumulos, e que permitio aos constructores abrirem como abriram nos dolmens da Pedra dos Mouros e da Estria as excavações de que careciam para a camara.

Parece que aqui uma das condições que determinavam tanto a escolha do ponto para a construcção do monumento como a da orientação deste teria sido o estado em que encontrassem a rocha para a poder escavar e abrir nellas as camaras e as galerias. E effectivamente a orientação S.N do dolmen da Pedra dos Mouros é a mesma que apresenta naquelle local os filoes de rochas feldspaticas e os planos de resfriamento do calcareo: a orientação dos dois megalithicos da Estria, d'Agualva de nascente para poente e poente para nascente é tambem aquella por onde se manifestam os filoes camadas da mesma rocha feldspathica e as faxas de calcareo tufaceo em resultado da acção corrosiva das emmissões do interior. Alias deviam na mesma localidade terem todos os tumulos a mesma orientação.

O tumulo d'Agualva compoe-se tambem de um recinto e de uma galeria com 12,0 m [?] de comprimento total, orientado de ONO a ESE, e com a galeria e entrada do recinto olhando para ESE.

O terreno destinado à camara ou recinto foi excavado no calcareo tufaceo ate uns 12 decimetros pouco mais ou menos abaixo da superficie do solo sendo as paredes da mesma excavação guarnecidas com 7 lages dispostas a formar um polygono com uma entrada de 1,5 m de lado da galeria com uma [..... ?].

**DE ENTRE LOS MUERTOS. LAS PLACAS DE PIZARRA GRABADAS
DEL NEOLÍTICO FINAL DEL SUROESTE DE LA PENÍNSULA IBÉRICA**

***AMONG THE DEAD. LATE NEOLITHIC ENGRAVED SLATE PLAQUES
FROM THE SOUTHWESTERN IBERIAN PENINSULA***

Daniel García Rivero¹ & Michael J. O'Brien²

Abstract

Engraved slate plaques from the Southwestern Iberian Peninsula are embedded into the funerary context of the Late Neolithic–Chalcolithic I farming societies. They appear in the funerary structures, mainly megalithic, within archaeological deposits dated between 3500-2750 BC (calibrated age). Beyond its mere presence in these tombs, the symbolic and social role of this material culture is a historic dilemma widely discussed by archaeologists. Indeed, interpretations over these objects are numerous and diverse, but rarely have used methodological tools to test the hypotheses. This paper applies phylogenetic methods to check empirically one of the most recent hypotheses, that the plaques are ancient mnemonic devices that record genealogies of different lineages or clans. The results reported here come from four different samples representing the overall set of known and published plaques today, and they demonstrate that this hypothesis cannot be maintained. Finally, a discussion on the most plausible interpretative lines that should be tested in future studies is made.

Keywords: Iberian Peninsula, Late Neolithic, Megaliths. Phylogenetics, Symbolism.

1 – INTRODUCCIÓN

Las placas de pizarra grabadas se distribuyen por todo el cuadrante suroccidental de la península ibérica, si bien la concentración numérica más importante se localiza en la zona del Alentejo portugués, particularmente en el distrito actual de Évora. Se elaboran aprovechando la naturaleza foliar de la pizarra, aunque algunas se realizan en esquistos y areniscas. Se recortan y pulen de forma que suelen contar con unas dimensiones en torno a 15 cm de longitud, entre 5 y 10 cm de anchura y con unas superficies lisas. Sobre éstas –en la mayoría de los casos, en una sola cara-, se graban motivos fundamentalmente geométricos, pero también antropomorfos y zoomorfos.

La inmensa mayoría de placas proceden de contextos funerarios (~200), fundamentalmente megalitos y más escasamente de cuevas tanto naturales como artificiales y de *tholoi*. En algunos casos las placas se han documentado justo al lado o sobre los restos de esqueletos humanos (cf. GONÇALVES, 1989, 2003; DÍAZ, 2001), de forma que es probable la propuesta de que los agujeros que tiene la mayoría de ellas sirviesen para suspenderlas del cuellos de los difuntos (e.g. CARTAILHAC, 1886; LILLIOS, 2008). La cultura material que,

¹Departamento de Prehistoria y Arqueología, Universidad de Sevilla. garciarivero@us.es

²Department of Anthropology, University of Missouri. obrienm@missouri.edu

además de las placas, se documenta en estos depósitos arqueológicos funerarios suele ser cerámica lisa e industria lítica, como láminas y hojas alargadas, geométricos, puntas de proyectiles y hachas sin evidencia de uso (LILLIOS, 2008).

Debido en parte a que estas estructuras funerarias se excavaron durante la primera mitad del siglo XX, apenas existen contextos con placas en distintos episodios estratigráficos, así que poco se sabe sobre la cronología relativa entre los distintos tipos. Sólo en los últimos años empieza a aparecer, con cuentagotas, alguna información a este respecto (cf. OLIVEIRA, 2006).

Actualmente se conoce una docena de sitios arqueológicos cuyas fechas radiocarbónicas datan con garantía el momento de deposición de sus respectivas placas (Fig. 1), mostrando un periodo general comprendido entre 3500-2750 A.C. (fecha calibrada), que se correspondería con las fases históricas convencionales de Neolítico Final y Calcolítico I.

Sitio y Distrito ¹	Muestra	Fecha radio-carbónica BP	Fecha BC	Fecha Cal BC ² (1 sigma)	Placa/s (Nº Esprit)	Referencia
Gruta da Lapa do Fumo (Set)	ICEN-240	4420 ± 45 BP	2470 ± 45 BC	3101 – 3000 BC	658	GONÇALVES, 2003
Covas das Lapas I (Lei)	ICEN-463	4550 ± 60 BP	2600 ± 60 BC	3238 – 3108 BC	1103	GONÇALVES, 1989
Gruta 2 da Marmota (San)	OxA-5535	4605 ± 55 BP	2655 ± 55 BC	3509 – 3426 BC	–	GONÇALVES, 2003
Gruta da Lapa do Bugio (Set)	OxA-5507	4420 ± 110 BP	2470 ± 110 BC	3119 – 2919 BC	–	CARDOSO & SOARES, 1995
Anta da Bola da Cera (Port)	ICEN-66	4360 ± 50 BP	2410 ± 50 BC	3023 – 2909 BC	–	OLIVEIRA, 1997
Sala nº 1 (Bej)	ICEN-448	4140 ± 110 BP	2190 ± 110 BC	2876 – 2618 BC	–	GONÇALVES, 2003
Anta de STAM-3 (Evo)	Beta-166422	4270 ± 40 BP	2320 ± 40 BC	2917 – 2877 BC	650	GONÇALVES, 2003
Olival da Pega 2b (Evo)	ICEN-957	4130 ± 60 BP	2180 ± 60 BC	2763 – 2620 BC	137, 492 y 515	GONÇALVES, 2003
Olival da Pega 2b (Evo)	ICEN-955	4290 ± 100 BP	2340 ± 100 BC	3034 – 2856 BC	137, 492 y 515	GONÇALVES, 2003
Olival da Pega 2b (Evo)	ICEN-956	4180 ± 80 BP	2230 ± 80 BC	2817 – 2664 BC	137, 492 y 515	GONÇALVES, 2003
Anta 4 de Coureiros (Port)	ICEN-976	4240 ± 150 BP	2290 ± 150 BC	3022 – 2617 BC	–	OLIVEIRA, 1997
Pé da Erra (San)	ICEN-587	4220 ± 45 BP	2270 ± 45 BC	2808 – 2755 BC	–	GONÇALVES, 2003
Anta da Horta (Port)	Beta-194313	4480 ± 40 BP	2530 ± 40 BC	3332 – 3214 BC	OLIVEIRA, 2006, Figs. 138 (arriba) y 147 (debajo)	OLIVEIRA, 2006
Anta da Horta (Port)	Beta-194312	4270 ± 50 BP	2320 ± 50 BC	2928 – 2866 BC	OLIVEIRA, 2006, Figs. 136-149	OLIVEIRA, 2006
Gruta Praia das Maças (Lis)	OxA-5509	4410 ± 75 BP	2460 ± 75 BC	3107 – 2916 BC	---	CARDOSO & SOARES, 1995
Gruta Praia das Maças (Lis)	OxA-5510	4395 ± 60 BP	2445 ± 60 BC	3096 – 2916 BC	---	CARDOSO & SOARES, 1995

¹ Ver Fig. 8 para ubicación de distritos. ² Las calibraciones se realizan con el software Calib. 7.0 basándose en los conjuntos de datos de IntCal 13.

Fig. 1 – Fechas radiocarbónicas disponibles directamente asociadas con placas.

Las interpretaciones vertidas sobre esta manifestación cultural son diversas. En un grupo de interpretaciones más o menos definido por el énfasis puesto en el trasfondo social de estos objetos, se han considerado por algunos autores como una especie de escritura ideográfica (Ameghino, 1879, p. 219), como objetos prestigiosos (MORTILLET, 1881; CARTAILHAC, 1886; WHITTLE, 1985), como expresiones simbólicas de evergetismo social (BUENO, 1992; BUENO & BALBÍN, 2003) y como objetos heráldicos (LISBOA 1985; CARPENTER & SCHUSTER, 1986-1988).

Otro bloque bien delimitado interpreta estas piezas como manifestaciones religiosas y simbólicas en un sentido amplio. Los autores pioneros de esta línea han argumentado que se trata de amuletos u objetos de cultos (SIMÕES, 1878; LEISNER & LEISNER, 1985) usados quizás en prácticas supersticiosas (VEIGA, 1887). Otros los han visto como representaciones apotropaicas del propio difunto (FRANKOWSKI, 1920). Algunos no dudan en entenderlos como ídolos (VASCONCELOS, 1897; HERNÁNDEZ-PACHECO, 1916) asociados a la devoción de figuras divinas específicas (CORREIA, 1917; ABERG, 1921; CORRÊA, 1924), fundamentalmente la diosa madre mediterránea (ALBUQUERQUE E CASTRO, 1963; ALMAGRO GORBEA, 1973; FERREIRA, 1973) o ésta junto a otras figuras (GIMBUTAS, 1974; GONÇALVES, 1989, 2006).

Algunos autores han visto incluso que las placas podrían haber sido representaciones zoomorfas o fitomorfas (SIRET, 1908), especialmente del Mediterráneo oriental (ALMAGRO BASCH, 1966). En este sentido muchos han hecho referencia a diversos objetos de dicha zona, como las paletas egipcias (MORGAN, 1897) o los ídolos chipriotas (CABRÉ AGUILÓ, 1916; SÁEZ MARTÍN, 1944). Por último, algunos investigadores interpretan estas manifestaciones simbólicas como expresiones de identidad cultural de áreas geográficas específicas (HURTADO, 2009b; CALADO, 2010).

Durante los últimos años, Katina T. Lillios ha combinado dos de esas interpretaciones –escritura ideográfica y objetos heráldicos– conjeturando que la mayoría de placas codifican información genealógica (LILLIOS, 2002, 2003, 2004a, 2006, 2008), aunque algunas otras (minoritarias en número) podrían tratarse de reliquias o expresiones de individuos específicos (THOMAS *et al.*, 2009; LILLIOS, 2010).

La sugestiva hipótesis genealógica de Lillios ha contado con cierto eco entre los prehistoriadores ibéricos y ha avivado la discusión sobre estas manifestaciones culturales simbólicas. Algunos arqueólogos la han respaldado (e.g. BLANCO GÓMEZ, 2011; GARCÍA SANJUÁN, 2011), y otros la han rechazado directamente sin más (GONÇALVES, 2006, p. 46 y ss.). No obstante, hay quienes han advertido que dicha hipótesis no ha sido probada aún (e.g. BUENO, 2006; HURTADO 2009a).

Ciertamente, ella (LILLIOS, 2008, p. 157-158) enuncia el uso de un método proxy para ordenar las placas, así como la seriación filética (O'BRIEN & LYMAN, 1999). Sin embargo, no presenta datos que permitan examinar la consistencia de dicha secuencia. Además, existen algunos problemas en la forma de concebir su propia secuencia. Primero, su método proxy se basa en el número de filas como proxy cronológico: ubica las placas en la secuencia según el número de filas que contienen. Este método, sin embargo, asume que el número de filas es actualmente una medida del tiempo transcurrido, justamente aquello que Lillios intenta establecer en primer lugar. Así, cualquier resultado es tautológico. Segundo, Lillios no comprueba su secuencia ni con información estratigráfica ni con fechas radiocarbónicas.

2 - OBJETIVOS

La aplicación de métodos sistemáticos cuantitativos que permitan de una forma precisa y operativa mantener o rechazar las hipótesis no es desafortunadamente un hecho muy común en arqueología todavía. Esta falta de contraste de hipótesis se justifica frecuentemente recurriendo a la creencia de que la complejidad

del comportamiento humano, y sobre todo la naturaleza escurridiza del simbolismo del pasado humano, no puede abordarse fácilmente por el método científico. Este trabajo contradice dicha creencia, y constituye una evidencia de que, incluso en relación con fenómenos culturales de cierta complejidad –como de hecho es el simbolismo del pasado humano-, existen aproximaciones metodológicas que nos permiten generar conocimiento científico contrastado según la estrategia hipotética deductiva tan común en otras áreas de conocimiento.

El objetivo fundamental de este trabajo es experimentar la hipótesis de Lillios anteriormente resumida: que las placas constituyen un sistema de codificación genealógica. Para examinarla, se utiliza la metodología filogenética, que se basa en la transmisión de información (aquí, cultural) bajo el modelo de descendencia modificada. Es decir, se utiliza un modelo evolutivo divergente –evolución cladogénica o ramificada– que refleja la naturaleza del cambio tanto en organismos como en cultura material (O'BRIEN & LYMAN, 2000, 2003; GARCÍA RIVERO, 2013; O'BRIEN *et al.*, 2013). En vez de colapsar todo el cambio en una única línea de descendencia, el modelo cladogénico reconoce que la descendencia es ramificada, en forma de árbol. Este modelo de cambio, además, resulta el más apropiado para comprobar esta hipótesis, ya que ésta se fundamenta en la transmisión vertical (genealógica) de información, en la continuidad hereditaria (no sólo histórica), que fluye entre los miembros y generaciones de los linajes (en un proceso de fisión y radiación divergente de poblaciones a partir de un área geográfica original –como veremos un poco más adelante).

Se realiza también una aproximación mediante un método taxonómico tradicional (fenético), que se basa exclusivamente en las distancias entre cada uno de los objetos, es decir, cuánta similitud comparten entre sí. El objetivo de esta aproximación secundaria no es otro que comparar los resultados obtenidos por la metodología filogenética con los arrojados por la visión tradicional de ordenación. De esta forma, se podrán generar algunos puntos de discusión metodológica (dado el componente novedoso de la aplicación filogenética en la arqueología española).

El sometimiento a prueba de ésta hipótesis permitirá arrojar un poco de luz sobre el panorama interpretativo de esta cultura material, y por tanto saber cuáles son las líneas de investigación más plausibles y productivas para los estudios venideros.

3 – METODOLOGÍA

3.1 – Enunciado de la hipótesis

Lillios sugiere concretamente que los distintos motivos decorativos de la parte inferior de las placas (cf. Fig. 2) se corresponden exclusivamente con determinados linajes, mientras que el número de “registros” –el número de filas horizontales de triángulos de la placa de la Fig. 2– indican la distancia genealógica entre el muerto asociado a la placa y el ancestro fundador de su linaje. Por ejemplo, siguiendo sus propias palabras, una placa con dos filas de triángulos significaría una persona dos generaciones posteriores a la del ancestro fundador del linaje ‘triángulo’.

Según ella, el incremento en el número de registros (filas) sugiere una difusión gradual desde un área central ancestral hacia afuera durante el tiempo (LILLIOS, 2008, p. 149). Así, las placas con un número mayor de filas decorativas deberían ser más recientes que las que tienen menos filas. Además, el número de filas decorativas debería incrementarse cuanto mayor sea la distancia respecto de esa área ancestral, que ella ubica en el distrito alentejano de Évora. Esto reflejaría la radiación de poblaciones (linajes) que se mueven hacia el exterior y difunden consigo la tradición de las placas.

Con base en los cambios esperados en varios rasgos concretos, especialmente los motivos decorativos de la parte inferior de las placas, ella propone una secuencia cronológica cuya fase más antigua contaría con placas con bandas verticales, diseños de espina de pescado (herringbone) o ajedrezado, seguida de una fase posterior con placas con zigzags, y una tercera y última fase de placas con cheurones o triángulos. Su razonamiento se basa en que muchas de las placas de la fase más antigua (es decir, con bandas verticales, herringbone o ajedrezado) parecen proceder del actual distrito portugués de Évora, área que diversos arqueólogos consideran el

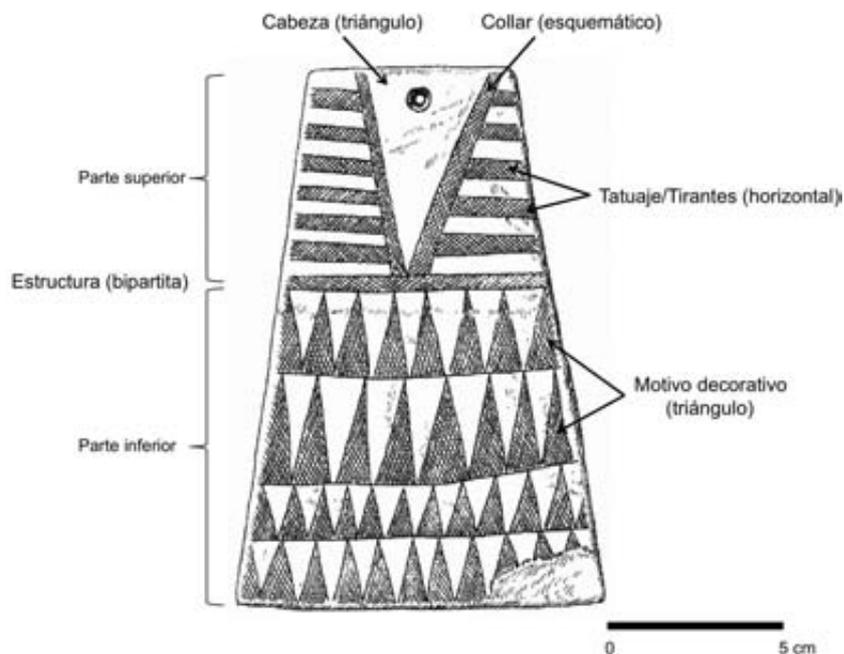


Fig. 2 – Caracteres (y sus abreviaciones) usados en los análisis: Motivo Decorativo (DM), Estructura (ST), Tirantes/Tatuajes (TT), Collar (NK) y Cabeza (H). Los términos en paréntesis muestran los estados de caracteres particulares para este ejemplo (cf. Fig. 5). (Elaboración propia a partir de Leisner [1965, Lám. 108, n° 42]).

centro original de las poblaciones neolíticas responsables de la construcción de las tumbas megalíticas en las cuales se documenta el grueso de placas (LEISNER, 1965; LEISNER & LEISNER, 1985; CALADO & ROCHA, 2007). De esta forma, las poblaciones se moverían desde Évora hacia afuera y llevarían consigo la tradición de elaborar placas, que, con el paso del tiempo y ya en regiones periféricas y distantes a aquel centro inicial, acabaría terminando con las de motivos de triángulos –las más recientes.

3.2 – Método de experimentación

La filogenética es el método para elaborar y evaluar hipótesis contrastables de relaciones ancestro-descendiente. La lógica para extender el uso de la filogenética a la arqueología es la misma que en biología: los artefactos materiales son sistemas complejos que comprenden un número de partes que actúan conjuntamente como una unidad funcional. Los tipos de cambios que suceden a lo largo de las generaciones de artefactos (de los procesos de producción de los mismos) están parcialmente limitados, pues las nuevas estructuras y funciones emergen usualmente de la modificación de estructuras y funciones previas (O'BRIEN *et al.*, 2012). De esta forma, la historia de estos cambios queda registrada en las similitudes y diferencias de las características de los artefactos relacionados, en la medida en que las características de sus antepasados comunes se hayan modificado por adiciones, pérdidas y transformaciones posteriores (BROWN & LOMOLINO, 1998, P. 328).

Desde hace unos años, la filogenética ha empezado a utilizarse ampliamente en arqueología (e.g. O'BRIEN *et al.*, 2001, 2002, 2008, 2012, 2013; DARWENT & O'BRIEN, 2006; BUCHANAN & COLLARD, 2007, 2008; GARCÍA RIVERO, 2010a) y en otros estudios de cultura material (e.g. TEHRANI & COLLARD, 2002, 2009a,

2009b; JORDAN & SHENNAN, 2003, 2009; SHENNAN & COLLARD, 2005; JORDAN & MACE, 2006; JORDAN & O'NEIL, 2010; TEHRANI *et al.*, 2010).

La filogenética se basa en un modelo divergente de descendencia con modificación en el que los nuevos taxones emergen bifurcándose de otros ya existentes. Las relaciones filogenéticas se definen en términos de cercanía relativa de ascendencia común: dos taxones se consideran más estrechamente relacionados entre sí que un tercer taxón si ellos comparten un ancestro común que no comparte el tercero. La evidencia para la ascendencia común exclusiva es el hecho de compartir una novedad evolutiva, un carácter derivado compartido denominado sinapomorfía (Fig. 3). Dado tres taxones ideales, se infiere que dos taxones tienen un ancestro común exclusivo si comparten un mismo carácter derivado que no está presente en el tercer taxón (Fig. 3a). Los caracteres ancestrales –técnicamente denominados simplesiomorfías (Fig. 3b)– son los que están presentes en los tres taxones. Los caracteres que no se deben a ascendencia común, sino a convergencia, evolución paralela o transmisión horizontal, se denominan homoplasias (Fig. 3c).

Actualmente se usan varios métodos para la inferencia filogenética (POL & SIDDALL, 2001; ARCHIBALD *et al.*, 2003; SOBER, 2004; GOLOBOFF & POL, 2005; HOLDEN *et al.*, 2005). El utilizado en este trabajo es el de máxima parsimonia, que se basa en un modelo que busca identificar el mínimo número posible de cambios evolutivos para agrupar las unidades taxonómicas bajo estudio. En su forma más simple, el método consiste en cuatro pasos. Primero, se elabora una matriz de datos que contenga todos los estados de caracteres de cada taxón. Segundo, se establece la dirección (polaridad) del cambio evolutivo entre los estados de cada carácter. Un método para esta tarea es el análisis del *outgroup* (MADDISON *et al.*, 1984), que procede examinando un taxón cercano al grupo de estudio (el ancestro supuestamente más cercano de éste) (cf. GARCÍA RIVERO, 2013, p. 137-138). Cuando un carácter exhibe dos estados distintos en el grupo bajo estudio, pero sólo uno de ellos está presente en el *outgroup*, se evoca el principio de parsimonia y el estado encontrado sólo en el grupo bajo estudio se constituye como una novedad evolutiva con respecto al estado presente en el *outgroup*. Tercero, se construye un diagrama ramificado de relaciones para cada carácter juntando los dos taxones más derivados –C y D en la Fig. 3– y entonces se conecta sucesivamente cada uno del resto de taxones según cuán derivados sean. En la Fig. 3, por ejemplo, el taxón B es más derivado que el taxón A. Cada grupo de taxones definidos por la intersección de

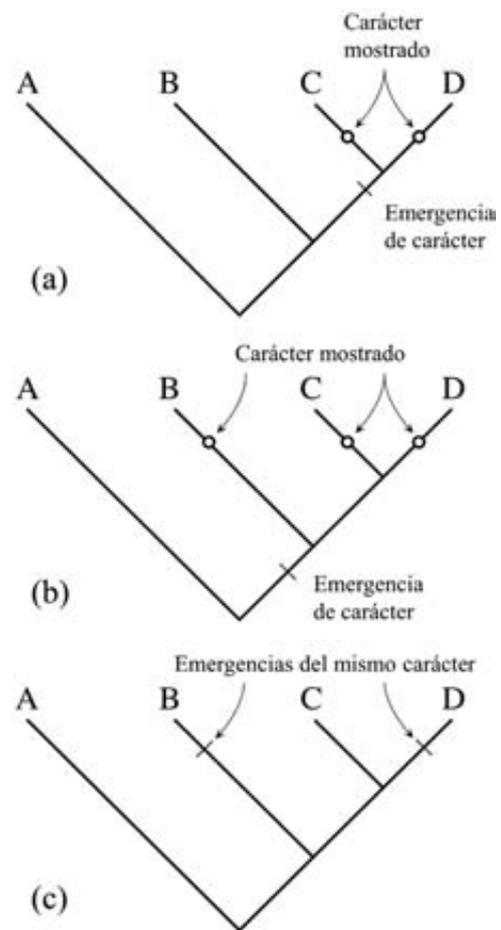


Fig. 3 – Tres árboles filogenéticos ideales mostrando los tres tipos distintos de rasgos. En (a) el carácter emerge en la línea que precede la bifurcación que produce los taxones C y D. Después de la bifurcación, ambos taxones hermanos exhiben ese carácter derivado compartido o sinapomorfía. En (b) el carácter emerge en la línea que producirá B, C y D. Cuando se produce el siguiente evento de bifurcación que agrupa a C y a D conjuntamente en un clado –por el emergencia de cualquier otra sinapomorfía, el carácter inicial se convierte en un rasgo compartido ancestral (y no derivado) o simplesiomorfía. Usando ése carácter, no se podría averiguar la relación filogenética entre B, C y D, ya que los tres lo exhiben. En (c) un mismo carácter emerge un dos líneas relativamente distantes (no comparten un ancestro común inmediato). Estos caracteres se denominan homoplasias.

sus líneas corresponde a un clado, y grupos de clados relacionados conforman un árbol. Más precisamente, un clado consiste en dos o más taxones hermanos y su ancestro común, los cuales comparten un carácter derivado exclusivo (no presente en otros taxones del árbol). En la Fig. 3, hay tres clados: C + D + su inmediato ancestro común; B + C + D + su inmediato ancestro común; A + B + C + D + su inmediato ancestro común. Idealmente, la distribución de los estados de caracteres entre los taxones será la que todos los árboles de los distintos caracteres sean congruentes entre sí. Normalmente, sin embargo, suelen existir árboles de caracteres que sugieran relaciones incompatibles entre sí, un fenómeno conocido técnicamente como homoplasia. La Fig. 3c presenta una homoplasia consistente en la emergencia del mismo carácter en sólo dos líneas de las tres relacionadas. Este problema se resuelve en siguiente y último paso. Cuarto, se construye un árbol ensamblado que sea consistente con el mayor número de caracteres y que requiera el menor número de homoplasias para dar cuenta de la distribución de los estados de caracteres entre los taxones examinados. Este árbol se conoce como la solución más parsimoniosa. Los árboles de parsimonia se evalúan según el mínimo número de cambios de estados de caracteres que precisen, sin la necesidad de asumir a priori una distribución específica de los cambios de los rasgos, y son enunciados hipotéticos de las relaciones entre los taxones dados el modelo y parámetros usados.

Existen diversas técnicas para medir y evaluar la calidad del ajuste entre un conjunto de datos (la matriz de los estados de caracteres de los taxones bajo estudio) y un árbol dado. Las más usadas son: el índice de consistencia (CI), el índice de retención (RI) y el índice de consistencia reescalada (RC). El CI mide la cantidad relativa de homoplasia en un conjunto de datos, pero es dependiente del número de taxones. Así, el CI esperado para un árbol dado debe evaluarse en relación con el número de taxones del análisis (SANDERSON & DONOGHUE, 1989). El RI mide el número de similitudes de un conjunto de datos interpretadas como homologías en relación con un árbol dado. No es dependiente del número de caracteres o taxones empleados y tampoco de la presencia de caracteres derivados presentes en un único taxón, de forma que puede usarse para comparar distintas muestras o conjuntos de estudio. El RC es el producto del CI por el RI. Estos índices van desde 0 –que indica una falta total de ajuste entre un árbol dado y el conjunto de datos– a 1 –que indica un ajuste perfecto.

Como aproximación colateral a la filogenética, se realizan análisis de correspondencias basados en la distancia global entre los objetos de estudio (cantidad de semejanzas y diferencias entre éstos según unos caracteres considerados). Como las técnicas de ordenación basadas en la similitud o distancia global sí son más comunes en los trabajos arqueológicos, no se explicita aquí esta metodología tanto como la anterior. De forma sucinta, el análisis de correspondencias es un método de escalado multidimensional diseñado para la visualización y exploración de datos (cf. SHENNAN 1992, p. 281 y ss.). Puede trabajar con variables que no son numéricas (sino nominales) y que no siguen obligatoriamente una forma de distribución normal. Los datos han de ser codificados en formato binario (0, 1). La ordenación se basa, como otros muchos métodos multivariantes, en una matriz de similitudes entre los caracteres y/o entre los taxones.

Este tipo de análisis resume una información compleja, dada por un determinado número de variables, en un número reducido de nuevas variables. Calcula la variable promedio entre las variables originales y posteriormente, si aquélla no explica toda la información, se calcula otra nueva componente para explicar el resto de información, denominada la variación residual, y que es normalmente ortogonal, o, lo que es lo mismo, que no está correlacionada con la primera componente. El análisis de correspondencias suministra información acerca de las relaciones entre las unidades o casos de estudio (aquí, placas). Sugiere si existe alguna tendencia en los datos originales y qué variables se relacionan con ella. Pero además, permite analizar conjuntamente las relaciones entre casos, entre caracteres (las variables que se explicitarán más adelante), y entre casos y caracteres en un mismo diagrama.

3.3 – Modelado del experimento

Se diseña una serie de ejercicios filogenéticos que maximizan las expectativas de la hipótesis de Lillios. Esto significa que se ha modelado cada protocolo experimental y decisión analítica a favor de su hipótesis. Nuestra forma racional de contrastar la hipótesis es, pues, intentar satisfacer en todos los parámetros metodológicos usados las expectativas de dicha hipótesis; si éstas se correspondieran con lo observado (con los resultados de los ejercicios), la hipótesis podría mantenerse; si no se correspondieran con lo observado, entonces la hipótesis debería rechazarse.

Se realizan cuatro ejercicios (Fig. 4), que se repiten además para distintas muestras del conjunto total de placas –descritas en el apartado Datos– de cara a dar mayor consistencia y garantías a nuestros resultados si estos convergiesen entre sí. Cada ejercicio busca el mejor árbol usando los siguientes parámetros de construcción de árboles. Se utiliza la “búsqueda heurística de parsimonia” en PAUP*. Todas las búsquedas se llevan a cabo usando una estrategia simple de adición de clases (*stepwise-addition*) que mantiene un único árbol en cada paso; todas también se realizan con el método de bisección y reconexión de árbol (TBR –*tree bisection and reconnection method*), y con el algoritmo de intercambio de ramas (*branch-swapping*) para los reagrupamientos de árboles; y todas igualmente se ejecutan con un conjunto máximo de 100 árboles iniciales. Se extraen las siguientes puntuaciones de todas las búsquedas: número de árboles, longitud de árboles, índice de consistencia (CI), índice de retención (RI) e índice de consistencia reescalada (RC). Se generan tres tipos de árboles de consenso para reconciliar los distintos resultados: consensos estricto, semiestricto y regla de la mayoría al 50%. Se crean igualmente árboles de *bootstrap* (cf. GARCÍA RIVERO, 2013, p. 147 y ss.) usando los siguientes parámetros: 100 réplicas bootstrap; muestreo simple (*simple weighting*); semilla de inicio arbitraria (*randomly starting seed*); criterio de optimización de parsimonia (*parsimony optimality criterion*); y 500 árboles guardados en cada fase de replicación bootstrap.

En la hipótesis de Lillios es clave el “motivo decorativo de la base de la placa” (DM), pero también otros cinco tienen cierta relevancia (Fig. 2): “estructura” (ST), “tatuajes/tirantes” (TT), “collar” (NK), “motivo cabeza” (H) y “número de registros (filas)”. Aquí, se excluye el último carácter porque, si seguimos el razonamiento de Lillios, no es una variable independiente. Como se mencionó atrás, para ella, el número de registros (filas) decorativos indica el uso de la vida de una placa, pero no su edad cronológica. Además, no es independiente del “motivo decorativo” (DM), ya que

Ejercicio	Muestra	Métodos	Parámetros	Outgroup
1	1	PHS ¹ / ACT ² / BT ³	UC ⁴ / US ⁵	UNRT ⁶
1	2	PHS / ACT / BT	UC / US	UNRT
1	3	PHS / ACT / BT	UC / US	UNRT
1	4	PHS / ACT / BT	UC / US	UNRT
2	1	PHS / ACT / BT	WC ⁷ / US	UNRT
2	2	PHS / ACT / BT	WC / US	UNRT
2	3	PHS / ACT / BT	WC / US	UNRT
2	4	PHS / ACT / BT	WC / US	UNRT
3	1	PHS / ACT / BT	UC / OS ⁸	ROOT ⁹ (n° 59)
3	2	PHS / ACT / BT	UC / OS	ROOT (n° 21)
3	3	PHS / ACT / BT	UC / OS	ROOT (n° 146)
3	4	PHS / ACT / BT	UC / OS	ROOT (n° 618)
4	1	PHS / ACT / BT	WC / OS	ROOT (n° 59)
4	2	PHS / ACT / BT	WC / OS	ROOT (n° 21)
4	3	PHS / ACT / BT	WC / OS	ROOT (n° 146)
4	4	PHS / ACT / BT	WC / OS	ROOT (n° 618)

¹(PHS) Búsqueda heurística de parsimonia ²(ACT) Todos los árboles de consensos (estricto, semiestricto y regla de la mayoría al 50%) ³(BT) Bootstrap ⁴(UC) Caracteres con el mismo peso relativo ⁵(US) Estados de caracteres desordenados (sin series de costes de transformación definidas) ⁶(UNRT) Árboles sin enraizar (sin outgroup predefinido) ⁷(WC) Caracteres con distintos pesos (analíticos) relativos ⁸(OS) Estados de caracteres ordenados (con series de costes de transformación definidas) ⁹(ROOT) Árboles enraizados (con outgroup predefinido).

Fig. 4 – Condiciones de los cuatro ejercicios filogenéticos.

cada linaje surge en momentos distintos y sigue su propio ritmo evolutivo (diferente al de otros linajes). La Fig. 5 muestra los posibles estados discretos de los cinco caracteres considerados.

Según las hipótesis con las que se trabaje, algunos caracteres pueden ser más importantes que otros a la hora de determinar las relaciones filogenéticas, de forma que puede otorgárseles mayor peso analítico. Como se ha mencionado atrás, nuestro objetivo es modelar y favorecer mediante los parámetros metodológicos la hipótesis de Lillios. En ésta, el carácter “motivo decorativo” (DM) juega un papel central. Por ello, en los ejercicios 2 y 4 (cf. Fig. 4) se asigna un peso analítico de 2 al carácter DM, mientras que al resto de caracteres (ST, TT, NK y H) se le asigna un peso de 1.

También, los estados de caracteres pueden ordenarse, es decir, definir las rutas que pueden (o deben) tomar la transformación de unos a otros estados (SLOWINSKI, 1993).

Una serie de transformación ordenada es pues una hipótesis sobre la ruta o camino particular de un carácter, pero raramente conocemos tales patrones en la naturaleza. No obstante, la hipótesis de Lillios asume, recuérdese, que la parte inferior de las placas, que contiene el carácter DM, representa afiliaciones a linajes concretos (LILLIOS, 2002, 2003, 2008), y sugiere que las placas con motivos ajedrezado (DM4) y herringbone (DM6) (cf. Fig. 5) son ancestros de las placas con otros diseños decorativos. Por ello, en los ejercicios 3 y 4 (cf. Fig. 4) se asignan mayores costes para los cambios entre estados que violan (o contradicen) el orden que Lillios sugiere en su hipótesis. Como muestra la Fig. 6, las transformaciones desde supuestos estados ancestrales a estados derivados –por ejemplo, desde el motivo decorativo herringbone (DM6) a zigzag (DM3)– tienen el menor coste posible (1), pues evolucionan de la forma sugerida por Lillios. En el otro extremo del espectro, una transformación desde un estado derivado a un estado ancestral “original” –por ejemplo, desde motivos triángulo (DM2) a herringbone (DM6) o desde estructura unipartita (ST0) a bipartita (ST2)– tiene un coste de 3. Cualquier transformación entre un estado derivado y otro que le precede inmediatamente (un estado intermedio) –por ejemplo, desde triángulo (DM2) a zigzag (DM3)– tiene un coste inter-

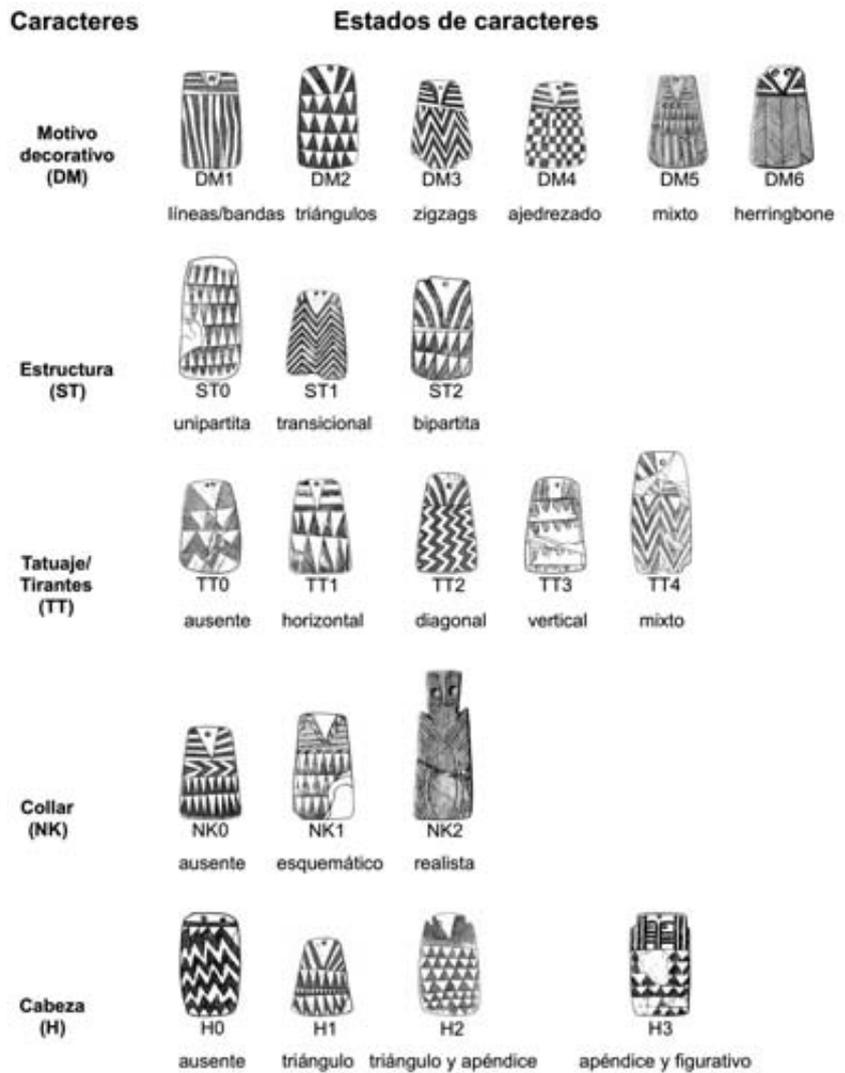


Fig. 5 – Estados de caracteres usados en los análisis.

medio de 2, como ocurre en cualquier transición entre los estados derivados del carácter H. En relación con éste, Lillios propone que la cabeza indicada mediante triángulo invertido (H1) es inmediatamente ancestral de todos los estados restantes (H0, H2 y H3). Así, no hay estados intermedios entre el estado ancestral y los estados derivados, de forma que se contempla esta situación como una politomía –un episodio divergente no resuelto (no dicotómico). Hay por tanto más posibles reversiones que otro tipo de transformaciones, de forma que se da un coste de 2 a todas las transformaciones entre los estados H0, H2 y H3 (cf. SWOFFORD & MADDISON, 1992). Esto, en cualquier caso, beneficia aún más el modelo a favor de la hipótesis de Lillios, dado que los dos mejores árboles (ver más adelante) cuentan con cambios ordenados para estos estados. No se aplica series de transformación de ordenación de estados para los caracteres TT y NK, porque la hipótesis de Lillios no es clara en sus respectivas secuencias cronológicas.

Como se ha indicado atrás en la descripción del método (cf. Apartado 3.2.), puede definirse previamente a la construcción de los árboles la dirección (polaridad) del cambio evolutivo entre los estados de cada carácter. En nuestra aproximación, se realizan dos ejercicios con outgroups (ancestro inicial) previamente definidos (ROOT en la Fig. 4) y otros dos ejercicios sin outgroups definidos (UNRT en la Fig. 4). Se utilizan las clases

Carácter	Estados de caracteres
DM	1 – líneas/bandas; 2 – triángulos; 3 – zigzags; 4 – ajedrezado; 5 – mixto; 6 – herringbone
ST	0 – unipartita; 1 – transicional; 2 – bipartita
TT	0 – ausente; 1 – horizontal; 2 – diagonal; 3 – vertical; 4 – mixto
NK	0 – ausente; 1 – esquemático; 2 – realista
H	0 – ausente; 1 – triángulo; 2 – triángulo y apéndice; 3 – apéndice y figurativo

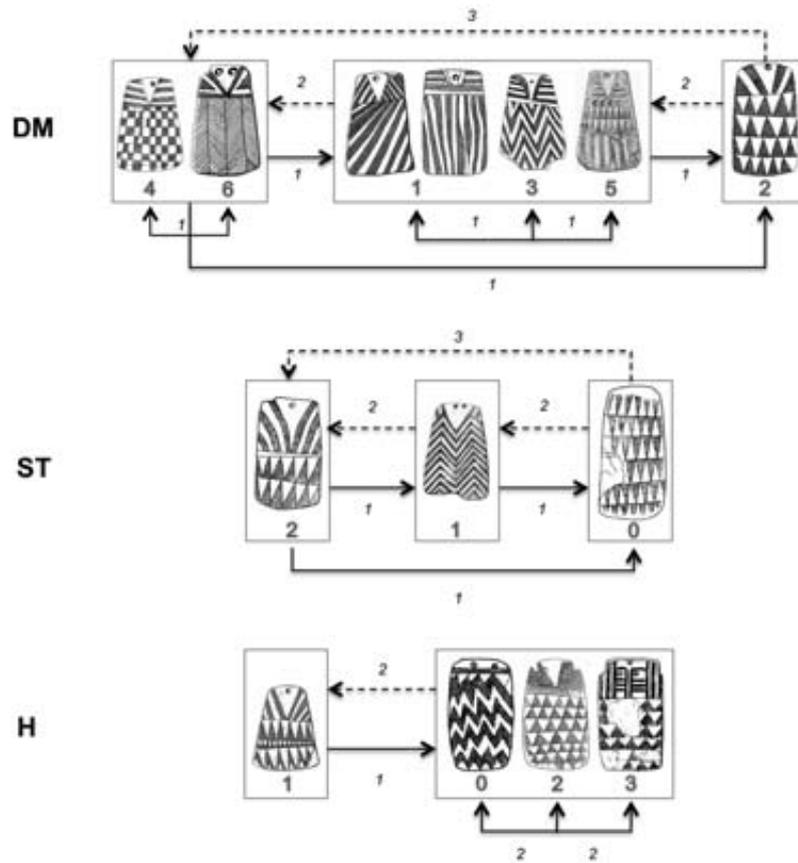


Fig. 6 – Caracteres y estados de caracteres usados en el análisis junto a las polaridades y costes de transformación entre los estados de los caracteres DM, ST y H, según la hipótesis de Lillios. La placas que aparecen dentro de un mismo rectángulo tienen la misma polaridad. Las líneas continuas indican transformaciones menos costosas, mientras que las líneas discontinuas reflejan transiciones más costosas. Los números señalan los valores de costes para las transformaciones correspondientes en los ejercicios 3 y 4 (Fig. 4).

21, 59, 146 y 618 como outgroups porque cuentan con todos o la mayoría de los estados presumiblemente ancestrales de la hipótesis de Lillios –de nuevo, una decisión deliberada para maximizar la polaridad a favor de su hipótesis.

En resumen (cf. Fig. 4), el ejercicio 1 se realiza sin aplicar distintos pesos (importancia relativa) a los caracteres; con caracteres desordenados (sin serie de costes para la transformación entre los estados); y con árboles sin enraizar (sin especificar previamente un outgroup). El ejercicio 2 se realiza con distinto peso (importancia analítica) entre los caracteres; con caracteres desordenados y con árboles sin enraizar. El ejercicio 3 se realiza sin aplicar distintos pesos a los caracteres; con caracteres ordenados (siguiendo las series de costes de transformación entre estados); y con árboles enraizados. El ejercicio 4 se realiza con distinto peso entre caracteres; con caracteres ordenados; y con árboles enraizados.

La aproximación taxonómica secundaria, basada en la similitud o distancia global, se realiza mediante análisis de correspondencias con el software Canoco 4.5. Las decisiones técnicas son: método indirecto unimodal de análisis de gradientes basado en los casos de estudio; método de deducción por segmentos; ninguna transformación de los datos de los casos de estudio; selección por defecto de los dos primeros ejes ortogonales –que explican la mayor varianza de los datos– para la realización de los gráficos.

Dicho análisis se lleva a cabo sobre cada una de las cuatro muestras extraídas del conjunto total de placas (ver próximo apartado). Los datos se recodifican en formato binario, de forma que los caracteres considerados se multiplican en función del número de sus posibles estados. Por ejemplo, el carácter “motivo decorativo de la base de la placa” (DM), que cuenta con 6 posibles estados (Fig. 5), pasa a conformar 6 caracteres binarios: DM1, DM2, DM3, DM4, DM5 y DM6. De esta forma, la placa que por ejemplo tiene en su base el motivo decorativo ajedrezado (DM4), cuenta con el valor 1 en el nuevo carácter binario DM4 y con el valor 0 en el resto de ellos. Los 5 caracteres señalados atrás (DM, ST, TT, NK y H) cuentan con un total de 21 estados, de forma que éste es el número de caracteres binarios para este análisis. Como se ha señalado atrás, en la hipótesis de Lillios el carácter DM juega un papel central. Por tanto, también aquí, se le ha asignado un peso relativo de 2 a los caracteres binarios DM1, DM2, DM3, DM4, DM5 y DM6 y sólo de 1 (la mitad) al resto de caracteres.

4 – DATOS

El conjunto de datos considerado se extrae de la base de datos Esprit (*Engraved Stone Plaque Registry and Inquiry Tool*) (<http://research2.its.uiowa.edu/iberian/index.php>), elaborada por la propia Lillios y sus colaboradores (LILLIOS, 2004b). Esta base de datos online contiene información sobre unas 1400 placas. Debido a las inconsistencias con las que los autores de Esprit han creado los distintos tipos de placas, se utiliza en este trabajo una clasificación paradigmática para definir las clases analíticas (DUNNELL, 1971; O'BRIEN & LYMAN, 2000; GARCÍA RIVERO, 2010b). En la clasificación paradigmática, el investigador especifica a priori los caracteres y estados de caracteres que son de interés analítico, y entonces cada espécimen se clasifica según los estados que presente en cada carácter. Cualquier estado de carácter puede combinarse con cualquiera de los estados del resto de caracteres para crear una clase (taxón).

Según la hipótesis a experimentar, los caracteres que se consideran aquí son “motivo decorativo de la base de la placa” (DM), “estructura” (ST), “tatuajes/tirantes” (TT), “collar” (NK) y “motivo cabeza” (H) (Figs. 2 y 5). Se excluyen las placas que están fragmentadas (que no conservan toda la información relativa a esos cinco caracteres), las que muestran evidencias de haber sido reutilizadas y/o las que no disponen de ilustra-

Muestra 1

Clase	ID ¹	DM ²	ST ³	TT ⁴	NK ⁵	H ⁶
2 Evo ⁷	2	1	2	2	1	1
6 Evo	13	3	2	0	1	1
12 Evo	19	2	2	0	1	2
13 Evo	23	2	2	1	1	1
14 Evo	29	3	2	1	1	1
15 Evo	30	5	2	2	0	1
18 Evo	33	3	0	0	0	2
26 Evo	46	5	0	0	0	0
32 Evo	53	2	2	1	0	1
59 Evo	89	4	2	1	0	1
94 Lis	160	2	2	0	0	1
96 Far	163	2	2	0	1	1
107 Lis	175	5	2	0	0	1
169 Port	268	5	2	0	1	2
222 Port	335	2	1	3	0	1
342 Set	513	1	2	1	1	1
415 Port	637	6	0	0	1	1
420 Evo	650	2	0	0	0	2
478 Cac	836	1	0	0	0	3
497 Evo	861	3	1	4	0	1

Muestra 2

Clase	ID ¹	DM ²	ST ³	TT ⁴	NK ⁵	H ⁶
4 Evo ⁷	8	3	2	4	0	1
8 Evo	15	1	2	2	0	1
12 Evo	19	2	2	0	1	2
21 Evo	36	4	2	2	0	1
26 Evo	46	5	0	0	0	0
32 Evo	53	2	2	1	0	1
39 Evo	61	2	2	3	0	1
114 Lis	183	3	1	2	0	1
138 Lis	226	3	2	0	0	0
177 Port	279	2	1	0	0	0
222 Port	335	2	1	3	0	1
321 Bad	489	3	2	2	0	0
401 Evo	612	5	1	1	1	1
415 Port	637	6	0	0	1	1
442 Port	709	2	1	0	1	2
483 Set	844	3	2	1	0	0
616 Evo	1074	3	2	0	0	1
618 Evo	1076	6	2	1	0	1
660 Set	1165	3	1	1	1	1
681 Bad	1191	2	2	2	1	1

Muestra 3

Clase	ID ¹	DM ²	ST ³	TT ⁴	NK ⁵	H ⁶
1 Evo ⁷	1	3	2	1	0	1
12 Evo	19	2	2	0	1	2
14 Evo	29	3	2	1	1	1
15 Evo	30	5	2	2	0	1
16 Evo	31	3	0	0	1	1
21 Evo	36	4	2	2	0	1
24 Evo	44	2	2	0	0	2
25 Evo	45	6	1	0	0	1
32 Evo	53	2	2	1	0	1
45 Evo	68	5	2	1	0	1
138 Lis	226	3	2	0	0	0
146 Evo	236	6	2	1	1	1
177 Port	279	2	1	0	0	0
189 Evo	296	2	1	0	1	1
304 San	466	5	2	0	0	2
321 Bad	489	3	2	2	0	0
344 Evo	515	1	2	3	0	1
361 Evo	544	3	2	0	2	2
438 Cac	700	2	2	1	0	0
442 Port	709	2	1	0	1	2

Muestra 4

Clase	ID ¹	DM ²	ST ³	TT ⁴	NK ⁵	H ⁶
3 Evo ⁷	3	2	2	2	0	1
4 Evo	8	3	2	4	0	1
11 Evo	18	2	0	0	0	1
13 Evo	23	2	2	1	1	1
14 Evo	29	3	2	1	1	1
16 Evo	31	3	0	0	1	1
24 Evo	44	2	2	0	0	2
32 Evo	53	2	2	1	0	1
96 Far	163	2	2	0	1	1
146 Evo	236	6	2	1	1	1
151 Bej	243	3	0	0	0	0
174 Port	275	5	2	0	0	0
177 Port	279	2	1	0	0	0
249 Evo	370	1	0	0	0	0
342 Set	513	1	2	1	1	1
415 Port	637	6	0	0	1	1
432 Lei	676	3	1	2	1	1
438 Cac	700	2	2	1	0	0
498 Evo	862	1	2	0	1	1
618 Evo	1076	6	2	1	0	1

¹ID = Número del espécimen en la base de datos Esprit (LILLIOS, 2004b). ²DM = motivo decorativo. ³ST = estructura ⁴TT = tatuaje/tirantes. ⁵NK = collar. ⁶H = cabeza. ⁷Las abreviaciones a la derecha del número de clase se corresponden con las provincias mostradas en la figura 8.

Fig. 7 – Matrices de datos de las cuatro muestras.

ción en la base de datos online, y se obtiene una población de 735 placas. Esta población es demasiado grande para el análisis, debido al número de clases implicadas, de forma que se reduce dicha población a 349 casos, tamaño de la muestra que proporciona un error del 5% y un intervalo de confianza del 99% (<http://www.med.unne.edu.ar/biblioteca/calculos/calculadora.htm>). Según los cinco caracteres utilizados, esos 349 especímenes se distribuyen en 81 clases paradigmáticas. En aquellas con múltiples especímenes, se ha escogido por defecto el que aparece enumerado primero en la base de datos Esprit (LILLIOS, 2004b) como representativo de cada clase. El programa informático utilizado para construir los árboles filogenéticos –PAUP* 4.0 (SWOFFORD, 1998)– no puede acomodar ese número tan elevado de clases, así que se realiza un muestreo aleatorio simple ponderado con reemplazo [SPSS v. 20] de las 81 clases para crear 4 muestras de 20 clases cada una. (El peso de cada clase se determina en función del número de especímenes que contiene). La Fig. 7 muestra las clases de cada una de las 4 muestras y sus respectivos estados de caracteres. La Fig. 8 muestra la procedencia geográfica de las clases.

Las 4 muestras anteriores se recodifican en formato binario de la forma indicada en el apartado previo de cara a los análisis de correspondencias (Fig. 9).

5 – RESULTADOS

Las puntuaciones resultantes de cada búsqueda heurística para cada ejercicio y muestra pueden verse en la Fig. 10. El número de árboles más parsimoniosos obtenido en los ejercicios es alto, rondando las decenas de millar. Los índices de consistencia (CI), índices de retención (RI) e índices de consistencia reescalada (RC) muestran fuertes diferencias entre los ejercicios (Fig. 11). Como puede observarse, el CI decrece drásticamente entre los ejercicios 1 y 2, con una media de 0.56, y los ejercicios 3 y 4, con una media de 0.16. El RI, sin embargo, decrece sólo desde 0.65 a 0.52. El RC indica la misma tendencia que el CI: los ejercicios 1 y 2 tienen una media de 0.36, mientras que los ejercicios 3 y 4 tienen una media de 0.08. Las puntuaciones del

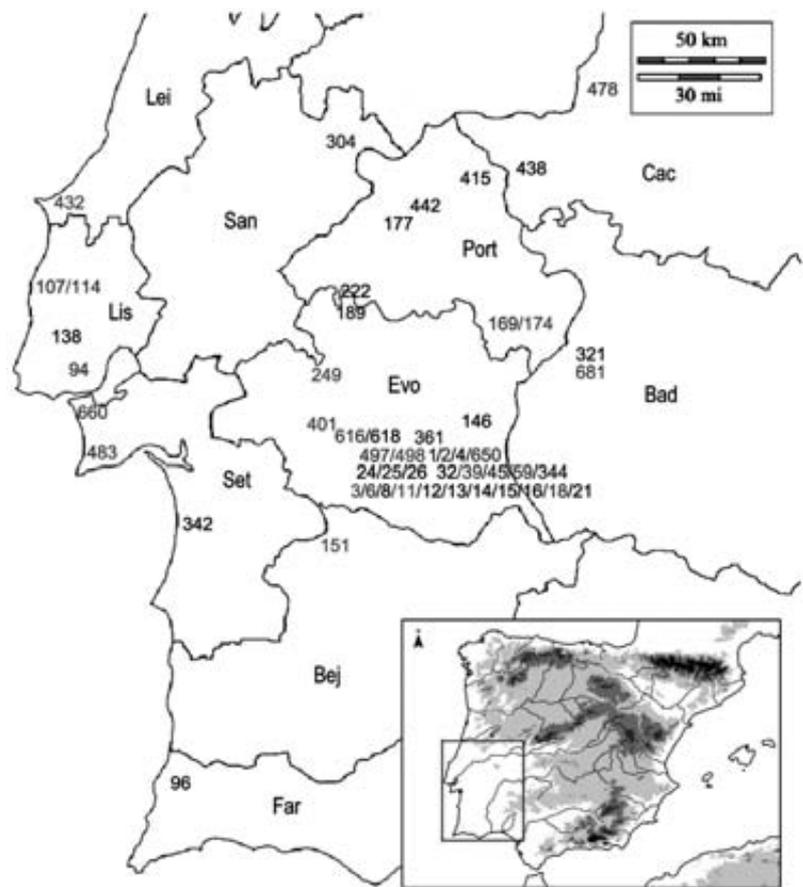


Fig. 8 – Mapa de distribución de las cuatro muestras de datos. Muestra 1: rojo; muestra 2: verde; muestra 3: azul; y muestra 4: rosa. Los números grises se refieren a placas que pertenecen a más de una muestra. Los nombres de los distritos portugueses son Leiria (Lei), Lisboa (Lis), Setúbal (Set), Beja (Bej), Faro (Far), Évora (Evo) y Portalegre (Port), y de las provincias españolas son Cáceres (Cac) y Badajoz (Bad).

Muestra 1

Clase	Código binario																				
2 Evo	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0
6 Evo	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
12 Evo	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
13 Evo	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
14 Evo	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
15 Evo	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0
18 Evo	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0
26 Evo	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
32 Evo	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
59 Evo	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
94 Lis	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
96 Far	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
107 Lis	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
169 Port	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
222 Port	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0
342 Set	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
415 Port	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
420 Evo	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
478 Cac	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
497 Evo	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0

Muestra 3

Clase	Código binario																				
4 Evo	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0
8 Evo	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0
12 Evo	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
21 Evo	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0
26 Evo	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
32 Evo	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0
39 Evo	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0
114 Lis	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0
138 Lis	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
177 Port	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
222 Port	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1
321 Bad	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0
401 Evo	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
415 Port	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0
442 Port	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
483 Set	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0
616 Evo	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0
618 Evo	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0
660 Set	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
681 Bad	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0

Muestra 3

Clase	Código binario																				
1 Evo	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
12 Evo	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
14 Evo	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
15 Evo	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0
16 Evo	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
21 Evo	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0
24 Evo	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
25 Evo	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
32 Evo	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
45 Evo	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0
138 Lis	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
146 Evo	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
177 Port	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
189 Evo	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
304 San	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
321 Bad	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0
344 Evo	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0
361 Evo	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1
438 Cac	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
442 Port	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0

Muestra 4

Clase	Código binario																				
3 Evo	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0
4 Evo	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0
11 Evo	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
13 Evo	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
14 Evo	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
16 Evo	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
24 Evo	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
32 Evo	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
96 Far	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
146 Evo	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0
151 Bej	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
174 Port	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
177 Port	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
249 Evo	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
342 Set	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
415 Port	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
432 Lei	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0
438 Cac	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
498 Evo	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
618 Evo	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0

Fig. 9 – Matrices de datos binarias. Las columnas del código binario se corresponden con los 21 caracteres binarios según el siguiente orden: DM1, DM2, DM3, DM4, DM5, DM6, ST0, ST1, ST2, TT0, TT1, TT2, TT3, TT4, NK0, NK1, NK2, H0, H1, H2 y H3.

Ejercicio	Muestra	Número de árboles	Longitud de árboles	Índice de consistencia	Índice de retención	Índice de consistencia reescalada
1	1	69800	25	0.600	0.655	0.393
1	2	54368	26	0.538	0.636	0.343
1'	3	21545	24	0.583	0.667	0.389
1	4	73400	24	0.500	0.625	0.312
2	1	73400	33	0.606	0.649	0.393
2	2	71100	33	0.576	0.659	0.379
2	3	71600	32	0.594	0.658	0.391
2	4	69100	31	0.516	0.625	0.323
3	1	72900	29	0.172	0.467	0.080
3	2	72100	27	0.185	0.532	0.099
3	3	71600	27	0.185	0.500	0.093
3	4	71600	26	0.154	0.511	0.079
4	1	70900	36	0.139	0.516	0.072
4	2	72100	34	0.147	0.554	0.081
4	3	72100	34	0.147	0.532	0.078
4	4	72900	31	0.129	0.565	0.073

Fig. 10 – Puntuaciones de las búsquedas heurísticas de parsimonia.

RI de todos los ejercicios indican que el conjunto de datos tiene cierta consistencia y estructura filogenéticas. El fuerte contraste de los valores de CI y RC entre los dos primeros y los dos últimos ejercicios indican una diferencia significativa relacionada con los parámetros metodológicos utilizados, específicamente con el cambio del parámetro US (estados desordenados) a OS (estados ordenados). En contraposición, el parámetro WC, que implementa distintos pesos entre caracteres, no tiene influencia en las puntuaciones. Esto indica que el supuesto orden de los estados de caracteres de la hipótesis bajo estudio es incorrecto.

Como se había anotado en el apartado 3.3. Modelado del experimento, se crean cuatro árboles por cada ejercicio y muestra: tres árboles de consenso (estricto, semiestricto y regla de la mayoría al 50%) y un árbol bootstrap (Fig. 4). (Es decir, 4 tipos de árboles × 4 muestras × 4 ejercicios = 64 árboles). De cara a centrarse en la evaluación de aquellos que mejor se ajustan a las expectativas de la hipótesis de Lillios (Fig. 10), otra maximización a favor de ésta, se reduce el número de árboles a sólo dos. Dicha toma de decisión se procede eligiendo los dos árboles de mayor resolución topológica procedentes de las muestras con mejores puntuaciones para cada uno de los cuatro ejercicios (filas resaltadas en letra negrita de la Fig. 10).

Los dos árboles más favorables a la hipótesis de Lillios vienen del ejercicio 2 – muestra 3 (que se denomina “árbol 2/3” y puede verse en la Fig. 12) y del ejercicio 4 – muestra 2 (que se denomina “árbol 4/2” y puede verse en la Fig. 13). Se trata en ambos casos de árboles de consenso por regla de la mayoría al 50% (MARGUSH & MCMORRIS, 1981). El árbol 2/3 no está enraizado y el árbol 4/2 sí está enraizado. El árbol 4/2 (Fig. 13) se enraíza habiendo definido previamente la clase nº 21Evo como outgroup (Fig. 4), que es aquella que cuenta con el mayor número de presuntos estados ancestrales según la hipótesis de Lillios y que procede además de Évora, presunto centro originario de las placas. Cuando el investigador no predefine el outgroup, PAUP coge por defecto el primer taxón de la lista de la matriz y lo ubica en la base del árbol. De esta forma, el árbol 2/3 (Fig. 12) usó por defecto la clase nº 1Evo como punto de inicio. Sin embargo, después de examinar el árbol, se va un paso más allá a favor de la hipótesis de Lillios, y cambiamos la clase nº 1Evo por la clase nº 146Evo como

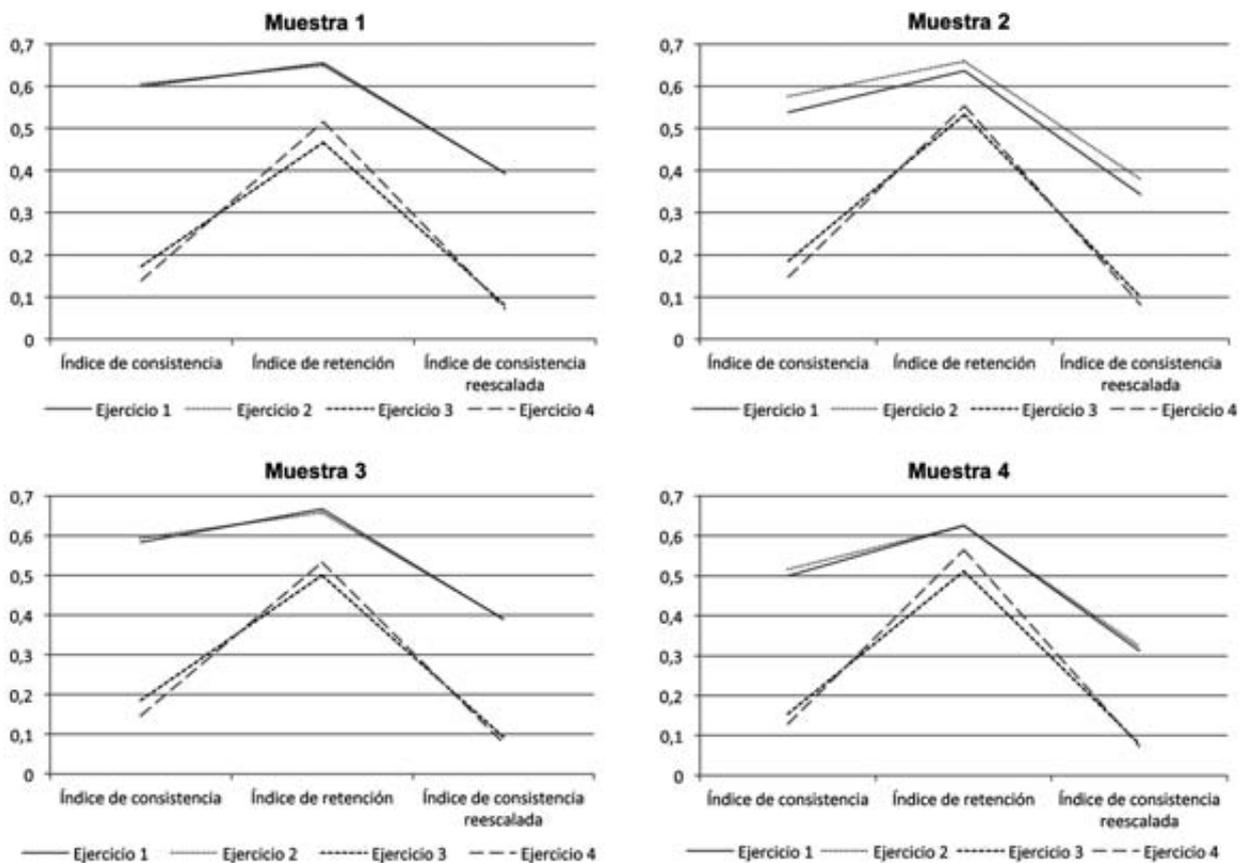


Fig. 11 – Gráfico comparativo para los valores de IC, RI y RC entre todos los ejercicios y muestras realizados.

base del mismo, ya que es esta segunda clase la que cuenta con todos o la mayoría de presumibles estados ancestrales según dicha hipótesis.

Los dos árboles exhiben una pobre estructura y poca resolución topológica. Cuentan con politomías importantes (ramas sin resolver) cerca de sus respectivas raíces. En el árbol 2/3 (Fig. 12), el episodio de la bifurcación basal crea la clase 25Evo, pero también crea nueve ramas sin resolver (de la clase n° 14Evo a la clase n° 361Evo). El árbol 4/2 (Fig. 13) tiene una politomía basal, donde cinco de las ramas (de la clase 4Evo a la clase n° 8Evo) quedan sin resolver completamente. Los dos árboles también exhiben porciones donde las relaciones están más resueltas. El árbol 2/3 (Fig. 12), por ejemplo, contiene un clado con siete clases –mostrado en línea discontinua– con una estructura ramificada considerable. El árbol 4/2 (Fig. 13) también contiene un clado de siete clases –mostrado en línea discontinua– que alberga dos clados menores con múltiples clases. No obstante, ningún carácter está libre de homoplasia. En el árbol 2/3 (Fig. 12), sólo 9 de las 32 cambios de estados no son homoplásicos, y sólo 4 constituyen sinapomorfías (TT1 → 0 y NK1 → 0 en la base del árbol; DM6 → 3 en el siguiente nodo; y DM3 → 2 en el clado de las siete clases). El carácter con mejor balanza entre cambios no homoplásicos (no necesariamente sinapomorfías) y homoplásicos es DM, que tiene cuatro instancias de los primeros y tres de los últimos. Hay diversas reversiones hacia estados ancestrales y algunas convergencias. En el árbol 4/2 (Fig. 13), todos los caracteres exhiben al menos una homoplasia. Sólo 6 de los 30 cambios no son homoplásicos. De éstos, 4 son sinapomorfías (DM4 → 3 and TT2 → 0 en la base; DM3 → 2 en el clado de siete clases; y H1 → 2 en el clado que comprende las clases 12 y 442).

Las figs. 14 y 15 muestran los gráficos de los análisis de correspondencias sobre las muestras 3 y 2, respectivamente, aquéllas desde las que se han obtenido los mejores árboles filogenéticos (Figs. 12 y 13). El primero (Fig. 14) ordena los casos de la muestra 3 en una nube con tendencia diagonal respecto a los ejes ortogonales que, al igual que el resultado filogenético, tampoco permite apenas sostener grupos de placas claramente distintos. Si se compara esta distribución con el árbol correspondiente (Fig. 12), se puede observar que el clado de 7 clases (mostrado en línea discontinua) se ubica en una posible agrupación en la parte superior de la distribución, con la excepción de que se incluyen allí la clase utilizada como outgroup y la que se le deriva posteriormente, es decir, las n° 146Evo y n° 25Evo. La relación de parentesco entre las clases 138Lis y 321Bad no es rescatada por la aproximación basada en la distancia, que sitúa entre ellas algunas de las clases ubicadas en la gran politomía del árbol.

El segundo (Fig. 15) ordena los casos de la muestra 2 de una forma aparentemente más resolutive, en el sentido que pueden advertirse diferentes agrupaciones de placas. En el árbol de la Fig. 13, el clado de 7 clases (mostrado en línea discontinua) también está claramente definido en la parte inferior de la distribución. El resto de la ordenación muestra tendencias similares aunque con claras diferencias entre sí. Véase, por ejemplo, la distancia habida en la distribución entre algunas clases de los mismos clados en el árbol: 26Evo – 138Lis y 114Lis – 1401Evo – 60Set.

Por tanto, los resultados obtenidos en cuanto a la agrupación de las clases son realmente pobres en la aproximación filogenética y no mejoran mucho en el análisis de correspondencias, incluso cuando se han maximizado en todo momento los parámetros de la hipótesis de Lillios. Pero, al margen de esto, también

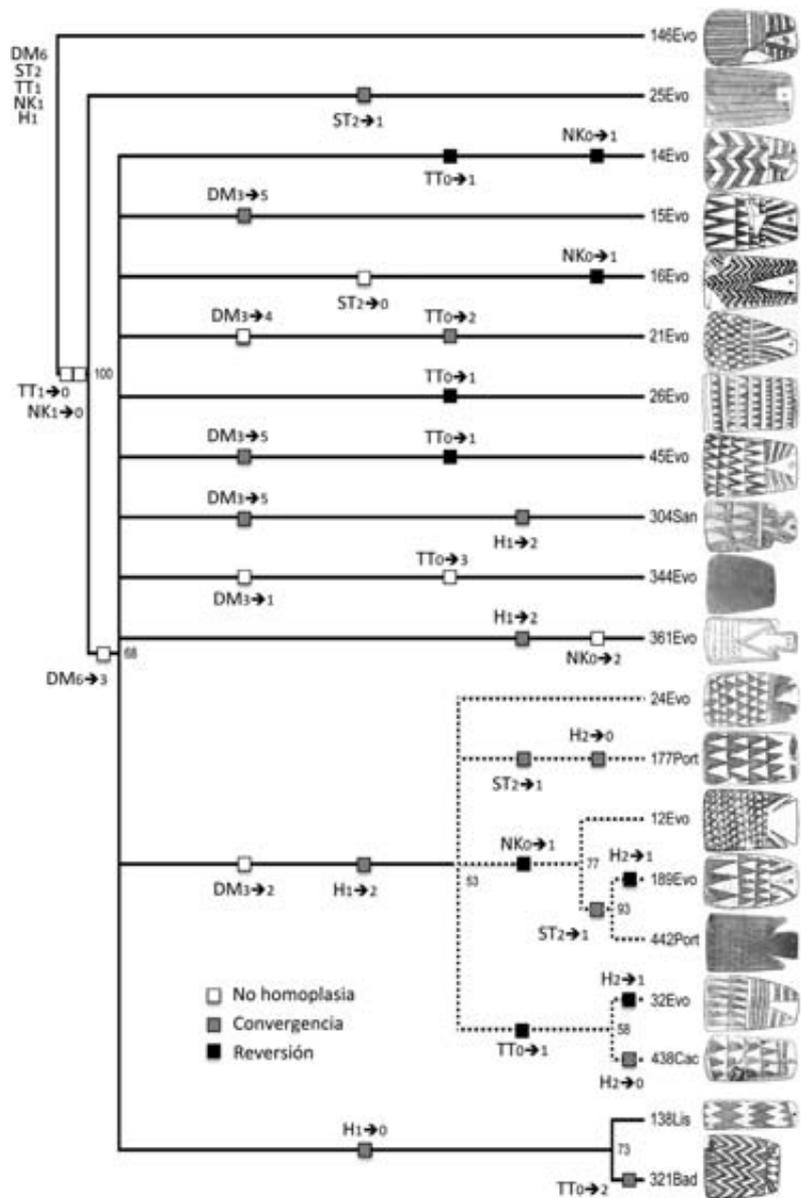


Fig. 12 – Árbol de consenso por regla de la mayoría al 50% del ejercicio 2, muestra 3. El árbol se elabora con distintos pesos relativos entre caracteres y con caracteres desordenados (parámetros WC y US en la fig. 4). Tiene un CI de 0.594, un RI de 0.658 y un RC de 0.391. Los números en los nodos reflejan los valores Bootstrap.

hay que evaluar el resto de las expectativas de la hipótesis, por ejemplo aquellas importantes relacionadas con la polaridad específica de los caracteres (la dirección de cambio entre los estados). Se han identificado las siguientes expectativas concretas:

- Respecto al carácter DM, los estados restantes a DM4 (ajedrezado) y DM6 (herringbone) –éstos son los presuntamente ancestrales (Fig. 5)– deberían ubicarse próximos a las ramas terminales de los árboles;
- ST2 (estructura bipartita) es ancestral a ST1 (transicional) y ST0 (unipartita);
- H1 (triángulo invertido) se supone ancestral a H0 (no cabeza), H2 (triángulo y apéndice) y H3 (apéndice y rasgos figurativos);
- Toda información tercera disponible, esto es, secuencias estratigráficas y cronologías absolutas, debería concordar con la secuencia tipológica sugerida; y
- Dado que las distintas clases de placas se relacionan presumiblemente con grupos de descendencia específica (linajes), se espera una correlación significativa entre los clados y las regiones geográficas de las que proceden las placas.

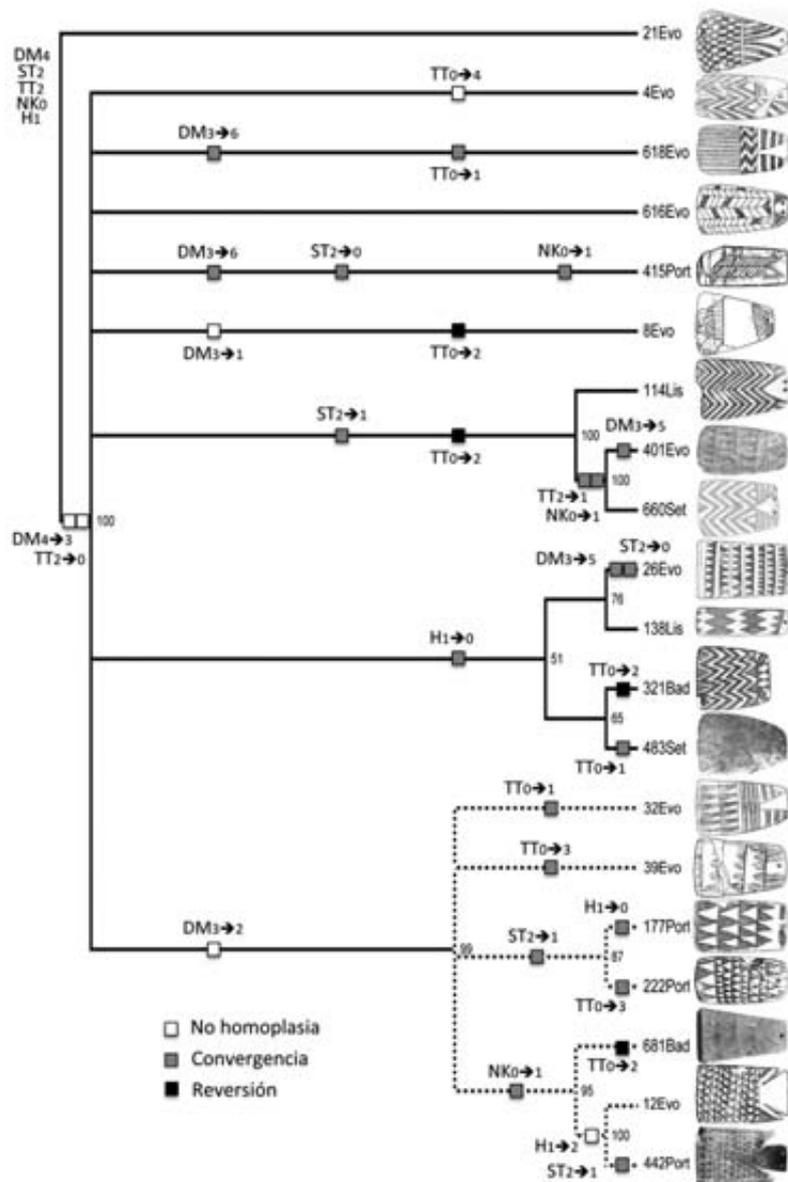


Fig. 13 – Árbol de consenso por regla de la mayoría al 50% del ejercicio 4, muestra 2. El árbol se elabora con distintos pesos relativos entre caracteres, con caracteres ordenados y con la clase 21 como outgroup predefinido (parámetros WC, OS y ROOT en la fig. 4). Tiene un CI de 0.147, un RI de 0.554 y un RC de 0.081. Los números en los nodos reflejan los valores Bootstrap.

De cara a evaluar cómo se cumplen las expectativas, se analizan detenidamente las transiciones de los caracteres mostradas en los árboles de las Figs. 12 y 13 (letras y números debajo de cada cuadrado de los árboles). No se han creado expectativas para los caracteres NK y TT, porque, aunque Lillios (2008) cree que tienen cierta significación cronológica, su hipótesis no es clara sobre sus respectivas polaridades. Según sus localizaciones en los árboles 2/3 y 4/2 (Figs. 12 y 13), el carácter NK no tiene patrón (no aleatorio) alguno en el primer árbol; y tiene la dirección NK0 → 1 en el segundo árbol (con tres eventos de homoplasia). Respecto al

carácter TT, tampoco hay patrón no aleatorio.

¿Cuánto se cumplen las expectativas anotadas en los dos árboles seleccionados más favorables a la hipótesis de Lillios? ¿Qué indica, en relación con la hipótesis de Lillios, el análisis de la propia ubicación de los caracteres y sus estados a lo largo de los árboles? ¿Y qué resulta de la comparación entre las topologías de los árboles y la información radiocarbónica y estratigráfica disponible? ¿Existe una correlación entre los clados (agrupaciones) de placas y la procedencia geográfica de las mismas? ¿Qué indican por otro lado los gráficos de correspondencias respecto a la distribución geográfica de las placas?:

- Respecto al carácter DM, los datos parecen alinearse a primera vista con la predicción de Lillios según la cual las placas con motivos decorativos herringbone y ajedrezado serían las más antiguas. Sin embargo, hay diversas reversiones (DM3 → 4 [zigzags → ajedrezado] y DM3 → 6 [zigzags → herringbone]) en los dos árboles que socavan la supuesta posición tardía de las placas decoradas con zigzags. Además, la mayoría de los cambios del carácter DM ocurren en las ramas terminales de los dos árboles, lo cual reduce la consistencia del presunto resultado positivo (recuérdese que DM tenía un mayor peso relativo analítico en las búsquedas heurísticas).
- Respecto al carácter ST, el estado ST2 (bipartita) parece ser ancestral a ST1 (transicional) y ST0 (unipartita), en línea con las predicciones. La estructura bipartita (ST2), de hecho, se conserva altamente.
- Las predicciones relativas al carácter H no se cumplen bien en el árbol 2/3 (Fig. 12), pero sí lo hacen, más o menos, en el árbol 4/2 (Fig. 13). Aquí, la cabeza indicada mediante triángulo invertido (H1) es el estado ancestral, y triángulo más apéndice (H2) y ausencia de cabeza (H0) son los estados derivados.
- Las fechas radiocarbónicas y la información estratigráfica ponen en entredicho seriamente la secuencia propuesta por Lillios en cuanto al carácter DM se refiere. Varias de las placas más antiguas exhiben en su base el motivo triángulo (DM2), como por ejemplo en Cova das Lapas I, en el distrito de Leiria, con una fecha radiocarbónica de 4550 ± 60 B.P. (3238 – 3108 B.C. [1 sigma]) (GONÇALVES, 1989), y en el nivel más antiguo de Anta da Horta, en el distrito de Portalegre, con una fecha radiocarbónica de 4480 ± 40 B.P. (3332 – 3214 B.C. [1 sigma]) (OLIVEIRA, 2006) (Fig. 1). Según la hipótesis de Lillios, los triángulos deberían aparecer como el estado más derivado del carácter. A la inversa, el motivo ajedrezado (DM4), supuestamente el más ancestral de todos en la secuencia sugerida, está documentado en momentos tardíos en Olival

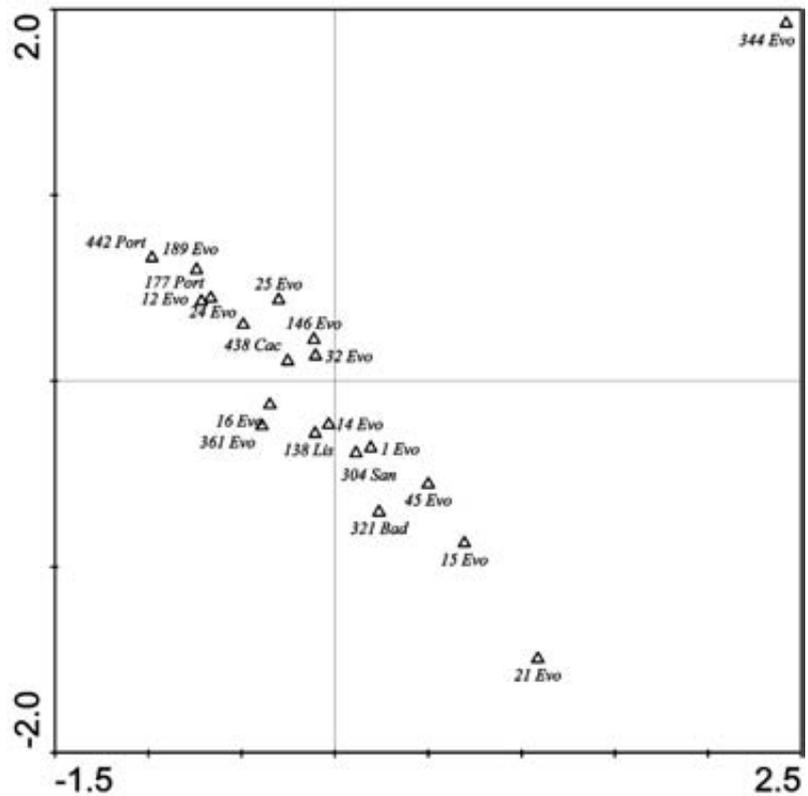


Fig. 14 – Gráfico de correspondencias de la muestra 3. El gráfico se elabora con distintos pesos relativos entre caracteres.

da Pega 2b, en el distrito de Évora, con tres fechas calibradas (GONÇALVES, 2003) que rondan la fecha 2830 B.C. (Fig. 1). Con respecto a la posición estratigráfica, las placas de los niveles más antiguos de Anta da Horta exhiben el motivo triángulo (DM2), y también las placas de los niveles más recientes. Hay también placas con motivos de zigzags (DM3) en los niveles más recientes, cuando, según la hipótesis, deberían de ser más antiguas que las placas con triángulos. Las escasas fechas relevantes y la evidencia estratigráfica disponibles en relación con el carácter ST corroboran sin embargo la continuidad temporal de ST2, así como la naturaleza derivada de ST0. Mientras que hay placas bipartitas (ST2) (en Cova das Lapas y en Sala nº 1) fechadas durante el periodo 4550 ± 60 B.P. hasta 4140 ± 110 B.P. (3238–3108 B.C., y 2876 – 2618 B.C. [1 sigma]), las placas unipartitas (ST0) fechadas se dan sólo a comienzos del III Milenio (desde 4270 ± 40 B.P. [2917 – 2877 B.C. 1 sigma] en Anta de STAM-3). En Anta da Horta, todas las placas del nivel más antiguo son bipartitas (ST2), y la mayoría de las placas de los niveles posteriores son unipartitas (ST0).

Los escasos datos estratigráficos corroboran el hecho de que H1 se conserve altamente en el árbol 4/2. En Anta da Horta (OLIVEIRA, 2006), una de las dos placas más antiguas exhibe el estado H1 y otra el estado H2. Las placas que proceden de los niveles más recientes exhiben los estados H0 y H3. En Olival da Pega 2b (GONÇALVES, 2003), el estado H1 se mantiene durante toda la secuencia, llegando a asociarse con otros estados del carácter en los niveles más tardíos.

- e) Respecto a la distribución geográfica de los clados, no hay patrón de ordenación aparente en ninguno de los dos árboles. Los taxones outgroup (primer ancestro común) contienen los estados ancestrales de la hipótesis de Lillios y proceden de Évora, supuesto centro geográfico original desde el cual se difunde las placas. Las letras detrás del número de cada clase (Figs. 12 y 13) indican los distritos o provincias de procedencia (Fig. 8). Como se observa, en contra de las expectativas, los clados contienen una mezcla de clases procedentes de distintas regiones geográficas. La mayoría de clados contienen clases de diferentes regiones, y los especímenes procedentes de una misma región se ubican en distintos y distantes clados de los árboles. E único indicio positivo en este sentido podría constituirlo la agrupación de tres de las cuatro placas del distrito de Portalegre en el mismo clado –mostrado en línea discontinua– del árbol 4/2 (Fig. 13).

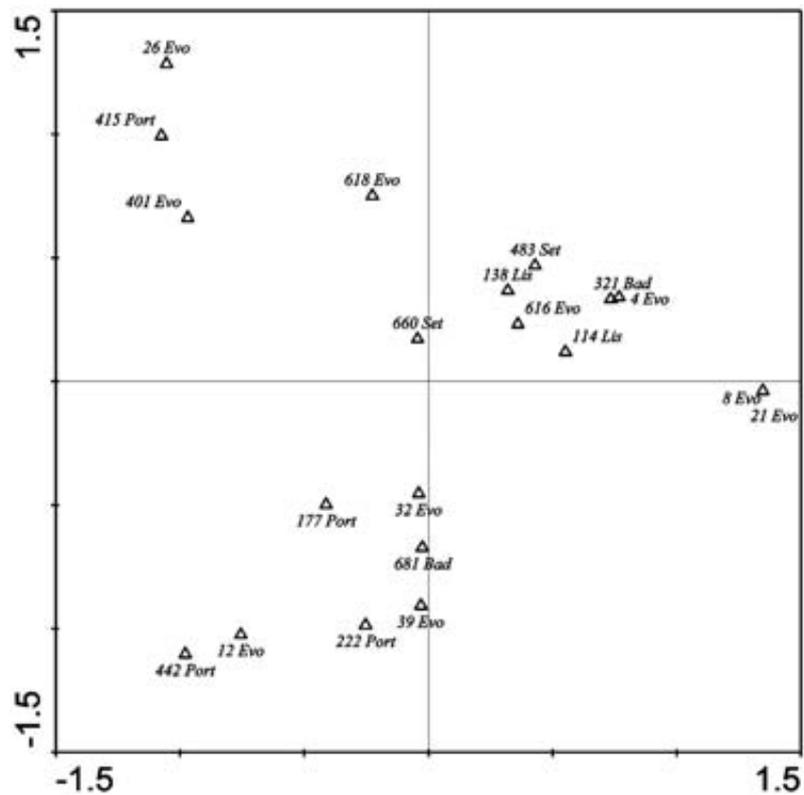


Fig. 15 – Gráfico de correspondencias de la muestra 2. El gráfico se elabora con distintos pesos relativos entre caracteres.

La evidencia general en contra de las expectativas también parece darse en los análisis de correspondencias. En la Fig. 15 –que es la distribución donde se pueden apreciar diversos grupos de placas– al igual que en el árbol 4/2 (Fig. 13), hay ejemplares de la misma región geográfica en grupos distintos, mientras que algunos de los grupos concentran placas de regiones muy distantes entre sí. La única observación diferente radica en que este gráfico de correspondencia agrupa a las placas de Lisboa y Setúbal en un mismo grupo, y en otro, como ocurría en el árbol anterior, tres de las cuatro placas de Portalegre.

6 – DISCUSIÓN

Las predicciones generales de la hipótesis de Lillios respecto a la historia evolutiva de las placas de piedra neolíticas de la península ibérica no se cumplen bajo el modelo filogenético, incluso cuando se consideran los dos árboles más a favor de su hipótesis. Uno de ellos, el árbol 2/3, otorga mayor peso analítico al carácter motivo decorativo (DM); el otro, el árbol 4/2, también con este peso relativo mayor de DM y además con una serie de transformación de estados que favorece la polaridad sugerida para los caracteres DM, ST (estructura) y H (motivo cabeza).

De las cinco expectativas anteriores se cumple sólo la *b*. Las *c* y *d* apenas se cumplen parcialmente, mientras que las *a* y *e* arrojan unos resultados muy distintos a lo esperado. Esto significa que las únicas observaciones que parecen alinearse con las predicciones de la hipótesis son las relacionadas con los caracteres ST (estructura) y, parcialmente, H (cabeza).

El análisis secundario basado en el modelo de distancia o similitud global, el cual se ha realizado igualmente con los gráficos que favorecen más dicha hipótesis y donde el carácter DM también tiene el doble de peso analítico que el resto de caracteres, tampoco parece arrojar evidencias suficientes para mantener dicha hipótesis. Uno de los dos gráficos (Fig. 14) concentra la mayoría de placas muy próximas entre sí, lo que refleja la escasa relevancia de los caracteres y estados de caracteres propuestos como importantes en la hipótesis experimentada. En cualquier caso, el punto más importante aquí es la comparación y discusión metodológica entre dos perspectivas taxonómicas distintas. La consideración de estos aspectos teóricos y metodológicos puede tener una gran relevancia de cara a las discusiones sobre las implicaciones analíticas e interpretativas de las futuras aproximaciones arqueológicas sistemáticas. La perspectiva tradicional se basa en la distancia, es decir, en la semejanza global entre los objetos bajo estudio, y no cuenta con un modelo teórico subyacente de cambio. La perspectiva principal de este trabajo, la filogenética, se basa en la transmisión de información bajo el modelo divergente fundamentado en la teoría de la evolución por descendencia modificada.

En resumen, y volviendo al punto esencial de este artículo, el análisis llevado a cabo aquí no corrobora la hipótesis de Lillios. Esto no quiere decir que niegue directamente la posibilidad de que el simbolismo de las placas tuviese algún diseño mnemónico o función relacionada con el almacenamiento de información simbólica, sino que refuta la hipótesis específica de Lillios, al menos en su estado actual.

Hay al menos cuatro posibles causas para explicar la pobre y aleatoria topología existente en grandes secciones de ambos árboles, así como la existencia de numerosas politomías y eventos de homoplasia. alguna o varias de estas causas han de explicar también la limitada resolución de los gráficos de correspondencias. Pero centrémonos ahora en la visión filogenética, que cuenta con un modelo teórico subyacente y por tanto permite generar y evaluar escenarios históricos concretos. El modelo teórico es aquí la evolución de los patrones decorativos de las placas dada por sucesivas modificaciones transmitidas a lo largo de su elaboración y de las generaciones que las usaron. Los escenarios históricos concretos son las posibles hipótesis específicas que explican el porqué de los cambios en la decoración de las placas.

En primer lugar, que la gente que elaboró las placas usó libremente cualquiera de los posibles estados del diseño de las paletas durante cualquier momento y sitio dados. Si esto hubiese sido el caso, sin embargo, se observaría en nuestros resultados unas transformaciones de estados ilimitada y totalmente aleatoria, lo cual no es el caso.

En segundo lugar, que se produjo una ratio muy alta de préstamo o transferencia horizontal de información entre las distintas poblaciones dispersas a lo largo del suroeste de la península ibérica que habría enturbiado el grueso de la señal filogenética. Esto significa que los diferentes linajes genealógicos y clanes heráldicos (según Lillios) habrían compartido y transmitido entre sí mucha de la información contenida en esta cultura material, una asunción que iría justamente en contra de la propia hipótesis de que las placas identifican exclusivamente a linajes o clanes específicos.

Tampoco se alinea con esta posibilidad el hecho de que no existen evidencias sobre patrones geográficos claros en la distribución de las clases específicas de placas. Como se ha anotado atrás, no hay correlación entre clados de placas y regiones geográficas. Tampoco hay suficiente evidencia que indique una variación clinal, es decir, que exista un cambio gradual de las distintas clases de placas a lo largo del territorio. Por ejemplo, las placas de las regiones vecinas no son más similares que aquellas que proceden de regiones distantes entre sí. Tan sólo se puede anotar el posible patrón positivo del parentesco entre placas procedentes del distrito de Portalegre (también aparente en un gráfico de correspondencias).

En tercer lugar, que las placas se elaboraron en uno o pocos centros productivos, de forma que la replicación y evolución de sus caracteres no tenga nada que ver con la diversidad ni el movimiento de las poblaciones a lo largo del territorio. Las únicas evidencias de sitios relacionados con la elaboración de placas proceden momentáneamente de Águas Frias (Alandroal, en la parte oriental del distrito de Évora) y Cabeço do Pé da Erra (Coruche, en la parte meridional del distrito de Santarém). El primero, Águas Frias, se trata de un asentamiento rodeado por fosos sinuosos donde se ha localizado un gran volumen de placas en las fases iniciales de su elaboración (placas pulidas preparadas a falta de la decoración). Su propio arqueólogo lo ha interpretado como el único centro productor de placas conocido hasta la actualidad, desde donde se redistribuirían a lo largo del territorio (CALADO, 2010; CALADO & ROCHA, 2004). Sobre el segundo sitio, Cabeço do Pé da Erra, se ha anotado poco más de que se trata de una especie de taller o escuela, donde los artesanos aprenderían sobre la propia manufactura de las placas (GONÇALVES, 2013, p. 110). Pero poco se puede contrastar a este respecto, a falta de publicaciones más detalladas sobre estos sitios. En cualquier caso, la replicación de las placas bajo este escenario debería de mostrar unos patrones decorativos más claros. O, tal vez, la indagación sistemática de esta interpretación necesita de la consideración de caracteres diferentes a los aquí tratados, relacionados con la hipótesis distinta experimentada en este trabajo.

En cuarto y último lugar, que existía un trasfondo ideológico común (ya fuese religioso, apotropaico o algo similar) en el uso de las placas a lo largo de todo el suroeste de la península ibérica. Esto implicaría un sistema cultural donde el diseño de las placas estaría basado en una idea central fundamental, acompañada de un número de elementos mutables y variables.

La tercera y la cuarta posibilidad no tienen por qué ser totalmente contradictorias entre sí. Al fin y al cabo es posible plantearse la hipótesis de que las placas pudiesen haber codificado un significado ideológico común y que no hubiesen sido elaboradas en cualquier sitio. Sin embargo, sea como fuere, y a falta de más información sobre la tercera posibilidad, se sospecha que el cuarto y último escenario histórico puede haber sido la causa que explique, al menos en parte, los resultados obtenidos. Parece que, en la mayoría de los casos, las culturas tienen un “núcleo tradicional” similar al “núcleo morfológico” que Swadesh (1964) pensó respecto a los lenguajes (KOPYTOFF, 1987; VANSINA, 1990). La cuestión es si podemos identificarlo (JORDAN & MACE,

2006). Es decir, cuándo podemos rastrear y reconstruir las tradiciones en el registro arqueológico dependiendo de las estructuras que tuvieron los sistemas culturales así como las formas de replicación de los elementos que los conforman. Una tradición incluye amplias categorías de cosas, como los diseños decorativos de las placas, que indudablemente tienen valor a la hora de expresar relaciones históricas cuando estas relaciones se han mantenido dentro de los confines geográficos y culturales de las poblaciones y comunidades.

Así, es natural que algunos de los árboles filogenéticos derivados de los datos de las placas de pizarra neolíticas del suroeste de la península ibérica muestren alguna ramificación interna. La evolución cultural es al fin y al cabo un proceso de cladogénesis (O'BRIEN *et al.*, 2008). No debería sorprender que la polaridad de algunos estados de caracteres sugerida por Lillios parezca exitosa, pues las tradiciones se basan justamente en que la gente aprende de aquellos con los que están en contacto y con los que se relacionan culturalmente. Y las ideas se mueven por el paisaje a lo largo de las redes culturales a través de poblaciones y comunidades. El problema, no obstante, es que, dada la forma con la cual hemos moldeado los análisis a favor de la hipótesis de Lillios, se debería observar mucha más estructura en los árboles filogenéticos así como en los gráficos de correspondencias, con independencia de si cumplieron el propósito que se les asigna. Además, la evidencia estratigráfica y las fechas radiocarbónicas disponibles no contribuyen claramente a la estructura cronológica esperada para las placas, lo que constituye otro inconveniente en contra de dicha hipótesis.

Así las cosas, uno de los retos próximos en el estudio de las placas de pizarra grabadas del Neolítico Final del suroeste de la península ibérica es el análisis sistemático sobre qué tipo preciso de información ideológica común codificaban (religiosa o apotropaica). Esto necesitará no sólo de claros enunciados de las hipótesis, sino también de métodos explícitos y eficaces para poder medir sus respectivas verosimilitudes. El esfuerzo seguramente merezca la pena.

AGRADECIMIENTOS

Se agradece la ayuda prestada a: Consejería de Innovación, Ciencia y Empresa de la Junta de Andalucía, Departamento de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Sevilla, *Centre for the Evolution of Cultural Diversity, University College London* y *Department of Anthropology, University of Missouri*.

REFERENCIAS

- ABERG, N. (1921) – *Civilisation Énéolitique dans la Péninsule Ibérique*. Uppsala.
- ALBUQUERQUE E CASTRO, L. (1963) – A figura antropomórfica e as placas de xisto. *Lucerna*. 3, p. 96-109.
- ALMAGRO BASCH, M. (1966) – *El ídolo de Chillarón y la tipología de los ídolos del Bronce I Hispano*. Madrid.
- ALMAGRO GORBEA, M. J. (1973) – *Los ídolos del Bronce I Hispano*. Madrid.
- AMEGHINO, F. (1879) – L'homme préhistorique dans la Plata. *Revue d'Anthropologie*. 2, p. 210-249.
- ARCHIBALD, J. K.; MORT, M. E. & CRAWFORD, D. J. (2003) – Bayesian inference of phylogeny: a non-technical primer. *Taxon*. 52, p. 187-191.
- BLANCO GÓMEZ, A. (2011) – Recensión de LILLIOS, K. T. (2008) – Heraldry for the dead: memory, identity and the engraved stone plaques of Neolithic Iberia, Austin. *Zephyrus*. 67, p. 214-216.
- BROWN, J. H. & LOMOLINO, M. V. (1998) – *Biogeography*. Sunderland, MA.

- BUCHANAN, B. & COLLARD, M. (2007) – Investigating the peopling of North America through cladistic analyses of early Paleoindian projectile points. *Journal of Anthropological Archaeology*. 26, p. 366-393.
- BUCHANAN, B. & COLLARD, M. (2008) – Phenetics, cladistics, and the search for the Alaskan ancestors of the Paleoindians: a reassessment of relationships among the Clovis, Nenana, and Denali archaeological complexes. *Journal of Archaeological Science*. 35, p. 1683-1694.
- BUENO RAMÍREZ, P. (1992) – Les plaques décorées alentéjaines: approche de leur étude et analyse», *Anthropologie*. 96, p. 573-604.
- BUENO RAMÍREZ, P. (2006) – Recensión de LILLIOS, K. T. (2004) – ESPRIT – The Engraved Stone Plaque Registry and Inquiry Tool (<http://research2.its.uiowa.edu/iberian>). *Trabajos de Prehistoria*. 63, p. 191-195.
- BUENO RAMÍREZ, P. & de BALBÍN BEHRMANN, R. (2004) – Imágenes antropomorfas al interior de los megalitos: las figuraciones escultóricas. In CALADO, C. (ed.) – *Sinais de Pedra*. Évora.
- CABRÉ AGUILÓ, M. J. (1916) – *Arte rupestre gallego y portugués*. Lisboa.
- CALADO, M. (2010) – Rock art schist plaques. <http://crookscape.blogspot.com.es> (Último acceso: 05.06.2012).
- CALADO, M. & ROCHA, L. (2004) – *Relatório da escavação do povoado pré-histórico das Águas Frias – Rosário. Campanha 1*. Lisboa.
- CALADO, M. & ROCHA, L. (2007) – As primeiras sociedades camponesas no Alentejo Central: a evolução do povoamento. In CERRILLO, E. & VALADES, J. M. (eds.) – *Los primeros campesinos de La Raya. Aportaciones recientes al conocimiento del Neolítico y Calcolítico en Extremadura y Alentejo*. Cáceres, p. 27-46.
- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. (1995) – Sobre a cronologia absoluta das grutas artificiais da Estremadura portuguesa. *Al-Madan*. 4, p. 10-13.
- CARPENTER, E. & SCHUSTER, C. (1986-1988) – *Materials for the study of social symbolism in ancient and tribal art: a record of tradition and continuity*. New York.
- CARTAILHAC, E. (1886) – *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Paris.
- CORRÊA, A. A. M. (1924) – *Os povos primitivos da Lusitânia*. Porto.
- CORREIA, V. (1917) – Os ídolos-placas. Arte preistórica. Estudos arqueológicos. *Terra Portuguesa*. 3, 13-14, p. 105-119.
- DARWENT, J. & O'BRIEN, M. J. (2006) – Using cladistics to construct lineages of projectile points from northeastern Missouri. In LIPO, C. P.; O'BRIEN, M. J.; COLLARD, & SHENNAN, S. J. (eds.) – *Mapping Our Ancestors: Phylogenetic Approaches in Anthropology and Prehistory*. New York, p. 185-208.
- DÍAZ, E. (2001) – Avance al estudio de la 'Cueva de la Mora' en Jabugo, provincia de Huelva. *Clásicos de la Arqueología de Huelva*. 7, p. 9-16.
- DUNNELL, R. C. (1971) – *Systematics in Prehistory*. New York.
- FERREIRA, O. V. (1973) – Acerca das placas-ídolos com mãos encontradas em Portugal e o culto da fecundidade. In MALUQUER DE MOTES, J. (ed.) – *Estudios dedicados al Prof. Dr. Luis Pericot*. Barcelona, p. 233-240.
- FRANKOWSKI, E. (1920) – *Estelas discoideas de la Península Ibérica*. Madrid.
- GARCÍA RIVERO, D. (2010a) – *Evolución cultural y filogenias en arqueología: el caso de los denominados 'ídolos placa' prehistóricos del Suroeste de la península ibérica*. Tesis doctoral inédita, Sevilla.

- GARCÍA RIVERO, D. (2010b) – Introducción a la teoría de la clasificación y a las escuelas taxonómicas (Fenética, Cladística y Taxonomía evolutiva). In ESCACENA, J. L.; GARCÍA RIVERO, D. & GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. (eds.) – *Clasificación y arqueología: enfoques y métodos taxonómicos a la luz de la evolución darwiniana*. Sevilla, p. 61-93.
- GARCÍA RIVERO, D. (2013) – *Arqueología y evolución. A la búsqueda de filogenias culturales*. Sevilla.
- GARCÍA SANJUÁN, L. (2011) – Recensión de LILLIOS, K. T. (2008) – Heraldry for the dead: memory, identity and the engraved stone plaques of Neolithic Iberia, Austin. *European Journal of Archaeology*. 13, p. 255-257.
- GIMBUTAS, M. (1974) – *The Goddesses and Gods of Old Europe*. Berkeley.
- GOLOBOFF, P. & POL, D. (2005) – Parsimony and Bayesian Phylogenetics. In ALBERT, V. A. (ed.) – *Parsimony, Phylogeny, and Genomics*. New York, p. 148-159.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – Pré-história do ocidente peninsular 1: Deusa(s)-Mãe, placas de xisto e cronologías. *Almansi*: 7, p. 289-302.
- GONÇALVES, V. S. (2003) – *STAM-3, a Anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)*. Lisboa.
- GONÇALVES, V. S. (2006) – Manifestações do sagrado na pré-História do ocidente peninsular 7: as placas híbridas», *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 9 (2), p. 27-59.
- GONÇALVES, V. S. (2013) – Antes de Endovélico... A propósito das placas de xisto gravadas da Anta de Santiago Maior e das antas da Herdade dos Galvões (Alandroal, Alentejo). *Cadernos do Endovélico*. 1, p. 105-123.
- HERNÁNDEZ-PACHECO, E. (1916) – *Pinturas prehistóricas y dólmenes de la región de Alburquerque (Extremadura)*. Madrid.
- HOLDEN, C. J.; MEADE, A. & PAGEL, M. (2005) – Comparison of maximum parsimony and Bayesian Bantu language trees. In MACE, R.; HOLDEN, C. J. & SHENNAN, S. J. (eds.) – *The Evolution of Cultural Diversity: a Phylogenetic Approach*. London, p. 53-65.
- HURTADO, V. (2009a) – Recensión de LILLIOS, K. T. (2008) – Heraldry for the dead: memory, identity and the engraved stone plaques of Neolithic Iberia, Austin. *Trabajos de Prehistoria*. 66, 2, p. 193-195.
- HURTADO, V. (2009b) – Representaciones simbólicas, sitios, contextos e identidades territoriales en el Suroeste peninsular. In CACHO, C.; MAICAS, R.; GALÁN, E & MARTOS, J. A. (eds.) – *Ojos que nunca se cierran: ídolos en las primeras sociedades campesinas*. Madrid, pp. 137-198.
- JORDAN, P. & MACE, T. (2006) – Tracking culture-historical lineages: can ‘descent with modification’ be linked to ‘association by descent’? In LIPO, C. P.; O’BRIEN, M. J., COLLARD, M. & SHENNAN, S. J. (eds.) – *Mapping Our Ancestors: Phylogenetic Approaches in Anthropology and Prehistory*. New York, p. 149-167.
- JORDAN, P. & O’NEILL, S. (2010) – Untangling cultural inheritance: language diversity and long-house architecture on the Pacific Northwest Coast. *Philosophical Transactions of the Royal Society B*. 365, p. 75-388.
- JORDAN, P. & SHENNAN, S. J. (2003) – Cultural transmission, language and basketry traditions amongst the California Indians. *Journal of Anthropological Archaeology*. 22, p. 42-74.
- JORDAN, P. & SHENNAN, S. J. (2009) – Diversity in hunter-gatherer technological traditions: mapping trajectories of cultural ‘descent with modification’ in northeast California. *Journal of Anthropological Archaeology*. 28, p. 342-365.
- KOPYTOFF, I. (1987) (ed.) – *The African frontier: the reproduction of traditional African societies*. Bloomington.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1985) – *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa.

- LEISNER, V. (1965) – *Die megalithgräber der Iberischen Halbinsel, der Wester*. Berlin, 2.
- LILLIOS, K. T. (2002) – Some new views of the engraved slate plaques of southwest Iberia. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5, p. 135-151.
- LILLIOS, K. T. (2003) – Creating memory in prehistory: the engraved slate plaques of Southwest Iberia. In VAN DYKE, R. M. & ALCOCK, S. E. (eds.) *Archeologies of memory*. Malden, MA: 129-150.
- LILLIOS, K. T. (2004a) – Lives of stones, lives of people: re-viewing the engraved plaques of Late Neolithic and Copper Age Iberia. *European Journal of Archaeology*, 7, p. 125-158.
- LILLIOS, K. T. (2004b) *ESPRIT (The Engraved Stone Plaque Registry and Inquiry Tool)*, <http://research2.its.uiowa.edu/iberian>, (Último acceso: 01.03.2015).
- LILLIOS, K. T. (2006) – Liminal animals, liminal people: the barn owl (*Tyto alba*) and the engraved plaques of Late Neolithic and Copper Age Iberia. In BICHO, N. (ed.) – *Animais na pré-história e arqueologia da Península Ibérica*. Faro, p. 27-34.
- LILLIOS, K. T. (2008) – *Heraldry for the Dead: Memory, Identity, and the Engraved Stone Plaques of Neolithic Iberia*. Austin.
- LILLIOS, K. T. (2010) – Mnemonic practices of the Iberian Neolithic: the production and use of the engraved slate plaque relics. In LILLIOS, K. T. & TSAMIS, V. (eds.) – *Material mnemonics: everyday memory in prehistoric Europe*. Oxford, p. 40-72.
- LISBOA, M. I. G. (1985) – Meaning and messages: mapping style in the Iberian Chalcolithic. *Archaeological Review from Cambridge*. 4, p. 181-196.
- MADDISON, W. P.; DONOGHUE, M. J. & MADDISON, D. R. (1984) – Outgroup analysis and parsimony. *Systematic Zoology*, 33, p. 83-103.
- MARGUSH, T. & MCMORRIS, F. R. (1981) – Consensus n-trees. *Bulletin of Mathematical Biology*, 43, p. 239-244.
- MORGAN, J. (1897) – *Recherches sur les origines de l'Égypte*. Paris.
- MORTILLET, G. & MORTILLET, A. (1881) – *Musée préhistorique*. Paris.
- O'BRIEN, M. J.; BUCHANAN, B.; COLLARD, M. & BOULANGER, M. T. (2012) – Cultural cladistics and the early history of North America. In PONTAROTTI, P. (ed.) *Evolutionary biology: mechanisms and trends*. New York, p. 23-42.
- O'BRIEN, M. J.; COLLARD, M.; BUCHANAN, B. & BOULANGER, M. T. (2013) – Trees, thickets, or something in between? Recent theoretical and empirical work in cultural phylogeny. *Israel Journal of Ecology & Evolution*. 59 (2), p. 45-61.
- O'BRIEN, M. J.; DARWENT, J. & LYMAN, R. L. (2001) – Cladistics is useful for reconstructing archaeological phylogenies: Palaeoindian points from the southeastern United States. *Journal of Archaeological Science*. 28, p. 1115-1136.
- O'BRIEN, M. J. & LYMAN, R. L. (1999) – *Seriation, stratigraphy, and index fossils: the backbone of archaeological dating*. New York.
- O'BRIEN, M. J. & LYMAN, R. L. (2000) – *Applying Evolutionary Archaeology: a Systematic Approach*. New York.
- O'BRIEN, M. J. & LYMAN, R. L. (2003) – *Cladistics and Archaeology*. Salt Lake City.
- O'BRIEN, M. J.; LYMAN, R. L.; COLLARD, M.; HOLDEN, C. J.; GRAY, R. D. & SHENNAN, S. J.

- (2008) – Transmission, phylogenetics, and the evolution of cultural diversity. In O'BRIEN, M. J. (ed.) – *Cultural Transmission and Archaeology: Issues and Case Studies*. Washington, DC, p. 77-90.
- O'BRIEN, M. J.; LYMAN, R. L.; SAAB, Y.; SAAB, E.; DARWENT, J. & GLOVER, D. S. (2002) – Two issues in archaeological phylogenetics: taxon construction and outgroup selection. *Journal of Theoretical Biology*. 215, p. 133-150.
- OLIVEIRA, J. (1997) – *Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do rio Sever*. Lisboa, 1.
- OLIVEIRA, J. (2006) – *Património arqueológico da Coudelaria de Alter e as primeiras comunidades agropastoris*. Lisboa.
- POL, D. & SIDDALL, M. E. (2001) – Biases in maximum likelihood and parsimony: a simulation approach to a ten-taxon case. *Cladistics*. 17, p. 266-281.
- SÁEZ MARTÍN, B. (1944) – Nuevos precedentes chipriotas de los ídolos-placas de la cultura ibero-sahariana. In *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*. 19, p. 134-136.
- SANDERSON, M. J. & DONOGHUE, M. J. (1989) – Patterns of variation in levels of homoplasy. *Evolution*. 43, p. 1781-1795.
- SHENNAN, S. J. (1992) – *Arqueología cuantitativa*. Barcelona.
- SHENNAN, S. J. & COLLARD, M. (2005) – Investigating processes of cultural evolution on the North Coast of New Guinea with multivariate and cladistic analyses. In MACE, R.; HOLDEN, C. J. & SHENNAN, S. J. (eds.) – *The Evolution of Cultural Diversity: a Phylogenetic Approach*. London, 133-164.
- SIMÕES, A. F. (1878) – *Introdução à archeologia da Península Ibérica*. Lisboa.
- SIRET, L. (1908) – Religions néolithiques de l'Ibérie. *Revue Préhistorique*. 3 (7-8), p. 193-268.
- SLOWINSKI, J. B. (1993) – 'Ordered' versus 'unordered' characters. *Systematic Biology*. 42, p. 155-165.
- SOBER, E. (2004) – The contest between parsimony and likelihood. *Systematic Biology*, 53, p. 644-653.
- SWADESH, M. (1964) – Diffusional cumulation and Archaic residue as historical explanations. In HYMES, D. (ed.) – *Language in culture and society*. New York, p. 624-637.
- SWOFFORD, D. L. (1998) – *PAUP*: Phylogenetic analysis using parsimony (*and other methods)*. Sunderland, MA.
- SWOFFORD, D. L. & MADDISON, W. P. (1992) – Parsimony, character-state reconstructions, and evolutionary inferences. In MAYDEN, R. L. (ed.) – *Systematics, Historical Ecology, and North American Freshwater Fishes*. Stanford, CA, 187-223.
- TEHRANI, J. J. & COLLARD, M. (2002) – Investigating cultural evolution through biological phylogenetic analyses of Turkmen textiles. *Journal of Anthropological Archaeology*. 21, p. 443-463.
- TEHRANI, J. J. & COLLARD, M. (2009a) – On the relationship between interindividual cultural transmission and population-level cultural diversity: a case study of weaving in Iranian tribal populations. *Evolution and Human Behavior*. 30, p. 286-300.
- TEHRANI, J. J. & COLLARD, M. (2009b) – The evolution of material culture diversity among Iranian tribal populations. In SHENNAN, S. J. (ed.) *Pattern and process in cultural evolution*. Berkeley, p. 99-111.
- TEHRANI, J. J.; COLLARD, M. & SHENNAN, S. J. (2010) – The cophylogeny of populations and cultures: reconstructing the evolution of Iranian tribal craft traditions using trees and jungles. *Philosophical Transactions of the Royal Society B*. 365, p. 3865-3874.

- THOMAS, J. T.; MCCALL, G. & LILLIOS, K. T. (2009) – Revisiting the individual in prehistory: idiosyncratic engraving variation and the Neolithic slate plaques of the Iberian Peninsula. *Cambridge Archaeological Journal*. 19, p. 53-72.
- VANSINA, J. (1990) – *Paths in the Rainforests: Toward a History of Political Tradition in Equatorial Africa*. Madison.
- VASCONCELOS, J. L. (1897) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa, 1.
- VEIGA, S. F. E. (1887) – *Antiguidades monumentaes do Algarve*, Lisboa, 2.
- WHITTLE, A. W. (1985) – *Neolithic Europe: a Survey*. Cambridge.

**AS PLACAS VOTIVAS (E O BÁCULO) DA LAPA DA GALINHA,
NA PRIMEIRA METADE DO 3.º MILÉNIO A.N.E.**

***THE VOTIVE PLAQUES (AND THE CROSS) FROM LAPA DA GALINHA,
IN THE FIRST HALF OF THE THIRD MILLENIUM BCE***

Victor S. Gonçalves,¹ Marco António Andrade² & André Pereira³

*Some things deserve to be known. Others deserve to be well known.
It's a pity that we found scholars that ignore a simple truthful thing like that.*

Sessão de abertura do Seminário 14 da Universidade de Miskatonic,
Providence, 20 de Agosto de 1910.

Abstract

Lapa da Galinha (literally “The chicken’s cave”) is a typical small cave of the portuguese Estremadura. Located near Alcanena, it was excavated more than a century ago and, at the time, the numerous human remains therein identified have been removed to the local cemetery and are not available for study and dating. A first note about this cave, very insufficient for the importance of the site, have been presented to the *1st National Congress of Archaeology*. Lapa da Galinha revealed, for the cultural milieu in which it is included, a relatively considerable amount of engraved schist plaques and a rather peculiar “cross”, in which some have seen a figuration of an axe. If the “cross” is so peculiar and unique, the plaques form a very bizarre but simple ensemble. Most of them are double faced (in Portuguese: *placas bipolares*). The motifs and decorative patterns are also peculiar and some present unusual shapes for the area of Estremadura, disclosing possible cultural influences of other regional areas. The PLACA NOSTRA Project shows, for the first time, drawings of all the available plaques and presents some new perspectives on the meaning of the “Lapa da Galinha connection”.

Keywords: Central Portugal, cross, first half of the 3rd Millenium BCE, Lapa da Galinha cave, votive plaques.

1 – INTRODUÇÃO

Em Maio de 1973, um de nós (VSG) solicitou no Museu Nacional de Arqueologia (MNA) o estudo integral da Lapa da Galinha, para o que foi autorizado. O conjunto estava bem grupado, com os materiais seriados e identificados por sepultura. Existia um desenho, com um formato próximo do A4, com a maioria das sepulturas identificada. Desenharam-se então materiais líticos e cerâmicas.

¹Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ), Grupo de Trabalho sobre as Antigas Sociedades Camponesas (WAPS, Projecto PLACA NOSTRA). vsg@campus.ul.pt

²Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ), Grupo de Trabalho sobre as Antigas Sociedades Camponesas (WAPS, Projecto PLACA NOSTRA). Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/86232/2012). marcoandrade@campus.ul.p

³Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ), Grupo de Trabalho sobre as Antigas Sociedades Camponesas (WAPS, Projecto PLACA NOSTRA). pereira.andre@sapo.pt.

A agitação que decorreu da morte do Director do MNA, D. Fernando de Almeida (1979), semeou o caos até na localização original de vários conjuntos em estudo. Alguns projectos, como o do *tholos* de S. Martinho e o das taças campaniformes de Chibanes, foram mesmo adiados *sine die*.

No caso da Lapa da Galinha, houve uma parcial retoma em 2006, quando, no âmbito do Projecto PLACA NOSTRA, foi escolhida, pelas suas placas, como um conjunto de uma região “não de origem”, presumido ponto de passagem nos mecanismos de troca entre o Alto Alentejo e o Alentejo médio e o litoral. Nesta altura, já não se encontrou o desenho da Lapa e alguns materiais pareciam ter sido removidos dos seus contextos originais, mas fez-se o que se pôde. Regista-se, no entanto, que a remoção ou contentorização dos materiais pode ter tido consequências na sua relocação integral e homogénea.

Para os estudos integrais, nunca se conseguiu obter acesso às placas depositadas na Câmara Municipal de Santarém, para as quais foram pedidos, pelos técnicos locais, valores de seguro no mínimo inadequados, por largamente excessivos.

Uma primeira versão de este trabalho foi apresentada no âmbito da Sessão C43 do XV Congresso da União Internacional das Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas, realizado entre 4 e 9 de Setembro de 2006 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (*Symbolic figurations in the 4th and 3rd millennia in the South of Iberian Peninsula: the engraved schist plaques and their figurative and schematic counterparts*), organizada por um dos signatários (V.S.G.). Permaneceu inédita e foi agora extensamente reescrita.

2 - LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

A gruta natural da Lapa da Galinha localiza-se no lugar de Casal da Pedra, freguesia de Vila Moreira, concelho de Alcanena, distrito de Santarém, situando-se no extremo oriental do Arrife da Serra de Aires, já nas faldas de esta serra (a cerca de 132 m de altitude).

Geologicamente, situa-se numa área de calcários do Mio-cénico superior (calcários de Santarém e Almoster), na orla da extensa mancha de calcários micríticos do Batoniano (calcários da Serra de Aire), perto de uma estreita franja de arenitos do Aptiano-Albiano a Cenomaniano (arenitos de Amiais) e de grés e calcários do Eocénico a Oligocénico inferior (grés de Monsanto e calcários de Alcanede), franja esta que separa as duas primeiras realidades geológicas.

Caracteriza-se como uma pequena cavidade cársica de tendência circular com cerca de 8 m de diâmetro. A entrada, voltada a sul, faz-se por uma abertura circular à qual se acede por uma rampa “escavada” no calcário, formando uma espécie de corredor. O abatimento do tecto da gruta mostra actual-

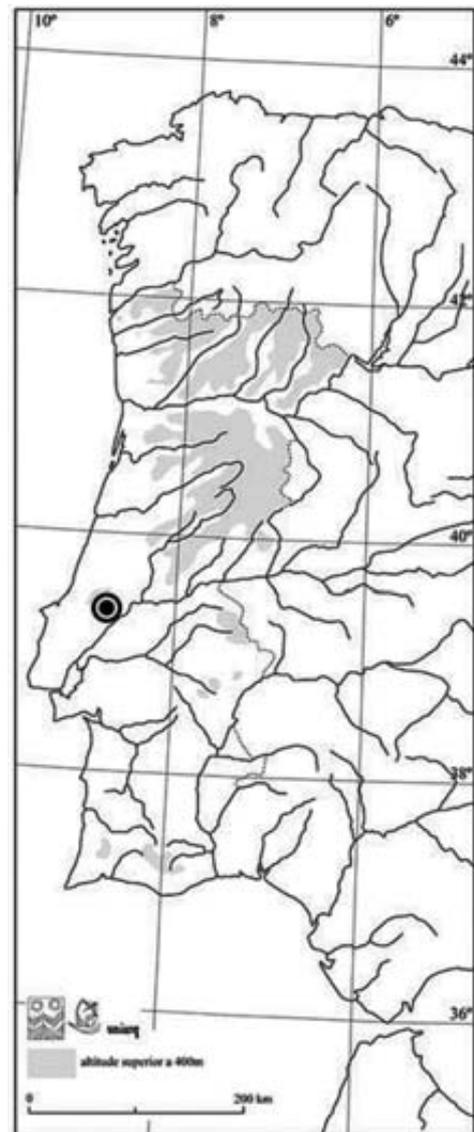


Fig. 1 – Situação da Lapa da Galinha no Ocidente peninsular.

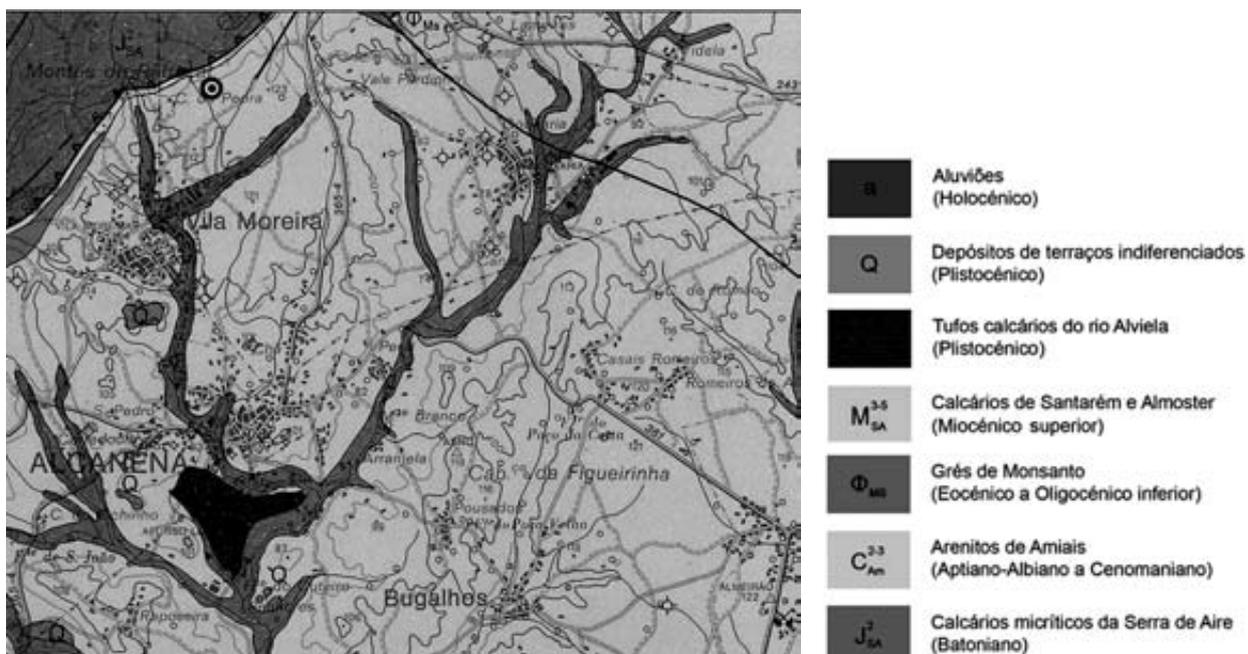


Fig. 2 – Situação da Lapa da Galinha na folha n.º 27C (Torres Novas) da Carta Geológica de Portugal (esc. 1:50 000).

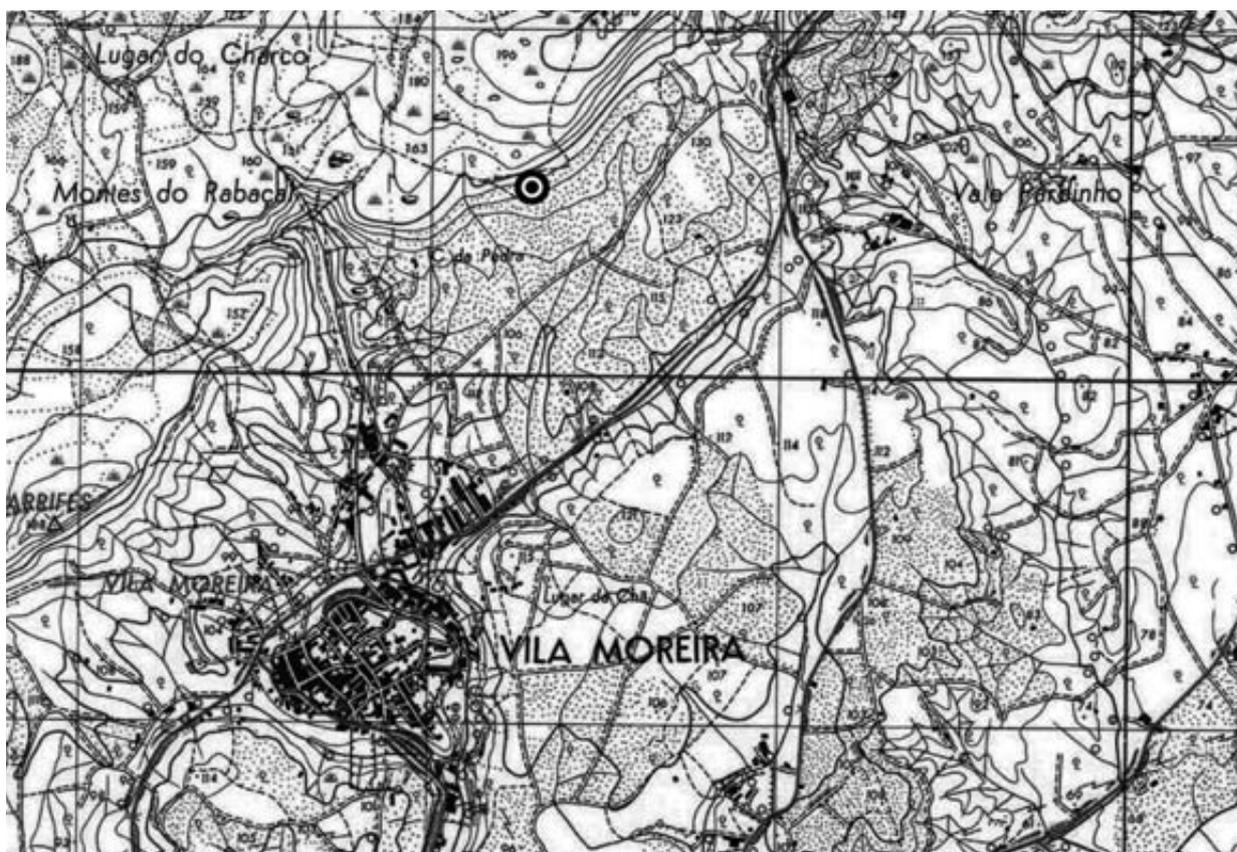


Fig. 3 – Situação da Lapa da Galinha na folha n.º 329 da Carta Militar de Portugal (esc. 1:25 000).

mente uma extensa clarabóia aberta no lado Oeste. É de salientar a semelhança da morfologia da Lapa da Galinha com os contornos de uma gruta artificial, não se encontrando contudo evidências de afeiçoamentos quer das paredes da gruta, quer da área de entrada e respectivo corredor.

Posiciona-se, na folha n.º 329 da Carta Militar de Portugal (esc. 1:25 000), nas seguintes coordenadas UTM (medidas com GPS *Garmin eTrex Legend*, com uma margem de erro de 5 metros): X (m): 0528299; Y (p): 4370543; N (altimetria): 132 m.

Ou, em coordenadas geográficas (*datum* WGS84): Latitude (N): 39º28'55.6"; Longitude (W): 08º40'20.1".

Foi escavada por José de Almeida Carvalhaes sob a orientação de Félix Alves Pereira, simultaneamente com a gruta dos Carrascos (PEREIRA, 1908; GONÇALVES & PEREIRA, 1974-1977), em inícios do

século passado e o seu espólio foi sumariamente apresentado por M. C. Moreira de Sá ao *I Congresso Nacional de Arqueologia* (SÁ, 1959). Este, disperso pelas cerca de 70 inumações identificadas (pelo menos a julgar pelo número de crâneos recuperados), caracteriza-se genericamente por:

- pedra lascada: geométricos (trapézios, triângulos e segmentos), pontas de seta (de base côncava, convexa e triangular), pontas de dardo, punhais, alabardas, lâminas, furadores;
- pedra polida: machados (de secção circular e rectangular), enxós, formão, goiva;
- cerâmica: vasos lisos (taças esferoidais), vasos mamilados e com cordões denteados, cerâmica com decoração incisa;
- artefactos relacionados com o Sagrado: placas de xisto, micaxisto e serpentinito gravadas, báculo de xisto, placa de grés;
- artefactos de osso: espátula, furadores, punhal. Um provável artefacto de marfim (identificado em 1973, não relocalizado);
- artefactos para adorno pessoal: “alfinetes” de osso (um dos quais com cabeça canelada), contas de colar discóides (de xisto, âmbar, azeviche, pedra verde e osso), contas de colar bitroncocónicas (de azeviche e calcário), pendentes de pedra verde, figura zoomórfica de osso (lagomorfo?).

Dos contextos que foi possível recuperar através das notas de inventário do espólio da Lapa da Galinha no MNA, identifica-se a referenciação de algumas placas a sepulturas específicas – sendo, assim, possível evidenciar o conjunto artefactual em que se incluíam (aceitando como certo que o conceito “sepultura” se aplica aqui a inumações bem individualizadas ou mesmo estruturalmente delimitadas).

A Lapa da Galinha encontra-se numa área muito rica em contextos funerários das antigas sociedades camponesas. Com efeito, num raio de menos de 5 km, encontram-se outras importantes necrópoles em gruta natural como Algar do Barrão, Carrascos, Marmota e Lapa da Bugalheira, sendo de notar que apenas nas duas últimas se recolheram placas de xisto gravadas.



Fig. 4 – A Lapa da Galinha, pouco depois da sua descoberta. (Os autores agradecem ao Director do Museu Nacional de Arqueologia, Dr. António Carvalho, a autorização para reprodução desta figura e da seguinte).

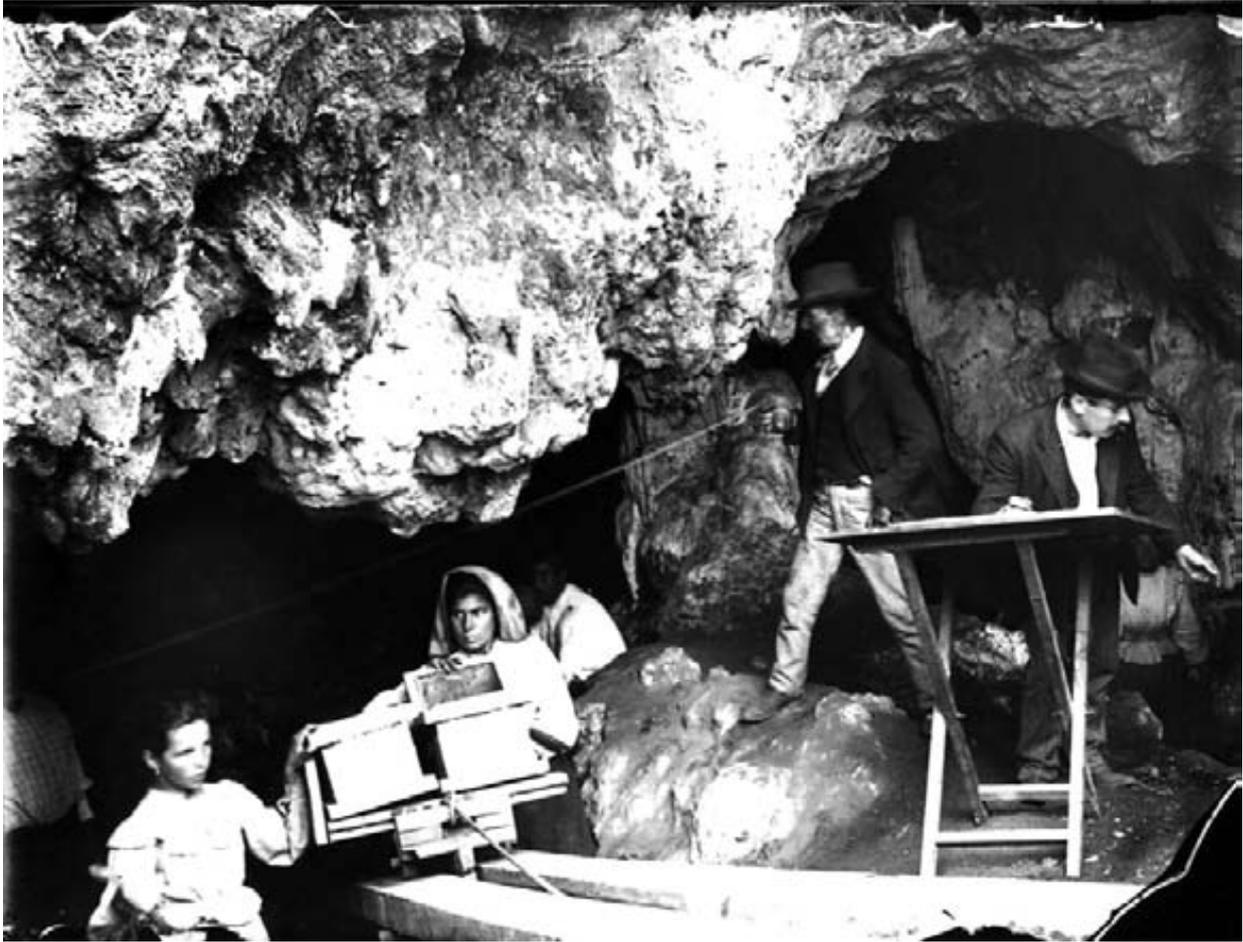


Fig. 5 – Uma admirável imagem do processo arqueológico em princípios do século XX. Na escuridão da Lapa, vislumbram-se dois trabalhadores, um à esquerda, outro no meio. Duas mulheres, uma das quais muito jovem, iluminam, com um sistema que inclui um espelho,* a parte da Lapa onde decorrem os trabalhos. Alguém (Almeida Carvalhaes ?) desenha (uma sepultura ?), e há um elemento feminino por trás, enquanto outra pessoa dá medidas. O enquadramento fotográfico é exemplar como construção de imagem. Fotografia provavelmente de Félix Alves Pereira.

* O Prof. João Luís Cardoso admite que se trata de um sistema de transporte de terras.

3 – AS PLACAS VOTIVAS (E O BÁCULO) DA LAPA DA GALINHA: DESCRIÇÃO MORFO-TIPOLOGICA

O conjunto em análise inclui um báculo de xisto, uma placa de micaxisto com braços recortados, 12 placas de xisto, micaxisto e serpentinito gravadas e uma placa de grés lisa. Para a sua descrição, foram seguidos os critérios descritivos utilizados actualmente no âmbito do projecto PLACA NOSTRA (e expressos, por exemplo, em GONÇALVES, 2004a, 2004b, 2011).

Existem aparentemente outros três exemplares, apresentados por M. C. Moreira de Sá (1959, Fig. 10) como recolhidos na Lapa da Galinha e conservados no Museu Antropológico da Universidade do Porto e no Museu de Santarém. Dado não se ter tido acesso directo a estes exemplares, não se apresentará a sua descrição pormenorizada, tendo-se apenas em consideração as suas características básicas (apresentadas em SÁ, 1959, p. 125-126 e Fig. 10) para efeitos comparativos.

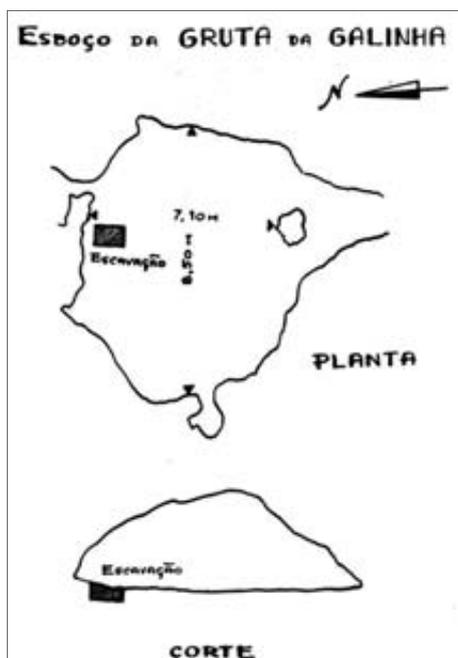


Fig. 6 - Esboço de planta e corte da Lapa da Galinha (seg. SÁ, 1959, p. 119, Fig. 3).



Fig. 7 - Aspectos da Lapa da Galinha: aspecto da paisagem envolvente da Lapa da Galinha, indicada pela seta, com o relevo da Serra de Aires ao fundo à direita (A); aspecto da entrada (B); aspecto do interior (C).

Quadro 1: Características gerais e motivos dominantes

# MNA	Sepultura	MP	Forma	Motivo dominante do corpo	Composição da cabeça	Perfs.
6468	15	Micaxisto	Antropomórfica, com braços recortados	Lisa	Lisa	2 TC
6491	11	Xisto	Rectangular	Duas bandas de triângulos preenchidos afrontadas (face); banda de triângulos preenchidos com o vértice para cima (verso)	Pares de faixas parabólicas convergindo para a perfuração (face); grande triângulo preenchido com o vértice para baixo (verso)	1 C
6495	ND	Serpentinito	Elíptica	Bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima com "moldura"	Lisa	2 BTC
6561	ND	Xisto	Rectangular	Faixas ziguezagueantes não compartimentadas (face); bandas de triângulos preenchidos com o vértice para baixo (verso)	Sem diferenciação de cabeça em relação ao corpo	1 BTC

# MNA	Sepultura	MP	Forma	Motivo dominante do corpo	Composição da cabeça	Perfs.
6600	ND	Xisto	Rectangular	Bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima (face); faixas preenchidas oblíquas cruzadas = X (verso)	Faixas verticais preenchidas (face)	1 TC
6626	ND	Xisto	Trapezoidal	Banda de triângulos preenchidos com o vértice para cima (face); faixas preenchidas oblíquas cruzadas = X (verso)	Faixas oblíquas curvilíneas preenchidas e faixas horizontais preenchidas (face)	2 BTC
6627	39	Xisto	Antropomórfica	Faixas em V preenchidas (face e verso)	Representação facial esquemática (sobrancelhas, nariz, tatuagens faciais)	1 BTC
6654	ND	Xisto	Reaproveitada ?	Banda de triângulos preenchidos com o vértice para cima (face e verso)	Sem diferenciação de cabeça em relação ao corpo	1 BTC
6657A-B	ND	Xisto	Rectangular	Linhas ziguezagueantes não compartimentadas (verso)	?	1 TC ?
6663	35	Micaxisto	Antropomórfica	Faixa preenchida em V = “colar” (face e verso)	Representação facial (sobrancelhas, nariz, tatuagens faciais); olhos representados pela dupla perfuração	2 TC
6683	38	Xisto	Rectangular	Bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima	Faixas oblíquas curvilíneas preenchidas (“orelhas de coelho”)	1 TC
6701	48	Xisto	Trapezoidal	Bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima	Faixas oblíquas preenchidas radiantes	1 TC
6896	ND	Xisto	Reaproveitada	Faixas ziguezagueantes compartimentadas	Faixas ziguezagueantes compartimentadas ladeando V central	2 BTC
6739	ND	Grés	Rectangular	Lisa	Lisa	NP
2002.188.1	ND	Xisto	Báculo	Bandas de triângulos preenchidos com o vértice para baixo alternando com faixas preenchidas	NA	NO

Legenda: NA: não aplicável; ND: não disponível; NO: não observável; **Perfs.:** perfurações; **TC:** troncocónica; **C:** cónica; **BTC:** bitroncocónica; **NP:** não perfurada.

MNA 6468

Placa de micaxisto lisa. Apresenta recorte antropomórfico, sendo fenestrada, com uma altura média de 13,4 cm, para uma largura de 9,4 cm na base e 5,9 cm no topo, estando lascada no canto superior direito e no canto inferior direito.

A cabeça (medida dos ombros para o topo) apresenta uma altura de 4 cm, medindo o corpo cerca de 9,4 cm. Apresenta duas perfurações para suspensão, afastadas uma da outra mais do que o habitual (o que reafirma o carácter antropomórfico da placa), troncocónicas, medindo cerca de 0,6 e 0,7 cm de diâmetro na face e 0,4 cm de diâmetro no verso.

Os ombros encontram-se recortados com um ângulo de $\approx 85^\circ$; a largura do torso é de cerca de 2,7 cm, sendo a dos braços de cerca de 2,6 e 2,3 cm (esquerdo e direito, respectivamente). A espessura média desta placa é de cerca de 0,8 cm.

Trata-se, segundo o índice de alongamento (altura/largura da base), de uma placa média, com um índice de 1,43.

Indicação de proveniência: sepultura 15.

MNA 6491

Placa de xisto gravada, apresentando recorte subrectangular arredondado, gravada em ambas faces, com uma altura média de 12,8 cm, para uma largura de 6,7 cm na base e 4,8 cm no topo.

Na face, a cabeça apresenta uma altura de 4,1 cm, sendo a sua decoração formada por faixas curvilíneas preenchidas (duas em ambos lados, formando espécie de grinaldas) convergindo dos bordos da placa para a perfuração central.

O motivo dominante do corpo na face (apresentando este cerca de 8,7 cm de altura, separado da cabeça por uma linha simples) é composto por bandas de triângulos preenchidos afrontados (bandas não compartimentadas), a primeira composta por triângulos com o vértice para baixo (sete) e a segunda por triângulos com vértice para cima (oito, estando truncado aquele localizado junto ao bordo esquerdo da placa). O conjunto destas duas bandas apresenta 5,9 cm de altura média total, oferecendo a primeira 2,5 cm de altura e a segundo 3,1 cm de altura.

O indicador de fim de placa encontra-se representado na face, por uma faixa horizontal preenchida com cerca de 0,8 cm de altura, separada, tanto do motivo dominante do corpo como da base da placa, por faixas lisas.

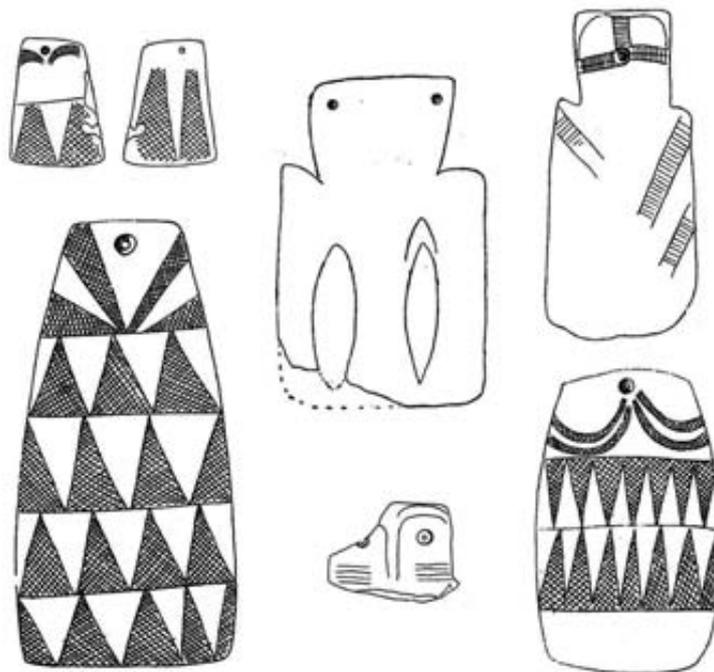


Fig. 8 – As placas votivas da Lapa da Galinha, segundo V. Correa (1921, p. 42 e 77–80, Figs. 28, 61 e 63–66). São perfeitamente reconhecíveis as placas 6654 (representada aqui com sobrancelhas), 6468, 6627, 6701, 6663 (apenas representado o fragmento da cabeça) e 6491 (representada lisa a área de indicação de fim de placa). Redimensionadas a partir do original.

No verso, a cabeça é formada por um grande triângulo preenchido com o vértice para baixo, com cerca de 4,9 cm de altura, não apresentando separador entre si e o corpo. Este, com cerca de 5,7 cm de altura, é formado por uma única banda de triângulos preenchidos com o vértice para cima (sete triângulos, estando truncados aqueles localizados junto aos bordos da placa). O indicador de fim de placa encontra-se representado, tal como na face, por uma faixa horizontal preenchida com cerca de 1 cm de altura, separada tanto do motivo dominante do corpo como da base da placa por faixas lisas.

A espessura média desta placa é de cerca de 0,9 cm, apresentando perfuração cilíndrica com 0,5 cm de diâmetro na face e no verso.

Trata-se, segundo o índice de alongamento, de uma placa média, oferecendo um índice de 1,91.

Indicação de proveniência: sepultura 11.

MNA 6495

Placa de serpentinito gravada, apresentando recorte entre elíptico e subtrapezoidal, com uma altura média de 12,4 cm, para uma largura de 5,5 cm na base e 4 cm no topo.

A cabeça, não decorada, apresenta uma altura de 1,4 cm.

O motivo dominante do corpo (apresentando este cerca de 11 cm de altura) é constituído por bandas de triângulos preenchidos com vértice para baixo. São nove bandas com alturas oscilando entre os 0,9 e os 1,4 cm. Compõem-se por cinco triângulos nas seis primeiras bandas (estando truncados aqueles localizados junto aos extremos da decoração) e por quatro triângulos nas três últimas bandas (estando truncados aqueles localizados junto à extremidade esquerda da decoração nas sétima e oitava bandas, e aqueles juntos a ambos extremos da decoração na nona banda). Este motivo decorativo encontra-se moldurado por uma faixa preenchida (separada da decoração do corpo e dos bordos da placa por faixas lisas), disposta ao longo de todo o seu perímetro, sendo a área terminal indicada por uma banda em espinha

A espessura média desta placa é de cerca de 1,1 cm, apresentando dupla perfuração bitroncocónica com 0,5 cm de diâmetro na face e 0,4 e 0,5 cm no verso.

Trata-se, segundo o índice de alongamento, de uma placa alongada, com um índice de 2,25.

MNA 6561

Placa de xisto gravada, apresentando recorte sub-rectangular, gravada em ambas faces, com uma altura média de 13,5 cm, para uma largura de 6,2 cm na base e 5,2 cm no topo. Tanto na face como no verso, a totalidade da placa está gravada com um único motivo decorativo, não estando assim representada a área da cabeça.

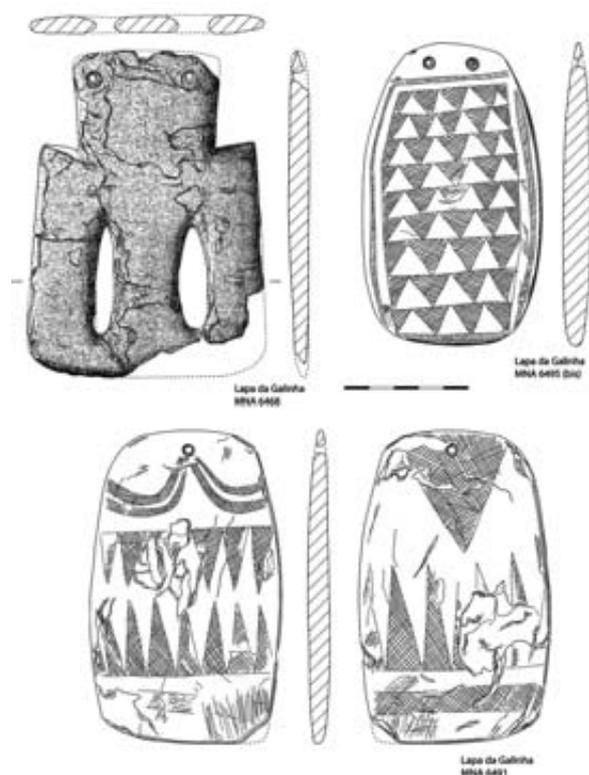


Fig. 9 – Placas votivas da Lapa da Galinha: placa de micaxisto fenestrada 6468, placa de serpentinito gravada 6495 e placa de xisto gravada 6491.

A face encontra-se decorada exclusivamente com faixas ziguezagueantes preenchidas sem linhas-guia (seis, separadas por faixas lisas, preenchidas com linhas não reticuladas). No entanto, a paginação estruturante prévia não foi respeitada. Com efeito, a separação entre a quinta e a sexta faixa preenchida é feita por duas faixas lisas, não obedecendo assim à sequência lógica de gravação (alternando faixas preenchidas com faixas lisas). Tal facto dever-se-á a uma escolha consciente do gravador que, por um mau cálculo de área, optou por deixar duas faixas lisas para que a placa fosse rematada por uma faixa ziguezagueante preenchida, e não por um triângulo preenchido, como sucederia se a sequência de gravação fosse respeitada.

O verso encontra-se decorado exclusivamente por três bandas de triângulos preenchidos com o vértice para baixo, com alturas que oscilam entre 4,2 e os 4,7 cm. Qualquer uma de estas bandas encontra-se gravada com quatro triângulos, estando truncados aqueles junto ao bordo esquerdo da placa na primeira e na terceira banda. Tal como na face, a sequência de gravação não foi respeitada, sendo o primeiro triângulo da última banda gravado em área reservada a triângulo liso segundo a ordem de gravação, ficando assim o espaço entre este e o triângulo seguinte representado por dois supostos triângulos lisos.

A espessura média desta placa é de cerca de 0,9 cm, apresentando perfuração bitroncocónica, posterior à decoração, com 0,8 cm de diâmetro na face e de 0,9 cm no verso. Possui igualmente no verso um início de perfuração não concluído, sendo cortada pela perfuração posterior, desviada mais para cima para coincidir com o eixo da perfuração que parte da face.

Trata-se, segundo o índice de alongamento, de uma placa alongada, com um índice de 2,18.

MNA 6600

Placa de xisto gravada, apresentando recorte subrectangular, gravada em ambas faces, com uma altura média de 11,8 cm, para uma largura de 7,4 cm na base e 6 cm no topo.

Na face, a cabeça apresenta uma altura de 2,6 cm, sendo a sua decoração formada por faixas verticais preenchidas (três em ambos lados, formando as interiores a “cabeça dentro da cabeça”, de feição rectangular vertical). A cabeça encontra-se separada do corpo por uma faixa horizontal preenchida com uma altura média de 1,2 cm.

O motivo dominante do corpo na face (apresentando este cerca de 8 cm de altura) é as bandas de triângulos preenchidos com vértice para cima. Forma-se assim por duas bandas com 3,7 e 4,3 cm de altura, ambas compostas por quatro triângulos (estando truncados aqueles localizados junto aos bordos da placa).



Fig. 10 – Placas votivas da Lapa da Galinha: placas de xisto gravadas 6561 e 6600.

O verso encontra-se gravado exclusivamente por duas faixas oblíquas preenchidas, cruzadas, dispostas da extremidade superior para a extremidade inferior da placa, formando um grande X.

A espessura média desta placa é de cerca de 0,5 cm, apresentando perfuração cilíndrica com 0,5 cm de diâmetro na face e 0,4 cm no verso.

Trata-se, segundo o índice de alongamento, de uma placa média, oferecendo um índice de 1,59.

MNA 6626

Pequena placa de xisto gravada, apresentando recorte subtrapezoidal, gravada em ambas faces, com uma altura média de 8,9 cm, para uma largura de 5,4 cm na base e 4,9 cm no topo.

Na face, a cabeça apresenta uma altura de 4,4 cm, sendo a sua decoração formada por faixas horizontais preenchidas (uma em ambos lados) encimadas por faixas oblíquas curvilíneas preenchidas (uma em ambos lados, formando a “cabeça dentro da cabeça” e enquadrando a perfuração dupla).

O corpo, na face (apresentando este cerca de 4,5 cm de altura), encontra-se gravado com uma única banda de triângulos preenchidos com vértice para cima (sendo estes em número de três).

O verso encontra-se gravado por duas faixas oblíquas preenchidas, cruzadas, dispostas da extremidade superior para a extremidade inferior da placa, formando um X. Regista-se ainda a gravação de um traço horizontal no terço superior da peça, correspondendo possivelmente à compartimentação de uma cabeça não gravada.

A espessura média desta placa é de cerca de 0,6 cm, apresentando dupla perfuração bitronco-cônica com 0,6 cm de diâmetro na face e 0,6 e 0,7 cm no verso.

Trata-se, segundo o índice de alongamento, de uma placa média, com um índice de 1,65.

MNA 6627

Placa de xisto gravada, apresentando recorte antropomórfico, gravada em ambas faces, com uma altura média de 14,2 cm, para uma largura de entre 5,3 e 6,3 cm na base (possível lascagem indesejada do suporte durante conformação possibilita leituras distintas) e 4 cm no topo.

A cabeça (medida dos ombros para o topo) apresenta uma altura de 4,2 cm, estando decorada na face por uma representação facial esquemática, sendo evidentes os seguintes elementos iconográficos: sobrancelhas/olhos, nariz, tatuagens/pinturas faciais. As sobrancelhas, adossadas ao nariz, encontram-se representadas por quartos de círculo, dos quais partem linhas radiantes; podem eventualmente, corresponder à representação parcial de “olhos de Sol”. O nariz encontra-se representado por uma faixa vertical preenchida. As tatuagens ou pinturas faciais encontram-se representadas por faixas horizontais preenchidas (uma em ambos lados), internamente compartimentadas (formando, limpas do seu preenchimento, três linhas simples) e adossadas ao nariz.

O corpo, medindo cerca de 10 cm, encontra-se decorado na face por três faixas preenchidas quebradas, gravadas de modo a formar três V's dispostos em sequência vertical, podendo a do topo, partindo sensivelmente dos ombros e tendo em conta outros exemplos iconográficos, ser lida como a representação esquemática do “colar da deusa”.



Fig. 11 – Provável aspecto final da decoração da face da placa 6561 se a sequência de gravação tivesse sido respeitada, sendo esta assim rematada por um triângulo preenchido com o vértice para cima.

No verso, a cabeça encontra-se lisa, sendo o corpo decorado com duas faixas preenchidas quebradas, gravadas de modo a formar dois V's dispostos em sequência vertical.

Os ombros encontram-se recortados com um ângulo de $\approx 90^\circ$. A espessura média desta placa é de cerca de 0,6 cm. Apresenta perfuração bitroncocónica (realizada sobre a área terminal do nariz), medindo cerca de 0,5 cm de diâmetro na face e 0,4 cm de diâmetro no verso.

Trata-se, segundo o índice de alongamento (altura/largura da base), de uma placa alongada, oferecendo um índice de entre 2,65 e 2,22.

Indicação de proveniência: sepultura 39.

MNA 6654

Pequena placa de xisto gravada, apresentando recorte subtrapezoidal (não sendo seguro que se trate de uma placa reaproveitada), gravada em ambas faces, com uma altura média de 5,8 cm, para uma largura de 4 cm na base e 2,6 cm no topo.

Na face, a cabeça apresenta-se actualmente lisa, com uma altura de 2,9 cm. Contudo, em desenho apresentado por Vergílio Correia (1921, p. 42, Fig. 28), esta apresenta-se como decorada com faixas curvilíneas preenchidas (uma em ambos lados), representando possivelmente sobranceiras (*cf.* acima, Fig. 7).

Dado que, presentemente, esta área da placa se encontra lascada, não foi possível confirmar tal facto.

O corpo, na face (apresentando este cerca de 2,9 cm de altura), encontra-se gravado com uma única banda de triângulos preenchidos com vértice para cima (sendo estes em número de dois), com vértices truncados.

No verso, a cabeça encontra-se lisa, estando o corpo decorado com uma única banda de triângulos preenchidos com o vértice para cima (sendo estes em número de dois).

A espessura média desta placa é de cerca de 0,4 cm, apresentando perfuração bitroncocónica com 0,4 cm de diâmetro na face e no verso.

Trata-se, segundo o índice de alongamento, de uma placa média, com um índice de 1,45.

MNA 6657A-B

Dois fragmentos de lascas do verso de uma mesma placa de xisto. As medidas supostas, tendo em conta sua reconstituição gráfica, são as seguintes: $\geq 12,4$ cm de altura; $\pm 6,9$ cm de largura na base; $\pm 5,1$ cm de largura no topo; $\geq 0,7$ cm de espessura.



Fig. 12 - Placas votivas da Lapa da Galinha: placas de xisto gravadas 6626, 6627 (antropomórfica) e 6654 (reaproveitada?).

O verso encontra-se decorado com linhas zigue-zagueantes não compartimentadas, sumariamente gravadas, podendo corresponder a um ensaio de gravação. Apresenta perfuração possivelmente troncocónica, com 0,6 cm de diâmetro no verso.

Trata-se, segundo o índice de alongamento, de uma placa média, oferecendo um índice suposto de $\pm 1,45$.

MNA 6663

Fragmento distal de placa de micaxisto, apresentando recorte antropomórfico, gravada em ambas faces, com uma altura conservada de 9,4 cm, para uma largura de $\pm 4,7$ cm no topo (fractura no lado esquerdo impossibilita leitura exacta).

Na face, a cabeça (medida dos ombros para o topo) apresenta uma altura de 3,4 cm, estando decorada por representação facial óbvia, sendo evidentes os seguintes elementos iconográficos: sobrancelhas, olhos (indicados pela dupla perfuração), nariz, tatuagens ou pinturas faciais. As sobrancelhas encontram-se representadas por duas linhas em segmentos de círculo paralelos (em ambos lados), gravados imediatamente acima das perfurações. O nariz encontra-se representado por duas linhas verticais paralelas. As tatuagens ou pinturas faciais são linhas horizontais paralelas (quatro em ambos lados), abaixo das perfurações e ladeando a representação do nariz.

O corpo encontra-se decorado na face por uma faixa preenchida quebrada, gravada de modo a formar um V partindo dos ombros, podendo ser assumida como a representação esquemática óbvia do “colar da deusa”.

No verso, a cabeça é lisa, sendo o corpo decorado por uma faixa preenchida quebrada, gravada de modo a formar um V partindo dos ombros.

Os ombros encontram-se recortados com um ângulo de $\approx 90^\circ$. A espessura média desta placa é de cerca de 0,8 cm. Apresenta dupla perfuração troncocónica (realizada da face para o verso, reafirmando o carácter antropomórfico desta placa), medindo cerca de 0,7 e 0,6 cm de diâmetro na face e 0,2 cm de diâmetro no verso.

Índice de alongamento (altura/largura da base) impossível de calcular.

Indicação de proveniência: sepultura 35.

MNA 6683

Placa de xisto gravada, apresentando recorte subrectangular, com uma altura média de 13,1 cm, para uma largura de 9,3 cm na base e 6,4 cm no topo.

A cabeça apresenta uma altura de 4,3 cm, sendo a sua decoração formada por faixas oblíquas curvilíneas preenchidas (uma em ambos lados, do tipo “orelhas de coelho” formando igualmente a “cabeça dentro da cabeça”). A cabeça encontra-se separada do corpo por uma linha simples.

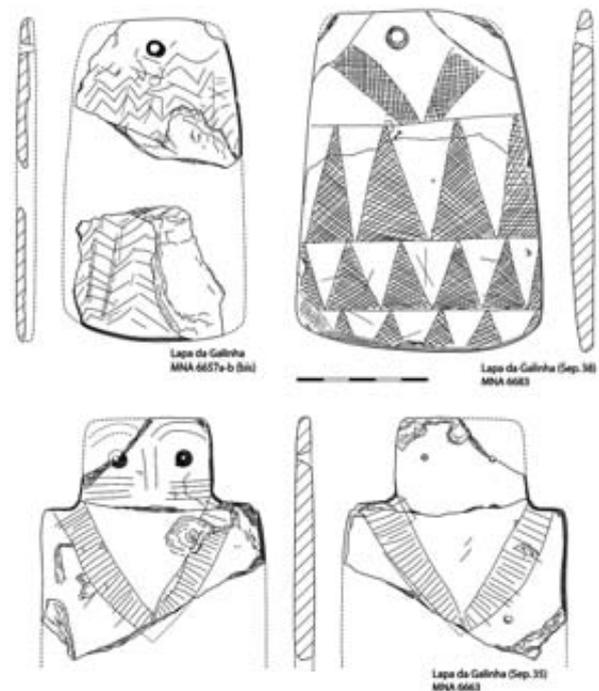


Fig. 13 – Placas votivas da Lapa da Galinha: placas de xisto gravadas 6626 (verso) e 6627, e placa de micaxisto gravada 6663 (antropomórfica).

O motivo dominante do corpo (apresentando este cerca de 8,8 cm de altura) é as bandas de triângulos preenchidos com vértice para cima. Forma-se assim por três bandas com 4,5, 3,6 e 1,5 cm de altura, sendo composta a primeira banda por quatro triângulos (estando truncado aquele localizado junto ao bordo direito da placa), a segunda por seis triângulos (estando truncados aqueles localizados junto aos bordos da placa) e a terceira por seis triângulos (truncados na base).

A espessura média desta placa é de cerca de 0,9 cm, apresentando perfuração troncocónica com 0,8 cm de diâmetro na face e 0,5 cm no verso.

Trata-se, segundo o índice de alongamento, de uma placa média, com um índice de 1,41.

A assimetria do contorno na área terminal, assim como a truncatura registada na base dos triângulos da última banda, permite levantar a hipótese de se tratar de uma placa objecto de reaproveitamento por reconformação do contorno.

Indicação de proveniência: sepultura 38.

MNA 6701

Placa de xisto gravada, apresentando recorte subtrapezoidal, com uma altura média de 18,2 cm, para uma largura de 8,2 cm na base e 4,5 cm no topo.

A cabeça apresenta uma altura de 4,5 cm, sendo a sua decoração formada por faixas radiantes preenchidas a partir do centro geométrico inferior da cabeça (duas em ambos lados, formando as interiores a “cabeça dentro da cabeça”). A cabeça encontra-se separada do corpo por uma linha simples.

O motivo dominante do corpo (apresentando este cerca de 13,7 cm de altura) é as bandas de triângulos preenchidos com vértice para cima. Forma-se assim por quatro bandas com 3,3, 3,8, 3,3 e 2,9 cm de altura, sendo composta a primeira banda por três triângulos, a segunda por quatro triângulos (estando truncados aqueles localizados junto aos bordos da placa), a terceira por quatro triângulos e a quarta por cinco triângulos (estando truncados aqueles localizados junto aos bordos da placa).

A espessura média desta placa é de cerca de 1 cm, apresentando perfuração troncocónica com 0,8 cm de diâmetro na face e 0,7 cm no verso.

Trata-se, segundo o índice de alongamento, de uma placa alongada, apresentando um índice de 2,22.

Indicação de proveniência: sepultura 48.

MNA 6896

Placa de xisto gravada, apresentando recorte sub-rectangular, sendo claramente reaproveitada (porção esquerda da placa), com uma altura média actual de 15,1 cm, para uma largura de 6,7 cm na base e 5,1 cm no topo.

A cabeça apresenta uma altura de 6,9 cm, sendo a sua decoração formada por faixas zigzagueantes compartimentadas preenchidas (quatro conservadas no lado esquerdo da cabeça. A cabeça, conservando ainda vestígios do Y central, encontra-se separada do corpo por uma linha simples.

O motivo dominante do corpo (apresentando este cerca de 8,2 cm de altura) é igualmente as faixas zigzagueantes parcialmente compartimentadas preenchidas, conservando apenas três delas.

A espessura média desta placa é de cerca de 1 cm, apresentando dupla perfuração bitroncocónica com 1 e 0,8 cm de diâmetro na face e 0,8 cm no verso.

Trata-se, segundo o índice de alongamento, de uma placa alongada, com um índice de 2,25.

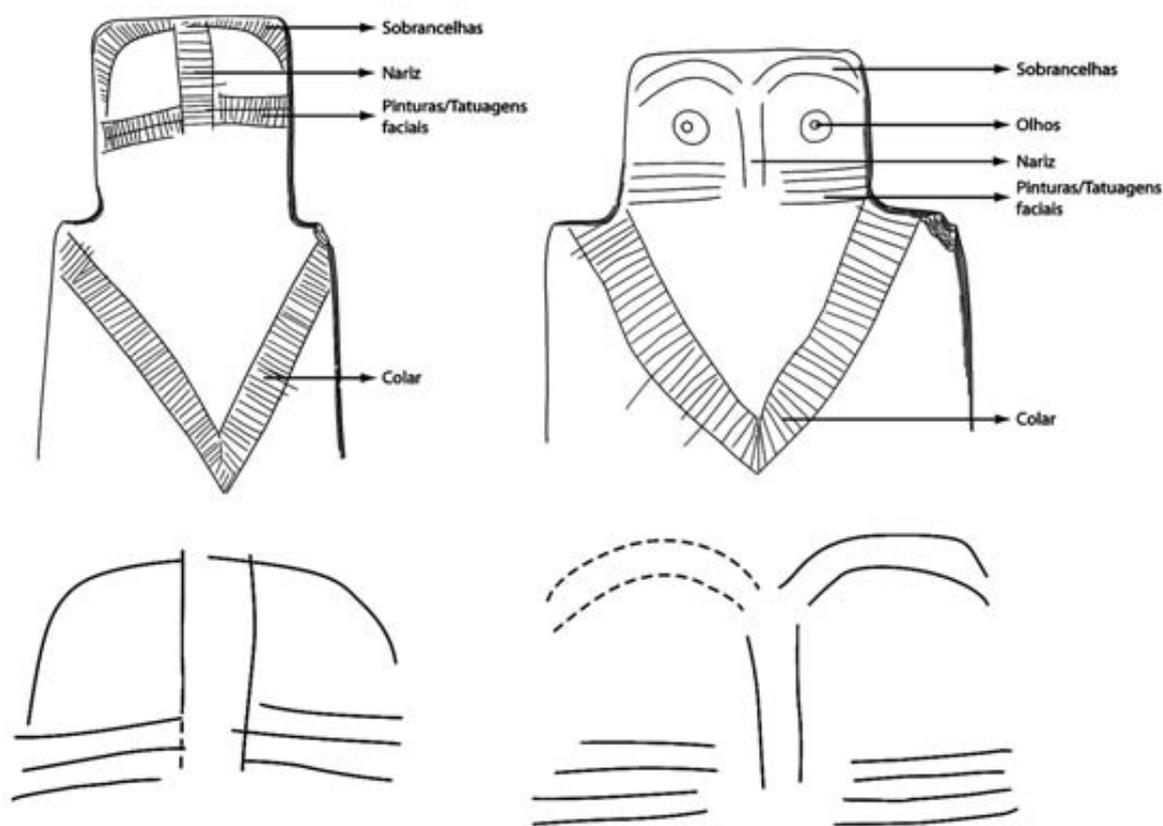


Fig. 14 - Em cima: indicação dos componentes da representação facial das placas antropomórficas 6627 e 6663. Em baixo: representação do conjunto isolado.

MNA 6739

Placa de grés lisa, de contorno sub-rectangular ligeiramente hiperbolóide, com uma altura média de 12,2 cm, para uma largura de 6 cm na base e 5 cm no topo. A espessura média desta placa é de cerca de 0,8 cm, apresentando face suavemente côncava e verso aplanado.

Trata-se, segundo o índice de alongamento (altura/largura da base), de uma placa alongada, oferecendo um índice de 2,03.

Báculo de recorte rectilíneo MNA 2002.188.1

Báculo de xisto, apresentando uma altura no eixo vertical principal de cerca de 21 cm conservados, com uma largura de 15,6 cm no topo e 6,4 cm na área mesial. Possui 0,7 cm de espessura. A transição da cabeça para o cabo configura-se em ângulo sensivelmente recto, opondo-se à transição encurvada característica de praticamente todos os exemplares de báculos conhecidos no contexto megalítico do Sudoeste peninsular. Apresenta assim forma geral de 7 (e não de 9, como a larga maioria), assemelhando-se morfológicamente a um machado encabado.

O motivo exclusivo que se desenvolve em rotação da cabeça para a área gravada do cabo é constituído, tanto na face como no verso, por bandas de triângulos preenchidos com o vértice para baixo separadas por faixas preenchidas. Estão conservadas seis bandas de triângulos separadas por seis faixas preenchidas na face, e cinco bandas de triângulos separadas por cinco faixas preenchidas no verso. Embora na face se registre

a alternância entre faixas preenchidas e bandas de triângulos, esta paginação não é estritamente seguida no verso. Aqui, a separação entre a segunda e a terceira banda de triângulos é feita por duas faixas preenchidas afastada por faixa lisa, assim como não existe separação por faixa preenchida entre a quarta e a quinta bandas de triângulos, encontrando-se estas apossadas.

A composição de triângulos destas bandas é a seguinte: $4 + 3 + 3 + 3 + 3 + > 2$ na face; $2 + 2 + 2 + 2 + 2$ no verso. Apenas a primeira banda da face regista um triângulo truncado junto ao bordo interior. Estas bandas, dispostas simetricamente em relação à curvatura da peça, apresentam espessuras variáveis, sendo mais amplas na área da curvatura junto ao bordo exterior e menos amplas junto ao bordo interior. Apresentam as seguintes espessuras médias: 2,9 cm / 3,4 cm / 3,8 cm / 3,7 cm / 3,4 cm / ? (banda não conservada na totalidade) na face; 3,1 cm / 4,5 cm / 4,4 cm / 4,0 cm / ? (banda não conservada na totalidade) no verso. A largura das faixas separatórias é igualmente variável, apresentando as seguintes espessuras médias: 1,6 cm / 2,0 cm / 1,6 cm / 1,7 cm / 1,7 cm / 1,9 cm na face; 2,0 cm / 2,5 cm / 1,6 cm / 2,1 cm / 2,8 cm no verso.

O preenchimento da decoração, apesar de fino, apresenta-se aparentemente pouco cuidado, não se registando preenchimento em verdadeiramente reticulado.

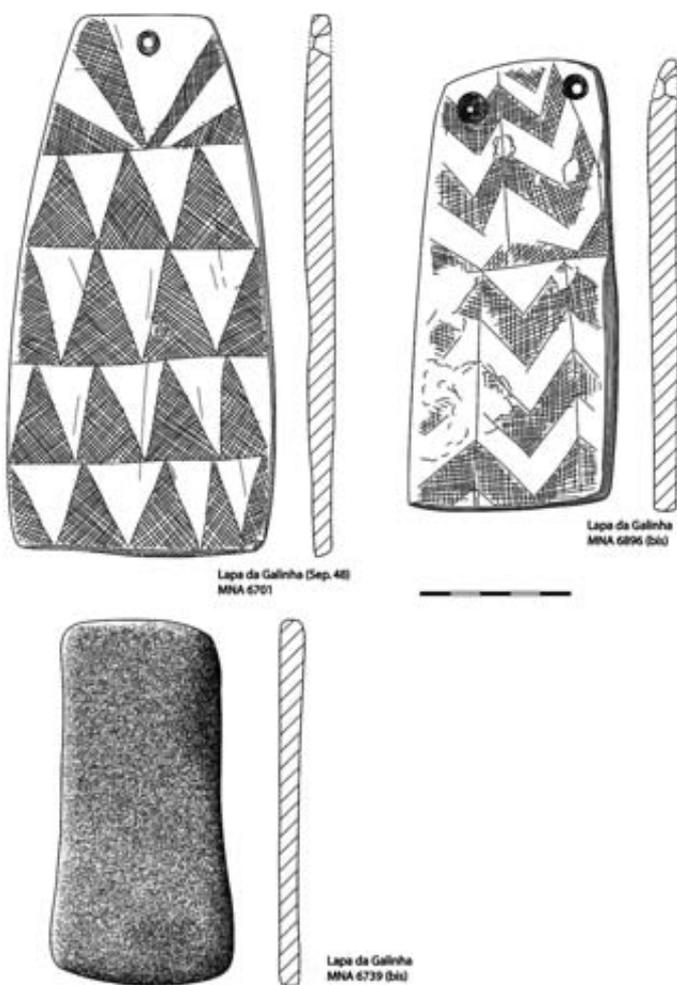


Fig. 15 – Placas votivas da Lapa da Galinha: placas de xisto gravadas 6701 e 6896 (reaproveitada), e placa de grés lisa 6739.

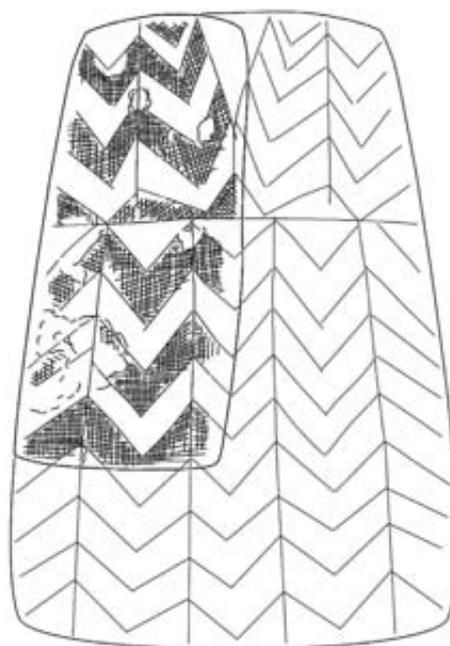


Fig. 16 – Reconstituição do aspecto original da placa de xisto reaproveitada 6896, com reflexão do motivo decorativo, atendendo à suposta simetria de ambos lados da placa.

Quadro 2: Principais medidas de referência do conjunto em análise.

Ref.	Est.	N.º Perfs.	Alt.	Alt.Cb.	Alt.Sp.	Alt.Cp.	LB	LT	IA	DPF	DPV	Esp.
6468	FR	2	13,4	4,0	/	9,4	±9,4	±5,9	±1,43	0,6/0,7	0,4	0,8
6491	Int.	1	12,8	4,1	/	8,7	6,7	4,8	1,91	0,5	0,5	0,9
6495	Int.	2	12,4	1,4	/	11,0	5,5	4,0	2,25	0,5/0,5	0,4/0,5	1,1
6561	Int.	1	13,5	/	/	/	6,2	5,2	2,18	0,8	0,9	0,9
6600	Int.	1	11,8	2,6	1,2	8,0	7,4	6,0	1,59	0,5	0,4	0,5
6626	Int.	2	8,9	4,4	/	4,5	5,4	4,9	1,65	0,6/0,6	0,6/0,7	0,6
6627	Int.	1	14,0	4,2	/	10,0	5,3–6,3	4,0	2,65–2,22	0,5	0,4	0,6
6654	Int.	1	5,8	2,9	/	2,9	4,0	2,6	1,45	0,4	0,4	0,4
6657A-B	Frag.	1	≥12,4	?	?	?	±6,9	±5,1	±1,80	?	0,6	≥0,7
6663	Dist..	2	?	3,4	/	?	?	±4,7	?	0,7/0,6	0,2/0,2	0,8
6683	Int.	1	13,1	4,3	/	8,8	9,3	±6,4	1,41	0,8	0,5	0,9
6701	Int.	1	18,2	4,5	/	13,7	8,2	4,5	2,22	0,8	0,7	1,0
6896	Int.	2	15,1	6,9	/	8,2	6,7	5,1	2,25	1,0/0,8	0,8/0,8	1,0
6739	Int.	0	12,2	/	/	/	6,0	5,0	2,03	/	/	0,8
2002.188.1	Dist.	0	>21,0	/	/	/	?	15,6	?	/	/	0,7

Legenda: **Alt.:** altura medida num ponto central, em cm; **Alt.Cb.:** altura da cabeça (cm); **Alt.Sp.:** altura do separador cabeça/corpo (cm); **Alt.Cp.:** altura do corpo (cm); **LB:** largura da base (cm); **LT:** largura do topo (cm); **IA:** índice de alongamento (altura/largura da base): alongado (> 2), médio (2 – 1), curto (< 1); **DPF:** diâmetro da perfuração da face (cm); **DPV:** diâmetro da perfuração no verso (cm); **Esp.:** espessura média (cm).

4 – AS PLACAS DO MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DA UNIVERSIDADE DO PORTO E DO MUSEU DE SANTARÉM

A placa do Museu de História Natural da Universidade do Porto tem contorno trapezoidal, e o motivo decorativo do corpo consiste num campo de xadrez, sendo a cabeça decorada por seis faixas oblíquas (três em ambos lados), formando as interiores a “cabeça dentro da cabeça”. Apresenta 13 cm de comprimento e 8 cm de largura (SÁ, 1959, Fig. 10,1).

As placas do Museu de Santarém apresentam características mais singulares. Uma delas aparenta tratar-se de um fragmento de báculo reaproveitado, tendo contorno ligeiramente encurvado e sendo decorado por bandas verticais de triângulos preenchidos com os vértices voltados para os bordos da placa, alternando com faixas lisas (motivo decorativo de certa forma comum em báculos), apresentando 15 cm de comprimento (SÁ, 1959, Fig. 10,2). A segunda aparenta corresponder a uma placa de contorno antropomórfico reaproveitada, do tipo das placas antropomórficas “de braços recortados” tipicamente alto-alentejanas/hispano-estremenhas presentes, por exemplo e entre outros, nos monumentos da Marquesa, Vega del Guadancil 1 e Acenha de la Borrega (LEISNER & LEISNER, 1959, Taf. 4; Taf. 55). Apresenta supostamente 19,5 cm de comprimento e 8,5 cm de largura (SÁ, 1959, Fig. 10,3).

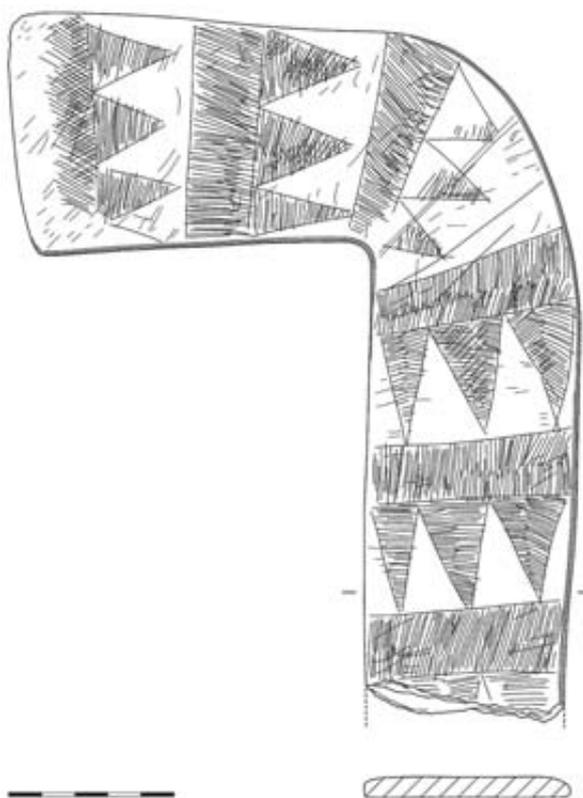


Fig. 17 – Báculo de xisto gravado da Lapa da Galinha, 2002.188.1 (face).

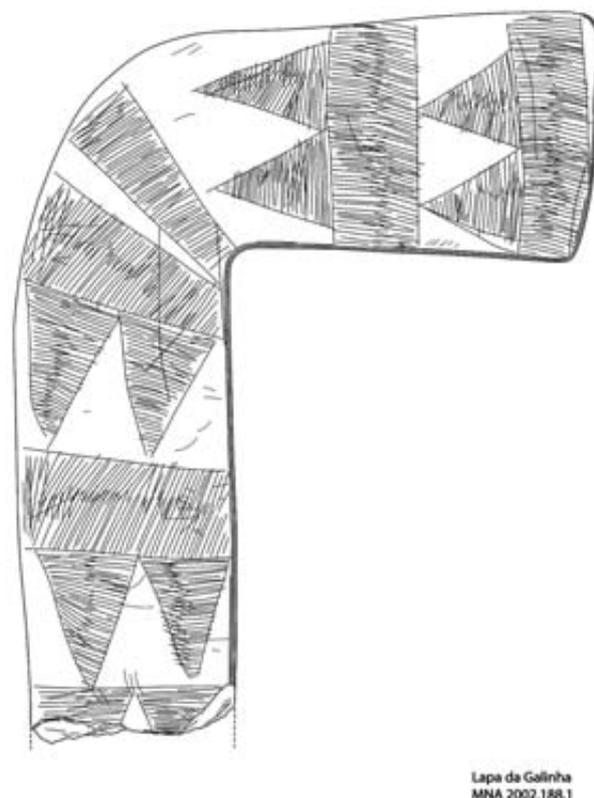


Fig. 18 – Báculo de xisto gravado da Lapa da Galinha, 2002.188.1 (verso).

5 – AS PLACAS VOTIVAS (E OS BÁCULOS) DA LAPA DA GALINHA NO CONTEXTO DO “MEGALITISMO DE GRUTA” NO MACIÇO CALCÁRIO ESTREMENHO

Paradigma evidente do designado “megalitismo de gruta” (GONÇALVES, 1978a, 1978b; ANDRADE *et al.*, 2010; ANDRADE, no prelo b), a Lapa da Galinha assume-se como um *case study* essencial para a compreensão deste fenómeno (e sua conseqüente localização exacta, em termos cronológicos e culturais) na área da Estremadura portuguesa. A definição deste conceito basicamente resume-se à adopção, por parte das comunidades estremenhas utilizadoras de grutas naturais para propósitos funerários, de rituais similares aos identificados em monumentos megalíticos ortostáticos, especialmente os do Alentejo central (sendo as placas de xisto gravadas, em dada altura, elemento caracterizador e elo de ligação entre estas duas regiões, nos últimos dois séculos do quarto milénio e na primeira metade do 3.º milénio a.n.e.). Refere-se assim ao “carácter superestrutural do fenómeno megalítico, enquanto conjunto de prescrições rituais transcrito nos vestígios materiais que hoje estudamos” (GONÇALVES, 1978a, p. 159).

Com efeito, se alheássemos os conjuntos votivos identificados na Lapa da Galinha (à parte um ou outro elemento mais característico desta área regional) do seu contexto arqueográfico estrito, não estranharíamos se estes fossem provenientes de um típico monumento megalítico ortostático do Alentejo (mais precisamente da sua área setentrional, como adiante se verá).



Fig. 19 – Paginação estruturante da placa de xisto gravada 6491, face (*em cima*) e verso (*em baixo*).

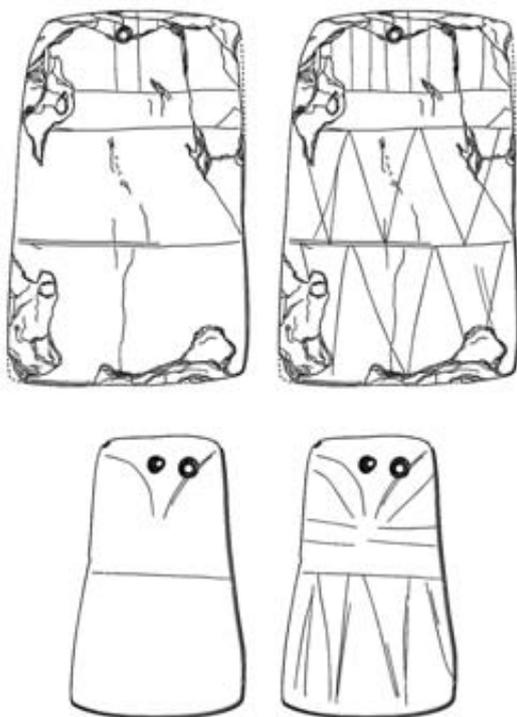


Fig. 20 – Paginação estruturante das placas de xisto gravadas 6600, face (*em cima*) e 6626, face (*em baixo*).



Fig. 21 – Paginação estruturante da placa de serpentinito gravada 6495 (*em cima*), e da placa de xisto gravada 6561, face (*ao centro*) e verso (*em baixo*).

A larga maioria das cavidades cársicas utilizadas para fins funerários durante o 4.º milénio a.n.e. na área estremenha normalmente apresentam parco espólio votivo quando comparado com o número de inumações aí realizadas (*cf.*, por exemplo, Cova das Lapas, GONÇALVES, 1999, ou Algar do Bom Santo, CARVALHO, 2014); quando encontramos um número considerável de artefactos votivos, formando por vezes conjuntos bem individualizados, estamos genericamente perante contextos datáveis dos últimos séculos do 4.º milénio a.n.e., ou talvez já dos primeiros séculos do 3.º milénio a.n.e. É aqui que se inscreve precisamente a Lapa da Galinha, pela quantidade, variedade e excepcionalidade dos componentes dos seus conjuntos votivos.

Exceptuando alguns elementos que poderão sugerir ocupações (não necessariamente funerárias) desta cavidade cársica durante o Neolítico Antigo (tais como cerâmica com decoração incisa e com cordões plásticos entalhados, assim como alguns geométricos característicos, segmentos e trapézios assimétricos sobre lamela), o grosso da informação artefactual remete-nos para utilizações funerárias realizadas entre os últimos séculos do 4.º milénio e primeiros do 3.º milénio a.n.e., principalmente evidente no conjunto das placas votivas, das pontas de seta e dardo, nos punhais, nas “alabardas”, nos alfinetes de cabeça canelada, nas contas de colar bitroncocónicas, etc...

Como dito acima, algumas das placas encontram-se referenciadas a contextos específicos de recolha, designados como “sepulturas”, podendo corresponder a inumações facilmente individualizáveis ou até mesmo estruturalmente delimitadas (à semelhança do reconhecido na Lapa do Bugio e Lapa do Fumo, por exemplo). É assim possível associar certas placas a outros artefactos, reforçando a sua avaliação crono-cultural.

Por exemplo: a placa fenestrada 6468, proveniente da “sepultura 15”, encontrava-se associada a um vaso cerâmico (6469); a placa de xisto gravada em ambas faces 6491, proveniente da “sepultura 11”, encontrava-se associada a uma ponta de seta de sílex (6487); a placa de xisto antropomórfica 6627, proveniente da “sepultura 39”, encontrava-se associada a um punhal de sílex (6590); a placa de micaxisto antropomórfica 6663, proveniente da “sepultura 35”, encontrava-se associada a um punhal (6659) e uma lâmina de sílex (6661), havendo igualmente referências a uma alabarda (6660) e uma conta de colar atribuídas indistintamente à “sepultura 35 ou 37”; a placa de xisto gravada 6683, proveniente da “sepultura 38”, encontrava-se associada a um vaso cerâmico (6682); a placa de xisto 6701, proveniente da “sepultura 48”, não se encontra associada (tendo em conta as notas de inventário do MNA) a qualquer outro artefacto.

Obviamente que mais espólio poderia estar, em princípio, associado a estas placas. Contudo, não se encontra qualquer outra referência de associações directas nas notas de inventário do MNA. Seja como for, as associações possíveis de pelo menos parte do conjunto aqui estudado não destoam daquilo que é reconhecido para finais do 4.º e inícios do 3.º milénio a.n.e., em que os contextos votivos incluem recipientes cerâmicos (neste caso, pequenas taças em calote lisas e mesmo pequenos vasos carenados do tipo Crato/Nisa), peças bifaciais (pontas de seta, punhais, alabardas), grandes lâminas retocadas e contas de colar.

No entanto, existem conjuntos nesta área regional que não se incluem nas associações acima descritas. Parece, pois, que se registam dois momentos funerários crono-culturalmente distintos (ZILHÃO & CARVALHO, 1996): o primeiro caracteriza-se pela utilização votiva de geométricos, pequenas lâminas, furadores em osso, braceletes de *Glycimeris*, artefactos de pedra polida e escassa cerâmica (Cabeço dos Mosqueiros, Lapa da Modeira, Lapa dos Namorados, Entrada Superior 2 do Almonda, Algar do Barrão, Carrascos, Lugar do Canto...), referindo-se a contextos datáveis do Neolítico “médio”; o segundo, é representado pela presença de pontas bifaciais, lâminas retocadas, cerâmica e placas de xisto gravadas (Lapa da Galinha, Lapa da Bugalheira, Marmota, Cova das Lapas, Pragais, Gruta 9 das Redondas, Gruta do Cabeço da Ministra, Gruta de Vale do Touro 4, Calatras 4), referindo-se já a contextos do Neolítico final ou mesmo do Calcolítico Inicial.

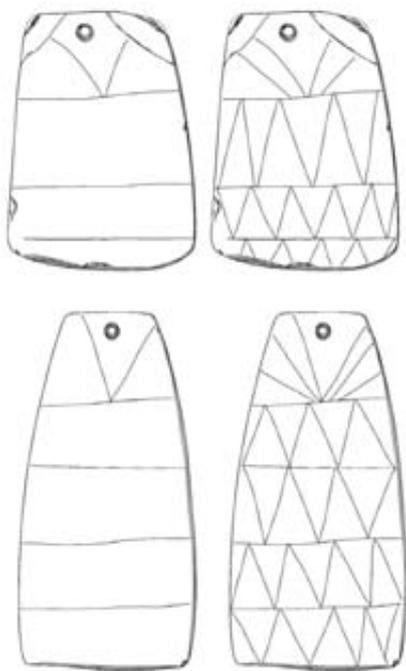


Fig. 22 – Paginação estruturante das placas de xisto gravadas 6683 (*em cima*) e 6701 (*em baixo*)

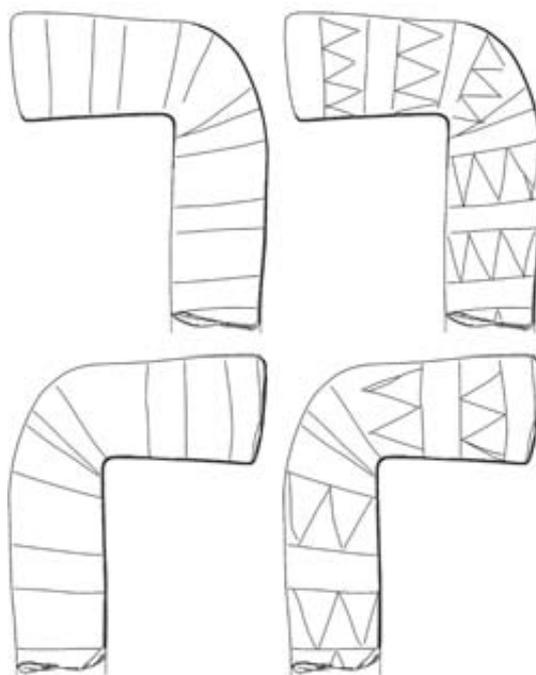


Fig. 23 – Paginação estruturante do báculo de xisto gravado 2002.188.1, face (*em cima*) e verso (*em baixo*).

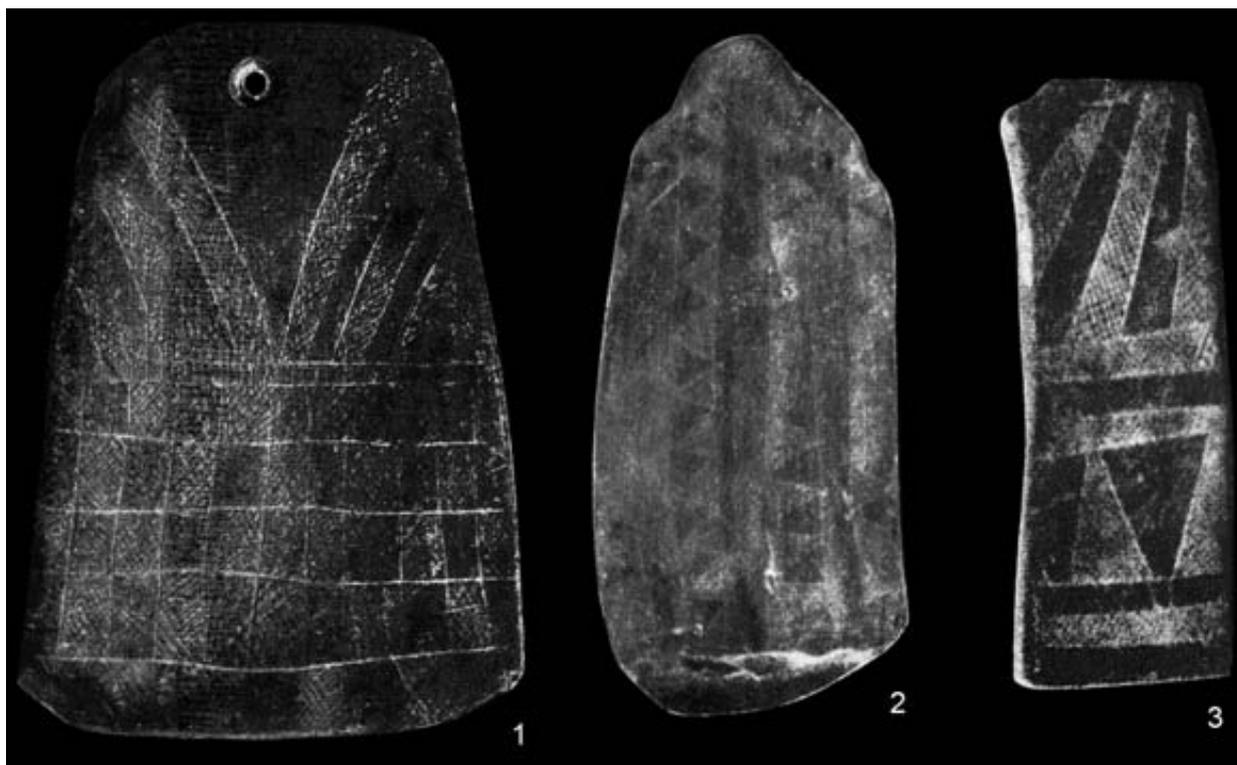


Fig. 24 – As placas do Museu Antropológico da Universidade do Porto e do Museu de Santarém, segundo SÁ, 1959, Fig. 10,1-3 (remontada, sem escala no original). 1: placa de xisto gravada com campo de xadrez; 2: possível báculo reaproveitado; 3: placa de xisto antropomórfica “de suspensórios” reaproveitada.

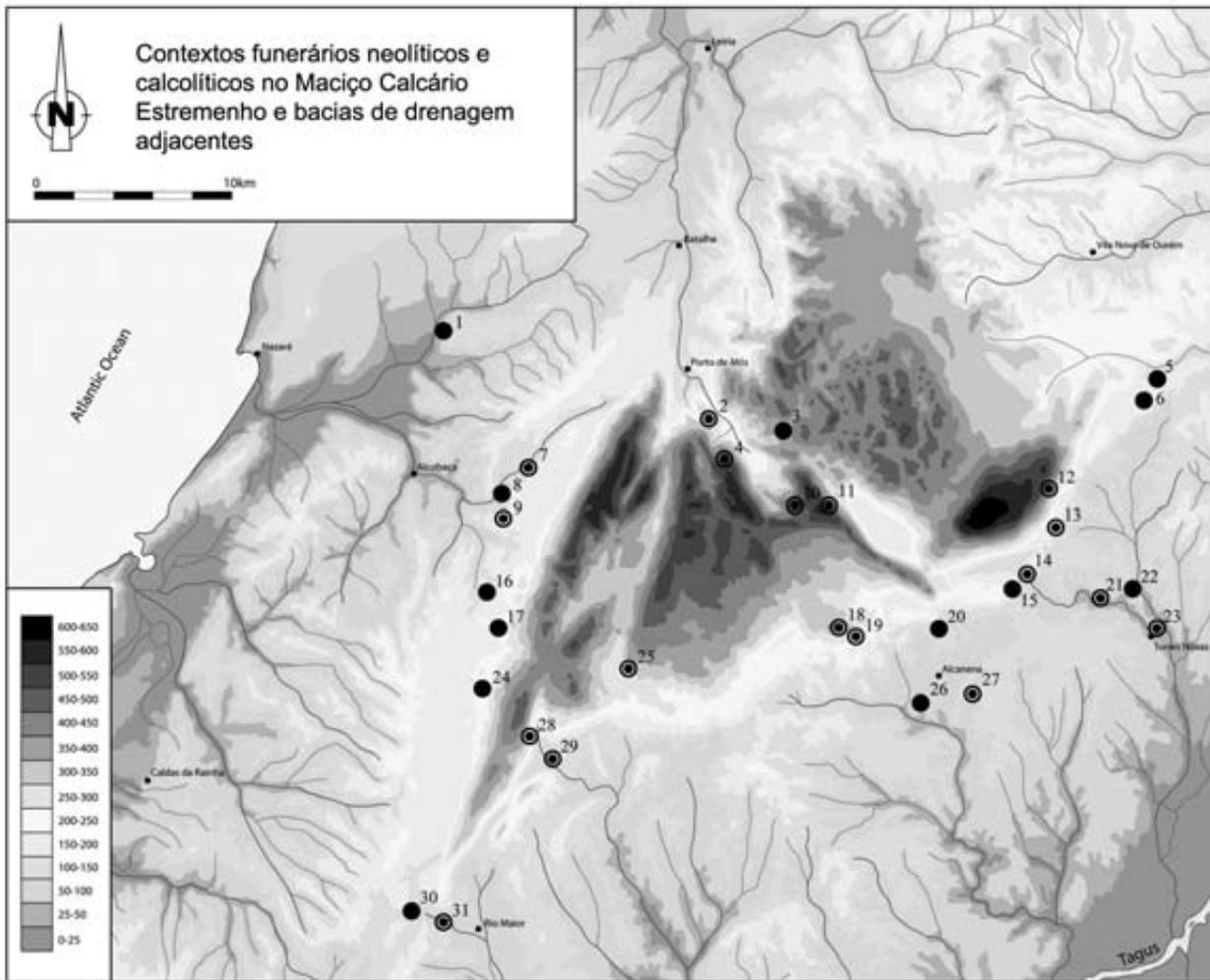


Fig. 25 – Contextos funerários neolíticos e calcolíticos no Maciço Calcário estremenho (os círculos cheios correspondem a contextos com placas de xisto gravadas). 1: Cova das Lapas (gruta natural); 2: Lapa da Mouração (gruta natural); Pragais (indeterminado); 4: Cova da Velha (gruta natural); 5: Bezelga (gruta natural); 6: Buraca da Moura da Rexaldia (gruta natural); 7: Cadoiço (gruta natural); 8: Carvalhal de Aljubarrota (grutas naturais: Cabeço dos Mosqueiros, Ervideira, Cabeço Rastinho, Calatras, Pena da Velha, Cabeço da Ministra, Vale da Lapa); 9: Lagoa do Cão (gruta natural); 10: Covão do Poço (gruta natural); 11: Ventas do Diabo (gruta natural); 12: Lapa da Modeira (gruta natural); 13: Lapa dos Namorados (gruta natural); 14: Nascente do Almonda (gruta natural: Entrada Superior 2); 15: Lapa da Bugalheira (gruta natural); 16: Vale do Touro (gruta natural); 17: Redondas 9 (gruta natural: Algar João Ramos); 18: Carrascos (gruta natural); 19: Algar do Barrão (gruta natural); 20: Lapa da Galinha (gruta natural); 21: Ribeira Branca 1 e 2 (grutas artificiais); 22: Lapas (gruta artificial); 23: Convento do Carmo (gruta artificial); 24: Carvalhal (gruta natural); 25: Lugar do Canto (gruta natural); 26: Marmota (gruta natural); 27: Fonte Moreira (anta); 28: Alcobertas (gruta natural); 29: Alcobertas (anta); 30: Senhora da Luz 1 e 2 (grutas naturais); 31: Buraca dos Mouros (gruta natural). Base cartográfica redesenhada a partir de Martins, 1949.

Registam-se, igualmente, nesta unidade regional (o Maciço Calcário Estremenho) contextos funerários de tipos diversos: grutas naturais, grutas artificiais (Ribeira Branca, Lapas, Convento do Carmo), monumentos ortostáticos (Alcobertas, Fonte Moreira) e de tipo indeterminado (Pragais). Estão ausentes, contudo e até ao momento, os *tholoi*, cujo limite setentrional teórico continua fixado a norte pelos monumentos do Pai Mogo, Lourinhã.

Reafirmando a relativa raridade das placas de xisto gravadas nos conjuntos votivos do Maciço Calcário Estremenho, sendo visivelmente minoritárias quando comparado o seu número com o de outros artefactos

(cf. ANDRADE *et al.*, 2010), a larga maioria dos contextos funerários que se poderão paralelizar com a Lapa da Galinha não oferecem grandes motivos de comentário, referindo-se a exemplares “clássicos” ou fragmentos que não possibilitam rigorosa classificação (como na Lapa da Bugalheira ou Bezelga, por exemplo).

Contudo, existem exemplares que, à semelhança daqueles da Lapa da Galinha, se destacam pela sua “originalidade” (principalmente dentro do meio geográfico e cultural em que se incluem). Salientam-se, neste contexto, as placas oculadas da Buraca da Moura da Rexaldia e as das Lapas, as placas gravadas em ambas faces de Pragais e Vale do Touro 4, a placa antropomórfica de Buraca da Moura da Rexaldia, a placa antropomórfica com Colar de Cabeço da Ministra, as placas reaproveitadas de Cabeço da Ministra e Calatras 4, as placas de serpentinito das Lapas e Marmota...

Com efeito, tanto as placas oculadas da Buraca da Moura da Rexaldia e das Lapas como a placa antropomórfica do Cabeço da Ministra (comentada mais à frente a respeito da simbologia do Colar) apresentam características que as distinguem na colectânea das placas de xisto gravadas, não só do contexto geocultural do Maciço Calcário Estremenho como também de todo o Sudoeste peninsular.

No contexto geográfico em que a Lapa da Galinha se inclui, o paralelo directo que se poderá referir será obviamente o da gruta da Marmota, tanto pela proximidade como pela aparente sincronia cronológica. Apesar de muito fragmentado, provavelmente na sequência de uma ocupação funerária da Idade do Bronze, o conjunto da gruta da Marmota inclui alguns elementos que merecem referência, destacando-se as placas de xisto gravadas (um exemplar oculado e um exemplar de contorno antropomórfico com motivo facial semelhante àquele registados nas placas 6627 e 6663 da Lapa da Galinha), as placas de serpentinito gravadas e as placas de grés (de contorno hiperbolóide lisas, e gravadas com linhas ziguezagueantes horizontais, motivo por vezes presente no verso das placas de grés esculpidas com figuração antropomórfica).

Mas, como referido, duas razões fazem sobressair o conjunto da Lapa da Galinha neste contexto regional.

Em primeiro lugar, destaca-se o número relativamente elevado de exemplares para o contexto regional em que se encontra. Para os conjuntos acima referidos, o número de placas de xisto gravadas raramente excede os cinco exemplares (exceptuando-se os casos de Cova da Moura, Casa da Moura, Correio-Mor e Lapa do Bugio,

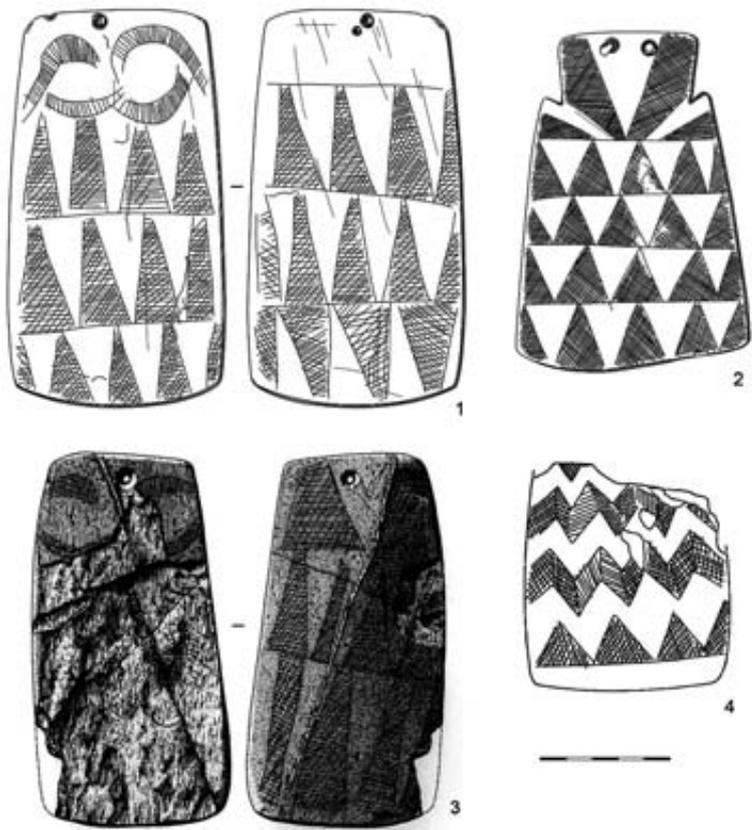


Fig. 26 – Exemplos de placas gravadas de contextos funerários do Maciço Calcário Estremenho. 1: placa de xisto oculada gravada em ambas faces da gruta da Buraca da Moura da Rexaldia (adaptado de ANDRADE *et al.*, 2010, p. 246, Fig. 5); 2: placa de xisto antropomórfica da gruta da Buraca da Moura da Rexaldia (adaptado de ANDRADE *et al.*, 2010, p. 247, Fig 7); 3: placa de xisto oculada gravada em ambas faces da gruta artificial das Lapas (adaptado de CARREIRA, 1996, p. 88, Est. 8); 4: placa de serpentinito da gruta artificial das Lapas (adaptado de CARREIRA, 1996, p. 87, Est. 7).

esta última já em princípios do estuário do Sado). Na Lapa da Galinha, recolheram-se 18 elementos, se contarmos as placas de xisto (e seus sucedâneos, como o micaxisto e o serpentinito), a placa de grés e os báculos. Mas, ainda assim, teriam um peso “secundário” nos rituais funerários aí realizados, pois estes 18 elementos distribuem-se por um mínimo de cerca de 70 deposições aí identificadas. Correspondem assim a 28% do total das inumações conhecidas, registando-se assim o triplo de deposições sem placas votivas, mesmo que necessariamente não correspondam todas à mesma etapa cronológica. Esta quantificação contabilizou individualmente os báculos, assumindo que as inumações acompanhadas por estes artefactos talvez não fossem acompanhadas por placas de xisto gravadas, o que não é certo. Para o báculo do Museu de Santarém (reaproveitado como placa) esta situação parece óbvia; no entanto, para o báculo 2002.188.1, esta assunção é contestável. Tendo em conta outros exemplos arqueográficos, poder-se-á admitir que um mesmo indivíduo poderia ser acompanhado simultaneamente por uma placa de xisto e por um báculo, como se parece atestar no monumento de Lobeira de Baixo 2. Com efeito, na anta de Lobeira de Baixo 2, Montemor-o-Novo (monumento CI de Manuel Heleno, Cadernos 19 e 20), refere-se a identificação de “2 esqueletos à profundidade de 1 m, com as cabeças voltadas para SW e talvez no começo para W, tendo um deles sobre o peito um objecto de forma de báculo, com decoração, que parecia agarrar com a mão direita”, referindo-se também à recolha de uma placa de xisto gravada junta a esta inumação.

Em segundo lugar, destaca-se a excepcionalidade da sua iconografia, tanto a nível dos contornos como dos motivos decorativos, sendo ambos, de certa maneira, originais, para este âmbito geográfico, encontrando-se os principais paralelos directos na área alto-alentejana e hispano-estremenha.

Assim, em relação aos motivos iconográficos específicos das placas votivas da Lapa da Galinha, estes destacam-se, e apesar dos exemplares notáveis recolhidos em outros contextos funerários do Maciço Calcário Estremenho referidos acima, por “repetição” e por “autonomia”, a primeira para os que reproduzem os motivos dominantes no Alto Alentejo e no Alentejo Médio, a segunda pela significativa presença das placas bipolares e de simbologias pouco usadas fora de esta região.



Fig. 27 – Exemplos de placas gravadas de contextos funerários do Maciço Calcário Estremenho. 1: placa de xisto da gruta artificial das Lapas (adaptado de CARREIRA, 1996, p. 87, Est. 7); 2: placa de xisto gravada em ambas faces da “sepultura” de Pragais (adaptado de SOUSA, 2004, p. 111, Fig. 19); 3: placa antropomórfica com Colar da gruta do Cabeço da Ministra (desenhado a partir de GONÇALVES, 1978b, p. 69, Est. IX); 4: fragmento de placa de xisto reaproveitada gravada com faixas ziguezagueantes não compartimentadas da gruta do Cabeço da Ministra (adaptado de GONÇALVES, 1978, p. 46, Fig. 22).

6 – ALGUNS COMENTÁRIOS BREVES ÀS PLACAS DA LAPA DA GALINHA

6.1 – Placas com colar

As placas com colar não são comuns em todos os contextos de placas, mas muitas figurações da Deusa no Mediterrâneo as têm, incluindo estelas e estatuetas de menores dimensões. É um tema a desenvolver em breve, mas não se pode deixar de salientar que o motivo vem do Neolítico antigo e está presente nos mitos sumérios como o da descida de Inanna aos Infernos. A placa de Alcobaça é o melhor exemplo conhecido, mas a interpretação de uma das placas de Aljezur pode também ilustrar esta situação, ainda que sob a forma de “sugestão” e num enquadramento imediato ambíguo, como é o caso da placa de Aljezur MNA 985.39.50 (GONÇALVES, 2005, p. 52-53 e Figs. 16, 70 e 103, em cima).

6.2 – As placas fenestradas e as placas com bandoleira dupla

A interpretação das placas fenestradas como placas com componentes antropomórficos reforçados parece não necessitar de mais argumentos, para além dos referentes à sua própria observação, mas o mesmo não acontece com as placas com bandoleira dupla. De que se trata aqui?

Bem, poderíamos estar perante as raras representações nas placas que podem ter mais a ver com os inumados que com os seus Protectores na morte. Representaria a bandoleira dupla as ligaduras que, apertando o cadáver, reduziriam o espaço necessário para o depositar?

Não é impossível, mas pode também tratar-se de um “erro periférico”, compreensível pela distanciação relativa ao lugar típico de origem das placas. Na periferia dos complexos mágico-religiosos, a totalidade dos

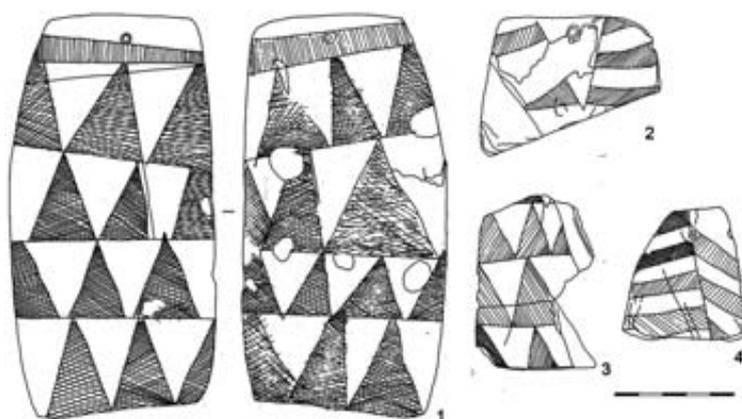


Fig. 28 – Exemplos de placas gravadas de contextos funerários do Maciço Calcário Estremenho. 1: placa de xisto gravada em ambas faces da gruta de Vale do Touro 4 (adaptado de GONÇALVES, 1978, p. 47, Fig. 23); 2: fragmento de cabeça de placa de xisto da gruta do Cabeço da Ministra (adaptado de GONÇALVES, 1978b, p. 46, Fig. 22); 3: fragmento de base de placa de xisto da gruta do Cabeço da Ministra (adaptado de GONÇALVES, 1978b, p. 46, Fig. 22); 4: placa de xisto reaproveitada da gruta de Calatras 4 (adaptado de GONÇALVES, 1978b, p. 46, Fig. 22).

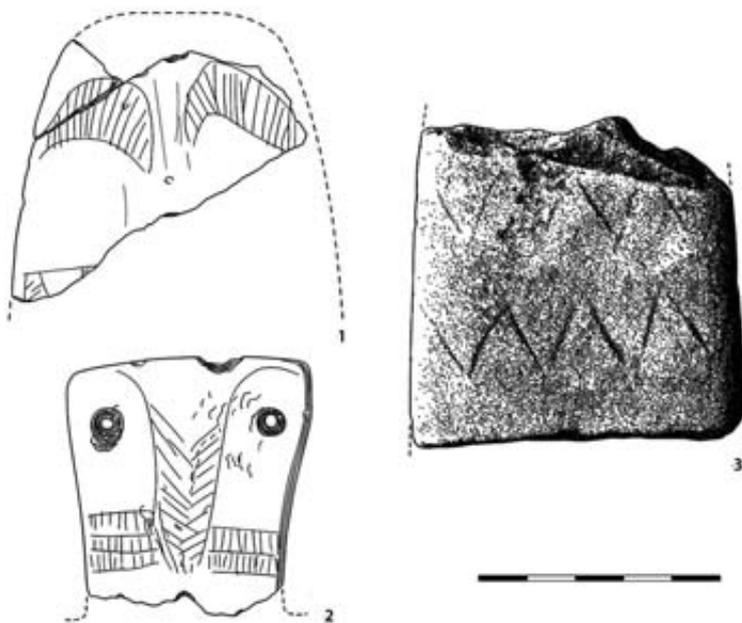


Fig. 29 – Placas votivas da gruta da Marmota. 1: fragmento de placa de xisto com representação de sobrancelhas ou arcadas supraciliares; 2: fragmento de placa de xisto antropomórfica com representação facial; 3: fragmento de placa de grés gravada com linhas ziguezagueantes.

mitos não é necessariamente preservada na sua integralidade e a falta ou presença de componentes não é forçosamente significativa, a não ser de isso mesmo.

6.3 – Placas reaproveitadas

Abordámos já este assunto (GONÇALVES, PEREIRA & ANDRADE, 2003, p. 209-244) e não se vê razão para se repetir o que então se disse. Uma das placas hoje em Santarém, a n.º 3 da fotografia específica, foi reaproveitada a partir de um tipo bem conhecido no Alto Alentejo e que, portanto, existia na Lapa da Galinha. As minorias têm, em contextos como estes, uma importância tão grande ou maior que as maiorias.

6.4 – Placas de serpentinito com moldura

As placas de serpentinito (ou as suas congêneres de coloração esverdeada, de xisto anfibólico) oferecem por si só, normalmente, motivos decorativos próprios dentro do panorama geral das placas de xisto gravadas, nomeadamente, e na larga maioria dos casos registados (destacando-se os notáveis exemplares da Anta 2 de Olival da Pega), a típica cabeça curta com dupla perfuração, separada do corpo por faixa horizontal preenchida, sendo a decoração deste composta por largas faixas zigzagueantes não compartimentadas ou bandas de pequenos triângulos preenchidos, oferecendo uma especial concentração na área alentejana. Algumas entram na categoria das placas acéfalas.

Existem, neste contexto, exemplares que sobressaem do conjunto por apresentarem uma moldura externa envolvendo o motivo decorativo central, de que é exemplo a placa 6495 da Lapa da Galinha.



Fig. 30 – Alguns exemplos de placas de contorno antropomórfico com representação de Colar estilizado (algumas com representação de braços e mãos, à semelhança das suas congêneres em grés), provenientes de contextos albicastrenses, alto-alentejanos e hispano-estremenhos. 1: Idanha-a-Nova (adaptado de LEISNER, 1998, Taf. 75); 2: Bola da Cera (adaptado de OLIVEIRA, 2012, p. 64); 3: Horta (adaptado de OLIVEIRA, 2006, p. 146); 4: Lanchas 1 (adaptado de BUENO RAMÍREZ, 1992, p. 587, Fig. 15).

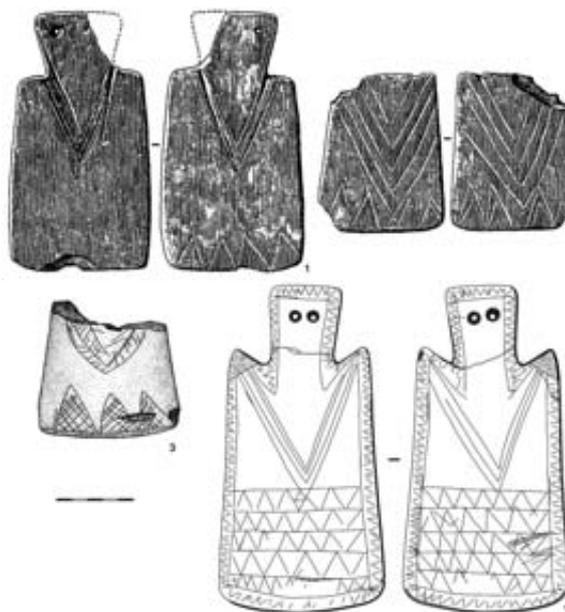


Fig. 31 – Alguns exemplos de placas de contorno antropomórfico com representação do colar estilizado, provenientes de contextos hispano-estremenhos e centro-alentejanos. 1-2: Vega del Guadancil 1 (adaptado de LEISNER & LEISNER, 1959, Taf. 55); 3: Lanchas 1 (adaptado de BUENO RAMÍREZ, 1988, Fig. 51); 4: Cabacinhitos (adaptado de GONÇALVES *et al.*, 2005, p. 58-59, Fig. 13A-B).

Outros exemplares conhecidos equiparam-se à placa aqui estudada. Curioso é notar que dois deles, e apesar da supracitada particular incidência das placas de serpentinito no Alentejo, se referem a contextos estremenhos (Cabeço da Arruda 1 e Lapa do Bugio, uma gruta artificial e uma gruta natural, respectivamente).

A placa de Cabeço da Arruda 1 tem uma moldura formada por faixas oblíquas preenchidas, apresentando ainda uma Banda de Indicação de fim de placa formada por motivo “em espinha” horizontal (tendo ainda a particularidade de a cabeça ser decorada por dois triângulos preenchidos com o vértice para cima ladeando a dupla perfuração). A placa da Lapa do Bugio apresenta moldura formada por duas faixas verticais preenchidas enquadrando o motivo central do corpo, possuindo ainda uma faixa horizontal preenchida junto ao seu bordo superior, uma “franja” semelhante à registada na placa 42791 da gruta artificial de Carenque 1. A placa de Vidais apresenta moldura composta por bandas de triângulos preenchidos com o vértice voltado para o interior da placa, apresentando ainda a dupla perfuração na área do corpo, talvez devido a uma má paginação da cabeça (apresentando-se excessivamente curta). A placa da Cueva de la Mora apresenta moldura composta por motivo “em espinha” vertical, no sentido ascendente no bordo esquerdo e descendente no bordo direito, apresentando ainda motivo híbrido no corpo, composto por uma primeira banda de triângulos preenchidos com o vértice para cima (podendo igualmente ser interpretado como a faixa separadora cabeça/corpo) à qual se sucedem faixas ziguezagueantes não compartimentadas.

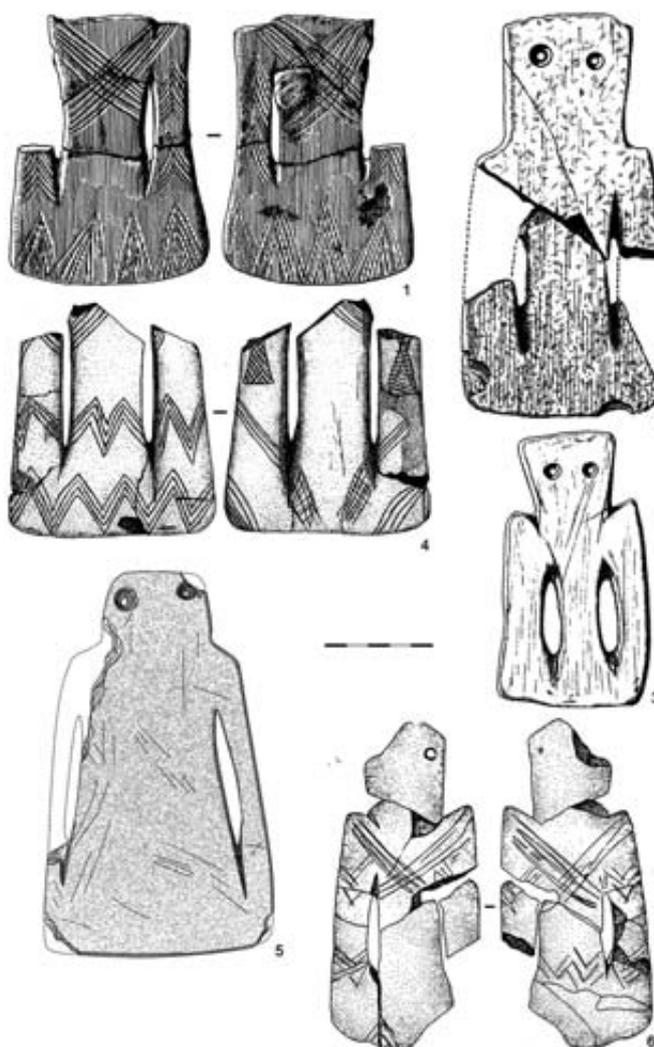


Fig. 32 – Alguns exemplos de placas fenestradas de contorno antropomórfico, lisas e decoradas (algumas inclusive com motivo em X na área do torso e outros motivos análogos aos das placas com Colar estilizado), provenientes de contextos albacastrenses, alto-alentejanos e hispano-estremenhos. 1: Idanha-a-Nova (adaptado de LEISNER, 1998, Taf. 75); 2-3: Ferreirinhos (adaptado de LEISNER, 1998, Taf. 74); 4: Pombais (adaptado de OLIVEIRA, 2012, p. 157); 5: Couto de Andreiros 2 (desenhado a partir de ISIDORO, 1967-1968, Fig. 7); 6: Lanchas 1 (adaptado de BUENO RAMÍREZ, 1992, p. 588, Fig. 16).

6.5 – O báculo MNA 2002.188.1, de contornos rectilíneos

Quanto a este báculo, ele distingue-se, sem dúvida, de qualquer um dos seus congéneres pela geometria da cabeça, sendo em ângulo sensivelmente recto, opondo-se aos restantes exemplares, mais ou menos encur-

vados. É reconhecida a peculiaridade dos báculos da área da Estremadura, sendo contudo assumida principalmente a nível dos motivos decorativos, como se atesta nos exemplares da anta da Estria e da gruta da Casa da Moura.

Morfologicamente, o báculo da Lapa da Galinha poderia assemelhar-se, de algum modo, a um machado encajado, o que levou M. Heleno a considerá-lo como uma evidência do “culto do machado” no Neolítico (HELENO, 1942). Esta interpretação foi partilhada por O. da Veiga Ferreira, apesar das violentas críticas que então lançou a M. Heleno (FERREIRA, 1973b). Nesse trabalho, O. da Veiga Ferreira apresenta igualmente o báculo da Lapa da Galinha, referindo-o como proveniente de Cacela (Martim Afonso). Ora nem o sítio de Martim Afonso se situa em Cacela (mas em Muge), nem o báculo é daí proveniente (tanto de Cacela como de Martim Afonso), tratando-se claramente do báculo da Lapa da Galinha... De qualquer forma, decorridos mais de cem anos, em que a investigação do Megalitismo trouxe numerosíssimos elementos novos, nenhum outro de este tipo foi encontrado. Estamos, portanto, claramente,

perante um produto que representa eventualmente uma adaptação local de uma forma anterior ou que traduz mesmo originalidade de artefacto ou uma decisão individual de um chefe de grupo ou de clã...

Mais importante é o facto de nele (como na maior parte dos outros) estarem representados os mesmos motivos que nas placas de xisto “tradicionais”. Se estas apresentassem, como alguns afirmaram, motivos de uma peça de vestuário, estaria assim o báculo (ou o machado) provido de roupagens?

O que há a reter é que numa dada fase de utilização da Lapa da Galinha, tendo em conta as características iconográficas específicas das suas placas votivas, se confirma aquilo que já foi defendido em outros locais pelos signatários (GONÇALVES, 1978b, 2011; ANDRADE, 2009, no prelo a, no prelo b; ANDRADE *et al.*, 2010): a existência de um eixo efectivo de circulação ligando a Estremadura ao Alentejo (que se estenderá também à baixa peneplanície albicastrense), possivelmente relacionado com o intercâmbio de matérias-primas essenciais (SOUSA & GONÇALVES, 2012), reflectindo desta maneira a circulação não só de gentes e bens, como também de ideias.



Fig. 33 – Alguns exemplos de placas gravadas com motivo em X (algumas de contorno antropomórfico), provenientes de contextos alto-alentejanos, hispano-estremenhos e centro-alentejanos. 1: Bola da Cera (adaptado de OLIVEIRA, 2012, p. 63); 2-3: Alcogulo 1 (adaptado de OLIVEIRA, 2012, p. 177); 4: Dacosta 2 (desenhado a partir de ISIDORO, 1973, Figs. 12-13); 5: Alcarapinha (adaptado de LEISNER & LEISNER, 1959, Taf. 11); 6: Comenda da Igreja (adaptado de LEISNER & LEISNER, 1959, Taf. 27).

Estas relações foram comprovadas com recentes análises isotópicas realizadas sobre restos humanos provenientes de contextos funerários estremelhos, sendo especialmente esclarecedores os resultados daquelas referentes à gruta da Cova da Moura, confirmando-se que pelo menos parte dos indivíduos aí inumados seria originalmente proveniente do Alentejo (WATERMAN *et al.*, 2013), o que certas características do espólio votivo, nomeadamente o número de placas de xisto gravadas e placas de grés, já permitia supor à primeira vista (SPINDLER, 1981). Isto sem esquecer a pequena dimensão da amostra.

No contexto destas movimentações, o curso do Tejo terá desempenhado papel fundamental na ligação de estas duas regiões. Também outros cursos de água subsidiários terão funcionado como eixos de circulação, tais como a Ribeira de Muge e o Rio Sorraia, este último particularmente importante devido à confluência das Ribeiras de Sor e Seda (por Norte) e de Raia e Divor (por Sul), sugerindo o cruzamento cultural teórico dos grupos megalíticos do Alto Alentejo e do Alentejo central. Tal realidade poderá ser confirmada pelos enterramentos “culturalmente megalíticos” de Sobral do Martim Afonso e Monte da Barca (ANDRADE, no prelo c; GONÇALVES, 2011), revelando igualmente o segundo algumas influências alto-alentejanas, lidas numa ou outra placa de xisto gravada e nos pequenos vasos carenados de tipo Crato/ Nisa.

Estes caminhos, obviamente reforçados durante os processos de consolidação das antigas sociedades camponesas do Neolítico final e Calcolítico, estariam activos pelo menos desde o Neolítico Médio, segundo as análises isotópicas do Algar do Bom Santo (CARVALHO, 2014) e também evidentes nos dados da gruta do Escoural (ARAÚJO & LEJEUNE, 1995). Contudo, terão funcionado igualmente já durante o Neolítico antigo, como sugere especificamente a definição das proveniências das matérias-primas siliciosas de Casas Novas (Sorraia, monografia em preparação), com fontes de aprovisionamento localizadas na área do Maciço Calcário Estremenho, contrapondo-se às características do catálogo cerâmico (a nível de motivos decorativos) que recolhe paralelos em áreas mais interiores. Esta circulação de matéria-prima, reforçada durante o Neolítico Final e Calcolítico (SOUSA & GONÇALVES, 2012; THOMAS, 2011), é particularmente evidente quando comparamos (a nível de proveniência de matérias-primas e morfotipologia dos artefactos) o conjunto de peças bifaciais da anta de Penedos de São Miguel (Crato) e da gruta da Marmota (escavações de VSG, colecções em estudo na UNIARQ).

Estes contactos efectivos encontram evidências materiais, na área do Maciço Calcário Estremenho e, para além das placas votivas da Lapa da Galinha aqui apresentadas, nas placas de xisto e grés presentes nas grutas da Marmota, Buraca da Moura da Rexaldia, Carvalhas e Lapas, assim como pelos pequenos vasos carenados

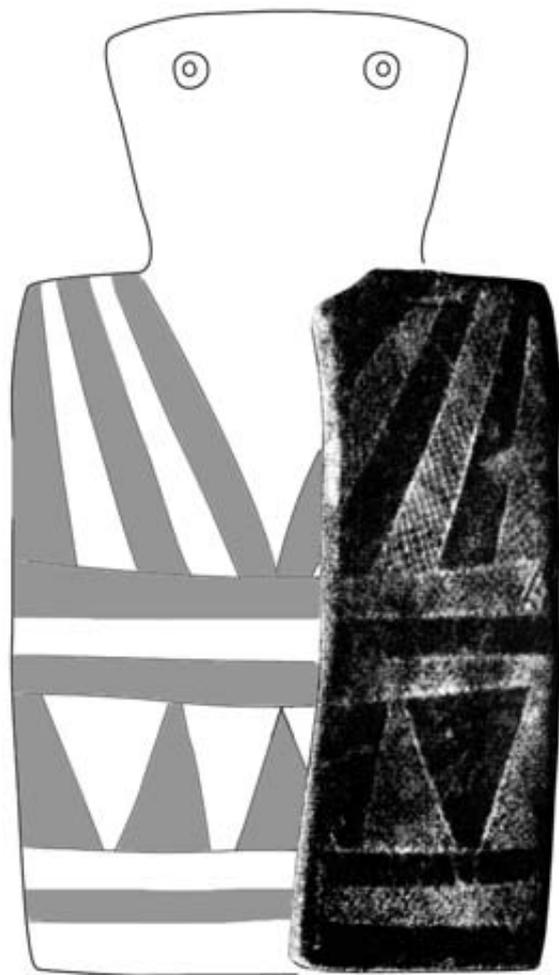


Fig. 34 – Proposta de reconstituição de uma placa do Museu de Santarém, a partir da imagem publicada por Sá (Fig. 10 do artigo original).

mamilados de tipo Crato/ Nisa presentes nas grutas da Bugalheira e igualmente Buraca da Moura da Rexaldia e Lapa da Galinha, sendo de referir igualmente a placa com “falsos olhos” da gruta do Cabeço da Ministra...

7 – DE NOVO, INSISTINDO, EM TORNO ÀS PLACAS VOTIVAS DA LAPA DA GALINHA

Há sem dúvida, a propósito das placas de xisto gravadas da Lapa da Galinha, algumas observações finais e, sobretudo, algumas questões definitivamente em aberto e outras não. Vamos vê-las uma a uma:

1. *A distribuição por sepultura das placas da Lapa da Galinha denuncia uma ocupação homogênea e localizada dentro da necrópole pré-existente? Um verdadeiro núcleo próprio?*

Bem gostaríamos de o saber, mas sem a planta de localização das sepulturas é impossível responder. Como sabemos, as sepulturas onde se identificaram placas (ou melhor: as placas com identificação de proveniência) são poucas. Podem talvez agrupar-se em categorias de interproximidade. Mas não sabemos como foram as sepulturas numeradas. Da entrada para a parede Interior? Em direcções laterais?

Três Grupos parecem destacar-se:

(A) Sepulturas 11, 15; placa fenestrada 6468 e placa bipolar 6491, com um par de tatuagens ou pinturas na face;

(B) Sepulturas 35, 38, 39; placa 6663, com colar (em V, e não em U), na face e verso, semelhante à de Cabeço da Ministra, Alcobaça, placa com Orelhas de Coelho 6683 na cabeça e triângulos no corpo, placa recortada 6627 com faixas preenchidas quebradas, formando colar duplo, na face e no verso. Na face, na base, há uma contraposição de dois triângulos preenchidos.

(C) Sepultura 48; placa 6701, “clássica”, com corpo com triângulos e cabeça radiante. Há alguma similitude de motivos e categorias entre estas placas. Mas onde estão as outras?

2. *É válido usar como critério classificativo das placas o motivo dominante do corpo, independentemente da organização da cabeça?*

É uma questão em aberto, e controversa. Um de nós (VSG) tem em cons-

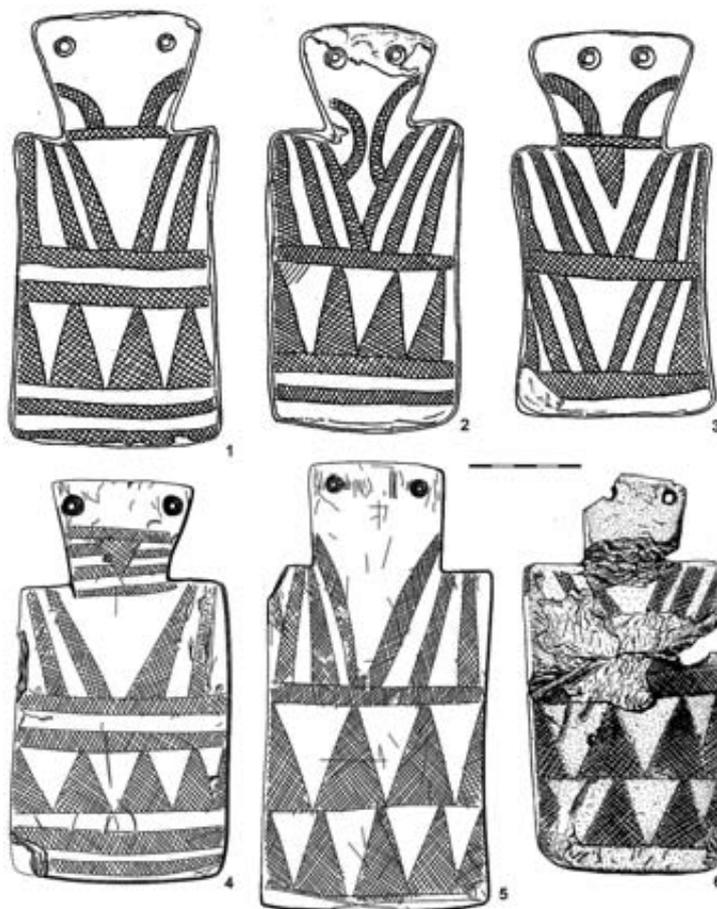


Fig. 35 – Alguns exemplos de placas antropomórficas “de suspensórios”, provenientes de contextos alto-alentejanos e hispano-estremenhos. 1-3: Marquesa (adaptado de LEISNER & LEISNER, 1959, Taf. 4); 4: Couto de Enchares (desenhado a partir de ISIDORO, 1965-1966); 5: Avis (7873); 6: Maimón 1 (adaptado de BUENO RAMÍREZ *et al.*, 1998, p.147, Fig. 8).

trução o que chamou uma “não tipologia” para as placas. Mas há tempo de espera para a discussão de este item específico. Um exemplo para abertura de categorias “indiscutíveis” na série da Lapa da Galinha é MNA 6701, com o corpo com triângulos preenchidos com o vértice para cima e a cabeça com faixas radiantes simétricas. Uma placa paradigmática de uma construção de motivos que se encontra também em contextos distantes, como Aljezur, na placa MNA 985.39.45 (GONÇALVES, 2005, p. 44, Fig. 11). Pelo corpo, são placas objectivamente idênticas, e a associação ao motivo da cabeça reforça a ideia de grupamentos de motivos que se transformam numa imagem idêntica global, tal como no caso de muitas placas CTT..

Mas nem todos os casos são assim.

3. *Qual o papel das molduras definindo um espaço central em placas acéfalas como MNA 6495 bis, com triângulos preenchidos com o vértice para baixo em campo liso e com delimitação dos quatro lados por uma moldura?*

As molduras são sempre compartimentações de espaços significantes, quer estejam preenchidos por símbolos reconhecíveis ou não. O que é realmente importante, porém, não é a moldura, mas o quadro. No entanto, a moldura pode eventualmente ceder informação sobre o “gosto” ou o estilo do artesão. Ou de quem encomenda ou escolhe a peça. E isto também se aplica às placas.

4. *Qual o significado das gravações caóticas, ainda que pseudo organizadas por linhas guias, como é o caso de MNA 6657a-b (bis)?*

Não é fácil responder a esta questão. Só mesmo perguntando ao gravador da placa. O que é obviamente impossível. Uma gravação caótica pode não o ser para o gravador (ainda que esta observação seja possível de contestar seguindo várias perspectivas. Sendo uma delas: quem grava uma face de acordo com um padrão generalizado de gravação porque haveria de não o fazer na outra?). A única resposta possível é: porque a primeira é a “face” verdadeira e única, a outra é apenas a parte de trás daquela, sem significado para o visualizador.

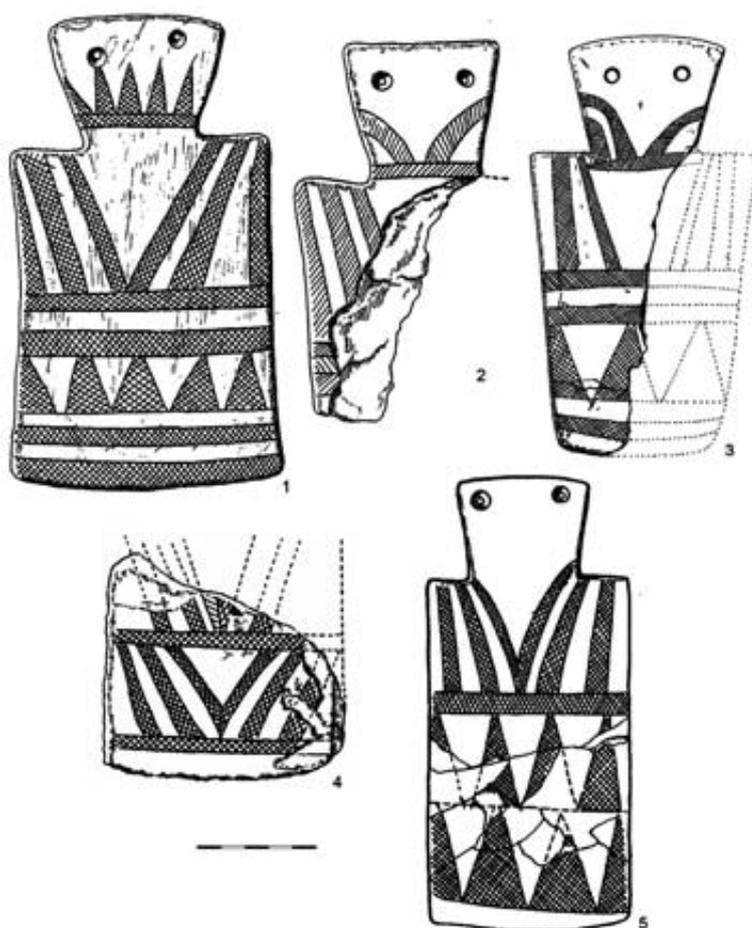


Fig. 36 – Alguns exemplos de placas antropomórficas “de suspensórios”, provenientes de contextos hispano-estremenhos e centro-alentejanos. 1: Acenha de la Borrega (adaptado de LEISNER & LEISNER, 1959, Taf. 55); 2: Vega del Guadancil 1 (adaptado de LEISNER & LEISNER, 1959, Taf. 55); 3: Granja de Céspedes (adaptado de ALMAGRO, 1961-1962, Fig. 2); 4: Veja del Peso (adaptado de LEISNER & LEISNER, 1959, Taf. 53); 5: Cebolinhos 1 (adaptado de LEISNER & LEISNER, 1951, Est. 34).

5. Qual a estratégia gráfica da placa MNA 6896 (bis), de área dividida mas com linhas guia, acéfala e com o corpo dividido em dois, duas mais três faixas ziguezagueantes? Será uma placa reaproveitada como a que tentamos reconstituir?

O grupo de trabalho PLACA NOSTRA nunca reagiu mal ao conceito de reutilização das placas, a tal ponto ela era óbvia em vários casos. Mas ele há exageros... O grau elevado de segmentação do suporte cria problemas concretos que podem conduzir à recuperação de placas e mesmo de báculos, sem que isso seja interpretável como um ritual ou um procedimento que implique práticas mágico-religiosas.

6. Rara, a placa com o corpo em xadrez sem número?

A placa com o corpo em xadrez, sem número, da Lapa da Galinha, cuja fotografia foi publicada por Maria Cristina Moreira de Sá (1959) é apenas uma, o que quer dizer, para as placas de xisto da Lapa, 7% do total estrito de placas de xisto. Ou 9% do total das placas gravadas identificadas. Mas estes números não são estranhos: no conjunto de Monte da Barca (Gonçalves, 2011), um conjunto maior, as placas com o corpo em xadrez não ultrapassam os 12%... É, dos motivos principais, um dos menos usados.

7. Tatuagens faciais, do tipo das que aparecem sobre cerâmica, coincidem com triângulos afrontados pelo verso em campo aberto?

Na mesma placa MNA 6491, o verso apresenta uma cabeça preenchida em campo aberto dominando uma linha única de Triângulos preenchidos com o Vértice para Cima, alongados tais como os da face. É uma placa bipolar, mas em que os motivos centrais são similares, só divergindo radicalmente o preenchimento da cabeça.



Fig. 37 - Alguns exemplos de placas de serpentinito com moldura. 1: Cabeço da Arruda 1 (adaptado de LEISNER, 1965, Taf. 6); 2: Lapa do Bugio (desenhado a partir de ISIDORO, 1968, Fig. 4); 3: Vidais (adaptado de LEISNER & LEISNER, 1959, Taf. 5); 4: Cueva de la Mora (adaptado de LEISNER & LEISNER, 1959, Taf. 53).

8. *As placas bipolares da Lapa da Galinha apresentam sempre motivos idênticos nas duas faces ou de formulação diversa?*

A placa MNA 6600 é o exemplo de uma situação muito rara: na face apresenta uma cabeça preenchida com faixas verticais, um separador reticulado e duas bandas de Triângulos preenchidos com o vértice para cima. O verso é apenas decorado com uma dupla bandoleira preenchida. A pequena placa bipolar, muito provavelmente reaproveitada, MNA 6626 apresenta uma cabeça com “orelhas de coelho”, um separador duplo e uma única faixa de Triângulos preenchidos com o Vértice para Cima. No verso, a bandoleira dupla está só parcialmente preenchida. Outra placa bipolar (MNA 6561) apresenta em cada face motivos únicos de preenchimento: ziguezagues sem linhas guia e TPVB. Nenhuma de estas faces tem sequer indicação de cabeça. Placas acéfalas.

9. *A família das placas recortadas é monótona?*

Na verdade, inclui MNA 6663, que está infelizmente fragmentada ainda que nos pareça tratar-se de uma placa recortada bipolar, em ambas faces com a representação do colar da Deusa. Na face, estão gravadas as sobrancelhas, o nariz e as tatuagens ou pinturas faciais. A resposta correcta seria: nem sempre. Outra placa, MNA 6627, tem também uma representação estilizada na cabeça recortada, apontando para a representação das sobrancelhas, do nariz e das tatuagens ou pinturas faciais. A representação do colar é dupla, tanto na face como no verso.

10. *A placa fenestrada MNA 6468 não apresenta qualquer decoração. Será uma placa idêntica às do Alto Alentejo?*

Se não for ela mesma do Alto Alentejo...

11. *Os motivos desgarrados existem em toda a esfera do megalitismo com placas?*

A placa reaproveitada bipolar MNA 6654 apresenta Triângulos preenchidos com o vértice para cima, com vértices cortados, e, na face, um provável “triângulo voador”, como em placas de Reguengos e Aljezur, sendo o espaço vazio entre os dois triângulos aparentemente preenchido por linhas horizontais.

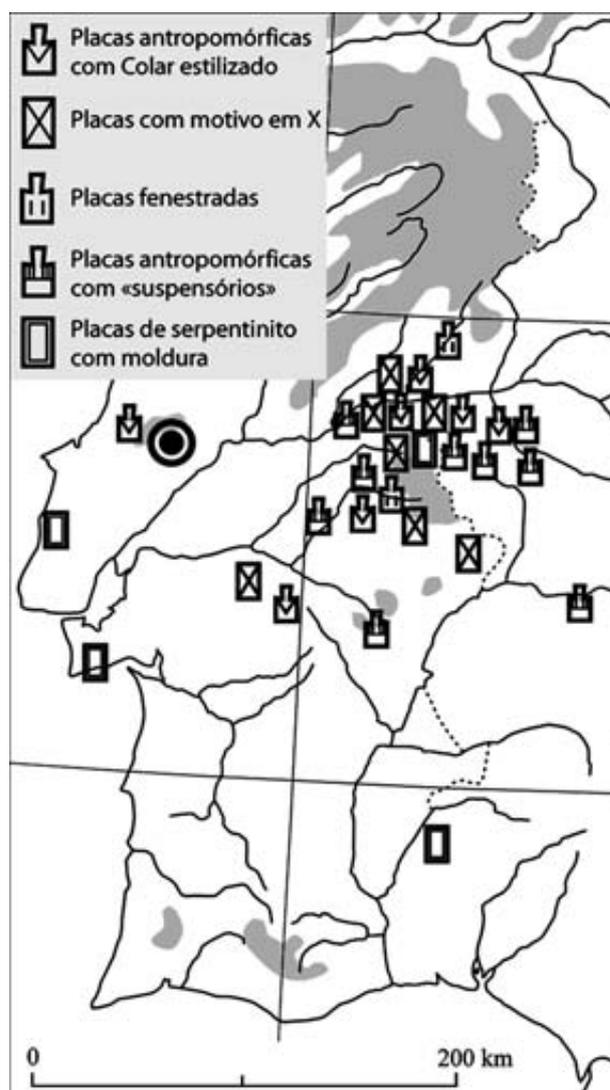


Fig. 38 – Distribuição geográfica dos paralelos iconográficos directos para as placas votivas da Lapa da Galinha (representada pelo círculo) apresentados nas figuras anteriores, indicando-se as placas de contorno antropomórfico com Colar estilizado, as placas com motivo em X (independentemente de se tratarem de exemplares de contorno antropomórfico, fenestrados ou de contorno geométrico), as placas fenestradas lisas, as placas antropomórficas com “suspensórios” e as placas de serpentinito com moldura.



Fig. 39 – *Em cima*: as duas faces da placa 6468. *Em baixo*: as duas faces da placa 6491.

12. Houve uma penetração para Ocidente das placas com braços recortados?

A placa de grés MNA 6739 (bis) é um caso que ilustra a penetração para Ocidente das placas com braços recortados, com alguma presença no Alto Alentejo e pouca fora dele. A resposta é sim, mas com pouca expressão numérica.

13. E os “fragmentos de báculo” cuja fotografia foi publicada em 1959?

As peças 2 e 3 da fotografia do trabalho de Sá não são báculos, nem sequer cabos de báculo. Um deles inclui alinhamentos de triângulos com o vértice para o lado, apontando uma coluna à esquerda do observador e outra para a direita, muito raros nas placas, mas ainda assim presentes em algumas (Aljezur, GONÇALVES, 2005, placa 985.39.49, Figs. 5, 50, 69 ou Anta Grande do Zambujeiro, MEV 5254, GONÇALVES, 2005, Fig. 58). O registado com o número 3 apresenta, por sua vez, faixas reticuladas, faixas horizontais e faixas radiantes, bem conhecidas em alguns báculos e, é certo, em placas, algumas de uma construção de motivos presente na Lapa da Galinha...

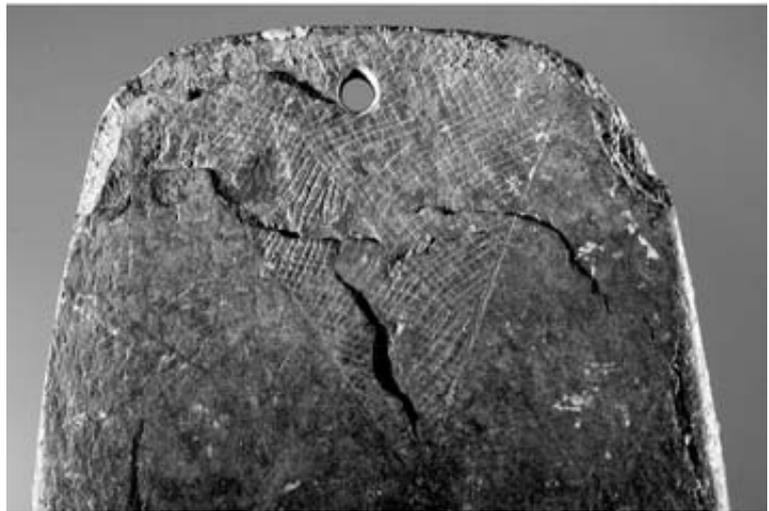
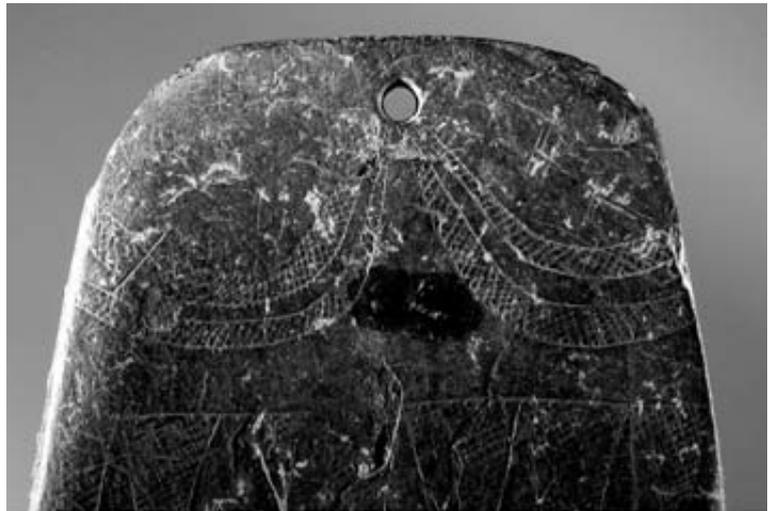


Fig. 40 – *Em cima*: o topo da face da placa 6491, dois pares de tatuagens ou pinturas faciais, típicas da área de fronteira hoje espanhola. *Em baixo*: um grande triângulo com o vértice para baixo, resultante da fusão de duas áreas de preenchimento.

14. E a propósito do báculo de contornos rectilíneos?

O báculo em forma de machado MNA.2002.188.1 é uma estranha peça para a qual continuam a não existir paralelos. No entanto, os seus componentes decorativos são idênticos aos que surgem nas placas, o que indica contemporaneidade. Mas quase se pode afirmar que a sua morfologia geral não tem que ver necessariamente com um culto específico do machado, para o qual há poucas evidências... se esquecermos as suas associações com enxós e goivas, as penúltimas também esculpidas em calcário (encabadas e com representação das cordas para fixação da lâmina) e com decorações idênticas às de placas e báculos. Há pelo menos um momento em que tudo se combina...

Lisboa, Outono-Inverno de 2014



Fig. 41 – *Em cima, à esquerda e em baixo:* a placa moldurada 6495 e um detalhe do topo. Chamamos a atenção para a moldura dupla. *Em cima, à direita:* placa 6683.

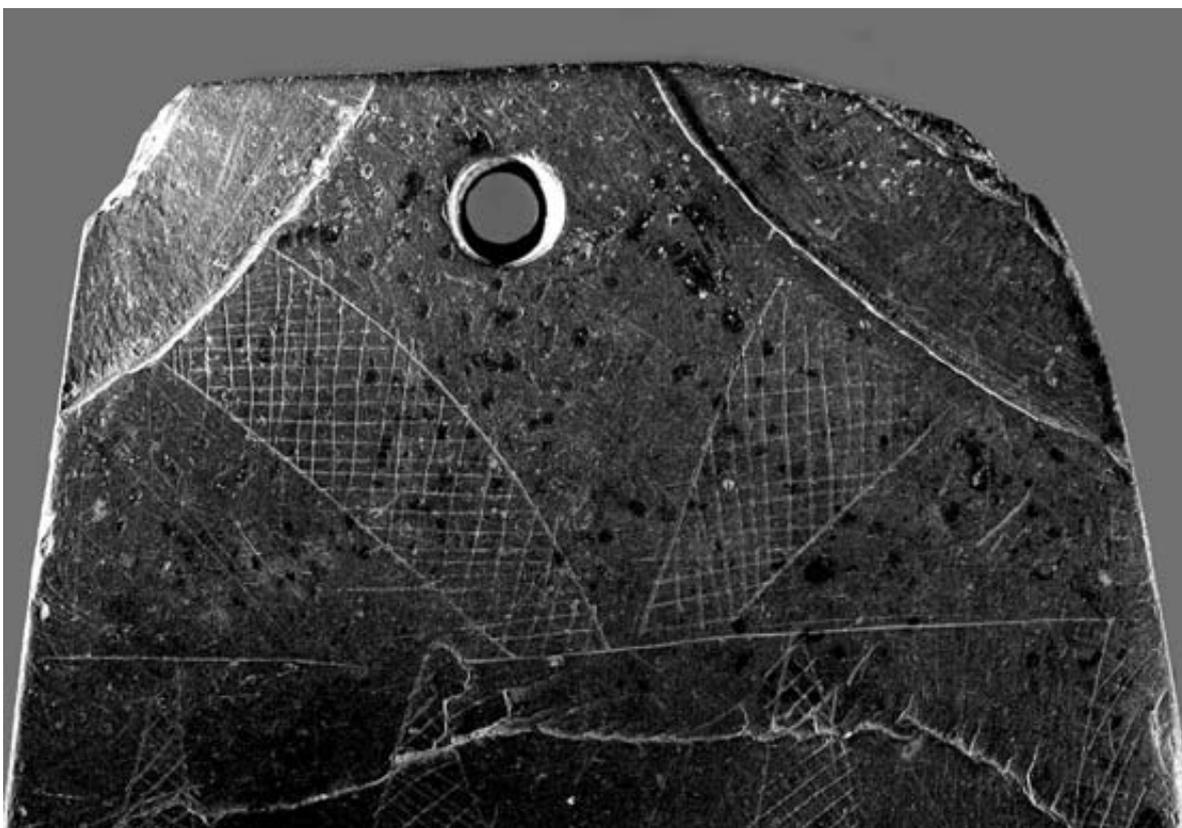


Fig. 42 - *Em cima*: cabeça da placa 6683, apresentando as típicas “orelhas de coelho”. *Em baixo*: as duas faces da placa 6561.



Fig. 43 – As duas faces da placa 6600. De notar a construção, que poderia sugerir uma placa híbrida, e o pequeno rectângulo gravado entre o segundo e o quarto triângulo da primeira banda. *Em baixo*: a placa 6626.



Fig. 44 – Faces e detalhe da cabeça da placa recortada 6627.

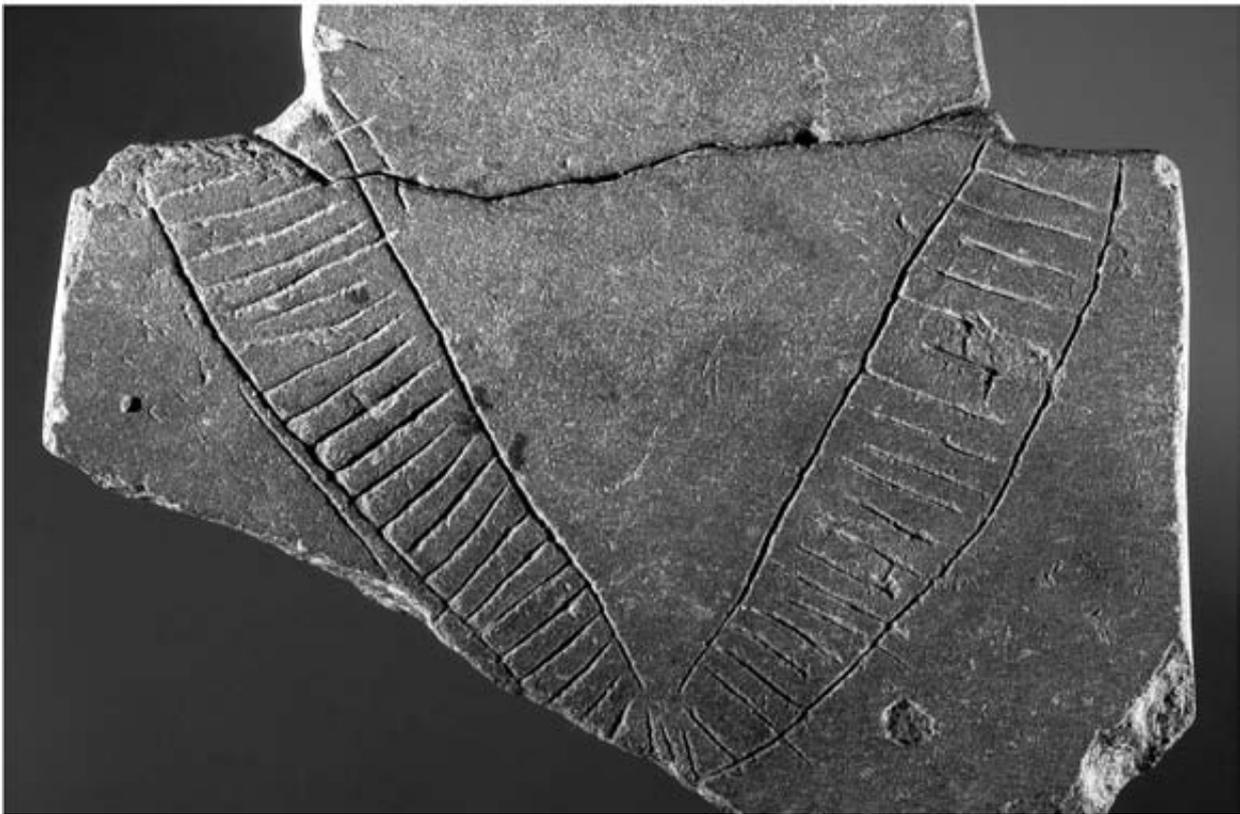


Fig. 45 - As duas faces da placa recortada 6468, com colar duplo e detalhe de este no verso.



Fig. 46 – A placa 6683, com “orelhas de coelho”, e a placa com cabeça radiante 6701.

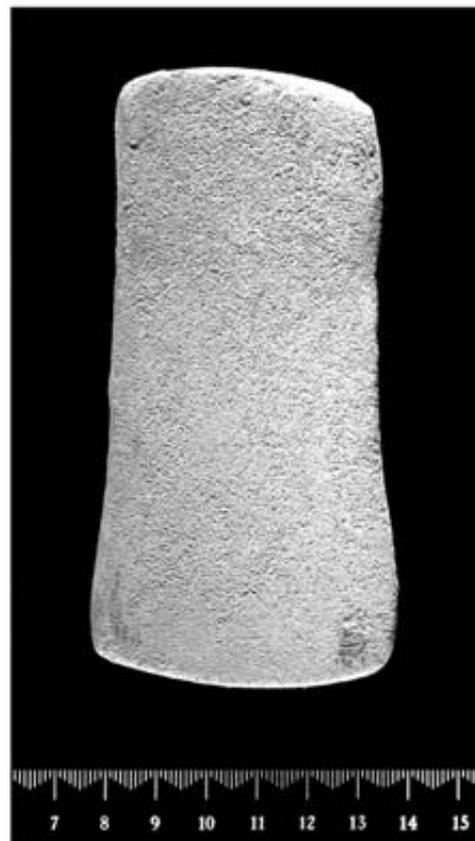
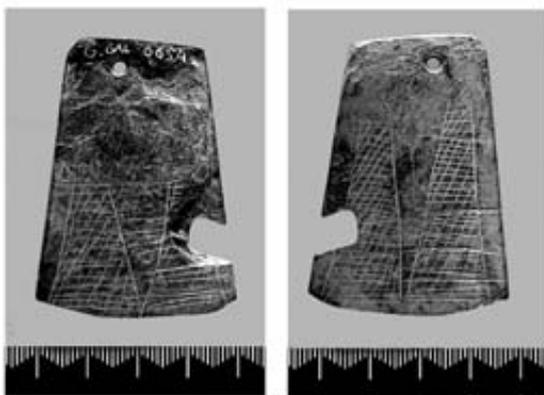
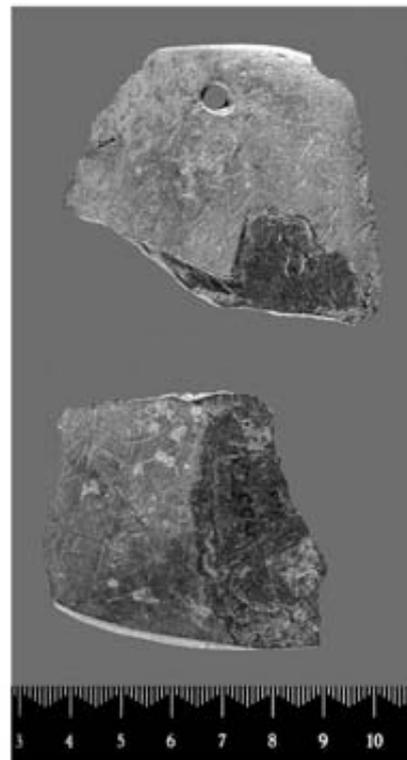


Fig. 47 - *Em cima, à esquerda*: placa reaproveitada 6896 e, *à direita*, dois fragmentos da mesma placa 6657. *Em baixo*: 6654, dois fragmentos ou de uma possível placa reaproveitada ou de uma microplaca. *Em baixo, à direita*: placa de grés não decorada 6739.

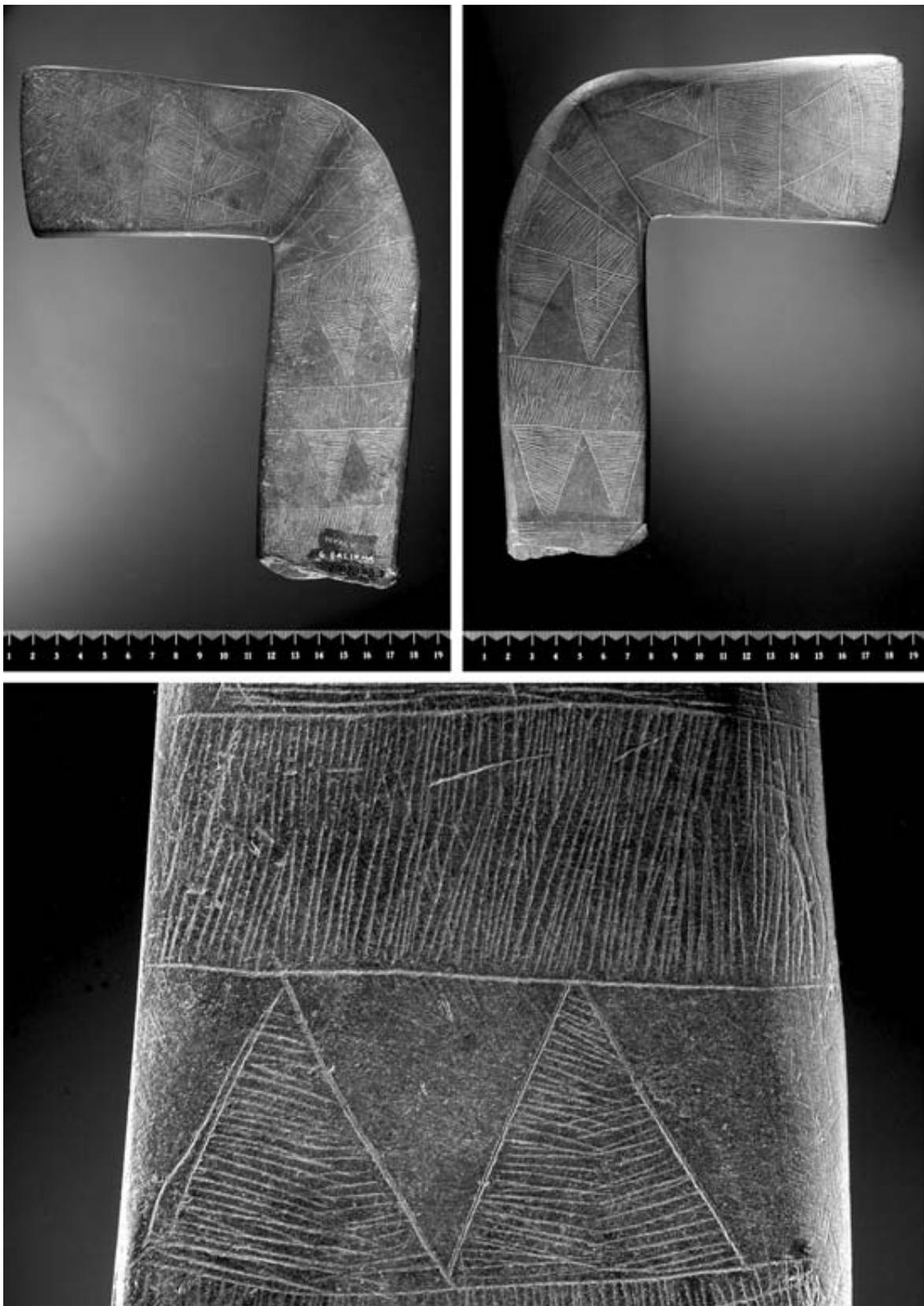


Fig. 48 – As duas faces e um detalhe do báculo 2002.188.1. Os triângulos e as faixas “espessas” dominam exclusivamente a decoração do báculo. Todos os componentes decorativos se adaptam ao ponto do báculo em que foram gravados.

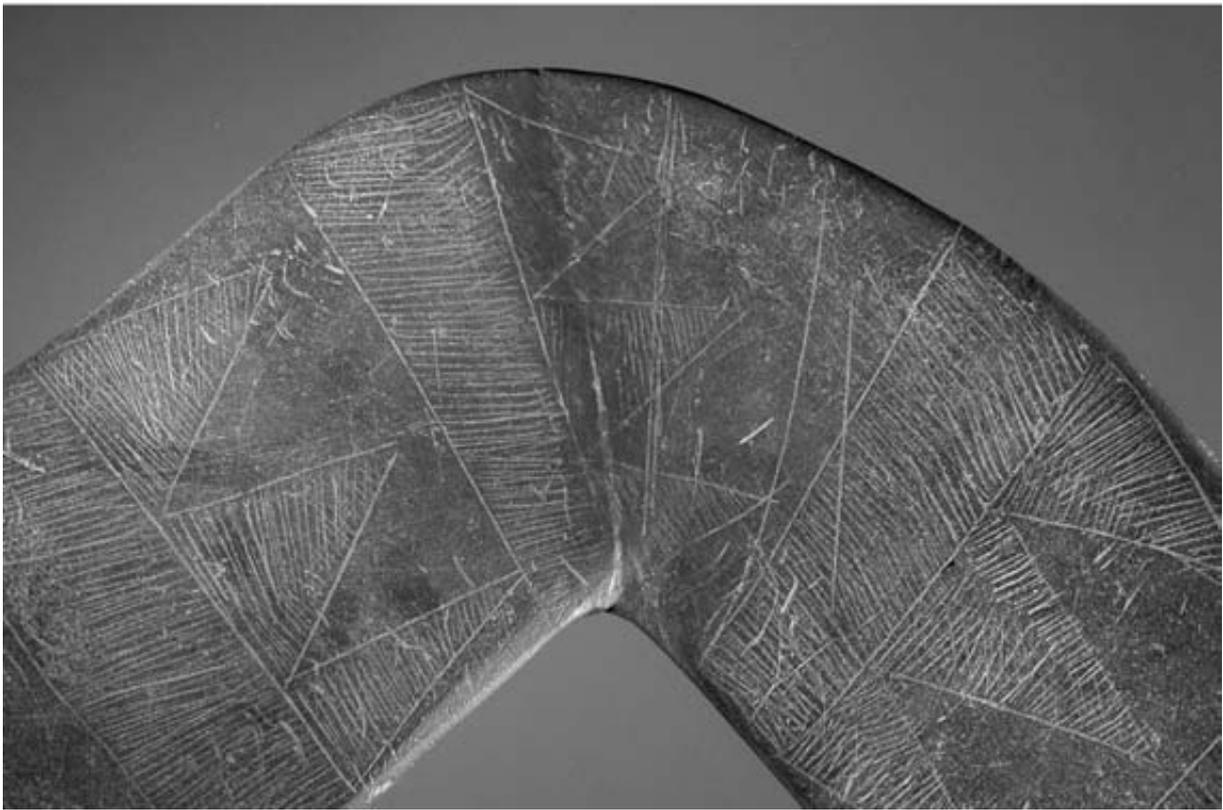


Fig. 49 - Os pontos de inflexão das duas faces do báculo 2002.188.1.

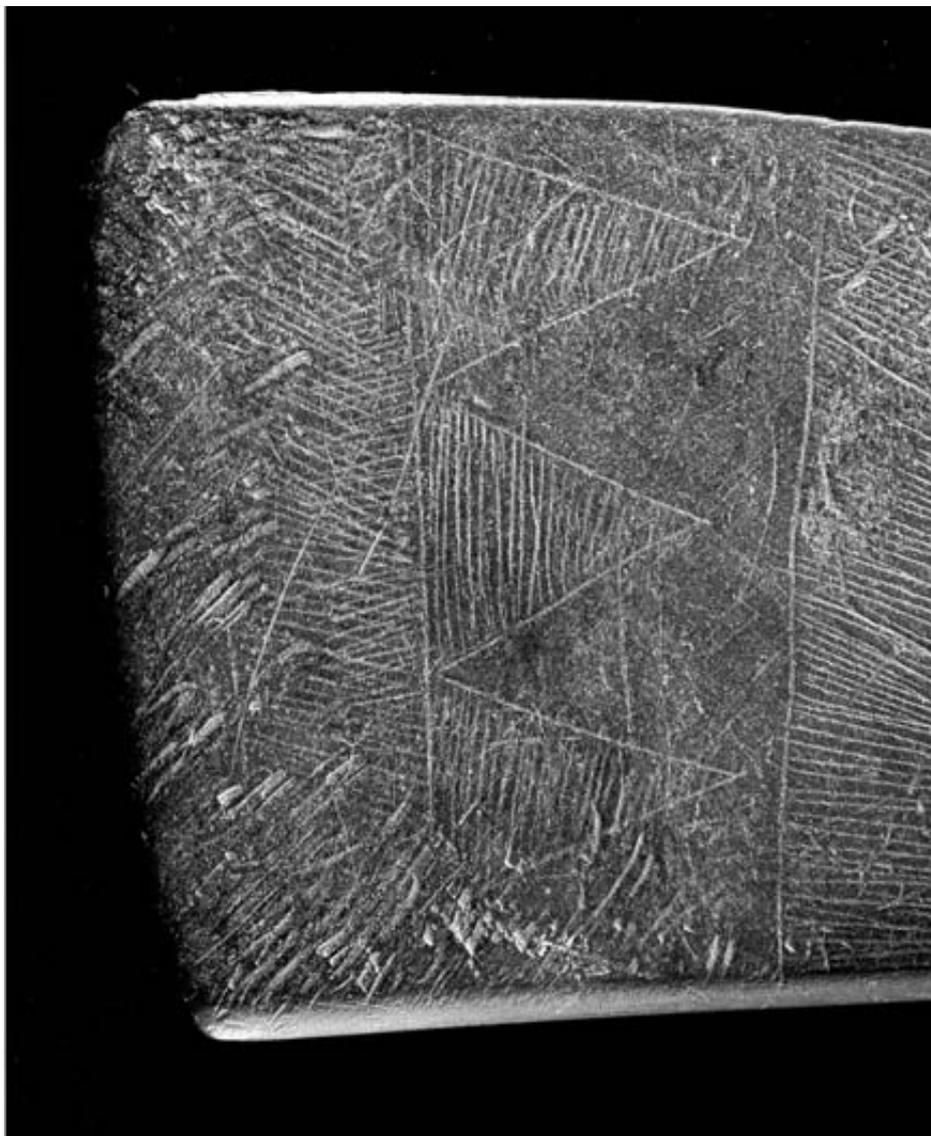


Fig. 50 – A extremidade superior do báculo 2002.188.1.

REFERÊNCIAS

- ALMAGRO BASCH, M. (1961-1962) – Un ajuar dolménico excepcional procedente de la Granja de Céspedes de Badajoz. *Homenaje a C. Mergelina*. Murcia, p. 35-82.
- ALMEIDA, F. & FERREIRA, O. V. (1956) – Placas de xisto do Museu Lapidar Igaeditano (Idanha-a-Velha). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 66 (1-2).
- ALMEIDA, F. & FERREIRA, O. V. (1959) – Antiguidades de Torres Novas. II Parte. Estação pré-histórica das Lapas. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 69 (3-4), p. 501-510.
- ANDRADE, M. A. (2009) – *Megalitismo e comunidades megalíticas na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo): definição e caracterização do fenómeno de «megalitização» da paisagem na área austral do Norte alentejano*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vols., policopiado.

- ANDRADE, M. A. (no prelo a) – As placas de xisto gravadas da anta da Herdade da Lameira (Alto Alentejo, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 5.^a serie, 3.
- ANDRADE, M. A. (no prelo b) – The engraved schist plaques from the cave of Buraca da Moura (Torres Novas, Portugal): symbolic material culture during the Late Neolithic/Early Chalcolithic in Southwestern Iberia.
- ANDRADE, M. A. (no prelo c) – O sítio pré-histórico do Sobral do Martim Afonso (Salvaterra de Magos, Portugal): um curioso contexto do Neolítico final/Calcolítico na margem esquerda do Baixo Tejo.
- ANDRADE, M. A.; MAURÍCIO, J. & SOUTO, P. (2010) – Contributo para a definição das práticas funerárias neolíticas e calcolíticas no Maciço Calcário Estremenho. 1: estudo morfo-tipológico de duas placas de xisto gravadas da gruta da Buraca da Moura da Rexaldia (Chancelaria, Torres Novas). *Nova Augusta*. Torres Novas. 22, p. 239-259.
- ARAÚJO, A. C. & LEJEUNE, M. (1995) – *Gruta do Escoural: necrópole neolítica e arte rupestre paleolítica*. Lisboa: IPPAR.
- ARAÚJO, A. C. & ZILHÃO, J. (1991) – *Arqueologia do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.
- BUENO RAMÍREZ, P. (1988) – *Los dólmenes de Valencia de Alcántara*. Madrid: Ministerio de Cultura.
- BUENO RAMÍREZ, P. (1992) – Les plaques décorées alentéjaines: approche de leur étude et analyse. *L'Anthropologie*. 96 (2-3), p. 573-604.
- BUENO RAMÍREZ, P.; BALBÍN BEHRMANN, R.; BARROSO BERMEJO, R.; ALDECOA QUINTANA, M. A. & CASADO MATEOS, A. B. (1998) – Sepulcros megalíticos en el Tajo: excavación y restauración de dólmenes en Alcántara, Cáceres, España. *Ibn Maruán*. Marvão. 8, p. 135-182.
- CARDOSO, J. L. (1992) – A Lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 89-225.
- CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Verbo.
- CARDOSO, J. L. & CARVALHO, A. F. (2008) – A gruta do Lugar do Canto (Alcanede) e a sua importância no faseamento do Neolítico no território português. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 16, p. 269-300.
- CARDOSO, J. L.; FERREIRA, O. V. & CARREIRA, J. R. (1996) – O espólio arqueológico das grutas naturais da Senhora da Luz (Rio Maior). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 195-256.
- CARDOSO, J. L.; FERREIRA, O. V.; ZBYSZEWSKI, G.; LEITÃO, M.; NORTH, C. T.; NORTON, J. & BERGER, F. (2003) – A gruta do Correio-Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11, p. 229-321.
- CARREIRA J. R. (1996) – A necrópole megalítica das Lapas (Torres Novas). *Nova Augusta*. Torres Novas. 10, p. 51-90.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (2001-2002) – A gruta da Casa da Moura (Cesareda, Óbidos) e sua ocupação pós-paleolítica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 249-361.
- CARVALHO, A. F. (1998) – O Abrigo da Pena d'Água (Rexaldia, Torres Novas): resultados dos trabalhos de 1992-1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1 (2), p. 39-72.
- CARVALHO, A. F. (2008) – *A Neolitização do Portugal Meridional. Os exemplos do Maciço Calcário estremenho e do Algarve Ocidental*. Faro: Universidade do Algarve.

- CARVALHO, A. F. (2014) – *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies os Southern Portugal*. Faro: Universidade do Algarve.
- CARVALHO, A. F.; FERREIRA, N. A. & VALENTE, M. J. (2003) – A gruta-necrópole neolítica do Algar do Barrão (Monsanto, Alcanena). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Lisboa. 6 (1), p. 101-109.
- CARVALHO, A. F.; GONÇALVES, D.; GRANJA, R. & PETCHEY, F. (2012) – Algar do Bom Santo: a Middle Neolithic necropolis in Portuguese Estremadura. In: GIBAJA BAO, J. F.; CARVALHO, A. F. & CHAMBON, P. (eds.) – *Funerary practices in the Iberian Peninsula from the Mesolithic to the Chalcolithic*. Oxford: Archeopress, p. 77-90.
- CARVALHO, A. F.; JACINTO, M. J.; DUARTE, C.; MAURÍCIO, J. & SOUTO, P. (2000) – Lapa dos Namorados (Pedrógão, Torres Novas): estudo dos materiais arqueológicos. *Nova Augusta*. Torres Novas. 12, p. 151-172.
- CORREIA V. (1921) – *El Neolítico de Pavia (Alentejo, Portugal)*. Madrid: Museo Nacional de Ciencias Naturales.
- DUARTE, C. (1998) Necrópole neolítica do Algar do Bom Santo: contexto cronológico e espaço funerário. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1 (2), p. 107-118.
- FERREIRA, O. V. (1973a) – Acerca das placas-ídolos com mãos encontradas em Portugal e o culto da fecundidade. In: *Estudios dedicados al Prof. Pericot*. Barcelona: Universidad, p. 233-240.
- FERREIRA, O. V. (1973b) – Acerca dos enigmáticos “báculos” da cultura megalítica do Alto Alentejo. *Arqueologia*. Porto. 12, p. 86-93.
- GARCÍA RIVERO, D. & O'BRIEN, M. J. (2014) – Phylogenetic analysis shows that Neolithic slate plaques from the Southwestern Iberian Peninsula are not genealogical recording systems. *PLOS ONE*. 9 (2), p. e88296. doi: 10.1371/journal.pone.0088296.
- GONÇALVES, J. L. M. (1990-1992) – As grutas da serra de Montejunto (Cadaval). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 8-10, p. 41-201.
- GONÇALVES, V. S. (1978a) – Para um programa de estudo do Neolítico em Portugal. *Zephyrus*. Salamanca. 28-29, p. 147-162.
- GONÇALVES, V. S. (1978b) – *A neolitização e o megalitismo da região de Alcobaça*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular. 1: Deusa(s) Mãe, placas de xisto e cronologias: uma nota preambular. *Almansor*. Montemor-o-Novo. 7, p. 289-302.
- GONÇALVES, V. S. (1993) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 3: A Deusa dos Olhos de Sol, um primeiro olhar. *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa. 15, p. 41-47.
- GONÇALVES, V. S. (1999) – Time, landscape and burials. 1. megalithic rites of ancient peasant societies in central and southern Portugal: an initial review. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 1, p. 83-91.
- GONÇALVES, V. S. (2003a) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 4: A “síndrome das placas loucas”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6 (2), p. 131-157.
- GONÇALVES, V. S. (2003b) – *Sítios, “Horizontes” e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais. 2.^a edição.

- GONÇALVES, V. S. (2003c) – *STAM-3, a anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- GONÇALVES, V. S. (2004a) – As placas de xisto gravadas dos sepulcros colectivos de Aljezur (3.º milénio a.n.e.). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª série, 22, p. 163-318.
- GONÇALVES, V. S. (2004b) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular. 5: O explícito e o implícito. Breve dissertação invocando os limites fluidos do figurativo, a propósito do significado das placas de xisto gravadas do terceiro milénio a.n.e. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7 (1), p. 165-183.
- GONÇALVES, V. S. (2005) – As placas de xisto gravadas dos sepulcros colectivos de Aljezur (3.º milénio a.n.e.). Câmara Municipal de Aljezur. Texto ampliado, editado como livro, de GONÇALVES, 2004a.
- GONÇALVES, V. S. (2009) – *As ocupações pré-históricas das Furnas do Poço Velho (Cascais)*. Cascais: Câmara Municipal.
- GONÇALVES, V. S. (2011) – *As placas de xisto gravadas (e os báculos) do sítio do Monte da Barca (Coruche)*. Lisboa: UNIARQ.
- GONÇALVES, V. S. (2013) – Antes de Endovélico... A propósito das placas de xisto gravadas da anta de Santiago Maior e das antas da Herdade dos Galvões (Alandroal, Alentejo). *Cadernos de Endovélico*. Alandroal. 1, p. 105-123.
- GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M. A. & PEREIRA, A. (2004a) – As placas de xisto gravadas da gruta artificial S. Paulo 2 (Almada). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7 (2), p. 73-96.
- GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M. A. & PEREIRA, A. (2004b) – As placas de xisto gravadas das grutas artificiais do Tojal de Vila Chã, Carenque e da necrópole das Baútas (Mina, Amadora). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª série, 22, p. 113-162.
- GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M. A. & PEREIRA, A. (2005) – As placas de xisto gravadas e o báculo recolhidos nas duas Antas da Loba (Nossa Senhora de Machede, Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8 (2), p. 5-53.
- GONÇALVES, V. S. & PEREIRA, A. R. (1974-1977) – Considerações sobre o espólio neolítico da Gruta dos Carrascos (Monsanto, Alcanena). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3.ª série, 7-9, p. 49-87.
- GONÇALVES, V. S.; PEREIRA, A. & ANDRADE, M. A. (2003) – A propósito do reaproveitamento de algumas placas de xisto gravadas da região de Évora. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª série, 21, p. 209-244.
- GONÇALVES, V. S.; PEREIRA, A. & ANDRADE, M. A. (2005) – As notáveis placas votivas da Anta de Cabacinheiros (Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8 (1), p. 43-109.
- HELENO, M. (1942) – O culto do machado no Calcolítico português. *Ethnos*. Lisboa. 2, p. 461-463.
- HILLIER, M.; BOAVENTURA, R. & GRIMES, V. (2010) – Moving around? Testing mobility with strontium isotopes ($^{86}\text{Sr}/^{87}\text{Sr}$) in the Late Neolithic of South-Central Portugal. Poster Apresentado ao 8.º Encontro de Arqueologia do Algarve: a Arqueologia e as outras Ciências. Silves.
- ISIDORO, A. F. (1965-1966) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 20 (1-2), p. 29-57.

- ISIDORO, A. F. (1967-1968) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) – II. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 22, p. 285-297.
- ISIDORO, A. F. (1968) – Espólio arqueológico da gruta do Bugio. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 20 (3-4), p. 347-354.
- ISIDORO, A. F. (1973) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) – V. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 22 (2), p. 107-123.
- JALHAY, E. & PAÇO, A. (1945) – El castro de Vilanova de San Pedro. *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología: Etnografía y Prehistoria*. Madrid. 20, p. 55-141.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1951) – *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel I/2: der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter & Co.
- LEISNER, Vera (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel, I/3: der Westen*. Berlin: Walther de Gruyter & Co.
- LEISNER, V. (1998) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel, I/4: der Westen*. Berlin: Walther de Gruyter & Co.
- LEITÃO, M.; NORTH, C. T.; NORTON, J.; FERREIRA, O. V. & ZBYSZEWSKI, G. (1987) – A gruta pré-histórica do Lugar do Canto, Valverde (Alcanede). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.^a série, 5, p. 37-66.
- LILLIOS, K. (2002) – Some new views of the engraved slate plaques of southwest Iberia. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5 (2), p. 135-151.
- LILLIOS, K. (2008) – *Heraldy for the Dead: Memory, Identity and the Engraved Stone Plaques of Neolithic Iberia*. Texas University Press.
- MARTINS, A. F. (1949) – *Maciço Calcário Estremenho: contribuição para um estudo de Geografia Física*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MATALOTO, R. & BOAVENTURA, R. (2009) – Entre vivos e mortos nos IV e III milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento com base em datações de radiocarbono. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12 (2), p. 31-77.
- NATIVIDADE, M. V. (1899-1903) – Grutas de Alcobaça. Materiaes para o estudo do Homem. *Portugália*. Porto. 1 (3-4), p. 433-474.
- OLIVEIRA, J. (1998) – *Monumentos megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*. Lisboa: Edições Colibri.
- OLIVEIRA, J. (2006) – *Património arqueológico da Coudelaria de Alter e as primeiras comunidades agro-pastoris*. Lisboa: Edições Colibri.
- OLIVEIRA, J. (2012) – *Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do Rio Sever*. Évora: CHAIA/Câmara Municipal de Marvão. 2-3 (edição electrónica).
- PAÇO, A.; BARBOSA, F.; SOUSA, J. N. & BARBOSA, F. B. (1959) – Notas arqueológicas da região de Alcobertas (Rio Maior). *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. 1, p. 281-292.

- PAÇO, A.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. V. (1971) – Resultados das escavações na Lapa da Bugalheira (Torres Novas). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 55, p. 23-41.
- PEREIRA, F. A. (1908) – Chronica. *O Archeologo Português*. Lisboa. 13 (7-12), p. 382-384.
- SÁ, M. C. M. (1959) – A Lapa da Galinha. In: *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. 1, p. 117-128.
- SERRÃO, E. C. & MARQUES, G. (1971) – Estrato pré-campaniforme da Lapa do Fumo (Sesimbra). In: *Actas e Memórias do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. 1, p. 121-142.
- SOUSA, A. C. (2004) – A necrópole do Neolítico final de Pragais, Porto de Mós: velhos dados, novas leituras. In: *Arqueologia: coleções de Francisco Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: Instituto Português de Museus, p. 90-111.
- SOUSA, A. C. & GONÇALVES, V. S. (2012) – *In and out*. Tecnologias, símbolos e cultura material. Interações e identidades regionais no Centro e Sul de Portugal no 3.º milénio a.n.e. In: BORRELL, M.; BORRELL, F.; BOSCH, J.; CLOP, X. & MOLIST, M. (eds.) – *Xarxes al Neolític. Circulació i intercanvi de matèries, productes i idees a la Mediterrània occidental (VII-III mil lenni aC)*. Gavá: Bellaterra (*Rubricatum*, extra 5), p. 383-392.
- SPINDLER, K. (1981) – *Cova da Moura*. Mainz am Rhein: Phillipp von Zabern.
- THOMAS, J. T. (2011) – Fashioning identities, forging inequalities: Late Neolithic/Copper Ager personal ornaments of the Portuguese Estremadura. *European Journal of Archaeology*. 14 (1-2), p. 29-59.
- WATERMAN, A. J.; PEATE, D. W.; SILVA, A. M. & THOMAS, J. T. (2013) – In search of homelands: using strontium isotopes to identify biological markers of mobility in late prehistoric Portugal. *Journal of Archaeological Science*. London. 42, pp 119-127.
- ZILHÃO, J. & CARVALHO, A. F. (1996) – O Neolítico do Maciço Calcário Estremenho: crono-estratigrafia e povoamento. *Rubricatum*. Gavá. 1 (2), p. 659-671.
- ZILHÃO, J.; MAURÍCIO, J.; SOUTO, P. (1991) – A Arqueologia da Gruta do Almonda (Torres Novas). Resultados das escavações de 1988-1989. *IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 161-181.

PERSCRUTANDO ESPÓLIOS ANTIGOS: A GRUTA DE PEDRA FURADA 1 (VILA FRANCA DE XIRA) *

EXAMINING OLD REMAINS: THE CAVE OF PEDRA FURADA 1 (VILA FRANCA DE XIRA)

Ana Maria Silva,^{1,2} Rui Boaventura,^{2,1} João Pimenta,^{5,2} Cleia Detry² & João Luís Cardoso^{3,4,2}

Abstract

The remains collected by Hipólito Cabaço in the 1950s, following the exploration of the cave of Pedra Furada 1 are presented here. The review of the archaeological and osteological material, the later human and faunal, showed that the cave has been visited and used intermittently between the transition from the fourth and third millennia BC; in the middle and second half of the same millennium, as well as during the second millennium BC. Finally a specific context was attributed to the Sixteenth Century. Of those periods, the first was associated to a collective funerary use, evidenced by radiocarbon dating of an individual's bone, but it is plausible that the second period also have been mortuary. However the funerary practice in the second millennium BC is not as certain and might be associated with cavernous cults. And this doubt extends to the modern case.

The anthropological study estimated globally a minimum of 34 individuals, 10 adults and 24 not adults of both sexes deposited in this cave.

Keywords: Bell beakers, Bioanthropology, Bronze Age, Megalithism, Neolithic, Zoo-Archaeology.

1 - INTRODUÇÃO

A revisão de espólios antigos, que se quedam por vezes esquecidos nos fundos de museus ou colecções privadas, é uma importante tarefa na caminhada do saber, ainda que ingrata. Isto porque nem sempre estas revisões permitem reconstruir com exactidão a conjuntura que originou aquela colheita e, menos ainda, em que contextos estratigráficos se encontravam os objectos que nos chegaram. Talvez por isso, alguns arqueólogos desvalorizem estes estudos, enaltecendo os dados provenientes de escavações recentes com registos contextuais, teoricamente, mas nem sempre, mais rigorosos e fidedignos. Porém, os velhos dados, quando cruzados com esses dados recentes e enquadrados por novo questionário, permitem ampliar os nossos conhecimentos, acrescentando mais algumas peças a esse quebra-cabeças sempre incompleto do passado humano. O estudo aqui apresentado acerca dos achados da gruta de Pedra Furada 1 espelha esses limites e potencial.

*O estudo antropológico foi realizado pelo primeiro autor; o estudo arqueológico foi realizado pelos segundo e terceiro autores, com a participação do último autor, que também se encarregou da coordenação geral do trabalho para publicação e do estudo arqueozoológico, conjuntamente com quarto autor, a quem coube a identificação de algumas das espécies presentes.

¹ CIAS, Departamento Ciências da Vida, Universidade de Coimbra.

² UNIARQ, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

³ Universidade Aberta.

⁴ Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

⁵ Município de Vila Franca de Xira.

A primeira notícia que conhecemos da gruta de Pedra Furada, então apenas remetendo-se para o Monte Gordo, foi transmitida por Fernando de Almeida, em 9 de Fevereiro de 1956, no âmbito de comunicação à Associação dos Arqueólogos Portugueses, referindo-se a “*ossos humanos e cerâmica muito fragmentada, [...] pontas de seta, faquita, contas, uma figura de osso representando um coelho e um machado de pedra polida, conjunto este de um eneolítico anterior à cultura do novo campaniforme.*” Ainda na sua comunicação referiu-se também aos achados romanos no sítio da Quinta da Marquesa (ALMEIDA cit. in AAP, 1956).

A informação então transmitida por Fernando de Almeida terá sido obtida junto dos dirigentes da Biblioteca-Museu Dr. Vidal Baptista que, curiosamente, no seu relatório de gerência (BMDVB, 1955) descrevem de forma similar os achados, ainda que atribuindo a avaliação crono-cultural daqueles ao Tenente-Coronel Afonso do Paço, que além de visitar o sítio, teria também teria proferido acerca deles uma comunicação na “Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses (BMDVB, 1955). Até o momento não nos foi possível esclarecer esta aparente discrepância temporal e de intervenientes.

Presente na sessão de Fevereiro de 1956, onde apresentou resultados da anta de Guadalperal (AAP, 1956), Vera Leisner, terá anotado em particular o achado do lagomorfo de osso, acabando por publicar essa informação, mas atribuindo-o ao sítio da Quinta da Marquesa, onde teria sido recolhido à superfície de uma provável ocupação calcolítica (LEISNER, 1965, p. 225, nota 2)

Porém, pelo referido atrás em acta (AAP, 1956), bem como pela notícia publicada posteriormente por F. Almeida, acerca de espólio arqueológico do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, Dr. Vidal Baptista, é possível verificar que terá havido confusão de sítios e designações, visto o autor repetir a informação, agora mais detalhada: “*mesmo por cima da vila, para citar um lugar outrora ocupado, o Monte Gordo, os resultados das pesquisas feitas na chamada Pedra Furada permitiram recolher no museu fragmentos de um vaso campaniforme, decorado; de uma taça do mesmo período, tipo Palmela; um coelhinho, símbolo da fertilidade, segundo se supõe, e esculpido em osso, etc. enfim uma representação válida da tão importante cultura do vaso campaniforme*” (ALMEIDA, 1972, p. 149).

Apesar deste esclarecimento, a atribuição certa e involuntariamente equivocada de V. Leisner foi repetida por Konrad Spindler (SPINDLER, 1981, p. 227; Tf. 43a) e ainda hoje se reproduz (VALERA, EVANGELISTA & CASTANHEIRA, 2014, Tab. 1).

Entretanto, não é claro se O. da Veiga Ferreira (FERREIRA, 1970, p. 168) terá percebido o equívoco: este autor, num breve inventário de lagomorfos do território português, ainda que aponte uma peça dessas no Museu de Vila Franca de Xira, sem referir a designação “Quinta da Marquesa”, assinala-a em mapa numa posição próxima a este último sítio (FERREIRA, 1970, Fig. 1, n.º 9).

Assim, só na década de 1980 é que se clarificou a situação, salientando-se o equívoco da atribuição do lagomorfo à Quinta da Marquesa (PARREIRA, 1989-1990, p. 85), e a sua correcta



Fig. 1 – Vista geral de Vila Franca de Xira, com os relevos de Monte Gordo. Postal com data aposta de 31-08-1912 (Arquivo do MMVFXira). A seta assinala a área da gruta de Pedra Furada 1.

proveniência de uma das grutas da Pedra Furada “nas encostas escarpadas sobranceiras a Vila Franca de Xira entre o alto da Pedra Furada e o Monte Gordo” (PARREIRA, 1987-1988, p. 102) (Fig. 1), da qual tinham sido exumados e depositados no museu “*furadores em osso, contas de cerâmica, xisto e pedra verde, lâminas em sílex, um machado de pedra polido e com secção subcircular, uma estatueta de roedor em osso e recipientes de cerâmica (uma caçoila e uma taça) com decoração campaniforme pontilhada ao estilo de Palmela, para além de abundante espólio antropológico*” (PARREIRA, 1987-1988, p. 102). Se dúvida ainda houvesse acerca da sua correcta adscrição, estas clarificam-se também por diversas etiquetas e marcações de Pedra Furada associadas a alguns desses artefactos, inclusive com o nome de H. Cabaço (Fig. 2).



Fig. 2 – Pote cerâmico com marcação de H. Cabaço: “Pedra Furada // V. F^{ca}. de Xira. // Português // 2.^a dinastia // Afonso V // Hipólito Cabaço”. (MMVFXira, sem código).

Importa aqui recordar, ainda que sinteticamente, alguns elementos históricos relacionados com este caso:

1. Em 1941 publicam-se comentários críticos acerca do impacto paisagístico e cultural originado pelas lavras de pedreiras no Monte Gordo (TARRACHA, 1941);



Fig. 3 – Hipólito de Almeida da Costa Cabaço (1885-1970) (arquivo MMVFXira).

2. Hipólito de Almeida da Costa Cabaço (1885-1970) (Fig. 3), foi um arqueólogo amador, a quem, juntamente com António Teodoro Garcez da Silva, se deveu o referido salvamento do espólio da Pedra Furada (BMDVB, 1955), bem como de outros bens arqueológicos, sobretudo nas regiões estremenha e ribatejana (Pereira, 1970). Infelizmente, não nos chegou qualquer registo acerca deste e outros trabalhos, podendo apenas assumir-se que as intervenções se desenvolveram no âmbito de notícias de achados, à qual acorria o arqueólogo. De facto, a sua amizade com Vidal Baptista suscitou, desde finais da década de 1930, vários trabalhos de prospecção e escavação arqueológica em Vila Franca de Xira, nomeadamente dentro da própria vila (PEREIRA, 1970);

3. A promoção da criação de uma biblioteca pelo advogado e coleccionador Vidal Baptista em 1947, deu posteriormente lugar a um espaço museológico aberto ao público a 7 de Julho de 1951, partilhando o mesmo edifício, e designado por “Biblioteca-Museu Dr. Vidal Baptista” (BETTENCOURT, 1957), em homenagem ao seu fundador, que o geriu até 1972 (NUNES, 2003). O acervo deste

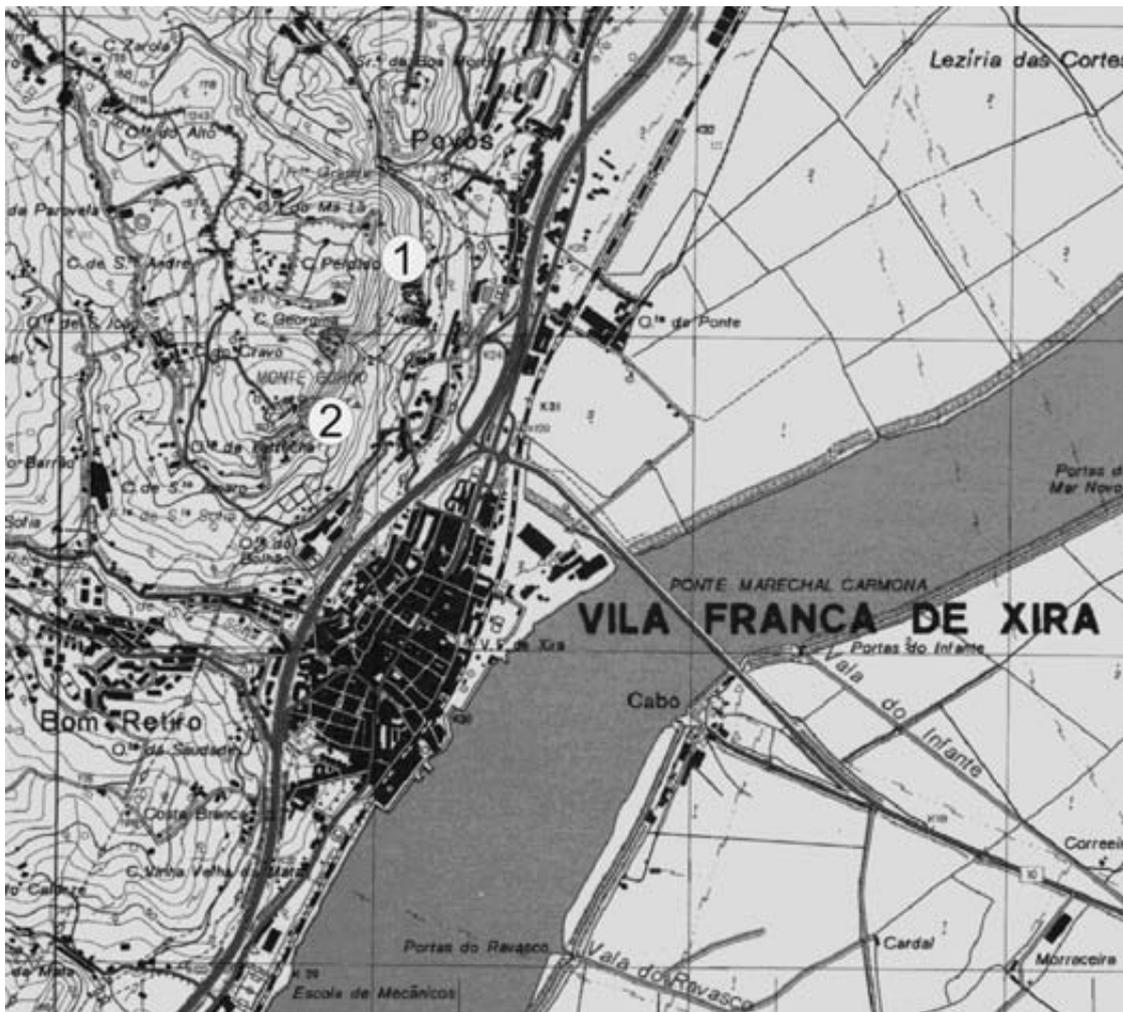


Fig. 4 – Localização das grutas de Pedra Furada 1 e 2 na Carta Militar de Portugal na escala de 1/25 000, folha 390. (adaptado).

museu era diverso, possuindo uma componente arqueológica (CARVALHO, 1972; NUNES, 2003), para a qual H. Cabaço contribuiu com o depósito de variadas colecções (PEREIRA, 1970). Aliás, tal situação é patente na referência aos “achados arqueológicos no Monte Gordo”, que “por iniciativa do conhecido arqueólogo, Senhor Hipólito Cabaço, empreendeu a Direcção da Biblioteca-Museu [...], escavações numas grutas existentes no sítio da Pedra Furada, na encosta do Monte Gordo” (BMDVB, 1955; BETTENCOURT, 1957, p. 130; CARVALHO, 1972, p. 28). Estes trabalhos foram então iniciados em 18 de Outubro de 1955 e interrompidos no final do ano, em virtude do mau tempo (BMDVB, 1955). Portanto, é neste contexto que se enquadra a acção do arqueólogo e o depósito em museu dos materiais da Pedra Furada.

R. Parreira (PARREIRA, 1987-1988, p. 102) continuou a referir-se no plural a grutas da Pedra Furada, tal como nas notícias anteriores se referia “grutas do Monte Gordo” (BMDVB, 1955; BETTENCOURT, 1957). De facto, registámos pelo menos duas cavidades nesta área (Fig. 4):

– Uma na vertente nascente do relevo propriamente designado Monte Gordo, todavia sem vestígios de aparentes depósitos antrópicos antigos. Esta encontrava-se muito afectada por trabalhos de pedreira, hoje abandonada, e passamos a designá-la por Pedra Furada 2;

-No cabeço contíguo, de facto denominado Alto da Pedra Furada, situa-se uma outra cavidade, que cremos corresponder, de facto, à gruta de Pedra Furada (de ora em diante designada por Pedra Furada 1, Código Nacional de Sítio – 6397¹) que continha os achados de H. Cabaço. Esta encontra-se truncada por uma frente de pedra (Fig. 5), agora abandonada, mas que à data da exploração terá contribuído para a exposição de ossadas humanas e artefactos, e a sequente acção do investigador. Apresenta ainda uma grande sala com algumas pequenas galerias ramificadas, avistando-se na primeira vestígios de pregos *in situ*, provavelmente utilizados para algum tipo de quadriculagem, bem como alguns depósitos sedimentares com potencial arqueológico.



Fig. 5 – Aspecto da gruta de Pedra Furada 1 (foto de 2014 de J. Pimenta).

A gruta da Pedra Furada 1 terá resultado de fenómenos de carsificação do Maciço Jurássico Superior, nomeadamente nas Camadas de Abadia (SGP, 1965). O relevo onde se situa é constituído por bancadas irregulares de calcários assentes e intercaladas por margas, arcoses e conglomerados, inclinadas cerca de 45.º para Sudeste (ZBYSZEWSKI & ASSUNÇÃO, 1965). A observação do interior da cavidade permite verificar de facto aquelas características, nomeadamente os conglomerados com clastos rolados de quartzo, quartzito e xistos paleozóicos, variando entre 1 e 30 cm de dimensão.

Face ao exposto, após as referências pontuais, nomeadamente do lagomorfo e dos recipientes cerâmicos campaniformes (LEISNER, 1965, p. 225; ALMEIDA, 1972, p. 149; IPPC, 1986, p. 51; PARREIRA, 1987-1988, p. 102; LUCAS, 2000, p. 17; NUNES & LUCAS, 2003), apresenta-se aqui, pela primeira vez, o estudo monográfico do espólio arqueológico e osteológico da gruta de Pedra Furada 1.

2 – ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO

O espólio arqueológico recolhido e depositado em museu corresponde a vários tipos de matérias-primas e artefactos, enquadráveis em, pelo menos, quatro períodos cronológicos, que passaremos a descrever e comentar.

Os artefactos de pedra lascada correspondem a um conjunto de dois geométricos, quatro produtos alongados, duas pontas de seta e uma lâmina ovóide, todos silices (Fig. 6, n.ºs 4, 5).

Os dois geométricos de formato triangular assimétrico (escaleno), apresentam um retoque semi-abrupto nas suas truncaturas com alguma tendência invasora e bifacial, assemelhando-se o formato a artefactos apontados, quase pontas de seta. De facto, noutros contextos atribuíveis ao Neolítico Final da Estremadura

¹Na base de dados do Endovélico este código surge associado a “grutas” de Pedra Furada, mas cremos ser mais correcto distingui-las, propondo manter este CNS associado somente a Pedra Furada 1.

e Alentejo foram registadas algumas peças híbridas ou com tipologia peculiar. Na anta de Pedras da Granja um geométrico crescente apresenta características que o aproximam de uma ponta de seta, assim como outra peça de formato geométrico triangular apresenta retoque na sua extremidade distal (BOAVENTURA, 2009, Fig. 119, n.ºs 7 e 8; BOAVENTURA & CARDOSO, 2010-2011, Fig. 12, p. 7 e 9). Mas é da anta de Pedra Branca, Melides, que nos chega um conjunto de geométricos cujas características levaram a considerar duas novas categorias (SOARES, 2010, p. 77-81): a ponta tipo Pedra Branca (geométrico tendencialmente triangular escaleno a trapezóide assimétrico alongado) e a proto-ponta de seta tipo Pedra Branca (onde parece acentuar-se o retoque invasor da peça). É, pois, uma questão a ser ponderada pela revisão de outras colecções.

Os produtos alongados resumem-se a duas lamelas robustas, uma delas não retocada e fracturada na extremidade distal e outra completa com retoque abrupto alternante e marginal. Os dois fragmentos mesiais de lâminas robustas também apresentam retoque semi-abrupto de tendência invasora num dos seus bordos (Fig. 6, n.ºs 6 a 9).

As duas pontas de seta de base convexa (Fig. 6, n.ºs 2, 3), do tipo 1, segundo a tipologia proposta por Staso Forenbaher (FORENBAHER, 1999, Fig. 27) correspondem, respectivamente, aos subtipos 2.0C0 e 2.0E0, normalmente associados ao período inicial da introdução deste tipo de projectil na região (CARDOSO & MARTINS, 2013; BOAVENTURA, 2009, p. 235-238).

Finalmente, no âmbito dos artefactos lascados, regista-se uma pequena lâmina foliácea de formato ovóide com retoque rasante e cobridor (Fig. 6.1). Este tipo de artefacto é frequente em contextos do Calcolítico inicial (CARDOSO, 1994; UERPMANN, 1995; FORENBAHER, 1999), ainda que se registre de forma minoritária já

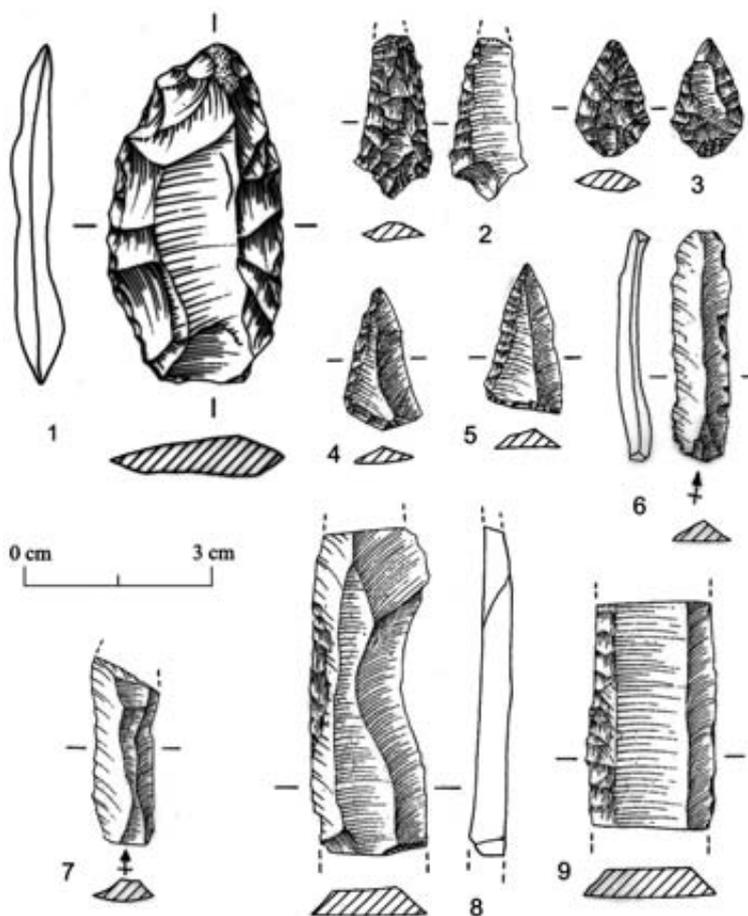


Fig. 6 - Artefactos de pedra lascada: 1 - lâmina foliácea; 2 e 3 - pontas de seta; 4 e 5 - geométricos; 6 e 7 - lamelas; 8 e 9 - lâminas (desenhos de F. Martins).

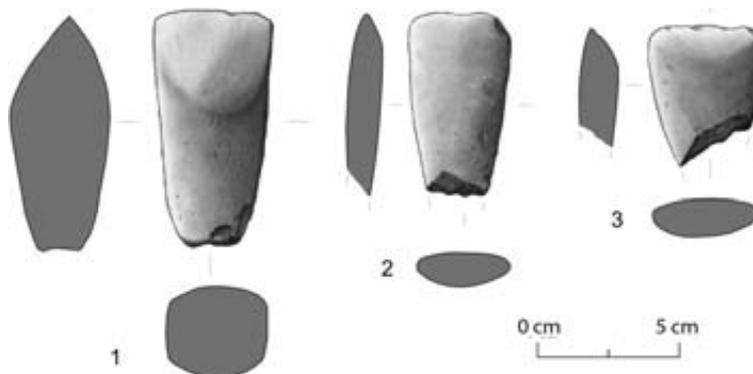


Fig. 7 - Instrumentos de pedra polida (desenhos de I. Conde).

no Neolítico Final, como foi verificado em Leceia, Oeiras (CARDOSO & MARTINS, 2013). Também minoritária é a sua presença em contextos funerários, ocorrendo com uma maior frequência em sepulcros do tipo *tholoi* (GALLAY *et al.*, 1973; BOAVENTURA, 2009, p. 240-241), datáveis já da primeira metade do 3.º milénio a.C.

Os instrumentos de pedra polida, todos de anfibolito, são um machado de secção poligonal subquadrangular e duas enxós de secção elipsoidal achatada (Fig. 7). Todas as peças apresentam polimento integral, ainda que no caso das duas enxós isso só possa ser presumido, pois as suas extremidades proximais encontram-se fracturadas.

Os adornos pessoais (Figs. 8 a 10) correspondem a cinco contas de colar, quatro delas discóides líticas, uma bitroncocónica de cerâmica e um pendente de osso, representando um lagomorfo.

A recente avaliação das matérias-primas das contas líticas de Pedra Furada 1, no âmbito do projecto “*Nuevas tecnologías aplicadas al estudio de la movilidad y intercambio: Cuentas verdes y cerámica decorada con relenos blancos del VI al II milenio ANE en la Península Ibérica*” (Ministerio de Economía y Competitividad – Har 2012-34620) foi possível verificar, com base nas percentagens atómicas da composição química por XRF, que as duas peças discóides de cor verde não corresponderão a variscites, mas sim a micas (Fig. 8, n.ºs 2 e 3), e as restantes duas contas negras a clorite (Fig. 8, n.º 4).

O fragmento da conta bitroncocónica de cerâmica (Fig. 8, n.º 1), recorda outro exemplar do sepulcro não muito distante de Casal do Penedo (LEISNER, 1965, Tf. 14, n.º 16; BOAVENTURA, 2009, Fig. 108, n.º 2), mas também de outros

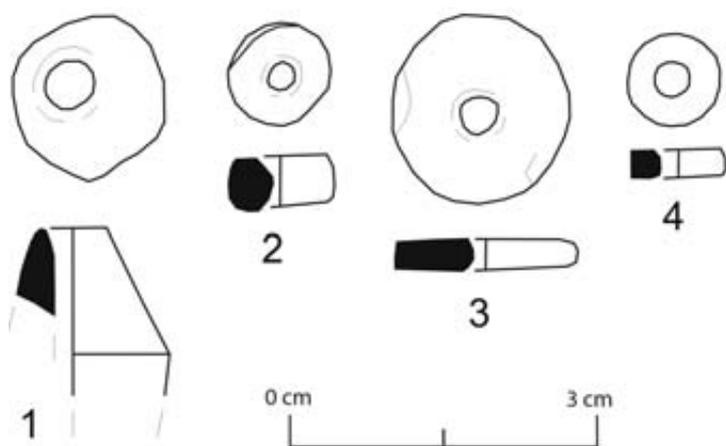


Fig. 8 – Contas de colar. 1 – conta bitroncocónica de cerâmica; 2 e 3 – contas discóides de mica; 4 – conta discóide de clorite (desenhos de I. Conde).

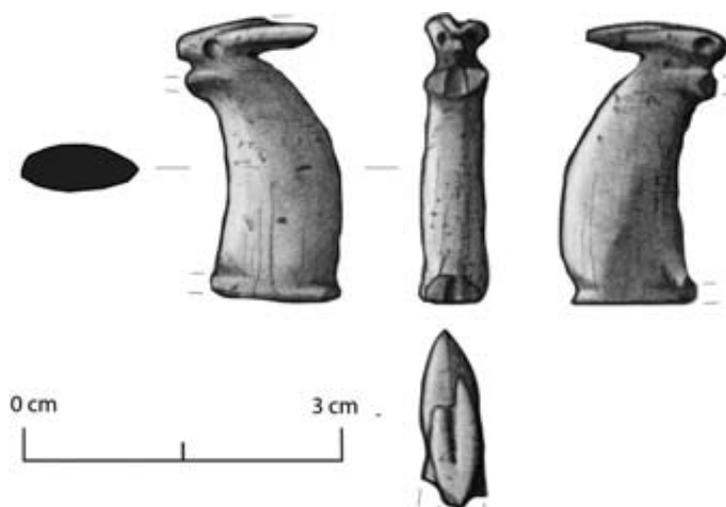


Fig. 9 – Lagomorfo de osso (desenho de I. Conde).

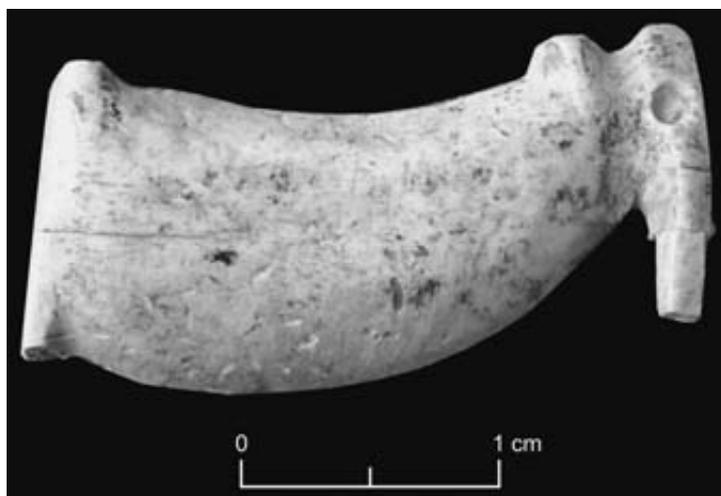


Fig. 10 – Lagomorfo de osso na posição provável de uso.

sepulcros do Sul de Portugal, nomeadamente os exemplares da Lapa do Bugio, do Neolítico Final, onde se recolheram três exemplares (CARDOSO *et al.*, 1992, p. 110, 111), a anta de Comenda da Igreja 1, Montemor-o-Novo (LEISNER & LEISNER, 1959, Tf. 27).

O já mencionado lagomorfo de osso (Figs. 9 e 10), que suscitou a primeira notícia acerca de Pedra Furada 1 e, posteriormente, referido no pequeno ensaio da sua distribuição geográfica (FERREIRA, 1970), assume importância pelo valor patrimonial da peça, mas também pelo significado crono-cultural associado. De facto, a presença deste tipo de artefacto parece ocorrer sobretudo em contextos funerários datáveis dos últimos séculos do 4.º milénio a.C., em transição para o seguinte (LEISNER & LEISNER, 1951 e 1959; LEISNER, 1965; GONÇALVES, 1992; CARDOSO *et al.*, 1992; BOAVENTURA, 2009, p. 280).

As características da pequena escultura óssea, bem como de outras similares, recordam os mamíferos herbívoros, onde se incluem coelhos e lebres (ordem *Lagomorpha*). A sua presença como adorno pessoal, sugerido pelos orifícios para suspensão através das patas (Fig. 10), tem vindo a ser associado a crenças mágico-religiosas relacionadas com a fertilidade dos seus portadores. Porém, em recente exercício acerca de pequenas figuras zoomorfas, onde se incluíram os lagomorfos, e nem todas de adorno pessoal, propõe-se uma abordagem holística e animística da relação humanidade/animal, de que a fertilidade seria apenas uma das suas vertentes (VALERA, EVANGELISTA & CASTANHEIRA, 2014).

Um fragmento longitudinal e apontado de osso longo apresenta uma marcação

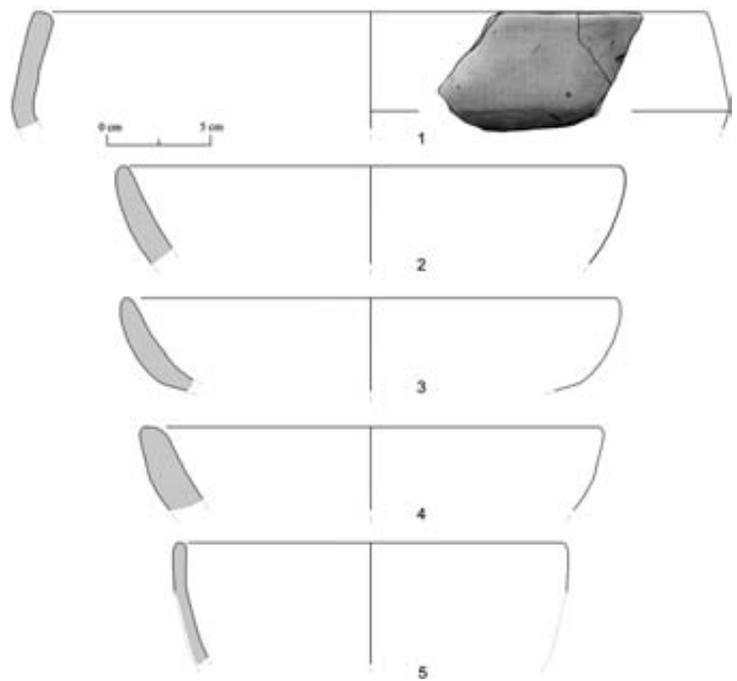


Fig. 11 - 1 - recipiente carenado; 2 a 5 - taças em calote (desenhos de I. Conde).

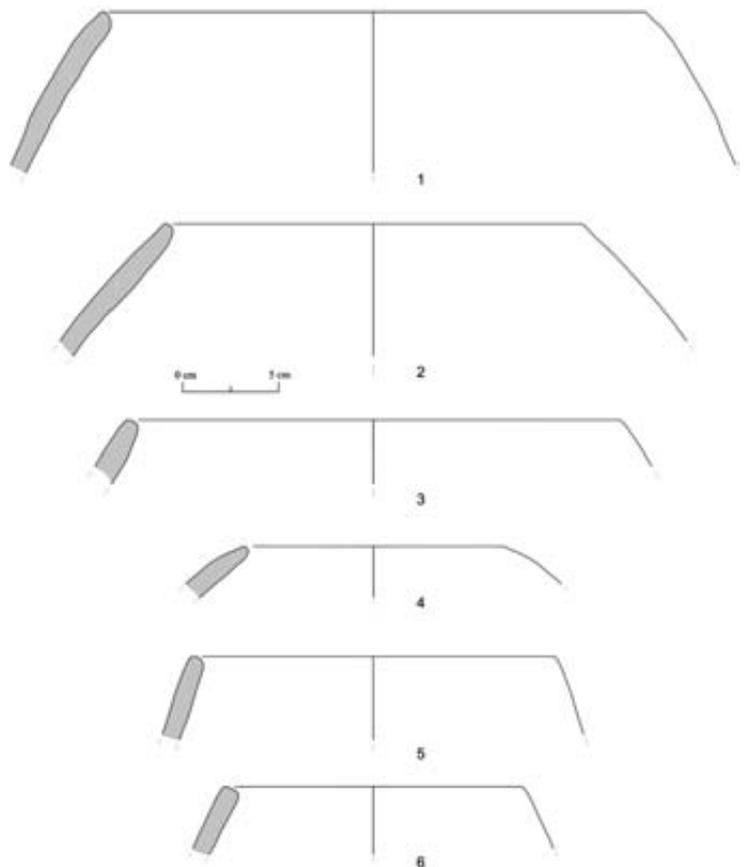


Fig. 12 - Recipientes fechados lisos (desenhos de J. Pimenta).

de H. Cabaço indicando-o como uma possível “lança”. Porém, a observação desta peça, ainda que tenha permitido verificar algum tipo de polimento num dos seus bordos, não é suficiente para a classificação adiantada.

Os recipientes cerâmicos correspondem ao grupo de artefactos mais numeroso, não só pela quantidade de fragmentos, mas sobretudo pelo número mínimo de recipientes obtidos. A análise tipológica permitiu verificar pelo menos quatro momentos cronológicos associáveis, ainda que, como para o restante espólio, sem qualquer relação estratigráfica conhecida.

Um primeiro conjunto de recipientes, incluindo uma taça carenada, várias taças em calote com bordos simples (Fig. 11) e potes também com bordos simples (Fig. 12), poderá associar-se ao período de transição do 4.º para o 3.º milénio a.C. Porém, as suas formas comuns, sobretudo das taças e potes, poderiam também incluir-se nos conjuntos seguintes.

Os recipientes campaniformes foram desde o início da sua descoberta, aqueles que auferiram de maior destaque, correspondendo a um possível número mínimo de quatro taças e cinco vasos carenados, quase todos com decoração incisa (Figs. 13 e 14). Destes destacam-se a taça de bordo espessado e dois vasos que permitiram melhor reconstituição. Há ainda que considerar outros dois fragmentos de vaso sem aparente decoração.

Um terceiro conjunto destaca-se por possuir formas e pastas cerâmicas que nos remetem para o 2.º milénio a.C, apresentando bordos extrovertidos, com recipientes ombreados e carenados (Figs. 15 a 17). Estes encontram bons paralelos em sítios habitados da Idade do Bronze Final na península de Lisboa (CARDOSO, 2004), assim como, em grutas, tais como a do Correio-Mor, em Loures (CARDOSO *et al.*, 2003).

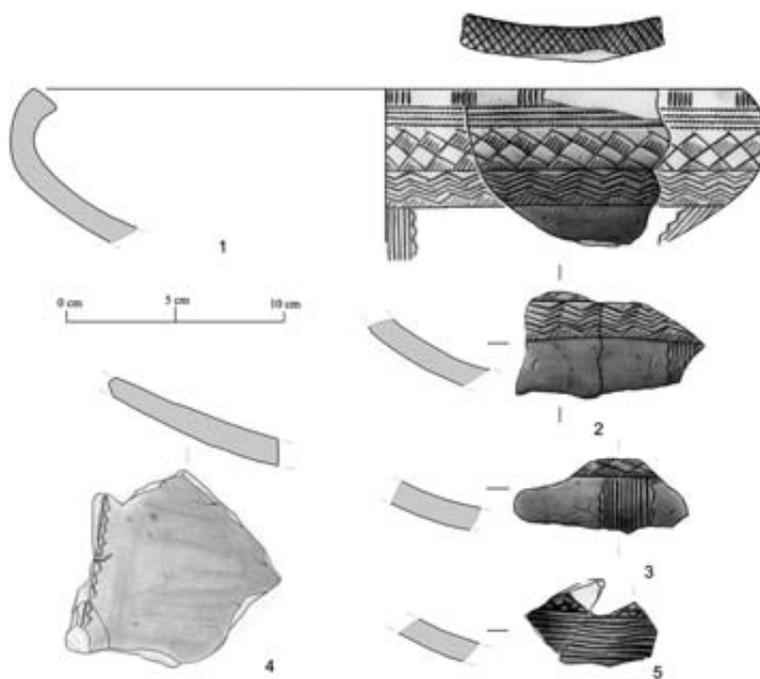


Fig. 13 – Taças Palmela com decoração incisa (desenhos de I. Conde).

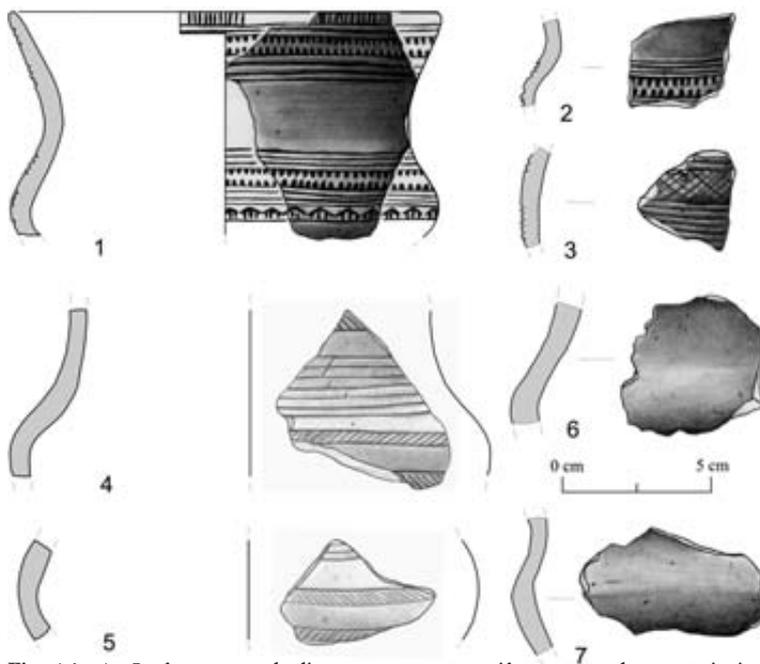


Fig. 14 – 1 a 5 – fragmentos de diversos vasos campaniformes com decoração incisa; 6 e 7 – fragmentos de vasos campaniformes lisos (desenhos de I. Conde).

Finalmente, um pequeno pote da Época Moderna realça-se não só por se apresentar relativamente completo, mas também por apresentar a marcação de H. Cabaço com uma datação bastante precisa ao reinado de D. Afonso V (Figs. 2 e 18). Esta precisão temporal leva-nos a crer que este vaso talvez tenha sido recolhido com numismas daquela época, dos quais não nos chegou notícia. Não deixa de ser pertinente sublinhar que é esta a cronologia que tem vindo a ser alvitrada para o início da produção deste tipo de potes cerâmicos na cidade de Lisboa e vale do Tejo, com base em recentes trabalhos, incidindo em contextos bem datados de finais do século XV e inícios do seguinte.

Face ao espólio agora apresentado é possível então vislumbrar alguns períodos de utilização da gruta da Pedra Furada 1:

1. Nos últimos séculos do 4.º milénio/transição para o 3.º milénio a.C. terão sido depositados alguns indivíduos (pelo menos um deles confirmado pelo radiocarbono – ver *infra*).

2. A ausência, entre o espólio recolhido, de artefactos claramente atribuíveis à primeira metade do 3.º milénio a.C. leva a crer na existência de um interregno na utilização funerária da gruta. Contudo, a presença de vários recipientes de cerâmica campaniforme com decoração incisa parece realçar um novo uso como contentor funerário entre meados e o terceiro quartel do 3.º milénio a.C.

3. A cerâmica atribuível à Idade do Bronze coloca a questão do seu uso como recinto funerário ou ritual, à imagem do que se conhece noutros contextos de gruta (CARDOSO, 1997-

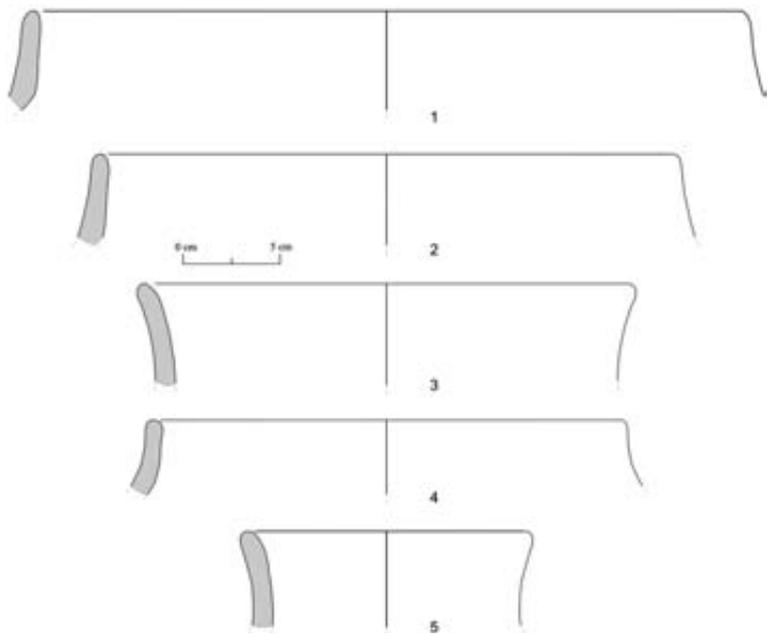


Fig. 15 - Recipientes lisos (desenhos de J. Pimenta).

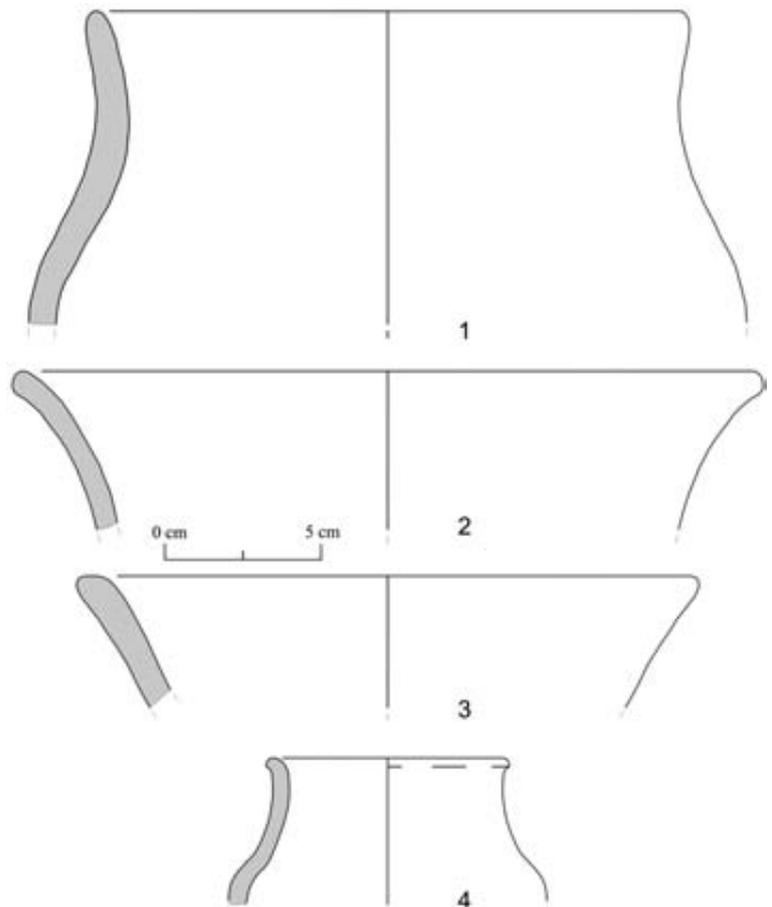


Fig. 16 - Recipientes lisos (desenhos de J. Pimenta).

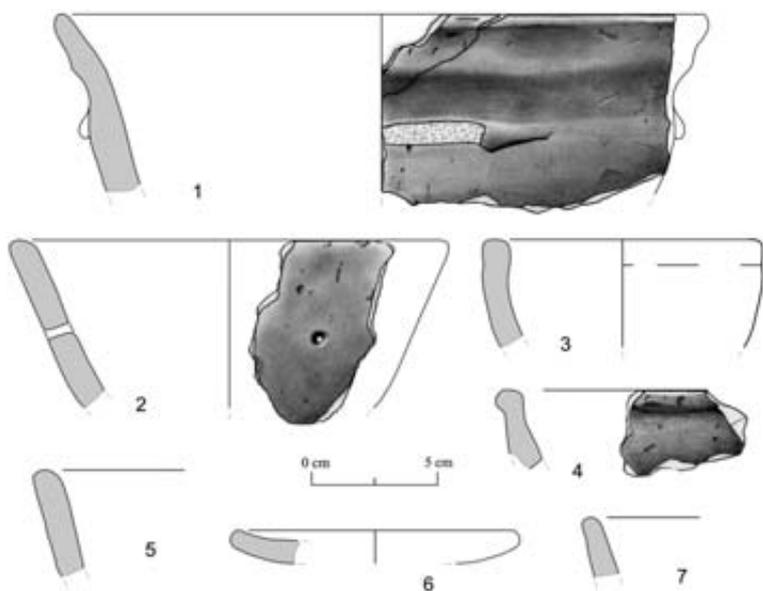


Fig. 17 – Recipientes lisos (desenhos de I. Conde).

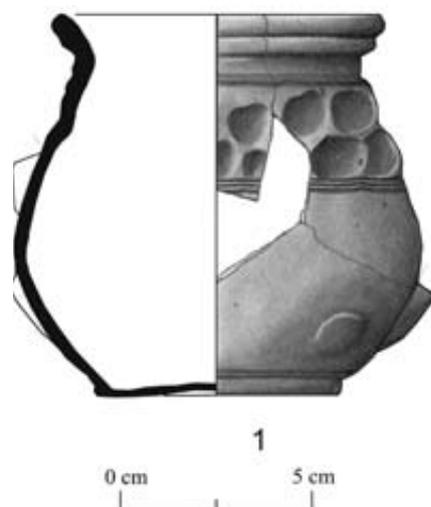


Fig. 18 – Pote atribuível ao século XV (desenho de I. Conde).

1998; GOMES & CALADO, 2007). Porém, sem uma sequenciação pelo radiocarbono dos indivíduos ali encontrados, será possível esclarecer, no caso presente, esta importante questão.

4. Finalmente, durante o início da Época Moderna um pequeno pote foi ali depositado, talvez com um tesouro ou acompanhando algum indivíduo.

3 - ESPÓLIO ANTROPOLÓGICO

O espólio antropológico da gruta Pedra Furada, actualmente depositado no Museu de Vila Franca de Xira, é constituído por aproximadamente 1200 fragmentos ósseos (incluindo dentários). À semelhança do restante espólio, desconhece-se qualquer indicação da proveniência dos restos ósseos, com a excepção de duas muito prováveis conexões anatómicas: calote craniana + mandíbula (Fig. 19), e fragmento de maxilar superior direito + mandíbula.

A colecção osteológica é constituída por ossos de todas as partes do esqueleto, ainda que alguns se encontrem sub-representados, nomeadamente os restos dentários, ossos do tronco, do carpo e falanges dos pés. Porém, esta representatividade diferencial pode, pelo menos em parte, ser explicada por factores tafonómicos: algumas representam regiões ósseas mais ricas em osso trabecular, e consequentemente mais susceptíveis de uma decomposição rápida, e outras, de peças menores, que podem ter sofrido uma recolha mais deficiente ou eventuais perdas pós-escavação.

Ainda que a fragmentação óssea seja elevada, a preservação destes restos é boa, tendo sido possível identificar prováveis fragmentos de ossos longos simétricos, caso de dois fémures de adulto (PF. 20 e PF. 98; Fig. 20). Várias alterações de origem tafonómica são visíveis na superfície óssea destes ossos, incluindo pequenas



Fig. 19 – Conexão anatómica de uma calote craniana e mandíbula (PF. 1).

manchas negras, fracturas recentes e, ainda que muito escassos, marcas de dentes de roedores. Três fragmentos ósseos apresentam uma coloração preta devido à exposição de fogo, provavelmente de origem accidental e eventualmente resultante de actividades mais recentes nesta gruta. Pequenas manchas vermelhas ou alaranjadas, compatíveis com ocre foram também observadas em vários fragmentos ósseos. Contudo, recentemente tem sido investigado uma outra origem para estas manchas avermelhadas – o cinábrio (sulfeto de mercúrio), conhecido como sendo utilizado em rituais funerários, pinturas corporais e de cerâmicas, entre outros. Alguns dos elementos referidos encontram-se em análise no âmbito de um projecto internacional, envolvendo a medição dos níveis de mercúrio de ossos de várias amostras portuguesas do Neolítico final/Calcolítico, para elucidar sobre a origem dos pigmentos avermelhados frequentemente encontrados, mas geralmente atribuídos ao uso de ocre.

A detecção de três ossos com sinais de corte é um aspecto importante:

1. Um fragmento de diáfise de clavícula direita, pertencente a um indivíduo que terá falecido com aproximadamente 10 anos de idade apresenta duas zonas de pequenos cortes na área de inserção do deltóide. A zona mais medial exhibe três pequenos sulcos, e a outra mais lateral, apenas um. O comprimento destes sulcos não ultrapassa os 5 mm;

2. Outro conjunto de três pequenos sulcos, muito semelhante aos descritos atrás, foi também registado na superfície posterior junto à fossa olecraniana de um fragmento de extremidade distal de úmero esquerdo adulto (Fig. 21). Esta região corresponde à zona de inserção lateral do músculo tríceps braquial no úmero, um músculo que corre na parte posterior do braço (STONE & STONE, 1990);

3. Finalmente, os quatro sulcos observados num fragmento de diáfise de úmero esquerdo revelam um padrão um pouco diferente, sendo constituído por três sulcos na superfície anterior da diáfise e paralelos entre si (atingindo 10 mm de comprimento máximo), e um menor na superfície medial, numa zona aparentemente de não inserção muscular. Este último caso recorda-nos dois outros observados na anta de Carcavelos, Loures (HILLIER *et al.*, 2009).

Face ao desconhecimento de contexto dos achados enumerados a interpretação das marcas de corte descritas é complexa, podendo atribuir-se a acções de desmembramento e descarnação, relacionadas com práticas funerárias, mas também com actos de violência interpessoal (HILLIER *et al.*, 2009).

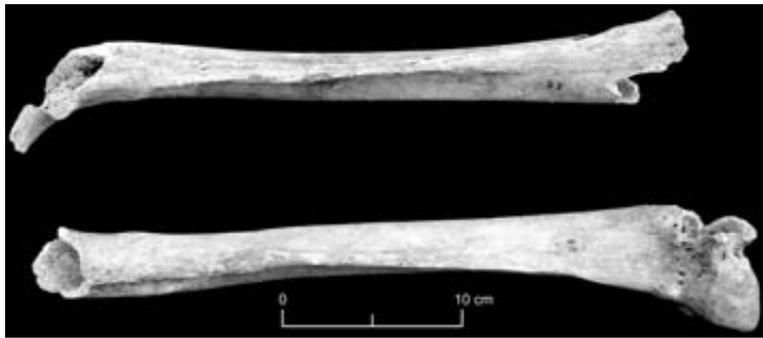


Fig. 20 – Fémur esquerdo (PF.20) e fémur direito (PF.98) provavelmente simétricos.

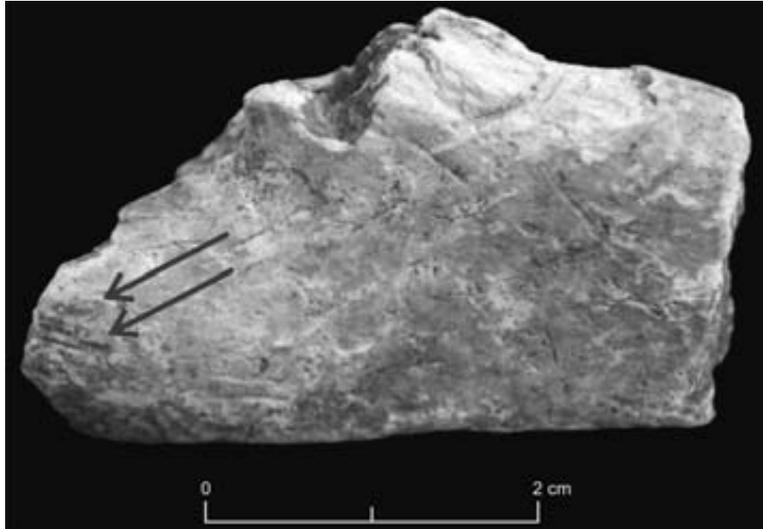


Fig. 21 – Marcas de corte observadas na superfície posterior e distal da diáfise de um úmero esquerdo (PF.260).

Um mínimo de 34 indivíduos, 24 adultos (pelo úmero direito) e 10 não adultos estão representados nesta colecção. Entre estes últimos, uma tibia esquerda permitiu identificar o indivíduo mais novo que teria falecido entre 1 e 3 meses. A presença de não adultos de vários grupos etários é atestada pela presença de vários ossos longos (Fig. 22).

Os indicadores etários dos indivíduos adultos são ainda mais escassos. Ainda assim é possível afirmar que há pelo menos um adulto jovem (20 a 30 anos) e três indivíduos que faleceram com mais de 30 anos com base na amostra de clavículas recuperadas.

A presença de indivíduos mais idosos é sugerida por fragmentos cranianos com suturas em avançado estado de obliteração e pelo desgaste dentário severo observado em dois pré-molares de um fragmento de maxilar superior.

Quanto à diagnose sexual, a presença de indivíduos de ambos os sexos é confirmada por vários indicadores. Concretamente, a amostra de talus direitos (osso do pé) sugere uma proporção semelhante de indivíduos de ambos os sexos: quatro masculinos e três femininos. Os dados demográficos obtidos são assim compatíveis com uma população natural, ou seja, não foi detectada qualquer aparente selecção de inumados. Porém, a sua contemporaneidade é uma incógnita, pois os dados arqueológicos sugerem pelo menos três períodos de possíveis deposições de restos mortais. A datação pelo radiocarbono de um perónio de indivíduo adulto permite vislumbrar uma deposição, mas provavelmente mais, na transição do 4.º para o 3.º milénio a.C.

Os restos ósseos caracterizam-se morfológicamente por serem maioritariamente gráteis. A estatura estimada com base no comprimento do 1.º metatársico é de 155 cm (n = 9), variando os valores obtidos entre 138 cm e 161 cm, representando uma das médias mais baixas obtidas para amostras portuguesas coevas (SILVA, 1993 e 1996). Entre as variações morfológicas não métricas da região craniana, foram observados dois ossos frontais (2/4) com persistência de sutura metópica, ainda que num dos casos esta tenha iniciado um encerramento mais tardio – Calote PF. 1. Esta calote apresenta ainda um ossículo supranumerário ao nível do *lambda*.

Ao nível do esqueleto pós-craniano, a abertura septal foi detectada em dois úmeros direitos. A perfuração do nervo supraclavicular, uma característica rara em populações actuais, mas que é observada com alguma frequência em populações do Neolítico, foi registada numa clavícula direita, que terá pertencido a um indivíduo falecido com mais de 30 anos de idade. Já o *os trigonum*, um pequeno ossículo acessório do talus (ossos do pé) não foi encontrado na presente amostra. O índice de achatamento foi estimado apenas em dois fémures (PF. 20 e PF. 98), aparentemente simétricos (podendo corresponder a um mesmo indivíduo), revelando um achatamento acentuado do terço superior da sua diáfise (71,4). Este valor reflecte um stress mecânico sobre os membros inferiores devido, provavelmente, a caminhadas frequentes desse indivíduo.

Ao longo das suas vidas os seres humanos aqui tumulados foram afectados por diversas lesões e patologias, algumas das quais deixaram marcas nos respectivos esqueletos. A análise e interpretação destas, apesar de algumas limitações, podem fornecer informações valiosas sobre a interacção e adaptação dos indivíduos ao meio ambiente, do seu estado sanitário e dos seus conhecimentos médicos, entre outras. Neste âmbito, a amostra

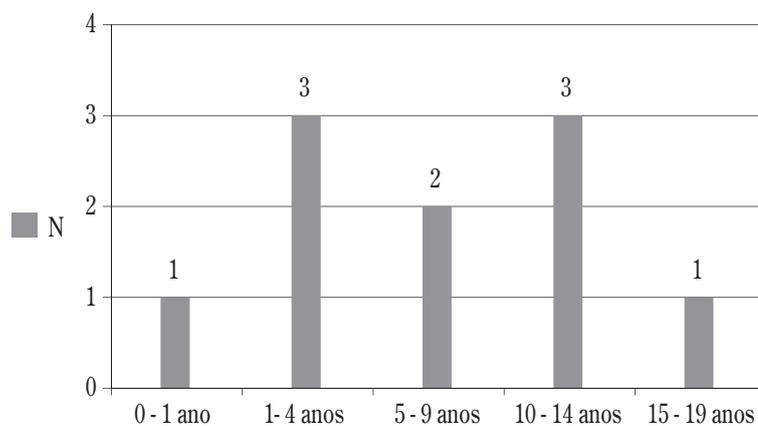


Fig. 22 – Perfil demográfico da amostra de não adultos exumada na gruta de Pedra Furada 1.

da Pedra Furada destaca-se pelos casos de patologia traumática identificados predominantemente nos ossos dos pés. Entre estes, destaca-se uma fratura envolvendo um 4.º e 5.º metatarsianos direitos (PF. 357 e PF. 570; Fig. 23). A fratura ocorreu provavelmente no 5.º metatarsiano, sendo do tipo completa e oblíqua. No processo de cicatrização, o calo ósseo levou à fusão dos 2 ossos do pé, integrando possivelmente esquirolas ósseas que se tenham formado aquando da fratura. Ainda que a lesão se encontre completamente remodelada parece ter ocorrido um encurtamento da diáfise do 5.º metatarsiano, na região distal à fratura. Ressalvando-se que não se preservou a região proximal do 5.º metatarsiano, devido a perda *pos-mortem*, não foram detectadas quaisquer outras complicações, sendo apenas visíveis alterações degenerativas (artrose) da superfície articular medial do 4.º metatarsiano, provavelmente desenvolvidas secundariamente ao evento traumático.

No corpo de um calcâneo esquerdo (PF. 112; Fig. 24) é visível uma linha óssea que deverá corresponder a uma fratura antiga. A sua localização é típica de fracturas resultantes de queda sobre os pés. A lesão encontra-se completamente remodelada, exibindo ainda sinais de outra patologia, descrita *infra*.

Evidências de um trauma do tipo compressão/esmagamento são visíveis junto à região articular proximal e medial de um 3.º metatarsiano esquerdo (PF. 572), que exhibe um “alisamento” ósseo, enquanto na zona articular oposta, surge uma saliência óssea.

Ainda nesta região do esqueleto – o metatarso – foram ainda observadas mais duas alterações ósseas compatíveis com traumas, mas de diagnóstico mais reservado:



Fig. 23 – Norma superior de 4.º e 5.º metatarsianos direitos (PF. 357 e PF. 570) com sinais de uma fratura.

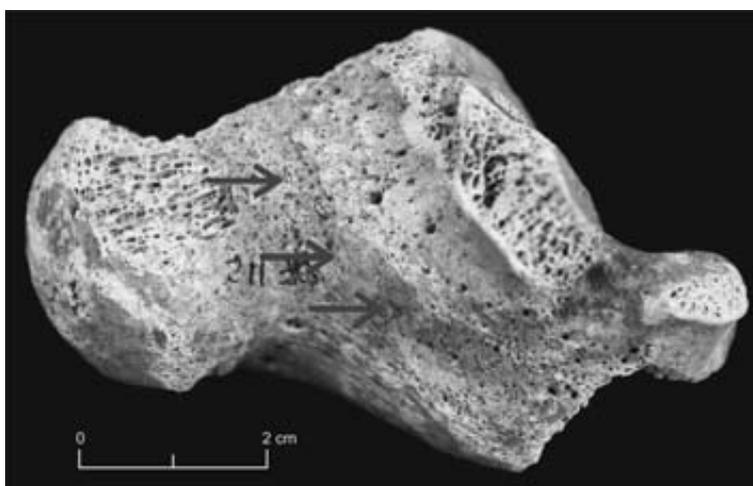


Fig. 24 – Calcâneo esquerdo (PF. 112) com sinais de uma fratura do corpo antiga e remodelada (a) e de *osteocondritis dissecans* (b).

- Na região proximal medial de um 4.º metatarsiano esquerdo (PF. 68), por cima da região da superfície articular medial observa-se um crescimento ósseo anômalo, que poderá corresponder a um calo ósseo, formado em consequência de uma fractura incompleta ou outro tipo de trauma, nomeadamente uma luxação. Esta formação encontra-se um pouco mascarada por alterações tafonómicas dificultando a sua interpretação;

- Também de difícil interpretação é uma linha visível na articulação proximal, a cerca de 6 mm da margem plantar, de um 3.º metatarsiano direito (PF. 417). Parece tratar-se de uma fractura incompleta ou fissura óssea, mas não se pode excluir um caso de fusão não óssea entre o 3.º metatarsiano e o 3.º cuneiforme. Esta variação anatómica não patológica representa um defeito de desenvolvimento ósseo que revela uma forte componente genética (REGAN, CASE & BRUNDIGE, 1999), mas é usualmente assintomática.

Sinais de outra fractura do tipo oblíqua foram observados no terço distal da diáfise de uma falange proximal da mão (PF. 202; Fig. 25). Trata-se novamente de um evento que ocorreu muito antes da morte do indivíduo. Ademais, a continuação da utilização do dedo/mãos para as actividades diárias é atestada pelo desenvolvimento de lesões osteofíticas nas zonas de inserção do tendão flexor.

Pequenas exostoses ósseas foram também assinaladas para vários ossos da mão e do pé, nomeadamente: junto à extremidade proximal de um segundo metacarpiano direito (PF. 474); próximo da articulação distal da superfície palmar de uma falange proximal da mão (PF. 764); junto à extremidade distal de um 1.º metatarsiano direito (PF. 58); e na articulação proximal de um talus direito (PF. 251). Estas pequenas exostoses de diâmetro menor a 2-3 mm deverão corresponder a pequenos traumatismos localizados.

Em três articulações foram observadas lesões atribuídas a casos de *osteochondritis dissecans* (OD). Esta é uma condição não inflamatória caracterizada pela produção de osso necrótico nas articulações resultante da obliteração significativa do vaso sanguíneo que irriga a região. O pequeno fragmento de osso subcondral necrótico que se forma pode separar-se parcial ou totalmente. Posteriormente, este pode permanecer solto na articulação, ser absorvido ou voltar a fundir na respectiva área (AUFDERHEIDE & RODRÍGUEZ-MARTÍN, 1998; ORTNER & PUTSCHAR, 1981; ROBERTS & MANCHESTER, 1995). Dois dos casos de OD foram detectados em ossos do pé de indivíduos adultos: na superfície articular posterior de um calcâneo esquerdo (já anteriormente referido por possuir sinais de uma fractura antiga - PF. 112, ver Fig. 24) e na região mesial da superfície articular posterior de um talus direito (PF. 316). As lesões têm uma forma, respectivamente, arredondada (diâmetro de 6 mm) e oval (5 × 3,5 mm). Outro caso foi detectado na extremidade distal de uma primeira falange distal do pé, que se encontra em processo de fusão correspondendo a um indivíduo adolescente. A lesão, arredondada e com um diâmetro aproximadamente de 4 mm encontra-se, tal como as anteriores, em fase de remodelação. Actualmente, esta enfermidade ocorre em adolescentes e adultos, mais frequentemente em indivíduos do sexo masculino, sendo o pico de idades entre os 10 e 25 anos (AUFDERHEIDE & RODRÍGUEZ-MARTÍN, 1998; ZIMMERMAN & KELLEY, 1982). Alguns casos de OD foram descritos para colecções pré-históricas coevas. Entre estas, destacam-se os sete casos descritos para os restos ósseos humanos exumados do



Fig. 25 - Norma palmar de falange proximal da mão (PF. 202). São visíveis sinais de uma fractura oblíqua antiga, para além de lesões osteofíticas nas zonas de inserção do tendão flexor (patologia degenerativa não articular).

tholos de Paimogo 1, onde predominam as lesões em fêmures e tíbias (SILVA, 2002). A etiologia exacta desta doença é desconhecida. Contudo, a causa mais evocada é de origem traumática, correspondendo a traumas repetitivos de baixa intensidade ou microtraumas (AUFDERHEIDE & RODRÍGUEZ-MARTÍN, 1998).

Sinais de infecção não específica, vulgarmente designados por periostite, foram registados para vários fragmentos ósseos, predominando as lesões remodeladas (não activas). Em quatro fragmentos de ossos longos de não adultos, provavelmente pertencentes a indivíduos distintos, foram observadas lesões infecciosas compatíveis com esta patologia.

A tíbia direita (PF. 478), pertencente à criança mais jovem da amostra, revela porosidade ao longo de toda a sua superfície posterior. Sinais de infecção remodelada foram observados em dois fêmures esquerdos (PF. 13 e PF. 161), respectivamente na região posterior/lateral da diáfise e na região da fossa hipotrocanteriana. No úmero direito (PF. 67; Fig. 26), pertencente a um indivíduo que terá falecido entre os 10 e 14 anos, há deposição de osso novo na superfície anterior da diáfise junto às fossas radial e coronal. Nos restos ósseos pertencentes a adultos, os sinais de lesões infecciosas são, com excepção de um caso, todas do tipo remodelado, ainda que haja evidências de situações inflamatórias crónicas. Um fragmento de osso longo, provavelmente fémur (PF. 134), revela em toda a superfície preservada alterações relacionadas com um processo infeccioso muito activo. Nas superfícies posteriores de dois fragmentos de ossos longos, um perónio esquerdo (PF. 114 + 381) e um fémur direito (PF. 98), as lesões encontram-se muito remodeladas reflectindo eventos infecciosos antigos. Porém, alguns destes indivíduos sofreram de processos infecciosos crónicos. Estes traduzem-se pela “invasão” de osso trabecular para o canal medular, reduzindo o osso cortical. Num 5.º metatarsiano esquerdo (PF. 82) e em dois fragmentos de metatarsianos, sem extremidade proximal (PF. 382 e PF. 563), o canal medular encontra-se completamente preenchido por osso trabecular “grosso”, resultando na sua obliteração. As causas podem ser variadas, mas na presente amostra, face às evidências de diversos eventos traumáticos na região dos pés, infecções secundárias a estes, parecem a origem mais plausível.

Alterações degenerativas não articulares sob a forma de alterações osteofíticas das enteses (zona de inserção muscular), de grau baixo a médio, foram observados em várias falanges proximais da mão na zona de inserção dos tendões flexores. Estas lesões formam-se devido a movimentos repetitivos de flexão e contracção dos dedos das mãos, ou seja, reflectem actividades diárias repetitivas que envolvessem aqueles movimentos.

Para além das patologias descritas foram observados diversos pequenos orifícios no tubérculo de um 5.º metatarsiano direito (PF. 670) que parecem corresponder a lesões líticas, de etiologia desconhecida. Contudo, uma origem tafonómica não pode ser excluída.

Os dados de patologia oral são escassos, ao contrário do que é usual. Isto deve-se sobretudo à pouca representatividade destes na presente colecção. As lesões cariogénicas foram observadas em 5 dentes: dois pertencentes ao fragmento de maxilar superior PF. 825 e três à mandíbula PF. 1. Nesta última peça, as lesões



Fig. 26 – Sinais de patologia infecciosa activa sob a forma de deposição de osso novo numa diáfise de úmero direito (PF. 67 + PF. 146) pertencente a um indivíduo que terá falecido entre 10 e 14 anos.

são de tamanho médio e ocorrem na superfície oclusal dos 2.^{os} molares e na superfície labial do canino direito. Já no maxilar, o 2.^o molar superior esquerdo encontra-se destruído devido à cárie e na superfície interproximal com o dente adjacente, o 3.^o molar, é visível uma pequena cárie. Depósitos de tártaro são observados em vários dentes, nomeadamente nos dentes do maxilar superior e mandíbula da calote PF. 1 e nos 3 dentes recuperados do fragmento maxilar superior direito PF. 811. Neste último foi ainda registado uma lesão periapical remodelada do tipo abscesso junto ao alvéolo do 2.^o prémolar.

As inferências sobre patologia degenerativa articular também são limitadas face ao padrão de preservação da presente amostra. Com a excepção dos casos descritos como provavelmente de origem secundária a eventos traumáticos, apenas foram observadas alterações degenerativas num fragmento de atlas (primeira vértebra, PF. 929).

Resumindo, a amostra osteológica recuperada da gruta de Pedra Furada representa no mínimo 34 indivíduos, 10 não adultos e 24 adultos, de ambos os sexos. Trata-se de indivíduos de estatura baixa mas revelando alguma robustez, particularmente nas regiões das mãos e dos braços (articulação do cotovelo) provavelmente relacionadas com actividades diárias exigindo esforço muscular. Apesar da elevada fragmentação óssea, esta amostra revela patologias interessantes. Entre estas, destacam-se as observadas na região dos pés, reflexo de que esta região do esqueleto estaria sujeita a stresses biomecânicos importantes e repetitivos, envolvendo caminhadas diárias em áreas acidentadas.

4 – ESPÓLIO FAUNÍSTICO

Aquando das escavações, recolheu-se um conjunto faunístico escasso, mas de uma assinalável diversidade, tendo presente o número de espécies presentes.

Naturalmente, os condicionalismos inerentes aos trabalhos de escavação, não permitem constituir associações homogéneas, do ponto de vista cronológico-cultural, tendo presentes as diversas épocas em que a cavidade foi ocupada ou utilizada. A intermitência da presença humana entre o Neolítico Final e os primórdios da Época Moderna, impede de atribuir com segurança uma qualquer cronologia a cada uma das peças faunísticas a seguir estudadas, retirando-lhes assim grande parte do interesse científico. É o caso do saca-rabos, *Herpestes ichneumon*, espécie exótica no território português, cuja presença, não obstante se encontrar representada por apenas uma peça, se reveste de elevado interesse científico, sobretudo se se tratar de um resto pré-histórico, ou mesmo que seja dos primórdios da Época Moderna. Da mesma forma, os restos galináceos, atribuíveis globalmente a cf. *Gallus domesticus*, devem reportar-se seguramente a época histórica, já que seria altamente improvável a sua integração em qualquer das ocupações anteriores representadas na gruta, como a Idade do Bronze, ou mesmo o Calcolítico. Contudo, é de recordar, a tal propósito, que *Gallus domesticus* foi identificado na camada 2 do povoado pré-histórico de Leceia (GOURICHON & CARDOSO, 1995), atribuída ao Calcolítico Pleno, muito embora tal ocorrência possa constituir uma contaminação da camada superficial, de época medieval a contemporânea.

Os restos faunísticos recuperados nas escavações realizadas na gruta da Pedra Furada 1, revelam uma assinalável diversidade ao nível dos *taxa* representados, embora sejam escassos os restos relativos a cada um deles (ver Anexo 1). Contudo, pelas razões já referidas, o valor das presentes observações fica muito prejudicado pelo facto de não se poder assumir que se trata de um conjunto homogéneo, por falta de indicações estratigráficas, dado que estão representadas na cavidade diversas ocupações, deste os tempos pré-históricos até pelo menos o século XV, sendo mesmo possível que alguns restos possam ser mais modernos.

No respeitante aos mamíferos, é residual a fauna caçada, documentada apenas pelo veado, e eventualmente pelo coelho, pois é conhecida a tardia domesticação desta espécie e ainda pelo javali, por não ter sido

possível destringir entre a forma selvagem e a doméstica, pela escassez e má qualidade dos restos disponíveis. As restantes espécies domésticas correspondem ao boi e aos ovino-caprinos, podendo a sua presença, tal como as espécies anteriormente referidas, interpretar-se de dois modos distintos: no caso dos restos estarem associados às tumulações pré-históricas, representam oferendas de carne que acompanhavam os mortos, realidade que se encontra de há muito documentada em contextos estremenhos e baixo-alentejanos do Bronze do Sudoeste, como a sepultura de Belmeque (SCHUBART, 1974), ou os indivíduos tumulados no *tholos* da Roça do Casal do Meio (SPINDLER *et al.*, 1973-1974), realidade que tem vindo a ser recentemente documentada na primeira daquelas regiões, por via das intervenções realizadas no âmbito da minimização de impactos arqueológicos do Alqueva (COSTA & BAPTISTA, 2014). A alternativa seria de considerar, pelo menos em parte, a presença destes restos como vestígios alimentares das populações que, já em época histórica, se acolheram recorrentemente na gruta.

No respeitante aos carnívoros, a interpretação dos restos recolhidos como oferendas cárnicas mortuárias, na hipótese de serem pré-históricas é muito mais problemática, dado que em geral tais animais são desprovidos de interesse alimentar. É mais provável que espécies como o gato doméstico, cujo registo arqueológico pré-histórico não é conhecido no território peninsular, o texugo e o saca-rabos utilizassem a gruta como abrigo; o cão, na eventualidade de ser pré-histórico poderia ter um papel simbólico, tal como outros animais cujos restos foram encontrados em porções ou na totalidade do esqueleto em diversos sítios baixo-alentejanos recentemente escavados (VALERA, NUNES & COSTA, 2010; COSTA & BAPTISTA, 2014; PORFÍRIO & SERRA, 2014).

As aves estão exclusivamente representadas por galiformes domésticos, muito apreciados em época histórica, particularmente desde a presença romana (CARDOSO, 2009; CARDOSO & DETRY, 2005). O conjunto em apreço deve ser reportado à época histórica, até pela sua exclusividade na estação.

Por último, os moluscos atestam grande diversidade de biótopos explorados, desde os marinhos, de litoral rochoso, como os mexilhões, as lapas e os caramujos (estes evidenciando um padrão de partição intencional muito evidente), até fundos areno-vasosos estuarinos, postos a descoberto na baixa-mar, como a lamejinha e a ostra, esta última ainda existente, embora com acentuada regressiva, por alturas de Castanheira do Ribatejo/Vila Franca de Xira, no decurso da presença islâmica (Cardoso, 2009), época em que a salinidade das águas naquela secção do rio permitia ainda a sua presença. Enfim, a amêijoia e o berbigão atestam águas salobras, mas de salinidade superior àquela que se verifica actualmente naquela secção do rio, e substrato areno-vasoso; deste modo, se a sua recolocção na actualidade só é possível mais a jusante, já nos tempos pré-históricos ela poderia ter ocorrido nas proximidades da estação, como atesta a quase exclusividade de amêijoia no povoado calcolítico de Moita da Ladra, situado sobre o Tejo um pouco mais para jusante (CARDOSO & CANINAS, 2010). Contudo, podendo tratar-se de restos já de época histórica, nada obsta a que tenham sido recolectados noutras paragens, situadas mais a jusante, não revelando assim as características salinas do Tejo na secção de Vila Franca de Xira.

5 – DATAÇÃO PELO RADIOCARBONO

Graças ao apoio do Centro de Investigação em Antropologia e Saúde (CIAS- Universidade de Coimbra) foi possível efectuar uma datação pelo radiocarbono de um perónio (PF. 86) de um dos indivíduos depositado na gruta de Pedra Furada 1.

A calibração da datação Beta-237900 – 4370 ± 40 BP (12C/13C = -19,6), pelo programa OxCal 4.2 (BRONK RAMSEY, 2009), utilizando a curva IntCal13 (REIMER *et al.*, 2013), resultou nos seguintes intervalos:

- cal BC – 3025-2915 (1 sigma) 68,2%
- cal BC – 3095-2900 (2 sigma) 95,4%

Este resultado coincide com o período de transição entre o 4.º e o 3.º milénios a.C., ao qual se pode atribuir parte do espólio referido, nomeadamente os líticos lascados e polidos, bem como o lagomorfo e alguns recipientes cerâmicos. Claro está, esta datação isolada não adscrive a utilização funerária da cavidade somente àquele período, dado que a presença de espólios campaniformes e outros, posteriores, colocam a possibilidade de sequentes utilizações mortuárias, que só poderão ser confirmadas, ou negadas, com a realização de um programa sistemático de datações de mais indivíduos.

6 – CONCLUSÕES

A revisão e apresentação do espólio da gruta de Pedra Furada 1 reforça o conhecimento das práticas funerárias dos 4.º e 3.º milénios a.C., bem como a continuidade de usos das cavidades subterrâneas pelas comunidades que ocuparam a região no decurso do 2.º milénio a.C. e já em época histórica (século XV).

Se são verosímeis práticas funerárias para as primeiras ocupações dos 4.º e 3.º milénios a.C., as evidências correspondentes ao 2.º milénio poderão reportar-se a um outro tipo de aproveitamento das cavidades, relacionado com cultos subterrâneos.

O estudo da assinalável amostragem de restos humanos permitiu traçar o perfil etário da comunidade pré-histórica aqui tumulada; embora o conjunto estudado se possa adscriver, essencialmente, à transição do 4.º para o 3.º milénios a.C., quando ali se constituiu uma verdadeira necrópole colectiva, algumas das deposições são seguramente campaniformes, e, eventualmente, da Idade do Bronze.

Enfim, a presença de alguns restos faunísticos, bem como de vestígios arqueológicos de época histórica, nomeadamente do século XV, evocam a utilização de certas cavidades, especialmente as situadas perto de aglomerados urbanos como esta, até épocas históricas, designadamente como refúgio e abrigo de indivíduos e seus bens, em épocas de crise e conflito.

AGRADECIMENTOS

A José Barreto Domingos pela identificação e partilha da acta da AAP utilizada neste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. (1972) – Inscrições romanas e moedas visigóticas no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. In: CARVALHO, R. F. (coord.) (1972) – *25.º Aniversário da Biblioteca-Museu Municipal Dr. Vidal Baptista: Boletim Comemorativo*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal, p. 149-154.
- (AAP) ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (1956) – [Acta] *Sessão de 9 de Fevereiro de 1956*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, folha 93.
- AUFDERHEIDE, A. & RODRÍGUEZ-MARTÍN, C. (1998) – *The Cambridge Encyclopedia of Human Paleopathology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- (BMDVB) BIBLIOTECA-MUSEU DR. VIDAL BAPTISTA (1955) – Achados Arqueológicos no Monte Gordo. In: *Relatório de Gerência de 1955*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal, p. 45.
- BOAVENTURA, R. (2009) – *As antas e o megalitismo da região de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Pré-História. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

- BOAVENTURA, R. & CARDOSO, J. L. (2010-2011) – Revendo os artefactos lascados da anta de Pedras da Granja (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 175-199.
- BETTENCOURT, J. R. (1957) – A Biblioteca-Museu Municipal de Vila Franca de Xira e a sua notável acção cultural durante os primeiros 10 anos da sua existência. *Vida Ribatejana*. Vila Franca de Xira. Número Especial, p. 129-131.
- BRONK RAMSEY, C. (2009) – Bayesian analysis of radiocarbon dates. *Radiocarbon*. 51 (1), p. 337-360.
- CARDOSO, J. L. (1994) – Leceia 1983-1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal, número especial.
- CARDOSO, J. L. (1997-1998) – As cerâmicas de ornatos brunidos da gruta do Correio-Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 155-167.
- CARDOSO, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: Um ensaio de História Regional*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 12).
- CARDOSO, J. L. (2009) – Estudo arqueozoológico sumário dos restos recuperados nas escavações. In: *A villa romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira)*. *Trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito de uma obra da EPAL*. Lisboa: EPAL, p. 199-216.
- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C. (2010) – Moita da Ladra (Vila Franca de Xira). Resultados preliminares da escavação integral de um povoado calcolítico muralhado. In: *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e 3.º milénios a.n.e. Actas do Colóquio Internacional (Cascais, 4-7 Outubro 2005)*. Cascais, p. 65-95.
- CARDOSO, J. L. & DETRY, C. (2005) – A lixeira baixo-imperial da uilla da Quinta das Longas (Elvas): análise arqueozoológica e significado económico-social. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8 (1), p. 369-386.
- CARDOSO, J. L. & MARTINS, F. (2013) – O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): Estudo dos utensílios de pedra lascada. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 357-524.
- CARDOSO, J. L.; FERREIRA, O. V.; ZBYSZWESKI, G.; LEITÃO, M.; NORTH, C. T.; NORTON, J. & BERGER, F. (2003) – A gruta do Correio-Mór (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11, p. 229-321.
- CARDOSO, J. L.; MONTEIRO, R.; FERREIRA, O. V.; COELHO, A. V.; GUERRA, F.; GIL, F. B. & PAIS, J. (1992) – A Lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 89-225.
- CARVALHO, R. F. (1972) – Resenha cronológica da sua criação e actividade e outros elementos ligados à sua história. In: CARVALHO, R. F. (coord.) – *25.º Aniversário da Biblioteca-Museu Municipal Dr. Vidal Baptista: Boletim Comemorativo*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 13-58.
- COSTA, C. & BAPTISTA, L. (2014) – The inclusion of faunal remains in Bronze Age funerary practices in Southern Portugal. Montinhos 6 – a case study. In: DETRY, C. & DIAS, R. (eds.) – *Proceedings of the First Zooarchaeological Conference in Portugal*. *BAR International Series*, 2662, p. 33-46.
- FERREIRA, O. da Veiga (1970) – Alguns objectos inéditos, bastante raros, da colecção do Professor Manuel Heleno. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 3, 4, p. 163-174.
- FORENBAHER, S. (1999) – *Production and Exchange of Bifacial Flaked Stone Artifacts during the Portuguese Chalcolithic*. Oxford: Archaeopress. (BAR International Series, 756).
- GALLAY, G.; SPINDLER, K.; TRINDADE, L. & FERREIRA, O. V. (1973) – *O monumento pré-histórico de Pai Mogo (Lourinhã)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- GOMES, M. V. & CALADO, D. (2007) – Conjunto de cerâmicas da gruta da Ladroeira Grande (Moncarapacho, Olhão, Algarve) e os santuários subterrâneos, da Idade do Bronze Final, no Sul de Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10 (1), p. 141-158.

- GONÇALVES, V. S. (1992) – *Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARQ.
- GOURICHON, L. & CARDOSO, J. L. (1995) – L'avifaune de l'habitat fortifié chalcolithique de Leceia (Oeiras, Portugal). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 165-186.
- HILLIER, M.; BOAVENTURA, R.; ANTUNES-FERREIRA, N. & ESTEVÃO, F. (2009) – Cutmarks on human remains from the dolmen of Carcavelos (Portugal): Possible evidence of disarticulation and defleshing in the Late Neolithic? In *Actas das Jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo, em Território Português*. Lisboa: Centro Português de Geo-História e Pré-História, p. 257-267.
- (IPPC) INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL (1986) – *Roteiros da Arqueologia Portuguesa 1: Lisboa e Arredores*. Lisboa: IPPC.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1951) – *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.
- LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter (Madriider Forschungen, 1: 3).
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter & Co., vol. 2.
- LUCAS, M. M. (2000) – Para uma arqueologia da Paisagem – o Alto do Senhor da Boa Morte, um espaço vivido. In: *Senhor da Boa Morte: Mitos, História e Devoção: Exposição, Celeiro da Patriarcal, 28 de Junho a 8 de Outubro de 2000*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal, p. 13-28.
- NUNES, G. S. (2003) – Do colecionismo à programação Museológica. Percurso do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. In: NUNES, G. S.; LUCAS, M. M. (coord.) – *Vila Franca de Xira, Tempos do rio, Ecos da Terra: Museu Municipal, Núcleo-Sede: Catálogo da exposição permanente*, p. 13-29.
- NUNES, G. S.; LUCAS, M. M. (coord.) (2003) – *Vila Franca de Xira, Tempos do rio, Ecos da Terra: Museu Municipal, Núcleo-Sede: Catálogo da exposição permanente*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- ORTNER, D. & PUTSCHAR, W. (1981) – Identification of pathological conditions in Human Skeletal remains. *Smithsonian Contributions to Anthropology*, 28.
- PARREIRA, R. (1987-1988) – Inventário do património arqueológico e construído do concelho de Vila Franca de Xira, Notícia da parcela 390-6. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*. 3, p. 95-105.
- PEREIRA, M. A. H. (1970) – Hipólito Cabaço. *Arqueologia e História*. 9.^a Série, 2, p. 7-27.
- PORFÍRIO, E. & SERRA, M. (2014) – In death as in life. Ties between man and animals in the recent prehistory of lower Alentejo: two case studies from Alto de Brinches 3 and Torre Velha 3 Serpa, Alentejo, Portugal). In: DETRY, C. & DIAS, R. (eds.) – *Proceedings of the First Zooarchaeological Conference in Portugal*. *BAR International Series*, 2662, p. 47-55.
- REGAN M.; CASE D. T. & BRUNDIGE J. C. (1999) – Articular surface defects in the third metatarsal and third cuneiform: nonosseous tarsal coalition. *American Journal of Physical Anthropology*. 109, p. 53-65.
- ROBERTS, C. & MANCHESTER, K. (1995) – *The Archaeology of disease*. Ithaca, New York: Alan Sutton Publishing Limited. 2.^a edição.
- REIMER, P. J.; BARD, E.; BAYLISS, A.; BECK, J. W.; BLACKWELL, P. G.; BRONK RAMSEY, C.; GROOTES, P. M.; GUILDERTON, T. P.; HAFLIDASON, H.; HAJDAS, I.; HATTÉ, C.; HEATON, T. J.; HOFFMANN, D. L.; HOGG, A. G.; HUGHEN, K. A.; KAISER, K. F.; KROMER, B.; MANNING, S. W.; NIU, M.; REIMER, R. W.; RICHARDS, D. A.; SCOTT, E. M.; SOUTON, J. R.; STAFF, R. A.; TURNEY, C. S. M. & VAN DER PLICHT, J. (2013) – IntCal13 and Marine13 Radiocarbon Age Calibration Curves 0-50,000 Years cal BP. *Radiocarbon*. 55 (4), p. 1869-1887.

- SCHUBART, H. (1974) – Novos achados sepulcrais do Bronze do Sudoeste II. In: *II Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1972)*. Actas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2, p. 65-96.
- (SGP) SERVIÇOS GEOLÓGICOS DE PORTUGAL (1965) – *Carta Geológica de Portugal, 1:50.000, folha 30-D (Alenquer)*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- SILVA, A. M. (1993) – *Os restos humanos da gruta artificial de São Pedro do Estoril II. Estudo Antropológico*. Relatório de investigação em Ciências Humanas. Coimbra, Departamento de Antropologia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Policopiado.
- SILVA, A. M. (1996) – *O Hipogeu de Monte Canelas I (IV – III milénios a.C.): Estudo paleobiológico da população humana exumada*. Trabalho de síntese. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Coimbra, Departamento de Antropologia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Policopiado.
- SILVA, A. M. (2002) – *Antropologia funerária e Paleobiologia das populações portuguesas (litorais) do Neolítico Final / Calcolítico*. Tese de Doutoramento em Antropologia Biológica. Coimbra: Universidade de Coimbra. Policopiado.
- SOARES, J. (2010) – Dólmen da Pedra Branca. Datas radiométricas. *Musa*. Setúbal. 3, p. 70-82.
- SPINDLER, K.; CASTELLO-BRANCO, A.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. V. (1973-1974) – Le monument à coupole de l'Âge du Bronze Final de la Roça de Casal do Meio (Calhariz). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 57, p. 91-153.
- SPINDLER, K. (1981) – *Cova da Moura: Die Besiedlung des Atlantischen Küstengebietes Mittelportugals vom Neolithikum bis na das Endeder Bronzezeit*. Mainz: Philipp Von Zabern (Col. Madrider Beiträge, 7).
- STONE, R. & STONE, J. (1990) – *Atlas of Skeletal Muscles*. Dubuque: WCB.
- TARRACHA, F. C. (1941) – O atentado ao Monte Gordo. *Vida Ribatejana*. Vila Franca de Xira, Natal de 1941, p. 44.
- UERPMANN, M. (1995) – A indústria da pedra lascada do Zambujal – Alguns resultados. In: KUNST, M. (coord.) – *Origens, estruturas e relações das Culturas calcolíticas da Península Ibérica: Actas das I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras, 3-5 Abril 1987*. Lisboa: IPPAR, p. 37-59 (Trabalhos de Arqueologia, 7).
- VALERA, A. C.; EVANGELISTA, L. & CASTANHEIRA, P. (2014) – Zoomorphic figurines and the problem of human-animal relationship in the Neolithic and Chalcolithic Southwest Iberia. *Menga*. 5, p. 15-41.
- VALERA, A. C.; NUNES, T. & COSTA, C. (2010) – Enterramentos de canídeos no Neolítico: a fossa 5 de Corça 1 (Brinches, Serpa). *NIA-Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 5, p. 7-17 (disponível em <URL: <http://www.nia-era.org>>).
- ZBYSZEWSKI, G. ASSUNÇÃO, C. T. de (1965) – *Carta geológica de Portugal na escala de 1:50 000. Notícia explicativa da folha 30-D Alenquer*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- ZIMMERMAN, M. & KELLEY, M. (1982) – *Atlas of Human Paleopathology*. New York: Praeger Publishers.

ANEXO 1

INVENTÁRIO DE FAUNAS

Mamíferos

Bos taurus

- P 4 com desgaste médio
- M 1-2 com desgaste médio
- Esquírola distal de úmero partida longitudinalmente
- Porção anterior de rádio

Ovis aries / Capra hircus

- Incisivo com desgaste fraco
- 2 M/1-2 com desgaste fraco
- 2 fragmentos de dente jugal superior indeterminado com desgaste quase nulo
- Extremidade distal de humero, partida intencionalmente por percussão
- Diáfise de rádio, com ambas as extremidades partidas intencionalmente
- 2 calcâneos do mesmo lado de indivíduos subadultos, com falta da epífise distal
- Metacárpico de indivíduo juvenil com falta de uma das duas trócleas distais
- Metatársico de juvenil com falta das duas trócleas distais
- 4 primeiras falanges de diferentes tamanhos de indivíduos adultos
- 3 primeiras falanges de indivíduos subadultos, todas com falta da epífise proximal
- 2 segundas falanges, uma de indivíduo adulto, outra de indivíduo subadulto, com falta da epífise proximal, embora seja de maiores dimensões que a anterior

Sus sp.

- Cúbito de indivíduo juvenil, com falta da epífise proximal
- Astrágalo
- Primeira falange

Cervus elaphus

- Calcâneo de indivíduo subadulto, com falta da epífise distal

Canis familiaris

- Fragmento distal de fêmur distal
- Tibia, com o comprimento máximo de 148 mm
- 3.ª falange

Felis catus

- Fragmento proximal de cúbito
- Fragmento de osso pélvico
- Fragmento distal de fêmur de indivíduo juvenil
- Fragmento distal de tibia de indivíduo juvenil

Meles meles

- Calcâneo

Herpestes ichneumon

- Cúbito de indivíduo juvenil

Oryctolagus cuniculus

- 4 hemimandíbulas, das quais 3 esquerdas
- Omoplata
- 3 húmeros, dois direitos e um esquerdo
- 2 ossos pélvicos
- Fragmento proximal de tíbia
- Fragmento distal de tíbia
- 4 fêmures, dos quais 3 esquerdos

Peixes

- 7 vértebras de diferentes tamanhos

Aves

Cf. *Gallus domesticus*

- Húmero
- Fragmento de osso pélvico
- 2 fêmures
- Fragmento distal de fêmur
- Fragmento distal de tíbia

Moluscos

Ostrea sp.

- 23 valvas de pequeno tamanho

Tapes decussatus

- 3 valvas completas e 9 fragmentadas de tamanho médio a grande
- 1 valva de pequeno tamanho

Scrobicularia plana

- 1 valva de pequeno tamanho

Cerastoderma edule

- 2 valvas de pequeno tamanho

Mytilus sp.

- 3 valvas incompletas de indivíduos de médio/grande tamanho

Patella sp.

- 1 valva de pequenas dimensões

Littorina littorea

- 4 exemplares fragmentados intencionalmente

A SEPULTURA CALCOLÍTICA DA GRUTA DA PONTE DA LAJE (OEIRAS)

THE CHALCOLITHIC INDIVIDUAL GRAVE OF PONTE DA LAJE CAVE (OEIRAS)

João Luís Cardoso¹

Abstract

In this article we present an individual grave found at the entrance of Ponte da Laje cave in 1958. The data discussion points out to the cultural meaning of the existence of an individual grave dated from early Chalcolithic, in the context of the collective graves of that period. The presence of two superimposed vessels, placed upside-down on the ground has a ritual meaning, which was valued and compared with other known examples.

Keywords: Chalcolithic, individual grave, Oeiras, Ponte da Laje, ritual deposition of vessels.

1 - INTRODUÇÃO. HISTÓRIA DAS INVESTIGAÇÕES

A gruta da Ponte da Laje, ou dos Mouros situa-se na margem esquerda da ribeira da Lage, a pouca distância da ponte que lhe deu o nome já existente na época da primeira intervenção arqueológica, em 1879, a qual, entretanto, foi substituída por outra (Fig. 1). Abre-se em afloramento de calcários duros recifais do Cenomaniano superior (antigo Turoniano) (Fig. 2), muito fracturados por causas tectónicas.

Trata-se de uma cavidade cársica, caracterizada por uma galeria estreita e sinuosa, que acaba num pequeno nicho, com o comprimento máximo de aproximadamente 18 metros (ZBYSZEWSKI, VIANA & FERREIRA, 1957, Fig. 1). A entrada possui forma de ferradura e poderá ter sido afeiçoada (op. cit, p. 389), aproximando-se, com efeito, da morfologia das passagens observadas entre os corredores e as câmaras de algumas grutas artificiais, como as da Quinta do Anjo (Palmela), conforme se pode verificar ainda hoje.

O seu interesse arqueológico foi confirmado na década de 1870, aquando dos reconhecimentos geológicos realizados por Carlos Ribeiro na região a Norte e a Oeste de Lisboa, dos quais resultaram a identificação de diversas estações arqueológicas, de imediato exploradas e, na maior parte dos casos, então publicadas. É o caso dos monumentos megalíticos de Monte-Abraão, da Pedra dos Mouros, da Estria e de Agualva, a par do monumento de falsa cúpula do Monge, todos no concelho de Sintra (RIBEIRO, 1880); e das grutas naturais do Poço Velho e de Porto Covo, no concelho de Cascais.

No concelho de Oeiras, Carlos Ribeiro identificou, por essa altura, o povoado pré-histórico de Leceia, objecto de uma importante memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa (RIBEIRO, 1878). No tocante à gruta da Ponte da Laje, sabe-se a época da intervenção, realizada entre princípios e os finais de Maio de 1879, conforme etiquetas apostas em algumas peças (9 de Maio de 1879; 28 de Maio de 1879; 30 de

¹Universidade Aberta e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). cardoso18@netvisao.pt

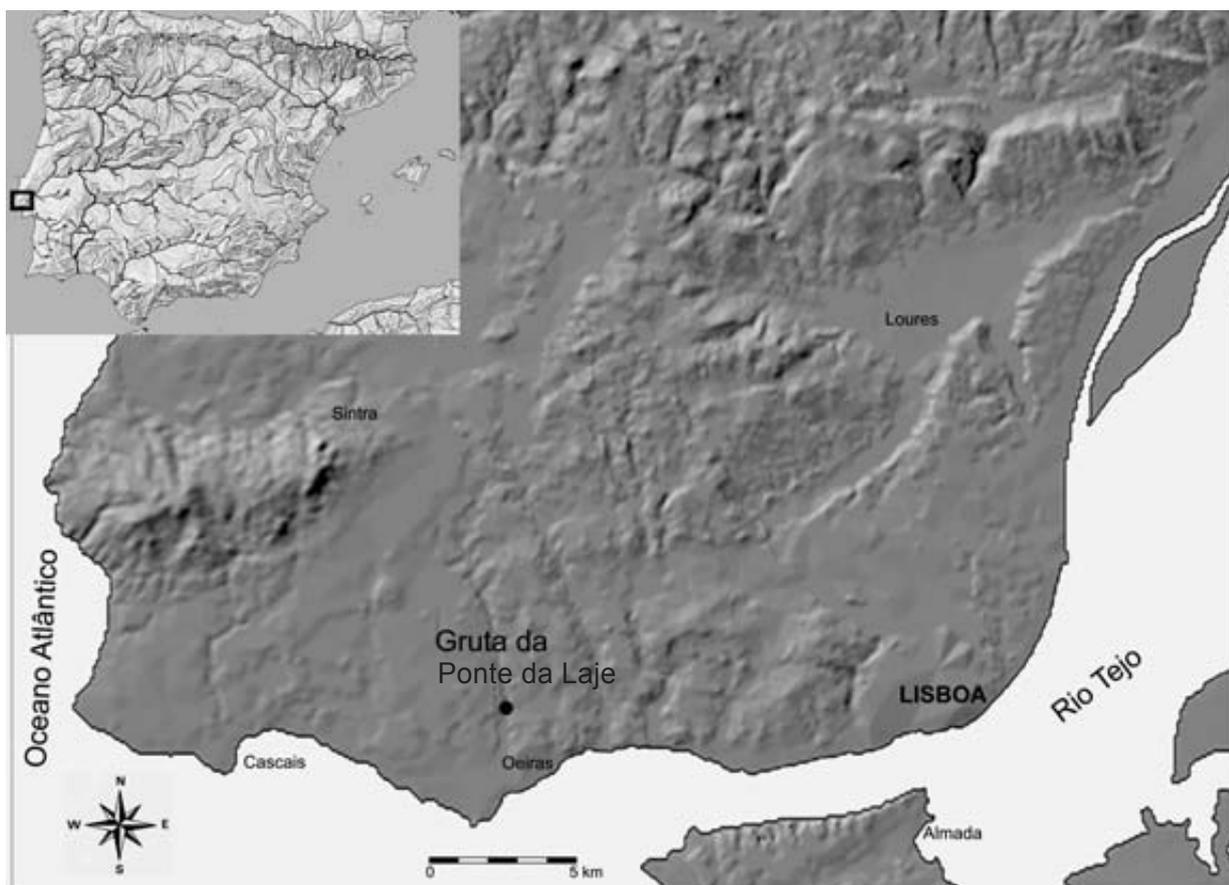


Fig. 1 – Gruta da Ponte da Laje. Localização geográfica.

Maio de 1879), as quais respeitam, não à data da sua inventariação, mas sim à da sua recolha no terreno (CARDOSO, 2013 a).

Os espólios resultantes desta exploração pioneira conservam-se no Museu Geológico do LNEG, aos quais se somam os obtidos nas explorações realizadas entre 3 e 15 de Novembro de 1958 por O. da Veiga Ferreira e colaboradores, ainda a tempo dos respectivos resultados serem apresentados em Dezembro daquele ano ao I Congresso Nacional de Arqueologia, tendo sido publicados nas respectivas actas (VAULTIER, ROCHE & FERREIRA, 1959). Contudo, o caderno de campo de O. da Veiga Ferreira relativo a esta intervenção (arquivo O. da Veiga Ferreira/João Luís Cardoso), regista outras datas, mais fidedignas, para a dita intervenção de campo, que de facto se teria realizado entre 3 e 14 de Outubro de 1958.

Os motivos que estiveram na origem desta segunda intervenção justificam-se por ter sido recolhido por Carlos Ribeiro um conjunto de artefactos atribuíveis ao Mustierense e ao Paleolítico Superior, que só vieram a ser publicados muitos anos depois (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942); nestes termos, importava avaliar a possibilidade de ainda se conservar algum depósito intacto daquela época no interior da cavidade, o que não se verificou, confirmando-se que o interior da gruta fora quase completamente esvaziado no tempo de Carlos Ribeiro. Apenas a área adjacente à entrada, não escavada no século XIX, veio a revelar uma única tumulação, então atribuída ao Neolítico, encostada à parede da gruta, com um corpo depositado em decúbito dorsal, cujos espólios também se conservam no Museu do LNEG. Pelo seu interesse arqueológico, foi esta ocorrência objecto da presente reavaliação.



Fig. 2 – Gruta da Ponte da Laje. Implantação em pequena cornija de calcários duros do Cenomaniano superior, da margem esquerda da ribeira da laje, em primeiro plano. Foto de G. Zbyszewski.

2 – A INTERVENÇÃO DE 1958

Do caderno de campo de O. da Veiga Ferreira de 1958 transcreve-se a passagem relativa ao diário das escavações efectuada na gruta da Ponte da Laje (Fig. 3).

3.10.1958 – segunda-feira

Fomos começar com 2 homens (Fig. 4) a limpeza da gruta da ponte da Lage – Oeiras a fim de eu e o Abade Roche explorarmos a dita gruta nos locais não explorados por Carlos Ribeiro.

4.10.1958 – terça-feira

Começámos a desobstruir e a desentulhara gruta, arrumando tudo à entrada como deve ser. Fiz e os dois muros de pedra à entrada para arrumar as terras retiradas de dentro. No fundo da gruta explorada por Carlos Ribeiro e depois de uma passagem muito desigual entra-se numa câmara larga e cheia de terra.

5.10.1958 – quarta-feira

O Padre Roche está com gripe e eu fui só á gruta. O trabalho continua bem e hoje durante a limpeza encontrou-se uma lâmina retocada muito boa, assim como fragmentos de cerâmica incisa.

6.10.1958 – quinta-feira

Continuamos a limpeza da gruta e devemos terminar tudo hoje à tarde. Amanhã começaremos o corte da entrada.

7.10.1958 – sexta-feira

Começamos o corte na encosta para a entrada da gruta. O Maxime Vaultier e o Dom Fernando de Almeida fizeram-me hoje companhia. Ao fim da tarde começaram a aparecer por baixo da camada de detritos da escavação de Carlos Ribeiro uma camada de terra vermelha com ossos humanos e sílex.

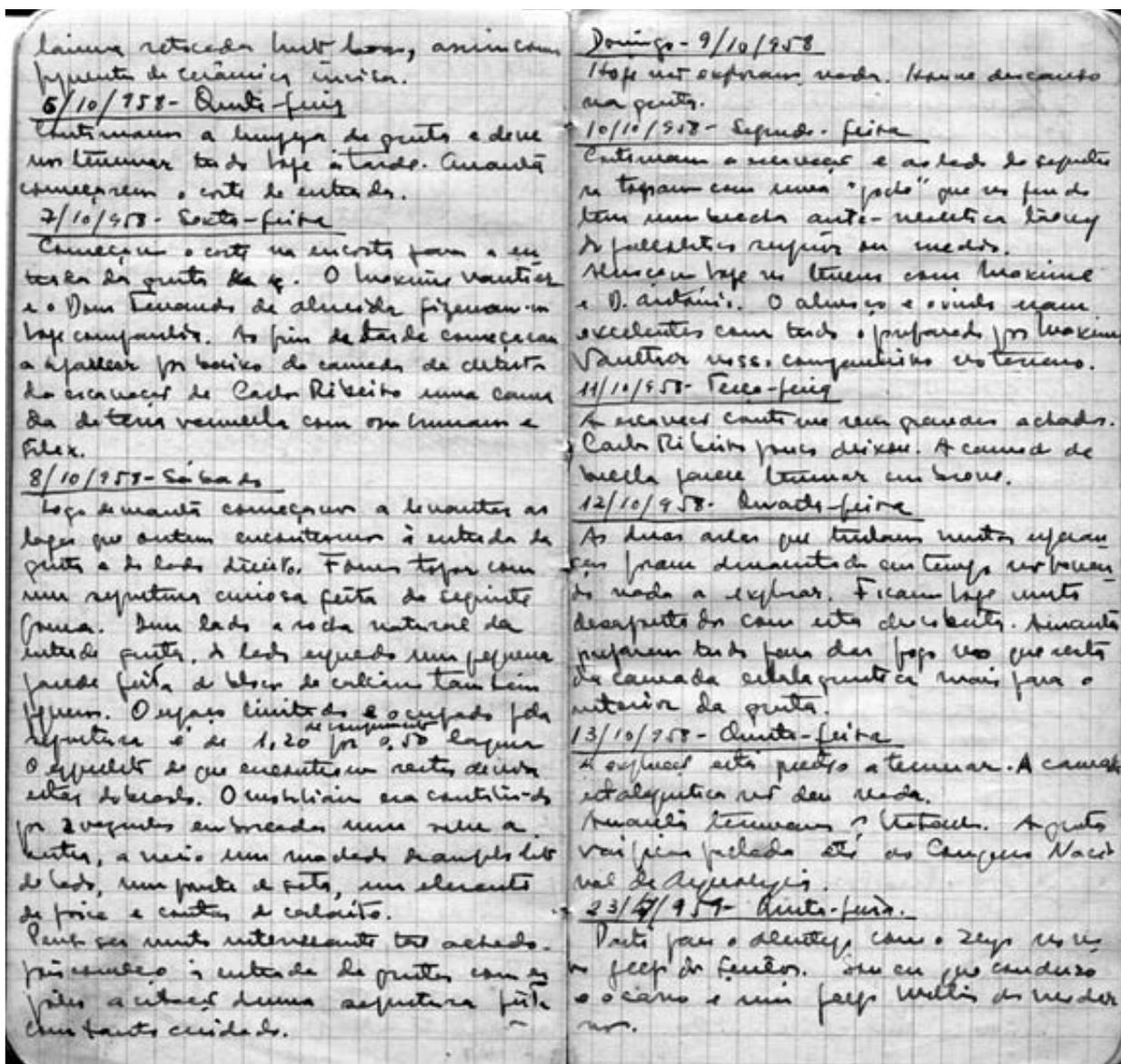


Fig. 3 - Gruta da Ponte da Laje. Trecho do diário das escavações realizadas sob orientação de O. da Veiga Ferreira em 1958 (arquivo O. da Veiga Ferreira).

8.10.1958 - sábado

Logo de manhã começamos a levantar as lajes que ontem encontramos à entrada da gruta e do lado direito. Fomos topar com uma sepultura curiosa feita da seguinte forma. Dum lado a rocha natural da entrada da gruta, do lado esquerdo uma pequena parede feita de blocos de calcário também pequenos. O espaço limitado ocupado pela sepultura é de 1,20 m de comprimento por 0,50 m de largura. O esqueleto de que encontramos restos devia estar dobrado. O mobiliário era constituído por 2 vasilhas emborcadas uma sobre a outra, a meio um machado de anfibolito de lado, uma ponta de seta, um elemento de foice e contas de calaite.

Penso ser muito interessante tal achado pois começa à entrada da gruta com espólio a [??] duma sepultura feita com tanto cuidado.

Domingo – 9 10 1958

Hoje não explorámos nada. Ouve descanso na gruta.

10 10 1958 – segunda-feira

Continuamos a escavação e ao lado da sepultura topamos com uma “poche” que no fundo tem uma brecha ante-neolítica talvez do Paleolítico superior ou médio.

Almoçámos hoje no terreno com Maxime e D. António. O almoço e o vinho eram excelentes como tudo o preparado por Maxime Vaultier nosso companheiro no terreno.

11.10.1958 – terça-feira

A escavação continua sem grandes achados. Carlos Ribeiro pouco deixou. A camada de brecha parece terminar em breve.

12.10.1958 – quarta-feira

As duas áreas que tínhamos muitas esperanças foram desmontadas em tempo não havendo nada a explorar. Ficamos hoje muito desapontados com esta descoberta. Amanhã preparamos tudo para dar fogo no que resta da camada estalagmítica mais para o interior da gruta.

13.10.1958 – quinta-feira

A exploração está prestes a terminar. A camada estalagmítica não deu nada. Amanhã terminamos os trabalhos. A gruta vai ficar fechada até ao Congresso Nacional de Arqueologia.

Pela leitura do diário das escavações, conclui-se que o resultado mais importante das cerca de duas semanas de trabalho realizado em Outubro de 1958, foi a identificação da sepultura, objecto da presente reavaliação, a qual havia sido anteriormente publicada nas Actas do 1.º Congresso Nacional de Arqueologia, reunido em Lisboa logo no mês de Dezembro de 1958, apenas dois meses volvidos sobre a realização das escavações (VAULTIER, ROCHE & FERREIRA, 1959).

3 – CARACTERIZAÇÃO DA SEPULTURA

Como se conclui do diário das escavações e se indica no trabalho publicado, a sepultura individual identificada em 1958 situava-se do lado direito da entrada da gruta (Fig. 5), sob os entulhos acumulados aquando da primeira escavação da gruta, em 1879. Jazia em nível de terra vermelha, situação confirmada pela coloração da ganga argilosa que envolve os ossos do esqueleto, observados no Museu Geológico do LNEG.

A sepultura era delimitada de um dos lados (correspondente ao lado direito do esqueleto) pela parede da gruta, encontrando-se o outro lado delimitado por pequenos blocos calcários. O espaço assim criado não tinha o comprimento suficiente para a colocação de um corpo em posição estendida, pelo que aquele “tinha as pernas



Fig. 4 – Gruta da Ponte da Laje. Aspecto da entrada da gruta, evidenciando-se a curvatura regular da mesma, obtida no decurso das escavações de 1958, com três trabalhadores que participaram nas escavações (arquivo O. da Veiga Ferreira).

metidas dentro de dois buracos naturais abertos na parede rochosa” (VAULTIER, ROCHE & FERREIRA, 1958, p. 112), concluindo-se deste modo que as pernas se encontrariam dobradas, conforme planta então publicada (Fig. 6).

4 - ESPÓLIO RECOLHIDO

Conforme é relatado pelos escavadores, “A meio das pernas do indivíduo sepultado havia dois vasos cerâmicos, um dentro do outro e voltados ambos com a boca para baixo. Trata-se de uma taça baixa, com o bordo em aba (Fig. 7, n.º 10), e de um vasoafim dos “copos” do Calcolítico pré-campaniforme da



Fig. 5 – Gruta da Ponte da Laje. Localização da sepultura, do lado direito da entrada da gruta, no decurso da sua escavação (in VAULTIER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1959).

Estremadura portuguesa e provido, como estes, de decoração canelada, a qual tinha passado até agora despercebida (Fig. 7, n.º 9). Observando o bordo do recipiente, verifica-se que este se apresenta desgastado, como se tivesse sido regularizado por abrasão após a cosedura. A ser assim, é admissível que corresponda a um “copo” reaproveitado, o qual, depois de fracturado, foi regularizado, por forma a poder continuar em uso.

Do lado direito do corpo havia um machado de anfíbolito do tipo primitivo (Fig. 7, n.º 8). Completava o espólio uma ponta de seta de sílex com rudimento de aletas (Fig. 6, n.º 5), dois fragmentos de lâminas de sílex, uma delas retocada, então identificada como dente de foice (Fig. 6, n.º 6 e 7), e algumas contas discóides de calaíte (Fig. 7, n.º 1 a 4) (VAULTIER, ROCHE & FERREIRA, 1959, p. 113).

Estes dados são condizentes com a informação apresentada pelo Director dos Serviços Geológicos de Portugal, Eng. D. António de Castello Branco, na reunião de 15 de Novembro de 1958 da Junta Nacional da Educação. Referindo a existência de três camadas, correspondendo a primeira a camada negra com entulhos modernos e a terceira a brecha calcária ferruginosa de idade paleolítica, praticamente estéril, associa a sepultura a camada intermédia, de coloração vermelha, cujo espólio era constituído por “2 vasilhas de barro, um machado de pedra polida, pontas de seta, laminas de sílex e contas de calaíte”.

5 - CRONOLOGIA ABSOLUTA

Duas falanges humanas do indivíduo tumulado foram datadas pelo radiocarbono, usando a técnica AMS, no laboratório da Universidade de Waikato, por iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras, através do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras.. Os resultados obtidos foram os seguintes:

Wk -34423 - 4170+/- 25 BP.

Fazendo uso do programa OXCalv4.1.7, Bronk Ramsey, 2010, obtiveram-se os seguintes intervalos, para dois sigma:

- 2880-2835 cal BC (19,8%);
- 2817-2667 cal BC (75,1%);
- 2643-2640 cal BC (0,5%)

Deste modo, conclui-se que a tumulação se terá efectuado entre 2880 e 2670 cal BC.

Este resultado é condizente com o Calcolítico Inicial, com base nos resultados cronométricos obtidos no povoado pré-histórico de Leceia, que situaram o começo do Calcolítico Inicial entre 2900 e 2800 cal BC (CARDOSO & SOARES, 1995) (Fig. 8).

6 - DISCUSSÃO

O estatuto desta sepultura individual deve ser discutido, no quadro da constituição da provável própria necrópole então instalada no interior da gruta, da qual fazia parte integrante, conforme é sugerido pelos escassos espólios atribuíveis à mesma época desta sepultura, recuperados nas escavações de 1879 (ZBYSZEWSKI, VIANA & FERREIRA, 1957), e que antecedeu a instalação da necrópole campaniforme, cujos espólios foram recentemente estudados (CARDOSO, 2013 b), tendo sido igualmente recolhidos diversos testemunhos da sua ocupação na Idade do Bronze (CARDOSO & CARREIRA, 1996).

No respeitante aos materiais coevos da sepultura agora em análise, trata-se apenas de dois geométricos e de uma ponta de seta de base convexa, já que outra então assim também considerada, possuindo largo pedúnculo, foi ulteriormente considerada como ponta solutrense, sendo evidente a analogia com exemplar da gruta das Salemas, Loures, facto que justificou a sua reclassificação (CARDOSO, 1995). Deste modo, a necrópole, a ter existido no interior da gruta, não teria ultrapassado uma a duas sepulturas, realidade comparável à identificada em outras grutas naturais estremenhas, nas quais os escassos espólios do Neolítico Final fazem supor escassa utilização. Esta realidade decorre da própria dinâmica populacional inerente à ocupação e exploração dos correspondentes territórios ao longo do tempo, o que poderá justificar o abandono precoce de necrópoles, ou a sua reutilização recorrente, por vezes espaçada por longos períodos de abandono, reflexo dos sucessivos equilíbrios sócio-culturais estabelecidos entre os diferentes grupos humanos e entre estes e o próprio espaço geográfico em que viviam (CARVALHO & CARDOSO, 2015).

A sepultura ora reapreciada, a ter integrado ou não uma pequena necrópole colectiva, nem por isso perderia o seu carácter individual, constatação que conduz à conclusão de que, ainda na primeira metade do 3.º milénio a.C., muito provavelmente em torno de 2750 cal BC, a prática de tumulações individuais se manteria bem presente na região, ainda que integrando necrópoles colectivas, realidade exemplarmente expressa na necrópole instalada no decurso do Neolítico Final na Lapa do Bugio, Sesimbra (MONTEIRO, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1971, Est. 1). Com efeito, a maioria das sepulturas ali identificadas, correspondendo a deposições em decúbito dorsal, encontravam-se delimitadas entre si por pequenos muretes de pedra (Fig. 9), tal qual o verificado no caso em apreço.

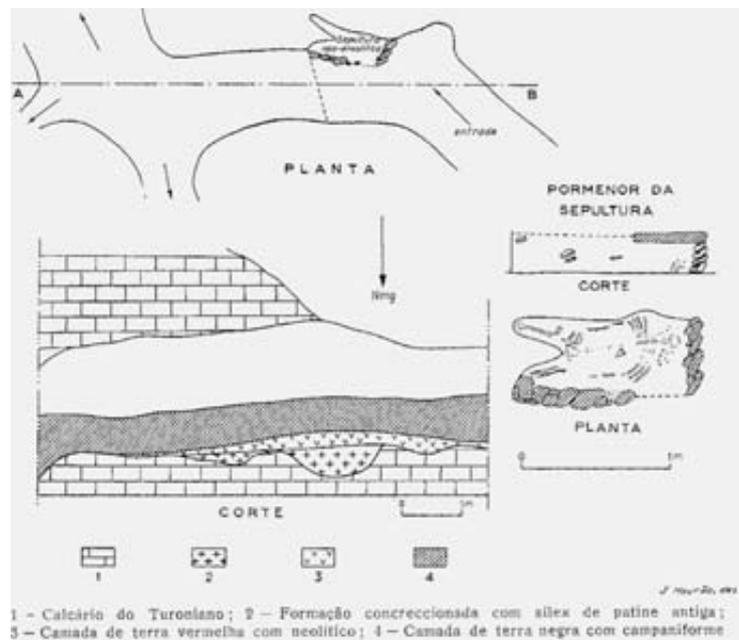


Fig. 6 – Gruta da Ponte da Laje. Planta da área intervencionada em 1958, com a localização e desenho da sepultura individual identificada em 1958 do lado direito da respectiva entrada. Observe-se a existência de um murete de blocos de pedra de pequenas dimensões (in VAULTIER, ROCHE & FERREIRA, 1959).

Tal realidade significa que, muito embora a transição da prática do sepultamento individual para o colectivo se tenha verificado na região cerca de 3800 cal BC, com a multiplicação, a partir daí da natureza dos sepulcros: dólmenes, grutas naturais, grutas artificiais, e, mais tarde, sepulturas colectivas de falsa cúpula (CARVALHO & CARDOSO, 2015), o certo é que a identidade dos tumulados foi preservada pela delimitação dos espaços ocupados pelos seus corpos. Esta realidade prossegue até à constituição das necrópoles colectivas campaniformes, onde se documentaram sepulturas estruturadas individualmente, tanto em espaços pela primeira vez ocupados naquela época, como a gruta natural da Verdelha dos Ruivos, Vila Franca de Xira (LEITÃO *et al.*, 1984), como no âmbito da reocupação de antigas necrópoles colectivas, de que é exemplo a *tholos* da Tituaria, Mafra (CARDOSO *et al.*, 1996) ou o dólmen de Montum, Santiago do Cacém, cuja câmara albergou dois enterramentos campaniformes bem individualizados (FERREIRA *et al.*, 1975).

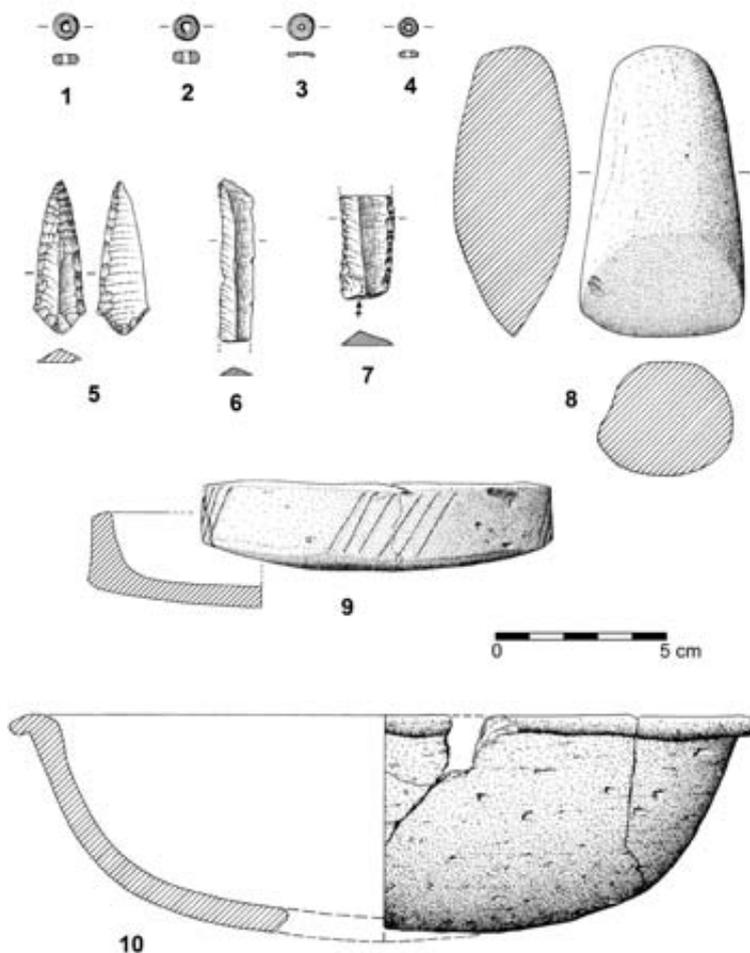


Fig. 7 – Gruta da Ponte da Laje. Espólio arqueológico associado à sepultura individual explorada em 1958.

Do ponto de vista arqueológico, o espólio associado a esta sepultura individual encerra assinalável interesse, já que é possível assegurar a contemporaneidade de todos os elementos que o integram, e porque ainda, nalguns casos, é conhecida a sua posição relativa.

A tipologia do machado de pedra polida e a ponta de seta de aletas laterais e pedúnculo configuram integração no Neolítico Final, tendo em consideração as comparações de âmbito regional, com destaque para o povoado pré-histórico de Leceia, a escassos 3,5 km para ENE. Com efeito, os machados de secção subcircular a subelipsoidal possuindo apenas a zona do gume bem polida são ali característicos dos contextos estratigráficos atribuídos ao Neolítico Final da Estremadura (CARDOSO, 1999/2000; CARDOSO, 2004), sendo alguns deles em anfibolito, como é o caso do presente exemplar.

Tal é também o caso da tipologia da ponta de seta, de pedúnculo e aletas, forma igualmente característica, em Leceia, da ocupação do Neolítico Final (CARDOSO, SILVA & SOARES, 1996; CARDOSO & MARTINS, 2013). Já a tipologia do recipiente baixo de paredes verticais inscreve-se claramente nos “copos” do Calcolítico pré-campaniforme com decoração canelada, podendo corresponder ao reaproveitamento de um exemplar fracturado, como acima se referiu. O melhor paralelo formal encontrado corresponde a exemplar recolhido na gruta artificial n.º 4 da Quinta do Anjo, Palmela (LEISNER, 1965, Tf. 107, n.º 11), com decoração igualmente

feita por caneluras finas em reticulado oblíquo. Outro exemplar, proveniente da mesma necrópole, embora se desconheça a gruta, ostenta decoração simbólica de tatuagens faciais, usuais nos ídolos cilíndricos calcólicos de calcário (*op. cit.*, Tf. 118, n.º 9).

No tocante ao restante espólio, as contas de mineral verde são comuns em contextos do Neolítico Final e do Calcólico da área estremenha, o mesmo se verificando com a lamela e o fragmento de lâmina retocada, atribuída pelos escavadores, como acima se disse, a dente serrilhado de foice. Quanto ao recipiente liso, a sua tipologia, caracterizada pela secção do bordo, em aba, é compatível com o Neolítico Final ou o Calcólico Inicial, época em que o lábio destes exemplares deixam de ser decorados, tal qual o observado no presente exemplar com as características decorações denteadas (CARDOSO, 2007).

Igualmente importante é a forma como os dois recipientes jaziam no interior da sepultura, o menos dentro do maior e ambos emborcados, isto é, com a boca voltada para baixo.

Conhecem-se deposições funerárias onde diversos vasos foram colocados uns dentro dos outros, o que inviabilizaria a sua utilização como contentores de oferendas. Um dos casos melhor documentados foi registado na gruta artificial n.º 1 de S. Pedro do Estoril, Cascais, em que se observaram três taças em calote naquela situação (LEISNER, PAÇO & RIBEIRO, 1964, Est. 16, n.º 106). Outro conjunto nas mesmas condições foi ulteriormente identificado na *tholos* de Tituaría, Mafra, à entrada do corredor, igualmente constituído por três taças em calote (CARDOSO *et al.*, 1996, Fig. 24). Fora da área estremenha, é de mencionar a ocorrência de um vaso campaniforme liso dentro do qual se encontrou uma taça em calote lisa, na sepultura campaniforme n.º 1 do dólmen de Montum, Santiago do Cacém (FERREIRA *et al.*, 1975, p. 167), a par da recolha, na *tholos* do Escoural, Montemor-o-Novo de duas taças em calote nas mesmas circunstâncias

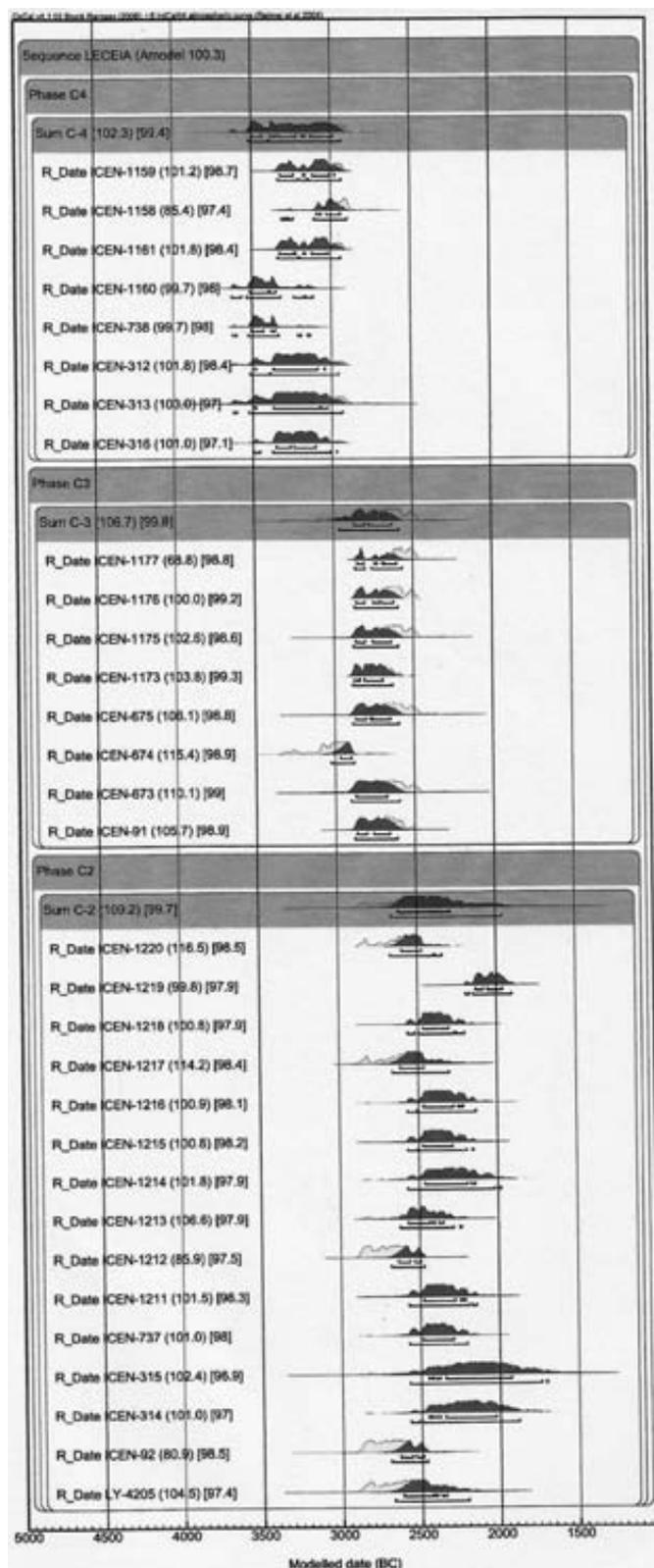


Fig. 8 – Datações absolutas do povoado pré-histórico de Leceia, evidenciando-se a correspondência entre as três fases culturais identificadas, com expressão estratigráfica, e a respectiva cronologia. C2 – Calcólico campaniforme; C3 – Calcólico pré-campaniforme; C4 – Neolítico Final.

(SANTOS & FERREIRA, 1969, Est. 6, n.º 60), embora nada seja dito quanto à posição dos dois recipientes no terreno. E, contudo, este aspecto é da maior relevância. Com efeito, embora entre os casos acima referidos, os recipientes se encontrassem em posição normal, isto é, com a abertura voltada para cima, tal situação não é a que correspondia aos recipientes da gruta da Ponte da Laje.

No povoado calcolítico fortificado do Outeiro Redondo, Sesimbra, a ocorrência de dois recipientes colocados ritualmente com a abertura voltada para o solo, tal como os dois recipientes da gruta da Ponte da Laje, justificou trabalho monográfico, no qual se recolheram paralelos, embora todos eles de época mais moderna.

É o caso de dois vasos identificados sob o piso térreo de uma casa do século XVII/XVIII da ilha de São Vicente, República de Cabo Verde, colocados com a abertura voltada para baixo (CARDOSO, 2011). A intencionalidade deste tipo de deposições ao longo do tempo, passando pela Idade do Bronze e pela Idade do Ferro, pode relacionar-se a explícita perda de funcionalidade dos recipientes corporizando a dos próprios sítios onde foram depositados, decorrentes do seu abandono deliberado. Teria sido este o caso que explica a deposição invertida dos dois recipientes recolhidos nesta sepultura, constituindo a ocorrência cronologicamente mais próxima da situação, em tudo idêntica, documentada no povoado calcolítico do Outeiro Redondo. Deste modo, remontariam pelo menos ao Calcolítico práticas de deposição ritual de recipientes inteiros, associados tanto aos vivos, como aos mortos, correspondendo a um diversificado conjunto de situações, desde as de carácter fundacional até às de abandono, no primeiro caso, passando pelas de índole propiciatória ou funerária, onde por vezes os recipientes emborcados aprisionavam aves, prática documentada na Idade do Ferro e na Época romana no território português.

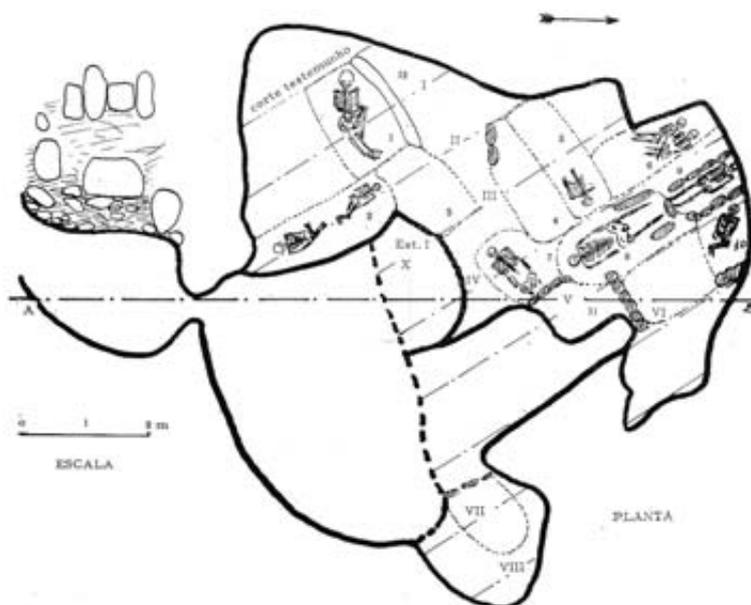


Fig. 9 – Planta da necrópole colectiva instalada no decurso do Neolítico Final na Lapa do Bugio, evidenciando-se a individualização de algumas das sepulturas que a constituem, através de muretes constituídos por blocos de pedra de pequenas dimensões (in MONTEIRO, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1971).

7 – CONCLUSÕES

1 – A sepultura da gruta da Ponte da Laje, apesar de se integrar provavelmente numa pequena necrópole colectiva então instalada no interior daquela gruta natural, revela marcada individualidade. Este aspecto assume importância relevante no quadro da interpretação da formação e significado das necrópoles colectivas que, a partir de cerca de 3800 cal BC se afirmam definitivamente na Estremadura, através de diversas variantes, como dolmenes, grutas naturais, grutas artificiais e, finalmente, já no 3.º milénio a.C., sepulturas de falsa cúpula.

Esta ocorrência vem sublinhar o facto de, embora colectivas, muitas deposições mortuárias da mesma época terem revestido preceitos que as individualizavam entre si. Menciona-se apenas um exemplo, da região estremenha, envolvendo igualmente o aproveitamento de uma gruta natural: na necrópole do Neolítico Final

da Lapa do Bugio, Sesimbra, identificaram-se delimitações de pequenos muretes de pedra solta que individualizavam as diversas tumulações ali efectuadas.

Deste modo, a relevância da sepultura individual identificada à entrada da gruta da Ponte da Laje, é claramente maior daquela que, à primeira vista, poderia supor-se.

2 – O espólio associado a esta sepultura constitui conjunto coevo, representativo das oferendas que acompanhariam o inumado. A sua tipologia indica período de transição entre o Neolítico Final e o início do Calcolítico, susceptível de se integrar no Calcolítico Inicial, dada a ocorrência de um recipiente claramente integrado nos “copos” canelados característicos do Calcolítico pré-campaniforme da Estremadura. Nessa época, perdurariam ainda produções de tradição neolítica, como as pontas de seta pedunculadas com aletas laterais e os machados de secção subcircular polidos apenas junto do gume, conforme se verificou no povoado de Leceia, situado a apenas 3,5 km de distância. A datação absoluta obtida é compatível com essa fase inicial do Calcolítico, em torno de 2750 cal BC.

3 – A posição ritual observada nos dois recipientes cerâmicos recolhidos, um dentro do outro e com a abertura voltada para baixo, corporiza prática ritual já anteriormente documentada, na mesma época, no povoado calcolítico do Outeiro Redondo, Sesimbra. Naquele caso, tal prática corporizaria o abandono do sítio habitado, enquanto neste simbolizaria a quebra com o mundo dos vivos, deixando de, por essa via, continuarem a constituir, como até então, artefactos utilitários.

AGRADECIMENTOS

Ao Doutor Miguel Magalhães Ramalho e ao Sr. José António Anacleto, por terem, respectivamente, autorizado e apoiado o estudo dos materiais conservados no Museu Geológico do LNEG. E a Bernardo L. Ferreira e Filipe Martins, por terem executado o desenho dos mesmos.

REFERÊNCIAS

- BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1942) – *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. Les principaux gisements des deux rives de l'ancien estuaire du Tage*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, 23/1).
- CARDOSO, J. L. (1995) – Novas escavações na gruta da Ponte da Lage (Oeiras). Revisão dos materiais paleolíticos. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 49-66.
- CARDOSO, J. L. (1999/2000) – Os artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 241-323.
- CARDOSO, J. L. (2004) – Polished stone artefacts at the prehistoric settlement of Leceia (Oeiras). *Madridier Mitteilungen*. Mainz. 45, p. 1-32.
- CARDOSO, J. L. (2007) – As cerâmicas decoradas pré-campaniformes do povoado pré-histórico de Leceia: suas características e distribuição estratiográfica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14, p. 9-276.
- CARDOSO, J. L. (2011) – Deposições rituais de vasos cerâmicos em contextos domésticos: os exemplares do povoado calcolítico fortificado do Outeiro Redondo (Sesimbra). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 14, p. 85-106.
- CARDOSO, J. L. (2013 a) – Carlos Ribeiro e Oeiras. Razões de uma Homenagem. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 11-20.

- CARDOSO, J. L. (2013 b) – A necrópole campaniforme da gruta da Ponte da Lage (Oeiras): estudo dos espólios cerâmicos e metálicos e respectiva cronologia absoluta. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 589-604.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1996) – Materiais cerâmicos da Idade do Bronze da gruta da Ponte da Lage (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 341-450.
- CARDOSO, J. L. & MARTINS, F. (2013) – O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): estudo dos utensílios de pedra lascada. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 357-524.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, J. & SILVA, C. T. (1996) – A ocupação neolítica de Leceia (Oeiras). Materiais recolhidos em 1987 e 1988. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 47-89.
- CARDOSO, J. L.; LEITÃO, M.; FERREIRA, O. V.; NORTH, C. T.; NORTON, J.; MEDEIROS, J. & SOUSA, P. F. (1996) – O monumento pré-histórico de Tituaría, Moinhos da Casela (Mafra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 135-193.
- CARVALHO, A. F. & CARDOSO, J. L. (2015) – Insights on the changing dynamics of cemetery use in the Neolithic and Chalcolithic of Southern Portugal. Radiocarbon dating of Lugar do Canto cave (Santarém). *SPAL*. Sevilha. 24, p. 35-53.
- FERREIRA, O. V.; ZBYSZEWSKI, G.; LEITÃO, M.; NORTH, C. T. & SOUSA, H. R. (1975) – Le monument mégalithique de Pedra Branca auprès Montum (Melides). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 59, p. 107-192.
- LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen. Tafeln*. Berlin: Walter de Gruyter & Co. (Madriider Forschungen, Band 1/3).
- LEISNER, V.; PAÇO, A. & RIBEIRO, L. (1964) – *Grutas artificiais de São Pedro do Estoril*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LEITÃO, M.; NORTH, C. T.; NORTON, J.; FERREIRA, O. V. & ZBYSZEWSKI, G. (1984) – The prehistoric burial cave at Verdelha dos Ruivos (Vialonga), Portugal. In GUILAINE, J. (dir.), *L'Âge du Cuivre européen*. Civilisations a vases campaniformes. Paris : CNRS, p. 221-239.
- MONTEIRO, R.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. V. (1971) – Nota preliminar sobre a lapa pré-histórica do Bugio (Azóia-Sesimbra). *2.º Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*. Actas. Coimbra: Junta da Educação Nacional, 2, p. 107-120.
- RIBEIRO, C. (1878) – *Notícia de algumas estações e monumentos prehistoricos. I – Notícia da estação humana de Licêa*. Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa: Typographia da Academia.
- RIBEIRO, C. (1880) – *Notícia de algumas estações e monumentos prehistoricos. II – Monumentos megalithicos das vizinhanças de Bellas*. Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa: Typographia da Academia.
- SANTOS, M. F. & FERREIRA, O. V. (1969) – O monumento eneolítico de Santiago do Escoural. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 3, p. 37-62.
- SOARES, A. M. M. & CARDOSO, J. L. (1995) – Cronologia absoluta para as ocupações do Neolítico Final e do Calcolítico Inicial do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 263-276.
- VAULTIER, M.; ROCHE, J. & FERREIRA, O. V. (1959) – Novas escavações na gruta da Ponte da Lage (Oeiras). *I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*. Actas. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. 1, p. 111-114.
- ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. V. & VIANA, A. (1957) – A gruta pré-histórica da Ponte da Laje (Oeiras). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 38 (2), p. 389-400.

OS RECINTOS DE FOSSOS PRÉ-HISTÓRICOS DE MONTE DA CONTENDA (ARRONCHES) E MONTOITO 2 (REDONDO)

PREHISTORIC DITCHED ENCLOSURES OF THE MONTE DA CONTENDA (ARRONCHES) AND MONTOITO 2 (REDONDO)

António Carlos Valera,¹ Helmut Becker² & Cláudia Costa³

Abstract

In the sequence of a project designed to detect and characterize new ditched enclosures in Alentejo region (South Portugal) two new sites were identified through Google Earth and submitted to geophysics (magnetometry). The results revealed two ditched enclosures of different size and complexity. One, Montoito 2, with surface material from Chalcolithic, has a relatively simple plan with a larger double ditched enclosure with an elliptic layout and a small sinuous ditch inside. The other, Monte da Contenda, is an extraordinary complex system of ditched enclosures, with diverse dimensions, layouts and times of construction / use. It has a long chronology, from the Late Neolithic to the Chalcolithic. A first survey of one of the ditches provided two radiocarbon dates from the last third of the 4th millennium BC. Archaeological material and faunal remains are characterized for each site and their relation to other nearby enclosures is discussed, underlining the need for establishing the temporalities of these kind of sites in order to adequately approach the reconstruction of local settlement networks.

Keywords: Ditched enclosures, Geophysics, Neolithic; Settlement networks.

1 - INTRODUÇÃO

Os recintos de fossos do Monte da Contenda e Montoito 2 foram identificados no âmbito do projecto de investigação “Plantas de recintos de fossos e cosmologias neolíticas: uma abordagem paisagística, arqueoastronómica e geofísica” dirigido pelo primeiro signatário, iniciado em 2010 e implementado pelo Núcleo de Investigação Arqueológica da Era Arqueologia, S.A., tendo sido financiado numa primeira fase pela Fundação Calouste Gulbenkian (VALERA & BECKER, 2011). A elaboração deste projecto resultou do aumento do número de recintos de fossos no sul de Portugal durante a primeira década do presente século (VALERA, 2013 a) e da progressiva consciência de que estes constituíam, à imagem do que acontece em inúmeras regiões do continente europeu, um fenómeno central para a compreensão da construção das paisagens e da organização social das comunidades da Pré-História recente na região.

Por outro lado, a análise permitida pela implantação topográfica dos Perdigões, pelas relações que estabelecia com a paisagem megalítica de Reguengos de Monsaraz e pela imagem aérea da sua planimetria

¹ NIA-ERA Arqueologia; ICArEHB. antoniovalera@era-arqueologia.pt

² Becker Archaeological Prospection.

³ ICArEHB; colaboradora do NIA-ERA.

(mais tarde detalhada pelo magnetograma das prospecções geofísicas realizadas por Helmut Becker – MÁRQUEZ ROMERO *et al.*, 2011), desde cedo chamava a atenção para a vinculação astronómica e para a fundamentação cosmológica deste recinto de fossos na construção de uma paisagem significativa neolítica (VALERA, 2008). À imagem do que acontece com muitos dos recintos europeus (BECKER, 1996; KARLOVSKÝ & PAVÚK, 2002; SCHLOSSER, 2004; POĐBORSKÝ & KOVÁRNÍK, 2006; PÁSZTOR & BARNA, 2008), a possibilidade de vários dos recintos de fossos alentejanos se

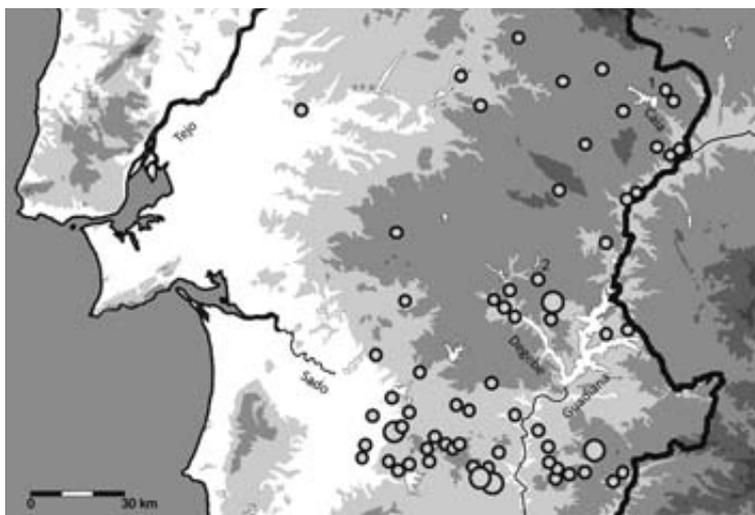


Fig. 1 – Recintos de fossos no interior sul de Portugal. 1-Monte da Contenda, 2-Montoito 2

relacionarem com a paisagem celeste ao mesmo tempo que com a terrestre (VALERA, 2013 b), assim como a crescente percepção da sua complexidade e diversidade arquitectónica (aspectos bem evidenciados nos Perdígões), tornavam óbvio que a abordagem a este tipo de contextos teria necessariamente que passar pelo conhecimento das suas plantas o mais integralmente possível.

Iniciou-se então uma investigação orientada para a detecção de recintos de fossos através de imagens aéreas (com recurso ao Google Earth, Bing Maps, SNIG e a fotografias aéreas dos Serviços Cartográficos do Exército – VALERA & PEREIRO, 2013) e posterior realização de prospecções geofísicas em alguns dos sítios identificados. No âmbito desta investigação, a qual se encontra ainda em curso, detectaram-se 26 novos recintos de fossos no interior alentejano, fazendo aumentar seu o número actualmente nesta região para 65 (Fig. 1), e foram realizadas prospecções geofísicas em seis sítios, trabalhos que resultaram já em várias publicações (VALERA & BECKER, 2011; VALERA, 2012 a, 2012 b; BECKER & VALERA, 2012; BECKER, VALERA & CASTANHEIRA, 2012; VALERA, 2013 a; VALERA, BECKER & BOAVENTURA, 2013; VALERA & PEREIRO, 2013).

Foi neste contexto de investigação que os sítios do Monte da Contenda e Montoito 2 foram descobertos e intervencionados no final de 2013 e são os dados actualmente disponíveis para estes dois sítios que agora se publicam.

2 – O MONTE DA CONTENDA

O sítio do Monte da Contenda situa-se na freguesia de Assunção, concelho de Arronches, mesmo junto ao limite administrativo com o concelho de Campo Maior. As suas coordenadas são: X 87955, Y –69438, altitude média de 250 m (C.M.P., 1:25000, fl. 400). A geologia local corresponde a uma formação de dioritos que se apresentam com níveis assinaláveis de alteração em várias zonas, mas onde afloram no talude alguns blocos relativamente são, numa zona de fronteira com gnaisses, sendo atravessados por alguns veios graníticos (C.G.P., 1:50000, fl. 33C).

O sítio abrange um troço da margem direita da Ribeira das Argamassas numa extensão de cerca de 500 m, indo desde a margem da ribeira (que parece ser o seu limite Sul) até ao topo da vertente, sendo este muito ligeiramente ultrapassado já para o declive virado a norte. A maior parte do sítio está assim localizada em zonas

de vertente voltadas ao quadrante sul, sendo cortado pelo caminho rural de acesso ao casario do Monte da Contenda (Fig. 2).

Na imagem do Google Earth de 30.10.2006 são visíveis os traçados de vários fossos, que aparentavam ser sinuosos e ter plantas tendencialmente circulares e concêntricas, abrangendo uma área com cerca de 200 m de comprimento, na zona em que o caminho rural faz uma curva. Um primeiro reconhecimento de terreno permitiu constatar a existência de grande quantidade de materiais à superfície na zona identificada na imagem aérea e no terreno a sul do cominho, verificando-se que o mesmo cortava o sítio deixando um talude do lado norte, onde seria previsível que, sob a vegetação, existissem secções de fosso em corte. Foi assim estimada uma área para a realização da prospecção geofísica por forma a abranger a estruturas visíveis na imagem aérea e planeada uma primeira limpeza do talude para confirmar a existência de estruturas em corte e obter material datante contextualizado.



Fig. 2 – Localização do Monte da Contenda na C.M.P. e numa imagem 3D do Google Earth. O tracejado marca os limites aproximados estimados para o sítio (cujo limite sul será a ribeira – confrontar com Fig. 5), sendo visíveis alguns troços dos recintos circulares delineados à superfície.

2.1 – A prospecção geofísica

A prospecção geofísica foi realizada sob responsabilidade técnica de Helmut Becker, tendo incidido sobre uma área de aproximadamente 43 200 m², de configuração rectangular e com 240 m de comprimento (sentido Este – Oeste) e 200 m de lado (sentido Norte). Com esta área esperava-se abranger a totalidade dos recintos, mas a mesma viria a revelar-se manifestamente insuficiente em face das dimensões que o sítio realmente apresenta.

O método aplicado foi o de magnetometria de ultra-alta resolução. O magnetómetro de cézio Geometrics G-858G tem sido aplicado em áreas de medição não compensada de duas faixas do campo magnético com uma sensibilidade de 20 pT (Picotesla) a um ciclo de 10 Hz (10 medições por segundo). A uma velocidade de marcha normal os resultados numa resolução espacial de 0.12 × 0.5 m cada são extrapolados para 0.25 × 0.25 m. Usando dois sensores paralelos em duas faixas com 0,5 m de intervalo entre elas é medido o campo magnético total, numa rápida e mais sensível prospecção, com uma mais profunda penetração no subsolo (BECKER, 2001 a, 2001 b). Estruturas arqueológicas a 5 m de profundidade podem ser detectadas através deste método,

o qual tem produzido resultados excelentes noutros recintos de fossos portugueses prospectados no âmbito deste projecto. A prospecção foi realizada a partir de um grelha aposta ao terreno e constituída por quadrados com 40 m de lado. Os resultados obtidos foram surpreendentes, tendo revelado que o sítio é extraordinariamente complexo, que apresenta um grande número de estruturas tipo fosso e que se estende para fora dos limites da área prospectada.

O magnetograma obtido (Fig. 3) apresenta, de facto, uma grande quantidade de estruturas, as quais definem dois conjuntos de recintos. Um apresenta inúmeros recintos (um número mínimo de onze) que apresentam um desenho genericamente de tendência circular ou ovalada (Fig. 4, traçados a branco) e que se cruzam em vários pontos ou mesmo que se sobrepõem em parte dos seus traçados, dificultando a interpretação e a definição de várias das plantas. A maioria apresenta traçados sinuosos, uns mais bem padronizados (com lóbulos semicirculares bem delineados e a distâncias regulares) que outros (mais ondulados e irregulares), mas também estão presentes fossos de traçado linear simples, que parecem corresponder aos mais exteriores de tendência mais claramente circular. O lado Este do magnetograma apresenta menor definição, dificultando a interpretação do traçado de alguns dos recintos nesse lado. Esta circunstância, associada ao grande emaranhado

de estruturas e sobreposições torna igualmente difícil a definição de entradas. Contudo, pelo menos duas podem ser já identificadas. Uma a Este (Fig. 4: P1), caracterizada pela interrupção do fosso e por um pequeno fosso semi-circular em frente e pelo exterior, há imagem do que apresenta uma das entradas de Magoito 2 (ver adiante) ou das entradas do fosso exterior dos Perdigões. Outra encontra-se a Norte (Figura 4: P2) e

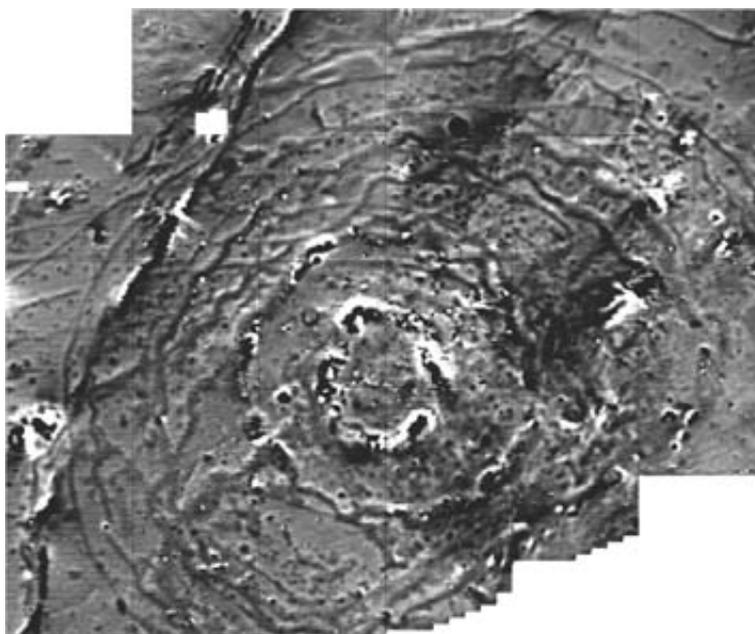


Fig. 3 - Magnetograma do Monte da Contenda realizado em 2013.

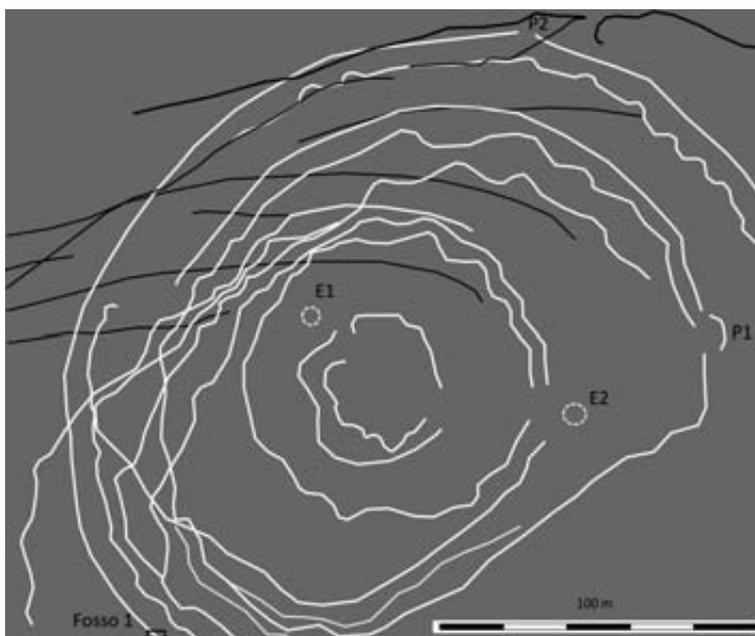


Fig. 4 - Esquema simplificado da interpretação preliminar do magnetograma do Monte da Contenda realizado em 2013. Em branco os traços de fossos de planta tendencialmente circular. Em preto os traços de fossos de planta tendencialmente elipsoidal.

corresponde a uma interrupção simples do fosso. Nesta área são ainda identificáveis várias dezenas de fossas e duas estruturas circulares com cerca de 5m e 7m de diâmetro (Fig. 4: E1 e E2).

Para além destes 11 recintos (pelo menos) são ainda visíveis vários fossos que, aparentemente sobrepostos por aqueles, saem do magnetograma para Este e sobretudo para Oeste (Fig. 4, traçados a negro), configurando uma situação de anterioridade onde se contabilizam pelo menos mais seis recintos (elevando o número total para dezassete). No sentido de tentar interpretar o seu traçado colocou-se o magnetograma sobre diferentes imagens aéreas, sendo que na imagem proporcionada pelo Bing Maps é possível observar na superfície cultivada do terreno a continuidade não só dos fossos circulares mais exteriores do lado Este, como o prolongamento de vários dos fossos subjacentes para Oeste (Fig. 5). Um fosso (A) que atravessa o magnetograma no extremo norte apresenta um traçado linear em curvatura para Sul no lado Este, dirigindo-se para a ribeira, enquanto do lado Oeste desenvolve essa mesma curvatura para Sul, mas apresentando um traçado mais sinuoso. Um pouco mais a Sul, um outro fosso (B) apresenta um traçado linear em curvatura no sentido da ribeira do lado Oeste e um prolongamento sinuoso para Este, não se vislumbrando o término. Finalmente, um conjunto de quatro fossos com um possivelmente a desdobrar-se em dois (C a G), os quais saem do magnetograma a Oeste e que claramente estão sob os recintos mais circulares, prolongam-se em curva no sentido da ribeira (e que cortam ou são cortados pelo fosso sinuoso), não se vislumbrando a sua continuidade do lado Este, eventualmente mascarada pela amálgama de estruturas na zona dos recintos tendencialmente circulares. É possível que outras marcas visíveis na imagem aérea correspondam a fossos, mas que não são abrangidos pelo magnetograma.

Este último conjunto de fossos define inequivocamente um primeiro conjunto de recintos, de planta elipsoidal ou ovalada, que poderá ter como limite sul o traçado da ribeira, que nesse ponto desenha também uma curvatura alongada, não se observando até ao momento vestígios de estruturas ou de materiais na sua margem esquerda. Estes tanto podem ser anteriores como posteriores aos recintos de maiores dimensões definidos pelos fossos lineares / sinuosos A e B, pois não é perceptível nas imagens quais é que cortam e quais são cortados. Estes recintos são mais tarde sobrepostos pela sequência de fossos de tendência circular, que se encontram descentrados para Este relativamente aos fossos C a G e mais centralizados relativamente aos recintos definidos pelos fossos A e B.

O magnetograma do Monte da Contenda agora publicado corresponde

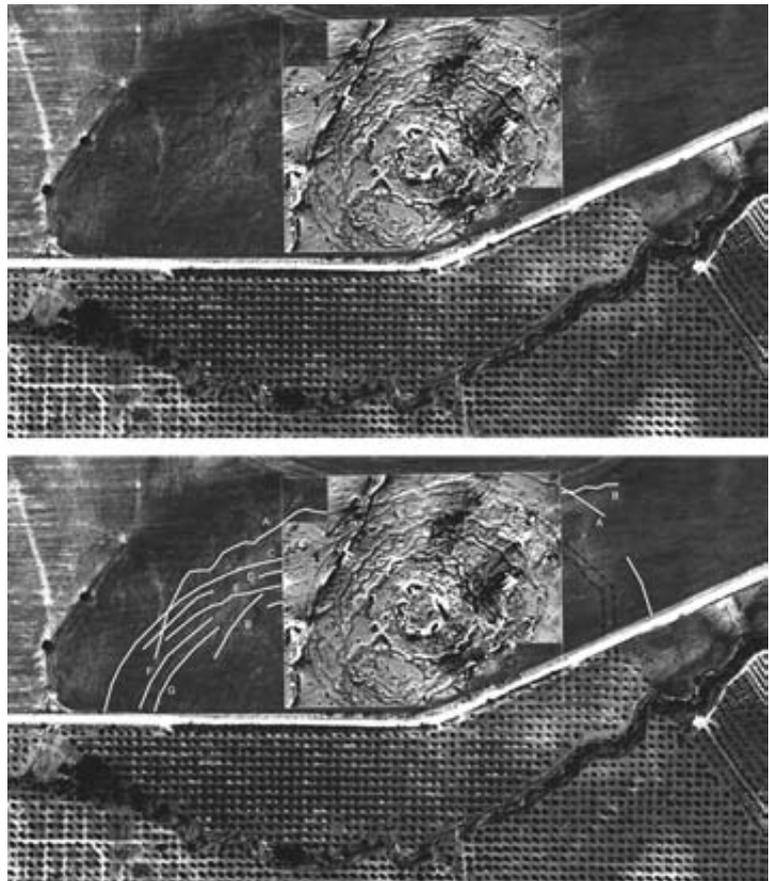


Fig. 5 – Em cima: implantação do magnetograma do Monte da Contenda sobre uma imagem satélite do Bing Maps. Em baixo: a mesma imagem anotada.

ainda uma primeira abordagem ao sítio e uma prospecção mais alargada terá que ser realizada para que o mesmo possa ser integralmente abrangido. Porém, ainda que de forma incompleta e com inúmeras dúvidas de interpretação, o trabalho já realizado revela uma situação extraordinariamente complexa, evidenciando o maior número de recintos conhecidos num só sítio em Portugal e uma intrincada actividade construtiva, com fases claramente distintas e deslocções laterais da construção dos recintos, evidenciando uma vida longa, certamente cheia de vicissitudes, e sublinhando a importância de procurar compreender estes contextos na sua temporalidade e nos seus ritmos (WHITTLE, 2006, 2014; MÁRQUEZ ROMERO & JIMÉNEZ JÁIMEZ, 2010; VALERA, 2010; VALERA & SILVA, 2011; VALERA *et al.*, 2014). Uma abordagem preliminar à temporalidade do Monte da Contenda será ensaiada mais à frente.

Por outro lado, é possível que se esteja perante uma situação em que alguns dos recintos (aparentemente os mais antigos) possam ter sido definidos conjugando uma linha de água e estruturas em fosso, na medida em que, para já, não parecem existir sinais de ocupação na margem esquerda da ribeira. Tal situação não está ainda documentada de forma inequívoca em território nacional, mas poderá também acontecer com algumas estruturas do Porto Torrão, ajudando a compreender a discordância de traçados dos fossos já intervencionados, mas cujos desenhos completos se desconhecem, ou em Águas Frias (ainda que aqui, a subida das águas devido ao enchimento do regolfo de Alqueva a quando da realização das escavações não permita esclarecer a situação de forma inequívoca). Esta situação parece, por exemplo, acontecer em La Pijotilla relativamente a um fosso interno (HURTADO, 2008).

A conjugação do magnetograma com a imagem aérea permite igualmente uma primeira abordagem à dimensão dos recintos presentes no Monte da Contenda. Se os recintos de tendência circular apresentam diâmetros entre cerca de 230 m e cerca de 40 m, os de tendência elipsoidal apresentarão eixos maiores que poderão chegar, no mais exterior, aos 350 m e o eixo maior do recinto definido pelo fosso A terá aproximadamente 400 m (aproximando-se do diâmetro do recinto exterior dos Perdigões que é de 450 m).

Outra questão relaciona-se com o desenho proporcionado pela sequência de fossos paralelos (C a G), relativamente próximos entre si, desenvolvendo-se numa planta tendencialmente elipsoidal. Esta situação é pouco

comum, mas poderá encontrar paralelos num outro contexto descoberto através de imagens aéreas na região de Serpa (VALERA & PEREIRO, 2013). De facto, no sítio da Herdade da Corte uma situação muito próxima da do Monte da Contenda pode ocorrer. Um conjunto de pelo menos três fossos paralelos desenvolvem uma planta tendencialmente elipsoidal com um eixo maior interno aproximadamente de 500 m, parecendo existir



Fig. 6 – Imagem aérea da Herdade da Corte (Serpa). As setas cinzentas indicam os fossos paralelos que definem recintos de tendência elipsoidal. As setas negras os eventuais recintos circulares de fossos sinuosos.

um segundo conjunto de recintos de tendência circular e fossos lineares e sinuosos que parcialmente se cruzam com os anteriores do seu lado Sudoeste (Fig. 6). Estaremos em presença de um outro grande complexo de recintos, sendo que o material à superfície aponta, para já, para uma cronologia calcolítica.

2.2 – Limpeza de talude e acerto do corte do Fosso 1

No âmbito do trabalho já realizado no Monte da Contenda procedeu-se igualmente ao início da limpeza do talude do caminho rural que corta os recintos, ainda que numa área restrita. Esta limpeza permitiu identificar em corte o Fosso 1 (Fig. 7), procedendo-se ao acerto do mesmo. O fosso apresenta neste ponto cerca de 1 m de profundidade por cerca de 3 m de largura (embora a largura efectiva deva ser menor, uma vez que o corte apanha o fosso aparentemente na diagonal). Por outro lado, na zona em que foi cortado pelo talude (em diagonal), revela um ressalto na base, sugerindo um corte por secções com dimensões distintas, facto já documentado em vários recintos portugueses (VALERA, 2012 b; VALERA, 2014).

O enchimento deste troço do fosso apresentava uma sequência estratigráfica relativamente complexa. No topo, sob o solo arável actual [1], e restrito ao centro do fosso, foi identificado um depósito [2] arenoso, de cor amarelada e com algumas inclusões de grão de geológico, a preencher uma ligeira depressão. Não forneceu materiais arqueológicos. Parece corresponder ao preenchimento de um pequeno canal de origem hídrica no topo do enchimento do fosso.

Este canal estava escavado parcialmente no depósito [3] e no depósito [4]. O depósito [3] apresen-

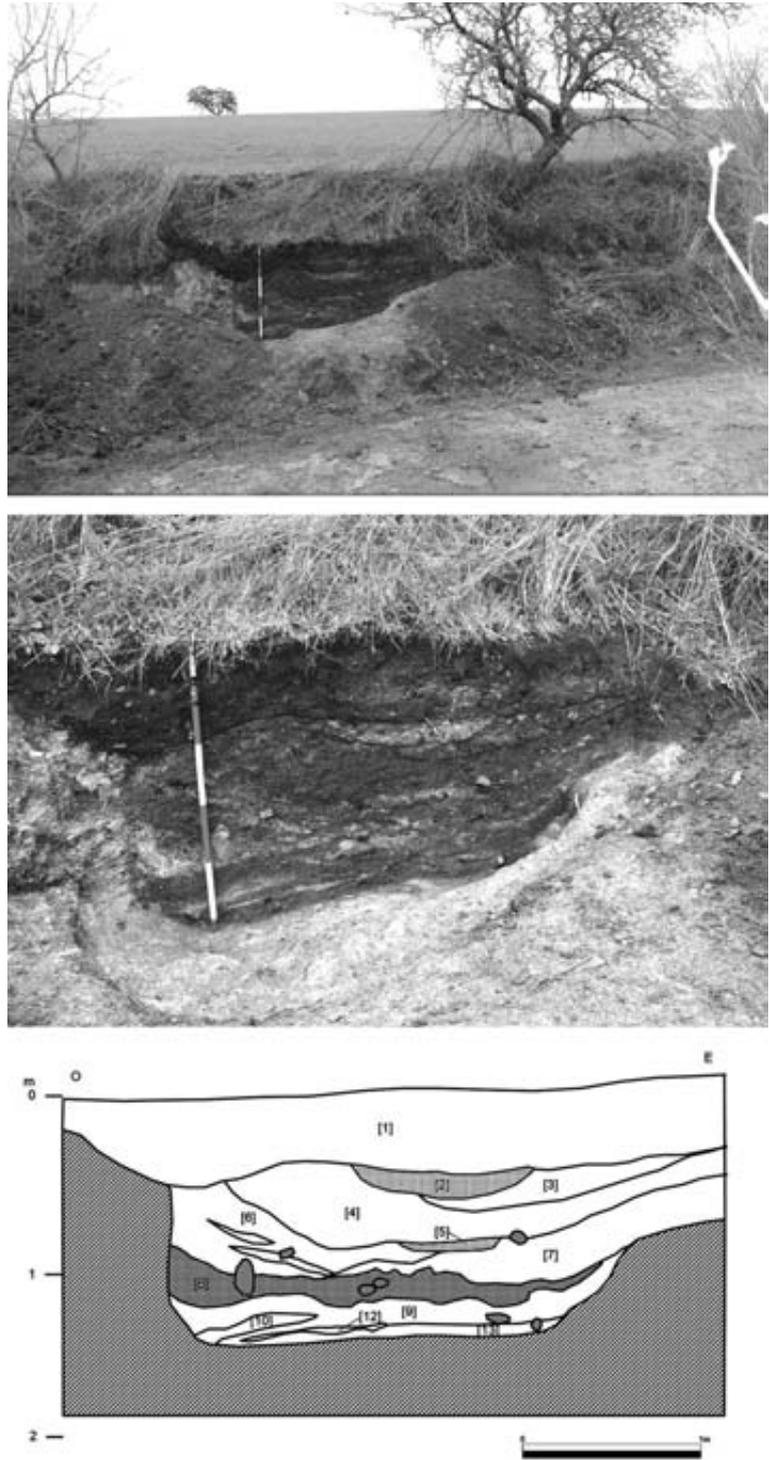


Fig. 7 – Imagem e desenho do acerto do corte de talude na zona do Fosso 1 do Monte da Contenda.

tava uma pendente de Este para o interior do fosso e cobria parcialmente o depósito [4]. Era composto por um sedimento acinzentado e algo arenoso. Já o depósito [4] apresentava a mesma pendente, mas era composto por um sedimento castanho, mais humoso e menos arenoso. Ambos forneceram fragmentos de cerâmica manual e alguma fauna mamalógica.

A [4] preenchia a zona Este e central do fosso, numa depressão nos depósitos subjacentes. Na zona central voltava a denotar-se um estreito e pouco profundo canal de erosão hídrica preenchido por um depósito [5] semelhante ao depósito [2]. Este canal estava parcialmente aberto nas camadas [6] e [7]. O depósito [6] preenchia a metade Oeste do fosso e apresentava uma matriz arenosa, de cor cinzenta, contendo “línguas” finas de areão de substrato. O depósito [7] preenchia a metade Este do fosso, enfiando-se ligeiramente sob o [6]. Era composto por um sedimento cinzento, mas quase sem areão de geológico misturado. Ambos forneceram cerâmica e o depósito [7] alguma indústria lítica em sílex.

Ambos se sobrepunham ao depósito [8], composto por geológico alterado e desagregado de cor amarelada, correspondente à parede Oeste do fosso. Trata-se de um momento de desagregação parcial da parede desse lado que preencheu parte do fosso, cobrindo os seus primeiros enchimentos. Revelou-se arqueologicamente estéril.

Sob este depósito de origem erosiva identificou-se o depósito [9], de cor cinzenta, o qual cobria do lado Oeste duas finas “línguas” de areão de geológico acinzentado [10] e [12], sobrepondo-se ao primeiro depósito de enchimento [13], com características semelhantes às do depósito anterior. Ambos forneceram fragmentos cerâmicos e fauna mamalógica. O interface do fosso [11] apresentava uma secção sub-trapezoidal assimétrica.

Esta sequência parece revelar que, neste troço do Fosso 1, ocorreu um enchimento relativamente lento, intercalando momentos de sedimentação e erosão, onde acções de origem antrópica e natural se sucederam. Naturalmente, tratando-se apenas de um acerto de corte estas observações são muito limitadas ao espaço restrito intervencionado.

2.3 – Os materiais

Os materiais dividem-se em dois conjuntos de proveniência: um corresponde a materiais de superfície recolhidos durante as prospecções geofísicas e outro corresponde aos materiais provenientes da limpeza e acerto de corte do fosso.

Os materiais de superfície são compostos por abundantes fragmentos de cerâmica manual e indústria lítica polida e talhada. No que respeita à indústria lítica, em pedra polida foram recolhidas 16 peças em anfíbolo, as quais tipologicamente se distribuem por martelos (8 casos), machados (3) enxós (3) e lingotes (2) (Fig. 9). Os elementos de moagem são relativamente escassos, estando representados por dois moventes e um dormente, todos de pequenas dimensões. A indústria lítica talhada está representada por elementos de produção, 5 bigornas e 5 percutores, e por poucos produtos e restos de talhe: uma lasca de quartzo, um fragmento de xisto jaspóide, um fragmento de quartzo e 5 seixos de quartzito talhados.

Relativamente aos materiais cerâmicos, e para além dos abundantes fragmentos de recipientes, registaram-se três fragmentos de pesos placa rectangulares, um deles espesso de quatro perfurações (Fig. 9), uma morfologia pouco frequente no interior alentejano e que eventualmente indicia relações com regiões mais setentrionais, já da bacia do Tejo.

Relativamente aos fragmentos de recipientes cerâmicos, com o objectivo de realizar uma primeira caracterização morfológica apenas se recolheram fragmentos de bordo ou bojos classificáveis, deixando os bojos

indiferenciados no terreno. Foram recolhidos 60 bordos mais 5 fragmentos de carena e 4 bojos com decoração. Do conjunto de bordos foi possível fazer atribuição formal em 58 casos, que se constituem como universo da análise formal (Fig. 8). Os pratos são claramente predominantes, com 32 exemplares (correspondendo a 55,2%), apresentando alguma variabilidade nos bordos que são simples (8 casos), espessados internamente (17) e nos quais se integram cinco almendrados, bi-espessados (6) e um de bordo exvertido. O segundo grupo mais representado são os esférico-globulares com 11 exemplares (19%), de bordo simples (5), espessado externamente (4) ou com ligeiro colo (2). Seguem-se as taças com 8 ocorrências (13,8%), abertas em segmento esférico de bordo simples, espessado externamente ou bi-espessado e num caso fechada de bordo reentrante. Com uma representatividade mais residual temos 2 tigelas (3,4%), 2 recipiente de colo troncocônico tipo saco (3,4%) e 3 taças carenadas (5,2%), às quais se juntam mais 5 fragmentos de carena. É de salientar que vários dos recipientes esférico-globulares, mas também vários pratos de bordo espessado, apresentam acabamentos a almagre.

A decoração ocorre em 4 fragmentos de bojo. Em 2 casos corresponde a linhas incisadas, num a duas impressões verticais a pente e no restante a um triângulo inciso preenchido por linhas de impressões.

Já no que respeita ao conjunto de materiais proveniente do acerto do corte do Fosso 1, este é constituído por fragmentos cerâmicos (18 bordos, 2 fragmentos de carena e 130 bojos indiferenciados), um fragmento distal de enxó, 6 restos de talhe, um núcleo, 5 lascas em sílex branco por vezes com intercalações castanhas, 2 lascas de quartzo e um fragmento polido de xisto jaspóide. Relativamente às morfologias cerâmicas, foi possível fazer atribuição formal em 17 casos. Predominam os recipientes esférico-globulares, com 9 exemplares, seguindo-se os recipientes de colo troncocônico tipo saco de bordo simples ou ligeiramente ex-vertido, com 3 exemplares, as taças carenadas com 2 exemplares e um prato simples, uma tigela e uma taça fechada (Fig. 9).

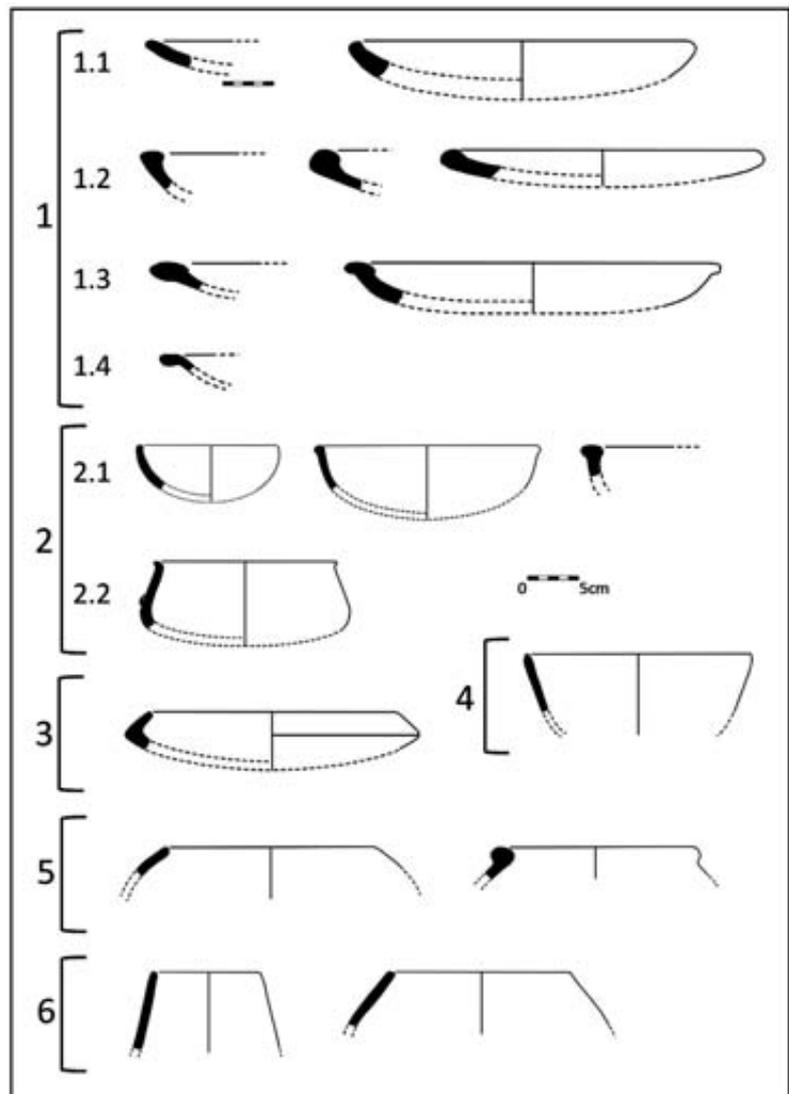


Fig. 8 - Tabela tipológica dos materiais de superfície do Monte da Contenda.

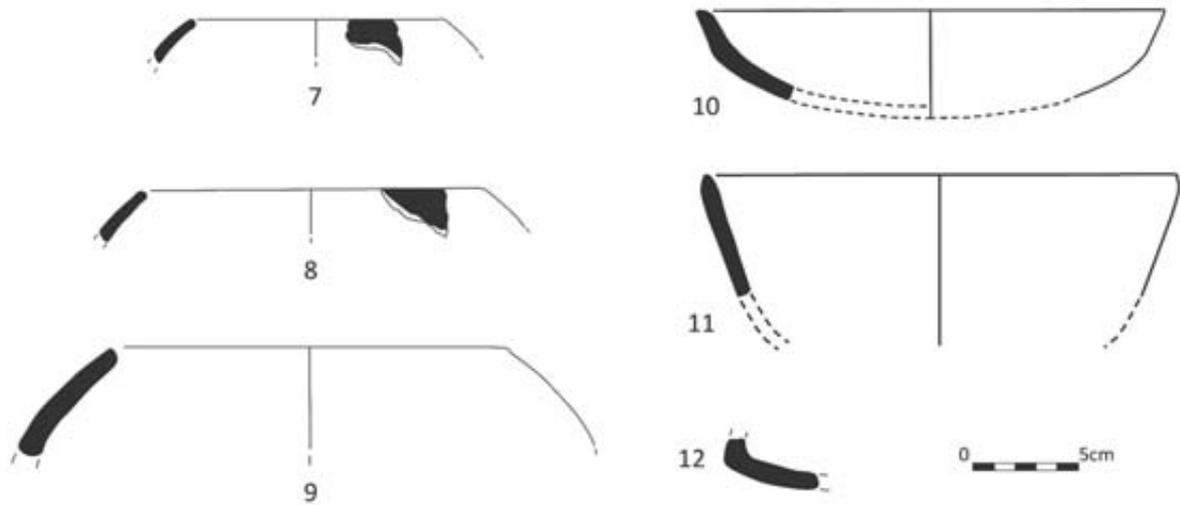
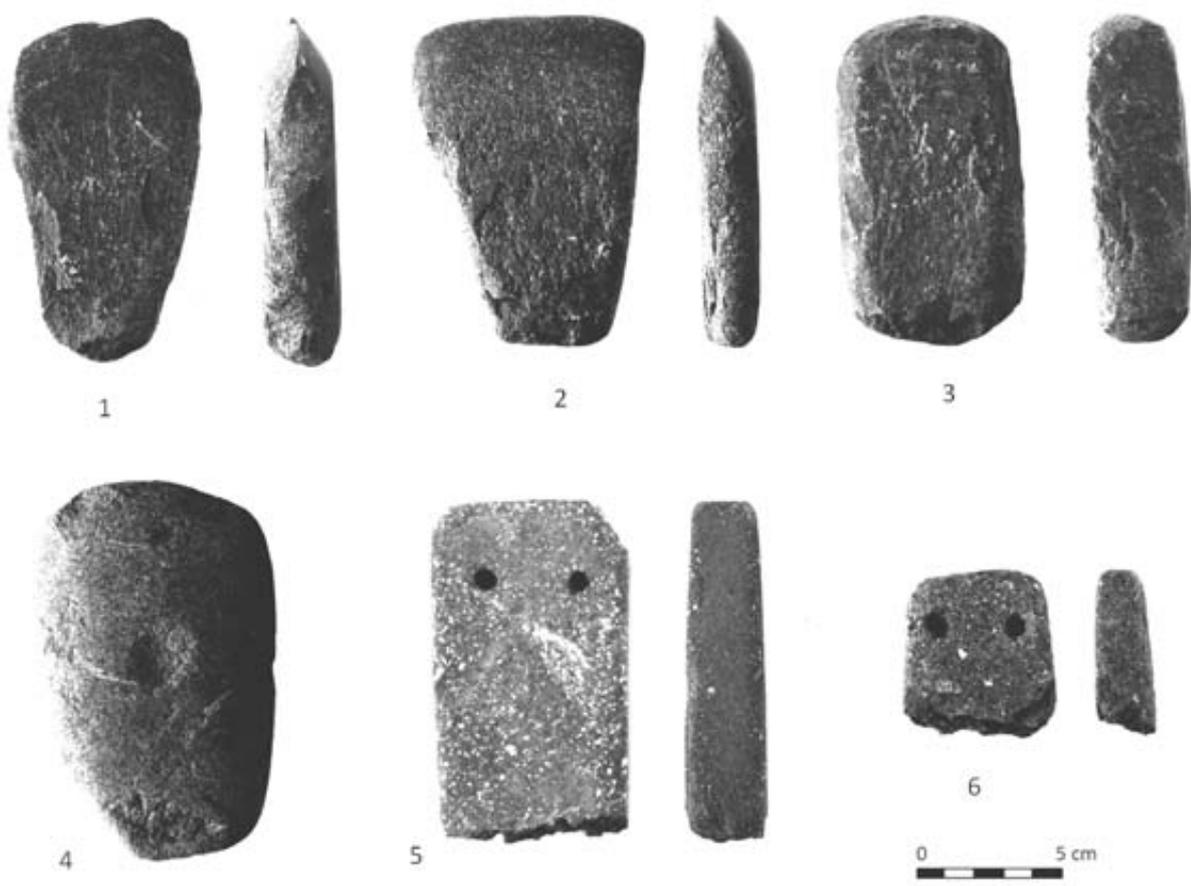


Fig. 9 – Em cima: utensílios de pedra polida, bigorna e elementos de tear recolhidos à superfície no Monte da Contenda. Em baixo: materiais cerâmicos provenientes do acerto do corte do Fosso 1 (fragmentos escurecidos apresentam acabamento a almagre).

A maioria dos materiais de superfície, nomeadamente as cerâmicas, aponta para uma cronologia do Calcolítico Pleno, com um claro predomínio de formas abertas, nomeadamente de pratos de bordo espessado. Contudo, alguns materiais (como as taças carenadas) podem corresponder a ocupações mais antigas de cronologia neolítica, as quais estão representadas nas cerâmicas recolhidas em contexto no acerto do corte do Fosso 1 e que as datações absolutas já realizadas confirmam (ver ponto seguinte).

Assim, podemos afirmar que o fosso exterior do grupo de fossos de tendência circular concêntrica é de cronologia neolítica (segunda metade do 4.º milénio a.C.), enquanto a maioria dos materiais de superfície documenta uma intensa ocupação calcolítica, provavelmente relacionada com os fossos mais centrais, e que mascara a ocupação mais antiga ao nível da superfície. Note-se que o material de superfície rareia na zona dos recintos elipsoidais não sobreposta pelos recintos de tendência circular (lado Oeste). Estes recintos de fossos lineares paralelos, com base na análise da imagem de geofísica, serão anteriores ao fosso datado, pelo que poderão ser da mesma época do Fosso 1 ou mais antigos.

2.4 – Análise faunística

Relativamente às espécies presentes e representação anatómica, o conjunto faunístico recuperado no Fosso 1 totaliza 93 fragmentos de ossos e dentes de mamíferos e um fragmento de concha de bivalve indeterminado. 37 elementos foram classificados como pertencentes a equídeos, veados e bovinos domésticos cujo total aponta para a existência de um mínimo de três indivíduos de veado e dois indivíduos de equídeos e bovinos domésticos, além de restos de um indivíduo de suíno não determinado e coelho.

Tabela 1 – Lista de espécies

Espécies	NTR	NMI
<i>Equus</i> sp. (equídeo)	7	2
<i>Cervus elaphus</i> (veado)	10	3
<i>Bos taurus</i> (vaca doméstica)	15	2
<i>Sus</i> sp. (porco / javali)	4	1
<i>Oryctolagus cuniculus</i> (coelho)	1	1
Total	37	8

NTR – Número total de restos determinados.

NMI – Número mínimo de indivíduos.

O veado (*Cervus elaphus*) é a espécie melhor representada em número mínimo de indivíduos e está presente pelos ossos do esqueleto apendicular anterior além de um fragmento de haste. Os bovinos (*Bos taurus*) estão representados particularmente por elementos do esqueleto apendicular além de três dentes molares e corresponde ao taxon com maior número de fragmentos. Os equídeos (*Equus sp.*) são igualmente no mínimo dois indivíduos e estão representados por três molares e elementos dos membros, dois fragmentos de úmeros e dois calcâneos. Restam os ossos de suíno (*Sus sp.*) que constituem dois fragmentos de crânio e fragmentos de ulna e úmero esquerdos, e o fragmento de pélvis de coelho (*Oryctolagus cuniculus*). Compõem ainda o conjunto faunístico elementos do esqueleto axial, craniano e apendicular de animais de médio e grande porte.

Tabela 2 – Representação anatómica

	<i>Equus sp.</i>	<i>Cervus laphus</i>	<i>Bos taurus</i>	<i>Sus sp.</i>	<i>O. cuniculus</i>	AGP	AMP
E. craniano							
Haste		1					
Crânio				1		2	1
Mandíbula				1		1	
Dentes soltos	3		3				
E. axial							
Costelas						4	1
Vértebras						2	2
E. apendicular anterior							
Escápula		1				1	2
Úmero	2	4	3	1			1
Rádio		3	2				
Ulna				1			
Metacarpo		1	1				
E. apendicular posterior							
Pélvis					1		1
Fémur			1			1	
Tíbia			2				
Calcâneo	2		3				
Elementos gerais							
Osso longo indeterminado						2	
Fragmento indeterminado						1	
Total	7	10	15	4	1	14	8

Em termos tafonómicos, o conjunto apresenta-se, genericamente, em bom estado de conservação, muito pouco meteorizados e com baixa fragmentação, evidenciada pela percentagem de elementos identificáveis de cerca de 40%. Contudo a fracturação recente provocada pelo processo de escavação foi registada em 32 ossos o que corresponde a uma percentagem de cerca de 35%.

No que concerne às marcas de manipulação antrópica destacam-se quatro ossos longos com marca de fratura intencional quando o osso se encontrava em estado fresco (um úmero de veado, um rádio de vaca e duas diáfises de ossos longos de espécies indeterminadas). Em três ossos foram registadas marcas de corte: nas partes distais de úmero e rádio de vaca e úmero distal de suíno que, pela sua posição, indicam a desarticulação intencional dos membros. No capítulo das marcas antrópicas regista-se ainda um fragmento não determinável com marcas de corte profundas e outro fragmento com marca de percussão.

Em suma, o conjunto faunístico recuperado na intervenção do Monte da Contenda é ainda bastante diminuto (não chegando sequer a uma centena de elementos) e provém de uma área muito restrita do interior de um fosso. As ilações de carácter cultural estão, portanto, bastante limitadas. Contudo, não se poderá ignorar o carácter iminentemente selvagem da lista de espécies dominada pelo veado e contrastando, por exemplo, com o conjunto faunístico conhecido para o fosso 6 dos Perdigões (COSTA, 2013) de cronologia contemporânea ao contexto aqui apresentado. A importância de veado encontra paralelo em sítios de altura do sudoeste peninsular como Junta de los Rios (ABRIL *et al.*, 2007) em Huelva e São Pedro do Redondo (DAVIS & MATALOTO, 2012), ambos com ocupações datadas do 3.º milénio a. C.. No entanto a falta de contextos inequivocamente datados do final do 4.º milénio a.C. com significativas colecções faunísticas estudadas na região, para além dos Perdigões, limita claramente as leituras de conjunto sobre a gestão dos recursos animais nesse período, pelo que dificilmente se pode avaliar o significado do espectro faunístico observado no Monte da Contenda também a uma escala extra sítio.

2.5 – Cronologia absoluta e temporalidade

Foram datadas duas amostras de fauna, uma proveniente do depósito [7] e outra do depósito [9] do Fosso 1. As datações foram realizadas no laboratório de Waikato.

UE7 – Costela de animal de grande porte – Wk-38618 – $4464 \pm 29\text{BP}$ – 3336-3024 cal BC 2σ .

UE9 – Diáfise de animal de grande porte – Wk-38619 – $4478 \pm 29\text{BP}$ – 3340-3030 cal BC 2σ .

As datas obtidas são estatisticamente idênticas e colocam o enchimento da metade inferior do Fosso 1 na segunda metade do 4.º milénio a.C., mais concretamente nos seus últimos três séculos e meio. São datações que se enquadram bem com outras conhecidas para recintos de fossos com ocupações neolíticas no interior alentejano (Fig. 10), nomeadamente com as datações mais antigas dos fossos dos Perdígões e com as datações de Juromenha 1 e São Jorge de Ficalho (VALERA, 2013 b).

É ainda interessante salientar que o fosso agora datado é o mais exterior do conjunto de fossos de tendência circular. Trata-se de um fosso que define um recinto com cerca de 230m de diâmetro, contrariando a ideia de que durante o Neolítico Final os recintos de fossos apresentariam dimensões mais modestas, circunstância que já os fossos de Águas Frias (CALADO & LEONOR, 2007) evidenciavam. Por outro lado, o facto de, no Monte da Contenda, os recintos de planta elipsoidal, de maiores dimensões, serem sobrepostos pelo Fosso 1 reforça a ideia da existência de recintos de dimensões consideráveis logo desde o Neolítico, situação também sugerida pela sobreposição dos recintos datados de Moreiros 2 relativamente a outros recintos possivelmente de paliçadas (VALERA, BECKER & BOAVENTURA, 2013).

Assim, ainda que os dados já disponíveis sejam indubitavelmente escassos (sobretudo face à complexidade evidenciada pelo sítio), algumas notas relativamente à temporalidade podem ser enunciadas, conjugando as sobreposições observáveis no magnetograma, as datações obtidas e os materiais de superfície.

Existirá um conjunto de recintos mais antigo com plantas tendencialmente elipsoidais e de maiores dimensões, que eventualmente utilizam a ribeira como elemento de delimitação do espaço encerrado a Sul. Dentro desta fase inicial podemos distinguir pelo menos duas situações, ainda que não saibamos qual a mais antiga: uma correspondente aos fossos paralelos definidos pelos fossos C a G; outra correspondente aos recintos definidos pelos fossos A e B, que se cruzam com os anteriores. Entre as duas situações existe uma ligeira deslocação lateral da implantação dos recintos.

Posteriormente inicia-se a construção dos recintos de tendência circular, que se sobrepõem a todos os

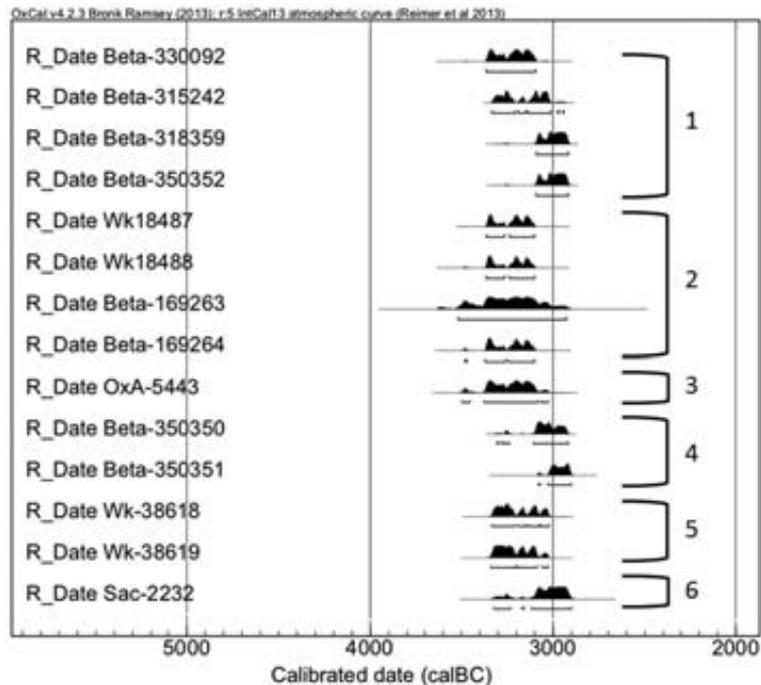


Fig. 10 – Representação gráfica das datações de radiocarbono disponíveis para recintos de fossos do Neolítico Final do interior alentejano (foram apenas consideradas as datas provenientes do interior de fossos). 1 – Perdígões; 2 – Juromenha; 3 – S. Jorge de Ficalho; 4 – Moreiros 2; 5 – Monte da Contenda; 6 – Porto Torrão.

anteriormente referidos, numa zona mais restrita, revelando recintos de menores dimensões, de plantas diferentes e muitos deles com o desenho dos fossos também diferente (sinuosidade mais intensa e regular) e onde já nem mesmo os mais exteriores parecem poder utilizar a ribeira como elemento delimitador. O fosso mais exterior (Fosso 1) ao apresentar datações do último terço do 4.º milénio a.C., funciona como um *terminus ante quem* para os recintos da primeira fase.

Finalmente, em face dos materiais de superfície e dos padrões apresentados pelos fossos, datados noutros contextos desde a transição 4.º/3.º milénio a.C. (por exemplo em Moreiros 2 – VALERA, BECKER & BOAVENTURA, 2013) até ao segundo quartel do 3.º milénio a.C. (por exemplo no Outeiro Alto 2 – VALERA, FILIPE & CABAÇO, 2013), podemos assumir uma continuidade de ocupação (não necessariamente em permanência) durante o Calcolítico que corresponderá a vários dos recintos circulares mais interiores (embora entre eles também possam existir alguns de cronologia mais antiga).

Trata-se, naturalmente, de uma caracterização da temporalidade do Monte da Contenda ainda bastante sumária, mas que desde já revela a existência de uma dinâmica prolongada, muito provavelmente sujeita a intermitências (manifestadas nas deslocações laterais dos recintos), revelando um sítio que terá desempenhado um papel relevante na estrutura de povoamento Neolítico e Calcolítico da bacia do rio Caia.

3 – MONTOITO 2

O recinto de Montoito 2 situa-se junto à povoação com o mesmo nome, concelho de Redondo, distrito de Évora, à direita da estrada que sai na direcção de Reguengos de Monsaraz. As suas coordenadas são X: 46889, Y: -129424,28 a uma altitude de 225 m (C.M.P., 1:25000, fl. 462). Situa-se na confluência do Ribeiro da Vila e do Ribeiro dos Pedrões, abrangendo parte de uma área aplanada e a suave vertente ocidental que desce para aquele último curso de água (Fig. 11A). A visibilidade sobre a paisagem envolvente é bastante restrita, estando o sítio envolvido por topografias aplanadas mas de cotas mais elevadas, excepto ao longo do vale do Ribeiro da Vila, para Noroeste. A geologia do local corresponde a uma formação de grés, argilas e calcários do Miocénico e Paleogénico indiferenciados, que envolve a povoação de Montoito (C.G.P., 1:50000, fl. 40-B).

Na imagem do Google Earth de 22.02.2003 é visível o traçado de um fosso de recinto de tendência elipsoidal, que do lado sudeste aparentava ser de fosso duplo (Fig. 11B). A zona mais central apresentava uma mancha mais escura, que poderia corresponder a um outro recinto, mas que não se apresentava nítido (uma vez que nessa zona há vestígios à superfície de construções de períodos históricos). Prevista a realização da prospecção geofísica integral do sítio, só foi possível, devido à vegetação que cobria parte do terreno,¹ realizar o levantamento de 14 quadrados de 40 × 40 m (22400 m²) que permitiram abranger cerca de 2/3 do recinto. Os procedimentos metodológicos e o equipamento utilizado foram os mesmos do Monte da Contenda.

O magnetograma obtido (Fig. 12) confirmou a existência de um conjunto de recintos de fossos, onde se regista a presença de três fossos. Um recinto maior, apresenta uma planta de tendência elipsoidal definida por dois fossos concêntricos, com o eixo maior orientado no sentido NO-SE. O fosso exterior (Fosso 1) apresenta cerca de 180m no eixo maior e cerca de 140 m no eixo menor, sendo a distância relativamente ao fosso interior concêntrico (Fosso 2) de cerca de 10-12 m, ou seja uma distância semelhante à que se verifica nos fossos externos concêntricos dos Perdigões e da Salvada. O Fosso 1 apresenta uma entrada do lado sudeste (Porta 1), que corresponde a uma interrupção do fosso com cerca de 5/6m de largura, á frente da qual, pelo

¹ Agradecemos o apoio de Rui Mataloto e da Câmara Municipal do Redondo nos contactos com o proprietário para autorização dos trabalhos e na limpeza do terreno, onde também ajudaram André Texugo e Rui Godinho.

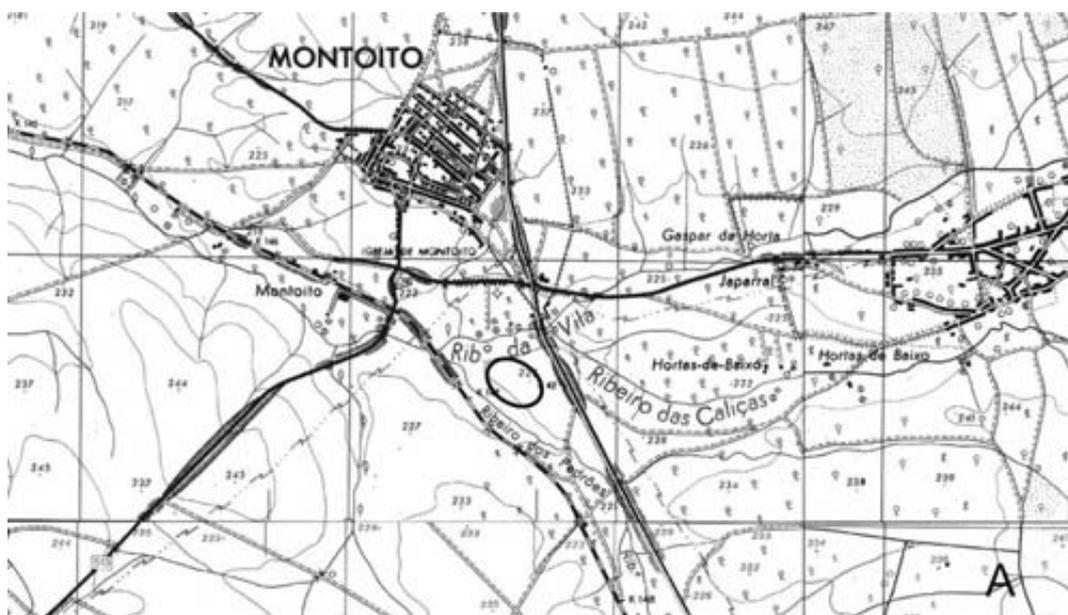


Fig. 11 – Localização do Montoito 2 na C.M.P. e numa imagem 3D do Google Earth.

exterior e a cerca de 6/7m, se desenvolve um pequeno fosso semicircular, semelhante aos fossos em “imbrice” das portas do fosso exterior dos Perdighões. Esta porta apresenta-se orientada a 149° relativamente ao centro da elipse definida pelo recinto. Já o Fosso 2 parece apresentar uma entrada com interrupção simples do fosso na mesma zona (Porta 2), embora mais pequena e ligeiramente mais à esquerda da anterior. A sua orientação relativamente ao mesmo ponto central é 152° . Se alinharmos estas duas entradas num mesmo eixo, obtemos a orientação a 145° , já não com no centro geométrico da elipse, mas curiosamente com duas entradas (Portas 3 e 4) do recinto mais interior.

No interior dos recintos elipsoidais, numa zona aproximadamente central, foi registado um outro fosso (Fosso 3), o qual define um recinto sinuoso de planta irregular. Neste recinto, ao qual falta a extremidade Norte no magnetograma, parecem definir-se três entradas. Uma, mais evidente, localiza-se a Sul (Porta 3), outra parece definir-se numa interrupção do fosso no extremo oeste (Porta 4) e uma terceira (Porta 5), menos evidente, poderá estar numa aparente interrupção do fosso no lóbulo Este.

Finalmente, pelo interior dos recintos, mas também pelo exterior, notam-se várias dezenas de anomalias que corresponderão a fossas.

Este recinto, que se implanta não totalmente no topo da plataforma, mas apanhando parte desse topo e desenvolvendo-se pela vertente Sul, não parece apresentar uma orientação padronizada das várias entradas (embora 4 possam ser alinhadas num mesmo eixo). Contudo, é interessante registar que o eixo maior do recinto orientado a 120°, isto é, genericamente ao solstício de Inverno.

Não se tendo realizado qualquer intervenção intrusiva, foram recolhidos materiais de superfície durante a limpeza e prospecção de superfície. Estes são relativamente pouco numerosos e correspondem a vinte e sete fragmentos de bordo de recipientes cerâmicos manuais, um fragmento de instrumento de pedra polida e um machado em anfibolito, três seixos de quartzito talhados, uma lasca de xisto jaspóide, um percutor esferoidal de quartzo e cinco fragmentos de barro de revestimento com marcas de ramagens. Os de morfologias. Porém, entre os que permitiram uma atribuição formal observa-se uma clara predominância de pratos de bordo simples e espessado internamente (nomeadamente almendrado), estando presentes também taças simples e alguns bordos de recipientes fechados esféricos ou globulares (Fig. 13). Não se registou a presença de qualquer forma carenada, nem pesos de tear nem evidências de metais ou metalurgia. No geral, os materiais recolhidos indicam uma cronologia do Calcolítico Pleno, sem que isso implique a generalização dessa cronologia a todas as estruturas identificadas.



Fig. 12 – Magnetograma de Montoito 2 realizado em 2013.

4 – ALGUMAS NOTAS PARA ORIENTAÇÕES FUTURAS

A confirmação da presença de recintos de fossos nos sítios de Monte da Contenda e Montoito 2 demonstram uma vez mais, como já havia acontecido com Xanca ou Monte do Olival 1 (VALERA & BECKER, 2011; BECKER, VALERA & CASTANHEIRA, 2012), o potencial e a fiabilidade de utilização de ferramentas como o Google Earth na identificação deste tipo de sítios. Se a fotografia aérea há muito demonstrara o seu potencial para a detecção de contextos arqueológicos, as ferramentas disponíveis na internet que permitem a realização de verdadeiras prospecções aéreas em vastos territórios através de imagens satélite de diferentes anos têm-se revelado mais um importante recurso ao serviço da Arqueologia. Por outro lado, o completar deste trabalho de identificação com a realização de prospecções de superfície e prospecções geofísicas, particularmente com o recurso ao método de magnetometria, permite uma primeira aproximação à cronologia e a obtenção de desenhos dos recintos, na grande maioria das vezes impossíveis de obter através de escavação. Estas imagens,

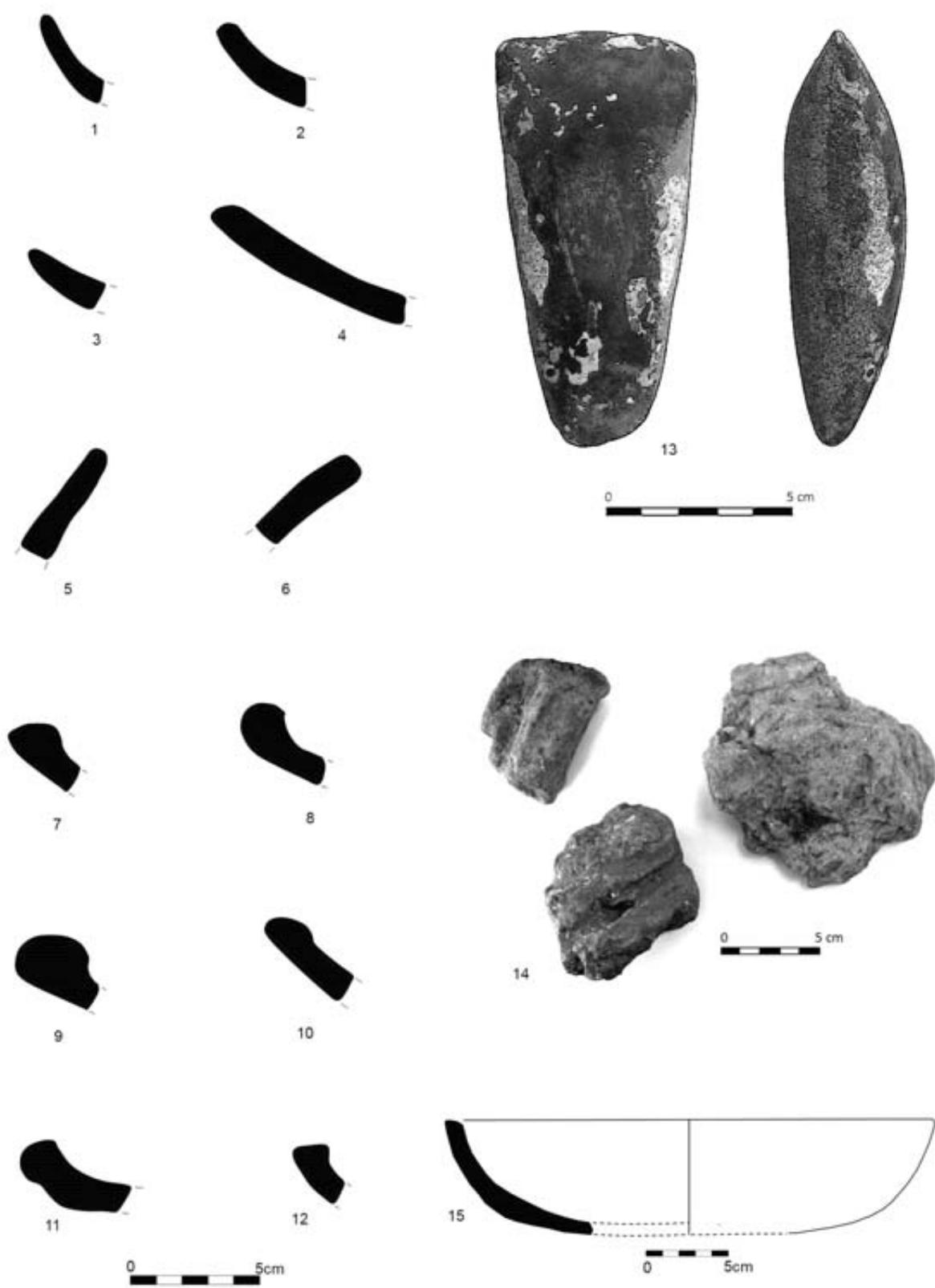


Fig. 13 – Materiais de superfície provenientes de Montoitto 2.

para além de permitirem ter a noção das dimensões e configurações das estruturas, possibilitam igualmente a abordagem a problemáticas que só são possíveis de tratar quando se têm plantas integrais ou quase integrais (como a questão das orientações, de alinhamentos internos, de densidade de estruturas, de área abrangida, etc.), para além de constituírem notáveis ferramentas de planeamento da investigação e de salvaguarda (como bem tem evidenciado o caso dos Perdigões).

Nos contextos aqui em análise, os dados obtidos revelam-nos duas situações bem diferenciadas, sublinhando a diversidade contextual e arquitectónica que vem caracterizando os recintos de fossos no Sul de Portugal. Por um lado Montoito 2, um sítio com dimensões já apreciáveis, mas que revela a presença de um número reduzido de fossos e recintos (cujo real comportamento diacrónico ainda desconhecemos) e com uma planta elipsoidal para os recintos exteriores e uma irregular e sinuosa (mas tendencialmente sub-circular) para o recinto interior. Se a planta deste último encontra paralelos próximos no recinto mais interior de Moreiros 2, tanto ao nível do traçado como ao nível da configuração das entradas, e se se aproxima, apesar de revelar uma maior irregularidade, dos desenhos mais padronizados de Águas Frias, Xancra, Santa Vitória ou Outeiro Alto 2 (VALERA 2013 a), já a planta de tendência elipsoidal dos recintos externos é pouco comum.

Quanto ao Monte da Contenda a situação apresenta-se muito mais complexa, revelando tratar-se de um dos grandes complexos de recintos já conhecidos no Sul de Portugal. De facto, ainda que não atingindo as dimensões que se imaginam para o Porto Torrão, alguns dos recintos presentes no Monte da Contenda, aparentemente os mais antigos, revelam dimensões e áreas próximas às que conhecemos para os Perdigões (Reguengos de Monsaraz), Salvada ou Monte das Cabeceiras 2 (VALERA & PEREIRO, no prelo), a que poderemos igualmente juntar os recintos maiores da Herdade da Corte (Fig. 6), e que andam entre 15 e os 20 ha. Por outro lado, o Monte da Contenda apresenta-se actualmente como o complexo com o maior número de fossos e de recintos da região alentejana (e cremos que da Península Ibérica), mostrando igualmente uma temporalidade prolongada e com ritmos construtivos claramente faseados, visíveis na planimetria dos recintos e nas formas como se entrecruzam e sobrepõem.

De facto, as dinâmicas que desde já podemos perceber no Monte da Contenda, onde recintos são construídos sobre outros, mas de forma descentrada e lateralizada, demonstra que existem períodos de abandono e reconstrução, facto que, por vezes, a concentricidade que outros recintos apresentam (como por exemplo os Perdigões) pode mascarar e induzir a leituras de linearidade evolutiva e ocupacional. De facto, recentes intervenções em pequenos recintos de fossos têm vindo a demonstrar construções diferidas no tempo que se intercepçionam (caso de Murteira 6 – PORFÍRIO *et al.*, 2012) ou que se encontram lado a lado, como acontece em Coelheira 2 (VALERA, RAMOS & CASTANHEIRA, 2015). Estas circunstâncias alertam-nos para as intermitências da vida de muitos sítios e para o facto de que a “[...] construção e abandono de recintos tenha sido inerente ao seu papel social e às dinâmicas das sociedades que os construíram e usaram, provavelmente num contexto de competição de realizações, tal como terá sido a permanência prolongada e o desenvolvimento de alguns deles.” (VALERA, no prelo, tradução livre).

Por outro lado, se relativamente aos contextos que os dois recintos aqui apresentados encerram não temos, nesta fase, informação relevante, já no que respeita ao seu posicionamento nos respectivos povoamentos locais alguns aspectos podem ser sinalizados e discutidos, nomeadamente no que diz respeito à proximidade cronológica e espacial relativamente a outros recintos.

No que respeita ao Monte da Contenda, este situa-se 4,4 km a Nordeste do recinto de Santa Vitória (DIAS, 1996). Apresentando a Contenda uma cronologia inicial mais antiga, os dados sugerem que durante o Calcolítico estes dois sítios tenham sido contemporâneos, podendo mesmo ter tido ocupação simultânea. Note-se ainda que alguns dos recintos com desenhos sinuosos do novo sítio apresentam grandes similaridades

com os presentes em Santa Vitória. Todavia, apesar da proximidade, entre os dois sítios não há visibilidade directa, pois entre ambos existe um interflúvio de cota ligeiramente mais alta.

Mais afastado está o recinto do Torrão, a cerca de 13 km para Este (LAGO & ALBERGARIA, 2001), enquanto a uma distância média de 20km encontramos Moreiros 2 a Nordeste (VALERA, BECKER & BOAVENTURA, 2013) e três outros recintos relativamente próximos entre si a Sul, na periferia de Elvas, dos quais apenas o Paraíso foi publicado (MATALOTO & COSTEIRA, 2008). Trata-se de um núcleo de recintos que se associa à bacia hidrográfica do rio Caia, médio Guadiana (Fig. 1), que se desenvolve desde o Neolítico Final em contextos como Monte da Contenda, Moreiros 2, Torrão e Paraíso, e se prolonga pelo Calcolítico (no Monte da Contenda e Santa Vitória).

Já Montoito 2 está localizado a 9,5km a Nordeste do recinto da Horta do Albardão 3 (SANTOS *et al.*, 2009) e a 8 km a Noroeste dos Perdigões, com o qual terá certamente sido contemporâneo e muito possivelmente simultâneo durante o Calcolítico. Na realidade, para além de Montoito 2 a Norte, os Perdigões começam a ficar rodeados a Oeste e a Sul por um conjunto de recintos associados à bacia hidrográfica do rio Degebe, médio Guadiana (Fig. 1): Horta do Albardão 3, S. Manços (inédito), Ponte da Azambuja (RODRIGUES, 2008), Charneca (VALERA & PEREIRO, 2013) e que se localizam a uma distância média de cerca de 15 km, com excepção da Torre do Esporão (GONÇALVES, 1990-1991), recinto localizado a apenas 5,5km para Sul e com visibilidade directa para os Perdigões. Também este núcleo emerge a partir do final do Neolítico (Perdigões, Ponte da Azambuja e possivelmente Charneca) e se desenvolve ao longo do Calcolítico (Montoito 2, Perdigões, Torre dos Esporão e Horta do Albardão 3).

A concentração espacial de recintos nos distritos de Portalegre e Évora, contudo, não atinge ainda o nível que tem vindo a ser evidenciado pelo distrito de Beja, nomeadamente num eixo de orientação Este – Oeste compreendido entre Serpa – Beja – Ferreira do Alentejo (Fig. 1), abrangendo a parte terminal da bacia do médio Guadiana e parte da bacia (oriental) do alto Sado. Esta situação, porém, poderá simplesmente decorrer de problemas de detecção e amostragem arqueológica e do impacto diferenciado de grandes empreendimentos com forte interferência no território (como os empreendimentos da rede de rega de Alqueva ou a auto-estrada do Baixo Alentejo A26).

Todavia, com os dados actualmente existentes é possível verificar que no Sul de Portugal parece existir uma correspondência entre a construção de recintos de fossos e grandes unidades geológicas. Esta circunstância já foi anteriormente sublinhada (VALERA, 2013 a, Fig. 15), salientando que a quase totalidade dos recintos conhecidos a Sul do Tejo se concentram nos territórios interiores da zona de “Ossa – Morena” drenada pelo médio Guadiana e pela parte oriental da bacia do alto Sado, e que se encontra delimitada a Oeste pela Orla Ocidental (de terrenos mais arenosos) e a Sul pela Faixa Piritosa. Para já são excepção apenas o Cabeço do Pé da Erra, localizado na bacia do Tejo, e Alcalar na costa sul algarvia. O futuro da investigação ajuizará sobre o real papel condicionante destas fronteiras geológicas relativamente ao fenómeno de construção de recintos de fossos no Alentejo. De momento, esse condicionalismo afigura-se significativo, contribuindo para uma dinâmica territorialmente muito concentrada.

Naturalmente, trata-se de uma concentração de contextos diversificados no que respeita à sua cronologia, à sua biografia, às suas dimensões, características arquitectónicas e possíveis papéis sociais. Alguns surgem no Neolítico, outros apenas no Calcolítico. Vários dos que se iniciam no Neolítico Final são abandonados ainda nesse período, enquanto outros se prolongam por todo o 3.º milénio. Uns apresentam dimensões reduzidas e um reduzido número de estruturas; outros crescem para se tornarem grandes complexos, com vários recintos e centenas de estruturas associadas, como bem demonstra o Monte da Contenda. Uns terão tido vidas muito curtas, outros ocupações intermitentes e alguns prolongadas ocupações. Por outro lado, temos ainda uma

informação muito diferenciada em qualidade e quantidade relativamente a cada contexto. Mas dentro desta “globalidade diversificada” e temporalmente estendida por mil anos (pelo menos) ganha particular interesse a questão das proximidades cronológicas e espaciais entre recintos, questão recentemente colocada a propósito da proximidade (apenas 3,5 km) de dois grandes complexos de recintos de fossos que terão sido contemporâneos e muito provavelmente simultâneos: Salvada e Monte das Cabeceiras 2 (VALERA & PEREIRO, no prelo). Nesse texto questionam-se alguns dos pressupostos que subjazem aos esquemas de redes de povoamento hierarquizado, com a definição de lugares centrais e lugares satélites, frequentemente sustentados em bases empíricas frágeis e muito parcelares e numa percepção estática dos diferentes sítios arqueológicos, que não leva em conta nem questiona as suas temporalidades.

Ora a ainda restrita informação que estes trabalhos proporcionaram, sobretudo no que respeita ao Monte da Contenda, mas que já é maior que a disponível para outros recintos que precipitadamente foram elevados à categoria de lugar central sem suporte empírico mas com conveniência teórica, alerta-nos para como as dinâmicas da construção, utilização, duração, abandono final, abandono temporário, reocupação, reconstrução, crescimento continuado, crescimento intermitente, etc., dificilmente serão captadas através dos esquemas apriorísticos rígidos. Esquemas que têm pautado as tradicionais abordagens às redes de povoamento e que percebem os sítios como totalidades estáticas e não como biografias, com temporalidades simples ou muito complexas, gerando inter-relações dinâmicas das quais as cartografias têm dificuldade em dar conta (porque cristalizam o que é dinâmico e geram palimpsestos).

Assim, na futura modelação das redes de povoamento, nomeadamente no que aos recintos de fossos diz respeito, que começam a esboçar-se em torno dos Perdigões e do Monte da Contenda teremos que levar em conta as diferentes trajectórias de vida de cada recinto ou conjunto de recintos conhecidos nas imediações, para os quais temos de admitir que a informação é ainda muito desproporcional. Há, pois, ainda muito trabalho pela frente, facto que, contudo, não mascara os significativos avanços feitos nos últimos anos na investigação e conhecimento relativos a este tipo de contextos no sul de Portugal.

REFERÊNCIAS

- ABRIL, D., NOCETE, F., BAYONA, M. R., LIZCANO, R. & INÁCIO, N. (2007) – Prácticas sociales asociadas al patrón de consumo alimenticio en el poblado de la Junta de los Ríos (Puebla Guzman, Huelva): cal 2834 ± 80 A.N.E. – 2475 ± 40 A.N.E. *Rampas*. 9, p. 5-90.
- BECKER, H. (1996) – Kultplätze, Sonnentempel und Kalenderbauten aus dem 5. Jahrtausend vor Chr. – Die mittellneolithischen Kreisanlagen in Niederbayern. In: BECKER, H. (ed.) – *Archäologische prospection. Luftbildarchäologie und Geophysi.*, München, p. 101-122.
- BECKER, H. (2001) – Duo- and quadro-sensor configuration for high-speed / high-resolution magnetic prospecting with caesium magnetometry. In: BECKER, H. & FASSBINDER, J. W. E. (eds.) – *Magnetic Prospecting in Archaeological Sites*. ICOMOS, p. 20-25 (Monuments and Sites 6).
- BECKER, H. (2001) – Ultra high resolution caesium magnetometry at Monte da Ponte, Concelho Evora, Portugal 1994-1996. In: BECKER, H. & FASSBINDER, J. W. E. (eds.) – *Magnetic Prospecting in Archaeological Sites*. ICOMOS, p. 43-46 (Monuments and Sites 6).
- BECKER, H. & VALERA, A. C. (2012) – Luz 20 (Mourão, Évora): resultados preliminares da prospecção geofísica (magnetometria de céσιο). *Apointamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa: NIA-ERA. 8, p. 7-9.

- BECKER, H; VALERA, A.C. & CASTANHEIRA, P. (2012) – Monte do Olival 1 (Ferreira do Alentejo, Beja): magnetometria de céσιο num recinto de fossos do 3.º milénio a.C. *Açontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa: NIA-ERA. 8, p. 11-17.
- CALADO, M. & ROCHA, L. (2007) – As primeiras sociedades camponesas no Alentejo Central: a evolução do povoamento. In: CERRILLO CUENCA, E. & ALADÉS SIERRA, J. M. (eds.) – *Los primeros campesinos de La Raya: aportaciones recientes al conocimiento del Neolítico y Calcolítico en Extremadura y Alentejo*. Cáceres: Museo, p. 29-46.
- COSTA, C. (2013) – *Tafonomia em contexto pré-histórico. A zooarqueologia como recurso para a compreensão das “estruturas em negativo” da Pré-história Recente*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Arqueologia, apresentada à FCHS da Universidade do Algarve. Policopiado.
- DIAS, A. M. M. Carvalho (1996) – *Elementos para o estudo da sequência estratigráfica e artefactual do povoado calcolítico de Santa Vitória*. Dissertação de mestrado apresentada à FLUP. Policopiado.
- GONÇALVES, V.S. (1990-1991) – Tesp. 3: o povoado pré-histórico da Torre do Esporão (Reguengos de Monsaraz). *Portugália*. Porto. NS, XI-XII, p. 51-72.
- HURTADO, V. (2008) – Los recintos con fosos de la Cuenca Media del Guadiana. *Era Arqueologia*. Lisboa: NIA-ERA. 8, p.182-197.
- KARLOVSKÝ, V. & PAVÚK, J. (2002) – Astronomická orientácia rondelov lengyelskej kultúry. In: CHEBEN, I. & KUZMA, I. (eds.) – *Otázky neolitu a eneolitu našich krajín – 2001*. Nitra, p. 113-128.
- LAGO, M. & ALBERGARIA, J. (2001) – *O Cabeço do Torrão (Elvas): contextos e interpretações prévias de um lugar do Neolítico alentejano*. Lisboa: Era Arqueologia / Colibri, p. 39-62 (Era Arqueologia 4).
- MÁRQUEZ, J. E & JIMÉNEZ, V. (2010) – *Recintos de Fosos. Genealogía y significado de una tradición en la Prehistoria del suroeste de la Península Ibérica (IV-III milenios a.C.)*. Málaga: Servicios de publicaciones de la Universidad de Málaga.
- MÁRQUEZ, J. E.; VALERA, A. C.; BECKER, H.; JIMÉNEZ, V. & SUÁREZ, J. (2011) – El Complejo Arqueológico dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz, Portugal). *Prospecciones Geofísicas – Campaña 2008-09. Trabajos de Prehistoria*. Madrid.
- MATALOTO, R. & COSTEIRA, C. (2008) – O povoado calcolítico do Paraíso (Elvas, Alto Alentejo). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA. 11 (2), p. 5-27.
- PÁSZTOR, E. & BARNA, J. P. (2008) – Orientation of the circular enclosures of the late Neolith Lengyel culture in the Carpathian Basin. *Antiquity*. 82, p. 910-924.
- PODBORSKÝ, V. & KOVÁRNIK, J. (2006) – Neolithic and post-Neolithic enclosures in Moravia in their central European context. In: HARDING, A.; SIEVERS, S. & VENCLOVÁ, N. (eds.) – *Enclosing the Past: Inside and Outside in Prehistory*. Sheffield: J. J. Collis Publications, p. 44-68 (Sheffield Archaeological Monographs 15).
- PORFÍRIO, E.; BARBOSA, R. P.; VALINHO, A. & COSTA, M. (2012) – O sítio de Murteira 6 (Mombeja – Beja) no contexto do Calcolítico do Sul de Portugal. *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Almodôvar: Município de Almodôvar, p. 549-559.
- RODRIGUES, F. (2008) – O recinto de fossos da ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora): primeira notícia. *Açontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 2, pp. 49-56.
- SANTOS, F.; SOARES, A.; RODRIGUES, Z.; QUEIROZ, V. P. & ARAÚJO, M. F. (2009) – Horta do Albardão 3: um sítio da Pré-História Recente, com fossos e fossas, na encosta do Albardão (S. Manços, Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12 (1), p. 53-71.

- SCHLOSSER, W. (2004) – Astronomische Untersuchungen der Kreisgrabenanlage von Goseck. In: BERTEMES, F.; BIEHL, P. F. & MELLER, H. (eds.) – *Neolithische Kreisgrabenanlagen in Europa*. Goseck 7.-9.5.2004.
- VALERA, A. C., (2008) – Mapeando o Cosmos. Uma abordagem cognitiva aos recintos da Pré-História Recente. *Era Arqueologia*. Lisboa, 8, p. 112-127.
- VALERA, A. C. (2010) – Construção da temporalidade dos Perdigões: contextos neolíticos da área central. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa: NIA-ERA Arqueologia. 5, p. 19-26.
- VALERA, A. C. (2012 a) – “Mind the gap”: Neolithic and Chalcolithic enclosures of South Portugal. In: GIBSON, A. (ed.) – *Enclosing the Neolithic. Recent studies in Britain and Europe*. BAR, p. 165-183.
- VALERA, A. C. (2012 b) – Fossos sinuosos na Pré-História Recente do Sul de Portugal: ensaio de análise crítica. *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Almodôvar: Município de Almodôvar, p. 25-38.
- VALERA, A. C. (2013 a) – Recintos de fossos da Pré-História Recente em Portugal. Investigação, discursos, salvaguarda e divulgação. *Almadan*. Segunda Série, 18, p. 93-110.
- VALERA, A. C. (2013 b) – Cronologia dos recintos de fossos da Pré-História Recente em território português. *Arqueologia em Portugal 150 anos, Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: AAP, p. 335-343.
- VALERA, A. C. (coord.) (2014) – *Bela Vista 5. Um recinto do Final do 3.º milénio a.n.e. (Mombeja, Beja)*. Lisboa: NIA-ERA (Era Monográfica 2).
- VALERA, A. C. (no prelo) – Social change in the late 3rd millennium BC in Portugal: the twilight of enclosures.
- VALERA, A. C. & BECKER, H. (2011) – Cosmologia e recintos de fossos da Pré-História Recente: resultados da prospeção geofísica em Xancra (Cuba, Beja). *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa: NIA-ERA. 7, p. 23-32.
- VALERA, A. C.; BECKER, H. & BOAVENTURA, R. (2013) – Moreiros 2 (Arronches, Portalegre): geofísica e cronologia dos recintos interiores. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa: NIA-ERA. 9, p. 37-46.
- VALERA, A. C.; FILIPE, V. & CABAÇO, N. (2013) – O recinto de fosso do Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa). *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa: NIA-ERA. 9, p. 21-35.
- VALERA, A. C. & PEREIRO, T. (2013) – Novos recintos de fossos no sul de Portugal: o Google Earth como ferramenta de prospeção sistemática. *Arqueologia em Portugal 150 anos. Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: AAP, p. 345-350.
- VALERA, A. C. & PEREIRO, T. (no prelo) – Os recintos de fossos da Salvada e Monte das Cabeceiras 2 (Beja, Portugal). *Actas do VII Encontro de Arqueologia Peninsular*. Aroche-Serpa, 2013, p. 16-27.
- VALERA, A. C.; RAMOS, R. & CASTANHEIRA, P. (2015) – Os recintos de fossos de Coelheira 2 (Santa Vitória, Beja). *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa: NIA-ERA. 10, p. 33-45.
- VALERA, A. C. & SILVA, A. M. (2011) – Datações de radiocarbono para os Perdigões (1): contextos com restos humanos nos Sectores I e Q. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa: NIA-ERA. 7, p. 7-14.
- VALERA, A. C.; SILVA, A. M. & MÁRQUEZ ROMERO, J. E. (2014) The temporality of Perdigões enclosures: absolute chronology of the structures and social practices. *SPAL*. 23, p. 11-26.
- WHITTLE, A. (2006) – Temporality of enclosures. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto: ADECAP. 8. p. 15-24.
- WHITTLE, A. (2014) – The times and timings of enclosures. In: VALERA, A. C. (ed.) – *Recent Prehistoric enclosures and funerary practices in Europe*. BAR, International Series 2676, p. 1-12.

**O POVOADO CALCOLÍTICO FORTIFICADO DA MOITA DA LADRA
(VILA FRANCA DE XIRA, LISBOA): RESULTADOS DAS ESCAVAÇÕES EFECTUADAS
(2003-2006)**

***THE CHALCOLITHIC FORTIFIED SETTLEMENT OF MOITA DA LADRA
(VILA FRANCA DE XIRA, LISBOA): RESULTS OF THE EXCAVATIONS
REALIZED BETWEEN 2003 AND 2006***

João Luís Cardoso¹

Abstract

The Chalcolithic fortified settlement of Moita da Ladra is located on the top of a high volcanic chimney that dominates the Tagus estuary. The archaeological site was entirely excavated due to the exploitation prosecution of a basalt quarry. The identified archaeological structures are both defensive and residential. The remains of an ellipsoidal wall with 80 m length and 44 m width including two massive towers and an entrance facing the Tagus estuary on the southern side.

This settlement's builders wanted it to be easily seen from the river and at a long distance. Besides its defensive function this archaeological site is intended to be a landmark in this landscape.

The implantation of this Chalcolithic settlement is related with the access control of the large inner basin of Loures lowland, related with Sizandro river basin flux in which Zambujal fortified settlement is located.

The site has only one occupation phase with few but diversified archaeological remains characterized with both decorated ceramics of "folha de acacia/crucifera" group and bell beakers ceramics represented by maritime vases and vases with geometric decoration.

Radiocarbon dating points out to the occupation of this site during the second half of the 3rd millennium BC, the same of other high fortified settlements of this region, such as Penha Verde (Sintra) or Leceia (Oeiras).

The coexistence of both bell beakers ceramics and non beaker's ceramics of "folha de acacia/crucifera" group has an important cultural meaning that is valued in this article.

Keywords: bell-beaker, fortification, Lisbon peninsula, Moita da Ladra.

1 – GENERALIDADES

O povoado calcólítico fortificado da Moita da Ladra implantava-se no topo de uma chaminé basáltica de idade fini-cretácica, pertencente ao Complexo Vulcânico de Lisboa, entre os 220 e os 228 m (Fig. 1). Tal implantação corresponde a largo domínio visual sobre o estuário do Tejo, abrangendo a vista, para sul, a crista da cadeia da Arrábida e o morro de Palmela; só para o lado norte a visibilidade se afigura mais limitada.

¹ Universidade Aberta (Lisboa) e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).
arqueolo@univ-ab.pt

Possui as seguintes coordenadas geográficas, lidas na Carta Militar de Portugal na escala de 1/25 000, folha n.º 403: 38° 53' 30'' Lat. N. e 09° 03' 58'' Long. W de Greewich.

No âmbito do licenciamento da exploração da pedreira em questão, foi elaborado relatório pela “EMÉRITA, Empresa Portuguesa de Arqueologia L.da” em 1999, onde se confirmava o interesse arqueológico do local em questão, e se considerava indispensável executar, no momento oportuno, a escavação integral do sítio arqueológico entendida como “acção preventiva a realizar no âmbito de trabalhos de minimização de impactes devidos a empreendimentos públicos ou privados...”, nos termos do Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de Julho (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos).

Em final de 2002, o Eng.º Francisco Ventura Rego, responsável pela exploração da pedreira, a cargo da firma “Alves Ribeiro, SA”, fez sentir a necessidade de se dar execução à escavação do sítio arqueológico em apreço, processo que decorreu em várias campanhas entre Setembro de 2003 e o Março de 2005, após autorização do Instituto Português de Arqueologia. Uma última acção, realizada em Abril e Maio de 2006, relacionou-se com a escavação de uma estrutura fechada, adiante designada por Estrutura F, identificada fora do recinto muralhado, aquando do acompanhamento da fase de desmonte das estruturas postas a descoberto.

A exploração integral deste importante sítio arqueológico decorreu sob a direcção do signatário, com J. C. Caninas, sob a égide da “EMÉRITA, Empresa Portuguesa de Arqueologia L.da” em sucessivas campanhas arqueológicas que se estenderam de 2003 a 2006, e cujos resultados preliminares já foram publicados (CARDOSO & CANINAS, 2010).

A decisão de escavação integral do sítio, seguida da desmontagem acompanhada das estruturas arqueológicas postas a descoberto, trabalho com que terminou a intervenção arqueológica, na Primavera de 2006, foi determinada pelo então Instituto Português de Arqueologia, por forma a permitir a continuidade da progressão da lavra da referida pedreira. Os trabalhos foram integralmente custeados pelo dono da obra, a empresa “Alves Ribeiro, SA”, que também cedeu a mão-de-obra não especializada que permitiu a escavação integral da estação arqueológica.

Além desses colaboradores, assumiram papel de relevo na escavação arqueológica do sítio os Drs. Mário Mascarenhas Monteiro, Filipe Martins, Sofia Albuquerque, Marta Araújo e José Neves.

Salienta-se a excelente e pronta colaboração prestada pelo dono-da-obra, através da disponibilização de meios humanos e mecânicos, que muito contribuíram para o bom andamento dos trabalhos. Por esse facto, manifesta-se os devidos agradecimentos ao responsável da pedreira, o Eng.º Francisco Ventura Rego e aos encarregados, Srs. Carlos Carvalho e José Portinha Nunes.



Fig. 1 – A chaminé basáltica de Moita da Ladra vista de sudoeste, dominando a várzea de Loures (foto de Filipe Martins).

2 – METODOLOGIA UTILIZADA E DESCRIÇÃO GERAL DOS TRABALHOS REALIZADOS

A intervenção foi executada de forma faseada, combinando sondagens e escavação em área, tendo como objectivo o conhecimento integral do sítio e sua preservação pelo registo, dado que a exploração da pedreira iria colidir com a eventual conservação dos vestígios postos a descoberto.

No início, a partir da realização de uma primeira sondagem, pretendeu-se conhecer o estado de conservação do sítio e a sequência da sua ocupação antiga. Assim, 2003 os trabalhos corresponderam à abertura de uma sondagem rectangular de 4 × 9 m, com o lado maior orientado na direcção Norte-Sul, a qual foi aprofundada em toda a sua extensão até ao substrato geológico (Fig. 2). Esta intervenção permitiu determinar a existência de uma única camada arqueológica, muito rica em materiais (de sílex, anfibólito, osso, cerâmicos e metálicos), avultando as cerâmicas decoradas, com estilos característicos do chamado Calcolítico Pleno da Estremadura, associadas a cerâmicas campaniformes decoradas a pontilhado; de notar a presença de diversas pontas de seta finamente retocadas, de sílex, de base côncava, tipologicamente compatíveis com os materiais cerâmicos.

Estes resultados demonstravam, pela abundância de espólio recolhido, a importância da ocupação do local, no decurso do Calcolítico, embora não tenha sido então identificada qualquer estrutura doméstica na área investigada.

O prosseguimento dos trabalhos no ano de 2004 traduziu-se no alargamento da área investigada anteriormente e na execução de numerosas sondagens mecânicas de 4 × 4 m distribuídas na zona envolvente da sondagem inicial, essencialmente nos lados Sul e Oeste da elevação, tendo em vista a determinação da eventual existência de uma ocupação arqueológica nessas áreas. Essas sondagens atingiram invariavelmente o substrato geológico, fornecendo indicações sobre o desenvolvimento em área da ocupação do sítio.

Dos trabalhos assim realizados, que permitiram determinar a extensão da área de interesse arqueológico, resultou a execução de escavação em extensão, correspondente ao alargamento da escavação realizada no ano anterior, a qual atingiu uma área aproximada de 1000 m². Confirmou-se a existência de um dispositivo defensivo envolvendo a parte mais elevada do morro, correspondente a uma única ocupação, cuja potência máxima não ultrapassa 0,60 m, directamente assente sobre o substrato geológico, constituído por rochas basálticas com graus de alteração distintos.

Do ponto de vista artefactual e cronológico-cultural, os resultados obtidos em 2004 corroboraram os do ano precedente, embora com novos dados sobre a actividade metalúrgica que ali teve lugar, com a descoberta de uma provável estrutura de fundição, adiante mencionada em pormenor, perto da qual se encontrou um cadinho, completo, e um “bolo” de fundição, de cobre.

Entre o espólio metálico, refiram-se fragmentos de punções de cobre, muito comuns na generalidade dos povoados



Fig. 2 – Moita da Ladra. Vista dos trabalhos iniciais, em 2003, correspondentes à abertura de uma sondagem de área limitada, na parte mais alta do morro basáltico, observando-se em segundo plano o estuário do Tejo (foto de J. L. Cardoso).

do Calcolítico Pleno da Estremadura e uma ponta Palmela, com a folha dobrada devido a impacto, e uma placa de revestimento, de ouro, com decoração geométrica de estilo campaniforme.

Antecedendo a campanha arqueológica de 2004, que decorreu de Julho a Novembro, foi realizada desmatção de vasta área circundante do topo da elevação já então parcialmente escavada. Esta operação permitiu evidenciar a existência de um talude periférico no lado Nascente-Sul o qual foi objecto de uma escavação em extensão cujos resultados vieram confirmar a existência de uma muralha enterrada. Esta muralha, que originalmente deveria circundar e delimitar todo o povoado, conservou-se em melhores condições, como se constatou posteriormente, nos lados Sul e Nascente, cujas características construtivas serão adiante apresentadas.

No interior do recinto assim delimitado identificaram-se outras ocorrências de índole habitacional, em particular, diversas estruturas negativas de contornos, profundidades e dimensões variáveis, próximas umas das outras.

Não obstante o mau estado geral de conservação das estruturas arqueológicas, a relevância científica deste sítio era inquestionável, justificando a sua escavação integral, aliás determinada pelo Instituto Português de Arqueologia, a qual só terminou em Março de 2005.

Os trabalhos efectuados no ano de 2005, entre Janeiro e Março, tomaram como referência os resultados de uma visita conjunta efectuada pelos Drs. Ana Martins (saudosa arqueóloga precocemente desaparecida) e José Correia, da Extensão de Lisboa do Instituto Português de Arqueologia, e consubstanciados no Ofício daquele Instituto de 22 de Novembro de 2004. Tais trabalhos incluíram: a) intervenções de pormenor nas áreas já escavadas designadamente nas estruturas defensivas (torres maciças identificadas no lado Este do recinto muralhado); b) a abertura de novas sanjas de modo a definir o perímetro defendido do lado nascente; c) o alargamento da área ocidental da escavação, com idêntico objectivo; e d) a realização de diversas sondagens no interior do recinto muralhado, tendo em vista a confirmação da ausência de depósitos arqueológicos, conforme era sugerido pelos inúmeros afloramentos basálticos. Além das acções referidas, foi executado um corte estratigráfico perpendicular à linha muralhada, do lado nascente, por forma a estabelecer a sequência construtiva do sítio, acompanhado de outro, ao longo da face externa da referida estrutura, em zona adjacente, de modo a evidenciar-se o modo de assentamento da primeira fiada de blocos da estrutura sobre o substrato basáltico.

Depois de dada por concluída a escavação integral da estação, foi de novo esta visitada pelos referidos técnicos, a 12 de Abril de 2005, tendo então sido reconhecida possibilidade de desafecção da área de interesse arqueológico (conformada pelo Ofício do referido Instituto de 19 de Abril de 2005), permitindo o prosseguimento da exploração da pedra, desde que respeitados os seguintes requisitos: a) desmonte controlado das estruturas, com acompanhamento arqueológico permanente; b) acompanhamento do rebaixamento a efectuar até o substrato geológico, tanto na área escavada, como na zona envolvente externa.

Terminado o desenho das estruturas arqueológicas postas a descoberto, deu-se início às operações supra referidas, as quais permitiram identificar uma ocupação do sítio no Neolítico Antigo, evidenciada por inúmeros materiais dispersos por área circunscrita da estação, em camada subjacente à ocupação calcolítica. A distribuição em área desta primitiva ocupação arqueológica, bem como os materiais mais relevantes a ela pertencentes foram já publicados (CARDOSO & CANINAS, 2010).

O acompanhamento do desmonte das estruturas calcolíticas previamente escavadas e registadas, conduziu, também, à identificação de uma estrutura fechada, de planta elipsoidal, de assinalável profundidade, situada extramuros (Estrutura F), na encosta sul, em área adjacente à da entrada no recinto defensivo, cuja natureza e finalidades serão adiante abordadas.

3 – ESTRATIGRAFIA

A escavação integral do sítio permitiu confirmar a existência de uma única camada arqueológica de época calcolítica, independentemente do local em consideração, a qual se encontra assente directamente no substrato geológico, podendo faltar em absoluto, conforme se observa na parte mais alta da elevação. Deste modo, importa valorizar, na interpretação da realidade estratigráfica, as evidências pós-deposicionais observadas.

Com efeito, a formação do depósito de onde proveio a larga maioria dos materiais arqueológicos, terá resultado da intensa erosão que actuou a parte mais alta da elevação, também responsável pela tão fraca presença de vestígios de estruturas habitacionais ali encontrados; as numerosas sondagens executadas naquela área da estação evidenciaram a presença do substrato basáltico sempre aflorante ou sub-aflorante. Deste modo, os materiais dali remobilizados pela erosão e transporte pela água das chuvas, acumularam-se ao longo do paramento interno da muralha que envolvia o povoado, uma vez que tal estrutura constituía eficaz barreira á evacuação dos sedimentos para fora do recinto defensivo. Tal foi o mecanismo que explica a formação de um depósito arqueológico descontínuo, que não ultrapassa 50 cm de potência, observado especialmente no sector voltado a sudeste.

Trata-se de camada castanho-escura, terrosa e pouco compacta, com raízes, resultantes do denso coberto vegetal arbustivo que cobria a elevação, contendo abundantes materiais arqueológicos.

No entanto, a importância das referidas acumulações pós-deposicionais não deve ser exagerada. Com efeito, o mesmo depósito evidencia em alguns locais e ao longo de toda a sequência, assinaláveis concentrações de conchas, resultantes de despejos só poderiam ter sido realizados em locais próximos de cada um dos referidos locais, pelo que os fenómenos aludidos devem ter existido, mas com expressão limitada. Tais despejos, que pontualmente também se observaram do lado externo da muralha, são particularmente abundantes em determinado sector do lado interno do recinto muralhado, onde formam verdadeiro concheiro. Deste modo, a conclusão de se estar perante um único depósito arqueológico, correlacionado com uma única ocupação de expressão cronológico-cultural, encontra-se corroborada pelos factos observados no terreno.

4 – ESTRUTURAS DEFENSIVAS: SUA INTERPRETAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO

O topo da elevação, com pendor suave para sul, pontuado, na actualidade, por afloramentos basálticos, nalguns casos exibindo disjunção prismática oblíqua, era envolvido por uma muralha simples, de contorno elipsoidal, cujo eixo maior tinha o comprimento de aproximadamente 80 m, orientado aproximadamente Norte-Sul e o eixo menor extensão de cerca de 44 m, que foi possível por a descoberto na totalidade da extensão ainda conservada (Fig. 3). Com efeito, a escavação veio mostrar que esta muralha desapareceu quase totalmente do lado poente, em parte devido à acção de uma pedreira antiga que laborou daquele lado, encontrando-se muito incompleta e derruída do lado norte, que fechava o acesso ao topo da elevação, sendo possível que



Fig. 3 – Moita da Ladra. Vista aérea parcial da área escavada até Dezembro de 2004, evidenciando-se o desenvolvimento no terreno do sector nascente do circuito muralhado (foto de J. L. Cardoso).

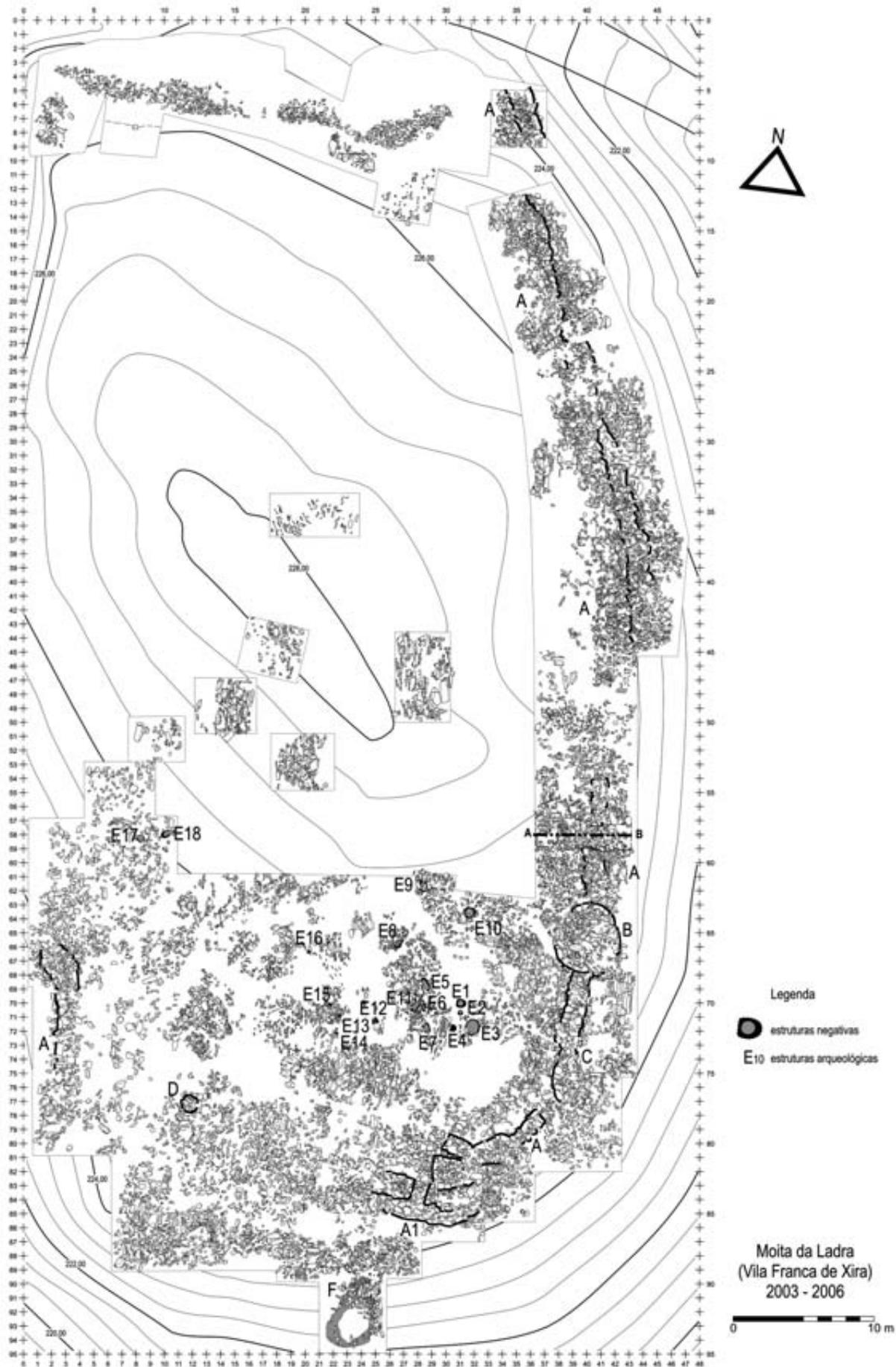


Fig. 4 - Moita da Ladra. Planta geral da área escavada (levantamento de B. L. Ferreira, sob supervisão de J. L. Cardoso).

desse lado existisse a principal entrada no interior do recinto. Tal realidade encontra-se evidenciada na planta da área escavada (Fig. 4). Tanto dos lados poente como nascente, o declive é assinalável, o mesmo se verificando do lado sul, não obstante ali também existir uma entrada, que não constituía seguramente o acesso principal ao recinto, pelo assinalável declive que seria necessário vencer.

O lado nascente é aquele em que a muralha se apresenta melhor conservada (Fig. 5). Caminhando de Norte para Sul, ao longo da linha definida pela estrutura, a que foi dada a designação de Muralha A, verifica-se que, em todo o comprimento, aquela é denunciada pela existência de um talude no terreno, que a escondia completamente. As diversas sanjas abertas perpendicularmente ao referido talude permitiram evidenciar, a pouca profundidade, a existência da referida muralha, constituída por um duplo alinhamento de blocos basálticos, definindo os paramentos externo e interno, com enchimento intermédio de blocos basálticos de menores dimensões. É de sublinhar que os blocos do paramento externo são de maiores dimensões que os que constituem o paramento interno, o que se explica pela necessidade de garantirem a estabilidade da estrutura, suportando-a com maior eficácia do lado mais desapoado, em resultado do declive da encosta.

A muralha desenvolve-se de forma contínua, sendo, a meio do seu percurso de lado nascente, intersectada por uma torre de planta subcircular maciça, a Torre B (Fig. 6). Tal como o pano de muralha a ela adjacente, esta torre apresenta-se revestida externamente por aparelho de blocos calcários de assinaláveis dimensões, possuindo um enchimento interno de blocos angulosos de basalto, de menores dimensões. A partir deste local, a Muralha A curva para poente, observando-se a sua interposição por uma outra torre maciça (Torre C), muito pior conservada que a anterior que a anterior, o que dificulta a sua rigorosa delimitação em planta (ver planta geral, Fig. 4). Esta torre parece flanquear uma entrada existente no recinto, assinalada na planta geral, embora tal solução de continuidade possa ser apenas aparente, razão que levou a não lhe conferir designação própria.



Fig. 5 – Moita da Ladra. Troço de muralha do lado nascente, mal conservada, onde se misturam, em resultado de remobilização local, blocos basálticos e calcários (foto de J. L. Cardoso).

No sector da Muralha A voltado para Sul, destaca-se a existência de uma entrada – a Entrada A1 – com corredor claramente definido entre dois paramentos paralelos laterais, definidos por blocos calcários, possuindo o chão revestido de lajes (Fig. 7). Do lado nascente desta entrada, correspondente ao seu lado direito para quem caminha para o interior do recinto, verifica-se que a Muralha A é constituída por sucessivos panos que se foram justapondo lateralmente, à maneira dos modernos “gabions” de suporte de taludes, realidade evidenciada na planta geral (Fig. 4). Esta situação faz crer que foi esta a melhor solução para vencer o declive progressivamente acentuado, que se verifica a partir da bordadura da plataforma culminante, assegurando-se assim a estabilidade da estrutura pelo seu peso próprio, situação idêntica à verificada pelo signatário na muralha envolvente do cume do povoado calcólico do Outeiro Redondo (Sesimbra (CARDOSO, 2013). No caso deste último sítio, a referida construção não se desenvolvia em altura, conforme foi evidenciado pela escavação, formando simplesmente parapeito de sustentação de plataforma situada a montante, ao contrário do agora observado, em que



Fig. 6 – Moita da Ladra. Vista parcial da Torre B, interposta no lado nascente da Muralha A, cujo prolongamento se observa em 2.º plano, definida por blocos de calcário dispostos horizontalmente, com preenchimento interior de blocos basálticos, transformando-a em estrutura maciça, originalmente sobreelevada em relação ao topo da muralha (foto de J. L. Cardoso).

é lícito admitir que a muralha atingisse alguns metros de altura. Outro indício da preocupação em assegurar a estabilidade da construção na zona fronteira à referida entrada, é a existência de numerosos blocos prismáticos basálticos, colocados transversalmente, formando robusto sistema de contrafortes externos, eliminando-se deste modo os efeitos do declive já ali observável (Fig. 8).

A partir da Entrada A1, o desenvolvimento da muralha para o lado ocidental perde-se em virtude do seu total arrasamento; no entanto, indício da sua existência é a dispersão de blocos calcários por toda essa área. A sua utilização de elementos calcários estende-se pela área intramuros, forrando o piso de circulação tanto na zona interna, como na zona externa da Entrada A1, podendo, nalguns casos, associar-se ao revestimento dos pisos das próprias habitações.

Em resumo, pode concluir-se que o recinto defensivo é apenas constituído por uma única muralha, de planta elipsoidal, que primitivamente envolvia integralmente o topo da elevação basáltica. apresenta-se em

geral mal conservada, tendo desaparecido quase completamente no sector voltado para poente e norte; o seu estado de conservação é melhor no sector voltado a nascente, embora em grande parte dele o mesmo se apresente sofrível.

Cabe referir que, em zonas do dispositivo defensivo com menor visibilidade, como são as correspondentes aos sectores norte-oriental e ocidental da Muralha A (*cf.* planta geral, Fig. 4), tais elementos escasseiam ou faltam em absoluto, sendo utilizados grandes blocos basálticos para garantir a estabilidade das estruturas, servindo ao mesmo tempo de paramento. Por outro lado, em outros locais onde o calcário falta em absoluto, como aqui, construíram-se dispositivos defensivos análogos, incluindo bastiões, recorrendo a rochas basálticas: é o caso da fortificação calcolítica do Penedo do Lexim, Mafra, tal como esta edificada no topo de uma chaminé vulcânica, de acordo com os resultados das escavações ali realizadas por A. C. Sousa (SOUSA, 2010).

Tais considerandos mostram que não seria indispensável o recurso a elementos calcários para assegurar a estabilidade da construção. Deste modo, as razões para a utilização sistemática de elementos calcários, que implicou assinalável esforço, tendo presente as várias toneladas de blocos calcários transportados para o local, visto que os afloramentos mais próximos só ocorrem no sopé da elevação, do lado poente, onde se encontram expostos em escarpa natural ali existente deverão residir, face ao exposto, em outra explicação.

Verifica-se que é no sector mais proeminente e exposto do recinto, voltado a Sul e a Sudeste, com ampla exposição visual a quem circulasse no Tejo ou nas terras baixas adjacentes, aquele onde maior concentração de blocos calcários se observa. Esta realidade só pode ter justificação na intenção deliberada, por parte dos



Fig. 7 – Moita da Ladra. Vista da Entrada A1, de nascente para poente definida de ambos os lados por muros de blocos calcários, possuindo o chão lajeado, com prolongamento pela área intramuros. Observe-se a técnica construtiva da Muralha A, com paramentos interno e externo de blocos calcários cuidadosamente dispostos, e enchimento interior de pequenos blocos basálticos (foto de Mário Monteiro).



Fig. 8 – Moita da Ladra. Vista frontal da Entrada A1, voltada para Sul, encontrando-se travada por prismas basálticos dispostos transversalmente à entrada e do seu lado externo. Do lado interno, os blocos calcários ali existentes, relacionam-se provavelmente com um pátio lajeado (foto de Mário Monteiro).

habitantes do recinto, para que este fosse imediata e facilmente identificado, constituindo referência incontornável na paisagem. Aliás, a relação particular existente com o estuário do Tejo é sublinhada pela própria posição e orientação da Entrada A1, para ele voltado, apesar de corresponder ao lado da encosta mais desfavorável, pelo grande declive, à existência de um caminho que, a partir dali, permitisse o acesso ao Tejo. Isto significa que a referida entrada, bem como o local que ocupa, sem lhe negar carácter funcional, até porque ela deve estar relacionada com a Estrutura F, que primitivamente foi uma lixeira, situada defronte e aproximadamente a 10 m de distância, possuirá um significado especial, sublinhando a monumentalidade do sítio.

Com efeito, ainda hoje, apesar de as estruturas referidas se encontrarem reduzidas aos alicerces, a brancura dos blocos calcários que as integram, contrastando fortemente com a coloração negra das rochas basálticas envolventes, torna-as facilmente identificáveis ao longe, no topo da elevação;

imagine-se então o verdadeiro cenário que, à época, constituiria o recinto muralhado, com as torres e respectiva entrada dominando do alto do morro a paisagem, designadamente do lado Sul, a várzea e o estuário do Tejo. Trata-se de situação em que o funcionalismo defensivo do recinto muralhado se aliava a outra realidade, associada à sua

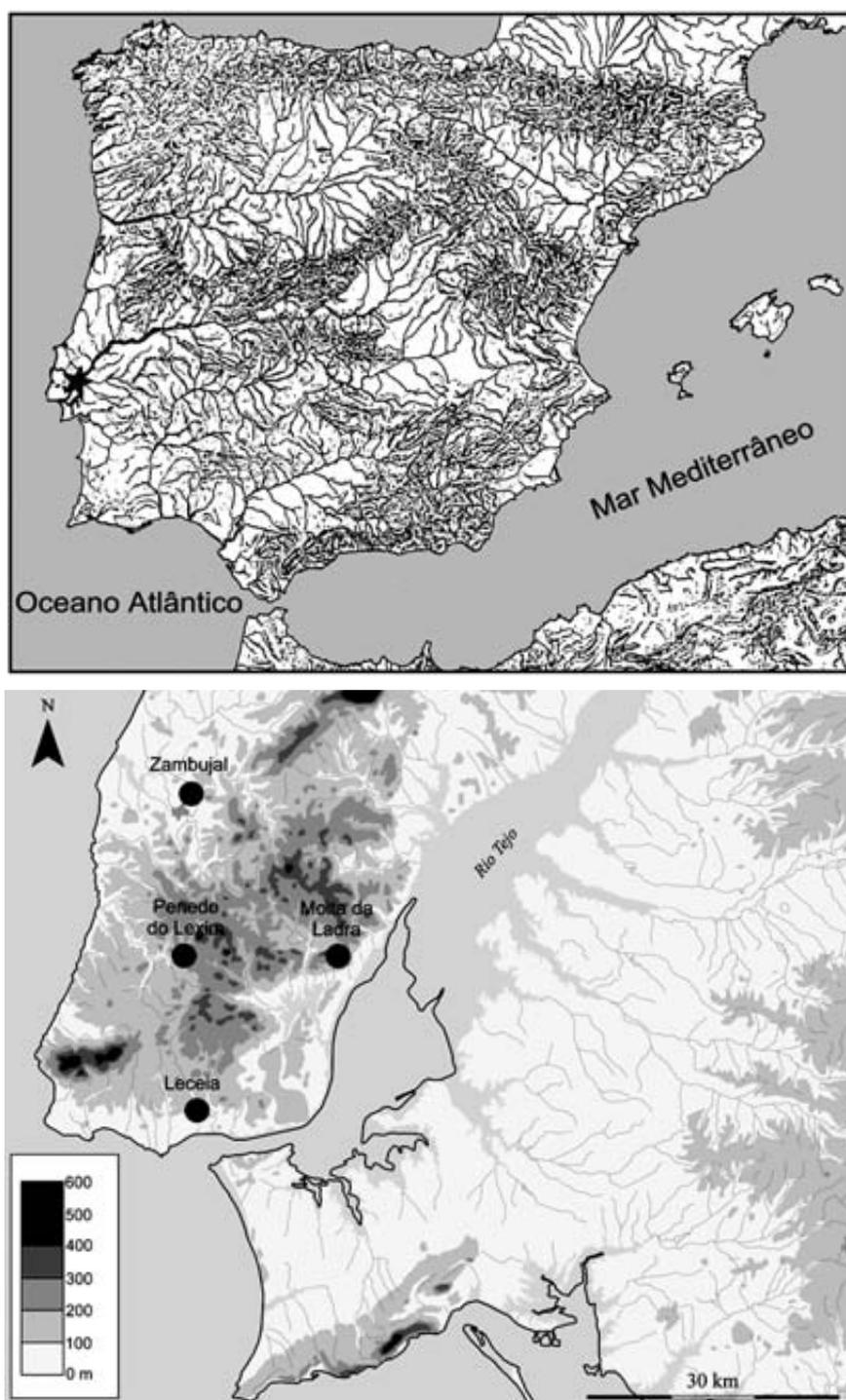


Fig. 9 – Moita da Ladra. Localização do povoado pré-histórico na Península Ibérica e na região de Lisboa, onde o mesmo se articulava com os povoados assinalados, entre outros.

importância como local de referência, tanto de ordem geográfica como cognitiva - daí a deliberada visibilidade que lhe foi conferida - tanto para as populações ribeirinhas do Tejo, com ele directamente relacionadas, como para os forasteiros que demandavam a região.

É fácil imaginar o enorme esforço construtivo envolvido nesta operação, já que foi necessário transportar do sopé do morro tais elementos, recolhidos nos afloramentos de calcários mesozóicos que encaixantes da chaminé basáltica, requerendo a mobilização de blocos que, nalguns casos, atingem centenas de quilos.

Tal realidade leva a admitir que, a par da função defensiva corporizada pelo recinto muralhado - e talvez mais importante do que ela - estaria implícita, na sua construção, a necessidade de sinalizar o lugar, através da construção de um verdadeiro marco construído na paisagem para quem navegasse no Tejo, vindo da margem esquerda. Assim, a implantação deste povoado calcolítico pode relacionar-se com o controlo do acesso à vasta bacia interior correspondente à várzea de Loures, cuja rede de drenagem se articula, a montante, com a bacia hidrográfica do rio Sizandro, na parte vestibular da qual se localiza o povoado calcolítico fortificado do Zambujal.

Face ao exposto, é lícito pensar que a implantação do dispositivo defensivo da Moita da Ladra no local para tal escolhido, mais do que controlar localmente a navegação no estuário adjacente, se articulava com a circulação de bens e de pessoas entre o Alentejo e o litoral atlântico estremenho, por alturas de Torres Vedras, onde existem, para além do povoado referido, diversos outros importantes povoados calcolíticos, cujos espólios, especialmente os artefactos de pedra polida, requeriam o abastecimento regular de anfibólitos oriundos do Alto Alentejo: transposto o estuário do Tejo, a forma mais simples de chegar àquelas paragens seria através dos sistemas fluviais que atravessam obliquamente a Baixa Estremadura, dispensando deste modo uma viagem de cabotagem contornando o litoral da península de Lisboa, alternativa muito mais morosa demorada (Fig. 9). Outros povoados situados a meio-caminho entre os sítios do litoral atlântico e o estuário do Tejo, como o Penedo do Lexim, poderiam também beneficiar destas redes de distribuição dos anfibólitos e de outras matérias-primas oriundas de além-Tejo, como os minérios de cobre, em bruto ou já sob a forma de lingotes.

5 - ESTRUTURAS DE CARÁCTER HABITACIONAL

Embora não se tenham identificado quaisquer vestígios de habitações, encontraram-se, no decurso das escavações, diversas estruturas relacionadas com as actividades domésticas desenvolvidas tanto intra como extramuros.

Na área intramuros, destaca-se o caso de pequeno recinto de planta circular (Fig. 10), delimitado por blocos basálticos alongados e de pequena profundidade, dada a fraca espessura da maior parte dos blocos utilizados (Estrutura D, *cf.* planta geral, Fig. 4). Nas imediações desta estrutura recolheram-se diversos elementos relacionados com a metalurgia do cobre:



Fig. 10 - Moita da Ladra. Vista da Estrutura D, de planta circular, relacionada provavelmente com a metalurgia do cobre (foto de Mário Monteiro).

um cadinho (Fig. 11) e uma escória de fundição, o que sugere tratar-se de unidade relacionada com aquela actividade. Com efeito, existem ocorrências análogas em Chibanes, povoado calcólico fortificado implantado na crista da serra do Louro (Palmela), relacionadas com aquela actividade (informação de C. Tavares da Silva e J. Soares), e também no povoado fortificado calcólico de Leceia, Oeiras, se reconheceu estrutura idêntica, que forneceu alguns pingos de fundição de cobre (CARDOSO, 1994, p. 57, Fig. 94).

Outro tipo de estruturas habitacionais identificadas correspondem a covachos, de dimensões e profundidades variáveis, escavados no substrato basáltico, nas zonas em que este se afigura mais alterado (Fig. 12); correspondem às Estruturas E, indicadas na planta geral, na área intramuros. Em certos casos, a sua reutilização como fossas de acumulação de detritos é óbvia, por se encontrarem preenchidas por inúmeras valvas de amêijoa (*Ruditapes decussatus*), algumas ainda articuladas entre si (Fig. 13). Crê-se, no entanto, que esta terá sido apenas a derradeira utilização de alguns de tais covachos, especialmente os de maiores dimensões, embora a sua finalidade primária não seja evidente. A hipótese de terem constituído originalmente silos para armazenamento de cereais, parece pouco credível, dadas as pequenas dimensões e, sobretudo, a escassa profundidade.

Reaproveitamento idêntico foi o de dois covachos preenchidos de cinzas, correspondentes, na planta geral, às duas ocorrências mais ocidentais (ver planta geral, Fig. 4). Noutros casos, enfim, os seus apertados diâmetros e relativa profundidade sugerem utilização como buracos de poste, destinados à fixação da superestrutura das cabanas que seguramente ocupavam o interior da área muralhada. Com efeito, a estrutura de combustão atrás mencionada deveria situar-se dentro de uma destas cabanas, cuja existência é sugerida por algumas lajes calcárias, em posição horizontal, que permaneceram *in loco* na zona dos covachos referidos.

Já no exterior da área muralhada, e do seu lado sul, voltado para o Tejo, explorou-se uma estrutura de planta elipsoidal, a Estrutura F, escavada no substrato geológico alterado, interrompendo em parte afloramento



Fig. 11 - Moita da Ladra. Vista de cadinho de fundição *in situ*, nas proximidades da Estrutura D (foto de Mário Monteiro).



Fig. 12 - Moita da Ladra. Vista parcial da área intramuros, voltada a Sul, observando-se em primeiro plano conjunto de estruturas negativas abertas no substrato geológico basáltico e, em segundo plano, o estuário do Tejo (foto de J. L. Cardoso).



Fig. 13 – Moita da Ladra. Conjunto de valvas de amêijoas (*Ruditapes decussatus*) abertas, resultantes do despejo de uma refeição numa das estruturas negativas existentes na área intramuros (ver Fig. 12), reutilizadas como lixeiras domésticas (foto de Mário Monteiro).



Fig. 14 – Moita da Ladra. A Estrutura F, correspondente a cabana estruturada de planta elipsoidal, situada na área extramuros voltada a Sul (ver Fig. 4) (foto de J. L. Cardoso).



Fig. 15 – Moita da Ladra. Aspecto da Estrutura F, evidenciando-se a sua fundação em depósito fino, constituído por leitos de cinzas alternantes com leitos de conchas muito fragmentadas assentes por sua vez num embasamento de blocos escurecidos por despejos ricos de carvões, configurando uma acumulação doméstica anterior à fundação da Estrutura F (cabana).

basáltico ostentando bonita disjunção prismática. Esta estrutura evidencia duas fases de utilização, a mais moderna em que se delimitou o seu contorno, recorrendo a elementos basálticos e calcários, que poderia corresponder ao embasamento de cabana elipsoidal (Fig. 14). A ser assim, trata-se de unidade habitacional de características idênticas às duas cabanas campaniformes identificadas em Leceia, situadas igualmente do lado externo do recinto defensivo (CARDOSO, 1997-1998). Tal estrutura fundou-se em depósito fino avermelhado, correspondente a mistura de cinzas, materiais arqueológicos fragmentados e detritos orgânicos, por vezes formando leitos lenticulares de conchas, correspondentes a despejos alimentares susceptíveis de serem individualizados em finos leitos centimétricos; enfim, a parte mais funda deste depósito ostenta coloração

anegrada, devido à presença de matérias carbonosas, e assenta em uma camada basal de blocos que configura um embasamento estruturado (Fig. 15).

Deste modo, foi possível identificar sucessivas fases de utilização deste espaço extramuros, as quais se evidenciam nas plantas respeitantes à evolução arquitectónica do referido espaço (Fig. 16).

A fase mais moderna desta estrutura é atribuível ao embasamento de uma cabana, de planta elipsoidal, com diversos paralelos conhecidos, enquanto a acumulação de detritos domésticos, àquela subjacente, corresponde a lixeira, cujos contornos não foi possível definir, embora tenha ocupado área mais extensa que aquela que depois viria a ser ocupada pela cabana.

A localização da lixeira, correspondente à fase mais antiga da ocupação daquele sector do espaço extramuros, é compatível com a evacuação dos detritos domésticos dos habitantes do povoado do lado extramuros, situando-se na adjacência imediata da Entrada A1, com a qual se articulava.

6 – RELAÇÃO ENTRE A SEQUÊNCIA ESTRATIGRÁFICA E A SEQUÊNCIA CONSTRUTIVA E CULTURAL

A única fase de ocupação identificada no contexto habitacional em estudo, indicada pela existência de uma única camada arqueológica calcolítica, condiz com a edificação do dispositivo muralhado não ter revelado quaisquer fases construtivas diferenciadas. A construção do mesmo terá sido efectuada de uma única vez, o que configura curto período de ocupação do sítio, que poderá não ter excedido algumas dezenas de anos, realidade aliás confirmada pela tipologia e escassez dos espólios arqueológicos exumados, quando comparado com a abundância observada em outras estações comparáveis da região, como os povoados da Penha Verde (Sintra) (CARDOSO, 2010-2011 a), ou do Outeiro Redondo (Sesimbra) (CARDOSO, 2013), para dar dois exemplos de sítios calcolíticos fortificados directamente comparáveis com este, pelo facto de as respectivas ocupações terem decorrido apenas no decurso da segunda metade do 3.º milénio a.C., como se verificou no sítio em apreço.

A correlação entre a única fase de ocupação calcolítica identificada e a também única fase de construção caracterizada é absoluta, verificando-se, nos alçados do corte executado perpendicularmente à Muralha A, do lado oriental (Corte AB, *cf.* Fig. 17) o assentamento directo da muralha – evidenciada por blocos de calcário – no substrato geológico alterado. Outro corte, feito ao longo do paramento externo da muralha, constituído por blocos alinhados de calcário, entre as Torres B e C, numa área com abundantes despejos de conchas, evidenciou situação idêntica, assentando tais blocos directamente no substrato geológico alterado, através da interposição de pequenas cunhas, de basalto e de calcário, de modo a conferir estabilidade à fundação da Muralha A.

7 – ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO

Como se referiu, o espólio arqueológico recolhido provém de um único depósito pouco potente, que atinge o máximo de 0,50 m ao longo da face interna da Muralha A e ascende a um conjunto pouco numeroso, em resultado da duração limitada da ocupação do sítio.

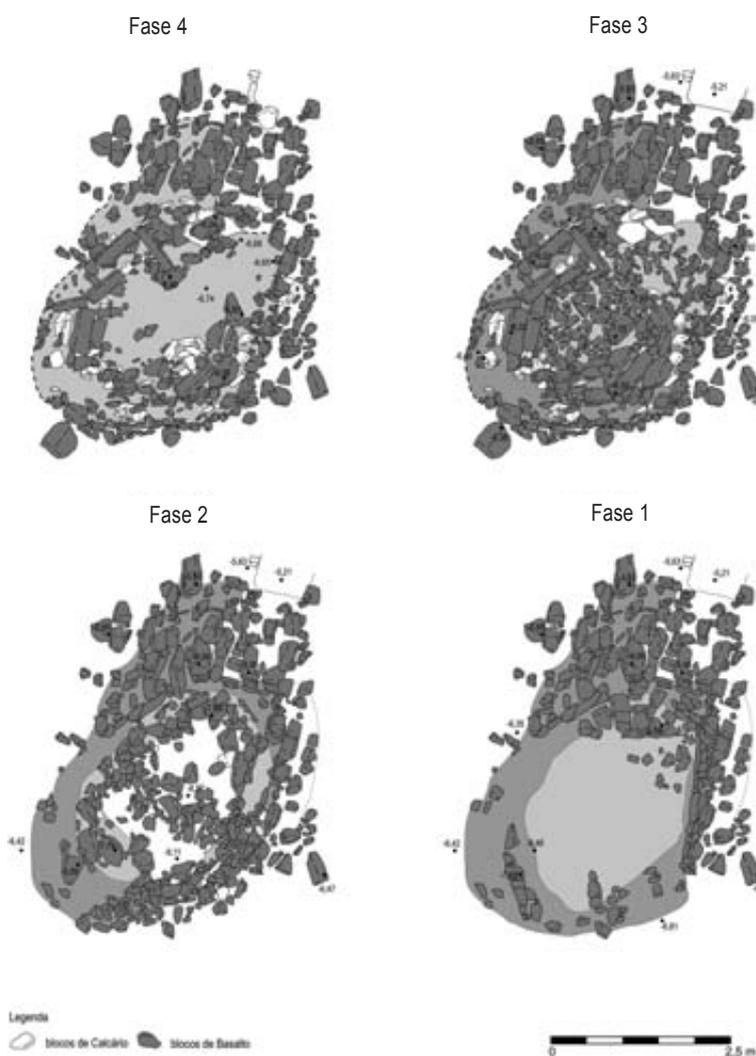


Fig. 16 – Moita da Ladra. As quatro fases de construção da Estrutura F, correspondendo a Fase 1 à mais antiga.

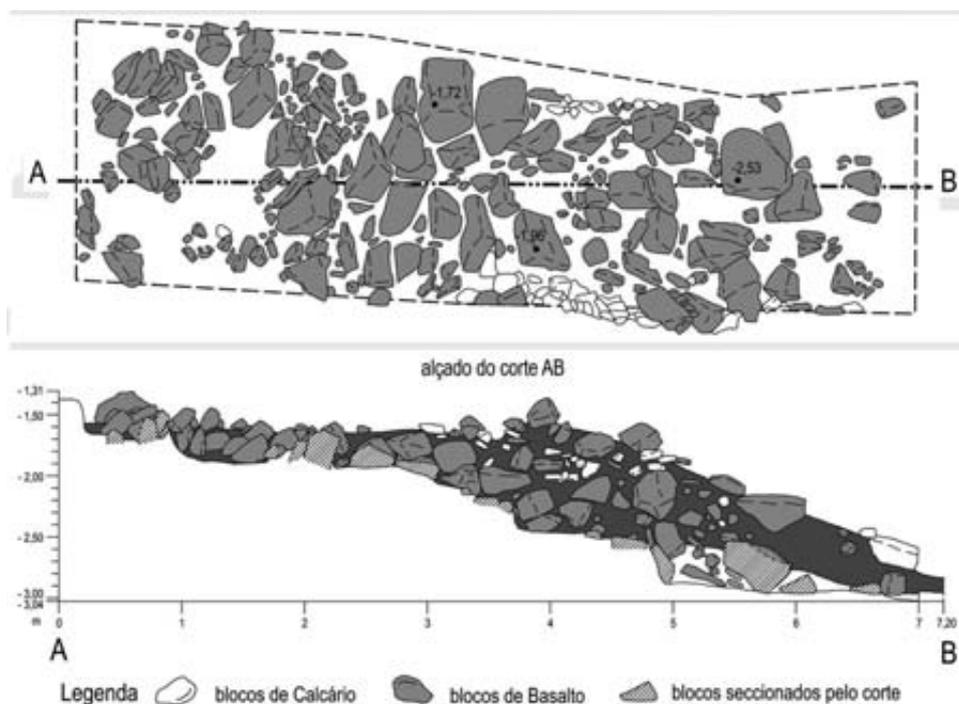


Fig. 17 – Moita da Ladra. Corte AB realizado transversalmente no sector oriental da Muralha A (ver Fig. 4).

7.1 – Pedra lascada (Figs. 18 a 30)

Procedeu-se ao desenho da quase totalidade dos 301 utensílios líticos recuperados, cuja distribuição em termos tecnológicos e tipológicos se apresenta no Quadro 1. Todos os exemplares são confeccionados em sílex, na larga maioria de origem próxima, nos afloramentos cretácicos (Cenomaniano superior) da região; casos excepcionais serão devidamente referenciados.

Quadro 1 – Moita da Ladra. Classificação da utensilagem de pedra lascada em grandes categorias, em termos tecnológicos e tipológicos

Utensílios Líticos	Moita da Ladra	
	N.º	%
Núcleos	2	0,7%
Lamelas	51	16,9%
Lâminas	37	12,3%
Lasca retocada	1	0,3%
Raspadeiras	29	9,6%
Entalhes	1	0,3%
Furadores	3	1%
Lâminas foliáceas	35	11,6%
Pontas de seta	142	47,2%
Total	301	100%

7.1.1 – Análise da utensilagem

Núcleos

Foram identificados 2 núcleos de sílex de cor cinzento acastanhado, tons claros, correspondendo a 0,7% do conjunto total dos utensílios líticos. Os dois exemplares prismáticos evidenciam extracção de lamelas, apresentando-se ambos com plataforma facetada e com grau de exaustão elevado.

Lamelas e lâminas

Identificaram-se 51 lamelas e 37 lâminas, correspondendo, as primeiras a 16,9%, e as segundas a 12,3%, do conjunto total dos utensílios líticos. Todos os exemplares são de sílex, excepto 1 lamela em quartzo hialino.

A tipologia identificada para as lamelas da Moita da Ladra é a seguinte:

- Lamela sem retoque	8 exemplares
- Lamela com retoque contínuo, marginal, irregular	5 exemplares
- Fragmento de lamela sem retoque	20 exemplares
- Fragmento de lamela com retoque	18 exemplares

Das 37 lâminas recolhidas, apenas 6 exemplares se apresentam inteiros (16,2%), exibindo uns e outros o seguinte tipo de retoque:

- Lâmina com retoque marginal contínuo em ambos os bordos laterais	2 exemplares
- Lâmina com retoque marginal descontínuo apenas num dos bordos laterais	2 exemplares
- Lâmina com retoque marginal contínuo apenas num dos bordos laterais:	2 exemplares
- Fragmento de lâmina sem retoque	3 exemplares
- Fragmento de lâmina com retoque marginal descontínuo em ambos os bordos laterais	10 exemplares
- Fragmento de lâmina com retoque marginal contínuo em ambos os bordos laterais	8 exemplares
- Fragmento de lâmina com retoque marginal descontínuo apenas num dos bordos laterais ..	6 exemplares
- Fragmento de lâmina com retoque marginal contínuo apenas num dos bordos laterais .	4 exemplares

Lascas retocadas

Apenas se recolheu 1 exemplar. Trata-se de um conjunto nitidamente incompleto, dado que apenas se pretendeu, por ora, ilustrar a presença deste tipo de instrumento no conjunto estudado.

Raspadeiras

As raspadeiras encontram-se representadas por 29 exemplares, correspondendo a 9,6% do conjunto total dos utensílios líticos.

O tipo de suporte utilizado é partilhado entre a lasca, com 15 exemplares (51,7%) e a lâmina, com 14 exemplares (48,3%).

A análise tipológica das 29 raspadeiras recolhidas revelou a presença dos seguintes tipos, indicados no Quadro 2.

Quadro 2 – Moita da Ladra. Tipos morfológicos das raspadeiras existentes e respectivas percentagens

Tipos de raspadeira	Moita da Ladra	
	N.º	%
Raspadeira sobre lâmina retocada em ambos os bordos laterais	2	6,9%
Raspadeira sobre lâmina, de bordos laterais desprovidos de retoque	2	6,9%
Raspadeira sobre lâmina de frente alargada	1	3,4%
Raspadeira sobre lasca espessa retocada, com a extremidade mais larga	2	6,9%
Raspadeira sobre lasca retocada	1	3,4%
Raspadeira subcircular sobre lasca	4	13,8%
Raspadeira sobre lasca em leque	2	6,9%
Raspadeira unguiforme, sobre lasca	2	6,9%
Raspadeira dupla sobre lasca	1	3,4%
Fragmento distal de raspadeira sobre lâmina retocada em ambos os bordos laterais	6	20,7%
Fragmento distal de raspadeira sobre lâmina retocada apenas num dos bordos laterais	1	3,4%
Fragmento distal de raspadeira sobre lâmina, de bordos laterais desprovidos de retoque	2	6,9%
Fragmento distal de raspadeira sobre lasca retocada	1	3,4%
Fragmento de raspadeira sobre lasca espessa	1	3,4%
Fragmento de raspadeira subcircular sobre lasca	1	3,4%
Total	29	100%

Entalhes e denticulados

Foi identificado apenas 1 entalhe sobre lâmina retocada, com vestígios de córtex.

Furadores

Registaram-se 3 furadores, correspondendo a 1% do conjunto total dos utensílios líticos.

A tipologia dos furadores conduziu à identificação de três categorias: 1 furador fino com entalhe(s) sobre lamela; 1 furador fino com bordos rectilíneos sobre lasca; 1 fragmento de furador fino com entalhe(s) sobre lâmina.

Lâminas foliáceas

Foram identificados 35 exemplares, entre inteiros e fragmentados, correspondendo a 11,6% do conjunto total dos utensílios líticos.

4 peças apresentam-se em fase de esboço (11,4%), 25 peças em fase de pré-forma (71,4%), e 6 peças inteiras, aparentemente em estado final de utilização (17,1%).

Foram observados os diferentes tipos de extensão do lascamento/retoque de ambas as faces nos diversos tipos de lâminas foliáceas inteiras (Quadro 3).

Quadro 3 – Moita da Ladra. Extensão do lascamento/retoque existente nos diversos tipos de lâminas foliáceas inteiras

Tipos de lâminas foliáceas		Moita da Ladra	
		N.º	%
Elipsoidal	Lascamento/retoque cobridor numa das faces, apresentando-se a outra com lascamento/retoque invasor e marginal	1	16,7%
	Lascamento/retoque invasor bifacial	1	16,7%
Em forma de “D”	Lascamento/retoque cobridor bifacial	2	33,3%
Em forma de crescente	Lascamento/retoque cobridor bifacial	1	16,7%
Apontada	Lascamento/retoque cobridor bifacial	1	16,7%
Total		6	100%

Pontas de seta

O conjunto do povoado pré-histórico da Moita da Ladra integra 142 pontas de seta, correspondendo a 47,2% do conjunto total dos utensílios líticos, das quais 134 se encontram inteiras (94,4%). A matéria-prima dominante é o sílex, com 133 exemplares, e o xisto jaspóide, presente com 9 exemplares inteiros.

Do ponto de vista tipológico, e tomando como ponto de partida a classificação avançada no artigo sobre o povoado pré-histórico de Leceia (CARDOSO & MARTINS, 2013), procedeu-se à contabilização das diversas pontas de seta recolhidas no povoado pré-histórico da Moita da Ladra, sumariadas no Quadro 4 4:

Quadro 4 – Moita da Ladra. Tipos de pontas de seta identificadas

Tipos de pontas de seta	Moita da Ladra	
	N.º	%
1. Base convexa / triangular	3	2,1%
2.1 Base plana	21	14,8%
2.2 Base côncava	90	63,4%
3. Mitriforme	3	2,1%
4. Torre Eiffel	4	2,8%
5. Alcalarense	–	–
6. Foliácea	–	–
7 Indeterminada	7	4,9%
8. Pré-forma	7	4,9%
9. Grandes dimensões	7	4,9%
Total	142	100%

No conjunto, dominam os exemplares de base côncava (63,4%) e as pontas de seta de base plana (14,8%).

A relação da geometria da base com a dos bordos foi também explorada, a partir da seguinte correspondência:

Geometria da base	Geometria dos bordos
A0 = base plana	1.1 = bordos convexos com espigão
A1 = base plana com aletas	1.0 = bordos convexos
B0 = base côncava	2.1 = bordos rectilíneos com espigão
B1 = base côncava com aletas	2.0 = bordos rectilíneos
C0 = base convexa	3.0 = bordos côncavos
C1 = base convexa com aletas	
D0 = base triangular	
D1 = base triangular com aletas	

Os resultados obtidos expressam-se no Quadro 5.

Quadro 5 – Moita da Ladra. Relação de frequência entre a geometria dos bordos e das bases das pontas de seta

Geometria dos bordos / base		Moita da Ladra		
		N.º	%	
Tipo 1	C.0 + 2.0	2	1,4%	
	C.1 + 2.0	1	0,7%	
Tipo 2	2.1. Base plana	A.0 + 1.0	6	4,2%
		A.0 + 2.0	14	9,9%
		A.0 + 3.0	1	0,7%
	2.2. Base côncava	B.0 + 1.0	14	9,9%
		B.0 + 2.0	72	50,7%
		B.0 + 2.1	1	0,7%
		B.1 + 2.1	3	2,1%
Tipo 3	A.1 + 1.0	1	0,7%	
	B.1 + 1.0	2	1,4%	
Tipo 4	B.0 + 3.0	4	2,8%	
Tipo 7		7	4,9%	
Tipo 8		7	4,9%	
Tipo 9	A.0 + 1.0	2	1,4%	
	A.0 + 2.0	1	0,7%	
	B.0 + 2.0	4	2,8%	
Total		142	100%	

Das 17 variáveis associadas aos bordos e bases identificamos a presença dominante da associação B.0 (base côncava) + 2.0 (bordos rectilíneos), correspondendo a 50,7% do total do conjunto das pontas de seta classificadas. A segunda associação dominante é, em simultâneo, A.0 (base plana) + 2.0 (bordos rectilíneos) e B.0 (base côncava) + 1.0 (bordos convexos), com 9,9% total do conjunto das pontas de seta.

7.1.2 – Considerações gerais sobre as indústrias de pedra lascada

O Quadro 1 mostra que o tipo de utensílio lítico dominante corresponde às pontas de seta com 47,2% do conjunto, seguido do grupo das lamelas (16,9%), das lâminas (12,3%) e das lâminas foliáceas (11,6%). Sobressai o grande domínio de pontas de seta face aos outros grupos tipológicos de utensílios, com destaque para os exemplares de base côncava e plana. A presença das pontas de seta de tipo mitriforme é residual, contrariamente ao verificado noutros povoados calcolíticos estremenhos.

Do ponto de vista tipológico, as pontas de seta apresentam-se quase exclusivamente de base côncava e bordos laterais sub-rectilíneos ou convexos; algumas possuem a base em forma de “V” invertido, ou de contorno muito pronunciado, lembrando as produções calcolíticas do sul peninsular; outras, são de base rectilínea ou ligeiramente convexa. Alguns tipos especiais estão também presentes, como as do tipo “Torre Eiffel”, com base e bordos laterais côncavos.

Trata-se de exemplares fabricados em geral em sílex de origem local ou regional, de tonalidades predominantemente acinzentadas a esbranquiçadas, ou acastanhadas. Esta realidade é condizente com a presença de alguns exemplares inacabados, configurando uma indústria de preparação local de tais artefactos (Fig. 16, n.ºs 2, 6 e 10). As origens das escassas matérias-primas de carácter exógeno podem situar-se na região de Rio Maior, no respeitante aos exemplares de tonalidades rosadas a avermelhadas e ao Alentejo, no respeitante aos exemplares em xisto jaspóide. As nove pontas de seta desta litologia recolhidas, poderiam ter chegado ao povoado através do vale do Sado, visto serem comuns no povoado da Rotura (Setúbal) (GONÇALVES, 1971, Est. XVI), e daí terem passado directamente ao estuário do Tejo.

A justificação para a presença destes exemplares, de rochas de qualidade inferior quando comparadas com as disponíveis na região, pode explicar-se por poderem ter acompanhado o comércio dos minérios de cobre, cuja origem seria maioritariamente alto-alentejana, de acordo com os resultados obtidos relativamente aos espólios de Leceia (MÜLLER & CARDOSO, 2008).

A clara predominância de pontas de seta neste povoado, contrastando com a escassez relativa em sítios de muito maiores dimensões, como é o caso de Leceia (Oeiras) (CARDOSO & MARTINS, 2013), reporta-se, naturalmente, às actividades desenvolvidas pelos respectivos habitantes, que, no caso em apreço, teriam no efectivo controlo do território adjacente e das vias de circulação nele existentes um dos principais objectivos.

Fora esta primeira e mais relevante observação, outras decorrem da análise das nove categorias principais de instrumentos, desdobradas conforme se indica no Quadro 6.

Quadro 6 – Moita da Ladra. Lista tipológica dos utensílios líticos retocados

Lista tipológica	Moita da Ladra
Núcleos de lamelas	2
Total de Núcleos	2 (0,7%)
Lamela sem retoque	8
Lamela com retoque contínuo, marginal, irregular	5
Fragmento de lamela sem retoque	20
Fragmento de lamela com retoque	18
Total de lamelas	51 (16,9%)
Lâmina com retoque marginal contínuo em ambos os bordos laterais	2
Lâmina com retoque marginal descontínuo apenas num dos bordos laterais	2

Lista tipológica	Moita da Ladra
Lâmina com retoque marginal contínuo apenas num dos bordos laterais	2
Fragmento de lâmina sem retoque	3
Fragmento de lâmina com retoque marginal descontínuo em ambos os bordos laterais	10
Fragmento de lâmina com retoque marginal contínuo em ambos os bordos laterais	8
Fragmento de lâmina com retoque marginal descontínuo apenas num dos bordos laterais	6
Fragmento de lâmina com retoque marginal contínuo apenas num dos bordos laterais	4
Total de lâminas	37 (12,3%)
Lasca com retoque contínuo maginal, regular	1
Total de lascas retocadas	1 (0,3%)
Raspadeira sobre lâmina retocada em ambos os bordos laterais	2
Raspadeira sobre lâmina, de bordos laterais desprovidos de retoque	2
Raspadeira sobre lâmina de frente alargada	1
Raspadeira sobre lasca espessa retocada, com a extremidade mais larga	2
Raspadeira sobre lasca retocada	1
Raspadeira sub-circular sobre lasca	4
Raspadeira sobre lasca em leque	2
Raspadeira unguiforme, sobre lasca	2
Raspadeira dupla sobre lasca	1
Fragmento distal de raspadeira sobre lâmina retocada em ambos os bordos laterais	6
Fragmento distal de raspadeira sobre lâmina retocada apenas num dos bordos laterais	1
Fragmento distal de raspadeira sobre lâmina, de bordos laterais desprovidos de retoque	2
Fragmento distal de raspadeira sobre lasca retocada	1
Fragmento de raspadeira sobre lasca espessa	1
Fragmento de raspadeira sub-circular sobre lasca	1
Total de raspadeiras	29 (9,6%)
Entalhe retocado sobre lâmina espessa	1
Total de entalhes e denticulados	1 (0,3%)
Furador fino com entalhe(s) sobre lâmina	1
Furador fino com entalhe(s) sobre lamela	1
Furador fino com bordos rectilíneos sobre lasca	1
Total de furadores	3 (1%)
Esboço de lâmina foliácea (produto debitado base)	4
Pré-forma de lâmina foliácea (adelgaçamento)	25
Lâmina elipsoidal com retoque cobridor numa das faces, apresentando a outra retoques invasores e marginais	1
Lâmina elipsoidal com retoque invasor bifacial	1
Lâmina em forma de “D” com retoque cobridor bifacial	2
Lâmina em forma de crescente com retoque cobridor bifacial	1
Lâmina apontada com retoque cobridor bifacial	1
Total de lâminas foliáceas	35 (11,6%)

Lista tipológica	Moita da Ladra
Ponta de seta de base convexa / triangular	3
Ponta de seta de base plana	21
Ponta de seta de base côncava	90
Ponta de seta mitriforme	3
Ponta de seta de tipo “torre Eiffel”	4
Ponta de seta de tipo indeterminado	7
Pré-forma de ponta de seta	7
Ponta de dardo	7
Total de pontas de seta	142 (47,2%)
Total dos utensílios de pedra lascada	301 (100%)

Face aos resultados apresentados, podem apresentar-se as seguintes considerações:

- A escassez de núcleos poderá significar que a obtenção de produtos alongados não era efectuada localmente. No entanto, no caso das lâminas foliáceas e das pontas de seta, a existência de vários exemplares em fase de esboço e pré-forma, denuncia a existência de áreas de talhe no interior do povoado, onde se procedia à transformação das lascas em bruto e esboços produzidos em oficinas situadas nas imediações, o que confirmaria a existência de uma actividade local no acabamento destes dois grupos de artefactos.
- Observa-se um predomínio das lamelas face às lâminas. As lamelas são na sua maioria desprovidas de retoque com fractura na extremidade distal. As lâminas apresentam-se na sua maioria fracturadas com retoque marginal descontínuo em ambos os bordos laterais.
- A assinalável presença de lâminas foliáceas deverá estar relacionada com a importante actividade produtiva, uma vez que esse tipo de peças se encontra estreitamente relacionada com a cerealicultura (SOARES *et al.*, 2014). Dominam os exemplares fracturados e as lâminas foliáceas inteiras com lascamento/retoque cobridor bifacial de tipologia elipsoidal e em forma de “D”.
- As raspadeiras, que correspondem ao quinto grupo tipológico mais numeroso são produzidas tando sobre lasca como sobre lâmina. O tipo dominante são as raspadeiras sub-circulares sobre lasca e os fragmentos distais de raspadeira sobre lâmina retocada em ambos os bordos laterais. A relativa importância destes artefactos, também recentemente valorizada no povoado campaniforme de Freiria (Cascais) (CARDOSO, CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 2013), pode ser considerada como característica dos conjuntos desta época, com paralelos em outros povoados peninsulares e extra-peninsulares campaniformes, como então se referiu.
- A presença de furadores é residual, pois apenas se identificaram 3 exemplares. Esta escassez de furadores de sílex poderá significar que o povoado não teria necessidade de instrumentos de perfuração confeccionados nesta matéria-prima, uma vez que existem vários furadores de osso e de cobre.

7.2 – Pedra polida (Fig. 31)

Os artefactos de pedra polida são muito escassos, em face do facto de representarem o conjunto de uma escavação integral de um povoado calcolítico fortificado, e, na sua totalidade, são de anfibolito, o que se explica pela tardia ocupação do sítio, no decurso do Calcolítico. Tal realidade confirma os resultados anteriormente

obtidos no povoado de Leceia, onde se identificou um aumento percentual da utilização das rochas anfibolíticas desde o Neolítico Final, correspondente à primeira ocupação do povoado, até ao Calcolítico campaniforme (CARDOSO, 1999-2000 e 2004 b; CARDOSO & CARVALHOSA, 1995). Tal evidência ilustra um dos aspectos mais relevantes observados no decurso do Calcolítico da Estremadura, que é o fenómeno da intensificação económica, com a diversificação e especialização das importações, para além do aumento absoluto dos produtos transaccionados, designadamente daquelas que se revelavam estratégicas para a realização das actividades quotidianas das populações que então ocupavam a região. Tal era o caso dos anfibolitos, graças à sua dureza e tenacidade. O sítio, pela sua implantação estratégica, dominando o estuário do Tejo, poderia ter desempenhado um papel de recepção e de ulterior distribuição daqueles artefactos por toda a Baixa Estremadura, oriundos directamente do Alentejo, pela via do atravessamento do Tejo, provavelmente ainda sob a forma de lingotes.

Estão representados os machados (Fig. 31, n.ºs 3 e 7), as enxós (Fig. 31, n.º 1) e os martelos (Fig. 31, n.ºs 4, 5 e 6), resultantes da reutilização de qualquer dos tipos anteriores, quando os gumes se inutilizavam pelo uso. Não deixa, no entanto, de ser contraditório o facto de os anfibolitos, de importação por certo envolvendo custos assinaláveis, serem frequentemente reutilizados, nos povoados calcolíticos estremenhos, como simples percutores, tarefas que qualquer rocha dura mais facilmente disponível, como o sílex, ou os quartzitos, sob a forma de seixos rolados, poderiam assegurar de forma mais económica e sem perda de eficácia.

Por outro lado, existem certos artefactos cujo gume foi substituído por uma estreita superfície polida, pelo que não poderiam ter a função de corte (Fig. 31, n.º 2). É possível que tais artefactos fossem utilizados na manufatura de artefactos metálicos, permitindo martelagens precisas das superfícies dos instrumentos que se pretendiam produzir. Tal hipótese foi já apresentada em diversos trabalhos do primeiro signatário, a propósito dos exemplares recolhidos em Leceia (CARDOSO, 1999-2000) e neste mesmo sítio (CARDOSO & CANINAS, 2010, p. 86), tendo sido recentemente reafirmada aquando do estudo de um exemplar recolhido no povoado campaniforme de Freiria (CARDOSO; CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 2013, Fig. 7, n.º 11). Infelizmente, ainda se não conseguiu obter nenhuma prova concludente a tal respeito, como a existência de restos metálicos conservados na superfície de martelagem

7.3 – Osso polido e afeiçoado (Fig. 32)

Identificaram-se escassos artefactos ósseos, entre os quais sovelas, totalmente polidas, de secções subcirculares ou subtriangulares, bem como furadores, distintos das peças anteriores pela sua maior robustez e tamanho, conservando ainda a morfologia dos suportes ósseos originais, em geral ossos longos de ovino-caprinos seccionados obliquamente na diáfise (Fig. 32, n.ºs 7 a 10). As espátulas, feitas em tábuas ósseas totalmente polidas, com uma extremidade alargada e plana, estão também presentes (Fig. 32, n.ºs 15 a 18). Todas estas produções têm estreitos paralelos noutros contextos calcolíticos da região, com destaque para o conjunto exumado em Leceia (CARDOSO, 2003). Um pequeno exemplar totalmente polido de cabeça alargada poderá ser também incluído neste grupo de artefactos, ou, em alternativa, no grupo dos objectos de adorno (Fig. 32, n.º 13).

Um segmento de haste de cervídeo, seccionado e polido em ambas as extremidades (Fig. 32, n.º 19), poderá relacionar-se com um elemento de encabamento de machados de pedra polida, ou como uma caixa, à semelhança de exemplares de Leceia (SALVADO & CARDOSO, 2001-2002), muito embora o interior deste exemplar de apresente pouco escavado, não favorecendo quaisquer das duas alternativas.

Identificaram-se também quatro exemplares de pontas de projectil de osso (Fig. 18, n.º 11), de secção subcircular, cujo interesse arqueológico justificou a elaboração de estudo específico, a propósito dos exem-

plares recolhidos em Leceia (CARDOSO, 1995 b). Estas peças encontram-se presentes em diversos sítios estremenhos, cuja distribuição foi então actualizada, partindo da apresentada anteriormente por Konrad Spindler (SPINDLER, 1981).

Admitiu-se a hipótese destas peças, circunscritas no território português à Estremadura, corresponderem a pontas de projecteis (CARDOSO, 1995 b), servindo o corpo inferior, de menor robustez, para o seu encabamento na haste do projectil, arremessado por arco. Ao inventário então efectuado, somam-se os interessantes exemplares do povoado calcolítico do Outeiro de São Mamede, Bombarral, entretanto publicados (CARDOSO & CARREIRA, 2003). Os exemplares agora estudados inscrevem-se sem dificuldade no conjunto das ocorrências conhecidas. A hipótese de poderem relacionar-se com outras funcionalidades, como sovelas para trabalhos que exigissem pontas perfurantes robustas, foi admitida por diversos autores (LEISNER, PAÇO & RIBEIRO, 1964; GONÇALVES, 1971, p. 81); nesta alternativa, o volume inferior da peça seria encastrado no interior de cabos de osso, normalmente afeiçãoados em tíbias de ovino-caprinos, cuja abundância em inúmeras estações calcolíticas da mesma região é bem conhecida (Cardoso, 2003). Com efeito, a utilização destes tubos ocos, usualmente afeiçãoados em diáfises de tíbias de ovino-caprinos, encontra-se provada em Vila Nova de São Pedro, Azambuja, pela descoberta de pelo menos dois destes cabos ainda com as sovelas ou punções de cobre neles encastrados (PAÇO, 1960, Fig. 2, n.º 5 e 6).

É interessante verificar a presença relativa assinalável destas peças, face à raridade de outras produções ósseas representadas na estação, tendo ainda presente a escassez deste tipo de pontas de projectil em outros contextos calcolíticos estremenhos. Tal facto, a par da abundância relativa de pontas de seta, sublinha a natureza deste sítio, cuja população seria pouco dada a actividades domésticas do quotidiano que requeriam outros tipos de utensilagem, lítica ou óssea, nele escassamente representados.

7.4 – Produções cerâmicas

Para além do abundante conjunto cerâmico do Neolítico Antigo, recolhido em nível subjacente ao das estruturas calcolíticas, e apenas identificado aquando do desmonte destas, são excepcionais as peças susceptíveis de se reportarem a época pré-calcolítica. É o caso de fragmento de vaso com bordo denteado (Fig. 35, n.º 5), produção característica do Neolítico Final da Estremadura, conforme ficou claramente demonstrado pela distribuição estratigráfica observada em Leceia (Oeiras) (CARDOSO, 2006). Tratando-se de achado isolado, esta peça ilustra o estacionamento esporádico de um pequeno grupo durante os últimos séculos do 4.º/inícios do 3.º milénio a.C.

7.4.1 – Cerâmicas decoradas não campaniformes e campaniformes (Figs. 33 a 46)

Produções não campaniformes

Do ponto de vista tipológico, o conjunto das produções cerâmicas revela-se coerente, caracterizando-se pela associação das cerâmicas decoradas do grupo “folha de acácia/crucífera” a produções campaniformes; a contemporaneidade da utilização destes dois grupos de produções na Moita da Ladra não oferece, deste modo, quaisquer dúvidas.

No grupo de produções decoradas não campaniformes, de estilos regionais, ocorrem diversas formas, com destaque para os esféricos de grandes dimensões com decorações de diversos padrões em torno da abertura, feitas por impressões, caneluras fundas ou recorrendo à técnica incisa, padrões característicos do designado Calcolítico Pleno da Estremadura.

A par desta forma, outra se afigura importante, a dos recipientes de paredes verticais, designados por “copos”, ostentando padrões do grupo da “folha de acácia” ou padrões afins, incluindo a técnica incisa (Fig. 38, n.º 11; Fig. 40, n.º 19; Fig. 42, n.º 7; Fig. 44, n.ºs 4, 10, 15 e 17; Fig. 45, n.º 5; Fig. 46, n.º 3), sucedâneos dos recipientes com a mesma forma, ainda que com pastas mais depuradas e acabamentos mais cuidados, que caracterizam o Calcolítico Inicial, ou pré-campaniforme, da Baixa Estremadura.

Outros recipientes, igualmente comuns na panóplia das produções do Calcolítico Pleno da Estremadura, são os grandes vasos com uma pronunciada goteira em torno da abertura (Fig. 37, n.ºs 11 e 15), que poderia ter uma funcionalidade prática, como se observa nos antigos potes meleiros, embora nestes a referida goteira seja muito mais acentuada.

Alguns raros recipientes correspondem a esféricos ou a taças altas em calote, de bordo simples (Fig. 36, n.º 12; Fig. 37, n.º 14; Fig. 40, n.ºs 8, 9, 12, 14 e 16; Fig. 43, n.º 5), em geral de manufactura cuidada. Tal qualidade, já observada no Calcolítico Inicial, não é acompanhada, no conjunto da Moita da ladra, das decorações caneladas características daquela fase cronológico-cultural; com efeito, apenas um fragmento de taça ostenta abaixo do bordo duas finas caneluras ou incisões (Fig. 33, n.º 13), sugerindo que este conjunto cerâmico foi produzido numa época em que tal padrão decorativo se encontrava já abandonado, realidade corroborada pela cronologia absoluta, reportando a ocupação do sítio a uma fase muito avançada do Calcolítico.

Certas decorações correspondem a depressões em calote esférica, produzidas por impressão de uma ponta romba (Fig. 34, n.º 4; Fig. 40, n.ºs 11 e 21; Fig. 41, n.ºs 15; Fig. 42, n.ºs 11 e 16); as formas destes recipientes apresentam-se indeterminadas, mas é possível que os fragmentos mais espessos pertençam a grandes vasos de paredes verticais, como o exemplar já acima referido (Fig. 45, n.º 5), ostentando o mesmo tipo de decoração e possuindo o lábio aplanado com decoração idêntica, enquanto que os fragmentos de vasos de menores dimensões se identifiquem com a caçoila campaniforme decorada com alinhamentos horizontais de depressões produzidas por impressão (Fig. 34, n.º 21). Em Leceia (Oeiras), na camada mais moderna da sequência estratigráfica, coeva da ocupação da Moita da Ladra, recolheu-se um fragmento de fundo de vaso de paredes verticais, ostentando ao longo da base uma linha de depressões em calote, produzidas com a mesma técnica (CARDOSO, 2006, Fig. 194, n.º 6)

Esta técnica decorativa foi também utilizada na decoração de outro fragmento (Fig. 46, n.º 8), embora as depressões sejam de menor diâmetro, de tipo puctiforme.

Dois fragmentos de pastas e acabamentos grosseiros, susceptíveis de pertencer apenas a um recipiente de formato troco-cónico, ostentam decorações de unhas (Fig. 41, n.ºs 13 e 14), a que se junta um terceiro fragmento pertencente a outro recipiente (Fig. 40, n.º 18). Este padrão decorativo ocorre em contextos campaniformes, como é o caso do povoado da Penha Verde (Sintra) (CARDOSO, 2010-2011 a) e de Leceia, na camada atribuída ao Calcolítico Pleno, coeva das produções campaniformes (CARDOSO, 2006, Fig. 230, n.º 16). À mesma época devem reportar-se os exemplares do povoado da Rotura (Setúbal) (GONÇALVES, 1971, Est. 11). No centro interior do país, reconheceram-se no sítio campaniforme da Fraga da Pena (Fornos de Algodres) (VALERA, 2000). Tais produções são igualmente conhecidas em contextos campaniformes extra-peninsulares, integrando as designadas produções “de acompanhamento” das cerâmicas campaniformes. A distribuição de tais ocorrências no território francês, foi já apresentada (BESSE, 1996, Fig. 11). Uma das ocorrências mais expressivas é a do povoado de Calades, Bouches-du-Rhône, onde se registaram recipientes de paredes direitas com decorações unguladas, em todo idênticos ao agora publicado e, tal como neste caso, associados a produções com decorações pontilhadas, onde ocorrem vasos marítimos (CONVERTINI, 1996, Figs. 22 e 23).

O conjunto cerâmico decorado não campaniforme integra ainda alguns fragmentos com pequenas impressões tanto no lábio, como na face externa, as quais, nalguns casos, se assemelham a grãos de cereais (Fig. 46,

n.º 7). Trata-se de exemplar de cronologia inquestionavelmente calcolítica, já que provém da acumulação de resíduos domésticos subjacente à Estrutura F (ver Fig. 17).

Enfim, um exemplar, correspondente a vaso de paredes sub-verticais e bordo simples ostenta abaixo do bordo decoração de triângulos alternados separados por faixa não decorada (Fig. 46, n.º 2). O interior dos triângulos encontra-se preenchido por depressões circulares preenchidas de pasta branca. Esta característica está presente em certas cerâmicas campaniformes da região, algumas recentemente estudadas, como as de Freiria (Cascais) (CARDOSO, CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 2013).

São escassos os paralelos calcolíticos estremenhos: avulta uma taça em calote, com decoração na parte média de triângulos invertidos preenchidos interiormente por pontos, recolhido no povoado do Penedo do Lexim (SOUSA, 2010, Fig. 107, n.º 1).

Os paralelos mais próximos do território português para este fragmento são do Calcolítico do sul de Portugal, o que faz reportar a origem deste exemplar a esta vasta região. A Anta Grande do Olival da Pega (Reguengos de Monsaraz), forneceu fragmentos de pelo menos quatro vasos esféricos, possuindo decorações de triângulos alternadamente dispostos em torno da abertura, como os do presente exemplar (LEISNER & LEISNER, 1951, Est. 30, n.ºs 6, 7, 11, 12 e 14), alguns deles preenchidos, tal como o fragmento em causa, por pasta branca (LEISNER & LEISNER, 1951, Est. 60, n.º 1). Outros dois fragmentos muito semelhantes ao de Moita da Ladra, e tal como este, com as decorações reavivadas por pasta branca, provém do povoado calcolítico do Cerro do Castelo de Corte João Marques (Alcoutim). Tal como este, ostentam triângulos preenchidos interiormente por depressões punctiformes, atribuíveis a decorações simbólicas (GONÇALVES, 1989, Est. 156, em cima, à direita). Um deles aproxima-se singularmente do exemplar em apreço, até por pertencer a vaso de tipologia idêntica.

O cunho simbólico deste padrão decorativo encontra-se demonstrado pelo facto de o mesmo se associar frequentemente a representações antropomórficas da deusa calcolítica (olhos, tatuagens faciais, sobrancelhas, como se verifica nos exemplares da Anta Grande do Olival da Pega e da Anta Grande do Zambujeiro (Évora), cujos espólios se encontram expostos no Museu de Évora. A este propósito, tenha-se presente o conhecido vaso da *tholos* do Monte do Outeiro (Aljustrel), o qual, para além da representação antropomórfica patente num dos lados, exhibe duas bandas de triângulos alternados no lado oposto, em tudo idênticas à do exemplar em estudo (LEISNER, 1965, Tf. 128, n.º 1).

A terminar, importa sublinhar algumas ausências e a presença de produções excepcionais.

Entre as primeiras, cabe referir a total ausência de taças baixas com bordo espessado, decoradas interiormente: Trata-se de produções que abarcam contextos pré-campaniformes e campaniformes, como se verificou em Leceia (Oeiras) (CARDOSO, 2006), onde ocorrem de forma insistente, o mesmo se verificando no Outeiro Redondo (Sesimbra) (CARDOSO, 2013) e, de forma muito menos acentuada, no Penedo do Lexim (Mafra) (SOUSA, 2010, Fig. 88). Deste modo, pode considerar-se forma comum nos povoados calcolíticos estremenhos onde a presença campaniforme se afigura pouco insistente, ou mesmo ausente, contrastando com a realidade observada nos povoados calcolíticos da referida região onde a existência de produções campaniformes é significativa, como é o caso da Moita da Ladra e da Penha Verde (Sintra) (CARDOSO, 2010-2011, a). No entanto, não se afigura, no estado actual dos nossos conhecimentos, possível averiguar as causas para esta mútua exclusão.

De entre as produções excepcionais de cerâmicas decoradas, para além do exemplar da Fig. 46, n.º 2, acima tratado, é de referir o fragmento de um vaso de produção muito cuidada, com uma decoração geométrica preenchendo o que poderão ser triângulos alternados (Fig. 40, n.º 9), obtida por finíssimas linhas incisas, que poderão ter sido obtidas com uma pequena lâmina metálica.

Produções campaniformes

Com excepção de uma pequena caçoila com ombro incipiente (Fig. 34, n.º 20), todas as produções de cerâmicas campaniformes recolhidas neste povoado fortificado ostentam sempre decorações produzidas a pontilhado, onde pontificam largamente os vasos marítimos, os quais ocorrem sempre em estrita associação com as produções não campaniformes acima caracterizadas, como se encontra bem evidenciado pela sequência das figuras, onde intencionalmente não se efectuou nenhum agrupamento tipológico das produções, preferindo-se o critério da localização para a referida apresentação (Figs. 33 a 46).

Os vasos marítimos são acompanhados, como é usual, de caçoilas de diversos tipos, estando estas exclusivamente representadas pela variante munida de ombro, correspondente a uma goteira muitas vezes quase imperceptível existente no colo do recipiente, acima do bojo. Uma delas, ostenta (Fig. 37, n.º 17) decoração de triângulos opostos, idêntica à de exemplar oriundo do Outeiro da Assenta (CARDOSO & MARTINS, 2009, Fig. 28, n.º 6) e a outro da Penha Verde (Sintra) (CARDOSO, 2010-2011 a, Fig. 40, n.º 13).

Os esféricos baixos com decoração geométrica abaixo do bordo estão representados por apenas um exemplar (Fig. 33, n.º 22), registando-se também apenas uma possível taça em calote com decoração campaniforme, de superfície muito erodida (Fig. 33, n.º 13).

É interessante sublinhar a existência de um recipiente cuja tipologia se integra nos “copos” do Calcolítico pré-campaniforme, mas cuja decoração marítima clássica, do tipo AOO, o remete claramente para este grupo (Fig. 43, n.º 1). Trata-se de um exemplar que se poderá considerar “híbrido”, e o mais evidente dos três que, até ao presente foram inventariados na região estremenha, aproximando-se do exemplar recolhido numa das grutas artificiais da Quinta das Lapas, Torres Vedras (CARDOSO, 2004 a, Fig. 87). Deste modo se documentará a existência de produções campaniformes, reflectindo o gosto das populações locais que as utilizavam, através da adaptação da temática decorativa a formas pré-existentes. No caso dos chamados copos, trata-se de forma cuja continuidade no Calcolítico Pleno da Estremadura, se encontra bem documentada na Moita da Ladra, como atrás se referiu.

Em síntese, as produções cerâmicas campaniformes da Moita da ladra distribuem-se do seguinte modo, com base no número total de fragmentos identificáveis, evidenciando assinalável coerência e escassa diversidade, tanto formal como decorativa, destacando-se a total ausência de taças Palmela, apesar da tardia ocupação do sítio, conforme se verificou pelas datas de radiocarbono obtidas:

- Vasos marítimos com decoração pontilhada de bandas alternadas (AOO)	31 exemplares
- Vasos marítimos com decoração linear pontilhada	13 exemplares
- Caçoilas de ombro e indeterminadas com decoração geométrica	16 exemplares
- Esféricos	1 exemplar
- Vasos marítimos e caçoilas com decoração geométrica pontilhada	23 exemplares
- Caçoilas de ombro incisas	1 exemplar.
- Taças em calote incisas	1 exemplar (?)

Cerâmicas decoradas do “Grupo da Assenta”

Enfim, importa referir a ocorrência de três fragmentos decorados que se inscrevem no “Grupo da Assenta”, termo pela primeira vez utilizado em 2009 para designar um grupo de produções de cerâmicas decoradas que se acantonam essencialmente na área dos actuais concelhos de Bombarral-Óbidos-Cadaval (CARDOSO & MARTINS, 2009). O exemplar mais importante corresponde a fragmento de esférico alto com decoração

produzida por sucessivas impressões de matriz abaixo do bordo, formando métopas verticais (Fig. 46, n.º 4). Outro possui forma indefinida (Fig. 46, n.º 5). O terceiro foi apenas identificado pela técnica decorativa, não tendo sido possível identificar o respectivo padrão (Fig. 34, n.º 7).

A técnica decorativa, com evidentes afinidades com a técnica campaniforme a pontilhado, corresponde à impressão de uma matriz denteada (“pente”), aplicada perpendicularmente ou obliquamente à superfície do recipiente que se pretendia decorar. Esta realidade foi pela primeira vez valorizada por J. L. Marques Gonçalves, ao identificá-la, associada à técnica penteada, num grupo de povoados próximos uns dos outros, situados na Média Estremadura: trata-se dos povoados de Pragança (Cadaval), Outeiro da Assenta (Óbidos) e Outeiro de São Mamede (Bombarral). Na verdade, os recipientes em causa apresentam-se frequentemente decorados por ambas as técnicas, a impressão (que origina as linhas a pontilhado) e as incisões arrastadas, produzindo linhas contínuas e paralelas, com recurso ao mesmo instrumento, o “pente”, manufacturado em osso ou em madeira. O referido autor, em 1991 já tinha correctamente apresentado o enquadramento cronológico e cultural deste tipo de produções, ao afirmar: “talvez se pudesse supor que estas técnicas pontilhada e “penteada” se situariam num momento final do Calcolítico médio, já em contacto com as cerâmicas campaniformes, coexistindo ao mesmo tempo com estas e com as cerâmicas do tipo “folha de acácia” (GONÇALVES, 1991, p. 218).

Na verdade, verificou-se ulteriormente que as produções cerâmicas com aquelas características se estendem um pouco mais para sul, pois recolheram-se alguns desses exemplares nos povoados da Penha Verde (Sintra) e de Leceia (Oeiras), cuja relevância justificou estudo específico (CARDOSO, 1995 a), aos quais mais tarde se juntaram mais alguns outros exemplares recolhidos em Leceia, um deles muito próximo do fragmento de menores dimensões agora publicado (CARDOSO, 2006, Fig. 224, n.º 12).

O estudo sistemático dos exemplares do Outeiro de São Mamede (CARDOSO & CARREIRA, 2003) e, depois, do Outeiro da Assenta (CARDOSO & MARTINS, 2009), conduziu o signatário a considerar a existência de um novo grupo ceramográfico de carácter regional no território português, que designou como “Grupo da Assenta”, dando-se deste modo resposta a J. L. Marques Gonçalves que, ao notar a distribuição geográfica circunscrita das produções decoradas a pente não campaniformes se interrogava sobre a existência, na Média Estremadura, “de uma especificidade cultural própria” (GONÇALVES, 1991, p. 218).

A aludida especificidade não pode ocultar a existência de uma forte influência campaniforme nestas produções, a começar pelo recurso ao “pente”, cuja aplicação ao longo das superfícies dos recipientes, produzindo linhas incisivas ondeadas ou direitas, não se observa naquelas cerâmicas. Contudo, tal técnica ocorre nas produções coevas das campaniformes e consideradas, nalguns casos, como imitação destas, do norte de Portugal, como é o caso das recolhidas no Buraco da Pala (Mirandela) (SANCHES, 1997). Com efeito, nestas produções transmontanas, as decorações de bandas horizontais, direitas ou onduladas, obtidas pela aplicação longitudinal do pente, têm evidentes afinidades com as bandas horizontais do tipo “herringbone” dos vasos marítimos pontilhados do grupo AOO. A ocorrência de produções calcolíticas decoradas a pente na Beira Alta, documentadas, por exemplo, no pequeno sítio de natureza habitacional de Linhares (Santa Comba Dão) (VALERA, 1999), constituem argumento para se considerar a existência de relações entre as produções transmontanas e as estremenhas, sendo menos abundantes do que aquelas.

Deste modo, a ocorrência de um fragmento na Moita da Ladra deste tipo de produções cerâmicas vem ilustrar a extensão de um tipo de produções essencialmente da área setentrional da Estremadura, claramente coevas das campaniformes, a ponto de, nalguns casos, a diferenciação entre ambos os grupos ser discutível.

A presença dominante, na região da Baixa Estremadura, em sítios de altura e fortificados, de produções campaniformes dominadas pela presença de vasos marítimos e de outros recipientes com decorações geométricas a pontilhado, de assinalável qualidade, contrasta com as características das produções características das

granjas campaniformes situadas nas áreas adjacentes. Nestas, apesar de serem coevas das sediadas em sítios de altura, como ficou demonstrado através dos resultados das datações radiocarbónicas obtidas (CARDOSO, 2014), dominam produções menos cuidadas, onde os vasos marítimos são a excepção, substituídos por caçoilas de maiores dimensões e com decorações incisivas, corporizando o chamado “Grupo Inciso”, até agora considerado o mais moderno dos três de há muito identificados na região (SOARES & SILVA, 1974-1977).

7.4.2 – Cerâmicas lisas

O estudo sistemático da totalidade dos exemplares de produções cerâmicas lisas identificáveis, que ascende a 4514 fragmentos com bordo, permitiu a identificação de 13 formas principais, cujos efectivos e dimensões se apresentam na Fig. 47. Considera-se que os resultados obtidos, por si só, justificam a apresentação de um estudo próprio, onde os mesmos poderiam ser comparados com os resultados obtidos em outros povoados congéneres, recentemente publicados: é o caso da Penha Verde (Sintra) (CARDOSO, 2010-2011 a); Outeiro Redondo (Sesimbra) (CARDOSO, 2013), para além de sítios campaniformes abertos, como Leião (Oeiras) (CARDOSO, 2010-2011 b) e Freiria (CARDOSO, CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 2013). Crê-se que a realização de um estudo comparativo sobre as distribuições das produções de cerâmicas lisas se afigura importante, embora só agora se reúnam as condições para a sua concretização.

Tendo presente os resultados apresentados na Fig. 47, verifica-se que a larga maioria dos recipientes se integram-no grupo das taças em calote, contrastando com a sua raridade entre as produções campaniformes decoradas.

Segue-se outra forma desconhecida entre as produções campaniformes, correspondente aos vasos de paredes altas e bordo espessado exteriormente, forma muito comum em contextos não campaniformes estreitos. Equivalente próximo, embora representado por um conjunto muito menor de exemplares, corresponde aos recipientes de paredes quase verticais e bordo simples.

Os esféricos de bordo simples ocupam a posição seguinte, verificando-se, igualmente, a sua escassa presença entre as produções decoradas campaniformes. No entanto, a presença de caçoilas lisas, com ombro mais ou menos marcado, corresponde a forma comum entre as produções lisas, com 182 exemplares (4% do total das formas classificadas), mostra que a “impermeabilidade” entre o conjunto da panóplia campaniforme e a lisa admitia excepções, representadas pelo exemplo referido.

As formas restantes são menos frequentes: é o caso, no conjunto dos recipientes fechados, dos vasos de armazenamento munidos de goteira em torno da abertura, com equivalentes decorados; e dos potes esféricos com bordo espessado. No conjunto das formas abertas, ocorrem, igualmente com baixos efectivos, as taças carenadas, podendo serem resquícios da ocupação do Neolítico Final identificada através da ocorrência de um vaso de bordo denteado; as taças baixas com bordo espessado internamente, representadas por 196 exemplares (4,3% do total das formas classificadas), porém nenhum decorado; e, por último, dos pratos baixos de paredes espessas.

7.4.3 – Cerâmicas industriais

Pesos de tear

O grupo dos pesos de tear (Figs. 47 e 48), está representado por placas rectangulares de barro com perfurações nos quatro vértices, com nove exemplares lisos e 5 decorados. Neste estudo não se reverá a questão

da terminologia deste tipo de artefactos, considerando que os argumentos aduzidos em recente contributo, a propósito dos exemplares recolhidos no povoado do Outeiro Redondo (CARDOSO, 2013) são justificam a manutenção da funcionalidade que lhes foi atribuída, expressa pela designação adoptada.

Em estudo anteriormente publicado dedicado a este sítio arqueológico já se tinha chamado a atenção para o facto de apenas os dois orifícios existentes em cada um dos lados de um dado exemplar possuírem desgaste devido à fricção da fibra que se mantinha tensa devido ao seu peso próprio (CARDOSO & CANINAS, 2010, Fig. 33). Esta realidade, que se encontra plenamente evidenciada num dos exemplares da colecção (Fig. 48, n.º 5), com paralelos em outros povoados calcólicos estremenhos, como o de Leceia, onde tal evidência fora notada há muito (CARDOSO, 1997, p. 89), e do Outeiro da Assenta (CARDOSO & MARTINS, 2009, Fig. 44, n.ºs 1 e 4), encontra a sua confirmação no facto de, nalguns casos, tais placas possuírem apenas duas perfurações de um dos lados. É o caso de um exemplar do povoado do Outeiro da Assenta (Óbidos) (CARDOSO & MARTINS, 2009, Fig. 44, n.º 5) e de um outro do povoado do Outeiro de São Mamede (Bombarral) (CARDOSO & CARREIRA, 2003, Fig. 70, n.º 1).

Pode, assim, concluir-se com segurança que apenas dois dos quatro orifícios que usualmente tais peças possuem, seriam utilizados de cada vez.

Por outro lado, em trabalho recente a propósito dos exemplares recolhidos no povoado calcólico fortificado de Outeiro Redondo (CARDOSO, 2013), discutiu-se a presença nestas peças, de cunho evidentemente funcional, de decorações que remetem para o domínio do simbólico. A conclusão foi a de que tais decorações deveriam de alguma forma relacionar-se com as actividades associadas à produção de fibras têxteis, possuindo cunho apotropaico cujo significado específico nos escapa. Tal é também o caso de três dos exemplares agora publicados (Fig. 48, n.º 2; Fig. 49, n.ºs 2 e 4). Os dois exemplares completos ostentam decorações em ambas as faces de linhas onduladas, que podem relacionar-se eventualmente com a água corrente, onde tais fibras eram lavadas, fossem elas de origem vegetal ou animal. Num dos exemplares, as linhas onduladas assemelham-se às chamadas “tatuagens faciais” das representações da deusa calcólica; mas a má conservação da parte central da peça impede a confirmação dessa possibilidade (Fig. 49, n.º 4).

Um outro exemplar ostenta, em ambas as faces, uma figura antropomórfica estilizada (Fig. 49, n.º 1), cujos paralelos mais próximos se encontram nos chamados “ídolos almerienses”, confeccionados em placas recortadas de osso, xisto ou cerâmica, por vezes com atributos sexuais reportados à divindade feminina calcólica, como é o caso dos exemplares oriundos do povoado metalúrgico de Cabeço Juré (Huelva) (NOCETE, 2004, Fig. 8.50).

Cinchos

Ao conjunto das cerâmicas industriais pertencem os artefactos desprovidos de fundo, com as paredes totalmente perfuradas, de que se recuperaram 22 exemplares, todos incompletos, não sendo deste modo possível identificar em nenhum o perfil completo (Fig. 50, n.ºs 1 a 17; Fig. 51, n.ºs 1 a 5).

Trata-se de peças geralmente associadas ao fabrico de lacticínios, e por isso designadas muitas vezes, mas impropriamente, como “queijeiras”, e não cinchos, como se afigura mais adequado. São raros, pela fragilidade induzida pelas perfurações, os exemplares cuja parede se encontra integralmente conservada, entre os quais se encontra um exemplar do Cerro do Castelo de Corte João Marques (Alcoutim) (GONÇALVES, 1989, Est. 8), a que se somam dois outros da área estremenha, um do povoado da Pedra de Ouro (Alenquer) (PAÇO, 1966, Fig. 13 a; LEISNER & SCHUBART, 1966, Abb. 10, n.º 3) e um outro do povoado do Cabeço do Lexim (Mafra) (SOUSA, 2010, Fig. 138, n.º 6).

Cadinhos de fundição

A metalurgia do cobre, bem ilustrada pelos testemunhos de fundição recuperados, está documentada pela recolha de um cadinho de fundição de formato elipsoidal, quase completo (Fig. 51, n.º 12), que jazia *in situ*, em posição horizontal, perto de estrutura de combustão, a que já se fez referência. A tipologia deste cadinho, que é o único exemplar exumado no povoado pertencente a este grupo de produções, é frequente entre os cadinhos recolhidos em outros povoados calcolíticos da região. Apresenta-se pouco fundo e é desprovido de pés de sustentação no seu lado externo, ao contrário do que se verifica nos exemplares de corpo de tendência sub-retangular e mais fundos, como o exemplar recolhido em Leceia (MÜLLER & CARDOSO, 2008, Fig. 4) e noutros povoados fortificados estremenhos, como o da Pedra de Ouro (Alenquer) (PAÇO, 1966, Fig. 13). No entanto, ambos os tipos podem coexistir num mesmo povoado, como se observou no Outeiro Redondo (Sesimbra) (escavações inéditas do primeiro signatário); em Vila Nova de São Pedro (Azambuja), reconheceu-se a presença de cadinhos munidos de pés de sustentação (JALHAY & PAÇO, 1945, Lám. 28, n.º 4), que coexistem com exemplares idênticos ao da Moita da Ladra, ainda que com paredes verticais que lhes conferem maior profundidade (Soares, 2005, Fig. 2, n.º 2).

Alguns dos exemplares publicados do povoado do Zambujal (Torres Vedras), incluem-se entre os melhores paralelos (SANGMEISTER, 1995, Tf. 13, n.ºs 4 e 6) para o exemplar agora estudado, a par de outros, oriundos do Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim) (GONÇALVES, 1989, Ests. 95 e 96), caracterizados por possuírem corpos baixos, paredes convexas, e fundos aplanados. Exemplares semelhantes provêm do povoado metalúrgico de Cabeço Juré (Huelva) (NOCETE, 2014, Fig. 6).

Algaravizes

Outro artefacto directamente relacionado com a metalurgia, e muito mais raro do que os cadinhos de fundição, são os tubos de algaravizes, de que se recolheu a extremidade distal de um exemplar (Fig. 51, n.º 11). No povoado do Outeiro Redondo recolheram-se em 2014 dois exemplares ainda inéditos, um deles completo, e outros foram registados em Vila Nova de São Pedro (JALHAY & PAÇO, 1945, Est. 21, n.º 4), e na Pedra de Ouro (PAÇO, 1966, Fig. 13, b). O exemplar de Vila Nova de São Pedro reproduzido pelos escavadores foi depois desenhado, confirmando-se a sua estreita analogia com os exemplares do Outeiro Redondo (SOARES, 2005, Fig. 2, n.º 2).

Suportes de lareira

No grupo de produções cerâmicas em apreço integram-se também os impropriamente designados “ídolos de cornos”, cuja natureza funcional, relacionada com suporte de recipientes ao lume, em estruturas de combustão, fora há muito correctamente identificada, sob a designação de “pés de fogareiro”, pela primeira vez atribuída a exemplares recolhidos em Vila Nova de São Pedro (Azambuja) (PAÇO & ARTHUR, 1952). Esta atribuição funcional foi ulteriormente comprovada a partir do estudo de exemplares do povoado da Penha Verde (Sintra), dos quais o mais completo exibia uma asa frontal, destinada a facilitar o seu manuseio (CARDOSO & FERREIRA, 1990). Contudo, é hoje ainda frequente a utilização, embora entre aspas, da primeira designação, que nenhuma evidência arqueológica permite sustentar. A questão tem sido retomada pelo signatário em diversas ocasiões, a última das quais a propósito dos exemplares recolhidos no povoado calcolítico fortificado do Outeiro Redondo (Sesimbra) (CARDOSO, 2013), considerações que se consideram actuais e para as quais se remete o leitor.

Na Moita da Ladra, recolheu-se apenas um exemplar, muito incompleto, deste tipo de artefactos (Fig. 51, n.º 10).

Objectos indeterminados

Recolheram-se quatro segmentos de objectos cilíndricos ou tronco-cónicos, por vezes levemente encurvados (Fig. 51, n.ºs 6 a 9), para os quais não foi possível identificar nenhuma atribuição funcional.

7.5 – Artefactos metálicos

Foram recolhidos 62 artefactos metálicos, dos quais 39 correspondem a peças inclassificáveis e de pequenas dimensões, o que sugere a existência de sucatas destinadas à refundição. Com efeito, a presença de 8 nódulos metálicos, para além dos 62 artefactos mencionados, explica-se em resultado das operações metalúrgicas realizadas no local.

Todos os artefactos foram analisados por espectrometria de fluorescência de Raios-X (PEREIRA *et al.*, 2015), conduzindo à conclusão de que em todos eles se encontra presente o Arsénico, em diferentes percentagens, que variam de forma contínua entre 0,1 e 5,47 %. Tal realidade, que, em Portugal já havia sido identificada no povoado de Leceia (CARDOSO & GUERRA, 1997-1998), e depois veio a ser confirmada no Sudeste peninsular, com base numa amostragem muito mais alargada (ROVIRA, 2004), sugere que a existência do referido elemento se deve reportar à composição dos minérios originais, como já em 1961 preconizava O. da Veiga Ferreira (FERREIRA, 1961), e não à sua adição intencional, no que ao Calcolítico peninsular diz respeito.

A prática da reciclagem de artefactos encontra-se demonstrada pela presença de tiras irregulares e retorcidas, sem formas definidas, por vezes dobradas sobre si próprias (Fig. 52, n.ºs 6 a 8; Fig. 53, n.º 22).

Certamente destinadas a refundição eram também os fragmentos de artefactos de maiores dimensões, igualmente sem formas definidas (Fig. 52, n.º 11; Fig. 53, n.ºs 16, 17, 23 a 32), dos quais alguns deles se podem relacionar com porções de lingotes de pequenas dimensões, como é o caso do exemplar da Fig. 53, n.º 23, que conserva ainda o vestígio de um corte produzido por anterior seccionamento. A existência de pequenos lingotes de cobre, que iam sendo seccionados à medida das necessidades de obtenção de pequenas peças metálicas, como furadores e agulhas, tem paralelo não só em Leceia (Oeiras) (CARDOSO, 2004 a, Fig. 59), mas em outros povoados estremenhos, de que se destacam os do Outeiro de São Mamede (Bombarral) (CARDOSO & CARREIRA, 2003, Fig. 40, n.º 6), e do Outeiro Redondo (Sesimbra) (CARDOSO, 2004 a, Fig. 59).

Um tipo enigmático de resíduos de cobre corresponde a gumes de machados seccionados por vezes por serragem, como é particularmente evidente em exemplar de Leceia (CARDOSO, 2004 a, Fig. 58). A explicação para a ocorrência destas peças não é clara: se, por um lado, o que se pretendia era reavivar os gumes de tais artefactos, a melhor maneira consistia na martelagem daqueles, operação que, aliás, lhes conferia maior dureza. Por outro lado, admitindo que os machados de cobre espalmados pudessem também assumir o papel de lingotes, então as peças assim destacadas deveriam ser objecto de transformação imediata, o que é contrariado pela insistente abundância com que ocorrem em diversos povoados calcolíticos estremenhos, como o do Outeiro de São Mamede (Bombarral), onde esta questão é discutida (CARDOSO & CARREIRA, 2003, Fig. 37, n.º 3 a 6); Zambujal (SANGMEISTER, 1995); e Vila Nova de S. Pedro (Azambuja) (SOARES, 2005, Fig. 4), entre outros. Na Moita da Ladra, recolheu-se um destes artefactos (Fig. 52, n.º 15), com bordos irregulares.

Trata-se de conjunto pouco diversificado de utensílios, estando representados as espátulas (Fig. 52, n.º 1), as lâminas de facas (Fig. 52, n.ºs 2 e 3), as serras ou foices, feitas em chapas de cobre serrilhadas (Fig. 52, n.º 4), os machados planos (Fig. 52, n.º 14), um possível punhal, de lingueta muito desenvolvida e não individualizada (Fig. 52, n.º 9), acompanhado de um outro, em folha de cobre muito oxidado (Fig. 52, n.º 10), e que prenuncia as produções da Idade do Bronze. Duas argolas, que poderiam ser também atribuídas àquela época, dado serem artefactos muito comuns no Bronze Final, época aliás representada na área da estação, revelaram

serem de cobre, pelo que é lícito admitir para ambas cronologia calcolítica (Fig. 52, n.º 12 e 13). Uma ponta Palmela merece destaque, pelo facto da folha se encontrar dobrada devido a impacto violento (Fig. 52, n.º 5). Esta particularidade tem sido raramente observada nestes artefactos, o que em parte se explica pelo facto de a maioria deles provir de oferendas funerárias; um dos raros exemplares compulsados provém de Trévago, na bacia do Douro (GARRIDO-PENA, 2000, Lám. 81, n.º 26).

No entanto, o grosso da utensilagem de cobre corresponde a sovelas, punções e agulhas de cobre, de secção elipsoidal ou sub-rectangular (Fig. 53, n.º 1 a 10), a que se juntam pequenos escopros ou formões, de secções sub-quadrangulares a sub-rectangulares (Fig. 53, n.º 11 a 15), cuja abundância é explicada não só por requererem menor quantidade de cobre para a sua confecção, mas também porque seriam das peças mais procuradas para as tarefas do quotidiano, e com evidentes vantagens no seu desempenho quando comparado com os seus equivalentes líticos ou ósseos.

Na Fig. 53 representam-se dois produtos secundários da fundição, um “bolo” de cobre e uma escória, que corporizam as actividades metalúrgicas desenvolvidas na estação, apesar de nela apenas se ter encontrado um único cadinho de fundição.

Importa destacar uma excepcional peça sobre folha de ouro batido, que originalmente teria a forma de um tubo, actualmente achatado, o qual envolveria uma haste de matéria perecível (Fig. 54, n.º 13). Em alternativa, poderia constituir uma conta tubular, à semelhança de exemplares lisos calcolíticos do sul peninsular (PEREA, 1991, p. 38).

A decoração, produzida por buril, consiste numa sucessão de triângulos alternados, preenchidos internamente por linhas oblíquas paralelas aos lados maiores dos triângulos, os quais se desenvolvem a partir dos dois lados menores da folha, ambos delimitados por várias linhas paralelas. As características da decoração são próximas dos padrões das cerâmicas campaniformes. As cinco placas quadrangulares calcolíticas de ouro batido decoradas por incisões abertas igualmente a buril, constituindo triângulos dispostos de forma idêntica aos produzidos nesta peça, recolhidas em La Pijotilla (Badajoz) (CELESTINO PÉREZ & BLANCO FERNÁNDEZ, 2006, p. 96, 97) constituem os paralelos conhecidos mais próximos.

As recentes descobertas de materiais auríferos calcolíticos vieram sublinhar, pela quantidade de exemplares, a importância da metalurgia do ouro no sudoeste peninsular no decurso do 3.º milénio a.C. (NOCETE *et al.*, 2014; SOARES *et al.*, 2012), embora a área estremenha continue a representar uma das que maior número de tais peças tem fornecido, no contexto da Península Ibérica.

7.6 – Adornos

Para além da folha de ouro batida, que poderá, como atrás se referiu, ser considerada neste grupo de artefactos, recolheram-se 10 contas de rochas diversas, de tipologias usuais no Calcolítico, das quais se analisaram 7 (ODRIOZOLA *et al.*, 2013), sendo 4 de moscovite e 3 de variscite. Assim, os exemplares da Fig. 54, n.º 1, 3, 5 e 10 são de moscovite, e os da Fig. 54 n.º 4, 6 e 8 são de variscite, representando a Moita da Ladra o povoado calcolítico entre os de Leceia e da Penha Verde onde a variabilidade é maior, contrariando a dominância quase exclusiva da variscite observada nos outros dois povoados calcolíticos considerados. A razão para tal não se afigura clara, embora a procedência da variscite utilizada nos três sítios se afigure com origem na região de Palazuelo de las Cuevas, próximo da fronteira portuguesa do nordeste transmontano, a várias centenas de quilómetros de distância.

Uma grande conta de cloração verde escura e translúcida, claramente distinta do conjunto anterior, actualmente em estudo, afigura-se confeccionada em vidro vulcânico (Fig. 54, n.º 11); o facto de se encontrar seccio-

nada diametralmente, mostra que a perfuração é cilíndrica e não bi-troncocónica, como é usual no Calcolítico, época a que este exemplar deverá ser inquestionavelmente reportado, já que provém dos níveis de lixeira subjacentes à Estrutura F.

7.7 – Objectos ideotécnicos

Tratando-se de um povoado, são escassos os artefactos integráveis nesta categoria. Recolheram-se dois ídolos cilíndricos lisos, de calcário branco, usuais em contextos funerários da região (Fig. 54, n.ºs 14 e 15). Estes dois exemplares somam-se a três de terracota, e de forma antropomórfica, infelizmente todos incompletos, com paralelos próximos no povoado calcolítico de Cabezo Juré (Huelva) (NOCETE, 2004, Fig. 8.50). Em conjunto, a sua ocorrência numa área habitada, documentam a existência de altares domésticos, à semelhança do verificado em Leceia (CARDOSO, 2009). Uma placa de osso polida ostenta recorte antropomórfico (Fig. 54, n.º 12), pelo que poderá ser igualmente incluída nesta categoria de objectos.

8 – DATAÇÕES ABSOLUTAS

Foram datadas pelo radiocarbono nove amostras da biosfera marinha (conchas de *Venerupis decussata* e de *Mytilus* sp.) e cinco da biosfera terrestre (fauna mamalógica não identificada), cujos resultados fazem parte de outro trabalho (CARDOSO, SOARES & MARTINS, 2013).

Da intervenção em Moita da Ladra, resultaram quatro pares de amostras associadas de diferente reservatório de origem, o que permitiu a determinação do valor de ΔR aplicável na calibração das datas de radiocarbono obtidas a partir de conchas marinhas recolhidas neste sítio arqueológico.

O valor médio ponderado de ΔR é de 110 ± 40 anos ^{14}C , o qual se deverá utilizar na calibração daquelas datas fazendo uso da curva Marine13 (REIMER *et al.*, 2013).

Deste modo, foi possível obter de datas calibradas através das curvas IntCal13 e Marine13 (REIMER *et al.*, 2013), para as amostras de ossos e de conchas, respectivamente, e fazendo também uso do programa OxCal (BRONK RAMSEY, 2009). Se se determinar a soma das distribuições de probabilidade das várias datas calibradas, verifica-se que o intervalo que lhe corresponde é de 2440-1950 cal BC (1σ) ou de 2560-1820 cal BC (2σ), o que permite afirmar que a ocupação de Moita da Ladra terá ocorrido na segunda metade do 3.º milénio a.C., podendo ter-se estendido aos primeiros decénios do 2.º milénio a.C.

9 – SÍNTESE CONCLUSIVA

As características da implantação geográfica do povoado da Moita da Ladra, no topo de uma chaminé vulcânica, dominando visualmente o vasto estuário do Tejo, foram determinantes para o controlo uma das entradas naturais no *hinterland* da Península de Lisboa delimitada pelo estuário do Tejo, a qual, no decurso do Calcolítico, se encontrava densamente povoada, articulando, por via dos vales que a atravessam, o interior do estuário do Tejo com o litoral atlântico, por alturas de Torres Vedras (Fig. 9).

Deste modo, os produtos e matérias primas que, oriundos do Alto e do Baixo Alentejo, confluíam ao estuário do Tejo, seriam transportados em embarcações, que poderiam aportar à margem norte em local adjacente ao povoado pré-histórico.

A preocupação com a visibilidade do sítio, essencial para a identificação para quem o demandasse vindo do outro lado do rio, foi ao ponto de se terem seleccionado, como elementos de construção, grandes blocos de calcários mesosóicos, transportados do sopé do morro basáltico, com os quais se revestiram os paramentos das estruturas defensivas, voltadas para sul, reflectindo o sol por contraste com a cor negra dos basaltos subjacentes.

Entre as matérias-primas estratégicas ali aportadas oriundas do Alentejo, cuja distribuição seria controlada pelos habitantes do povoado, contam-se os anfibolitos, de utilização generalizada em todos os povoados calcólicos da península de Lisboa, a par do cobre. Este, seria importado preferencialmente já sob a forma de lingotes, cuja transformação em diversa utensilagem se encontra atestada no local. No entanto, seria também possível a chegada de minérios de cobre em bruto, cuja concentração se processava no povoado, conforme sugere a existência de diversos restos metalúrgicos ali exumados.

A assinalável quantidade de artefactos metálicos, parte dos quais inclassificáveis e destinados à refundição, sublinha o carácter metalúrgico deste sítio e o seu papel na redistribuição de parte do volume das produções metálicas.

A referida abundância contrasta com a evidente escassez de artefactos do quotidiano (artefactos de pedra polida, artefactos ósseos, indústrias de pedra lascada em geral), com excepção dos relacionados com actividades bélicas, como as pontas de seta (algumas delas fabricadas no local, como atesta a existência de esboços) e as pontas de projectil de osso, o que sublinha o carácter particular desta ocupação, a que se soma uma ponta Palmela dobrada na folha devido a impacto violento. Deste modo, pode considerar-se que a comunidade que ocupou o local se encontrava essencialmente vocacionada para exercer o controlo efectivo do território adjacente e das vias de circulação que penetravam no *hinterland* da Península de Lisboa, essencial à circulação, distribuição e comercialização de matérias-primas e produtos oriundos dos territórios de além-Tejo, que eram a razão de ser deste povoado.

Estar-se-ia, pois, perante uma comunidade a um tempo de metalúrgicos, guerreiros e intermediários, actividades relacionadas directamente com as características de implantação do sítio, no quadro das redes de povoamento e da circulação de bens e matérias-primas na península de Lisboa, no decurso da segunda metade do 3.º milénio a.C., época em que aquela região se encontrava densamente povoada.

O estatuto social desta comunidade, distinto do inerente aos habitantes dos territórios adjacentes, entretanto às actividades agro-pecuárias, encontra-se ilustrado pelas produções cerâmicas campaniformes, de assinalável qualidade, onde ocorrem vasos marítimos associados a recipientes com decoração geométrica, exclusivamente decorados a pontilhado, exceptuando um exemplar inciso.

As datações sistemáticas realizadas para contextos campaniformes da península de Lisboa, tanto de sítios de altura fortificados, como Penha Verde (Sintra), Leceia (Oeiras) e o agora estudado, como para sítios de encosta, correspondentes a pequenos povoados ou casais agrícolas de cunho familiar, como Freiria (Cascais), Monte do Castelo (Oeiras), para além de diversas necrópoles, como a de Verdelha dos Ruivos (Vila Franca de Xira), muito perto do povoado em apreço, e gruta da Ponte da Laje (Oeiras) vieram provar que ambos os tipos de ocupações foram coevas, inscrevendo-se na rede de povoamento desenvolvida na região no decurso da segunda metade do 3.º milénio a.C. (CARDOSO, 2014), como se evidencia na Fig. 56.

As diferenças verificadas nas produções campaniformes dos dois tipos de sítios – nos primeiros, produções finas, dominadas pelo grupo dos vasos marítimos e geométricos a pontilhado; nos segundos, produções mais grosseiras, onde os recipientes incisos são dominantes, incluindo grandes caçoilas de armazenamento – terão incidências sociais. Assim, as produções campaniformes mais cuidadas estariam essencialmente reservadas a comunidades sediadas em sítios de altura, a partir dos quais controlavam os territórios adjacentes, detendo

estatuto social elevado, enquanto as produções campaniformes mais grosseiras, seriam as utilizadas sobretudo pelas populações que se distribuíam pelo espaços geográficos adjacentes, em sítios abertos, de cunho familiar, entregues a actividades agro-pecuárias.

Esta interpretação é condizente com a pequena comunidade que se fixou, no decurso da segunda metade do 3.º milénio a.C. no morro basáltico de Moita da Ladra, cujo estatuto se diferenciava claramente do inerente às comunidades agro-pastoris que, na mesma altura, se sediavam na região e que poderiam ter sepultado os seus mortos na vizinha gruta da Verdelhados Ruivos, onde, com efeito, as características das cerâmicas campaniformes são totalmente distintas, sendo quase exclusivas as produções incisas (CARDOSO, 2014).

Igualmente a reter é a coexistência entre produções campaniformes e produções de cunho regional, pertencentes ao grupo “folha de acácia/crucífera”.

Esta observação corporiza a convivência de duas tradições culturais distintas, com paralelos em outras estações da região, como os povoados calcolíticos fortificados da Penha Verde, Sintra (CARDOSO, 2010-2011 a), da Rotura (FERREIRA & SILVA, 1970) e de Leceia (CARDOSO, 1997-1998). Tal realidade, à qual até época recente não tinha sido dada a relevância adequada, consubstancia a possibilidade de terem existido no mesmo espaço geográfico duas comunidades de raízes culturais distintas, de cuja interacção teria resultado a ocorrência conjunta de materiais próprios de cada uma delas, nos mesmos espaços domésticos. Tal interacção ter-se-ia dado em fase ulterior à da simples coexistência não conflitual, como se comprova em Leceia, onde uma cabana, com espólios cerâmicos exclusivamente campaniformes, datada do segundo quartel do 3.º milénio a.C., se implantou em zona adjacente à da primeira linha defensiva do povoado calcolítico, onde nessa época as produções campaniformes ainda não eram utilizadas pela população nele residente (CARDOSO, 1997-1998; CARDOSO, 2014).

Deste modo, a génese e desenvolvimento das manifestações campaniformes na região do estuário do Tejo, fez-se de forma independente das tradições locais, no que à cerâmica decorada diz respeito, cuja origem remonta, tal como no povoado fortificado do Zambujal (Torres Vedras) (KUNST & LÜTZ, 2010-2011), aos inícios do segundo quartel do 3.º milénio a.C.

A primeira consequência desta nova realidade, só muito recentemente valorizada (CARDOSO, 2014), é a revogação da perspectiva de se fazer coincidir a emergência das produções campaniformes ao Calcolítico Final, quando na verdade as mesmas eram já conhecidas na região desde o Calcolítico Inicial, de acordo com a fronteira cronológica de 2600/2500 anos a.C. definida em Leceia entre o Calcolítico Inicial e o Calcolítico Pleno (CARDOSO & SOARES, 1996). A segunda consequência, decorrente da primeira, é a vantagem de, doravante na Estremadura só se deverem admitirem duas fases na periodização do Calcolítico: a mais antiga, pré-campaniforme, correspondente à emergência das produções cerâmicas caneladas (copos e taças), a mais recente já campaniforme, caracterizada pela coexistência com produções de marcado cunho regional, corporizadas pelas decorações do grupo “folha de acácia/crucífera”.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Filipe Martins pela colaboração prestada no estudo das indústrias de pedra lascada e da cerâmica lisa.

REFERÊNCIAS

- BESSE, M. (1996) – *Le campaniforme en France. Analyse de la céramique d'accompagnement*. Oxford: BAR International Series 635.
- BRONK RAMSEY, C. (2009) – Bayesian analysis of radiocarbon dates. *Radiocarbon*, 51 (1), p. 337-360.
- CARDOSO, J. L. (1994) – *Leceia 1983-1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Número especial).
- CARDOSO, J. L. (1995 a) – Cerâmicas decoradas a pente, do Calcolítico Pleno de Leceia (Oeiras) e da Penha Verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 243-249.
- CARDOSO, J. L. (1995 b) – Possíveis pontas de seta calcolíticas de osso do povoado de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 233-241.
- CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa / Oeiras: Museu Nacional de Arqueologia / Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1997-1998) – A ocupação campaniforme do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 89-153.
- CARDOSO, J. L. (1999-2000) – Os artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 241-323.
- CARDOSO, J. L. (2003) – A utensilagem óssea de uso comum do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11, p. 25-84.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (2003) – O povoado calcolítico do Outeiro de São Mamede (Bombarral): estudo do espólio das escavações de Bernardo de Sá (1903-1905). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11, p. 97-228.
- CARDOSO, J. L. (2004 a) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Oeiras.12).
- CARDOSO, J. L. (2004 b) – Polished stone artefacts at the prehistoric settlement of Leceia (Oeiras). *Madridier Mitteilungen*. Mainz. 45, p. 1-32.
- CARDOSO, J. L. (2006) – As cerâmicas decoradas pré-campaniformes do povoado pré-histórico de Leceia: suas características e distribuição estratigráfica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras.14, p. 9-276.
- CARDOSO, J. L. (2009) – Estatuetas do Neolítico Final e do Calcolítico do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras) e o simbolismo a elas associado. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 73-96.
- CARDOSO, J. L. (2010-2011 a) – O povoado calcolítico da Penha Verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 467-551.
- CARDOSO, J. L. (2010-2011b) – Ocupação campaniforme de Leião. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 9-32.
- CARDOSO, J. L. (2013) – O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra). Resultados da primeira fase de escavações arqueológicas (2005-2008). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 641-730.

- CARDOSO, J. L. (2014) – Absolute chronology of the Beaker phenomenon North of the Tagus estuary: demographic and social implications. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 71 (1), p. 56-75.
- CARDOSO, J. L. & CANINAS, J. C. (2010) – Moita da Ladra (Vila Franca de Xira). Resultados preliminares da escavação integral de um povoado calcolítico muralhado. In: GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (eds.) – *Transformação e mudança no centro e sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e. Actas do Colóquio Internacional (Cascais, 2005)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 65-95.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (2003) – O povoado calcolítico do Outeiro de São Mamede (Bombarral): estudo do espólio das escavações de Bernardo de Sá (1903-1905). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11, p. 97-228.
- CARDOSO, J. L.; CARVALHOSA, A. B. (1995) – Estudos petrográficos de artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Análise de proveniências. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Lisboa. 5, p. 123-151.
- CARDOSO, J. L. & FERREIRA, O. V. (1990) – Três suportes de lareira da Penha Verde (Sintra). *Revista de Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 5-12.
- CARDOSO, J. L. & GUERRA, M. F. (1997-1998) – Análises químicas não destrutivas do espólio metálico do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras e seu significado no quadro da intensificação económica calcolítica da Estremadura portuguesa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 61-87.
- CARDOSO, J. L. & MARTINS, F. (2009) – O povoado pré-histórico do Outeiro da Assenta (Óbidos). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 261-356.
- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. M. (1996) – Contribution d'une série de datations ¹⁴C, provenant du site de Leceia (Oeiras, Portugal), à la chronologie absolue du Néolithique et du Chalcolithique de l'Estremadura portugaise. *Actes du colloque de Périgueux 1995, Supplément à la Revue d'Archéométrie*, p. 45-50.
- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G. & ENCARNÇÃO, J. (2013) – O campaniforme de Freiria (Cascais). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 525-588.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. M. & MARTINS, J. M. M. (2013) – O povoado campaniforme fortificado da Moita da Ladra (Vila Franca de Xira, Lisboa) e a sua cronologia absoluta. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 3 (no prelo).
- CELESTINO PÉREZ, S.; BLANCO FERNÁNDEZ, J. L. (2006) – *La joyería en los orígenes de Extremadura: el espejo de los dioses*. Badajoz: Instituto de Arqueología de Mérida / CSIC (Ataecina, Colección de Estudios Históricos de la Lusitania).
- CLEMENTE-CONTE, I.; MAZZUCO, N. & SOARES, J. (2014) – Instrumentos para siega y procesado de plantas desde el Calcolítico al Bronce antiguo de Chibanés (Palmela, Portugal). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 71 (2), p. 330-342.
- CONVERTINI, F. (1966) – *Production et signification de la céramique campaniforme à la fin du 3^{ème} millénaire av. J.-C. dans le Sud et le Centre-Ouest de la France et en Suisse occidentale*. Oxford: BAR International Series 656.
- FERREIRA, O. V. (1961) – Acerca da presença de Arsénio em instrumentos primitivos, encontrados em Portugal. *Boletim de Minas*. Lisboa. 12. 8 p. (separata).

- FERREIRA, O. V. & SILVA, C. T. (1970) – *A estratigrafia do povoado pré-histórico da Rotura (Setúbal). Nota preliminar.* Actas das I Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1969). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2, p. 203-225
- GARRIDO-PENA, R. (2000) – *El campaniforme en la Meseta Central de la península Ibérica (c. 2500-2000 AC).* Oxford: BAR International Series 892.
- GONÇALVES, J. L. M. (1991) – Cerâmica calcolítica da Estremadura. *IV Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1990).* Actas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 215-226.
- GONÇALVES, V. S. (1971) – *O castro da Rotura e o vaso campaniforme.* Setúbal: Junta Distrital de Setúbal.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental.* Lisboa: INIC. 2 volumes.
- JALHAY, E. & PAÇO, A. (1945) – El castro de Vilanova de San Pedro. *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria.* Madrid. 20, p.55-141.
- KUNST, M. & LÜTZ, N. (2010-2011) – Zambujal (Torres Vedras), investigações até 2007. Parte 1: sobre a precisão da cronologia absoluta decorrente das investigações na quarta linha da fortificação. *Estudos Arqueológicos de Oeiras.* Oeiras. 18, p. 419-466.
- LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen.* Berlin: Walter de Gruyter. 2 volumes.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1951) – *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz.* Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.
- LEISNER, V. & SCHUBART, H. (1966) – Die kupferzeitliche befestigung von Pedra do Ouro/Portugal. *Madridrer Mitteilungen.* Heidelberg. 7, p. 9-60.
- LEISNER, V.; PAÇO, A. & RIBEIRO, L. (1964) – *Grutas artificiais de São Pedro do Estoril.* Lisboa: ed. dos Autores.
- MÜLLER, R. & CARDOSO, J. L. (2008) – The origin and use of copper at the chalcolithic fortification of Leceia (Oeiras, Portugal). *Madridrer Mitteilungen.* Wiesbaden. 49, p. 64-93.
- NOCETE, F. (2004) – *Odiel. Proyecto de investigación arqueológica para el análisis del origen de la desigualdad social en el Suroeste de la Península Ibérica.* Sevilla: Consejería de Cultura/Dirección General de Bienes Culturales.
- NOCETE, F. (2014) – Las sociedades complejas (IV e III milenio cal B.C.) en la Iberia meridional. In *Protohistoria de la Península Ibérica: del Neolítico a la Romanización.* Burgos: Universidad de Burgos / Fundación Atapuerca, p. 83-94.
- NOCETE, F.; SÁEZ, R.; BAYONA, M. R.; NIETO, J. M.; PERAMO, A.; LÓPEZ, P.; GIL-IBARGUCHI, J. I.; INÁCIO, N.; GARCÍA, S. & RODRÍGUEZ, J. (2014) – Gold in the Southwest of the Iberian Peninsula during the 3rd Millenium BC. *Journal of Archaeological Science,* 41, p. 691-704.
- ODRIOZOLA, C.; VILLALOBOS GARCIA, R.; BOAVENTURA, R.; SOUSA, A. C.; MARTÍNEZ-BLANES, J.M. & CARDOSO, J. L. (2013) – Las producciones de adorno personal en rocas verdes del SW peninsular: los casos de Leceia, Moita da Ladra y Penha Verde. *Estudos Arqueológicos de Oeiras.* Oeiras. 20, p. 605-622.
- PAÇO, A. (1960) – Castro de Vila Nova de São Pedro. XII – alguns recipientes de osso e de marfim. *Zephyrus.* Salamanca. 11, p. 105-117.

- PAÇO, A. (1966) – Castelo da Pedra de Ouro. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. Série II, 16, p. 117-152.
- PAÇO, A. & ARTHUR, M. L. C. (1952) – Castro de Vila Nova de S. Pedro. 15.^a campanha de escavações (1951). *Brotéria*. Lisboa. 54 (3), p. 289-309.
- PEREA, A. (1991) – *Orfebreria prerromana. Arqueología del oro*. Madrid: Caja de Madrid / Consejería de Cultura, Dirección General de Patrimonio Cultural
- PEREIRA, F.; SILVA, R.; SOARES, A. M. M.; ARAÚJO, M. F. & CARDOSO, J. L. (2015) – Metallurgical production evidences in the chalcolithic settlement of Moita da Ladra (Vila Franca de Xira, Portugal). *Archaeometry in Europe IV (Madrid, 2015)*. Em preparação.
- ROVIRA, S. (2004) – Tecnología metalúrgica y cambio cultural en la Prehistoria de la Península Ibérica. *Norba. Revista de Historia*. 17, p. 9-40.
- SANCHES, M. J. (1997) – *Pré-Histórica recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. 2 volumes.
- SANGMEISTER, E. (1995) – Zambujal Kupferfunde aus den Grabungen 1964 bis 1973. *Madriider Beiträge*. Mainz. Band 5, p. 4-154.
- SALVADO, M. C. & CARDOSO, J. L. (2001-2002) – Análise de alguns fragmentos de artefactos em haste de cervídeo do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): cabos e caixas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 49-76.
- SOARES, A. M. M. (2005) – A metalurgia de Vila Nova de São Pedro. Algumas reflexões. In: ARNAUD, J. M. & FERNANDES, C. V. (coords.) – *Construindo a Memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 179-188.
- SOARES, A. M. M.; ALVES, L. C.; FRADE, J. C.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F.; CANDEIAS, A.; SILVA, R. J. C.; VALERA, A. C. (2012) – Bell beaker gold foils from Perdigões (Southern Portugal). *Proceedings of the 39th International Symposium for Archaeometry (Leuven, 2012)*, p. 120-124.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (1974-1977) – O Grupo de Palmela no quadro da cerâmica campaniforme em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 7/9, p. 102-112.
- SOUSA, A. C. (2010) – *O Penedo do Lexim e a sequência do Neolítico Final e Calcolítico da península de Lisboa*. Tese de Doutoramento em História, Especialidade em Pré-História. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vols. policopiados.
- SPINDLER, K. (1981) – *Cova da Moura. Die Besiedlung des Atlantischen Küstengebietes Mittelportugals vom Neolithicum bis an das Ende der Bronzezeit*. Mainz: Philipp von Zabern (*Madriider Beiträge*, Band 7).
- VALERA, A. C. (1999) – The re-creation of territorialities and identities in the III millenium BC: research problems in Central Portugal. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 1, p. 109-115.
- VALERA, A. C. (2000) – O fenómeno campaniforme no interior centro de Portugal: o contexto da Fraga da Pena. *3.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Vila Real, 1999)*. Actas. Porto: ADECAP, 4, p. 269-290.

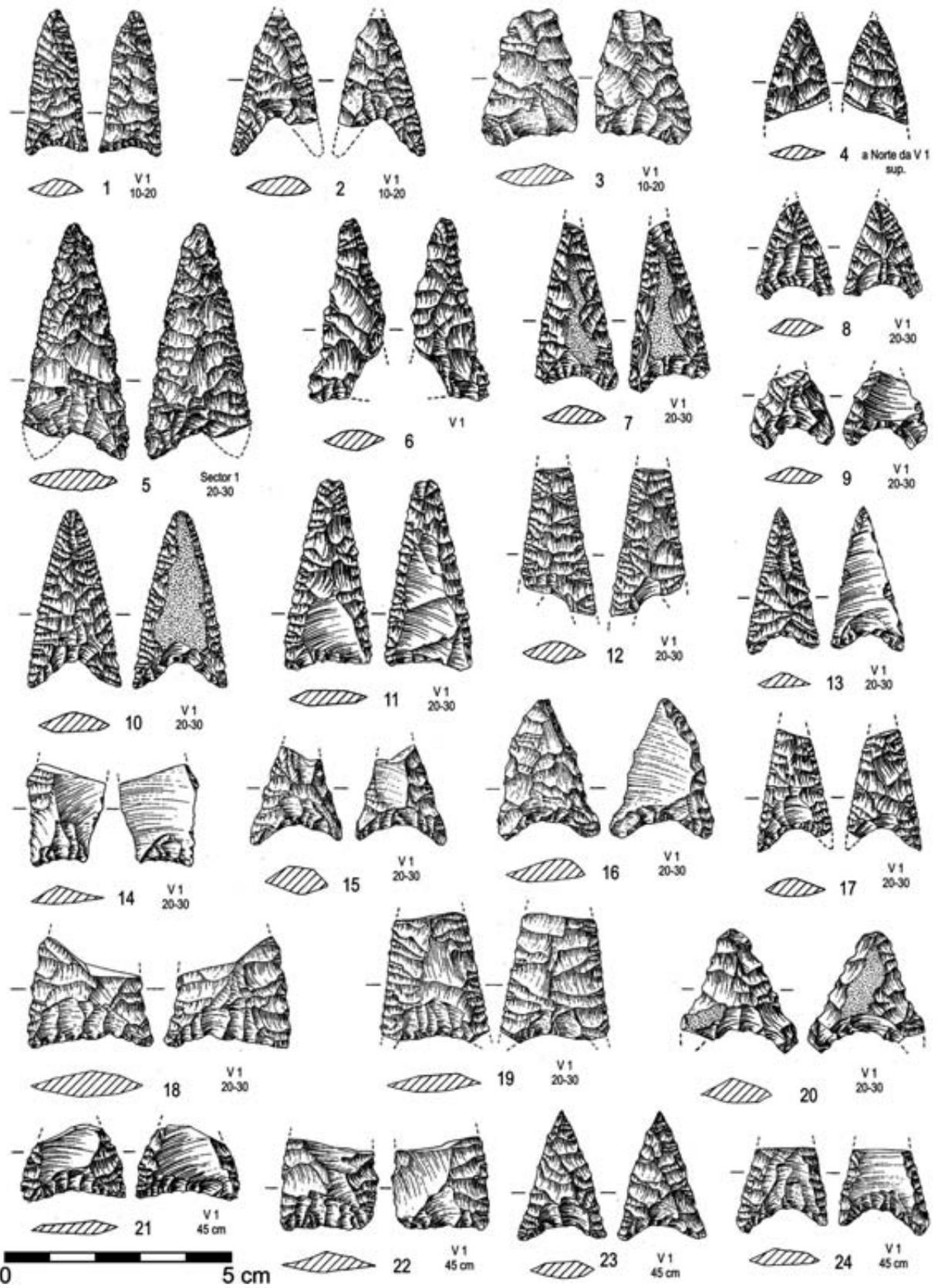


Fig. 18 – Moita da Ladra. Pontas de seta, algumas em esboço.

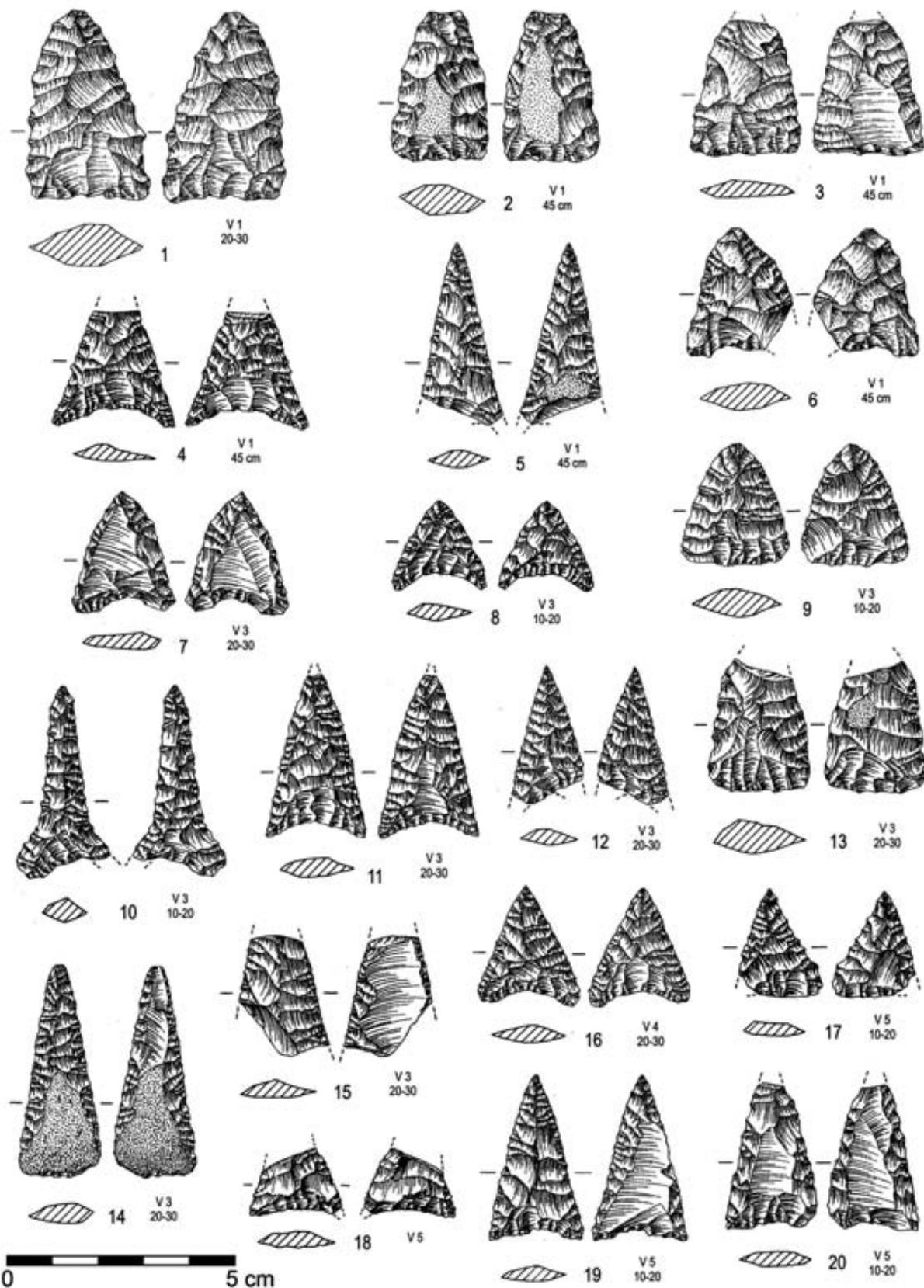


Fig. 19 - Moita da Ladra. Pontas de seta, algumas em esboço.

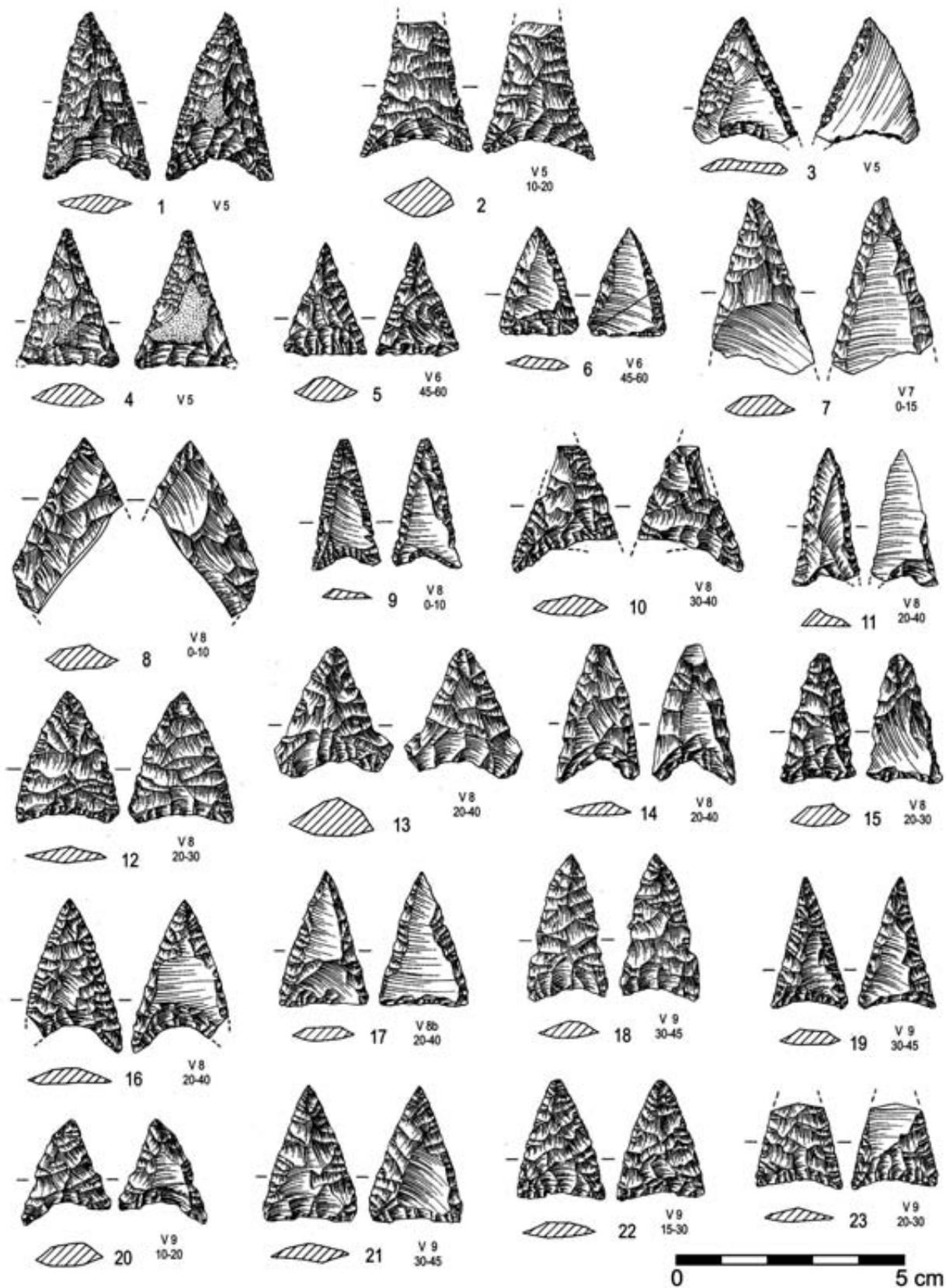


Fig. 20 – Moita da Ladra. Pontas de seta, algumas em esboço.

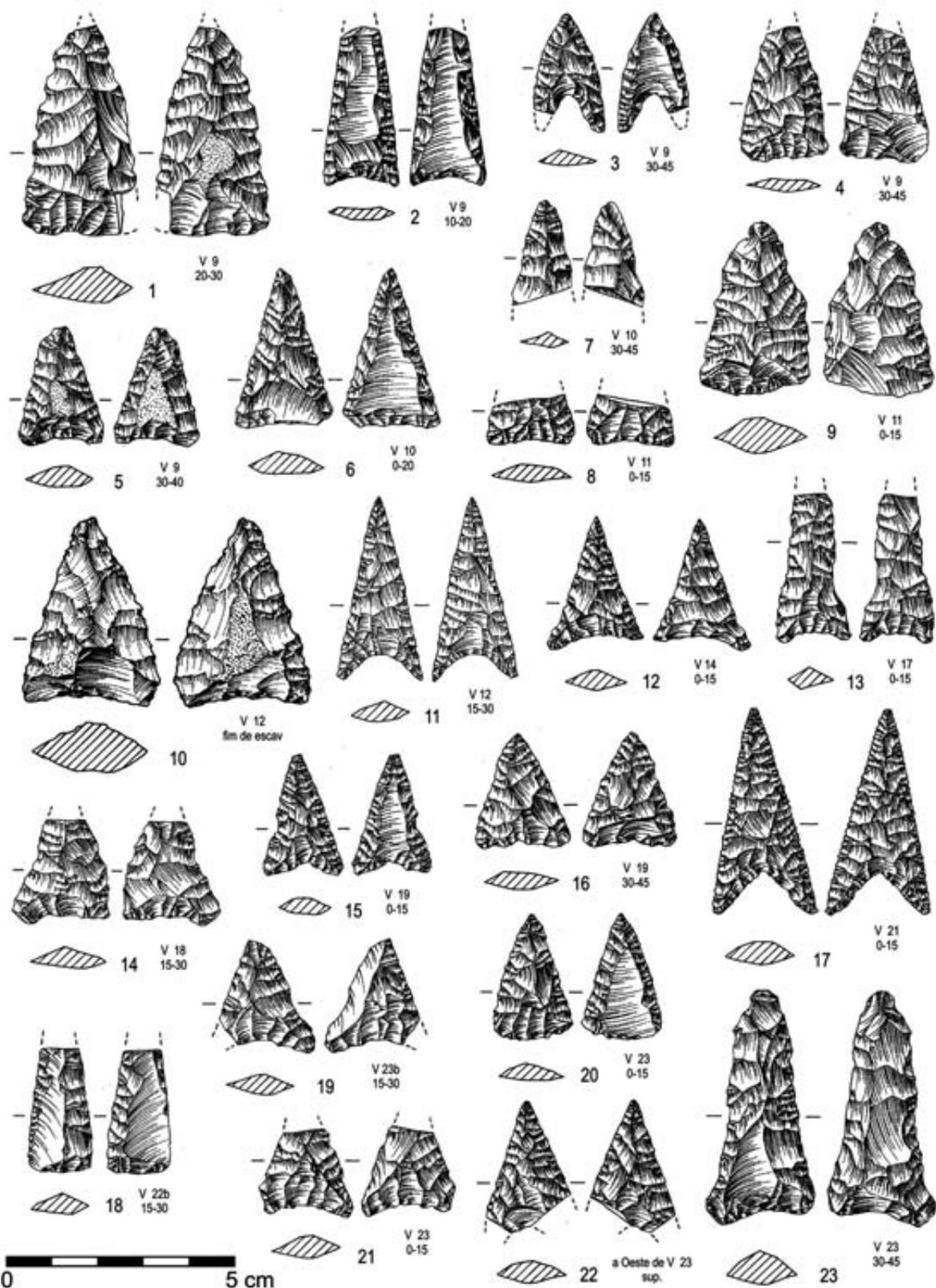


Fig. 21 - Moita da Ladra. Pontas de seta, algumas em esboço.

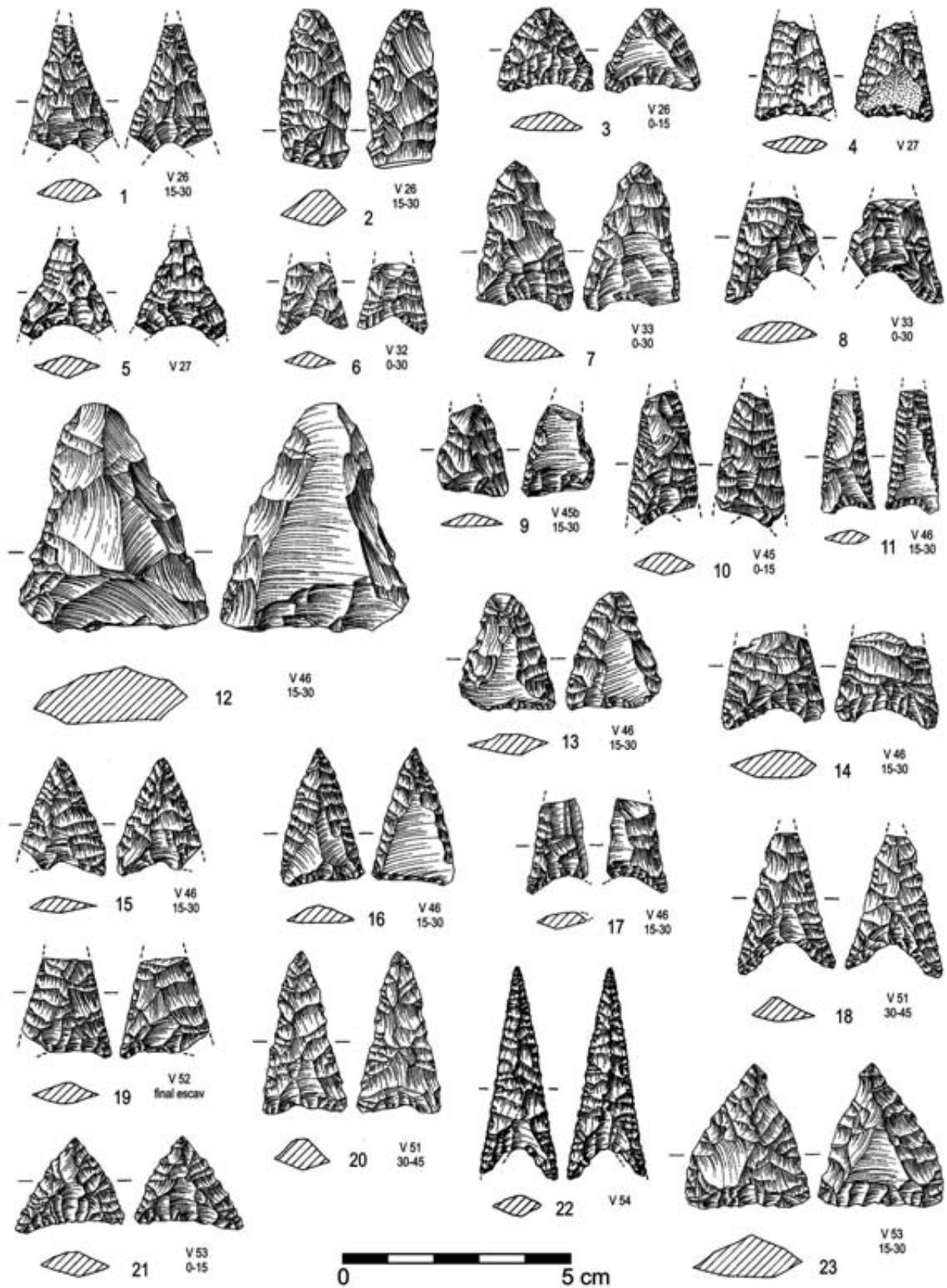


Fig. 22 – Moita da Ladra. Pontas de seta, algumas em esboço.

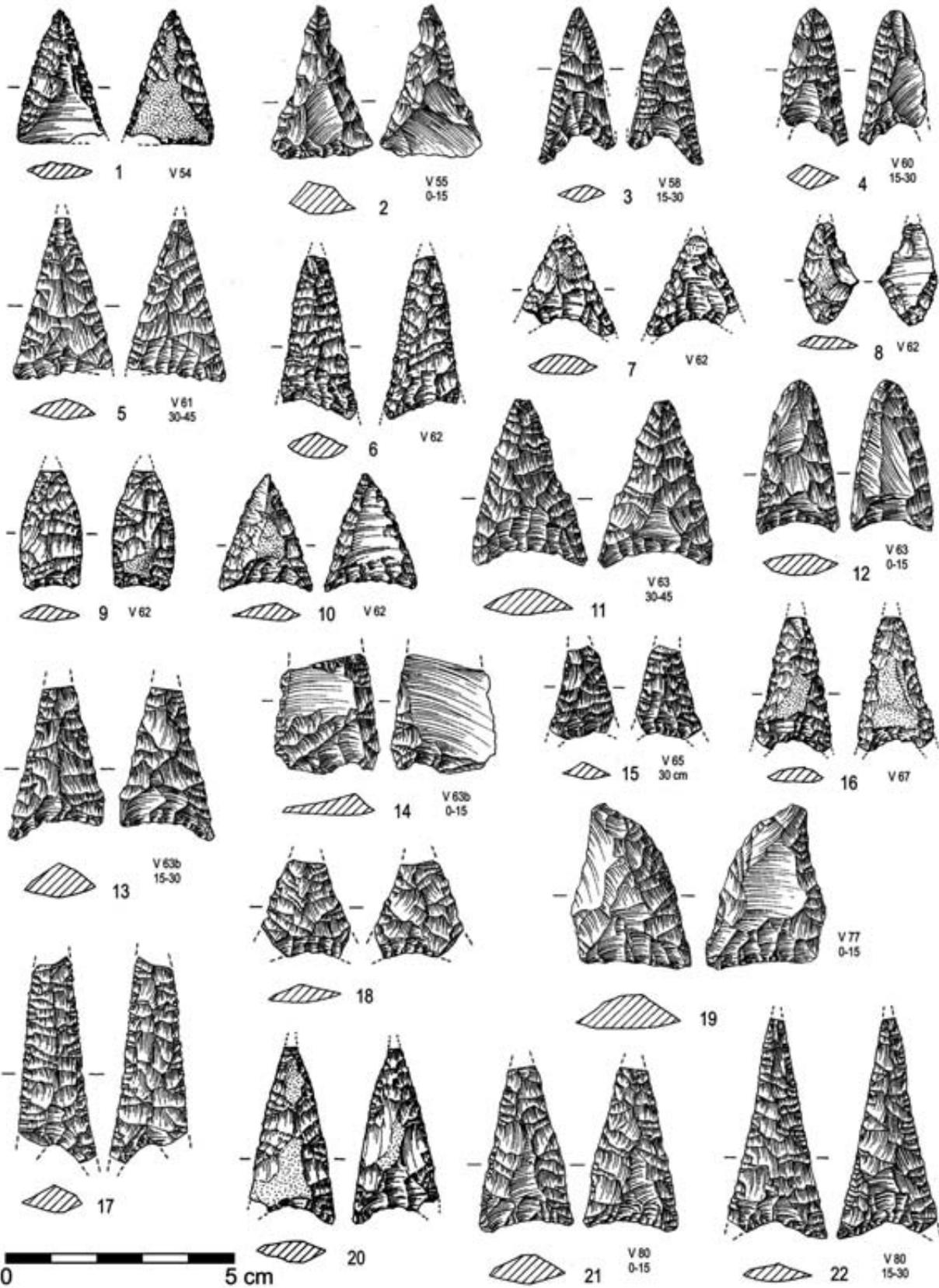


Fig. 23 - Moita da Ladra. Pontas de seta, algumas em esboço.

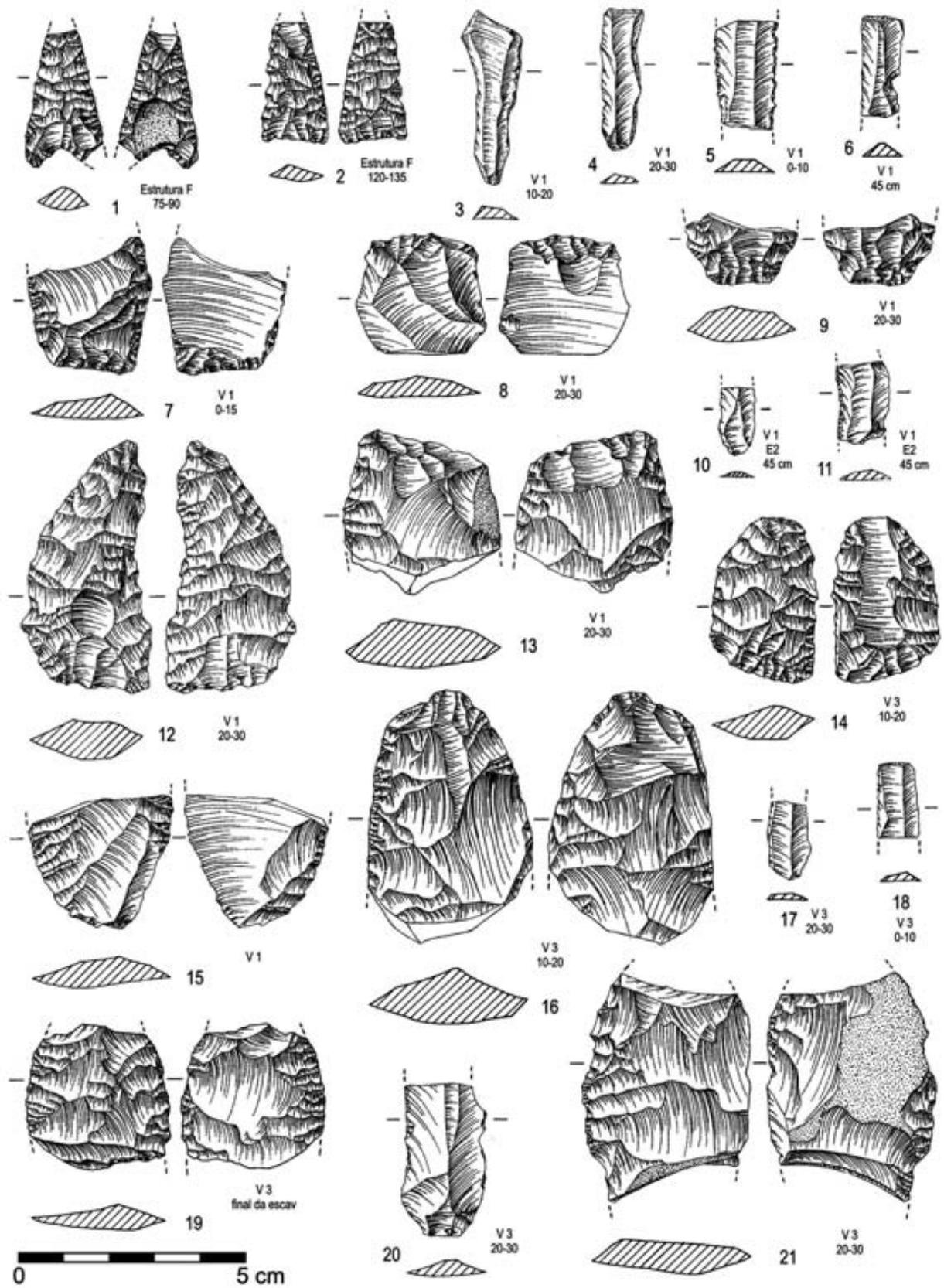


Fig. 24 – Moita da Ladra. Pontas de seta, lâminas, lamelas, e folhas bifaciais, algumas delas em esboço ou fracturadas no decurso do talhe.

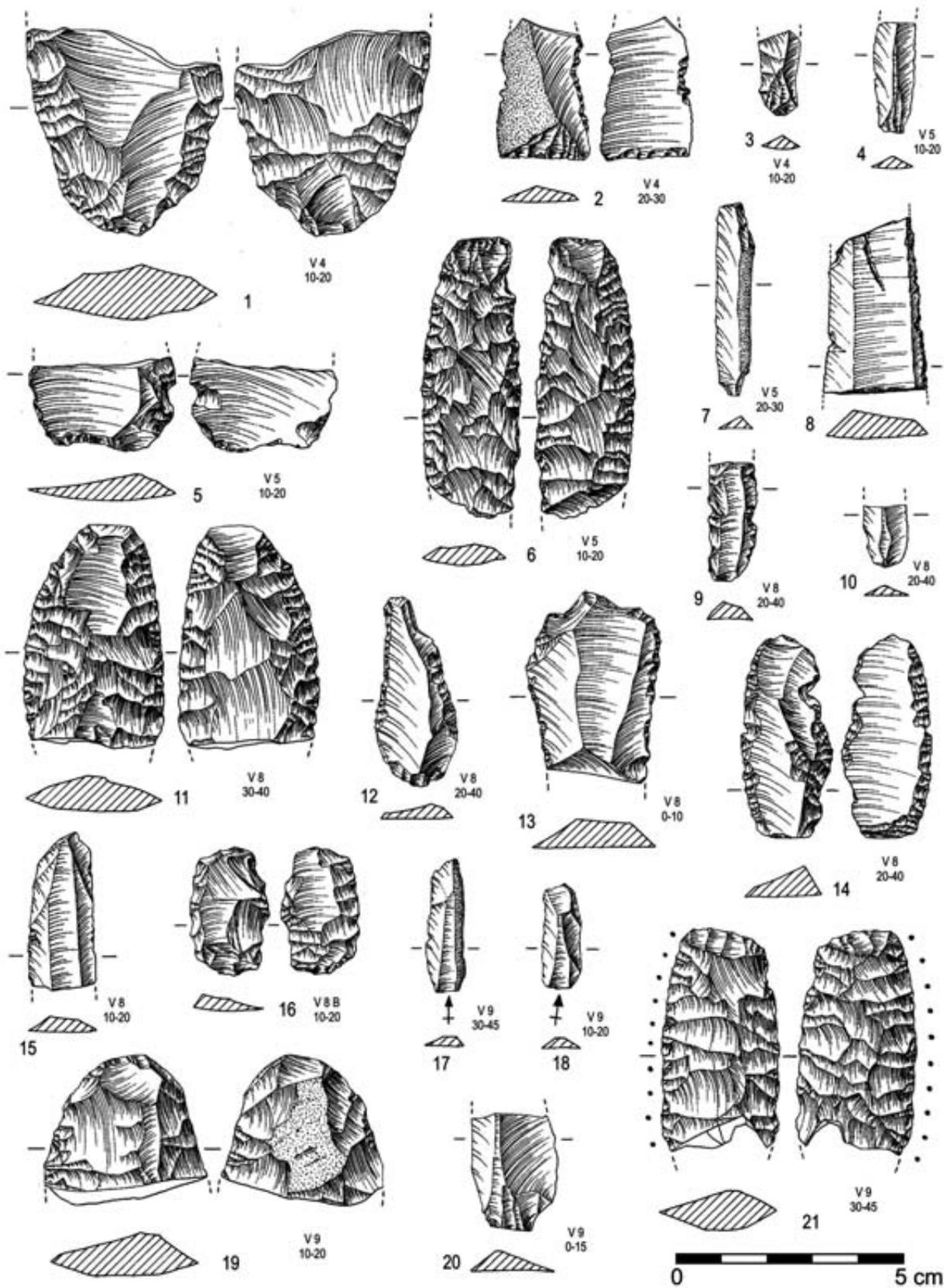


Fig. 25 - Moita da Ladra. Lâminas, lamelas, lascas retocadas e folhas bifaciais.

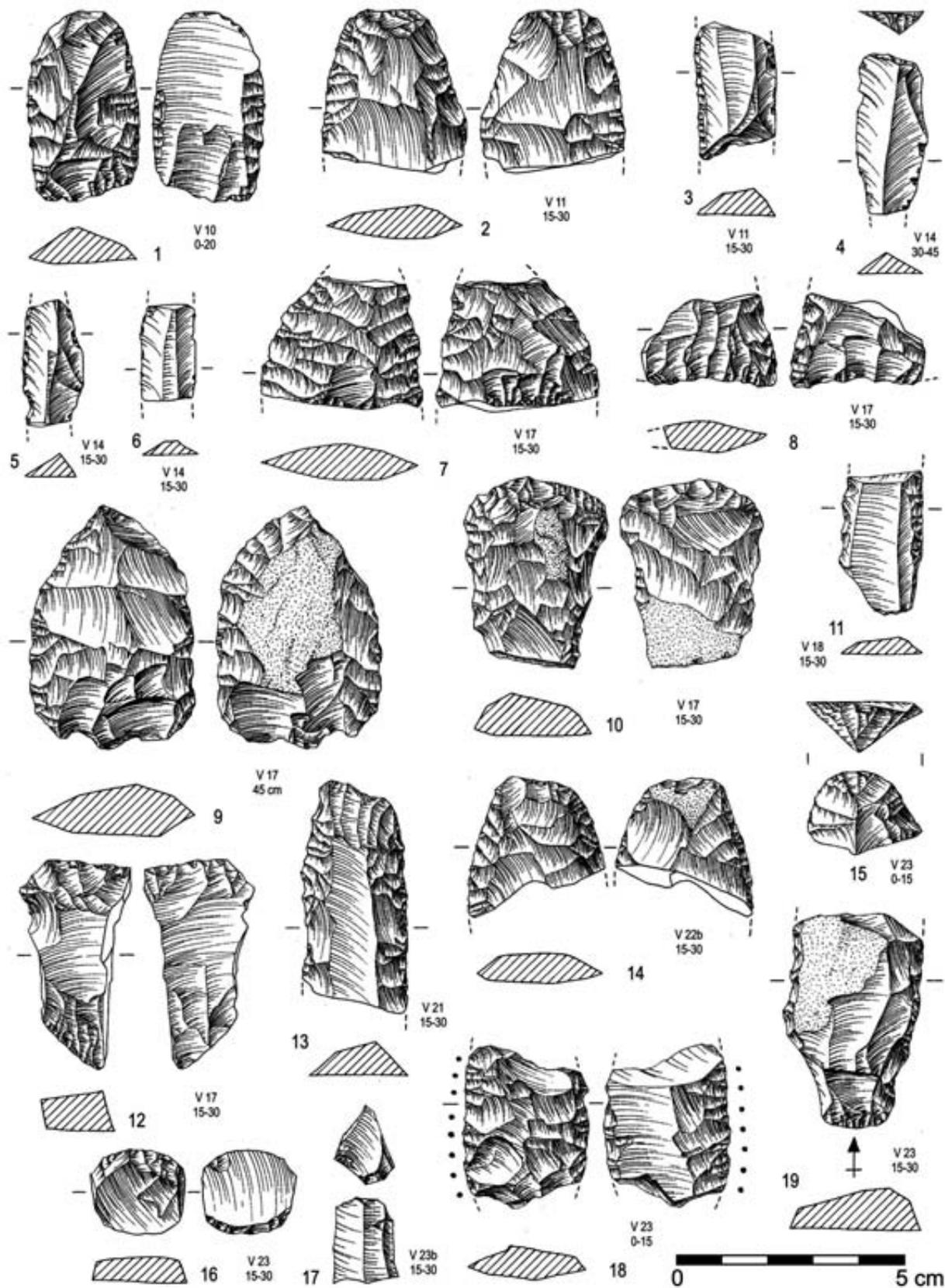


Fig. 26 – Moita da Ladra. Lâminas, raspadeiras, folhas bifaciais.

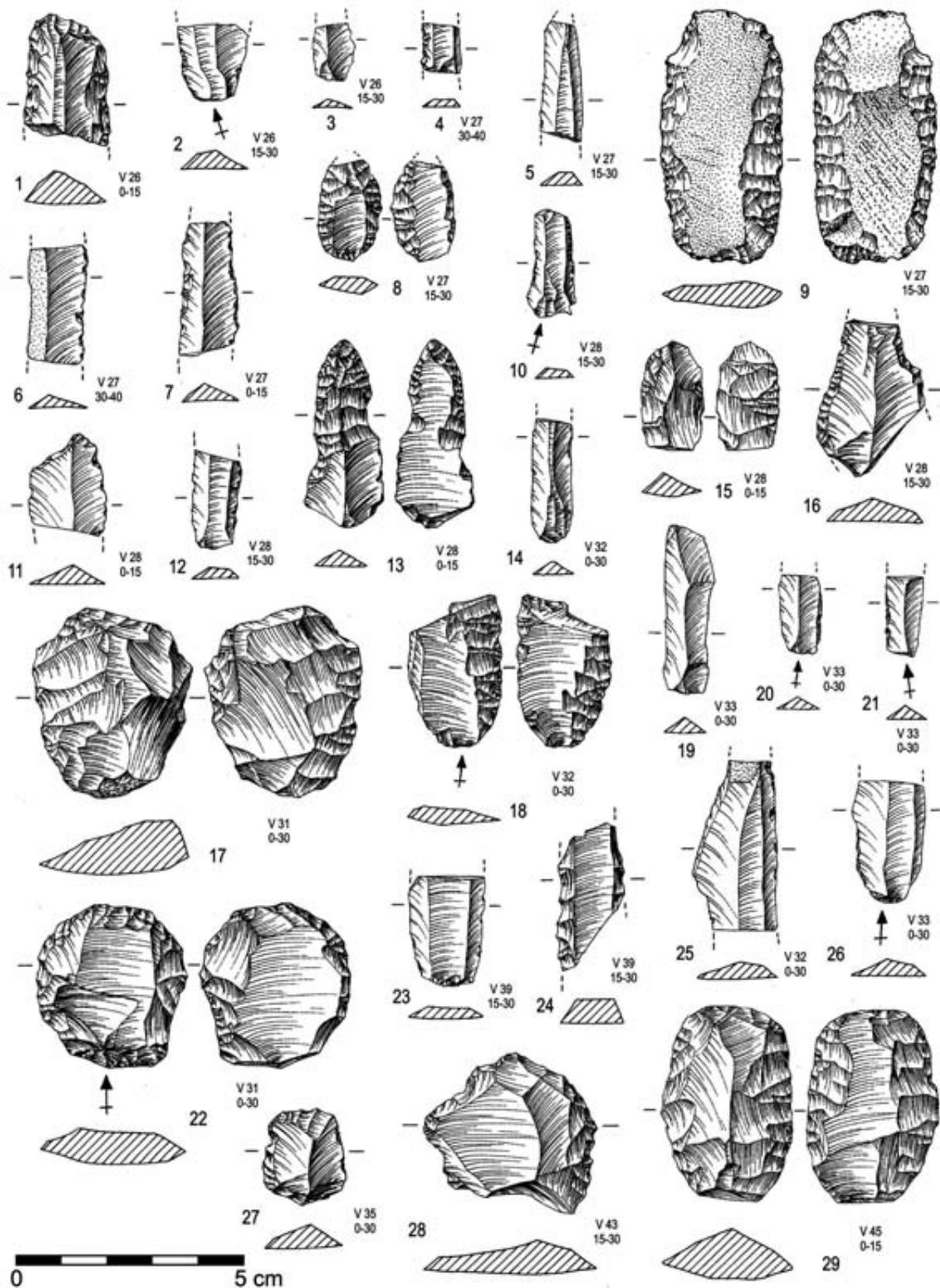


Fig. 27 - Moita da Ladra. Lâminas, lamelas, raspadeiras, folhas bifaciais, furador.

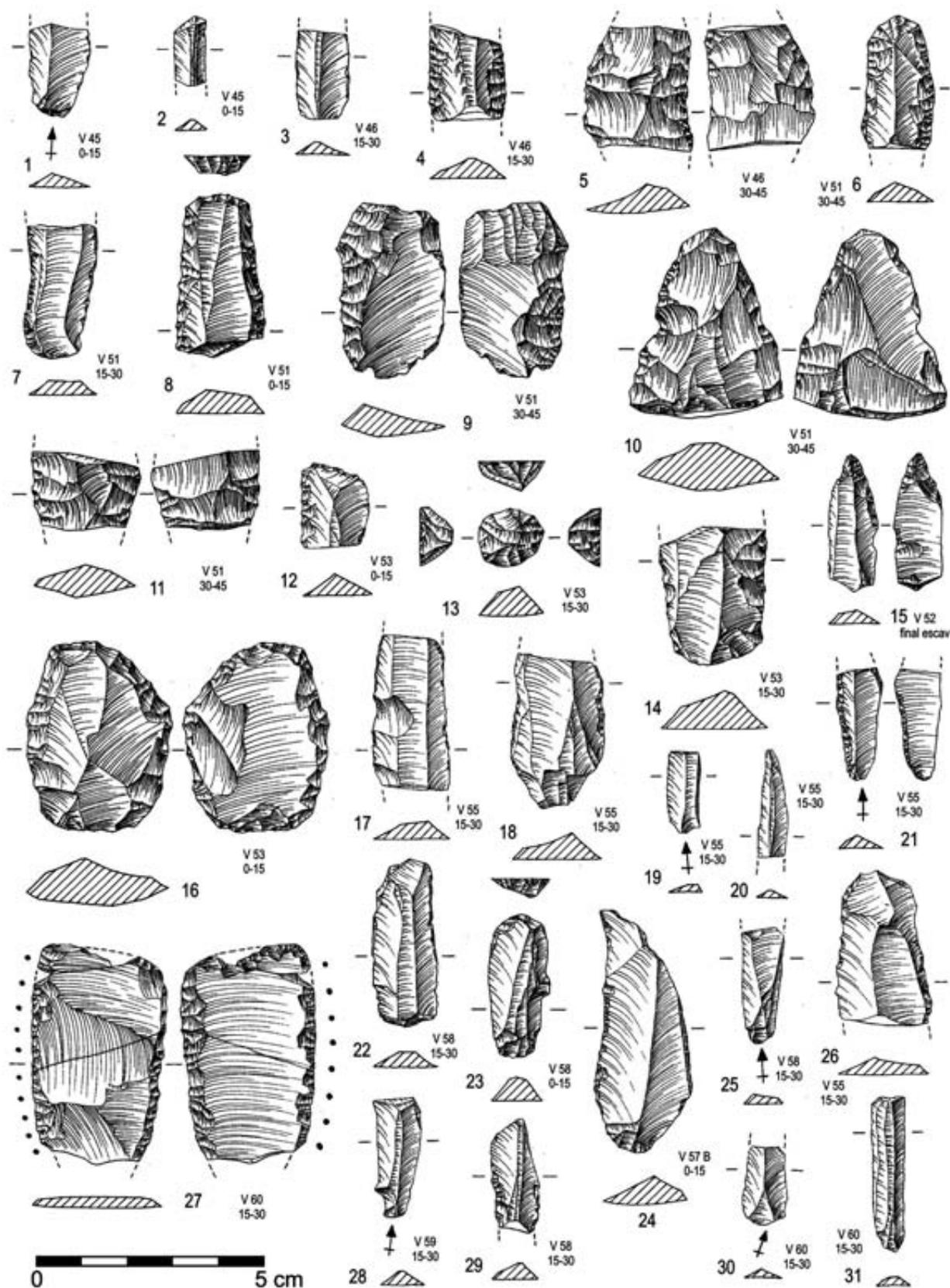


Fig. 28 – Moita da Ladra. Lâminas, lamelas, raspadeiras, folhas bifaciais, denticulado, furador.

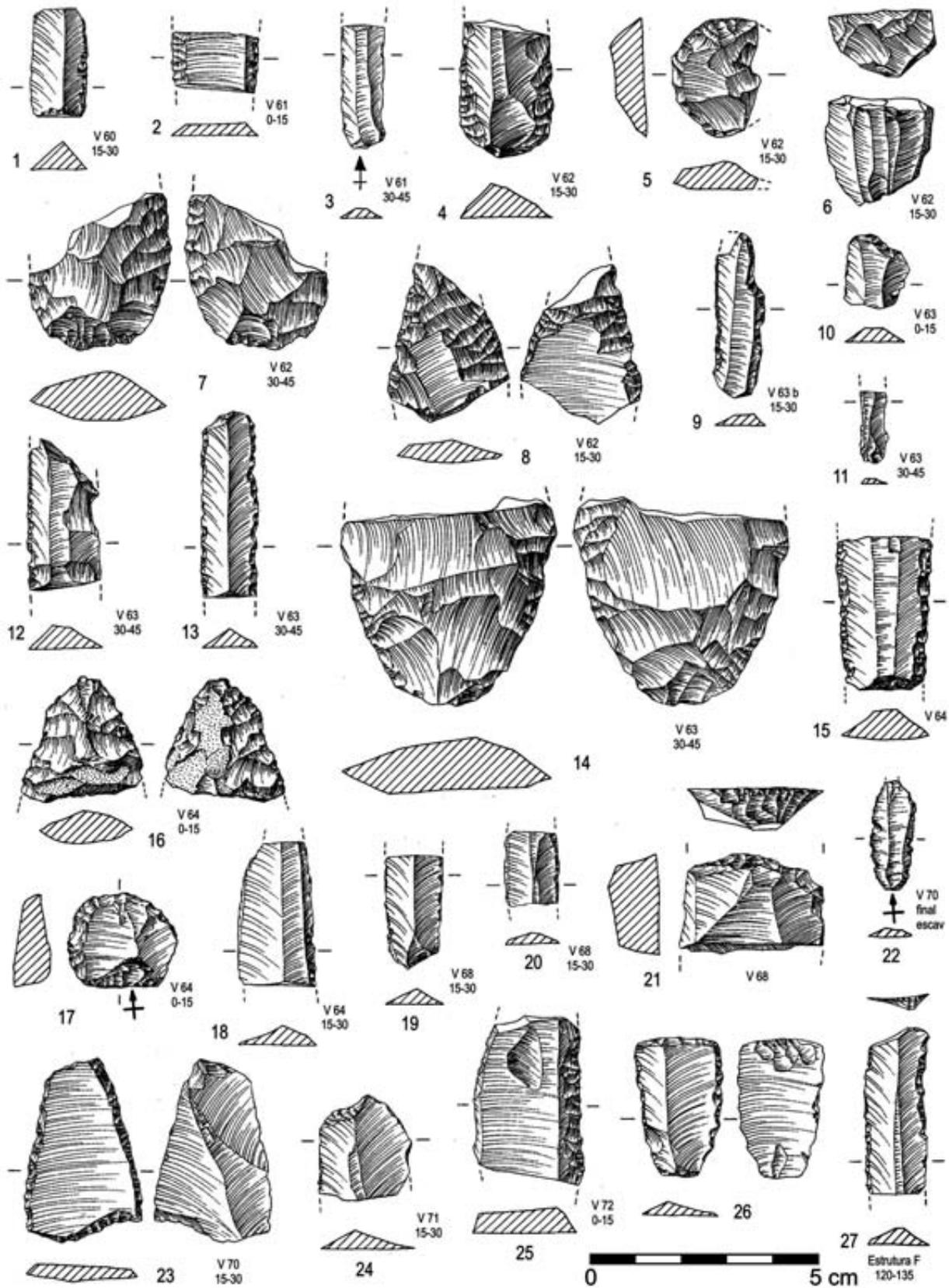


Fig. 29 - Moita da Ladra. Lâminas, lamelas, raspadeiras, folhas bifaciais, núcleo.

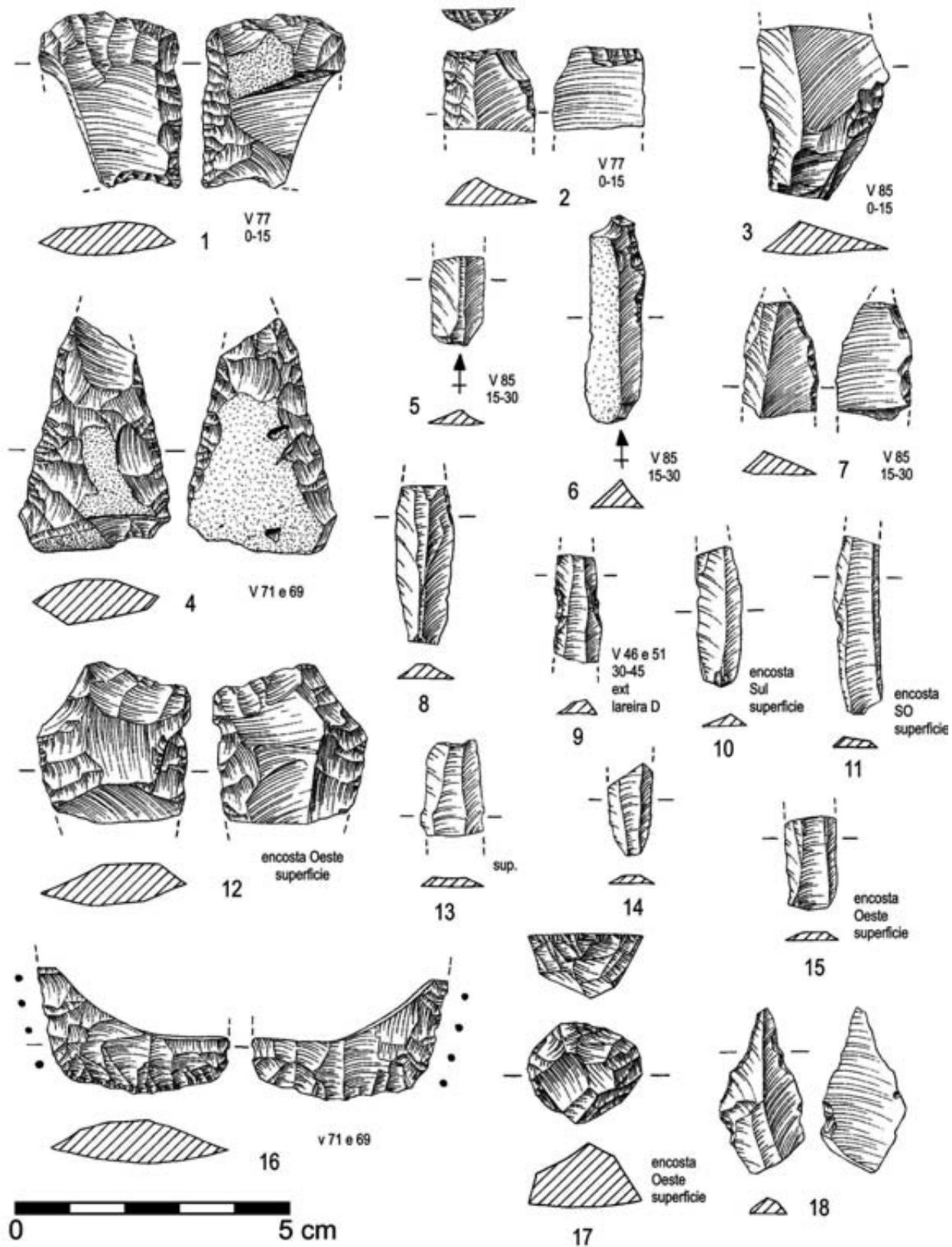


Fig. 30 – Moita da Ladra. Lâminas, lamelas, raspadeiras, folhas bifaciais, lascas retocadas, furador.

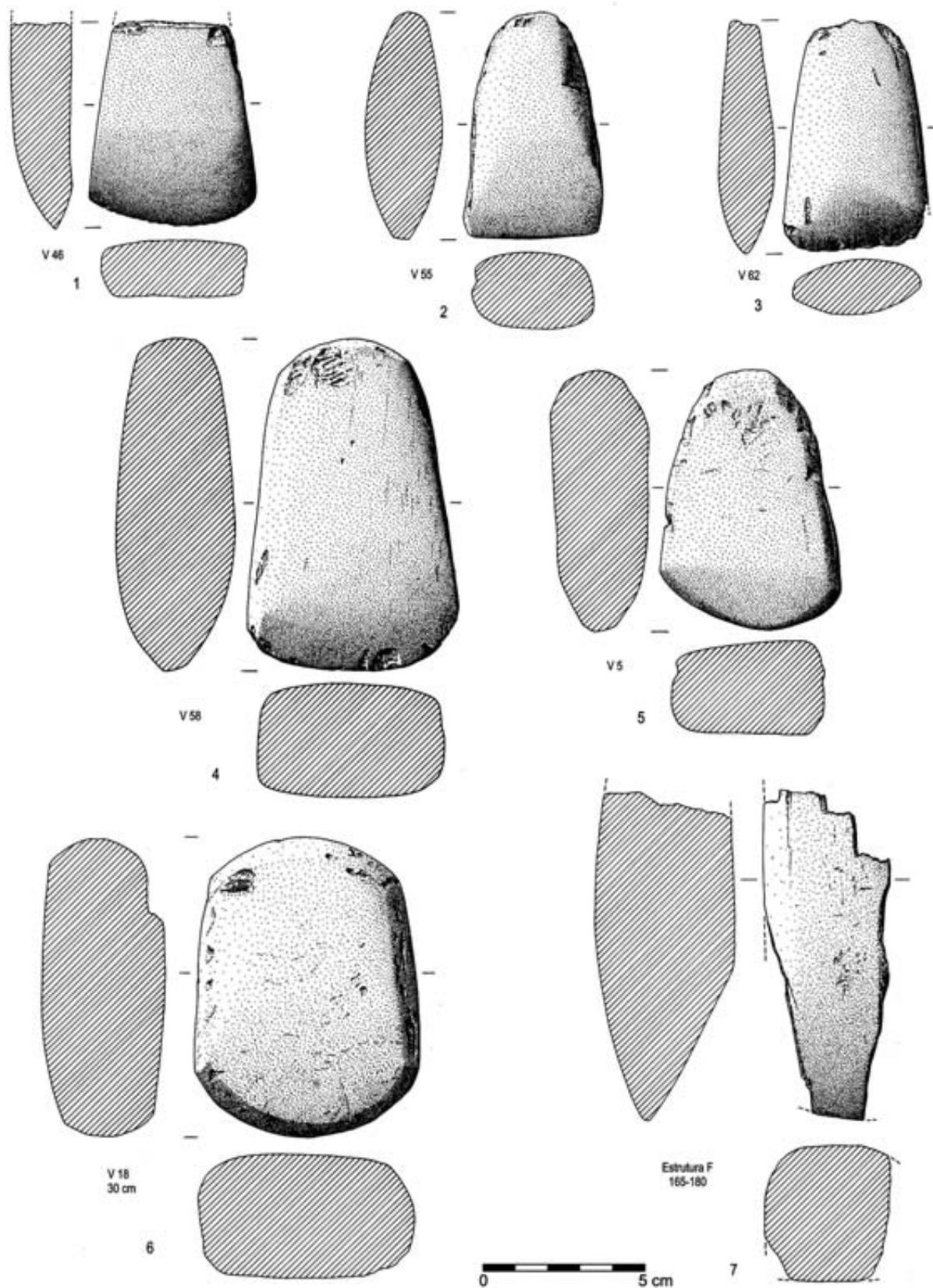


Fig. 31 - Moita da Ladra. Indústria de pedra polida. Machados, enxós, percutores, martelo.

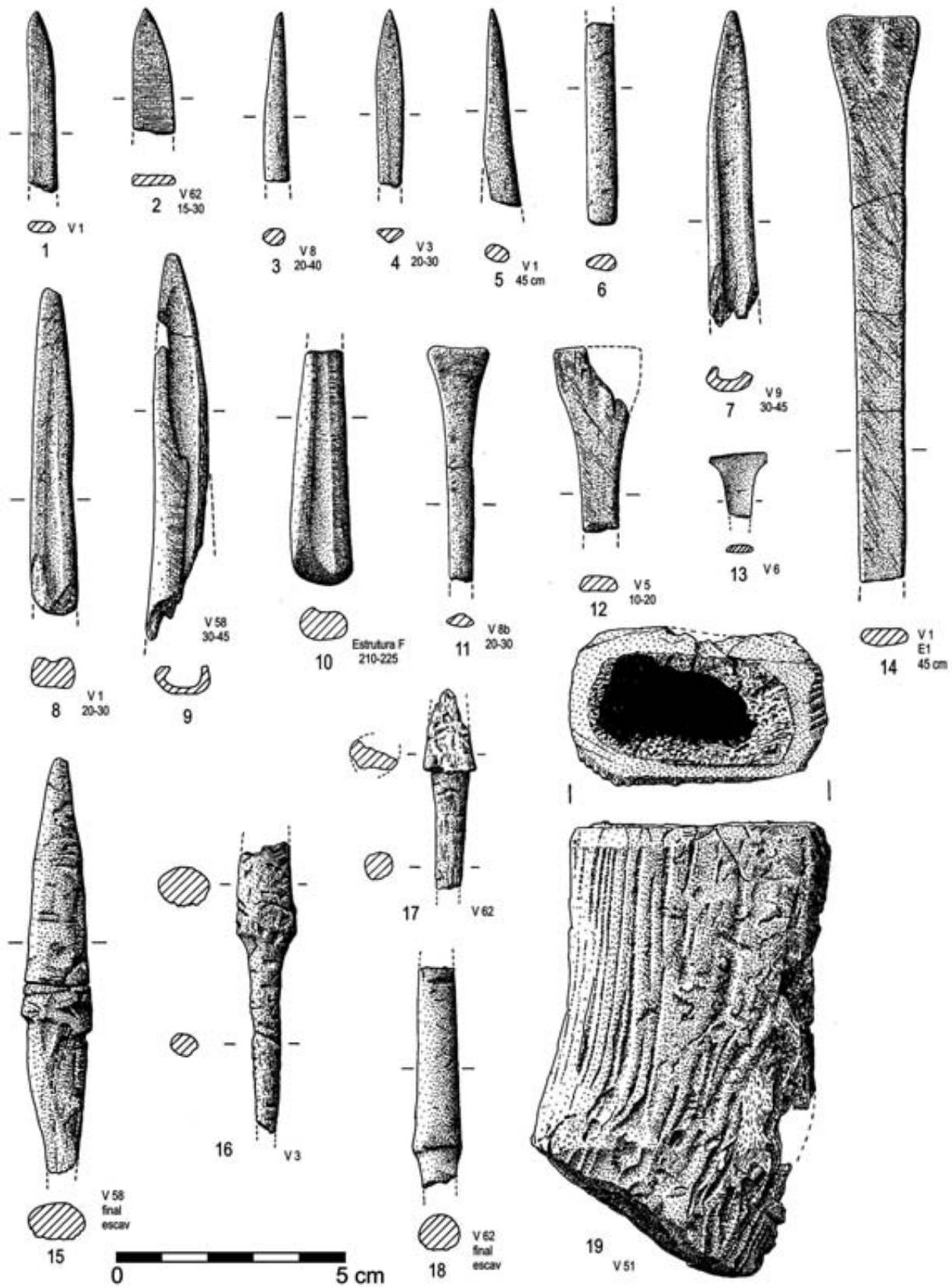


Fig. 32 – Moita da Ladra. Indústria óssea. Furadores, sovelas, espátulas, pontas de projectil, manga em chifre de veado.

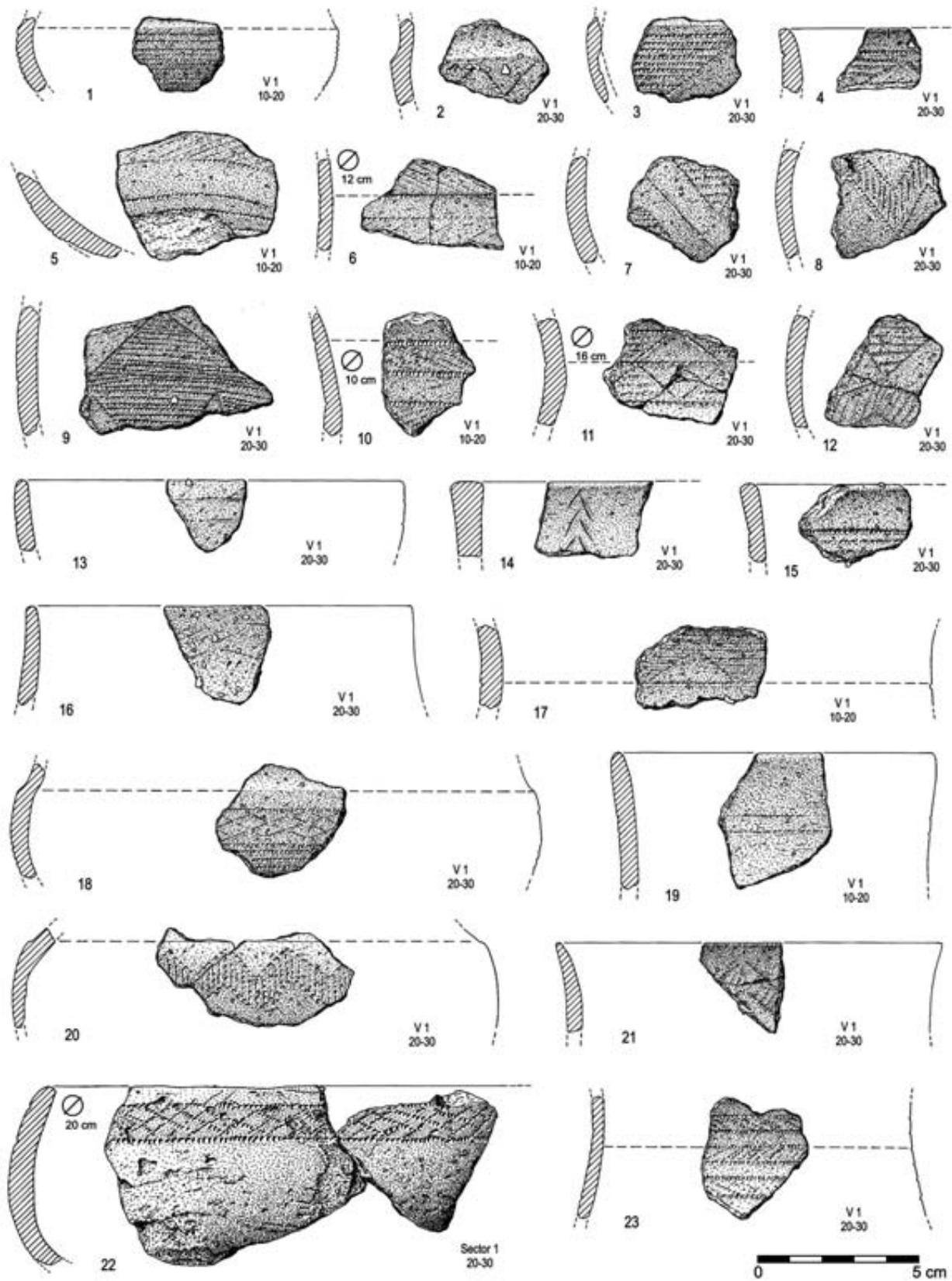


Fig. 33 – Moita da Ladra. Cerâmicas campaniformes.

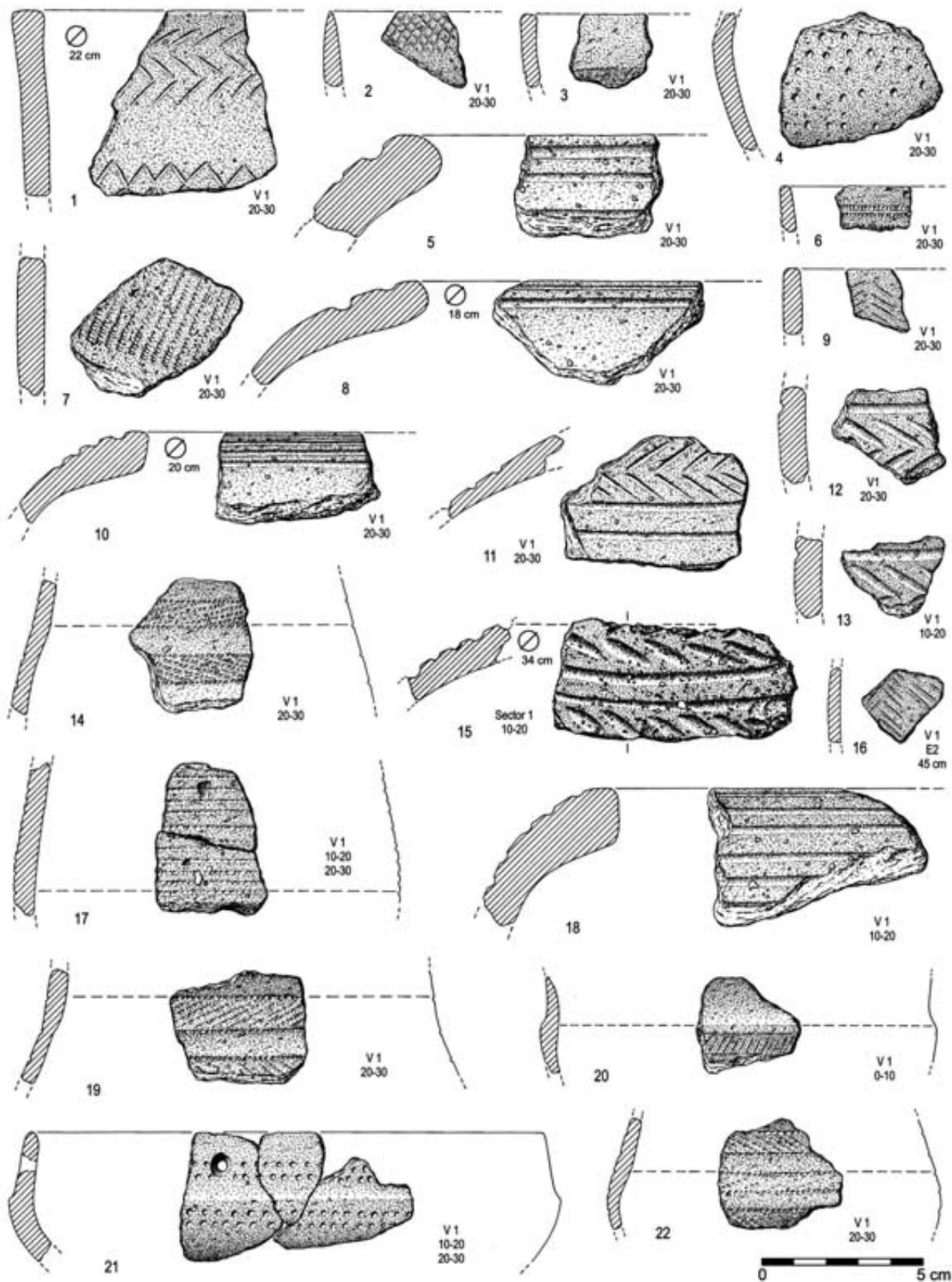


Fig. 34 – Moita da Ladra. Cerâmicas campaniformes, do grupo “folha de acácia/crucífera” e do grupo da Assenta (n.º 7).

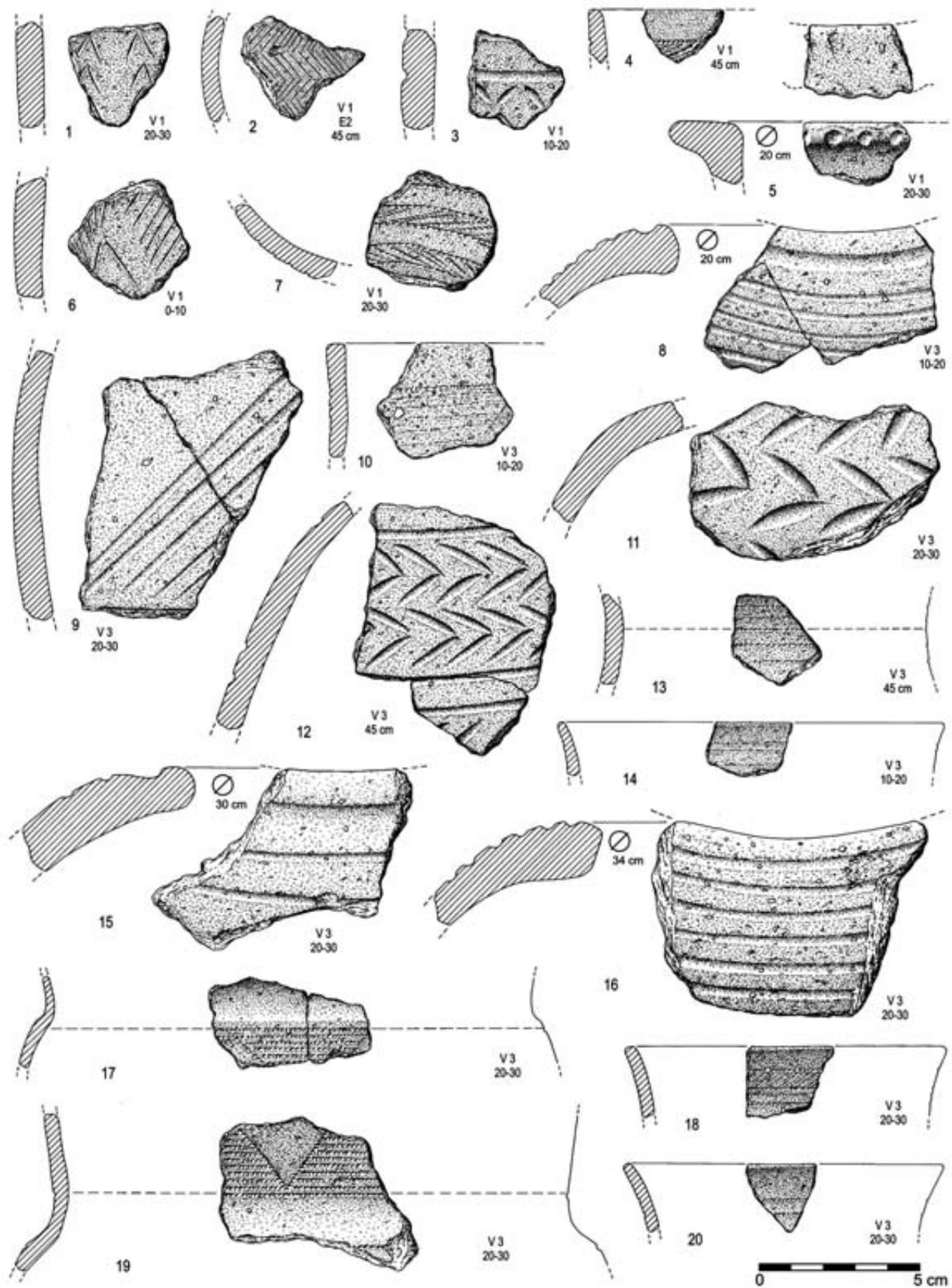


Fig. 35 – Moita da Ladra. Cerâmicas campaniformes, do grupo “folha da acácia/crucífera” e do Neolítico Final (n.º 5).

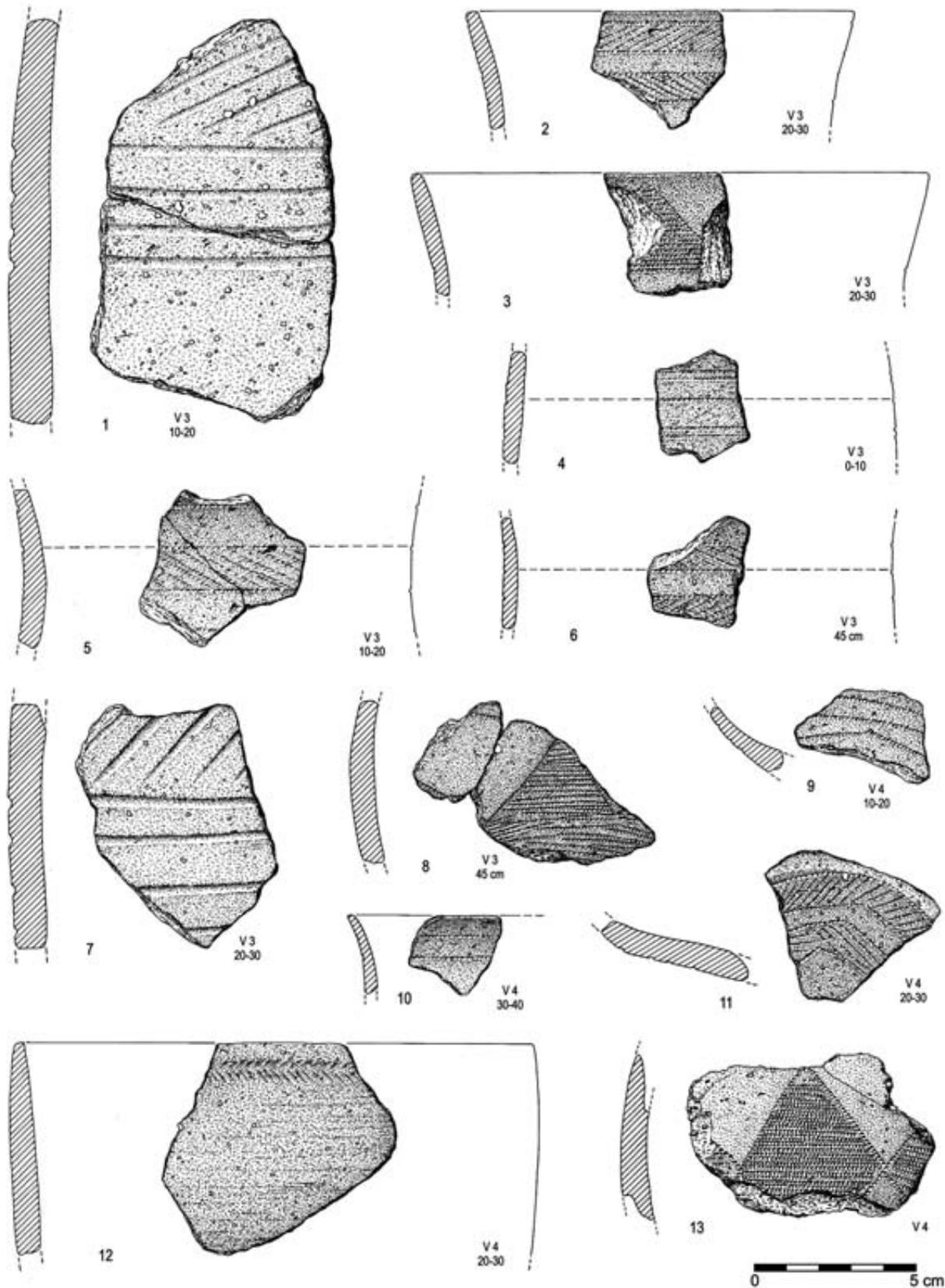


Fig. 36 – Moita da Ladra. Cerâmicas campaniformes e do grupo “folha de acácia/crucífera”.

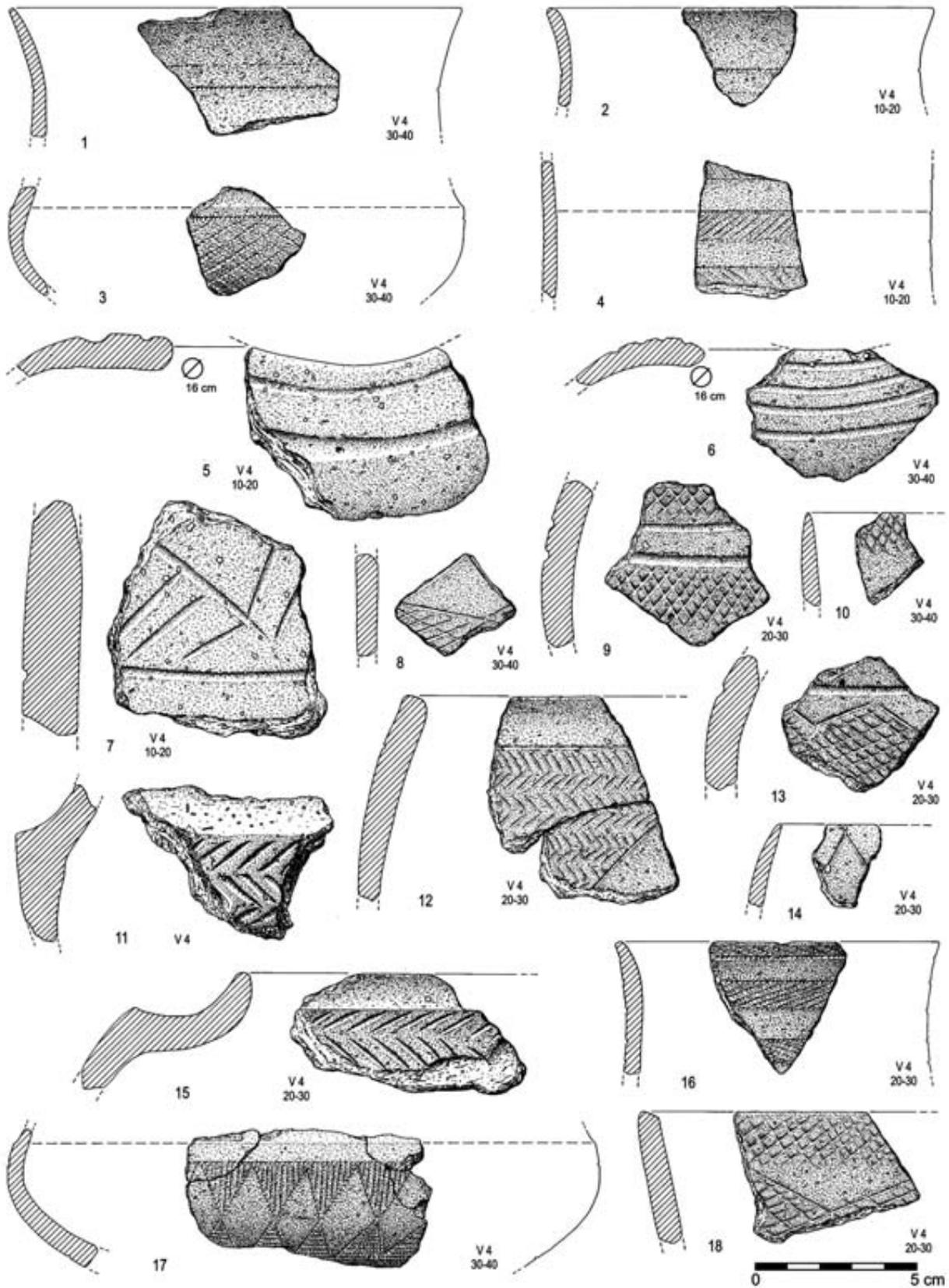


Fig. 37 - Moita da Ladra. Cerâmicas campaniformes e do grupo "folha de acácia/crucífera".

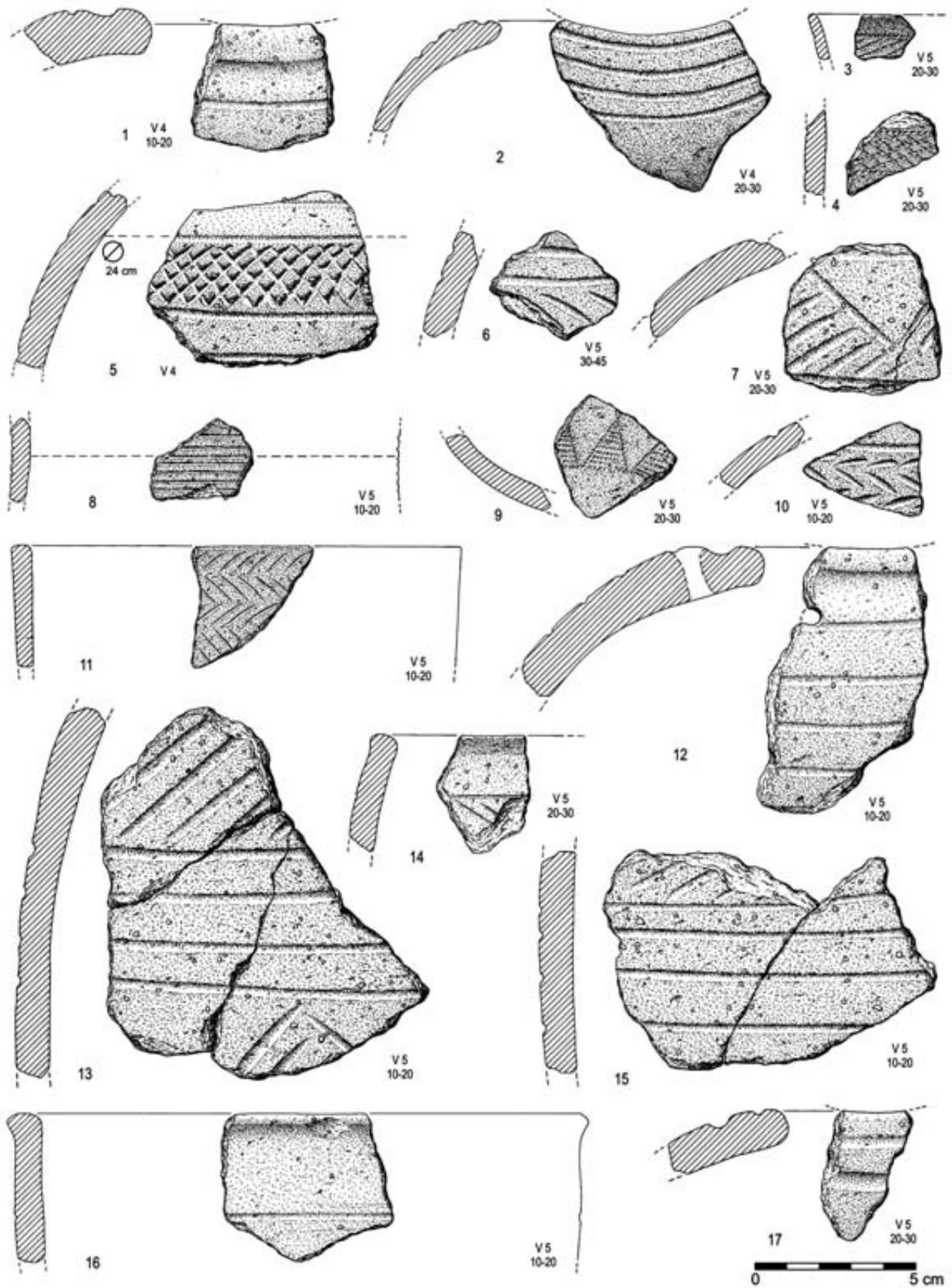


Fig. 38 – Moita da Ladra. Cerâmicas campaniformes e do grupo “folha de acácia/crucífera”.

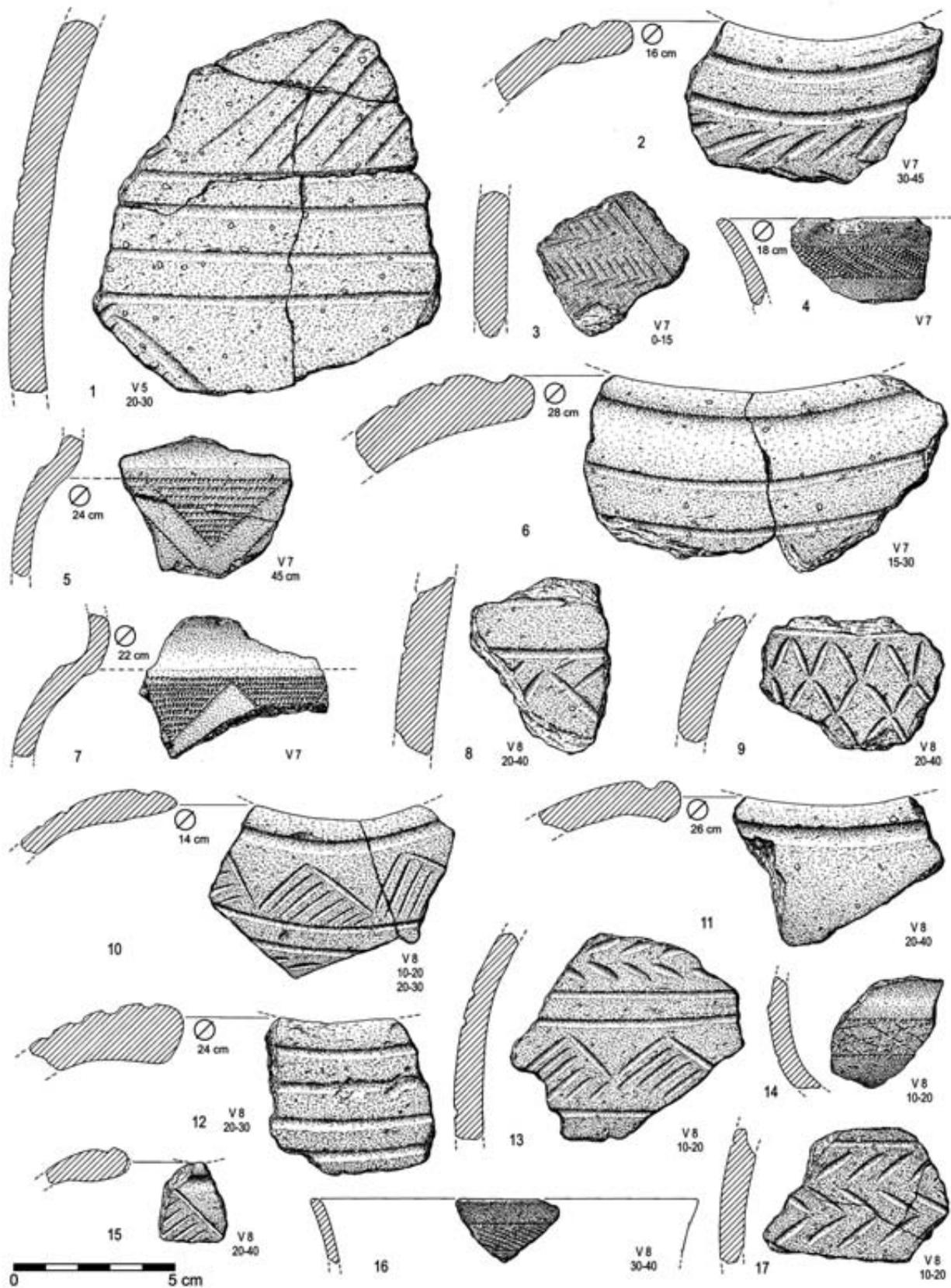


Fig. 39 - Moita da Ladra. Cerâmicas campaniformes e do grupo "folha de acácia/crucífera".

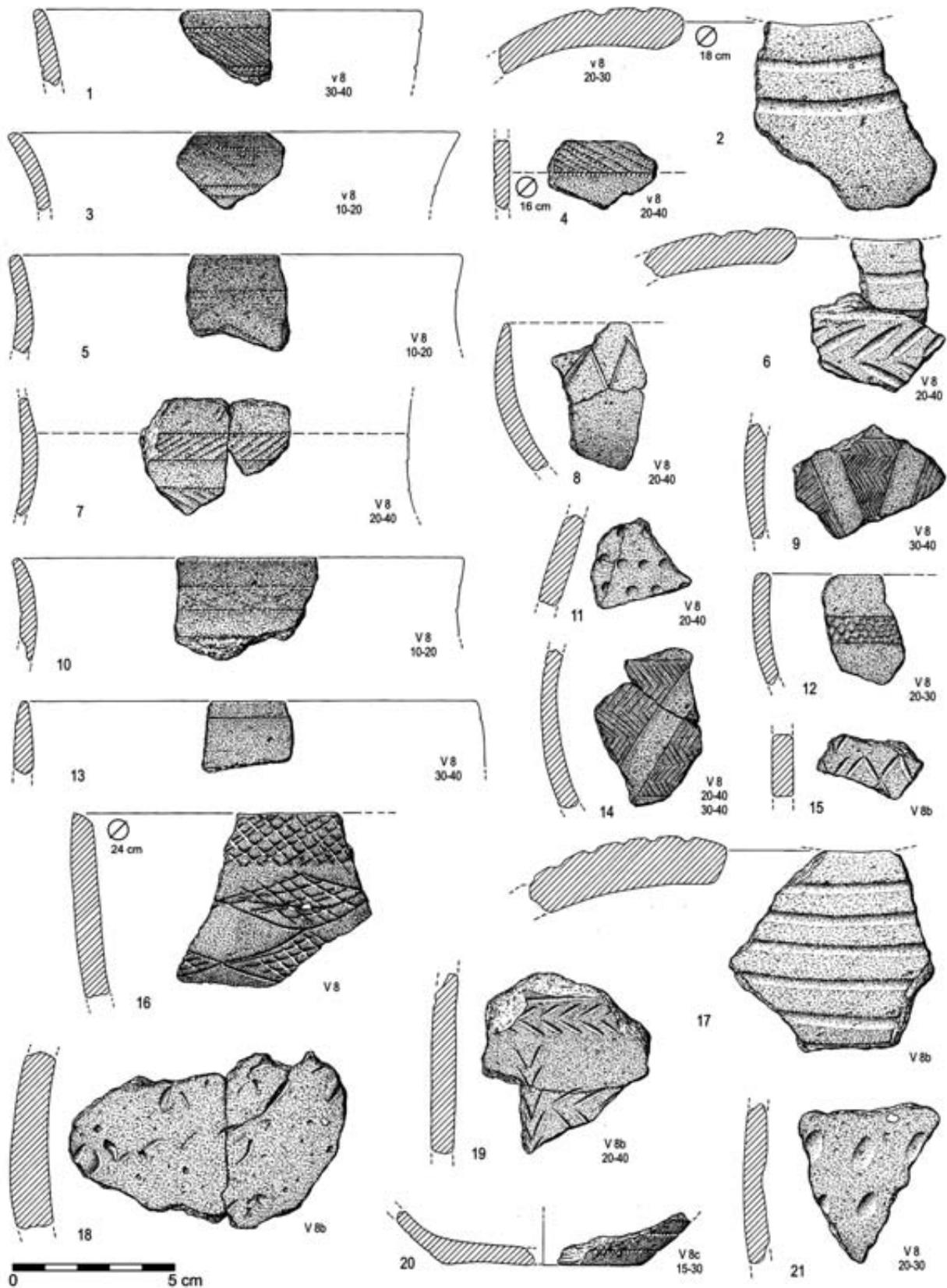


Fig. 40 – Moita da Ladra. Cerâmicas campaniformes, do grupo “folha de acácia/crucifera” e ungladas (n.º 18) ou impressas (n.º 11 e 21).

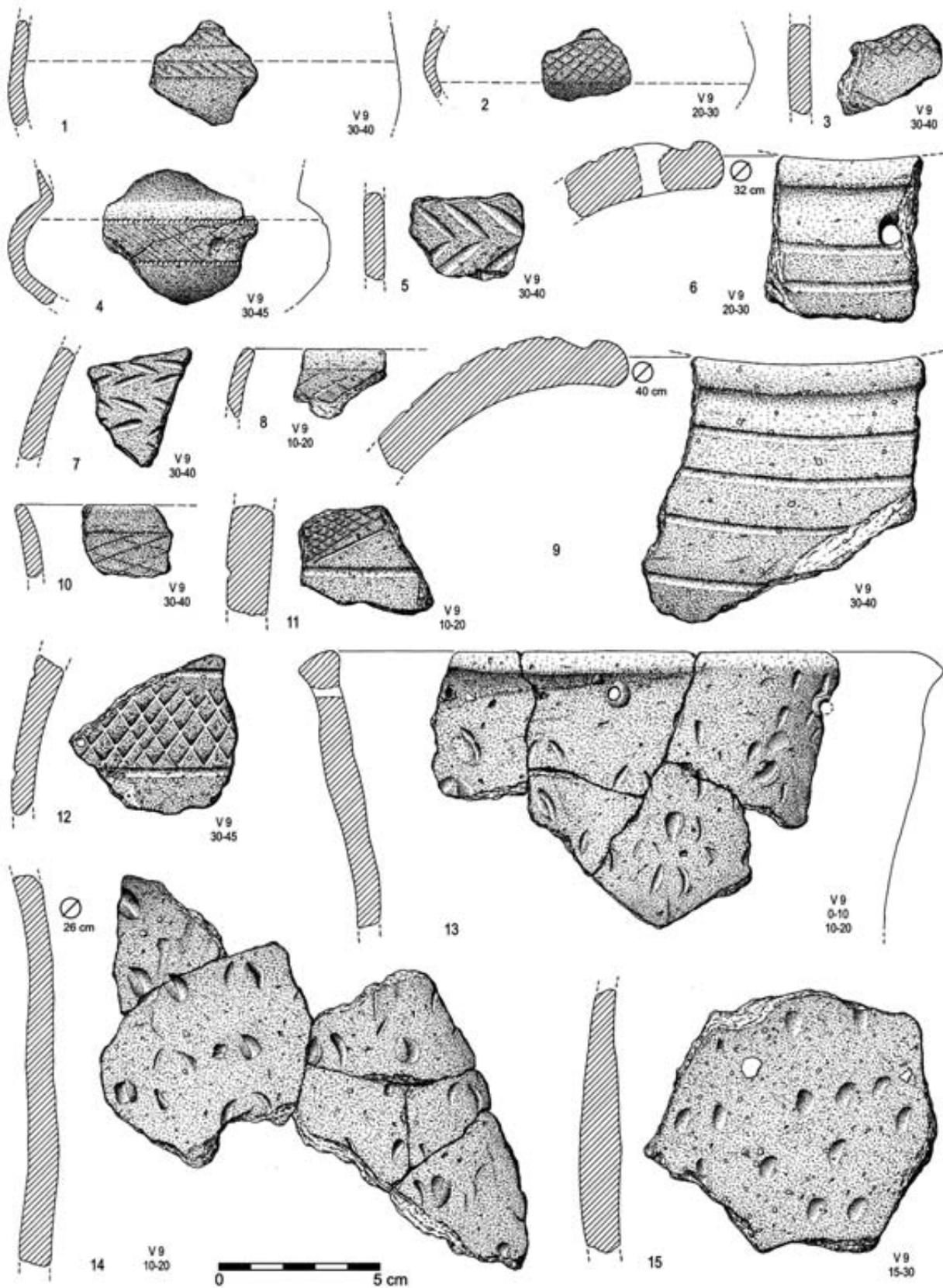


Fig. 41 - Moita da Ladra. Cerâmicas campaniformes, do grupo “folha de acácia/crucífera”, unguladas (n.º 13, 14) ou impressas (n.º 15).

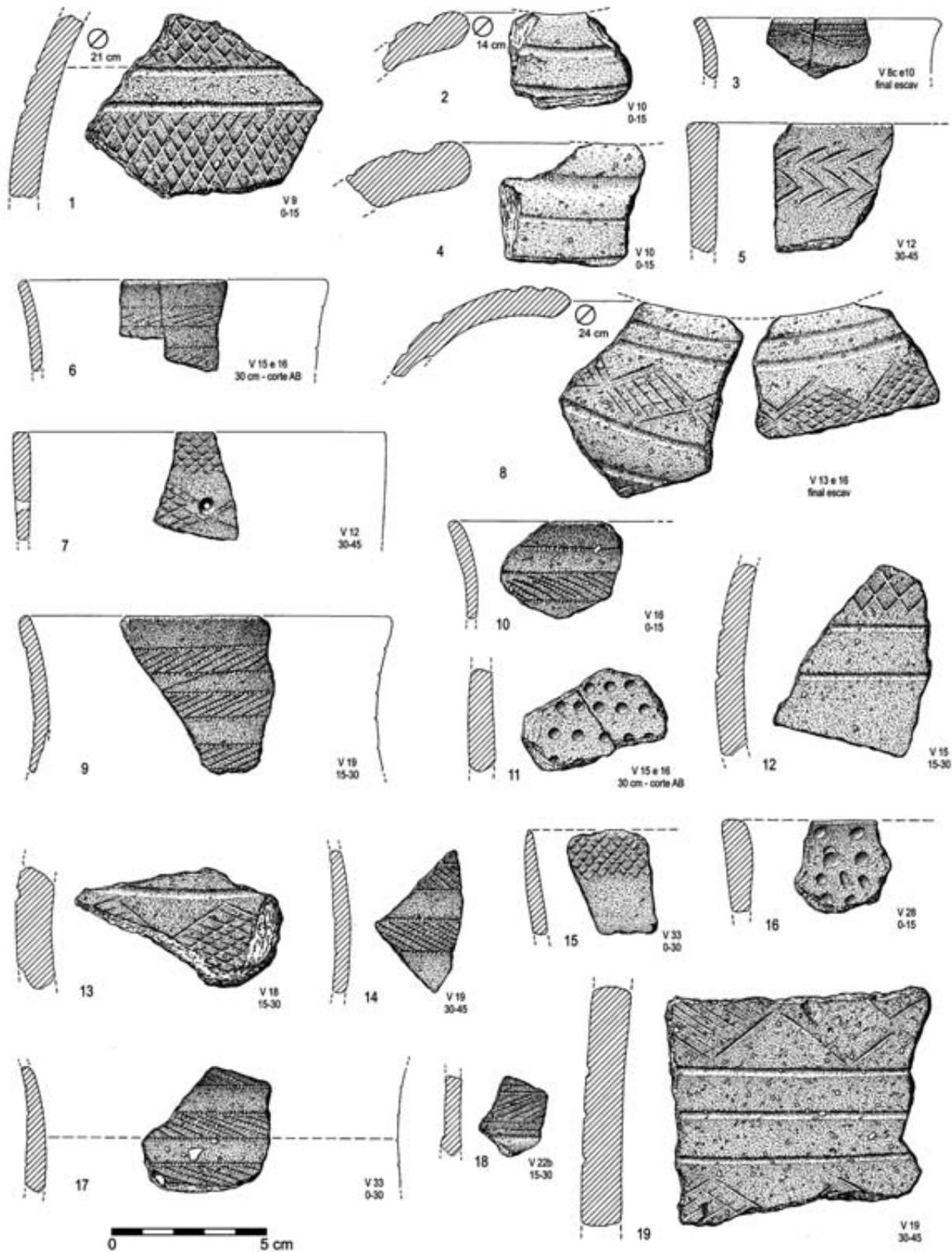


Fig. 42 – Moita da Ladra. Cerâmicas campaniformes, do grupo “folha de acácia/crucífera” e impressas (n.º 11, 16).

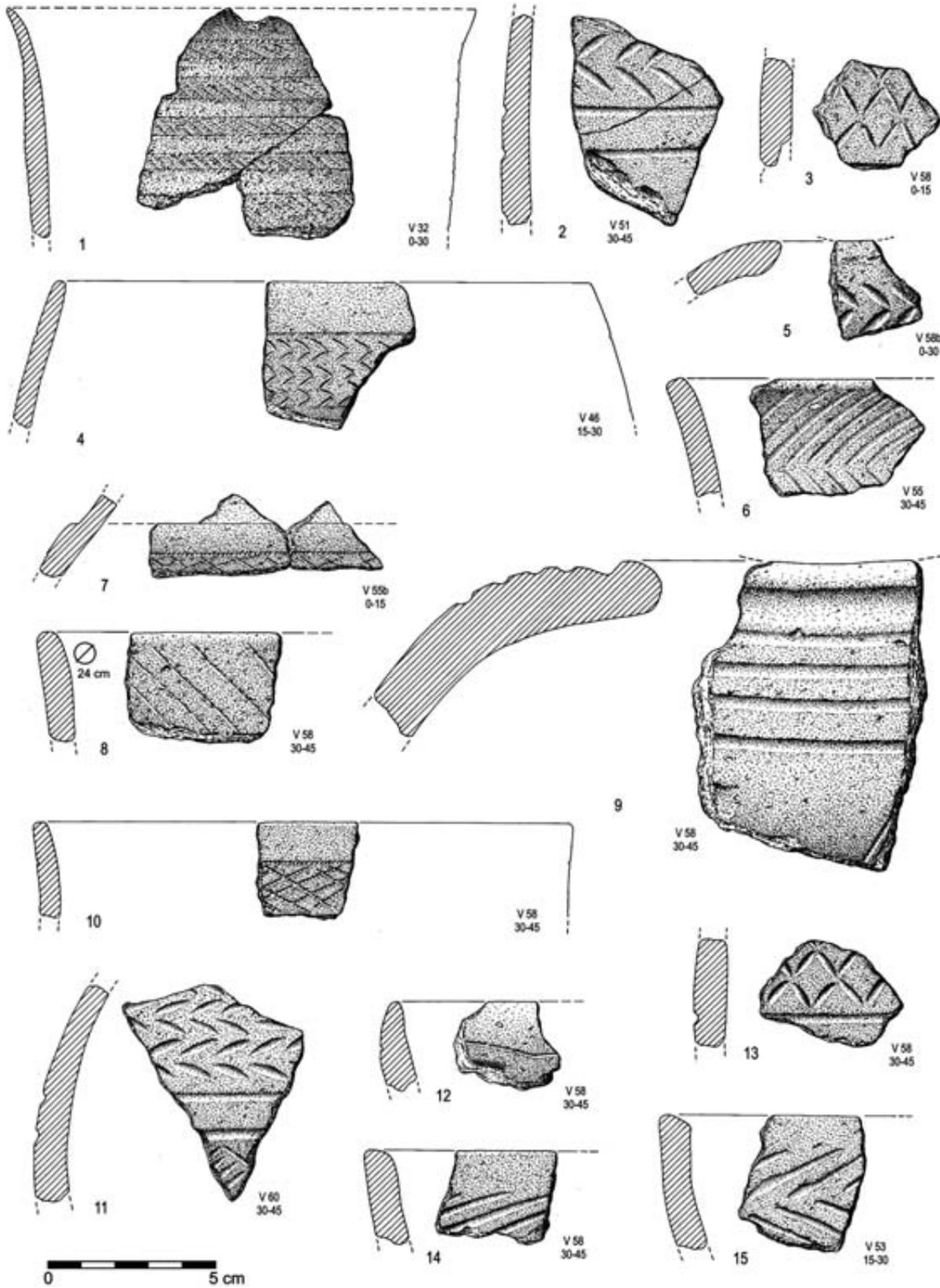


Fig. 43 - Moita da Ladra. Cerâmicas campaniformes e do grupo "folha de acácia/crucífera".

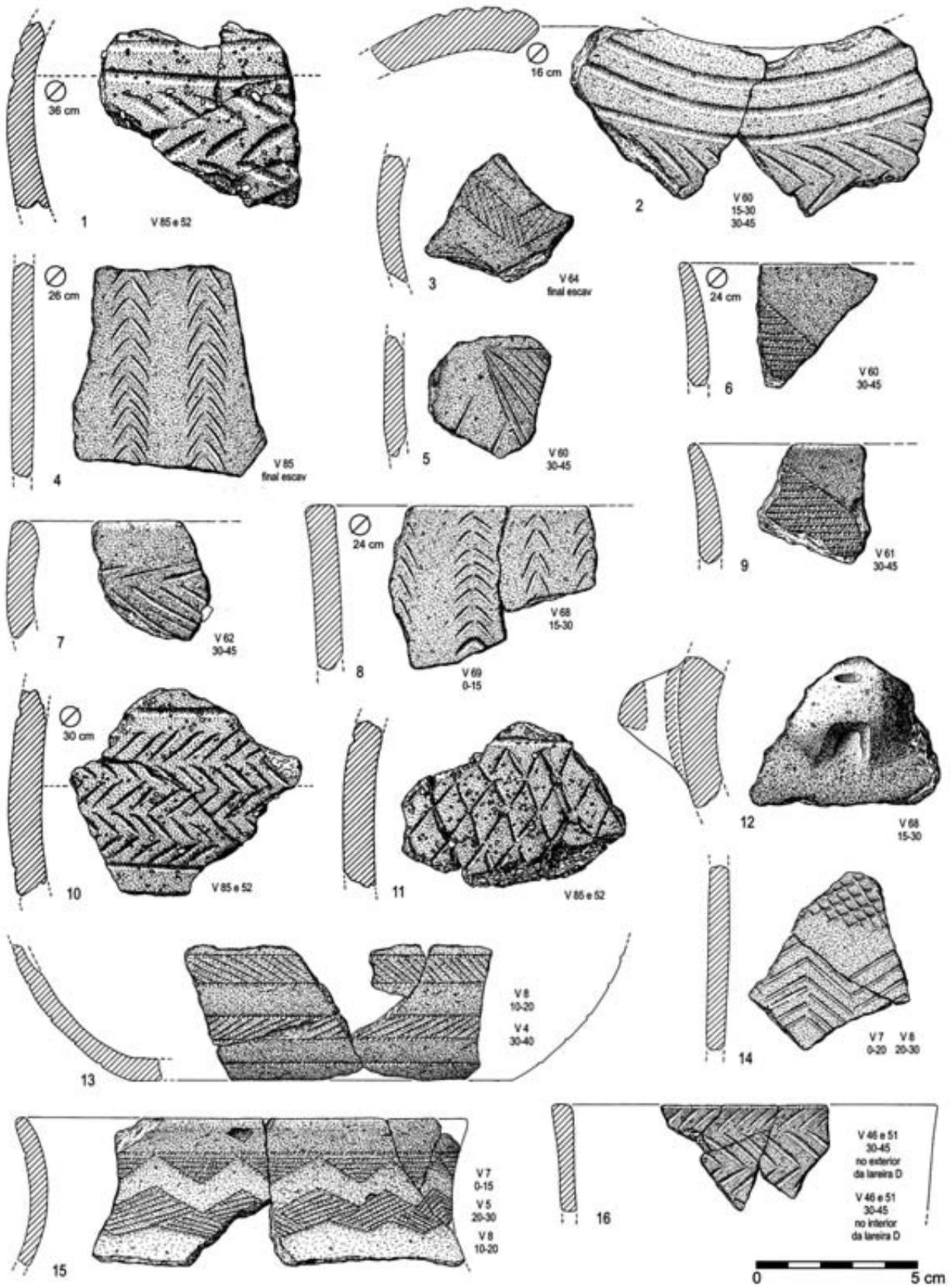


Fig. 44 – Moita da Ladra. Cerâmicas campaniformes e do grupo “folha de acácia/crucífera”.

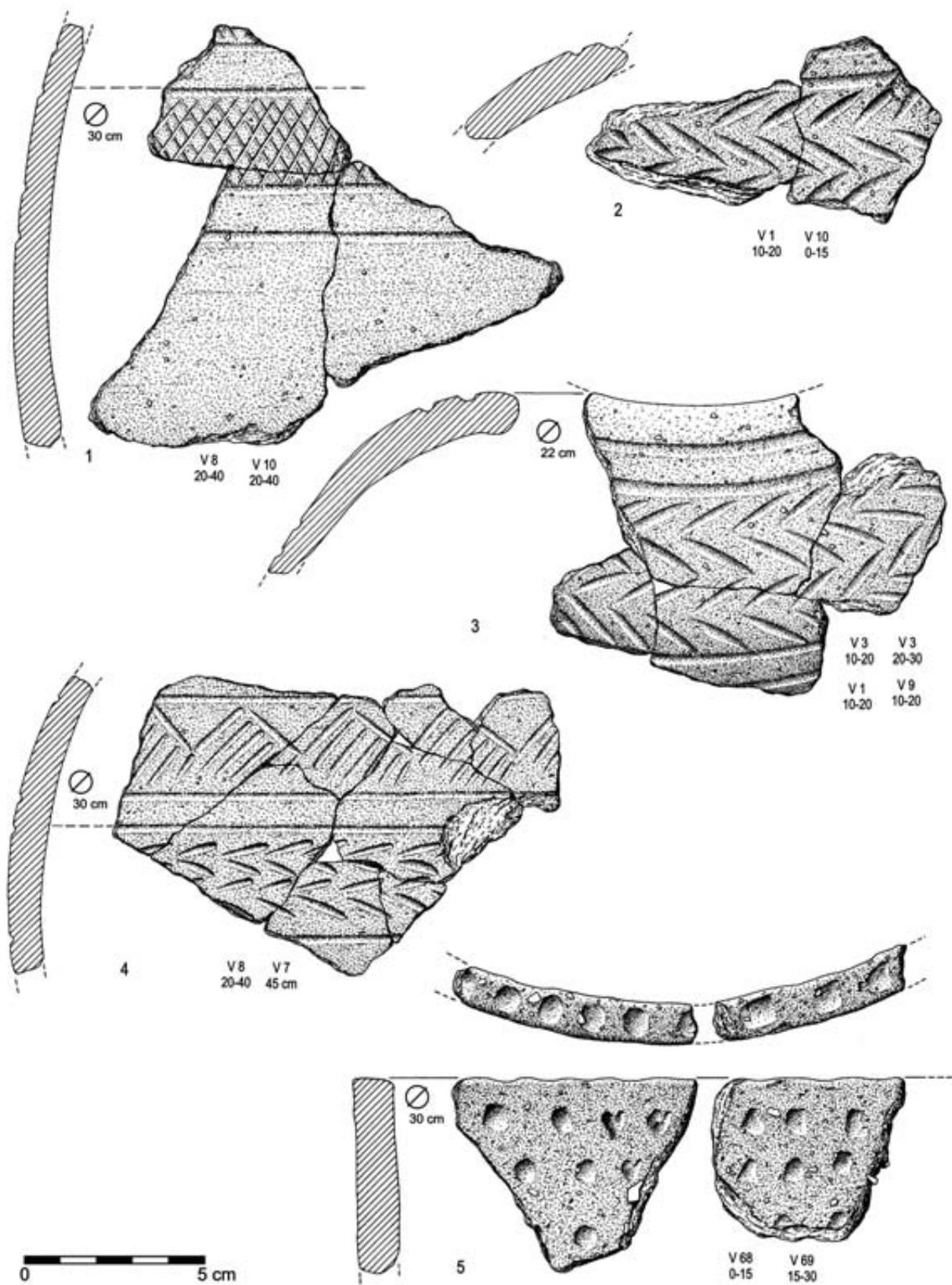


Fig. 45 - Moita da Ladra. Cerâmicas do grupo "folha de acácia/crucífera" e impressas (n.º 5).

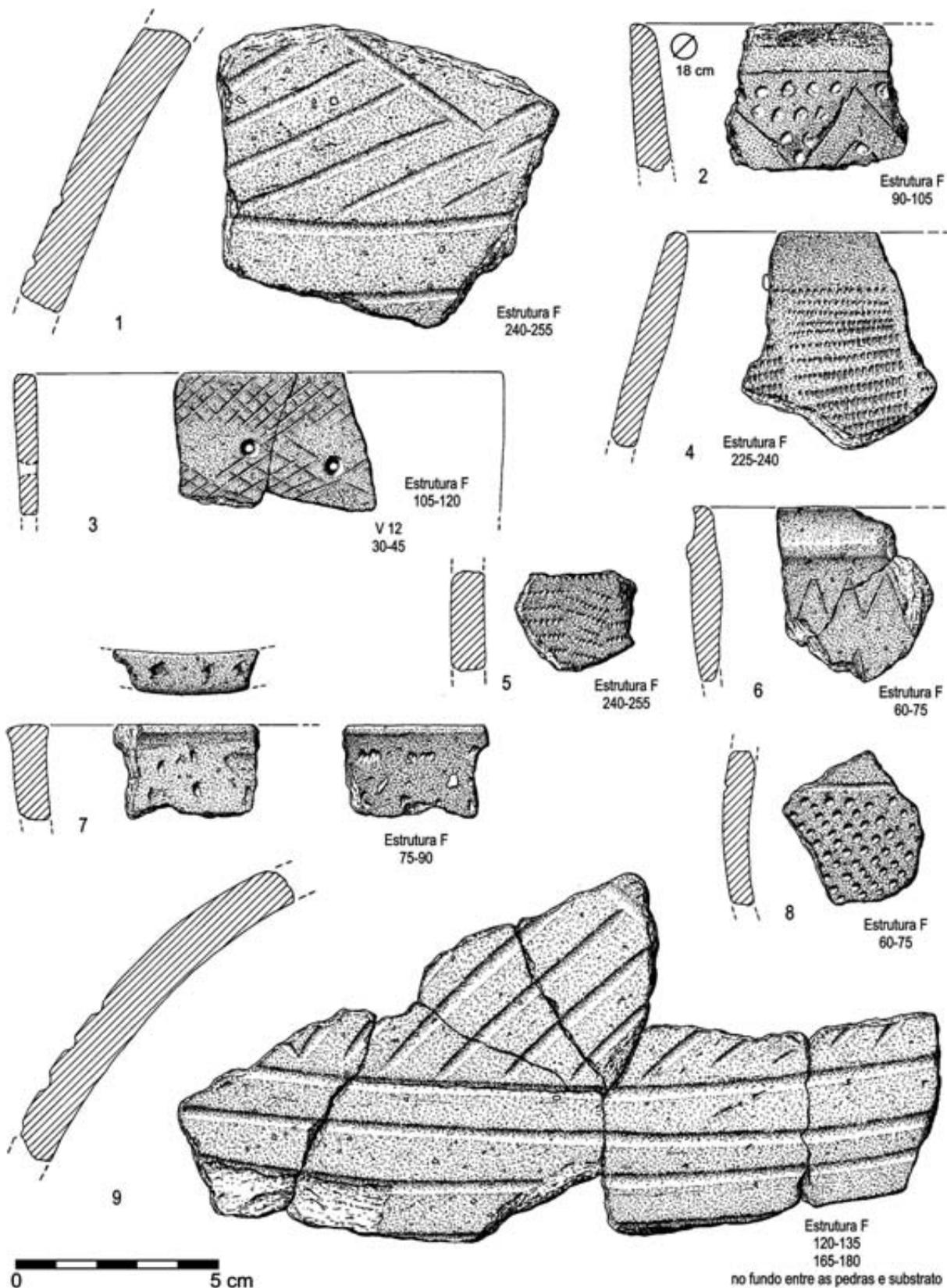


Fig. 46 – Moita da Ladra. Cerâmicas do grupo “folha de acácia/crucífera”, do grupo da Assenta (n.º 4 e 5), impressas n.º 7 e 8) e simbólicas (n.º 2)..

FORMAS		Calcolítico Pleno	
		Diâmetros	Nº. Total de frag.
1		⊙? (6) ⊙ < 20 (6) ⊙ 20-40 (6)	18 (0,4%)
2		⊙? (127) ⊙ < 20 (214) ⊙ 20-40 (89) ⊙ > 40 (8)	438 (9,7%)
3		⊙? (11) ⊙ < 20 (20) ⊙ 20-40 (21) ⊙ > 40 (10)	62 (1,4%)
4		⊙? (43) ⊙ < 20 (105) ⊙ 20-40 (55)	203 (4,5%)
5		⊙? (1) ⊙ < 20 (1) ⊙ 20-40 (4) ⊙ > 40 (1)	7 (0,2%)
6		⊙ 20-40 (7)	7 (0,2%)
7		⊙? (538) ⊙ < 20 (352) ⊙ 20-40 (166) ⊙ > 40 (129)	1185 (26,3%)
8		⊙? (20) ⊙ < 20 (5) ⊙ 20-40 (22) ⊙ > 40 (1)	48 (1,1%)
9		⊙? (1265) ⊙ < 20 (585) ⊙ 20-40 (219) ⊙ > 40 (6)	2075 (46%)
10		⊙? (72) ⊙ < 20 (11) ⊙ 20-40 (88) ⊙ > 40 (25)	196 (4,3%)
11		⊙? (29) ⊙ < 20 (13) ⊙ 20-40 (49) ⊙ > 40 (2)	93 (2,1%)
12		⊙? (44) ⊙ < 20 (122) ⊙ 20-40 (16)	182 (4%)
TOTAL		⊙? (2156) ⊙ < 20 (1434) ⊙ 20-40 (742) ⊙ > 40 (182)	4514 frag. (100%)

Legenda: ⊙ - diâmetro no bordo em cm ; (x) - quantidade de recipientes.

Fig. 47 - Moita da Ladra. Tipologia das formas de recipientes lisos e respectivas dimensões e efectivos.

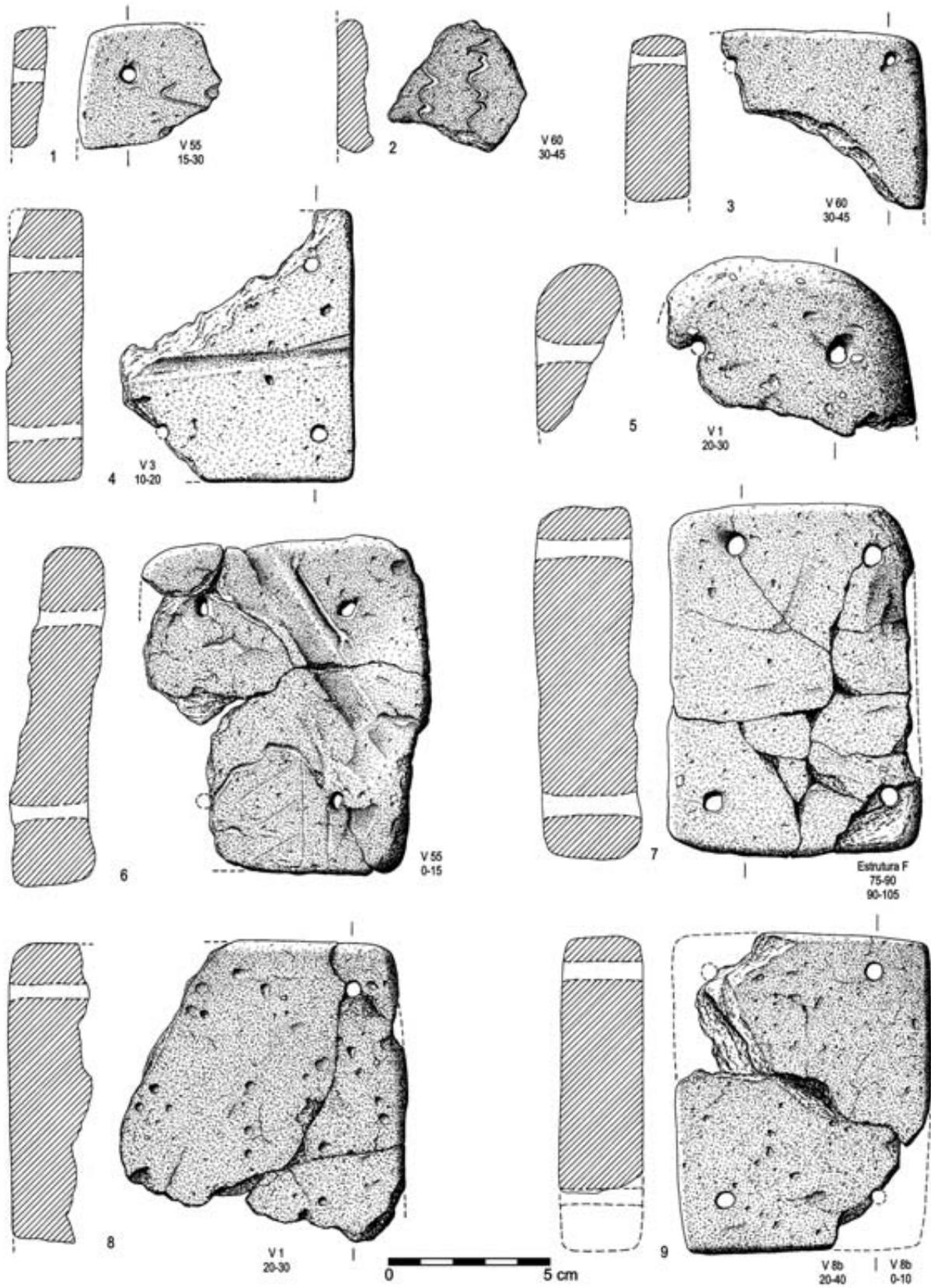


Fig. 48 – Moita da Ladra. Cerâmicas industriais: pesos de tear.

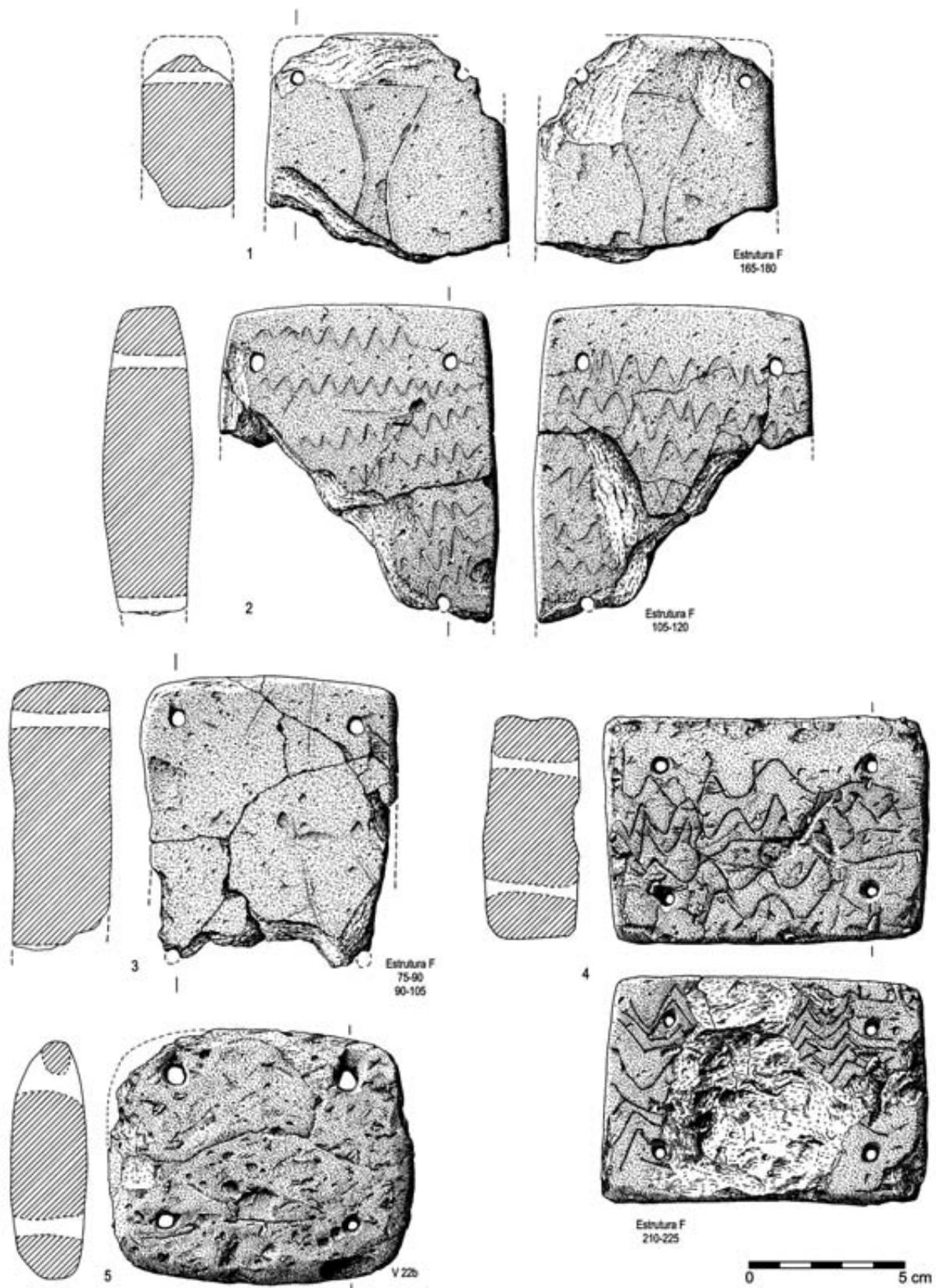


Fig. 49 – Moita da Ladra. Cerâmicas industriais: pesos de tear.

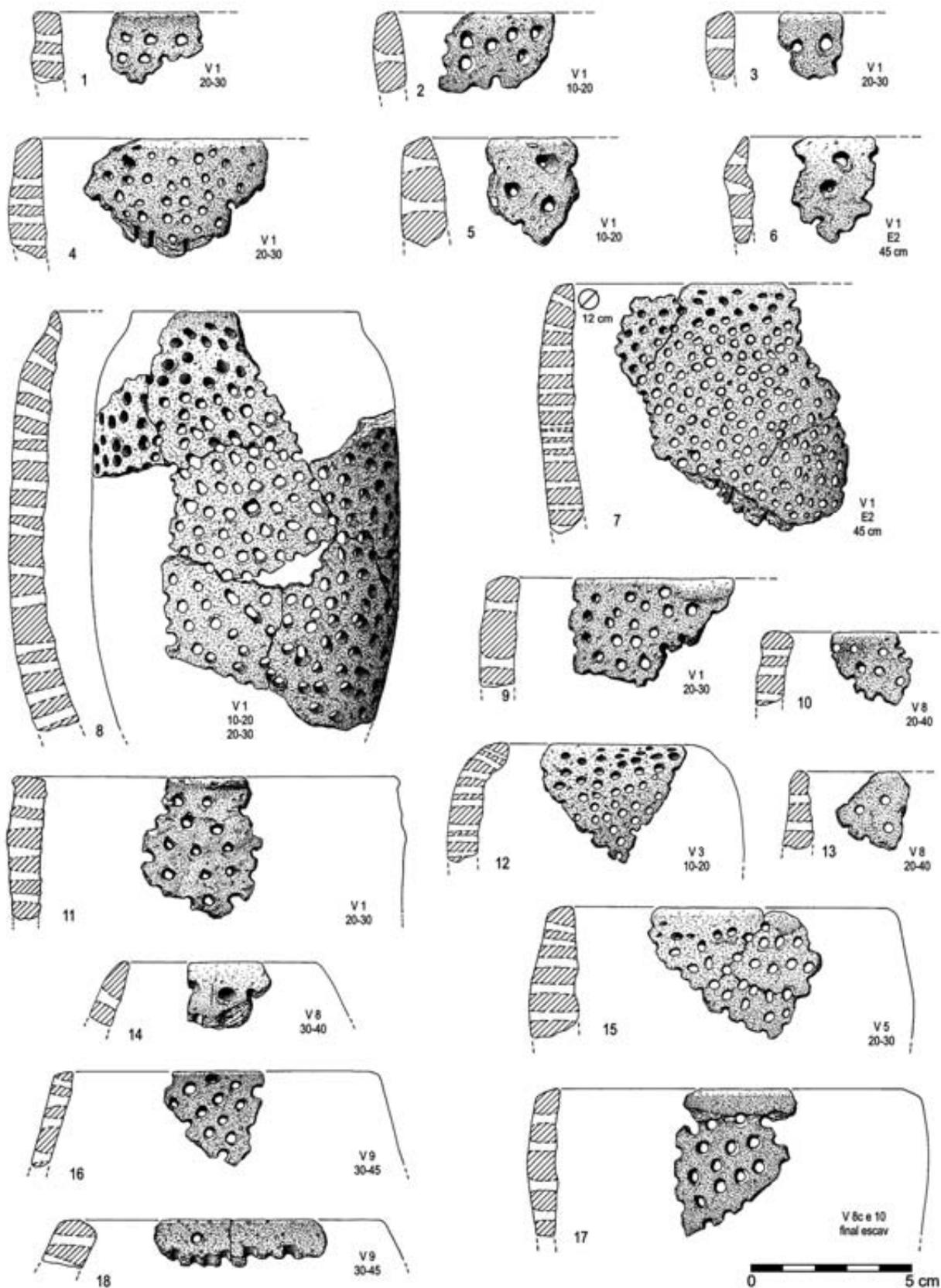


Fig. 50 – Moita da Ladra. Cerâmicas industriais: cinchos.

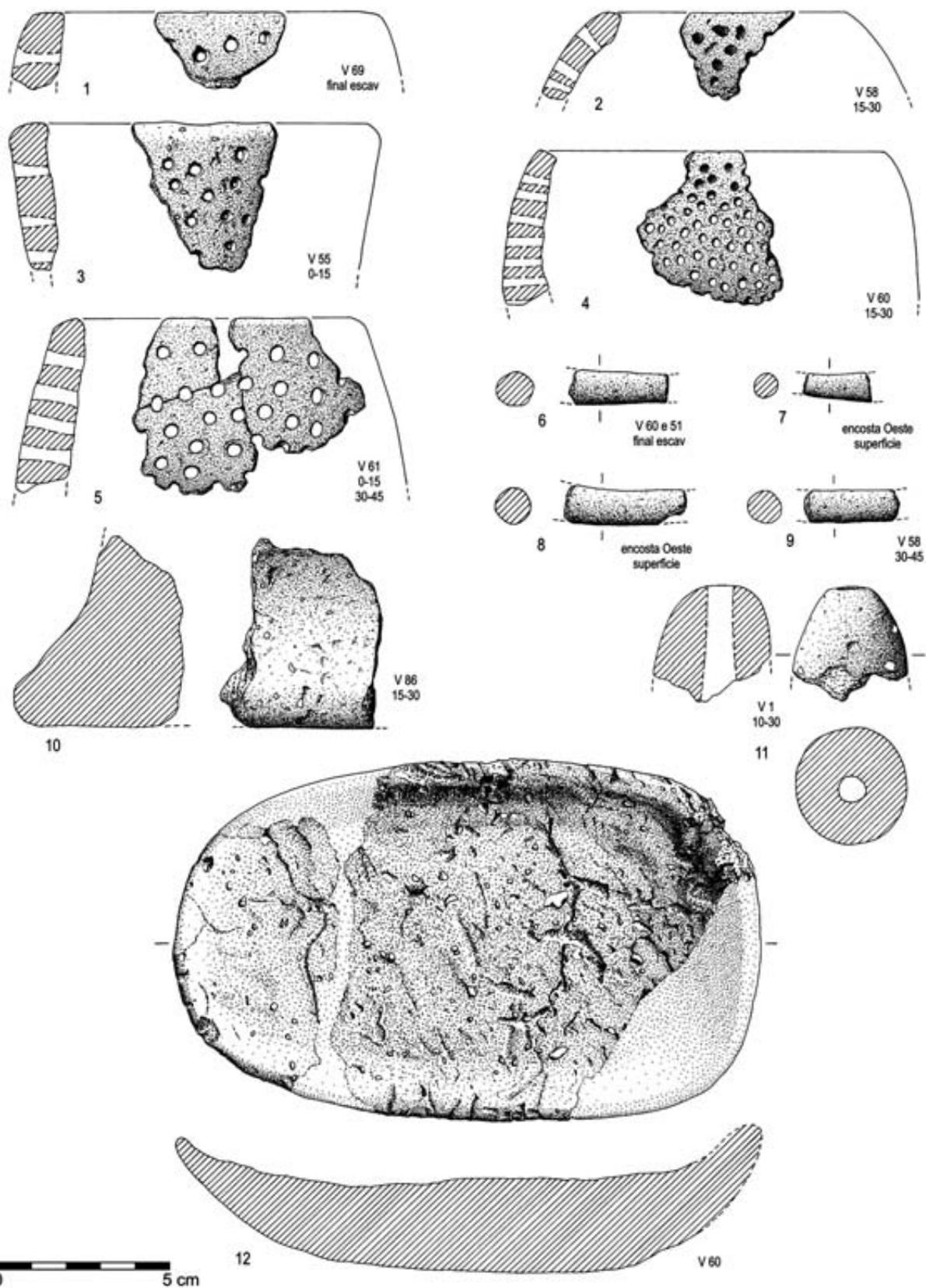


Fig. 51 - Moita da Ladra. Cerâmicas industriais: cinchos, suporte de lareira (n.º 10), extremidade de tubo de algarviz (n.º 11), cadinho de fundição (n.º 12) e fragmentos de objectos indeterminados (n.º 6 a 9).

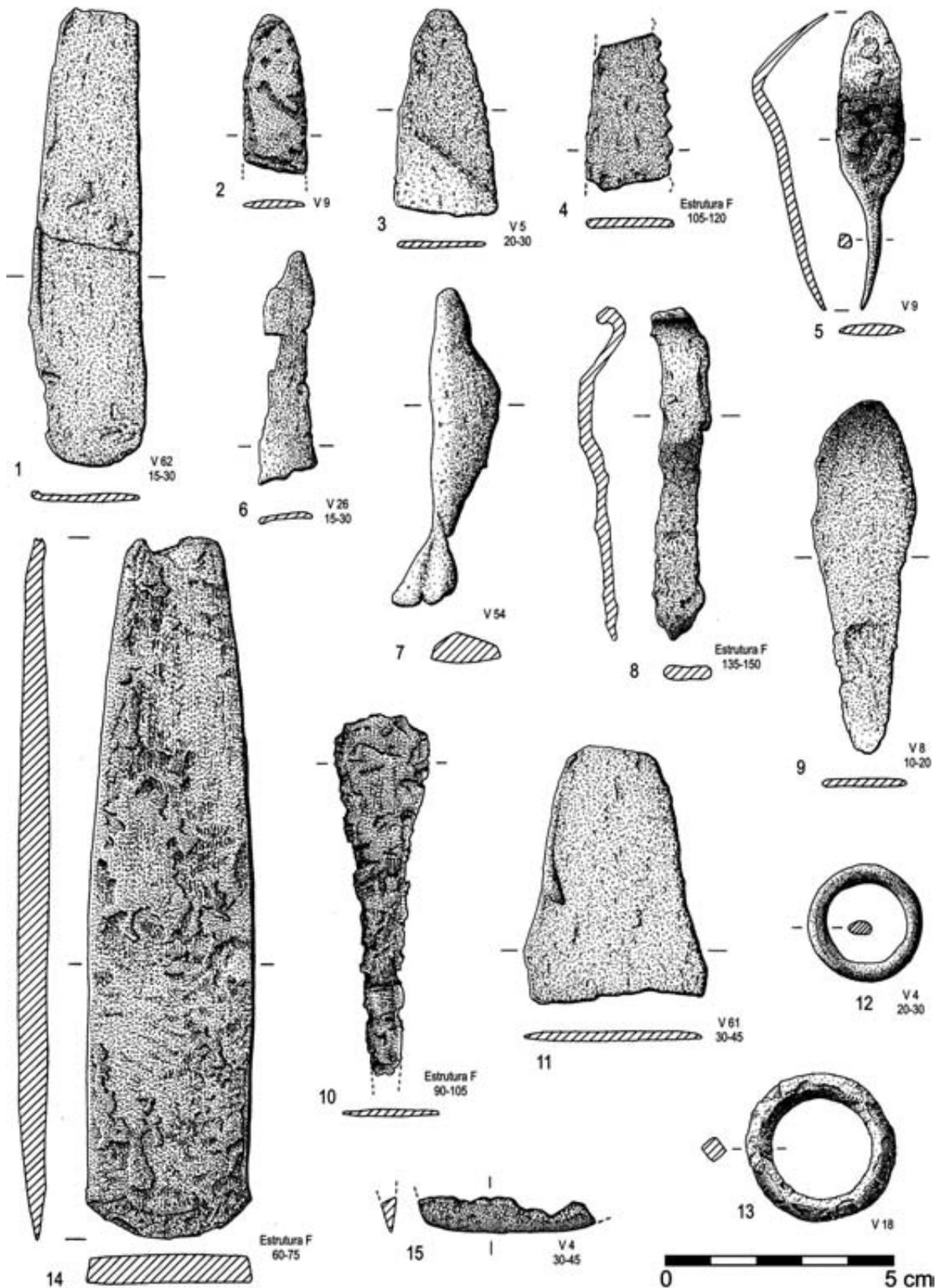


Fig. 52 – Moita da Ladra. Artefactos de cobre: espátulas, facas, machado, argolas, serra, extremidade de gume de machado, argolas, ponta Palmela e objectos deformados e incompletos para refundição.

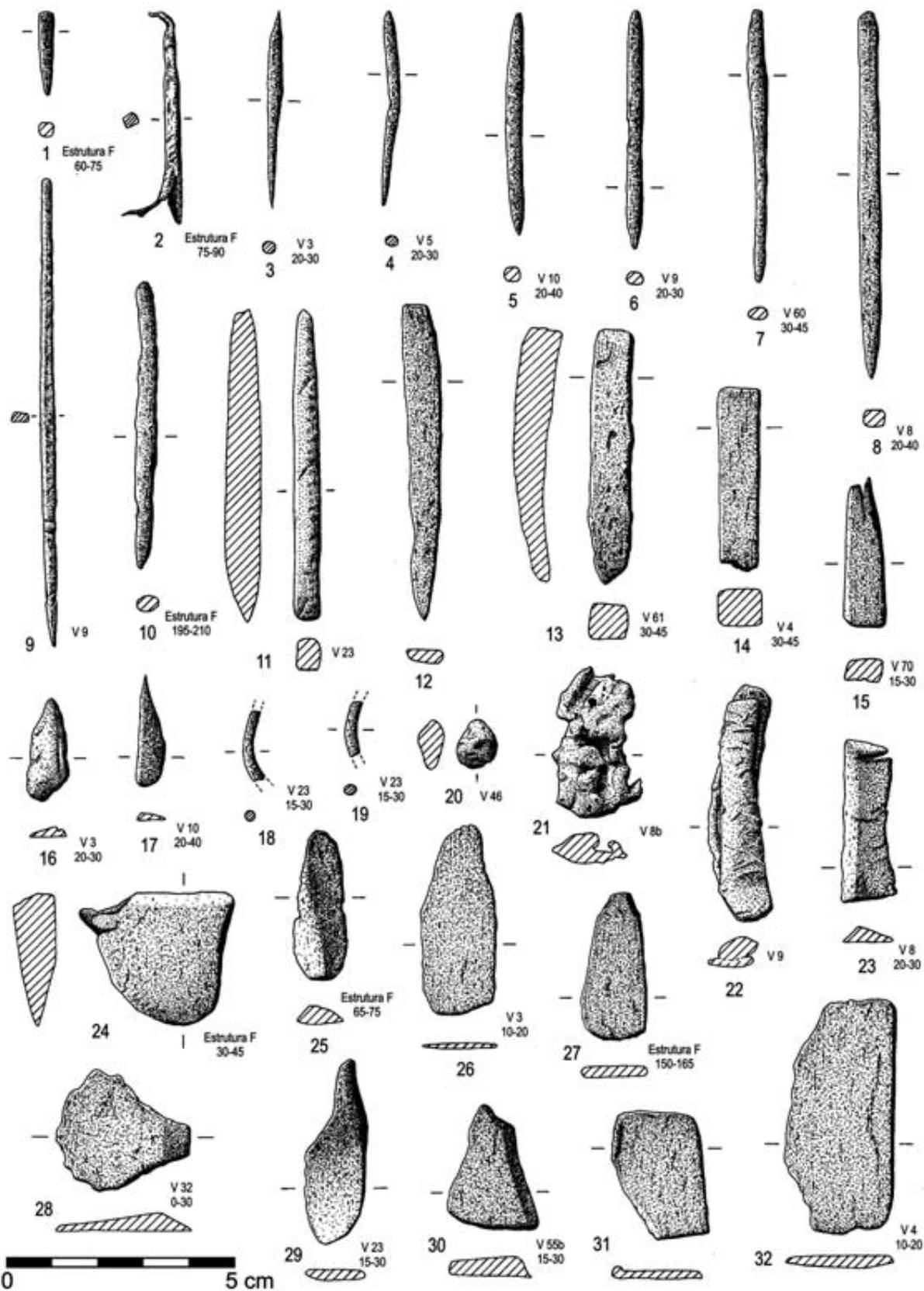


Fig. 53 - Moita da Ladra. Artefactos de cobre: furadores, escopros ou cinzéis, escórias e lingotes e objectos deformados e incompletos para refundição.

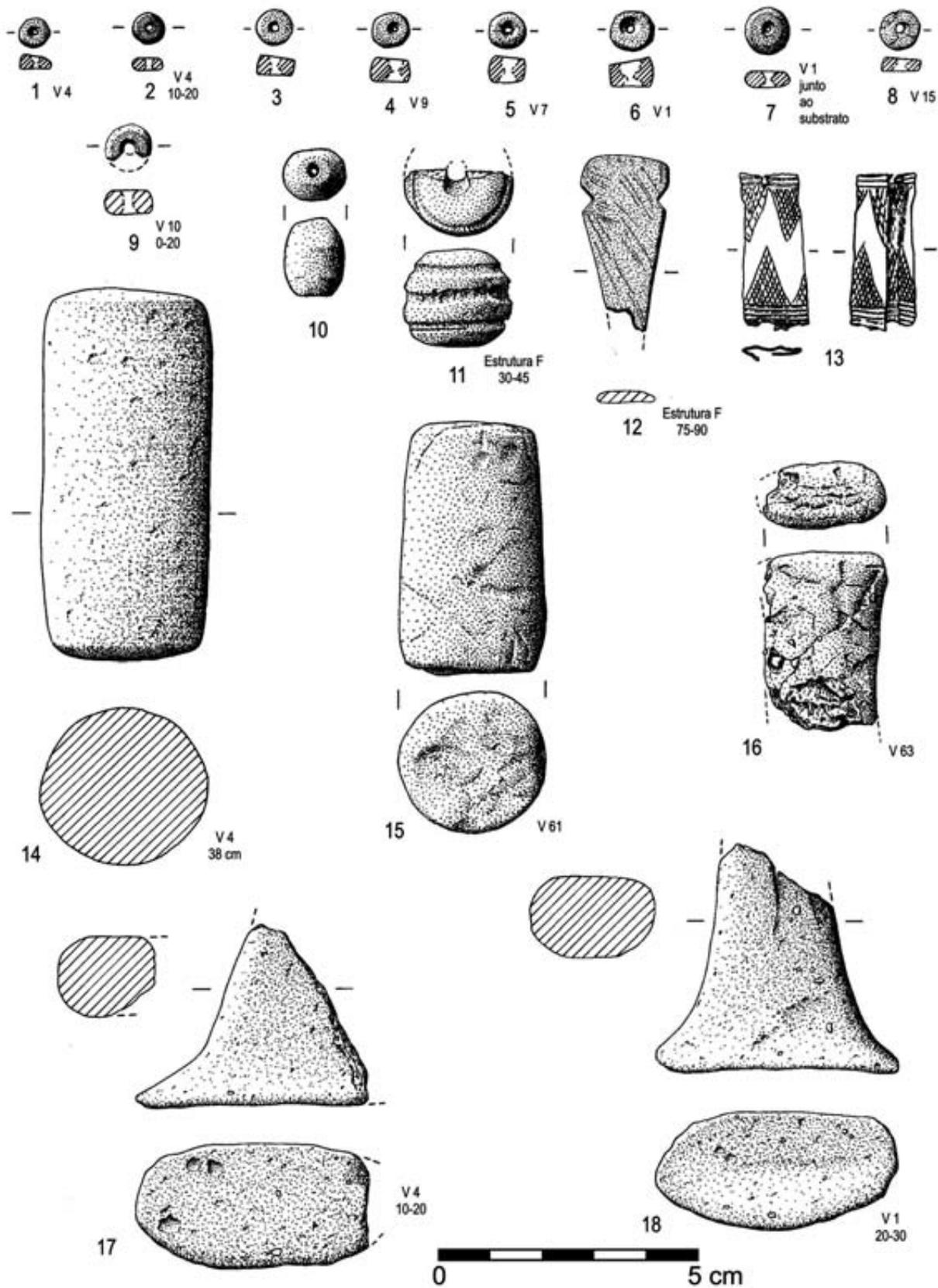


Fig. 54 – Moita da Ladra. Objectos de adorno: contas de variscite, muscovite e vidor vulcânico (n.º 11); chapa de ouro decorada (n.º 13). Objectos ideotécnicos: placa de osso de recorte antropomórfico (n.º 12), cilindros de calcário (n.º 14 e 15) e estatuetas de terracota (n.º 16 a 18).

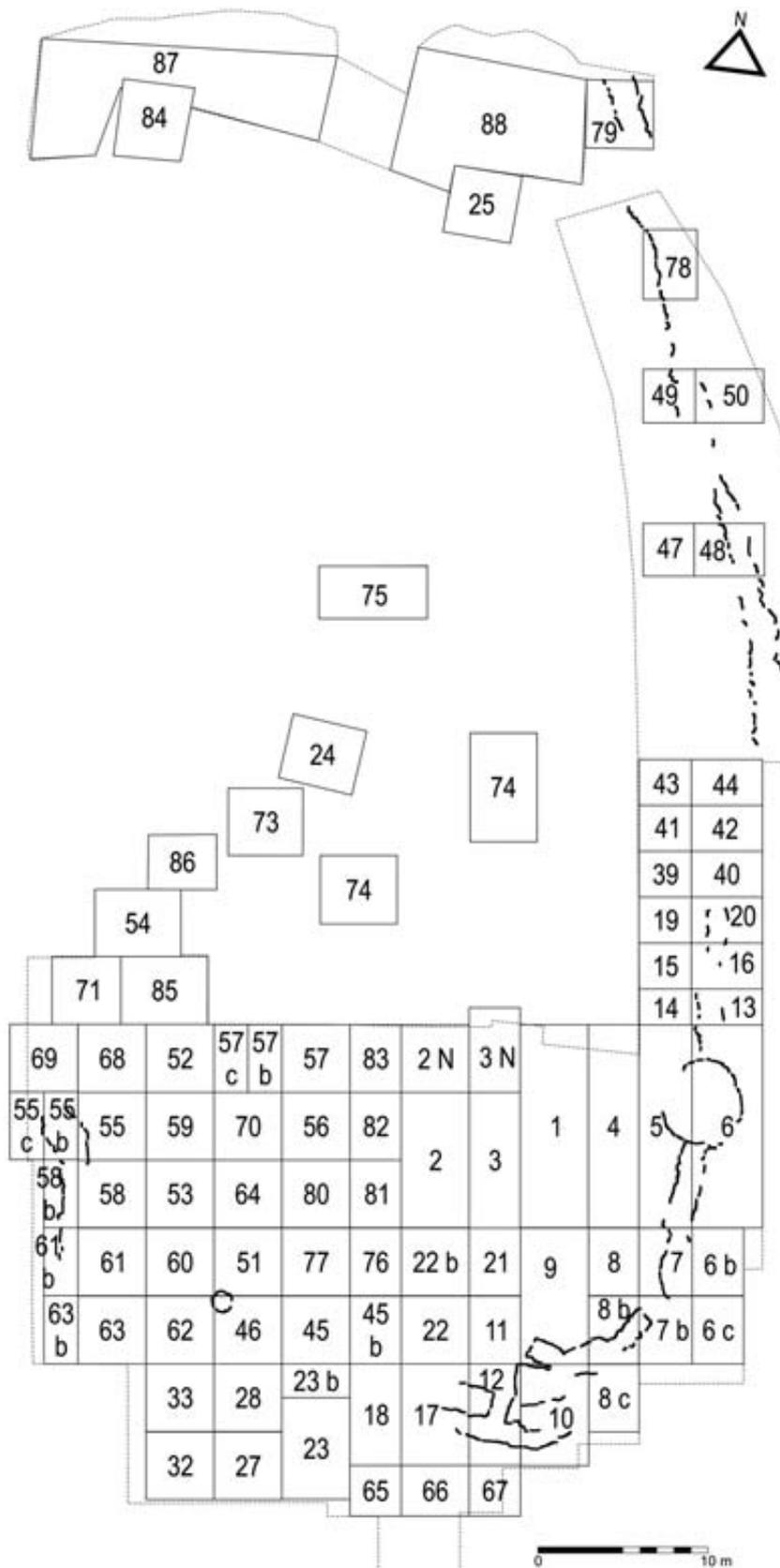


Fig. 55 – Moita da Ladra. Localização das sondagens realizadas, que permitem conhecer a distribuição espacial dos artefactos reproduzidos nas figuras anteriores.

A PRESENÇA CAMPANIFORME NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS

BELL-BEAKER PRODUCTIONS FROM THE PORTUGUESE TERRITORY

João Luís Cardoso¹

Abstract

A survey of Bell Beaker manifestations in the Portuguese territory is presented here. Main conclusions are highlighted: 1) Concerning absolute chronology, the most ancient beaker productions can be situated between 2800-2600 BC, either in the North region of the Douro river, or in the Estremadura; 2) Most part of archaeological sites present stratigraphic coexistence of different ceramic productions with decorative patterns and techniques. This is in contradiction with the traditional periodization of the Bell Beaker manifestations that are based upon those stylistic characteristics. On the other hand, in some regions we can observe the almost absolute dominance of different styles in some domestic sites that are synchronic, in spite of its spatial proximity, as in the case of eastern region of Alto Alentejo. 3) In the Estremadura, the typological differences observed between the productions from walled sites and open sites, both contemporaneous, suggest that the first ones are the local residence of emergent elites. Open sites were occupied by the segment of the community dedicated intensively and extensively to agro-pastoral activities. 4) Finally, the nature and characteristics of the Ferradeira Horizon and Montelavar Horizon, which corresponds to the transition to the Bronze Age, are discussed.

Keywords: Bell-Beaker, chronology, material culture, Portugal, society.

1 - INTRODUÇÃO

As produções campaniformes do território português foram reconhecidas desde os inícios da década de 1860, através dos trabalhos pioneiros de Carlos Ribeiro, e da Comissão Geológica de Portugal por si co-dirigida. Data dessa época as primeiras explorações realizadas no povoado pré-histórico de Rotura, Setúbal, tendo algumas das cerâmicas decoradas ali recolhidas sido reproduzidas em litografia, destinada a ser incluída num álbum sobre a Pré-História portuguesa, a ser apresentado à Exposição Universal de Paris, de 1867 (Fig. 1). Tal álbum não se concretizou, mas a colecção de litografias que a ele se destinavam, das quais se conservam alguns exemplares, já foi objecto de estudo (CARREIRA & CARDOSO, 1996). A estampa em causa integra uma das representações mais antigas, a nível europeu, de produções campaniformes. Trata-se de um vaso geométrico a pontilhado e de um vaso marítimo, a par de cerâmicas decoradas não campaniformes, mas delas coevas, características da Estremadura portuguesa (padrões de “folha de acácia” e associados).

Em 1876, não longe daquele povoado pré-histórico, foram parcialmente exploradas por António Mendes, colector da então secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, então sob a égide de Carlos Ribeiro, e

¹ Universidade Aberta (Lisboa) e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).
cardoso18@netvisao.pt

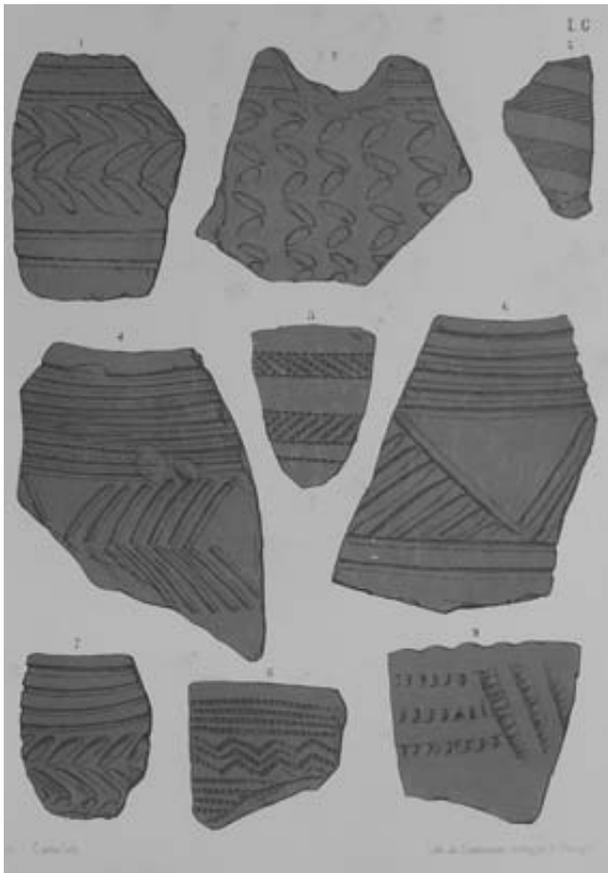


Fig. 1 – Litografia de 1866 reproduzindo fragmentos de cerâmicas decoradas pré-históricas, algumas delas campaniformes, do povoado da Rotura, Setúbal (seg. J. R. Carreira & J. L. Cardoso).

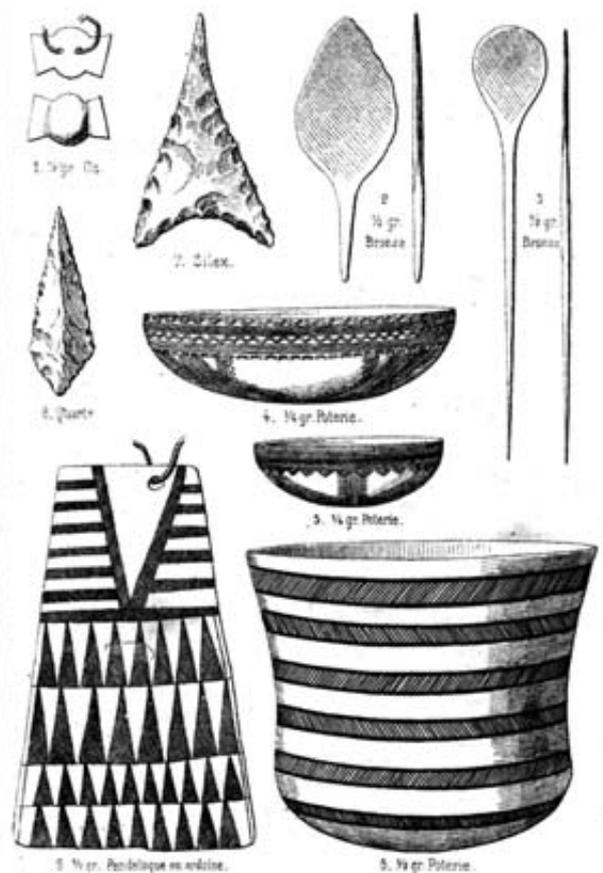


Fig. 2 – Litografia de 1878 reproduzindo artefactos pré-históricos de Portugal, alguns deles do grupo das produções campaniformes (seg. C. Ribeiro).

por iniciativa deste, as quatro grutas artificiais do Casal do Pardo, perto da povoação da Quinta do Anjo, do concelho de Palmela, de que foi prontamente publicada notícia, volvidos apenas dois anos, numa das mais importantes revistas arqueológicas da época os *Matériaux pour l'Histoire Primitive et Naturelle de l'Homme* (RIBEIRO, 1878). Nela se insere uma estampa onde se apresentam alguns dos espólios campaniformes ali recolhidos, os quais ainda hoje se podem observar no Museu Geológico do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG) (Fig. 2). A riqueza e diversidade dos espólios campaniformes das grutas artificiais de Palmela, observados pelos participantes na IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, reunido em Lisboa em Setembro de 1880, celebrizaram-nas internacionalmente, e estão na origem de designações que cedo integraram a nomenclatura arqueológica, como “pontas Palmela” e “taças Palmela”, de que alguns dos exemplares mais relevantes se encontram representados na referida figura.

Mais de 150 anos depois da recolha dos primeiros fragmentos campaniformes em território português, poucos estudos de síntese foram apresentados sobre tais manifestações, destacando-se os produzidos por O. da Veiga Ferreira (FERREIRA, 1966) e R. J. Harrison (HARRISON, 1977), ambos correspondentes trabalhos académicos. Também o autor, no âmbito de duas obras de síntese sobre a Pré-História portuguesa, elaborou

as sínteses possíveis sobre esta temática, de crescente complexidade, à medida que os dados se avolumavam (CARDOSO, 2002, 2007).

No norte e no centro do país, a acumulação de informação produzida nos últimos vinte anos, resultou em larga medida de trabalhos de campo realizados ao abrigo de diversos projectos de investigação que conduziram às primeiras sínteses regionais (JORGE, 2002; BETTENCOURT, 2011; GOMES & CARVALHO, 1993; SENNA-MARTINEZ, 1994).

Ao contrário, no sul do território português, o avanço dos conhecimentos resultou sobretudo da mega operação de minimização de impactes arqueológicos decorrentes do projecto hidroeléctrico e agrícola associado à barragem de Alqueva; com a escavação de numerosos sítios, alguns deles com presenças campaniformes importantes, já objecto de duas sínteses recentes (VALERA & REBUGE, 2011; VALERA, 2013), aumentaram de forma muito significativa os conhecimentos sobre as características daquelas presenças.

Tais estudos regionais contribuíram para melhor alicerçar esta síntese, actualizando os elementos apresentados anteriormente pelo Autor, tendo presente as principais ocorrências conhecidas nas diversas áreas geográficas consideradas, bem a sua respectiva natureza (sítios habitados e necrópoles) (Fig. 3).

Os resultados obtidos, tendo também as respectivas cronologias absolutas, especialmente no que à Estremadura diz respeito, que é onde o registo material se afigura, de longe, mais rico e diversificado, conduziram ao estabelecimento de diversas hipóteses sobre as características da sociedade campaniforme, para além da demonstração da assinalável antiguidade da sua formação, tanto na Estremadura, como no norte e no sul do território português. Com efeito as primeiras manifestações campaniformes remontam aos primórdios do segundo quartel do 3.º milénio BC.

Por outro lado, na Estremadura, tendo em consideração a existência de espaços, habitados ou funerários, com espólios exclusivamente campaniformes, admitiu-se que se estaria na situação de coexistência de duas formações sociais coevas mas distintas, uma correspondente aos portadores de produções campaniformes, a par de outra, que não utilizava tais produções no seu quotidiano, no decurso de quase toda a segunda metade do 3.º milénio BC. Tal coexistência, na Estremadura, teria sido acompanhada da diferenciação interna da sociedade campaniforme, associada à emergência de elites cuja presença se encontra atestada por produções cerâmicas (vasos campaniformes marítimos), adornos auríferos e armas de cobre arsenical.

O incremento da importância destes *itens*, na transição para a Idade do Bronze, verificada ao longo do último quartel do 3.º milénio BC em todo o território português, pode ser associado à emergência de sepulturas individuais do tipo cista. Tal período de transição associa-se à existência de dois Horizontes arqueológicos epicampaniformes, um respeitante ao território a norte do Rio Tejo, o Horizonte de Montelavar, o outro ao território a sul do mesmo rio, o Horizonte de Ferradeira, ambos com *terminus* cerca de 1800 BC.

2 – A ESTREMADURA

Até época recente, as ocorrências de cerâmicas decoradas campaniformes quase se confundiam com a Estremadura, devido tanto à quantidade, como à diversidade de ocorrências, bem evidenciada pelos trabalhos de L. Salanova (SALANOVA, 2000, 2001), sendo excepcionais as evidências conhecidas para outras áreas geográficas.

Tal realidade permitiu a apresentação de uma primeira síntese, aína na década de 1970, segundo a qual a cerâmica campaniforme seria “[...] decomponível em três grupos principais tal como é possível concluir da

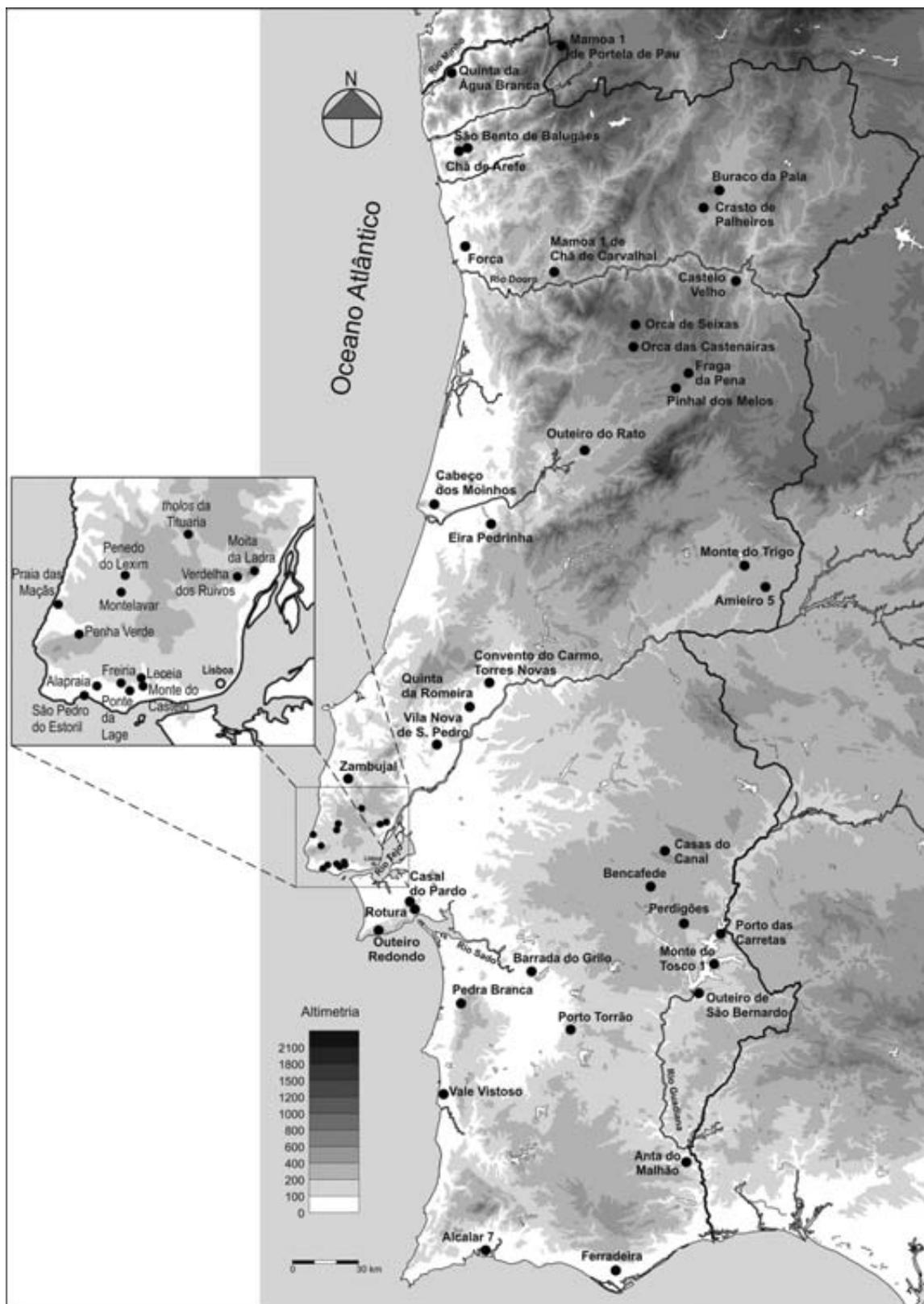


Fig. 3 - Principais ocorrências campaniformes no território português citadas no texto (seg. J. L. Cardoso).

análise tipológica e quantitativa dos materiais campaniformes provenientes das principais jazidas portuguesas” (SOARES & SILVA, 1974-1977, p. 101). Esses três grupos principais eram os seguintes:

- 1 – O Grupo Internacional, caracterizado pelo vaso “marítimo” AOO, de tipologia clássica, em forma de campânula invertida, com decoração a pontilhado de bandas horizontais interiormente preenchidas por segmentos com inclinação alternada (tipo *herringbone*, ou “espinha de arenque”), a que se junta outro tipo de decorações geométricas a pontilhado, presentes em vasos campaniformes e em caçoilas;
- 2 – O Grupo de Palmela, caracterizado pela taça Palmela, decorada a pontilhado e de lábio decorado, a par de outros recipientes, sobretudo caçoilas de diversas tipologias e dimensões, decoradas a pontilhado;
- 3 – O Grupo Inciso, caracterizado pela presença daquela técnica decorativa, aplicada a diversas formas de recipientes, como as caçoilas de diversas dimensões e as taças Palmela, com bordos aplanados e muito largos, profusamente decorados, onde os vasos “marítimos” escasseiam ou se encontram mesmo ausentes.

Embora os autores citados admitam a coexistência destes três grupos, o Grupo Internacional seria o mais antigo, seguido do Grupo de Palmela e este do Grupo Inciso, supostamente o mais recente dos três, cuja existência se prolongaria até à Idade do Bronze. A predominância de materiais característicos de um determinado grupo funcionaria como indicador cronológico para o contexto arqueológico em causa.

Pela mesma altura, T. Bubner apresenta sequência semelhante para as produções cerâmicas campaniformes, a que confere significado cronológico, tal como os autores citados, adicionando-lhe uma última etapa, correspondente às produções cerâmicas lisas, integráveis nos horizontes de Montelavar e de Ferradeira, adiante discutidos (BUBNER, 1979). Este contributo, centrado na publicação dos espólios campaniformes do Outeiro de São Bernardo (Moura), teve o mérito de ser o primeiro a inventariar as ocorrências campaniformes ao sul do Tejo, as quais, em boa parte, se encontravam inéditas.

R. J. Harrison (HARRISON, 1988), com base nas datas de radiocarbono conhecidas para contextos campaniformes da Península Ibérica, sugeriu que os estilos regionais, nomeadamente o inciso, surgiram e desenvolveram-se rapidamente, uma vez em uso os recipientes de tipo “marítimo”. Exemplo deste facto é a sepultura colectiva de Atalayuela (província de Logroño), onde a datação de esqueletos articulados, acompanhados de vasos campaniformes incisos, permitiu atribuir-lhe uma cronologia correspondente ainda à primeira metade do 3.º milénio BC. Mais recentemente, uma análise às datas de radiocarbono conhecidas para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal (CARDOSO & SOARES, 1992) veio chamar a atenção para a maior antiguidade do aparecimento do fenómeno campaniforme em contextos arqueológicos do território português, face à anteriormente considerada, que não ultrapassaria os meados do 3.º milénio BC.

O povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras, detém importância relevante para a discussão desta realidade (Fig. 4). Assim, no interior da imponente e notável fortificação calcolítica, a presença de produções campaniformes só se verificaria a partir de meados do 3.º milénio BC, corporizando a fase final da sua ocupação (Fig. 5), misturando-se as produções campaniformes, essencialmente representadas por vasos marítimos e vasos com decoração geométrica pontilhada, a cerâmicas decoradas de estilos regionais (“folha de acácia” e “crucífera”), específicas à área da Baixa Estremadura. Esta realidade foi pela primeira vez definida nos finais da década de 1960, no povoado pré-histórico da Rotura, Setúbal (FERREIRA & SILVA, 1970; GONÇALVES, 1971), embora à época não lhe tenha sido atribuída a importância devida.

Com efeito, a escavação de duas cabanas campaniformes situadas na adjacência imediata da primeira linha defensiva de Leceia, onde as produções campaniformes são exclusivas, veio colocar, pela primeira vez, e de forma concreta, a hipótese de coexistência de duas comunidades de raízes culturais distintas na Baixa Estremadura, logo a partir dos inícios do segundo quartel do 3.º milénio BC (CARDOSO, 1997-1998). São estruturas de planta elipsoidal, embora de dimensões muito diferentes. Trata-se da *Cabana EN*, com cerca de 5 metros de comprimento máximo (Fig. 6) e da *Cabana FM*, com cerca do dobro daquele comprimento (CARDOSO, 1997-1998, 2000, 2001, 2004 a, 2014) (Fig. 7).

No interior da *Cabana EN*, recolheram-se 26 fragmentos campaniformes decorados, sem qualquer presença de fragmentos com decorações não campaniformes; predominam, com 21 exemplares, as decorações incisadas, de onde se encontra ausente o vaso marítimo (Fig. 8). A coexistência desta cabana campaniforme com a ocupação campaniforme verificada no interior da fortificação encontra-se demonstrada pelas datações obtidas, embora seja evidente o contraste existente entre a tipologia de ambos os conjuntos campaniformes.

A segunda cabana (*Cabana FM*) possuía uma entrada, sublinhada por soleira e por duas ombreiras, voltadas para o exterior. Embora, tal como na anterior, o espólio cerâmico decorado fosse inteiramente constituído por materiais campaniformes, mais de 75% das decorações foram feitas a pontilhado, encontrando-se presentes em vasos marítimos e em grande variedade de outros recipientes, incluindo taças Palmela, caçoilas e taças em calote, onde também estão presentes as decorações incisadas (Fig. 9). Sendo certo que houve coexistência destas diversas técnicas decorativas, devido à “vida curta” inerente à natureza da própria estrutura, uma conclusão desde já se evidencia: a coexistência de produções que, vistas isoladamente, seriam integradas nos três grupos definidos por J. Soares e C. Tavares da Silva, revogando assim os critérios de faseamento ou periodização das cerâmicas campaniformes por ambos propostos em 1977. Com efeito, as investigações mais recentes conduzidas tanto no norte como no sul do País vieram demonstrar a coexistência dos diversos tipos de produções, como adiante se verá, confirmando as observações realizadas na Cabana FM de Leceia.

Tão importante quanto a conclusão anterior, é o resultado das datações de radiocarbono obtidas por AMS. Com efeito, os resultados indicam que a ocupação daquela cabana é estatisticamente anterior à da Cabana EN,

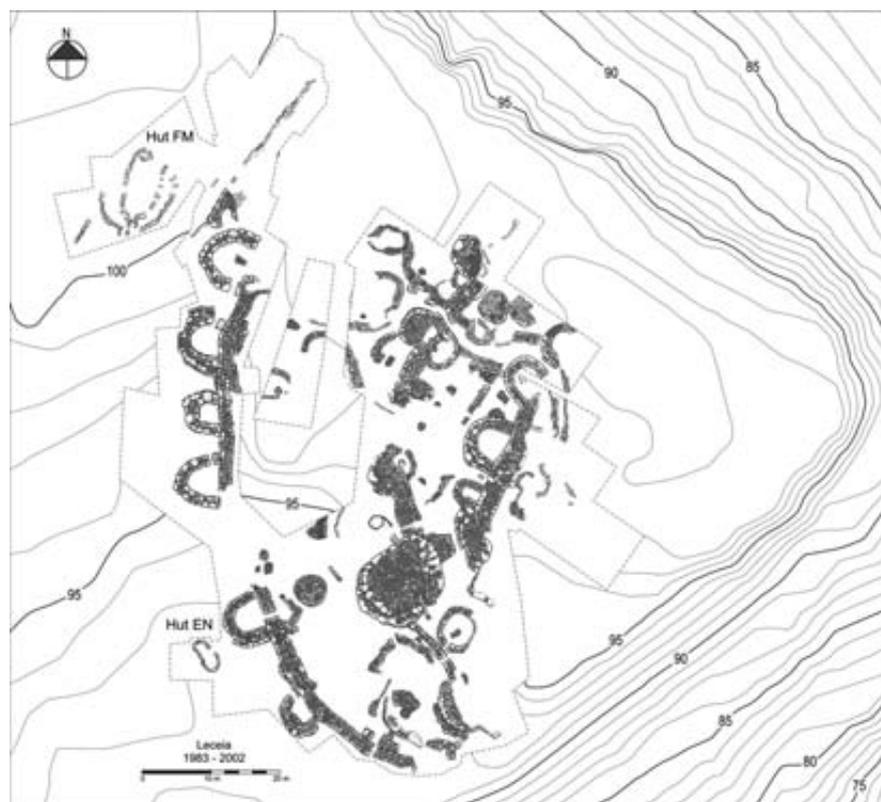


Fig. 4 – Planta do povoado fortificado de Leceia com indicação das duas cabanas campaniformes no exterior da primeira linha defensiva (seg. J. L. Cardoso).

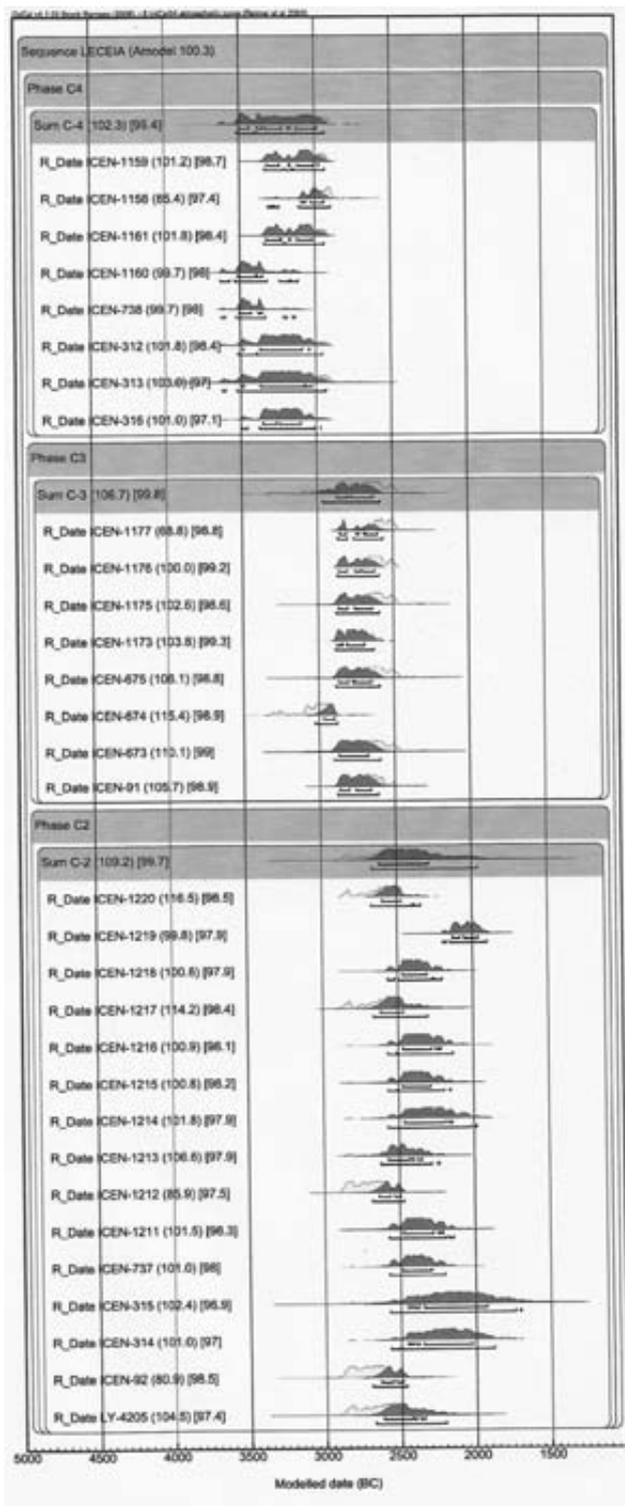


Fig. 5 – Quadro das datas de radiocarbono relativas ao povoado pré-histórico de Leceia. Legenda: C4 – Neolítico Final; C3 – Calcolítico pré-campaniforme (antigo Calcolítico Inicial); C2 – Calcolítico Pleno e Campaniforme (seg. J. L. Cardoso).

inscrevendo-se no segundo quartel do 3.º milénio BC (CARDOSO, 2014).

Esta conclusão veio confirmar os resultados obtidos no povoado fortificado do Zambujal. Com efeito, o estudo da distribuição estratigráfica do espólio cerâmico campaniforme efectuado neste povoado fortificado (KUNST, 1987, 1996), mostra que a presença de fragmentos campaniformes já é significativa na Fase 2 (Fig. 10), a qual foi datada por radiocarbono igualmente no segundo quartel do 3.º milénio BC (KUNST, 2010; KUNST & LUTZ, 2008, 2010-2011).

Deste modo, é lícito concluir que, na Baixa Estremadura, coexistiram desde o início do segundo quartel do 3.º milénio BC diversas tradições na produção de cerâmicas decoradas campaniformes, testemunhando vectores culturais distintos, que traduziriam a existência populações diferenciadas, admitindo-se a correspondência de culturas materiais distintas a grupos sociais de naturezas distintas, realidade que já de há muito havia sido indicada pelo autor, com base nos resultados obtidos em Leceia (CARDOSO, 1997-1998).

Por outro lado, como reforço a este modelo de ocupação do território, sem conflitualidade evidente, por parte de duas distintas comunidades, é de sublinhar a existência de sítios de importância assinalável, como são os povoados fortificados de altura do Penedo de Lexim, Mafra (Fig. 11) (SOUSA, 2010) e do Outeiro Redondo, Sesimbra (Fig. 12) (CARDOSO, 2013a; CARDOSO, SOARES & MARTINS, 2010-2011), onde as cerâmicas campaniformes não ocorrem, ou são residuais, ao contrário do que seria de prever. De facto, ambos os sítios não só se implantam na zona do país com maior concentração de estações campaniformes, mas também ambos foram ocupados no decurso da segunda metade do 3.º milénio BC, época da plena afirmação de tais produções, pelo que a sua ausência só poderá explicar-se por razões de carácter social.

No decurso desse largo período de coexistência, de cerca de 700 anos, entre grupos humanos de distintas raízes culturais, uns portadores de



Fig. 6 - Povoado fortificado de Leceia. Cabana EN (foto de J. L. Cardoso).



Fig. 7 - Povoado fortificado de Leceia. Pormenor da entrada da Cabana FM (foto de J. L. Cardoso).

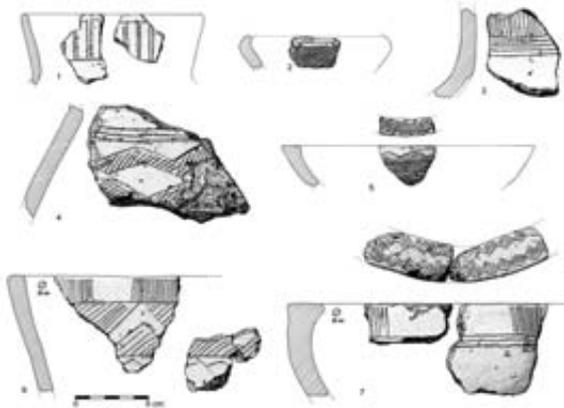


Fig. 8 - Povoado fortificado de Leceia. Materiais campaniformes da Cabana EN (seg. J. L. Cardoso).

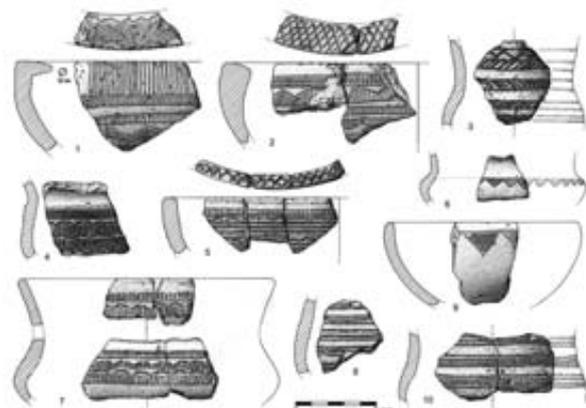


Fig. 9 - Povoado fortificado de Leceia. Materiais campaniformes da Cabana FM (seg. J. L. Cardoso).

produções campaniformes, outros fabricantes de recipientes decorados com padrões regionais não campaniformes, teria resultado, a breve trecho, não identificável pelo radiocarbono, certas produções campaniformes com características próprias e com formas de evidente incidência geográfica, das quais a mais expressiva é a taça Palmela. Com efeito, sendo este um recipiente muito comum nas estações em torno do estuário do Tejo, a sua ocorrência para norte torna-se progressivamente mais escassa, até desaparecer por completo na generalidade dos conjuntos do centro e do norte de Portugal: as ocorrências mais setentrionais situam-se na região do estuário do rio Mondego (Fig. 13), ocorrendo excepcionalmente a norte do rio Douro, conforme indica o espólio da

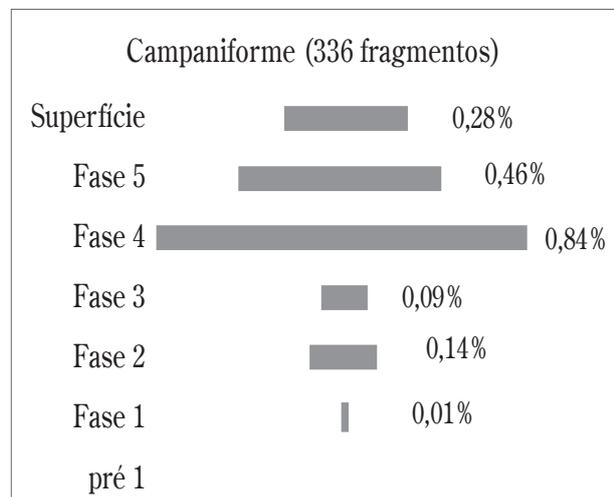


Fig. 10 - Distribuição estratigráfica das produções cerâmicas campaniformes no povoado fortificado do Zambujal (seg. M. Kunst).

mamoas 1 de Chã do Carvalho, Baião, como adiante se verá.

A ocupação do território da Baixa Estremadura, no decurso do campaniforme, seria estruturada em sítios de altura, que continuavam ocupados, como Leceia e Zambujal, ou construídos de novo, como Penha Verde, Sintra (CARDOSO, 2010-2011) (Figs. 14 e 15) e Moita da Ladra, Vila Franca de Xira (CARDOSO & CANINAS, 2010) (Figs. 16 e 17). Estes sítios altos e fortificados, articulavam-se, por sua vez, com numerosos sítios abertos, em geral de pequenas dimensões, de carácter familiar, dedicados à exploração agro-pecuária intensiva e extensiva, abundantes, tanto a norte da Serra de Sintra (CARDOSO & CARREIRA, 1996), como entre esta e o estuário do Tejo. Destes, o mais importante até agora investigado é o pequeno povoado de encosta de Freiria, Cascais (CARDOSO, CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 2013) (Fig. 18), no qual, no tocante às cerâmicas decoradas, constituídas exclusivamente por produções campaniformes, escasseia o vaso “marítimo”, assumindo, em contrapartida, a técnica incisa uma importância acrescida, associada a recipientes de maiores dimensões, ditos de armazenamento (Fig. 19).

É interessante notar que as produções campaniformes da Freiria evidenciam afinidades com as da Meseta ibérica do grupo de Ciempozuelos, a que não faltam as decorações pseudo-excisas, ali tão abundantes, algumas delas com preenchimentos de pasta branca (Fig. 20, n.ºs 4 a 6). Esta particularidade foi recentemente estudada nas produções campaniformes peninsulares (ODRIOZOLA *et al.*, 2012). Assim, na Galiza, foi utilizada massa constituída por talco, enquanto que na região da Meseta (grupo de Ciempozuelos) e no Guadalquivir (grupo de Carmona, ou de El Acebuchal) foi utilizado carbonato de cálcio. Enfim, na região do sudoeste peninsular, incluindo alguns exemplares portugueses, recorreu-se a osso moído. Embora o resultado fosse idêntico, os procedimentos tecnológicos eram muito distintos, revelando tradições culturais diferentes, inerentes aos respectivos oleiros.

Outro aspecto cultural revelado pelas cerâmicas campaniformes da Freiria é a presença esquemática de um veado, obtido por incisão (Fig. 20, n.º 3), a que se juntam mais dois fragmentos, com a representação



Fig. 11 – Vista da chaminé vulcânica no topo da qual se implantou o povoado fortificado do Penedo de Lexim (foto de J. L. Cardoso).



Fig. 12 – Vista obtida do mar do morro do Outeiro Redondo, à direita, no topo do qual se implantou o povoado fortificado (foto de J. L. Cardoso).

das armações (Fig. 20, n.ºs 1 e 2). No território português, existem diversos paralelos com a representação esquemática do corpo completo destes animais, inventariados aquando do estudo de uma taça Palmela oriunda do *tholos* da Tituaria (CARDOSO *et al.*, 1996), e cujo significado foi então discutido, também abordada em trabalho mais recente (DELIBES DE CASTRO & GUERRA DOCE, 2004). No território espanhol, trata-se também de motivo conhecido, tanto na Meseta – a começar pelo exemplar de há muito conhecido, proveniente da estação de Las Carolinas, Madrid (OBERMAIER, 1917) – como na Andaluzia (HARRISON, BUBNER & HIBBS, 1976, n.º 248).

É muito provável que parte da população de Freiria tivesse sido enterrada na vizinha gruta natural da Ponte da Lage, Oeiras (Fig. 21), dada a semelhança entre os espólios ali recuperados, dominados igualmente pelas produções incisas e pelos grandes recipientes de armazenamento (CARDOSO, 2013 b) (Fig. 22), bem como pelas datas de radiocarbono obtidas, compatíveis com tal possibilidade (Fig. 23).

Para além do povoado aberto da Freiria, outros sítios haveria, na região envolvente, susceptíveis de se poderem relacionar directamente com os inumados na gruta da Ponte da Lage. É o caso do Monte do Castelo, certamente de muito menores dimensões, correspondendo a uma pequena granja ou casal isolado, implantado em encosta suave (Fig. 24), igualmente dominado pelas produções campaniformes incisas (Fig. 25). A datação absoluta ali obtida corrobora a larga diacronia deste tipo de sítios, abrangendo quase toda a segunda metade do 3.º milénio BC, apesar da marcada uniformidade de produções largamente dominada pelas cerâmicas campaniformes incisas.

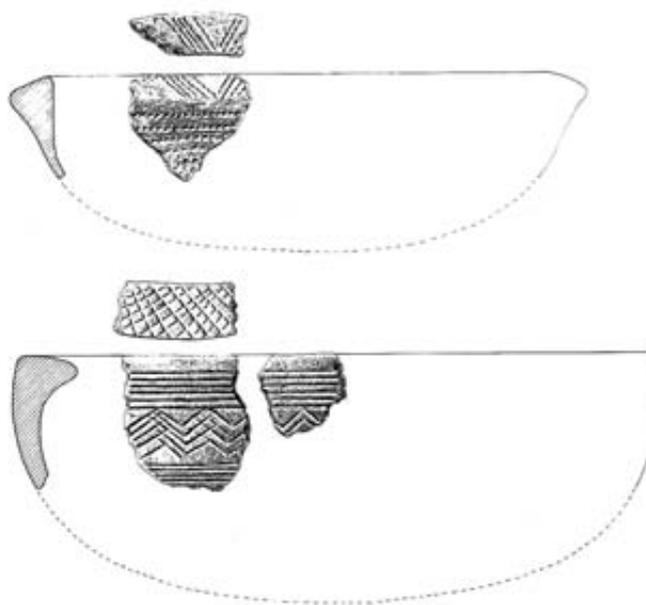


Fig. 13 – Fragmentos de duas taças Palmela, uma decorada a pontilhado, a outra incisa, recolhidas no dólmen do Cabeço dos Moinhos (seg. V. Leisner).



Fig. 14 – As duas cabanas circulares com materiais campaniformes do povoado fortificado da Penha Verde (seg. G. Zbyszewski & O. V. Ferreira).

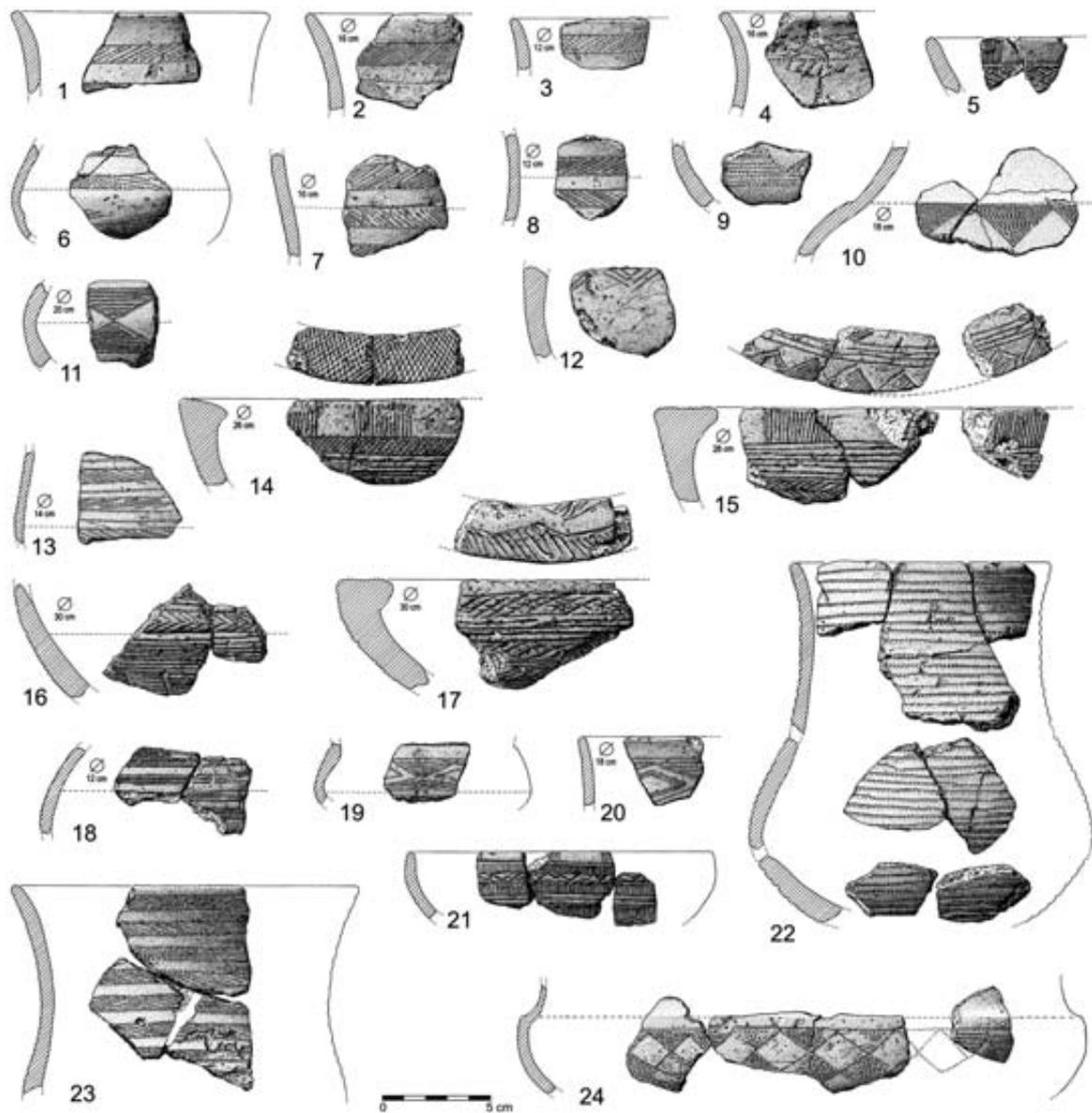


Fig. 15 - Produções cerâmicas campaniformes do povoado fortificado da Penha Verde: Cabana 1 (1 a 7); Cabana 2 (8 a 14), Fosso (15-20) (seg. J. L. Cardoso).

Estar-se-ia, assim, perante uma situação em que as elites, então emergentes, ocupariam os sítios altos e defendidos, utilizando essencialmente no seu quotidiano recipientes campaniformes de boa manufatura, correspondentes aos vasos marítimos – os quais seriam utilizados também para ingestão de bebidas alcoólicas (DELIBES DE CASTRO; GUERRA DOCE & TRESSERAS JUAN, 2009), talvez reservadas às elites e que poderiam ter também um cunho ritual – enquanto que, sobre as comunidades dispersas pelos núcleos abertos adjacentes, recairiam as actividades produtivas, corporizadas por recipientes cerâmicos de manufatura mais grosseira, sobretudo çaoilas de grandes dimensões com decorações incisas, destinadas ao armazenamento, e onde faltam, ou escasseiam, os vasos marítimos de cuidadas decorações do tipo AOO lineares ou de bandas.

Enfim, o aproveitamento generalizado de sepulcros pré-existentes para tumulações campaniformes é uma realidade na Estremadura, que é extensiva a outras regiões do país; assim, boa parte das grutas naturais, grutas artificiais, dólmenes, e até sepulturas de falsa cúpula, foram reutilizadas nesta época, o que revela a manutenção desses lugares como referências memoriais dos antecessores. Tal realidade configura um acto de apropriação simbólica, como legitimação da exploração dos mesmos territórios, agora ocupados por populações portadoras de cerâmicas campaniformes, e por elas explorados de forma intensiva e extensiva.

Na Estremadura ou áreas limítrofes, apenas em dois casos se observaram a utilização de instalação de necrópoles exclusivamente campaniformes. Trata-se da gruta artificial do Convento do Carmo, Torres Novas, actualmente em estudo (informação gentilmente prestada por António Faustino Carvalho); e da gruta natural de Verdelha dos Ruivos, Vila Franca de Xira (Fig. 26), a qual evidenciou um espólio campaniforme coerente, onde a presença de vasos marítimos é excepção (apenas um exemplar com decoração linear pontilhada) apesar da assinalável antiguidade do conjunto datado pelo radiocarbono em torno de meados do 3.º milénio BC (CARDOSO, 2014).

Entre outras situações de reutilização campaniformes de sepulcros, avulta o caso do *tholos* de Tituaria, Mafra (CARDOSO *et al.*, 1996), onde, na câmara do monumento, já então colapsada, se realizaram diversas tumulações individuais em covacho, utilizando em parte lajes da falsa cúpula já então derruída (Fig. 27). Como acima se referiu, provém de uma destas sepulturas uma taça Palmela com representação de cervídeos, a par de outras produções campaniformes, que, apesar de tipologicamente muito distintas, como é um caso de vaso campaniforme com decoração linear pontilhada, foram de deposição cronológica próxima, evidenciando, uma vez mais, a sincronia do fabrico de tais exemplares (Fig. 28).

Na gruta artificial 1 de São Pedro do Estoril, Cascais (LEISNER, RIBEIRO & PAÇO, 1964), foi possível isolar uma tumulação campaniforme, denunciada pelo alinhamento de onze botões de osso ou marfim, os



Fig. 16 – Fotografia aérea do povoado fortificado de Moita da Ladra, implantado no topo de uma chaminé vulcânica (foto de J. L. Cardoso).

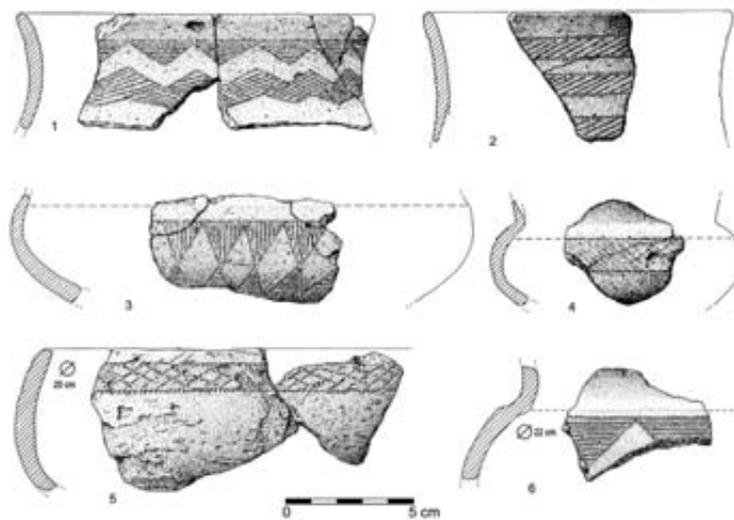


Fig. 17 – Cerâmicas campaniformes do povoado fortificado de Moita da Ladra (seg. J. L. Cardoso).

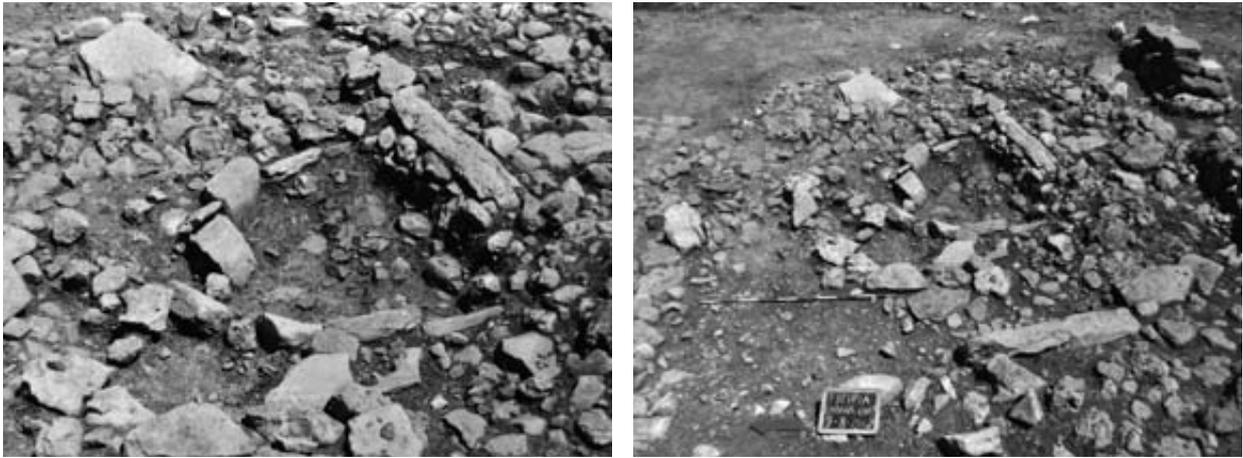


Fig. 18 – Foto das estruturas de combustão existentes no interior de uma cabana de planta subcircular do povoado aberto de Freiria (seg. J. L. Cardoso, G. Cardoso & J. d'Encarnação).

quais sugerem a existência de uma túnica ou capote protegendo o corpo do inumado (Fig. 29). Neste sepulcro, merece destaque a recolha de duas espirais de ouro, cuja utilização como anel se comprovou, por se ter conservado num caso a respectiva falange humana. Esta foi datada, conduzindo ao resultado de 2330-2060 cal BC, para cerca de 95% de probabilidade (GONÇALVES, 2008, p. 492), sublinhando o carácter tardio da joalharia aurífera campaniforme, que se prolongou em continuidade pela época epicampaniforme (horizontes de Ferradeira e de Montelavar), como adiante se verá (Fig. 30).

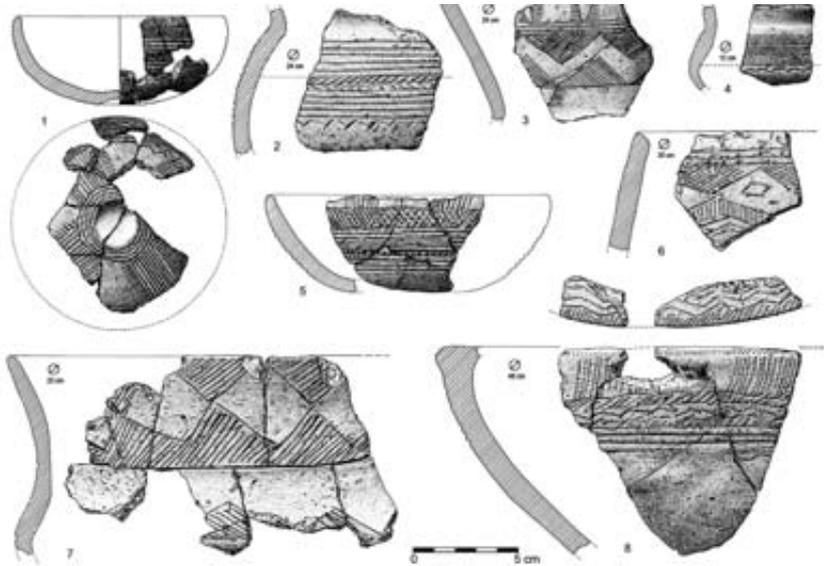


Fig. 19 – Cerâmicas campaniformes do povoado aberto de Freiria (seg. J. L. Cardoso, G. Cardoso & J. d'Encarnação).

É ainda daquela gruta artificial que provêm também duas raras taças campaniformes com pé, cuja afinidade com as produções andaluzas de El Acébuchal, Carmona são evidentes, aliás já patentes numa caçoila da Tituarria, que se juntam aos notáveis espólios campaniformes da gruta artificial 2 de Alapraia, Cascais, situada apenas a 1,5 km de distância, resultantes também da sua reutilização funerária com destaque para um vaso marítimo clássico (JALHAY & PAÇO, 1941).

No quadro das reutilizações de sepulcros pelas populações campaniformes da Estremadura, avultam os resultados obtidos na gruta artificial da Praia das Maças, Sintra (Fig. 31), complexo monumento funerário que foi modificado no decurso do Calcolítico pela construção de uma falsa cúpula, cobrindo a câmara principal do hipogeu, construído no Neolítico Final, conforme evidenciam as sucessivas reutilizações do mesmo, das quais a campaniforme foi a derradeira delas (Fig. 32) (GONÇALVES, 1982-1983).

Enfim, por possuírem já um valor histórico, no quadro da Arqueologia europeia, importa referir as grutas artificiais de Casal do Pardo (Quinta do Anjo), Palmela (Fig. 33). Delas provêm produções campaniformes conhecidas desde 1878, embora existam sempre observações que importa assinalar: uma é a existência de restos humanos (um fémur quase completo e uma vértebra lombar) conservados dentro de um vaso marítimo clássico (Fig. 34). O fémur foi datado, obtendo-se o resultado, para cerca de 95% de probabilidade, de cerca de 2700-2400 cal BC (CARDOSO & SOARES, 1990-1992), intervalo que está em consonância com a cronologia do campaniforme na região. Outra peça que merece destaque é a existência de um vaso marítimo de padrão clássico de bandas preenchidas interiormente em sentidos alternados, porém executadas por incisão, e não por impressão (Fig. 35). Este exemplar, que já havia sido reproduzido no estudo de C. Ribeiro de 1878, possui interesse por reforçar a conclusão da coexistência de diversas técnicas decorativas, dado serem os mesmos os padrões decorativos, bem como os recipientes aos quais se encontram aplicados.

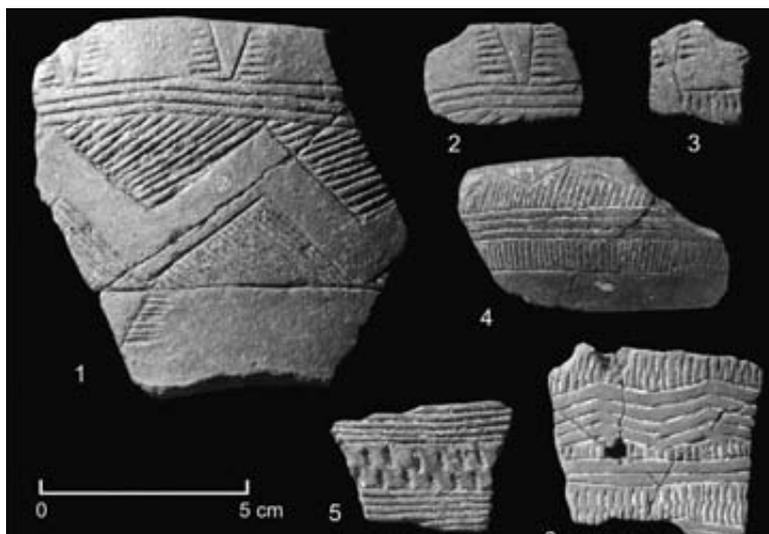


Fig. 20 - Seleccion de produções campaniformes recolhidas no povoado aberto de Freiria: 1 a 3 - representações de veados ou de prótomos de veados (armações); 4 a 6 - fragmentos cujas decorações se encontram preenchidas a pasta branca (seg. J. L. Cardoso, G. Cardoso & J. d'Encarnação).



Fig. 21 - Entrada da gruta natural da Ponte da Lage, sobre a margem esquerda da ribeira do mesmo nome (foto de J. L. Cardoso).

3 - O SUL (ALENTEJO E ALGARVE)

No Alto e no Baixo Alentejo, bem como no Algarve, conhecem-se materiais campaniformes, oriundos tanto de sítios de carácter habitacional, como de necrópoles. Os que se referem de seguida podem considerar-se os mais relevantes dos até agora publicados.

No povoado do Porto Torrão, Ferreira do Alentejo, defendido por sistema de fossos, com cerca de 100 hectares, foi apenas escavada ínfima parte (ARNAUD, 1993), recentemente completada pela publicação de novos trabalhos arqueológicos ali realizados (VALERA & FILIPE, 2004).

A Camada 1, correspondente à presença campaniforme, que de início se julgava circunscrita à zona nuclear da estação (uma pequena elevação), foi datada pelo radiocarbono. Determinaram-se duas datas a partir do

fraccionamento de uma única amostra de ossos, obtendo-se um valor que é a média ponderada de ambos. Para cerca de 95% de probabilidade, o intervalo correspondente obtido foi de 2823-2658 a.C. Este resultado sugere, a par dos resultados obtidos no Zambujal e em Leceia (CARDOSO & SOARES, 1990-1992), uma insuspeitada e ainda até então não assumida antiguidade para a presença campaniforme no ocidente peninsular. No caso em apreço, essa presença é representada quase exclusivamente, no que se refere à cerâmica, por decoração a pontilhado, aplicada a vasos marítimos, a caçoilas e

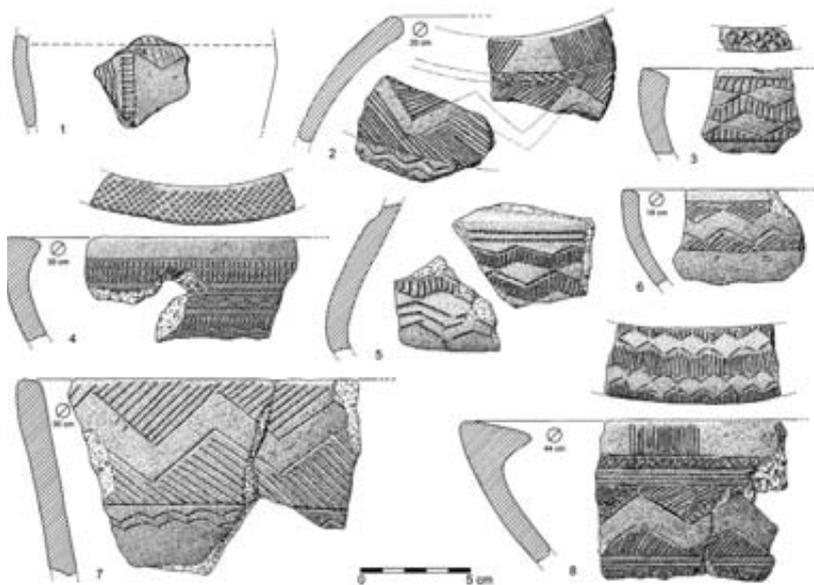


Fig. 22 – Cerâmicas campaniformes da gruta natural da Ponte da Lage (seg. J. L. Cardoso).

a pequenas taças hemisféricas. Além disso, o complexo campaniforme de Porto Torrão engloba um vaso no estilo AOC (*all over corded*), raríssimo em contextos peninsulares (a que se deverão somar mais dois exemplares, adiante referidos, um botão em osso com perfuração em V, um braçal de arqueiro e uma pequena placa de ouro batido.

Por outro lado, a caracterização química e mineralógica da cerâmica recolhida, quer nas camadas pré-campaniformes quer campaniformes, por J. Peixoto Cabral e colaboradores, indica fabrico local. Segundo J. M. Arnaud (ARNAUD, 1993, p. 46), “[...] parece ter havido uma continuidade de ocupação deste local entre a fase em que a cerâmica campaniforme ainda não era conhecida e a fase em que a mesma surge com relativa abundância. Essa continuidade é sugerida pelo facto de, com excepção da cerâmica campaniforme, da metalurgia do ouro e do braçal de arqueiro, não se ter verificado a introdução de qualquer outro elemento novo na cultura material característica da última fase da ocupação pré-histórica deste povoado”.

As escavações de 2003 vieram pormenorizar a presença das produções campaniformes: observou-se, na estratigrafia do preenchimento de um dos fossos que defendiam a área habitada (Fosso 2) o domínio do chamado “Grupo internacional” nos níveis inferiores e o do chamado “Grupo de Palmela”, nos níveis superiores (ou “Pontilhado Geométrico”), ao qual, nos níveis posteriores ao enchimento do fosso, se reúne o “Grupo inciso” (VALERA & FILIPE, 2004). Contudo, estas observações vieram mais recentemente a serem muito relativizadas, visto que no enchimento do referido Fosso 2, segundo as novas observações do primeiro autor do estudo anterior “[...] convivem diferentes estilos (internacional, pontilhado geométrico e inciso) datados de toda a segunda metade do 3.º milénio [...]” (VALERA, 2014). Desta forma, estas observações vêm corroborar em absoluto as considerações anteriormente apresentadas no que à coexistência dos diversos grupos de produções cerâmicas campaniformes diz respeito.

Outro povoado que importa valorizar é o do Outeiro de São Bernardo, Moura, com boas condições naturais de defesa, perto do rio Guadiana, embora se desconheça se era fortificado ou não. Foram inventariados onze fragmentos de recipientes campaniformes, dos quais dez incisos (vasos campaniformes e caçoilas de grandes dimensões) (BUBNER, 1979). Este espólio, tipologicamente muito coerente, é acompanhado de um conjunto metálico (Fig. 36) recolhido por certo em área limitada da estação (CARDOSO, SOARES & ARAÚJO, 2002).

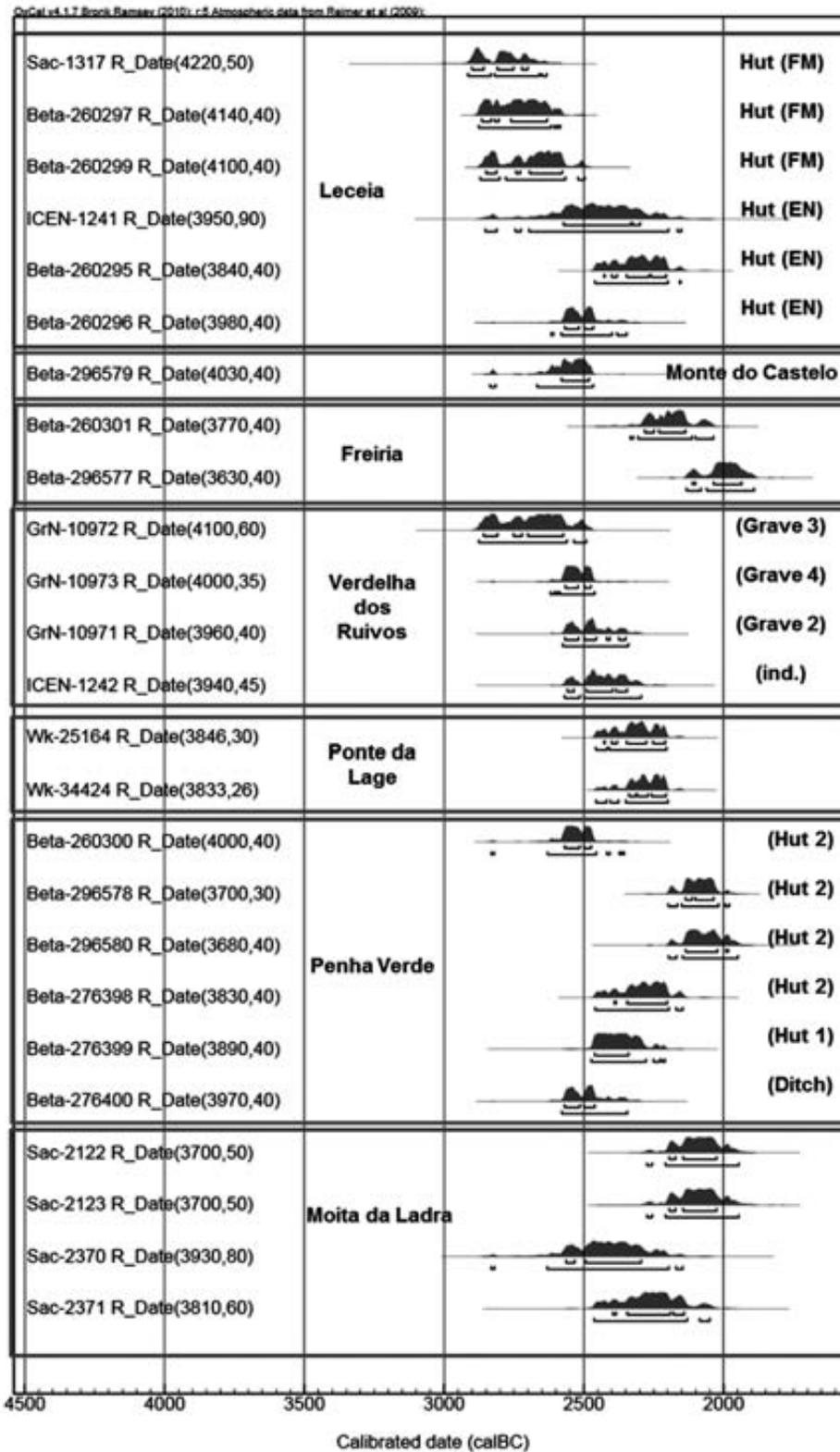


Fig. 23 – Datações radiocarbónicas obtidas para as estações campaniformes da Estremadura portuguesa mencionadas no texto (seg. J. L. Cardoso).

Nele se incluem peças caracteristicamente campaniformes, ou de tradição campaniforme, como uma ponta Palmela e um punhal de lingueta, para além de uma rara ponta de javalina, que confere ao conjunto metálico particular interesse. As análises químicas realizadas por XRF dispersiva de energias, sublinharam tal realidade, ao evidenciarem o carácter homogéneo da sua composição (cobre + arsénio, este como elemento vestigial) e, por conseguinte, a elevada probabilidade de utilização de uma mesma tecnologia de fabrico e do recurso às mesmas fontes de abastecimento. A ponta de javalina é produção muito rara, cujos únicos paralelos peninsulares se resumem ao célebre conjunto do dólmen de La Pastora (Sevilha), às duas peças soltas recolhidas à superfície no povoado de La Pijotilla (Badajoz) e, bem mais próximo, ao exemplar mutilado recolhido em escavação arqueológica no Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa). A sua presença confere um carácter tardio ao conjunto metálico, situável nos últimos séculos do 3.º milénio BC.

A importância do espólio metálico em apreço, que poderia também fazer parte de um depósito, à semelhança do conjunto recentemente publicado de São Brás, Serpa (SOARES, 2013 a), confere ao povoado do Outeiro de S. Bernardo o estatuto de sítio central do comércio de artefactos de cobre (hipótese reforçada pelo achado de um possível lingote), podendo tais peças integrar-se em circuitos transregionais (incluindo matérias-primas, como o cobre, sob a forma de lingotes) estabelecidos no decurso do Calcolítico entre a Estremadura portuguesa e o Alentejo. Este papel de destaque na coordenação destas actividades de comércio e de troca é ainda reforçado, por um lado, pela posição estratégica do sítio face ao vale do Guadiana e, por outro, pela sua proximidade das minas pré-históricas de cobre existentes na margem esquerda do Guadiana, explorando, tanto o cobre nativo, como os carbonatos cupríferos (SOARES, 1992). Esta realidade é consentânea com a conhecida na região de Badajoz, na qual os povoados com espólios campaniformes, foram os que mais se dedicaram às actividades metalúrgicas.



Fig. 24 – Implantação na paisagem do casal agrícola ou granja campaniforme do Monte do Castelo, em suave encosta da margem direita da ribeira de Barcarena (foto de J. L. Cardoso).

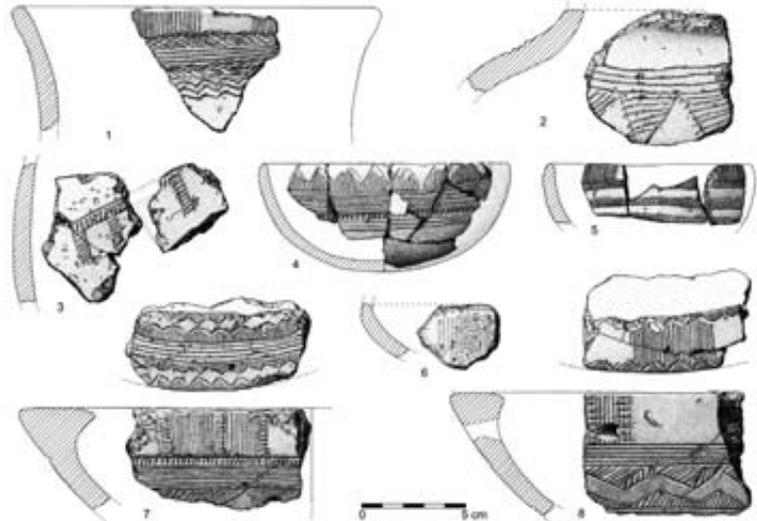


Fig. 25 – Cerâmicas campaniformes do Monte do Castelo (seg. J. L. Cardoso).

A importância do espólio metálico em apreço, que poderia também fazer parte de um depósito, à semelhança do conjunto recentemente publicado de São Brás, Serpa (SOARES, 2013 a), confere ao povoado do Outeiro de S. Bernardo o estatuto de sítio central do comércio de artefactos de cobre (hipótese reforçada pelo achado de um possível lingote), podendo tais peças integrar-se em circuitos transregionais (incluindo matérias-primas, como o cobre, sob a forma de lingotes) estabelecidos no decurso do Calcolítico entre a Estremadura portuguesa e o Alentejo. Este papel de destaque na coordenação destas actividades de comércio e de troca é ainda reforçado, por um lado, pela posição estratégica do sítio face ao vale do Guadiana e, por outro, pela sua proximidade das minas pré-históricas de cobre existentes na margem esquerda do Guadiana, explorando, tanto o cobre nativo, como os carbonatos cupríferos (SOARES, 1992). Esta realidade é consentânea com a conhecida na região de Badajoz, na qual os povoados com espólios campaniformes, foram os que mais se dedicaram às actividades metalúrgicas.

Do Porto das Carretas, Mourão, sítio fortificado calcolítico sobre o Guadiana, cuja implantação, tal como a do sítio anterior, revela a sua importância estratégica no comércio transregional do cobre, ao longo do rio Guadiana, provém um importante mas limitado conjunto de cerâmicas campaniformes exclusivamente representadas por vasos marítimos e outros recipientes decorados a pontilhado (Fig. 37), associado a uma unidade habitacional, de planta curvilínea e embasamento de alvenaria, a *Cabana M 13* (Fig. 38) (SOARES, 2013 a). Ainda pertencente à ocupação campaniforme, é a base de um forno, possivelmente metalúrgico, visto que, na sua envolvente, foram recolhidos pingos de fundição de cobre, o que é compatível com o consabido pendor metalúrgico da economia campaniforme. A cronologia absoluta da ocupação campaniforme foi estabelecida com base em três datas sobre restos vegetais (*Pinus pinea* e *Olea* sp.), que deram, para cerca de 95% de probabilidade, os seguintes intervalos: 2560-2290; 2460-2210; 2470-2140 cal BC (SOARES, 2013 b).

A cerca de 10 km do Porto das Carretas situa-se o Monte do Tosco 1, Mourão: trata-se de povoado calcolítico provido de uma estrutura pétrea de delimitação/contenção/fortificação (VALERA, 2013); nele se detectou um importante conjunto campaniforme, liso e decorado; 32 dos 38 recipientes individualizados reportam-se a uma cabana (*Cabana 1*) cujo embasamento era constituído por muro de alvenaria (VALERA,

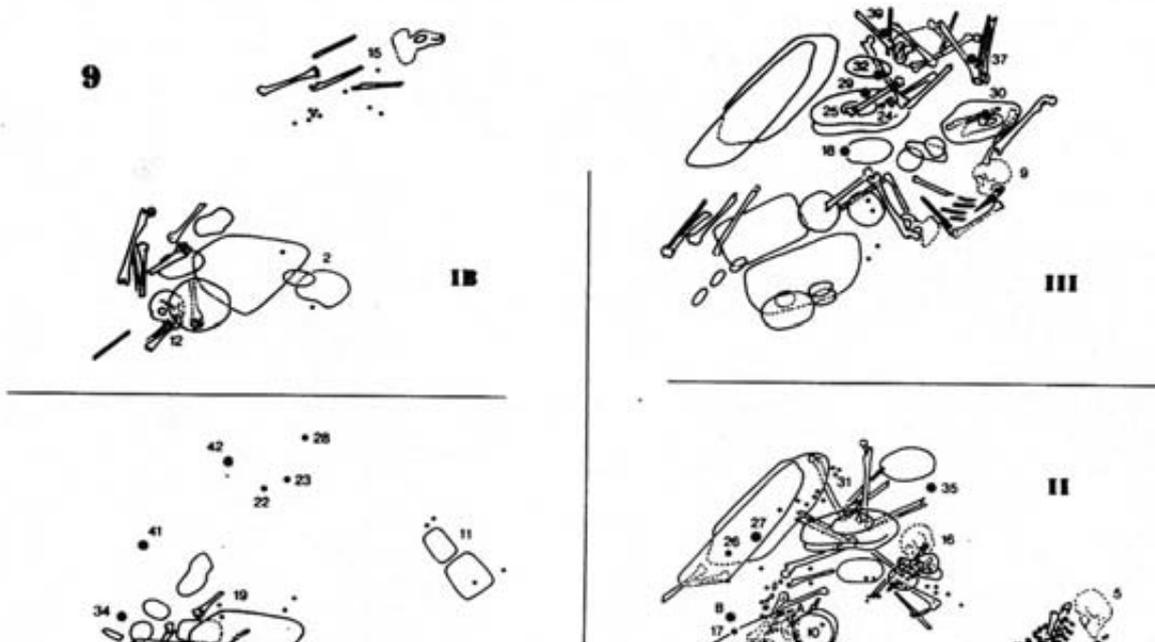


Fig. 26 – Vista da gruta natural da Verdella dos Ruivos, depois das escavações nela realizadas (arquivo O. da Veiga Ferreira / J. L. Cardoso) e as sucessivas deposições funerárias identificadas, observando-se a posição fetal dos corpos (seg. O. da Veiga Ferreira & M. Leitão).



Fig. 27 – Vista parcial da câmara do *tholos* da Tituaria, correspondendo ao nível a que se realizaram diversas sepulturas campaniformes, reaproveitando as lajes caídas da falsa cúpula (seg. J. L. Cardoso e col.).

2000 a, Figs. 5 e 6). 19 recipientes permitiram reconstituição, decompondo-se por 7 vasos campanulados, 6 caçoilas, das quais uma lisa, e 6 taças pequenas em calote. As decorações, exclusivamente incisadas ou incisadas/impressadas, foram por vezes preenchidas a pasta branca, tal qual o observado em certos fragmentos do sítio da Freiria, acima referido; pela organização e temática, inscrevem-se claramente no conjunto dos campaniformes meseténicos do grupo de Ciempozuelos.

Como é normal, estes materiais eram acompanhados por testemunhos da prática metalúrgica e por produções metálicas, com destaque para um punhal de lingueta. A presença campaniforme corresponde à segunda fase de ocupação da estação, sucedendo-se a uma presença reportável ao Calcolítico Pleno. Tudo leva a crer que existiu um hiato entre ambas, já que, nalguns sectores, “os materiais campaniformes ocorrem entre os derrubes e escorrências que se sobrepõem às ocupações do Calcolítico Pleno” (*op. cit.*, p. 48), restringindo-se a ocupação campaniforme, como em outros povoados, à parte nuclear da anterior ocupação calcolítica (como em Leceia, Monte da Tumba, Porto das Carretas, Porto Torrão e Perdígões). Importa referir que, tal como o anteriormente observado noutros sítios com presenças campaniformes, os artefactos de cobre são mais frequentes nesta fase encontrando-se, em particular, relacionados com a *Cabana 1*.

A exclusiva presença de vasos marítimos, no Porto das Carretas, dentro do conjunto campaniforme, contrasta com a exclusividade de vasos incisados, de tipo Ciempozuelos no Monte do Tosco 1, situado a apenas cerca de 10 km de distância. Tal situação assume grande interesse na discussão das modalidades da própria afirmação do “fenómeno” campaniforme no interior alentejano, já que não é esperável que a cronologia do

Monte do Tosco 1 seja muito diferente da do Porto das Carretas, remetendo, uma vez mais, para distintas origens culturais dos correspondentes portadores destes diferentes tipos de produções, que circulariam pela região, nela se fixando durante algum tempo em sítios permanentes e fortificados.

O vasto sítio dos Perdigões, Reguengos de Monsaraz, apresenta-se delimitado por um complexo sistema de fossos (Fig. 39), que ainda se encontra em curso de escavação, pelo que as informações fornecidas pelos escassos 33 fragmentos campaniformes publicados, que correspondem ao número mínimo de 19 recipientes, terão de ser encaradas como provisórias. A sua distribuição espacial sugere a existência de uma concentração em torno da área central da ocupação calcolítica pré-campaniforme (LAGO *et al.*, 1998). A estes haverá que somar mais 6, perfazendo o total de 39 fragmentos.

No respeitante às técnicas decorativas, apenas 7 são decorados a pontilhado; um revelará a presença simultânea da técnica pontilhada e da incisa; os restantes são incisos. A tipologia decorativa deste grupo revela assinalável homogeneidade, indicando filiação directa no grupo da Meseta, do tipo Ciempozuelos, onde não faltam alguns fragmentos decorados com uma métopa simples de zigue-zagues, do lado interno do bordo, característicos daquelas produções cerâmicas (Fig. 40). Desta forma, pode concluir-se que, enquanto neste grande sítio delimitado por fossos, coexistiram diversos tipos de produções, tal qual o observado no Porto Torrão, nos sítios mais pequenos, da mesma região, as diferenças acentuam-se, o que é compatível com a anterior alusão à existência de grupos humanos de origens culturais distintas, uns relacionados directamente com a Meseta (Ciempozuelos), outros revelando relações mais prováveis, ainda que indirectas, com o litoral atlântico (vasos marítimos). Apenas nos sítios de maiores dimensões, constituídos em locais centrais à escala regional, teriam a capacidade de atrair as diversas comunidades campaniformes, que aí poderiam coexistir pacificamente. Contudo, importa não generalizar esta realidade, dado que, se as ocorrências de campaniformes marítimos configuram, no território peninsular, uma distribuição geográfica essencialmente litoral, observa-se, no centro da Península, uma vasta área onde tais produções ocorrem (BUENO RAMIREZ; BARROSO BERMEJO & VÁZQUEZ CUESTA, 2008, Fig. 13.1) (Fig. 41).

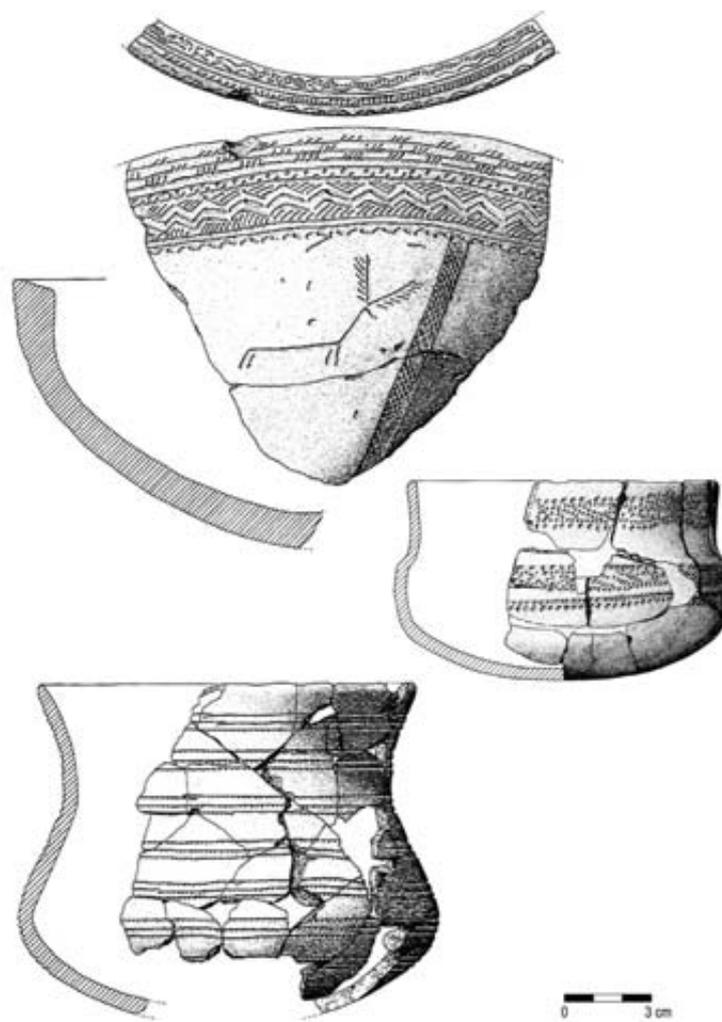


Fig. 28 - Vasos campaniformes recolhidos no tholos da Tituaria, associados à reutilização funerária do monumento (J. L. Cardoso e col.).

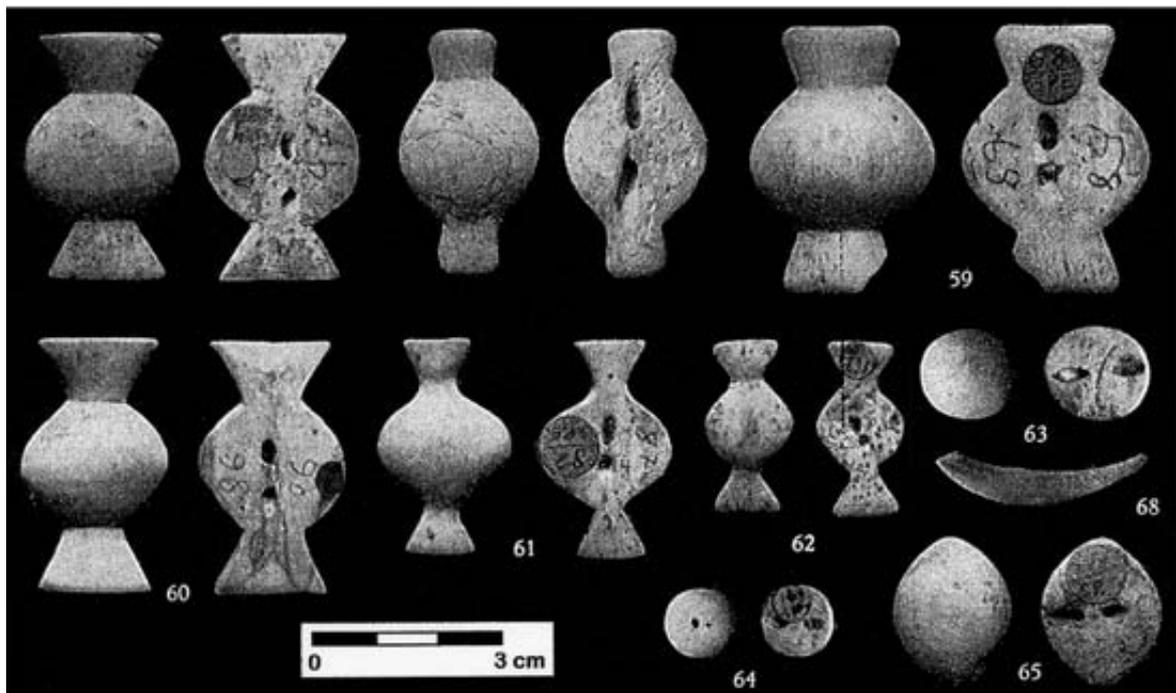
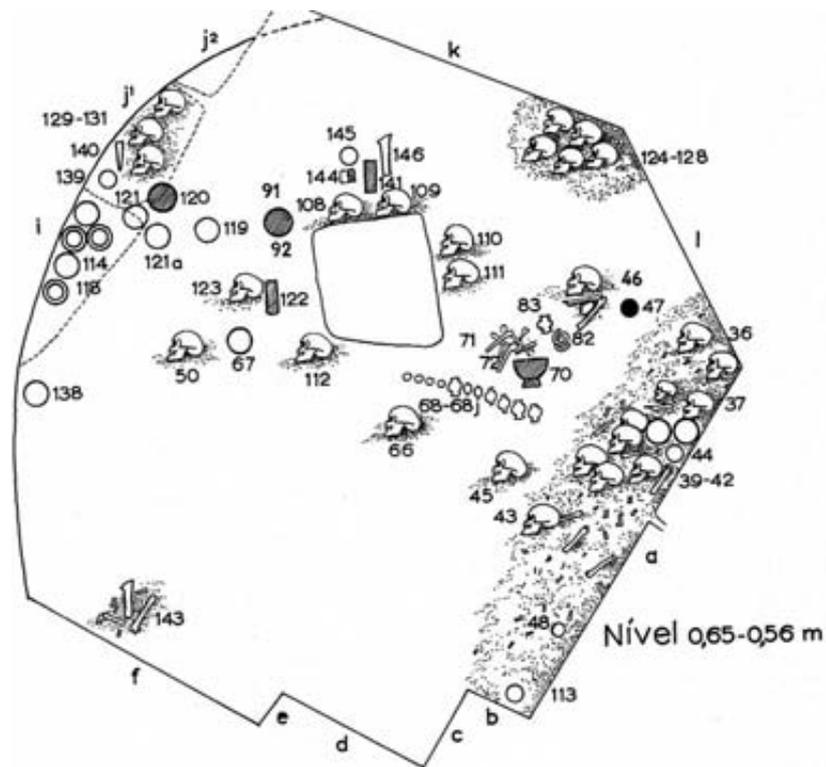


Fig. 29 – Planta de um dos planos de escavação da gruta artificial 1 de S. Pedro do Estoril, observando-se alinhamento de botões campaniformes, relacionados com peça de vestuário envergada pelo corpo ali depositado, e conjunto de exemplares ali recolhidos (seg. V. Leisner, A. do Paço & L. Ribeiro).

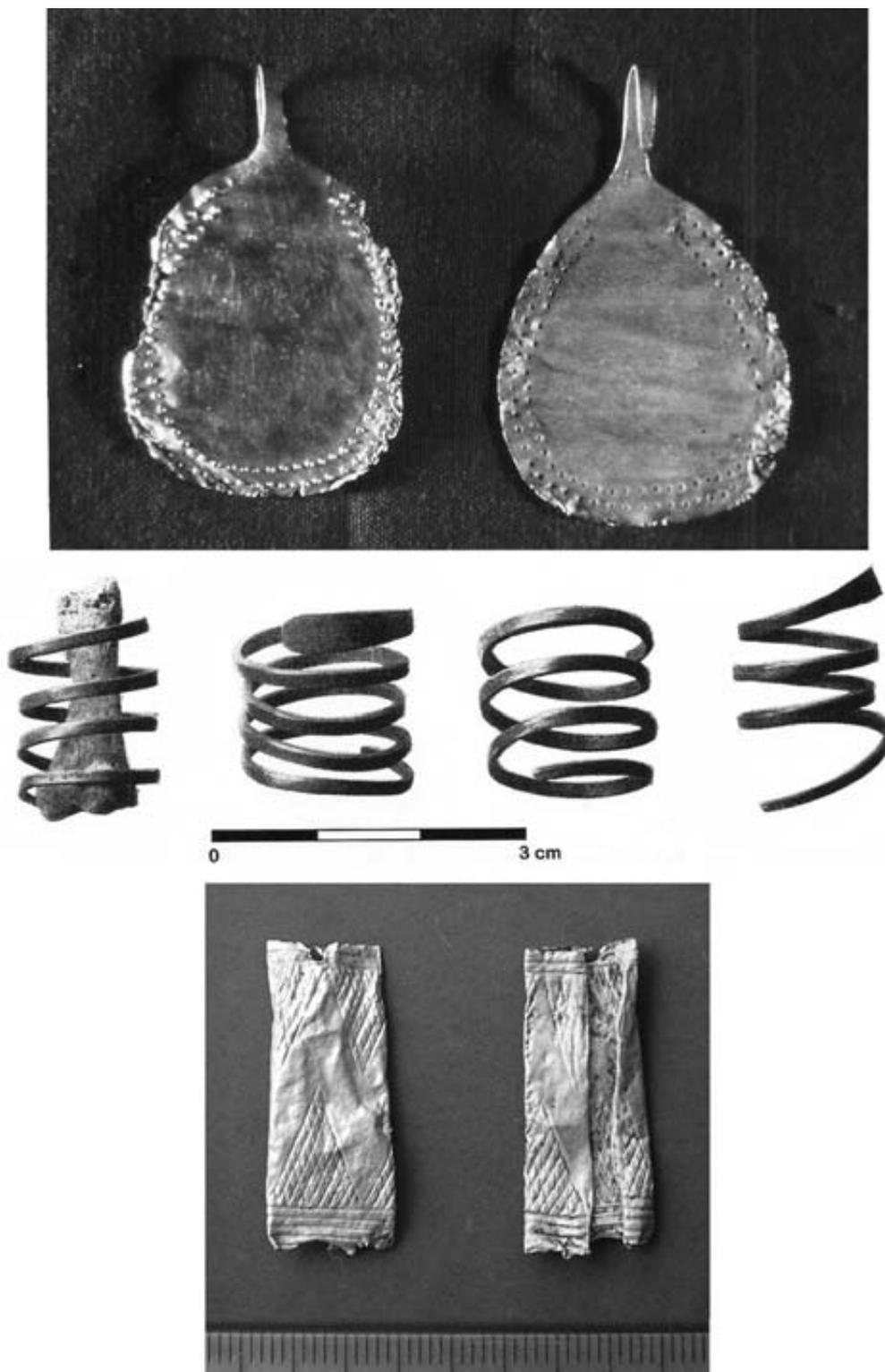


Fig. 30 – Conjunto de jóias auríferas campaniformes da Estremadura. Em cima: par de brincos da gruta artificial de Ermegeira (arquivo M. Farinha dos Santos / J. L. Cardoso); ao centro: conjunto de espirais da gruta artificial 1 de S. Pedro do Estoril, um deles conservando ainda a falange humana, comprovando-se que fora utilizada como anel (seg. V. Leisner, A. do Paço & L. Ribeiro); em baixo: chapa de ouro batido decorada por linhas incisadas, do povoado fortificado de Moita da Ladra (foto de J. L. Cardoso).

Neste contexto, assume interesse a referência à Barrada do Grilo, Alcácer do Sal, correspondendo à ocupação campaniforme de um sítio aberto (colina baixa), previamente habitado no Mesolítico (SANTOS, SOARES & SILVA, 1972). Os autores referem um único momento de ocupação campaniforme, representado por grande número de recipientes lisos e decorados. Neste últimos, é exclusiva a técnica incisa, cujas depressões são por vezes preenchidas por pasta branca, como o verificado em outros sítios, atrás mencionados. Os padrões decorativos, de evidente barroquismo nalguns casos (cf. Est. VII, n.ºs 34, 36), aproximam estes recipientes das cerâmicas campaniformes da Meseta, grupo de Ciempozuelos (cf. Est. VIII, n.º 37). No entanto, também nas produções incisas da Estremadura, se observam os mesmos motivos, onde não falta a técnica pseudo-excisa, comum em produções de Ciempozuelos, configurando uma correlação entre as duas áreas geográficas observada no decurso dos últimos três séculos do 3.º milénio BC. Com efeito, no povoado de Freiria, Cascais, identificou-se mesmo um fragmento de recipiente com decoração interna ao longo do bordo (CARDOSO, CARDOSO & ENCARNÇÃO, 2013, Fig. 30, n.º 3), o que não deixa dúvidas quanto á sua filiação naquele grupo campaniforme, podendo mesmo colocar-se a hipótese de se tratar de um recipiente dali importado. Esta é uma realidade que importa sublinhar, pois os espólios alentejanos funerários recolhidos em diversos dólmenes apontam para esse caminho, com duplo sentido, entre o *hinterland* meseteno e o litoral da Estremadura portuguesa.

Com efeito, avultam duas ocorrências cuja importância deve destacar-se. Trata-se de sepulturas individuais que aproveitaram a protecção oferecida por monumentos dolménicos previamente existentes. A conhecida há mais tempo registou-se na anta da Herdade das Casas do Canal, Estremoz, dólmen de câmara poligonal, em que o espaço definido pelos dois esteios ainda conservados do corredor e pela laje de fecho de passagem para a câmara, era propício a uma tumulação secundária de um indivíduo, ao qual deverá corresponder o espólio campaniforme exumado (LEISNER & LEISNER, 1955) (Fig. 42). Este é constituído por uma grande caçoila baixa com decoração incisa que



Fig. 31 – Gruta artificial da Praia das Maças, depois de reescavada por J. L. M. Gonçalves. Observa-se, em segundo plano, a grande câmara funerária, revestida por lajes, no Calcolítico, aquando da construção da falsa cúpula (foto de J. L. M. Gonçalves, arquivo O. da Veiga Ferreira/J. L. Cardoso).

se estende para o lado interno, de tipo Ciempozuelos e por um vaso campanulado liso, o qual se encontrava dentro da caçoila. Na anta de Bencafede, Évora, recolheram-se duas caçoilas campaniformes, profusamente decoradas, do tipo Ciempozuelos, também decoradas interiormente, correspondendo, igualmente, a uma tumulação reaproveitando a câmara do monumento (Fig. 43) (CARDOSO & NORTON, 2004). Deste modo, a assinalável presença de produções com origem na Meseta Ibérica no interior do Alto Alentejo, configura inquestionavelmente a sua penetração geográfica para ocidente, até ao litoral atlântico, corroborando as ocorrências de espólios comparáveis em alguns povoados, situados mais perto da fronteira, como é o caso dos Perdigões e do Monte do Tosco 1, acima tratados.

No entanto, o exemplo mais expressivo de reaproveitamento de um megálito pelas comunidades campaniformes alentejanas é representado pelos dois enterramentos efectuados na câmara do dólmen da Pedra Branca, Santiago do Cacém, situado perto do litoral atlântico do Baixo Alentejo (FERREIRA *et al.*, 1975), que se afiguram contemporâneos, tal a homogeneidade tipológica do espólio (Fig. 44). Os materiais cerâmicos recolhidos nas duas sepulturas são exclusivamente incisos, correspondendo a duas caçoilas incisas, duas taças Palmela incisas, um vaso de carena baixa, igualmente com decoração incisa, e fragmentos de duas “garrafas”, recipientes de forma esférica e colo apertado, também decorados por incisões na parte superior do bojo e no colo, até o bordo. Tem interesse destacar a forma de um vaso, afim dos copos calcólíticos estremenhos pré-campaniformes, igualmente com decoração incisa, o qual

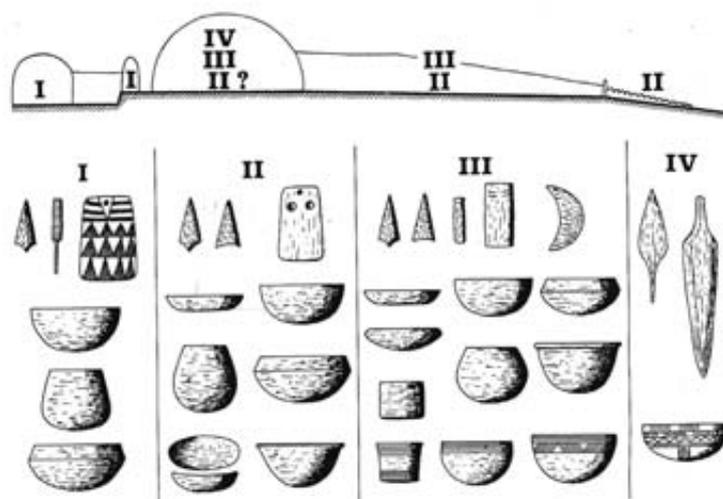


Fig. 32 – Representação esquemática das sucessivas utilizações da gruta artificial da Praia das Maças, correspondendo a última, circunscrita à câmara, à reutilização campaniforme (seg. J. L. M. Gonçalves).



Fig. 33 – A gruta artificial 2 de Casal do Pardo/Palmela, observando-se a entrada, o corredor e a passagem deste para a câmara (foto de J. L. Cardoso).

tem paralelos em outros exemplares estremenhos, já inventariados (CARDOSO, 2004 b) (Fig. 45). Trata-se de evidência que reforça as permeabilidades das produções campaniformes às produções pré-existentes, corporizando, por conseguinte, traço de continuidade entre ambas (AMARO, 2010-2011). Um braçal de arqueiro, pontas Palmela, objectos de adorno e, eventualmente, placas de xisto (a menos que resultem a mistura com materiais mais antigos), completavam o espólio destas duas sepulturas.

O espólio exumado confirma as evidentes afinidades com a Estremadura portuguesa justificada, pela sua localização litoral, tornando mais fáceis os contactos entre ambas. A este propósito, importa não esquecer que, até à década de 1940, o movimento de pessoas e de mercadorias entre o litoral alentejano e a Estremadura era essencialmente assegurado por via marítima, através de navegação bordejando a costa, tal como aconteceria no campaniforme.

Com efeito, a partir do litoral da Estremadura verificaram-se irradiações das produções campaniformes tanto para norte como para sul, ao longo da costa. As primeiras foram já anteriormente referidas e sê-lo-ão adiante descritas de forma mais detalhada. Quanto à difusão das produções campaniformes da Estremadura portuguesa para sul, às documentadas no dólmen de Pedra Branca, soma-se a estação de Vale Vistoso, Sines: trata-se de uma ocupação de um sítio aberto, implantado sobre o oceano, de evidente carácter sazonal, e em curto período de tempo, compatível com o escasso espólio exumado, constituído por pequeno e homogéneo conjunto de cerâmicas campaniformes, todas decoradas pela técnica incisa. Neste escasso conjunto, estão representadas diversas caçoilas e um fragmento de taça Palmela, a mais meridional das até agora conhecidas (SILVA & SOARES, 1981).

Ainda no âmbito da reutilização de monumentos dolmênicos alentejanos no decurso do período campaniforme, avulta particular importância as obser-



Fig. 34 – Vaso marítimo contendo dois ossos humanos, um fémur e uma vértebra, de uma das grutas artificiais do Casal do Pardo / Palmela (arquivo O. da Veiga Ferreira / J. L. Cardoso).



Fig. 35 – Vaso marítimo com decoração incisa, da gruta artificial 3 do Casal do Pardo / Palmela (arquivo O. da Veiga Ferreira / J. L. Cardoso).

vações efectuadas por Manuel Heleno (ROCHA, 2005, p. 213, Fig. 7.78): trata-se do enterramento efectuado no corredor da anta de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais, Estremoz, com os ossos dos membros inferiores em posição dobrada, de um indivíduo, aparentemente com a cabeça voltada a poente. A sepultura encontrava-se coberta, por pequenas lajes, e dele faziam parte cerâmicas campaniformes, de tipologia não identificada.

Para o interior meridional do Baixo Alentejo, a ocorrência de materiais campaniformes torna-se rara; contudo, foi ali recentemente identificada uma das mais interessantes ocorrências funerárias: trata-se da sepultura escavada em poço da Quinta do Castelo 1, Beja, onde se recolheu um vaso marítimo, ainda não estudado em pormenor (VALERA, 2014). Importa sublinhar que esta ocorrência pode ser comparada à identificação de um vaso campaniforme com decoração geométrica a pontilhado recolhido no Lugar do Vargo, Fafe (BETTENCOURT, 2011), correspondente provavelmente a uma tumulação individual do mesmo tipo.

No Algarve, tal presença era desconhecida até há pouco tempo. Com efeito, foram ali registados apenas três fragmentos de vasos marítimos, recolhidos na parte superior da estrutura do *tholos* de Alcalar 7, Portimão, escavado por Estácio da Veiga em finais do século XIX (Fig. 46), aquando do projecto de restauro, valorização e musealização do monumento (MORÁN & PARREIRA, 2004, p. 172, 214).

4 - A REGIÃO CENTRO, ENTRE OS RIOS TEJO E DOURO, COM EXCLUSÃO DA ESTREMADURA

No sul da Beira interior, as produções cerâmicas campaniformes eram, até época recente, totalmente desconhecidas. Tal panorama modificou-se recentemente: no Monte do Trigo, povoado de altura do concelho de Idanha-a-Nova (Fig. 47), reconheceram-se escassos fragmentos de vasos marítimos decorados a pontilhado (VILAÇA, 2008). Estes exemplares foram relacionados com a circulação transregional pela importante

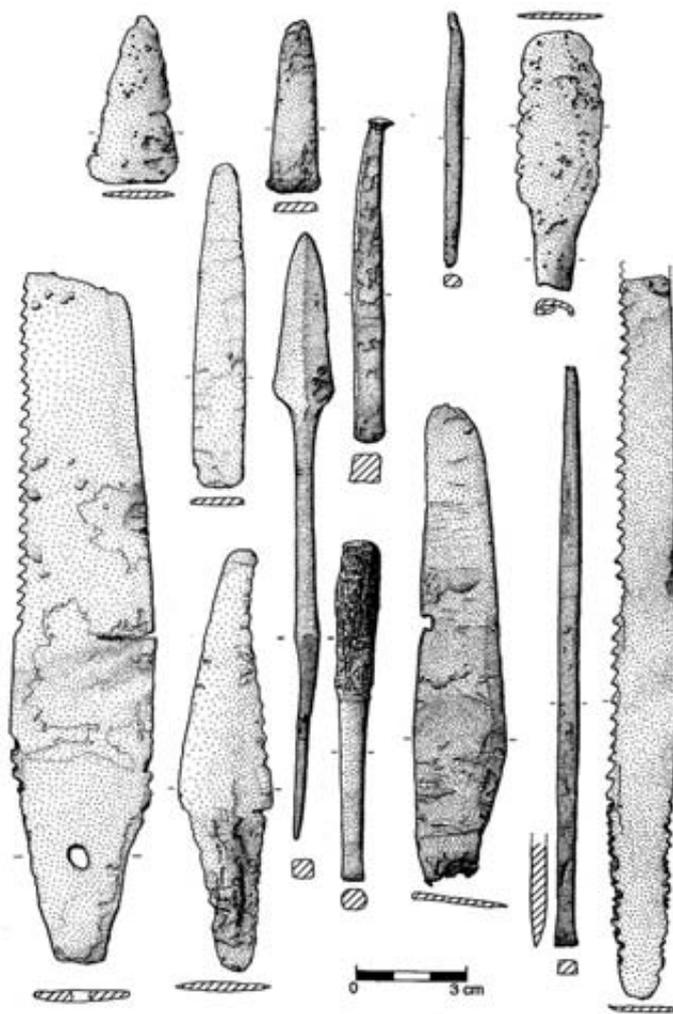


Fig. 36 - Conjunto de artefactos de cobre arsenical do Outeiro de S. Bernardo (seg. J. L. Cardoso, A. M. Soares & F. Araújo).

via fluvial que era o rio Tejo, pondo em contacto esta região com a Estremadura portuguesa. Com efeito, trata-se de uma área onde se cruzavam tais influências com as oriundas da Meseta, expressivas da presença, ainda que excepcional de produções campaniformes do tipo Ciempozuelos na região: além de vários artefactos do “pacote” campaniforme recolhidos em diversos monumentos dolménicos da região (pontas Palmela, braçal de arqueiro), apenas numa cista secundária campaniforme, destinada a uma tumulação individual, construída na periferia do dólmen 5 do Amieiro, Idanha-a-Nova (Fig. 48), se recolheu um fragmento campaniforme decorado, com o característico padrão pseudo-exciso da Meseta (CARDOSO, CANINAS & HENRIQUES, 2003), ocorrência que encontra fácil explicação dada a situação geográfica daquele monumento. Importa sublinhar a importância desta descoberta, pois em geral as tumulações campaniformes eram feitas aproveitando as estruturas dos sepulcros pré-existentes, ao contrário do ali verificado, onde, na periferia do *tumulus* original do monumento, se edificou uma estrutura própria, o que constitui interessante excepção.

Ao longo do litoral do centro do país, até à região de Coimbra/Figueira da Foz, ocorrem, embora vestigialmente, certas produções campaniformes típicas dos estuários do Tejo e do Sado: é o caso da taça Palmela, com decoração a pontilhado acompanhada de vasos de tipo “marítimo” com decoração igualmente a pontilhado, oriunda da gruta da Eira Pedrinha, Condeixa (CORRÊA & TEIXEIRA, 1949), a que se junta fragmento de braçal de arqueiro, igualmente

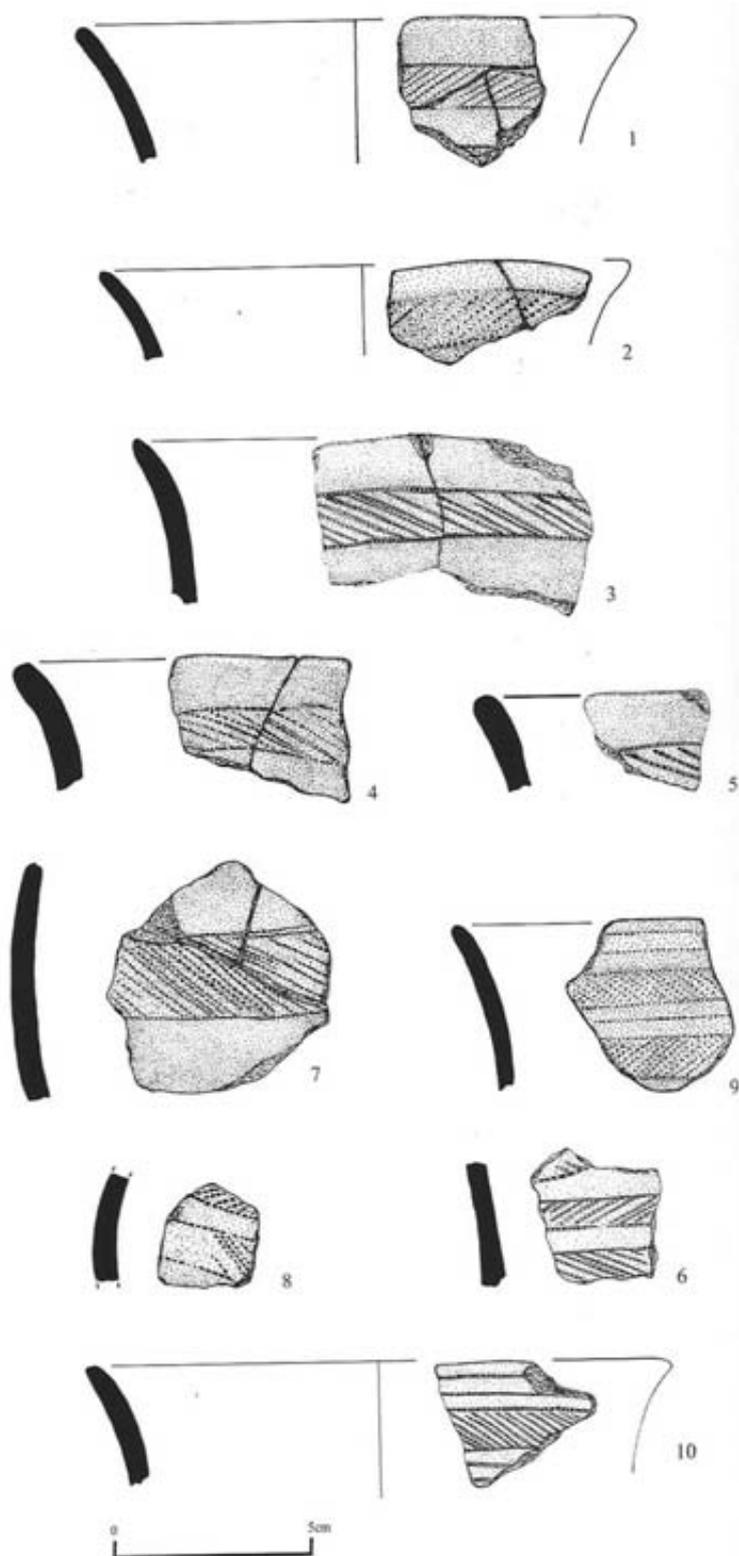


Fig. 37 – Cerâmicas campaniformes do povoado do Porto das Carretas (seg. J. Soares).

característico da panóplia campaniforme. Em algumas das estações de carácter indeterminado, perto do estuário do Mondego, célebres pelas suas ocupações no Neolítico Antigo, encontraram-se também fragmentos campaniformes: da Junqueira, provém fragmento de vaso marítimo pontilhado (VILAÇA, 1988, Fig. 14), e do Forno da Cal, Soure, uma ponta Palmela, relacionada talvez com sepultura (ROCHA, 1907, Fig. 4). O dólmen de Cabeço dos Moinhos proporcionou também materiais campaniformes: é o caso de um botão de osso com perfuração em “V”, um vaso campanulado liso, dois fragmentos taças de tipo Palmela incisas, já antes referidas (ver Fig. 13) e uma caçoila decorada a pontilhado em métopas (LEISNER, 1998; GOMES & CARVALHO, 1993). Outro dólmen da serra da Boa Viagem que forneceu materiais campaniformes é o da Cumieira, também explorado por A. dos Santos Rocha: além de uma ponta Palmela, forneceu um fragmento com decoração

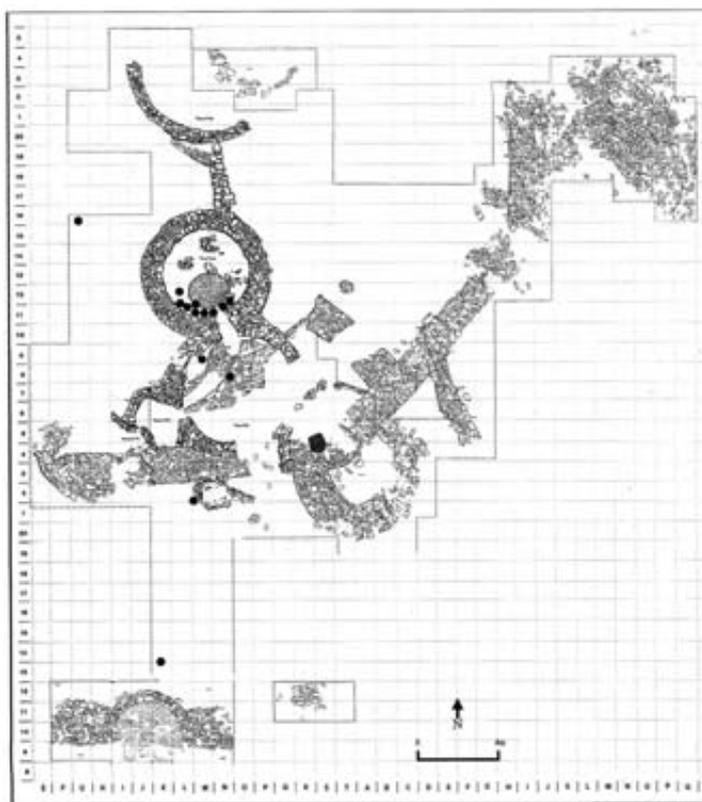


Fig. 38 – Cabana do povoado do Porto das Carretas reutilizada no campaniforme (seg. J. Soares).

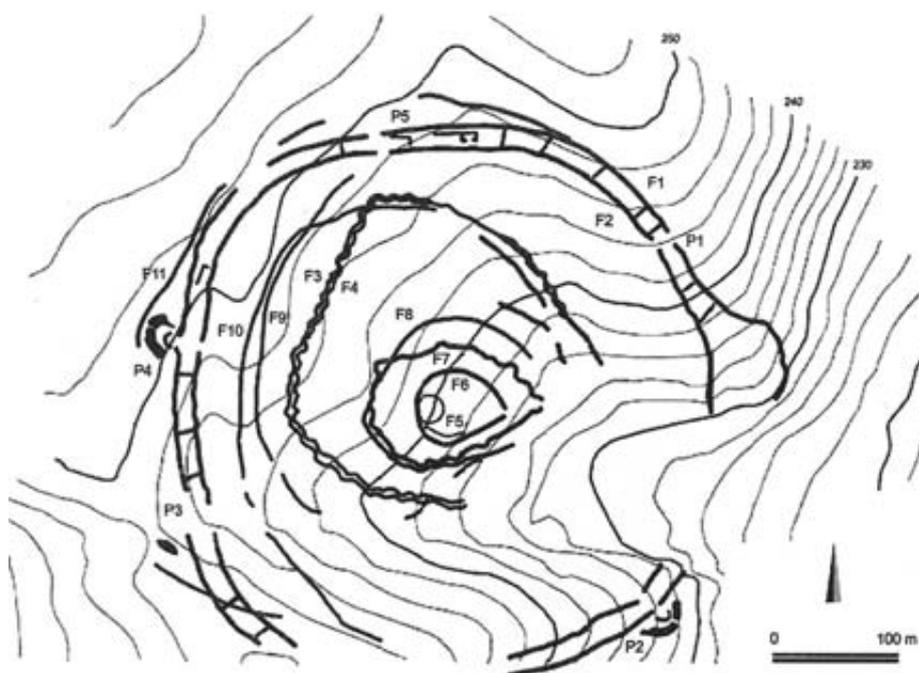


Fig. 39 – Planta do grande povoado dos Perdigões, delimitado por fossos de diversas épocas (por deferência de A. Valera).

incisa. No Crasto, povoado de altura, identificou-se um conjunto que A. dos Santos Rocha conotou dubitativamente com sepultura, atendendo à recolha de um fragmento de tibia humana; era constituído por dois fragmentos campaniformes, um deles muito erodido (aparentemente inciso), um fragmento de uma taça Palmela (aparentemente com decoração a pontilhado), uma ponta Palmela e um machado de pedra polida (ROCHA, 1971, Figs. 1, 2, 3).

Pode, pois, concluir-se que, na região da Figueira da Foz, os materiais campaniformes ocorrem sempre de forma isolada, correspondendo ao aproveitamento circunstancial de grutas ou de megálitos ali existentes, ou à ocupação pontual e sempre pouco intensa de sítios habitacionais, sejam de planura ou de altura, embora tais ocupações revistam carácter dúbio, pois poderiam, pelos elementos recolhidos, tratar-se preferencialmente de sepulturas feitas em locais anteriormente habitados. A tipologia dos materiais é diversificada, com taças Palmela com decoração pontilhada e incisa, vasos marítimos e fragmentos incisos que, no conjunto, evidenciam afinidades com a Estremadura portuguesa. Deste modo, pode concluir-se que as influências que dali irradiaram atingiram, ao longo do litoral, duas áreas extremas, a norte, a Figueira da Foz e, a sul, a região de Sines.

Na parte da bacia hidrográfica do Douro a sul do referido rio, têm sido encontrados pequenas sepulturas não megalíticas, por vezes correspondendo a cistas isoladas, ou a monumentos secundários abertos nos *tumuli* de sepulturas mais antigas, como a identificada no dólmen de Amieiro 5, atrás referida, atribuídas já à Idade do Bronze (SILVA,

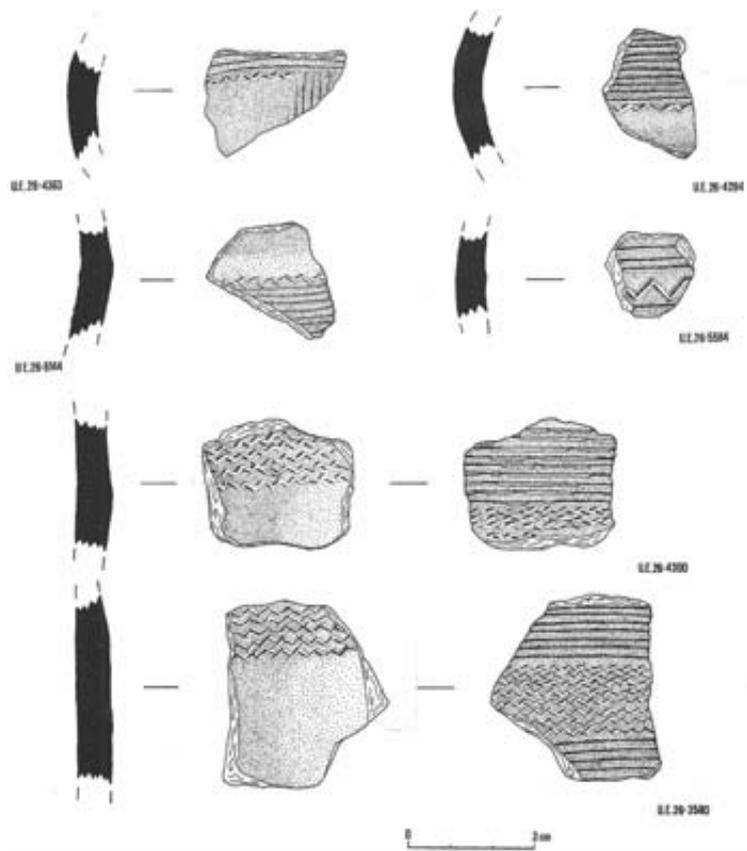


Fig. 40 – Cerâmicas campaniformes do povoado dos Perdigões (seg. M. Lago e col.).

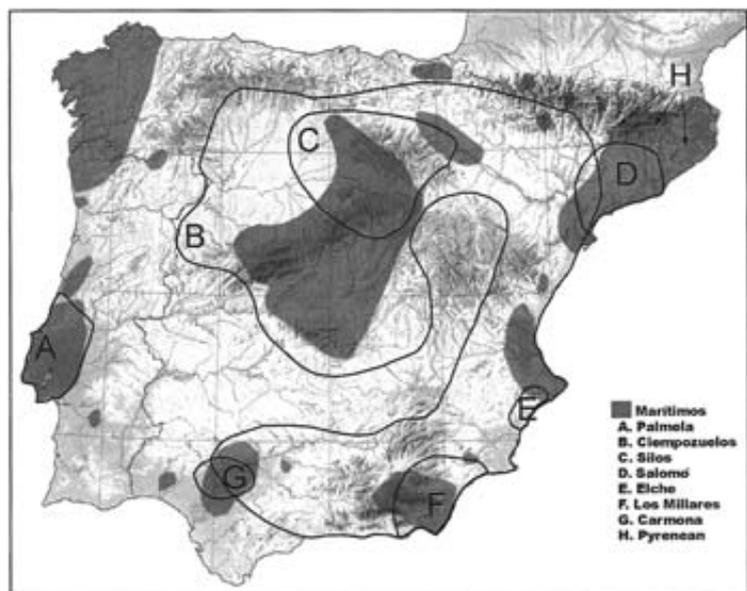


Fig. 41 – Distribuição na Península Ibérica dos vasos marítimos e dos estilos campaniformes regionais (seg. P. Bueno Ramirez; R. Barroso Bermejo & A. Vázquez Cuesta).

1997), as quais, nalguns casos, possuíam cerâmicas campaniformes: é o caso da Mamoa 2 de Aliviada, Arouca, onde sepultura cistóide secundária proporcionou um fragmento campaniforme inciso e da Mamoa 7 da Urreira, Arouca, cuja estrutura interna, talvez correspondente a uma grande câmara de um dólmen sem corredor, proporcionou sete fragmentos de um vaso marítimo, variante linear, com decoração a pontilhado; enfim, na Mamoa 1 de Castelo-Fajões, Oliveira de Azeméis, correspondente talvez a um sepulcro de câmara poligonal alongada, recolheram-se vinte e quatro fragmentos de um vaso marítimo com decoração a pontilhado de bandas.

Mais para o interior centro, alguns dos raros exemplares campaniformes ali conhecidos foram registados pelo pioneiro da arqueologia A. dos Santos Rocha, provenientes de dólmenes de câmara poligonal e corredor longo do concelho de Oliveira do Hospital. Estes e outros materiais foram ulteriormente estudados por diversos autores, sendo possível, actualmente, referir cerca de dez monumentos megalíticos com reutilizações funerárias campaniformes, correspondentes provavelmente a sepulturas individuais, aproveitando a protecção dos esteios das câmaras ou dos corredores: é o caso dos dólmenes da Bobadela, do Seixo da Beira, da Sobreda, da Orca do Outeiro do Rato, na bacia do Alto Mondego (concelho de Oliveira do

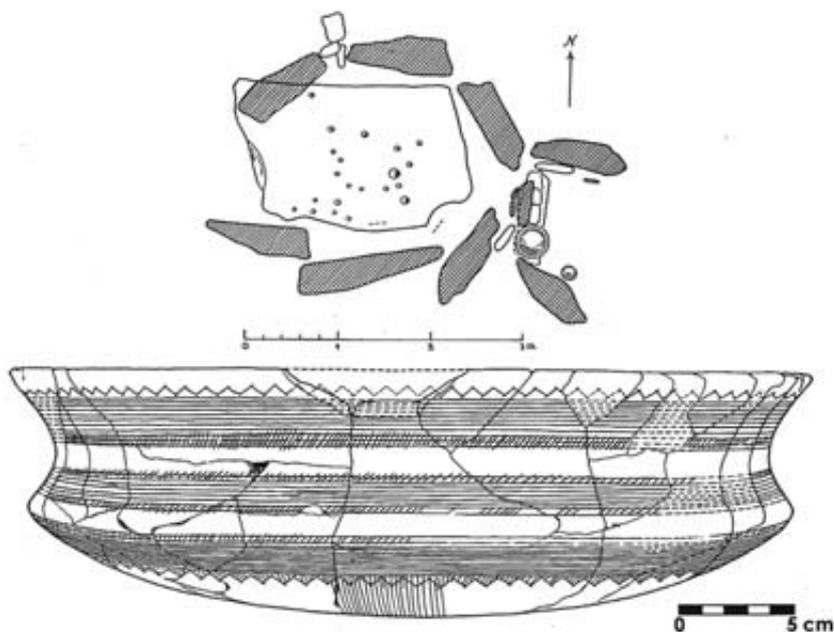


Fig. 42 – Planta da anta das Casas do Canal, com a indicação da deposição funerária campaniforme e representação da grande caçoila baixa ali recolhida, do grupo de Ciempozuelos (seg. G. Leisner & V. Leisner).

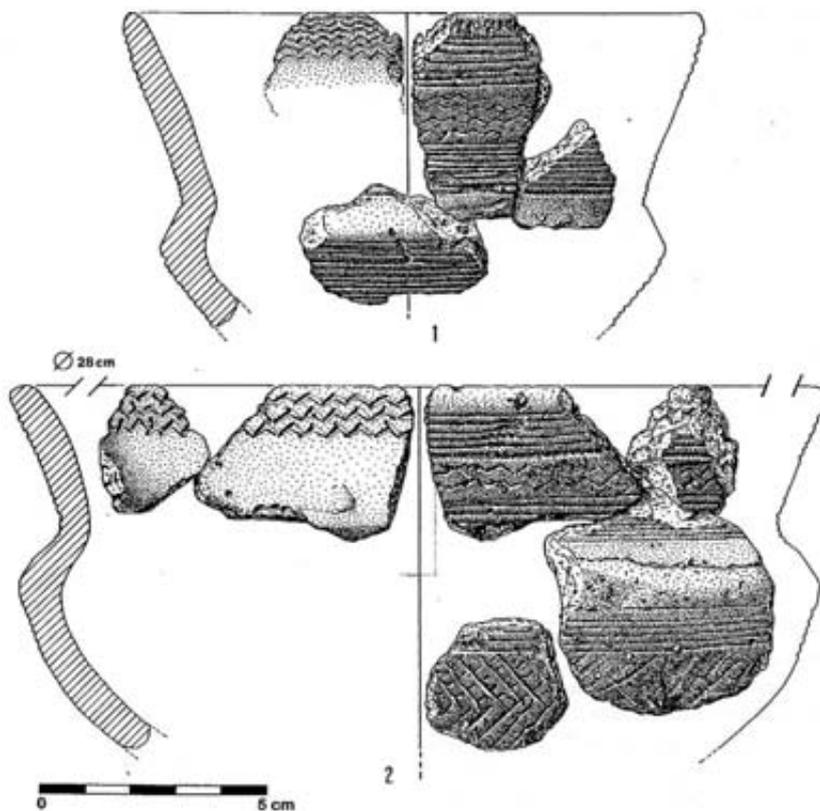


Fig. 43 – Fragmentos de duas caçoilas do grupo de Ciempozueleos, recolhidos na anta de Bencafede (seg. J. L. Cardoso & J. Norton).

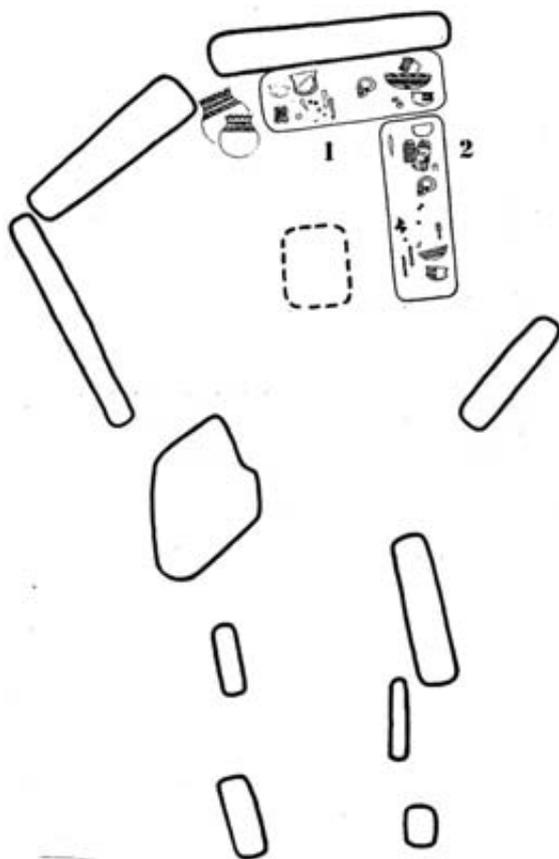


Fig. 44 – Planta do dólmen da Pedra Branca, com indicação das duas sepulturas campaniformes identificadas na câmara e respectivos espólios (seg. O. V. Ferreira e col.).



Fig. 45 – Vaso campaniforme afim dos “copos” do Calcolítico da Estremadura portuguesa, proveniente de uma das sepulturas campaniformes identificadas na câmara do dólmen da Pedra Branca (arquivo O. da Veiga Ferreira / J. L. Cardoso).

Hospital) e, mais a norte, nas bacias do Vouga ou já do Douro, das Orcas dos Moinhos de Rua, das Orcas das Castenairas e de Seixas. Em geral, as produções cerâmicas campaniformes ostentam decorações a pontilhado, integrando formas e padrões decorativos que vão dos vasos campaniformes típicos (vasos marítimos), até às decorações geométricas a pontilhado aplicadas a vasos campaniforme e a grandes recipientes de fundo plano. Em qualquer caso, a integração destas produções faz-se sem dificuldades no grupo caracterizado pelo vaso marítimo, dispensando a consideração de um grupo autónomo, como por vezes se observa por parte de alguns autores.

Nestes grandes monumentos megalíticos foram também recolhidos artefactos metálicos típicos da panóplia campaniforme (SENNA-MARTINEZ, 1994), por vezes susceptíveis de integrarem conjuntos “fechados”, correspondentes a tumulações individuais, como é o caso do recolhido na Orca de Seixas, representado por um vaso marítimo; um vaso carenado com decoração de tipo marítimo; um machado plano de cobre; uma ponta Palmela de cobre arsenical; e um braçal de arqueiro de xisto (Fig. 49).

Os sítios habitados são escassos, estando representados por poucos materiais, tal como se verificou na região da Figueira da Foz, indicando um povoamento disperso, cujas marcas são discretas na paisagem. É o caso dos sítios de Linhares, que forneceu materiais campaniformes com padrões decorativos regionais, associados a cerâmicas penteadas incisadas (VALERA, 1999) e do Complexo do Penedo da Penha, que forneceu apenas três fragmentos de um recipiente campanulado com decoração de bandas incisadas em espinha (SENNA-MARTINEZ, 1994), e que pode ser interpretado, à semelhança de outros recolhidos na Orca do Outeiro do Rato, como a expressão local das decorações dos vasos marítimos.

A este propósito, importa valorizar o sítio de Fraga da Pena, Fornos de Algodres: trata-se de sítio habitado, provavelmente também de carácter ritual, implantado em *thor* granítico notável, constituindo evidente marcador da paisagem, corporizado pelos grandes penedos que coroam o topo de elevação

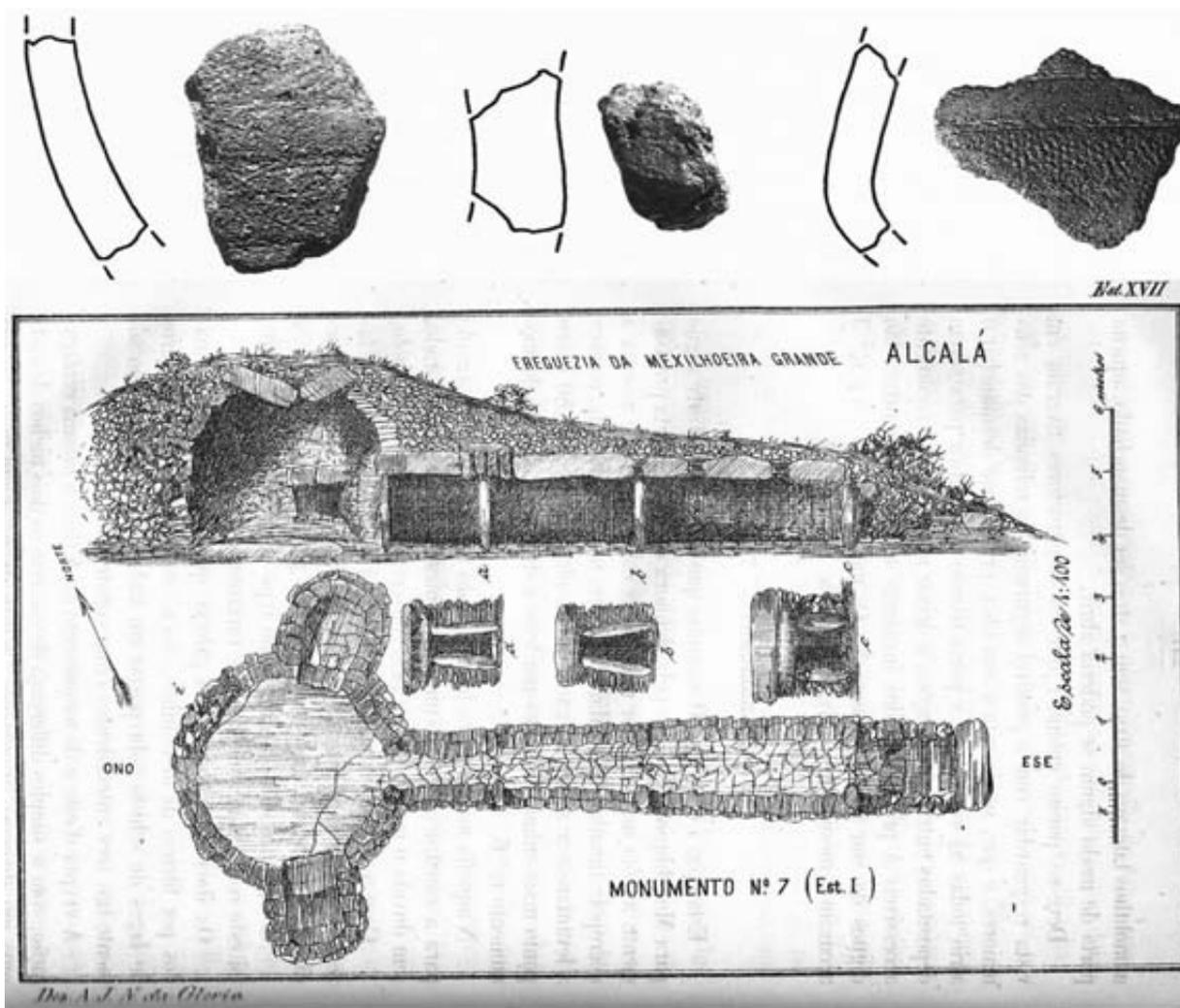


Fig. 46 – Planta do tholos de Alcalar 7 (seg. Veiga, 1889) e fragmentos de vasos marítimos recolhidos aquando do restauro do monumento (seg. E. Morán & R. Parreira).

(Fig. 50). Definiram-se duas linhas muralhadas, delimitando uma área defendida em torno da acrópole ocupada pelo “caos” de blocos graníticos. As cerâmicas campaniformes exumadas são constituídas por vasos marítimos, variante de bandas e linear pontilhada, de fabrico não local, e por recipientes campaniformes decorados com unhas e outros motivos impressos ou incisos, mais grosseiros, de fabrico local (Fig. 51) (VALERA, 2000 b; DIAS *et al.*, 2000). Trata-se do mais importante sítio de carácter não funerário do interior centro, até por lhe estar associada cronologia absoluta situável no último quartel do 3.º milénio a.C. Este resultado parece reforçar a impressão obtida da componente funerária, de serem tardias as escassas manifestações campaniformes na região, situação aliás facilmente explicável pelo seu carácter aparentemente exógeno. A Fraga da Pena, que, como se viu, quer pela sua posição especial, quer pela componente simbólica decorrente daquela, poderá ter estruturado a ocupação humana de toda a vasta região envolvente, servindo como referencial geográfico.

Olhando para a distribuição das ocorrências conhecidas, quase todas de carácter funerário, ressalta a relação com cursos fluviais importantes: rios Mondego, Dão, Paiva e Távora, e, deste modo, a sua origem litoral, e meridional, provavelmente a partir da Estremadura. Com efeito, dominam os campaniformes marítimos,

mas importa registar a emergência de fabricos locais, bem exemplificados no sítio habitacional da Fraga da Pena, correspondendo à reformulação da técnica, da temática e da morfologia, aplicada a recipientes de estilos locais. Entre estes, destaca-se a ocorrência de unhas, conhecidas também em outros sítios habitados campaniformes, como na Penha Verde, Sintra (CARDOSO, 2010-2011), para já não falar em diversos contextos extra-peninsulares da mesma época, sobretudo franceses, o que não pode atribuir-se a simples a fenómeno de convergência. É também nesta época, situável nos últimos dois ou três séculos do 3.º milénio BC que ocorrem na região em causa, pela primeira vez, peças de cobre, como sovelas, punções, machados planos (em geral de cobre arsenical), associadas também a armas, como as bem conhecidas pontas Palmela e, excepcionalmente, jóias de ouro e armas de aparato: é o caso da espiral da Orca do Outeiro do Rato, com paralelos próximos em exemplares campaniformes, como os recolhidos na gruta artificial 1 de S. Pedro do Estoril.



Fig. 47 – O povoado de altura do Monte do Trigo, onde se recolheram fragmentos de vasos marítimos (por deferência de R. Vilaça).

5 – O NORTE, ENTRE O RIO DOURO E A FRONTEIRA LUSO-ESPANHOLA

No que se refere ao norte do País, convencionalmente a região situada a norte do rio Douro, foi elaborada uma síntese da presença de materiais campaniformes, a propósito do achado de um fragmento de um vaso campaniforme cordado, recolhido no povoado do Castelo Velho, Vila Nova de Foz Coa (Fig. 52), situado ainda a sul do Douro, na Beira Transmontana (JORGE, 2002), a que se seguiu, mais recentemente, uma outra síntese que pode considerar-se actualizada (BETTENCOURT, 2011).

Tal como em outras regiões do país, o registo material evidencia a existência de sítios habitados, com espólios campaniformes, e reutilizações, sobretudo de monumentos funerários, via de regra dólmenes, por constituírem em geral o tipo de necrópoles mais comuns.

Quanto aos diversos grupos estilísticos, nos monumentos megalíticos reuti-



Fig. 48 – Amieiro 5, com a anta à esquerda da imagem, e a cista campaniforme construída ulteriormente, na periferia do *tumulus* primitivo do monumento (foto J. L. Cardoso).

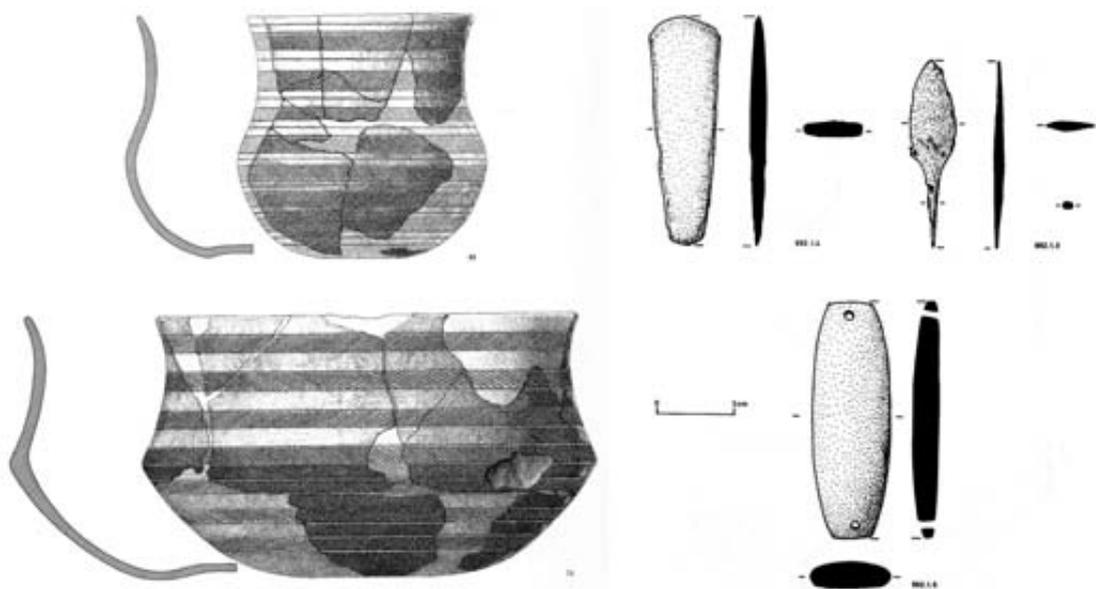


Fig. 49 – Fragmentos de vasos e artefactos do “enterramento campaniforme” da orca de Seixas (seg. V. Leisner e J. C. Senna-Martínez).

lizados, dominam as produções de vasos marítimos nas suas diferentes variantes (de bandas e linear). Assinala-se a predominância da sua distribuição litoral (Mamoas de Aspra, Caminha; de Eireira e de Chafé, Viana do Castelo; de Guilhabreu, Vila do Conde; de Chã de Arcas, Arcos de Valdevez; e, mais para o interior, a mamoa 1 de Chã de Carvalho, e o dólmen de Chã de Parada 1, ambos em Baião; e os povoados do Tapado da Caldeira, Baião e de Pastoria, Chaves, entre outros. Salienta-se ainda a presença de dois belos vasos campaniformes com decoração geométrica a pontilhado, estilisticamente afins dos vasos marítimos, recolhidos no topo da camada 2 da câmara da Mamoa 1 de Portela de Pau, Castro Laboreiro (Fig. 53) (JORGE *et al.*, 1997, Est. XX e XXI).

Com efeito, a predominância de vasos marítimos na região norte, e especialmente na sua faixa litoral, não é de estranhar, já que tal região se situa a meio caminho do litoral galego, onde domina também aquele tipo de produções. A sua grande semelhança formal com os vasos marítimos da Estremadura portuguesa é de tal ordem que justifica a admissão de interacção, por navegação de cabotagem ou por terra, ao longo da costa (SALANOVA, 2000, 2001). Contudo, para que tal fosse cabalmente demonstrado, importaria desenvolver programas de análises químicas e mineralógicas das pastas cerâmicas (CARDOSO, QUERRÉ & SALANOVA, 2005).

Enfim, as cerâmicas incisadas evidenciam certas afinidades com as do grupo de Ciempozuelos. Mas o número de fragmentos conhecido é demasiadamente pobre para permitir maiores certezas: para além do monumento citado, apenas se recolheram fragmentos campaniformes incisados na mamoa 2 de Carvalhelhos, Boticas e no Crasto de Palheiros, Murça (Fig. 54), correspondentes a estilos locais (aplicação de bandas horizontais produzidas por pente a recipientes formalmente campaniformes), associados a vasos marítimos (variantes de bandas e linear), e a caçoilas com decoração pontilhada geométrica (Fig. 55) (BARBOSA, 1999; SANCHES, 2008).

Com efeito, a presença de interpretações decorativas locais produzidas pela aplicação do pente, formando bandas horizontais incisadas, equivalentes das bandas dos vasos marítimos, e aplicadas a recipientes formalmente campaniformes, identificados em diversos sítios do norte transmontano, a par de produções campaniformes clássicas, é indício da interacção produzida com as populações locais, efectuada logo nos primórdios da afirmação da presença campaniforme na região. Ta é a conclusão a reter das datas recuadas associadas a tais produções, obtidas no Buraco da Pala, Mirandela (Fig. 56), situadas no segundo quartel do 3.º milénio BC (*in* BETTENCOURT, 2011), comparáveis às datas mais recuadas da Estremadura (Leceia, Zambujal) e do sul do País (Porto Torrão).

Mas o túmulo mais notável, no contexto da presença campaniforme da região, é a Mamoia 1 de Chã de Carvalho, Baião, pequeno megálito fechado, o único até agora conhecido no território português construído propositalmente para receber uma tumulação campaniforme individual, numa área em que nada o faria supor. A escavação das terras que constituíam o *tumulus* forneceu um notável conjunto de artefactos de cobre arsenical, recolhidos *in situ* e de tipologia campaniforme: trata-se de dois punhais de lingueta e de cinco pontas Palmela. As duas primeiras peças encontravam-se sobrepostas e orientadas inversamente, enquanto as pontas apareceram reunidas em feixe, em posição vertical e com os espigões voltados para cima; os dois conjuntos assim constituídos, encontravam-se distanciados entre si de 92 cm. A escavação forneceu ainda cerca de dez recipientes, lisos e decorados, sendo nestes exclusiva a temática campaniforme: vasos marítimos, com decoração de bandas a pontilhado; pontilhado geométrico; e recipientes incisos, tanto vasos campaniformes como uma taça Palmela, correspondente ao exemplar mais setentrional até ao presente conhecido (Fig. 57) (CRUZ, 1992, Fig. 22, n.º 2). Este notável conjunto chegaria, por si só, para demonstrar a contemporaneidade das diversas produções cerâmicas campaniformes, apesar da sua evidente diversidade formal, técnica e estilística, realidade que corrobora as observações efectuadas noutros locais, como por exemplo a Cabana FM de Leceia, atrás devidamente valorizada.

Quanto ao exemplar cordado de Castelo Velho, é muito provável que configure recipiente importado, consti-



Fig. 50 – A Fraga da Pena (Fornos de Algodres).

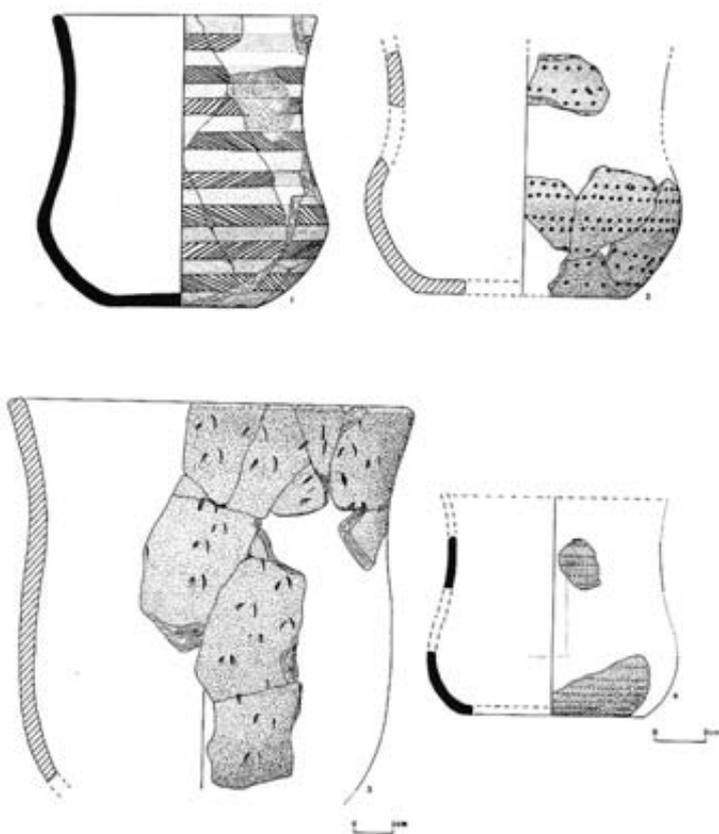


Fig. 51 – Vasos campaniformes da Fraga da Pena (seg. A. Valera).

tuído por impressão de uma “corda entrançada”, aquilo que L. Salanova classifica como *cordelette crochétée*. O exemplar mais próximo dos compulsados provém de Villa Filomena, necrópole de silos da região de Castellón, perto do litoral da Catalunha (ESTEVE GÁLVEZ, 1956). Desconhecem-se, todavia, quais os mecanismos que presidiram à sua manipulação e transporte até esta área geográfica, situação igualmente extensível ao outro exemplar português comparável, do povoado de Porto Torrão, Ferreira do Alentejo, já atrás mencionado (ARNAUD, 1993), embora neste último a impressão cordada seja simples e não entrançada, ou dupla. Há ainda a referir um terceiro exemplar, igualmente de proveniência setentrional, recolhido no recinto de fossos de Forca, Maia, cuja cronologia se situa, para cerca de 95% de probabilidade, entre 2625-2337 cal BC (*in* BETTENCOURT, 2011, p. 370). Deste modo, pode concluir-se não existir diferenciação cronológica entre estas raríssimas ocorrências de campaniformes cordados e as restantes produções campaniformes, podendo as mesmas, pelo seu carácter de excepção, corresponderem a vasos realmente importados, conclusão que só um detalhado estudo arqueométrico poderia comprovar.

Note-se que a ampla distribuição geográfica das ocorrências de campaniformes cordados – destacando-se a sua completa ausência na área de maior concentração de produções campaniformes, a Baixa Estremadura – configura relações culturais com outras áreas peninsulares, onde tais produções se conhecem, ainda assim sempre com carácter residual. A sua distribuição geográfica (JORGE, 2002, Fig. 8) revela incidência essencialmente litoral, sobretudo na Catalunha e no País Basco, bem como na Galiza e na Andaluzia.

Por tudo o que ficou dito, importa sublinhar que a sociedade campaniforme, por definição inerente à sua própria natureza, esteve sempre francamente aberta à circulação de produtos e de ideias, sendo expressiva a presença de marfim no território português de origem norte africana (CARDOSO & SCHUMACHER, 2012; SCHUMACHER, 2012) e, inversamente, no território marroquino de produções campaniformes diversas de origem ou inspiração peninsular (POYATO HOLGADO & HERNANDO GRANDE, 1988).

6 – EPÍLOGO: A TRANSIÇÃO DO CALCOLÍTICO PARA A IDADE DO BRONZE

Os mecanismos de transição para a Idade do Bronze, curto período corporizado pelos derradeiros momentos campaniformes (ou epicampaniformes, visto já não ocorrerem as tão características cerâmicas decoradas que estiveram na própria origem da designação, mas apenas cerâmicas lisas, que nalguns casos conservam tipologia campaniforme) são ainda pouco conhecidos; crê-se que a presença campaniforme, na Estremadura e no

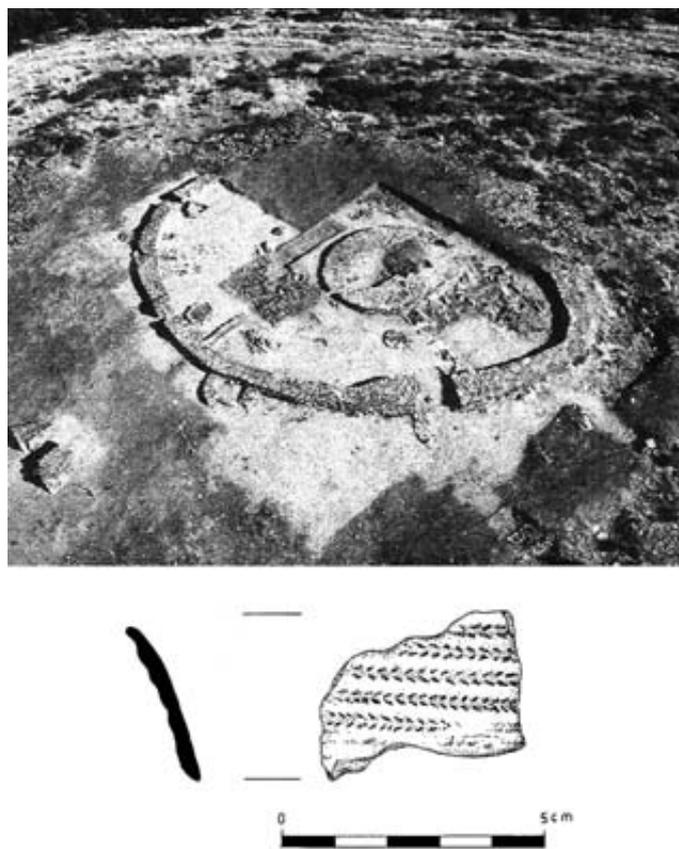


Fig. 52 – Planta do povoado murado do Castelo Velho e fragmento de vaso campaniforme cordado nele recolhido (seg. S. O. Jorge).

sul do País, tenha evoluído para novas expressões da cultura material, podendo estas ser já inseridas na Idade do Bronze (Bronze Antigo ou Bronze Inicial), entre os finais do 3.º milénio BC e os dois primeiros séculos do 2.º milénio BC.

Este período de transição é corporizado na Estremadura pelo Horizonte de Montelavar (HARRISON, 1980), ilustrado pela cista rectangular identificada ocasionalmente no sítio epónimo, perto de Sintra, onde se recolheu um punhal de lingueta e duas pontas Palmela (Fig. 58) (NOGUEIRA & ZBYSZEWSKI, 1943); a cerâmica não constava do conjunto. É evidente a fragilidade material com que se fundamentou a criação deste Horizonte, o qual, porém, adquiriu comprovada legitimidade, com base na existência de sepulturas do mesmo tipo registadas no norte de Portugal.

Situação idêntica esteve na origem da definição do Horizonte de Ferradeira, definido por H. Schubart (SCHUBART, 1971), igualmente com suporte material muito frágil, já que foi definido a partir de uma sepultura cistóide de planta sub-elipsoidal alongada, explorada muito antes, no sítio epónimo da região de Faro, no Algarve (FRANCO & VIANA, 1948). Esta sepultura, que fazia parte de um conjunto de pelo menos mais duas, continha um indivíduo depositado em decúbito dorsal, acompanhado de uma taça lisa de carena baixa, um braçal de arqueiro e um pequeno punhal de cobre de lingueta (Fig. 59). Esta sepultura tem provavelmente antecedentes locais, visto conhecerem-se diversas ocorrências calcolíticas, tanto no litoral algarvio como na zona da serra, como é o caso da cista do Cerro do Malhão, Alcoutim (CARDOSO & GRADIM, 2003).

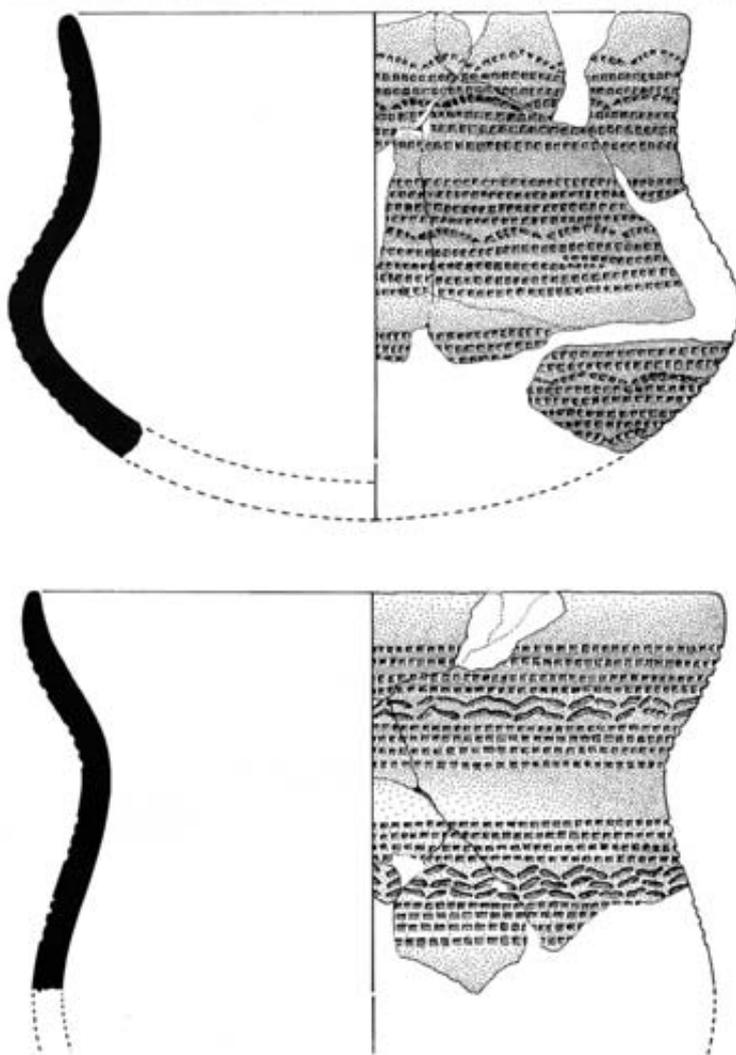


Fig. 53 – Mamao 1 de Portela do Pau e vasos campaniformes nela recolhidos (seg. V. O. Jorge e col.).

As cistas afins de Ferradeira, cujas características e espólio foram inventariadas por H. Schubart, situadas no Baixo Alentejo (Vila Nova de Milfontes, Odemira, Aljezur e Aljustrel), por vezes reunidas com ase em meras semelhanças formais, consubstanciaria uma realidade material, com significado cronológico-cultural, com extensão pelo Sudoeste espanhol. Com efeito, as investigações subsequentes realizadas tanto no Baixo Alentejo, como no Algarve, vieram confirmar a sustentabilidade deste Horizonte, presente também no Alto Alentejo (MATALOTO, 2006), tendo sido



Fig. 54 – Vista aérea do Crasto de Palheiros (por deferência de M. J. Sanches).

identificados diversos contextos fechados, sempre de carácter funerário, cujo *terminus*, foi situado no primeiro quartel do 2.º milénio a. C., entre cerca de 1950 e 1800 cal BC (MATALOTO, MARTINS & SOARES, 2013). Um dos mais representativos desses contextos fechados, corresponde à tumulação individual feita na anta do Malhão (Alcoutim), onde se recolheu uma ponta Palmela de cobre arsenical ritualmente depositada sob uma pequena taça em calote, uma adaga longa e estreita, também de cobre arsenical, constituindo modelo de transição para as produções argáricas, e um vaso liso de carena suave, de tipologia campaniforme (Fig. 60) (CARDOSO & GRADIM, 2010).

Já no país vizinho, merece destaque o rico conteúdo da cista de Motilla (Córdova) muito semelhante ao da cista constituída por uma caixa sub-rectangular com chão lajeado e coberta de lajes, aparentemente desprovida de *tumulus* da Quinta da Água Branca, Vila Nova de Cerveira (FORTES, 1905-1908), uma das evidências mais expressivas e setentrionais do Horizonte de Montelavar, situada perto de fronteira de Portugal com a Galiza (Fig. 61). Apesar dos domínios geográficos serem bem diferentes, de ambas provêm adagas de cobre longas, munidas de lingueta, de evidente filiação na panóplia campaniforme, pontas Palmela e diademas em folhas de ouro batido (Fig. 62), encontrando-se ausente o espólio cerâmico.

Situação idêntica é revelada pela cista individual de S. Bento de Balugães, Barcelos, que, de acordo com a informação prestada por Estácio da Veiga (VEIGA, 1891, p. 46), continha quatro pontas Palmela e uma gargantilha de ouro laminado, actualmente desaparecida, mas da qual existe reprodução (Fig. 63) (VEIGA, 1891, p. 46), cujo paralelo mais próximo é representado pela gargantilha de Vale de Moinhos, Almoester, referenciada pela primeira vez pelo notável arqueólogo algarvio (VEIGA, 1891, p. 46-49), actualmente conservada no Museu Nacional de Arqueologia.

A adaga da sepultura da Quinta da Água Branca tem paralelo em outras peças, como o exemplar da Quinta da Romeira, Torres Novas (Fig. 64), as quais evoluem para espadas curtas, como atesta o belo exemplar de Pinhal dos Melos, Fornos de Algodres, o qual, se estivesse completo, atingiria cerca de 60 cm de comprimento (Fig. 65) (PAÇO & FERREIRA, 1957).

Na cista da Quinta da Água Branca recolheram-se também duas espirais de ouro, análogas às encontradas em outras sepulturas campaniformes da Estremadura, como as grutas de São Pedro do Estoril, Cascais

(LEISNER, PAÇO & RIBEIRO, 1964), já atrás referidas, bem como duas argolas ou anéis, também de ouro. Esta aparente homogeneidade de arquiteturas e de conteúdos funerários, em áreas geograficamente tão afastadas, só se compreende se se aceitar que a excessiva compartimentação do espaço, típica da sociedade calcolítica pré-campaniforme, teria dado lugar a intensa circulação inter-regional, propiciada por um tipo de ocupação e sobretudo de gestão dos territórios, por parte das comunidades que os ocupavam baseada no princípio das solidariedades comerciais, plenamente demonstrado muito mais tarde, no decurso do Bronze Final. Mas, como se verifica pelos exemplos apontados, já desde meados do 3.º milénio BC os produtos circulariam facilmente por todo o território, assim se compreendendo o chamado “pacote” campaniforme, constituído pelos elementos estandardizados que o integram.

A cronologia da cista Quinta da Água Branca, para cerca de 95% de probabilidade, situa-se entre 2109-1755 cal BC (BETTENCOURT, 2011), sendo por isso sincrónica das suas equivalentes do Horizonte de Ferradeira.

Tais resultados são relevantes para situar a cronologia absoluta destes dois horizontes arqueológicos, especialmente o seu limite mais moderno; quanto ao seu limite mais antigo, é relevante a cronologia obtida para a reutilização, através de uma única deposição secundária da câmara da sepultura colectiva de Monte da Velha 1, Vila Verde de Ficalho. O espólio associado a esta tumulação é claramente integrável no Horizonte de Ferradeira; integrava-o três recipientes cerâmicos lisos, duas taças em calote e um vaso campaniforme de fundo plano (SOARES, 2008). A datação obtida para fragmento de calote craniana – a primeira que se obteve para este Horizonte – deu um resultado integrável no terceiro quartel do 3.º milénio BC.

Esta datação foi recentemente completada por outras, de ocupações integráveis no mesmo horizonte, obtidas em duas estações arqueológicas recentemente escavadas e publicadas. A primeira corresponde à *tholos* Centirã 2 (Serpa), onde foram identificadas, na câmara, três deposições secundárias, uma das quais associada a um vaso campaniforme liso, e quatro deposições primárias; apesar de não ter sido possível associar espólios arqueológicos a nenhuma destas últimas, em dois casos os corpos foram colocados em posição fetal. Os materiais arqueológicos recolhidos relacionados com esta fase de utilização do monumento, integram um outro

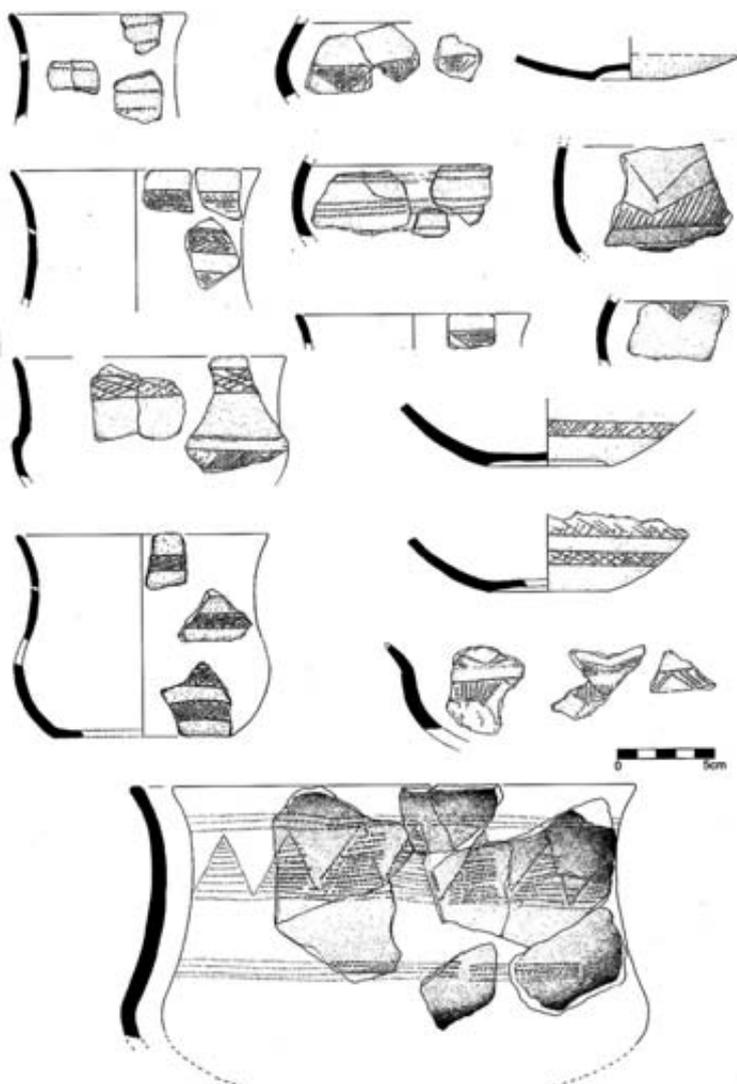


Fig. 55 – Cerâmicas campaniformes do Crasto de Palheiros (seg. S. Barbosa e M. J. Sanches).

vaso campaniforme liso, dois braçais de arqueiro uma ponta Palmela e um botão com perfuração em V de tipologia campaniforme (HENRIQUES *et al.*, 2013). Estar-se-ia assim perante um conjunto funerário reportável ao Horizonte de Ferradeira, apesar de terem sido identificados duas etapas bem diferenciadas da utilização funerária do monumento no decurso desta fase. Com efeito, as quatro deposições primárias e uma das secundárias – o ossário 1, a que foi possível associar o vaso campaniforme liso já ferido (Fig. 66) – correspondem a etapa anterior ao colapso da falsa cúpula da *tholos*, enquanto que as outras duas deposições secundárias efectuadas na câmara são já posteriores àquele evento. As datações mais antigas, reportam-se a uma das deposições primárias (n.º 1) e ao ossário 1, situando-se no terceiro quartel do 3.º milénio BC. Deste modo, são coevas da datação obtida para a deposição secundária, também integrada no Horizonte de Ferradeira, identificada no monumento de Monte da Velha 1, atrás referida, ou para a ocupação campaniforme internacional de Porto das Carretas, também acima mencionada. As datações mais modernas reportam-se a outra deposição primária (n.º 2) e a um conjunto de ossos isolados, reportando-se ao 4.º quartel do 3.º milénio BC. Deste modo, pode concluir-se que o Horizonte de Ferradeira reportar-se-ia a toda a segunda metade do 3.º milénio BC, acompanhando assim e na sua totalidade, a presença campaniforme no sul do país.

Tal constatação foi recentemente valorizada por A. Valera (VALERA, 2014), atribuindo ao Horizonte de Ferradeira, de cunho quase exclusivamente fune-

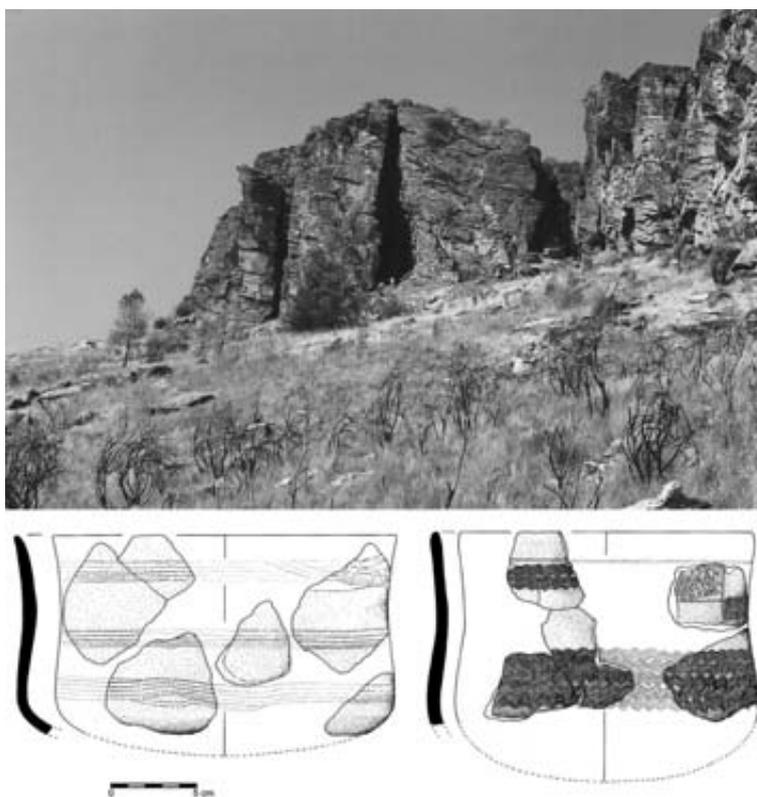


Fig. 56 – O Buraco da Pala, gruta aberta em crista de quartzitos do Ordovício (por deferência de M. J. Sanches) e produções campaniformes de imitação local dali provenientes (seg. M. J. Sanches).

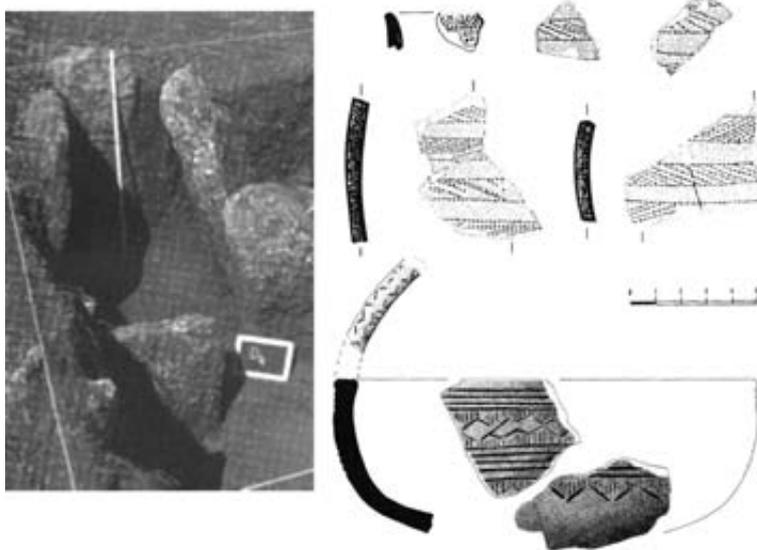


Fig. 57 – A mamoa 1 de Chã de Carvalho e produções campaniformes dali provenientes (seg. D. J. Cruz).

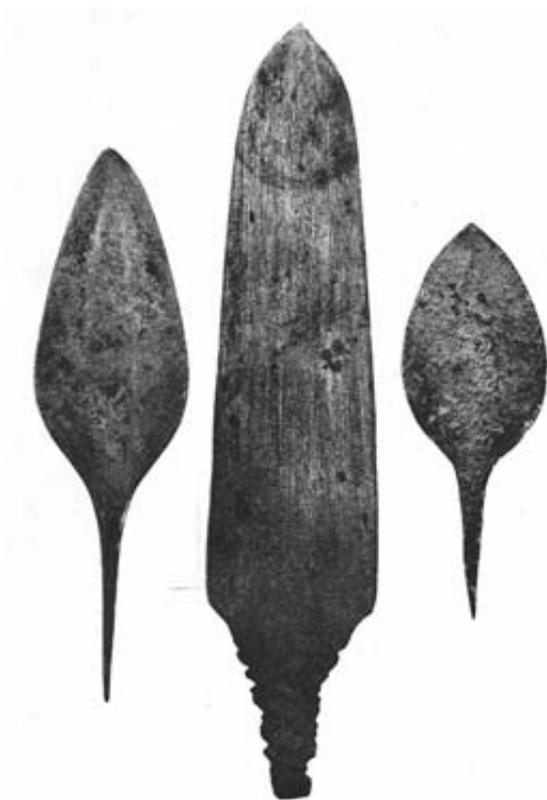


Fig. 58 – Espólio campaniforme da sepultura de Montelavar (seg. A. M. Nogueira & G. Zbyszewski).

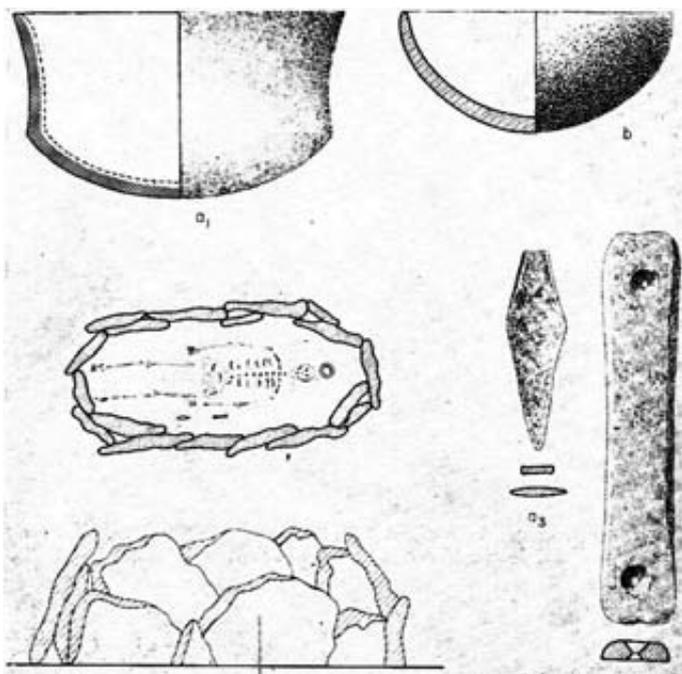


Fig. 59 – Planta e espólio da sepultura de Ferradeira (seg. H. Schubart).

rário, uma panóplia com significado próprio, tipologicamente distinta da que era utilizada pelos vivos, e onde a principal diferença era a ausência de decoração nas produções cerâmicas. Esta realidade encontrar-se-ia reforçada pelo facto de nos grandes recintos de fossos, como Porto Torrão e Perdigões, onde as produções campaniformes são comuns, estas só excepcionalmente ocorrerem nos sepulcros correlativos com aqueles dois sítios, o que poderia indiciar alguma prescrição de natureza religiosa. No entanto, tal realidade deve ser matizada, pois existem casos em que sepulcros megalíticos da região integram recipientes campaniformes, como atrás se referiu, e até, nalguns casos, recipientes lisos e decorados, como se verificou no dólmen da Pedra Branca (Melides) (FERREIRA *et al.*, 1975).

Por outro lado, tanto na Estremadura portuguesa, como na Meseta Ibérica, regiões confinantes com a distribuição geográfica do Horizonte de Ferradeira, a regra é a presença de espólios campaniformes em contextos funerários, incluindo abundantes vasos decorados.

Enfim, importa ter presente que o espólio recolhido no recinto de fossos de Bela Vista 5 (Beja) (VALERA, 2014) se inscreve tipologicamente no Horizonte de Ferradeira, sendo deste modo a primeira ocorrência não funerária registada, o que contraria a correlação absoluta até agora existente com necrópoles. As datações obtidas mostram que o recinto terá funcionado a partir do final do terceiro quartel e em todo o quarto quartel do 3.º milénio BC.

Em conclusão, os elementos até agora disponíveis fazem crer que ainda se não encontra claramente definido o limite entre as presenças campaniformes e as atribuíveis ao Horizonte de Ferradeira, sendo de admitir que ambas as realidades tenham coexistido no Baixo Alentejo, com a sobrevivência do referido Horizonte até aos primórdios do segundo milénio BC, corporizando deste modo a tran-

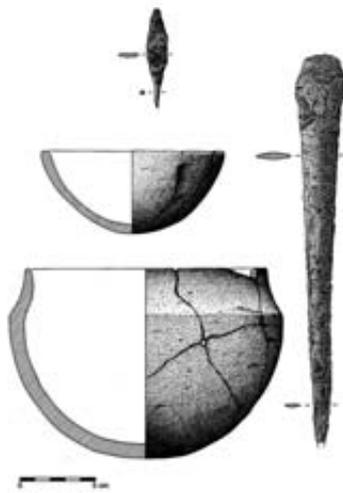


Fig. 60 – Vista da anta do Malhão e espólio da sepultura do Horizonte de Ferradeira que reaproveitou o monumento (seg. J. L. Cardoso & A. Gradim).

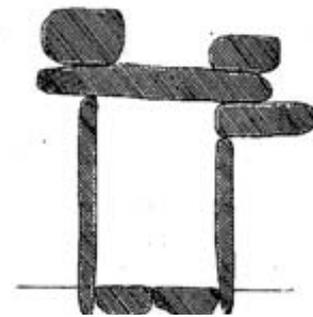
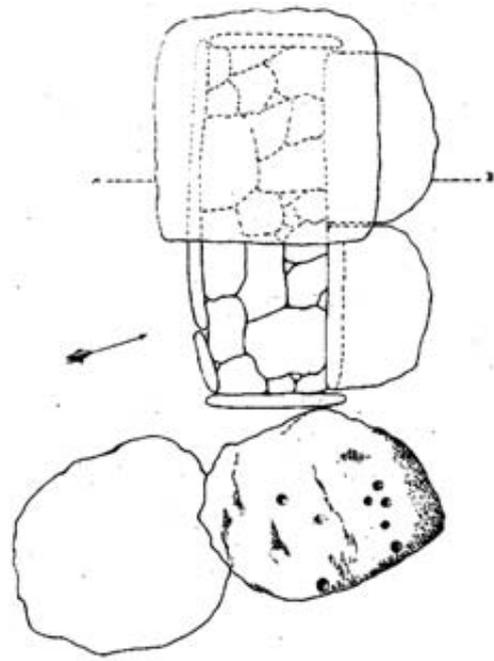


Fig. 61 – Planta e corte da cista da Quinta da Água Branca (seg. J. Fortes).

sição para a Idade do Bronze, como é usualmente considerado. Aliás, o estudo morfométrico dos recipientes recolhidos no recinto de fossos de Bela Vista 5 permitiu concluir que as suas características ilustrava, de forma sugestiva, essa realidade (VALERA, 2014), a qual tem paralelo no norte do País.

Assim, nas cistas sob *tumuli* de Chã de Arefe, Barcelos (SILVA, LOPES & MACIEL, 1981), cujo espólio inclui cerâmicas lisas (um vaso troncocónico), para além de elementos do “pacote” campaniforme, como pontas Palmela evoluídas e braçais de arqueiro (Fig. 67) ocorrem produções que usualmente se integram já na Idade do Bronze, como é o caso do vaso troncocónico ali recolhido; a abundância deste tipo de recipientes, em certos monumentos dolménicos do norte da Beira Interior, como no dólmen de Carapito (LEISNER & RIBEIRO, 1968), ilustra a intensa reutilização de certos monumentos dolménicos, na transição do 3.º para o 2.º milénio BC. Aliás, exemplares análogos, munidos de uma asa simples junto ao bordo, foram recolhidos também em contexto considerado recuado da Idade do Bronze, de carácter doméstico, identificado no Buraco da Moura de São Romão, Seia (SENNA-MARTINEZ, 1993).

Na grande necrópole megalítica da serra da Aboboreira, Baião, construíram-se então os derradeiros sepulcros, de carácter não megalítico, como os seus congéneres cistóides dos Horizontes de Ferradeira e de Montelavar. Dois deles, Meninas do Crasto 4 e Outeiro de Gregos 1, são sepulturas de pequenas dimensões (de tipo poligonal fechado, no caso do segundo monumento), com coberturas do tipo *cairn*, atribuíveis a fase inicial da Idade do Bronze, situável cronologicamente entre 2400-2300 e 1900 BC. (CRUZ, 1992, 1995), continham cada uma, uma espiral de prata (JORGE, 1980, 1983). Trata-se de peças de prata pura, metal cujo uso só então se começa a difundir, e apenas com base na prata nativa, visto a copelação da prata só se ter iniciado no Bronze Final. Estas duas jóias, pela sua raridade, devem considerar-se como elementos de prestígio, chegadas à região através de comércio transregional, onde eram utilizadas pelas elites desta etapa inicial da Idade do Bronze. Importa, a propósito, referir a recolha de uma outra espiral de prata na mamoa da Cerca, Esposende (ALMEIDA, 1985), a qual demonstra a reutilização desde megalito na mesma época, à semelhança de outros da região, como Rapido 3, conforme é assinalado por E. J. L. da Silva (SILVA, 1994).

As pequenas construções tumulares da derradeira etapa da necrópole da Aboboreira distribuem-se na periferia dos túmulos maiores e mais antigos, como que a auferirem também do espaço por aqueles sacralizado. Nestes derradeiros monumentos do Calcolítico ou já da Idade do Bronze, imperou a variabilidade arquitectónica tumular, à qual já não se poderá dar o nome de megalítica.

Entretanto, surge uma novidade: a adopção da cremação dos corpos, representada entre outras, por sepultura da serra da Muna, Viseu, correspondente a *tumulus* de pedras sobre fossa natural, onde se efectuou incineração *in situ*, cuja datação (2130-1970 anos a.C.) a situa no início da Idade do Bronze na região (CRUZ, GOMES & CARVALHO, 1998).

Verifica-se, deste modo, uma transição paulatina para as práticas funerárias da Idade do Bronze, caracterizadas pela diversidade de soluções adoptadas: incineração *versus* inumação; e construção de novos sepulcros *versus* reutilização dos já existentes, realidade que é acompanhada pelo padrão de povoamento, onde a principal característica é a “penumbra visual”, tanto dos sítios habitados, como das necrópoles.



Fig. 62 – Diadema de ouro batido e repuxado da cista da Quinta da Água Branca (arquivo M. Farinha dos Santos / J. L. Cardoso).

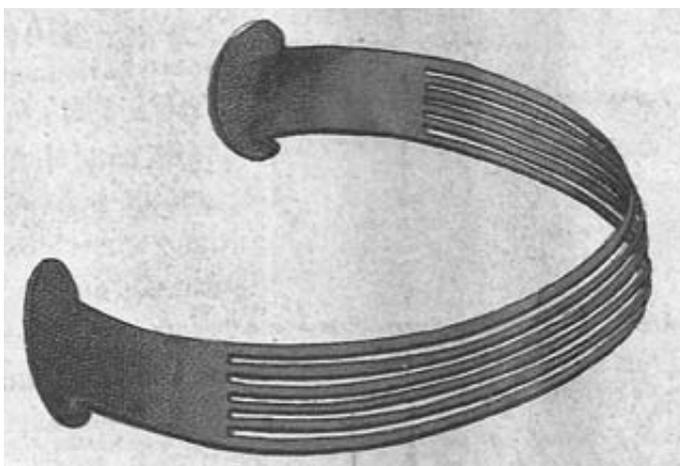


Fig. 63 – Gargantilha de ouro batido de Balugães, actualmente perdida (seg. S. P. M. Estácio da Veiga).

7 – SÍNTESE CONCLUSIVA

1 – Na Estremadura, a antiguidade do fenómeno campaniforme remonta ao segundo quartel do 3.º milénio BC, conforme comprovam os resultados obtidos em dois dos mais importantes povoados fortificados, o de Leceia e do Zambujal, tendo confirmação no norte do país, com base na cronologia obtida no Crasto de Palheiros e no Buraco da Pala, bem como no sul, através dos resultados do Porto Torrão.

Nessa fase precoce da presença de materiais campaniformes, pode ter havido ou não interacção com as comunidades previamente existentes: a resposta negativa é dada pela realidade observada em Leceia, em que na cabana FM são exclusivos os espólios campaniformes, que, por essa mesma época, ainda não usados pelos habitantes do povoado, apesar da proximidade, visto a cabana se situar na área adjacente extramuros. Já no norte, a presença de produções cerâmicas locais claramente inspiradas em modelos campaniformes, no Buraco da Pala e no Crasto de Palheiros (aqui associadas a campaniformes marítimos clássicos), permite concluir que a interacção foi muito precoce, logo nos primórdios do segundo quartel do 3.º milénio BC.

Num momento ulterior, a partir de meados do 3.º milénio BC, e até praticamente aos finais do mesmo, verifica-se a plena afirmação das produções campaniformes na Estremadura, ainda que as de origem regional (padrões em “folha de acácia” e “crucifera”), permaneçam e coexistam com aquelas, como se conclui da associação estratigráfica entre ambas em diversos sítios fortificados estremenhos (Leceia, Zambujal, Penha Verde, Moita da Ladra, Rotura).

2 – É ainda na Estremadura que se podem entrever indícios de diferenciação na sociedade campaniforme, observáveis desde meados do 3.º milénio BC, com a instalação nos povoados fortificados, alguns deles só então construídos (Penha Verde, Moita da Ladra), das elites emergentes, denunciadas pela presença de recipientes de fina manufactura, como é o caso dos vasos marítimos, próprios para a ingestão de bebidas alcoólicas, talvez também apenas reservadas àquele segmento social, contrastando com o observado nos sítios abertos, onde abundam as produções campaniformes mais grosseiras, claramente relacionadas com as actividades produtivas ali desenvolvidas e onde os vasos marítimos não ocorrem ou são raros.

A plena circulação de produtos manufacturados, especialmente os de valor acrescentado, como as produções metálicas, em geral de cobres arsenicais, teve complemento nos produtos preciosos, como é o caso do marfim, de origem norte-africana, que acompanha a emer-

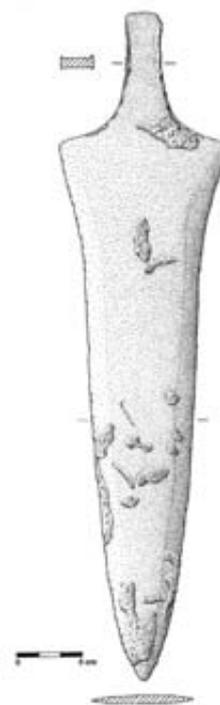


Fig. 64 – Adaga de cobre da Quinta da Romeira (seg. J. L. Cardoso).



Fig. 65 – Espada de cobre arsenical de Pinhal dos Melos (cortesia de J. M. Arnaud, foto de J Pessoa).



Fig. 66 – *Tholos* de Centirã 2. Pormenor do ossário 1 com vaso campaniforme associado (seg. F. J. R. Henriques e col.).

gência de jóias de ouro. Estas, por seu turno associam-se a armas, também de cobre arsenical, cada vez maiores dimensões, representadas por adagas longas e pelas primeiras espadas, que corporizam a plena afirmação de elites já anteriormente existentes, no seio desta sociedade que era também de comerciantes, pastores, agricultores e artesãos. Nessa época, situada na transição do 3.º para o 2.º milénio BC, já não ocorriam os vasos campaniformes decorados, afirmam-se dois horizontes arqueológicos, que asseguram a transição para a Idade do Bronze: trata-se do Horizonte de Ferradeira, a sul do Tejo e do Horizonte de Montelavar, a norte daquele rio. Na verdade, estes dois horizontes deveriam fundir-se numa única designação, de tal forma são homogêneas as produções que os caracterizam. Pelo menos o Horizonte de Ferradeira, teve uma origem que remonta ao terceiro quartel do 3.º milénio BC sendo, por conseguinte, coevo das manifestações campaniformes registadas na mesma região, embora ainda não sejam claras as razões da não articulação destas duas realidades arqueológicas.

3 – No decurso da segunda metade do 3.º milénio BC, em todo o território português, encontravam-se mais ou menos disseminadas populações portadoras de produções cerâmicas campaniformes, mesmo em regiões onde aquelas eram desconhecidas até há bem pouco tempo, como o Algarve, ou o sul da Beira Interior, justificando mais uma vez a pouca fiabilidade dos critérios baseados na ausência que, em geral, decorrem sobretudo do estado da investigação arqueológica.

Deste modo, o mapa da Península Ibérica publicado em 2008 (BUENO RAMÍREZ; BARROSO BERMEJO & VÁZQUEZ CUESTA, 2008, Fig. 13.1), síntese de contributos de diversos especialistas, encontra-se já ultrapassado. Com efeito, importa assinalar a presença de produções representadas pelos vasos marítimos ao longo da fronteira luso-espanhola, tanto no nordeste transmontano (Craсто de Palheiros), como no sul da Beira interior (Monte do Trigo), no Baixo Alentejo (Porto das Carretas e mesmo no Algarve (Alcalar 7).

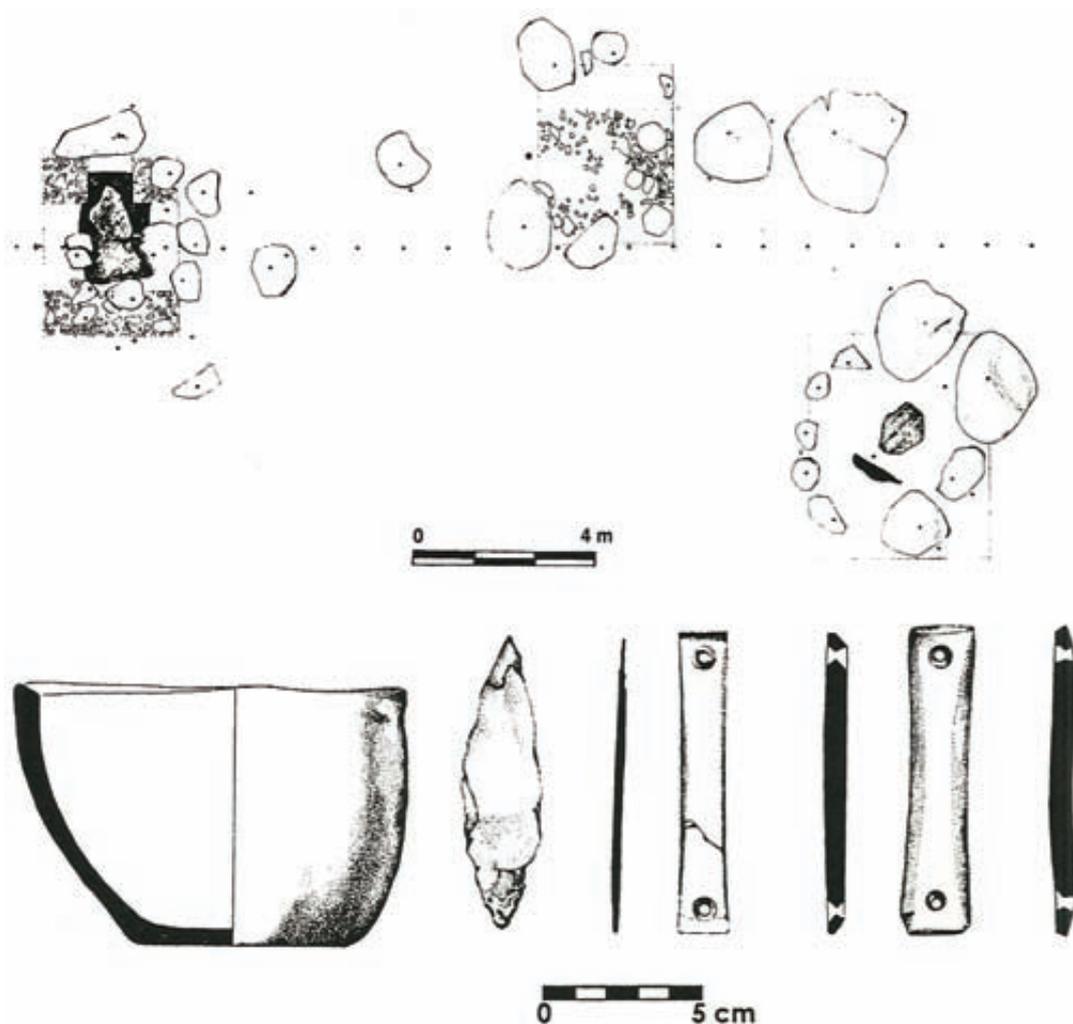


Fig. 67 – Sepulturas individuais de Chã de Arefe e respectivos espólios (seg. A. C. F. Silva e col.).

Por outro lado, sua presença de produções campaniformes foi documentada no interior centro do País, em diversos locais, dos quais se destaca Fraga da Pena. Enfim, o limite ocidental das produções de Cienpuzuelos deverá ser estendido até ao Alto Alentejo, com projecções até ao litoral atlântico da Estremadura e ao vale do Sado, já no Baixo Alentejo, em cujo litoral importa ter também presente o sítio de Vale Vistoso, como expressão mais meridional das características taças Palmela.

Assim, se hoje é claro que as influências mesetenhas atingiram o litoral da Estremadura, também em zonas interiores do território português, próximo da fronteira luso-espanhola, se reconheceram contextos campaniformes onde são exclusivos os vasos marítimos, como é o caso do Porto das Carretas e do Monte do Trigo, apesar dos seus escassos efectivos, podendo indicar movimentos de populações de sentido inverso, a partir do litoral, e seguindo os vales dos principais cursos de água.

Por outro lado, as recentes investigações realizadas nos últimos quinze anos, tanto em sítios habitados, como em necrópoles, na Beira Alta, na Beira Transmontana e a norte do Douro, vieram carrear um notável acréscimo de informação, sobre a existência de ocorrências campaniformes, em vastas zonas onde elas eram até então praticamente desconhecidas.

Enfim, nos recentes trabalhos de minimização dos impactes ambientais realizados na bacia do Guadiana, foram documentadas fortes influências da Meseta ibérica, através das numerosas cerâmicas do grupo de Ciempozuelos ali presentemente conhecidas em sítios habitados.

4 – Confirmam-se os resultados conhecidos desde os primórdios das investigações: a Baixa Estremadura (áreas adjacentes aos rios Tejo e Sado) continua a ser aquela que oferece a larga maioria de materiais campaniformes, com cerca de 75% dos vasos marítimos identificados, sendo também aquela onde se pode encontrar a maior quantidade e diversidade de outras produções, com destaque para a taça Palmela, cuja incidência regional é muito marcada. A extraordinária riqueza de estações campaniformes, bem como a quantidade dos espólios encontrados nesta região, conduz à conclusão de que estes tinham essencialmente um carácter funcional: disso é prova a exclusiva e abundante presença de produções cerâmicas campaniformes em simples cabanas, integradas em modestos núcleos de carácter familiar, essencialmente vocacionados para a produção agro-pastoril intensiva e extensiva.

5 – A ausência, absoluta ou quase absoluta, de materiais campaniformes em alguns sítios fortificados da Baixa Estremadura, como é o caso do Penedo de Lexim, Mafra, e do Outeiro Redondo, Sesimbra, é contraditória com o facto de estes se localizarem na região do território português com maior abundância de produções campaniformes, coincidindo a cronologia da sua ocupação, no decurso da segunda metade do 3.º milénio BC com a plenitude de tal presença. Tal significa que os habitantes daqueles dois sítios, que tinham forçosamente conhecimento de tais produções, as não integraram no seu uso quotidiano, indício de que poderiam ser populações diferenciadas daquelas que, na mesma região e época, as utilizavam com carácter exclusivo. Tal é indicativo da coexistência de duas formações sociais culturalmente e, eventualmente, geneticamente diferenciadas, mas convivendo aparentemente sem conflitualidade, no mesmo espaço geográfico, durante cerca de 700 anos.

6 – No respeitante às práticas funerárias, são escassas as sepulturas construídas estritamente campaniformes conhecidas no território português. Trata-se do pequeno megálito fechado de Chã do Carvalhal 1, Baião, construído para albergar uma única tumulação onde ocorrem espólios metálicos e cerâmicos campaniformes, numa região em que tais manifestações são muito escassas, o que sublinha a origem exógena desta ocorrência; a gruta artificial do Convento do Carmo, Torres Novas, correspondendo a sepultura colectiva exclusivamente utilizada por população portadora de produções campaniformes, o mesmo se verificando com a gruta natural da Verdelha dos Ruivos, Vila Franca de Xira, em que os corpos foram colocados em posição fetal, com os membros flectidos; e, finalmente, a sepultura individual em poço do Monte da Quinta do Castelo, Beja, onde se recolheu um único vaso marítimo. Todas as restantes sepulturas campaniformes conhecidas correspondem sempre à reutilização das anteriormente constituídas, sejam em grutas naturais, artificiais e sepulturas de falsa cúpula, conforme se verifica na Estremadura, sejam em monumentos dolménicos, realidade mais frequente tanto no norte e centro do País, dado serem ali os tipos de sepulcros dominantes, embora nalguns casos tenha sido possível identificar enterramentos individuais. Na Beira Alta, destaca-se o realizado no corredor da Orca de Outeiro do Rato, Oliveira do Hospital; na Beira Baixa, a cista secundária construída na periferia do *tumulus* da anta 5 do Amieiro, Idanha-a-Nova, onde se recolheu fragmento de vaso com decoração pseudo-excisa; no Alto Alentejo, o identificado no dólmen de Nossa Senhora dos Olivais, Estremoz, em que o indivíduo foi colocado também com os membros flectidos, em posição fetal; e, finalmente, no Baixo Alentejo, os dois enterramentos efectuados na câmara do dólmen de Pedra Branca, Santiago do Cacém, acompanhados de abundante espólio.

AGRADECIMENTOS

A Raquel Vilaça, M. J. Sanches e J. M. Arnaud por terem fornecido imagens que muito enriqueceram este trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. A. B. (1985) – Carta arqueológica do concelho de Esposende. *Boletim Cultural de Esposende*. Esposende. 7-8, p. 27-51.
- AMARO, G. C. (2010-2011) – Continuidade e evolução nas cerâmicas calcolíticas da Estremadura (um estudo arqueométrico das cerâmicas do Zambujal). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 201-233.
- ARNAUD, J. M. (1974-1977) – Escavações no Penedo do Lexim (Mafra)/1975. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 3, 7-9, p. 398-406.
- ARNAUD, J. M. (1993) – O povoado calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): síntese das investigações realizadas. *Vipasca*. Aljustrel. 2, p. 41-60.
- BARBOSA, S. (1999) – *O Crasto de Palheiros – Murça. Contributo para o entendimento do fenómeno campaniforme em contexto doméstico no norte de Portugal*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- BETTENCOURT, A. M. S. (2011) – El vaso campaniforme en el norte de Portugal. Contextos, cronologias y significados. In: *Las comunidades campaniformes en Galicia. Cambios sociales en el III y II milénios BC*. Pontevedra: Diputación de Pontevedra, p. 363-374.
- BUBNER, T. (1979) – Ocupação campaniforme do Outeiro de São Bernardo (Moura). *Ethnos*. Lisboa. 8, p. 139-151.
- BUENO RAMIREZ, P.; BARROSO BERMEJO, R. & VÁZQUEZ CUESTA, A. (2008) – The Beaker phenomenon and the funerary contexts of the International Tagus. In: *Graphical Markers and Megalithic Builders in the International Tagus, Iberian Peninsula*. Oxford: BAR International Series 1765, p. 141-155.
- CARDOSO, J. L. (1997-1998) – A ocupação campaniforme do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 89-153.
- CARDOSO, J. L. (2000) – O “fenómeno” campaniforme na Estremadura portuguesa. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular (Vila Real, 1999)*. Porto: Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular. 4, p. 353-380.
- CARDOSO, J. L. (2001) – Le phénomène campaniforme dans les basses vallées du Tage et du Sado (Portugal). *Bell Beakers Today*. In: *Bell Beaker Today. Pottery, People, Culture, Symbols in Prehistoric Europe (Riva del Garda, 1998)*. Trento: Provincia Autonoma di Trento. 1, p. 139-154.
- CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.
- CARDOSO, J. L. (2004 a) – An interpretation of the Bell Beaker cultural sequence in the Tagus stuary region: data from Leceia (Oeiras). *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 6, p. 147-156.
- CARDOSO, J. L. (2004 b) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio A.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História regional*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras* 12).
- CARDOSO, J. L. (2007) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.

- CARDOSO, J. L. (2010-2011) – O povoado calcolítico da Penha Verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 467-552.
- CARDOSO, J. L. (2013 a) – O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra). Resultados da primeira fase de escavações arqueológicas (2005-2008). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 641-730.
- CARDOSO, J. L. (2013 b) – A necrópole campaniforme da gruta da Ponte da Lage (Oeiras): estudo dos espólios cerâmicos e metálicos e respectiva cronologia absoluta. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 589-604.
- CARDOSO, J. L. (2014) - Absolute chronology of the Beaker phenomenon North of the Tagus estuary: demographic and social implications. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 71 (1), p. 57-76.
- CARDOSO, J. L. & CANINAS, J. C. (2010) – Moita da Ladra (Vila Franca de Xira). Resultados preliminares da escavação integral de um povoado calcolítico muralhado. *Transformação e Mudança no centro e sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e. Colóquio Internacional (Cascais, 2005)*. Actas. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 65-95.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1996) – Materiais campaniformes e da Idade do Bronze do concelho de Sintra. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 317-340.
- CARDOSO, J. L. & GRADIM, A. (2003) – A cista megalítica do Cerro do Malhão (Alcoutim). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6 (2), p. 167-179.
- CARDOSO, J. L. & GRADIM, A. (2010) – A anta do Malhão (Alcoutim) e o “Horizonte de Ferradeira”. *7.º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 2009)*. Actas. Silves: Câmara Municipal de Silves, p. 56-72 (Xelb 10).
- CARDOSO, J. L. & NORTON, J. (2004) – As caçoilas campaniformes da anta de Bencafede (Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7 (1), p. 129-136.
- CARDOSO, J. L. & SCHUHMACHER, T. X. (2012) – Marfiles calcolíticos en Portugal. Estado de la cuestión. Elfenbeinstudien. *Marfil y elefantes en la Península Ibérica y el Mediterráneo occidental*. Darmstadt / Mainz: Verlag Philipp von Zabern, p. 95-110 (*Iberia Archaeologica* Band 16 Faszikel 1).
- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. Monge (1990-1992) – Cronologia absoluta para o campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 8-10, p. 203-228.
- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C. & HENRIQUES, F. (2003) – Investigações recentes do megalitismo no sul da Beira Interior. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 21, p. 151-207.
- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G. & ENCARNAÇÃO, J. d’ (2013) – O campaniforme de Freiria. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 525-588.
- CARDOSO, J. L.; QUERRÉ, G. & SALANOVA, L. (2005) – Bell Beaker relationships along the Atlantic coast. *Understanding People Through Their Pottery*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (*Trabalhos de Arqueologia* 42).
- CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. M. & ARAÚJO, M. F. (2002) – O espólio metálico do Outeiro de São Bernardo (Moura): uma reapreciação à luz de velhos documentos e de outros dados. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 20, p. 77-114.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. M. & MARTINS, J. M. M. (2010-2011) – Fases de ocupação e cronologia absoluta da fortificação calcolítica do Outeiro Redondo (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 553-578.

- CARDOSO, J. L.; LEITÃO, M.; FERREIRA, O. V.; NORTH, C. T.; NORTON, J.; MEDEIROS, J. & SOUSA, P. F. (1996) – O monumento pré-histórico de Tituaria, Moinhos da Casela (Mafra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 135-193.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (1996) – Um conjunto de litografias arqueológicas inéditas da Comissão Geológica de Portugal. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 82, p. 145-168.
- CORRÊA, A. M. & TEIXEIRA, C. (1949) – *A jazida pré-histórica de Eira Pedrinha (Condeixa)*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- CRUZ, D. J. (1992) – *A mamoa 1 de Chã de Carvalhal (Serra da Aboboreira)*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Conímbriga / Anexos 1).
- CRUZ, D. J. (1995) – Cronologia dos monumentos com *tumulus* do Noroeste peninsular e da Beira Alta. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 3, p. 81-119.
- CRUZ, D. J., GOMES, L. F. G. & CARVALHO, P. M. S. (1998) – Monumento 2 da Serra da Muna (Campo, Viseu). Resultados preliminares dos trabalhos de escavação. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 6, p. 375-395.
- DELIBES DE CASTRO, G. & GUERRA DOCE, E. (2004) – Contexto y posible significado de un cuenco Cienpuzuelos com decoración simbólica de ciervos hallado en Almenara de Adaja (Valladolid). In: *Miscelánea en Homenaje a Emiliano Aguirre*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional. 4, p. 116-125.
- DELIBES DE CASTRO, G.; GUERRA DOCE, E. & TRESSERAS JUAN, J. (2009) – Testimonios de consumo de cerveza durante la Edad del Cobre en la Tierra de Olmedo (Valladolid). In: *Castilla y el mundo feudal. Homenaje al Profesor Julio Valdeón*. Junta de Castilla y León / Universidad de Valladolid. 3, p. 585-599.
- DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I.; PRATES, S.; GOUVEIA, M. A. & VALERA, A. C. (2000) – Tecnologias de produção e proveniência de matéria-prima das cerâmicas campaniformes da Fraga da Pena (Fornos de Algodres – Portugal). *3.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Vila Real, 1999)*. Actas. Porto: ADECAP. 4, p. 253-268.
- ESTEVE GÁLVEZ, F. (1956) – Cerámica de cuerdas en la Plana de Castellón. *Congreso Internacional de Ciencias Prehistóricas y Protohistóricas. IV Sesión* (Madrid, 1954). Actas. Zaragoza, p. 543-556.
- FERREIRA, O. V. (1966) – *La culture du vase campaniforme au Portugal*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- FERREIRA, O. V. & LEITÃO, M. (s/d) – *Pré-História de Portugal. Seu enquadramento no Mediterrâneo*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- FERREIRA, O. V. & SILVA, C. T. (1970) – A estratigrafia do povoado pré-histórico da Rotura (Setúbal). Nota preliminar. *I Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1969)*. Actas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2, p. 203-225.
- FERREIRA, O. V.; ZBYSZEWSKI, G.; LEITÃO, M.; NORTH, C. T. & SOUSA, H. R. (1975) – Le monument mégalithique de Pedra Branca auprès Montum (Melides). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 59, p. 107-192.
- FORTES, J. (1905-1908) – A sepultura da Quinta da Água Branca (Edade do Cobre). *Portugalia*. Porto. 2, p. 241-252.
- FRANCO, M. L. & VIANA, A. (1948) – Cemitério da Idade do Bronze nos arredores de Faro. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 11 (3-4), p. 299-305.
- GONÇALVES, J. L. M. (1982-1983) – Monumento pré-histórico da Praia das Maças (Sintra). Notícia preliminar. *Sintria*. Sintra. 1/2 (1), p. 29-58.
- GONÇALVES, V. S. (1971) – *O castro da Rotura e o vaso campaniforme*. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal.

- GONÇALVES, V. S. (2008) – *As ocupações pré-históricas das furnas do Poço Velho (Cascais)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- GOMES, L. F. C. & CARVALHO, P. Sobral de (1993) – Novos elementos sobre o vaso campaniforme na Beira Alta. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 1, p. 29-49.
- HARRISON, R. J. (1977) – *The Bell Beaker Cultures of Spain and Portugal*. Cambridge, Mass.: Peabody Museum, Harvard University (*Bulletin* 35).
- HARRISON, R. J. (1980) – *The Beaker folk. Copper Age Archaeology in Western Europe*. London: Thames & Hudson.
- HARRISON, R. J. (1988) – Bell beakers in Spain and Portugal: working with radiocarbon dates in the 3rd millennium BC. *Antiquity*. Cambridge. 62, p. 464-472.
- HARRISON, R. J.; BUBNER, T. & HIBBS, V. (1976) – The beaker pottery from El Acebuchal, Carmona (Prov. Sevilla). *Madriider Mitteilungen*. Heidelberg. 17, p. 79-141.
- HENRIQUES, F. R.; SOARES, A. M.; ANTÓNIO, T.; CURATE, F.; VALÉRIO, P. & ROSA, S. (2013) – O tholos de Centirã 2 (Brinches, Serpa). Construtores e utilizadores; práticas funerárias e cronologias. *Actas del VI Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular*, p. 319-355.
- JALHAY, E. & PAÇO, A. (1941) – A gruta II da necrópole de Alapraia. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 4, p. 107-141.
- JORGE, S. O. (2002) – An all-over corded bell beaker in Northern Portugal: Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa): some remarks. *Jornal of Iberian Archaeology*. Porto. 4, p. 107-129.
- JORGE, V. O. (1980) – Escavação da mamoa 1 de Outeiro de Gregos. *Portvgalia*. Porto. Nova Série, 1, p. 9-28.
- JORGE, V. O. (1983) – Escavação das mamoas 2 e 4 de Meninas do Crasto serra da Aboboreira, Baião. *Arqueologia*. Porto. 7, p. 23-39.
- JORGE, V. O.; BAPTISTA, A. M.; SILVA, E. J. L. & JORGE, S. O. (1997) – *As mamoas do Alto da Portela do Pau (Castro Laboreiro/Melgaço)*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
- KUNST, M. (1987) – *Zambujal. Glockenbecherund kerblattverzierte Keramik aus den Grabungen 1964 bis 1973*. Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern (*Madriider Beiträge* 5, Zambujal Teil 2).
- KUNST, M. (1996) – As cerâmicas decoradas do Zambujal e o faseamento do Calcolítico da Estremadura portuguesa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 257-287.
- KUNST, M. (2010) – Zambujal. A dinâmica da sequência construtiva. In V. S. GONÇALVES & A. C. SOUSA (eds.) – *Transformação e mudança no centro e sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e. (Cascais, 2005)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 131-153.
- KUNST, M. & LÜTZ, N. (2008) – Zambujal (Torres Vedras, Portugal). Zur Prazision der absoluten Chronologie durch Untersuchungen na der vierten Befestigungslinie. *Madriider Mitteilungen* 49, p. 29-63.
- KUNST, M. & LÜTZ, N. (2010-2011) – Zambujal (Torres Vedras), investigações até 2007. Parte 1: sobre a precisão da cronologia absoluta decorrente das investigações na quarta linha da fortificação. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 419-466.
- LAGO, M.; DUARTE, C.; VALERA, A.; ALBERGARIA, J.; ALMEIDA, F. & CARVALHO, A. F. (1998) – Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1 (1), p. 45-152.

- LEISNER, V. (1998) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walther de Gruyter (*Madriider Forschungen*, Band 1).
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1955) – *Antas nas herdades da Casa de Bragança no concelho de Estremoz*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança/Instituto de Alta Cultura.
- LEISNER, V. & RIBEIRO, L. (1968) – Die Dolmen von Carapito. *Madriider Mitteilungen* 9, p. 11-62.
- LEISNER, V.; PAÇO, A. & RIBEIRO, L. (1964) – *Grutas artificiais de São Pedro do Estoril*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MATALOTO, R. & BOAVENTURA, R. (2009) – Entre vivos e mortos nos IV e III milénios a.n.e. do sul de Portugal: um balanço relativo ao povoamento com base em datações pelo radiocarbono. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12 (2), p. 31-77.
- MATALOTO, R. (2006) – Entre Ferradeira e Montelavar: um conjunto artefactual da Fundação Paes Teles (Ervedal, Avis). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9 (2), p. 83-108.
- MATALOTO, R.; MARTINS, J. M. M. & SOARES, A. M. M. (2013) – Cronologia absoluta para o Bronze do Sudoeste. Periodização, base de dados, tratamento estatístico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 303-338.
- MORÁN, E. & PARREIRA, R. (coord.) (2004) – *Alcalar 7. Estudo e reabilitação de um monumento megalítico*. Lisboa: IPPAR (Cadernos, 6).
- NOGUEIRA, A. M. & ZBYSZEWSKI, G. (1943) – Túmulo da época do Bronze. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 24, p. 95-97.
- ODRIOZOLA, C. P.; VILLALOBOS GARCIA, R.; BOAVENTURA, R.; SOUSA, A. C.; MARTÍNEZ-BLANES, J. M. & CARDOSO, J. L. (2013) – Las producciones de adorno personal en rocas verdes del SW peninsular: los casos de Leceia, Moita da Ladra y Penha Verde. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 605-622.
- OBERMAIER, H. (1917) – *Yacimiento prehistorico de Las Carolinas (Madrid)*. Madrid: Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistoricas (Memoria 16).
- PAÇO, A. & FERREIRA, M. E. (1957) – Espada de cobre do Pinhal dos Melos (Fornos de Algodres). *23.º Congresso Luso-Espanhol para o progresso das Ciências (Coimbra, 1956)*. Actas. 7.ª Secção – Ciências Históricas e Filológicas. Coimbra, p. 357-364.
- POYATO HOLGADO, C. & HERNANDO GRANDE, A. (1988) – Relaciones entre la península Ibérica y el Norte de África. Marfil y campaniforme. *Congreso Internacional El Estrecho de Gibraltar (Ceuta, 1987)*. Actas. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia/Ayuntamiento de la ciudad de Ceuta, p. 317-329.
- RIBEIRO, C. (1878) – Dolmens et grottes sépulcrales du Portugal. *Matériaux pour l'Histoire Primitive et Naturelle de l'Homme*. Toulouse. 13, p. 446-447.
- ROCHA, L. M. P. (2005) – *Origens do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*. Tese de doutoramento em História, especialidade em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- ROCHA, A. S. (1907) – Material para o estudo da idade do cobre em Portugal. *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*. Figueira da Foz. 1 (4), p. 125-126.
- ROCHA, A. S. (1971) – *Memorias e explorações arqueológicas. 2. Estações pré-romanas da Idade do Ferro nas vizi-nhanças da Figueira*. Coimbra: Por ordem da Universidade, p. 146.

- SALANOVA, L. (2000) – Mécanismes de diffusion des vases campaniformes: les liens franco-portugais. *3.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Vila Real, 1999)*. Actas. Porto: ADECAP. 4, p. 399-409.
- SALANOVA, L. (2001) – Technological, ideological or economic European Union? The variability of Bell Beaker decoration. In: *Bell Beaker Today. Pottery, People, Culture, Symbols in Prehistoric Europe (Riva del Garda, 1998)*. Trento: Provincia Autonoma di Trento. 1, p. 91-102.
- SANCHES, M. J. (1997) – *Pré-História recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*. 2 vols. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia,.
- SANCHES, M. J. (2008) – *O crasto de Palheiros*. Murça: Câmara Municipal de Murça.
- SANGMEISTER, E. & SCHUBART, H. (1981) – *Zambujal. Die Grabungen 1964 bis 1973*. Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern (*Madriener Beiträge* 5, Zambujal Teil 1).
- SANTOS, M. F.; SOARES, J. & SILVA, C. T. (1972) - Campaniforme da Barrada do Grilo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 6, p. 163-192.
- SCHUBART, H. (1971) – O horizonte de Ferradeira. Sepulturas do Eneolítico final no Sudoeste da Península Ibérica. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 81 (3-4), p. 189-215.
- SCHUHMACHER, T. X. (2012) – El marfil en España desde el Calcolítico al Bronce antiguo. Resultados de un proyecto de investigación interdisciplinar. In *Marfil y elefantes en la Península Ibérica y el Mediterráneo occidental*. Darmstadt/Mainz: Verlag Philipp von Zabern, p. 45-68 (*Iberia Archaeologica*, Band 16 Faszikel 1).
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1993) – A ocupação do Bronze Pleno da “Sala 20” do Buraco da Moura de São Romão. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 1, p. 55-76.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1994) – Notas para o estudo da génese da Idade do Bronze na Beira Alta: o fenómeno campaniforme. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2, p. 173-200.
- SILVA, A. C. F.; LOPES, & MACIEL, (1981) – A necrópole do Bronze Inicial da Chã de Arefe (Durrães, Barcelos). Primeira notícia. *Arquivo do Alto Minho* 26 (separata, 8 p.).
- SILVA, C. T. (1971) – O povoado pré-histórico da Rotura. Notas sobre a cerâmica. *II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*. Actas. Lisboa: Junta Nacional de Educação. 1, p. 175-192.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1981) – *Pré-História da área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- SILVA, E. J. L. (1994) – Megalitismo do norte de Portugal: o litoral minhoto. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 2, p. 157-169.
- SILVA, F. A. P. (1997) – Contextos funerários da Idade do Bronze nos planaltos centrais do centro-norte litoral português: tradição ou inovação?. *II Congresso de Arqueologia Peninsular (Zamora, 1996)*. Actas. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques. 2, p. 605-620.
- SOARES, A. M. M. (2008) – O monumento megalítico de Monte da Velha 1 (MV1) (Vila Verde de Ficalho, Serpa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11 (1), p. 33-51.
- SOARES, A. M. M. (1992) – O povoado calcolítico dos Três Moinhos (Baleizão, conc. de Beja). Notícia preliminar. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 291-314,
- SOARES, A. M. M. (2013 b) – O povoado calcolítico fortificado do Porto das Carretas. Cronologia absoluta. In SOARES, J. – Transformações sociais durante o 3.º milénio AC no sul de Portugal. O povoado do Porto das Carretas. *EDIA (Memórias d’Odiana, 2.ª série, 5)*, p. 532-538 (Anexo 7).

- SOARES, J. (2013 a) – Transformações sociais durante o 3.º milénio AC no sul de Portugal. O povoado do Porto das Carretas. *EDIA (Memórias d'Odiana, 2.ª série, 5)*.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (1974-1977) – O Grupo de Palmela no quadro da cerâmica campaniforme em Portugal. *O Arqueólogo Português* Lisboa. Série 3, 7-9, p. 102-112.
- SOUSA, A. C. F. A. B. (2010) – *O Penedo do Lexim e a sequência do Neolítico Final e Calcolítico da Península de Lisboa*. Tese de Doutoramento em História, Especialidade em Pré-História. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- VALERA, A. C. (1999) – The re-creation of territorialities and identities in the III millenium BC: research problems in Central Portugal. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 1, p. 109-115.
- VALERA, A. C. (2000 a) – O Monte do Tosco 1: uma análise preliminar no contexto do povoamento calcolítico e do início da Idade do Bronze na margem esquerda do Guadiana. *ERA-Arqueologia*. Lisboa. 2, p. 33-51.
- VALERA, A. C. (2000 b) – O fenómeno campaniforme no interior centro de Portugal: o contexto da Fraga da Pena. *3.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Vila Real, 1999)*. Actas. Porto: ADECAP. 4, p. 269-290.
- VALERA, A. C. (2013) – As comunidades agropastoris na margem esquerda do Guadiana. 2.ª metade do 4.º aos inícios do 2.º milénio AC. *EDIA (Memórias d'Odiana, 2.ª série, 6)*.
- VALERA, A. C. (coord.) (2014) – Bela Vista 5. Um recinto do final do 3.º milénio a.n.e. (Mombeja, Beja). *Era Monográfica*. Lisboa. 2, p. 95-104.
- VALERA, A. C. & FILIPE, I. (2004) – O povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo). *ERA-Arqueologia*. Lisboa. 6, p. 28-61.
- VALERA, A. C. & REBUGE, J. (2011) – O campaniforme no Alentejo: contextos e circulação. Um breve balanço. *3.ª jornadas de arqueologia do norte alentejano (Fronteira, 2005)*. Actas. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Fronteira, p. 111-121.
- VEIGA, S. P. M. E. (1889) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Vol. 3. *Tempos prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEIGA, S. P. M. E. (1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Vol. 4. *Tempos prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VILAÇA, R. (1988) – *Subsídios para o estudo da Pré-História recente do Baixo Mondego*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural (*Trabalhos de Arqueologia* 5).
- VILAÇA, R. (2008) – The Chalcolithic in Beira interior (Central Portugal): data and problems. In P. BUENO-RAMIREZ; R. BARROSO-BERMEJO & R. BALBÍN-BEHRMANN (eds.) – *Graphical Markers and Megalithic Builders in the International Tagus, Iberian Peninsula*. Oxford: BAR International Series 1765, p. 157-170.

**O BRONZE DO SUDOESTE NA CIDADE DE LISBOA:
O VASO DA ENCOSTA DE SANT'ANA**

***SOUTHWEST BRONZE AGE CULTURE IN LISBON CITY:
THE ENCOSTA DE SANT'ANA VESSEL***

Vasco Leitão¹ & João Luís Cardoso²

Abstract

This article presents the study of a ceramic vessel of the “Bronze do Sudoeste” culture (Southwest Bronze Age Culture) recovered during archaeological excavations in a settlement in Lisbon’s historical center. This vessel is related with several other occurrences from burials and/or ritual depositions in Southern Estremadura region during the first half of the 2nd millennium BC. The most ancient of these productions coexist with the last beaker vessels both in this region as in Southwest Portugal, according to the available radiocarbon data.

Keywords: Lisbon city, Southwest Bronze Age Culture.

1 – INTRODUÇÃO

O objectivo da intervenção arqueológica que esteve na origem do achado arqueológico ora publicado, decorreu da minimização do impacto arqueológico resultante do projecto de urbanização da Encosta de Sant’Ana, da iniciativa da EPUL, Empresa Pública da Urbanização de Lisboa. Com efeito, a localização do empreendimento, tornava obrigatória a realização de intervenção arqueológica prévia, a qual se desenvolveu em duas fases sucessivas. A primeira, realizada entre 2001 e 2002 teve como arqueólogos responsáveis João Muralha Cardoso e Cláudia Costa, tendo resultado na identificação de uma presença neolítica, a par de outra, situada em zona da encosta mais a montante, da Idade do Bronze, para além da identificação de outros testemunhos mais modernos. A segunda intervenção, realizou-se entre 2004 e 2006, depois da alteração do projecto urbanístico, e envolveu a intervenção em área mais extensa, tendo decorrido sob a direcção de um de nós (V.L.) e de Manuela Leitão. Como resultados mais significativos, destaca-se a confirmação da importância da ocupação neolítica, atestada pela identificação de pelo menos uma estrutura habitacional associada a mais de uma dezena de estruturas de combustão, uma área de talhe e uma outra de acumulação de conchas.

Tais testemunhos configuravam o estacionamento de uma comunidade perto da margem poente do antigo esteiro do Tejo, que penetrava profundamente na parte baixa da cidade, no sopé da encosta de Sant’Ana (Fig. 1).

¹Centro de Arqueologia de Lisboa (Câmara Municipal de Lisboa). vasco.leitao@cm-lisboa.pt

²Universidade Aberta (Lisboa). Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).
joao.cardoso@cm-oeiras.pt

Além desta presença, foi também confirmada a existência de espólios da Idade do Bronze, os quais se concentravam igualmente no sopé da encosta, junto dos materiais neolíticos. É desta zona que provém o vaso agora estudado (Fig. 2).

2 – CONDIÇÕES DO ACHADO

O vaso jazia esmagado *in situ*, aparentemente assente em depressão linear escavada no paleossolo, a qual poderá corresponder a valeiro que, acompanhando o declive da encosta atinge, por erosão regressiva, o local onde, na primeira campanha de escavações, se identificaram estruturas da Idade do Bronze, acompanhadas de numerosos materiais cerâmicos. Deste modo, é admissível, dado o estado bastante completo do exemplar, que o mesmo possa ter provindo, inteiro ou já fragmentado, por gravidade, de zona mais alta da encosta, depositando-se depois na parte inferior da mesma, onde no decurso do processo de diagénese, acabou por se fragmentar, conservando-se os fragmentos juntos, o que foi favorecido pela depressão onde jaziam.

No entanto, esta explicação parece ser contrariada pelo facto de o local em questão ter sido aparentemente previamente preparado, como sugere a existência de um conjunto pétreo que poderia receber o vaso, conferindo-lhe estabilidade (Fig. 3). Nesta eventualidade, o valeiro já existiria, tendo sido colmatado anteriormente ou concomitantemente à fixação do recipiente, no quadro de ocupação da base da encosta no decurso da Idade do Bronze. O nível em que o vaso jazia não difere do nível onde se recolheram os espólios neolíticos, observando-se apenas diferenciação lateral dos depósitos correspondentes às duas ocupações, em ambos os casos assentes no topo do paleossolo estéril, o que explica a aparente associação dos respectivos espólios. Ambos os depósitos arqueológicos são selados por acumulação de natureza coluvionar com materiais arqueológicos de diferentes épocas, responsável pela dificuldade da interpretação da sequência estratigráfica, acrescida por se tratar de encosta onde a continuidade das camadas é muito irregular (Fig. 4). Desta forma, pode concluir-se que o vaso corresponde a achado isolado, eventualmente utilizado e abandonado no próprio local onde foi identificado.

3 – DESCRIÇÃO E ESTUDO COMPARATIVO

Trata-se de um recipiente esférico, de colo estrangulado e bordo extrovertido, podendo designar-se por “garrafa”, integrando-se nas produções usuais mais modernas do Bronze do Sudoeste, ou Bronze II do Sudoeste (SCHUBART, 1974). A decoração que ostenta foi produzida por uma ponta romba, percorrendo a



Fig. 1 – Encosta de Sant'Ana. Local do achado, nas proximidades da margem de um antigo esteiro do rio Tejo.



Fig. 2 – Encosta de Sant'Ana. Local do achado, na escavação arqueológica. Em cima: vista geral; em baixo: vista parcial (fotos de Nuno Gomes).

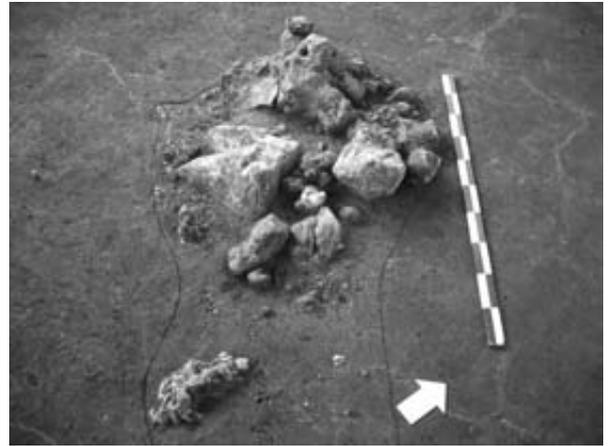


Fig. 3 – Encosta de Sant'Ana. Conjunto de blocos sobre os quais se encontrava o vaso, esmagado *in situ*. Em cima: vista geral, evidenciando-se o substrato constituído por paleossolo avermelhado estéril, localmente ravinado, cuja depressão foi posteriormente preenchida por depósito coluvionar (delimitado por linha contínua), sobre o qual assenta a estrutura pétrea que suportava o vaso, do qual se observa um fragmento *in situ*; em baixo: vista da estrutura pétrea, observando-se, sobre os blocos, fragmento do vaso estudado (ver Fig. 4) (fotos de Vasco Leitão).

superfície antes da cozedura, correspondente a dez pares de linhas verticais, percorrendo todo o bojo do recipiente, encimadas na extremidade superior, junto do arranque do colo, por um duplo remate, correspondente a duas linhas curvas muito arqueadas, com a forma de cogumelo (Figs. 5, 6 e 7). Este padrão decorativo é igualmente conhecido nas produções coevas do bronze do Sudoeste, registando-se, a título de exemplo nos seguintes exemplares (Fig. 8):

- necrópole de Cata, Beja (SCHUBART, 1974, Fig. 7 c), com a diferença de os remates em forma de cogumelo serem constituídos apenas por um sulco ogival e se observarem nas duas extremidades dos segmentos radiais verticais, os quais se encontram também com as pontas unidas (Fig. 5, n.º 1);
- necrópole do Poio, Portimão (SCHUBART, 1974, Fig. 6 f), com a diferença de os segmentos radiais verticais aparentemente não possuírem remates em qualquer das extremidades (Fig. 5, n.º 2).

Recentemente, no quadro da minimização dos impactes arqueológicos decorrentes do plano de rega de Alqueva, foi encontrado outro exemplar semelhante, na necrópole de Torre Velha 3, Serpa (ALVES *et al.*, 2010, 2014) (Fig. 9). Este exemplar ostenta igualmente pequenas diferenças na iconografia da decoração relativamente à do exemplar em apreço, designadamente no remate dos segmentos radiais verticais, que corresponde

Encosta de Sant'Ana

Esboço esquemático do perfil transversal da vertente - sectores C e E
(adaptado de ANGELUCCI, D. *et al* 2004)

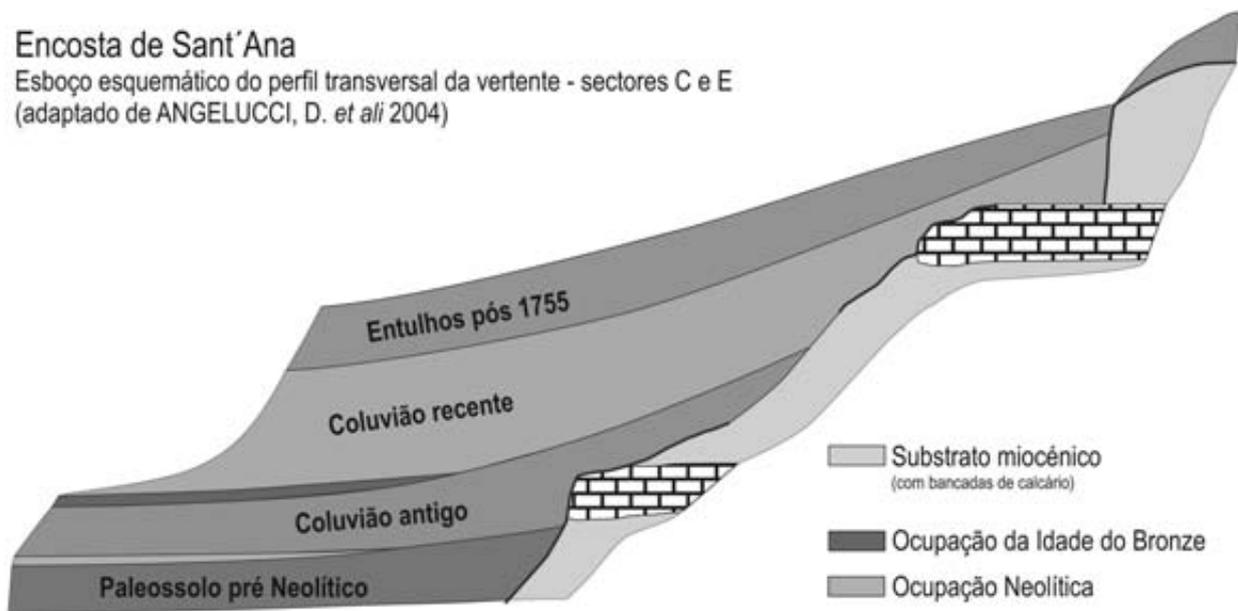


Fig. 4 – Encosta de Sant'Ana. Estratigrafia do local do achado. O vaso provém do contacto entre a camada com materiais da Idade do Bronze e o depósito coluvionar subjacente (seg. ANGELUCCI *et al.*, 2004, modificado).

a uma linha simples em aspa, e nas próprias características dos referidos segmentos radiais, constituídos por três linhas e não por duas, como acontece no presente exemplar e nos anteriormente referidos.

Além das diferenças observadas nas decorações, sem dúvida menores, existe uma característica importante que separa claramente o exemplar de Lisboa dos seus congéneres baixo-alentejanos. Com efeito, se os dois primeiros exemplares possuem diâmetros máximos de cerca de 15 cm, e o de Torre Velha 2 cerca de 20 cm, já o diâmetro do exemplar em apreço é de cerca de 50 cm, possuindo além disso uma forma acentuadamente piriforme, propiciando maior capacidade de armazenamento. Esta realidade decorre por certo das diferentes funcionalidades reservadas a ambos os grupos de recipientes, os menores associados a contextos funerários, o maior a contexto doméstico, destinando-se ao armazenamento, o que justifica o seu tamanho. Crê-se que, por ora, se trata de exemplar único, o que em parte se explica atendendo à escassez de contextos habitacionais coevos das abundantes necrópoles do Bronze do Sudoeste registadas.

4 - DISCUSSÃO

Importa discutir a presença deste exemplar aparentemente isolado, de indubitável origem na área geográfica do Bronze do Sudoeste, na área urbana de Lisboa.

A densa ocupação humana da Baixa Estremadura, representada nos finais do Calcolítico e primeiros tempos da Idade do Bronze pelas derradeiras cerâmicas campaniformes de estilos locais, contrasta com a pobreza do registo arqueológico conhecido relativo ao povoamento do Bronze Pleno (CARDOSO, 1999-2000, 2005). Parece observar-se um “apagamento” na paisagem dos povoados, talvez em consequência de menor estabilidade demográfica: à imponência das fortificações calcolíticas, construídas em altura e feitas para serem vistas, sucede-se um povoamento discreto, dificilmente identificável no terreno. Esta realidade poderá ser o reflexo de uma efectiva quebra demográfica, talvez devida a eventual degradação climática observada no decurso da

primeira metade do 2.º milénio a.C. Com efeito, nessa época, foi observada, no fértil vale do Guadalquivir, evolução climática no sentido de maior aridez (CARO, 1989), invocada para explicar situação análoga à verificada na Baixa Estremadura. Seja como for, os escassos exemplos conhecidos de povoados estremenhos com ocupações restritas do Bronze Pleno, embora denunciem o já referido “apagamento” paisagístico, mostram uma assinalável diversidade de implantações topográficas; além disso, todos exibem provas de ocupações estáveis e permanentes, fornecidas, por exemplo, pela presença de restos de grandes bovídeos e de suídeos domésticos, além de evidenciarem uma componente agrícola importante, dada a sua proximidade – por certo não acidental – de solos de boa aptidão para tal actividade.

As descobertas de sítios habitados do Bronze Pleno na Estremadura datam quase todas da década de 1990, o que evidencia, por um lado, o notável surto de trabalhos de campo, nesta como em outras regiões do país, e, por outro, o muito que ainda falta descobrir e investigar. É o caso do povoado de Agroal, Vila Nova de Ourém, em encosta que nada se distingue da paisagem envolvente, dominando o rio Nabão (LILLIOS, 1993), e onde as formas cerâmicas, todas lisas, incluem: vasos carenados; vasos tronco-cónicos; vasos de colo estrangulado; e vasos de paredes rectas. Duas datas de radiocarbono, depois de calibradas para um intervalo de confiança de cerca de 95 %, correspondem à primeira metade do 2.º milénio a.C.

Outro sítio desta época é o povoado do Casal da Torre, Torres Novas (CARVALHO *et al.*, 1999), jaz sob quase dois metros de sedimentos, no fundo de uma discreta depressão da Serra d’Aire. O importante conjunto cerâmico ali recolhido, quase sem elementos decorados, inclui essencialmente vasos esféricos, com colo, e com bases planas. Tal como o anterior, recolheram-se indícios que sugerem um povoado permanente, vocacionado para uma economia agro-pastoril que, afinal, corresponde a uma realidade em evidente continuidade da já conhecida no final do Calcolítico e no Bronze Inicial, aquando da eclosão de numerosos pequenos sítios abertos, já anteriormente caracterizados.

Na Baixa Estremadura, o povoado do Catujal, Loures (CARDOSO & CARREIRA, 1993; CARREIRA, 1997) é exemplo (até agora único) de um povoado do Bronze Pleno desta região, fortemente influenciado na sua cultura material pelas produções do Sudoeste. O sítio encontra-se implantado na extremidade de um esporão, limitado de ambos os lados por vales profundamente entalhados, dominando, de cerca de 100 m de altitude, o estuário interior do Tejo, possuindo, deste modo, invulgares condições naturais de defesa, de onde se descorriam vastos horizontes para Sul. Tal como os dois sítios anteriores, os restos faunísticos identificados conferem-lhe características de ocupação permanente. Infelizmente, o sítio foi quase totalmente destruído em 1982; os materiais que dele se conhecem resultaram de recolhas à superfície e em corte estratigráfico exposto no decurso da destruição da estação, o qual indicava apenas uma única ocupação arqueológica, confirmada pela

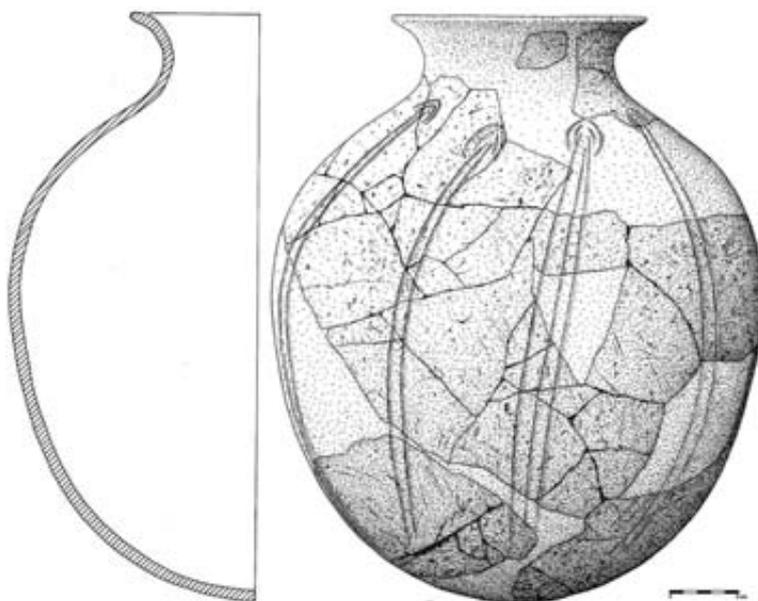


Fig. 5 – Encosta de Sant’Ana. Desenho do vaso estudado (desenho de Filipe Martins).

coerência tipológica dos materiais exumados. A par de recipientes de dimensões médias a grandes, destinados ao armazenamento, ocorrem recipientes de menores dimensões, de evidente filiação no Bronze Pleno do Sudoeste, representados, entre outros, por taças de tipo Santa Vitória e vasos (“garrafas”) de colo apertado, com decoração de nervuras verticais no bojo, comparáveis às observadas no exemplar em estudo.

O paralelo mais próximo para o sítio do Catujal, tendo presente a tipologia do espólio cerâmico nele recolhido, de evidente filiação no Bronze do Sudoeste, corresponde ao povoado

aberto do Pessegueiro, Sines, adjacente à necrópole do mesmo nome, apesar deste se implantar em espaço plano, e não no topo de plataforma, como o Catujal. Uma data de radiocarbono, efectuada em ossos humanos de uma das sepulturas da necrópole adjacente à área habitada, deu o resultado, a dois sigma de 1679-1442 anos a.C., com intersecção, na curva de calibração em 1526 anos a.C. (SOARES & SILVA, 1995). Comparado com este, o resultado obtido no Catujal, em ossos de animais domésticos, com recurso à mesma curva de calibração (DE STUIVER & REIMER, 1993), é mais antigo: 2028-1752 anos a.C., com intersecção em 1892 anos a.C. (CARDOSO, 1994). Este resultado indica cronologia recuada para o Bronze Pleno regional, por certo correspondente a época em que as derradeiras cerâmicas campaniformes ainda poderiam de fazer parte dos espólios da região. Com efeito, as datas recentemente publicadas (CARDOSO, 2014), vierem comprovar a continuação da produção de tais cerâmicas até finais do 3.º milénio a.C. O mesmo se verificaria na área do Sudoeste peninsular, onde a datação do tecido de linho envolvente de uma “alène”, recentemente recolhida num hipogeu do Bronze do Sudoeste, para 2 sigma, deu o intervalo de 2138-1957 cal BC (MATALOTO, MARTINS & SOARES, 2013, p. 327), condizente com produções mais antigas do Bronze do Sudoeste, cuja etapa inicial, com base no tratamento estatístico de todas as datas disponíveis, se terá iniciado, de acordo com os referidos autores, entre 2070 e 1930 cal BC.

Outra conclusão a reter da data obtida no Catujal, é a da maior antiguidade das taças de tipo Santa Vitória, até agora utilizadas como “fóssil director” para a fase mais tardia daquela Cultura, o Bronze II do Sudoeste.

As evidentes afinidades culturais do Bronze Pleno da Baixa Estremadura, com o Bronze do Sudoeste, de que se poderá considerar a sua extensão mais setentrional, têm também expressão em materiais esparsos que, ao longo dos tempos, foram sendo assinalados na região:

- uma taça da Lapa do Suão, Bombarral, do tipo Santa Vitória, possuindo, segundo os que primeiro a publicaram origem na área argárica, de onde teria sido importada (CÔRTEZ *et al.*, 1972), embora a referida taça tenha sido reproduzida ulteriormente (SPINDLER, 1981, Tf. 69), atribuindo-lhe filiação nos exemplares portugueses de Santa Vitória;

- um vaso de colo apertado e decoração de gomos (de uma sepultura) do povoado calcólico da Pedra de Ouro, Alenquer, associada a vários recipientes lisos (PAÇO, 1966; LEISNER & SCHUBART, 1966, Abb. 11);

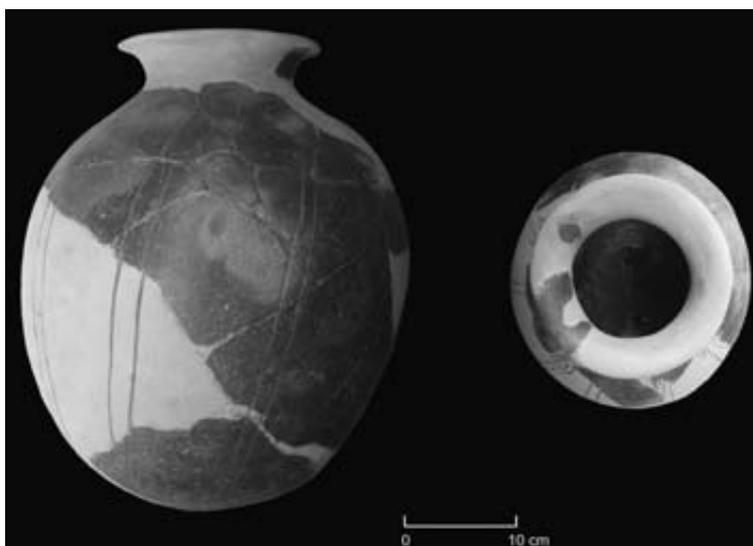


Fig. 6 - Encosta de Sant'Ana. Foto geral do vaso e vista de topo do mesmo (foto de J. L. Cardoso).

– um vaso tetramamilado na carena, oriundo de pequena lapa natural subjacente ao povoado calcolítico de Rotura, Setúbal (CARREIRA, 1998), afim de recipiente da necrópole vizinha necrópole em gruta da Lapa do Fumo, Sesimbra (CARREIRA, 1997, p. 140), têm evidente filiação no Bronze do Sudoeste.

Tais afinidades meridionais e mediterrâneas, a que se poderiam juntar outras, embora desprovidas de contextos estratigráficos e de tipologia bem definida, constituem expressão de uma realidade cultural que, até à publicação do povoado do Catujal, não tinha sido devidamente valorizada. Com efeito, tais ocorrências, relacionadas com contextos funerários e/ou rituais (CARDOSO, 2000), mais do que intru-

sões esporádicas, evidenciam uma realidade cultural ainda longe de estar devidamente conhecida, constituindo o vaso agora publicado mais um contributo para aquele conhecimento.

Também alguns artefactos metálicos, com destaque para os punções losânguicos (alènes), considerados, no Languedoc, característicos do Bronze Inicial, onde são particularmente abundantes, encontram-se também presentes em diversas estações estremenhas. J. R. Carreira (CARREIRA, 1994) inventariou ocorrências em diversas estações tais como Vila Nova de São Pedro, Azambuja, povoado calcolítico que continuou a ser frequentado, embora de forma talvez descontínua e pouco marcada (cinco exemplares); povoado do Alto das Bocas (dois exemplares), Rio Maior; gruta da Casa da Moura, Óbidos (um exemplar); e Abrigo Grande das Bocas (quatro exemplares). Tais peças, de nítida filiação meridional, porém de fabricos locais ou regionais, visto serem de cobres arsenicais, distintos dos exemplares do Sul da França, que são já de bronze, comprovam que a chegada à Estremadura de novos tipos artefactuais da Idade do Bronze, antecipou a introdução da respectiva metalurgia. No Bronze do Sudoeste, destaca-se a ocorrência de dois exemplares, da necrópole do Monte Novo dos Albardeiros, Reguengos de Monsaraz, ritualmente depositos no interior de dois recipientes (GONÇALVES, 1988-1989, Figs. 12 e 13). Ao conjunto indicado, juntou-se recentemente o exemplar baixo alentejano acima referido, envolto ritualmente por tecido de linho.

No norte do território estremenho as afinidades com o Bronze do Sudoeste esbatem-se, como seria de esperar. É o que indica não apenas a tipologia dos recipientes cerâmicos recolhidos nos povoados de Agroal e de Casal da Torre, mas também as inúmeras cerâmicas da mesma época recolhidas em grutas da região, utilizadas como necrópoles e/ou santuários rupestres. Com efeito, de há muito que ali se reconheceram cerâmicas tradicionalmente inseridas tanto no Neolítico como no Calcolítico; só estudos recentes vieram mostrar a sua individualidade cultural: é o caso de materiais da Lapa do Suão, Bombarral, já atrás referidos, que se juntam, entre outros, às produções da Lapa da Furada, Sesimbra (CARDOSO & CUNHA, 1995).



Fig. 7 – Encosta de Sant’Ana. Pormenor da decoração do vaso (foto de J. L. Cardoso).



Fig. 8 – Vasos das necrópoles de cistas do Bronze do Sudoeste de Cata, Beja e do Poio, Portimão (seg. SCHUBART, 1974).

Também a metalurgia do ouro se encontra no imediato prolongamento das produções Calcolíticas; continuam a produzir-se espirais auríferas, encontradas, por vezes, encadeadas umas nas outras, surgindo, pela primeira vez, peças mais pesadas e maciças que as anteriores. É o caso das braceletes lisas, de secção circular, obtidas por fundição e ulterior martelagem. É a este grupo de jóias, situadas no “Bronze Antigo e Médio” por A. Perea (PEREA, 1991, Fig. 3), que pertencem os dois exemplares de Atouguia da Baleia, Peniche e o exemplar de Bonabal, Torres Vedras, este último associado a uma cadeia de oito espirais de ouro; em ambos os casos, trata-se de achados fortuitos, produzidos, como é frequente, em locais incaracterísticos, no decurso da lavra de campos agrícolas (CARDOSO, 2004, p. 173).

Mercê da sua posição geográfica, esta região encontrava-se também exposta aos primeiros influxos atlânticos – depois dos que presidiram à difusão dos campaniformes “marítimos” pela fachada atlântica europeia – documentados pela alabarda de Baútas, Amadora (SENNA-MARTINEZ, 1994), de tipo atlântico, com numerosos paralelos bretões. A sua composição, ainda de cobre arsenical, vem ilustrar expressivamente a manutenção da metalurgia do cobre no Bronze Pleno regional, na produção de novos tipos de artefactos, que reflectem o encontro de duas áreas culturais distintas – o Atlântico e o Mediterrâneo – aspecto que, doravante, constituirá um dos traços mais expressivos e ricos da realidade cultural da região, até ao final da Pré-História e muito para além dele.

Outras produções metálicas merecem destaque: é o caso das adagas, ainda de cobre, mas que diferem das suas antecedentes calcolíticas pelas maiores dimensões, e pelo modo de encabamento, que passa a ser assegurado por rebites, em vez da lingueta simples, característica daquelas. Um dos exemplos mas notáveis é a adaga de rebites, com a folha decorada de ambos os lados ao longo dos bordos laterais, recolhida na gruta das Redondas, que ainda conserva os três rebites e, perfeitamente marcado, como bem assinalou M. Vieira Natividade no correspondente desenho, os contornos do cabo (NATIVIDADE, 1899-1903, Est. XXVI, 220). Esta particularidade, presente em outros tipos de punhais ou adagas, afasta a hipótese de esta peça corres-



Fig. 9 – Vaso do hipogeu do Bronze do Sudoeste de Torre Velha 3 (por deferência de M. Serra e E. Porfírio).

ponder a uma alabarda. A sua ocorrência no interior de uma gruta, conjuntamente com outros espólios metálicos de épocas anteriores ou coevos (adagas de lingueta, machados planos e pontas Palmela evoluídas), faz crer que esta terá abrigado uma importante necrópole, no decurso do final do Calcolítico e no Bronze Pleno, ou, em alternativa, corresponder a um santuário, pertencendo, neste caso, tais objectos a depósitos rituais não funerários.

Tem interesse referir que as características pontas de seta de espigão e barbelas laterais, presentes na Estremadura, através de um ou mais exemplares nas seguintes estações: povoados fortificados calcolíticos de Vila Nova de São Pedro, Azambuja (JALHAY & PAÇO, 1945) e do Zambujal, Torres Vedras (SANGMEISTER, SCHUBART & TRINDADE, 1971); gruta funerária da Cova da Moura, Torres Vedras (SPINDLER, 1981); dólmen do Alto da Toupeira, Loures (LEISNER, 1965), são todas de cobre (SPINDLER, 1981; SANGMEISTER, 1995), tal como as encontradas no Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior (CARREIRA, 1994). Ao contrário, os quatro exemplares, seguramente do Bronze Final, de povoados do Sul da Beira Interior, nas proximidades dos quais existe estanho (VILAÇA, 1995), são já de bronze. Esta realidade vem também em abono de uma progressiva utilização do bronze, neste caso suportada em tipo artefactual de evidente longevidade, com início seguro no Bronze Pleno, como é claramente indicado pelo exemplar da necrópole da Vinha do Casão, que é de cobre (GIL, GUERRA & BARREIRA, 1986). A distribuição supra-regional deste tipo artefactual, que vai do sul da Beira Interior ao Algarve, mostra bem a existência de circuitos comerciais em que a Estremadura, pela sua localização geográfica, detinha evidente importância, como se comprova pelo número de exemplares daqui provenientes.

5 – CONCLUSÃO

No Bronze Pleno da Baixa Estremadura, correspondente aos três primeiros quartéis do 2.º milénio a.C., entrevê-se um tipo de povoamento em que, recorrentemente, se aproveitavam antigos sítios calcolíticos de altura, como Vila Nova de São Pedro e o Zambujal – talvez jamais abandonados em absoluto – ou pela primeira

vez ocupados, como o de Catujal, a par da instalação de outros, dificilmente evidenciados, em terrenos de morfologia discreta; esta última realidade encontra expressão na Alta Estremadura, na região de Torres Novas e de Vila Nova de Ourém, afigurando-se corresponder também ao caso em apreço. Com efeito, os espólios da Idade do Bronze da encosta de Sant'Ana, correspondem a uma implantação discreta na paisagem envolvente, até perto da área então atingida pelo esteiro do rio Tejo. A posição geográfica da estação sugere estreita articulação com outros sectores ribeirinhos do antigo estuário do Tejo, incluindo os da sua margem esquerda, a partir dos quais teriam chegado à Península de Lisboa produções cerâmicas características da cultura do Bronze do Sudoeste. Estas, com excepção do povoado do Catujal, arrasado em 1982, correspondem essencialmente a achados isolados, atribuíveis a contextos habitacionais, como é o caso em apreço, ou funerários ou rituais, como é o caso da generalidade das restantes ocorrências, desvanecendo-se as mesmas, aliás sempre raras e esparsas, à medida que aumenta a distância relativamente ao estuário do Tejo.

AGRADECIMENTOS

A Miguel Serra e a José Eduardo Porfírio, da empresa de Arqueologia Palimpsesto, Estudo e Preservação do Património Cultural, Lda., pela cedência do desenho e da fotografia do vaso da necrópole de Torre Velha 3.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C.; COSTEIRA, C.; ESTRELA, S.; PORFÍRIO, E.; SERRA, M.; SOARES, A. M. M. & MORENO-GARCÍA, M. (2010) – Hipogeus funerários do Bronze Pleno da Torre Velha 3 (Serpa, Portugal). O Sudeste no Sudoeste? *Zephyrus*. Salamanca. 66, p. 133-153.
- ALVES, C.; COSTEIRA, C.; ESTRELA, S.; PORFÍRIO, E.; SERRA, M. & SOARES, A. M. M. (2014) – Caracterização preliminar da ocupação pré-histórica da Torre Velha 3 (barragem da Laje, Serpa). In: *4.º Colóquio de Arqueologia do Alqueva. O Plano de Rega (2002-2010)*. Évora: EDIA/DRCALEN, p. 103-111 (Memórias d'Odiana, 2.ª Série).
- ANGELUCCI, D.; COSTA, C. & MURALHA, J. (2004) – Ocupação neolítica e pedogénese médio-holocénica na encosta de Sant'Ana (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7 (2), p. 27-47.
- ARBRUSTER, B. & PARREIRA, R. (coord., 1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia – colecção de ourivesaria. 1 - Do Calcolítico à Idade do Bronze*. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1993) – Le Bronze Final et le début de l'Âge du Fer dans la région riveraine de l'estuaire du Tage. *Mediterrâneo*. Lisboa. 2, p. 193-206 (Actas do I Congresso Mediterrânico de Etnologia Histórica, Lisboa, 1991).
- CARDOSO, J. L. & CUNHA, A. S. (1995) – *A Lapa da Furada (Sesimbra). Resultados das escavações arqueológicas realizadas em Setembro de 1992 e 1994*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.
- CARDOSO, J. L. (1999/2000) – Aspectos do povoamento da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 355-413.
- CARDOSO, J. L. (2000) – Manifestações funerárias da baixa Estremadura no decurso da Idade do bronze e da Idade do Ferro (II e I milénios AC): breve síntese. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999), 5, p. 61-99.

- CARDOSO, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 12).
- CARDOSO, J. L. (2005) – Visibilidade e invisibilidade do património arqueológico: o caso do Bronze Pleno da Estremadura. *Discursos*. Lisboa. Série III, 6, p. 7-27.
- CARDOSO, J. L. (2007) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CARDOSO, J. L. (2014) – Absolute chronology of the Beaker phenomenon North of the Tagus estuary: demographic and social implications. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 71 (1), p. 56-75.
- CARO, A. (1989) – Consideraciones sobre el Bronce Antiguo y Medio en el Bajo Guadalquivir. *Tartessos. Arqueología Protohistórica del Bajo Guadalquivir* (M. E. Aubet Semmler, coord.). Sabadell: AUSA, p. 85-120.
- CARREIRA, J. R. (1994) – A Pré-História recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2, p. 47-144.
- CARREIRA, J. R. (1997) – Catujal: um povoado da Idade do Bronze (Médio) à entrada da “ria de Loures”. Contribuição para o estudo das influências do Bronze do Sudoeste na formação do Bronze estremenho. *Vipasca*. Aljustrel. 6, p. 119-140.
- CARVALHO, A. F.; BRAGANÇA, F.; NETO, F. & JUSTINO, L. (1999) – O sítio da Idade do Bronze “pleno” do Casal da Torre (Assentiz, Torres Novas). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 5, p. 63-81.
- CÔRTEZ, V.; FURTADO, A.; FERREIRA, O. V.; MAURÍCIO, A. & MONTEIRO, J. A. (1972) – Dois vasos raros do Museu do Bombarral. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 82 (3/4), p. 231-234.
- GIL, F. B.; GUERRA, F. & BARREIRA, G. (1986) – Estudo físico do espólio metálico. *A necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura, Algarve) no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste peninsular*. Lisboa, p. 129-134 (*Trabalhos de Arqueologia*, 2).
- GONÇALVES, V. S. (1988-1989) – A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz). *Portugalia*. Porto. Nova Série, 9/10, p. 49-61.
- JALHAY, E. & PAÇO, A. do (1945) – El castro de Vilanova de San Pedro. *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*. Madrid. 20, p. 55-141.
- LILLIOS, K. T. (1993) – Agroal and the Early Bronze Age of the Portuguese Lowlands. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 33 (3/4), p. 261-291.
- MATALOTO, R.; MARTINS, J. M. M.; SOARES, A. M. M. (2013) – Cronologia absoluta para o Bronze do Sudoeste. Periodização, base de dados tratamento estatístico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 303-338.
- NATIVIDADE, M. Vieira (1899-1903) – Grutas de Alcobaça. Materiaes para o estudo do Homem. Relatório dos trabalhos de exploração nas diversas estações neolíticas de Alcobaça. *Portugalia*. Porto. 1, p. 433-474.
- PEREA, A. (1991) – *Orfebrería Prerromana: arqueología del oro*. Madrid, Comunidad de Madrid, Consejería de Cultura.
- SANGMEISTER, E. (1995) – *Zambujal. Kupferfunde aus den Grabungen 1964 bis 1973*. Mainz: Verlag Philipp von Zabern, p. 1-154 (*Madrider Beiträge*, Band 5).
- SANGMEISTER, E.; SCHUBART, H. & TRINDADE, L. (1971) – Escavações na fortificação da Idade do Cobre do Zambujal/Portugal 1970. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 5, p. 51-96.

- SCHUBART, H. & SANGMEISTER, E. (1974-1977) – Escavações na fortificação da Idade do Cobre do Zambujal – Portugal 1972/1973. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 7/9, p. 125-140.
- SCHUBART, H. (1974) – Novos achados sepulcrais do Bronze do Sudoeste II. Segundas Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1972). *Actas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2, p. 65-95.
- SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*. Vol. 1, Text; Vol. 2, Tafeln. Berlin: Walter de Gruyter.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. de (1994) – Subsídios para o estudo do Bronze Pleno na Estremadura atlântica: (1) A alabarda de tipo “atlântico” do habitat das Baútas (Amadora). *Zephyrus*. Salamanca. 46, p. 161-182.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (1995) – O Alentejo litoral no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste peninsular. In: *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 136-139.
- VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze* (2 vols.). Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (*Trabalhos de Arqueologia*, 9).

O BRONZE FINAL NA SERRA DE SINTRA

THE LATE BRONZE AGE AT SINTRA'S MOUNTAIN RANGE

João Luís Cardoso¹ & Maria João Sousa²

Abstract

This paper presents and discusses the results, some of them previously published, of two Late Bronze Age sites at the Sintra mountain range, Penha Verde and Castelo dos Mouros. The latter was the object of recent excavations with results that are preliminary published in the present article, namely a recipient whose decoration characteristics are unknown in the Portuguese territory until now, which has affinities with the Western Mediterranean, and a ritual deposition of a vessel, intentionally fragmented, probably related to the sacred connotation of Sintra's mountain range documented since the Chalcolithic.

Keywords: Late Bronze Age, ritual deposit, Sintra's sacred mountain range, West Mediterranean affinities.

1 - INTRODUÇÃO

A importância arqueológica da serra de Sintra é de há muito conhecida (Fig. 1). No que se refere à sua ocupação pré-histórica, avultam dois locais, a Penha Verde e o castelo dos Mouros (Fig. 2), ambos abrangidos pela "Paisagem Cultural e Natural de Sintra", incluída na lista de Património Mundial (n.º 7 do art.º 15.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro).

O sítio arqueológico conhecido há mais tempo corresponde ao povoado pré-histórico da Penha Verde, objecto de três campanhas de escavações em 1957, 1958 e 1964, as duas primeiras dirigidas por O. da Veiga Ferreira e G. Zbyszewski, a terceira por aquele arqueólogo e J. Roche.



Fig. 1 – Extremidade oriental da serra de Sintra, com a representação do Castelo dos Mouros. Gravura inglesa de William Bradford, de inícios do século XIX (foto e colecção de J. L. Cardoso).

¹Professor Catedrático da Universidade Aberta (Lisboa). Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). cardoso18@netvisao.pt

²Arqueóloga. Parques de Sintra-Monte da Lua SA. maria.sousa@parquesdesintra.pt

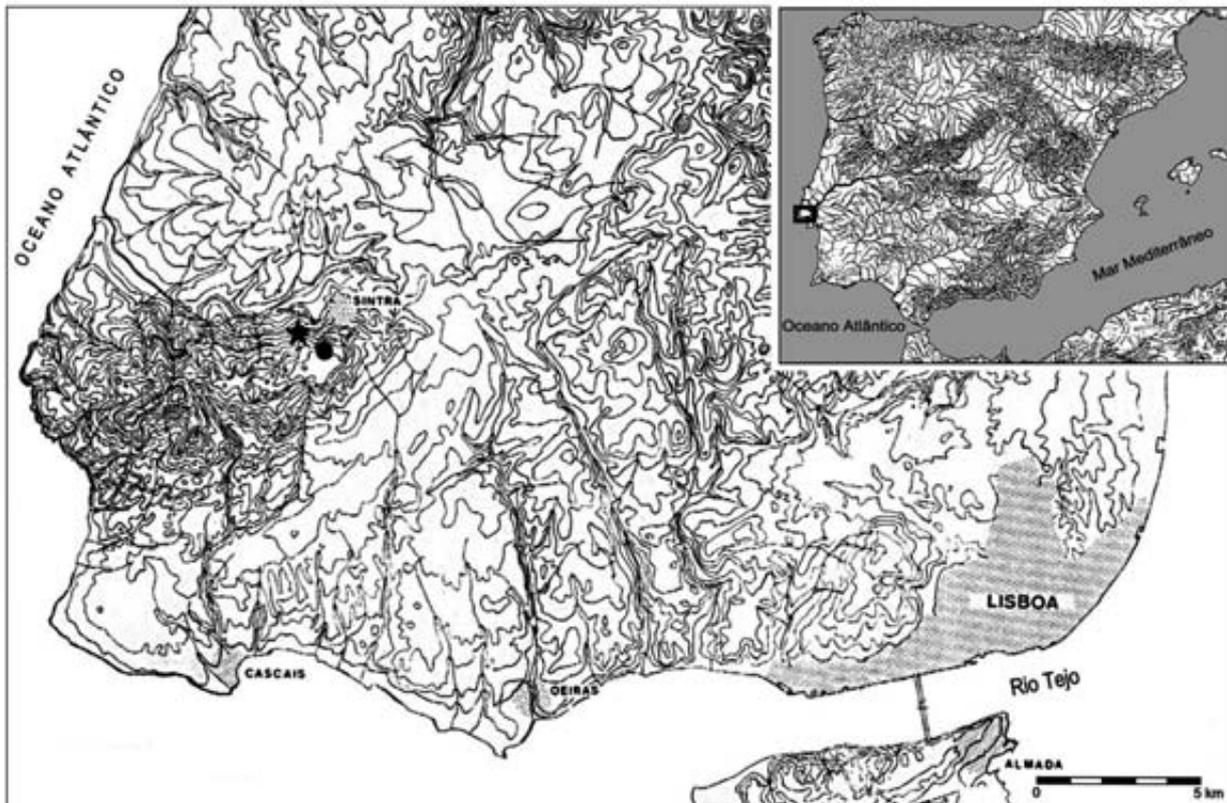


Fig. 2 – A região da Baixa Península de Lisboa, com a localização da Penha Verde e do castelo dos Mouros.

A ocupação calcolítica, correspondente à instalação de um povoado fortificado, foi recentemente caracterizada, com base na revisão da totalidade da colecção exumada nas escavações (CARDOSO, 2010-2011 a). Aquando da revisão dos referidos materiais, reconheceu-se um pequeno conjunto pertencente ao Bronze Final, que até então tinha passado despercebido, o qual também foi já objecto de caracterização (CARDOSO, 2010-2011 b). Ficou assim demonstrada a presença de populações desta época na extremidade oriental da serra de Sintra, juntando-se ao registo arqueológico já conhecido, relativo aos achados efectuados em diversos locais do interior do recinto do castelo dos Mouros, anteriormente publicados (CARDOSO, 1997-1998). As recentes escavações realizadas sob direcção de um de nós no castelo dos Mouros (M. J. S.), no âmbito da valorização daquele monumento, permitiram a identificação de novas ocorrências, as quais estão na origem deste contributo.

2 – OS SÍTIOS

2.1 – Penha Verde

O povoado pré-histórico da Penha Verde situa-se na célebre Quinta da Penha Verde, que pertenceu, no século XVI, ao notável vice-rei da Índia D. João de Castro. Integrada na encosta setentrional da extremidade oriental da serra de Sintra, corresponde a implantação de altura, aproveitando-se cabeço isolado, culminando à cota de 360 m.

Conforme é referido por O. da Veiga Ferreira e G. Zbyszewski, o interesse arqueológico do local foi reconhecido pelos próprios, em 1949, na sequência da colheita superficial de alguns espólios arqueológicos,

comunicados por M. Vaultier. Confirmada a valia da descoberta, a oportunidade de ali se virem a desenvolver trabalhos de escavação surgiu aquando da realização das Primeiras Jornadas Arqueológicas de Sintra, realizadas em 1957 por iniciativa da Câmara Municipal de Sintra, sob a presidência do ilustre arqueólogo Joaquim Fontes. Foram então disponibilizados apoios logísticos mediante a cedência de diversos cantoneiros municipais, acompanhados de suporte financeiro. A esta primeira campanha de escavações, seguiram-se mais duas, igualmente registadas nos Cadernos de Campos de O. da Veiga Ferreira, em 1958 e em 1964, cujos correspondentes trechos se transcreveram na íntegra, em trabalho recentemente publicado (CARDOSO, 2010-2011a).

As escavações permitiram identificar diversas estruturas habitacionais de época calcolítica e um troço de muralha com elas provavelmente relacionada; uma terceira campanha, realizada em 1964, teve por objectivo essencial o reconhecimento de uma ocupação anterior, desde logo correctamente reportada ao Epipaleolítico, a qual foi já objecto de publicação (CARDOSO & FERREIRA, 1992).

As publicações que deram a conhecer o resultado daquelas intervenções, da autoria dos arqueólogos que as dirigiram, são bem conhecidas (ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1958, 1959), a que se soma a publicação dos resultados obtidos em 1964 (ROCHE & FERREIRA, 1975), que evidenciaram a importância das estruturas e espólios recuperados. Estes foram objecto de estudos específicos, destacando-se o dedicado ao espólio campaniforme decorado, ignorando que este se encontrava indissociavelmente associado a produções lisas e decoradas, não campaniformes (HARRISON, 1977), como aliás é explicitamente referido pelos escavadores no seu primeiro artigo (ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1958, p. 55).

A cronologia da ocupação calcolítica só recentemente foi devidamente clarificada, com o recurso a análises radiocarbónicas por AMS as quais a situam ao longo de toda a segunda metade do III milénio a.C. (CARDOSO, 2010-2011a). Com efeito, apesar de a Penha Verde ter sido um dos primeiros sítios arqueológicos portugueses a ser datado pelo radiocarbono, persistiam fundadas dúvidas quanto à cronologia da ocupação, devido tanto à natureza da amostragem (carvões), como à correlação da mesma com as duas fases de ocupação da estação.

Outros estudos foram entretanto produzidos, dedicados a exemplares específicos, como é o caso dos suportes de lareira ali recolhidos, discutindo-se a funcionalidade destas peças de carácter doméstico face à atribuição, ainda em voga, de corresponderem a artefactos ideotécnicos (CARDOSO & FERREIRA, 1990), a que se seguiu estudo sobre as cerâmicas com decorações por impressões unguiformes (CARDOSO, FERREIRA & FERREIRA, 1993), as quais acompanhavam as produções campaniformes, como se verifica tanto em outras estações campaniformes do território português (VALERA, 2000), como em numerosas ocorrências extra-peninsulares.

A descoberta de um alfinete de ouro de secção circular e com cabeça achatada, de formato cónico (Fig. 3, n.º 2) produziu desencontradas atribuições, desde a sua conotação com o Calcolítico (PEREA, 1991, p. 25; HARRISON, 1977, p. 136), até aos que o consideraram compatível com a Idade do Bronze, seja o Bronze Antigo (ARBRUSTER & FERREIRA, 1993, p. 152), seja o Bronze Final (CARDOSO, 1999-2000, p. 389). É provável que os autores que consideraram tal objecto do Bronze Antigo, se estivessem na verdade a referir aos derradeiros momentos campaniformes da ocupação da estação, que devem ser atribuídos ao final do Calcolítico. Tratar-se-á, pois, apenas de uma questão terminológica. Contudo, atendendo à respectiva tipologia, designadamente a sua secção circular, ausente em produções metálicas calcolíticas, bem como o remate da cabeça, em forma de botão cónico achatado, idêntica à dos remates das braceletes ou pulseiras do Bronze Final, é a esta época que tal produção aurífera deverá ser reportada (CARDOSO, 2010-2011b).

O. da Veiga Ferreira não cita este artefacto entre os inventariados na sua tese de doutoramento, “La Culture du Vase Campaniforme au Portugal” (FERREIRA, 1966), embora registe a presença de uma conta bicónica de ouro, recolhida na mesma estrutura, a Casa 2 (Fig. 3, n.º 3); tal omissão sugere que considerava o alfi-

nete da Idade do Bronze, ao contrário da conta aurífera, que se integraria no Calcolítico. Com efeito, esta hipótese tem cabimento, já que, no povoado fortificado calcolítico do Zambujal se recolheu uma conta semelhante, cuja cronologia calcolítica se afigura segura (JIMÉNEZ GÓMEZ, 1995, Fig. 10.8). Tal conclusão viu-se recentemente reforçada ao ter sido recolhida, no hipogeu escavado na rocha do Convento do Carmo (Leiria), uma terceira conta aurífera, associada às tumulações campaniformes ali efectuadas (informação pessoal do Prof. António Faustino Carvalho, responsável pela intervenção).

Ao contrário, o único alfinete aurífero recolhido em território português comparável ao da Penha Verde, provém de Areia, Mealhada, e apresenta-se desprovido de contexto (ARMBRUSTER & PARREIRA, 1993, p. 152, 153), pelo que nenhuma conclusão válida se pode dele extrair.

Deste modo, permanece indeterminada a cronologia atribuível ao raríssimo alfinete de ouro da Penha Verde, embora, pelas suas características, seja uma peça condizente com as produções do Bronze Final como atrás se referiu.

A referida época encontra-se, aliás, representada na Penha Verde por diversos objectos metálicos característicos, exumados nas escavações de 1957 e de 1958, como pesos de bronze de formato tronco-cónico (Fig. 3, n.ºs 5 a 8), em parte já estudados (VILAÇA, 2003), a que se somaram outros exemplares, identificados aquando da revisão geral dos espólios arqueológicos (CARDOSO, 2010-2011b), que, a par de algumas produções cerâmicas, configuram uma ocupação, essencialmente circunscrita a uma das estruturas habitacionais identificadas, a Casa 2 (Fig. 4), de onde, aliás, provém o alfinete aurífero referido, encontrado no lado direito da entrada (ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1958, p. 50). Esta presença, com base numa análise de amostra de dente de *Bos taurus* recolhido na área da Muralha, datada por radiocarbono/AMS, foi situada, para um intervalo de confiança de 2 *sigma*, entre 1000 e 820 cal BC, resultado que se afigura plenamente compatível com a tipologia do espólio exumado: Beta-276396 – 2760 ± 40 BP; fazendo uso do programa INTCAL 04 e seguindo A. S. Talma & J. C. Voguel, 1993, *Radiocarbon* 35 (2), p. 317-322, obteve-se intersecção com a curva de calibração em 910 cal BC, e ao intervalo, para dois *sigma* (95% de probabilidade), de 1000 – 820 cal BC, conforme foi acima referido.

Outra evidência desta presença do final da Idade do Bronze consiste na existência de uma barra paralelepédica de bronze (Fig. 3, n.º 1), com cerca de 10% de estanho, conforme análise realizada no âmbito do

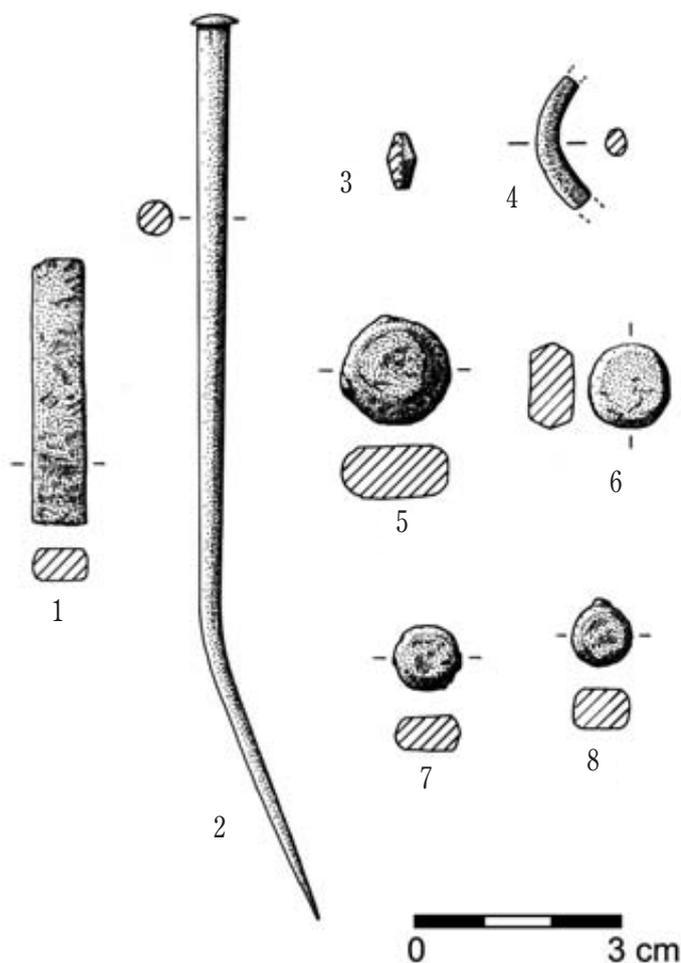


Fig. 3 – Espólios metálicos da Penha Verde, oriundos da Casa 2 ou das suas imediações atribuíveis ao Bronze Final. 1 – pequeno lingote de bronze; 2 – alfinete de ouro; 3 – conta bitroncocónica de ouro; 4 – fragmento de argola de bronze; 5 a 8 – ponderais de bronze (seg. J. L. Cardoso).



Fig. 4 – Penha Verde. Estruturas habitacionais circulares calcolíticas. À esquerda, a Casa 1; à direita, a Casa 2, reutilizada no Bronze Final (seg. G. Zbyszewski & O. da Veiga Ferreira).

projecto SAM (JUNGHANS *et al.*, 1968, An. n.º 2448). Este objecto terá servido possivelmente como lingote, já que se encontra partido em ambas as extremidades.

Quanto ao conjunto cerâmico recuperado nas explorações aludidas, o seu estudo conduziu à identificação de dois grupos de recipientes, os grandes vasos de armazenamento e as taças carenadas de tamanho médio, possuindo estas as superfícies externas bem alisadas e as paredes muito regulares e finamente adelgaçadas. O conjunto em apreço, representado por escasso número de exemplares, relaciona-se com as actividades domésticas desenvolvidas pela pequena comunidade que, no Bronze Final, e por curto período de tempo, ocupou o local.

Como acima se referiu, os escassos vestígios identificados do Bronze Final aparecem concentrados em torno da Casa 2, de época calcolítica. Esta realidade sugere que, no decurso do Bronze Final, aquela estrutura terá sido reaproveitada, no quadro das actividades domésticas ali desenvolvidas.

Quais seriam tais actividades e o estatuto social dos que as asseguravam?

A presença de espólios metálicos e cerâmicos, acompanhados de restos faunísticos (pelo menos boi doméstico, correspondente ao exemplar datado) pertencentes ao Bronze Final, parece revestir carácter habitacional, mas não no sentido usualmente atribuído ao termo. Com efeito, os restos cerâmicos são demasiado escassos para suportarem a atribuição a um povoado, por pequeno que fosse, sendo esta conclusão sublinhada pela área restrita onde foram recolhidos, a par dos materiais metálicos. Por outro lado, a natureza excepcional de tais peças – de ouro e de bronze – faz crer tratar-se de um local onde, durante um reduzido intervalo de tempo, estanciou um pequeno grupo humano, reaproveitando para tal uma estrutura habitacional calcolítica: a Casa 2 e a sua adjacência imediata, cujo chão se encontrava revestido de lajes.

As actividades a que esses ocupantes do local se entregaram incidiram na manipulação de matérias-primas preciosas ali transaccionadas, conforme indica a presença de pesos de balança, que não custa admitir fosse o ouro, dada a recolha de pelo menos uma das duas peças auríferas de carácter excepcional ali encontradas. Esta possibilidade é reforçada pelo notável colar de ouro encontrado no sopé da serra de Sintra, em zona adjacente a este local, no local designado por Casal de Santo Amaro (PEREIRA, 1896; VASCONCELOS, 1896; CARDOSO, 2004, Fig. 150), relacionado provavelmente com sepultura, com um peso superior a 1,2 kg. A manipulação do ouro poderia ter sido acompanhada da do bronze, dada a existência da atrás mencionada barra de

bronze partida em ambas as extremidades, utilizada como lingote, que era dela obtido à medida das necessidades.

Esta situação tem o seu melhor paralelo no vizinho povoado do Penedo de Lexim (Mafra), onde também se identificou uma ocupação do Bronze Final, destacando-se o achado de três peças de bronze (ponta de lança de alvado, cinzel e argola), depositas sobre lajeado calcolítico, além de três ponderais idênticos aos da Penha Verde, que aguardam estudo de pormenor (SOUSA, 2010), configurando uma presença doméstica mas, tal como a da penha Verde, de características especiais.

O achado de outros conjuntos de ponderais em tudo idênticos aos da Penha Verde, em outros sítios previamente habitados no decurso do Calcolítico, como o castro de Ota (Alenquer) e, sobretudo, Pragança (Cadaval), onde se recolheram, também, importantes

conjuntos metálicos do Bronze Final, faz crer que estejamos perante espaços que foram objecto de uma ocupação selectiva, mercê da sua visibilidade na paisagem. Ali se procederia à manipulação e pesagem de matérias-primas metálicas, por parte de um pequeno grupo humano, configurando uma ocupação talvez sazonal e circunscrita, que corresponderia à actividade económica dominante ali exercida, configurando sítio especializado e não simplesmente um local habitado.

Tendo presentes as alternativas possíveis, e as evidências regionais conhecidas de peças auríferas e bronzíferas, não custa relacionar aquela actividade com a comercialização e redistribuição de tais matérias-primas, em bruto, ou já sob a forma de objectos manufacturados, para o que poderia concorrer a proximidade da ribeira de Colares, que corre no sopé da serra de Sintra, susceptível de facilitar o acesso ao sítio em apreço a partir do litoral oceânico adjacente, no quadro do comércio então já provavelmente realizado, em boa parte, por via marítima.

2.2 – Castelo dos Mouros

O castelo dos Mouros ocupa um dos espaços culminantes da serra de Sintra. Dentro e fora da área muralhada, os grandes blocos graníticos de formas arredondadas pela erosão, originam plataformas e pequenos abrigos, aproveitados como espaços habitacionais e sagrados, onde se processaram diversas actividades, especialmente no Bronze Final.

No Verão de 1976, um dos signatários (J. L. C.) participou, conjuntamente com membros do Centro Cultural Roque Gameiro, sediado na Amadora,



Fig. 5 – Aspecto da sondagem realizada em 1976 em plataforma do lado poente do castelo dos Mouros, entre grandes penedos graníticos (seg. J. L. Cardoso).

na exploração de uma daquelas plataformas (Fig. 5), situadas extramuros, a cerca de 450 m de altitude, em plataforma limitada, muito dissimulada pela vegetação, que domina o vale que se situa a norte e a poente do local. Entre os fragmentos cerâmicos então recolhidos e ulteriormente publicados (CARDOSO, 1999-1998), ocorriam produções de “ornatos brunidos” (Fig. 6). A recolha destes testemunhos foi mais tarde completada por outros, provenientes de diversos locais do interior castelo, em resultado de recolhas ocasionais de

superfície, cuja localização se encontra indicada no referido estudo e que configuram uma notável e intensa presença no decurso do Bronze Final.

Desta forma, o interesse arqueológico do castelo dos Mouros, designadamente no que se refere à presença de assinaláveis vestígios do Bronze Final, era já conhecido aquando do processo de candidatura de Sintra a Património da Humanidade, no âmbito da categoria Paisagem Cultural, concretizada com êxito em Dezembro de 1995, encontrando-se devidamente assinado na obra publicada, correspondente a

súmula do processo de candidatura (RIBEIRO, 1996, p. 247).

Nos últimos anos, e no âmbito da valorização do espaço intramuros, foram várias as áreas interveniadas arqueologicamente, sob direcção de um de nós (M. J. S.) no Castelo dos Mouros; assim, em três locais: zona exterior à muralha do castelo; antigas cavaliariças; e antiga Praça de Armas (Sector 2, 3 e 9), foi possível recolher numerosos fragmentos de cerâmica, filiáveis em contextos do Bronze Final.

Deste modo, pode concluir-se que, seja qual for o local do castelo interessado pelas pesquisas, os vestígios surgem, denunciando a intensa ocupação que, nas cerca de duas a três centenas de anos correspondentes ao final do Bronze Final, ou Bronze Final II, entre o início do século XI e o final do século IX a.C., toda aquela área montanhosa foi intensamente ocupada. Tal realidade não deverá ser dissociada da conotação sagrada atribuída àquela montanha, o “Monte da Lua”, pelo menos desde o Calcolítico, tendo presente o achado de ideofactos de calcário com a representação daquele astro nocturno, em todo o entorno do espaço montanhoso (JALHAY & PAÇO, 1941, Fig. 17; CARDOSO, 2004).

Os trabalhos arqueológicos realizados a partir de 2009 sob a direcção de um de nós (M. J. S.) têm vindo a ser realizados em três zonas distintas do Castelo dos Mouros, indicadas na Fig. 7. Trata-se da zona da necrópole cristã (Sector 2 – exterior da muralha) (Fig. 8) e nas áreas dentro da fortificação, como as antigas cavaliariças (Sector 3) (Fig. 9), que forneceu a larga maioria dos exemplares, e a praça de armas (Sector 9) (Fig. 10), que revelaram estratigrafias bastante perturbadas, devido às sucessivas intervenções e ocupações verificadas no castelo.

Se, por um lado, a própria construção da fortificação, em época medieval, bem como a da Igreja de São Pedro de Canaferrim e respectiva necrópole, afectaram os níveis arqueológicos anteriores, as reformas de que foi alvo o castelo no século XIX, com D. Fernando II, e no século XX, com a DGEMN, vieram acentuar essas perturbações.

Assim, no conjunto dos níveis revolvidos identificaram-se materiais arqueológicos que correspondem a diversos períodos de ocupação, desde o Neolítico à actualidade, sendo agora apresentados pela primeira vez os mais significativos dos contextos identificados do Bronze Final, recolhidos nas campanhas arqueológicas de 2009-2011.

Merece destaque, entre as cerâmicas decoradas, fragmento recolhido na S. 3, lado sul das antigas cavaliariças (ver Fig. 7). Trata-se de notável vaso de colo alto ornamentado por filas de espinhados em relevo, constituindo decoração até agora inédita entre as conhecidas no Bronze Final do território português (Fig. 11). A decoração possui evidentes afinidades com as produções de “ornatos brunidos”, já que, a partir do lado

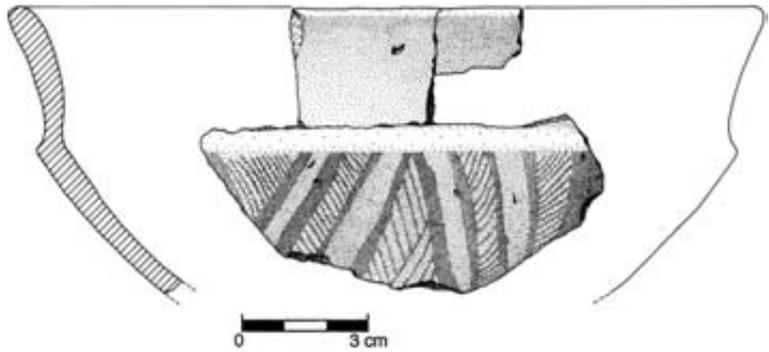


Fig. 6 – Fragmento de taça com “ornatos brunidos” recolhida na sondagem realizada em 1976 no castelo dos Mouros (seg. J. L. Cardoso).

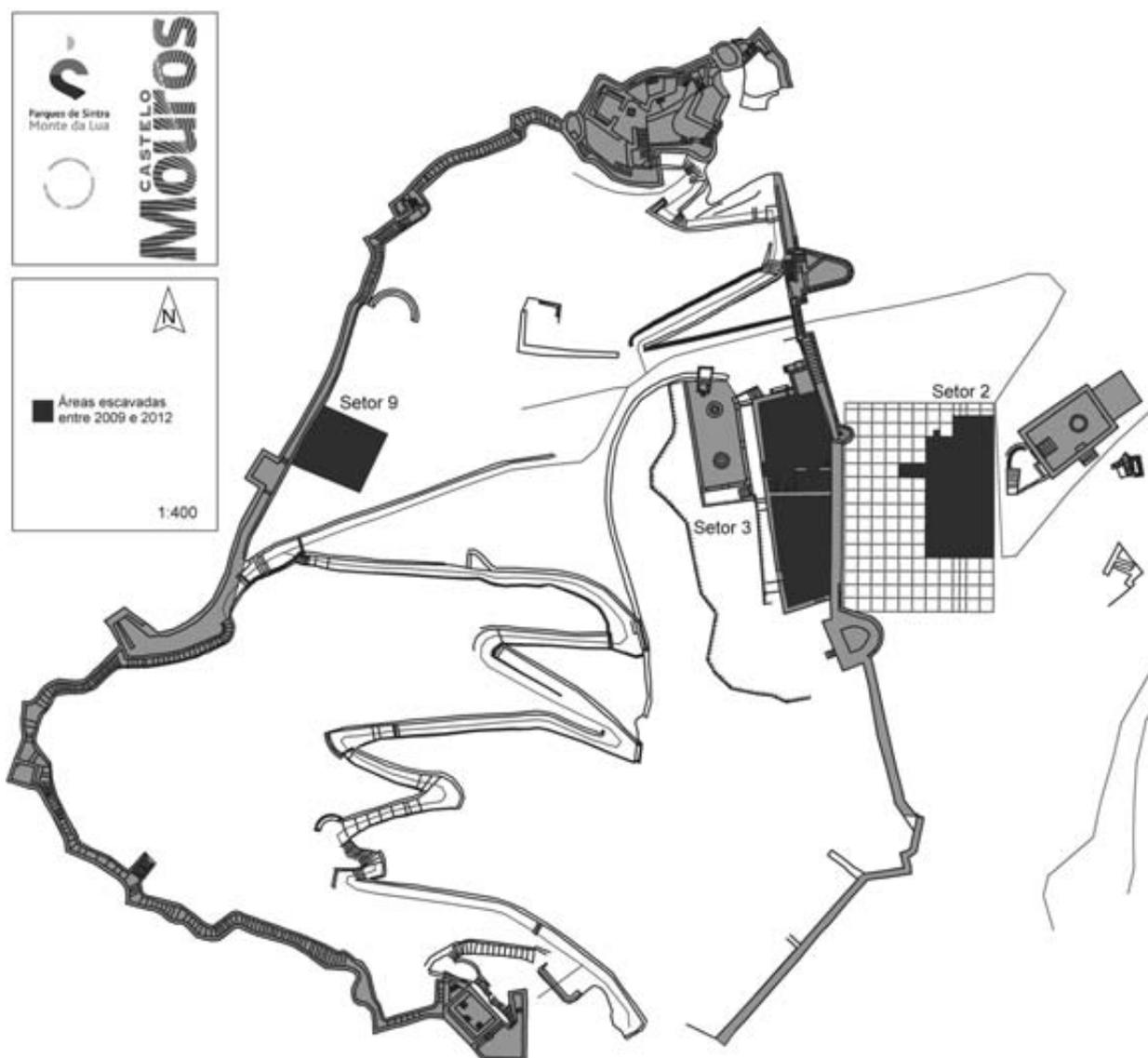


Fig. 7 – Planta do castelo dos Mouros, com a indicação das sondagens arqueológicas efectuadas desde 2009. Sector 2 – zona exterior do castelo e necrópole; sector 3 – antigas cavalariças; sector 9 – Praça de Armas (seg. M. J. Sousa).

externo da linha dos espinhados em relevo mais próxima do bordo do recipiente, se observam linhas radiantes feitas segundo aquela técnica (Fig. 12 e Fig. 13, n.º 6).

A filiação deste recipiente no Bronze Final é ainda reforçada pela forma, características da pasta e do acabamento. As ocorrências mais semelhantes para esta peculiar técnica e temática decorativas provêm da Cultura do Bronze Valenciano, situável entre 1400 e 1000 a.C., designadamente de Ereta del Castellar (informação amavelmente transmitida pela Doutora Raquel Vilaça, a quem agradecemos).

Ocorrem decorações brunidas em taças (Fig. 13, n.ºs 1 a 3), que também ocorrem em recipientes fechados, de maiores dimensões (Fig. 13, n.ºs 4 e 5).

Uma das taças, completa, ostenta no fundo interno, uma rara decoração de quatro circunferências concêntricas, produzidas por caneluras pouco profundas (Fig. 14; Fig. 15, n.º 3).



Fig. 8 – Castelo dos Mouros. Vista do Sector 2 – zona exterior do castelo e necrópole (foto de M. J. Sousa).



Fig. 9 – Castelo dos Mouros. Vista do Sector 3 – antigas cavaliariças (foto de M. J. Sousa).



Fig. 10 – Castelo dos Mouros. Vista do Sector 9 – Praça de Armas (foto de M. J. Sousa).



Fig. 11 – Castelo dos Mouros. Fragmento de vaso de colo alto do Bronze Final com decoração plástica e de “ornatos brunidos” (foto de M. Tissot).

As condições de jazida desta peça, oriunda da S. 9 – Praça de Armas (ver Fig. 7) merecem ser pormenorizadas. A mesma encontrava-se disposta horizontalmente no terreno, partida aproximadamente em duas metades iguais, uma delas colocada no interior da outra (Fig. 16). Torna-se evidente que tal disposição se reveste de evidente intencionalidade e, não correspondendo a qualquer necessidade funcional, deverá reportar-se a prática ritual. O exemplar encontrava-se embalado em depósito homogéneo de saibro granítico com alto teor de matéria orgânica, conferindo-lhe coloração escura, que preenchia os espaços entre grandes blocos graníticos. Apesar de nas imediações próximas se ter registado a presença de materiais e estruturas de época muçulmana, é plausível que uma lareira, em local adjacente ao ocupado por esta peça, aproveitando o espaço definido por diversos blocos graníticos, e cujo interior se encontrava preen-



Fig. 12 – Castelo dos Mouros. Pormenor da decoração de “ornatos brunidos” do vaso da Fig. 11 (foto de M. Tissot).



Fig. 13 – Castelo dos Mouros. Materiais cerâmicos do Bronze Final das intervenções arqueológicas realizadas entre 2009 e 2011 (desenhos de Filipe Martins, CEACO/CMO).

chido por cinzas, possa ser também reportada ao Bronze Final (Fig. 17).

É de sublinhar a presença de uma forma correspondente a prato cujo bordo possui protuberâncias arredondadas, provavelmente para facilitar o manuseio do recipiente (Fig. 18, n.º 2), particularidade que já tinha sido identificada anteriormente em exemplares recolhidos no interior do castelo, no parque das merendas (CARDOSO, 1997-1998, Fig. 8, n.º 4) e que parece corresponder a uma característica local das produções.

Diversos recipientes mais pequenos lisos, fechados ou abertos, por vezes munidos de elementos de preensão ou de suspensão, como algumas das taças carenadas recolhidas (Fig. 18, n.º 3 e 4), possuem estreitos paralelos em muitas outras estações do Bronze Final.



Fig. 14 – Castelo dos Mouros Taça de carena alta decorada no fundo por quatro circunferências concêntricas produzidas por caneluras pouco profundas (foto Parques de Sintra-Monte da Lua SA).

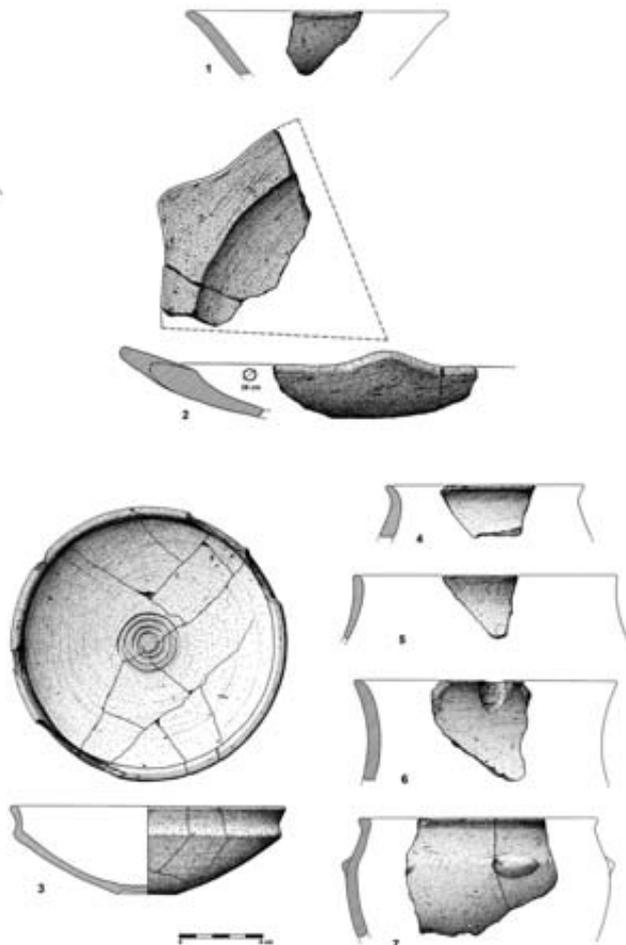


Fig. 15 – Castelo dos Mouros. Materiais cerâmicos do Bronze Final das intervenções arqueológicas realizadas entre 2009 e 2011 (desenhos de Filipe Martins, CEACO/CMO).

No conjunto, os exemplares cerâmicos do Bronze Final recolhidos nos últimos trabalhos arqueológicos realizados no castelo dos Mouros, agora publicados de forma preliminar, não destoam dos recolhidos anteriormente em outros sítios daquele vasto espaço murado, evidenciando também estreitas semelhanças com os oriundos da Penha Verde. Trata-se de produções locais ou regionais, como evidenciam os grãos de minerais ferro-magnesianos escuros resultantes do aproveitamento de argilas de alteração de rochas básicas, de tipo filoneano, existentes nas proximidades. Os recipientes apresentam-se de manufatura cuidada, correspondendo a exemplares de pequenas a médias dimensões, de paredes finas e bem desengrossadas, com superfícies alisadas por brunimento, de colorações acinzentadas a escuras, dominando as formas abertas, especialmente as taças de carena alta. Corporizam, no seu conjunto, uma densa ocupação da serra de Sintra nos primórdios do I milénio a.C. A intensa frequentação do sector oriental da serra, explica a existência de ocorrências da mesma época nas suas imediações: para além do célebre colar da Penha Verde, ou do Casal de Santo Amaro, registou-se também uma ponta de seta típica do Bronze Final, de espigão e folha triangular, como provindo da Rua da Padaria, no espaço urbano da vila de Sintra (CARREIRA, 1994, Fig. 11, n.º 4).

3 - CONCLUSÃO

Na Penha Verde e no Castelo dos Mouros identificaram-se importantes presenças do final Bronze Final, ou Bronze Final II horizonte cultural, caracterizado pelas produções cerâmicas de “ornatos brunidos”, as quais, sendo reportáveis a um período situável entre 1100 e 800 a.C., se afiguram especialmente evidentes nos sítios de altura, onde se sediariam as elites (CARDOSO, 1996,



Fig. 16 – Castelo dos Mouros. A taça da Fig. 14 na altura da sua identificação partida em duas metades aproximadamente iguais, uma delas colocada no interior da outra (foto de M. J. Sousa).



Fig. 17 – Castelo dos Mouros. Vista do local onde se recolheu a taça das Figs. 14 e 16, observando-se amontoado de blocos graníticos entre os quais se estruturou uma lareira, definida por círculo de pequenos blocos, com o interior preenchido por cinzas (foto M. J. Sousa).

2004). Tal associação é explicada pelo facto de corresponderem a produções finas e de assinalável requinte, cujo uso, no caso específico da serra de Sintra se encontra também justificado por razões de ordem religiosa, dada a conotação sagrada detida por aquela elevação, desde pelo menos o Calcolítico. Sob este aspecto, deve sublinhar-se a deposição ritual de pelo menos um dos recipientes cerâmicos agora publicados recolhido no castelo dos Mouros, num espaço que, apesar de ter conhecido a existência de uma lareira, poderia não ser de carácter habitacional. Tal ocorrência reforça a natureza sagrada da montanha, no quadro do universo cognitivo das populações ali estabelecidas no decurso do Bronze Final. Os contactos culturais faziam-se então tanto com o Atlântico, como se conclui pelas características do célebre colar da Penha Verde, com evidentes afinidades às jóias nórdicas (“halskragen”) (KALB, 1990-1992), como com o Mediterrâneo, como se deduz das características decorativas de um belo e raro vaso agora publicado, proveniente do castelo dos Mouros, realidade também ilustrada, e de forma muito mais evidente, por outros indicadores arqueológicos bem conhecidos (CARDOSO, 2004).

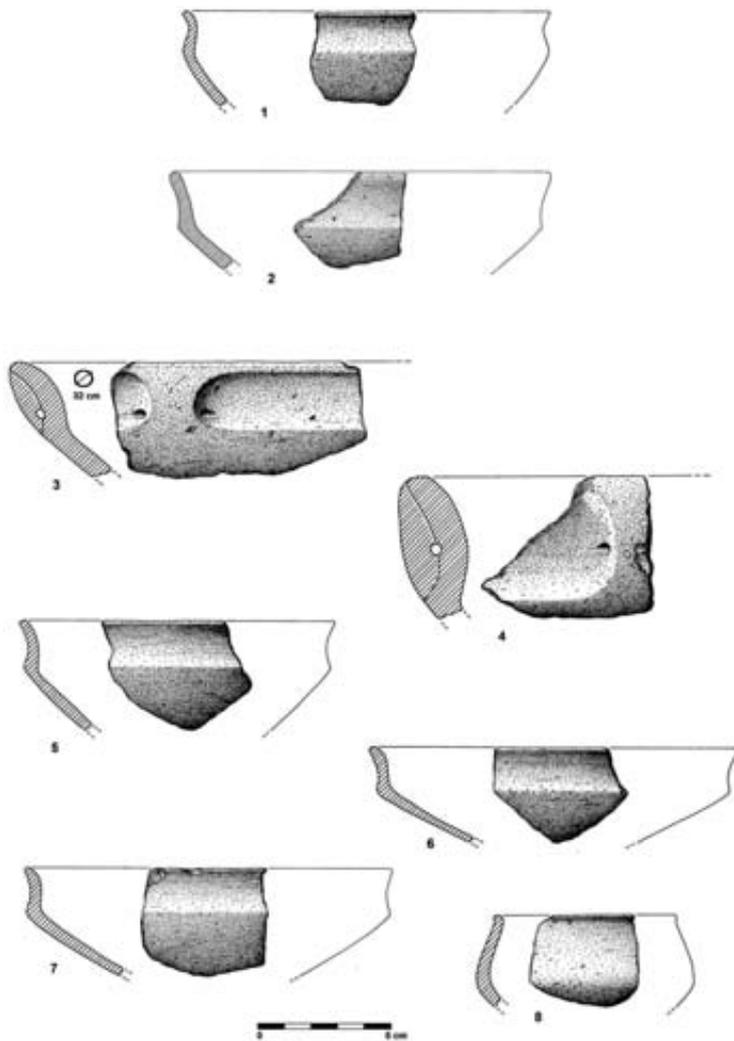


Fig. 18 – Castelo dos Mouros. Materiais cerâmicos do Bronze Final das intervenções arqueológicas realizadas entre 2009 e 2011 (desenhos de Filipe Martins, CEACO/CMO).

REFERÊNCIAS

- ARMBRUSTER, B. & PARREIRA, R. (coord.) (1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de ourivesaria*. 1.º vol. – *Do Calcolítico à Idade do Bronze*. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- CARDOSO, J. L. (1996) – O povoamento no Bronze Final e na Idade do Ferro na região de Lisboa. In: *De Ulisses a Viriato, o primeiro milénio a. C. (1996)*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 73-81.
- CARDOSO, J. L. (1997-1998) – O povoado do Bronze Final do Castelo dos Mouros (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 169-187.

- CARDOSO, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras* 12).
- CARDOSO, J. L. (2010-2011 a) – O povoado calcítico da Penha Verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 467-552.
- CARDOSO, J. L. (2010-2011 b) – A ocupação do Bronze Final do povoado pré-histórico da Penha Verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 579-590.
- CARDOSO, J. L. & FERREIRA, O. V. (1990) – Três suportes de lareira da Penha Verde (Sintra). *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. 1, p. 5-12.
- CARDOSO, J. L. & FERREIRA, O. V. (1992) – A ocupação epipaleolítica da Penha Verde. *Setúbal Arqueológico*. Setúbal. 9-10, p. 7-16.
- CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J. R.; FERREIRA, O. V. (1993) – Cerâmicas ungladas do povoado calcítico da Penha Verde. *Al-Madan*. Almada. Série II (2), p. 35-38.
- CARREIRA, J. R. (1994) – A Pré-História recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2, p. 47-144.
- HARRISON, R. J. (1977) – *The Bell Beaker Cultures of Spain and Portugal*. Cambridge, Mass.: Harvard University / Peabody Museum of Archaeology and Ethnology.
- JALHAY, E. & PAÇO, A. (1941) – A Gruta II da necrópole de Alapraia. *Anais da Academia Portuguesa da História*, Lisboa. 4, p. 107-140.
- JIMÉNEZ GÓMEZ, M. C. (1995) – Zambujal. Los amuletos de las campañas 1964 hasta 1973. *Madridier Beiträge*. Mainz: Verlag Philipp von Zabern. 5, p. 157-236.
- JUNGHANS, S.; SANGMEISTER, E. & SCHRÖDER, M. (1968) – *Kupfer und Bronze in der frühen Metallzeit Europas. Katalog der Analysen Nr. 985-10040*. Berlin: Gebr. Mann Verlag (Römisch-Germanisches Zentralmuseum).
- KALB, P. (1990-1992) – As xorcas de ouro do castro da Senhora da Guia Baiões (concelho de São Pedro do Sul, Portugal). *O Arqueólogo Português*, Lisboa. Série IV (8-10), p. 259-276.
- PEREIRA, G. (1896) – O collar da Penha Verde. *Boletim da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. 7 (5), p. 77-78.
- RIBEIRO, J. C., coord. (1996) – *Sintra Património da Humanidade*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.
- ROCHE, J. & FERREIRA, O. V. (1975) – La station de Penha Verde (Sintra). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 59, p. 253-263.
- SOUSA, A. C. F. A. B. (2010) – *O Penedo de Lexim e a sequência do Neolítico Final e Calcítico da Península de Lisboa*. 2 vols. Tese de Doutoramento em História, Especialidade em Pré-História. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- VALERA, A. C. (2000) – O fenómeno campaniforme no interior centro de Portugal: o contexto da Fraga da Pena. 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular (*Vila Real, 1999*). Actas. Porto: ADECAP. 4, p. 269-290
- VASCONCELOS, J. L. (1896) – Xorca de ouro. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 2, p. 17-24.

- VILAÇA, R. (2003) – Acerca da existência de ponderais em contextos do Bronze Final/Ferro Inicial no território português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV (21), p. 245-288.
- ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. V. (1958) – Estação pré-histórica da Penha verde (Sintra). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 39, p. 37-57.
- ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. V. (1959) – Segunda campanha de escavações na Penha Verde (Sintra). *I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*. Actas. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. 1, p. 401-406.

NOVOS DADOS PARA O ESTUDO DOS CHÕES DE ALPOMPÉ – SANTARÉM *

NEW DATA FROM CHÕES DE ALPOMPÉ – SANTARÉM

João Pimenta¹ & Ana Margarida Arruda²

Abstract

Chões de Alpompe was recognized as an archaeological site only during the 50's, the time from which it was extensively and intensively surveyed, in several times and in several contexts. The artifacts gathered during those fieldworks were frequently published, stating the existence of an important roman republican occupation which was early associated with *Decimus Junius Brutus* military campaign, in 138 BC. The same association also allowed its match to Strabo's *Moron*, considering the existence of some artifacts that indicated an Orientalizing Iron Age affiliation. A collection of unpublished materials that remained deposited in Casa dos Patudos (Alpiarça) since the 70's deserved a proper analyzes, enabling an overall characterization of the site that take into account the available data.

Keywords: *Amphorae*, Chões de Alpompe, *Decimus Junius Brutus*, roman conquest.

Independentemente do seu nome antigo, o sítio de Chões de Alpompe, pela sua manifesta importância, mereceria um cuidado de investigação, conservação e valorização que tarda em ser-lhe concedido. (FABIÃO, 2002, p. 151).

1 – INTRODUÇÃO

O Museu da Casa dos Patudos preserva, nas suas “reservas”, uma significativa colecção de artefactos arqueológicos. As peças, recolhidas na primeira metade do século XX, das necrópoles do Tanchoal, Meijão e do Cabeço da Bruxa são as mais conhecidas. Outras são provenientes do Alto do Castelo e resultam quer das escavações da equipa do Instituto Arqueológico Alemão, quer de depósitos decorrentes de diversas recolhas efetuadas ao longo de vários anos.

Em 2011, no âmbito da preparação de uma exposição no Museu de Vila Franca de Xira em torno do povoado da Idade de Bronze de Santa Sofia, uma visita à Casa dos Patudos tornou possível o reconhecimento de um conjunto de materiais inéditos provenientes do sítio arqueológico dos Chões de Alpompe, que, de acordo com os dados disponíveis, foi recolhido, no Outono de 1982, pelo investigador do Instituto Arqueológico Alemão J. Wahl (KALB & HÖCK, 1988, p. 200).

* Trabalho realizado no âmbito do projecto FETE (PTDC/EPH-ARQ/4901/2012 – Fenícios no Estuário do Tejo).

¹ Câmara Municipal de Vila Franca de Xira; UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa). joao.marques@cm-vfxira.pt

² UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa). a.m.arruda@letras.ulisboa.pt

Conscientes da relevância científica de estes materiais, concretamente na forma como poderiam contribuir para a construção do conhecimento em torno desta enigmática estação arqueológica, entendeu-se que o seu estudo e publicação faziam sentido, apesar de constituírem apenas mais um conjunto de materiais recolhidos à superfície de Chões de Alpompe, em circunstâncias que não cabem em qualquer projecto de investigação consistente e coerente*.

2 - O ESTADO DA ARTE

O sítio arqueológico de Chões de Alpompe, freguesia de S. Vicente do Paúl, concelho de Santarém, corresponde a um vasto e recortado planalto de mais de 20 hectares, com de 96 metros de altura, implantado sobre o rio Alviela, a escassa distância da sua confluência

com o Tejo. Diversos taludes nos seus limites, ainda hoje em dia observáveis, sugerem a existência de fortificações complexas, de características ainda desconhecidas.

A mais antiga referência à importância arqueológica do planalto de Alpompe remonta a 1883, quando, num artigo sobre Santarém publicado no *Dicionário Popular*, se mencionou a descoberta de “fundamentos de grandes muralhas”, moedas em grande quantidade e diversos objectos romanos de grande valor (*apud* DIOGO, 1993).

Apesar desta alusão, o seu real reconhecimento pela comunidade científica apenas se verificou nos anos cinquenta do século passado, quando Amorim Girão e Bairrão Oleiro classificaram o planalto de Chões como acampamento militar romano (GIRÃO & OLEIRO, 1953). A descrição era clara, merecendo citação: “Acampamento de terraço fluvial ou, melhor, de uma série de terraços sobrepostos que deram o nome ao local – os Chões – a muralha levantava-se, toda ela, no rebordo do terraço superior e não precisava exteriormente de qualquer outra obra de defesa.” (*Ibidem*, p. 77). A identificação do sítio com a *Moron* de Estrabão, cidade que teve um papel fulcral na campanha de Décimo Júnio Bruto em 138 a.n.e. (*Ibidem*, p. 80), foi, a partir de então, quase sempre assumida.

Poucos anos mais tarde, Mário de Saa não esqueceu o local, referindo: “Na assenta dos «Chões» dominando os dois rios (Tejo e Alviela), houve edifícios térreos dos romanos com algumas pedras de mistura.

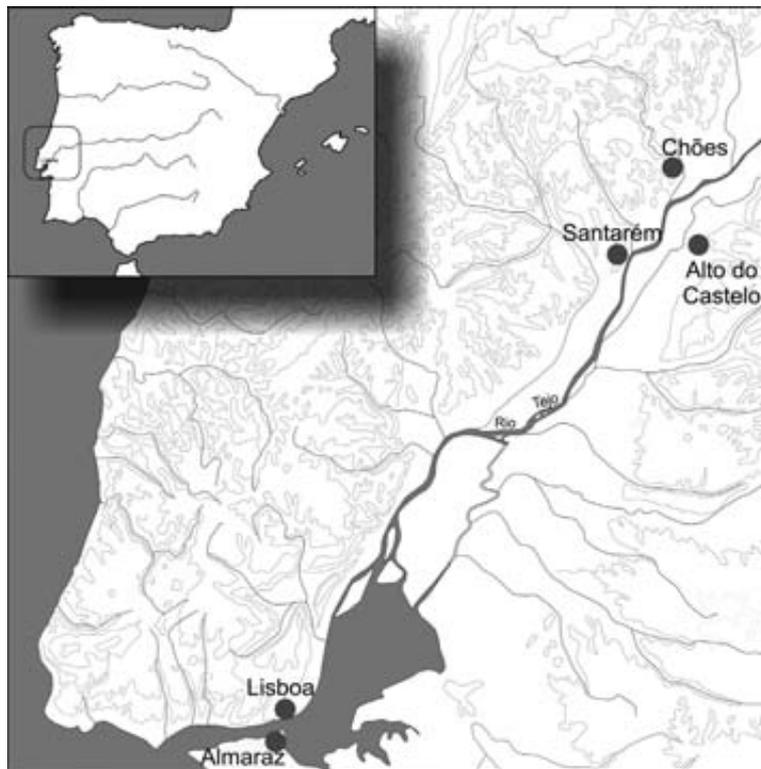


Fig. 1 – Localização de Chões de Alpompe, no vale do Tejo.

* Este projecto foi bem acolhido junto do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Dr. Mário Fernando Pereira, recebendo o seu parecer positivo. Aproveitamos para agradecer o seu apoio e o da Direcção da Casa Museu dos Patudos, na figura do seu director, Dr. Nuno Prates.



Fig. 2 – Planta de Chões de Alompé, com a localização da área estimada de ocupação, segundo GIRAÓ & OLEIRO, 1953, Fig. 3.

tendo-se procurado, como os autores referiram expressamente, “indústrias paleolíticas”. Na sequência deste reconhecimento, foi publicado um trabalho ainda hoje incontornável para a compreensão deste singular sítio arqueológico, assim como do seu sistema defensivo (ZBYSZWESKI, FERREIRA & SANTOS, 1968). Na sequência das suas observações no terreno, os autores localizaram, na carta militar 1: 25 000, as áreas de dispersão de materiais então visíveis à superfície, assim como os restos de taludes do seu sistema defensivo e as eventuais portas (*Ibidem*, 1968, Fig. 1). Disseram ainda: “Em «Chões» ainda se podem observar, também, fora do campo principal, duas atalaias que aproveitariam também um terraço sobranceiro ao acampamento principal, do lado menos defensável.” (*Ibidem*, 1968, p. 56). Tendo em consideração os dados cartográficos apresentados, estas duas atalaias localizar-se-iam no extremo Norte do planalto, no denominado Alto da Água.

Em 1977, José Manuel Garcia efectuou recolhas de superfície, tendo recuperado “[...] abundantes testemunhos de cultura pré-romana e romana do século II e I a.n.e., como atestam moedas, cerâmica comum decorada, Campaniense (A e B), fíbulas, ânforas (Dressel 1), e outros elementos [...]” (GARCIA, 1977, p. 70-71).

Nos anos 80 e 90 do século XX, muitos espólios oriundos do sítio são publicados em vários trabalhos de diversos investigadores, tendo o mesmo sido incluído em distintas sínteses a propósito da ocupação romana da Península Ibérica, nomeadamente da fase inicial.

No último caso, cabem as propostas de interpretação de Jorge de Alarcão, que levantou a hipótese de o acampamento militar de Júnio Bruto e de a cidade pré-romana de *Moron* não se sobreporem (ALARCÃO,

Reconhecemos parapeitos e redutos térreos e muitos detritos de argila, de bronze e de ferro, juncando o chão e amontoando-se nas ravinas dos outeiros, sobre a encosta do Tejo.” (SAA, 1956, p. 169; 1964, p. 209-213).

Em 1958, na sequência da destruição parcial do acampamento romano de Antanol, um grupo de professores da Universidade de Coimbra publicou um importante trabalho onde os Chões são referidos (VV.AA., 1958). Para a história da investigação do sítio, importa reter a menção de que nesta data a “[...] Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra projecta realizar trabalhos logo que lhe seja possível, dispondo já da necessária autorização da Família Infante da Câmara, proprietária dos terrenos.” (*Ibidem*, p. 613), intenção que nunca veio a concretizar-se.

No decorrer dos levantamentos dos Serviços Geológicos de Portugal, efectuou-se, em 1967, um reconhecimento no terraço fluvial dos Chões,

1983, p. 36). No mesmo âmbito, pode incluir-se a síntese produzida na sequência da escavação levada a efeito no Alto do Castelo, em Alpiarça, sítio também com evidentes estruturas defensivas em talude, que colocou questões que foram tratadas tendo em consideração os Chões de Alpompé (KALB & HÖCK, 1988). Insistiu-se, de forma contundente, na dificuldade de elaborar interpretações no quadro da Geografia Histórica, não perdendo de vista o facto de o sítio da margem esquerda ter também tido presumível função militar durante o período romano republicano, o que poderia ter implicações na discussão acerca da localização de *Moron* e do acampamento de Décimo Júnio Bruto.

Mas foram os materiais arqueológicos, todos recolhidos à superfície, que mais ocuparam os diversos investigadores.

António Dias Diogo publicou, isoladamente ou em colaboração, vários conjuntos, cerâmicos, de que se destacam as ânforas, e um numismático (DIOGO, 1982, 1993; DIOGO & FARIA, 1985; DIOGO & TRINDADE, 1993-1994), tendo o artigo de 1993 a particularidade de dar a conhecer, pela primeira vez, materiais pré-romanos.

Dois outros significativos conjuntos de ânforas provenientes dos Chões de Alpompé, correspondentes a material depositado no Museu Nacional de Arqueologia e no Geológico e Mineiro, tornaram-se conhecidos através de Carlos Fabião (1989). Da sua análise, importa sublinhar “[...] nos Chões de Alpompé se encontra o conjunto de ânforas de aspecto mais antigo [...] em todo o actual território português.” (FABIÃO, 1989, p. 98).

Em 1992, num artigo de divulgação, Carlos Barbosa Ferreira, João Catarino e Luís Silva Pinho apresentaram uma síntese dos dados conhecidos sobre os Chões. Insistindo na sua relevância científica, alertavam para os riscos da sua destruição, sublinhando: “A abundância e a qualidade dos materiais é tal que justifica em nosso entender, não só a urgência de escavações no local como a criação de uma sala museu onde possam ser depositados e expostos ao público.” (FERREIRA *et al.*, 1992, p. 55). Para além da apresentação do sítio e de algumas das suas problemáticas, expuseram e mencionaram diversos materiais inéditos, que resultavam de extensas e prolongadas recolhas à superfície efectuadas pelos seus autores, e que contribuem para o conhecimento da diacronia da ocupação.

Seria, portanto, expectável que tão relevante estação arqueológica tivesse sido alvo de um projecto de investigação próprio. Infelizmente, tal não aconteceu, e, pelo contrário, no final dos anos oitenta, o sítio foi alvo de destruições intensas, provocadas pela extracção de saibro numa das suas primitivas entradas (DIOGO, 1993, p. 218).



Fig. 3 – Planta de Chões de Alpompé, com a localização da área estimada do sítio, a ponteados, e dos taludes, a traço cheio, segundo ZBYSZEWSKI, FERREIRA & SANTOS, 1968, Fig. 1.

Ainda assim, deve registar-se a publicação, em 1997, de um expressivo conjunto numismático, composto por um pequeno tesouro de 20 denários e por 131 unidades correspondentes a perdas isoladas (RUIVO, 1999). Destas, 128 são anteriores a 80 a.n.e. e três pertencem já ao reinado de Augusto. Tendo em consideração estes elementos, José Ruivo sugeriu que o local teria sido abandonado não na época de César, como já tinha sido proposto (DIOGO, 1993, p. 219; DIOGO & TRINDADE, 1993-94, p. 270), mas no âmbito dos conflitos sertorianos (RUIVO, 1999, p. 106). No mesmo texto, alude-se ainda à presença, numa colecção particular, de artefactos de equipamento militar, nomeadamente *Glandes Plumbeae*, que ainda conservam as rebarbas indicadoras de um fabrico local, em molde (RUIVO, 1999, p. 102, proposta reforçada em FABIÃO, 2004, p. 58).

Já no século XXI, outros materiais (depositados na UNIARQ e igualmente resultantes de recolhas de superfície efectuadas nos anos 80 do século passado), concretamente ânforas, foram divulgados, também no contexto de um trabalho académico (BARGÃO, 2006).

A importância do sítio justificou a sua divulgação em âmbito internacional (FABIÃO, 2004; 2006), bem como no quadro de obras mais gerais, quer nacionais quer internacionais (*Ibidem*, 2002, 2006).

3 – O CONJUNTO DE MATERIAIS DEPOSITADOS NA CASA DOS PATUDOS – ALPIARÇA

Os materiais dos Chões de Alpompe depositados na Casa dos Patudos permaneciam inéditos e pareceu importante a sua divulgação, até porque podem ser discutidos não só no contexto do sítio propriamente dito, mas também em função da investigação que, nos últimos anos, tem vindo a ser desenvolvida no Baixo-Tejo.

O conjunto é composto por 24 fragmentos de ânforas, quinze de cerâmica comum e um de tégula.

Entre as ânforas, encontram-se unicamente representados os contentores destinados ao transporte de vinho proveniente da Península Itálica, nomeadamente exemplares tipologicamente enquadrados nos modelos tardios das ânforas greco-Itálicas (n.ºs 1 a 3) e na forma 1 de Dressel (n.º 4 a 16). Identificou-se ainda um fragmento de bocal, que, pela análise macroscópica da sua pasta, remetemos para as produções adriáticas da forma Dressel 1 (n.º 16). Ainda que a representação destas últimas no ocidente da Península Ibérica seja menos conhecida, recentes trabalhos que um de nós (J. P.) tem vindo a desenvolver sobre contextos republicanos da cidade de Lisboa têm permitido identificar uma sua consistente importação a par dos melhores conhecidos contentores da costa tirrénica.

Catálogo

- 1 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Greco-Itálica. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 12,8 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,18. Pasta Grupo 3*. Caracteriza-se por uma pasta, compacta e pouco depurada, de tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 6/4). Os elementos não plásticos são abundantes constituídos por quartzos e quartzitos de pequenas dimensões, numerosas partículas negras de origem vulcânica e elementos carbonatados. As percentagens de elementos não plásticos e de argilosos são muito semelhantes o que dá um aspecto muito característico a esta pasta. As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 13.

* Por uma questão de coerência de investigação, manteremos aqui as referências aos grupos de pasta de ânfora itálicas já individualizados em trabalhos anteriores (PIMENTA, 2005).

- 2 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Greco-Itálica. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 12,5 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,10. Pasta Grupo 1. Caracteriza-se, por uma pasta bem depurada e muito compacta, de tom amarelo avermelhado (Mun. 5 YR 7/4). Os elementos não plásticos são de média dimensão pouco abundantes apresentando-se dispersos. Constituídos essencialmente por quartzos de pequena dimensão, pequenas partículas negras de origem vulcânica, grãos carbonatados e vacúolos alongados. As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 2.
- 3 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Greco-Itálica. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 14 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,03. Pasta Grupo 3. Caracteriza-se por uma pasta, compacta e pouco depurada, de tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 6/6). Os elementos não plásticos são abundantes constituídos por quartzos e quartzitos de pequenas dimensões, numerosas partículas negras de origem vulcânica e elementos carbonatados. As percentagens de elementos não plásticos e de argilosos são muito semelhantes o que dá um aspecto muito característico a esta pasta. As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 24.
- 4 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 12 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,41. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 6/6). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 5.
- 5 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 11 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,5. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 5 YR 6/6). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 6.
- 6 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 12 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,32. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 5 YR 6/8). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 11.
- 7 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 12 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,31. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 6/4). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 3.
- 8 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 12 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,6. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 5/4). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 10.
- 9 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Greco-Itálico. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 12 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,18. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 6/4). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 9.
- 10 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 12,5 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,5. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 6/6). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 7.

- 11 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 14 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,7. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 5/6). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 4.
- 12 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 14 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,3. Pasta Grupo 1. Caracteriza-se, por uma pasta bem depurada e muito compacta, de tom amarelo avermelhado (Mun. 5 YR 7/6). Os elementos não plásticos são de média dimensão pouco abundantes apresentando-se dispersos. Constituídos essencialmente por quartzos de pequena dimensão, pequenas partículas negras de origem vulcânica, grãos carbonatados e vacúolos alongados. As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 1.
- 13 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 14 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,36. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 5/6). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 8.
- 14 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 12,5 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,3. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 5/4). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 12.
- 15 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 14 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,3. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 5/4). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 14.
- 16 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1 Adriática. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 13 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,5. Pasta bem depurada e muito compacta, de tom rosa (Mun. 2.5 YR 6/6). Os elementos não plásticos são de pequena dimensão pouco abundantes apresentando-se dispersos. Constituídos essencialmente por quartzos, pequenas partículas de elementos ferruginosos, grãos carbonatados e vacúolos alongados. As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 25.
- 17 – Fragmento de bordo de ânfora Itálica do Tipo Dressel 1. O lábio é oblíquo, de secção triangular, apresentando um diâmetro externo de 12,5 cm. Índice altura do bordo, espessura máxima, 1,43. Pasta de matriz arenosa e bem depurada, de tom castanho amarelado (Mun. 5 YR 7/4). Os elementos não plásticos são de pequena dimensão pouco abundantes apresentando-se dispersos. Constituídos essencialmente por quartzos de pequena dimensão, micas douradas, elementos de cerâmica moída, grãos carbonatados e vacúolos alongados. As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 16.
- 18 – Fragmento de asa de ânfora Itálica. Secção oval. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 6/6). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 40.
- 19 – Fragmento de asa de ânfora Itálica. Secção oval. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 6/4). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 41.
- 20 – Fragmento de asa de ânfora Itálica. Secção oval. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 5/6). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 18.

- 21 - Fragmento de asa de ânfora Itálica. Secção oval. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 5/6). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 42.
- 22 - Fragmento de asa de ânfora Itálica. Secção oval. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 5/6). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 43.
- 23 - Fragmento de fundo de ânfora Itálica. Pasta Grupo 3. Tom amarelo avermelhado (Mun. 2.5 YR 6/4). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 20.
- 24 - Fragmento de fundo de ânfora Itálica. Pasta Grupo 1. Tom castanho amarelado (Mun. 5 YR 6/4). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 19.

Entre a cerâmica comum, destacam-se fragmentos de bordo e de fundo de grandes contentores de armazenamento (n.ºs 25 a 34). Este tipo de recipientes aponta para um momento tardio dentro da Idade do Ferro, ou mesmo já para o período romano republicano, tendo bons paralelos em sítios do vale do Tejo e da Península de Lisboa, como é o caso de Lisboa e da Quinta da Torre, em Almada (CARDOSO & CARREIRA, 1997-1998), do Castelo, em Arruda dos Vinhos (GONÇALVES, 1997), do Outeiro da Assenta, em Óbidos (CARDOSO, 2009), do povoado pré-romano da Castanheira do Ribatejo (PIMENTA, MENDES & MADEIRA, 2009), da Alcáçova

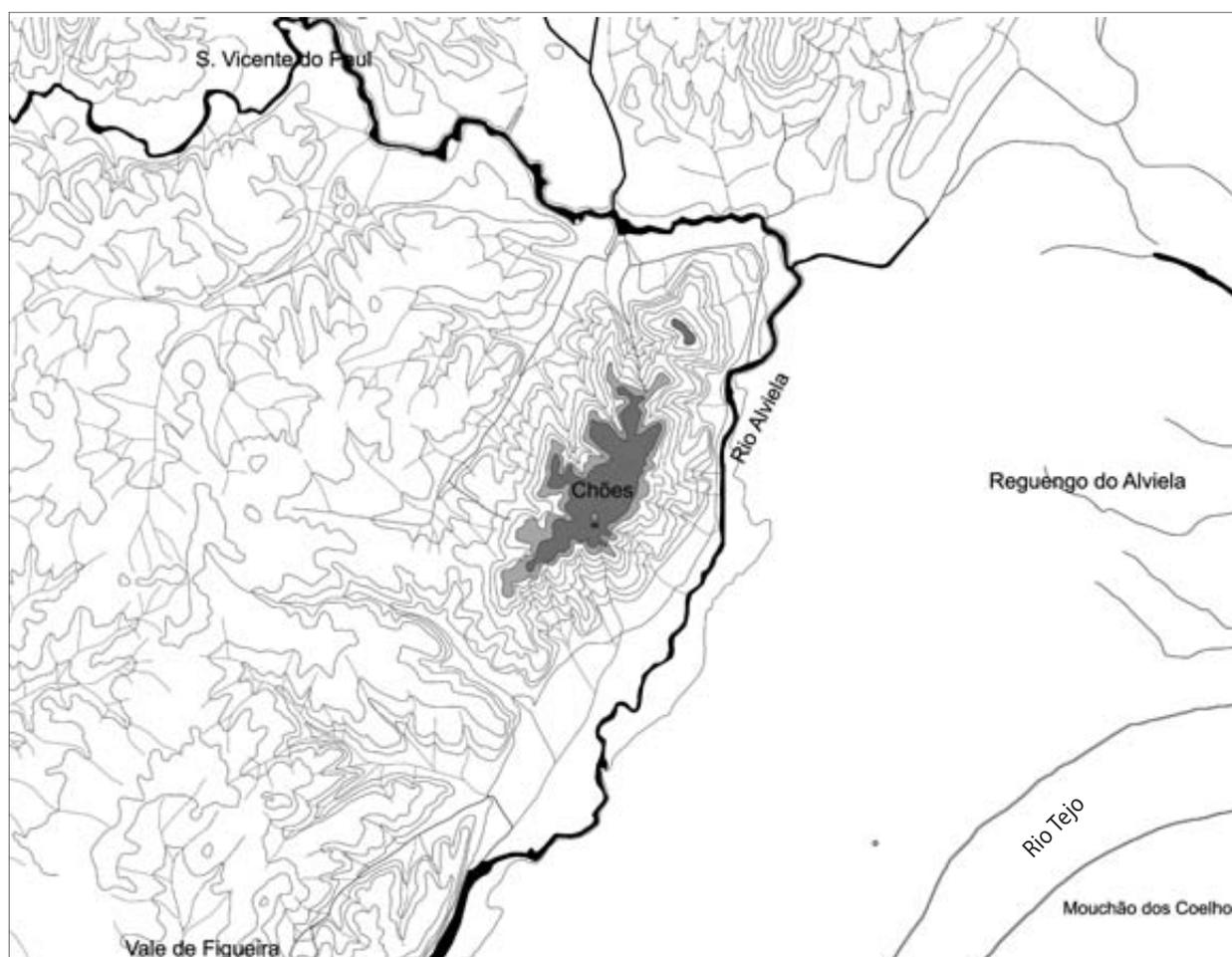


Fig. 4 - Planta de Chões de Alompé, com as curvas de nível e localização das linhas de água, produzida a partir da carta militar 1: 25 000, folha n.º 341, de 1969. A negro, os taludes do sistema defensivo; a cinzento, área de dispersão dos materiais.

de Santarém (Arruda, 1999-2000) e do Porto do Sabugueiro (PIMENTA & MENDES, 2008, 2013).

O exemplar n.º 38 corresponde a um recipiente fechado com uma característica decoração incisa. Embora não tenha sido possível a reconstituição do seu perfil completo, a comparação com sítios com cronologias similares permite admitir que se trata de um jarro. Peças de forma e decoração idênticas foram identificadas em Lisboa, em contextos bem datados a partir dos finais do século III a.n.e., em particular da segunda metade do século II a.n.e., contemporâneos dos primeiros contactos com o mundo itálico (PIMENTA, 2005). No Vale do Tejo, esta forma parece assumir-se como um regionalismo bem vincado a partir dos momentos tardios da Idade do Ferro/início da romanização. A sua presença está bem documentada, ainda que com decoração brunida, na Alcáçova de Santarém (ARRUDA, 2002), no Porto do Sabugueiro, Muge (PIMENTA & MENDES, 2008), no Castelo, Arruda dos Vinhos (GONÇALVES, 1997), em Castanheira do Ribatejo (PIMENTA, MENDES & MADEIRA, 2009), em Freiria, Cascais (CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 2000, p. 744), na Quinta da Torre, Almada (CARDOSO & CARREIRA, 1997-1998) e, mais para o interior, no Outeiro da Assenta, Óbidos (CARDOSO, 2009).

O conjunto engloba ainda alguns fragmentos cerâmicos que poderão corresponder a evidências da ocupação pré-romana dos Chões de Alpompe, como é o caso de um fragmento de bordo e de um de fundo de cerâmica cinzenta fina (n.ºs 36 e 37) e de uma asa bifida (n.º 39).

Por último, regista-se a presença de um fragmento de tégula, (n.º 40), que apresenta um ângulo particularmente recto, similar às já apresentadas por Dias Diogo (DIOGO & TRINDADE, 1993-1994, Est. V).

25 – Fragmento de bordo e arranque de bojo de contentor de armazenamento. Lábio pendente e de extremidade arredondada, apresentando um diâmetro externo de 40 cm. Pasta de matriz arenosa e mal depurada. Elementos não plásticos abundantes e bem distribuídos, constituídos por quartzos rolados, elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos alongados. Tom castanho claro (Mun. 7.5 YR 7/4). Superfície externa alisada do tom da pasta. Chões, n.º 28.

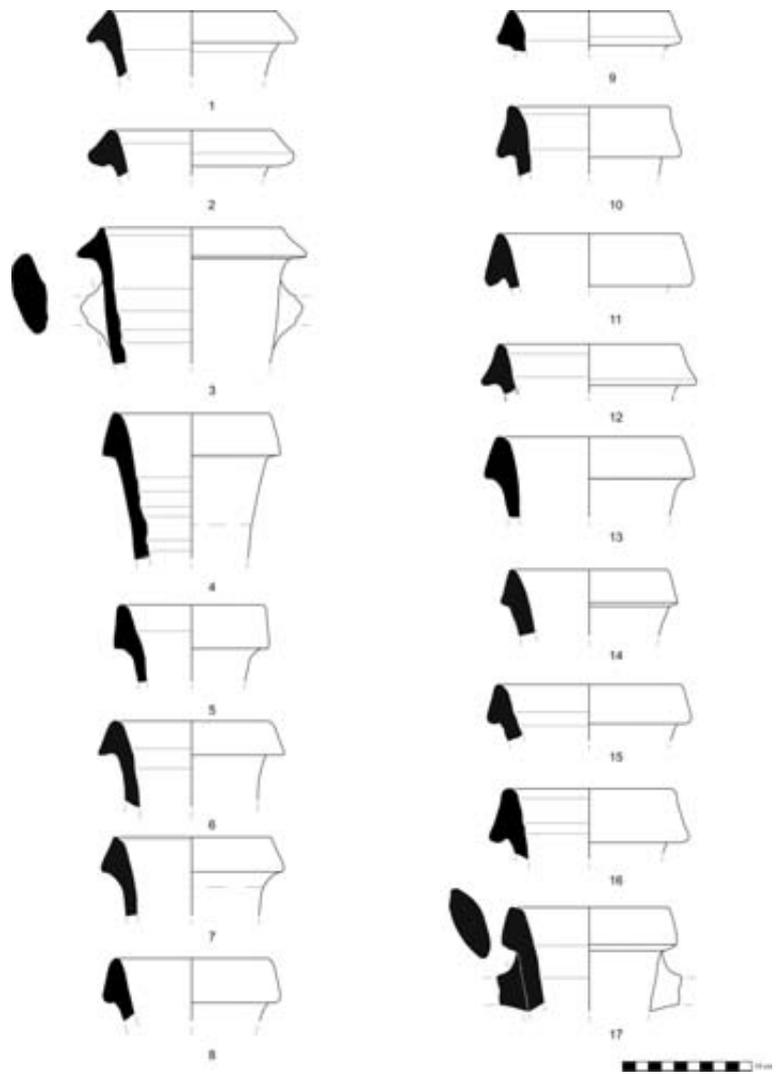


Fig. 5 – Ânforas Itálicas

- 26** – Fragmento de bordo e arranque de bojo de contentor de armazenamento. Lábio pendente e de extremidade biselada, apresentando um diâmetro externo de 36 cm. Pasta de matriz arenosa e bem depurada. Elementos não plásticos escassos e bem distribuídos, constituídos por quartzos rolados, elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos alongados. Tom castanho claro (Mun. 7.5 YR 7/3). Superfície externa alisada do tom da pasta. Chões, n.º 26.~
- 27** – Fragmento de bordo e arranque de bojo de contentor de armazenamento. Lábio pendente e de extremidade biselada, apresentando um diâmetro externo de 28 cm. Pasta de compacta e mal depurada. Elementos não plásticos abundantes e mal distribuídos, constituídos essencialmente por quartzos rolados, de média e grande dimensão e mica dourada. Tom castanho escuro (Mun. 7.5 YR 5/2). Superfície externa alisada do tom da pasta evidenciando exposição ao fogo. Chões, n.º 29.
- 28** – Fragmento de bordo e arranque de bojo de contentor de armazenamento. Lábio pendente e de extremidade aplanada, apresentando um diâmetro externo de 23 cm. Pasta de matriz arenosa e bem depurada. Elementos não plásticos escassos e bem distribuídos, constituídos por quartzos rolados, elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos alongados. Tom castanho claro (Mun. 7.5 YR 6/2). Superfície externa alisada do tom da pasta. Chões, n.º 30.
- 29** – Fragmento de bordo e arranque de bojo de contentor de armazenamento. Lábio pendente e de extremidade aplanada, apresentando um diâmetro externo de 23,5 cm. Pasta de matriz arenosa e bem depurada. Elementos não plásticos escassos e bem distribuídos, constituídos por quartzos rolados, elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos alongados. Tom castanho claro (Mun. 7.5 YR 6/2). Superfície externa alisada do tom da pasta. Chões, n.º 15.
- 30** – Fragmento de bordo e arranque de bojo de contentor de armazenamento. Lábio pendente e de extremidade arredondada, apresentando um diâmetro externo de 25 cm. Pasta de matriz arenosa e mal depurada. Elementos não plásticos abundantes e bem distribuídos, constituídos por quartzos rolados, elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos alongados. Tom castanho claro (Mun. 7.5 YR 7/1). Superfície externa evidencia uma aguada de tom castanho (Mun. 7.5 YR 7/3). Chões, n.º 17.
- 31** – Fragmento de bordo e arranque de bojo de contentor de armazenamento. Lábio pendente e de extremidade arredondada, apresentando um diâmetro externo indeterminado. Pasta de matriz arenosa e mal depurada. Elementos não plásticos abundantes e bem distribuídos, constituídos por quartzos rolados, elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos alongados. Tom castanho claro (Mun. 7.5 YR 5/6). Superfície externa alisada do tom da pasta. Chões, n.º 35.
- 32** – Fragmento de fundo e arranque de bojo de contentor de armazenamento. Base plana com ressalto externo bem pronunciado, apresentando um diâmetro externo de 19 cm. Pasta de matriz arenosa e mal depurada. Elementos não plásticos abundantes e bem distribuídos, constituídos por quartzos rolados, elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos alongados. Tom castanho claro (Mun. 7.5 YR 6/1). Superfície externa evidencia uma aguada de tom castanho (Mun. 7.5 YR 7/4). Chões, n.º 39.
- 33** – Fragmento de fundo e arranque de bojo de contentor de armazenamento. Base plana com ressalto externo bem pronunciado, apresentando um diâmetro externo de 22 cm. Pasta de matriz arenosa e mal depurada. Elementos não plásticos abundantes e bem distribuídos, constituídos por quartzos rolados, elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos alongados. Tom castanho claro (Mun. 7.5 YR 6/1). Superfície externa evidencia uma aguada de tom castanho (Mun. 5 YR 6/6). Chões, n.º 21.
- 34** – Fragmento de fundo e arranque de bojo de contentor de armazenamento. Base plana com ressalto externo bem pronunciado, apresentando um diâmetro externo de 24 cm. Pasta compacta e bem depurada.

Elementos não plásticos escassos e bem distribuídos, constituídos por quartzos rolados e micas douradas. Tom castanho claro (Mun. 7.5 YR 6/4). Superfície externa evidencia uma aguada de tom bege (Mun. 7.5 YR 6/3). Chões, n.º 23.

- 35** – Fragmento de bordo e arranque de bojo de taça. O lábio é arredondado e voltado para o exterior apresentando um diâmetro externo de 35 cm. A pasta é compacta e pouco depurada, de tom castanho avermelhado (Mun. 10 YR 7/3). Os elementos não plásticos são escassos e bem distribuídos constituídos por quartzos de pequenas dimensões, e alguns elementos carbonatados. As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 26.

- 36** – Fragmento de bordo de prato de cerâmica cinzenta. Bordo de paredes arqueadas e lábio boleado apresentando um diâmetro externo de 21 cm. Pasta homogénea e depurada. Os elementos não plásticos são escassos e bem distribuídos, constituídos por elementos de quartzo, calcite e de mica. Cozedura redutora. Tom cinzento (Mun. 5 YR 6/2). A superfície externa e interna evidenciam um acabamento cuidado com um alisamento e polimento conferindo-lhe um aspecto metálico (Mun. 5 YR 6/1). Chões, n.º 29.

- 37** – Fragmento de fundo de prato de cerâmica cinzenta. Base plana circunscrevendo um diâmetro externo de 8 cm. Pasta homogénea e depurada. Os elementos não plásticos são escassos e bem distribuídos, constituídos por elementos de quartzo, calcite e de mica. Cozedura redutora. Tom castanho acinzentado (Mun. 5 YR 6/4). A superfície externa e interna evidenciam um acabamento cuidado com um alisamento e polimento conferindo-lhe um aspecto metálico (Mun. 5 YR 4/1). Chões, n.º 22.

- 38** – Fragmento de bojo de forma fechada em cerâmica cinzenta. Possível jarro. A superfície externa evidencia uma decoração plástica, composta por duas linhas paralelas de pequenas incisões oblíquas separadas por um filete. Pasta homogénea e depurada. Os elementos não plásticos são escassos e bem distribuídos, constituídos por elementos de quartzo, calcite e de mica. Cozedura redutora. Tom castanho acinzentado (Mun. 5 YR 6/1). A superfície externa e interna evidenciam um acabamento cuidado com um alisamento e polimento conferindo-lhe um aspecto metálico (Mun. 5 YR 5/1). Chões, n.º 32.

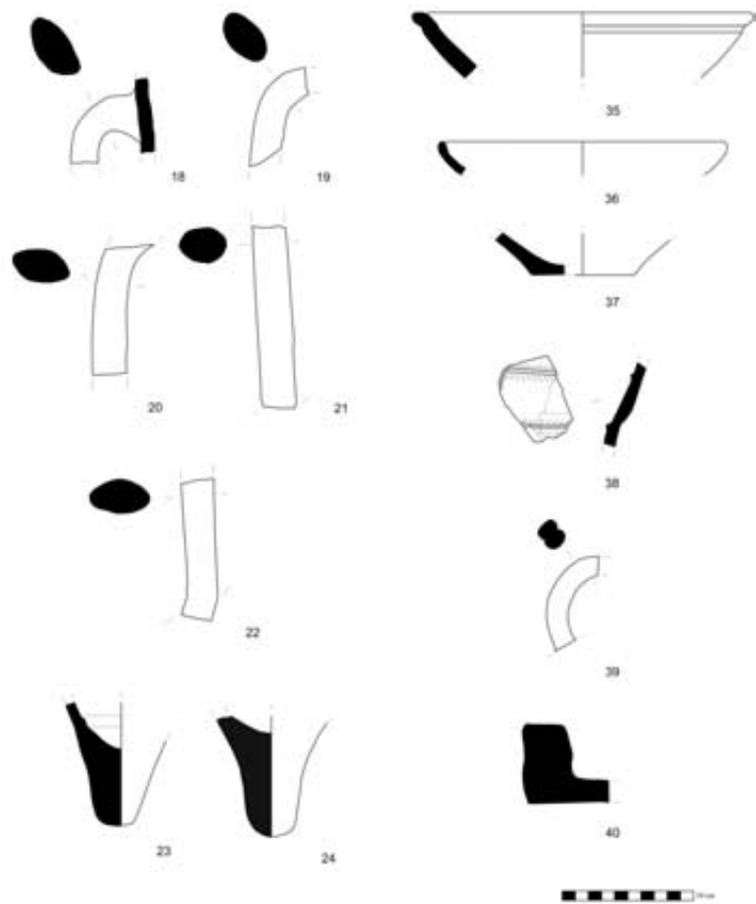


Fig. 6 – 18-24: Ânforas Itálicas; 35: taça de cerâmica comum; 36 e 37: taças de cerâmica cinzenta; 38: fragmento de bojo de jarro de cerâmica cinzenta; 39: asa bífida da Idade do Ferro; 40: tégula.

39 - Fragmento de asa bífida. Possível jarro. Pasta homogénea e depurada. Os elementos não plásticos são escassos e bem distribuídos, constituídos por minúsculos elementos de quartzo e de mica. Tom castanho claro (Mun. 7.5 YR 7/2). As paredes apresentam-se alisadas do tom da pasta. Chões, n.º 34.

40 - Fragmento de tégula. Pasta de matriz arenosa e compacta. Os elementos não plásticos são abundantes e mal distribuídos, constituídos por quartzos rolados, elementos de cerâmica moída, micas douradas e vacúolos alongados. Tom castanho avermelhado (Mun. 2.5 YR 5/6). A superfície apresenta-se alisada do tom da pasta. Chões, n.º 27.

4 - CHÕES DE ALPOMPÉ: OS DADOS DISPONÍVEIS

Parece importante começar por lembrar que, desde a sua descoberta, a discussão em torno dos Chões de Alpompe se centrou, quase exclusivamente, na sua relação com o topónimo Móron, referido por Estrabão (III, 3.1), e do acampamento militar que o procônsul *Décimo Júnio Bruto* teria fundado neste local. A outra grande cidade do vale do Tejo, igualmente referida pelo geógrafo de Amásia, *Olisipo*, e o seu enquadramento nesta campanha acabaram por ficar sempre à margem destas leituras e discussões.

O facto de não existirem dúvidas acerca da localização desta última, sob o actual casco histórico da cidade de Lisboa, e o desconhecimento sobre as suas ocupações mais antigas explicam este silêncio. Contudo, o desenvolvimento da arqueologia urbana, nos últimos anos, proporcionou a obtenção de um número exponencial de dados quer sobre povoado indígena, da Idade do Ferro (ARRUDA, 1999-2000; SOUSA, 2011), quer acerca da primeira fase de contactos com o mundo romano (PIMENTA, 2005).

O estudo dos contextos exumados no Castelo de São Jorge permitiu definir, de uma forma clara e contundente, a primeira fase da presença romana. O estudo contextual destas realidades e a análise detalhada das importações cerâmicas e do conjunto numismático permitiram aferir uma cronologia bem definida, centrada

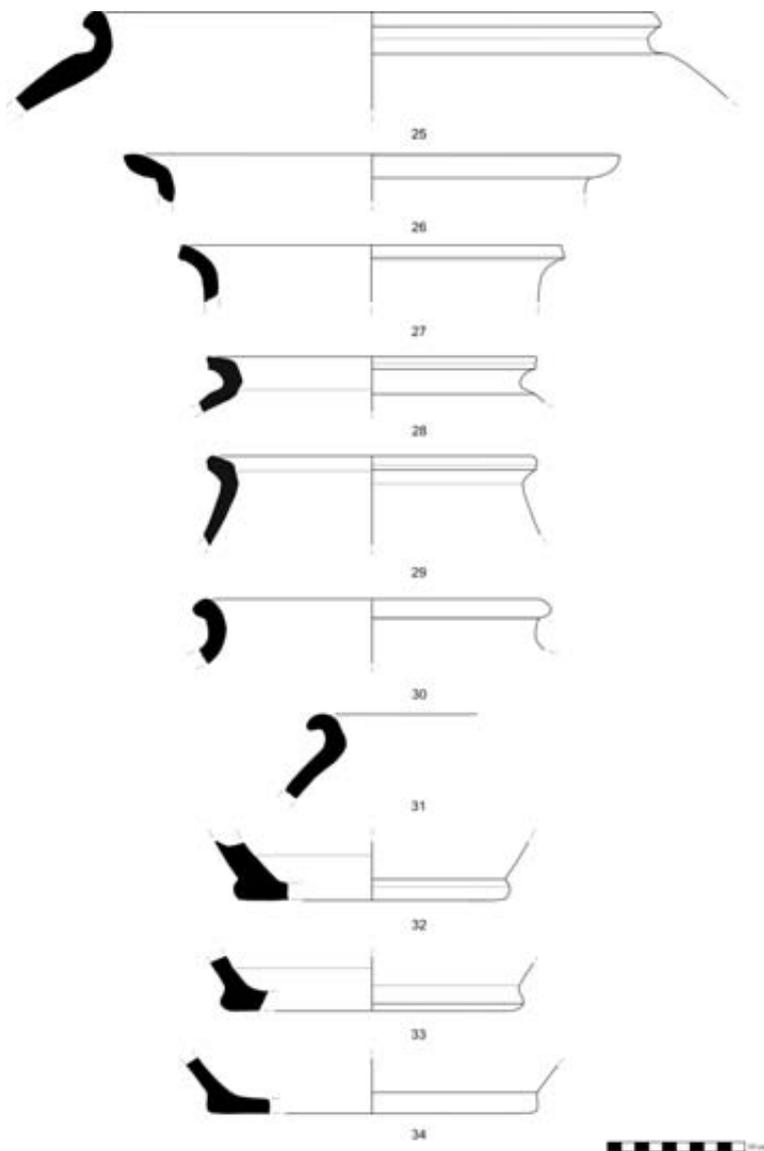


Fig. 7 - Contentores de armazenamento de cerâmica comum.

no terceiro quartel do século II a.n.e. (150-125 a.n.e.), mais precisamente entre 140-130 a.n.e., tendo em consideração a homogeneidade das diversas importações identificadas e a sua comparação com resultados aferidos em contextos similares em sítios com cronologias consideravelmente bem fixadas (PIMENTA, 2005, 2007).

Um dos dados mais expressivos que podemos deduzir dos trabalhos concretizados em Lisboa diz respeito à estreita relação existente entre os contextos olisiponenses, e as respectivas associações de materiais importados aí recuperados, e os espólios recolhidos à superfície de Chões de Alpompe. Tal realidade torna-se ainda mais significativa quando comparada com os dados obtidos no projecto de investigação estruturado em torno da antiga Alcçova de Santarém (ARRUDA, 2012), onde todos os elementos disponíveis apontam para que os primeiros contactos com o mundo itálico tenham ocorrido num momento aparentemente posterior ao que foi detectado em Lisboa e nos Chões (ARRUDA & ALMEIDA, 1998, 1999; BARGÃO, 2006).

De facto, os dados dos Chões de Alpompe, apesar de carecerem do devido enquadramento estratigráfico, deixam vislumbrar o quadro típico de importações de meados do século II a.n.e.. A circunstância de serem todos de superfície explicará a escassez de cerâmicas finas, que, contudo, se encontram referidas desde os primeiros trabalhos sobre o sítio, notando-se a presença de cerâmica de verniz negro itálico, de tipo Campaniense A. Infelizmente, o único fragmento desta categoria de que se conhece a forma corresponde ao publicado pela equipa dos Serviços Geológicos, estando a sua classificação tipológica impossibilitada (ZBYSZWESKI, FERREIRA & SANTOS, 1968, Est. I). Mas a importação de produtos alimentares envasados em ânforas encontra-se particularmente bem representada.

Importa aqui reter, em linhas gerais, o conjunto de ânforas recolhido e publicado por diversos autores, em distintos enquadramentos temporais e institucionais.

Para uma melhor compreensão da informação disponível, tentámos sintetizar os diversos conjuntos publicados no quadro 1, adicionando os expostos no presente artigo (Colecção Casa dos Patudos). A apresentação conjunta da totalidade da amostra permite ensaiar uma primeira avaliação quantitativa das ânforas, havendo a registar 114 indivíduos (NMI).

	Greco-Itálica	Dressel 1	Brindisi	Lamboglia 2	Mañá C2B	CCNN	Tripolitana antiga	D de Pellicer	Classe 67	Dressel 2-4	Total
Diogo, 1982	-	4	-	-	1	1	-	-	-	-	6
Diogo, 1993	-	-	-	-	-	7	2	2	-	-	11
Fabião, 1989	1	21	2	1	1	1	2				28
Ferreira <i>et al.</i> , 1993	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-	4
Diogo e Trindade, 1993-1994	-	-	-	2	25	2	7	1	1	1	39
Bargão, 2006	4	4	-	-	-	-	2	-	-	-	10
Colecção Casa dos Patudos	3	14	-	-	-	-	-	-	-	-	17
Total	9	44	2	3	27	10	14	3	1	1	114

Quadro 1 – Síntese dos diversos conjuntos de ânforas de cronologia romana republicana publicados de Chões de Alpompe.

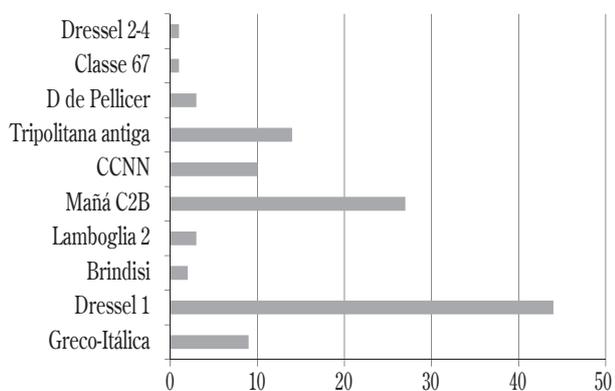


Gráfico 1 – Análise da amostragem de ânforas recolhidas até ao momento em Chões.



Gráfico 2 – Análise de proveniência da amostragem de ânforas recolhidas até ao momento em Chões.

Os contentores vinícolas da Península Itálica dominam de forma clara (52%), em particular os oriundos da costa Tirrénica, representados por ânforas Greco-Itálicas tardias, ou de transição, e de tipo Dressel 1. Surgem igualmente, ainda que em menor número, ânforas da costa Adriática, também Greco-Itálicas tardias, de Brindisi e Lamboglia 2.

Paralelamente aos produtos itálicos, verifica-se uma estreita conexão com a área púnica do sul peninsular, em particular a baía gaditana, e com a região líbio-tunisina. Os preparados piscícolas da área do estreito de Gibraltar estão bem representados (33%), tendo sido transportados nas ânforas do Tipo 9.1.1.1. (CCNN) e T. 7.4.3.3. (Mañá C2b) de Ramon Torres (1995). A importação de azeite norte africano foi concretizada nas Tripolitanas Antigas.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já antes se fez referência, a investigação em torno deste sítio arqueológico tem-se centrado, quase exclusivamente, na problemática da sua correspondência directa com Morón e/ou com o estabelecimento militar de Júnio Bruto. Contudo, é preciso fazer notar que as evidências materiais recolhidas à superfície sustentam uma relevante ocupação com origem na Idade do Ferro, de matriz oriental, e evidentes influências precoces do mundo itálico, compatíveis com o testemunho estraboniano.

Chões de Alpompe apresenta-se assim como um paradigma da arqueologia nacional. Tendo sido alvo de numerosíssimos trabalhos acerca dos diversos aspectos das suas ocupações, nunca foi alvo de um projecto direccionado exclusivamente para o seu estudo, num quadro de questões bem definidas.

O que se conhece permite, no entanto, traçar um quadro evolutivo coerente, que se estabeleceu em sete fases de ocupação distintas:

1 – Materiais paleolíticos, correspondendo à utilização deste terraço do Tejo como plataforma de apoio às comunidades de caçadores recolectores paleolíticos (ZBYSZWESKI *et al.*, 1972);

2 – Ocupação pré-histórica, do Neolítico Final, ou, eventualmente, do Calcolítico, evidenciada pelas referências a cerâmica manual pré-histórica, mas também por uma dezena de machados de pedra polida, uma enxó, lâminas e lamelas de sílex e um fragmento de um artefacto que pode ser interpretado como braçal de arqueiro ou como placa de xisto (ZBYSZWESKI, FERREIRA & SANTOS, 1968; FERREIRA *et al.*, 1992).

3 – A hipótese da existência de uma ocupação do Bronze Final baseia-se na referência a um machado de talão unifacial com uma única argola, enquadável no chamado “tipo lusitânico”, datável dos inícios do primeiro milénio a.n.e. (FABIÃO, 2002, p. 151), assim como nas cerâmicas manuais brunidas, uma das quais corresponde a uma taça carenada (FERREIRA *et al.*, 1992, p. 56).

4 – Os dados disponíveis permitem admitir com muito provável que na última centúria da primeira metade do 1.º milénio a.n.e. se implantou no planalto um povoado de grande dimensão que certamente teve raízes no processo de orientalização que o vale do Tejo sofreu e do qual há numerosos testemunhos quer em Santarém quer em Lisboa. Confirmando essa cronologia e filiação cultural, destacam-se conjuntos significativos de ânforas pré-romanas (DIOGO, 1982, 1993; FABIÃO, 1989; FERREIRA *et al.*, 1992), bem como fragmentos de recipientes de vidro policromo e contas oculadas do mesmo material (*Ibidem*, p. 56).

Estes conjuntos de materiais permitem matizar hipóteses já defendidas, e vislumbrar para Chões um quadro de importações de momentos relativamente tardios da 1.ª Idade do Ferro, possivelmente a partir do século VI a.n.e.. A recolha pela equipa dos serviços geológicos em 1967 de uma asa de uma *kilix* presumivelmente ática (ZBYSZWESKI, FERREIRA & SANTOS, 1968, p. 51) e de um fragmento de uma outra, inédita, de figuras vermelhas, recuperada por João Catarino, que foi possível observar directamente, possibilita defender uma continuidade da ocupação até, pelo menos, ao século IV a.n.e.;

5 – O período romano republicano corresponde à fase mais bem conhecida, evidenciando evidentes e precoces contactos com o mundo itálico em meados do século II a.n.e. A matriz militar da ocupação é muito forte e encontra-se consubstanciada nas colecções de armamento e *militaria* recolhidas no sítio por detecto-ristas (RUIVO, 1999; FABIÃO, 2004, 2006);



Fig. 8 – Síntese das importações anfóricas de época romana republicana: n.º 1: Greco-Itálica, a partir de FERREIRA *et al.*, 1993; n.ºs 2 e 3: Dressel 1, a partir de BARGÃO, 2006 e de FERREIRA *et al.*, 1993; n.ºs 4 a 7: Mañá C2B, a partir de DIOGO & TRINDADE, 1993-1994; n.ºs 8 a 10: Tripolitanas Antigas, a partir de BARGÃO, 2006, FERREIRA *et al.*, 1993 e FABIÃO, 1989; n.ºs 11 a 15: CCNN, a partir de DIOGO, 1982, 1993.

6 – Apesar de os dados disponíveis indicarem um abandono generalizado do sítio ainda durante o período romano republicano, possivelmente no âmbito do conflito sertoriano, existem alguns elementos (RUIVO, 1999; FABIÃO, 2002) que permitem afirmar que o mesmo terá permanecido ocupado, pelo menos em alguns dos seus sectores, até ao reinado de Augusto, hipótese que é sustentada pela presença de três numismas de Augusto e por uma ânfora da forma Dressel 2-4 (DIOGO & TRINDADE, 1993-1994, Est. IV, n.º 62);

7 – Por último, uma recente análise da documentação medieval permitiu identificar uma eventual referência aos sítios de Chões e defender a presença de um acampamento militar islâmico (PIMENTA, HENRIQUES & MENDES, 2012). De facto, na crónica de D. Afonso Henriques de Duarte Nunes de Leão, ao relatar-se a campanha militar desencadeada, em 1184 pelo Miramolim de Marrocos *Aben Iacob*, menciona-se: “E todos vierão per Alentejo. E passando o rio, dia de Sam Ioam Baptista daquele anno de M.CLXXXIII. Nesse mesmo dia forão sobre o castello de Torres Novas, e o destruirão. A segunda feira vierão poer ser arraial em hum monte, que chamão de Pompeio.” (LEÃO, 1975, p. 92). Face à descrição geográfica, é plausível que este monte que “chamão de Pompeio” corresponda ao actual Alpompe, nome pelo qual o sítio é hoje conhecido. Assim, não parece impossível admitir a hipótese de algumas estruturas defensivas ainda visíveis poderem corresponder a esta ocupação, nomeadamente a muralha que secciona, a meio, o planalto.

A referência expressa neste manuscrito a um Monte de Pompeio leva-nos a retomar a questão da análise linguística da formação Chões de Alpompe, aliás já levantada por Dias Diogo (DIOGO, 1082, p. 149). Terá subsistido em Alpompe a referência a um eventual acampamento romano de Pompeu Magno, ou, mais provavelmente, de seu filho, Sexto Pompeio? Como já antes referimos, estas e outras questões só poderão ser respondidas com trabalhos arqueológicos concretizados no local.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, J. (1983) – *Portugal Romano*. 3.ª edição. Lisboa: Editorial Verbo.
- ARRUDA, A. M. (2002) – Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.). Barcelona. *Cuadernos de Arqueología Mediterránea* 5-6.
- ARRUDA, A. M. & ALMEIDA, R. R. (1998) – As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém (Campanhas de 1983- 1991). *Conimbriga*. Coimbra. 37, p. 201-231.
- ARRUDA, A. M. & ALMEIDA, R. R. (1999) – As importações de vinho itálico para o território actualmente português contextos, cronologias e significado. In: *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Collection de la Casa de Velásquez, 65, p. 307-337.
- BARGÃO, P. (2006) – *As importações anfóricas durante a época romana republicana Alcáçova de Santarém*. Dissertação de Mestrado em Pré-história e Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiada.
- CARDOSO, J. L. (2009) – O povoado pré-histórico do Outeiro da Assenta (Óbidos). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 261-356.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1997-1998) – A ocupação de época púnica da Quinta da Torre (Almada). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 189-217.
- CARDOSO, G. & ENCARNÇÃO, J. d' (2000) – Notas sobre a ocupação proto-histórica na *villa* romana de Freiria. In: *Actas Congresso de Proto-história Europeia. Revista de Guimarães*. Volume especial. 2, p. 741-756.

- DIOGO, A. M. D. (1982) – A propósito de “Morón”. Estudo de alguns documentos provenientes dos Chões de Alpompe (Santarém). *Clio*. Lisboa. 4, p. 147-154.
- DIOGO, A. M. D. (1993) – Ânforas pré-romanas provenientes dos Chões de Alpompe. *Estudos Orientais*. Lisboa. 4, p. 215-227.
- DIOGO, A. M. D. & FARIA, A. (1985) – Moedas romanas provenientes dos Chões de Alpompe. *Arqueologia*. Porto. 11, p. 120-122.
- DIOGO, A. M. D. & TRINDADE, L. (1993-1994) – Materiais provenientes de Chões de Alpompe (Santarém). *Conimbriga*. Coimbra. 33, p. 263-281.
- FABIÃO, C. (1989) – *Sobre as ânforas do acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa: UNIARQ / INIC.
- FABIÃO, C. (1998) – *O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiada.
- FABIÃO, C. (2002) – Chões de Alpompe. In: *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 149-152.
- FABIÃO, C. (2004) – Arqueologia militar romana da Lusitânia: textos e evidências materiais. In: *Actas Arqueología militar romana en Europa*. Salamanca, p. 53-73.
- FABIÃO, C. (2006) – El ejército romano en Portugal. In: *El ejército romano en Hispania. Guia Arqueológica*. Universidad de León, p. 113-134.
- FERREIRA, C. B.; CATARINO, J. P. & PINHO, L. S. (1993) – Chões de Alpompe. Síntese cultural. *Revista ESES*. Escola Superior de Educação de Santarém, 3 de Janeiro de 1993, p. 55-63.
- GARCIA, J. M. (1977) – Em torno de *Scallabis*. Santarém. *Santarém. A Cidade e os Homens*, p. 65-77.
- GIRÃO, A. & OLEIRO, J. M. B. (1953) – Geografia e campos fortificados romanos. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*. Coimbra. 7 (7), p. 77-80.
- KALB, Ph. & HÖCK, M. (1988) – Moron. *Conimbriga*. Coimbra. 27, p. 189-201.
- LEÃO, D. N. (1975) – *Crónicas dos Reis de Portugal / reformadas por Duarte Nunes de Leão*. Porto: Lello & Irmão.
- MAIA, M. (1987) – *Romanização do território hoje português a sul do Tejo. Contribuição para a análise do processo de assimilação e interação sócio-cultural 218-14 d.C.* Tese de Doutoramento Pré-história e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiada.
- RUIVO, J. (1999) – Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alpompe (Santarém). In: *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática antigua*. Porto. Marzo 1997. Madrid: Anejos del *Archivo Español de Arqueologia*, 20, p. 101-110.
- PIMENTA, J. (2005) – *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (*Trabalhos de Arqueologia* 41).
- PIMENTA, J. (2007) – A importação de ânforas de preparados piscícolas em *Olisipo* (séculos II-I a.n.e.). In: *Actas do Congreso Internacional de Arqueología, CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Cádiz: Universidad de Cádiz, p. 221-233.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. & MADEIRA, F. (2009) – O povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12 (2), p. 177-208.

- PIMENTA, J; HENRIQUES, E. & MENDES, H. (2012) – *O acampamento romano de Alto dos Cacos – Almeirim*. Almeirim: Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.
- PIMENTA, J. & MENDES, H. (2013) – 1.^a campanha de escavações arqueológicas no povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro – Muge – Salvaterra de Magos. *CIRA Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 2, p. 195-219.
- PRINCIPAL, J. (2013) – Cuando Arqueología e historia se dan la mano: Cartago y Numancia, dos buenos referentes. In: *Manual de cerámica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Madrid: Museo Arqueológico Regional de la Comunidad de Madrid, p. 333-356.
- RAMON TORRES, J. (1995) – *Las Ánforas Fenicio-Púnicas del Mediterráneo Central y Occidental*. Col. Instrumenta 2. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona.
- RIBERA I LACOMBA, A. (1998) – La fundació de Valencia. La ciutat a l'època romana repulicana (Segles II-I a. de C.). Valencia. *Estudios Universitarios* 71.
- RIBERA I LACOMBA, A. (2003) – El papel militar de la fundación de *Valentia* (138 a.n.e.): historia y arqueología. In: *Defensa y Territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto (espacios urbanos y rurales y provinciales)*. Madrid: Casa de Velázquez, p. 363-390.
- SAA, M. (1956) – *As Grandes Vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino Pio*. Lisboa: Sociedade Astória, 1.
- SAA, M. (1964) – *As Grandes Vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino Pio*. Lisboa: Sociedade Astória, 5.
- SOUSA, E. R. B. de (2011) – *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo durante a segunda metade do 1.º milénio a.n.e.* Tese de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiada.
- VV.AA. (1958) – Subsídios para o estudo do acampamento romano de Antanol. *Biblos*. Coimbra. 35, p. 1-54.
- ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. V. & SANTOS, C. (1968) – Acerca do campo fortificado de Chões de Alpompe (Santarém). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 2, p. 49-57.
- ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. V.; LEITÃO, M. & NORTH, C.T. (1972) – O paleolítico do povoado pré-romano de Chões de Alpompe. *Arqueologia e História*. Lisboa. 4, p. 157-181.

OUTURELA I E OUTURELA II, DOIS PEQUENOS SÍTIOS DA IDADE DO FERRO A NORTE DO ESTUÁRIO DO TEJO (CONCELHO DE OEIRAS)*

OUTURELA I AND OUTURELA II, TWO SMALL IRON AGE SETTLEMENTS NORTH OF THE TAGUS ESTUARY

João Luís Cardoso,¹ Ana Margarida Arruda,² Elisa Sousa² & Miguel Rego³

Abstract

Outurela I and II are two small Iron Age settlements, located in low altitudes, separated by only 500 m, apparently focused in agricultural and husbandry activities. The archaeological fieldwork that took place during the 80's allowed the recovery of a significant set of artifacts, mostly ceramics. The thorough study of these materials and its comparative analyses with data available from other sites in the Tagus estuary, enable us to verify a strong connection among them (both with similar low altitude sites and with main riverside settlements as, for example, Lisbon). The existence of a considerable dense settlement network during the 5th and 4th centuries BC becomes evident, even if its origin may be related by links of either cooperation or subordination. On the other hand, the available data seems to indicate a relative antiquity of Outurela II in view of Outurela I, even if its contemporaneity is clear during the 5th century BC.

Keywords: Iron Age, pottery, cooperation, subordination, settlement network.

1 – A IDENTIFICAÇÃO DO SÍTIO

Em Maio de 1985 foi comunicada à Câmara Municipal de Oeiras pela Direcção da Associação de Moradores 18 de Maio, da Outurela, a identificação, em corte efectuado no terreno para ampliação de um bairro de habitação social ali existente, de vestígios arqueológicos constituídos por fragmentos cerâmicos que acompanhavam o que parecia ser uma estrutura horizontal constituída por blocos basálticos.

Ao mesmo tempo, o autor desta identificação, e co-signatário da presente comunicação (M.R.) transmitiu-a também ao Dr. Clementino Amaro, então arqueólogo do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), que confirmou o interesse dos achados.

*Trabalho realizado com base nas escavações dirigidas por J. L. C. efectuadas em estreita colaboração com M.R. Os capítulos 1 e 2 são da autoria de J.L.C.; o capítulo 3 foi elaborado por E.S. (cerâmica), A.M.A. (metais) e J.L.C. (espólios líticos e faunísticos); os capítulos 4 e 5 são da responsabilidade de A.M.A., E.S. e J.L.C. A coordenação geral do trabalho foi de J.L.C. Os desenhos dos materiais devem-se a Filipe Martins (CEACO/CMO), exceptuando a Fig. 39, da autoria de J.A.S. Rodrigues. Os créditos fotográficos são de J.L.C.

¹Universidade Aberta (Lisboa) e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), CEACO/CMO. joao.cardoso@cm-oeiras.pt

²UNIARQ, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. a.m.arruda@fl.ul.pt; e.sousa@campus.ul.pt

³Câmara Municipal de Castro Verde.

Na sequência das informações transmitidas às duas Instituições mencionadas por Miguel Rego, foi um de nós (J.L.C.) contactado, tanto pela Câmara Municipal de Oeiras, como pelo Dr. Clementino Amaro, no sentido de dar o seguimento mais adequado àquela descoberta. Desta forma, foi por aquele remetido, a 15 de Julho de 1985, ofício ao Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, sublinhando-se o interesse científico daquela ocorrência, justificando-se a realização da pretendida intervenção arqueológica.

Obtida, pelo primeiro signatário, a respectiva autorização por parte do IPPC, a escavação viria a decorrer sob sua orientação e coma participação de Miguel Rego e de Isabel Magalhães, entre os finais de Julho e os finais de Setembro de 1995, tendo sido viabilizada pelo subsídio concedido pela edilidade no montante de 50 000\$00.

Do ponto de vista geomorfológico, a estação implantava-se no sopé de uma colina basáltica bem evidente na paisagem a Mama Sul (Fig. 1), voltada para sul e para o estuário do Tejo, que, apesar da curta distância, não se vislumbra do local (Fig. 2).

Geologicamente, trata-se no extenso afloramento basáltico de idade finiscretácica o Complexo Vulcânico de Lisboa, aqui representado por tufos mais ou menos friáveis e alterados.

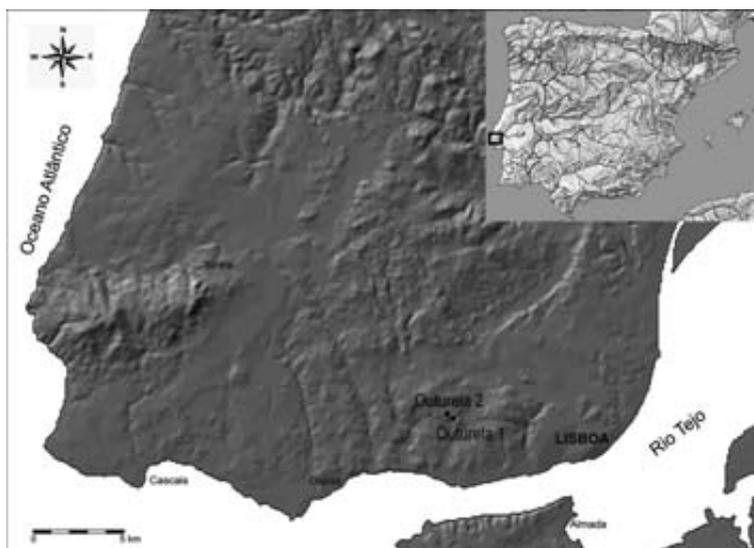
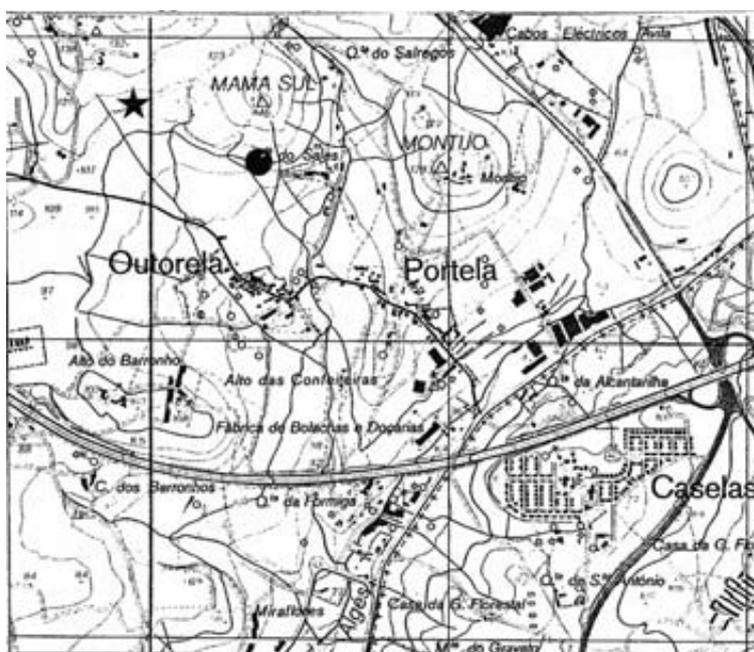


Fig. 1 – Em cima, localização de Ourela I e II na Carta Militar de Portugal à escala de 1/25 000, Folha 431 (1970), Lisboa, Serviços Cartográficos do Exército; em baixo, implantação de Ourela I e II na região da Baixa Estremadura.

2 – TRABALHOS REALIZADOS, RESULTADOS OBTIDOS

2.1 – Ourela I

A implantação da zona escavada encontrava-se à partida grandemente condicionada pelas alterações à topografia inicial do terreno provocadas pela construção de socacos destinados à fundação do bairro social. Desta forma, foi estabelecida uma quadrícula métrica orientada de acordo com a frente de escavação do



Fig. 2 – Vista geral de poente para nascente da área de implantação de Outurela I, situada em primeiro plano, ao centro, em encosta suave, observando-se à esquerda a serra de Monsanto e, em último plano, as cristas das escarpas da margem sul do rio Tejo.

talude. No final dos trabalhos, a área escavada era de 29 m², com o comprimento de 11 m e a largura máxima de 5 m.

A escavação revelou a existência de uma única camada arqueológica, anteriormente exposta pelo corte de um dos socalcos, sendo a seguinte, de cima para baixo (CARDOSO, 1985):

- C. 1 – terra vegetal anegrada, com blocos basálticos dispersos; escassos materiais arqueológicos, misturados com materiais modernos (0,15 m);
- C. 2 – camada arqueológica, constituída por dois níveis dificilmente separáveis:
 - Nv. 1 – horizonte pedregoso, em parte constituído por derrubes de estruturas arqueológicas, sem materiais modernos (0,15 m);
 - Nv. 2 – horizonte pedregoso, assente no substrato geológico, constituído pelo embasamento das estruturas arqueológicas e pelos derrubes das mesmas (0,20 m);
- C.3 – substrato geológico, constituído por tufos basálticos muito fissurados e regularizado como piso de carácter habitacional.

Em 1985 identificou-se um troço de estrutura rectilínea constituída por blocos basálticos não aparelhados, com as faces bem definidas, desprovido de qualquer material ligante (Fig. 3 e Fig. 4). A espessura assinalável desta estrutura, cerca de 0,90 m, torna problemática a possibilidade de poder corresponder a um muro de habitação de planta ortogonal; ao contrário do observado naqueles casos, em que é evidente o alinhamento de blocos de maiores dimensões na definição dos respectivos paramentos externo e interno, correspondendo a construções de espessura menor, que em regra não ultrapassa 0,50 m, neste caso a estrutura integra blocos equidimensionais de tamanho dispostos num único plano, directamente assente no substrato geológico previamente regularizado, não sendo também o seu desenvolvimento rigorosamente rectilíneo, mas sim

arqueado, como se evidencia em planta (Fig. 5). Assim, é mais provável que pudesse corresponder ao embasamento de uma estrutura que se desenvolveria superiormente em taipa ou adobes, de desenvolvimento ligeiramente arqueado, podendo corresponder a delimitação de um recinto a céu aberto; mas o seu escasso desenvolvimento impede maiores certezas.

Esta estrutura parece articular-se, numa das extremidades, com um lajeado constituído por blocos basálticos de dimensões muito superiores, dispostos horizontalmente (Fig. 6); embora bem conservada na parte que não foi cortada pela máquina aquando da regularização do terreno, não foi possível, por se encontrar incompleta, atribuí-la a elemento de uma estrutura habitacional. A identificação de uma lareira em área imediatamente adjacente a este lajeado, definida por grandes fragmentos de recipientes colocados sobre a terra, servindo assim de embasamento à estrutura, propícios à conservação do calor (Fig. 7), torna plausível que este pudesse integrar o piso de uma habitação ou uma área exterior a ela funcionalmente ligada.

Embora se tratasse de escavação de emergência, que importava não prolongar por tempo excessivo, tendo em vista a prossecução da construção do bairro social, os resultados obtidos aconselhavam à realização de uma segunda campanha de escavações, a qual se veio a efectuar no ano seguinte.

Aprovado o relatório de 1985, foi autorizada a prossecução dos trabalhos arqueológicos em 1986, uma vez mais sob a direcção do primeiro dos signatários, beneficiando, tal como no ano anterior, de um subsídio de 50 000\$00 concedido pela Câmara Municipal de Oeiras. Participaram nos trabalhos, para além de Miguel Rego e de Isabel Magalhães, Isabel Rodrigues, José A. Severino Rodrigues, Jorge Afonso da Silva Paulo e Bernardo L. B. Ferreira, então colaboradores do primeiro signatário em outros trabalhos arqueológicos. Os mesmos decorreram nos meses de Setembro e Outubro, tendo, com a sua conclusão, cessado qualquer impedimento que, do ponto de vista arqueológico impedisse a continuação das obras de construção do bairro social. A área



Fig. 3 – Vista da área escavada de Outurela III, tirada para norte; em último plano, observa-se o topo do vértice geodésico Mama Sul.



Fig. 4 – Outurela I. Vista parcial da área escavada em 1985. Em primeiro plano, a estrutura linear constituída por uma única fiada de blocos basálticos equidimensionais; em segundo plano a área lajeada, que esteve na origem da identificação da estação.

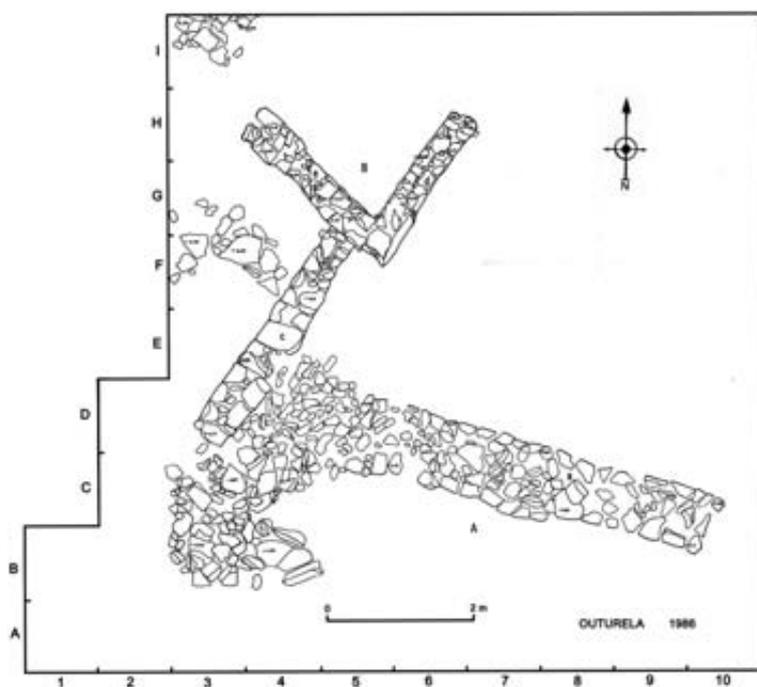


Fig. 5 - Outurela I. Planta da área escavada.

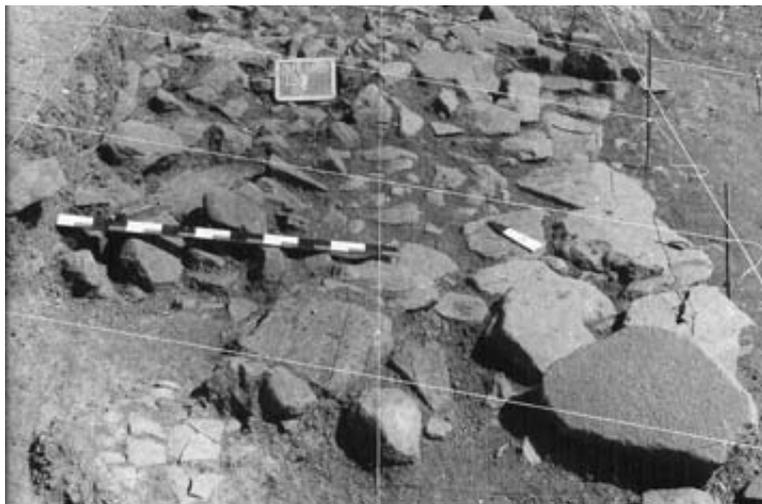


Fig. 6 - Outurela I. Em primeiro plano, localização de lareira constituída por grandes fragmentos de recipientes, formando superfície regular propícia à acumulação do calor, situada na adjacência do lajeado cortado pela máquina ao executar os taludes de escavação para as fundações da ampliação do bairro social 18 de Maio.

quais por vezes correspondem à espessura total do muro, observando-se, em ambos os lados deste, abundantes derrubes (Fig. 10), que parecem indicar que as paredes desta habitação eram de alvenaria, ou pelo menos uma parte muito significativa das mesmas, e não apenas o seu embasamento. Não foi possível relacionar seguramente este muro com nenhuma unidade arquitectónica mais complexa; no entanto, dado que a sua extremidade setentrional se encontra interrompida por um conjunto constituído por dois muros ortogonais, fazendo canto de um compartimento perfeitamente definido (Fig. 11), é crível que o referido muro possa integrar

escavada, que correspondeu ao alargamento da anterior, atingiu, na sua totalidade, 87 m², com o comprimento máximo de 11 m e a largura máxima de 9 m (Fig. 8).

A estratigrafia observada é idêntica à que fora descrita no ano transacto com a existência de uma única camada arqueológica, à qual se associam restos de estruturas e materiais arqueológicos, confirmando-se a extensão da regularização do substrato geológico, constituído por tufo basálticos, relacionado com a implantação das referidas estruturas.

Com o significativo alargamento da área escavada em 1986, foi possível concluir a escavação da estrutura linear posta a descoberto em 1985, a qual se encontra rematada numa das suas extremidades por três blocos basálticos de dimensões idênticas às dos restantes, dispostos transversalmente (Fig. 9). Tal remate da estrutura coincide com o sobrelevamento local do substrato geológico, pelo que a solução de continuidade assim criada não se relacionará com qualquer passagem, ou entrada, o que veio sublinhar a dificuldade de lhe atribuir uma qualquer funcionalidade. Para o lado oriental deste remate, não se identificaram quaisquer outros vestígios construtivos, passando o substrato a ser ali aflorante.

Na área setentrional da escavação surgiu um muro rectilíneo, com cerca de 0,40 m de espessura, definido por alinhamento de grandes blocos, os



Fig. 7 – Outurela I. Pormenor do embasamento de lareira da Fig. 6.



Fig. 8 – Outurela I. Vista geral da área escavada em 1996, observando-se diversas estruturas e os correspondentes derrubes, constituídos por blocos basálticos.



Fig. 9 – Outurela I. Remate da estrutura linear identificado em 1986, depois de posta completamente à vista (ver Fig. 4).



Fig. 10 – Outurela I. Vista de trecho do embasamento de muro rectilíneo, com abundantes blocos dele derivados, tombados para ambos os lados.

unidade arquitectónica constituída por vários compartimentos. É interessante observa-se que as extremidades de ambos os muros ortogonais se encontram rematadas por blocos dispostos transversalmente, indício de que não tinham continuidade no terreno, pelo menos com recurso a alvenaria (Fig. 12). Esta realidade pode ter



Fig. 11 – Outurela I. Vista parcial da área escavada em 1986, depois de limpa dos derrubes das estruturas. À esquerda, em primeiro plano, embasamento de dois muros ortogonais, ambos rematados por blocos colocados transversalmente, indicio de que a sua continuidade seria garantida de outra forma. Do lado direito, muro que poderá corresponder a outro compartimento da mesma habitação, o qual se estende até à zona lajeada, situada do lado direito, já fora do limite da fotografia. Em segundo plano, a estrutura linear definida por blocos basálticos equidimensionais (ver Fig. 4 e Fig. 9).



Fig. 12 – Outurela I. Os dois muros ortogonais da Fig. 11, assentes no substrato basáltico regularizado.

sido determinada pelo sobre-elevamento do substrato geológico, corporizado por um socalco, contra o qual um desses muros se foi encostar (Fig. 13). No lado externo desse muro (o situado do lado oriental), identificou-se uma acumulação constituída por pequenos fragmentos ósseos e cerâmicos, embalados em matriz terrosa escura (Fig. 14), que poderá corresponder a uma zona de despejo doméstico (Fig. 15).

Em 1986 concluiu-se a escavação da área lajeada identificada anteriormente, cuja situação, na periferia



Fig. 13 –Outurela I. Pormenor do muro nascente da Fig. 12, evidenciando-se o desnível do substrato basáltico que explica a sua interrupção no terreno.



Fig. 14 – Outurela I. Depósito rico de matéria orgânica, com restos faunísticos e abundantes fragmentos cerâmicos de pequenas dimensões, atribuível a entulheira resultante de despejos domésticos acumulados no lado externo do muro da habitação de planta ortogonal da Fig. 13.



Fig. 15 – Outurela I. Pormenor da acumulação de despejos domésticos da Fig. 14.



Fig. 16 – Outurela I. Em primeiro plano, o lajeado parcialmente visível na Fig. 6, depois de completamente posto a descoberto em 1986.



Fig. 17 – Outurela I. Pormenor do lajeado da Fig. 16, evidenciando-se a sua constituição por grandes blocos basálticos.

dos muros identificados naquele ano, pertencentes uma ou várias habitações (Fig. 16), bem como o grande tamanho dos blocos basálticos que a integram, aparentemente incompatíveis com a hipótese de forrarem o chão de uma habitação (Fig. 17), faz crer que correspondam antes a espaço a céu aberto, de circulação de pessoas.

A publicação dos resultados obtidos em 1985 e 1986, bem como dos espólios mais significativos, integrou trabalho de síntese sobre a presença humana na região ribeirinha do estuário do Tejo, integrado no catálogo da exposição organizada na Fundação Calouste Gulbenkian em 1987 sobre a Arqueologia do vale do Tejo (CARDOSO, 1987). Depois desta primeira publicação alusiva à estação, e embora esta tenha sido ulteriormente mencionada de forma recorrente, bem como alguns dos espólios recolhidos (CARDOSO, 1990, 1995, 1996a, 1996b, 2004, 2011; CARDOSO & CARREIRA, 1993), nenhum estudo de carácter monográfico viria a ser até agora produzido sobre este sítio, a que se juntou um outro, de características idênticas, intervencionado em 1988, a seguir caracterizado.

2.2 – Outurela II

No decurso da segunda campanha de escavações, Miguel Rego informou o primeiro signatário de que, a cerca de 500 m do local explorado em 1985 e 1986, reconheceu outra ocorrência semelhante, denunciada por fragmentos cerâmicos semelhantes, à superfície do solo (Fig. 1). A visita ali efectuada confirmou o interesse arqueológico do local, correspondendo, tal como o anterior, a encosta voltada a sul, suave e agricultada, embora ainda não afectada pelas construções modernas, ao contrário do verificado no local explorado anteriormente. Foi designado por Outurela II, distinguindo-se assim da estação anterior, que passou a ser conhecida por Outurela I, implantando-se a 110 m de altitude, cerca de 10 m acima da cota desta última.

Decorridos dois anos sobre aquela visita, as condições de conservação desta segunda estação arqueológica alteraram-se drasticamente, por via da expansão urbanística daquela zona, com a abertura de vias de circulação envolvendo escavações e aterros, para além do despejo de entulhos nas vizinhanças do local de interesse arqueológico. Desta forma, foi decidido realizar ali nova escavação de emergência, cuja autorização, por parte do IPPC foi solicitada pelo primeiro signatário, por ofício de 1 de Maio de 1988, responsável pela indispensável articulação institucional, tanto com o referido Instituto, como com a Câmara Municipal de Oeiras,



Fig. 18 – Outurela II. Vista do início dos trabalhos.

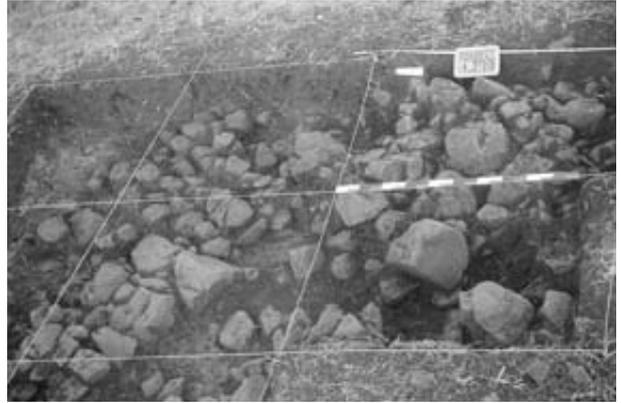


Fig. 19 – Outurela II. Troço de muro rectilíneo, evidenciado pelo alinhamento das faces de grandes blocos basálticos.

para onde se remetiam os espólios que viessem a ser exumados, juntando-se ali aos que foram recolhidos em Outurela I.

Os trabalhos decorreram de forma intermitente durante os meses de Junho e Julho de 1988, contando para o efeito, com um subsídio de 100 000\$00 atribuído pelo IPPC, tendo neles participado, para além do signatário e de Miguel Rego, os estudantes Leonel Fernandes Spencer, Carlos Monteiro de Sousa, João Silva Nazário, Jorge Antunes Gonçalves, Rui Gameira Borges e Luís da Silva Policarpo, colaboradores do responsável científico em outros trabalhos arqueológicos.

A escavação iniciou-se pela abertura de área com 5 por 4 m (Fig. 18), mas, como se atingiu rapidamente em parte da mesma o substrato geológico, foi aberto um outro sector, distanciada 5 m do primeiro, o qual, no final, se estendeu ao sector inicialmente explorado, tendo-se atingido a área de 15 m². O local investigado limitado microtopograficamente por pequeno ressalto no terreno, protegendo-o da área então agricultada, correspondendo a um pequeno núcleo habitacional, talvez de menores dimensões do que o de Outurela I.

A estratigrafia apresentava-se, tal como a de Outurela I, muito simples, já que o nível superficial, com materiais modernos, remexidos pelo arado, não vai além de 0,20 m, sucedendo-se a única camada arqueológica, correspondente à estrutura identificada e aos materiais cerâmicos e associados, assentes no substrato geológico, constituído, tal como no caso anterior, por tufo basáltico friável do Complexo Vulcânico de Lisboa.

Um troço de muro rectilíneo, rematado numa das extremidades, com as mesmas características dos encontrados em Outurela I, com cerca de 0,40 m de espessura, constituído por blocos de basalto irregulares, aparentemente desprovido de argamassa (Fig. 19), assentando directamente no substrato geológico, regularizado para o efeito, era tudo o que restava de primitiva habitação de planta ortogonal.

Enfim, os espólios arqueológicos, exclusivamente constituídos por restos cerâmicos, concentravam-se abundantemente em três zonas no terreno, conforme é ilustrado na respectiva planta (Fig. 20), dispostas de um dos lados e junto do remate do único muro identificado, pelo que é plausível que tais locais correspondam, como em Outurela I, ao exterior da habitação, e resultem da realização de lareiras, cujo embasamento era constituído por fragmentos cerâmicos, por forma a permitir a melhor conservação do calor desenvolvido pelo fogo.

3 – ESTUDO DOS ESPÓLIOS

3.1 – Análise do conjunto cerâmico

3.1.1 – Outurela I

Os artefactos cerâmicos inventariáveis recolhidos no decurso das intervenções arqueológicas realizadas em Outurela I perfazem um total de 189 exemplares (141 NMI) e são divisíveis em cinco categorias: ânforas (5,67%), cerâmica de engobe vermelho (0,71%), cerâmica cinzenta (39,72%), cerâmica comum (49,65%) e cerâmica manual (4,26%).

As **ânforas** (Fig. 21 e Fig. 22) estão representadas por 24 fragmentos (8 NMI) e correspondem, na sua grande maioria, a produções da área do estuário do Tejo, que foram recentemente sistematizadas (SOUSA & PIMENTA, 2014).

Um deles (Fig. 21, n.º inv. 133) é integrável no Tipo 1 que integra morfologias claramente inspiradas nas variantes mais tardias das ânforas do tipo 10.1.2.1 de Ramon Torres. O início da produção destes contentores na área do Tejo parece remontar à fase orientalizante, apesar desta forma permanecer nos repertórios artefactuais regionais até, pelo menos, aos meados do 1.º milénio a.C., de acordo com os dados recolhidos na Rua dos Correeiros (SOUSA, 2014, p. 97-99; SOUSA & PIMENTA, 2014). Variantes mais tardias, concretamente do Tipo 3 (1 NMI) e, sobretudo, do Tipo 4 (5 NMI, Fig. 21, n.º inv. 74, 82, 172, 174), encontram-se mais bem representadas no sítio oeirense. Trata-se de formas muito características em toda a área do Estuário do Tejo nos meados do 1.º milénio a.C., podendo, eventualmente, perdurar até ao século III a.C. (SOUSA & PIMENTA, 2014).

Deve ainda referir-se a identificação de um fragmento de uma ânfora de aparente produção malagenha (1 NMI, Fig. 21, n.º inv. 138), cujas características morfológicas e o ressaltado na separação entre o bordo e o corpo da peça permitem a sua inclusão no tipo 10.1.1.1 de Ramon Torres, cuja cronologia se centra entre os meados do século VIII e a primeira metade da centúria seguinte (RAMON TORRES, 1995, p. 230). A presença deste fragmento no conjunto de Outurela I não deixa de causar alguma estranheza, uma vez que todos os materiais associados integram uma cronologia centrada em meados do 1.º milénio a.C., sendo difícil considerar a possibilidade de uma sua utilização ao longo de quase duzentos anos. Por outro lado, recuar a cronologia de Outurela I para a fase inicial da chegada de populações fenícias ao estuário do Tejo é difícil de defender com base numa única peça. De facto, trata-se de um achado isolado, e é o único que pode ser datado de momento tão arcaico na área a ocidente de Lisboa. Sendo prematuro tecer grandes interpretações com base neste único fragmento, teremos de esperar que no futuro possam ser identificadas novas realidades ao nível da ocupação sidérica desta região que permitam um enquadramento mais adequado deste achado.

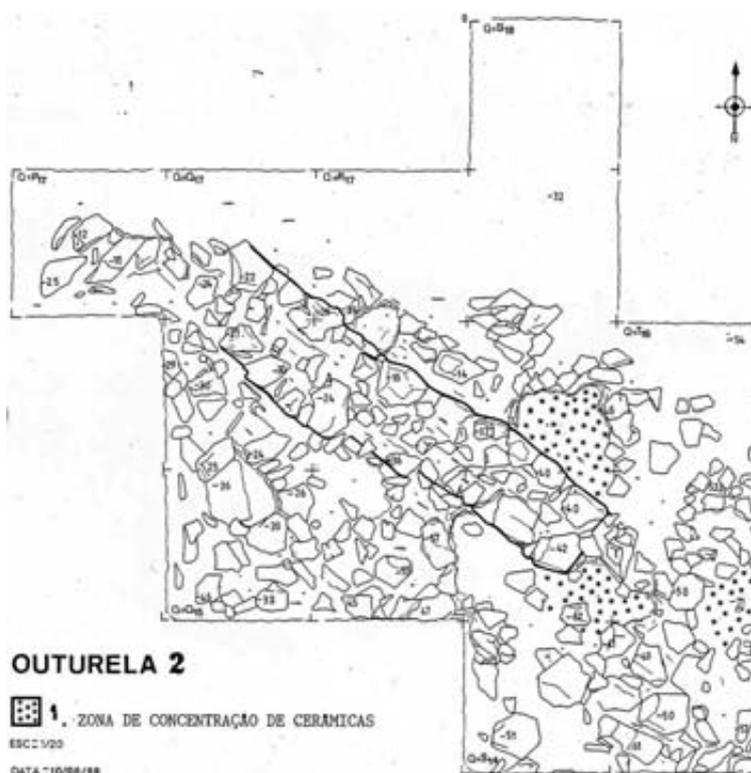


Fig. 20 – Outurela II. Planta da área escavada.

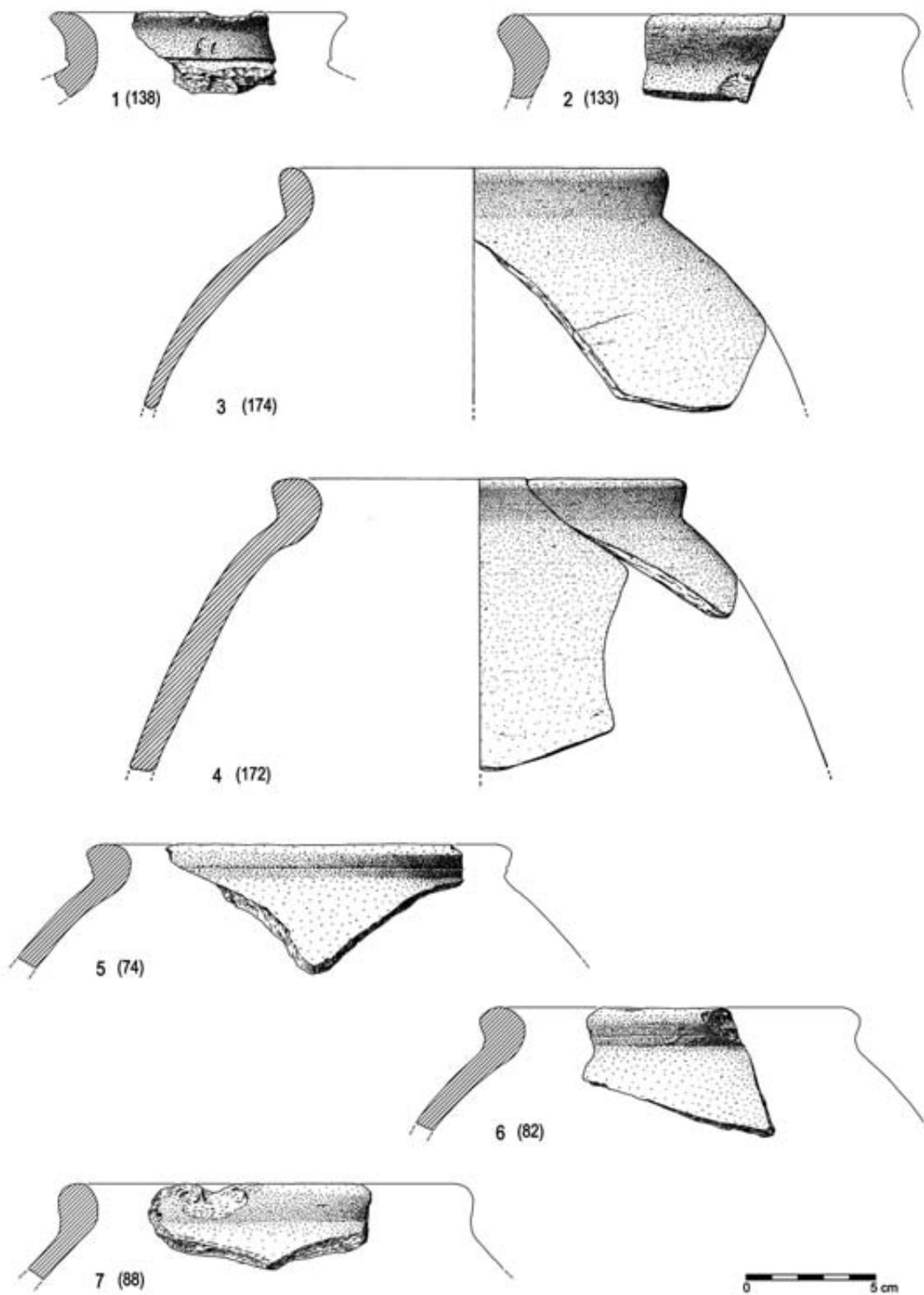


Fig. 21 - Outurela I. Ânforas.

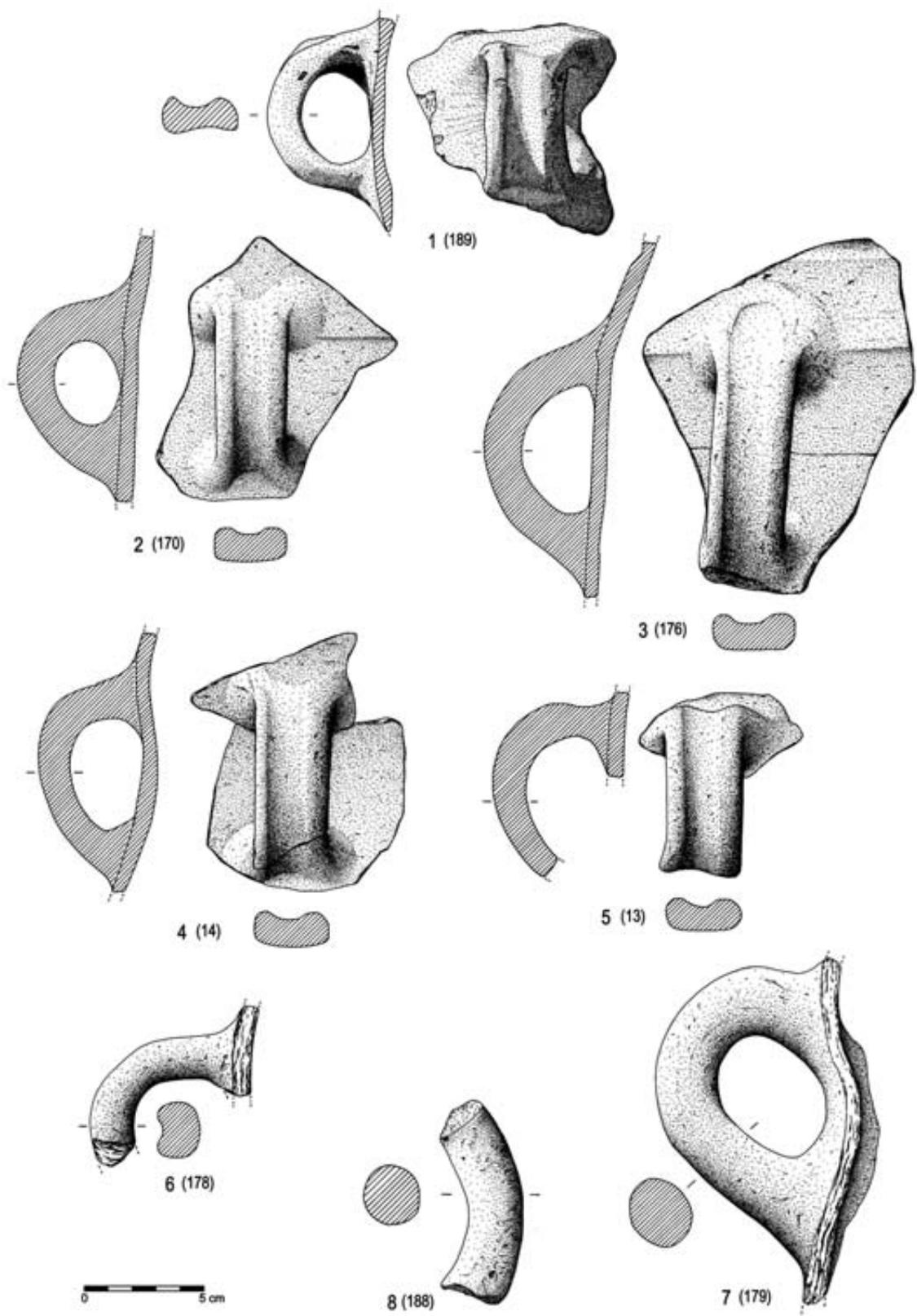


Fig. 22 - Outurela I. Ânforas.

Entre o conjunto anfórico de Outurela I, deve ainda referir-se a existência de 16 fragmentos de asas (Fig. 22), cujas secções variam entre perfis circulares (3 exemplares), ovais (2 exemplares) e ainda ovalados, exibindo um sulco acentuado na área externa (11 exemplares), uma particularidade individualizante das produções centro-atlânticas (SOUSA, 2014, p. 104-105; SOUSA & PIMENTA, 2014).

Por outro lado, parece importante assinalar que uma parte significativa destes materiais (5 fragmentos) apresenta vestígios da aplicação de um engobe branco na superfície externa, uma característica também ela típica destas produções regionais.

A **cerâmica de engobe vermelho** está representada no conjunto por um único fragmento (1 NMI). Trata-se de uma carena (Fig. 23, n.º inv. 60) que pode corresponder quer a uma tigela da variante 1Ba estabelecida para a Rua dos Correeiros, quer a um prato/pátera da variante 3Ba (SOUSA, 2014, p. 119 e p. 122). Conserva vestígios de engobe na superfície interna e as características do seu fabrico enquadram-se, com facilidade, no que foi designado por Grupo 1 no sítio da Baixa de Lisboa (SOUSA, 2014, p. 115).

O conjunto de **cerâmica cinzenta** (Fig. 23, com excepção do exemplar com o n.º inv. 60, Fig. 24 e Fig. 25) é abundante, perfazendo um total de 73 fragmentos (56 NMI), integrando sobretudo formas apropriadas ao serviço de mesa. Neste grupo, 13 exemplares (13 NMI) não permitiram uma classificação formal específica, dadas as suas reduzidas dimensões. As características macroscópicas das pastas coincidem, mais uma vez, com dois dos grupos de fabrico identificados na Rua dos Correeiros, em Lisboa (Grupo II e III – SOUSA, 2014, p. 131).

A forma mais bem representada neste conjunto corresponde às tigelas de perfil hemisférico, particularmente à variante 1Aa da Rua dos Correeiros (SOUSA, 2014), de bordo arredondado e geralmente engrossado internamente (16 NMI – Fig. 23, n.º inv. 151, 57, 56, 38, 45, 46, 104, 110). Outras formas afins, mas com paredes mais rectilíneas (variante 1Ab – 6 NMI), estão também representadas (Fig. 24, n.ºs inv. 136, 131, 47, 37). Um outro exemplar que pode ser igualmente integrado entre os recipientes de tipo tigela, distingue-se dos anteriores por apresentar uma carena suave e alta, característica que permite a sua integração na variante 1Ba (1 NMI – Fig. 24, n.º inv. 59).

Os pratos de cerâmica cinzenta são uma forma bastante característica dos meados do 1.º milénio a.C. no estuário do Tejo, estando representados em Outurela I por 4 fragmentos (3 NMI). O exemplar com o perfil melhor conservado (Fig. 25, n.º inv. 39), com carena acentuada, encontra os seus melhores paralelos na área envolvente, concretamente em Gamelas 3 (CARDOSO & SILVA, 2013, p. 372, Fig. 14), nos Moinhos da Atalaia (SOUSA 2014, p. 387 – n.º 73/181/1), na Amadora, e em Freiria (CARDOSO & ENCARNÇÃO, 2013, p. 143, Fig. 20, n.º 5; p. 161, n.ºs 14 a 16), em Cascais, integrando-se na variante 2Ba estabelecida para a cerâmica cinzenta do Estuário do Tejo (SOUSA, 2014, p. 290). Apesar de ainda não existirem dados contextuais suficientes para determinar com precisão a cronologia desta forma, a sua ausência entre o repertório da Rua dos Correeiros pode ser um indicador de um fenómeno mais tardio, possivelmente já de momentos avançados do século IV a.C. (SOUSA, 2014, p. 238). Outros dois fragmentos (Fig. 25, n.º inv. 54, 58) exibem características que os diferenciam da forma anterior, concretamente a presença de um bordo aplanado, a partir do qual se desenvolveria uma parede aparentemente convexa. Esta forma corresponderá seguramente a uma nova variante da cerâmica cinzenta do estuário do Tejo, sendo admissível propor uma cronologia centrada na segunda metade do 1.º milénio a.C., possivelmente também a partir do séc. IV a.C. Recipientes com estas características estão, até ao momento, pouco representados na região, reconhecendo-se, contudo, a sua existência nos níveis pré-romanos de Freiria (CARDOSO & ENCARNÇÃO, 2013, Fig. 20, n.º 2; Fig. 23, n.º 1).

Uma outra morfologia bem atestada no conjunto de cerâmica cinzenta de Outurela I integra os pequenos potes do tipo 3 da Rua dos Correeiros, concretamente nas suas variantes 3Aa (2 NMI, Fig. 25, n.º 48, 124)

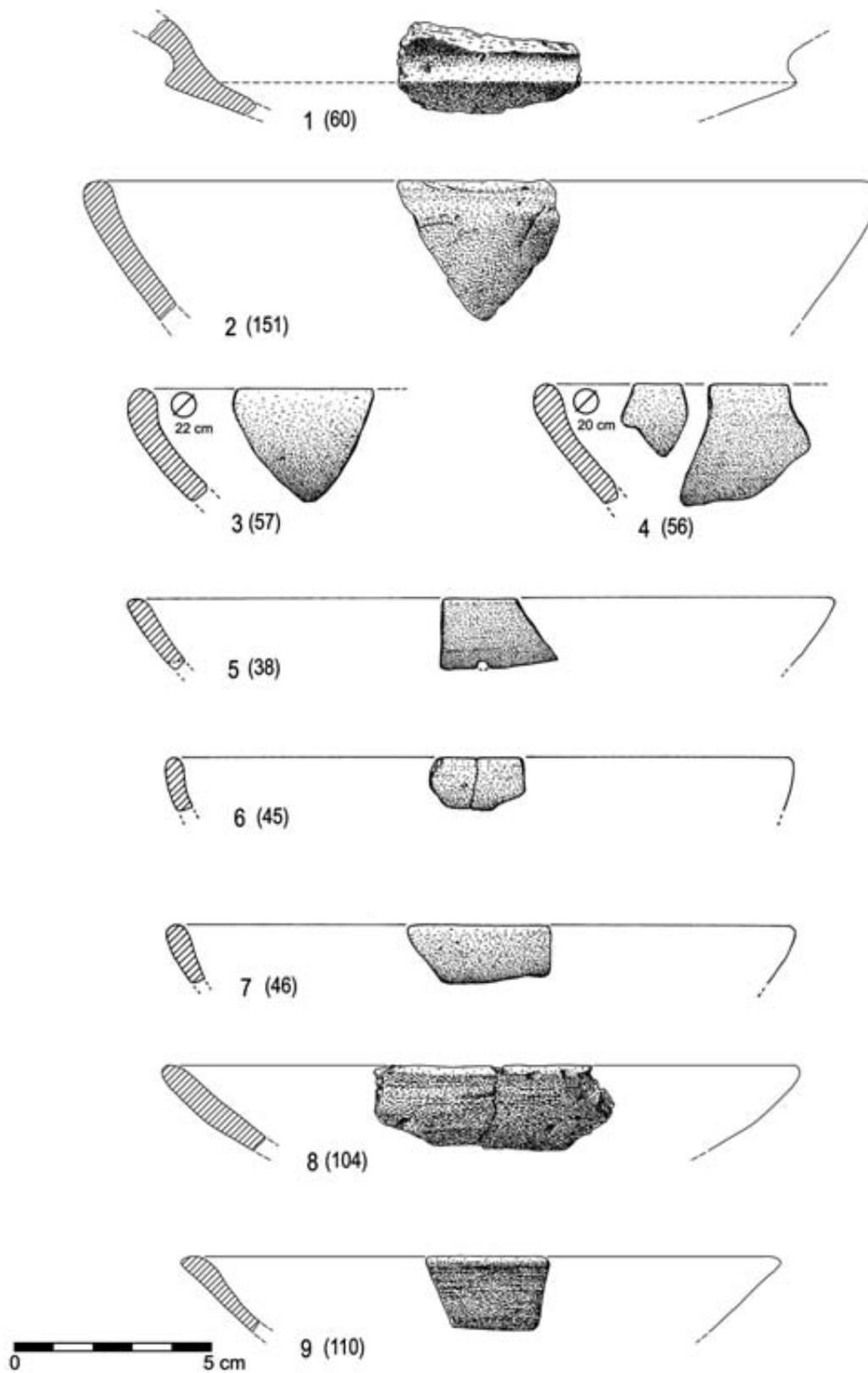


Fig. 23 - Outurela I. Cerâmicas cinzentas, exceptuando-se o exemplar com o n.º inv. 60, produção de engobe vermelho.

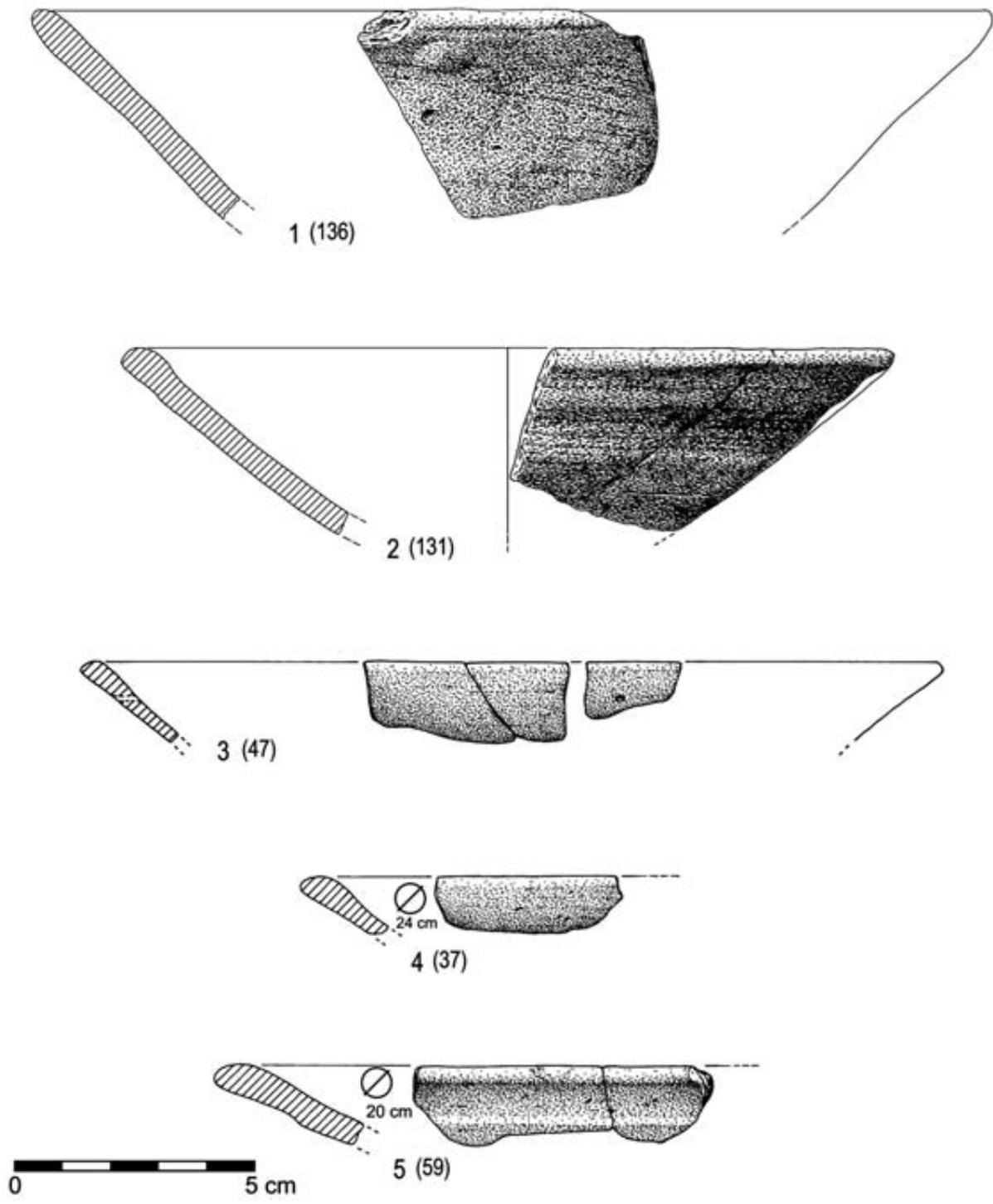


Fig. 24 - Outurela I. Cerâmicas cinzentas.

e, sobretudo, 3Ba (11 NMI, Fig. 25, n.º inv. 44, 43, 42, 49, 50, 52, 53, 152, 160, 163). Trata-se de recipientes característicos da fachada central atlântica a partir do séc. V a.C., sendo provavelmente utilizados para o consumo de líquidos (SOUSA, 2014, p. 137).

Entre os vasos fechados, identificou-se ainda um pote (1 NMI, Fig. 26, n.º inv. 11), de corpo aparentemente globular, que exibe uma asa de secção oval que arranca do bordo, características que possibilitam a sua inclusão na variante 4Aa.1 da Rua dos Correeiros (SOUSA 2014, p. 141).

Por último, deve registar-se a presença de dois jarros de cerâmica cinzenta (2 NMI, Fig. 26, n.º inv. 10, 185; Fig. 27), de bordo extrovertido, do qual arranca uma asa de secção circular, um colo alto e um corpo globular. O exemplar mais bem conservado tem o colo decorado com três nervuras. Exemplares com idênticas características foram recuperados na estação de Gamelas 3 (CARDOSO & SILVA, 2013).

No conjunto de cerâmica cinzenta de Outurela I integram-se ainda 13 fragmentos de fundo de perfil diversificado. Os mais frequentes são os fundos convexos (8 fragmentos, Fig. 26, n.º inv. 27, 28, 139, 29), de diâmetro reduzido, que, com grande probabilidade, correspondem à parte inferior dos pequenos potes do tipo 3 e/ou às tigelas do tipo 1. Outros, de maior diâmetro (Fig. 26, n.º inv. 31), pertencerão seguramente a formas fechadas de maiores dimensões, como é o caso dos potes do tipo 4. Fundos anelares são também expressivos em termos numéricos (4 fragmentos, Fig. 26, n.º inv. 33, 34, 35), correspondendo, provavelmente, às bases dos pratos do tipo 2. Em todo o conjunto, registou-se apenas um fundo de perfil plano, com pé destacado (Fig. 26, n.º inv. 30).

Entre os fragmentos de paredes, foram inventariados dois exemplares que apresentam nervuras na superfície externa (Fig. 26, n.º inv. 40, 41) e uma carena (Fig. 26, n.º inv. 55), que podem corresponder indiscriminadamente a recipientes do tipo 3 ou 4.

A **cerâmica comum** é a categoria mais abundante em Outurela I, totalizando 85 fragmentos (70 NMI), dos quais apenas seis (6 NMI) não permitiram uma classificação tipológica específica.

A esmagadora maioria dos exemplares integram dois dos grupos de fabrico definidos para a Rua dos Correeiros (Grupo I e Grupo III – SOUSA, 2014, p. 145), existindo apenas duas peças (1 NMI) que poderão corresponder a produções locais. Infelizmente, nenhum destes últimos (um bordo e uma asa) permitiu uma classificação tipológica específica.

Tal como ocorre na cerâmica cinzenta, as tigelas de perfil hemisférico, geralmente com o bordo engrossado na área interna (variante 1Aa da Rua dos Correeiros), são a forma mais abundante (27 NMI, Fig. 28, n.º inv. 2, 3, 4, 19, 21, 22, 23, 32, 60, 61, 62, 63, 69, 167, 168). Vários destes exemplares (7 fragmentos) exibem vestígios da aplicação de um engobe branco na superfície externa e, em alguns casos, também na interna, uma característica típica das produções da área do Tejo (SOUSA, 2014, p. 145). Tigelas com paredes mais rectilíneas da variante 1Ac (4 NMI, Fig. 29, n.º inv. 1, 5, 20) constam também do repertório artefactual. Um outro exemplar, de bordo extrovertido e aplanado e paredes que indicam um recipiente de menor profundidade, é integrável na variante 1Bd (1 NMI, Fig. 29, n.º inv. 134).

Vasos fechados, de tipo pote ou panela, são também expressivos no conjunto. Entre estes, destaca-se uma presença muito significativa de painéis do tipo 10Aa da Rua dos Correeiros (18 NMI, Fig. 29, n.º inv. 6, 8, 9, 64, 65, 70, 73), e particularmente da sub-variante 10Aa.1 (5 NMI, Fig. 30, n.º inv. 15, 16, 36, 169, 132), que se distingue pela presença de uma série de caneluras na parte superior do corpo, característica essa presente também em vários fragmentos de parede (Fig. 30, n.º inv. 17, 18, 24, 25). É de assinalar que, do total de exemplares que integram o tipo 10Aa, apenas dois apresentam um fabrico um pouco mais cuidado (Grupo I da Rua dos Correeiros). Os restantes exibem pastas menos depuradas e mais resistentes (Grupo III da Rua dos Correeiros) e, muito frequentemente, sinais de exposição ao fogo na superfície externa, o que evidencia,

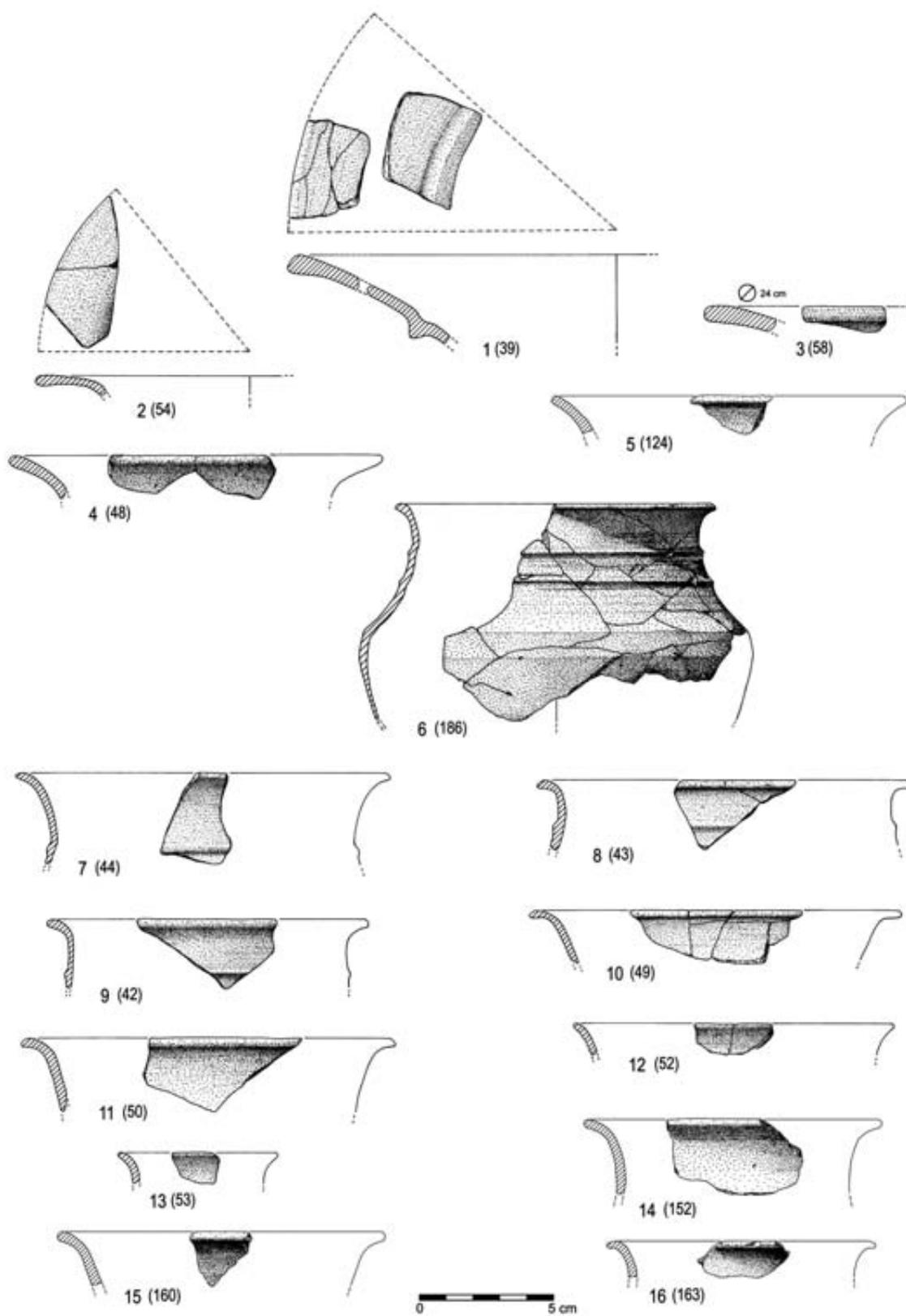


Fig. 25 – Outurela I. Cerâmicas cinzentas.

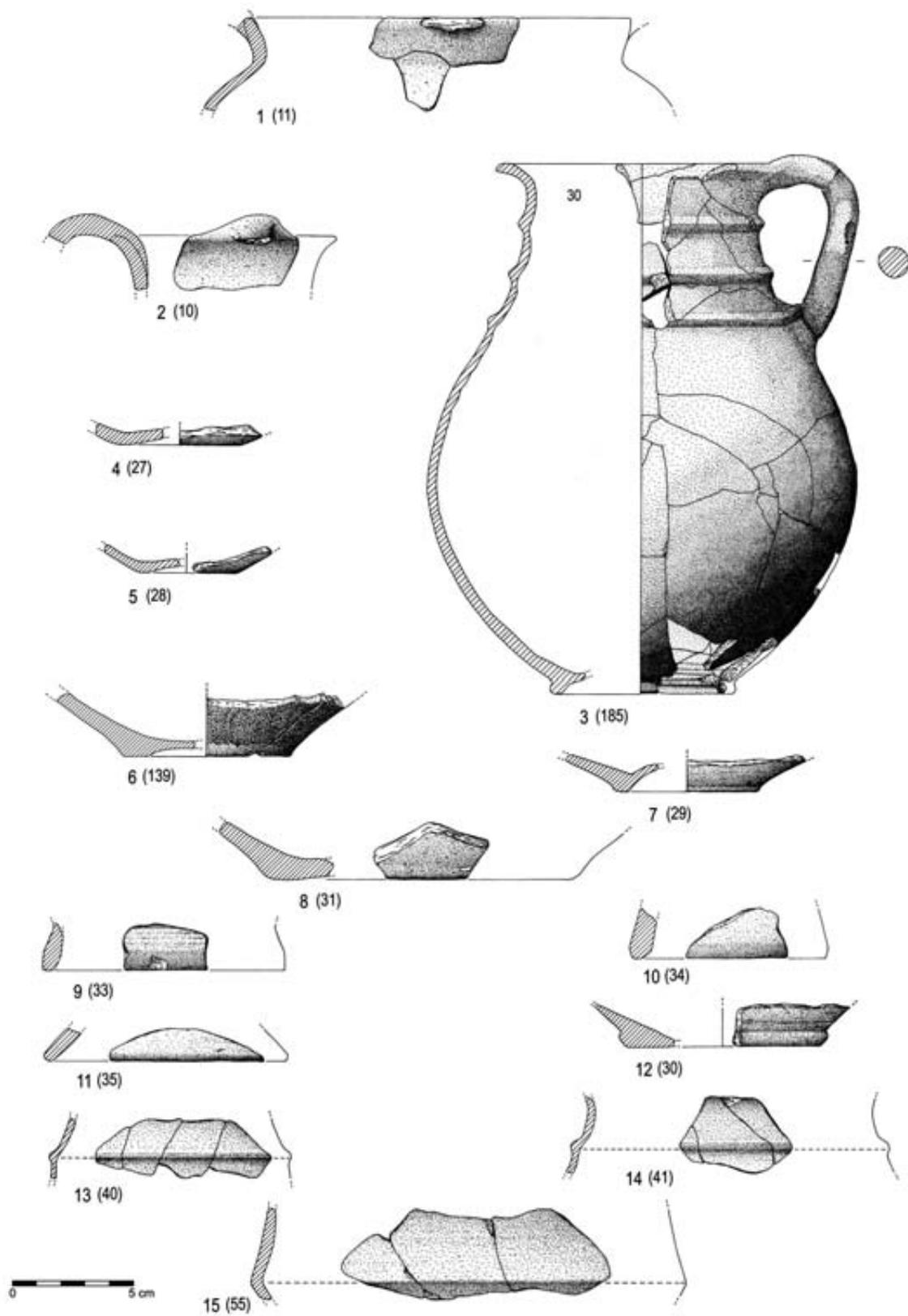


Fig. 26 - Outurela I. Cerâmicas cinzentas.

uma vez mais, a utilização preferencial desta forma/fabrico para a confecção de alimentos (SOUSA, 2014, p. 169). Peças idênticas, quer em termos morfológicos, quer em termos de fabrico, aparecem com frequência nos sítios sidéricos da área do Tejo a partir de meados do 1.º milénio a.C., como é o caso de Gamelas 3 (CARDOSO & SILVA, 2013), em Oeiras, Moinhos da Atalaia (PINTO & PARREIRA, 1978; SOUSA 2014) e Baútas (SOUSA, 2014), na Amadora. No conjunto dos potes e/ou panelas, destaca-se ainda a presença de vasos com bordo pendente e apontado (variante 10Ba – 3 NMI, Fig. 30, n.º inv. 171, 173, 130), ou arredondado (variante 10Bb – 2 NMI, Fig. 31, n.º inv. 7, 86), um dos quais com engobe branco na superfície externa, e ainda um exemplar com colo mais alto e bordo arredondado (variante 10Cb – 1 NMI, Fig. 31, n.º inv. 142).

O repertório artefactual da cerâmica comum de Outurela I integra ainda um conjunto de vasos com diâmetro reduzido e colo alto que podem corresponder a jarros. Integram-se na variante 11Aa (2 NMI, Fig. 31, n.º inv. 70, 71) e na sub-variante 11Aa.1 (1 NMI, Fig. 31, n.º inv. 12), com asa de secção ovalada.

Por último, no conjunto de cerâmica comum de Outurela I contam-se ainda cinco fragmentos de asas, de secção circular (2 fragmentos, Fig. 31, n.º inv. 177) e ovalada (3 fragmentos, Fig. 31, n.º inv. 67, 68), quatro fundos em ônfalo, que correspondem muito provavelmente a potes e/ou panelas (Fig. 31, n.º inv. 76), e duas paredes com saliências externas (Fig. 31, n.º inv. 51, 66).

O conjunto cerâmico de Outurela I inclui ainda alguns fragmentos de **cerâmica manual** (6 NMI), um dos quais (1 NMI) é impossível de classificar quanto à forma. Os restantes correspondem a potes de perfil em S (2 NMI), de bordo extrovertido (Fig. 32, n.º inv. 150) ou de perfil mais suave (Fig. 31, n.º inv. 153), potes de bordo vertical (1 NMI, Fig. 32, n.º inv. 154) e tigelas de paredes arqueadas (1 NMI, Fig. 32, n.º inv. 155) ou verticais (1 NMI, Fig. 32, n.º inv. 166).

Esta cerâmica manual corresponde uma produção claramente local, tendo sido possível identificar grãos de minerais ferromagnesianos de coloração escura, típicos das áreas basálticas, entre os seus componentes não plásticos. A sua presença no conjunto de Outurela I reveste-se de considerável importância, atendendo especialmente ao facto de o local não ter sido ocupado em outras épocas, ao contrário da maioria dos outros sítios de cariz agrícola da região, como é o caso, por exemplo, do Moinho da Atalaia, onde a presença de ocupações mais antigas dificultou a compreensão do verdadeiro peso da cerâmica manual no repertório cerâmico da Idade do Ferro. A pouca expressividade destas produções em Outurela I indica que estas cerâmicas terão assumido uma função essencialmente utilitária (sobretudo para a confecção de alimentos), eventualmente compensando carências momentâneas na rede de abastecimento, situação já verificada na Rua dos Correiros, em Gamelas III (CARDOSO & SILVA, 2013) e na “Sepultura do Rei Mouro”, em Sintra (SOUSA, 2014, p. 185 e p. 275).

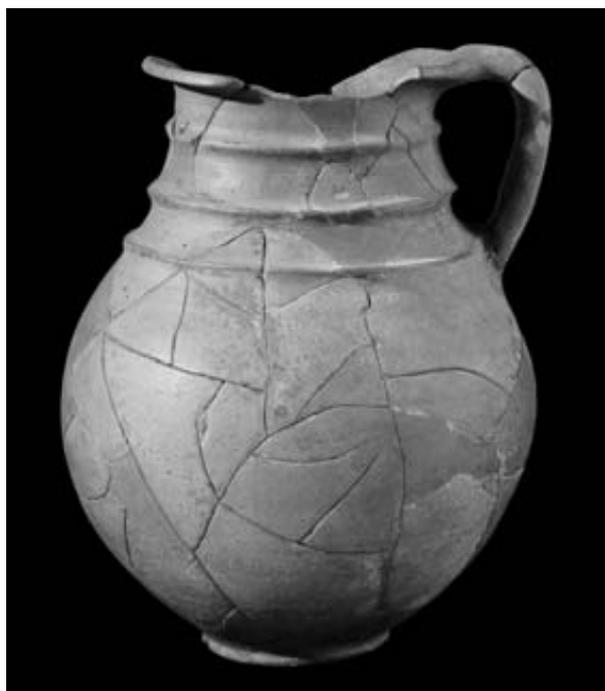


Fig. 27 – Outurela I. Jarro de cerâmica cinzenta fina (ver Fig. 26, n.º inv. 185).

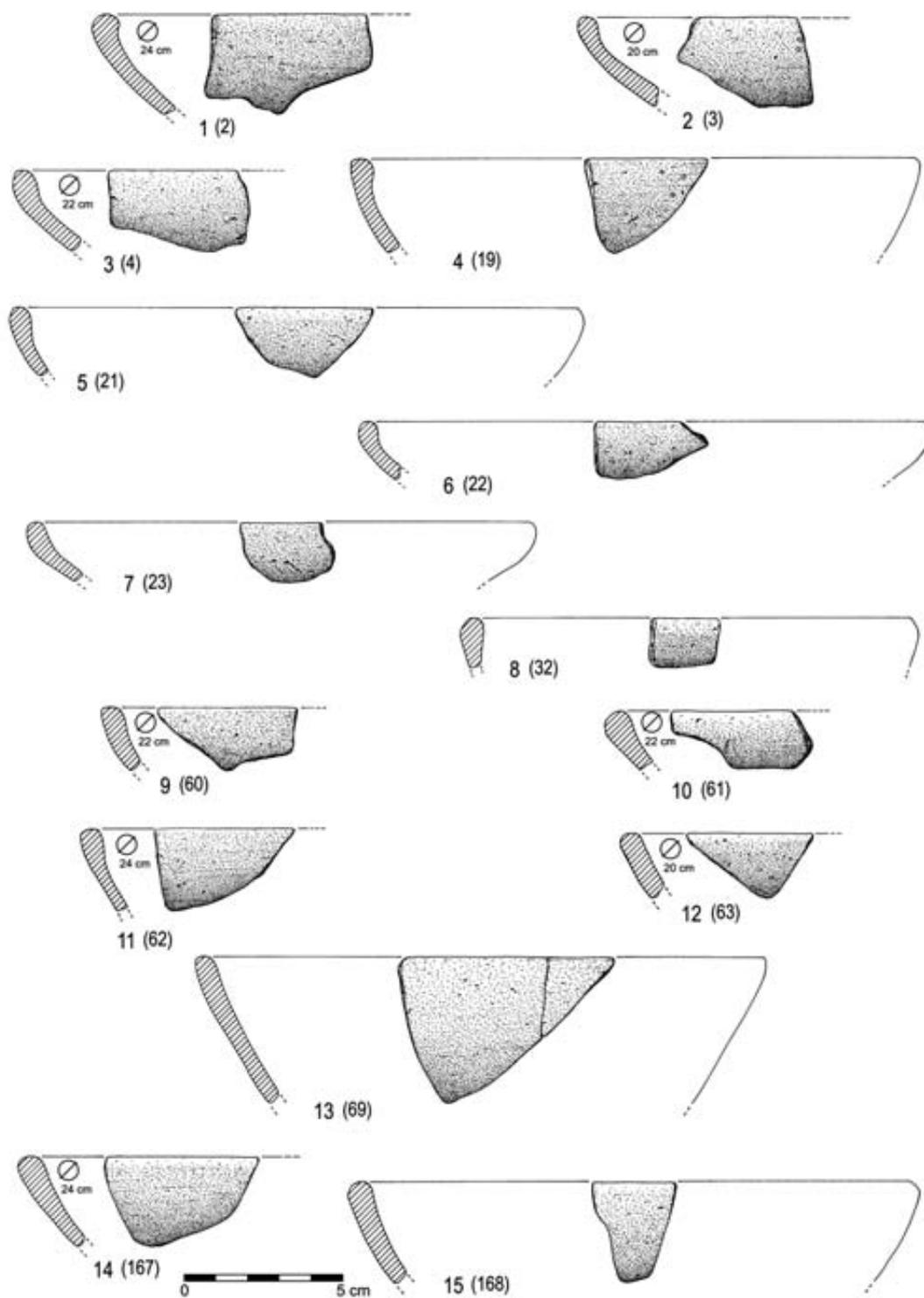


Fig. 28 – Outurela I. Cerâmica comum.

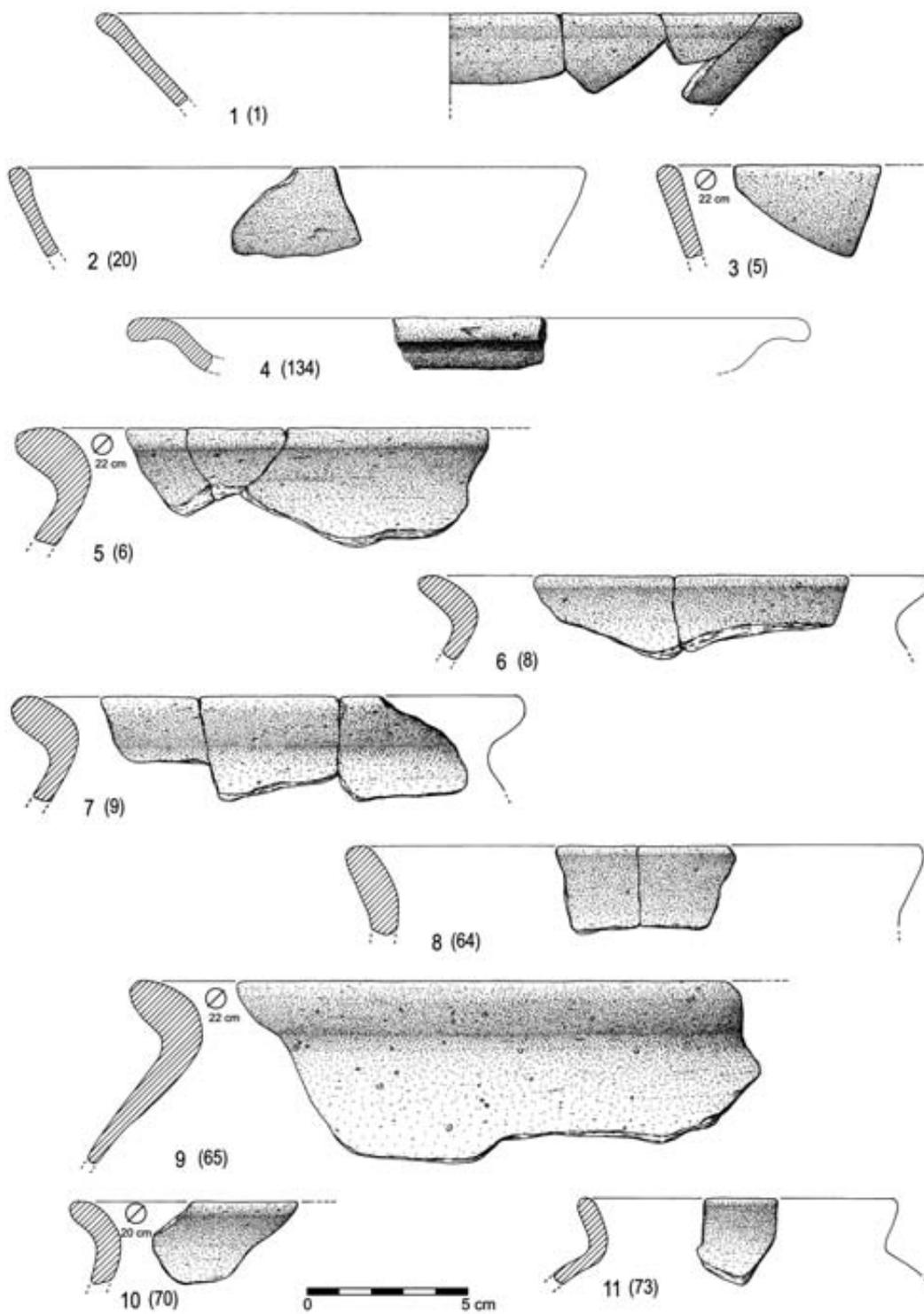


Fig. 29 - Outurela I. Cerâmica comum.

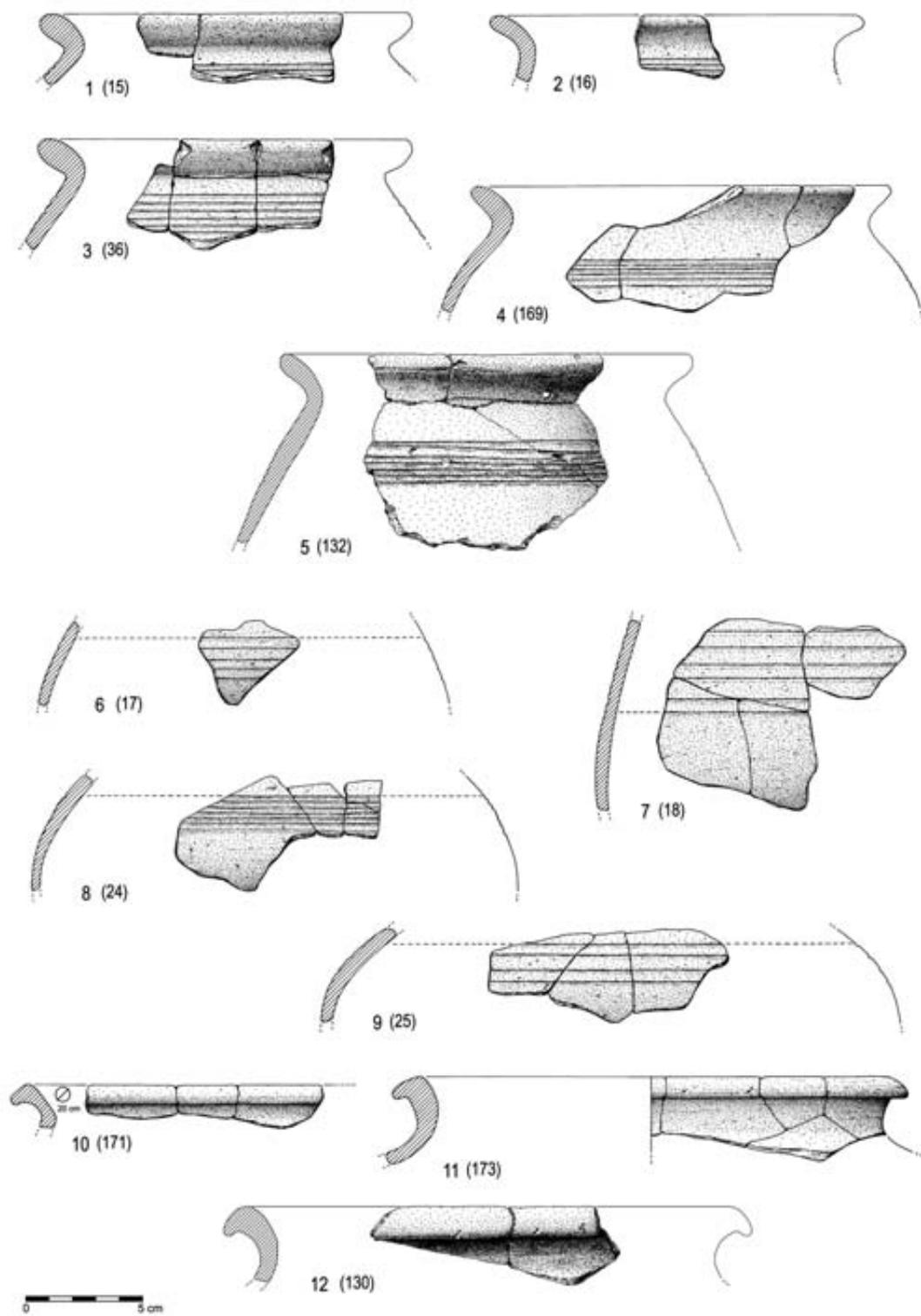


Fig. 30 – Outurela I. Cerâmica comum.

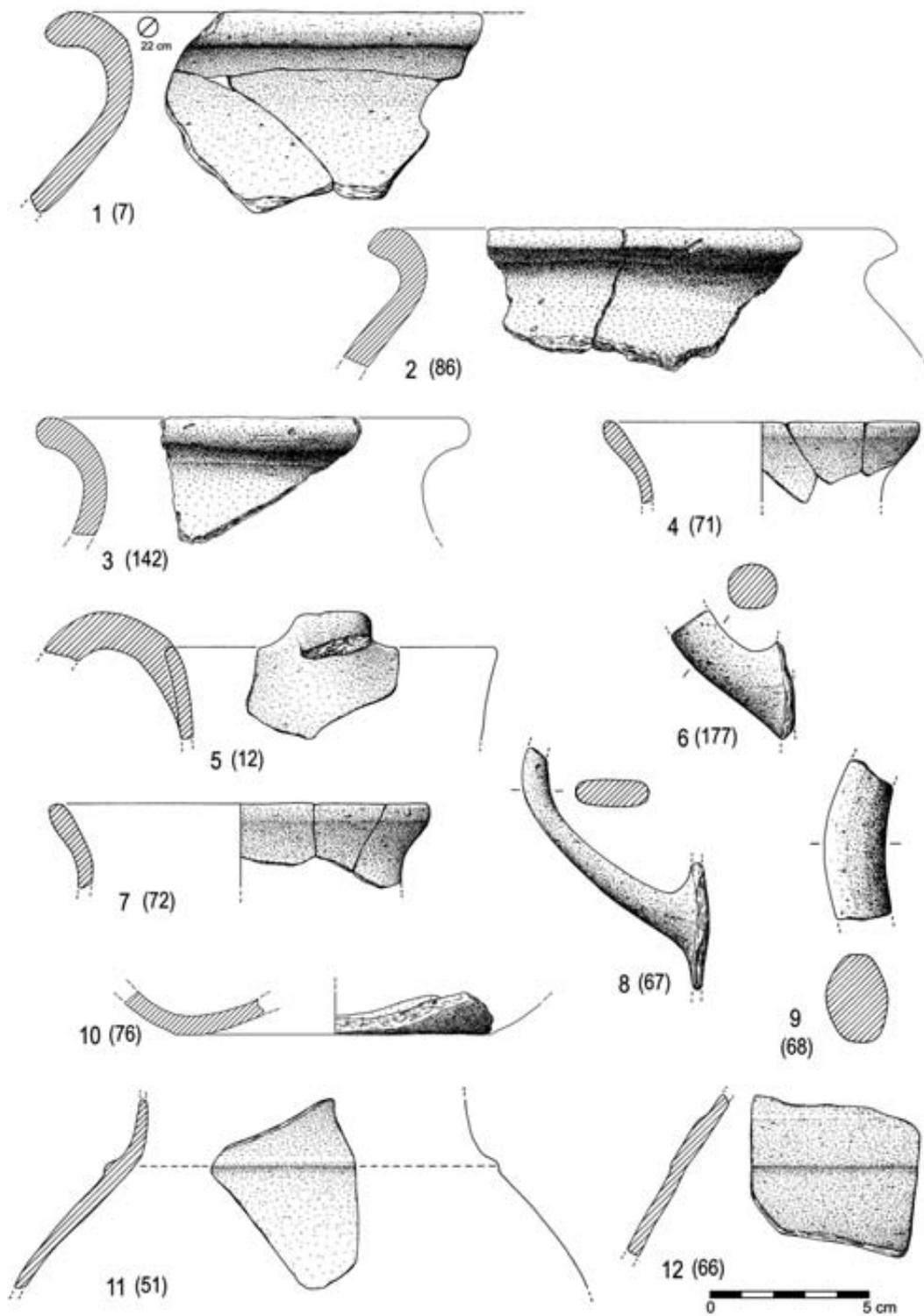


Fig. 31 - Outurela I. Cerâmica comum.

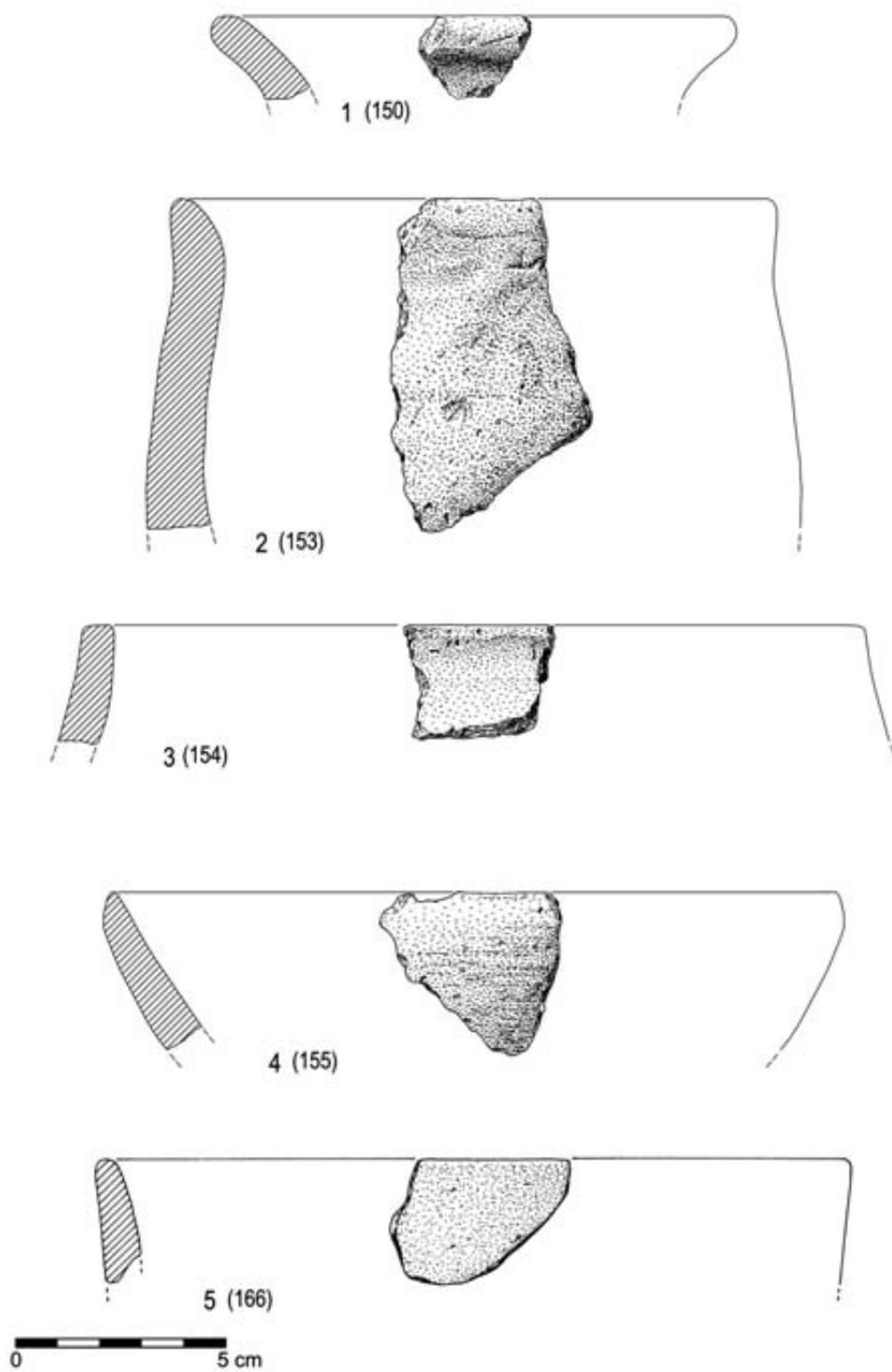


Fig. 32 - Outurela I. Cerâmica manual.

3.1.2 – Outurela II

O conjunto cerâmico recolhido em Outurela II é mais reduzido que o anterior, somando apenas 111 exemplares (81 NMI), apresentando, contudo, a mesma diversidade ao nível das categorias cerâmicas (ânforas – 2,47%, cerâmica de engobe vermelho – 1,23%, cerâmica cinzenta – 29,63%, cerâmica comum – 65,43%, cerâmica manual – 1,23%).

As **ânforas** estão representadas por cinco fragmentos (2 NMI), integrando exclusivamente as produções da área do Tejo. Os dois exemplares que permitiram uma classificação tipológica (Fig. 33, n.º inv. 29, 41) cabem-se no Tipo 4 do estuário do Tejo, que, como já foi referido, corresponde a uma morfologia típica da segunda metade do 1.º milénio a.C. (SOUSA & PIMENTA, 2014). Os restantes consistem em pequenos fragmentos de asa, exibindo uma secção circular (dois exemplares, Fig. 33 n.º inv. 38) ou oval com sulco na zona externa (um exemplar, Fig. 33, n.º inv. 39).

Tal como em Outurela I, a **cerâmica de engobe vermelho** está representada apenas por um exemplar (1 NMI, Fig. 33, n.º inv. 55), que corresponde a um prato de bordo aplanado do tipo 3Aa da Rua dos Correeiros (SOUSA, 2014, p. 121-122), com vestígios de engobe na superfície interna. Também neste caso, as características do fabrico se enquadram no Grupo I da Rua dos Correeiros.

A **cerâmica cinzenta** continua a ser a mais expressiva na categoria do serviço de mesa, contando com 30 fragmentos (24 NMI), dos quais quatro (4 NMI) não permitiram uma classificação precisa. Os fabricos identificados são idênticos aos de Outurela I (Grupos II e III da Rua dos Correeiros).

As tigelas de perfil hemisférico da variante 1Aa não estão tão bem representadas como no caso anterior, totalizando apenas cinco exemplares (6 NMI, Fig. 33, n.º inv. 48, 50, 57, 107), seguindo-se as de paredes mais rectilíneas da variante 1Ab (3 NMI, Fig. 34, n.º inv. 106, 98, 108).

Os potes de pequena dimensão destinados ao consumo de líquidos são mais expressivos numericamente, tendo sido possível identificar as variantes 3Ab (1 NMI, Fig. 34, n.º inv. 5) e, sobretudo, a 3Ba (9 NMI, Fig. 34, n.º inv. 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 37, 102). Destaca-se ainda a presença de um outro fragmento de bordo que se integra, muito provavelmente, na série 4 da Rua dos Correeiros, não tendo sido possível determinar uma variante concreta devido ao seu estado de fragmentação (1 NMI, Fig. 34, n.º inv. 9).

Entre a cerâmica cinzenta de Outurela II, contam-se ainda seis fragmentos de fundo, cinco de perfil convexo (Fig. 35, n.º inv. 34, 35, 36) e um plano, com pé destacado.

A **cerâmica comum** é, uma vez mais, a categoria mais abundante, com 73 fragmentos (53 NMI), cinco dos quais (5 NMI) não permitiram uma classificação tipológica. As características de fabrico ajustam-se a dois dos grupos definidos para a Rua dos Correeiros (Grupo I e Grupo III). Um único exemplar (Fig. 36, n.º inv. 12) apresenta uma pasta mais grosseira e pouco cuidada ao nível das superfícies, podendo eventualmente corresponder a uma produção local.

Entre o grupo das tigelas, as de perfil hemisférico (variante 1Aa) são maioritárias (10 NMI, Fig. 35, n.º inv. 13, 14, 11, 10, 52, 54, 56), seguindo-se as da variante 1Ac (2 NMI, Fig. 36, n.º inv. 19, 101). Tal como em Outurela I, um único exemplar permite a sua integração na variante 1Bd (1 NMI, Fig. 36, n.º inv. 12).

Entre as formas fechadas, a variante 10Aa é maioritária, com 15 exemplares (15 NMI, Fig. 36, n.º inv. 58, 33, 28, 42, 24, 25, 40, 44, 47, 100). Da sub-variante 10Aa.1, decorada com caneluras na parte superior do corpo, identificou-se apenas um bordo (1 NMI, Fig. 36 n.º inv. 16), apesar de três outros fragmentos de parede pertencerem também a este sub-tipo (Fig. 36, n.º inv. 15, 20, 111). Uma vez mais, é possível observar a predominância do grupo de fabrico III estabelecido para a Rua dos Correeiros para esta forma.

Outras variantes de potes e/ou panelas estão também representados, concretamente a variante 10Ba (3 NMI, Fig. 37, n.º inv. 27, 30), 10Bb (8 NMI, Fig. 37, n.º inv. 21, 22, 23, 43, 51, 99), a 10Ca (2 NMI, Fig. 37, n.º inv. 26, 32) e a 10Cb (1 NMI, Fig. 37, n.º inv. 31).

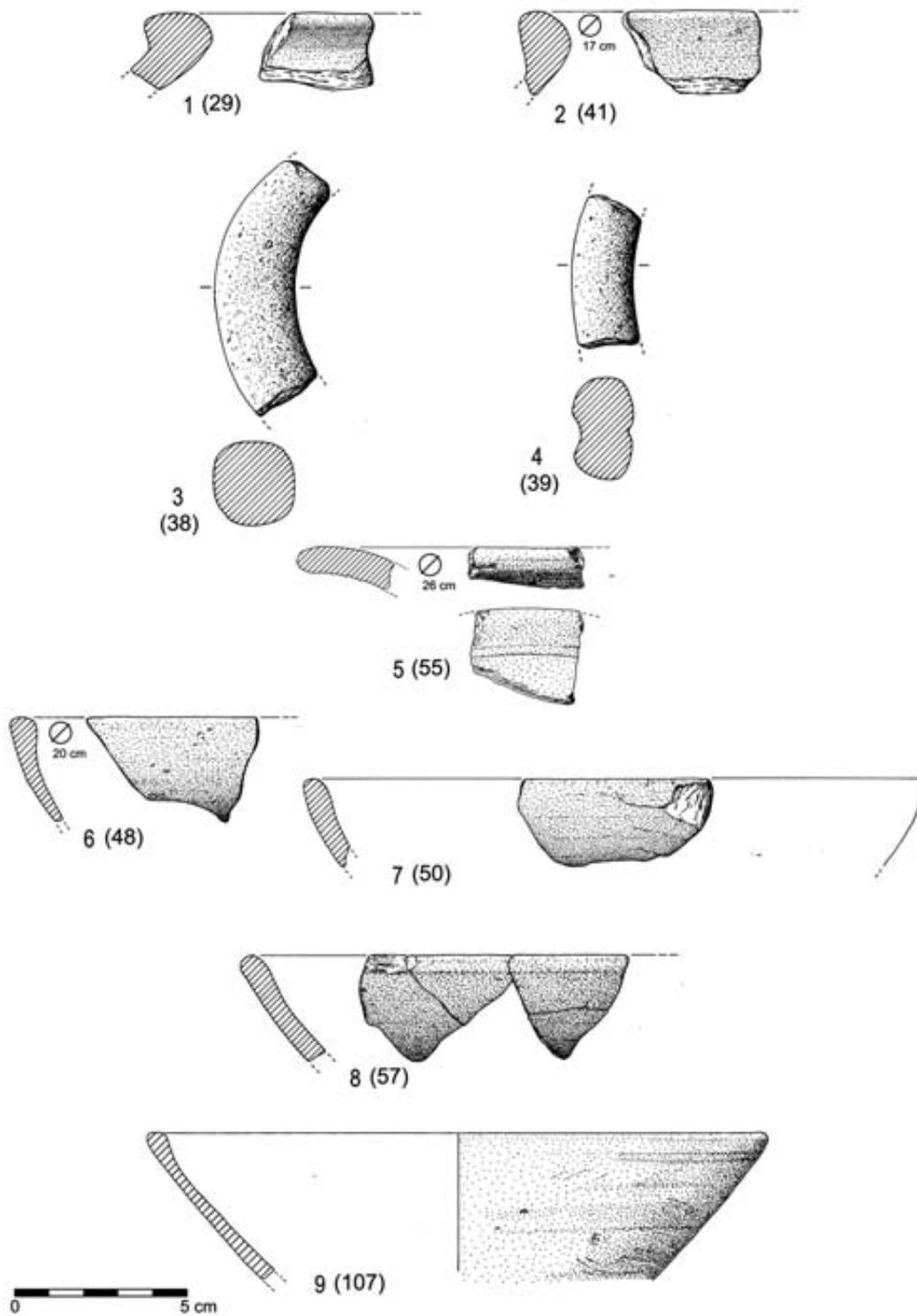


Fig. 33 – Outurela II. Cerâmicas cinzentas, exceptuando-se o exemplar com o n.º inv. 55, produção de engobe vermelho.

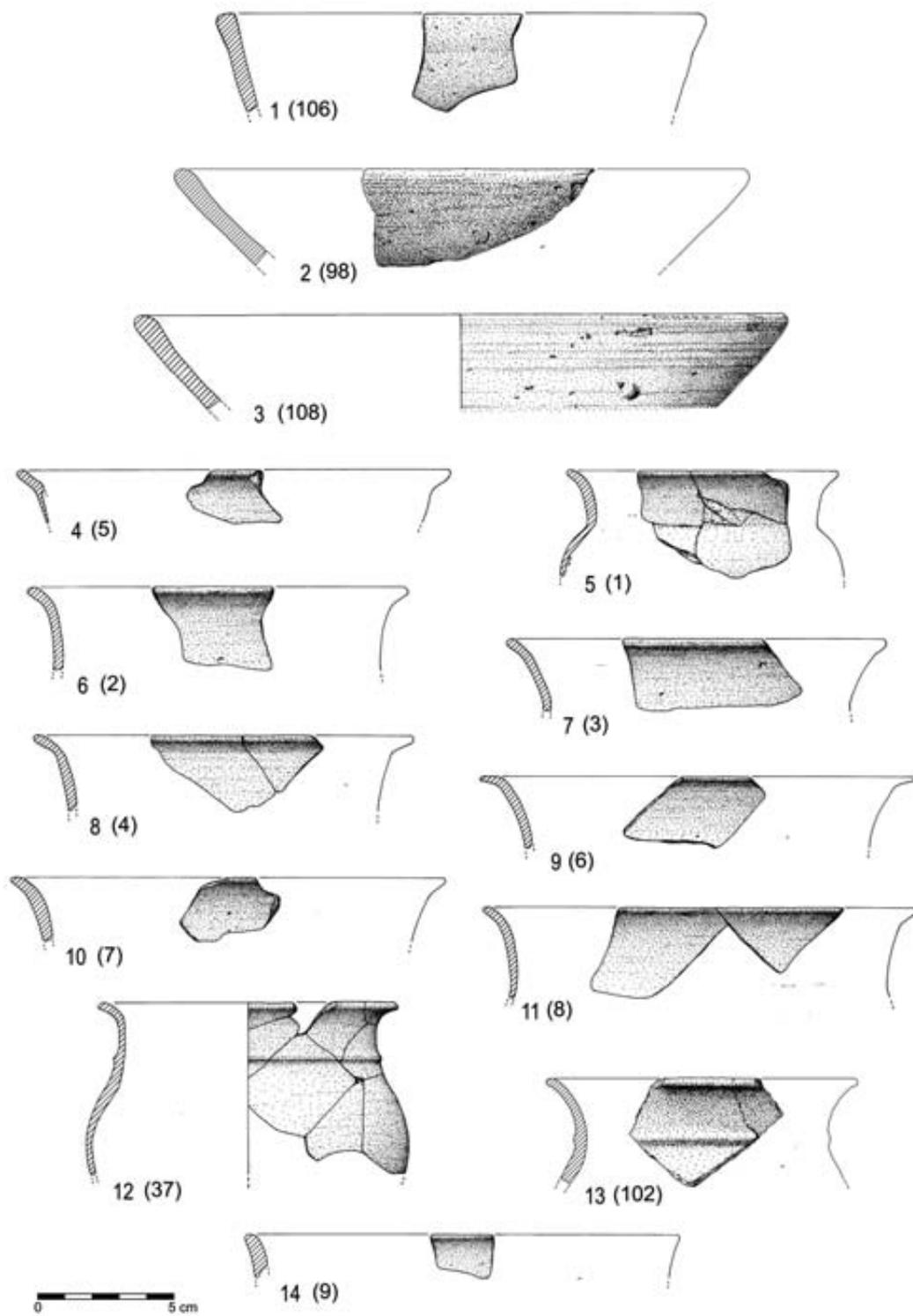


Fig. 34 - Outurela II. Cerâmicas cinzentas.

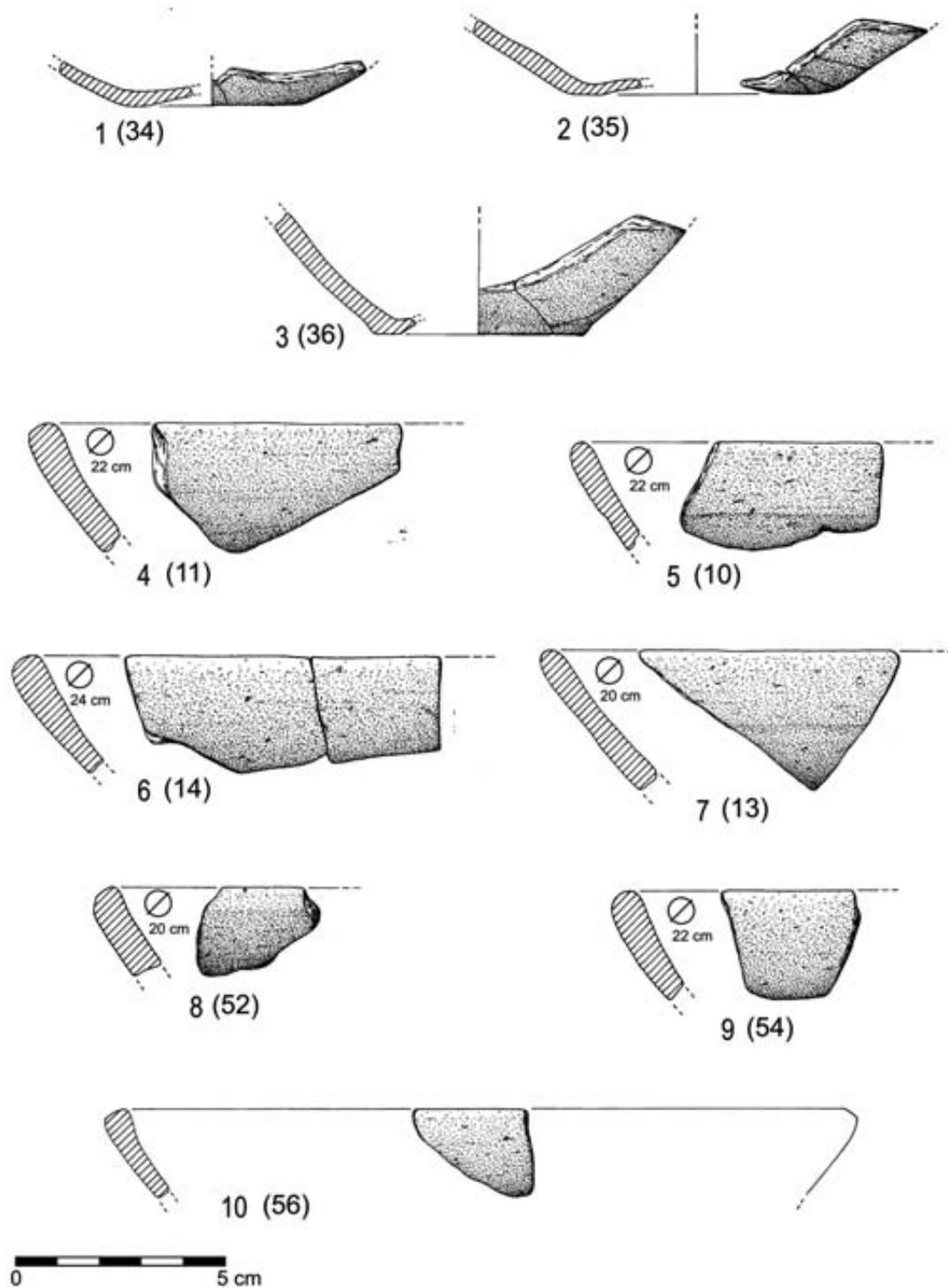


Fig. 35 – Outurela II. Cerâmicas cinzentas (n.º inv. 34, 35 e 36) e comum (as restantes).

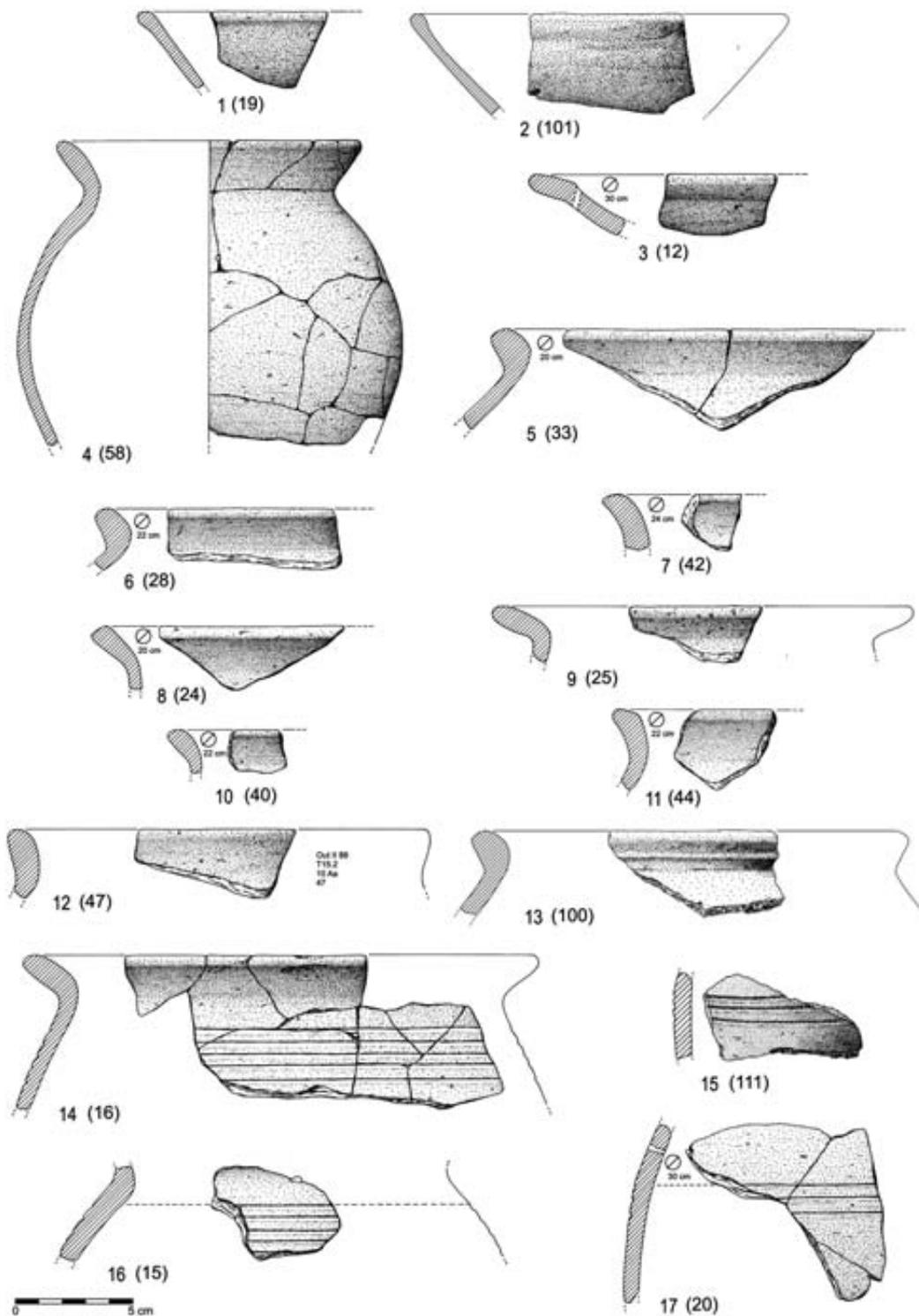


Fig. 36 – Outurela II. Cerâmica comum.

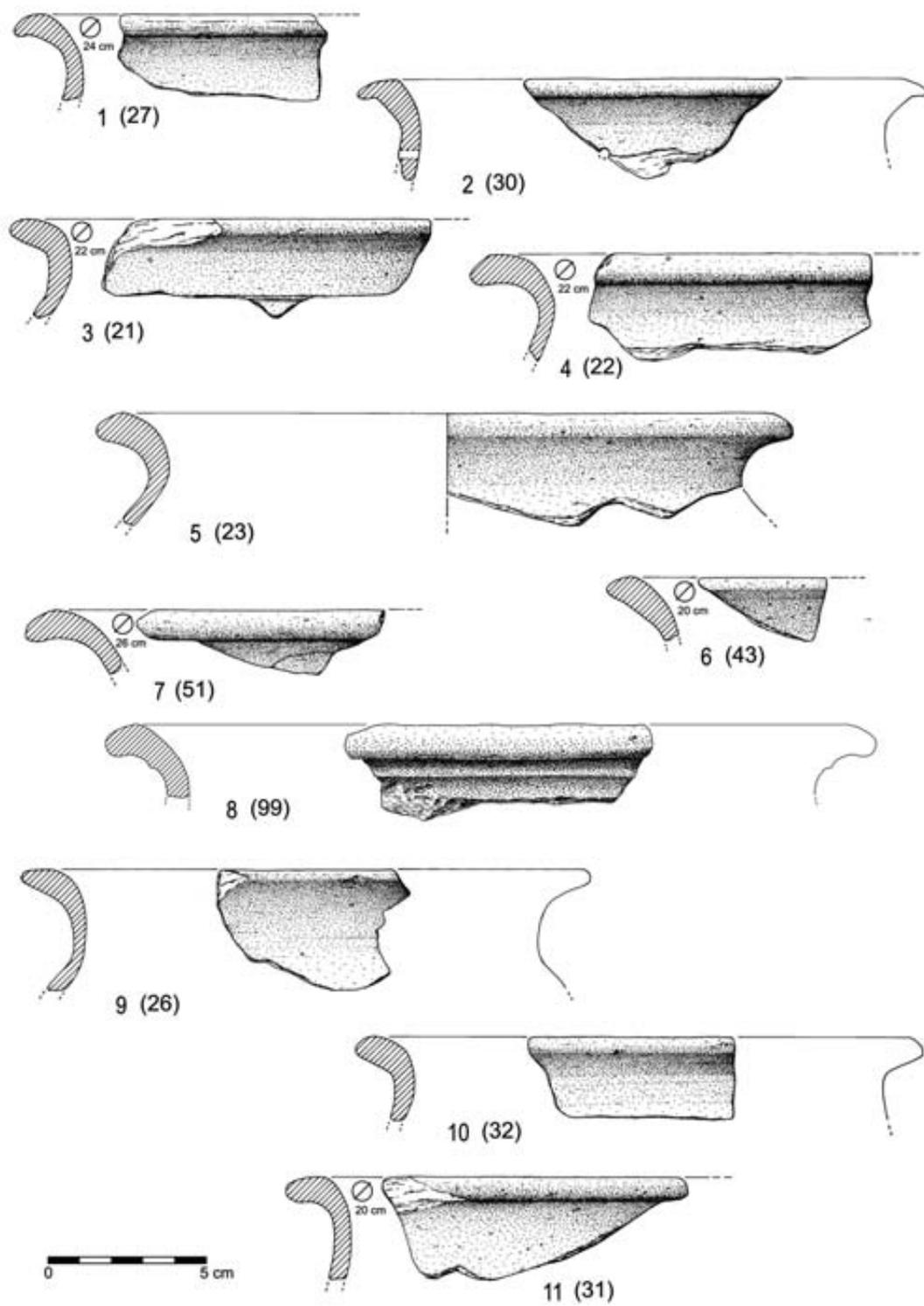


Fig. 37 - Outurela II. Cerâmica comum.

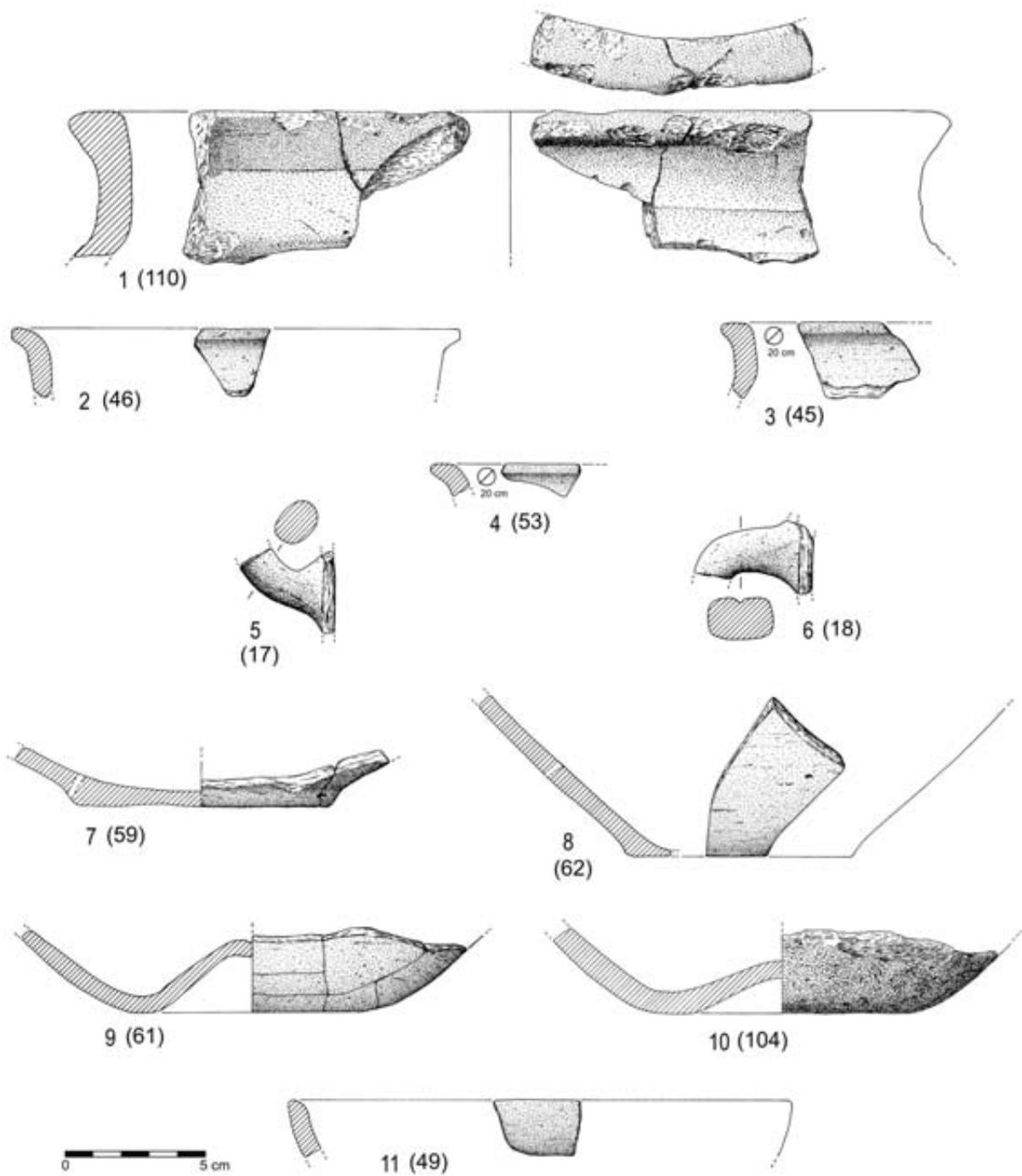


Fig. 38 – Outurela II. Cerâmica manual (n.º inv. 49) e comum (as restantes).

Deve ainda referir-se a identificação de cinco bordos (5 NMI, Fig. 38, n.º inv. 45, 46, 53, 110) que exibem características morfológicas um pouco mais arcaicas, podendo ainda integrar-se na categoria dos *pithoi*. Com efeito, uma destas peças, que infelizmente não permitiu uma representação gráfica, exhibe ainda o arranque da asa, de secção ovalada, que parte do bordo, enquanto a maioria dos restantes mostram perfis que se enquadram nas variantes mais evolucionadas desta forma (Fig. 38, n.º inv. 45, 46, 53). A presença destes materiais pode ser interpretada num quadro de maior antiguidade de Outurela II, podendo remontar ainda à segunda metade do séc. VI a.C., situação que se verificou também em outros núcleos da Península de Lisboa, como é o caso de Baútas, Moinhos do Filipinho, Casal de Vila Chã Sul e Santa Eufémia (SOUSA, 2014).

O conjunto de cerâmica comum de Outurela II conta ainda com quatro fragmentos de asa, de secção circular (3 fragmentos, Fig. 38, n.º inv. 17) e oval com um pequeno sulco externo (1 fragmento, Fig. 38, n.º inv. 18), e com 13 fragmentos de fundo de plano, com pé destacado (4 fragmentos, Fig. 37, n.º inv. 59, 62), convexo de pé também destacado (1 fragmento) e em ônfalo (8 fragmentos, Fig. 38, n.º inv. 61, 104).

A **cerâmica manual** é menos expressiva do que em Outurela I, estando representada por um único fragmento (1 NMI, Fig. 38, n.º inv. 49), que corresponde a uma tigela de perfil aparentemente hemisférico. As características do seu fabrico são idênticas às de Outurela I, evidenciando um fabrico local.

3.2 – Objectos metálicos

De Outurela I provém fíbula anular hispânica, de bronze, com um diâmetro de 4,1 cm, pertencendo ao grupo das de dimensão média (Fig. 39). Conserva ainda o aro, de secção circular, o arco e o fuzilhão. A mola é bilateral e pouco desenvolvida (três espiras), de corda interior ao arco e oito espiras na zona de descanso. Integra o tipo Ponte 14 a (PONTE, 2006). A cronologia geralmente aceite para este tipo de fíbulas situa-se entre os finais do século VI e o início do século IV a.C. Este tipo de fíbula é frequente na região, estando presente em boa parte dos sítios desta cronologia, concretamente em Moinhos da Atalaia (PINTO & PARREIRA, 1978), Freiria (CARDOSO & ENCARNÇÃO, 2013) e em Lisboa, na Rua dos Correeiros (SOUSA, 2014).

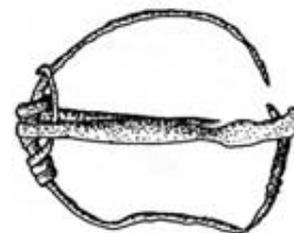


Fig. 39 – Fíbula anular hispânica.
Diâmetro máximo de 4 cm.

3.3 – Materiais líticos

Os materiais recolhidos correspondem a utilizações ocasionais, exceptuando os dois elementos de mós manuais de Outurela II, que evidenciam a existência de uma economia cerealífera, cuja importância seria por certo superior à representada pelos dois pequenos fragmentos encontrados.

3.3.1 – Outurela I

Dois seixos de quartzito desprovidos de afeiçoamento podem ter sido utilizados como acumuladores de calor, associados a estruturas de combustão. Porém, na única reconhecida, não foi identificada nenhuma peça deste tipo.

3.3.2 – Outurela II

Dois seixos de basalto, fracturados transversalmente, poderão ter sido utilizados como elementos acumuladores de calor, à semelhança dos dois recolhidos em Outurela I.

Um seixo de quartzito, achatado, possui vários levantamentos de lasca, sub-horizontais, podendo corresponder a um núcleo paleolítico reaproveitado.

Recolheram-se ainda dois fragmentos de mós manuais, ambos de arenito silicioso. Um deles pertence ao dormente, com superfície de trabalho aplanada.

3.4 – Restos faunísticos

São residuais os restos faunísticos recuperados, contrastando, por exemplo, com a realidade evidenciada na estação do Bronze Final da Tapada da Ajuda, implantada, tal como estas, em terrenos do “Complexo Vulcânico de Lisboa”. Desta forma, a sua escassez não poderá ser atribuída a circunstâncias pós-deposicionais, relacionadas com a geoquímica dos terrenos.

3.4.1 – Outurela I

Dois fragmentos de dentes jugais, um deles atribuível a esquirola de dente superior de *Ovis aries/Capra hircus*, correspondendo o outro a lobo de um M/1-2 de *Bos taurus* de pequenas dimensões, com desgaste forte, são os únicos elementos classificáveis recolhidos.

3.4.2 – Outurela II

Apenas foi possível classificar três fragmentos ósseos, todos eles pertencentes *Ovis aries/Capra hircus*; trata-se de um fragmento de M – 3, de uma porção distal de húmero, conservando parte da superfície articular com o rádio, e de uma primeira falange inteiramente escurecida pela acção do calor.

4 – INTEGRAÇÃO CULTURAL

Outurela I e II são sítios paradigmáticos para o estudo da ocupação humana do estuário do Tejo durante a segunda metade do 1.º milénio a.C. As características da sua implantação, em encostas suaves, pouco destacadas na paisagem, e com visibilidade limitada sobre a área envolvente (CARDOSO & CARREIRA, 1993, p. 202) correspondem a um modelo de povoamento rural que se desenvolve, de forma exponencial, a partir de momentos avançados do século VI a.C. e, sobretudo, no século V a.C.

Com efeito, foi a partir dessa época que se assistiu a uma autêntica eclosão desta rede de pequenos núcleos populacionais em todo o sul da Península de Lisboa, da qual fazem parte sítios como Moinhos da Atalaia, Moinhos do Filipinho, Casal de Vila Chã Sul e Fiat-Alfragide, na Amadora (SOUSA, 2014), Freiria, em Cascais (CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 2013), a Sepultura do Rei Mouro, em Sintra (SOUSA, 2014), Gamelas 3 (CARDOSO & SILVA, 2013) e Leião (CARDOSO *et al.*, 2010-2011), em Oeiras, ainda que neste último caso a cronologia possa recuar ligeiramente.

Na origem desta situação, terão estado as transformações que ocorreram na foz estuário do Tejo a partir de finais do século VI a.C. Refira-se, a propósito, que a mesma realidade pode ser também rastreada na maior parte das áreas do sul peninsular tocadas pela colonização fenícia, como é o caso da Andaluzia, da Extremadura espanhola e da área ibérica, e expressou-se em todas as regiões por evidentes regionalismos na produção cerâmica.

No litoral centro-atlântico da Península Ibérica, observa-se, a partir de meados do 1.º milénio a.C., a uma profunda reorganização do povoamento que, durante os séculos anteriores, se concentrava sobretudo nas áreas ribeirinhas do estuário, com o surgimento de sítios de altura, bem destacados na paisagem.

É o caso de Lisboa e do Almaraz (Almada), cujas fundações remontam ao final do século VIII/inícios do VII a.C., mas permaneceram ocupados durante toda a segunda metade do 1.º milénio a.C., sendo assim coevos dos pequenos sítios do *hinterland*. Retomou-se assim, de algum modo, um modelo de povoamento registado no Bronze Final (CARDOSO, 1995, 1996) que foi aparentemente abandonado no início da Idade do Ferro.

Paralelamente à reocupação das terras férteis do chamado “Complexo Vulcânico de Lisboa”, feita de pequenos sítios dispersos, observa-se uma significativa alteração do repertório formal de praticamente todas as categorias cerâmicas, que vai adquirir, a partir desta fase, características marcadamente regionais (SOUSA, 2014).

A análise dos repertórios cerâmicos dos sítios rurais revela coincidências artefactuais que vão além da mera similitude morfológica, envolvendo também especificidades de fabrico que estão bem documentadas quer na baixa lisboeta (SOUSA, 2014, p. 280) quer em Outurela I e II. Infelizmente, para Almaraz não há ainda informação suficiente para abordar a ocupação humana na 2.^a Idade do Ferro, ainda que alguns dados, nomeadamente das ânforas (BARROS & SOARES, 2004), da cerâmica de engobe vermelho (BARROS, CARDOSO & SABROSA, 1993) e da cinzenta (HENRIQUES, 2006), apontem no mesmo sentido. A existência de sítios abertos, de características rurais, no mesmo espaço geográfico e coevos da ocupação da 2.^a Idade do Ferro de Almaraz, estão representados por diversas ocorrências, como a da Quinta da Torre (CARDOSO & CARREIRA, 1997-1998).

Mais difícil é interpretar o real significado desta rede de sítios rurais no contexto regional. A sua vocação agro-pastoril parece indiscutível, não sendo, contudo, claro se a produção se destinava, mesmo que parcialmente, ao abastecimento dos povoados de maiores dimensões, ou, pelo contrário, se inscrevia numa lógica de auto-subsistência. Se admitirmos esta última situação, teremos, necessariamente, que associar este incremento do povoamento rural no sul da Península de Lisboa a pressões demográficas ocorridas nos grandes núcleos urbanos da foz do estuário, materializando-se uma realidade que foi já denominada de “colonização interna” (ARRUDA, 2005). Qualquer das hipóteses esbarra, contudo, na ausência de dados concretos que permitam compreender, de forma mais detalhada, a evolução urbana de Lisboa e de Almaraz, no decorrer da 2.^a metade do 1.^o milénio a.C. No entanto, importa ter presente o facto de os elementos recolhidos nas escavações de emergência que têm decorrido no subsolo de Lisboa terem evidenciado assinalável densidade de ocupação nas encostas sul e oeste da colina do castelo de São Jorge durante o século V a.C., momento em que o povoado atingiu a sua maior extensão (SOUSA, 2014, p. 38). Tal evidência pode traduzir um aumento considerável da área ocupada e, deste modo, o da população residente, o que, no entanto, não chega para validar qualquer uma das duas hipóteses acima enunciadas. Com efeito, se o aumento da população residente na urbe lisboeta pode ter provocado uma expansão para os espaços rurais, com a conseqüente auto-suficiência das comunidades que ali se fixaram, também não é menos provável que o referido aumento populacional tenha provocado uma maior necessidade de bens alimentares, com a conseqüente procura e abastecimento a partir das áreas rurais periféricas. Deste modo, impõe-se uma terceira alternativa, conferindo a estes pequenos sítios rurais características auto-suficientes, permitindo, além disso, com produtos agro-pecuários ali produzidos, o abastecimento de povoados de maiores dimensões, como os acima referidos, podendo encontrar-se com estes funcionalmente relacionados.

Porém, este modelo, de evidentes contornos processualistas (povoados da margem, de grande dimensão e forte densidade populacional a serem responsáveis pela fundação programada dos pequenos sítios de planície no *hinterland*, que os abasteciam de produtos alimentares), que já foi defendido em ocasiões diversas, e separadamente, pelos três autores destas linhas (CARDOSO, 1990, 2004; ARRUDA, 1999-2000; 2005; SOUSA, 2013, 2014), parece excessivamente reducionista e pode não estar absolutamente adequado à realidade. Com efeito, esta disseminação do povoamento em âmbito rural em meados do 1.^o milénio a.C. é, como já antes referimos, recorrente em várias áreas da Península Ibérica, nomeadamente no Alentejo e na Extremadura espanhola, não podendo ser defendido, para a grande maioria destas situações, uma ligação à produção agrícola ou à actividade agro-pecuária, pelo menos no sentido de que estas serviam para abastecer centros políticos e administrativos urbanos, mesmo que os sítios se possam considerar rurais. De facto, os modelos Centro/Periferia podem também não serem aplicáveis no caso da Península de Lisboa, parecendo importante recordar aqui que a dicotomia cidade/campo deve ser tomada em consideração nesta análise. Até porque em alguns destes sítios rurais, alguns espólios podem considerar-se de excepção, como é o caso de Freiria (CARDOSO & ENCARNÇÃO, 2013), com artefactos de pastas vítreas e sobretudo o fecho de cinturão e o punho de espeto a evidenciar população não inteiramente compatível com meros agricultores e pastores. Ainda assim, a estreita relação entre os diversos sítios, quer entre os rurais entre si, quer entre estes e os

“urbanos”, como Lisboa, é, evidentemente, inquestionável. Assim, e de acordo com as considerações anteriores, é possível admitir que as conexões entre os sítios “rurais” e “urbanos” do Sul da Península de Lisboa se enquadrem mais em modelos de coordenação do que propriamente de subordinação. Tratava-se, de facto, de acções programadas, de forma a que certas actividades saíssem da esfera urbana propriamente dita.

5 – CONCLUSÕES

Os elementos reunidos em Outurela I e II colocam algumas questões quer quanto à sua natureza, quer no que se refere à relação funcional existente entre ambas, já que o seu significado funcional, visto num quadro geográfico mais alargado, foi matéria discutida no capítulo anterior.

A proximidade entre ambos os locais, separados por apenas 500 m, obriga a considerar a possibilidade de se tratar de um único sítio. Contudo a discrepância cronológica, pelo menos parcial, existente entre ambos deve ser tomada em consideração.

Tendo presentes as informações carreadas pelos materiais arqueológicos agora estudados com detalhe, poderia admitir-se que Outurela II corresponderia ao núcleo primigénio, cuja fundação remontaria a momentos avançados do século VI a.C. E se esta tipologia de sítios correspondesse, efectivamente, a núcleos de carácter familiar, é admissível supor que, durante o séc. V a.C., o alargamento do círculo doméstico justificou a construção de um outro edifício em Outurela I. Uma segunda possibilidade pode, no entanto, ser colocada: no século V a.C., todo o núcleo familiar ter-se-ia transferido para a área de Outurela I por motivos que não podemos intuir, ainda que possam estar relacionados com o declínio das frágeis estruturas habitacionais ali identificadas.

De facto, enquanto Outurela II oferece alguns materiais de cronologia mais antiga (vasos afins de *pithos*), que podem recuar até à segunda metade do século VI a.C., em Outurela I esses elementos estão ausentes havendo, em contrapartida, materiais de cronologias mais tardias, como é o caso do conjunto de pratos de cerâmica cinzenta, que remetem para momentos avançados do século IV a.C.

Do ponto de vista da economia alimentar, e sem prejuízo das considerações atrás apresentadas quanto ao significado destes sítios no espaço geográfico da região ribeirinha do estuário do Tejo, importa referir que, no conjunto, se encontram documentadas a produção de cereais e a respectiva farinhação, bem como a presença de animais domésticos, bovinos e ovino/caprinos. A escassez de restos faunísticos pode ser explicada pela carne se poder destinar essencialmente a um consumo não local, sem esquecer que se escavaram espaços domésticos, de onde o lixo seria recorrentemente evacuado, pelo que a raridade daqueles restos pode ser assim em parte explicada. Já a raridade dos elementos de farinhação poderá sugerir, ao contrário do que acontecia no Bronze Final, uma actividade agro-pecuária não centrada na cerealicultura.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona: Publicaciones del Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra (Cuadernos de Arqueología Mediterránea, n.ºs 5-6).
- ARRUDA, A. M. (2005) – O 1.º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 3, p. 9-156.
- BARROS, L. & SOARES, A. M. (2004) – Cronologia absoluta para a ocupação orientalizante da Quinta do Almaraz, no estuário do Tejo (Almada, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 22, p. 333-352.

- BARROS, L.; CARDOSO, J. L. & SABROSA, A. (1993) – Fenícios na margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado de Almaraz – Almada. *Estudos Orientais*. Lisboa, 4, p. 143-181.
- CARDOSO, G. & ENCARNÇÃO, J. (2013) – O povoamento pré-romano de Freiria – Cascais. *Cira*. Vila Franca de Xira, 2, p. 133-180.
- CARDOSO, J. L. (1987) – No estuário do Tejo, do Paleolítico à Idade do Ferro. In: *Arqueologia no vale do Tejo*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, p. 69-81.
- CARDOSO, J. L. (1990) – A presença oriental no povoamento da I Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo. *Estudos Orientais*. Lisboa, 1, p. 119-134.
- CARDOSO, J. L. (1995) – O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga*. Coimbra, 34, p. 33-74.
- CARDOSO, J. L. (1996 a) – O povoamento no Bronze Final e na Idade do Ferro na região de Lisboa. In: *De Ulisses a Viriato, o primeiro milénio a. C. Catálogo da exposição realizada no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1996)*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 73-81.
- CARDOSO, J. L. (1996 b) – Comentário ao sítio arqueológico de Outurela (Oeiras). In: *Lisboa subterrânea. Catálogo da Exposição realizada no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa. Capital Europeia da Cultura/94)*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 206.
- CARDOSO, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura, dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 12).
- CARDOSO, J. L. (2011) – *Arqueologia do concelho de Oeiras do Paleolítico Inferior arcaico ao século XVIII*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1993) – Le Bronze Final et le début de l'Âge du Fer dans la région riveraine de l'estuaire du Tage. *I Congresso Mediterrânico de Etnologia Histórica (Lisboa, 1991)*. Actas. *Mediterrâneo*. Lisboa, 2, p. 193-206. De col. com J. R. Carreira.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1997-1998) – A ocupação de época púnica da Quinta da Torre (Almada). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 7, p. 189-217.
- CARDOSO, J. L. & SILVA, C. T. (2013) – O casal agrícola da Idade do Ferro de Gamelas 3 (Oeiras). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 5 (2), p. 353-398.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T.; MARTINS, F. & ANDRÉ, C. (2010-2011) – O casal agrícola da I Idade do Ferro de Leião (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 18, p. 75-102.
- HENRIQUES, S. (2006) – A cerâmica cinzenta da Idade do Ferro da Quinta do Almaraz (Almada, Cacilhas). Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1 volume. Edição policopiada.
- PINTO, C. V. & PARREIRA, R. (1978) – Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a norte do estuário do Tejo. *III Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1977)*. Actas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 147-163.
- PONTE, S. da (2006) – *Corpus signorum das fibulas proto-históricas e romanas de Portugal*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- RAMON TORRES, J. (1995) – *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo central e occidental*. Barcelona: Universitat.
- SOUSA, E. & PIMENTA, J. (2014) – A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. *Actas do II Congresso Internacional da SECAH*. Braga, p. 267-279.
- SOUSA, E. (2013) – A ocupação da foz do Estuário do Tejo em meados do I.º milénio a.C. *Cira*. Vila Franca de Xira, 2, p. 103-117.
- SOUSA, E. (2014) – *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*. Estudos e Memórias, 7. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

**A NECRÓPOLE DO OLIVAL DO SENHOR DOS MÁRTIRES
(ALCÁCER DO SAL). NOVOS ELEMENTOS PARA O SEU ESTUDO**

***THE NECROPOLIS OF OLIVAL DO SENHOR DOS MÁRTIRES
(ALCÁCER DO SAL, PORTUGAL). NEW DATA***

António Manuel Cavaleiro Paixão

(nota introdutória e organização de João Luís Cardoso)

Abstract

In this article we present a selection of the most relevant data that A. M. Cavaleiro Paixão presented in 1970 in his graduate thesis he defended at Faculdade de Letras de Lisboa (Lisbon Faculty of Letters) about his archaeological fieldwork at the Iron Age necropolis of Olival do Senhor dos Mártires.

This text was never published and 45 years later the important scientific interest of these excavations and its results remains and is even higher, due to the fact that in the last decades there has been an increasing knowledge of the Iron Age necropolis in southern Iberian Peninsula.

Although the necropolis area excavated between 1966 and 1968 was small, the importance of the identified incineration graves and the recovered archaeological remains, carefully registered and characterized give to this work a major importance to the study of Iron Age, both in the Portuguese territory, as in southern Iberian peninsula.

This necropolis was first excavated during late 19th century and can be dated from the 7th to the 4th century BC, with influences from hinterland and Mediterranean as Cavaleiro Paixão already mentioned in his graduate thesis.

Keywords: Alcácer do Sal, Cavaleiro Paixão, incineration graves, Iron Age, Portugal.

NOTA INTRODUTÓRIA

1 – Este trabalho corresponde à publicação de parte da tese de Licenciatura em Ciências Históricas apresentada por António Manuel Cavaleiro Paixão à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1970, perante um júri constituído pelos Professores Virgínia Rau, Jorge Borges de Macedo e Fernando de Almeida.

Falecido o Dr. António Cavaleiro Paixão no final da Primavera de 2014, após doença incapacitante que o prostrou nos últimos dez anos de vida, impunha-se criação de condições para a publicação deste estudo, cuja razão imediata da sua existência reside na certeza de que não se poderia adiar por mais tempo a disponibilização alargada dos notáveis resultados nele contidos, cumprindo-se assim, também, o desejo da Dr. Judite Cavaleiro Paixão, sua dedicada Esposa. Com efeito, apesar do notável interesse científico das escavações por ele realizadas na necrópole sadina, ainda como estudante, no decurso dos anos de 1966, 1967 e 1968, e não obstante o exemplar registo gráfico e descrição de cada uma das sepulturas então identificadas e dos respectivos espólios, 45 passados sobre a defesa da tese, a mesma aguardava a merecida publicação. Apenas foram

dados a conhecer os escaravinhos recuperados nas escavações (PAIXÃO, 1970), somando-se a publicação de outros, ulteriormente recolhidos nas escavações por si dirigidas na mesma necrópole em 1980 (PAIXÃO, 1983). Contudo, o trabalho publicado em 1970 não integra nenhum desenho ou fotografia das escavações e o de 1983 reproduz apenas a planta geral das sepulturas postas a descoberto em 1980, acompanhada da planta da sepultura que forneceu o novo exemplar de escaravinho (sepultura n.º 2). Anos depois, seguiu-se a publicação da planta da sepultura n.º 3, igualmente escavada em 1980 (PAIXÃO, 2001).

A partir do exemplar dactilografado conservado no Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, disponibilizado pela Doutora Ana Margarida Arruda, reproduziram-se as fotografias inseridas na tese, já que a Biblioteca da Faculdade de Letras de Lisboa, não conserva nenhum exemplar da mesma. Por sua vez, deve-se à gentileza da Dr.ª Fernanda Torquato, responsável pela Biblioteca da DGPC, o acesso ao exemplar fotocopiado ali existente, oriundo do fundo do Instituto Arqueológico Alemão, delegação de Lisboa. Ambos os exemplares se completam, porquanto o primeiro, possuindo embora as fotografias originais obtidas durante as escavações, não conserva alguns desenhos dos espólios arqueológicos reproduzidos, existentes apenas no exemplar da Biblioteca da DGPC. Deve-se ao empenho de Bernardo Lam Bruno Ferreira, desenhador de arqueologia do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras) o exigente trabalho de transformar peças desenhadas correspondentes a fotocópias de má qualidade, em originais susceptíveis de serem publicados.

2 – Da tese, foram seleccionados, para além do Prefácio e da historiografia da estação arqueológica, os resultados das escavações que o Dr. Cavaleiro Paixão empreendeu nas sepulturas de incineração da Idade do Ferro por si exploradas, seguindo-se o capítulo dedicado à caracterização do ritual funerário utilizado e, finalmente a transcrição, igualmente na íntegra, do capítulo final, onde se apresentam as principais conclusões obtidas. Deu-se, deste modo prioridade à publicação dos dados de observação directamente registados no terreno, os quais, pela sua natureza específica, mantinham intacta a originalidade e actualidade.

Não foram transcritas as partes da tese já ultrapassadas, como as respeitantes à discussão da tipologia das diversas categorias de artefactos exumados, bem como às comparações dos mesmos, por entretanto, no decurso destes últimos 45 anos, muitos outros trabalhos relevantes terem sido dados à estampa. Também não se transcreveram as considerações sobre o ritual da incineração, pelas mesmas razões, nem a descrição das intervenções no sector romano da necrópole sadina, por já ultrapassarem os objectivos previamente definidos desta publicação. Ao contrário, as conclusões foram transcritas na íntegra: embora já em parte desactualizadas graças aos recentes avanços dos conhecimentos sobre os primórdios da presença oriental para além das Colunas de Hércules, permitem ainda entrever o rigor e a profundidade da análise efectuada pelo então jovem e promissor arqueólogo, com base nos dados de observação por si recolhidos e na bibliografia a que teve acesso, em Portugal e no País vizinho. Com efeito, na época, não teria sido possível fazer melhor, denunciando o talento arqueológico do seu autor.

A transcrição efectuada do texto seguiu a ortografia original, e não atendeu a algumas anotações autógrafas, escritas à margem, observadas tanto no seu exemplar pessoal, consultado na Direcção Regional de Cultura de Évora, em Fevereiro de 2015, por cortesia do Dr. António Carlos Silva, como no exemplar fotocopiado pertencente à biblioteca da DGPC, que se admite ser cópia daquele. Procedeu-se, outrossim, à reprodução de quase todas as fotografias e desenhos relacionados com as escavações das sepulturas da Idade do Ferro então exploradas, e que bem evidenciam a excelência do trabalho de campo realizado.

Esta publicação constitui, pois, pela sua relevância ímpar, um serviço que se presta a todos os investigadores da Idade do Ferro da Península Ibérica, dado o seu evidente interesse científico, e um preito de homenagem à memória do Dr. António Cavaleiro Paixão, que só a sua modéstia e espírito perfeccionista terá impedido de lhe dar a merecida publicidade. Sabe-se que o mesmo acalentou a ideia de preparar sobre a célebre necrópole de Alcácer do Sal a sua tese de Doutoramento, com base nos trabalhos que ao longo dos anos ali dirigiu, o que terá justificado a não publicação dos resultados ali obtidos na década de 1960; mas os afazeres da sua vida profissional, somaram-se à prolongada doença que o atingiu nos dez últimos anos de vida, justificando o desfecho conhecido. Com feito, os dados de observação são de alta importância científica, situando-se sem favor entre os contributos mais relevantes para o conhecimento da arqueologia funerária da Idade do Ferro da Península Ibérica sendo, sem dúvida, os mais importantes dos até hoje identificados no território português. Uma súmula dos resultados obtidos nas sucessivas intervenções realizadas na necrópole sadina, desde os primórdios da sua investigação, no século XIX e, sobretudo, a caracterização do seu enquadramento arqueológico no contexto peninsular, acabada de publicar (GOMES, 2015), justifica plenamente aquela afirmação.

3 – Do Processo Individual, consultado pelo signatário na DGPC a 24 de Fevereiro de 2015, por deferência do Dr. José Pereira da Rosa, a quem cumpre agradecer, respiga-se a informação a seguir apresentada.

O Dr. António Manuel Cavaleiro Paixão nasceu a 23 de Abril de 1939 em Lisboa e desposou a 2 de Setembro de 1970 a Dr. Judite Cavaleiro Paixão, dedicada companheira de toda a sua vida, concluída a licenciatura em História, com 14 valores, a 29 de Julho do mesmo ano. Ainda como aluno finalista, estagiou na Secção de Pré-História do Centro de Estudos de Antropobiologia da Junta de Investigações do Ultramar entre 18 de Maio de 1970 e 31 de Dezembro de 1971, conforme declaração passada pelo seu então Director, o Dr. Miguel Ramos. A ligação à Arqueologia e ao referido arqueólogo remonta aos finais da década de 1950, pois já então tinha participado, com o mesmo, com Carl Harpsoe e outros companheiros, nas escavações da Lorga de Dine, e nas escavações realizadas na gruta de Ibne-Amar. Mais tarde, participou no levantamento das pinturas paleolíticas da gruta do Escoural, com o Padre Glory, falecido em brutal acidente de automóvel pouco tempo depois, bem como nas escavações do povoado fortificado do Zambujal. Os seus méritos não passaram despercebidos aos responsáveis pelas mesmas, Os Doutores Hermanfrid Schubart e Edward Sangmeister, o que justificou ulterior convite para participação nas escavações de Toscanos em 1965 e, a convite de Bernabó Brea, em Lipari.

Entretanto, com base na experiência recolhida nas escavações referidas, iniciou em 1966 escavações na necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, que prossegue em 1967 e 1968, recolhendo por tal via os elementos necessários para a sua tese de Licenciatura.

Em 1968 efectuou escavações no núcleo de sepulturas paleocristãs de Tróia.

Em 1970 estagiou no Instituto Arqueológico Alemão (Delegação de Madrid) para recolher elementos bibliográficos para a sua tese de Licenciatura e, em 1974, na universidade de Witwatersrand, na República da África do Sul, sendo então já Assistente da Universidade de Lourenço Marques, onde ingressou em 1971. Ali leccionou as disciplinas de Pré-História, História da Antiguidade Oriental, História do Brasil e História da Expansão Portuguesa.

Com a descolonização, viu-se obrigado a rescindir contrato com a referida Universidade, a 30 de Setembro de 1974. De novo em Lisboa, iniciou funções docentes na Escola Preparatória Nuno Gonçalves, a 31 de Outubro

de 1975, onde permaneceu pouco tempo, já que, a 15 de Julho de 1976 foi publicada em Diário da República a sua contratação como Técnico Especialista do Quadro do Ministério da Comunicação Social, para exercer funções na Secretaria de Estado da Cultura.

O seu ingresso naquela Secretaria de Estado culminou um longo processo iniciado muitos meses antes. Com efeito, remonta a 16 de Junho de 1975 a realização de reunião promovida pela Direcção Geral dos Assuntos Culturais, dedicada à análise da situação na estação arqueológica de Tróia, na qual se discutiu a contratação dos Drs. António e Judite Cavaleiro Paixão para se encarregarem do estudo e valorização da mesma. Estes, a 13 de Dezembro de 1975, manifestaram, por carta endereçada ao Director Geral, a sua disponibilidade para exercerem aquela função, dado que, desde Maio daquele ano, vinham ali realizando escavações, integrados no grupo de arqueólogos que ali trabalhava.

O processo seguiu os seus trâmites, e, a partir de 1 de Janeiro de 1976, é proposto pelo Adjunto daquela Direcção Geral, o Dr. Nunes de Oliveira, que ambos integrem, como arqueólogos, aquela Direcção Geral, tendo em vista o “estabelecimento do inventário do Património Arqueológico que abarque toda a sua distribuição geográfica no território nacional, de forma a que, a partir daí, se possam formular planos objectivos e concretos para uma política adequada do problema arqueológico”. Esta proposta, apesar de ter recolhido a concordância do Director Geral e do Secretário de Estado da Cultura, não teve efeitos imediatos. Só a partir de 16 de Julho de 1976, por despacho do referido Secretário de Estado, o Dr. David Mourão-Ferreira, foi o Dr. António Cavaleiro Paixão nomeado técnico-especialista daquela Direcção Geral. Esta situação permitiu que o Dr. Nunes de Oliveira, propusesse, a 27 de Julho de 1976, que o interessado passasse a “colaborar, a partir desta data, em regime de tempo integral, na elaboração da Carta Arqueológica de Portugal, nos assuntos referentes à sua especialidade e durante o tempo considerado necessário pela Comissão que superintende nos referidos trabalhos”.

A partir de então, o Dr. António Cavaleiro Paixão foi acumulando tempo de serviço, o que explica que, a 9 de Abril de 1979 tenha sido provido definitivamente como técnico-especialista da Secretaria e Estado da Cultura, por despacho do Secretário Geral, Dr. J. Carmelo Rosa, transitando a 11 de Março de 1981, para a categoria de Técnico Superior Principal do Quadro do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), categoria de que tomou apenas posse a 6 de Agosto de 1981, e na qual se manteve por longos anos, pois só a 11 de Maio de 1999 foi aprovada a sua promoção a Assessor. Igualmente por concurso público documental, foi provido, a 23 de Dezembro de 2003, na categoria de Assessor Principal, antecedendo de perto a sua aposentação da Função Pública, obtida a 10 de Maio de 2004.

No decurso desse longo período de funções públicas, sempre como arqueólogo, fora integrado, episodicamente, no Museu Nacional de Arqueologia por proposta assinado pelo seu Director, o Dr. Francisco Alves, a 7 de Outubro de 1980, enquanto o Departamento de Arqueologia funcionou sob a égide daquele Museu, situação que se alterou logo em 1981, quando aquele foi integrado na dependência directa da Direcção do IPPC.

Com a criação do Instituto Português de Arqueologia (IPA), em 1996, o Dr. António Cavaleiro Paixão optou por transitar para o mesmo; nestes termos, o seu Director, Prof. João Zilhao, atendendo à “conveniência de continuar a assegurar, no quadro do IPPAR, a intervenção arqueológica no castelo de Alcácer do Sal, até à respectiva conclusão”, determinou a “manutenção no quadro do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) até à publicação da lista nominativa dos funcionários que transitam para o IPA; inclusão nessa lista com a consequente mudança de Quadro; requisição por parte do IPPAR ao IPA pelo tempo necessário à conclusão da intervenção arqueológica em curso”.

A descrição do percurso técnico-profissional do Dr. António Cavaleiro Paixão tem o interesse de evidenciar, ainda que indirectamente, a forma como se organizou a actividade arqueológica em Portugal após a instauração da Democracia, de que foi um dos protagonistas. Com efeito, ao ingressar, a 15 de Julho de 1976, como técnico-especialista, na Direcção Geral dos Assuntos Culturais, tornou-se no primeiro funcionário público contratado especificamente para exercer funções como arqueólogo, integrando a então Direcção Geral dos Assuntos Culturais; vinte anos depois, viria a confirmar tal opção, aquando da constituição do Quadro do IPA, depois de ter integrado os Quadros do IPPC e do IPPAR, vindo a terminar a sua carreira como Assessor Principal do IPPAR, em 2004.

4 – No decurso da sua longa carreira como arqueólogo dos sucessivos órgãos que tutelaram a gestão do Património arqueológico em Portugal, o Dr. António Cavaleiro Paixão desenvolveu uma intensa actividade. Assim, assegurou de novo escavações em Alcácer do Sal em 1978, 1979 e 1980.

Em 1981, por despacho do Secretário de Estado da Cultura, António Gomes de Pinho, datado de 12 de Setembro, passou a integrar comissão do IPPC para avaliação dos bens culturais existentes em todo o país

No Verão de 1989 orientou um campo internacional de Arqueologia em Tróia, estação que então se encontrava sob sua responsabilidade científica.

Nos primórdios da década de 1990 dirigiu as escavações realizadas na Igreja de S. Paulo, em Macau, a convite do Instituto Cultural de Macau, deslocando-se àquele território sob administração portuguesa por diversas vezes.

Na segunda metade da década de 1990, co-dirigiu as escavações realizadas no interior do convento de Aracoeli, em Alcácer do Sal, que conduziram à identificação de importantes contextos da Idade do Ferro e de épocas ulteriores.

Tais campanhas de escavação exigiam-lhe total disponibilidade, o que explica a necessidade de requerer, de forma recorrente, em anos sucessivos, alterações na marcação das férias, também para assegurar trabalhos arqueológicos em Tróia ou no Olival do Senhor dos Mártires, que se prolongaram até 2001, de acordo com as datas os pedidos que fazem parte do seu Processo Individual.

A capacidade de comunicação e o bom ambiente sempre gerado à sua volta, justificam os convites que recebeu para leccionar cursos universitários, retomando de alguma forma os primórdios da sua trajetória profissional. Remonta a 1989 o requerimento para acumulação de funções como Professor Auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões, com coordenação e regência de disciplinas, o qual obteve parecer favorável do então Presidente do IPPC, o Prof. Antero Ferreira, antecedendo o despacho do Secretário de Estado da Cultura, de 9 de Agosto de 1990. Já em 1978 tinha leccionado diversas da área da História e da Arqueologia no então Instituto Universitário dos Açores, após autorização da referida acumulação, apesar das reservas então levantadas pelo Dr. Fernando Bandeira Ferreira, seu superior hierárquico.

O convite para leccionar na Universidade Autónoma de Lisboa partiu do então Vice-Presidente do IPPC, o Prof. Justino Mendes de Almeida, que esteve, provavelmente, também na origem do exercício da presidência da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa, iniciada pela mesma altura. O seu gosto pela investigação o genuíno prazer do convívio estabelecido com colegas e alunos fê-lo ingressar, também, na Associação dos Arqueólogos Portugueses, e explica, por outro lado, a obra científica publicada, que poderia ser muito mais significativa, se tivesse sido outro o seu modo de estar na vida.

As publicações dos resultados das escavações que efectuou em Tróia e em Alcácer do Sal, são bem reveladoras do espírito cuidadoso e rigoroso, manifestado até à última obra de sua autoria, datada de 2001, onde procedeu à apresentação, em Colóquio organizado na Universidade Aberta, dos principais resultados arqueológicos obtidos entre 1993 e 1998, nas escavações do convento de Nossa Senhora de Aracaeli, em Alcácer do Sal.

5 – Conheci o Dr. António Cavaleiro Paixão em 1980 e, embora tivéssemos mantido episódicas relações de trabalho, unia-nos uma amizade genuína. Destaco o apoio por ele dispensado ao estudo da interessante estrutura de captação, elevação e armazenamento de água de Tróia, nas sucessivas deslocações efectuadas àquela estação arqueológica, de que resultou estudo publicado na revista *Conímbriga*, em co-autoria com António Quintela e José Manuel Mascarenhas, em 1993-1994, em volume de homenagem dedicado ao Dr. J. M. Bairrão Oleiro.

Recordo, também, uma visita efectuada ao povoado pré-histórico de Leceia, em 1988, na qualidade de arqueólogo do IPPC: a imponência das estruturas defensivas que então ali vinham a ser paulatinamente postas a descoberto causaram-lhe viva e alegre impressão, bem reveladora do genuíno interesse com que acompanhava o sucesso dos seus colegas, sem qualquer resquício de despeito mal disfarçado, como é ainda comum em oficiais do mesmo ofício.

Como declarei aquando do seu falecimento, em depoimento de que foi dado público conhecimento, a sua disponibilidade de espírito para colaborar com todos os seus colegas, levava-o a esquecer-se muitas vezes de si próprio, não valorizando os resultados das investigações arqueológicas que a si exclusivamente se deveram, por uma questão de educação e de feitio, descuidando assim a legítima valorização da sua prioridade científica.

Evitava a afirmação pública na primeira pessoa, e ao protagonismo, tantas vezes exacerbado que se observa em arqueólogos demasiadamente preocupados com a sua carreira e imagem pública, inversamente proporcional à solidez da sua obra científica, optava por actuação discreta, que não é incompatível, bem pelo contrário, com o empenho e o rigor, e, o que é mais, com a probidade e a qualidade científicas, que foram o traço permanente do arqueólogo e do investigador. Bastaria isso para o seu nome merecer esta evocação singela.

1 – PREFÁCIO

Desde sempre o cemitério pré-romano do Senhor dos Mártires, mais vulgarmente conhecido pelo nome de Necrópole de Alcácer do Sal, foi para nós motivo da maior curiosidade. Depois das escavações ali realizadas pelo Professor Vergílio Correia, há já mais de quarenta anos, o silêncio voltara a cair sobre aquela jazida da Idade do Ferro que, desde então, permanecera oculto num cerrado enigmatismo.

Quando, atraídos pela memória da riqueza arqueológica dessa estação, nos dedicámos ao estudo dos seus restos cerâmicos¹ estávamos longe de imaginar que em breve se viria satisfazer o desejo íntimo que, havia já vários anos, trazíamos connosco. Com o honroso convite do Senhor Professor D. Fernando de Almeida para efectuarmos escavações no Olival do Senhor do Mártires vimos aberto o caminho à concretização daquilo que nunca julgáramos possível.

Estimulados pela confiança que aquele Professor em nós depositou, demos início imediato às pesquisas como elemento agregado ao Museu Nacional de Arqueologia e Etnografia de Lisboa por que fomos subsidiados.

Foram condições importantes para o êxito daqueles trabalhos as facilidades concedidas pelo senhor Doutor Xavier Cartaxana do Amaral, Presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, assim como o prestimoso auxílio do Senhor Fausto de Oliveira Lança, homem sempre pronto a dar-nos a sua colaboração e que em sua casa nos albergou algumas vezes.

Ao senhor Manuel Bicha, proprietário do Olival do Senhor dos Mártires, temos a agradecer a compreensão com que sempre correspondeu às nossas solicitações, cedendo-nos mesmo, por vezes, alguns dos trabalhadores rurais que tinha ao seu serviço.

O estudo dos elementos materiais obtidos durante as várias campanhas de escavação efectuadas no Olival do Senhor dos Mártires não foi tarefa fácil. Na verdade, a dispersão destas peças pelos Museus Municipal de Alcácer do Sal, Nacional de Arqueologia e Etnologia e ainda pelo Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra obrigou-nos a várias deslocações e a uma estadia demorada em cada um desses locais, uma vez que tínhamos de proceder ao seu desenho e estudo minucioso.

Outra das dificuldades com que deparámos na elaboração desta tese foi a falta, nas nossas bibliotecas de bibliografia actualizada e de obras de síntese sobre a matéria. Por este motivo e porque considerámos absolutamente imprescindível conhecer o espólio de outras estações da mesma época, com o qual pudéssemos comparar o da Necrópole de Alcácer, deslocámo-nos a Madrid onde fomos cordialmente recebidos no Instituto Arqueológico Alemão.²

Frequentámos, também, a Biblioteca do Museu Arqueológico de Madrid, onde fomos atendidos com solicitude pelo Senhor Professor D. Martín Almagro, que se prontificou a auxiliar-nos em tudo aquilo que estivesse ao seu alcance.

¹Era nosso intuito inicial dedicarmo-nos ao estudo de todo o espólio encontrado antes e durante as escavações do Professor Vergílio Correia, mas a notícia de que uma colega de Coimbra, a Dr.^a Maria Antónia Brito, se havia ocupado já dos materiais metálicos daquela necrópole levou-nos a optar pelo estudo da respectiva cerâmica.

²Fomos encontrar ali tudo o que necessitávamos tanto em elementos bibliográficos como em material museológico. Por amável concessão do Director daquele Instituto Professor Schlunk e o nosso estimado e considerado amigo Dr. Hermanfrid Schubart estivemos ali albergados durante cerca de um mês. Foi-nos permitido dispor da respectiva biblioteca, mesmo para além das horas normais de serviço, o que nos permitiu a consulta de uma mais extensa bibliografia. Lamentamos não termos podido contactar, então, com o Professor Wilhelm Schüle, que nessa altura se encontrava ausente e com o qual desejaríamos ter trocado algumas impressões que, estamos certos, teriam sido para nós do maior proveito.

Durante a nossa estadia naquela cidade tivemos ainda a oportunidade de visitar o Instituto Central de Restauración, a cujo director Sr. Nieto Gallo agradecemos haver-nos possibilitado o estudo do espólio arqueológico de Ávila e de Granada, ali depositado para restauração. Tornamos os nossos agradecimentos extensivos ao Senhor Dr. D. José Sánchez Meseguer, que sempre nos acompanhou na visita a este Instituto, assim como ao Senhor Monteagudo, Director do Museu de Ávila, pelos seus úteis esclarecimentos sobre o material arqueológico do respectivo museu.

O plano do nosso trabalho sofreu várias modificações, desde o início até à adopção da sua forma definitiva, ditadas pela dificuldade de incluir os dados reunidos dentro dum esquema rígido, que não permitiria evidenciar alguns dos aspectos que consideramos mais representativos.

Gostaríamos de apresentar soluções concretas para alguns dos problemas suscitados pelo estudo desta necrópole e orientámos nesse sentido todo o nosso esforço. Julgamos ter atingido, pelo menos em parte, este objectivo.

Procurámos, sempre que possível, tirar conclusões no final de cada capítulo, tanto quanto à origem, evolução e distribuição geográfica do espólio, como determinar a sua cronologia.

A consciência da necessidade de, num trabalho de arqueologia – onde a descrição está muitas vezes sujeita a erros e imprecisões – se recorrer ao desenho e à fotografia, levou-nos a inserir nesta tese o maior número possível de plantas, desenhos e fotografias que permitissem uma mais elucidativa documentação dos dados escritos.

Porque seria injusto que os nossos agradecimentos visassem apenas os professores a cujo conselho recorreremos para a mais correcta e eficiente laboração deste trabalho e porque durante os sucessivos anos de Faculdade nem sempre se torna possível testemunharmos aos nossos mestres a admiração e amizade que lhes dedicamos, aproveitamos a ocasião para englobá-los a todos no mesmo testemunho de gratidão por tudo aquilo em que contribuíram para a nossa formação.

Queremos agradecer especialmente ao Senhor Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, a quem devemos a honra de nos ter cedido para tema da nossa tese um trabalho de tão grande envergadura e responsabilidade como é o da escavação da Necrópole de Alcácer do Sal, testemunhando-lhe o maior apreço pelo seu espírito sempre pronto a auxiliar todos quantos têm manifestado interesse pela actividade arqueológica.

Tornamos extensivos os nossos agradecimentos à Senhora Prof.^a Doutora D. Virgínia Rau pela dedicação que sempre votou aos seus alunos e pelo estímulo do seu exemplo de incansável actividade no campo da investigação.

Para o Senhor Professor Borges de Macedo os mais sinceros agradecimentos pela prontidão com que sempre acedeu em esclarecer as nossas dúvidas.

Agradecemos também ao Senhor Doutor Jorge Alarcão as facilidades que nos concedeu de fotografarmos e desenharmos todas as peças em exposição no Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.

Este nosso agradecimento torna-se ainda extensivo a todos quantos, embora não citados aqui, de algum modo nos ajudaram na execução deste trabalho.

2 – NOTÍCIA HISTÓRICA E ARQUEOLÓGICA

Situa-se a Necrópole a cerca de 1 km da vila de Alcácer do Sal, sobre uma das colinas que se estendem para ocidente, ladeadas a pouca distância pelo caudal do Sado (**Fig. 1**).

Quem subir as muralhas arruinadas que coroam a parte alta da vila e percorrer com a vista o horizonte a poente poderá, não sem alguma dificuldade, avistar, por entre as densas copas das oliveiras, na capela octo-



Fig. 1 – Fotografia aérea vertical com a localização estimada da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (círculo maior) e com a localização da área investigada por António Cavaleiro Paixão.

gonal do Senhor dos Mártires³ que, edificada no centro da Necrópole, constitui ponto de referência importante para a sua localização. Obra dos espatários de Santiago, foi levantada em 1333 pelo cavaleiro e mestre D. Garcia Peres e dedicada a S. Bartolomeu.

³Anteriormente, o orago era a “Senhora dos Mártires”, como se depreende das “visitações quinhentistas”. Segundo parece, a actual designação não deve ter sido utilizada, senão a partir do século XVII.

Quando da abertura dos seus alicerces, encontraram-se ossadas que, por se julgar serem de mártires cristãos, foram mandadas recolher pelo fundador, inscrevendo-se o facto numa lápide que ficou engastada nos panos murais do santuário. Dizia assim o letreiro: “Aqⁱ iaz . a osada. ã acharon . nos fundamentos desta . capela e omaestre . dom. Garcia Periz . por lhis satisfazer . mandou. que a nom. tirem”.⁴

É esta a primeira notícia histórica que possuímos acerca da necrópole antiga dos Mártires, pois, com toda a probabilidade, as ossadas procediam de sepulturas arcaicas existentes na zona dos alicerces.

Muitos anos passaram sem que alguma cava mais funda trouxesse à luz do sol vestígios materiais dos antiquíssimos enterramentos.

Em 1875, porém, o então Presidente da Associação dos Arquitectos e Arqueólogos de Lisboa Senhor Joaquim Possidónio da Silva refere o seguinte: “[...] no mês do ano findo (1874), em Alcácer do Sal (antiga Salacia), na propriedade do Senhor António de Faria Gentil, querendo-se nivelar um terreno ocupado por um olival, a fim de estabelecer um calçadouro para uma eira, removendo-se a terra necessária para tornar a superfície horizontal, se descobriu na profundidade de 0,25 metros, freios de ferro e folhas de espadas, algumas das quais com punhos de bronze cinzelados, fibulas de bronze, vasos lacrimatórios, lâmpadas mortuárias de barro, moedas, etc., etc.”.⁵

Além dos objectos atrás mencionados, figuravam ainda “um retrato de argila coberto de estuque colorido, de toda a perfeição, além de quatro urnas de diversas grandezas, no estilo etrusco, contendo cinzas”.

Por descuido, ou intencionalmente, os trabalhadores quebraram duas destas urnas, salvando-se, felizmente, a maior e mais bem conservada.

Em sessão da Secção de Arqueologia do Instituto de Coimbra, de 28 de Maio de 1876,⁶ o Dr. Augusto Simões refere o importante achado, especificando que os vasos intactos são um *acetabulum* ou *oxybaphon* e um *pelike*, no último dos quais era já difícil classificar os motivos ornamentais representados de uma e outra parte do bojo.

Também por ele são apontados outros objectos de barro, como sejam vasos ordinários de várias formas e dimensões, lâmpadas, algumas das quais com os nomes dos fabricantes, discos furados no centro, de que a maior parte são lisos, embora certos deles apresentem ornamentos geométricos.

Entre os objectos mencionados há-os também de ferro, como sejam: espadas de várias formas, pontas de lança e de frecha e lanças inteiras (todos estes objectos retorcidos ou encurvados), freios de cavalo, folhas de facas ou navalhas e o círculo da roda de um carro e um bucil de bronze que cobria uma das extremidades do eixo.

“De bronze apareceram também fibulas, pregos, um ornato à maneira de disco radiado, um tubo recurvado, oco, tendo enfiados muitos objectos à maneira de pingentes, também ocos, parecendo um daqueles annulos que suspendiam nos berços das crianças, para as adormecer com o tinido metálico.”⁷

Refere ainda o senhor Dr. Filipe Simões o aparecimento de várias moedas de cobre, que iriam desde o princípio do Império até aos Antoninos, de uma pequena moeda de prata bizantina, assim como alguns unguentários inteiros, ou fragmentados, com vestígios da acção do fogo. De entre os objectos por ele apontados são de assinalar os fragmentos de uma caixa de marfim representando, em escultura de baixo-relevo, o combate de uma figura alada com um leão; uma caixa de chumbo contendo ossos parcialmente queimados e um anel de fio de ouro, enrolado em espiral de poucas voltas.

⁴ Vergílio Correia, *Monumentos e Esculturas*, 2.^a edição. Lisboa, 1924, p. 146.

⁵ Joaquim Possidónio da Silva, “Uma Necrópolis Romana em Portugal”. *Boletim da Real Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Vol. I, n.º 6, 1875, p. 91.

⁶ *O Instituto*, Vol. XXIII, 2.^a série, n.ºs 1 a 6, Coimbra, 1876, p. 192-194.

⁷ *O Instituto*, cit., p. 194.

Demonstrando a presença do homem pré-histórico naquelas zonas, apareceu ainda um pequeno machado de pedra polida.

Achados deste teor, e em tão grande número, logo fizeram suspeitar da existência, naquele local, de uma importante necrópole.

Dois anos depois da descoberta (1876), foi firmada uma escritura entre o proprietário do terreno António de Faria Gentil e o marquês de Sousa Holstein, então vice-inspector da Academia de Belas Artes de Lisboa, segundo a qual a Academia ficaria de posse do espólio encontrado, assim como de todos os objectos “que por livre exploração, concedida ao dito vice-inspector da Academia de Belas Artes, houvessem de ser descobertos”,⁸ mediante a entrega de três mil escudos, pagáveis em prestações.

Através de uma carta enviada por António Faria Gentil ao marquês de Holstein, sabemos que o iate Nova Esperança, de que era capitão José de Oliveira Praça, teria descarregado, na Ribeira Velha, três caixotes, contendo aquele material arqueológico. Porém, a consulta do livro das receitas e das despesas da Academia não faz, infelizmente, qualquer referência detalhada sobre os objectos transaccionados.⁹

Passado algum tempo, levantou-se um litígio entre o estado e o proprietário do terreno. Com efeito, em acta de 3 de Outubro de 1878, a Conferência da Academia declarava que, por não ter conhecimento de vários contratos feitos pelo marquês de Sousa Holstein, então já falecido, “não tomaria ingerência neste assunto, enquanto não fosse superiormente autorizada”.¹⁰

Em 30 de Novembro desse mesmo ano, o problema ainda não tinha solução oficial e, extinto o último prazo para o pagamento do espólio arqueológico, apenas se haviam pago mil, setecentos e vinte e sete escudos e cinquenta centavos, ou seja, aproximadamente, metade da quantia estipulada.

A pedido da referida Academia, Estácio da Veiga e Carlos Teixeira de Aragão elaboraram uma lista de todos os objectos encontrados, vindo a publicar o primeiro, nas *Antiguidades Monumentais do Algarve* “somente aqueles que, nos terrenos do Sr. António de Faria Gentil, perto de Alcácer do Sal, caracterizam uma estação da primeira idade do ferro”.¹¹

Leite de Vasconcelos que, em 1885, cotejou duas listas de objectos deixados por aquele arqueólogo, uma extraída da escritura de venda e outra elaborada à vista dos objectos, teve oportunidade de verificar que não coincidiam entre si.¹²

Entretanto, a notícia da descoberta tinha chegado ao conhecimento da arqueologia estrangeira e Cartailhac que, quando do Congresso Internacional de Antropologia Arqueologia Pré-Histórica, realizado em Lisboa, em 1880, se deslocara a Portugal, teve a oportunidade de examinar o espólio da Necrópole de Alcácer do Sal, por cujo estudo se interessou.

Tempos depois de ter regressado a França, em carta dirigida a Possidónio da Silva (1885), pedia-lhe que fotografasse os objectos que se encontravam guardados num baú e que, durante a sua estadia em Lisboa, não tinha tido oportunidade de desenhar. Satisfeita a sua pretensão, veio a verificar-se que os objectos fotografados não correspondiam, de um modo geral, aos estudados por Cartailhac, pelo que é de suspeitar que alguns tivessem desaparecido, sumidos no gabinete de um curioso e perdidos para a Ciência.

⁸Sebastião Estácio da Veiga, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, Vol. IV.

⁹Maria de Lourdes Costa Arthur, “Máscara de Alcácer do Sal”. *Archivo Español de Arqueología*, XX-IX, 1956 (1.º e 2.º semestres), Madrid.

¹⁰Acta de 3.10.1878, da Academia Nacional de Belas Artes.

¹¹Estácio da Veiga, *ob. cit.*, p. 266.

¹²Leite de Vasconcelos, “Excursão Arqueológica a Alcácer do Sal”. *O Archeólogo Português*, Vol. I, Lisboa, 1895, p. 78.

Como refere Cartailhac, “o que o venerável presidente da Sociedade real dos Arqueólogos e Architectos Portugueses pôde encontrar e pôr no seu lugar, no seu Museu do Carmo, reduz-se a uma dúzia de lanças de alvado, a três espadas de antenas, pouco mais ou menos parecidas com as dos Pirenéus, do Lot, do Tarn, a vasilhas de cerâmica pintada ítalo-gregas e, por fim, a alguns objectos menos antigos”.¹³

Como seria de esperar, e porque o Estado não chegou a cumprir com a sua obrigação, satisfazendo aquilo a que se comprometera, nunca se realizaram escavações oficiais no Olival do Senhor dos Mártires.

Durante um período de cerca de vinte anos, não mais se ouviu falar da Necrópole de Alcácer até que, em 1894, “ao surribar-se para plantação de vinha uma porção de terreno, a norte da igreja, novamente Faria Gentil se encontrou possessor de vários objectos arqueológicos, recolhidos durante a cava”.

Do destino deste espólio nos dá notícia o Sr. Joaquim Correia Baptista, director dedicado do então recém-criado Museu de Alcácer que, no Vol. II de *O Arqueólogo Português* (1896, p. 143-44) a ele se refere, declarando que o proprietário “da melhor vontade permitiu que os objectos ficassem no Museu Municipal que, com estas e outras ofertas, dignas dos maiores encómios, se vai sucessivamente engrandecendo”.

Além destas peças, também ali deram entrada algumas das que, provenientes da primeira escavação, o proprietário conservara consigo como recordação e igualmente doou.

No ano de 1925, os materiais arqueológicos de Alcácer do Sal encontravam-se dispersos pelos museus do Carmo, onde Possidónio da Silva mantinha em exposição alguns exemplares, pelo de Alcácer do Sal que, dentro da sua modéstia provincial era um dos mais ricos de além-Tejo, pelo de Évora, onde Cartailhac assinala a existência de uma espada e uma lança dobradas, e ainda pelo Museu Etnológico de Belém, onde se acumulava a massa mais importante dos achados.

Pelo rápido exame de todo este espólio, fácil foi verificar que dele faziam parte tanto objectos da época romana como pré-romana, mas as indicações fornecidas quanto à sua localização eram de tal modo vagas e imprecisas que pouca utilidade poderiam ter para a reconstituição do respectivo contexto arqueológico.

Cerca de cinquenta anos passaram sobre o momento em que, pela primeira vez, a enxada de um trabalhador arrancara à terra do Senhor dos Mártires tão antigos objectos.

O interesse que a sua descoberta então suscitara, e que o tempo tinha feito esmorecer, voltou a reavivar-se com os trabalhos de escavação ali levados a efeito pelo Professor Vergílio Correia.

O que sabemos acerca das suas actividades arqueológicas na necrópole pré-romana do Senhor dos Mártires é-nos dado pelas conferências por ele proferidas ou através de uma ou outra publicação.

Era intenção do ilustre professor e arqueólogo de Coimbra publicar uma obra de conjunto sobre toda a sua actividade arqueológica nesta área. Porém, a morte colheu-o antes que pudesse dedicar-se a esse empreendimento, que, estamos certos, viria lançar muita luz sobre o problema da Idade do Ferro em Portugal.

Não obstante a inexistência de uma publicação de conjunto, os seus artigos e conferências revelam-se de um valor inestimável para o conhecimento daquela jazida arqueológica.

Os trabalhos de exploração, iniciados em Fevereiro de 1925, prolongaram-se pelos meses de Março, Abril e Maio, e ainda pelo Outono do mesmo ano.

Em 1926 e 1927 novas campanhas se realizaram, sendo a deste último ano a derradeira, que terminou em meados de Abril.

Apesar dos numerosos elementos obtidos ao fim de todas estas campanhas, Vergílio Correia reconhecia que nada se tinha conseguido ainda no sentido de diminuir o vasto campo de conjecturas e hipóteses, que constituíam a única resposta possível para as questões cronológicas e culturais levantadas pela exploração daquela

¹³ Cartailhac, *Les Âges Préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Paris, 1886, p.. 252.

necrópole: “Em tanta pedra removida, e tanto fragmento cerâmico joeirado e manuseado, nenhum falou ainda por linguagem própria, nenhum patenteou caracteres conhecidos ou desconhecidos, que nos consentissem uma leitura ou um agrupamento linguístico”¹⁴.

Embrenhado no estudo desta necrópole, bem depressa se abstrai do vazio provocado pela falta de elementos escritos para se deixar dominar, de maneira cada vez mais absorvente, pela leitura dos documentos materiais fornecidos pela escavação, os únicos com que poderia contar.

Nele se adivinha o homem sensato e perspicaz, mas cujos processos ainda não tinham beneficiado dos recentes conhecimentos sobre técnicas de escavação em que, sondagens, mesmo as de simples pesquisa, deveriam subordinar-se à regularidade geométrica das linhas de referência.

É sintomático o que diz a certa altura da sua conferência, proferida quando do congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências realizado em Coimbra, em 19 de Junho de 1925: “Na colina ribeirinha, que domina o Sado, plácido e lodoso, sob o olival ralo, nem uma pedra avulta no terreno unido, indiciando o recheio. É necessário revolver a terra, profundar, por vezes, até 2 metros, seguindo os filões, ladeando os bancos de calcário, para encontrar as sepulturas”.¹⁵

A falta de conhecimentos técnicos é, porém, compensada, embora de maneira relativa, por um criterioso espírito de observação, auxiliado por um poder descritivo invulgar.

O 1.º período de escavações: o que sabemos acerca deste primeiro período de actividades foi levado a público através da conferência já atrás referida e subordinada ao título “A Necrópole de Alcácer”.

Apesar das naturais limitações exigidas pelo próprio carácter da conferência, a exposição do Professor Vergílio Correia revela-se de um grande valor para o conhecimento daquela jazida arqueológica.

Por ela ficamos a saber que os primeiros trabalhos de escavação foram levados a efeito em terreno quase exclusivamente ocupado por sepulturas da época pré-romana. Excluindo a área cavada na exploração de 1874, ainda então perfeitamente reconhecível, o remeximento assinalado nalguns extractos de terreno devia-se à abertura de novas fossas ante-romanas.

Segundo as palavras de Vergílio Correia, “essa primeira fase de escavações correspondera, em grande parte, somente às sondagens preliminares realizadas, aqui e ali, na vasta área do olival do Senhor dos Mártires”.

Perante esta declaração diminuem as possibilidades de que, pelo menos a parte inicial das pesquisas, tenha obedecido a um plano previamente estabelecido.

Tornada, assim, impossível a reconstituição da planta da zona explorada, os elementos recolhidos apenas poderão ser analisados tipologicamente, o que é insuficiente para determinar, com segurança, a posição cronológica e cultural da Necrópole.

As sepulturas eram, salvo raríssimas excepções, de incineração: os corpos, queimados no *ustrinum*, ficavam reduzidos a cinzas que, juntamente com algumas esquirolas ósseas, ou eram deixadas no próprio local da incineração ou recolhidas numa urna de barro, enterrada, depois, a pequena profundidade. “Naquelas sepulturas em que o despojo corpóreo foi deixado no próprio sítio da cremação, as armas, os adornos e os vasos sacrificiais estavam dispostos sobre o cinzeiro ao parecer nas próprias posições onde, aluída a pira haviam quedado; e naquelas outras em que os ossos haviam sido recolhidos em urnas, sob estas se colocavam os aprestos guerreiros e os enfeitos e ao lado, o vazilhame fúnebre, balsamário, candeias, etc.”.¹⁶

¹⁴ Vergílio Correia, “Escavações Realizadas na Necrópole Pré-Romana de Alcácer do Sal”. *O Instituto*, Vol. LXXV, 4.ª Série, 1928, p. 190.

¹⁵ *Biblos*, Vol. I, 1925, p. 350.

¹⁶ Vergílio Correia, “Uma Conferência sobre a Necrópole de Alcácer do Sal”. *Biblos*, Vol. I, 1925, p. 351.

“Simplesmente pedras calcárias ou xistosas, blocos ou lajes amontoadas ou dispostas no local da pyra ou pesando sobre a urna” denunciavam ao escavador a existência do acervo funerário. Livres de cercas ou quadros, não apresentam aquela mesma regularidade que se patenteia nas necrópoles da Meseta, onde é possível reconstituir as valas e os arruamentos que as separam, assim como determinar a disposição das suas estelas de sinalização.

O **2.º período de escavações**: como consequência das explorações prosseguidas no Outono de 1925, Primavera de 1926 e Primavera de 1927, numeroso espólio que, infelizmente, Vergílio Correia não discriminou, senão muito parcialmente, veio juntar-se ao já anteriormente obtido; “e como natural e lógica consequência da repetição dos mesmos modelos nos depósitos funerários, trouxe-nos um conhecimento mais perfeito dos ritos e práticas sepulcrais adoptados pelos habitantes de Alcácer pré-romana”.¹⁷

A área em que principalmente incidiu esta segunda fase dos trabalhos foi aquela onde se tinha verificado a cava de 1875.

Quando em Maio desse mesmo ano fora escavada no terreno de suave pendor uma vala de 30 metros de extensão destinada ao calçadouro de uma eira, e uma vez recolhidos os objectos então encontrados, tudo faria supor que mais nada houvesse a esperar daquele local.

Sondagens ali realizadas pelo Professor Vergílio Correia revelaram, porém, que, por baixo da terra então remexida, outra camada de sepulturas se deparava.

A existência de dois estratos de enterramentos que, como então se verificou, estavam separados entre si por uma camada de terra limpa (estéril) revestia-se da maior importância.

Infelizmente, o escavador não nos fornece qualquer pormenor sobre o tipo das sepulturas de um e outro estratos, limitando-se a admitir que sejam de épocas diferentes.

Esta omissão que nos priva de podermos determinar, com mais segurança, a cronologia relativa dos respectivos enterramentos é tanto mais grave quanto parece ter sido esta a única área onde se verificou a existência de dois andares de sepulturas.

Não obstante, seria injusto pensar-se que Vergílio Correia era insensível aos problemas de uma escavação. Muito pelo contrário, o seu espírito de observação e capacidade descritiva estão patentes em todos os seus escritos sobre esta matéria. Assim, o quadro que traça dos tipos de sepultura encontrados, e que passamos a descrever em seguida, são um elemento utilíssimo para o conhecimento desta necrópole.

Com a escavação nas Primaveras de 1926 e 1927 de mais de 50 sepulturas, que leva para o dobro o número de depósitos funerários descobertos anteriormente, aquele autor pode concluir da existência de quatro tipos de sepulturas cujo sistema utilizado era o de cremação, o único, aliás, que se verifica nesse cemitério.

Sepulturas do 1.º tipo: este tipo de sepulturas, que Vergílio Correia considera como o mais recente, é constituído por uma urna ossuária coberta por uma espécie de prato em tronco de cone, que sobre ele se invertia.¹⁸ Continham estas urnas restos de cinza e ossos queimados e eram depositados, a pequena profundidade, sobre as armas e adereços do defunto, os quais se apresentavam contorcidos pelo fogo ou pela “vontade dos vivos”. Junto da urna cinerária, eram colocados, por vezes, dois pequenos vasos e dois cossoiros ou fusaiolas rituais.

¹⁷ Vergílio Correia, *ob. cit.*

¹⁸ A existência de mais de uma urna no mesmo depósito, verificada, exclusivamente, nas sepulturas 8, 18 e 71, levou Vergílio Correia a interrogar-se sobre se se trataria de sepulturas individuais ou colectivas. A excessiva fragmentação dos ossos não lhe permitiu, porém, chegar a qualquer conclusão.

Todo o conjunto era cercado lateralmente ou superiormente coberto por pequenas pedras calcinadas, cujo peso, acrescido pela pressão do terreno, tinha feito estalar as vasilhas de cobertura e a boca das urnas.

Todos estes vasos são, segundo o autor, dos mesmos tipos, assemelhando-se os mais elegantes ao *hydrie* mais antigos, sem asas, e desprovido de suporte de base. O colo pode ser mais alto ou mais baixo, conforme as vasilhas, refogado, o bojo mais ou menos ventruado, sendo, porém, o perfil idêntico a todos eles. Pintados com largas bandas vermelhas, na boca, gorja e ventre, apresentam, por vezes, uma ornamentação de linhas ondedas horizontais, interceptadas a espaços e perpendicularmente por novas linhas do mesmo tipo. As taças de cobertura, que acompanham estes vasos, mostram terem sofrido um banho da mesma tinta.

Sepulturas do 2.º tipo: embora as sepulturas deste tipo se caracterizem também pelo enterramento dos despojos fúnebres em urnas, diferem do anterior não só quanto à forma destas e objectos que as acompanham, mas também quanto ao estrato que ocupam. As urnas cinerárias apresentam uma gola curta e estreita, com ou sem ossículos. Eram cobertas com lajes de xisto ou com uma espécie de testos de asado coimbrão de covo semi-esférico e abas direitas e não já com pratos de bordas cónicas.

Colocadas simplesmente sobre a própria rocha de fundo, em cavidades ovais ou elípticas, não se sobrepuñham a armas dobradas ou adornos torcidos pelo fogo.

Sepulturas do 3.º tipo: este tipo de sepultura, talvez o mais generalizado na necrópole, é constituído por uma aglomeração de cinzas e ossos fragmentados que assenta ou directamente sobre a rocha do fundo ou simplesmente na terra. Esta, requeimada pelo calor desenvolvido durante a combustão do corpo, realizada *in situ*, apresenta uma cor avermelhada. Uma camada de pedras soltas ou uma capa homogénea de placas calcárias e de conglomerado, fortemente coesos, recobrem todo o depósito funerário.

O espólio, disseminado sem ordem no meio das cinzas, é constituído por armas e objectos ornamentais, assim como por pequenas vasilhas que, geralmente em número de duas, mais raramente de três, apresentam vestígios nítidos de terem sido atingidos pelo fogo que consumiu o cadáver.

Também neste tipo de sepulturas figuram as candeias abertas, de um só bico, assim como as fusaiolas rituais.

O espólio metálico característico destes depósitos é constituído por lanças de folha curta e larga, navalhas de vários modelos, placas de cinturão de garfo, fibulas circulares de arco giboso de grandes dimensões, e pelos braceletes de toro cilíndrico e sanguessugas.

Sepulturas do 4.º tipo: as sepulturas deste tipo são constituídas por uma caixa rectangular, cortada na própria rocha; apresentam, na parte central, um outro rectângulo mais pequeno e mais fundo, geralmente repleto de cinzas e de fragmentos ósseos. As suas dimensões são, geralmente, as do corpo humano, havendo-as, todavia, maiores.¹⁹

Misturadas com as cinzas, que também abrangiam a caixa maior, surgiram armas, jóias, vasilhas rituais, cossoiros e outros objectos.²⁰

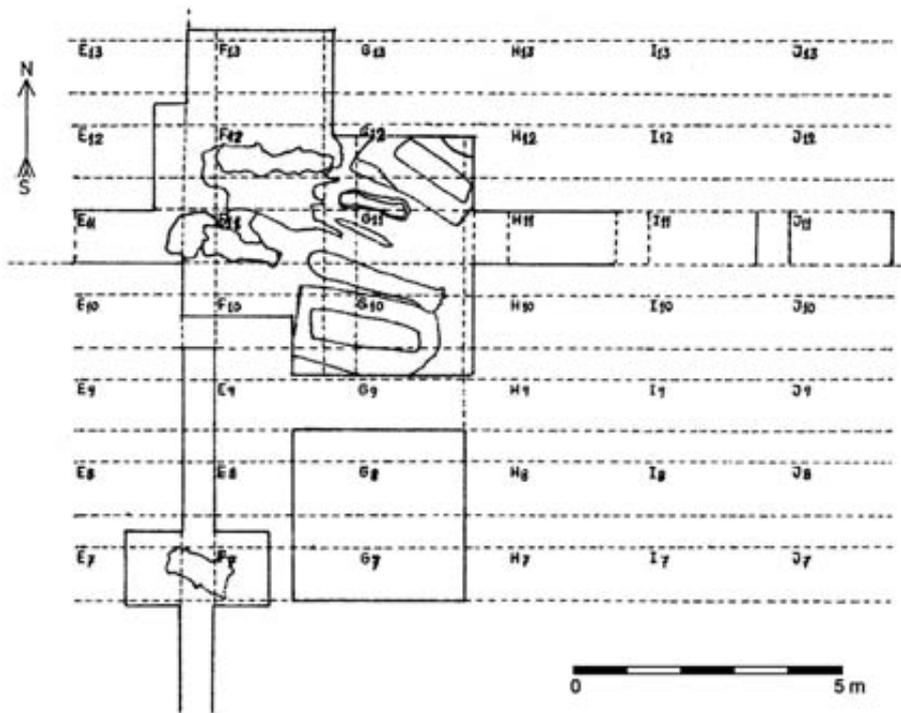
Orientadas no sentido Este-Oeste, e à superfície de cinzeiros, foram recolhidos ossos de animais sacrificados. Para proteger as jazidas, eram colocados directamente sobre as cinzas blocos calcários, por vezes de grandes dimensões.

¹⁹ A maior das fossas tumulares explorada por Vergílio Correia tinha 4 m de comprimento e 1,50 m de fundo, sendo o comprimento normal das sepulturas deste tipo apenas de 2 m.

²⁰ Vergílio Correia assinala, nas sepulturas deste tipo, os restos de instrumentos musicais e as rodas de bronze de um “carro de combate”.

3 – NOVAS CAMPANHAS DE ESCAVAÇÃO. SEPULTURAS CAVADAS NA ROCHA

Embora conscientes do real interesse que teria para o conhecimento da jazida o relato minucioso do contexto em que se integra cada sepultura, evitámos descer a pormenores que, imprescindíveis num relatório de escavações, se tornaria contudo fastidioso num trabalho de tese. No entanto, como numa escavação arqueológica a



Planta da Secção C da área das escavações mostrando as sepult. cavadas na rocha existentes entre as coordenadas E13-H13, Norte e E7-H7, Sul



Fig. 2 – Em cima: planta das sondagens realizadas com a localização das sepulturas escavadas; em baixo: mosaico fotográfico evidenciando-se a disposição das sepulturas escavadas.

constituição dos estratos e a posição relativa dos achados assumem uma importância fundamental, maior do que a dos objectos em si, não poderemos furtar-nos em certos casos, a referir alguns pormenores que reputamos essenciais para uma compreensão mais perfeita da jazida.

Quando nos deslocámos ao Olival do Senhor dos Mártires para aí iniciarmos algumas pesquisas, não fazíamos a menor ideia do local onde tinham decorrido as escavações que, havia cerca de quarenta anos, o Professor Vergílio Correia ali tinha efectuado. Nenhuma das suas publicações trazia qualquer referência circunstanciada a tal respeito. O único elemento de que dispúnhamos, muito vago, era a notícia de o espólio arqueológico ter sido encontrado a norte e a sul da igreja do Senhor dos Mártires.²¹

Perante a manifesta insuficiência destes elementos procurámos recolher algumas informações junto das poucas pessoas que habitavam aquela área, mas sem qualquer resultado.

Após aturadas buscas junto dos moradores da própria vila de Alcácer, foi possível entrar, finalmente, em contacto com um dos homens que tinham trabalhado nas cavas de sondagem levadas a efeito pelo Professor Francisco Gentil naquele olival, o qual nos indicou o lugar aproximado onde as mesmas tinham decorrido.

Situado a cerca de uma centena de metros a sudoeste da igreja do Senhor dos Mártires, é apenas assinalável por uma depressão que a água das chuvas provocou, ao afundar a terra branda.²²

Iniciar sondagens naquele local seria sujeitarmo-nos a um trabalho cujos resultados estariam, logo de início, comprometidos. No terreno revolvido até grande profundidade apenas poderíamos, quando muito, recolher alguma peça solta que, desprovida do seu contexto, pouco valor teria para o estudo que nos propúnhamos fazer.

Sem qualquer indicação que nos permitisse optar por esta ou aquela zona em especial, dedicámo-nos, então, a uma pesquisa metódica de toda a área a sul da igreja do Senhor dos Mártires, que se estende em suave declive para sul e sueste por uma superfície de cerca de 2500 m² e que antes de atingir a estrada de acesso à estação de caminhos de ferro, que passa mais abaixo, sofre a quebra acentuada de um barranco de cerca de 20 m de altura (Fig. 2).

Partindo do princípio de que a erosão tivesse deslocado alguns materiais cerâmicos para o referido barranco, pesquisámo-lo de um extremo a outro, desde a linha de água que divide o Olival do Senhor dos Mártires, a leste, até à estrada privativa dos depósitos de arroz, a ocidente.

Onde a frequência de fragmentos de cerâmica se mostrava nitidamente mais acentuada, abrimos uma linha de sondagens prolongando-se segundo a orientação norte-sul magnética.²³ Verificou-se então o aparecimento, no crivo, de alguns fragmentos de cerâmica, por vezes queimados, bem como de pequenos pedaços de carvão. No aprofundamento destas sondagens descobrimos duas sepulturas cavadas na rocha que, paralelas entre si e orientadas no sentido E-W, estavam, porém, completamente vazias²⁴ (Fig. 3).

²¹ Vergílio Correia, “Uma conferência sobre a necrópole de Alcácer do Sal”. *Biblos*, I. Coimbra, 1925, p. 348.

²² Ainda no tempo do Professor Gentil, tinha-se aberto ali uma pedreira que pusera a descoberto algumas sepulturas onde teriam sido encontradas, no dizer do nosso informador Sr. António Gomes Ferreira, armas de ferro e “candeias antigas” cuja sorte ignorava mas que, possivelmente, foram incorporadas na colecção daquele Professor. Segundo nos esclareceu ainda, os vestígios do enterramento estendiam-se mais para o sul mas, por ordem do proprietário, foi cancelado o trabalho naquela direcção.

²³ Designámo-la por secção B e nela cavámos cinco rectângulos de 1 m de largura por 2 m de comprimento (S.A.1, S.A.2, S.A.3, S.A.4 e S.A.5). *Vd.* Fig. 2. As sondagens S.A.1, S.A.2 e S.A.3 não nos forneceram quaisquer elementos úteis. Nas sondagens S.A.4 e S.A.5, a terra, que nas anteriores apresentava o tom esbranquiçado característico da rocha calcária que directamente cobria, mostrava-se agora enegrecida denotando a presença de cinzas.

²⁴ A meticulosidade com que foram despojadas do seu conteúdo não nos deixando senão pequenas e parcas esquirolas ósseas pareceu-nos verdadeiramente significativa. Tratava-se, com toda a probabilidade, de sepulturas escavadas pelo Professor Vergílio Correia.



Outro informador comunicou-nos entretanto que, vinte anos atrás, ao proceder-se à remoção de algumas toneladas de terra do Olival do Senhor dos Mártires, vários achados tinham sido feitos.²⁵

O local donde havia sido retirada a terra ficava imediatamente a oriente do alinhamento seguido pelas nossas sondagens e era assinalável por uma depressão de cerca de 30 m de diâmetro. De posse de mais este elemento orientador estabelecemos, então, uma linha de sondagens perpendicular à anteriormente traçada, que ladeava todo o rebordo norte daquela cova.²⁶ Iniciámos aí novas sondagens, abrindo mais seis rectângulos cujo aprofundamento levou à descoberta das primeiras sepulturas.²⁷

1.ª sepultura (F11). Ultrapassada a camada de terra arável onde se confundem grandes e pequenos fragmentos de cerâmica de várias épocas, desde a actual à mais remota, atinge-se uma mancha negra, não muito espessa, que parece assinalar a existência de uma

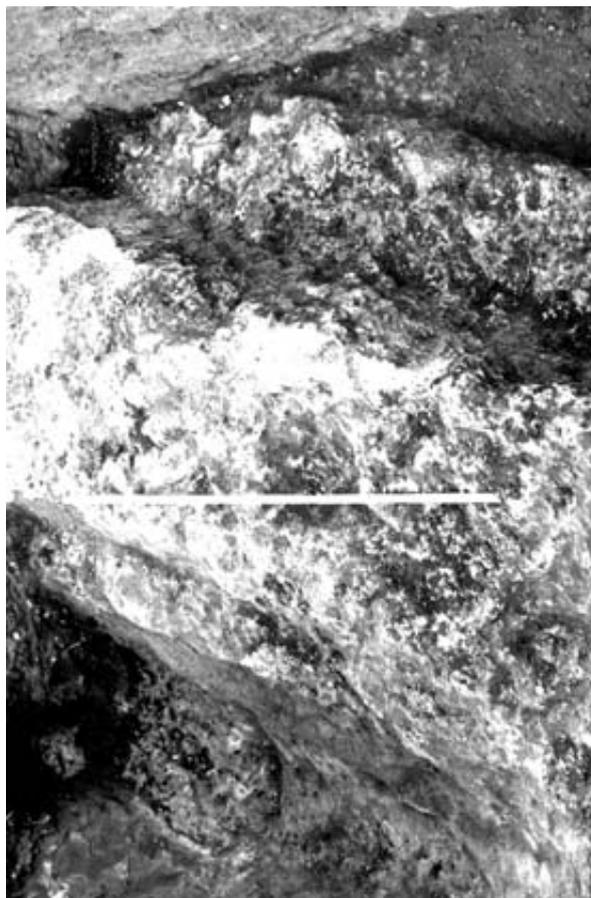


Fig. 3 – À esquerda: a sepultura 3 do talhão A2 da secção B; em cima: as sepulturas n.ºs 1 e 2 do talhão A1 da secção B (ver Fig. 2 a), ambas desprovidas de espólio, previsivelmente escavadas por Vergílio Correia.

²⁵ Este informador, o senhor António Bonito, condutor de camionetas de carga de Alcácer do Sal, informou-nos de que, havia uns vinte anos, tinha sido encarregado de transportar do Olival do Senhor dos Mártires, várias cargas de terra destinada a “adoçar” as margens do rio que, como se sabe, são salgadiças devido à proximidade do mar e que, durante essa operação, tinham sido levantadas armas de ferro cujo destino, porém, ignorava.

²⁶ Para o estabelecimento desta linha, que considerámos a principal (O-O') e que orientámos no sentido W-E, de modo a cruzar o extremo norte do alinhamento de sondagem da Secção B, os pontos de referência tomados foram, a ocidente, uma jovem oliveira que marcámos com tinta indelével e um arbusto baixo cujas dimensões exíguas nos obrigaram a tomar outros pontos de referência auxiliares, que anotámos no nosso diário de escavações.

Exactamente a 1,5 m a leste do ponto de cruzamento das referidas linhas e a 39 m a sul da casa mais próxima (habitação do senhor Manuel Cardeira), marcámos novo ponto de referência a partir do qual, e com auxílio da linha O-O', passámos a determinar todas as coordenadas relativas àquela nova área de escavações.

²⁷ Conquanto se verificasse nesta área uma frequência de fragmentos de cerâmica, maior do que a habitual, não conseguimos obter, até à profundidade de 40 cm, quaisquer vestígios que nos fizessem suspeitar da existência próxima de sepulturas. Apenas na sondagem F11, e à profundidade de 60 cm, a terra de castanha passou, quase sem transição, a negra, o que, como viemos a verificar, era indício de que tínhamos atingido uma zona de enterramentos.



Fig. 4 – Área de sondagem da secção B, avistando-se em primeiro plano, os talhões A1 e B1, onde apareceram as primeiras sepulturas.



Fig. 5 – Sondagem a sul da linha de referência O-O', orientada no sentido N-S magnético (ver Fig. 2 a).



Fig. 6 – Em cima: sondagem a norte da linha de referência O-O', orientada no sentido N-S magnético. Em último plano, vê-se a cobertura do templo gótico do Senhor dos Mártires; em baixo: sondagem orientada segundo a linha de referência O-O' (ver Fig. 2 a).

camada de enterramentos,²⁸ substituída logo a seguir por novo estrato, onde abundam fragmentos variados de cerâmica feita a torno ou manualmente. Imediatamente por baixo, situa-se o cinzeiro correspondente à sepultura F11 (Figs. 7 e 8). Cavada na rocha branda do fundo tem uma forma grosseiramente rectangular ou, mais propriamente, trapezoidal, de dimensões idênticas à da estatura humana (Fig. 9). Não apresenta qualquer camada protectora, seja ela formada por blocos de pedra ou por simples agregado de calcário.

A camada de terra imediatamente superior ao cinzeiro mostrava uma diferença de coloração evidente em relação aos estratos superiores, em virtude do recozimento obtido por acção do calor desenvolvido durante a combustão do corpo.

²⁸O crivo trouxe-nos desta camada três dentes humanos de mistura com algumas esquirolas ósseas, o que nos levou a pensar tratar-se, possivelmente, de restos humanos que, contidos outrora numa urna cinerária, tivessem sido espalhados pela remoção das terras. A confirmar esta hipótese encontrámos na mesma camada um fragmento de cerâmica fabricado a torno e com vestígios de fogo, um pedaço muito oxigenado de uma falcata, assim como os restos de uma fíbula anular muito deteriorada pela acção do fogo. A dispersão de todas estas peças não nos permite, infelizmente, concluir se pertenceriam, ou não, ao mesmo conjunto.

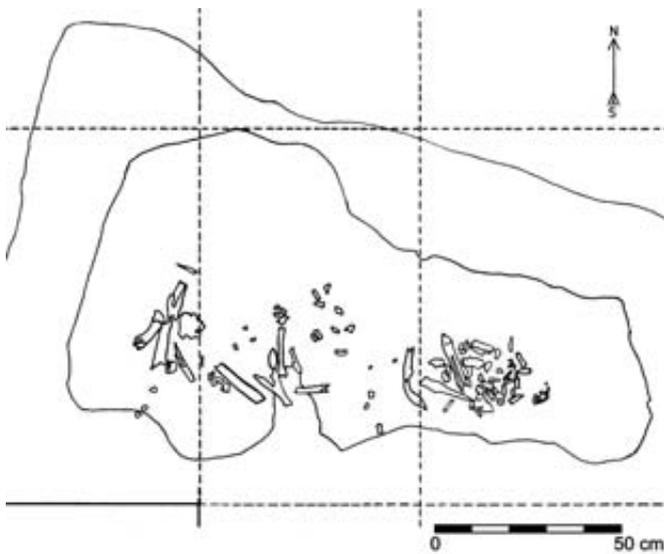


Fig. 7 - Sepultura F11 a - 95 cm da superfície.



Fig. 9 - Topo ocidental da secção de sondagem F11.

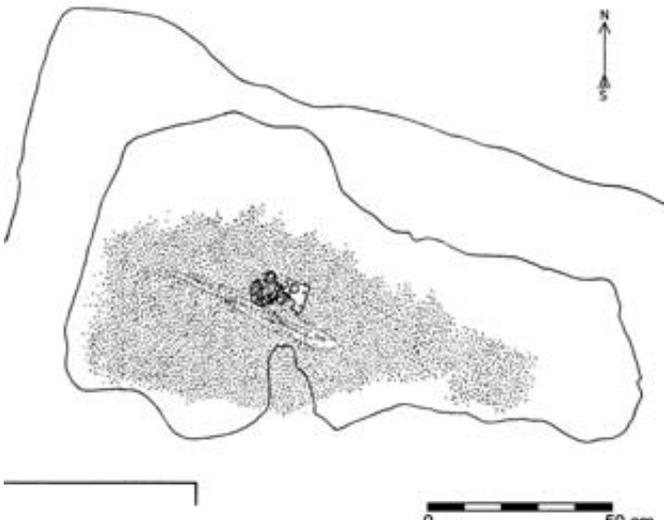


Fig. 8 - Sepultura F11 a - 100 cm da superfície.

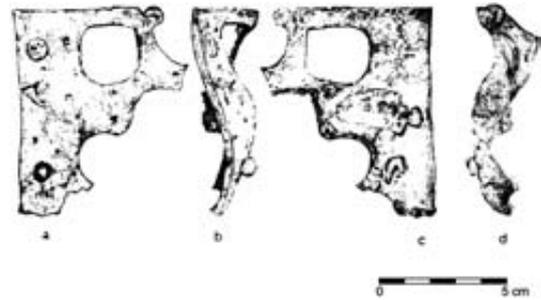


Fig. 10 - Fecho de cinturão encontrado na sep. F11 a - verso; c - reverso; b e d - perfis.

Logo abaixo desta primeira camada de ossos encontravam-se os fragmentos muito deteriorados de um fecho de cinturão (Fig. 10) e de uma xorca cujo aro de cobre, de forma tubular, assim como os pendentis de bronze, se achavam visivelmente alterados pela acção do calor e da calcificação (Figs. 11 e 12). Em nível inferior ao destes objectos e pousado na rocha do fundo deparámos ainda com um feixe de armas composto por três folhas de lança de um tom acinzentado, soldadas entre si pela calcificação (Fig. 13).

Um pouco mais a leste destas lanças, e igualmente depositados sobre a rocha do fundo, figuravam também dois contos de lança muito oxidados, uma faca afalcatada e alguns fragmentos do que parecia ser um aro metálico de pequeno diâmetro e débil espessura.

Observada na sua totalidade, esta sepultura leva-nos a supor que o corpo do defunto tenha sido queimado conjuntamente com os seus objectos ornamentais e as suas armas (Fig. 14). Os fragmentos do crânio e os dentes,



Fig. 11 – Espólio encontrado no meio das cinzas da secção de sondagem F11.



Fig. 12 – Fragmentos do aro de uma xorca e respectivas sanguesugas, fecho de cinturão, fíbula, haste de ferro e fragmentos.

que parece, ao faltar-lhes o apoio em virtude da quase total combustão deste, teriam acabado por tombar sobre a rocha do fundo, ficando o fecho do cinturão e a xorca, de menor densidade que as armas, numa camada intermédia, envolvidos pelo núcleo de cinzas.

2.^a sepultura (G11). O terreno da sondagem G11, de características muito semelhantes às das restantes da mesma secção, mostra um remeximento idêntico e a mesma abundância de fragmentos de cerâmica romana, actual e de tempos mais remotos.



Fig. 13 – Feixe de três folhas de lança poisado no fundo da sepultura E11- F11.



Fig. 14 – Ossos humanos encontrados no estrato de cinzas sob o murete separatório E11-F11 (obs.: na verdade a maioria senão a totalidade dos restos observados pertencem a animais ritualmente sacrificados ou consumidos aquando das cerimónias fúnebres).

encontrados perto do extremo ocidental da sepultura, permitem-nos concluir ainda que o corpo, antes de ser submetido à acção do fogo fora colocado no sentido E-W, com a cabeça para poente.

As lanças, depostas previamente sobre o corpo, ao



Fig. 15 – Sepultura G11 mostrando a camada de areia granulosa cozida pelo calor. Imediatamente por cima, manchas de cinza, onde apareceu o escaravelho n.º 2 (obs.: trata-se de escaravelho de espinela, publicado pelo autor (PAIXÃO, 1971, Est. 2, n.º 2).



Fig. 16 – Outro aspecto da mesma sepultura, aos pés da qual se vêem três costelas de bovino.

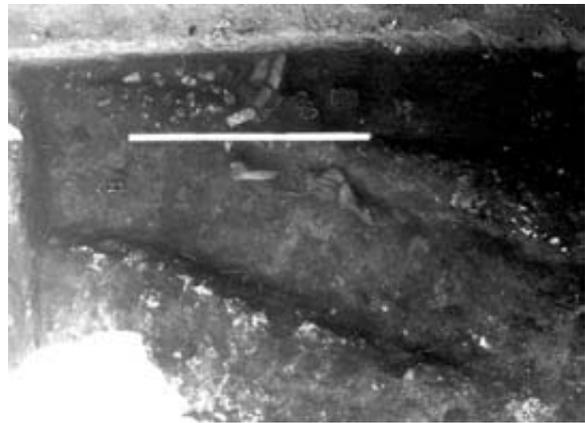


Fig. 17 – Visão vertical do rectângulo situado por baixo da sepultura G11 Sul e do espólio colocado sobre a camada de protecção da sepultura G 11.

A partir de apenas 30 cm de profundidade, onde estratos de terra enegrecida se afundam no solo descaindo obliquamente para leste²⁹, fragmentos de cerâmica actual e romana, muito abundante à superfície, vai desaparecendo, gradualmente, substituídos pelos de maior antiguidade.³⁰ Numerosos fragmentos ósseos e alguns pedaços de metal, incharacterísticos, completam o panorama (Figs. 15 e 16).

À profundidade de cerca de 90 cm a terra, até aí de coloração escura, toma um tom acinzentado, desaparecendo, completamente, os vestígios cerâmicos.

Imediatamente por baixo surge nova sepultura cavada na rocha como a anterior, mas de dimensões muito mais reduzidas³¹ (Fig. 17). Os ossos que continha, meio calcinados, eram humanos e ultrapassavam largamente

²⁹ Estes estratos, cuja inclinação era de 35°, estendiam-se ainda pelo interior da barreira deixada a norte pelo rebaixamento da sondagem G11 e pela redução do murete F11 – G11 que, dada a orientação tomada pela escavação, nos pareceu desnecessário manter.

³⁰ Se houve na área restrita desta sondagem alguma urna cinerária, os trabalhos de lavoura decerto a quebraram, espalhando-se o seu conteúdo por uma área mais ou menos extensa, difícil de delimitar.

³¹ Se não fora a grande quantidade de ossos que continha, facilmente teríamos tomado o pequeno sulco que a constituía por um acidente natural da própria rocha. De cerca de 80 cm de comprimento por 20 cm de largura, a sua profundidade não ia além de uns escassos 5 cm.

a sua pequena capacidade achando-se o canto ocidental ocupado, sobretudo, por fragmentos cranianos com vestígios nítidos de terem sofrido a acção do fogo. Sem qualquer espólio cerâmico ou metálico que permita determinar a época a que pertence esta sepultura, apenas o rito da incineração e a posição relativa face à sepultura anteriormente descoberta e às restantes, que se viriam depois a descobrir, nos permitem supô-la da mesma época. Um facto interessante a assinalar foi o da descoberta a seus pés de um fragmento não calcinado de um osso de bovídeo.

3.^a sepultura (G11N). Com o aprofundamento da sondagem G11 e do murete divisorio que o delimitava a oriente, obteve-se um corte que, diferentemente do que tinha acontecido na descoberta das precedentes sepulturas, permitia verificar a disposição relativa das diferentes camadas estratigráficas que se sobrepunham à mesma sepultura.

Ultrapassada a camada de terra arável cujas características em nada diferiam das verificadas nas precedentes sondagens, sucede-se uma camada de cinzas com sinais nítidos de remeximento. A seguir, um estrato de terra castanha e, imediatamente por baixo, uma densa mancha de cinza negra que, disposta em declive, parecia assinalar a existência de um acervo funerário onde, porém, não se vislumbraram quaisquer fragmentos de ossos. Aí foi achado o escaravelho³² maior e o mais perfeito dos encontrados durante esta escavação, o qual, envolto por um compacto núcleo de cinzas, não se fazia acompanhar por qualquer outro espólio (Fig. 18).

O extremo inferior deste estrato de cinzas assentava directamente sobre uma camada de terra compacta e acinzentada, desprovida de qualquer espólio cerâmico ou ósseo, que cobria directamente a sepultura cavada na rocha. Orientada como as restantes no sentido sudoeste-noroeste, é pouco profunda e apresenta a forma de um “oito” oblongo. Para além dos abundantes fragmentos de ossos calcinados que continha, nenhum vestígio de metal ou barro nela foi encontrado.

4.^a sepultura (G11S). A existência desta sepultura foi detectada pela presença de uma densa mancha de cinzas, visível no corte sul da sondagem F11-G11, quase ao nível da rocha do fundo (Fig. 19).

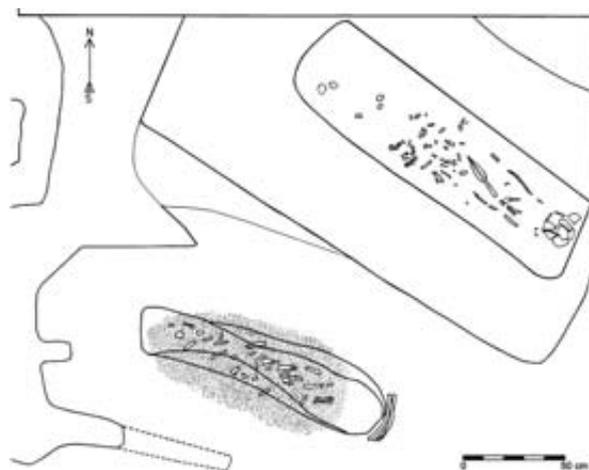


Fig. 18 - Sepultura G11 norte e G12.



Fig. 19 - Aspecto do corredor F11-G11, onde se avistam o sulco cavado na rocha da sepultura G11 Norte e, à esquerda, na barreira de terra, a mancha de cinzas correspondente à sepultura G 11 Sul.

³² Que este escaravelho não fazia parte do conteúdo da sepultura que lhe ficava imediatamente por baixo é um facto. Porém, não podemos pôr de parte a hipótese de que tenha sido colocado sobre a terra que cobria a mesma sepultura, durante uma possível cerimónia em honra do defunto.

As características das camadas de terra supra-jacentes não diferem muito das verificadas nas sondagens anteriores. Até 40 cm de profundidade abundam, sobretudo, fragmentos de cerâmica romana de pequenas dimensões, de mistura com pedaços de ferro e cobre incharacterísticos e esquirolas ósseas calcinadas. O mesmo panorama mantém-se até cerca de 80 cm de profundidade, residindo a única diferença no facto dos fragmentos cerâmicos apresentarem maiores dimensões.

Antes de atingidas as cinzas que cobrem a sepultura assinalada, a existência de fragmentos de ossos humanos meio calcinados, dispostos horizontalmente, permitem concluir tratar-se de acervo funerário cuja relação com a sepultura que lhe fica mais abaixo não é fácil de precisar (Fig. 20). A posição dos ossos cranianos espalhados a Oeste mostram que o corpo foi ali colocado na posição E-W, usual nos enterramentos deste tipo.

Contrariamente ao que costuma verificar-se, o calor desenvolvido durante a combustão do corpo não provocou um acentuado recozimento da terra circundante.³³

À camada de terra onde se localiza o acervo funerário sucede o denso cinzeiro atrás referido que, prolongando-se pelo interior do corte da barreira, descai progressivamente para sul. Apesar de se espalhar por cima de um rectângulo grosseiramente cavado na rocha que lhe é subjacente, tudo leva a crer que pertença a uma outra sepultura paralela àquela e situada um pouco mais a sul. A ausência de ossos humanos no interior deste rectângulo permite supor tratar-se de uma sepultura que, por qualquer motivo desconhecido, tivesse sido esvaziada do seu conteúdo ainda na época daqueles enterramentos ou que até nunca chegasse, porventura, a ser utilizada.

5.^a sepultura (G10) (Figs. 21, 22, 23 e 24). Situada à profundidade de 110 cm, as camadas de terra que se lhe sobrepunham, muito remexidas junto da superfície, abundavam em fragmentos de cerâmica de diferentes épocas. Estes fragmentos, cujas dimensões, de um modo geral aumentavam de tamanho à medida que se aprofundava a escavação, começavam a rarear a partir dos 80 cm. Aos 85 cm desapareceram completamente,



Fig. 20 – Sepultura G11 Sul, colocada imediatamente sobre a terra cozida que cobre a sepultura G11, situada um pouco mais a sul e em nível inferior àquela.

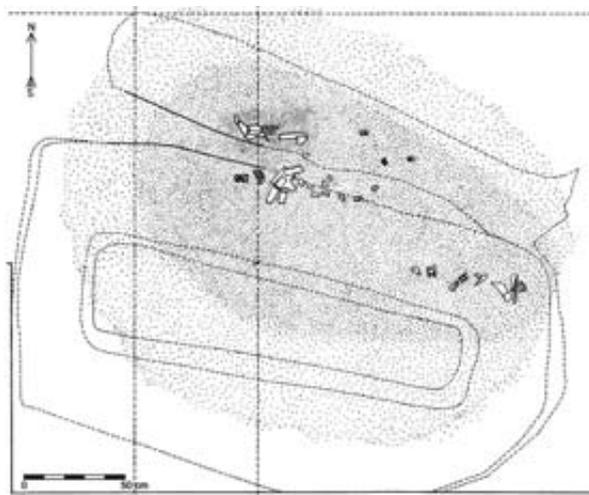


Fig. 21 – Sepultura G10 a - 105 cm da superfície.

³³Uma vez que os fragmentos ósseos, apesar de submetidos à acção do fogo, nos permitem distinguir uma certa regularidade na sua disposição, pomos de parte a hipótese de que para ali tenham sido transportados após incineração levada a cabo noutro local. O débil recozimento da terra que os envolve deve-se talvez à circunstância do corpo ter sido colocado na terra e não sobre a rocha do fundo onde as temperaturas elevadas se mantêm geralmente durante mais tempo.

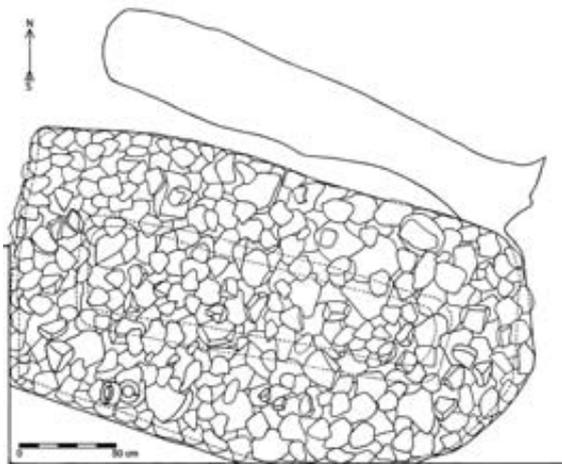


Fig. 22 - Sepultura G10 a - 110 cm da superfície.

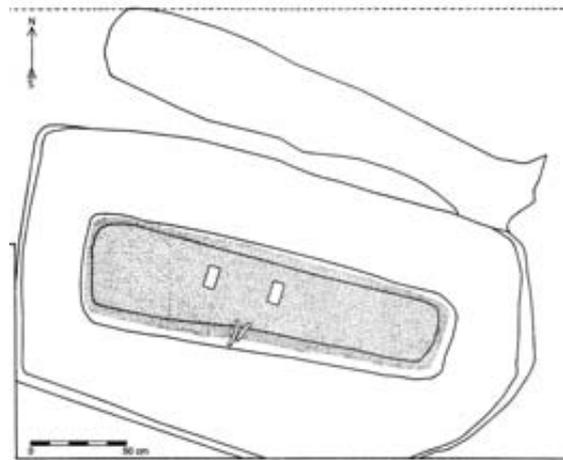


Fig. 23 - Sepultura G10 a - 140 cm da superfície.

mostrando o respectivo estrato uma cor e consistência que denunciavam a proximidade imediata duma fonte de calor. Ultrapassado este estrato, surge uma densa camada de cinzas de cor negra e gordurosa, onde aparecem os primeiros objectos metálicos pertencentes àquela sepultura.

Ao centro, e numa posição que correspondia ao espaço existente entre esta mesma sepultura e a anteriormente escavada, estava colocado um fecho de cinturão de bronze, de forma losânguica, que se fazia acompanhar de dois colchetes filiformes, de cobre (Figs. 25 e 26). Em contacto com ele viam-se alguns fragmentos de costelas de bóvidos que tinham adquirido uma coloração esverdeada devido à oxidação do fecho do cinturão a que estavam apoiados. Poucos centímetros mais a noroeste, outros ossos do mesmo animal estavam depositados sobre a acção do calor, apresentando dois deles sinais nítidos de corte com instrumento de gume.

Na parte oriental do cinzeiro encontravam-se dispersas em grande número, peças metálicas em forma de pequenas braçadeiras, destinadas, certamente, a ligar objectos de material perecível de que se não encontrou o menor vestígio. No extremo do outro lado jaziam duas outras peças metálicas compostas por dois elementos de cobre em meia cana, ligados entre si por três rebites do mesmo metal (Fig. 27).

A camada de cinzas sobre a qual estes objectos se encontravam depostos tinha uma espessura que oscilava entre dois e cinco centímetros. Imediatamente por baixo dela um denso aglomerado de pedras enegrecidas pela presença de cinzas, a resguardar os restos contidos no túmulo cavado na rocha (Figs. 28 a 30). Sobre as pedras de protecção, e na parte mais ocidental da sepultura, dois aros de ferro do cubo de uma roda de carro (Figs. 30, 31 e 32). Aliviada a sepultura dos blocos de pedra que a cobriam, foram descobertos ainda dois outros aros de ferro enterrados no cinzeiro (Figs. 30, 31 e 33), assim como duas outras peças, também de ferro, cuja utilidade se desconhece.

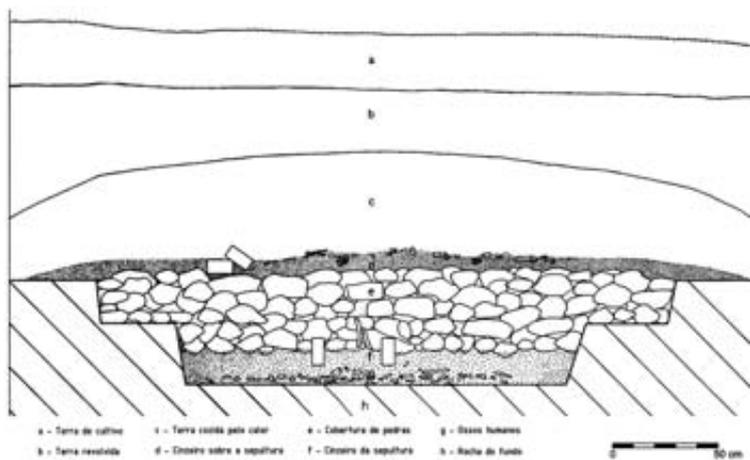


Fig. 24 - Corte da sepultura G10.

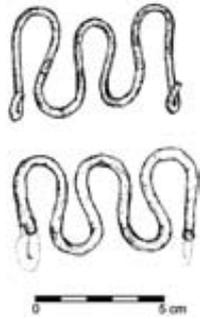
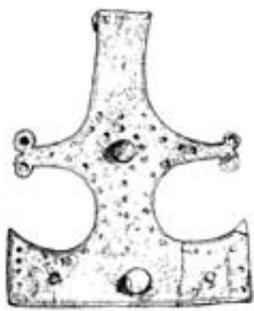


Fig. 25 – Fecho de cinturão encontrado sobre a sepultura G10 e colchetes que o acompanhavam.



Fig. 26 – Fecho de cinturão de um só gancho encontrado entre as cinzas que cobriam a sepultura G10.



Fig. 27 – Reconstituição da fibula encontrada no cinzeiro que recobria a sepultura G10.

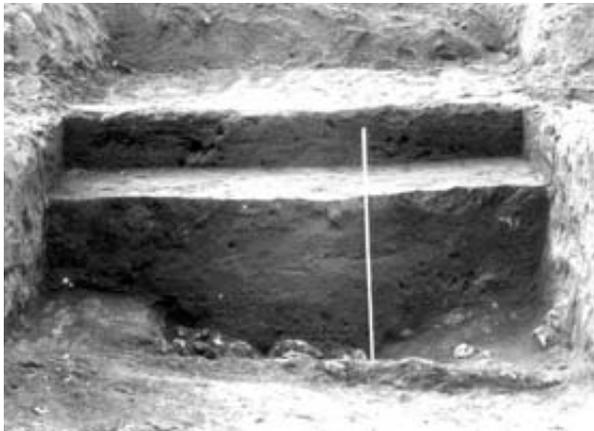


Fig. 28 – Corte do terreno, mostrando o rebordo norte da sepultura G10 e parte da cobertura de pedras que a protege.

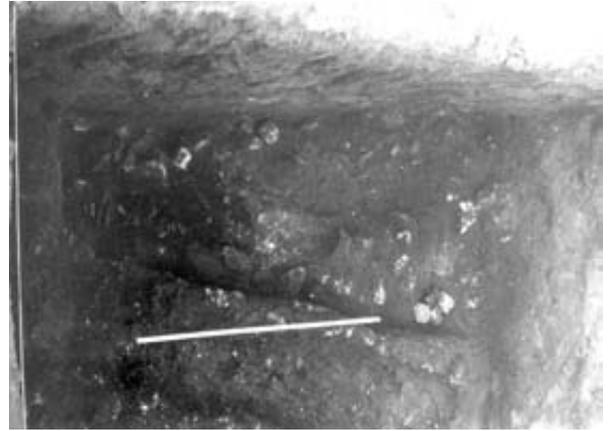


Fig. 29 – Outro aspecto da sepultura G10, notando-se a camada de pedras e, à esquerda, parte do espólio que a cobria.

Decerto, pelo contacto directo com o calcário do fundo, os ossos contidos na sepultura, muito fragmentados, apresentavam uma cor branco-acinzentada.

6.^a sepultura (F12). Situada a norte da sepultura F11, e a ela paralela, encontrava-se apenas a 60 cm de profundidade. A reduzida camada de terra que a cobria, revolvida pela lavoura, não permitia qualquer estratificação, sendo a cerâmica, que nela se encontrava, dos mais variados tipos e épocas. Sem qualquer cobertura protectora, esta sepultura é constituída por uma reentrância oblonga, grosseiramente rectangular, de cerca de dois metros de profundidade, aproximadamente. Repleta de cinzas e de ossos calcinados, não continha qualquer espólio cerâmico ou metálico.

7.^a sepultura (E7 - F7). Esta sepultura localizava-se a acerca de cinco metros a sul da sepultura F11 e apenas à reduzida profundidade de quarenta e cinco centímetros. Sem qualquer cobertura de protecção, o seu comprimento era de um metro e trinta centímetros e continha grande quantidade de ossos e cinzas (Fig. 34). Faziam ainda parte do espólio, além de um segmento de ferro, de pequenas dimensões, com rosetas de bronze enfeitadas por sulcos irradiantes nos extremos, um fecho de cinturão fêmea, de ferro, e uma faca afalcatada do mesmo metal (Fig. 35).

Todos estes objectos se encontravam depositos aos pés da sepultura (Fig. 36). A faca (Fig. 37), pousada lateralmente sobre o rebordo interno da sepultura, tinha adquirido, pela acção do calor da combustão do corpo, a curvatura da anfractuosidade rochosa em que estava apoiada.

Embora as sepulturas cavadas na rocha pareçam, pela sua forma e dimensões, denunciar a transição entre os ritos de inumação e de incineração, a ausência de outros elementos característicos da Idade do Bronze não nos permite aceitar esta ideia, enquanto não surgirem mais elementos suficientemente válidos que o justifiquem.

É certo que a regularidade manifesta na disposição das sepulturas de Alcácer do Sal nos levou, inicialmente, a tentar ver aí uma analogia com os alinhamentos de sepulturas cavadas na rocha das

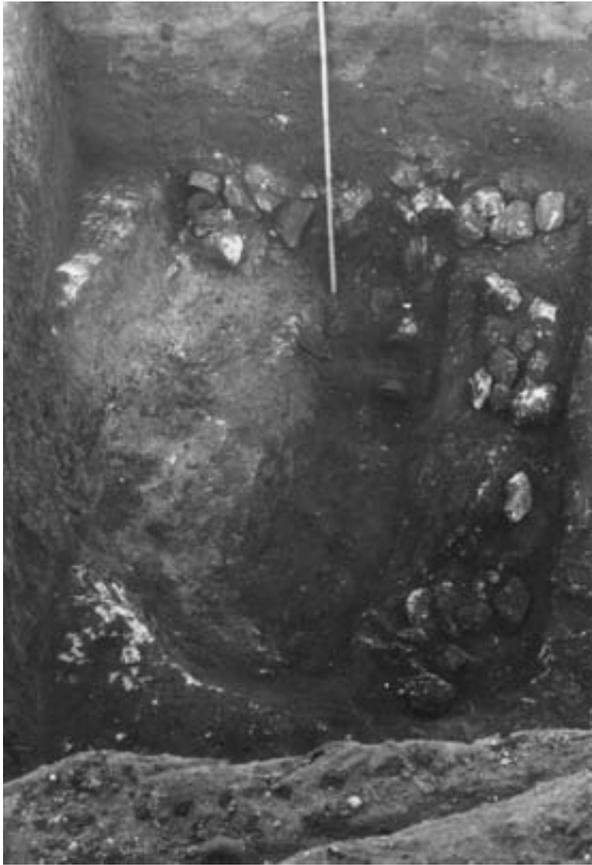


Fig. 30 - Aspecto da sepultura G10, mostrando a sua configuração geral e parte da respectiva cobertura de pedras.



Fig. 31 - Pormenor da parte ocidental da sepultura G10, mostrando, em cima, à esquerda, e em baixo, ao centro, quatro cubos de ferro de rodas de carro.

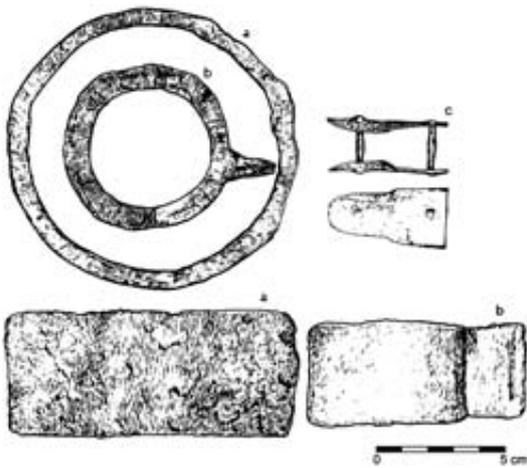


Fig. 32 - Cubo de uma roda encontrado na sepultura G10.



Fig. 33 - Aros de ferro pertencentes a cubos de roda encontrados na sepultura G10 e segmentos de ferro de utilização desconhecida.



Fig. 34 – Sepulturas E7-F7 mostrando, de mistura com as cinzas da combustão, numerosos fragmentos ósseos.



Fig. 35 – extremo oriental da sepultura E7-F7, onde, uma vez retiradas as cinzas, foram encontrados alguns objectos de ferro, entre os quais uma faca afalcatada e a colcheta de um fecho de cinturão.



Fig. 36 – faca afalcatada, haste de ferro com rosetas terminais, colcheta de ferro e fragmentos incaracterísticos de cobre da sepultura E7-F7.

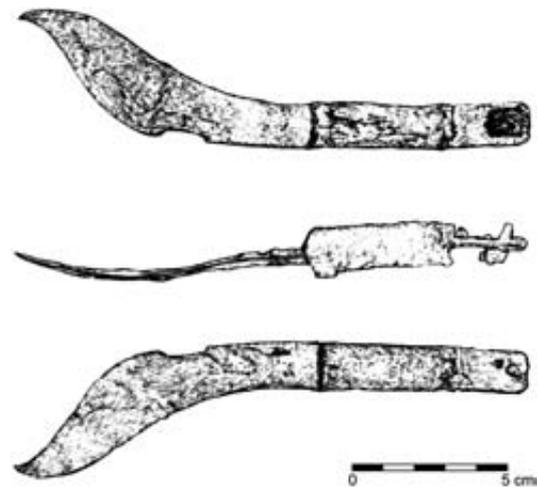


Fig. 37 – Três aspectos da faca afalcatada de ferro encontrada na sepultura E7-F7.

necrópoles da Idade do Bronze algarvias.³⁴ Porém, as exíguas dimensões dos rectângulos que as compõem, os quais possuem pouco mais de meio metro de comprimento por cerca de vinte centímetros de lado, depressa fizeram afastar de nós esta hipótese.

Nota: No texto não se encontra descrita a sepultura G12, a qual, no entanto se encontra devidamente registada em planta e fotograficamente (Fig. 2). A importância desta sepultura é evidenciada não só pelas suas características bem evidenciadas pela documentação iconográfica (Figs. 38 a 40), como pelo espólio fornecido, destacando-se uma ponta de lança de ferro e um conjunto de “sanguessugas” de bronze de uma xorca (Fig. 41).

³⁴ Estácio da Veiga, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, Tom. IV. Lisboa, 1891, p. 236.

4 - CONCLUSÃO

Resta-nos tirar algumas conclusões em que procuraremos integrar os resultados destas pesquisas num contexto tanto quanto possível mais vasto.

O estudo dos materiais obtidos nas escavações do Professor Vergílio Correia e nas que são objecto do presente trabalho leva-nos a concluir da existência de diferentes fases de ocupação deste cemitério, a mais antiga das quais mostra características muito semelhantes às de Hallstatt D. A razão desta cronologia assenta na concorrência dos dados de natureza tipológica e dos que nos são fornecidos pela presença numa das sepulturas de incineração de um escaravelho egípcio ou egíptiano com inscrição de Psamético I, que reinou de 663 a 609 a.C.

Importa chamar a atenção para a coincidência destes dois dados que mutuamente se confirmam sem o que haveria muita dificuldade em estabelecer a datação deste último elemento estranho apenas pela sua inscrição uma vez que poderia tratar-se de uma imitação posterior ou ter sido deixado antes da ocupação da necrópole, o que aliás nos parece altamente improvável dadas as circunstâncias da sua descoberta.

Estabelecida a cronologia aproximada deste primeiro período de ocupação, tira-se daí uma ilação do maior interesse: prova-se a coincidência de contactos com o mundo mediterrânico cuja frequência é, porém, difícil de determinar. No entanto, esses contactos deveriam ter-se mantido com uma certa regularidade. Na verdade, a descoberta de mais três escaravelhos a que julgamos poder atribuir a datação dos séculos VI a IV a.C. prova a continuação de tais contactos durante aqueles séculos, os quais se realizariam, provavelmente, através do comércio fenício. Esta circunstância leva-nos a aproximar a necrópole do Senhor dos Mártires das estações andaluzas do alto e baixo Guadalquivir, onde os testemunhos da fusão entre o celtismo e o orientalismo permitem delimitar um complexo cultural de características bem diferenciadas.

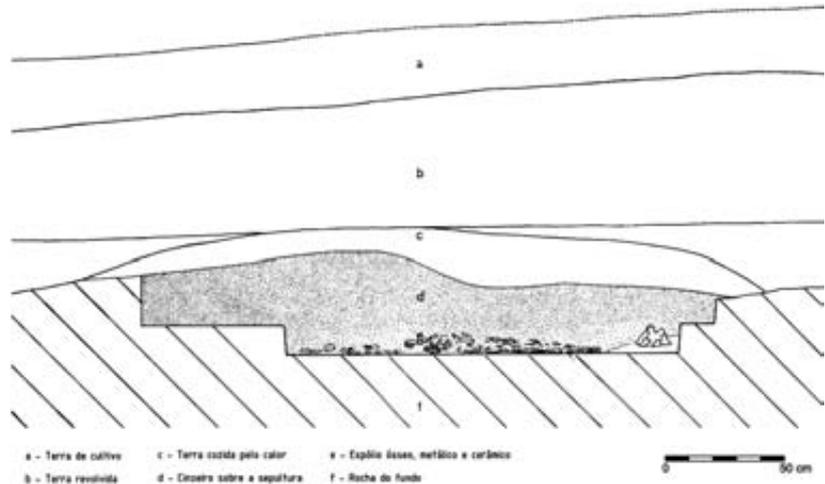


Fig. 39 - Secção da sepultura G12, mostrando, a partir de 90 cm de profundidade, as primeiras cinzas da sepultura.

No entanto, a grande abundância, naquelas estações, de objectos vindos do Oriente contrasta com a relativa pobreza destes materiais na necrópole do Senhor dos Mártires.

Este facto leva-nos a estabelecer a hipótese de que, imediatamente após os primeiros contactos com o mundo mediterrânico levados a cabo pelos navegadores fenícios (ou cartagineses) se teriam dado a sua interrupção durante alguns decénios. Aqueles só se viriam a reatar com maior intensidade, sobretudo, a partir dos princípios do século IV a.C., altura a que se deve a importação dos vasos áticos encontrados nesta necrópole.

Não podemos, no entanto, deixar de apresentar outra hipótese que é a do contacto indirecto por importação, não através dos Fenícios, mas dos próprios autóctones das estações do Guadalquivir que, por permuta, guerra, roubo ou qualquer outra forma de contacto instável, teriam trazido aqueles objectos que por morte dos seus portadores ou utentes, ficariam a fazer parte do espólio desta necrópole.

Não pretendendo aprofundar aqui o tão discutido problema do domínio comercial dos Fenícios ou Gregos nestas paragens, recordamos apenas que dos dados arqueológicos já estudados se depreende que o comércio fenício com o Ocidente, cujo móbil principal seria a busca de estanho, ouro e cobre, teria atingido o seu auge no século VIII a.C. e que, não obstante a queda de Tiro em 750 a.C. e a ocupação da Fenícia por Salmanasar V e Sargão I, entre 724 e 720, o seu domínio comercial se teria mantido ainda durante vários anos, centrado sobretudo na rica Tartessos.

Pertencem a esta época as estações de Acebuchal, Carmona, Setefilla e Carambolo cujos materiais apresentam um indiscutível parentesco com os da necrópole de Alcácer, sobretudo quanto ao espólio cerâmico, sendo porém nitidamente mais numerosos os objectos orientalizantes nelas encontrados, fenómeno que poderá explicar-se pela sua situação mediterrânica e, sobretudo, pela indesmentida riqueza mineira da região.

Não nos poderemos esquecer, porém, de que Alcácer do Sal, tal como Gades e Ibiza, não nos forneceu até agora quaisquer objectos de data anterior ao século VII a.C., circunstância que parece indicar um mais tardio e menos frequente contacto com estas paragens o que não implica, claro está, a inexistência de viagens de carácter explorativo, anteriormente a esta época.

Durante a segunda fase de ocupação da necrópole do Senhor dos Mártires, caracterizada pelas sepulturas do primeiro, segundo e terceiro tipos da classificação de Vergílio Correia, que constituem variante radical em relação à do quarto tipo da mesma classificação, a presença de vasilhas gregas dos séculos V e IV a.C., pertencentes sobretudo ao seu período final, traduz, segundo tudo indica, um reflexo da acção colonial grega na Península Ibérica.

Não pode mesmo deixar de se relacionar a existência deste tipo de espólio com o ressurgimento das antigas feitorias de Alonai e Akra Leuké (Alicante) na costa sudeste da Península, o qual se verificou talvez



Fig. 40 – Visão vertical da sepultura G12, em cujo extremo se acumulam os fragmentos de uma vasilha de ossos humanos e uma lâmina de lança. Nota-se, na parte média, um bracelete de sanguessugas muito fragmentada.

ainda durante a parte final do século V a.C. Se se trata de relações directas ou indirectas, tal como no caso anterior, eis o que não nos é possível definir por agora.

O estudo da necrópole do Senhor dos Mártires proporciona-nos ainda alguns considerandos sobre a influência céltica nesta zona.

Apesar da presença de numerosos objectos de carácter celtizante nas sepulturas desta necrópole, tal circunstância deverá, quanto a nós, ser interpretada não como reflexo do constante afluxo de povos vindos de além-Pirenéus mas como resultado de uma evolução técnica e cultural quase autónoma, feita embora a partir de padrões iniciais de influência halstática, trazidos por povos que, uma vez alcançado o litoral atlântico, teriam permanecido longo tempo desligados do núcleo originário.

Não hesitamos em considerar o cemitério do Senhor dos Mártires como pertencente a uma área cultural dotada de vida própria, muito mais voltada aos contactos com os povos da orla marítima do que com os do interior peninsular. Poré, apesar da presença de certas vasilhas cerâmicas muito semelhantes às da orla mediterrânica da Península, de tais contactos não parece ter resultado qualquer integração no mundo Ibérico ou mesmo tartéssico.

O contacto com o Mediterrâneo deve ter-se verificado, pois, não através da faixa costeira, de evidente descontinuidade cultural, mas através de contactos comerciais, cuja intensidade e frequência apenas será possível determinar pelo estudo de conjunto do espólio deste cemitério e do da área habitacional do povo que a utilizou.

Em suma, na necrópole do Senhor dos Mártires confluem dados que demonstram a presença activa, no extremo ocidental da Península, da influência, directa ou indirecta, fenícia, grega e céltica durante o período de tempo que decorre entre os séc. VI e III a.C.



Fig. 41 – Ponta de lança e sanguessugas encontradas na sepultura G12.

REFERÊNCIAS

Nota

Apenas se menciona a bibliografia relativa à necrópole do Olival do Senhor dos Mártires que é da autoria do Dr. António Cavaleiro Paixão, já que as restantes obras por ele utilizadas na redacção da sua tese, ou se encontram mencionadas em notas de rodapé, fazendo parte integrante do texto ora reproduzido, ou respeitam a partes da obra original que, por manifestamente se encontrarem desactualizadas, não foram seleccionadas para publicação. A excepção é a síntese, recentemente publicada, sobre a investigações realizadas na necrópole sadina desde a sua identificação, no século XIX, que actualiza o enquadramento histórico apresentado por A. Cavaleiro Paixão, acima reproduzido.

O Dr. António Cavaleiro Paixão produziu ainda alguns contributos sobre o núcleo romano desta necrópole, o qual, já abordado na sua tese de Licenciatura, foi por ele ulteriormente intervencionada. Por não se enquadrarem na temática seleccionada, tais fontes bibliográficas não foram agora consideradas.

GOMES, F. B. (2015) – The Olival do Senhor dos Mártires necropolis (Alcácer do Sal) in the context of the Iron Age funerary practices of the Southwestern Iberian Peninsula. *Death as Archaeology of Transition: thoughts and materials*. BAR International Series 2708, p. 327-341.

PAIXÃO, A. M. C. (1970) – *A necrópole do Senhor dos Mártires – Alcácer do Sal. Novos elementos para o seu estudo*. Dissertação para Licenciatura em Ciências Históricas apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa. Não publicada.

PAIXÃO, A. M. Cavaleiro (1971) – O recente achado de três escaravelhos na necrópole do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal. *2.º Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*. Actas. Coimbra: Junta Nacional da Educação, 1, p. 309-314.

PAIXÃO, A. C. (1983) – Uma nova sepultura com escaravelho da necrópole proto-histórica do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 1, p. 273-286.

PAIXÃO, A. C. (2001) – Alcácer do Sal proto-histórica no contexto mediterrânico. In: *Os Púnicos no Extremo Ocidente*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 149-172.

**PALAMBRIO: UNA PALABRA “LUSITANA” ACTUAL
DERIVADA DE LA RAÍZ *PALA-, “PIEDRA”**

PALAMBRIO: AN ACTUAL “LUSITANIAN” WORD FROM *PALA-, “PIEDRA”

Martín Almagro-Gorbea*

Abstract

Analysis of the word “pala” and derivative voices kept alive in Spanish and in Galaico-Portuguese language and in the place names of the Galician-Lusitanian region and of the provinces of León, Zamora and Salamanca (Spain). Its meaning as “rock” is confirmed, as its origin in the i.e. Lusitanian language. It thus provides an interesting example of survivals of *longue durée* in words of prehistoric origin preserved in the western lands of Iberia.

Keywords: Pala, Lusitanian i.e. language, *Lusitanos*, Palaeohispanic Linguistic, Ethno-archaeology.

En un viaje por el Sayago en Septiembre de 2013 para estudiar una interesante “Piedra de ánimas”¹ que hay en Carbellino de Sayago, Zamora, tuve la fortuna de ser acompañado por un antiguo pastor de 70 años, Pedro Sánchez Zarza, buen conocedor de la zona y de sus costumbres. Además de llevarme hasta la *Piedra de ánimas*, me habló de un “*palambrio*” situado a unos 200 m. al Este de dicho monumento, al que igualmente me condujo (Fig. 1). El vocablo me llamó la atención, por lo que le rogué que me explicara con detalle el sentido que tenía este tipo de abrigo rupestre y su función para protegerse en el campo.

Según la información obtenida de Pedro Sánchez Zarza, en esa zona del Sayago, que ofrece grandes berrocales graníticos, se denomina *palambrio* a los abrigos naturales rupestres situados en mitad del campo formados bajo los grandes berrocales de granito, en los que se refugiaban los pastores, quienes en su interior dejaban siempre troncos y retamas para encender fuego y calentarse en caso de sorprenderles una tormenta, aunque también se utilizaban en ocasiones como refugio el ganado. Según José Manuel Molinero, de Fresno de Sayago, *palambrio* son aquellas rocas erosionadas por la acción del viento y las lluvias con forma de visera (Fig. 2), que sirven para dar cobijo al hombre, que en ocasiones las ha cerrado por uno o por los dos lados para refugiarse en los días de frío y lluvia.² A su vez, P. Riesco,³ en su documentado estudio sobre *Palambrio* y topónimos relacionados, lo define como ‘huevo en forma de visera que la erosión deja en una peña’.⁴ Lo considera

* Real Academia de La Historia (Madrid). anticuario@rah.es

¹M. Almagro-Gorbea – “El ‘Canto de los Responsos’ de Ulaca (Ávila): un rito celta del Más Allá”, *Illu*, 11, 2006, p. 5-38.

²J. M. Molinero, < URL: <http://www.fresnodesayago.com> > , visitada el 28.09.2013.

³P. Riesco Chueca – “Testimonios toponímicos del léxico arcaico de las provincias leonesas”. *Anuario del Instituto de Estudios Zamoranos*, 2011 (2013), p. 135-216. Para *Palambrio*, p. 163-165.

⁴J. A. Panero – *Sayago. Costumbres, creencias y tradiciones*. Medina del Campo: C. Sánchez, 2000, p. 187.

“una voz arcaica en su morfología, cuya base es bien conocida en todas las Arribes del Duero, *palla*, ‘peña salediza, en forma de visera, que forma pequeñas covachas; puede servir como refugio de pastores’”, pues estos saledizos naturales han sido muy valorados como refugio en una cultura pastoril que obligaba a largas permanencias a la intemperie y a cuyo abrigo se encendía fuego o se reparaba fuerzas al resguardo del frío,⁵ acepción coincidente con la recogida en Carbellino. Con *palambrio*, además de algunos casos inciertos,⁶ relaciona *palambarrera* o *palombarrera*, que en Abelón y Fariza designan el ‘saliente de una peña a modo de tejado o visera’,⁷



Fig. 1 – *Palambrio*, Carbellino de Sayago, Zamora, situado próximo a una “Piedra de ánimas”.

mientras que en ocasiones es la ‘cubierta de las fuentes’, como evolución semántica relacionada con la losa inclinada de piedra o “pala” que suele cubrir las fuentes del Sayago.⁸ Esta variedad de formaciones (-as, -io, -ios, -iona) confirma la vitalidad, al menos histórica del vocablo.

El término *palambrio* se usa tradicionalmente en el Sayago, pues Pedro Sánchez Zarza lo había aprendido en Carbellino de su padre y de su abuelo y está bien documentado en la toponimia local, como *El Palambrio* (peña de Bermillo de Sayago), *Peña el Palambrio* (Fornillos de Fermoselle, Torrefrades), *La Palambrióna* (Salce), *Los Palambrios* (Almeida), *Palambrio* (en el callejero de Pasariegos, aldea de Villar del Rey), *Palambrio* (en Fresnedillo de Sayago) (Fig. 2) y *Palambrias* (Picuote, Miranda do Douro, Portugal). *Palambrio* también aparece documentado como *Palambre* en Galicia, c. 1009, en el Tumbo de San Julián de Samos (Lugo), y como *Paambra*, en 1185, en Sobrado de los Monjes (La Coruña), tal como ha identificado J. J. Moralejo.⁹ De estos topónimos deriva el de *Pambre*, documentado en Ramirás, Orense, y en Palas de Rei, Lugo. Moralejo plantea si estos topónimos gallegos proceden del hidronímico ie. **pel-* ‘fluir’ o del más frecuente *palla* ‘cueva, abrigo’, tal como Riesco¹⁰ se inclina acertadamente a pensar, pues el topónimo gallego *Palambre* equivale morfológicamente al sayagués *palambrio*, donde ha conservado hasta hoy su significado relacionado sin duda con “peña”.

⁵ P. Riesco, *op. cit.* en la n. 3, p. 65.

⁶ P. Riesco (*op. cit.* en la n. 3, p. 63) señala dos topónimos aparentemente relacionados, *Los Pelambres*, junto al Duero en Zamora, pero que debe proceder de la industria local de tenerías y curtido de piel, y *El Pelambre*, Penagos, Langre, La Coruña, cuyo significado no puede precisarse sin conocer su contexto local.

⁷ Según los vocabularios zamoranos recopilados en 2008 por M. Cabezas Diego, M^a R. Arribas Pascual y A. Toribio Arribas para la asociación cultural *Furmientu* (< URL: <http://www.furmientu.org/> >, consultada en la primera mitad de 2012 por P. Riesco, *op. cit.* en la n. 3, p. 153).

⁸ Según María del Carmen Garrote Bernabé, recopiladora de vocabularios zamoranos para la asociación cultural *Furmientu* (< URL: <http://www.furmientu.org/> >, consultada en 2012 por P. Riesco, *op. cit.* en la n. 3, p. 152).

⁹ J. J. Moralejo – “Documentación medieval galaica: topónimos en -bre”. In: F. Cortés Gabaudán y J. Víctor Méndez Dosuna (eds.) – *Dic mihi, Musa, virum: Homenaje al profesor Antonio López Eire*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000; p. 476.

¹⁰ P. Riesco, *op. cit.* en la n. 3, p. 163.

También de *Palambrio*, según P. Riesco, procederían *Prambrero*, *Prambero*, *Pambrero*¹¹ y, probablemente, el topónimo *Plambero* documentado en Palacios del Arzobispo, Salamanca, pues estos topónimos serían fruto de una evolución *Palambbrero* > *Prambrero*, por lo que de una formación similar pudiera proceder *Los Palabrerros*, ladera abrupta de Santibáñez de Ayllón, Segovia. Además, en la zona de Ledesma (Salamanca) existe una *plambra* “planicie, llanada”,¹² que pudiera reflejar una metáfora o alusión a un terreno llano como una gran osa plana o *palambreira*, con la misma evolución *pala* > *plam* que ofrecen los topónimos *Plamencia* y *Plamecha* de Huelva (*vid. infra*).¹³



Fig. 2 – *Palambrio*, Fresno de Sayago, Zamora (foto: < URL: <http://www.fresnodesayago.com> >

*

Es interesante la etimología de *palambrio*. Esta palabra sayaguesa, como todos los testimonios relacionados citados, está formada por el elemento prerromano **pala/*palla*, asociado por su sentido semántico con “peña”, lo que contribuye a precisar el discutido significado del término *pala*, así como su origen prerromano, confirmado al no existir ni en latín ni en árabe una raíz de la que pudiera proceder.

Palla como “peña solapada, cóncava, en forma de cueva” está bien documentada en la toponimia muy arcaizante de las tierras graníticas occidentales de Salamanca y Zamora, entre las que se incluye el Sayago, pero que se extienden hasta Galicia y León y el Norte de Portugal, territorio que corresponde al ocupado por los antiguos Lusitanos (Fig. 4). En el Sayago aparece como *Palla* (Palacios del Arzobispo), además de *La Palla* (en Argusino, Mámoles de Sayago y Muelas del Pan), *Las Pallas* (paraje con una peña en Monumenta), *Pallaloso* (= pala del oso) y *La Palla* (Cozcurrita de Sayago) y la *Peña las Pallas* (Gamones), entre otros. En esas tierras occidentales de Salamanca, Llorente Maldonado ha definido *palla* como “cueva en las rocas de los arribes y del río”,¹⁴ con ejemplos como *La Pala* (La Redonda) y otros más aislados hacia el Este, como *Las Pallas*

¹¹I. Coca – *Toponimia de la Ribera de Cañedo*. Salamanca: Ediciones de la Diputación de Salamanca, 1993, p. 71, 346, cuya etimología derivada de **pal mb rius* critica P. Riesco (*op. cit.* en la n. 3, p. 158).

¹²J. Lamano – *El dialecto vulgar salmantino*. Salamanca, 1915, p. 580 (hay una edición facsimil, con prólogo de Antonio Llorente, Salamanca: Diputación Provincial, 1995). Voz comparable a la de *palambreira* recogida en Teixeira, Galicia, por A. Anibal Otero (“Contribución al léxico gallego y asturiano VII”. *Archivum*, X, 1960, p. 352), con la acepción ‘carangal, terreno malo y de poco fondo’, que supone derivado de un étimo latino *perluminare*, aunque P. Riesco (*op. cit.* en la n. 3, p. 159), por morfología y contexto, lo incluye entre los derivados de *palla*, *palambrio*, aunque advierte el problema de la existencia de voces gallegas como *espalambrear* “arruinarse un edificio o árbol”, *apalambriar* “consumirse, gastarse algo apresuradamente”, que sin duda son de otro origen.

¹³B. M^a Prósper – *Lenguas y religiones prerromanas del occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2002, p. 46, que lo relaciona con otra *Palanda* en Córcega (Ptol., *Geog.* 3,2,7) y con los *Palantenses* citados en la inscripción de Alconétar (*cf.* A. Tovar – *Iberische Landeskunde. Lusitanien*. Baden-Baden, 1976, p. 239 s.).

¹⁴A. Llorente Maldonado de Guevara – *Estudio sobre el habla de la Ribera (Tesis y Estudios Salmantinos, V)*. Salamanca: Colegio trilingüe de la Universidad, 1947, p. 241 (reed. Salamanca: Diputación de Salamanca, 2003, p. 83, 102); J. Lamano, *op. cit.* en la n. 12, p. 560.

(Valero Salamanca), *La Palla* (Cilleros de la Bastida, en la Sierra de Francia), *Las Pallas* (en Zamora ciudad). *Palla* y sus derivados son más escasos al norte de la provincia de Zamora, salvo en la zona colindante con Galicia, como *A Pala dos Lobos* (Castrelos), *Mallada das Palas* (Porto), *Pala de los Albardeiros* (Lubián). En León, el topónimo *Pala* se documenta en la comarca de Las Médulas, donde designa un abrigo bajo una roca que se ha definido como “peña o prominencia de tierra que sobresale en la parte de arriba y cubre el suelo”,¹⁵ como en el río Isorga (Fig. 3), ya que nunca son cuevas profundas, pues en ese caso se denominan *cova* o *buraca*, lo que confirma su relación con la peña que forma el abrigo.¹⁶ Como ejemplos, cabe señalar *A Pala de Sortes*, *La Pala*, *As Palas* (Penarubia), *Palarrubia* y *A Pala do Xato* (La Barosa), *A Paleira* (peñas que marcan el límite de las jurisdicciones de Carril y La Barosa) y también se conoce algún topónimo derivado con sentido aumentativo, como *El Pallón*, en Igüeña, León.¹⁷



Fig. 3 – *Pala* de caliza sobre el Río Isorga, León (F. Bello, *op. cit.* en la n. 15, p. 364).

Pala tiene también amplia vigencia en el área gallego-portuguesa.

En Portugal *pala* aparece documentado ya desde el siglo XI¹⁸ en el Douro y las Beiras.¹⁹ En las zonas de Serra do Gerês, Minho y Trás-os-Montes significa “abrigo natural formado por rocas, caverna, gruta”, como

¹⁵F. Bello – *La toponimia de la zona arqueológica de Las Médulas (León)*. Universidad de León, Secretariado de Publicaciones y Medios Audiovisuales, 2001, p. 364.

¹⁶F. Bello (*op. cit.* en la n. 15, p. 365) ha derivado en esta zona *pala* del latín *pala* “manto, protección”, pero debe considerarse, como en los casos anteriores, originaria de la raíz **pal-* y de la base indoeuropea **pala*, “montaña, roca” (X. L. García Arias – *Pueblos asturianos. El porqué de sus nombres*. Gijón: Alborá Libros, 1977, p. 53-54).

¹⁷*El Pallero* (Fariza ZA) y *Los Palleros* (Torregamones ZA) podrían pertenecer a la base *palla* ‘solapa de peña’; la forma *palla* derivada del lat. *Pla* consta en comarcas de la Cabrera y Ancares, en el extremo occidente de la provincia de León, donde la homonimia no se produce (P. Riesco, *op. cit.*, en la n. 3, p. 164).

¹⁸J. da Silveira – “Notas sobre a toponimia do concelho de Nelas”. *O Instituto. Revista científica e literaria*, 97 (5), 1940, p. 87.

¹⁹L. Monteagudo – “Nombres de túmulos y dólmenes en Galicia y Norte de Portugal”. *Revista de Filología Española*, 38, 1954, p. 115.

el *Buraco da Pala*, gran peña con una cueva (“buraco”).²⁰ Por derivación, en algunas zonas de Portugal y de Galicia *pala* ha pasado a designar un dolmen construido con grandes piedras, acepción relacionada con el significado de *palla* como “peña solapada, cóncava, en forma de cueva” usada en León, Zamora y Salamanca.

En Galicia, el topónimo *pala* está bien representado, como en *As Fragas de Pala*, *Palas de Rei*, etc. Generalmente, es una “piedra agujereada por su parte inferior”, oquedad natural que entraña la idea de protección y se ha señalado que es un “término usado en las sierras gallegas donde hay caliza para denominar a las cuevas”.²¹ De *pala* deriva en Gallego *paleira*, “cueva o refugio en una peña granítica usado por pastores y sus animales”, equivalente al topónimo galaico-portugués *paleira*, “covacha bajo peña”,²² palabra que ofrece el mismo sentido que *palambrio*, y alguna otra variante,²³ como *palafurna*.²⁴ El mismo significado ofrece *pala* en Portugal y desde Salamanca a Asturias, donde aparecen derivados de *palla* como *pallera*, *patsera* “escondrijo” y *patsón* “guarda o cubil del oso”, documentado c. 1100 en Oviedo como “cueva donde hiberna el oso”.²⁵

Palambrio es un derivado de *pala* que ofrece un segundo elemento, *-(m)brio*, cuya etimología resulta más incierta. Moralejo incluyó el cognato gallego *Palambre* en la amplia serie de topónimos gallegos con el sufijo *-bre*, *-mbre*²⁶ procedentes de un protocéltico **brig-* “colina”, del i.e. **bhergh-* “elevado, alto”. En consecuencia, procedería de **pala + brigum > *pala(m) + brigum > palambrio > palambrio*, con su segundo elemento *-brigo < *-brigum < *-briks*, que tendría sentido de protección, lo que concuerda con el significado de *briga* en celta, utilizado con frecuencia en *Hispania* para designar una población fortificada.²⁷ Esta etimología puede defenderse para *palambrio*, por ser coherente con el sentido de “abrigo bajo una peña”, “abrigo rupestre” conservado en la actualidad. La sufijación arcaica en *-(m)brio* también podría compararse al término sustantivo o calificativo *-orca* ‘dolmen’ o *huerco* ‘profundo’, en topónimos como *La Palluerca*, Cibal, Zamora, y *Palorca*, Mirandela, Portugal,²⁸ mientras que *Palancha*, en Torres Novas, Portugal, se ha interpretado como *palla ancha*, igualmente en un contexto dolménico,²⁹ aunque entre *pala* y *Palancha* parece existir la misma dualidad neutra/despectiva que existe entre *cueva* y *covacha*.³⁰ Incluso la nasal interpuesta puede tener paralelos en el ámbito lingüístico lusitano, del que parece proceder *palambrio*. Más discutible es relacionarla con el epíteto

²⁰ M. J. Sanches – *Pré-História recente de Trás-os-Montes e Alto Douro. O abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) no contexto regional*. Porto: SPAE, 1997.

²¹ F. Cabeza Quiles – *Os nomes de lugar. Topónimos de Galicia: a súa orixe e o seu significado*, Vigo: Edicións Xerais, 1992, p. 208.

²² J. P. Machado – *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 1-3. Lisboa: Livros Horizonte / Ed. Confluência, 1993, p. 1120, quien plantea que deriva de *paleira* “cierto insecto”, propuesta que P. Riesco (*op. cit.*, n. 164) considera insostenible.

²³ *Pala* también designa en gallego un “engasto no que van suxeitas as pedras preciosas” (*cf.* X. C. Feixó – *Diccionario de lingua galega*. Vigo: Edicións Xerais, 1986, p. 68).

²⁴ F. Cabeza Quiles (*op. cit.* en la n. 21, p. 207 s.), aunque supone que *pala* deriva del latín *palla*, “capa, manto”, no de *pala* “piedra” del substrato prerromano.

²⁵ X. L. García Arias – *Pueblos asturianos. El porqué de sus nombres* (reed.). Gijón: Alborá Llibros, 2000, p. 69; X. L. García Arias – *Propuestas etimolóxicas*. Oviedo: Academia de la Llingua Asturiana, 2000, p. 78. *Cf.* el topónimo portugués *Palla de Usso*, en Santo Tirso (J. da Silveira, *op. cit.* en la n. 18, p. 387).

²⁶ J. Hubschmid – “Toponimia prerromana”. *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, I. Madrid, 1960, p. 487; J. J. Moralejo – *Callaica Nomina. Estudios de Onomástica Gallega*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2008.

²⁷ A. Holder – *Alt-celtischer Sparchhschatz*. Leipzig, 1896-1913, p. 533-534, s.v. *briga*; J. Pokorny – *Indogermanisches etymologisches Wörterbuch*. Bern: Francke, 1959, s.v. *ber h-*, p. 140-141.

²⁸ J. M. Baptista – *Chorographia moderna do reino de Portugal*, 6. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1878, 377; J. da Silveira (*op. cit.* en la n. 18, p. 401), analiza este topónimo como *Pala da orca*, entendiendo *orca* como dolmen o construcción megalítica.

²⁹ A. Almeida Fernandes – *Toponímia portuguesa. Exame a um Dicionário*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 1999, p. 456.

³⁰ P. Riesco, *op. cit.* en la n. 3, p. 65.

Toudopalandaigae,³¹ puesto que la nasal interpuesta tras la partícula *-pala-* procede de una partícula *-nt-* sonorizada, *touto + pala + nt + aica*. Por ello, parece más adecuado compararlo con “palangana”, “palancana” (*sic*, en Palencia), probablemente relacionadas con *palacurnae*,³² que pertenece al mismo ámbito lingüístico³³ y cuya etimología deriva igualmente de la raíz **pala* con diversos sufijos añadidos: *pala + aca + ur + n > palucurnae* y *pala + aca > palaca > palaga > “palangana”*.³⁴ De aceptarse esta propuesta, el carácter celta del segundo elemento, *-brigo*, podría considerarse como un argumento de celticidad del Lusitano.

El elemento esencial de *palambrio* es *pala*, voz indoeuropea muy antigua, cuya etimología ha sido analizada por diversos autores. Según J. Hubschmid,³⁵ es un término de origen prerromano, **palso-*, **pallo-* > protocelta **palla* > celta **allok*, como evidencia su relación con el irlandés *all* “roca, peña” y con la raíz paralela conservada en alto alemán ant. + *felis(a)*, > alemán *Fels*. También para J. Corominas los términos *pala*, *palla*, *pales* designan “peña”, con derivaciones semánticas como “abrigo rocoso” o “peña solapada en forma de cueva”.³⁶

Pala está bien documentada en la oronimia de los Pirineos en sus dos vertientes, como “pendiente de una montaña”,³⁷ aunque, erróneamente, se suele considerar derivada de la acepción del instrumento “pala”, aduciendo su pendiente lisa parecida a una pala. En efecto, *pala* se documenta en numerosos topónimos del Pirineo oscense y del Valle de Arán: *Pala* de Alcañiz (Valle del Tena, Huesca); *Pala* de Boixoso (Benasque, al W del pantano de Paso Nuevo); Cap de la *Pala* de l’Estany (42°32’20’’N; 0°35’30’’E; 2649 msnm); *Pala* de la Creu (42°31’30’’N; 0°45’20’’E; 2314 msnm); Tossal de la *Pala* de Puimajor (42°30’35’’N; 0°45’30’’E; 2330 msnm); *Pala* de San Chulian (W de Benasque); *Pala* la Fuen (NW de Benasque); *Pala* Laudo (Estós, Huesca, 42°37,579’N; 0°30,166’E; 2652 msnm); *Pala* Sadornal (42°31’20’’N; 0°47’E); *La Pala* (42°37’30’’N; 0°26’E); *Pala* de sa Hural (42°41’N; 0°43’10’’E) y los picos Pic de *Pala* del Port (42°32’N; 0°46’E; 2235 msnm); pico *Palas* (2974 msnm) y pico *Balaitús* (3144 msnm) en Sallent, siendo muy frecuentes estos topónimos en el Valle de Arán. Con los topónimos pirenaicos en *Pala* se relacionan los *palanca*, formados por *pala* más el sufijo ie. *-nc-*, propios del habla popular del Pirineo oscense y del Valle de Arán, como la *Palanca* de Ramuñe, en Baños de Benasque, y las *Palancas del Hospital*, en el Valle del Ésera, ambos en el Pirineo de Huesca,³⁸ a los que cabe

³¹F. Villar – “Un elemento de la religiosidad indoeuropea: Trebarune, Toudopalandaigae, Trebopala, Pales, Vispála”. *Kalathos*, 13-14, 1995, p. 355-388; B. M^a Prósper, *op. cit.* en la n. 13, p. 439 s.

³²J. Corominas – *Diccionario crítico etimológico de la Lengua Castellana*. Madrid: Gredos, IV, 1957, p. 1106.

³³Hay que señalar diversos vocablos derivados de *pala* usados en la *Hispania* antigua en la terminología minera del oro, como *πάλαι* (Estrabón, *Geogr.* 142) en la *Baetica*, *palea*, *paleis* (Plinio, *NH* 33,60) en la *Baetica* y *palaga*, *palacurna*, *baluces* (Plin., *NH* 33,77) en *Gallaecia* y *Asturia*. Estos términos designan “pepitas grandes de oro puro obtenida en los ríos”. Cf. J. de Hoz – “El léxico minero de Plinio y su posible origen hispano”. *Palaeohispanica*, 2, 2003, p. 73-100.

³⁴A. Schulten – *Iberische Landeskunde [Geografía y Etnología de la Península Ibérica]*. Madrid: CSIC, II, 1963, p. 239, 253; F. J. Oroz – “Sobre palabras prerromanas en escritores latinos. A propósito de una reciente edición del libro XXXIII de la *Historia Naturalis* de Plinio”. *La Hispania Prerromana. VI Coloquio sobre lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica, Coimbra-1994*. Salamanca, 1995, p. 207-216, esp. p. 212-213.

³⁵J. Hübschmid – “Vorindogermanische und jüngere Wortschichten in den romanischen Mundarten der Ostalpen”. *Zeitschrift für Römische Philologie*, 66, p. 70-72; J. Hübschmid – *Pyrenäenwörter vorromanischen Ursprung und das vorromanische Substrat der Alpen*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1954, p. 27, 53; J. Hübschmid – “Lenguas prerromanas indoeuropeas: testimonios románicos”. *Enciclopedia Lingüística Hispana I*. Madrid, p. 127-149, 132.

³⁶J. Corominas, *op. cit.* en la n. 34, IV, p. 615-616.

³⁷F. Kruger – “Die Hochpyrenäen”. *Volkerskunde und Kultur der Romanen (VKR)*, VIII, 1935, p. 350; G. Rohlf – *Diccionario dialectal del Pirineo Aragonés*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, 1985, p. 227, “pendiente escarpada y lisa de una montaña”.

³⁸Cf. *Mapa Topográfico Nacional*, 1:50000 “Benasque”. En el Valle de Arán, se localizan, entre otras, las Pales de Cotic, deth Hòro, de Molières, de Pomaïola, deth Santet, de Sauerat y de Varradès, etc.; cf. <URL: <http://www.20.gencat.cat/docs/ptop/Home/Serveis%20i%20tramits/Biblioteca%20i%20documentacio/Planificacio%20territorial/Publicacions/Cartografia%20i%20toponimia/Nomenclator%20>

añadir los *Palancares*, de diversos puntos de España, como los de Guadalajara o de la Serranía de Cuenca. Estos topónimos, considerados pirenaicos, deben relacionarse con la acepción de *pala* como “peña” en todo el Occidente (*vid. supra*), pero también con los topónimos *Pala* del área alpina de la zona véneta y trentina, donde significa “prado en pendiente” o “últimos prados bajo la roca”, aunque su acepción original debe considerarse “roca desnuda que de yergue sobre la cima de un monte y que forma la cima misma”,³⁹ como se evidencia en los Alpes Dolomitas, acepción próxima al significado mantenido en el occidente de *Hispania* y, probablemente, el mismo que originariamente tendría en los Pirineos y en el pre-griego πέλλα, que Hesichio de Alejandría traduce en su *Lexikon* por λίθος, “piedra, roca”.⁴⁰

El mayor interés del término *pala* en *Hispania* es que forma parte del epíteto de diversas divinidades lusitanas (Fig. 4). *Toudopalandaigae* aparece en la estela votiva de la diosa *Munidi Everobrigae* en la inscripción de Talaván, Cáceres.⁴¹ En esta inscripción debe significar “peña” o, más precisamente, la “peña/altar del pueblo (de la diosa *Munidi* de *Everobriga*)”, pues parece hacer referencia a una peña que tenía la función de servir como altar rupestre de la población. El mismo significado parece ofrecer en *Trebopala*, “la peña de la tribu”, en la inscripción ‘lusitana’ de Cabeço das Fraguas, Portugal,⁴² por lo que ambas inscripciones parecen reflejar el mismo sentido semántico de “peña (sacra) del pueblo” (*vid. infra*). El epíteto aislado aparece en *Palantico*, divinidad atestiguada en una inscripción de Perales del Puerto,⁴³ que coincide con una serie de topónimos ampliamente atestiguados en *Hispania* (*vid. infra*).

Pena⁴⁴ observó hace años que el significado de *pala* como “peña” se ha conservado vivo hasta nuestros días en el Occidente de *Hispania*, en Galicia y en las tierras de la antigua *Lusitania*, lo que le llevó a relacionarlo con las “peñas” o “altares rupestres” identificados en la *Hispania* prerromana.⁴⁵ Estos “altares rupestres”, cuyo

oficial%20de%20toponimia%20de%20Catalunya/Val%20dAran/documents/vielha_mijaran.pdf > (consultado el 24.11.2014). Más dudosa parece su relación con los topónimos castellanos *La Palanca*, *El Palancar*, *Palancares*, etc., que se han relacionado con la raíz i.e. **pel-*. Cf. Real Academia Española – *Ortografía de la Real Academia de la Lengua Española*. Madrid: Espasa Calpe, 2003, Apéndice 3; E. Nieto Ballester – *Breve diccionario de topónimos españoles*. Madrid: Alianza, 1997; P. Celdrán Gomáriz – *Diccionario de topónimos españoles y sus gentilicios*. Madrid: Espasa Calpe, 2002; etc.

³⁹ W. Mayer-Lübke – *Romanisches Etymologisches Wörterbuch (REW)*. Heidelberg: C. Winter, 1935, p. 6154; J. Kramer – *Etymologisches Wörterbuch des Dolomitenladinischen (RWD)*, Bd. V, N-R. Hamburg: Buske Verlag, 1993, p. 165 s.; G. B. Pellegrini, *Toponomastica italiana*. Milano: Hoepli Hoepli Editore, 1994, p. 42-43.

⁴⁰ Hesiquio de Alejandría, P. A. Hansen (eds.) – *Hesychii Alexandrini Lexicon, III*, -. Berlin-New York: De Gruyter, 2009, 1336, p. 65, s.v. πέλλα.

⁴¹ F. Villar, *op. cit.* en la n. 31; B. M^o Prósper, *op. cit.* en la n. 13, p. 439 s.; A. M. G. Miguel *Las epígrafes en lingua lusitana. Memórias escritas da língua e da religião indígena* (file:///C:/Users/Martin.Martin-PC/Downloads/dissertacao.pdf; consultado en 2014.07.11). Porto. 2013, p. 26 s.

⁴² A. Tovar – “La inscripción de Cabezo das Fraguas y la lengua de los lusitanos”. *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas, Lisboa 1980*. Salamanca, 1985, p. 227-253; J. Untermann – “Los teónimos de la región lusitano-gallega”. *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas, Lisboa 1980*. Salamanca, 1985, p. 343-363; J. Untermann – *Monumenta Linguarum Hispanicarum IV. Die tartessischen, keltiberischen und lusitanischen Inschriften*. Wiesbaden: Ludwig Reichert, 1997, p. 755 s.; B. M. Prósper, *op. cit.* en la n. 13, p. 44 s.; B. M. Prósper – “Cabeço das Fraguas y el sacrificio indoeuropeo”. *Iberografías*, 6, 2010, p. 63-70; A. Pena – “Ceremonias celtas de entronización real na Galiza”. *Anuario Brigantino*, 27, 2004, p. 121 s.; A. M. G. Miguel, *op. cit.* en la n. 41.

⁴³ A. Sánchez Paredes – “Inscripciones latinas de la Vettonia”. *Actas del V Congreso de Estudios Extremeños. Ponencias VII y VIII. Arqueología y Arte Antiguo*, Badajoz, 1976, p. 92; *HEp*. 1,177, 6,239, n^o 22157; J. C. Olivares – *Los dioses de la Hispania céltica*. Madrid: Real Academia de la Historia / Universidad de Alicante, 2002, p. 38 (*Bibliotheca Archaeologica Hispana* 15).

⁴⁴ A. Pena – “Cerimonias celtas de entronización real na Galiza”. *Anuario Brigantino*, 27, 2004, p. 121 s.

⁴⁵ M. Almagro-Gorbea y J. Jiménez-Ávila – “Un altar rupestre en el Prado de Lácara (Mérida). Apuntes para la creación de un parque arqueológico”. *El Megalitismo en Extremadura (Homenaje a Elías Diéguez Luengo)*. Mérida-Cáceres: Univ. de Extremadura, 2000, p. 423-442 (*Extremadura Arqueológica* 8); F. J. Fabián – “Altares rupestres, peñas sacras y rocas con cazoletas”. *Madridrer Mitteilungen*, 51, 2010, p. 222-267. M. J. Correia Santos – “Santuários rupestres no Ocidente da *Hispania* indo-europeia. Ensaio de tipologia e classificação”. *Palaehispanica*, 10, 2010, p. 147-172.

origen se remonta, al menos, a la Edad del Bronce,⁴⁶ son característicos de la religión lusitana y su dispersión por la antigua *Lusitania* coincide con la de las saunas rupestres⁴⁷ y con el uso de *pala* como “peña” desde Galicia y Portugal hasta León, Zamora y Salamanca (Fig. 4), es decir, por las tierras habitadas por los antiguos Lusitanos,⁴⁸ en las que se hablaba la lengua lusitana.⁴⁹ Además, precisamente la lengua lusitana mantuvo la *p-* inicial, que subsiste, además de en estos epítetos geonómicos en *Pala*,⁵⁰ también en los topónimos “Páramo”,⁵¹ que parece corresponder a ese mismo substrato a juzgar por su dispersión (Fig. 5), que coincide con la de la onomástica lusitana (Fig. 6).⁵² También a ese mismo substrato deben pertenecer la serie *Palantia* documentada en topónimos, hidrónimos y etnónimos de *Hispania* desde época prerromana. *Palantia*⁵³ se ha considerado un hidrónimo, como evidencia el río Palancia (< *Palantias* de Ptol. *Geog.* 2,6,15) de Sagunto, el *Plencia* (< **Palantya*) de Vizcaya y el *Plamencia* de Huelva, pero ha pasado a ser un nombre de población, como Palencia, Palenzuela y la *Palantia* existente en tierras de León, quizás hacia El Quintanal (*It. Ant.* 449,1; 453,8; Rav. 313,4).⁵⁴ Con estos topónimos se relacionan *Palentica*, citado como sede sueva en la zona de Porto, *Palentucio*, Pandoses, parroquia de Parada de Bouro, concejo de Vieira, distrito de Braga,⁵⁵ y, probablemente, Pantiñobre (< **pala-nti-nyo-brix-s*⁵⁶), Azua, La Coruña.

⁴⁶ M. Almagro-Gorbea – “Proto-celtes et Celtes dans la Péninsule Ibérique”. *XVII^{ème} Colloque International pour l’Étude de L’Age du Fer. Agen, 1992 (Aquitania 14, 1994)*, p. 283-296.

⁴⁷ M. Almagro-Gorbea y J. Álvarez Sanchís – “La “Fragua” de Ulaca: saunas y baños de iniciación en el mundo céltico”. *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*, 1993, p. 177-253.

⁴⁸ J. de Alarcão – “Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4 (2), 2001, p. 293-349; M. Almagro-Gorbea – “Lusitanos y Vettones”, *Lusitanos y Vettones. Los pueblos prerromanos en la actual demarcación Beira Baixa - Alto Alentejo - Cáceres-2007*. Cáceres: Junta de Extremadura, Consejería de Cultura, 2009, p. 15-43; M. Almagro-Gorbea – “El Centro Interior de Portugal y el origen de los Lusitanos”. In: L. Oosterbeek (ed.) – *Materiais para o estudo das antiguidades portuguesas*, Castelo Branco: Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, 2012, 171-208; M. Almagro-Gorbea – “Los Lusitanos”. In: M. Almagro-Gorbea (ed.) – *Protohistoria de la Península Ibérica*. Burgos: Universidad de Burgos y Fundación Atapuerca, 2014, p. 183-194.

⁴⁹ Sobre el Lusitano puede verse, A. Tovar, *op. cit.* en la n. 42; J. Gorrochategui – “En torno a la clasificación del lusitano”. In: J. Gorrochategui, J. L. Melena y J. Santos (eds.) – *Studia Palaeohispanica. Actas del IV Coloquio sobre lenguas y culturas paleohispánicas (Vitoria 1985)*. Veleia, 2-3, 1986, p. 77-91; J. Untermann – “Lusitanisch, Keltiberisch, Keltisch”. *Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas, Vitoria 1985*. 1987, p. 57-76; A. Prodocimi – “La iscrizione gallica de Larzac e la flessione dei temi in -a, -i, -ja. Con un excursus sulla morfologia del Lusitano: acc. crougin, dat. Crougeai”. *Römisch-Germanische Forschungen*, 94, 1987, p. 190-205; F. Villar, *op. cit.* en la n. 31; J. M. Prósper, *op. cit.* en la n. 13; X. Ballester – “Páramo’ o del problema de la */p/ en celtoide”, *Studi Celtici*, 3, 2004, p. 45-56; J. M. Vallejo – “Hacia una definición del lusitano”. *Paleohispanica*, 13, 2013, 273-291; etc.

⁵⁰ F. Villar, *op. cit.* en la n. 31; B. M^a Prósper, *op. cit.* en la n. 13, p. 43 s.

⁵¹ J. Untermann, *op. cit.* en la n. 47; X. Ballester, *op. cit.* en la n. 47.

⁵² J. M. Vallejo – *Antroponimia indígena de la Lusitania romana*, Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, 2005; J. M. Vallejo, *op. cit.* en la n. 49, fig. 2; M. Almagro-Gorbea – “Los Lusitanos”, art. cit. en la nota 48, figs. 7 y 8.

⁵³ A. Holder, *op. cit.* en la n. 27, II, p. 922-925; F. Villar, *op. cit.* en la n. 31; J. L. García Alonso – *La Península Ibérica en la Geografía de Ptolomeo*. Vitoria / Gasteiz: Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea, 2003, p. 266 s. (*Anejos de Veleia*, Series Minor 19).

⁵⁴ A. Tovar – *Iberische Landeskunde. Tarraconensis*. Baden-Baden, 1989, p. 341-342; *TIR Caesaraugusta*, 170; B. M. Prósper, *op. cit.* en la n. 13, p. 45-46.

⁵⁵ A. Heiss – *Description générale des monnaies des rois wisigoths d’Espagne*. Paris: Imprimerie nationale, 1872, p. 57; R. Grosse – *Las fuentes de la época visigoda y bizantina*. Barcelona: Librería Bosch, 1947, p. 238 (*Fontes Hispaniae Antiquae*, IX); C. Búa – “O Thesaurus Palaeogallaicus, un proxecto que quere botar a andar”. In: D. Kremer (ed.) – *Onomastica galega. Con especial consideración da situación prerromana*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 2007, p. 15-40 (*Verva*. Anexo 58); J. Vico, M^a Cores y G. Cores – *Corpus Nummorum Visigothorum*. Madrid: ed. de los autores, 2006, p. 194.

⁵⁶ C. Búa, *op. cit.* en la n. 55, p. 21.

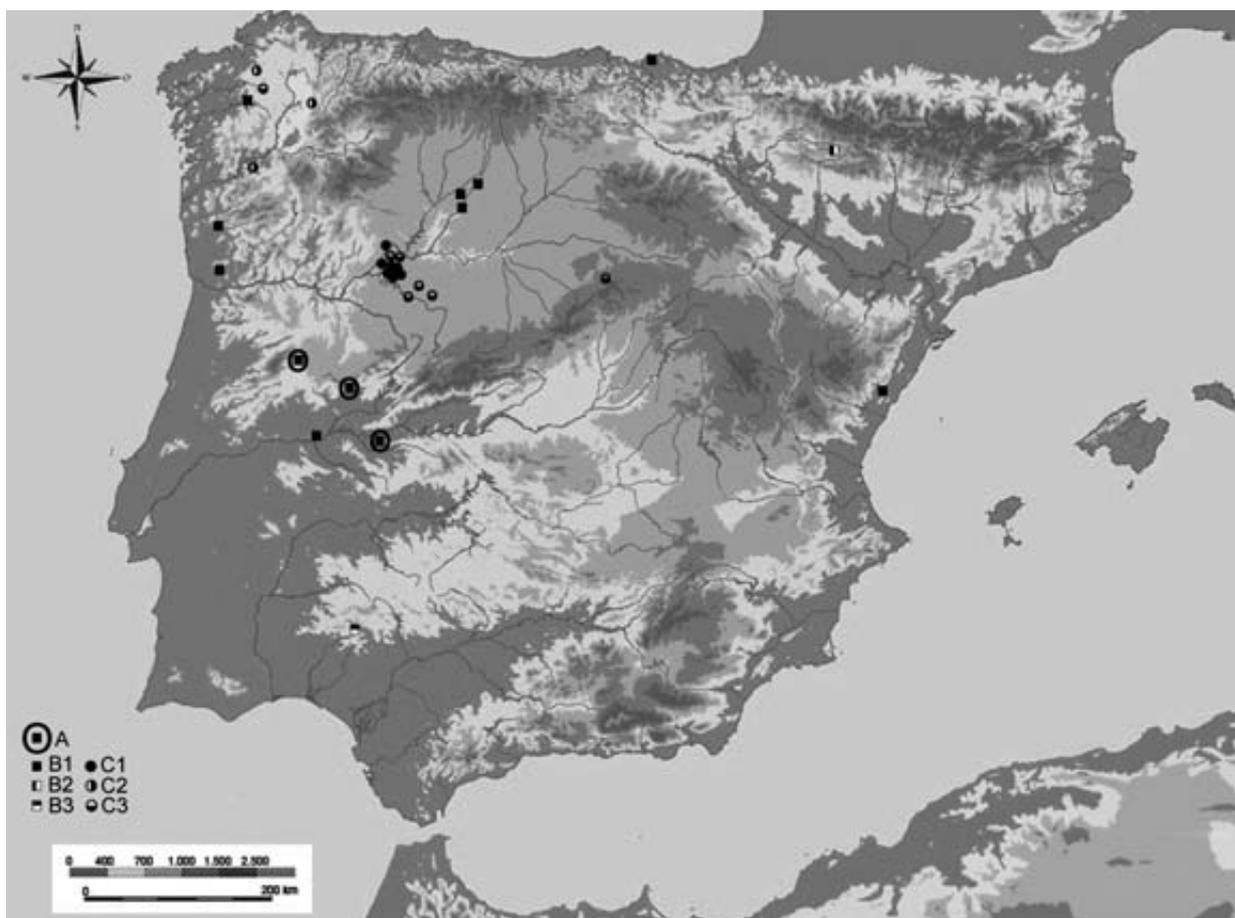


Fig. 4 - Dispersión de *Palambrio* y palabras relacionadas; A, *pala* en teónimos lusitanos; B1, *Palantia* y derivados; B2, *Palanda*; B3, *Plamencia*; C1, *Palambrio*; C2, *Palambre*; C3, *Palambreira*, *Plambrera*:

A Pala- en teónimos lusitanos:

1. Cabeço das Fraguas, POR: *Trebopala*
2. Talaván, CC: *Toudopalandaigae*
3. Casar de Cáceres, CC; *Palantico*

B1 Palantia y derivados:

4. Plencia, Vizcaya
5. *Palantia*, ¿Quintanal?, LE
6. Palencia < *Palantia*, PA,
7. Palenzuela < *Palantia*, PA
8. Palancia, Sagunto < *Palantias*
9. Pantiñobre?, Azua, LC > **pala-nti-nyo-brix-s*
10. *Palantenses*, Valencia de Alcántara?, CC
11. *Palentica* (sede sueva Portucalensis)
12. *Palantucio* (sede sueva Bracarensis)

B2 Palanda:

13. La Palanda, Huesca, HU
14. *Pálanta*, Córcega

B3 Plamencia:

15. Aracena, HU (arroyo)
16. Huelva, Provincia de

C1 Palambrio:

17. Carbellino de Sayago, ZA
18. Bermillo de Sayago, ZA
19. Fornillos de Fermoselle, Torrefrades, ZA
20. Salce, ZA
21. Almeida de Sayago, ZA
22. Pasariegos, Villar del Buey, ZA
23. Picote, Miranda do Douro, POR

C2 Palambre, Paambra, Pambre:

24. Samos, OR
25. Sobrado de los Monjes, C
26. Ramirás, Celanova, OR

C3 Palambreira, Palabrero, Plambrera/o, Pambrero:

27. Palas de Rey, Lugo
28. Abelón, ZA
29. Fariza, ZA
30. Ledesma, SA
31. Ribera de Cañedo, Ledesma, SA
32. Palacios del Arzobispo, Ledesma, SA
33. Santibáñez de Ayllón, SE

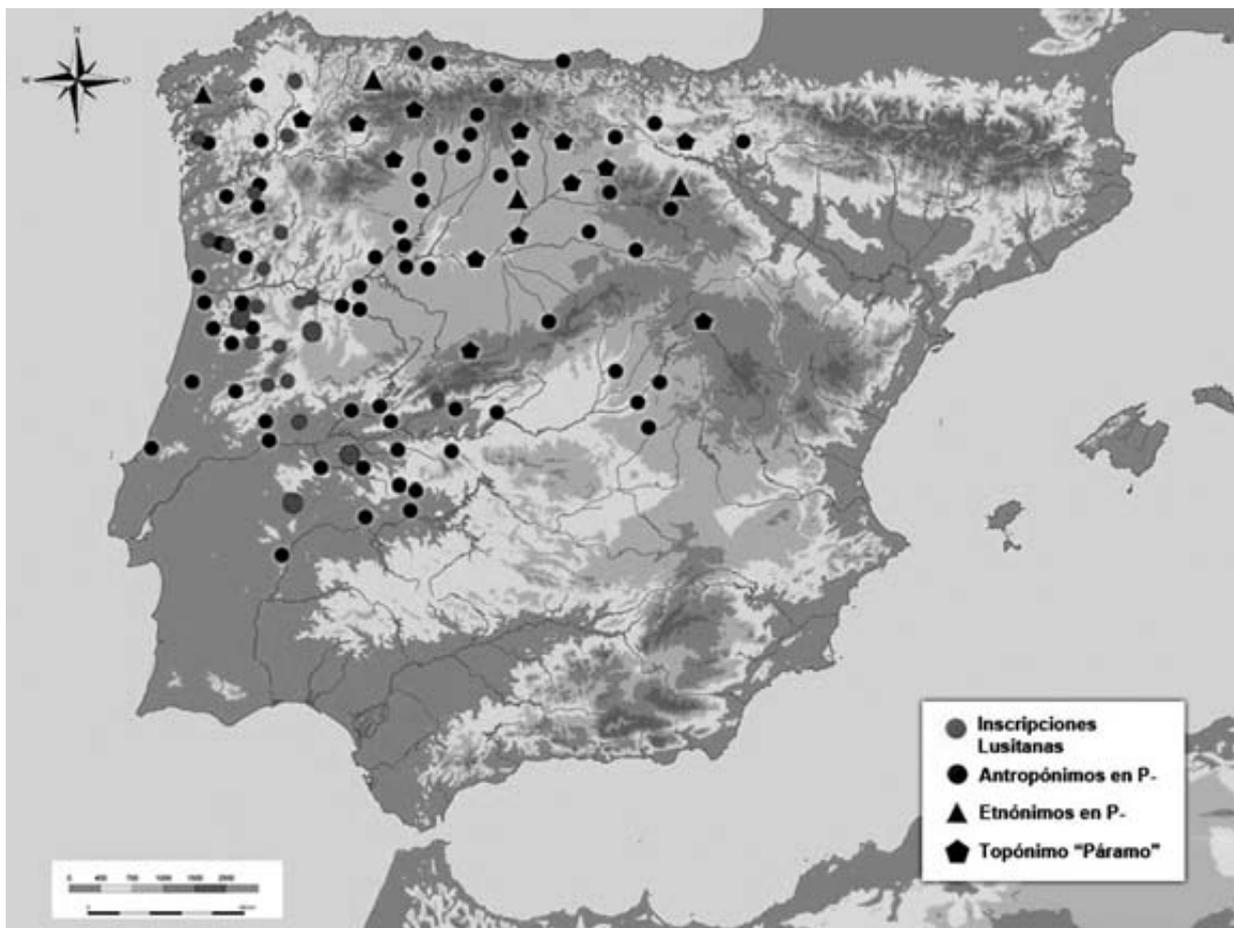


Fig. 5 – Dispersión de la epigrafía lusitana y de los topónimos y etnónimos en *P-* (Almagro-Gorbea – “Los Lusitanos”, art. cit. en la nota 48, fig. 7).

F. Villar ha defendido que *pala* significa “charca”⁵⁷ y, como B. M^a Prósper, relaciona esta palabra con la raíz **pel-* “fluir”,⁵⁸ aunque esta interpretación no parece segura en *Hispania*, dado el habitual contexto topográfico de *pala* como “peña”. A los citados topónimos se debe añadir el etnónimo *Palantenses*, documentado en una inscripción de Alconétar,⁵⁹ que se ha situado, con dudas, hacia la zona de Valencia de Alcántara, como confirmarían los topónimos *Palante*, de San Vicente de Alcántara y *Alpalante* de Valencia de Alcántara,⁶⁰ aunque también pudiera relacionarse con el ya citado teónimo *Palantico* de Perales del Puerto, todos ellos en el occidente de Cáceres. Junto a *Palantenses*, también cabe atribuir al substrato lusitano otros etnónimos que conservan la **p-* inicial, como los *Paesuri* citados en el Puente de Alcántara (Plin. *NH* 4,35,113; *CIL II, Lusitania* 760), los *Praestamarici* galaicos, los *Polibedenses*, la población *Bletissama* de los Vettones, los *Palantini* (Front.

⁵⁷ F. Villar, *op. cit.* en la n. 31; B. M. Prósper, *op. cit.* en la n. 13, p. 45-46.

⁵⁸ K. H. Schmidt – “Zum Typus der baltischen Personalflexion”. In: V. Rūke-Dravina (ed.) – *Donum Balticum. Festschrift Ch. S. Stang*, Stockholm: Almqvist and Wiksell, 1970, p. 480-484; B. M^a Prósper, *op. cit.* en la n. 13, p. 46 s.

⁵⁹ A. Tovar, *op. cit.* en la n.13, p. 239-240, 308 s.; J. de Alarcão, *op. cit.* en la n. 48, p. 305 s.; *HEp.* 13,233, n^o 1009.

⁶⁰ B. M. Prósper, *op. cit.* en la n. 13, p. 45-46.

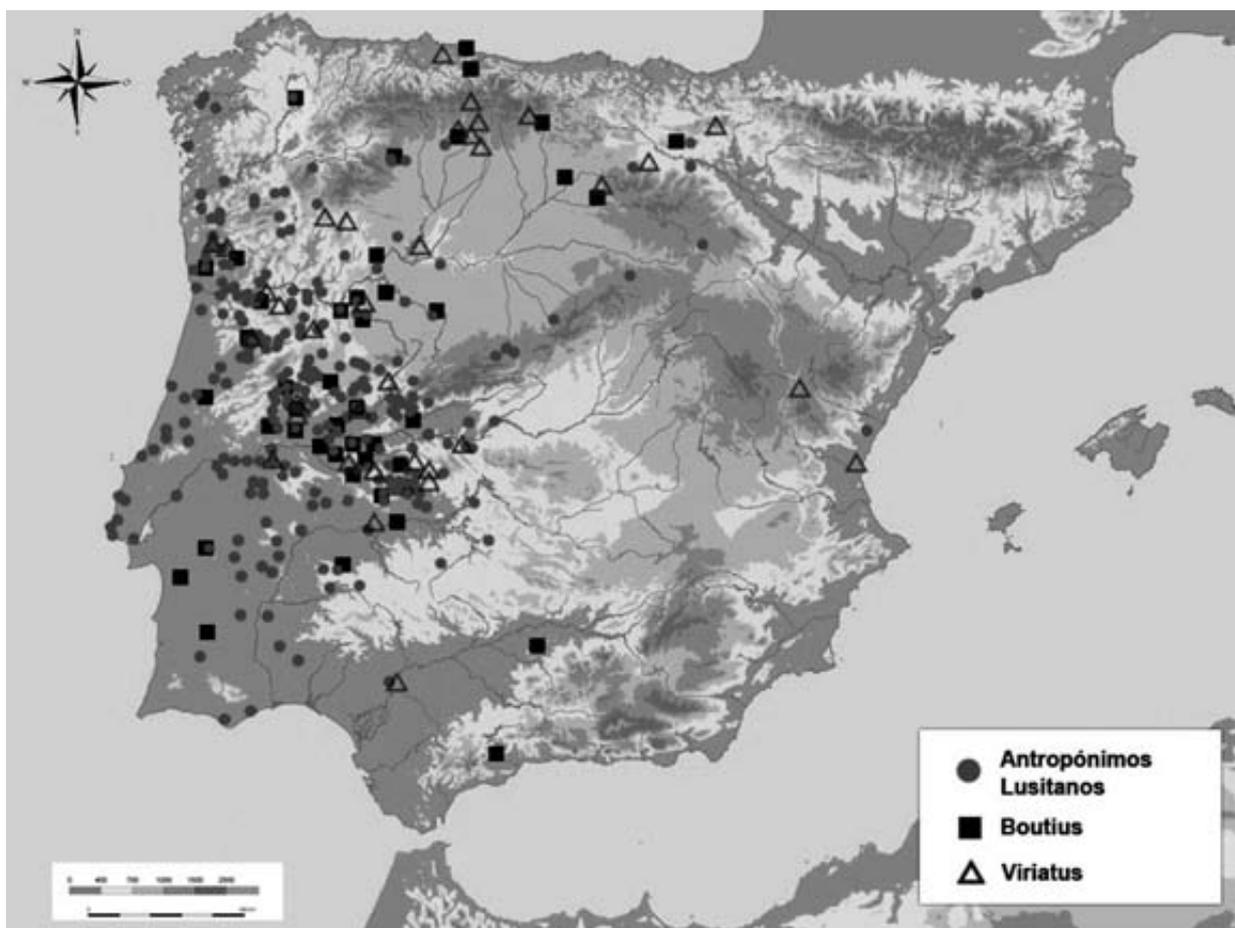


Fig. 6 – Dispersión de los antropónimos lusitanos (según Vallejo, *op. cit.* en la n. 49, fig. 2, modificado en Almagro-Gorbea – “Los Lusitanos”, art. cit. en la nota 48, fig. 8).

Grom. P. 2, A. 63) de la citada *Palantia* vaccea, así como la *Gente Pempelom* de los astures⁶¹ y los *Pelendones* celtíberos, que probablemente son una pervivencia de dicho substrato lingüístico, como también pertenecerían a ese substrato antropónimos como *Pintius-Pintamus* y *Pissoracus*.⁶²

El término lusitano *-pala* se considera de posible rígen indoeuropeo,⁶³ pues aparece en sánscrito en la palabra femenina *Viçpalâ*, “protectora de la casa, de la aldea”, formada por *viç*, “granja, casa, comunidad, tribu, pueblo” y *pala*, del i.e. **pel-s*, “peña” con sentido de “vigilante, guardián, protector”. Ese mismo elemento

⁶¹ CIL II, 5729.

⁶² J. Untermann – *Elementos de un atlas antroponímico de la Península Ibérica*. Madrid, 1965, p. 19 (*Bibliotheca Praehistorica Hispana* 7); M. L. Albertos – “Onomastique personnelle indigène de la Péninsule Ibérique sous la domination romaine”. *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt* II, 29 (2). Berlin, p. 853-892, esp. 867 s.; F. Villar – “Los antropónimos en Pent-, Pint- y las lenguas indoeuropeas prerromanas de la Península Ibérica”. In: R. Bielmeier y R. Stempel (eds.) – *Indogermanica et Caucasica. Festschrift für Karl Horst Schmidt zum 65. Geburtstag*. Berlin / New York: De Gruyter, 1994, p. 234-264; AA.VV. – *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*. Mérida-Burdeos: Fundación de Estudios Romanos, 2003.

⁶³ D. Maggi – “Sui teonimi *Trebopala* e *Icona* nell’iscrizione lusitana del Cabeçodas Fraguas”. In: E. Campanile (ed.) – *Problemi di lingua e cultura nel campo indoeuropeo*. Pisa: Giardini, 1983, p. 53-60; F. Villar, *op. cit.* en la n. 31; A. Pena, *op. cit.* en la n. 42.

aparece en otras palabras del sánscrito, como *Gopalas*/-î, “protector/-a de las vacas”, “pastor/-a”, apelativo de *Visnu* y de *Çiva*, y en *Yavapalas*, “protector de la cebada”. Estos paralelos llevaron a Pena a interpretar *Trebopala*, más que como un teónimo, como un epíteto usado como determinante-determinado con el sentido indicado de “Peña (o altar de piedra) del pueblo (o de la tribu)”⁶⁴ y, de ahí, el de “(Peña) protectora de la tribu (o de la aldea)”, idea que relaciona, a su vez, con la de protección de *Viçpalâ*, *Gopalas* y *Yavapalas*.

Este significado de protección debe proceder y puede explicarse en el campo mental o religioso por la concepción sobrenatural de la *pala* o “peña sacra” como *omphalos* del territorio, en el que radicaba y se materializaba el *numen loci* o espíritu del antepasado del lugar, a semejanza de los *herma* o túmulos de piedra en Grecia, en ocasiones también rematados por una piedra o estela.⁶⁵ Este *numen* del antepasado equivaldría al dios *Teutates* o “Padre del pueblo” entre los celtas,⁶⁶ que garantizaba a sus descendientes la posesión del territorio, sobre el que ejercía su protección encarnado en dicha *pala*, que podía ser concebida como el “altar rupestre” del *numen* o divinidad o la estela que lo representaría dentro de un creciente proceso de antropomorfización.⁶⁷ Este significado precisa el uso de *pala* en las inscripciones lepónticas, donde aparece asociado a un nombre personal en dativo, por lo que significa “estela sepulcral para fulano”,⁶⁸ que se explica por la función de la estela como elemento sacro que encarna el *numen* del antepasado, creencia que parece haber pervivido en los territorios de la antigua *Celtiberia* hasta la Alta Edad Media.⁶⁹ El mismo significado sobrenatural debieron tener algunas piedras peculiares en el paisaje y, por supuesto, toda estela hincada en tierra a semejanza de las piedras naturales como representación del *numen* del antepasado, que pasaba a ser el *numen loci* y que, al menos en la *Hispania Celtica*, acabó identificado con los *Lares viales*,⁷⁰ lo que explica el culto a las “piedras” que ha perdurado hasta nuestros días.⁷¹

Esta estrecha relación semántica del *numen loci* con su *territorium* también puede explicar de forma satisfactoria la relación de *pala* con la idea de “estela hincada en el suelo”, que corresponde al significado de *palus/palum* y del verbo latino *pango* (Varrón, *ling.* 5,134: *pala a pangendo*),⁷² con el sentido de “hincar en tierra” y, por derivación “plantar”, acepción que ya se relaciona con el uso de *pala* como laya o “palo cavador” o, con más precisión, con el instrumento de piedra pulimentada usada en las azadas a partir del Neolítico, del que procedería la palabra latina *pala* y sus derivados en palabras romances

⁶⁴ A. Pena, *op. cit.* en la n. 42.

⁶⁵ M. Almagro-Gorbea, *op. cit.* en la n. 1.

⁶⁶ M. Almagro-Gorbea y A. Lorrio – *Teutates. El Héroe Fundador y el culto heroico al antepasado en Hispania y en la Keltiké*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2012, p. 147, 255 s. (*Bibliotheca Archaeologica Hispana* 36)

⁶⁷ Como el altar existente en Busturia, Vizcaya, donde hasta el siglo XIV se ofrendaban vacas sobre una peña a la diosa protectora de Diego López de Haro, fundador del primitivo Señorío de Vizcaya. Cf. M. Almagro-Gorbea – *Literatura Hispana Prerromana. Las creaciones fenicias, tartesias, iberas, celtas y vascas*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2013, p. 444; M. Almagro-Gorbea – “El mito celta del Héroe fundador en los orígenes del Señorío de Vizcaya”. *Palaeohispanica*, 13, 2013, p. 595-613, en especial, p. 598, 660, 604-606.

⁶⁸ M. G. Tibiletti Bruno – “Ligure, leponzio e gallico”. In: A. L. Prosdocimi (ed.) – *Popoli e civiltà dell’Italia antica VI, Lingue e dialetti*. Roma: Biblioteca di Storia Patria, 1978, p. 163 s.

⁶⁹ Poema de Fernán González, 650-658; cf. J. A. Molina Gómez – “Pervivencia del juramento sobre piedra: a propósito de PFG 650-658 y sus precedentes antiguos”. *Revista Electrónica de Estudios Filológicos*, 14, 2007, <URL: <http://www.um.es/tonosdigital/znum14/secciones/estudios-19-juramento-piedra.htm> > (consultado en 2014.07.11).

⁷⁰ M. Almagro-Gorbea, *op. cit.* en la n. 1, p. 37 s.

⁷¹ M. J. Pinheiro Maciel – “O *De correctione rusticorum*, de S. Mantinho de Dume”. *Bracara Augusta*, 34, 1980, p. 553; M. Almagro-Gorbea, *op. cit.* en la n. 1; M. Almagro-Gorbea, *op. cit.* en la n. 67, p. 444 s.

⁷² M. Alineri – *Origini delle lingue d’Europa. II. Continuità dal Mesolitico all’età del Ferro nelle principali aree etnolinguistiche*. Bolonia: I Mulino, 2000, p. 848.

que designan el instrumento todavía conocido como “pala”.⁷³ acepción en algún caso relacionado con la azada.⁷⁴ El concepto de *pala* como “estela” se debe relacionar con la función de las estelas de la Edad del Bronce como límites territoriales,⁷⁵ idea de la que podría proceder la de *pagus* como “confín del territorio” y como “territorio” por derivación, así como otras palabras latinas semánticamente relacionadas, como *pagensem* > país, *pactum* > pacto, *pax* > paz y *pagare* > pagar, aunque *pacare* “roturar”, *pagina* “espacio entre cepa y cepa” y *propagare* > propagar, parece más lógico que deriven de la acepción de *pala* como laya o piedra de la azada, frente a lo que señala Alinei,⁷⁶ aunque *pagus* pudo designar en su origen “territorio layado, roturado”, de acuerdo con lo que dicho autor plantea.

Pala también se ha relacionado con la diosa *Pales* latina,⁷⁷ divinidad itálica que pudieran proceder de *numenes* asexuados, progresivamente antropomorfizados.⁷⁸ G. Dumézil⁷⁹ observó que *Pales* era uno de los *Penates* etruscos (Arnobio 3,40; Serv. *Ad Aen.* 2,325), lo que podría relacionarse con los *Parilia* como fiesta de la fundación de Roma (*id.*, 336), hecho que podría explicarse dentro de un proceso en el que *Pala*, como *numen* territorial del ancestro, habría evolucionado hacia una divinidad más antropomorfa y la misma idea parece reflejar el citado significado de *palam* como lápida funeraria en Lepóntico.⁸⁰

Una interpretación de *pala* como *numen loci* encajaría en el contexto arqueológico sacro que ofrece la inscripción de Cabeço das Fraguas, probablemente alusiva a un ritual de *suovetaurilia* efectuado en la peña sacra o altar del santuario del poblado galaico recientemente excavado,⁸¹ que cabe comparar al ritual documentado por textos histórico-míticos en la Peña de Busturia.⁸² La misma tradición parece reflejar la leyenda local conservada en la parroquia de O Val, en Narón, La Coruña, según la cual el monte de Pena Molexa y otras peñas que hay en sus proximidades son un rey y su hueste transformados en piedra hasta que, en la noche de San Juan, recuperan su forma humana para recordar a la gente que protegen su tierra de Trasancos y recorren y protegen montes, casas y, en especial, a los viejos.⁸³

⁷³J. Colominas y A. Pascual – *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, Madrid, s.v. *pala*, que relaciona con el latín *pala* “azada, pala, badil”, sin comprender la antigua acepción figurada de “cobertura, protección” derivada del sentido original de “peña, roca”, evidente en *palambrío* y en *pala*, “sitio donde se guarecen las truchas”, según L. Aguirre del Río – *Diccionario del dialecto gallego*, 1857 (reed. Madrid, 2007), s.v. *pala*.

⁷⁴X. L. Franco Grande (*Diccionario galego-castelán*², Vigo: Galaxia, 1972), s.v., define *pala* como “cueva”, “piedra ahuecada por su parte baja” o como “parte picuda del azadón”; también en E. Rodríguez González, *Diccionario enciclopédico gallego-castellano*, s. v. *pala*, 3, es la “hoja de hierro de la azada, azadón, hacha y otras herramientas”.

⁷⁵M. Ruiz Gálvez y E. Galán – “Las estelas del Suroeste como hitos de vías ganaderas y rutas comerciales”. *Trabajos de Prehistoria*, 48, 1991, p. 257-273.

⁷⁶M. Alinei, *op. cit.* en la n. 72, p. 849 s.

⁷⁷F. Villar, *op. cit.* en la n. 31; B. M. Prósper, *op. cit.* en la n. 13, p. 43.

⁷⁸G. Dumézil – “Les deux Pales”. *Revue d'Etudes Latines*, 40, 1962, p. 109-117 ; G. Dumézil – *La religione romana arcaica*, Milano: Rizzoli, 1977, p. 53 s., 334

⁷⁹G. Dumézil – *La religione romana arcaica*, ed. cit., p. 333 s.

⁸⁰J. Guyonvarc'h – “Notes d'étymologie et de lexicographie gauloises et celtiques 121: l'inscription du Cabezo das Fraguas”. *Ogam*, 19, 1967, p. 256; D. Maggi, *op. cit.* en la n. 63, p. 57; A. Tovar, *op. cit.* en la n. 42, p. 235; B. M^a Prósper, *op. cit.* en la n. 13, p. 45.

⁸¹Th. Schattner (ed.) – *Porcom, Oilam, Taurom. Cabeço das Fráguas. O santuário no seu contexto. Actas da Jornada realizada no Museu da Guarda a 23 de Abril de 2010*. Guarda, 2010. Sobre este ritual lusitano puede verse M. J. Santos – “El sacrificio en el Occidente de la Hispania Romana: para un nuevo análisis de los ritos de tradición indoeuropea”. *Palaeohispanica*, 7, 2007, p. 175-217.

⁸²M. Almagro-Gorbea, *op. cit.* en la n. 61.

⁸³A. Pena – *Naron. Un Consello con Historia de Seu*. Narón: Sotelo Blanco, 1991.

Como conclusión de esta breve nota, resalta el interés de *palambrio* como vocablo derivado de la antigua raíz **pala-* con sentido de “piedra”, conservado en las regiones occidentales de la antigua *Hispania* en las que habitaban los antiguos Lusitanos, de cuya historia lingüística constituye un elemento más. Los Lusitanos parecen ser un pueblo de estirpe “celta” a juzgar por sus características arqueológicas, lingüísticas y etnohistóricas, aunque su carácter muy primitivo lleva a relacionarlos con la tradición del Bronce Atlántico,⁸⁴ probablemente originaria del Campaniforme y, por tanto, muy anterior a la Cultura de los Campos de Urnas de la Península Ibérica de los que proceden los Celtíberos, lo que explica su personalidad etno-cultural y lingüística.⁸⁵

Este largo proceso de etnogénesis⁸⁶ que se remonta a la Edad del Bronce y, probablemente, al Campaniforme, explica sus peculiaridades culturales y lingüísticas y su afinidad con Vettones y Galaicos, hasta su conquista por Roma en el siglo II y I a.C. Sus primitivas costumbres, recogidas por Posidonios y transmitidas por Estrabón (III,3,7), ofrecen la clave para comprender la larga pervivencia de palabras y costumbres que ofrece su sistema cultural, muy arcaico y conservador, arcaísmo que han mantenido esas zonas del extremo occidental de Europa no sólo en su cultura material, sino en sus estructuras económicas y en sus costumbres sociales⁸⁷ y en sus creencias y ritos,⁸⁸ asociados a la lengua “Lusitana”,⁸⁹ hecho singular que apenas ofrece paralelos en otros lugares de Europa.

De aquí la importancia de esta tradición cultural, que explica la conservación de palabras como *palambrio* y de un fenómeno de pervivencia cultural difícilmente observable en otras áreas donde la acumulación de cambios no permite comprender con tanta claridad el remoto origen de sus elementos constituyentes.⁹⁰

⁸⁴ M. Ruiz-Gálvez – *La Europa atlántica en la Edad del Bronce. Un viaje a las raíces de la Europa occidental*, Barcelona: Critica, 1998; B. Cunliffe – *Facing the Ocean. The Atlantic and Its Peoples 8000 BC-Ad 1500*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

⁸⁵ M. Almagro-Gorbea, *op. cit.* en la n. 66; Almagro-Gorbea, *op. cit.* en la n. 48.

⁸⁶ M. Almagro-Gorbea, *op. cit.* en la n. 46, p. 192 s.

⁸⁷ J. Costa – *Colectivismo agrario en España*. Madrid: Imp. de San Francisco de Sales, 1898 (reed. Zaragoza: Guara, 1983); J. Costa – *Derecho consuetudinario y economía popular en España*. Barcelona: M. Soler, 1902 (reed. Zaragoza: Guara, 1981). Para la Antigüedad, A. C. F. da Silva – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, 1986; M. Almagro-Gorbea, *op. cit.* en la n. 46, p. 180 s.

⁸⁸ *Vid. supra*, n. 42, 43 y 76. P. R. Moya, *Paleoetnología de la Hispania Céltica: Etnoarqueología, Etnohistoria y Folklore como fuentes de la Prehistoria*, Madrid, 2012.

⁸⁹ *Vid. supra*, n. 47; J. C. Búa – “Dialectos indoeuropeos na franxa occidental hispánica”. In: G. Pereira (ed.) – *Galicia fai Dous Mil Anos. O Feito Diferencial Galego*. I – Historia. Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, 1997, p. 51-99; J. G. P. Best – “Zur frühindoeuropäischen Sprache in Lusitanien”. *Supplementum Epigraphicum Mediterraneum, Talanta*, 13, 1982, p. 63-68.

⁹⁰ Agradezco a X. Ballester sus interesantes críticas y comentarios, aunque los errores y omisiones sean de la única responsabilidad del autor.

ABEL VIANA (1896-1964): UMA VIDA DE ARQUEÓLOGO

ABEL VIANA (1896-1964), THE LIFE OF AN ARCHAEOLOGIST

João Luís Cardoso¹

Abstract

In this article we present a synthesis of the work of Abel Viana (1896-1964) in the Archaeology. We stress the existence of three phases in his career, corresponding to an increase and diversity of his scientific production: the initial phase, developed in his native region (Minho, Northern Portugal); the second phase, corresponding to the period he stayed in Faro, Algarve; and the last phase, when he lived in Beja (Baixo Alentejo), where he wrote his most important works.

Keywords: Abel Viana; History of Archaeology; Portugal.

1 - INTRODUÇÃO

Abel Viana (n. Viana do Castelo, 16 de Fevereiro de 1896, f. Beja, 17 de Fevereiro de 1964) (Fig. 1) foi uma figura ímpar da Arqueologia portuguesa, domínio científico que será o único a ser abordado neste pequeno contributo, preparado por ocasião da celebração do quinquagésimo aniversário do seu falecimento, no dia 27 de Setembro de 2014 na Biblioteca-Museu do Paço Ducal de Vila Viçosa/Fundação da Casa de Bragança, em encontro organizado por esta Instituição em parceria com o Museu Nacional de Arqueologia e do qual uma versão sintética preliminar foi já publicada (Cardoso, 2015).

Dotado de um pensamento vigoroso e desassombrado, Abel Viana foi um pioneiro em muitos domínios da investigação arqueológica, pautando a originalidade dos seus contributos com uma forma de escrita rigorosa e objectiva, avesso a falsas manifestações de erudição, por ele identificadas quase sempre em literatos inconsequentes, por falta de preparação prática, que tanto o divertiam como o indignavam. Tal sentimento é revelado na sua correspondência com O. da Veiga Ferreira



Fig. 1 – Abel Viana (1896-1964).

¹Academia das Ciências de Lisboa. Academia Portuguesa da História. Universidade Aberta. Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

(CARDOSO, 2001-2002; 2008), precioso repositório de informações de como a Arqueologia era realizada em Portugal entre as décadas de 1940 e 1960.

Seleccionando amigos e colaboradores, incutindo em outros algum temor ou reservas, pelo seu espírito independente e desassombrado, o nome de Abel Viana foi silenciado nas últimas décadas no âmbito do ensino universitário, e relegado para um plano secundário no quadro da Arqueologia portuguesa. Mas, como o tempo é, felizmente, o grande juiz da História e dos Homens, o exemplo de Abel Viana, corporizado na dimensão e valia da sua obra científica, acabou por vingar, tornando-se até objecto de estudos académicos, para além das obras de carácter biográfico que lhe dedicaram amigos, familiares e admiradores. É nesse último grupo que o autor se inclui: não tendo privado com o Homem, é assíduo utilizador da sua obra publicada, e conhece bem outra documentação, com destaque para as fotos e correspondência remetidas àquele que foi o seu discípulo dilecto e amigo mais próximo, o Doutor O. da Veiga Ferreira. Que este contributo possa, assim, constituir modesta homenagem à memória de um dos mais consequentes, produtivos e empenhados obreiros da nossa Arqueologia.

2 - O DESPERTAR PARA A ARQUEOLOGIA

Abel Viana, nascido em Viana do Castelo em 16 de Fevereiro de 1896, desempenhou entre 1917 e 1931, no início da sua carreira profissional em Portugal, depois de regressar do Brasil onde foi emigrante, o cargo de Professor Primário em diversas escolas minhotas (Fig. 2).

Como Professor, teve a oportunidade de contactar populações e explorar territórios (Fig. 3), por via das informações recolhidas, fornecendo-lhe os primeiros elementos para estudos de etnografia e de arqueologia que, a partir de 1929 viria a publicar regularmente



Fig. 2 - Abel Viana com uma turma de alunos da instrução primária. Viana do Castelo, ca. 1920 (exposição comemorativa organizada pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, patente ao público no castelo de Vila Viçosa em 2014).



Fig. 3 - Abel Viana no Minho, em alegre confraternização, na década de 1920-1930 (exposição comemorativa organizada pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, patente ao público no castelo de Vila Viçosa em 2014).

até à sua morte, ascendendo então a mais de trezentos títulos, já inventariados em pormenor por seu sobrinho, bem como as publicações que sobre a sua vida e obras lhe dedicaram colegas, amigos ou admiradores, até 1996 (VIANA, 1996).

Os primeiros passos no campo da Arqueologia foram acompanhados por J. Leite de Vasconcelos, com quem se correspondeu até ao falecimento deste, em 1941 (CARDOSO & COITO, e.p.). Com efeito, o primeiro encontro entre os dois data de 1926, quando se cruzaram na estação do caminho de ferro de Seixas, no Alto Minho (VIANA, 1941). Nessa época, Abel Viana era já um estudioso da etnografia minhota, mas apenas se encontrava vagamente desperto para a Arqueologia.

Como ele próprio referiu, em 1927 o Padre Luisier, jesuíta que então residia no Colégio de La Guardia, recolheu, no litoral adjacente, dois seixos que lhe pareceram picos asturienses, que ofereceu ao Padre Eugénio Jalhay, Jesuíta português então também ali instalado e que logo os publicou (JALHAY, 1928). Tais achados motivaram Abel Viana a, conforme ele próprio declara, iniciar prospecções ao longo da costa a norte de Viana do Castelo e até ao farol de Montedor (VIANA, 1928).

Esta iniciativa foi influenciada também pelos resultados das prospecções realizadas por Ruy de Serpa Pinto, malgrado investigador portuense a quem se deve a publicação, em 1928, dos resultados das colheitas por si realizadas em Âncora e Afife (PINTO, 1928). As prospecções de Abel Viana efectuadas naquele mesmo ano, vieram confirmar o efectivo prolongamento para sul de tais indústrias, até à foz do Lima, destacando-se a estação da Areosa, correspondente à sua primeira publicação arqueológica de escopo (VIANA, 1929 a), onde se apresentaram belos desenhos de picos asturienses clássicos (Fig. 4).

Para além da identificação das indústrias de tipo asturiense, que presentemente se crê serem situáveis nos finais do Plistocénico e primórdios dos tempos pós-glaciários (MEIRELES, 1994), Abel Viana, no ano seguinte (VIANA, 1930), dá a conhecer as primeiras indústrias paleolíticas da região minhota, representadas por alguns belos bifaces acheulenses, como os recolhidos em São Gregório, Lanhelas, e em Seixas, locais do concelho de Caminha.

O último artigo resultante dessa linha de investigação foi publicado no volume de homenagem ao conde de la Vega del Sella (VIANA, 1956 a), no qual voltou a apresentar picos da Areosa (Fig. 5). Tal participação justificava-se plenamente, pois o homenageado foi o arqueólogo que procedeu, com base em escavações na costa cantábrica, à identificação do Asturiense, cuja monografia (VEGA DEL SELLA, 1923) muito ajudou Abel Viana na elaboração do seu artigo de 1929.

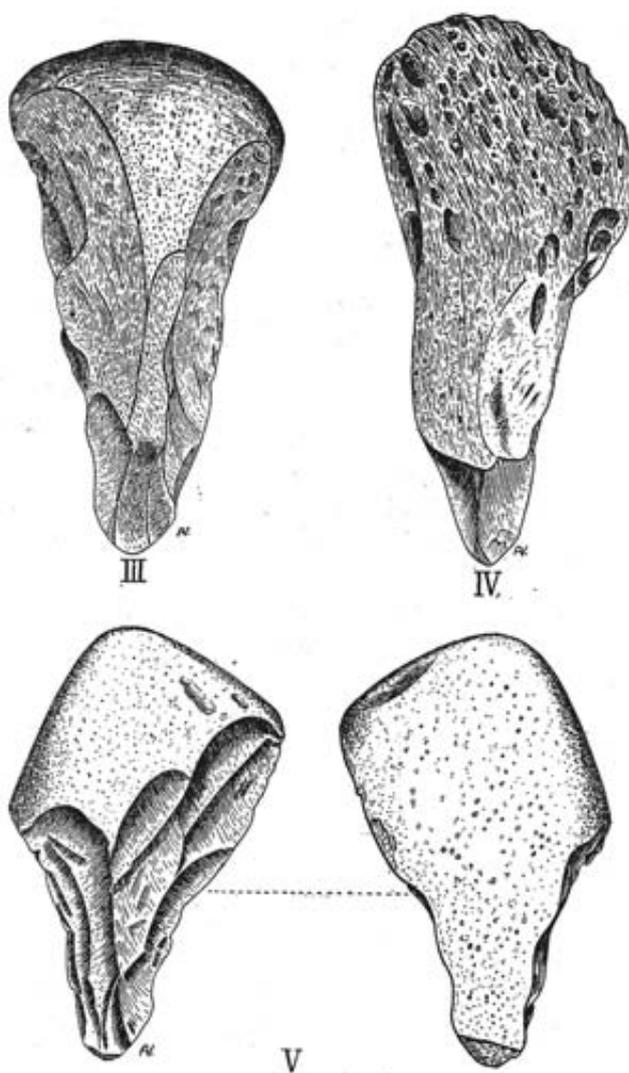


Fig. 4 - Desenhos de picos asturienses da praia da Areosa (seg. VIANA, 1929).

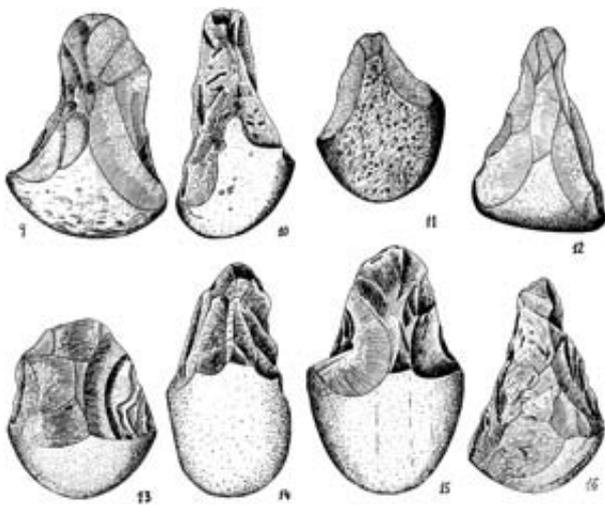


Fig. 5 - Desenhos de picos asturienses da praia da Areosa (seg. VIANA, 1956 a).

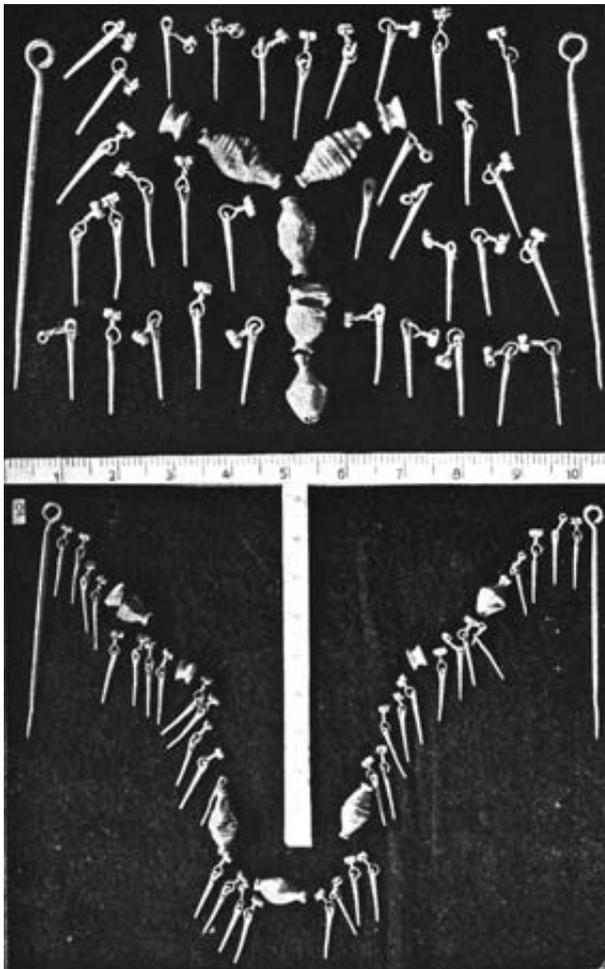


Fig. 6 - Jóias auríferas da necrópole romano-suévia de Beiral (seg. VIANA, 1961 a).

Naquele e em outros estudos da mesma índole, não deixou de associar a posição das indústrias líticas às respectivas formações geológicas, no caso terraços fluviais ou praias elevadas do litoral, critério só muitos anos depois retomado na mesma região por geógrafos e geólogos de nomeada, como H. Lautensach e C. Teixeira.

O interesse pelo estudo das indústrias macro-líticas fini e pós-paleolíticas, explicam os trabalhos que continuou a publicar, sozinho ou em co-autoria com o seu amigo e eminente geólogo e arqueólogo Georges Zbyszewski.

Regressava regularmente à sua região natal, o que explica os estudos arqueológicos que ao longo da sua vida lhe dedicou, desde os já referidos contributos sobre Asturiense e paleolítico, até achados de

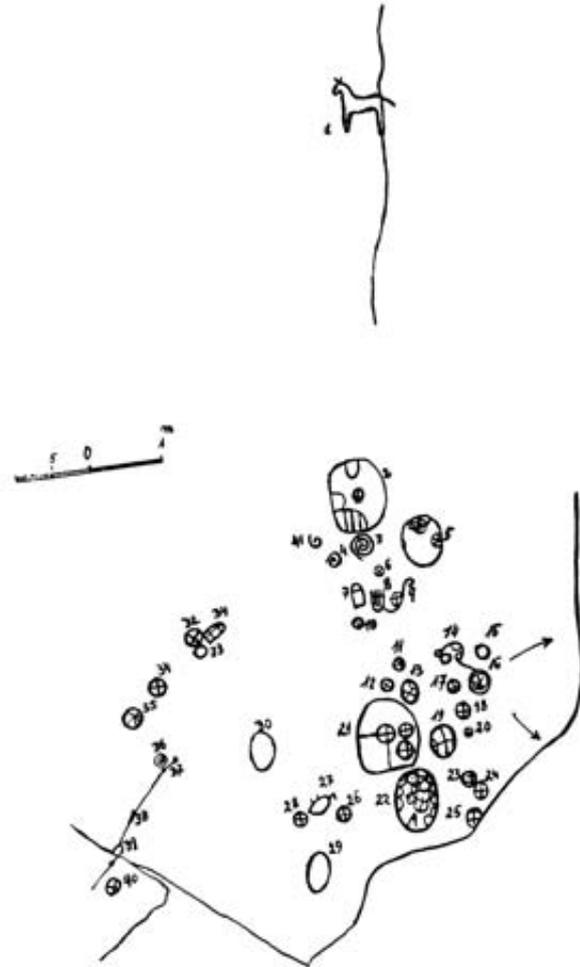


Fig. 7 - Insculturas rupestres de Lanhelas (seg. VIANA, 1960).

época romana, e tardo-romana/suévica, representada pela necrópole de Beiral, Ponte de Lima, onde se recolheram raras jóias de ouro (VIANA, 1961 a) (Fig. 6).

A arte rupestre foi uma dos domínios mais importantes – e também dos então menos conhecidos – a que dedicou relevantes estudos. Entre todos, destaca-se o estudo publicado sobre as insculpturas rupestres de Lanhelas, concelho de Caminha, cujo primeiro estudo apareceu logo em 1929 (VIANA, 1929 b). Como o próprio declara, tal publicação não o satisfaz, porque a excessiva redução de alguns desenhos fez desaparecer alguns pormenores importantes. Indo residir para Carreço, em 1931, surgiu a oportunidade de ali encontrar outras insculpturas rupestres, as quais permitiram a preparação de artigo remetido para publicação na revista *Ethnos* em 1937, na altura em que as mesmas estavam em risco de ser destruídas pela abertura de uma estrada. Assim se chamaria a atenção dos poderes públicos para a situação que a breve trecho iria ser criada. Porém, tal artigo jamais foi publicado, perdendo-se para sempre texto e ilustrações seu conteúdo e, com eles, a própria estação arqueológica, tal como haveria de acontecer com a de Lanhelas, amarga constatação feita pelo próprio muitos anos depois (VIANA, 1960) (Fig. 7).

No que respeita às manifestações da Cultura Castreja da sua região natal, destacam-se as intervenções conduzidas na Citânia de Santa Luzia e na cidade de Âncora. Quanto à primeira, os estudos iniciaram-se ainda aquando da sua residência no Minho, só se tendo reiniciado em 1953-1954, com o levantamento topográfico das estruturas arqueológicas postas a descoberto, com o apoio do Instituto de Alta Cultura e a cooperação do seu companheiro Manuel de Sousa Oliveira (VIANA & OLIVEIRA, 1955).

Na cidade de Âncora dirigiu campo internacional de arqueologia, o qual não lhe deixou boas impressões, como ele próprio recorda em saborosa missiva remetida ao seu amigo O. da Veiga Ferreira (CARDOSO, 2001-2002), aproveitando ainda para protestar, com conhecida energia e acutilância, a presença de certos arqueólogos de outras nacionalidades cuja mais-valia para a arqueologia que então se fazia entre nós era escassa (VIANA, 1960-1961 a) (Fig. 8).

Ainda no decurso da sua presença minhota, devem-se-lhe estudos pioneiros sobre cartografia arqueológica em Portugal, neste caso sobre o Minho, dando continuidade aos trabalhos de Martins Sarmento na região (VIANA, 1932) (Fig. 9).



Fig. 8 – Vista das escavações efectuadas na cidade de Âncora (seg. VIANA, 1960-1961 a).

Com efeito, os monumentos identificados pelo ilustre vimaranense foram ao longo do tempo sucessivamente revisitados por Abel Viana, já muito depois de este ter estabelecido definitivamente residência em Beja, dando origem a algumas publicações.

É o caso da gigantesca mamoa de Cova da Moura, no concelho de Viana do Castelo, cuja escavação, feita muitos anos antes da respectiva publicação, proporcionou a recolha de diversas estelas antropomórficas, guardadas no Museu dos ex-Serviços Geológicos de Portugal (VIANA, 1955 a). Tal realidade, extensiva também às ofertas de colecções de indústrias macrolíticas por si recolhidas ao

longo do litoral minhoto àquela instituição, pode parecer insólita a quem tanto carinho sempre dispensou à sua terra natal. Contudo, importa situar a decisão no tempo, dada a convicção de que tais materiais seriam muito mais úteis à investigação se estivessem acessíveis em Lisboa, explicando-se a opção pela sua oferta à referida instituição, em detrimento do Museu Etnológico, devido às tensões entretanto criadas com Manuel Heleno.

Ciente da enormidade de tarefas que a investigação e, sobretudo, a exploração destes monumentos pressupunha, elaborou e publicou uma proposta contemplando os procedimentos de natureza administrativa que poderiam ser adoptados em tal matéria a qual, naturalmente, não teve seguimento (VIANA, 1934-1936). Esta proposta sucedeu, de perto, às tensões criadas entre Manuel Heleno e a maioria dos arqueólogos portugueses, em resultado de diploma que dava a prioridade de intervenção, em qualquer estação do país ao Director do Museu Etnológico. Apesar de esse documento ter sido pouco depois substituído por outro mais conforme (CARDOSO, 2011), a verdade é que as tensões jamais se dissiparam.

As preocupações com a gestão e protecção do rico património arqueológico português acompanharam-no ao longo da sua vida, não deixando de as abordar numa das suas últimas obras, significativamente intitulada *Arqueologia Prática* (VIANA, 1962 a), por oposição à “arqueologia teórica”, desligada da prática de terreno e de gabinete, que sempre rejeitou. Ali denunciou corajosamente casos e situações, propondo soluções, as quais, por certo, iriam ter seguimento numa segunda edição da obra, que infelizmente já não teve oportunidade de publicar. Voltar-se-á adiante a este tema.



Fig. 9 – Carta arqueológica pré e proto-histórica do concelho de Viana do Castelo (seg. VIANA, 1932).

3 – A ETAPA ALGARVIA

Entre 1933 e 1938, exerceu funções de Inspector e depois de Director do Distrito Escolar de Faro, as quais não lhe deixaram boas recordações, apesar de terem propiciado o encontro com investigadores locais, como José Formosinho, advogado e director do Museu Regional de Lagos, e Mário Lyster Franco, Presidente da Câmara Municipal de Faro. Compulsando as datas das respectivas publicações, verifica-se que estas correspondem à época em que já residia em Beja, facto que não o impediu de continuar a participar activamente em escavações no Algarve. Merecem particular destaque as realizadas na Serra de Monchique (Fig. 10, em cima), conjuntamente com José Formosinho e Octávio da Veiga Ferreira, que conheceu em 1944 (Fig. 10, em baixo), e que depressa se torna seu amigo e discípulo, tal a afinidade de personalidades, como demonstra a correspondência trocada entre ambos e já publicada (CARDOSO, 1993-1994; 2001-2002; 2008). Veiga Ferreira soube conquistar em Abel Viana uma entranhada dedicação, por ele em absoluto correspondida.

Tal ciclo de investigações, que decorreu entre a segunda metade da década de 1940 e os primeiros anos da seguinte (Fig. 11) saldou-se na identificação, escavação e publicação de um conjunto notável de

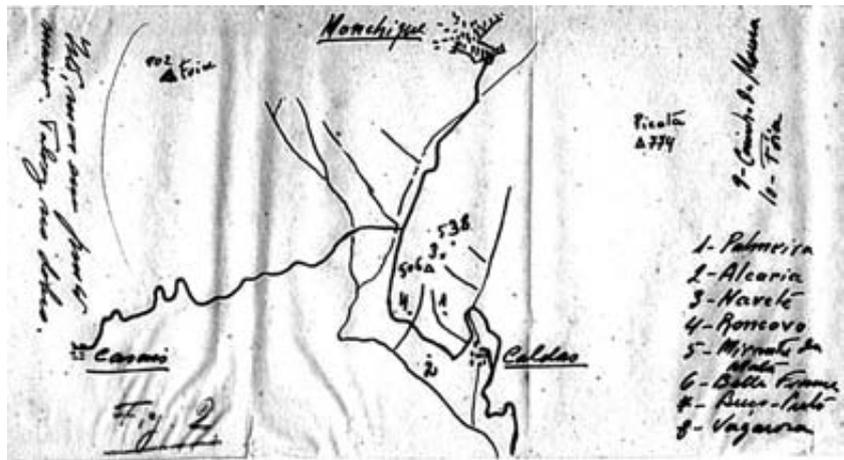
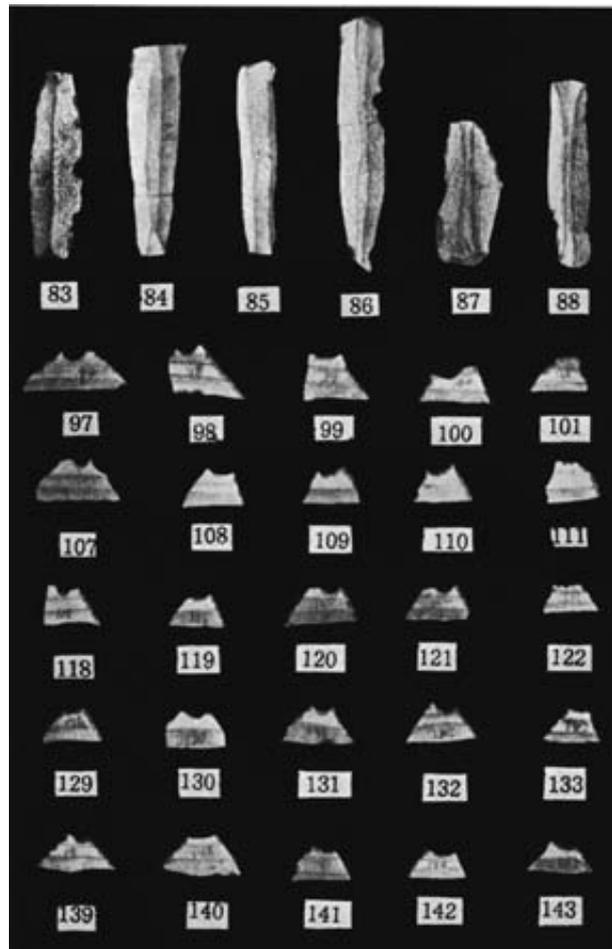


Fig. 10 – Em cima: localização das necrópoles exploradas na serra de Monchique, primeiramente por José Formosinho e Abel Viana, a que se juntou depois O. da Veiga Ferreira; em baixo, da esquerda para a direita, José Formosinho, O. da Veiga Ferreira e Abel Viana, numa pausa das escavações de Monchique, em Setembro de 1947 (arquivo OVF/JLC).



Fig. 11 – Abel Viana no decurso da escavação da necrópole de Buço Preto (arquivo Georges Zbyszewski).



necrópoles cuja tipologia dos espólios, a par da arquitectura dos monumentos, as situa entre o Neolítico Médio e o Calcolítico (Fig. 12). Depois de numerosos contributos específicos, alguns deles publicados em Espanha, destaca-se a rápida preparação de uma importante monografia que faz a síntese dos resultados obtidos nos anos de 1946 e de 1947 (FORMOSINHO, FERREIRA & VIANA, 1953/1954), logo seguida de síntese final dos trabalhos ali efectuados entre 1937 e 1949 (VIANA, FERREIRA & FORMOSINHO, 1954). O perfeito entendimento entre os três participantes na empresa, e o empenho, em particular de dois deles (A.V. e O.V.F.), tornou possível, apesar das múltiplas actividades em que

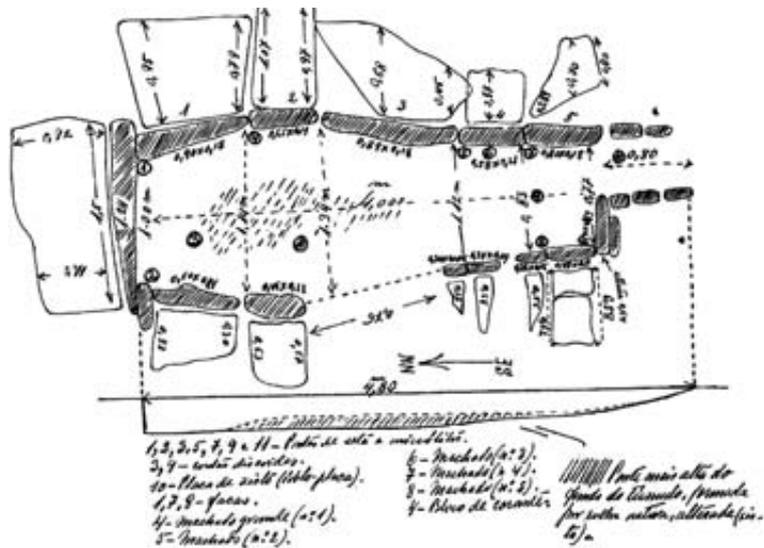


Fig. 12 – Em cima: lâminas, lamelas e geométricos da necrópole de Palmeira (seg. FORMOSINHO, VIANA & FERREIRA, 1953/1954); em baixo: Planta da sepultura 7 da necrópole do Buço Preto, com a localização dos espólios, autógrafa de Abel Viana (arquivo OVF/JLC).

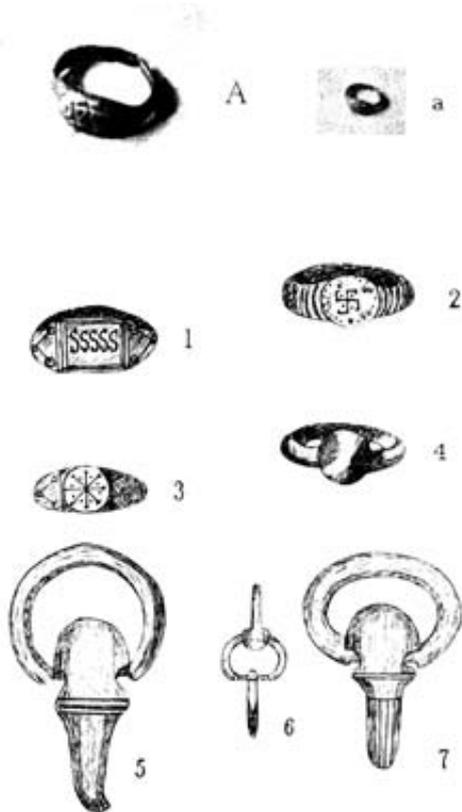


Fig. 13 – *Em cima*: fragmento de tecido de linho que envolvia um machado plano, de cobre, recolhido na sepultura 1 da necrópole de Belle France (seg. FORMOSINHO, VIANA & FERREIRA, 1953-1954); *em baixo*: conjunto visigótico da necrópole de Alcaria comparado com outros artefactos da mesma época (seg. VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1949).

estavam envolvidos, a referida publicação, dando continuidade à publicação de notas avulsas. Destas, merece destaque a publicação de fragmento de tecido de linho (Fig. 13, em cima) que envolvia um machado plano de cobre encontrado numa das sepulturas da necrópole de Belle-France, bem como a de navalha de barbear da Idade do Bronze achada ocasionalmente em Barranco do Banho, a primeira identificada em Portugal (VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1947), acompanhando a divulgação de espólios mais modernos, de época romana e visigótica, estes últimos provenientes da necrópole de Alcaria (VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1948) (Fig. 13, em baixo).

As escassas intervenções arqueológicas que Abel Viana efectuou enquanto ainda residia em Faro, a antiga Ossonoba romana, centraram-se na própria cidade, tendo sido, por esta via, pioneiro da arqueologia urbana em Portugal, ao escavar a área do largo da Sé, pouco depois da sua chegada à cidade (Fig. 14). Com efeito, logo em Novembro de 1933, pôs à vista restos de estruturas romanas, atribuídas depois ao fórum e ao embasamento de um templo romano, em resultado das escavações que ali voltou a realizar em 1939 (VIANA, 1952, Fig. 4, n.º 5) (Fig. 15). Na intervenção de Novembro de 1933, foi também ali documentada a presença islâmica (VIANA, 1949), devidamente valorizada na respectiva publicação, com a reprodução de alguns artefactos dessa época (Fig. 16). Este facto é para salientar, numa altura em que a Arqueologia islâmica era ainda quase desconhecida e mesmo menosprezada em Portugal. Com efeito, o pioneiro da arqueologia algarvia, Sebastião P. M. Estácio da Veiga, não tivera tempo, em vida, de publicar os achados que fizera daquela época no Algarve, ainda hoje em boa parte inéditos.

Outra intervenção arqueológica realizada por Abel Viana ainda no decurso da sua estada algarvia foi a da necrópole romana do bairro Letes, também situada na periferia da área urbana antiga daquela cidade, publicada também quando já residia em Beja (VIANA, 1951).

Igualmente de muito interesse é, ainda, a notícia da identificação de um provável cemitério de escravos nas vizinhanças de Loulé, em resultado de intervenção realizada em Março de 1938, integrando centenas de esqueletos, desacompanhados de qualquer espólio, com excepção de dois deles, um com duas argolas de

Jo Veiga Ferreira - um dos dois grandes
culpados desta história - e um
apêndice de abraço.
Beji, 28/2/1920. Abel Viana

Restos de Ossónoba, no Largo da Sé, em Faro

Oito dias após a minha chegada a Faro (1), ainda movido pela curiosidade própria do recém-chegado, fui visitar o Largo da Sé, dando-me logo na atenção a grande cópia de aliosceres arcaicos que na superfície arenosa do Largo significativamente emergiam.

Pouco depois, trocando impressões com o malgrado Dr. Atílio Roseira, foi este de parecer que o abundante estadal de aliosceres era vestígio de cemitério árabe.



Fig. 1
Vista geral do Largo da Sé



Fig. 2
Parte do pavimento do Largo da Sé, evidenciando aliosceres.

Numerosas e atentas continuaram as minhas inspeções ao local, até que, em 20 de Novembro de 1933, sendo Presidente da Câmara de Faro o meu Ex.^{ma} amigo Sr. Dr. Mário Lyster Franco, e de acordo com o Ex.^{mo} Sr. Dr. Justino de Bivar Weinholtz, Director do Museu Arqueológico e Lapidário do Infante D. Henrique, fui autorizado a fazer uma sondagem num ponto fronteiro ao pórtico principal da Sé, onde o pé do transeunte calçava o local de um *solium*. (Fig. 3).

(1) A 29 de Abril de 1921. Recolhidos no Museu Arqueológico de Faro os objectos achados durante a escavação, ali se conservaram até ao ano 1939, assim como medidos e mantiveram os apontamentos tomados durante esta pequena exploração. Em 1938, temporariamente aliado de serviços de cargo público, me foi possível ordenar os materiais guardados no Museu e redigir a notícia que tem em 47 Algarves, semestral farense (10 artigos, de 1934 a 1936), agora resultando definitivamente.

Nos meses de Março e Abril de 1941, o pavimento do Largo da Sé foi por completo



Fig. 15 - Pormenor do pódio de templo romano existente no Largo da Sé, em Faro (seg. VIANA, 1952).

Fig. 14 - Primeira página da separata do trabalho dedicado aos restos arqueológicos do Largo da Sé, em Faro, com expressiva dedicatória de Abel Viana a O. da Veiga Ferreira, que lhe proporcionou a publicação daquele seu trabalho na *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores* (seg. VIANA, 1949).

ferro circundando as tíbias, com o peso aproximado de 1500 g, outro possuindo apenas uma de características idênticas (VIANA, 1948). Esta descoberta é do maior interesse, tendo paralelo próximo na necrópole contendo cerca de 150 esqueletos identificada em 2009 na cidade de Lagos, remontando ao século XV. O facto de Abel Viana ter recolhido um ceitil torna plausível que o conjunto em apreço seja também dessa época. A ser assim, como tudo indica, foi o primeiro achado no seu género, em Portugal, ao contrário do divulgado na maioria das notícias referentes ao cemitério de Lagos.

Destaca-se ainda, no contexto da arqueologia algarvia, a publicação sistemática de estações paleolíticas algarvias da zona de sotavento, dando conti-

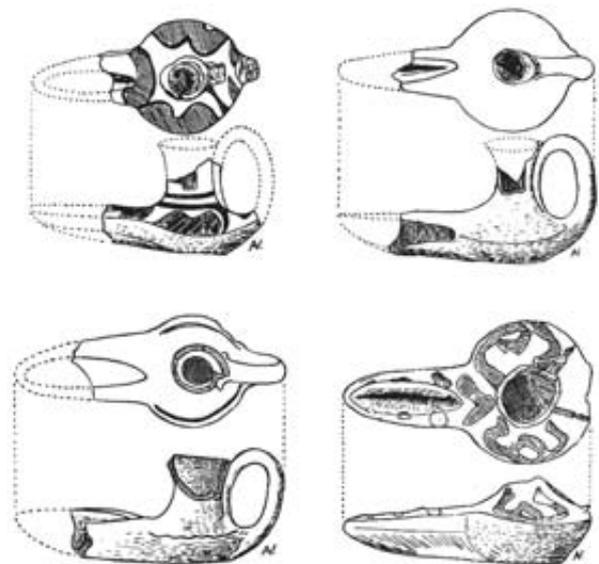


Fig. 16 - Candis arábicos recolhidos nas escavações do Largo da Sé, em Faro (seg. VIANA, 1949).

nuidade aos trabalhos publicados anteriormente por H. Breuil, M. Vaultier e G. Zbyszewski, com quem publicou artigo subordinado ao mesmo tema. Desses estudos resultou a apresentação da carta de distribuição dos achados (VIANA, 1947) (Fig 17). Deve-se-lhe também a publicação da célebre sepultura de Ferradeira, em 1948 (Fig. 18), a qual fora identificada em 1945 (FRANCO & VIANA, 1948), e que, muitos anos depois, serviu a H. Schubart para definir o horizonte epicampaniforme homónimo (SCHUBART, 1971), abarcando todo o sul do actual território português, cuja validade se encontra hoje plenamente demonstrada (CARDOSO, 2014).

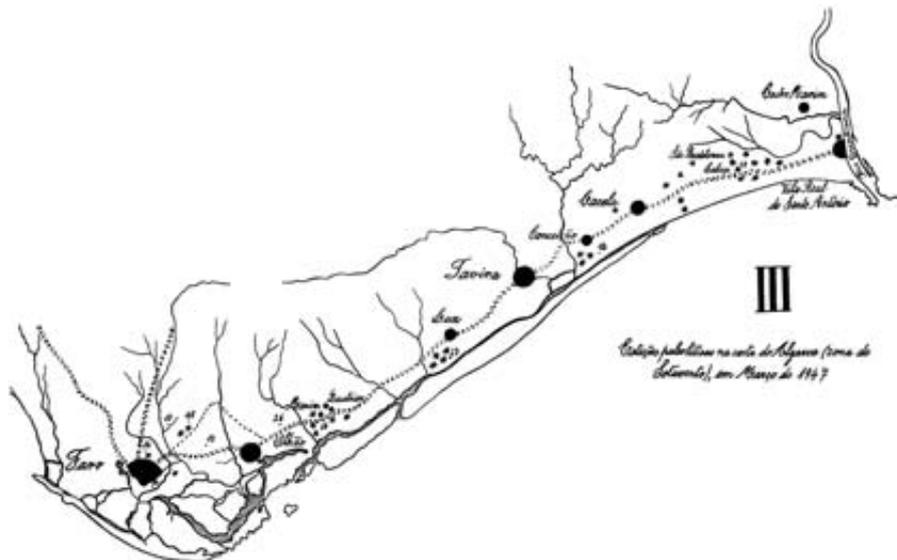


Fig. 17 – Carta da distribuição de estações paleolíticas do sotavento algarvio (seg. VIANA, 1947).

Às estações de época romana, naturalmente pela sua maior abundância, também muito o ocuparam: é o caso dos contributos sobre a cidade de Balsa e a necrópole romana de Pedras d’El Rei ou a questão da localização da cidade romana de Ossónoba, que originou importante estudo onde, de forma pioneira, se relaciona a localização da cidade com a evolução geográfica do litoral adjacente (VIANA, 1952).

Ao mesmo tempo, reapreciou colecções depositadas no Museu Regional de Lagos, de que resultaram publicações, como é o caso da que estudam os espólios mais relevantes do Museu Regional de Lagos (VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1953 a). Trata-se de contributo de carácter diacrónico, onde se caracterizaram todos os locais algarvios – de Aljezur a Olhão – representados nas colecções do referido Museu, incorporando peças inéditas e nalguns casos de excepcional importância, como é o caso da célebre cabeça do imperador Galieno (Fig. 19), mais tarde detalhadamente estudada por J. M. Bairrão Oleiro. A publicações de índole geral, como esta, juntaram-se outras, de carácter mais temático e circunscrito, de que é exemplo o estudo dedicado a peças conservadas no mesmo Museu e atribuídas ao então designado “Bronze mediterrânico”, por influência da periodização de Julio Martínez Santa-Olalla (VIANA; FORMOSINHO & FERREIRA, 1953 b). Neste artigo, merece destaque a apresentação de alguns achados realizados em sepulturas de falsa cúpula identificadas e escavadas por José

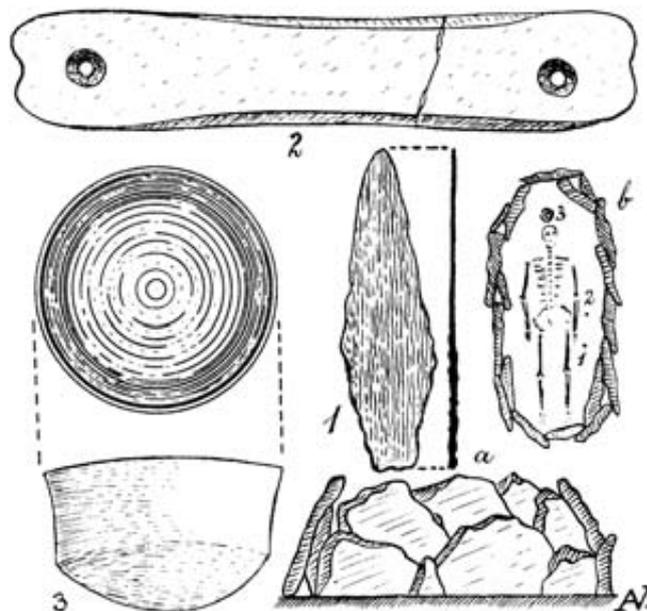


Fig. 18 – Materiais recolhidos na sepultura de Ferradeira e planta da mesma (seg. FRANCO & VIANA, 1948).



Fig. 19 – Alguns dos espólios estudados no Museu Regional de Lagos, com destaque para a notável cabeça do imperador Galieno (seg. VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1953).

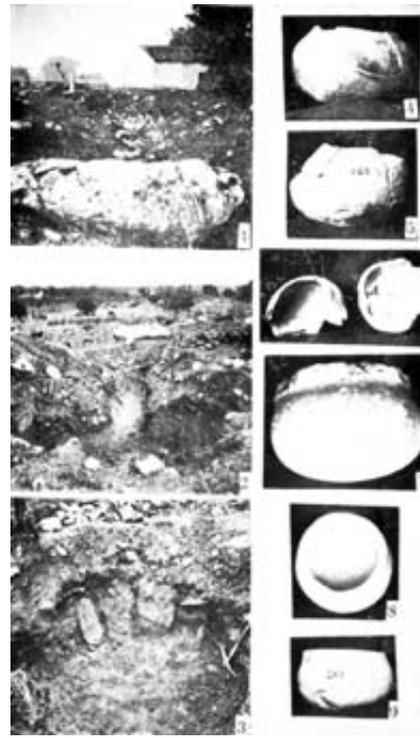


Fig. 20 – Vista do túmulo 8 da necrópole de Alcalar, explorado por José Formosinho na década de 1930 e materiais dele provenientes (seg. VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1953).

Formosinho na década de 1930 da notável necrópole calcólica de Alcalar explorada nos finais do século XIX por Estácio da Veiga (Fig. 20).

Podem ainda mencionar-se alguns contributos de temática mais circunscrita, como é o caso do dedicado ao capacete céltico do Museu Regional de Lagos (VIANA; FORMOSINHO & FERREIRA, 1953 c) cuja real importância não carece de ser sublinhada (Fig. 21).

A importância que Abel Viana atribuía aos museus regionais, que, como o de Lagos, conservava notáveis espólios postos à disposição dos especialistas, dos quais ele foi um dos principais estudiosos, os quais se encontravam também acessíveis a todos os interessados pelo rico património arqueológico português, numa fase em que este começava a ser generalizadamente ameaçado, quer pela mecanização da agricultura, quer pela desequilibrada ocupação sazonal do litoral algarvio, encontra eco nestas suas declarações: “*Circunstâncias muito especiais nos permitem acompanhar de perto a organização e desenvolvimento deste museu. Sabemos dos trabalhos e canseiras, arrelias e diligências, anseios e satisfações desenvolvidos e intensamente vividos por seu fundador e preclaro director, Dr. José Formosinho, com o qual, além da velha e sólida amizade que nos une, temos tido a honra e gosto de cooperar em várias campanhas de investigação arqueológica na zona de Barlavento daquela esplendorosa província, autêntica jóia natural de Portugal e da Europa.*” (VIANA, 1959 a, p. 13).

4 – A ETAPA ALENTEJANA, OU A SÍNTESE DE UMA VIDA DEDICADA À ARQUEOLOGIA

A sua fixação definitiva na cidade de Beja correspondeu sem dúvida à fase mais profícua da sua actividade científica, acompanhando a plenitude do seu amadurecimento como investigador: depois de um curto

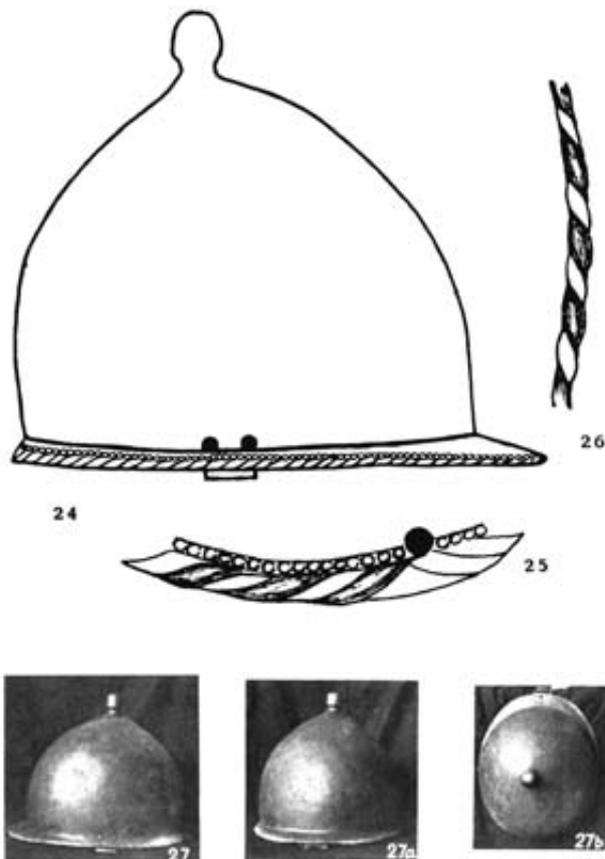


Fig. 21 - O capacete céltico do Museu Regional de Lagos (seg. FORMOSINHO, FERREIRA & VIANA, 1950).



Fig. 22 - Postal de 22 de Abril de 1958, solicitando a O. da Veiga Ferreira a compra de uma peça para a sua máquina fotográfica "Leica" (arquivo OVF/JLC).

período, em 1938, em que assumiu as funções de Director do Distrito Escolar de Setúbal, em 1939 voltou a exercer funções de professor primário, pelas quais já havia sido condecorado com o grau de oficial da Ordem da Instrução Pública pelo Presidente da República em 1933, dada a sua obra em prol do Ensino Primário, acumulando agora com as funções de Adjunto do Distrito Escolar de Beja.

A partir de 1 de Janeiro de 1945, e até à data do seu falecimento, em 1964, obteve bolsa do Instituto para a Alta Cultura que lhe permitiu dedicar-se em exclusividade à Arqueologia, liberto das tarefas lectivas e administrativas até então desempenhadas. Tal desafogo explica muito do seu incansável labor, quase totalmente dedicado à Arqueologia, repartido embora por diversas iniciativas de carácter etnográfico, como festas, festivais e concursos, com destaque para as festas da Senhora da Agonia, realizadas na sua cidade natal. Tal situação leva a atribuir a Abel Viana o estatuto de primeiro arqueólogo profissional português depois de Estácio da Veiga que, no século XIX, tinha obtido idêntico estatuto por via da contratualização com o Estado da execução da Carta Arqueológica do Algarve. Não se creia, contudo, que a partir do momento em que passou a ser bolseiro do Estado, Abel Viana tenha usufruído de vida economicamente mais desafogada. Pelo contrário, as suas actividades arqueológicas, desta forma potenciadas, requeriam cada vez maiores disponibilidades financeiras, fosse para custear deslocações e estadas, fosse para assegurar a compra de material de escrita e de desenho. A penúria com que se confrontava, agravada pelo isolamento da sua vida quotidiana em Beja, explicam os frequentes pedidos a O. da Veiga Ferreira para o envio de tais materiais (CARDOSO, 2001-2002; CARDOSO, 2008), indo ao ponto de pedir ajuda para a compra de uma peça para o conserto da sua máquina fotográfica (Fig. 22).

A pronta resposta a tais pedidos cimentou ainda mais as relações entre ambos, corporizada pela oferta de fotografia autógrafo (Fig. 23), com expressiva dedicatória.

A regularidade dos trabalhos publicados no *Arquivo de Beja*, revista editada pela Câmara Municipal de Beja da qual Abel Viana foi o redactor desde o n.º 1, saído em 1944, até à data do seu passamento, vinte anos depois, evidenciam a constância do empenho, além do seu espírito multifacetado, publicando de forma que quase se diria compulsiva, documentação que abarcava domínios tão diversos quanto a Literatura, a História, a História de Arte, a Arqueologia de diversas épocas, a Etnografia, a Numismática, e a Epigrafia, entre outros.

Seguindo o exemplo do seu Mestre J. Leite de Vasconcelos relativamente à linha editorial d'O *Arqueólogo Português*, não lhe repugnava publicar informação em bruto, registando-a embora de forma rigorosa, deixando para outros e sobretudo para os vindouros o seu cabal aproveitamento científico. Paradigma desta estratégia, são as suas célebres crónicas a que deu o nome "Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo", que regularmente publicou no *Arquivo de Beja* ilustradas por fotografias que, para poupar espaço e dinheiro, eram montadas a granel, misturando a reprodução dos objectos a diversas escalas e de temáticas tão heterogéneas quanto diacrónicas.

Assumia sem complexos as suas limitações científicas, ao publicar espólios que requeriam a opinião de especialistas; mas, mesmo assim, publicava-os, na perspectiva de disponibilizar àqueles informação que, cedo ou tarde, lhes poderia ser útil. Assim se explica, por exemplo, a sua incursão no difícil campo da Numismática, ao publicar na revista *Musev*, diversos numismas das cunhagens autónomas romanas das cidades hoje situadas no território português, declarando significativamente: "*E mais não sei dizer. Reclamando para êstes exemplares, achados recentemente na própria região de Beja, Serpa e Mértola, a observação dos especialistas, suponho fazer algum serviço à numismática nacional.*" (VIANA, 1943 b).



Fig. 23 – Foto de Abel Viana, na sua casa de Beja, oferecida a O. da Veiga Ferreira com esta dedicatória: "Ao Querido Amigo, Octávio da Veiga Ferreira. Pianando os nossos relatórios, com 30º à sombra. Beja, Setembro de 1950. Abel Viana" (arquivo OVF/JLC).



Fig. 24 – Conjunto de numismas arábicos (na quase totalidade quirates almorávidas) do tesouro de Vale de Açor (Mértola) (seg. VIANA, 1956).

Também a publicação de um conjunto de numismas árabes, na sua larga maioria quirates almorávidas, provenientes de um tesouro de Vale de Açor (Mértola) (VIANA, 1956 b) teve por objectivo essencial dar a conhecer tal achado, bem documentado através de belas fotografias (Fig. 24), deixando para a posterioridade o seu estudo sistemático, que a tanto não chegavam os seus conhecimentos. Assim construiu o mais notável repositório de informações de interesse histórico-arqueológico reunido por uma só pessoa, no território baixo-alentejano.

Claro que nalguns casos a sua perspicácia não foi suficiente para produzir diagnósticos certos. Mas tais situações revelam, simplesmente, que os conhecimentos então existentes não eram suficientes para se chegar a bom porto, nada tendo que ver com a capacidade intrínseca do investigador. Um dos exemplos mais interessantes desta realidade foi a publicação da “mamoa” do Marchicão, nas proximidades de Aldeia de Palheiros, em Ourique (VIANA, 1962 b). Tratava-se, de facto, de estruturas habitacionais de planta ortogonal, da Idade do Ferro (Fig. 25), como Caetano Beirão demonstrou cerca de uma década depois (BEIRÃO, 1986).

Se esta opção por publicar notas esparsas, muitas vezes insuficientemente documentadas, pode chocar hoje, num mundo de publicações formatadas, foi precisamente esse procedimento pragmático que permitiu assegurar a salvaguarda pelo registo de muitas ocorrências e espólios cuja existência, de outra forma, se perderia definitivamente. Tais notícias passavam amiúde quase despercebidas, como foi o caso da relativa à identificação da notável estação romano-republicana e que viria depois a constituir fortificação islâmica de época almóada das Mesas dos Castelinhos, Almodôvar (VIANA, FERREIRA & SERRALHEIRO, 1957) sítio transformado, por via dos trabalhos ali desenvolvidos nos últimos 25 anos por uma equipa dirigida por Carlos Fabião e Amílcar Guerra numa das mais notáveis estações arqueológicas do País. Dada a conhecer em 1957, foi apenas a destruição de uma parte significativa do sítio arqueológico, na segunda metade da década de 1980, por um

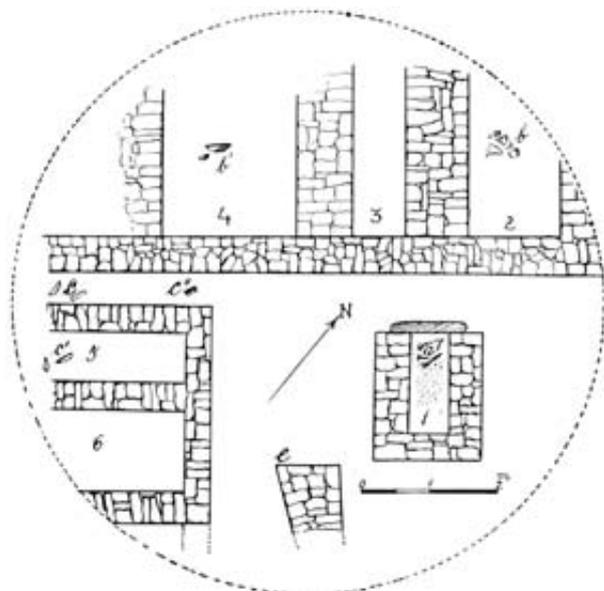


Fig. 25 – Planta da “mamoa” de Marchicão (seg. VIANA, 1962b).

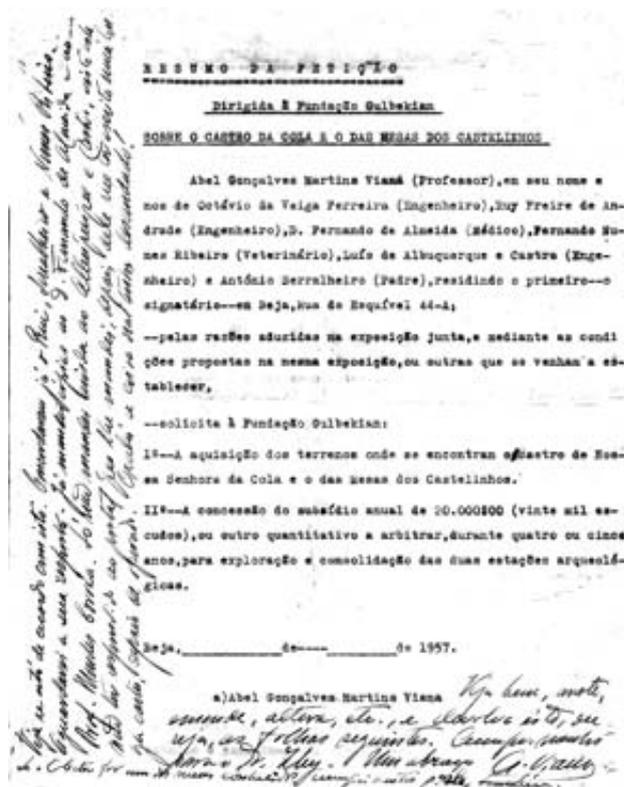


Fig. 26 – Resumo da petição subscrita em 1957 por Abel Viana à Fundação Calouste Gulbenkian para a aquisição dos terrenos de Mesas dos Castelinhos e do castro da Senhora da Cola, tendo em vista o estudo planeado das estações com base em financiamento disponibilizado pela referida Fundação (arquivo OVF/JLC).

“sonhador de tesouros” que viria a chamar a atenção das entidades oficiais para a estação, tornando ainda mais importante a documentação iconográfica então publicada, quando ainda se encontrava incólume. Caso tivesse sido levado por diante o Projecto relativo à investigação daquela estação arqueológica, em estreita articulação com a exploração do castro de Nossa Senhora da Cola, conforme era intenção Abel Viana em 1957, a destruição de parte significativa da mesma teria sido evitada (Fig. 26).

A par destes estudos esparsos ditados pelas circunstâncias, Abel Viana desenvolveu estudos de fundo, que requereram muitos meses de trabalho de campo e de gabinete. Sob este aspecto, são particularmente interessantes os resultados das prospecções efectuadas no decurso de 1944 no vale do Guadiana em colaboração com Mariano Feio e com a participação de Amílcar Patrício, preparando o primeiro dos quais estudo sobre os terraços do Guadiana a jusante do Ardila. Visitaram-se, então, e pela primeira vez se registaram de forma sistemática, os retalhos mais importantes desses depósitos formados pelo antigo curso fluvial, recolhendo-se exaustivamente as indústrias macrolíticas com que se deparavam, tanto à superfície como em cortes estratigráficos naturais. Tal manancial de informação, foi de imediato publicada em diversas revistas, por vezes em artigos de síntese (VIANA, 1945), de trabalhos mais extensos, publicados em números sucessivos do *Arquivo de Beja* (VIANA, 1945-1947) (Fig. 27). Estes trabalhos pioneiros, em que a caracterização geológica dos terrenos quaternários distribuídos ao longo de vasto trecho do importante rio peninsular foi acompanhada da classificação arqueológica dos materiais arqueológicos, terão sido directamente inspirados nos trabalhos realizados poucos antes nos terraços do baixo vale do Tejo por H. Breuil e Georges Zbyszewski (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942, 1945). Desta forma foi possível evidenciar a extraordinária riqueza do baixo vale do Guadiana em indústrias líticas de diversas épocas, com destaque para as fini- e pós-glaciárias de tipo languedocense. Não se esqueça, contudo, que o mesmo princípio já havia sido por si aplicado, ainda que de forma muito limitada (VIANA, 1929 a), aquando do estudo das indústrias paleolíticas recolhidas nos terraços do rio Minho, como atrás se referiu.

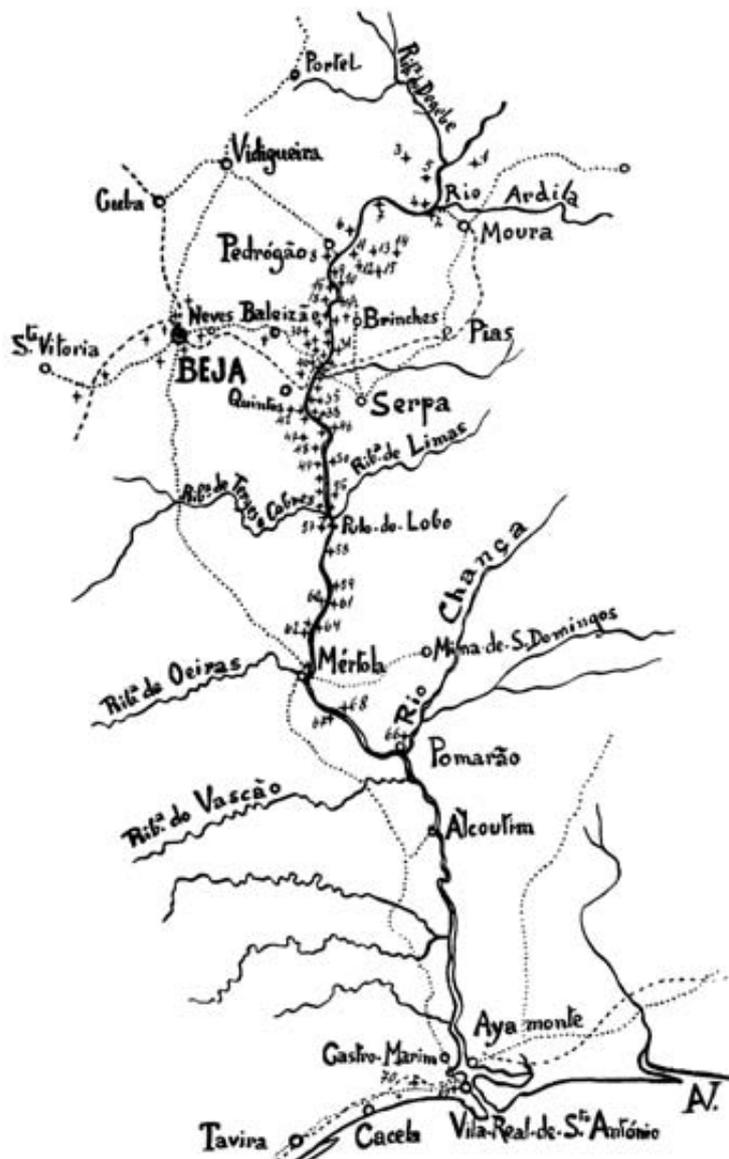


Fig. 27 – Distribuição das estações paleolíticas do vale do Guadiana (seg. VIANA, 1945).

Esta missão de estudos, com dois companheiros geógrafos que por certo completaram lacunas na sua formação científica, deve ter dado grande prazer a Abel Viana; com efeito, pela mesma época, aquando da deslocação a Espanha para participar em reunião científica, não deixou de, no caminho, recolher alguns exemplares paleolíticos, depois por si publicados, declarando, a tal propósito: “*Apesar da abundância de tão poderosos atractivos da curiosidade, em todo o percurso por mim efectuado, de Ayamonte a Córdova, por Huelva e Sevilha, e depois, na volta, por Granada, não me passaram despercebidos alguns factos relacionados com um dos géneros de estudos mais da minha predilecção e ao qual me consagro sempre que as circunstâncias o permitam,*” (VIANA, 1946, p. 61).

A preocupação pela identificação, estudo e conservação dos testemunhos histórico-arqueológicos que, a par e passo, apareciam no manancial que era a região onde vivia e trabalhava, explicam também o seu envolvimento como catalogador dos preciosos espólios do Museu Regional de Beja, instituição com a qual manteve sempre relações difíceis, suspensas em 1950, apesar dos cargos oficiais que detinha localmente: Delegado em Beja da Junta Nacional da Educação (antiguidades, escavações e numismática, artes plásticas, museus e monumentos); Secretário-Geral do Centro de Estudos do Baixo Alentejo; e Vogal da Comissão de Arte e Arqueologia da Câmara Municipal de Beja.

Na cidade de Beja desempenhou activo papel no registo dos achados arqueológicos que a par e passo se faziam, sempre que se abria um roço para obras no seu casco antigo. Foi assim que ali desenvolveu de novo actividades no campo da Arqueologia urbana, ao identificar o pódio de mais um templo romano, que se somou ao por si identificado muitos anos antes no Largo da Sé, em Faro, e ao salvar importantes elementos arquitectónicos e artísticos que hoje em dia se conservam no respectivo Museu Regional. Num dos vários contributos para a salvaguarda dos vestígios arqueológicos do subsolo da antiga cidade romana, declara: “*Durante as obras da rede de esgotos realizadas nesta cidade desde o final de 1955, apareceram vários elementos arquitectónicos da cidade romana, alguns dos quais foram louvavelmente recolhidos por José Mourão na praça d’armas do Castelo, já que o Museu Regional de Beja, há mais de seis anos sem director nem direcção adequada, continua impossibilitado de agir como cumpria ao desenvolvimento da instituição e à defesa do património arqueológico e artístico da cidade.*” (VIANA, 1956 b). Esta transcrição ilustra também o ambiente existente entre Abel Viana e os responsáveis pelo Museu de Beja, apesar dos importantes contributos para o estudo das colecções que se lhe ficaram a dever.

Não era só a arqueologia de cidade que lhe interessava: o seu espírito curioso e sempre atento era amiúde desviado para a multiplicidade e diversidade da realidade que se lhe oferecia a par e passo: disso é prova, por exemplo, o interessantíssimo registo de um símio (Fig. 28), por ele identificado numa pintura a fresco sob os azulejos quinhentistas da Sala do Capítulo do Convento da Conceição (VIANA, 1957).

Outras instituições de Beja beneficiaram também da actuação de Abel Viana. É o caso dos códices da Igreja da Misericórdia por si salvos de uma destruição mais do que certa “*Transportados para a Biblioteca Municipal de Beja, os códices que, na extinta Igreja da Misericórdia, estavam entrando na última fase do aniquilamento, tomei-os a meu cuidado, limpando-os e ordenando-os eu mesmo. [...].*” (VIANA, 1943 a).

Diversas regiões do País interessaram Abel Viana no decurso da sua última etapa de vida; compaginando os trabalhos que prosseguiu a partir de Beja, onde residia, vêmo-lo sempre disponível para participar em escava-

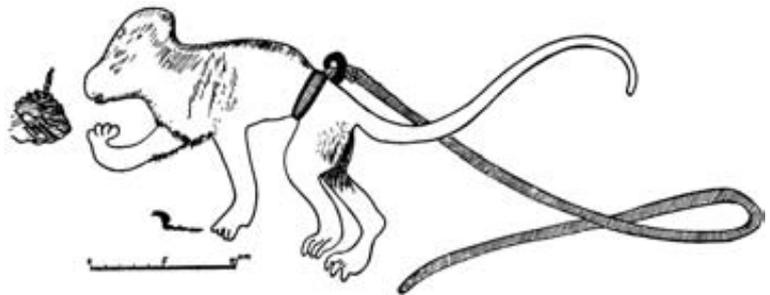


Fig. 28 – Símio pintado a fresco, na sala do Capítulo do Convento da Conceição, em Beja, identificado por Abel Viana sob a cobertura azulejar hispano-mourisca ali existente (seg. VIANA, 1957).



Fig. 29 – Capa da separata da publicação dedicada às minas pré-históricas de sílex de Campolide (seg. VIANA & ZBYSZEWSKI, 1948).



Fig. 30 – Abel Viana, fotografado junto do dólmen da Pedra dos Mouros (Sintra), na década de 1950 (arquivo OVJ/JLC).

ções arqueológicas em variadas regiões do País, integrado nas iniciativas de outros arqueólogos seus amigos, especialmente de O. da Veiga Ferreira. Mercê das possibilidades oferecidas pela sua situação profissional, eram frequentes as vindas a Lisboa, desde a década de 1940, aproveitadas para trabalhar com O. da Veiga Ferreira e G. Zbyszewski, das quais resultaram diversas publicações, em alguns casos retomando importantes questões arqueológicas, como o estudo das minas de sílex de Campolide (ZBYSZEWSKI

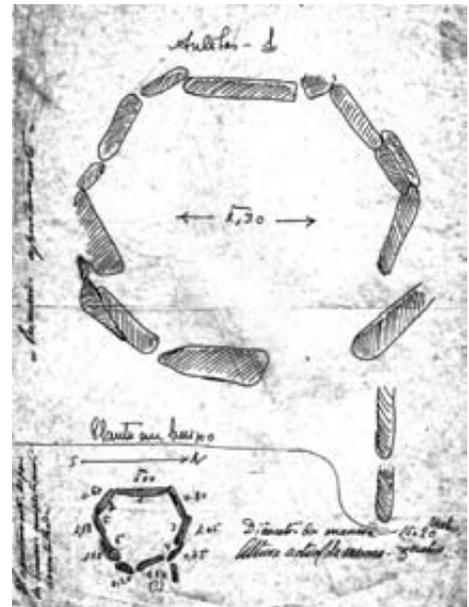


Fig. 31 – Abel Viana, fotografado no povoado pré-histórico do Zambujal (Torres Vedras), na década de 1950 (arquivo OVJ/JLC).

& VIANA, 1947) (Fig. 29), estudadas anteriormente pelo eminente geólogo Paul Choffat, ou o estudo do Paleolítico dos arredores de Beja (VIANA & ZBYSZEWSKI, 1952). Tais sessões de trabalho, nos Serviços Geológicos de Portugal, eram compaginadas com visitas a estações dos arredores de Lisboa, como as antas de Belas (Fig. 30) e o povoado calcolítico fortificado do Zambujal, onde se fez fotografar junto de uma das torres ali postas a descoberto e publicada por E. Jalhay (JALHAY, 1947) (Fig. 31), antes da intervenção ali dirigida por E. Sangmeister e H. Schubart entre 1964 e 1973, sob a égide do Instituto Arqueológico Alemão.



Fig. 32 – Abel Viana fotografado junto do dólmen da Pedra da Moura (Sever do Vouga), na segunda metade da década de 1950 (arquivo OVF/JLC).



Mas a mais importante dessas iniciativas arqueológicas fora do Baixo Alentejo, foi a do estudo do megalitismo da bacia do Vouga (Fig. 32), com Veiga Ferreira e Luís de Albuquerque e Castro, destacando-se o estudo e publicação do notável dólmen pintado de Antelas, Oliveira de Frades (FERREIRA, VIANA & CASTRO, 1957), seguramente o mais notável exemplo de arte megalítica existente no território português (Fig. 33).

O estatuto de Abel Viana como arqueólogo foi reforçado quando passou a realizar as suas investigações sob a égide do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, anexo à Faculdade de Ciências do Porto, dirigido pelo Prof. António Augusto Mendes Corrêa, centro do qual também foi bolsheiro.



Fig. 33 – Em cima: planta autógrafa de Abel Viana do dólmen de Antelas; em baixo: vista da escavação do mesmo (arquivo OVF/JLC).

Tal ligação permitiu-lhe enfrentar certas dificuldades movidas pelo Prof. Manuel Heleno, sobretudo as relacionadas com as importantes necrópoles de incineração da Idade do Ferro da região de Elvas, como as da Herdade da Chaminé, da Cardeira e da Herdade do Padrãozinho 2 (Fig. 34), situadas em terrenos da Fundação da Casa de Bragança, as quais foram identificadas e exploradas em época antecedente por António Dias de Deus e António Luís Agostinho. Com aquele estabeleceu relação, através do então director do Museu de Elvas, Domingos Lavadinho (ROLO, 2014), da qual resultou importantes publicações, só interrompidas pelo falecimento de Dias de Deus em 1955.

A importância científica dos espólios ali recuperados não passou despercebida ao então Director do Museu Etnológico, que, por mandato obtido da Junta Nacional da Educação, assumiu a liderança das investigações, retirando a Dias de Deus e a Abel Viana a possibilidade de dar continuidade às mesmas. Contudo, o único estudo por ele publicado, que na verdade constitui o parecer apresentado à referida Junta a 17 de Dezembro de 1949 (HELENO, 1951), baseia-se apenas na apresentação dos melhores materiais anteriormente exumados (Fig. 35), sem mais nada ter produzido de sua iniciativa, tanto no terreno, como no gabinete, contrariamente ao que ele próprio se propunha fazer no referido parecer.

É certo que a exploração dessas necrópoles, realizada por aqueles dois amadores locais não se fez nas melhores condições científicas, mesmo considerando os padrões vigentes à época. Mas é igualmente certo que, a não ter sido assim, tudo se perderia, na voragem da introdução da mecanização da agricultura daqueles férteis campos do noroeste alentejano. Abel Viana, embora tivesse assumido apenas o papel de estudioso dos espólios já anteriormente recuperados, não deixou

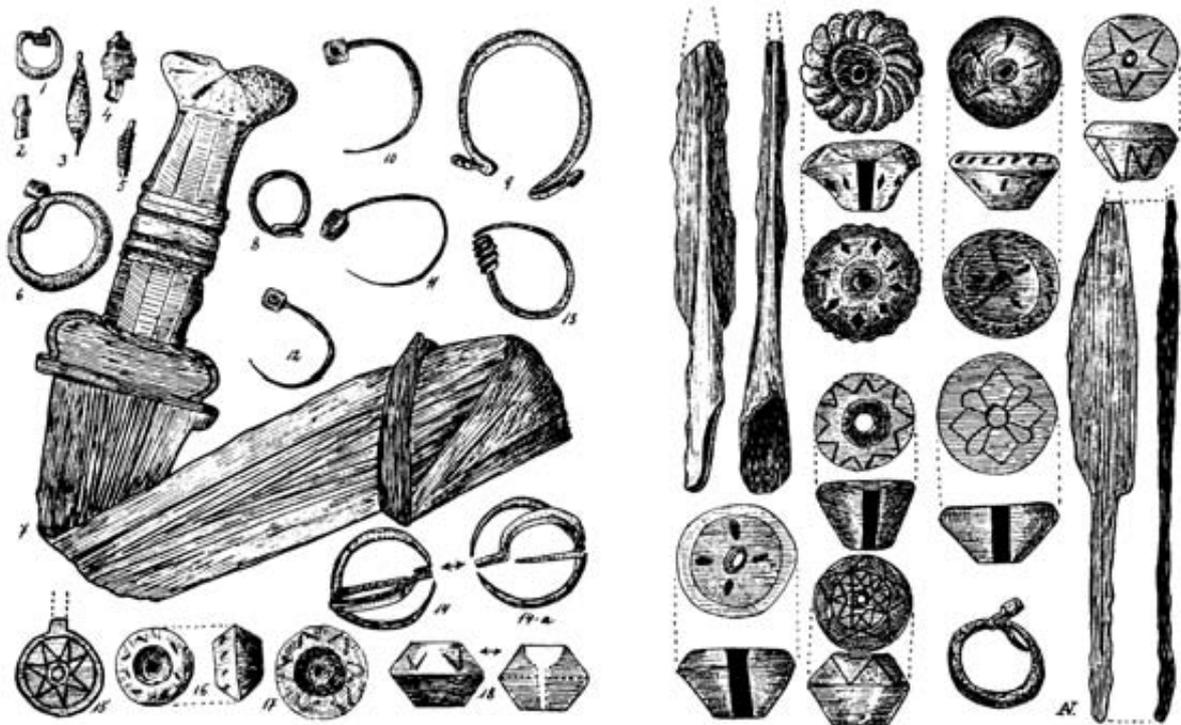
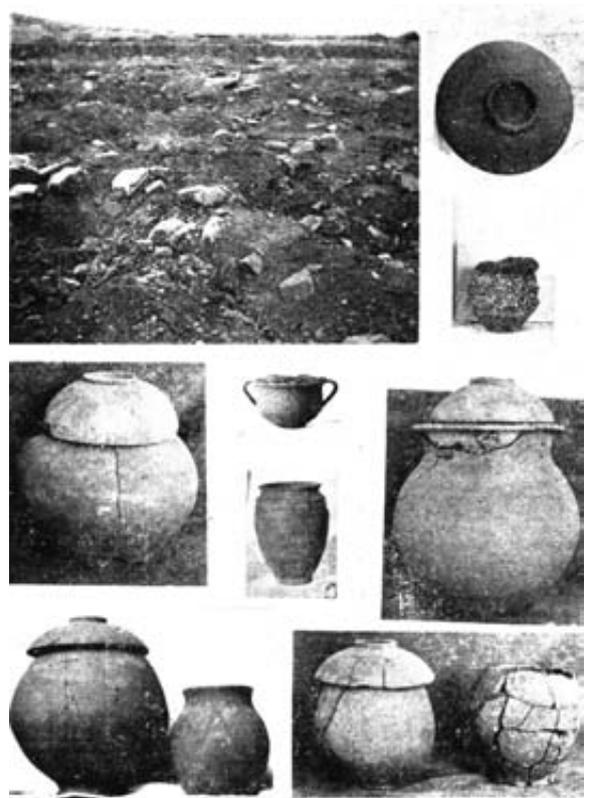


Fig. 34 - Em cima: urnas de incineração da Idade do Ferro da necrópole da Herdade da Chaminé (seg. VIANA & DEUS, 1951); em baixo: materiais da mesma necrópole (seg. VIANA & DEUS, 1950).

de sentir a injustiça feita por Manuel Heleno a Dias de Deus, assumindo-a como se a si mesmo tivesse sido dirigida. Assim se explica a publicação de pequeno opúsculo de desagravo à memória do amigo desaparecido (VIANA, 1956 c), bem como a lancinante carta endereçada ao Prof. Mendes Corrêa de 13 de Dezembro de 1949 a pedir a sua intervenção, já publicada (CARDOSO, 2011). Tal pedido teve resposta imediata, por via do seu então colaborador próximo, O. da Veiga Ferreira a qual, pelo seu interesse, se reproduz (Fig. 36). A ligação institucional ao Centro de Estudos de Etnologia peninsular e a Mendes Corrêa, bem explícita na missiva em apreço, explica o acolhimento desde logo dispensado a Abel Viana nas páginas dos Trabalhos de Antropologia e Etnologia, onde procedeu de imediato à publicação de um extenso trabalho dedicado à arqueologia elvense (VIANA, 1950), onde se reproduzem alguns dos espólios das necrópoles da Idade do Ferro, com destaque para os da Chaminé.

Tais publicações foram acompanhadas de outras, relativas às necrópoles elvenses de época romana, cujos espólios, na sua maioria, ainda hoje se conservam no Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, no castelo de Vila Viçosa, instituído pela Fundação da Casa de Bragança. Ali acorria frequentemente Abel Viana, produzindo belas publicações publicadas pela Fundação (VIANA, 1955 b), a par de outras, como é o caso da colecção de vidros romanos (Fig. 37) (VIANA, 1960-1961 b), depois reestudados por Jorge e Adília Alarcão, no início das suas carreiras científicas. As escavações realizadas por Dias de Deus em diversos dólmenes da região elvense foram também objecto de sucessivos estudos (Fig. 38), conservando-se alguns desses espólios no Museu Arqueológico da Fundação da Casa de Bragança, em Vila Viçosa, à semelhança dos anteriormente referidos, pelo facto de as herdades de onde provêm serem património da Fundação. O estudo de materiais de épocas mais modernas desper-

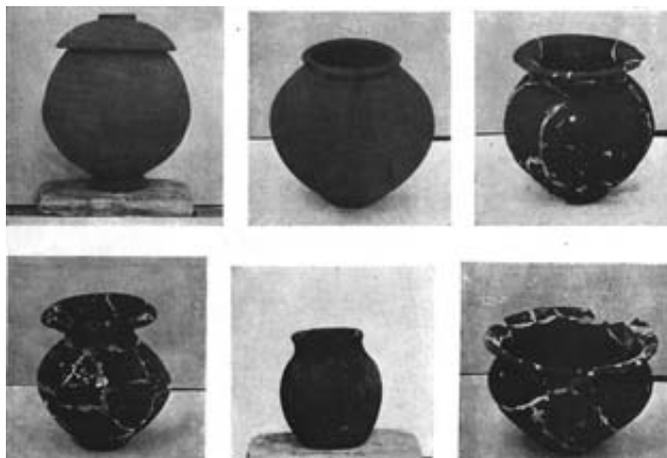


Fig. 35 – Urnas da necrópole da Herdade da Chaminé (seg. HELENO, 1951).



Fig. 36 – Carta de O. da Veiga Ferreira a Abel Viana, não datada (escrita entre 13 e 17 de Dezembro de 1949), relativa ao diferendo criado com Manuel Heleno, decorrente das intervenções nas estações da Idade do Ferro e romanas da região de Elvas (arquivo OVF/JLC).



Fig. 37 - *Em cima*: capa da publicação monográfica de 1955 dedicada aos espólios arqueológicos conservados no Museu Arqueológico do Paço Ducal de Vila Viçosa; *em baixo*: vidros romanos incluídos na publicação de conjunto de Abel Viana, alguns deles conservados no referido Museu (seg. VIANA, 1960-1961b).

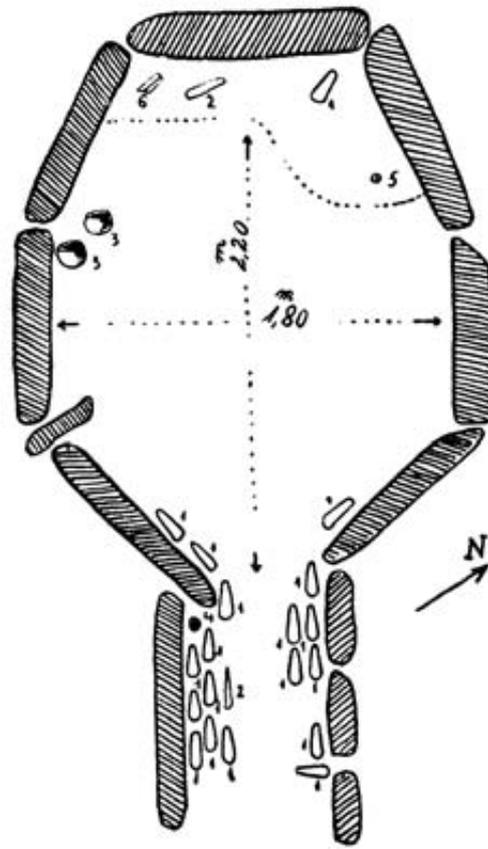


Fig. 38 - Planta do dólmen 2 do Texugo, Elvas, com a localização dos achados (seg. DEUS & VIANA, 1953).

taram também o interesse de Abel Viana, resultando publicações dedicadas à época visigótica (DEUS, LOURO & VIANA, 1955), tal como já se havia anteriormente verificado aquando do estudo arqueológico de Monchique (Fig. 39).

Mas já então novos desafios arqueológicos esperavam Abel Viana nos campos do Baixo Alentejo, por via de antigas e de sempre acarinhadas novas colaborações, ainda antes da conclusão da etapa elvense. A partir de Beja, iniciou-se, em meados da década de 1950, um notável programa de identificação, escavação e publicação das sepulturas calcólicas de falsa cúpula que se iam paulatinamente identificando na região, até então totalmente desconhecidas. Tais descobertas deveram-se em boa parte à cartografia geológica conduzida na região por O. da Veiga Ferreira com o seu mestre e amigo G. Zbyszewski, a par de contributos de estudiosos locais, como Ruy Freire de Andrade, enge-



O início das investigações que em seguida vamos resumidamente re-
latar data do ano de 1920 e as mesmas incidem sobre estações de diver-
sos tipos: restos de edifícios e de hidráulica agrícola, necrópoles de
incineração com simples enterramentos de urnas cinerárias, e necrópoles
de sepulturas propriamente ditas, umas de incineração, outras de in-
stituição.

De algumas delas têm os signatários destas notas publicado relatos
parciais e prepararam já os relatórios completos de seus trabalhos mas,
por dificuldades de várias ordem, inclusive pelo volume considerável dos
materiais exumados a grande quantidade de factos observados, a sua
publicação integral deve ser morosa, apesar dos perfidados esforços de
envolvidos para o conseguirmos.

Por tal motivo, resolvemos trazer a este Congresso uma sucinta nota
elucidativa da localização e categoria das seguintes estações.

1.—*Herdade do Carvão* (freguesia de Vila Fernando). Os testame-
ntos da ocupação romana são constituídos por:

a)—Restos de um extenso conjunto de edifícios. Um deles, muito
grande e formado por numerosos compartimentos, mostra, pelo menos,
seus pavimentos de mosaico (n.ºs 39-40 e 41 das Lâms.º IV e V). Num
local próximo existem alcores de mais dois edifícios, um deles gran-
de e pavimentado a tijolos quadrados.

b)—Restos de duas represas de irrigação, as quais são actualmente
aproveitadas.

568

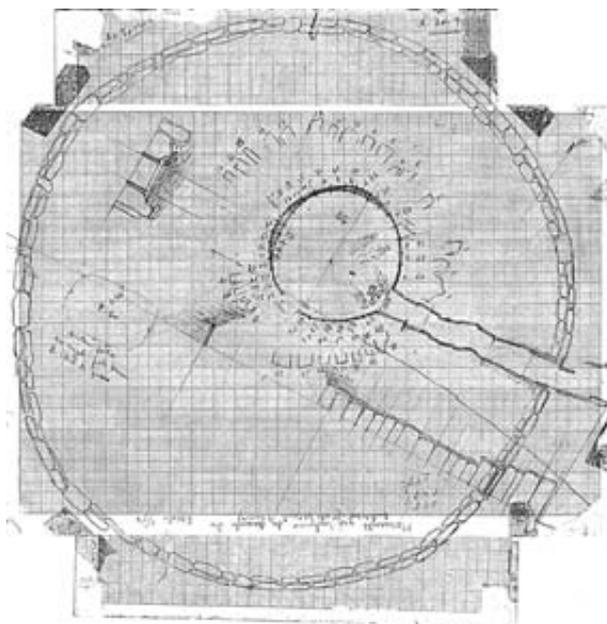
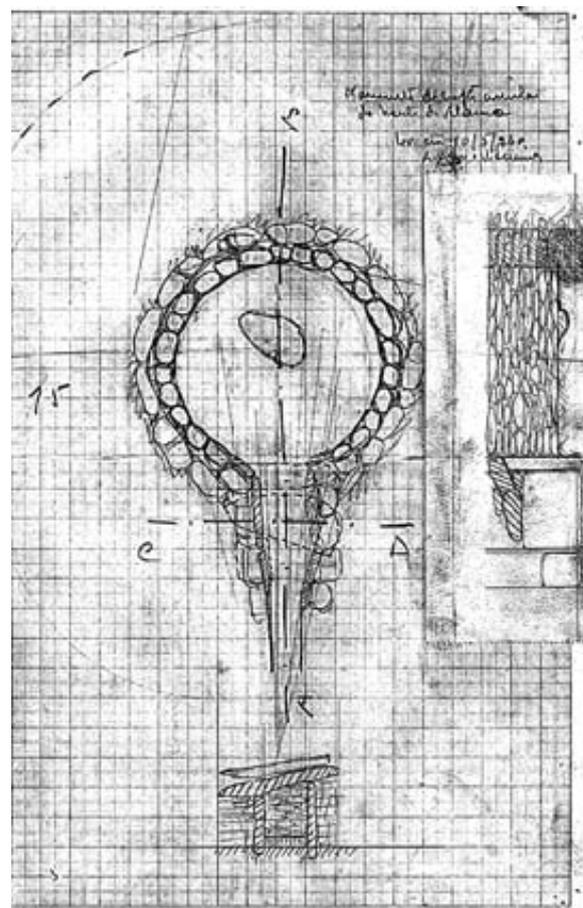


Fig. 39 – Primeira página de separata publicada pela Fundação da Casa de Bragança, relativa a estações romanas e visigóticas da região de Elvas, com dedicatória assinada pelo então Presidente da Fundação, António Luiz Gomes ao arqueólogo Maxime Vaultier (arquivo JLC).

nheiro das minas de Aljustrel, e o Padre Serralheiro, pároco de Messejana. Bastaria a participação de Abel Viana neste importante programa de pesquisas, para o colocar em lugar cimeiro da Arqueologia portuguesa. Com efeito, por via das cerca de uma dúzia de sepulturas daquele tipo então identificadas (Figs. 40 e 41), foi demonstrada a continuidade geográfica da sua distribuição entre a Andaluzia, o Algarve e a Estremadura, através das campinas baixo alentejanas, conforme claramente expuseram aquando da publicação da *tholos* do Monte Velho (Ourique) (VIANA, ANDRADE & FERREIRA, 1961) (Fig. 42).

Com efeito, Abel Viana, pela sua insaciável curiosidade, não se configurava como especialista de alguma área científica específica, ou sequer de um

Fig. 40 – Original do levantamento à prancheta da planta da *tholos* de Monte do Álamo (em cima) e da *tholos* de A-dos-Tassos (em baixo) (arquivo OVF/JLC).

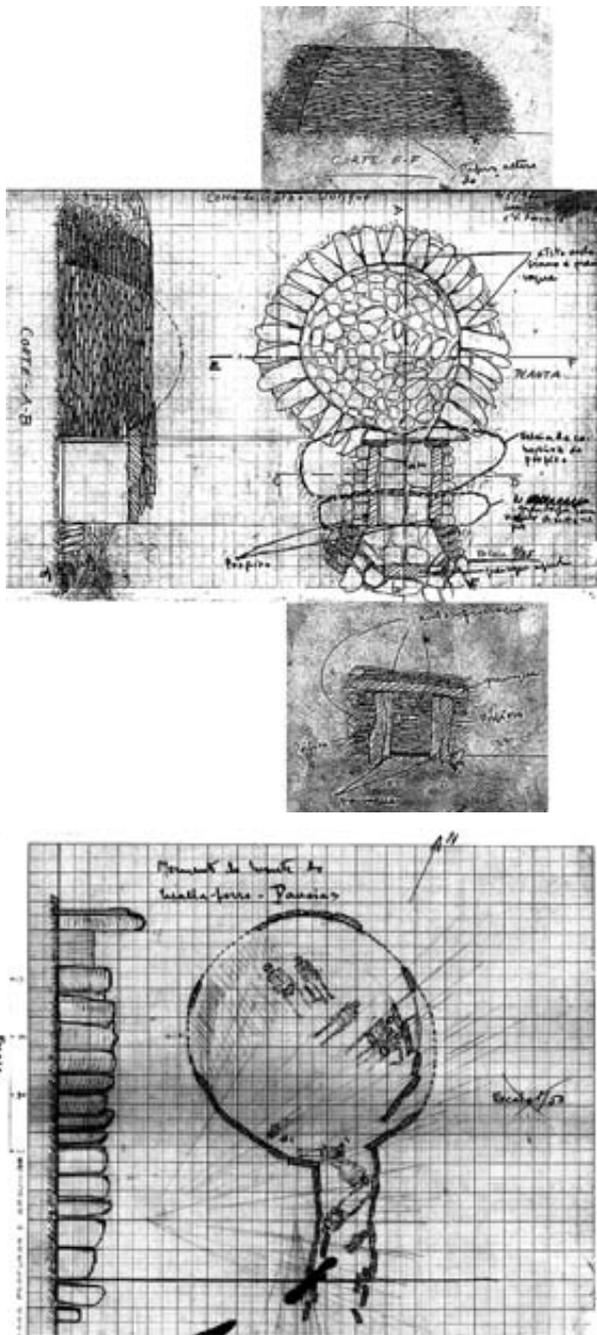


Fig. 41 - Original do levantamento à prancheta da *tholos* do Cerro do Gatão (em cima) e da *tholos* do Monte do Malha-Ferro (em baixo) (arquivo OVF/JLC).

ameaçado. Mesmo em domínios de intervenção especializados, como o da Arqueologia mineira, o nome de Abel Viana encontra-se ligado a notáveis estudos sobre as minerações romanas de Aljustrel, em co-autoria com Veiga Ferreira e Ruy Freire de Andrade (Fig. 43), então engenheiro das referidas minas. No mais importante desses estudos (VIANA, FERREIRA & ANDRADE, 1954) apresentam-se preciosos artefactos então recolhidos no interior das galerias mineiras romanas, em excelente estado de conservação (Fig. 44). A importância dos

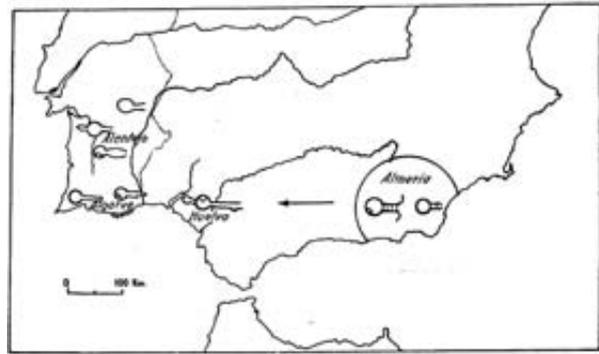


Fig. 42 - Proposta de progressão das sepulturas de falsa cúpula da área do Sudoeste peninsular, para o território português (seg. VIANA, ANDRADE & FERREIRA, 1961).



Fig. 43 - Da esquerda para a direita: Ruy Freire de Andrade; Abel Viana e O. da Veiga Ferreira, nas minas de Aljustrel, na década de 1950 (arquivo OVF/JLC).

conjunto de áreas afins: distinguiu-se, à luz da época em que viveu, num País onde as dificuldades eram muitas e quase sempre de monta para quem metia ombros a uma carreira científica, como interveniente activo e consequente na defesa e estudo do rico património cultural que todos os dias via cada vez mais

achados efectuados tanto na área mineira, como nas vizinhanças, como é o caso das escavações realizadas no cemitério romano de Valdoça, justificou a criação de um museu mineiro, cuja iniciativa coube à própria administração das minas (hoje integrado no Museu Municipal de Aljustrel). Nele, a colaboração de Eduardo Arsénio, então funcionário das minas, revelou-se indispensável, ocupando-se da reconstituição dos objectos cerâmicos mais importantes ali recolhidos (Fig. 45).

Em 1959, foram publicados por Abel Viana os primeiros resultados das escavações por si realizadas na necrópole do Bronze do Sudoeste da Atalaia (Ourique). É o próprio que refere as condições do achado e das primeiras investigações naquela ainda hora estação de referência para o Bronze do Sudoeste: *“O achado da necrópole de que vamos aqui tratar ocorreu no decurso das investigações efectuadas nos arredores do castro de Nossa Senhora da Cola, estação arqueológica muito importante cuja exploração, graças ao subsídio concedido pela Fundação Calouste Gulbenkian e ao patrocínio do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, nos está confiada desde 1958.”* (VIANA, 1959 b, p. 83) (Fig. 46). A escavação foi prosseguida depois do seu falecimento por Hermanfrid Schubart, então jovem arqueólogo alemão no início de carreira, que lhe deu a merecida difusão internacional (SCHUBART, 1964), através do estudo global da estação, prontamente publicado também em Português, no ano seguinte, no *Arquivo de Beja*. Os esforços inauditos que, sozinho, diariamente tinha de desenvolver, apenas para chegar ao local da escavação, encontram-se expressivamente registados em carta dirigida a Mário Cardozo, de 2 de Julho de 1963, menos de um ano antes de morrer, já com sessenta e sete anos de idade (CARDOSO, 2001-2002, p. 574):



Fig. 44 – Alcofa de esparto recolhida numa das galerias romanas da mina de Aljustrel (seg. VIANA, ANDRADE & FERREIRA, 1954).



Fig. 45 – Da esquerda para a direita: Eduardo Arsénio, O. da Veiga Ferreira e Abel Viana, nas instalações do Museu das minas de Aljustrel, na década de 1950 (arquivo OVF/JLC).



Fig. 46 – Planta parcial da necrópole do Bronze do Sudoeste de Atalaia (seg. VIANA, 1959).

“Trabalhei ali dois anos, fazendo a dupla travessia diária destes cerros e barrancos, debaixo de sol ardente, caminhando como animal, sem pensar, como irracional, atrás dos burros e das ferramentas, totalmente mecanizado. São esforços que jamais se esquecem! [...]. E não me venham cá com interditos oficiais! Em sítios destes, Helenos fiscalizadores só põem sapatos, por engano ou por capricho, uma vez na vida. Isto não são andurriais para manijanças da cátedra nem para pífios académicos; é lugar para HOMENS. Sejam sábios ou não.”

Em 1962, preocupado com a adequada formação prática de jovens que, nas Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto aprendiam os primeiros rudimentos da prática arqueológica, editou em Beja livrinho de divulgação muito útil àquele fim, a *Arqueologia prática* (VIANA, 1962 a) (Fig. 47). Com efeito, na pagela que então mandou também imprimir para publicidade da obra, refere que se trata de “*guia útil para estudantes e amadores*”, com indicações sobre tratamento de objectos exumados; normas de escavações; indicações bibliográficas; e ainda informações sobre arqueólogos, revistas e museus com colecções de arqueologia.

Desta obra, conforme confidenciou a Veiga Ferreira na última missiva que lhe remeteu, escrita a 11 de Fevereiro de 1964, cinco dias antes de se finar, preparava uma segunda tiragem, mais completa e onde pretendia, num apêndice de 50 a 60 p., apresentar “*mais umas consideraçõe-zinhas acerca da falsa arqueologia, tão entusiasticamente cultivada entre nós e a insistir no*

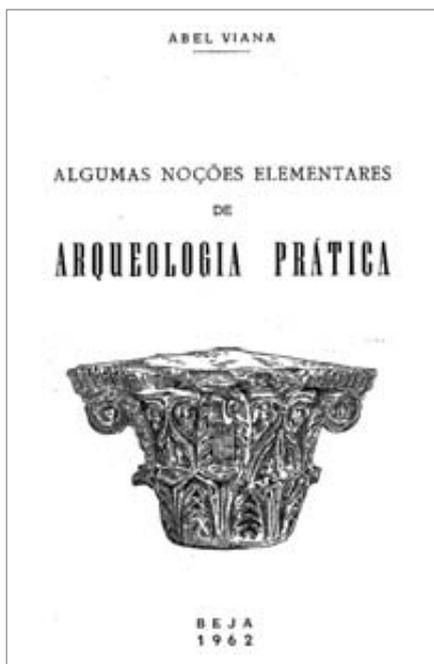


Fig. 47 – Folha de rosto da obra *Algumas noções elementares de Arqueologia Prática*, de Abel Viana.

Beja, 11/2/1964.

Veiga Amigo: Saúde. Acabo de receber a sua carta de 9. Eu persuadiria-me de que lhe tinha escrito há poucos dias. Estarei enganado ou estará você? Seja como for, aqui estou para conversarmos um pouco, mesmo que de fugida. Ora, desde que vim da Sr. da Cola, em 27 de Outubro, não houve mais colagens *in situ*... Mas o caso é que o material é tanto e tão importante que, apesar de eu nunca ter parado ou afrouxado de trabalhar, tenho tudo atrasado, parecendo-me até que nada tenho feito! Chego a sentir desgosto disto! São dias inteiros aqui agarrado à mesa de trabalho, ou lá dentro a tratar do material, e a coisa não anda... Pois, Amigo Veiga, em 14 de Janeiro estive em Vila Viçosa a acompanhar o D. António de Castelo Branco, que foi lá buscar uns quadros do D. Carlos, para uma exposição que a Câmara de Casais vai realizar. Fui para lá na véspera, tratar da ida dos vidros romanos da Secção Arqueológica do Castelo, para o laboratório de Conimbriga, onde serão tratados e restaurados segundo processos modernos, pelo Dr. Alarcão e mulher, sob as vistas do Oleiro. Ao mesmo tempo, eles farão novo estudo de todo esse importante material, melhorando imenso, evidentemente, o estudo que eu fiz. Como sabe, nestas coisas não faço questão. Desde que os outros façam melhor, e me não fazem por eu não ter podido fazer melhor, até fico contente. Depois, a convite do DR. A. Luís Gomes, fiz companhia ao D. António, que de outro modo teria andado por lá aborrecidamente sozinho. Conversamos bastante. Com respeito aos Serviços e atras das minhas publicações, despejei o saco... Porque não sai o Paleolítico do Guadiana? Porque não sai o Paleolítico do Minho, o meu? Olha, Veiga Amigo, o meu livreco precisa de IIº Volume, e Deus há-de permitir que eu em breve o publique! Ainda me ficou muito por dizer... mas hei-de proclamar tudo isso, custe o que custar, dêa a quem doer. Receio de represálias? Ora... brrra! Que medo posso ter eu agora? Que me aumentem o reumatismo? Não; por aí nada poderiam fazer. Pois, Amigo, estive no Algarve, de visita a meus cunhados e a meu filho Alberto (Faro e Portimão), de 6 a 10 de Janeiro. Vim de lá adocentado, com o frio que apañei. Em seguida, os dias 13 e 14 em Vila Viçosa puseram-me bastante pior. O frio este ano tem-me feito passar bastante mal. Certo é que me não trato a valer, mas também penso que não devo entrar em tratamentos complicados e dietas rigorosas. Para piorar da situação, criou-se-me um abcesso num dente, de modo que táve de pôr de parte a placa. Tenho estado à espera de que o abcesso desapareça e o dente fique em condições de ser extraído sem me fazer sofrer mais. De modo que, além dos dias e noites mal passados, por causa das dores, ainda a maçada da alimentação, que é tudo em paparradas de batidos no batedor eléctrico. Fico de papo abarrotado e, no fim de contas, com fome...

Fig. 48 – Trecho da última carta endereçada por Abel Viana a O. da Veiga Ferreira, escassos dias antes de falecer, onde refere os trabalhos em curso em Vila Viçosa e a intenção de apresentar um aditamento à sua obra *Arqueologia Prática* (arquivo OVF/JLC).

que entendo que verdadeira e honestamente se deverá fazer” (Fig. 48) (CARDOSO, 2001-2002, p. 585). Sempre frontal e polémico, jamais hesitou defender as suas ideias, com as consequentes dificuldades e dissabores.

Esta atitude crítica de Abel Viana no respeitante à organização da actividade arqueológica no seu País e à actuação de muitos dos seus colegas arqueólogos é antiga no seu pensamento e acompanhou toda a sua actividade como arqueólogo; a mesma encontra-se claramente expressa em 1959, ao rematar mais uma das suas curtas quanto sempre objectivas e despretensiosas contribuições, só postumamente editada: *“Tais são os sinceros votos que ousa formular quem, ao longo de quarenta anos de autodidactismo (ou de amorismo, que dá na mesma), e apenas auxiliado ao entrar no último quartel da vida, é autor de muitas dezenas de modestas mas bem-intencionadas notícias, que totalizam alguns milhares de páginas, sem jamais se permitir o luxo ou pirotecnia das interpretações pretensiosas, obediente àquele prudente juízo de José Leite de Vasconcelos, em carta a Martins Sarmento e a propósito de um bem conhecido arqueólogo português: – «Ele devia limitar-se a descrever e classificar, – porque isto de teoria é o diabo. Pois é. Do que a arqueologia nacional menos precisa é de teorias.»* (VIANA, 1958, p. 55; VIANA, 1970).

Tais posições eram tanto mais relevantes, no panorama arqueológico da época, quanto era certo que se tratava de personagem a ter em conta, mercê do prestígio granjeado pelo seu labor diário, de uma dedicação extrema. Disso é prova as abundantes notícias que sobre a actividade ou as opiniões de Abel Viana desde há muito vinham sendo publicadas em jornais regionais como o *Correio do Sul* (Fig. 49) e o *Diário do Alentejo* (Fig. 50). Também os jornais da sua cidade-natal deram carinhoso e desenvolvido acolhimento à actividade arqueológica deste seu ilustre filho, em



Fig. 49 – Notícia de primeira página do jornal *Correio do Sul*, de 13 de Novembro de 1947 dando conta de mais uma publicação de Abel Viana (arquivo OVF/JLC).



Fig. 50 – Artigo de Abel Viana publicado na primeira página do jornal *Diário do Alentejo*, de 24 de Maio de 1960, apresentando considerações sobre achados arqueológicos (arquivo OVF/JLC).

edição de 29 de Agosto de 1963 (Fig. 51), ainda que as homenagens – e muitas foram (VIANA, 1996) – só tenham chegado depois do seu passamento. Para dar apenas mais alguns exemplos, a 18 de Novembro de 1965, o *Diário do Alentejo* inseria um artigo invocando o exemplo dado por Abel Viana em prol da defesa do rico património histórico-cultural baixo alentejano (Fig. 52). Enfim, muitos anos depois, a 10 de Novembro de 1989, a figura de Abel Viana era invocada por aquele que foi o seu discípulo dilecto, O. da Veiga Ferreira, em artigo publicado no *Aurora do Lima*, resultado de homenagem promovida pela Câmara Municipal de Ourique (Fig. 53), concelho onde o homenageado tanto trabalhou, com destaque para aquele que viria a ser o último sítio a cuja escavação meteu ombros, o Castelo de Nossa Senhora da Cola.

Ao referido projecto se dedicou quase em exclusividade até ao fim da sua operosa e profícua vida. Iniciadas as escavações em 1958, contando para o efeito com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, desde logo foi posto a descoberto vasto terreiro, delimitado por muralhas, ocupado por habitações islâmicas, bem documentadas por produções cerâmicas e inscrições (Fig. 54); o local viria depois a ser povoação portuguesa da primeira dinastia, a antiga Marachique, representada em planta perspectivada do século XVIII realizada por D. Frei Manuel do Cenáculo, quando exerceu as funções de bispo de Beja. Contudo, pela heterogeneidade da sua ocupação, pela dificuldade de separação estratigráfica das diferentes fases de ocupação, e sobretudo, porque, nos inícios da década de 1960, ainda não tinha chegado a hora da Arqueologia medieval, nenhum dos arqueólogos amigos de Abel Viana compreenderam, e muito menos apoiaram, esta sua opção, até pela ausência quase absoluta de ocupação pré-histórica, aquela em que verdadeiramente estavam interessados.

Mas, por incrível que pareça, conseguir levar por diante tão difícil e incerta iniciativa, só possível graças à mobilização de avultados



Fig. 51 – Página do jornal *Notícias de Viana*, de 29 de Agosto de 1963, inteiramente dedicada a Abel Viana (arquivo OVF/JLC).



Fig. 52 – Notícia de primeira página do jornal *Diário do Alentejo*, de 18 de Novembro de 1965, invocando a necessidade de homenagear a memória de Abel Viana (arquivo OVF/JLC).

ORA DO LIMA



DECIMO DOS JORNALIS DA PROVÍNCIA
O 2º Jornal mais antigo da Castela
REGISTRO Nº 22487

Administrador: AURÉLIO BARBOSA

RO MINISTRO LTO MINHO antes melhoramentos:

da FOHPESCAS
Viana do Castelo
cial

para inaugurar um
Formação Profissional
e, detalhe com todos os
necessários para leem
na alta nível social.
Bastante a Chave de
la entrega de diplomas a
grupos de vários cor-
RPECAS.
Centro de Formação
tal de Viana do Castelo, o
País, levou a efeito, no
seis três anos de ac-
22 ações de formação,
las por 12 cursos —
totalizando 27.288 horas
de, como uma frequência
médias, para além de ter

importante melhoramento
que Viana, a partir de agora, fica
dotada, realizou-se a visita à sede
de...

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO

A comissão Ministerial dirigiu-se
para o importante edifício, co-
nhecido por "Casa do Campo de
Ponteira" ou de Rego Barreto, locali-
zada na, agora, Praça General Bar-
bosa A, anteriormente, Jardim de
D. Fernando. Neste grande e
nível edifício, durante muitas
décadas de anos, a Escola Indus-
trial e Comercial Nas'Alvares, que
há dois anos deu o seu nome à rua
de Viana do Castelo.
Neste lugar de visita no dia 10 de
Novembro todos os elementos da
Comissão Instaladora do Instituto,
que é presidida pelo Doutor Alípio
Lima de Carvalho, diversas autori-
dades oficiais e numerosas comi-
dadas.
No campo prático, que bene-
ficia ultimamente de imensas

Elogio histórico do Arqueólogo e Etnólogo Professor Abel Viana

Por Prof. Doutor O. VEIGA FERREIRA



O célebre Arqueólogo e Etnólogo vianense, ABEL VIANA, foi
aquele homenageado, a título póstumo, na cidade de Ourique. É
destinado a aquelas personalidades científicas do País e do
estrangeiro e muitas condecorações do homenageado.
O elogio histórico de Abel Viana esteve a cargo do Professor
Sérgio Veiga Ferreira, que com ele colaborou e muito aprendeu em
estudos e pesquisas por diversas partes do País. É dele o trabalho
que a seguir publicamos.
O Professor Abel Viana, nascido
na Freguesia de Santa Maria Maior, na
No entanto no Brasil, o grande país

Fig. 53 – Notícia de primeira página do jornal *Aurora do Lima*, de 10 de Novembro de 1989, relativa a homenagem promovida em Ourique a Abel Viana, com intervenção evocativa de O. da Veiga Ferreira (arquivo OVF/JLC).

meios logísticos e financeiros (pessoal, equipamento, alojamento), proporcionados pelo apoio que obteve da Fundação Calouste Gulbenkian, a cujo patrono dedicou emotivo agradecimento na única publicação dos resultados ali obtidos (VIANA, 1961 b) (Fig. 55):

“Não era este mais que modesto trabalho aquele com que desejaríamos preitear a memória de Calouste Gulbenkian.

Não conhecemos pessoalmente o Homem; como tantíssima gente, beneficiamos do Benemérito.

Só no resvalar para a velhice começamos a ter alguns auxílios mais efectivos, em nossa actividade de observador e anotador arqueológico. Apenas um, todavia, nos facultou os meios materiais para a realização de uma das mais ambicionadas tarefas de toda a nossa juventude e maturidade



Fig. 54 – Conjunto de cerâmicas muçulmanas recolhidas no castro de Nossa Senhora da Cola (seg. VIANA, 1961 b).

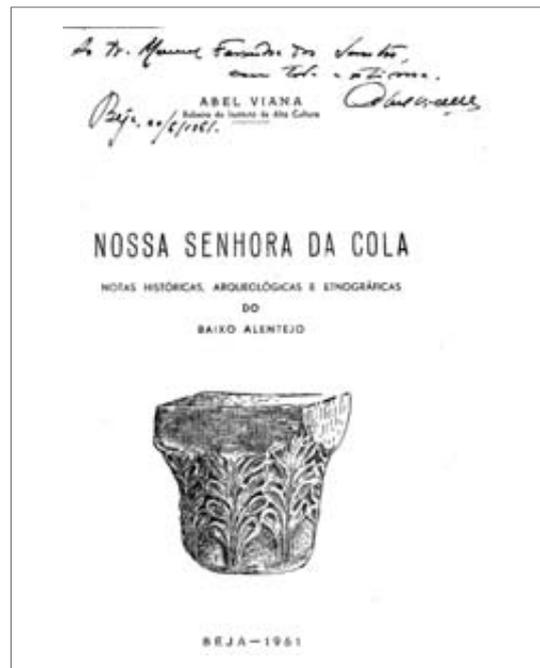


Fig. 55 – Capa da única obra de conjunto elaborada por Abel Viana sobre o castro de Nossa Senhora da Cola, com dedicatória ao arqueólogo Manuel Farinha dos Santos (arquivo JLC).

da vida. Há que ser grato e não demorar muito em o manifestar publicamente. De certo ponto em diante, o mais cedo é o mais oportuno.

Desta razão de urgência resulta a menor valia das páginas adiante enfeixadas. Também as circunstâncias em que são escritas excluem toda a concisão e secura que são timbre da prosa científica; há nelas, aqui e além, o tom sentimental a que não nos podemos eximir. Fica explicado o motivo.

A instituição de Calouste Gulbenkian foi, igualmente, um acto do sentimento humano. Parecer-nos-ia monstruoso correspondermos-lhe aqui com a mecânica fria e dura de um mero relatório.”

O seu intento de escavar integralmente esta vasta estação arqueológica (Fig. 56), hoje justamente valorizada e musealizada, por estranho que possa parecer, só não foi inteiramente coroado de êxito, porque a morte o surpreendeu em pleno labor.

Para se aquilatarem as dificuldades enfrentadas por Abel Viana naqueles finais da década de 1950 e inícios da seguinte, uma vez mais se recorre à transcrição de outro excerto da carta dirigida a Mário Cardozo, datada de 2 de Julho de 1963, para se entender bem a adversidade das condições de trabalho, suportadas meses a fio, ano após ano, naquele ermo alentejano: “Neste quarto onde escrevo e onde, fatigado e excitado, Deus permite que partilhe umas migalhas do sono dos justos, há cobras no telhado, osgas nas paredes, tarântulas pelos buracos, e pela manhã, ao levantar-me, não esqueço de sacudir os sapatos, antes de os calçar. Não vá ter-se metido neles algum dos enormes lacraus que diariamente esmago lá fora.” (Fig. 57).

Mas não se exagerem demasiado as penas por ele sofridas: como confidenciou ao autor H. Schubart, comia-se sempre a contento, incluindo petiscos e bom presunto, ali mesmo produzido; e aquela quietude só aparentemente era forçada, pois ele próprio a procurava e apreciava, sendo-lhe propícia ao estudo, mantendo os amigos informados, por via de aturada correspondência, do progresso dos trabalhos de campo (Figs. 58 e 59).

Por outro lado, os longos períodos de escavações que se prolongavam por meses a fio no terreno



Fig. 56 – Escavações no castro de Nossa Senhora da Cola, Ourique, em 1958. Original fotográfico da exposição *Abel Viana 1896-1964 Paixão pela Arqueologia*. Câmara Municipal de Viana do Castelo. Museu-Biblioteca Fundação da Casa de Bragança. Vila Viçosa, 2014.



Fig. 57 – Abel Viana ao trabalho no castro de Nossa Senhora da Cola (in *Notícias de Viana*, de 29 de Agosto de 1963) (arquivo OVF/JLC).



Fig. 61 – Abel Viana, na Aldeia dos Palheiros/Senhora da Cola, rodeado de jovens locais, em 1962, no decurso das escavações ali realizadas. Original fotográfico da exposição *Abel Viana 1896-1964 Paixão pela Arqueologia*. Câmara Municipal de Viana do Castelo. Museu-Biblioteca Fundação da Casa de Bragança. Vila Viçosa, 2014.



Fig. 62 – Abel Viana, na residência de O. da Veiga Ferreira, acompanhado da mulher deste, Maria Luísa e das suas duas filhas, Seomara e Ana Maria, na década de 1950 (arquivo OVF/JLC).

Manuel Luz tem mais um rapaz, nascido há oito dias. De modo que a Sr.^a Antónia tem, neste momento, cinco netos e cinco netas. E eu lá estou a acompanhar esta evolução...demográfica.” (CARDOSO, 2001-2002, p. 584). Esta evidência tem também paralelo na relação íntima estabelecida com a Família de O. da Veiga Ferreira, da qual passou, de alguma forma, a fazer parte integrante: disso é prova o carinhoso tratamento de “Tio Abel”, por parte de Veiga Ferreira, que, por sua vez, chamava de “sobrinhas” as suas duas filhas (Fig. 62).

Assim era Abel Viana: a disponibilidade total para se sacrificar em nome de um desígnio mais forte e que certamente nem ele próprio sabia explicar – a sua incondicional dedicação à investigação arqueológica – justifica que hoje, 50 anos volvidos sobre o seu passamento, se saúde a sua memória, o seu exemplo e a sua obra, que fizeram dele um português de excepção.

REFERÊNCIAS

- BEIRÃO, C. (1986) – *Une civilisation protohistorique du sud du Portugal (1er Âge du Fer)*. Paris: De Boccard.
- BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1942) – *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. Les principaux gisements des deux rives de l'ancien estuaire du Tage*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, 23).
- BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1945) – *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. Les principaux gisements des plages quaternaires du littoral d'Estremadura et des terrasses fluviales de la basse vallée du Tage*. (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, 26).
- CARDOSO, J. L. & COITO, L. C. (e.p.) – Correspondência anotada de Abel Viana para J. Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa.
- CARDOSO, J. L. (1993-1994) – A Arqueologia portuguesa do pós-guerra vista pela correspondência de O. da Veiga Ferreira a Abel Viana. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 11-12, p. 291-338.

- CARDOSO, J. L. (2001-2002) – Correspondência anotada de Abel Viana a O. da Veiga Ferreira (1947-1964). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 415-608.
- CARDOSO, J. L. (2008) – Correspondência seleccionada enviada a O. da Veiga Ferreira: cinquenta anos de actividade arqueológica (1946-1995). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 16, p. 383-408 (Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira).
- CARDOSO, J. L. (2011) – O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. Série III, 2, p. 229-297.
- CARDOSO, J. L. (2014) – Manifestazioni del vaso campaniforme nel territorio portoghese. In De MARINIS, R. C. (ed). – *Le manifestazioni del sacro e l'Età del Rame nella regione alpina e nella pianura padana. Studi in memoria di Angelo Rampinelli Roca*. Brescia: Euroteam (2014), p. 279-319.
- CARDOSO, J. L. (2015) – Cinquenta anos depois. Abel Viana e a Arqueologia portuguesa. *Al-Madan*. Almada. Série II, 19, p. 159-168.
- CASTRO, L. de Albuquerque e; FERREIRA, O. V. & VIANA, A. (1957) – O dólmen pintado de Antelas (Oliveira de Frades). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 38 (2), p. 325-346.
- DEUS, A. D. & VIANA, A. (1953) – Mais três dólmenes da região de Elvas (Portugal). *Zephyrus*. Salamanca. 4, p. 227-240.
- DEUS, A. D.; LOURO, H. S. & VIANA, A. (1955) – Apontamento de estações romanas e visigóticas da região de Elvas (Portugal). 3.º *Congresso Arqueológico Nacional (Galícia, 1953)*. Crónica. Zaragoza, p. 568-578.
- FERREIRA, O. V.; VIANA, A. & CASTRO, L. A. (1957) – O dólmen pintado de Antelas (Oliveira de Frades). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 38 (2), p. 325-346.
- FORMOSINHO, J.; FERREIRA, O. V. & VIANA, A. (1953/1954) – Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 14 (1-4), p. 62-225.
- FRANCO, M. L. & VIANA, A. (1948) – Cemitério da Idade do Bronze nos arredores de Faro. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 11 (3-4), p. 299-305.
- HELENO, M. (1951) – Arqueologia de Elvas. Notícia preliminar. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, 1, p. 83-94.
- JALHAY, E. (1925) – El Asturiense en Galicia. *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*. Orense, 7 (165), p. 341-352.
- JALHAY, E. (1928) – A estação asturiense de La Guardia (Galiza). *Brotéria*. Caminha. 6 (2), p. 75-90.
- JALHAY, E. (1947) – O monumento pré-histórico do Casal do Zambujal (Torres Vedras). Contribuição para o estudo da época do Bronze. *Brotéria*. Lisboa. 42 (4), p. 387-393.
- MEIRELES, J. (1994) – As indústrias líticas pré-históricas do litoral do Minho (Portugal) e o seu quadro litostratigráfico. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 34 (3/4), p. 17-42.
- PINTO, R. de Serpa (1928) – O Asturiense em Portugal. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 4 (1), p. 5-44.
- ROLO, M. (2014) – O contributo de Abel Viana para a arqueologia norte-alentejana. *Abel Viana 1896-1964 Paixão pela Arqueologia*. Catálogo da exposição Museu-Biblioteca Fundação da Casa de Bragança.
- SCHUBART, H. (1964) – Grabungen auf dem Bronzezeitlichen Graberfeld von Atalaia in Sudportugal. *Madridrer Mitteilungen*. Madrid. 5, p. 11-55.
- SCHUBART, H. (1971) – O horizonte de Ferradeira. Sepulturas do Eneolítico final no Sudoeste da Península Ibérica. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 81 (3/4), p.189-215.

- VEGA DEL SELLA, Conde de la (1923) – *El asturiense nueva industria preneolítica*. Madrid: Museo Nacional de Ciencias Naturales (Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas, Memoria 32).
- VIANA, A. (1928) – Sabenças e lérias. X – O Asturiense em Portugal – Estações no litoral ao N. de Viana-do-Castelo. *Notícias de Viana*. Viana do Castelo. 1 (41) (22 Set. 1928), p. 2-3.
- VIANA, A. (1929 a) – A estação asturiense de Areosa. *Portucale*. Porto. 2 (7), p. 24-38 e 2 (8), p. 185-212.
- VIANA, A. (1929 b) – As Insculturas rupestres de Lanhelas (Caminha, Alto-Minho). *Portucale*. Porto. 2 (10), p. 282-290; 2 (11), p. 350-356.
- VIANA, A. (1930) – Estações paleolíticas do Alto-Minho. *Portucale*. Porto. 3 (15), p. 189-235.
- VIANA, A. (1932) – Carta pré e proto-histórica do distrito de Viana do Castelo. *Anuário do Distrito de Viana do Castelo*. Viana do Castelo. 1 (separata).
- VIANA, A. (1934-1936) – Necessidade de uma lei reguladora da exploração arqueológica acauteladora do património arqueológico nacional. *Revista de Arqueologia*. Lisboa. 3, p. 237-246.
- VIANA, A. (1941) – Leite de Vasconcelos. *Diário do Alentejo*. Beja. (19.05.1941).
- VIANA, A. (1943 a) – O “Tombo” do hospital de Beja. *Brotéria*. Lisboa. 37 (9), p. 285-302.
- VIANA, A. (1943 b) – Moedas da Lusitânia portuguesa. *Musev*. Porto. 2 (5), p. 166-169.
- VIANA, A. (1945) – Paleolítico do Baixo Alentejo. Vale do Guadiana. *Brotéria*. 40 (2), p. 192-211.
- VIANA, A. (1945-1947) – Paleolítico das margens do Guadiana. *Arquivo de Beja*. Beja. 2 (3-4), p. 356-391; 3 (3-4), p. 364-411; 4 (1-2), p. 115-147.
- VIANA, A. (1946) – Alguns exemplares paleolíticos de Cordoba la Vieja. *Brotéria*. Lisboa. 43 (1) (Jul. 1946), p. 57-62.
- VIANA, A. (1947) – Paleolítico dos arredores de Beja e do litoral algarvio – zona de Sotavento. *Brotéria*. Lisboa. 45 (7), p. 45-57.
- VIANA, A. (1948) – Provável cemitério de escravos, em Loulé. *Ethnos*. Lisboa. 3, p. 1-4.
- VIANA, A. (1949) – Restos de Ossónoba, no largo da Sé, em Faro. *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*. Lisboa. 39 a 46 (separata).
- VIANA, A. (1950) – Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 12 (3-4), p. 289-322.
- VIANA, A. (1951) – O cemitério luso-romano do Bairro Letes. *Brotéria*. Lisboa. 53 (2/3), p. 145-165.
- VIANA, A. (1952) – Osso-noba. O problema da sua localização. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 62 (3/4), p. 259-285.
- VIANA, A. (1955 a) – A Cova da Moura. 3.º *Congresso Arqueológico Nacional, (Galícia, 1953)*. Actas. Zaragoza, p. 481-497.
- VIANA, A. (1955 b) – *Notas de arqueologia alto alentejana (materiais do Museu Arqueológico do Paço Ducal de Vila Viçosa)*. Fundação da Casa de Bragança.
- VIANA, A. (1956 a) – Asturiense das Astúrias e do litoral minhoto. *Libro Homenaje al Conde de La Vega del Sella*. Oviedo: Diputación Provincial de Asturias, p. 185-198.
- VIANA, A. (1956 b) – Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. 13 (1-4), p. 110-167.

- VIANA, A. (1956 c) – *Algumas notas sobre António Dias de Deus e suas pesquisas arqueológicas no concelho de Elvas*. Beja: Edição do Autor.
- VIANA, A. (1957) – Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. 14 (1-4), p. 3-57.
- VIANA, A. (1958) – *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo*. *Arquivo de Beja*. Beja. 15 (1-4), p. 3-56.
- VIANA, A. (1959 a) – Pequenos museus etnográficos. *Mensário das Casas do Povo*. Lisboa. 13, Abr.1959, p. 13 a 15.
- VIANA, A. (1959 b) – Necrópole pré-histórica da Atalaia: Aldeia dos Palheiros Ourique. *Conimbriga*. Coimbra, p. 83-96.
- VIANA, A. (1960) – Insculturas rupestres do Alto Minho (Lanhelas e Carreço – Viana do Castelo, Portugal). *Boletín de la Comisión de Monumentos de Orense*. Orense. 20, p. 209-231.
- VIANA, A. (1960-1961 a) – Cidade de Âncora. Notícia sobre a actividade do II Campo Internacional de Trabalho Arqueológico, promovido em 1960 pela Associação Académica de Coimbra. *Conimbriga*. Coimbra. 2-3, p. 247-270.
- VIANA, A. (1960-1961 b) – Vidros romanos em Portugal – Breves notas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 18 (1-2), p. 6-42.
- VIANA, A. (1961 a) – *Necrópole romano-suévica (?) de Beiral – Ponte de Lima – Viana do Castelo*. Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima.
- VIANA, A. (1961 b) – Nossa Senhora da Cola. *Arquivo de Beja*. Beja. 17 (1-4). Separata.
- VIANA, A. (1962 a) – *Algumas noções elementares de arqueologia prática*. Beja: Edição do Autor.
- VIANA, A. (1962 b) – Mamoá do Marchicão – Aldeia dos Palheiros (Ourique). *26.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Porto, 1962)*. *Actas*. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 7.ª Secção, p. 279-288.
- VIANA, A. (1970) – Arqueologia, arqueólogos e escavações arqueológicas: monumentos, achados, espólios e museus. *1.º Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*. *Actas e Memórias*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. 2, p. 319-329.
- VIANA, A. M. C. (1996) – Biobibliografia de Abel Viana. *Estudos Regionais*, p. 249- 303.
- VIANA, A. M. C. (1997) – Abel Viana – pinceladas de um auto-retrato. *Estudos Regionais*, p.175-228.
- VIANA, A. & DEUS, A. D. (1950) – Necropolis céltico-romanas del concejo de Elvas (Portugal). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 23, p. 229-253.
- VIANA, A. & OLIVEIRA, M. S. (1955) – Citânia de Santa Luzia (Viana do Castelo, Portugal). *Zephyrus*. Salamanca. 6, p. 61-88.
- VIANA, A. & ZBYSZEWSKI, G. (1948) – Explorações pré-históricas de sílex, em Campolide. *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto. 33 (2), p. 124-128.
- VIANA, A. & ZBYSZEWSKI, G. (1952) – Paleolítico dos arredores de Beja. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 33, p. 99-153.
- VIANA, A.; ANDRADE, R. F. & FERREIRA, O. V. (1961) – O monumento pré-histórico do Monte Velho (Ourique). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 45, p. 483-492.

- VIANA, A.; FERREIRA, O. V. & FORMOSINHO, J. (1954) – Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique. Relance das explorações nas necrópoles da Idade do Bronze, do ano de 1937 ao de 1949. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 15 (1-2), p. 17-54.
- VIANA, A.; FERREIRA, O. V. & SERRALHEIRO, A. (1957) – Apontamentos arqueológicos dos concelhos de Aljustrel e Almodôvar. *23.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Coimbra, 1956)*. Actas. Coimbra: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 7.ª Secção, p. 461-470.
- VIANA, A.; FORMOSINHO, J. & FERREIRA, O. V. (1947) – Duas raridades arqueológicas. I – Um bocado de tecido pré-histórico. II – Navalha de barbear da Idade do Bronze. *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*. Lisboa. 2 (24), p. 313-330.
- VIANA, A.; FORMOSINHO, J. & FERREIRA, O. V. (1949) – O conjunto visigótico de Alcaria (Caldas de Monchique). *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*. Lisboa. 33-34 (separata).
- VIANA, A.; FORMOSINHO, J. & FERREIRA, O. V. (1953 a) – De lo prerromano a lo arabe en el Museo Regional de Lagos. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 26, p. 113-138.
- VIANA, A.; FORMOSINHO, J. & FERREIRA, O. V. (1953 b) – Algumas notas sobre o Bronze Mediterrânico do Museu Regional de Lagos. *Zephyrus*. Salamanca. 4, p. 97-117.
- VIANA, A.; FORMOSINHO, J. & FERREIRA, O. V. (1953 c) – O capacete céltico do Museu Regional de Lagos (Algarve). *13.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Lisboa, 1950)*. Actas. Lisboa: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 7.ª Secção, p. 393-398.

VIRGÍNIA RAU. UMA MEDIEVALISTA NA PRÉ-HISTÓRIA

VIRGÍNIA RAU. A MEDIEVAL HISTORIAN IN THE PREHISTORY

Ana Ávila de Melo¹ & João Luís Cardoso²

Abstract

Professor Virgínia Rau was an eminent Portuguese medieval historian, and an international renowned researcher in economic and social history, themes that she approached during her lectures at Faculdade de Letras de Lisboa (Lisbon's Faculty of Letters) since the late forties of the 20th century until the end of her career as full professor and college's dean. However, during the middle and late forties of the 20th century she published a few papers on Prehistory and did some field work on Early and Middle Palaeolithic. Her interest on these themes and the reasons why she maintained this interest alive until the end of the 1940 decade and then abandoned it remain unstudied until today. In this article we intend to unveil this still unknown and mysterious aspect of Professor Virgínia Rau's brilliant career.

Keywords: History of Portuguese Archaeology, Prehistory; Paleolithic Virgínia Rau.

1 – UM PERCURSO ACADÉMICO DE EXCEÇÃO

Virgínia Robertes Rau nasceu em Lisboa, na freguesia dos Anjos, a 4 de Dezembro de 1907, filha de Luiz Rau Junior e Matilde Bivar de Paula Robertes Rau e faleceu nesta mesma cidade a 2 de Novembro de 1973 (Fig. 1). A sua vida, percurso académico e obra constituem, por si só, valioso objecto de estudo. Sendo mulher, e numa época em que poucas acediam ao ensino superior, Virgínia Rau licenciou-se em Ciências Históricas pela Faculdade de Letras de Lisboa em 23 de Julho de 1943, e doutorou-se em Ciências Históricas pela mesma instituição menos de 4 anos depois, a 4 de Fevereiro de 1947. Em 11 de Março de 1952 concluiu as provas públicas de concurso para Professora Extraordinária da 2.^a Secção, 4.^o Grupo (Ciências Históricas e Filosóficas) da Faculdade de Letras de Lisboa, sendo aprovada por unanimidade. Tomou posse do cargo a 9 de Abril de 1952, retomando as regências das cadeiras de História de Portugal e de História Medieval que já lhe tinham sido confiadas, a título excepcional, ainda enquanto segundo assistente.¹ Foi nomeada, por convite, Professora Catedrática da mesma Faculdade em 9 de Dezembro de 1952. Exerceu o cargo de “Secretário da Faculdade de Letras”,² de 4 de Dezembro de 1957

¹Mestre em Pré-História e Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia. E-mail: anaavilamelo@gmail.com

²Universidade Aberta. Vice-Presidente da Academia Portuguesa da História. Academia das Ciências de Lisboa – Classe de Ciências. Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). E-mail: cardoso18@netvisao.pt

¹Veja-se a este respeito a Acta da segunda sessão de 25 de Janeiro de 1944 do Conselho Escolar da Faculdade de Letras.

²Em todos os registos consultados da época, a Prof. Virgínia Rau é sempre mencionada como “Secretário da Faculdade de Letras” o que indicia bem o quão pouco frequente era, à época, que tal cargo fosse desempenhado por uma mulher.

até 17 de Junho de 1959 e de Directora da mesma instituição de 23 de Novembro de 1964 até 11 de Março de 1969. À data da sua morte tinha 103 títulos publicados, alguns em coautoria, 16 resenhas feitas (RAU, 1968; GARCIA, 1981; PEREIRA, 1979) e integrava inúmeras associações científicas nacionais e estrangeiras, facto verdadeiramente invulgar na época e mesmo nos nossos dias. A sua projecção como historiadora foi ímpar, adjectivo que se aplica com igual justeza ao esquecimento – verdadeira *damnatio memoriae* – a que a sua obra e vida académica têm sido votadas... Outro tema interessante para futuros trabalhos.

Quem foi e o que se sabe da trajectória académica e científica de Virgínia Rau? A sua obra, essa, está publicada e disponível a quem a queira consultar, mas o seu percurso académico é manifestamente ignorado, mesmo na Faculdade onde ensinou durante um quarto de século, ficando no imaginário colectivo dessa escola apenas um “anedotário” e episódios picarescos os quais, na verdade, carecem de comprovação efectiva.³ Reflectindo bem, talvez esse apagar da memória não seja tão casuístico e inocente como se poderia pensar...

A 27 de Setembro de 1968, a pedido do Instituto de Alta Cultura,⁴ Virgínia Rau remeteu a esta instituição um *Curriculum Vitae*, dactilografado, de 45 páginas e que quase 50 anos volvidos, consegue surpreender quem o consulta pelo reconhecimento internacional que esta historiadora granjeou, numa época em que os contactos entre universitários se faziam – quando se faziam – sobretudo por carta...

Como ela própria menciona no seu *Curriculum Vitae*, “[...] em 1927, depois de ter concluído em menos de 3 anos o curso dos Liceus (Secção de Letras), e tendo terminado os respectivos exames no Liceu Camões a 12 de Outubro de 1925 e no Liceu Passos Manuel a 5 de Agosto de 1926 e 28 de Julho de 1927, matriculou-se na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, na Secção de Ciências Históricas e Geográficas. Por se ter ausentado de Portugal, na primavera de 1928, interrompeu o seu curso sem, todavia, ter abandonado o estudo, e aproveitou as estadias fora do País, nomeadamente em França e na Alemanha, para frequentar diversos cursos de férias ou para estrangeiros e iniciar investigações históricas em bibliotecas e arquivos. No verão de 1939 trabalhou na Biblioteca Nacional de Paris a fim de colher elementos para a elaboração de uma biografia de D. Catarina de Bragança, filha de D. João IV, sendo o seu labor cortado pela declaração de guerra [...]” (RAU, 1968, p. 1-2).

Ao restabelecer-se na cidade natal, Virgínia Rau reinscreveu-se na Faculdade de Letras de Lisboa, apresentando requerimento para mudança de Secção, neste caso para Ciências Históricas e Filosóficas, para retomar os seus estudos. Entre a primeira matrícula, em 1928, e o regresso na Faculdade de Letras, passara uma década. A jovem de 19 anos que se matriculara na Secção de Ciências Históricas e Geográficas regressara com larga experiência de pesquisa em bibliotecas e arquivos e já com obra publicada – em 1939 publicou na



Fig. 1 – Virgínia Rau
(Arquivo da Academia Portuguesa da História).

³À primeira signatária, aluna do curso de História da FLUL no final da década de setenta do século passado, foram contados alguns desses episódios picarescos.

⁴Conforme ofício anexo ao *Curriculum Vitae* no processo individual da Prof. Virgínia Rau (Arquivo do Serviço de Pessoal da FLUL).

revista *O Instituto* um artigo intitulado “Egas Moniz”. Nessa mesma revista, em 1941, ainda aluna do curso de História da Faculdade de Letras de Lisboa, publicou um trabalho de 352 páginas intitulado “D. Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra”. Não é de estranhar que, com este labor e autonomia no domínio da investigação histórica, como ela própria escreve “[...] *no ano lectivo de 1941-1942 recebeu, como aluna da Faculdade de Letras, o prémio pecuniário oferecido a cada uma das Faculdades da Universidade de Lisboa pelo Rotary Clube de Lisboa para o aluno com melhor aproveitamento escolar nesse ano, por escolha e proposta do Conselho da sua Faculdade [...]*” (RAU, 1968, p. 2). A 23 de Julho de 1943 concluiu a licenciatura com a nota final de 16 valores, defendendo o trabalho intitulado “Subsídios para o Estudo das Feiras Medievais Portuguesas”, publicado nesse mesmo ano.⁵

Na reunião do Conselho Escolar de 15 de Outubro de 1943 consta da respectiva acta que “[...] *o Dr. Manuel Heleno propôs para 2.º Assistente do grupo de Ciências Históricas a licenciada Virgínia Rau, que completou o seu curso com altas classificações, sendo já autora de trabalhos valiosos. Além disso a referida senhora mostra uma notória aptidão para investigações no Arquivos o que muito convirá aproveitar. O Dr. Luís Schwalbach declara que tinha muito boas impressões sobre a candidata, sua antiga discípula. O Dr. Orlando Ribeiro confirmou as elogiosas referências do Dr. Manuel Heleno sobre a licenciada Virgínia Rau, especialmente quanto aos seus singulares dotes de investigação. O Dr. Matos Romão afirmou que o exame de licenciatura da sr.ª D. Virgínia Rau fora o mais completo a que tem assistido naquela classe de provas. A proposta do Dr. Manuel Heleno foi aprovada por unanimidade [...]*” (Livro de actas das sessões do Conselho, Tomo 7, fl. 47). A proposta data de 15 de Outubro e no posterior contrato pode-se ler que “[...] *aos vinte e três dias do mês de Novembro de mil novecentos e quarenta e três, no Gabinete da Direcção da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, estando presentes, de uma parte o Doutor José Joaquim de Oliveira Guimarães, Director da mesma Faculdade, como primeiro outorgante em nome do Governo Português e da outra parte a Licenciada Virgínia Robertes Rau, declarou o primeiro outorgante na minha presença e na das testemunhas abaixo assinadas que, após ter sido ouvido o Conselho Escolar desta Faculdade, contratava a dita Licenciada Virgínia Robertes Rau, nos termos do artigo décimo do Decreto número trinta e um mil seiscentos e cinquenta e oito, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e quarenta e um, para desempenhar as funções de segundo assistente, competindo-lhe a regência de trabalhos práticos de Arqueologia, História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa, Numismática e Esfragística e Epigrafia, as duas últimas semestrais, e cada uma com duas horas semestrais, no total, portanto de seis horas semanais, além de trabalhos práticos de investigação científica que lhe forem distribuídos. Este contrato foi autorizado por despacho de vinte do corrente mês e é feito pelo prazo de um ano [...]*” (Processo da Prof. Doutora Virgínia Robertes Rau. 1943. Cx. 223, 1.º). A sua nomeação foi publicada no *Diário do Governo*, II Série, n.º 287, de 10 de Dezembro.

No início de 1944, Vitorino Magalhães Godinho rescindiu o seu contrato como Assistente e, conforme consta da acta da reunião do Conselho Escolar de 25 de Janeiro de 1944 “[...] *tornando-se necessário proceder a uma nova distribuição dalgumas cadeiras do grupo de Ciências Históricas ficou resolvido entregar a regência de Epigrafia ao Dr. Manuel Heleno, de História da Antiguidade Oriental e Clássica ao licenciado Ferreira de Almeida e de História Medieval à licenciada Virgínia Rau [...]*” (Livro de actas das sessões do Conselho, Tomo 7, fl. 56). Mesmo com este acréscimo de trabalho no primeiro ano em que leccionava, Virgínia Rau entregou um primeiro requerimento, em 27 de Maio de 1944, a pedir que lhe fossem marcadas provas de doutoramento (Processo da Prof.ª Doutora Virgínia Robertes Rau. 1943. Cx. 223, 1.º). O seu início de carreira como assistente foi, desde logo, notado pelo Conselho Escolar, lendo-se na acta da Sessão de 25 de Abril de 1944 que

⁵Edição da Livraria Bertrand.

“[...] por proposta do Prof. Heleno, o Conselho encarregou a assistente encarregada da regência da cadeira da Secção de Ciências Históricas, Dona Virgínia Rau, de participar, por parte da Faculdade, nas comemorações da Semana do Ultramar Português promovidas pelo Ministério das Colónias, com uma conferencia sobre O Elemento Popular na Expansão Portuguesa [...]” (*Livro de actas das sessões do Conselho*, Tomo 7, fl. 58).

Na acta da reunião de 19 de Outubro de 1944 consta o seguinte: “[...] o Director lê [...] um officio da Sociedade de Geografia de Lisboa, a pedir a colaboração na semana das colónias. Ouvidos os professores de Geografia, tendo o Prof. Orlando Ribeiro, que actualmente rege a cadeira de Geografia Colonial, declarado que não prestará a colaboração pedida, o Prof. Heleno lembra a assistente L.^{da} D.^a Virgínia Rau como estando em condições de a prestar [...]” (*Livro de actas das sessões do Conselho*, Tomo 7, fl. 67). Nessa mesma sessão, pode ler-se ainda que foi “[...] presente um officio do Instituto para a Alta Cultura comunicando que o Sindicato Espanhol Universitário se propõe traduzir e publicar as dissertações universitárias portuguesas de maior relêvo. O conselho resolveu, sob proposta dos catedráticos dos grupos respectivos, propor para esse efeito as dissertações: do Doutor António José Saraiva sobre Gil Vicente; do Licenciado Moreira de Sá sobre Percursos de Descartes; e da Licenciada D. Virgínia Rau sobre As Feiras Medievais Portuguesas [...]” (*Livro de actas das sessões do Conselho*, Tomo 7, fl. 67). Era inegável a confiança do Conselho Escolar nas capacidades da assistente Virgínia Rau e, conseqüentemente, a sobrecarga de trabalho que sobre ela recaía...

Ainda nesse ano de 1944, Virgínia Rau apresentou duas comunicações ao Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências realizado em Córdova, intituladas, respectivamente “Da originalidade do Paleolítico Inferior no Litoral Português” e “Uma tentativa de colonização da Serra Leôa no século XVII” (cf. RAU, 1968, p. 25). Ambos os trabalhos foram depois publicados.

A 15 de Junho de 1945 entregou segundo requerimento a solicitar a marcação de provas de doutoramento, tendo depositado na Secretaria da Faculdade, a 13 de Maio de 1946, trinta exemplares da sua Tese intitulada “Sesmarias Medievais Portuguesas” (*Processo da Prof.^a Doutora Virgínia Robertes Rau*. 1943. Cx. 223, 1.^o). Em sessão do Conselho Escolar de 21 de Maio de 1946, conforme se lê na respectiva acta “[...] a candidata D. Virginia Rau apresentou um trabalho sobre Sesmarias Medievais Portuguesas que, mediante parecer escrito do Prof. Manuel Heleno, foi considerada admitida [...]” (*Livro de actas das sessões do Conselho*, Tomo 7, fl. 86). As respectivas provas foram marcadas para dias 29 e 30 de Janeiro e dia 3 de Fevereiro de 1947, conforme cópia do edital arquivado no processo individual da Professora Virgínia Rau (*Processo da Prof. Doutora Virgínia Robertes Rau*. 1943. Cx. 223, 1.^o), tendo obtido a 4 de Fevereiro de 1947 o grau de Doutora em Ciências Históricas, aprovada com distinção por unanimidade (18 valores), mas recusando de imediato a sua contratação como Primeiro-assistente para se dedicar à investigação (RAU, 1968, p. 10). Tal facto foi abordado, com preocupação, na reunião do Conselho Escolar de 26 de Fevereiro de 1947, constando da acta que “[...] o Sr. Presidente chamou a atenção do Conselho para o facto de se acharem fechadas as cadeiras de História de Portugal e de Arqueologia, e o curso de Epigrafia, em virtude da excessiva acumulação de serviço do pessoal docente, da licença do Prof. Heleno e da desistência declarada pela Dr.^a Virgínia Rau de ser reconduzida como assistente. Resolveu-se convocar um conselho especial para o caso, com a presença do Prof. Heleno [...]” (*Livro de actas das sessões do Conselho*, Tomo 7, fl. 98).

Nos anos de 1947 a 1951, em que esteve afastada da docência, dedicando-se exclusivamente à investigação, a actividade científica de Virgínia Rau é extraordinária. Foi também um período em que iniciou a sua projecção internacional, aspecto marcante na sua carreira e que atingiu um patamar que poucos historiadores portugueses alcançaram, mesmo na era da globalização em que os contactos internacionais são uma prática quotidiana entre os investigadores.

No seu *Curriculum Vitae*, informa que “[...] em Janeiro de 1948, foi encarregada pelo Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Artur Águedo de Oliveira, de elaborar uma monografia histórica sobre a Casa dos Contos até à criação do Erário Régio, integrada no Centenário do Tribunal de Contas, trabalho que ultimou e entregou para o prelo em Dezembro de 1948 [...]” (RAU, 1968, p. 18). A obra, de 528 páginas, foi editada em 1951 e, ainda hoje, constitui o estudo de referência sobre esta instituição.⁶

Ainda nesse mês de Dezembro de 1948, aproveitou a passagem por Lisboa do Prof. Ch. Verlinden, da Universidade de Gante, para estabelecer “[...] futura colaboração com esse historiador para o estudo e publicação da documentação luso-belga da antiga Feitoria Portuguesa da Flandres [...]” (RAU, 1968, p. 19).

Os anos de 1948 e 1949 foram marcados por intenso trabalho de investigação e pesquisa em Arquivos e Bibliotecas estrangeiras, em Madrid e Paris. E também nesse período que, “[...] desde Fevereiro de 1948 até Dezembro de 1949, obteve uma bolsa de estudo no País, do Instituto de Alta Cultura, como colaboradora do Centro de Estudos Geográficos, anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (por despachos de 16/4/1948 e 11/2/1949 [...])” (RAU, 1968, p. 18). Esta ligação ao Centro de Estudos Geográficos remete para o início da sua carreira como estudante de Ciências Históricas e Geográficas da Faculdade de Letras, em 1928, e não pode ser dissociada da sua participação activa no Congresso Internacional de Geografia. Como refere, “[...] fez parte da Comissão Organizadora Nacional do XVI Congresso Internacional de Geografia, realizado em Lisboa, em Abril de 1949, cabendo-lhe a preparação da parte da Geografia Humana e a direcção da Excursão D, em colaboração com o Dr. G. Zbyszewsky [...]” (*Diário do Governo*, II Série, n.º 102, de 5 de Maio de 1947) (RAU, 1968, p. 19). Dessa colaboração resultou a monografia *Estremadura et Ribatejo (Livret-Guide de L'excursion D)*, editada pela Union Géographique Internationale em 1949, tendo igualmente apresentado uma comunicação intitulada “La toponyme et le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques”, trabalho publicado no *Compte Rendu du XVI^e Congrès International de Géographie de Lisbonne*, 1949.

Na sequência da sua participação no Congresso Internacional de Geografia, e como ela própria refere “[...] por iniciativa de alguns membros da Delegação dos Estados Unidos da América do Norte ao XVI Congresso Internacional de Geografia, foi proposta e admitida em 1950 como membro da Society of Woman Geographers, sendo até hoje a única senhora portuguesa que faz parte dessa Associação [...]” (RAU, 1968, p. 25), estabelecendo, assim, em sólidos alicerces, os laços e a cooperação com aquele país ao longo do seu percurso académico.

O ano de 1950, “o ano americano” se assim se pode qualificar, é fundamental na carreira de Virgínia Rau. Em Agosto e Setembro, por convite da Universidade da Califórnia em Berkeley, regeu dois cursos de História de Portugal e de História da Expansão Portuguesa, respectivamente (RAU, 1968, p. 10). Em Outubro de 1950, como membro da Delegação Portuguesa ao I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Washington, “[...] apresentou uma das chamadas comunicações fundamentais da Secção de Elementos de Investigação, intitulada: Arquivos de Portugal: Lisboa. [...] Na secção de História do mesmo Colóquio de Washington, foi-lhe distribuída a tarefa de Relatora. [...] Com os outros membros da Delegação Portuguesa ao Colóquio de Washington, visitou a Nova Inglaterra e assistiu às conferências e festividades que se realizaram em New Bedford. Acompanhada pelo Doutor A. de Medeiros-Gouvêa, Secretário do Instituto de Alta Cultura, visitou Fall River, em 29 de Outubro, e fez no Liceu dessa cidade uma conferência subordinada ao tema A mulher na história de Portugal, seguida de um resumo em inglês [...]” (RAU, 1968, p. 26), temática pouco vulgar na época e que, entre nós, só muito recentemente tem suscitado o interesse de alguns investigadores.

⁶ Em 2009, foi reeditada pela INCM, numa reedição de 1951 e 1959 comemorativa do 160.º aniversário do Tribunal de Contas e do 620.º aniversário da instituição que lhe esteve na origem, a Casa dos Contos.

A sua estada nos Estados Unidos, nesse ano de 1950, tem ainda outro ponto alto, quando “[...] *por convite do Dr. Luther Evans, Director da Biblioteca do Congresso, em Washington, E.U.A., trabalhou durante os meses de Setembro e Outubro de 1950 nessa Biblioteca como Consultora de Estudos Portugueses [...]*” (RAU, 1968, p. 19). A 27 de Novembro de 1950, o mesmo Dr. Evans escreveu-lhe uma carta em termos muito elogiosos e onde se pode ler “[...] *writing to let you know how grateful we in the Library of Congress are for your work as Consultant in Portuguese Studies. Dr. Hanke and his colleagues in the Hispanic Foundation feel that the Colloquium would be entirely justified if its only result was to bring you to Washington to serve as consultant. All of us who are familiar with the intelligence and devotion which you put into all of your work during your stay with us have the same feeling. We want to keep in touch with you in the future, and I am therefore arranging for the Information Bulletin to be sent to you regularly. If you note any Library of Congress publications announced there which you would like to have for your own use, please let me know and we will be glad to try to send them to you. Also if you have any suggestions in the future for ways and means by which we can improve our collections and services in the field of Portuguese studies. I hope that you will feel free to let us know.*” (Processo Individual, Arquivo da Academia Portuguesa da História) (Fig. 2).

Como Virginia Rau refere no seu *Curriculum Vitae* “[...] *durante a sua estadia nos Estados Unidos da América do Norte, de Julho a Novembro de 1950, trabalhou assiduamente em várias bibliotecas e estabeleceu relações pessoais e profissionais com professores, investigadores, bibliotecários e arquivistas das Universidades e Bibliotecas de Harvard, Chicago, de Northwestern, de Berkeley (Califórnia) de Brancroft, do Congresso, etc. [...]*” (RAU, 1968, p. 7). Assim ficaram lançadas as bases para os futuros contactos que iria manter com os Estados Unidos ao longo da sua carreira.

Em 1951, já membro correspondente da Hispanic Society of America “[...] *fornecendo esclarecimentos sobre bibliografia e assuntos portugueses, foi convidada a encarregar-se, a partir de Janeiro de 1953, e até Janeiro de 1957, da secção de bibliografia e recensão crítica das publicações portuguesas na revista The Hispanic American Historical Review (Associate Editor for Portugal) [...]*” (RAU, 1968, p. 7-8).

Ainda antes de retomar as suas funções docentes na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, “[...] *em Abril de 1951, por convite da Universidade de Londres, fez duas conferencias no King's College, cujos temas foram The English marriage of Catarina de Bragança – A good bargain and an amazing paradox e The Port-Wine Trade with England during the Eighteenth Century [...]*” (RAU, 1968, p. 10-11).

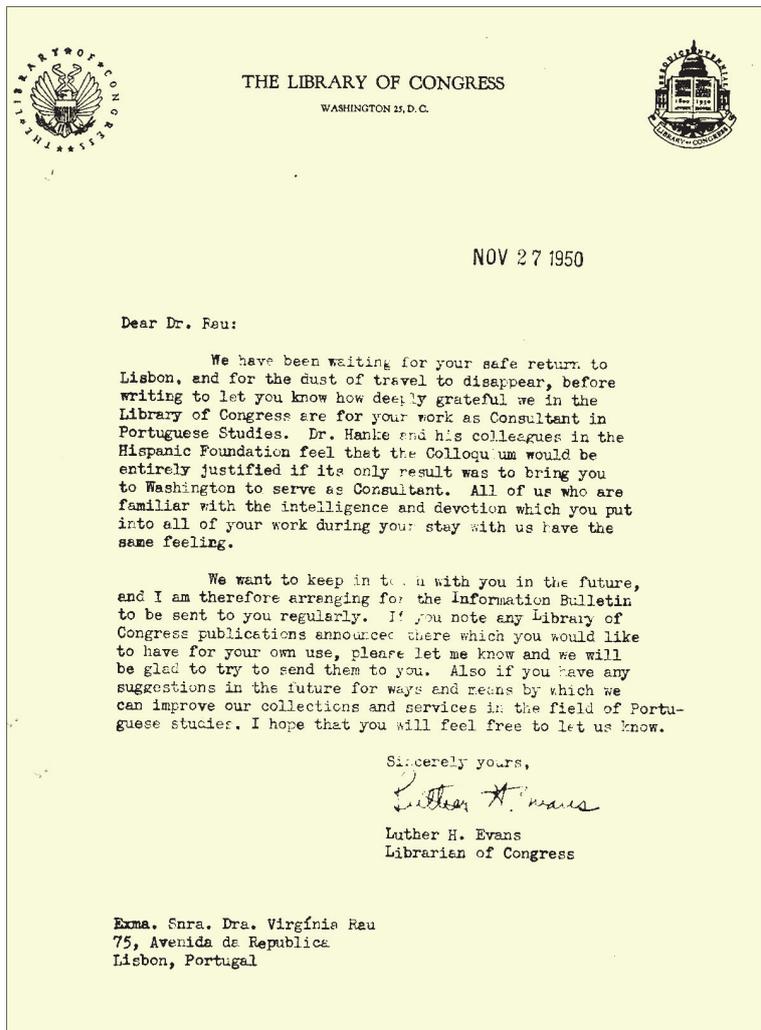


Fig. 2 – Carta de L. Evans, Director da Biblioteca do Congresso a V. Rau (Arquivo da Academia Portuguesa da História).

O ano de 1952 marca o seu regresso à docência na Faculdade de Letras: “[...] em 11 de Março de 1952, ultimou as provas de concurso para Professora Extraordinária da 2.ª Secção, 4.º Grupo (Ciências Históricas), da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sendo aprovada por unanimidade[...]” (RAU, 1968, p. 2). A 22 de Março de 1952 apresentou requerimento ao Ministro da Educação Nacional a solicitar que lhe fosse concedido o título de Professor Agregado, que lhe é conferido por portaria de 26 de Março de 1952. Em 8 de Abril de 1952 é nomeada Professora Extraordinária. Enfim, a proposta para a sua nomeação como Professora Catedrática é apresentada em reunião do Conselho Escolar de 26 de Novembro de 1952, sendo

proponentes A. A. Rodrigues, Director da Faculdade, Manuel Heleno e Orlando Ribeiro, a qual foi aprovada por unanimidade. A fundamentação da proposta pode ler-se integralmente na acta da referida sessão; nela se declara que “[...] a Professora Virgínia Rau fez ao mesmo tempo uma carreira docente e científica, submetendo-se a provas de doutoramento e concurso publicando livros e opúsculos que a colocam em lugar de relevo entre os historiadores portugueses. Conhecendo perfeitamente a organização dos nossos arquivos, tem recorrido em todos os seus trabalhos, principalmente, à documentação inédita; não se limitou, porém, a publicar documentos ou cerzir em volta deles comentários eruditos. Os seus estudos não são apenas notáveis pela amplitude das fontes consultadas, revelam também uma solidez de construção e uma concepção de conjunto derivada da percepção dos problemas que só uma vasta cultura histórica pode sustentar [...]”. Os termos da proposta não podiam ser mais elogiosos e a sua nomeação como Professora Catedrática é publicada no *Diário do Governo*, II Série, n.º 294, de 9 de Dezembro, tomando posse a 16 de Dezembro de 1952.

É também nesse ano de 1952, a 18 de Junho, que foi admitida na Academia Portuguesa da História como Académica Correspondente⁷ (Fig. 3) por proposta assinada por Marcelo Caetano, assim apresentada: “[...] a Senhora D. Virgínia Rau é Doutora em Ciências Históricas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em cujo corpo docente ingressou, já no corrente ano, após concurso de provas públicas, na categoria de Professora Extraordinária. A sua bibliografia é bastante extensa, compreendendo mais de duas dezenas de estudos, relativos especialmente a Pré-História, à Idade Média e ao Século XVII [...]”.

Após uma apresentação das obras de Virgínia Rau que considera mais relevantes, conclui, dizendo que “[...] trabalho revelador dessa mestria, pela rapidez da concepção e da elaboração e pelo magnífico processo de desenvolvimento do tema [...] é o livro sobre a Casa dos Contos. Ele só bastaria para justificar a entrada da Sr.ª D. Virgínia Rau para esta Academia onde o seu já vasto conhecimento dos problemas da História portuguesa,

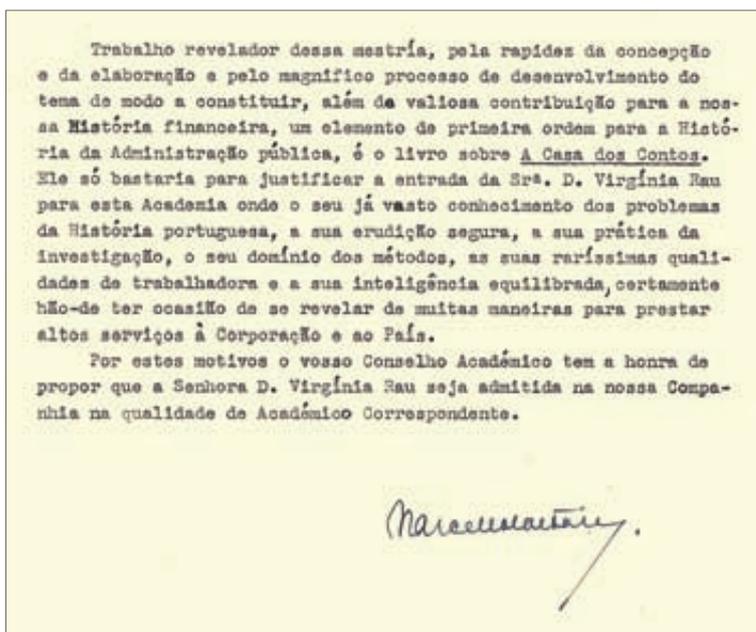


Fig. 3 – Última página da proposta de eleição de Virgínia Rau como académica correspondente da Academia Portuguesa da História, assinada por Marcelo Caetano (Arquivo da Academia Portuguesa da História).

⁷ Passou a académico de número em 11 de Julho de 1955, ocupando a vaga do Eng. Joaquim Bensaúde.

a sua erudição segura, a sua prática de investigação, o seu domínio dos métodos, as suas raríssimas qualidades de trabalhadora e a sua inteligência equilibrada, certamente não-de ter ocasião de se revelar de muitas maneiras para prestar altos serviços à Corporação e ao País [...]” (CAETANO, 1952).

Ainda em 1952, por portaria de 30 de Junho, publicada no *Diário do Governo*, II Série, n.º 160, de 8 de Julho de 1952, foi nomeada colaboradora do Centro de Estudos Económicos, do Instituto Nacional de Estatística (RAU, 1968, p. 20) e, em 1956, vogal do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, por portaria de 30 de Janeiro de 1956 (RAU, 1968, p. 21). Estas duas nomeações dão o mote para o desenvolvimento e orientação da sua investigação futura, muito focada na História Económica, na História dos Descobrimentos e na História Naval e da Economia Marítima.

Com créditos firmados e uma posição institucional de destaque na Faculdade onde estudou e iniciou a sua carreira, a partir de 1952, não é de estranhar que os convites e nomeações para diversos cargos tenham surgido rapidamente, mantendo-se constantes ao longo da sua carreira. Sem preocupação de exaustividade, até por ser informação disponível no processo da Prof. Virgínia Rau, destaca-se, para além dos já mencionados cargos de “Secretário” (portaria de 24 de Janeiro de 1957) e de Directora da Faculdade de Letras (*Diário do Governo*, II Série, n.º 275, de 23 de Novembro de 1964), a sua nomeação como vogal da 4.ª Secção (Ensino Superior) da Junta Nacional da Educação, logo em 5 de Agosto de 1955.

Como ela própria declarou, “[...] dirige o Centro de Estudos Históricos do Instituto de Alta Cultura, anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, desde a sua criação em Janeiro de 1958 [...]” (RAU, 1968, p. 5), marcando desta forma, e de forma incontornável, até finais da década de sessenta do século passado, a investigação histórica naquela instituição. No quadro da investigação assumida na referida Faculdade, são ainda de salientar as suas nomeações para Directora do Instituto de Arqueologia (*Diário do Govern*, II Série, n.º 54, de 5 de Março de 1966), do Instituto Histórico Fernão Lopes (*Diário do Governo*, II Série, n.º 57, de 9 de Março de 1966) e do Instituto Histórico Infante D. Henrique (*Diário do Governo*, II Série, n.º 57, de 9 de Março de 1966), todos eles anexos à Faculdade de Letras de Lisboa. É ainda nomeada vogal, a 12 de Novembro de 1966, pelo Ministro da Educação Nacional, do Conselho Superior do Instituto de Alta Cultura, ocupando a vaga do Prof. Mário Tavares Chicó (*Processo da Prof. Doutora Virgínia Robertes Rau*. 1943. Cx. 223, 1.º).

Estabeleceu uma sólida rede de contactos internacionais com os mais reputados investigadores no domínio da História Económica, e da História Marítima, fruto das relações pessoais que foi construindo ao longo de anos, tanto com aqueles por ela acolhidos, como também com os que contactou no decurso das suas missões no estrangeiro. Teve assim “oportunidade de prestar esclarecimentos e ajudar alguns investigadores estrangeiros que têm visitado Portugal, como os Profs. Francis M. Rogers, Charles R. Boxer, Lewis Hanke, Stanley Stein, H. Fisher, Engel Sluiter, Bailey W. Diffie, Gwendolin B. Cobb, Margaret Mitchell, Michel Mollat, Charles Verlinden, José Honório Rodrigues, José António Gonçalves de Melo Neto, e outros” (RAU, 1968, p. 8). Neste contexto, os convites internacionais, para proferir conferências, participar em colóquios, congressos, seminários e reuniões científicas chegavam constantemente. Assim, a convite do Vice-Chanceler da Universidade de Witwatersrand, Johannesburgo, foi convidada por carta de 6 de Outubro de 1953 a ocupar a recém-criada cátedra de Estudos Portugueses, convite que declinou por motivos de ordem académica e pessoal (RAU, 1968, p. 11). Mais tarde, em Dezembro de 1958, declinaria igualmente a cátedra de História das Instituições ibéricas, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Brasil, convite que lhe tinha sido endereçado pelo Prof. Eduardo de Oliveira França.

Se os convites para leccionar em Universidades estrangeiras de prestígio não tiveram continuidade, já o mesmo não aconteceu relativamente à alocação de conferências, participação em Congressos, Colóquios e Reuniões Científicas internacionais, ao mais alto nível. Logo em Março de 1953, a convite da Universidade de

Aberdeen, Escócia e no “[...] âmbito do acordo de intercâmbio cultural entre Portugal e a Inglaterra, proferiu três conferências nas Universidades de Aberdeen e Glasgow e tomou parte em várias discussões e seminários sobre assuntos portugueses. Os temas das conferências proferidas foram: The Port-Wine trade with Great-Britain and the Methuen Treaty; “Portugal: Land of Contrasts; Portuguese Discoveries and Colonization [...]” (RAU, 1968, p. 11-12). Como ela própria refere, aproveitou essa estada em Inglaterra para proceder a diversas investigações no British Museum e no Public Record Office. Em Julho de 1954, “[...] integrada na Delegação Portuguesa, tomou parte no Congresso Histórico comemorativo do Tricentenário da Restauração Pernambucana [...]” (RAU, 1968, p. 26). Segue-se, de 4 a 11 de Setembro de 1955, o X Congresso Internacional de Ciências Históricas, realizado em Roma e onde, como representante de Portugal, “[...] usou da palavra na III Secção, sobre L'économie européenne aux derniers siècle du Moyen-Âge intervindo nos debates de forma a esclarecer a posição económica de Portugal no Ocidente europeu durante os séculos XIV e XV, e a rebater a nova teoria, exposta modernamente, das origens medievais e italianas da expansão portuguesa (resumo dessa intervenção publicada em Atti del X Congresso Internazionale – Roma 4-11 de Settembre 1955, p. 398) [...]” (RAU, 1968, p. 27).

Muitas vezes, durante as suas deslocações ao estrangeiro, aproveitava para prosseguir com as suas pesquisas documentais em Bibliotecas e Arquivos. Foi o que sucedeu em Abril de 1956, quando proferiu duas conferências na Universidade de Leiden, no âmbito do acordo de intercâmbio cultural entre Portugal e os Países Baixos; “[...] os temas tratados foram: The Portuguese Salt Trade with the Netherlands until the XVIIIth Century; “Portugal – The Land and the People [...]” (RAU, 1968, p. 12). Ao mesmo tempo, “[...] fez pesquisas no Arquivo Municipal de Amsterdão e no Arquivo de Estado, na Haia, conseguindo reunir elementos do maior interesse para o estudo das relações entre Portugal e a Holanda durante o século XVII [...]” (RAU, 1968, p. 21).

Se 1950 fora “o ano americano”, 1956 pode ser considerado indubitavelmente o “ano francês”, crucial para a estreita colaboração que irá manter com alguns dos nomes mais proeminentes da historiografia europeia da época. “[...] Por convite da Direcção das Relações Culturais do Ministério dos Negócios Estrangeiros de França e das Universidades de Lila, Tolosa e Bordéus, em Novembro de 1956 proferiu, respectivamente na Sorbonne e nas outras três Universidades francesas, quatro conferências subordinadas aos temas: a) La société portugaise au XVII^e. et XVIII^e. siècles; b) Une famille de marchands italiens au XV^e. siècle: les Lomellini; c) Problèmes de l'étude du mouvement des ports portugais au XVII^e. et XVIII^e. siècles; d) Problèmes de l'histoire du sel portugais. Esta última conferência, tanto na Sorbonne (École Pratique d'Hautes Études) como na Universidade de Lila e na Association Marc Bloch de Toulouse, revestiu, no final, a forma de trabalho de seminário, em que intervieram os Profs. Ernest Labrousse, Émile Coornaert, Pierre Chaunu, Michel Mollat, P. Trenard, Ph. Wolff, F. Mauro, e outros [...]” (RAU, 1968, p. 12-13).

Não é, pois, de estranhar que, na sequência desta sua estada em França e das conferências que proferiu, tenha recebido vários convites de investigadores e instituições francesas. É de salientar o dos Profs. M.M. Postan e F. Braudel⁸ que a convidaram para participar, como representante universitária portuguesa, na reunião da Comissão Provisória de História Económica, realizada em Paris, em 13 de Março de 1959, destinada a preparar as contribuições dos diversos países a apresentar na Conferência Internacional de História Económica a ter lugar em Estocolmo entre 17 e 19 de Agosto de 1960: “[...] Solicitada pelo presidente da referida Comissão, encarregou-se de apresentar em tal conferência um relatório sobre Large-Scale Agricultural Enterprise in Post-Medieval Portugal [...]” (RAU, 1968, p. 28). Os convites de colegas franceses, nesse ano

⁸O seu relacionamento, *inter pares*, com historiadores da envergadura de Pierre Chaunu, M. Mollat, F. Mauro, F. Braudel, M.M Postan, Ch. Verlinden, etc. revela bem a dimensão do reconhecimento que Virgínia Rau e a sua obra tiveram além fronteiras.

de 1959, não se limitaram à reunião de Paris. Em Janeiro de 1959 tinha já sido convidada oficialmente pelo Director do “Centre National de la Recherche Scientifique” a participar no IV Colóquio Internacional sobre “Les Sources de l’Histoire du Navire et de l’Economie Maritime en Europe” que se iria realizar em Paris de 20 a 23 de Maio desse ano; mas, “[...] *não tendo podido comparecer, enviou, no entanto, uma comunicação subordinada ao seguinte tema: Sources pour l’étude de l’Economie maritime Portugaise. Por decisão dos participantes nesse Colóquio, foi designada para fazer parte dum Groupe International de Travail d’Histoire Maritime, ligado à Comissão de História Económica, e de que também fizeram parte os Profs. Michel Mollat, Ch. Verlinden, e os Snrs. Silvio Zavala, Paul Adam, do Ministério da Marinha Mercante de França [...]*” (RAU, 1968, p. 28-29).

Segue-se, em Setembro de 1957, a participação na Comissão Organizadora do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, que teve lugar em Lisboa, e onde “[...] *interveio nos debates da Secção V (A Sociedade, a Política e a Economia) [...]*” (RAU, 1968, p. 27).

O seu interesse pela História Marítima consolida-se ainda nesse ano de 1959, ao constituir e presidir a um grupo de pesquisa com a participação de investigadores portugueses e brasileiros, destinado a “[...] *reunir e estudar os materiais referentes aos movimentos dos portos de Portugal continental, insular e ultramarino. A pesquisa planeada irá do século XII ao século XIX e procurará integrar o movimento portuário português, tanto no conjunto histórico nacional, como no quadro internacional [...]*” (RAU, 1968, p. 8-9). O arrojo da temática e objectivos deste projecto internacional que ela própria enunciou no seu *Curriculum Vitae*, surpreendem pela modernidade da abordagem proposta – neste seu enunciado antevê-se a criação de um *corpus* documental, verdadeira base de dados, que permite o estudo do movimento portuário e a economia marítima dos principais portos nas suas diversas conjunturas numa longa diacronia.

Em 1959 “*apresentou duas comunicações ao IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (Salvador-Baía, Agosto de 1959), intituladas: Fortunas ultramarinas e a nobreza portuguesa no século XVII; e Para o estudo da sociedade portuguesa no século XVII: os registos paroquiais (em colaboração com Maria de Lurdes Akola Neto Meira do Carmo) [...]*” (RAU, 1968, p. 29).

Ainda em 1959, por recomendação do Prof. M. M. Postan foi convidada pelo “Faculty Board of History” da Universidade de Cambridge, “[...] *a proferir em 13 de Maio de 1959, uma conferência na Universidade de Cambridge sobre Portuguese Society in the 17th Century e a realizar trabalhos de seminário sobre temas de História de Portugal [...]*” (RAU, 1968, p. 13). Por razões pessoais, a missão teve de ser adiada para o ano seguinte, em que “[...] *proferiu a referida conferência em 5/5/1960 na Universidade de Cambridge, onde permaneceu de 2 a 7 de Maio procedendo também a investigações no Andresen Room (Secção de Manuscritos) da Biblioteca da Universidade de Cambridge e estabelecendo contactos pessoais e profissionais com os professores de História dessa Universidade inglesa, bem como planos de colaboração entre a Secção de História dessa Universidade inglesa e a congénere da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Teve o prazer de ver presentes na referida conferência, ou intervirem nos debates que se lhe seguiram, os Profs. M. M. Postan, E. E. Rich, E. M. Wilson, Drs. J. Lindsay, D. M. Joslin, e outros [...]*” (RAU, 1968, p. 14). Segue-se depois a Universidade de Oxford onde, no dia 9 de Maio de 1960, a convite do Prof. R. M. Hartwell, em nome do “Oxford Economic History Group” fez uma conferência subordinada ao tema: “The Growth of Portuguese Medieval Trade”. “[...] *Estiveram presentes e entrevistaram nos debates que se seguiram a essa conferência, além do Prof. Hartwell, os Profs. H. Trevor-Roper, Peter Russell, H. J. Habakkuh, e outros [...]*” (RAU, 1968, p. 34).

O ano de 1960 foi marcado pelas comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique: de 5 a 11 de Setembro desse ano realizou-se em Lisboa o “Congresso Internacional de História dos Descobrimentos”, no qual Virgínia Rau foi uma presença marcante. Conforme declara “[...] *foi nomeada delegada da Universidade da Califórnia (U.S.A.) para representar essa Universidade americana no Congresso Internacional de História*

dos Descobrimentos, que se realizou em Lisboa de 5 a 11 de Setembro de 1960 por ocasião das celebrações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique [...] (RAU, 1963, p. 4). O labor desenvolvido anteriormente naquela Universidade e o apreço que colheira entre os seus colegas americanos explicam a invulgar “delegação de competências” que a prestigiada universidade americana agora lhe concedia. É também como consequência do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos que, por despacho de 20 de Fevereiro de 1961, lhe foi concedida a medalha naval comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

Nesse mesmo ano de 1960, de 14 a 16 de Setembro realizou-se em Lisboa o V Colóquio Internacional de História do Navio e da Economia Marítima durante o qual “[...] *foi eleita por aclamação vice-presidente da Commission Internationale d’Histoire Maritime, comissão interna do Comité International des Sciences Historiques [...]*” (RAU, 1968, p. 22).

Apesar da sua importante participação nas Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, em 1960, e da realização em Lisboa dos dois Colóquios internacionais, atrás mencionados, nos quais a sua presença e intervenções foram marcantes, em Agosto de 1960 deslocou-se à Dinamarca para proceder a investigações no Rigsarkivet de Copenhague (Dinamarca) e obter microfímes da documentação da Tyske Kancelli Udenrigske Afdeling, referente a Portugal (1546-1770), para ulterior publicação (RAU, 1968, p. 9).

Em 1961 regressaria à Universidade de Oxford, para proferir a “Philip Maurice Daneke Memorial Lecture”, no Lady Margaret Hall intitulada “Portuguese Agrarian Life in the Middle Ages”. Segundo as suas palavras “[...] *nesta conferência que teve lugar no dia 3 de Março desse ano, foi apresentada pelo Prof. Trevor-Roper [...]*” (RAU, 1968, p. 15), distinção significativa, que muito provavelmente resultou do contacto havido no ano anterior, em 9 de Maio de 1960, quando este eminente historiador inglês assistiu à conferência que proferiu, na Universidade de Oxford, a convite do Prof. R. M. Hartwell.

O ano de 1961 marca a sua estreia como conferencista numa universidade italiana tendo, no mês de Maio, proferido na “[...] *Facoltà Di Economia e Commercio da Universidade de Pisa (Itália) por convite do Director dessa Faculdade e do Prof. Federico Melis, titular da cadeira de História Económica, duas conferencias sobre: Un grande mercante-banchiere italiano in Portogallo: Luca Giraldis; Gli Italiani e lo zucchero di Madera nel XV secolo [...]*” (RAU, 1968, p. 15). Aproveitando a sua estadia em Itália, em Maio de 1961, “[...] *levou a efeito investigações no Arquivo do Hospital dos Inocentes, em Florença, no fundo “Cambini” em assuntos referentes às relações entre Portugal e a Itália durante o século XV [...]*” (RAU, 1968, p. 9).

De Itália, nesse ano de 1961, chega-lhe importante reconhecimento quando, por Decreto assinado em Roma em 2 de Julho de 1961, e por proposta do Presidente do Conselho de Ministros da República Italiana, o Prof. Amintore Fanfani – ele próprio ilustre historiador –, foi agraciada com a ordem “Al Merito della Repubblica Italiana”, grau de Comendador (RAU, 1968, p. 5).

Naquele País, participou no VI Colóquio Internacional de História Marítima (2.^a secção), que se realizou em Veneza de 20 a 24 de Setembro de 1962, tendo apresentado uma comunicação intitulada “Les Portugais et la route terrestre des Indes à la Méditerranée aux XVI^e et XVII^e siècles” (RAU, 1968, p. 31), ali regressando, em 1963, para tomar parte nos trabalhos e presidir a uma das sessões da XI Semana de Estudos organizada pelo “Centro italiano di Studi sull’Alto Medioevo”, que se realizou em Spoleto de 18 a 24 de Abril (RAU, 1968, p. 31-32).

A sua internacionalização prosseguiu a ritmo imparável. Em carta datada de 3 de Dezembro de 1962, o Prof. Fernand Braudel convidou-a a ser correspondente em Portugal da “Commission Internationale d’Histoire Economique”, começando a estabelecer, desde então, os primeiros contactos para constituir em Portugal uma Comissão Nacional de História Económica afiliada e trabalhando em colaboração com a internacional referida (RAU, 1968, p. 22-23). Na verdade, este convite mais não era que o corolário de anteriores contactos que

Virgínia Rau vinha mantendo com este eminente historiador francês e que remontavam à reunião de Paris, de 13 de Março de 1959.

O ano de 1963 foi marcado por vários convites para proferir conferências no estrangeiro. Logo no início de 1963, a 7 de Fevereiro, “[...] *a convite da Universidade de Pisa, fez parte dos professores estrangeiros que assistiram ao doutoramento “honoris causa” do Prof. Amintore Fanfani, Presidente do Conselho da República Italiana, pela Faculdade de Economia e Comércio da referida Universidade [...]*” (RAU, 1968, p. 15). Seguiu-se, em Maio desse mesmo ano, e no âmbito do acordo de intercâmbio cultural entre Portugal e os Países Baixos, o convite “[...] *para realizar duas conferências no Instituto de História Agrária na Universidade de Agricultura de Wageningen, Holanda, a convite do Prof. B. Sicher von Bath. Os temas tratados foram: Agriculture and agrarian life in medieval Portugal, The settlement of Madeira and the sugar cane plantations [...]*” (RAU, 1968, p. 15).

O ponto alto deste ano foi o seu regresso aos Estados Unidos, desta vez à Universidade de Yale, como Professor Visitante de História durante o primeiro semestre do ano lectivo de 1963-1964. Em requerimento de 24 de Maio apresentado ao Presidente do Instituto de Alta Cultura refere que “[...] *O Departamento de História da Universidade de Yale, New Haven, Estados Unidos da América, dirigiu-me um convite para ensinar, como Professor Visitante dois cursos sobre História da Expansão Portuguesa e História Medieval de Espanha e Portugal, no primeiro semestre lectivo de 1963-1964. Desnecessária se torna acentuar a significação deste convite para a Universidade de Lisboa... Nestas condições, rogo a V. Ex.^a se digne promover que me seja concedida equiparação a bolseiro por seis meses, a partir de 27 de Agosto data da minha partida para os Estados Unidos da América do Norte [...]*” (Processo da Prof. Doutora Virgínia Robertes Rau. 1943. Cx. 223, 1.^o). Partiu a 27 de Agosto de 1963 “[...] *sendo-lhe confiada a regência de dois cursos: Portuguese Overseas Expansion –History 232a– (seminário para alunos graduados), The Iberian Peninsula in the Middle Ages – History 50a. Para se ausentar do país foi-lhe concedida autorização especial (Diário do Governo, II Série, n.^o 167, de 17 de Julho de 1963) [...]*” (RAU, 1968, p. 16). Como ela própria refere, para além da leccionação e, “[...] *enquanto professora nessa universidade norte-americana, foi convidada pelo “Council on Latin-American Studies” e pelo “Department of History” a proferir a 12 de Dezembro de 1963 uma conferência pública subordinada ao tema Origins of Brazil Sugar Cycle in the Portuguese Atlantic Islands [...]*”. Ainda na Universidade de Yale fez um seminário sobre “[...] *Portuguese Cultural Contacts and Trade in Southeast Asia, XVIth and XVIIth centuries”, no curso do Prof. Harry Benda, director do grupo de estudos de História Asiática; e outro seminário sobre Social and Economic Background of Portuguese Overseas Expansion, a pedido do Prof. William Parker no seu curso de História Económica, no Departamento de Economia [...]*” (RAU, 1968, p. 16).

O excepcional acolhimento dispensado à professora portuguesa naquela que é uma das Universidades norte-americanas mais prestigiadas encontra-se evidenciado por concerto em sua honra na Universidade de Yale (Fig. 4), bem como a difusão alargada que a realização das suas conferências sempre justificavam, como é o caso de convite do Council on Latin American Studies do Department of History da Universidade de Yale para assistir a conferência de V. Rau no dia 12 de Dezembro de 1963.

Como era já seu hábito em longas permanências no estrangeiro – já o tinha feito em 1950, aquando da sua primeira estada nos Estados Unidos, em Berkeley, Califórnia – Virgínia Rau potencializou contactos e diversas actividades e, segundo as suas palavras, “[...] *durante a sua estadia nos Estados Unidos da América proferiu conferências na Universidade de Harvard (a convite do Prof. Francis M. Rogers) e na Universidade de Columbia, New York (por convite do Prof. Lewis Hanke), subordinadas aos seguintes temas: Settlement and Colonisation in the Portuguese Atlantic Islands, e Original Aspects of Portuguese Overseas Expansion [...]*” (RAU, 1968, p. 16-17). Ainda segundo o seu testemunho, “[...] *durante os meses de Setembro de 1963 a Janeiro de 1964 procedeu*

a *investigações nas seguintes bibliotecas norte-americanas: Yale University Library, Hispanic Society of America, New York Public Library, Pierpont Morgan Library [...]*” (RAU, 1968, p. 9). Proferiu igualmente uma conferência intitulada “Settlement and Colonization in the Portuguese Atlantic Islands”, na Old Dartmouth Historical Society and Whalling Museum, em New Bedford, Massachusetts (RAU, 1968, p. 35). É ainda durante esta sua permanência nos Estados Unidos que participa na 78.^a Reunião Anual da “American Historical Association”, que se realizou em Philadelphia, E.U.A, de 28 a 30 de Dezembro de 1963, tendo sido convidada de honra no almoço inaugural da “Conference on Latin American Studies” (RAU, 1968, p. 32).

Em 1963 tem lugar, em Coimbra, o V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros tendo apresentado uma comunicação intitulada “Dados sobre a emigração para o Brasil no século XVIII”, em colaboração com um conjunto de alunos promissores, como Iria Gonçalves, Jorge Borges de Macedo, Adelaide Salvador Marques, Maria José Lagos Trindade e Maria de Lourdes Akola da Silva Neto.

Em Maio de 1964 regressou a Londres, onde realizou, no dia 12 de Maio seminário no “Institute of Historical Research” intitulado “Historiography and Historical Studies in Portugal”. Mais uma vez, aproveitando a sua estada em Inglaterra fez investigações em Londres no Public Record Office e em Somerset House (RAU, 1968, p. 9).

Em Agosto e Setembro de 1965 deslocou-se à Alemanha e à Áustria. De 23 a 27 de Agosto representou Portugal no 3.º Congresso Internacional de História Económica que se realizou em Munique, “apresentando uma comunicação intitulada “Facteurs et factoreries comme instruments du commerce international portugais au XVI^e siècle” (RAU, 1968, p. 32). Seguiu depois para Viena de Áustria, onde chefiou a delegação portuguesa ao XII Congresso Internacional de Ciências Históricas que aí se realizou de 29 de Agosto a 5 de Setembro, participando nos trabalhos de diversas secções e tendo sido re-eleita vice-presidente da Comissão interna do Comité Internacional de Ciências Históricas.

No ano seguinte, a convite da Embaixada da República Federal da Alemanha, visitou as Universidades de Bona, Colónia, Hamburgo e Berlim, em Junho de 1966, estabelecendo ou estreitando relações culturais com os Professores de História e de Filologia Românica dessas Universidades alemãs (RAU, 1968, p. 17).

The Council on Latin American Studies
Yale University
presents
Humanism and Music in Portugal
A program in honor of
Professor Virginia Rau
University of Lisbon and
Visiting Professor, Yale University

roduction:
Professor Carleton Sprague Smith
New York University

Music by the
CAPPELLA CORDINA
Alejandro Planchart, Conductor

King Joao IV (1604-1656)	Adjuva Nos, Deos (Psalm 79:9) Crux Fidelis (Pange lingua 8)
Camilo de Goes (1502-1574)	Ne laeteris inimica mea (Micah 7:8)
Matthias Olthoff (1555-1629) Settings of Latin verse translations of the Psalms by George Buchanan (1506-1582) written in Portugal and dedicated to Mary Queen of Scots	Felix ille animi (Psalm 1) Gentis humanae (Psalm 8) Psallite Dominum (Psalm 113)

Concluding remarks:
Professor Rau

Fig. 4 – Programa do concerto em honra de V. Rau na Universidade de Yale (Arquivo do Serviço de Pessoal da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

De França, o reconhecimento e consagração chegam em Maio de 1966 quando é agraciada com a Ordem das Palmas Académicas (RAU, 1968, p. 5); no ano seguinte, a 17 de Outubro, é-lhe é atribuído o grau de Doutor *Honoris Causa* pela Faculdade de Letras da Universidade de Toulouse (RAU, 1968, p. 5).

Em 1967, apresenta conferência em Itália, a convite do Istituto di Storia Economica, Facoltà di Economia e Commercio, Università degli Studi di Firenze (Fig. 5).

Esta intensa participação nacional e, sobretudo, internacional em colóquios, congressos ou simples conferências, traduz-se igualmente na participação em inúmeras agremiações científicas de prestígio que ela própria enumera no seu *Curriculum Vitae*: Academia Portuguesa da História; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; The Hispanic Society of America; Société Préhistorique Française; The Historical Association-Lisbon Branch; The Society of Woman Geographers; O Instituto; Associação dos Arqueólogos Portugueses; Centro de Estudos Históricos Ultramarinos; Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Academia Internacional de Cultura Portuguesa, etc. Em 1965 foi eleita como o “primeiro sócio correspondente feminino do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em seguimento de uma alteração estatutária introduzida com o objectivo de permitir a eleição de mulheres” (RAU, 1968, p. 23).

Embora não o mencione no *Curriculum Vitae*, foi também sócia da Sociedade de Geografia de Lisboa, desde 10 de Novembro de 1941, da Sociedade Geológica de Portugal desde 1948 e do Instituto de Arqueologia, História e Etnografia,⁹ conforme consta da sua ficha de inscrição na Academia Portuguesa da História. É de notar que integra a maioria dessas associações em data precoce, como é o caso do Instituto de Arqueologia História e Etnografia, desde 1937 – ainda a residir no estrangeiro e antes dos seu regresso definitivo a Portugal –, de O Instituto, de que é membro desde 8 de Julho de 1939, da Sociedade de Geografia de Lisboa, desde 10 de Novembro de 1941 – nestes dois últimos casos, terá sido admitida ainda aluna da Faculdade de Letras de Lisboa.

Em data posterior à elaboração do seu *Curriculum Vitae* para o Instituto de Alta Cultura, foi admitida em The Royal Historical Society (1967), na Academie Royal Flamande des Sciences (1969), no Instituto Económico da Universidade de Pavia (1972), no Centro Internazionale di Storia della Vita e del Vino (1972), tendo ainda integrado o Comité Científico do Centro Internazionale di Storia Economica Francesco Datini (1968).



Fig. 5 – Convite do Instituto di Storia Economica, Facoltà di Economia e Commercio, Università degli Studi di Firenze para a conferência de V. Rau a 3 de Abril de 1967 (Arquivo do Serviço de Pessoal da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

9 Nalguns casos em que não tem absoluta certeza da data de ingresso, indica-a na ficha, seguida de ?, como por exemplo no caso do Instituto de Arqueologia, História e Etnografia, onde indica 1937 ? Ou nos casos da Société Préhistorique Française (1947 ?), Sociedade Geológica de Portugal (1948 ?) e na Associação dos Arqueólogos Portugueses (1944 ?).

Em 1969 apresentou a demissão do cargo de Directora da Faculdade de Letras, tendo sido louvada pela devoção, competência, zelo, lealdade e espírito de sacrifício no exercício do respectivo cargo, louvor esse publicado no *Diário de Governo*, II Série, n.º 59 de 11. de Março de 1969 (*Processo da Prof. Doutora Virgínia Robertes Rau*. 1943. Cx. 223, 1.º).

Os últimos cinco anos de vida de Virgínia Rau, já sem a responsabilidade da direcção da Faculdade de Letras, continuaram a ser marcados pelos contactos internacionais, acompanhados por intensa actividade científica e pedagógica, centrando ainda mais a atenção no Centro de Estudos Históricos do Instituto de Alta Cultura, anexo à Faculdade de Letras, fundado em 1958 e, desde então sob a sua direcção.

Em 1965 fundara a revista “Do Tempo e da História”, tendo definido no texto de apresentação os pressupostos da sua criação e as linhas orientadoras, escrevendo que “[...] *não carece ser demonstrada a necessidade de um Centro de Estudos dispor de um órgão próprio onde possa apresentar as conclusões que for tirando relativamente aos seus trabalhos em curso ou onde possa abordar temas e fixar pesquisas. Interessa-lhe também dispor de um meio de contacto regular com o público esclarecido e os estudiosos, onde se faça a recensão da bibliografia mais recente, ou se promova a análise crítica de obras sobre as quais importa realmente formular um juízo. Além disso, é desnecessário salientar a vantagem que há em dispor de uma publicação onde sejam acolhidos trabalhos de historiadores nacionais e estrangeiros cujos métodos, problemática e conclusões revistam interesse para a cultura histórica portuguesa [...]*” (RAU, 1965, p.3-4). Entre a publicação do volume I, em 1965 e a do volume II, há um intervalo de quatro anos, provavelmente explicáveis pelas funções directivas que exerceu na Faculdade de Letras. A partir da edição do volume II, em 1969, consegue estabelecer a periodicidade da revista – os volumes III, IV e V foram editados, respectivamente, em 1970, 1971 e 1972 – com altos padrões de qualidade, os quais, para além de incluírem os resultados das pesquisas de investigadores do Centro, têm contributos de historiadores estrangeiros de referência, como Frédéric Mauro ou Peter E. Russel.

Nesses últimos anos de vida o ritmo das suas pesquisas e publicações não abrandou, tendo publicado muitos trabalhos na referida revista “Do tempo e da História”, mas também em actas de colóquios, como o “Kölner Kolloquien sur internationalen Sozial – und Wirtschaftsgeschichte”, em 1970, ou em revistas, como *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte* (no vol. 10 de 1970) e nos *Recueils de la Société Jean Bodin pour l’Histoire comparative des institutions* (vol. 33, 1972). A sua última publicação, uma contribuição nas “Mélanges en l’Honneur de Fernand Braudel” data de 1973 e constitui um ponto alto na sua carreira, pelo reconhecimento da sua obra ao ser escolhida para participar na homenagem a esse nome maior da historiografia mundial, que foi Fernand Braudel, com quem privara de perto em Paris (Fig. 6).

Os seus contactos internacionais também continuaram bastante activos; voltou a Oxford e a Exeter em 1970 como conferencista e, ainda nesse ano, participou no Congresso de Ciências Históricas, realizado em Moscovo, seguido do Congresso Internacional de História Económica que teve lugar em Leninegrado.

A 12 de Novembro de 1971, Fernand Braudel escreve uma carta para a morada particular de Virgínia Rau e na qual se lê: “[...] *je suis très heureux de vous inviter à Paris pour une durée de trois mois à votre convenance. Vou serez chargée de diriger à L’École des Hautes Études un séminaire portant sur vos propres études relatives à l’histoire économique du Portugal [...]*”. Na sequência deste convite, Virgínia Rau apresentou requerimento, a 12 de Dezembro de 1971, ao Presidente do Instituto de Alta Cultura para se ausentar do país, como bolseira, entre 15 de Fevereiro e 20 de Maio de 1972 (*Processo da Prof. Doutora Virgínia Robertes Rau*. Cx. 223, 2.º), tendo dirigido em Paris o referido seminário na 6.ª Secção da referida Escola, no primeiro semestre de 1972.

É ainda em 1972, de 25 a 30 de Setembro, que organizou em Lisboa as I Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval sobre “A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média”.

A 20 de Junho de 1973 Virgínia Rau recebeu convite do Instituto de História da Universidade de Varsóvia para proferir uma série de conferências naquela universidade, tendo apresentado, a 17 de Julho de 1973, um requerimento ao Presidente do Instituto de Alta Cultura para se ausentar em missão oficial entre 20 de Novembro e 10 de Dezembro de 1973. Essa missão, porém, não se realizou. A 10 de Outubro de 1973, o subdirector da Faculdade de Letras informou o Reitor da Universidade de Lisboa que a Prof.^a Virgínia Rau se encontrava internada desde o dia 1 de Outubro no Hospital da CUF, em Lisboa, no quarto 22. A morte sobreveio no dia 2 de Novembro de 1973, aos 65 anos de idade.

2 – A ASSISTENTE DE PRÉ-HISTÓRIA

Na intensa e excepcional carreira científica de Virgínia Rau, que acima se procurou resumidamente caracterizar, cinco títulos publicados sobre temática arqueológica e, especialmente, sobre Pré-história, permanecem, ainda hoje, por explicar quanto à sua origem e motivação. Perdeu-se a “memória” dessa sua ligação à Arqueologia e a sua própria razão de ser. E quando são mencionadas as suas publicações de temática arqueológica, tal realidade não tem despertado a menor atenção nem motivado sequer comentário ou reflexão. Tudo se passa como se tal realidade jamais tivesse existido. E, no entanto, até pelo silêncio criado em torno dessa evidência, impunha-se que se procurasse, pelo menos, conhecer as razões dessa motivação e as causas do abandono dessa vertente de investigação por parte de Virgínia Rau.

Tendo concluído a licenciatura em 23 de Julho de 1943, por proposta de Manuel Heleno foi aprovada a sua contratação como assistente em reunião do Conselho Escolar de 15 de Outubro de 1943. Tomou posse desse lugar a 10 de Dezembro de 1943, constando do contrato que Virgínia Rau teria a seu cargo a regência de trabalhos práticos de Arqueologia, História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa, Numismática e Esfragística e Epigrafia. Manuel Heleno propôs a sua contratação, precisamente, para assegurar as práticas das disciplinas de que era titular, sendo Arqueologia a sua cadeira de referência. Porquê então a escolha de uma assistente para a cadeira de Arqueologia cujos trabalhos publicados, à data da sua contratação, incidiam, maioritariamente, em temas de História Medieval?

Temos de recuar ao ano de 1941 para se entender cabalmente esta opção de Manuel Heleno. Na sessão do Conselho Escolar de 19 de Dezembro de 1941, conforme consta da respectiva acta “[...] o dr. Manuel

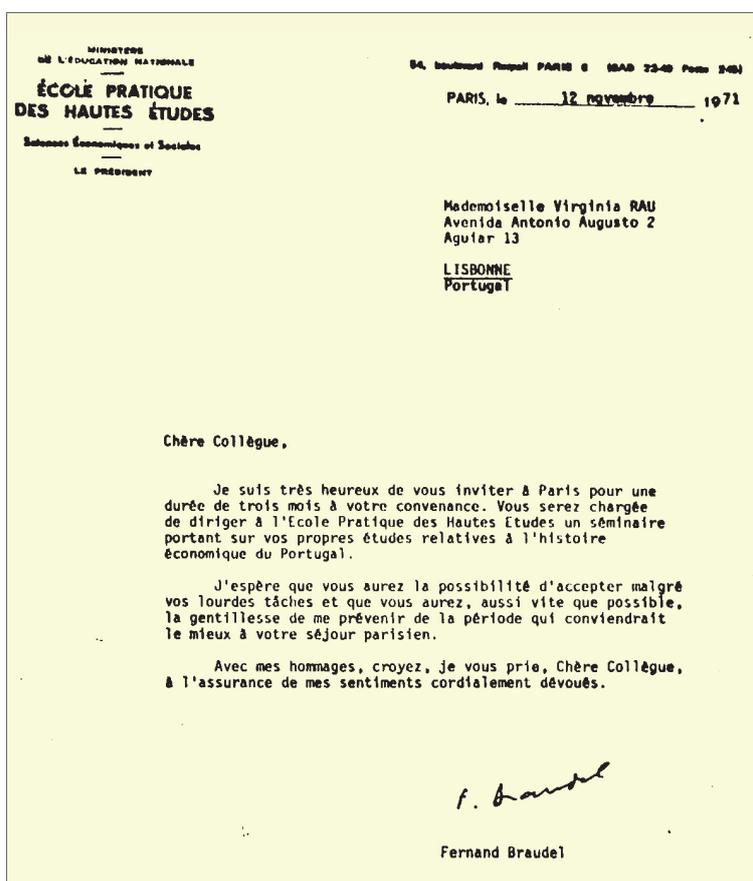


Fig. 6 – Convite de F. Braudel a Virgínia Rau para coordenar um seminário na École Pratique d'Hautes Études (Arquivo do Serviço de Pessoal da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

Helena propôs que, ao abrigo do artigo 9.º do Decreto n.º 31.658, [que] o abade Breuil fosse contratado para reger um curso anexo à cadeira de Arqueologia, para realizar trabalhos de seminário no “Instituto Etnológico dr. José Leite de Vasconcelos”, e no campo relativos a arqueologia e a geografia (estudo do quaternário) com o vencimento mensal de dois contos, – o que foi aprovado [...]” (Livro de actas das sessões do Conselho da Faculdade de Letras. Tomo 7, fl. 22). Numa Europa em guerra, a presença em Portugal do eminente Pré-historiador francês H. Breuil (Fig. 7), referência incontornável no estudo do Paleolítico e da Arte Pré-Histórica era, obviamente, uma oportunidade para o desenvolvimento da Pré-História na Faculdade de Letras, que muito conviria aproveitar, como bem entendeu Manuel Heleno. Não cabe neste estudo dar pormenores das razões que estiveram na origem da vinda de Breuil a Portugal, onde permaneceu cerca de 17 meses, entre Junho de 1941 e Novembro de 1942, nem das vicissitudes que a sua estada conheceu, as quais serão objecto de outro trabalho.



Fig. 7 – Henri Breuil, fotografado no corredor da Gruta I de Alapraia (1.º do lado direito). Em segundo plano, do lado esquerdo, divisa-se o P.º Eugénio Jalhay (Arquivo O. da Veiga Ferreira/João Luís Cardoso).

O que agora importa destacar é que, tendo Breuil sido contratado pela Universidade de Lisboa para leccionar na Faculdade de Letras curso de Pré-História, no decurso de 1942, Manuel Heleno, mentor da iniciativa, solicitou a Virgínia Rau, então aluna finalista, que tomasse apontamentos dessas aulas (Fig. 8), os quais, depois de dactilografados, lhe foram enviados. Tais apontamentos pertencem presentemente a um de nós (J.L.C.), e a eles se refere a carta de Virgínia Rau a Manuel Heleno, de 30 de Outubro de 1942 e na qual se pode ler o seguinte: “[...] por várias vezes tenho tentado telefonar para casa de V. Ex.ª sem conseguir obter resposta. Pensando que ainda estava ausente, fui esperando até ao início das aulas; mas como ainda há momentos telefonei e ninguém respondeu, tomo a resolução de mandar esta carta pelo correio, afim de a fazerem seguir até junto de si. Pelo mesmo correio seguem registados os apontamentos do P.º Breuil que me tinha pedido e que eu já passei à máquina, desde o fim de agosto [...]” (Fig. 9) (RAU, 1942).

Convém explicar a importância que o adequado registo das aulas de Henri Breuil tinha para Manuel Heleno. Com efeito, este tinha iniciado escavações na década de 1930 nas notáveis estações do Paleolítico Superior da região de Rio Maior, o que conduziu à cabal demonstração da existência da sucessão das indús-

trias clássicas que caracterizam aquela época na Europa Ocidental. Tal realidade veio contrariar a teoria da origem australóide e africana das populações dos concheiros de Muge, defendida por Mendes Corrêa, ao comprovar que as suas imediatas antecedentes e mesmo as suas contemporâneas, da região de Rio Maior tinham claramente raiz europeia (CARDOSO, 2013). Convinha, pois, a Manuel Heleno, que Breuil reforçasse, com a sua autoridade, as classificações por ele próprio efectuadas de tais indústrias, que ainda se não atrevera a publicar, mesmo que de forma sintética, embora por certo já tivesse confirmação da idade das mesmas. Para tal, aproveitou a presença em Portugal, no decurso da década de 1930, de arqueólogos competentes para efectuarem a diagnose segura de tais indústrias, como Hugo Obermaier (Fig. 10).

Os apontamentos das aulas de Henri Breuil proferidas na Faculdade de Letras motivaram trocas de impressões entre os catedráticos da Faculdade de Letras, patentes nas actas do Conselho Escolar, surgindo a

primeira referência na sessão de 30 de Novembro de 1944, e na qual se pode ler que o “[...] *Professor Orlando Ribeiro pergunta, que se fez no sentido de se cumprir a resolução tomada sobre o doutoramento honoris causa do eminente pré-historiador Padre Breuil. Diz, ainda, que tem em seu poder, inteiramente redigidas, as lições que esse ilustre investigador fez nesta Faculdade, e pergunta se o Conselho está disposto a promover a respectiva edição ou se será preciso recorrer a um editor particular... O Professor Heleno, reforçando as considerações do Professor Orlando Ribeiro, lembrou que o Instituto Etnológico poderia encarregar-se de tal publicação, se lhe fosse concedido subsídio. Resolveu-se propor a edição do curso do Padre Breuil ao IAC [...]*” (Livro de actas das sessões do Conselho da Faculdade de Letras. Tomo 7, fl. 67).

A iniciativa de outorgar a Henri Breuil o doutoramento *honoris causa* da Universidade de Lisboa teve seguimento, o mesmo não acontecendo com a publicação do livro das aulas, tanto pelo “Instituto Arqueológico” (devia referir-se ao Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia” sob a direcção de Manuel Heleno, como pelo Instituto de Alta Cultura, abreviadamente indicado pela sua sigla. Importa esclarecer, contudo, que o documento a que se refere Orlando Ribeiro não corresponde ao produzido por Virgínia Rau. Com efeito, as lições de Breuil foram cuidadosamente dactilografadas, com base no manuscrito do próprio, e

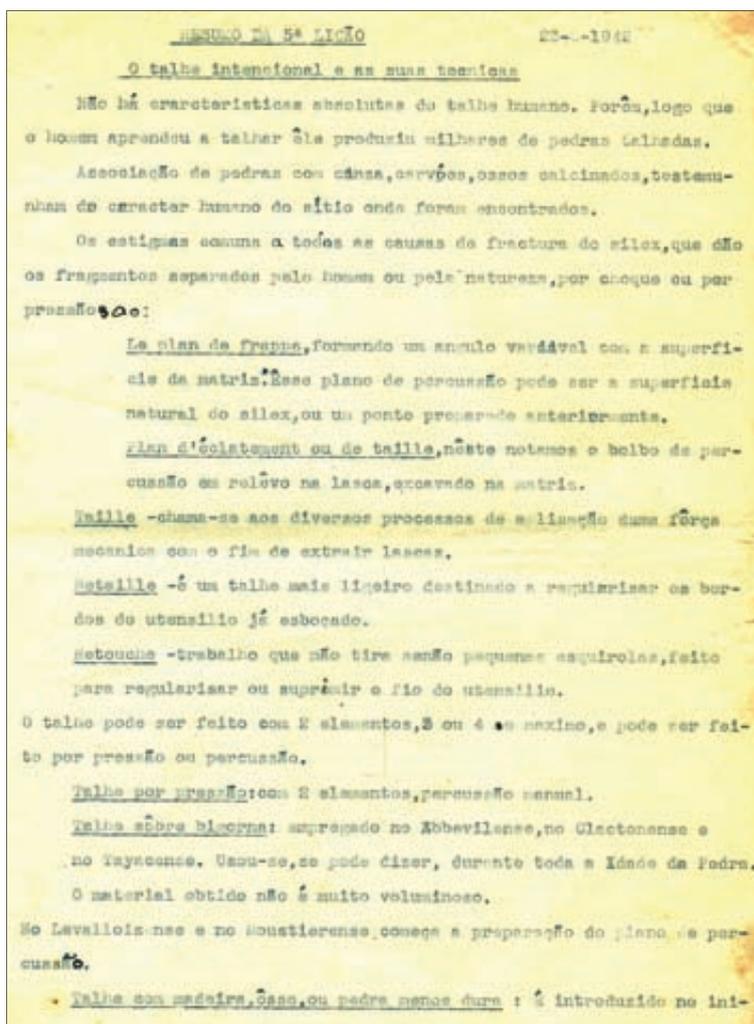


Fig. 8 – Apontamentos das aulas de H. Breuil coligidos por Virgínia Rau (Arquivo João Luís Cardoso).

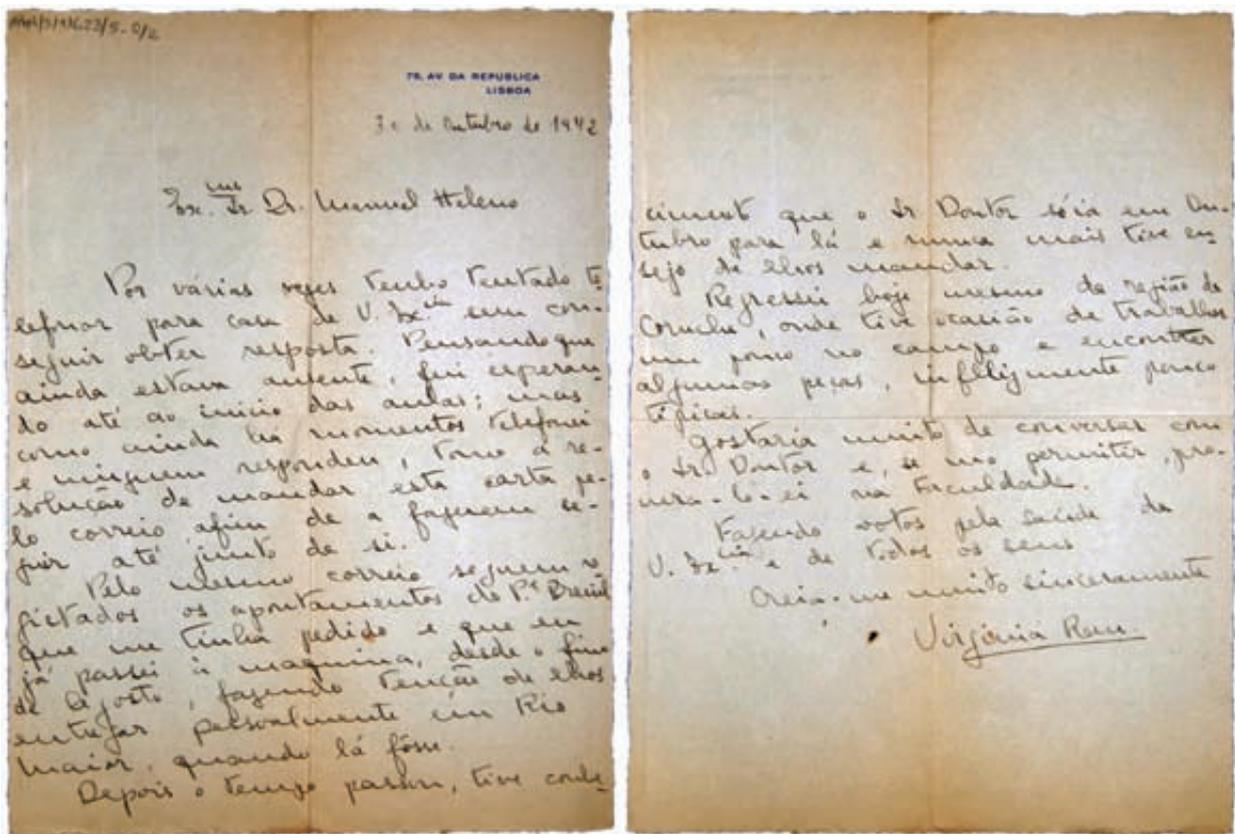


Fig. 9 – Carta de Virginia Rau a Manuel Heleno de 30-10-1942, relativa ao envio dos apontamentos dactilografados das aulas de H. Breuil (Arquivo Pessoal de Manuel Heleno, Museu Nacional de Arqueologia).

deram lugar a obra da qual se tiraram escassos exemplares roneotipados, intitulada “Notions de Préhistoire Ancienne et d’Art Préhistorique”, um dos quais é propriedade de um de nós (J.L.C.) (Fig. 11). No preâmbulo dessa obra, que jamais chegou a publicar-se, mas que esteve na origem do livro de larga difusão, de H. Breuil em co-autoria com R. Lantier “Les hommes de la pierre ancienne”, publicado em Paris em 1951, pode ler-se, confirmando as palavras de Orlando Ribeiro, a seguinte passagem: “[...] *Sur le point d’aller au loin chercher un asile dans un pays plus écarté des principaux foyers de la conflagration mondiale - [...] - je laisse ce texte de mes cours à mes amis*



Fig. 10 – Hugo Obermaier à esquerda, fotografado na herdade do Azinhal (Coruche) com Manuel Heleno à direita, e Georg Leisner, de costas, aquando de exploração, na década de 1930, das antas alentejanas (Arquivo Leisner/Instituto Arqueológico Alemão/Delegação de Madrid, negativo D-DAI-MAD-LEIV-LEI-03-028).

Zbyszewski, du Service géologique portugais, et Orlando Ribeiro, de l'Université de Coimbra, pour en faire une édition portugaise, selon le désir de l'institut de la Haute Culture et de l'Université de Lisbonne. Avec la traduction, que je leurs confie, je leur laisse à choisir les illustrations, bien nécessaires à cette œuvre, et que, de loin, je ne pourrais guère surveiller [...].

À questão do doutoramento *honoris causa* de Henri Breuil, voltará Orlando Ribeiro bastas vezes nas sessões do Conselho Escolar, motivando até o comentário irónico de Vitorino Nemésio, ao tempo secretário do referido Conselho, na acta da sessão de 30 de Outubro de 1946: “[...] O Prof. Ribeiro, talvez pela vigésima vez, refere-se ao caso lamentável do doutoramento *honoris causa* do Prof. Breuil, o qual está na crença de que foi mistificado a este respeito, pois não recebeu qualquer comunicação oficial sobre o

assunto. O Director promete providenciar para que a Chancelaria da Universidade lhe envie com urgência o diploma de Doutor [...]” (*Livro de actas das sessões do Conselho da Faculdade de Letras*. Tomo 7, fl. 88). O facto de o Director da Faculdade referir claramente que o diploma de Doutor deveria ser enviado com urgência a Breuil é prova de que o grau lhe fora concedido, conclusão confirmada anos depois por Manuel Heleno que, no final do texto que publicou sobre o eminente arqueólogo, declara: “Por isso a Faculdade de Letras de Lisboa lhe quis exprimir o seu apreço e reconhecimento, concedendo-lhe o seu mais alto grau científico” (HELENO, 1956 a).

O documento constituído pelas lições de Henri Breuil dactilografadas pela aluna finalista Virgínia Rau expressa o cuidado com que as matérias foram apreendidas, delas emanando uma visão atraente da Pré-História, só possível pelo fascínio que as mesmas lhe provocaram, de forma puramente circunstancial: tinha-se, assim, formado uma seguidora, à partida improvável, mas de altíssima qualidade.

Com efeito, é manifesto, a partir dessa data, o interesse de Virgínia Rau pela Arqueologia e, especialmente pela Pré-História, sendo evidente a vontade de prosseguir e aprofundar essa temática. Disso é testemunho o primeiro postal que escreveu a Manuel Heleno de São Martinho do Porto, datado de 1 de Setembro de 1942 (Fig. 12), no qual está patente o entusiasmo e vontade de trabalhar em Arqueologia: “[...] desculpe vir importuna-lo logo no primeiro dia de Setembro, mas como calculo que o Sr. Doutor já esteja em Rio Maior, não quero perder o ensejo de lhe vir pedir novamente licença para ir ver as explorações que está fazendo. Pedia também o favor de me mandar uma palavra dizendo-me até que data tenciona aí permanecer para eu poder escolher os dias em que me é mais conveniente ir até Rio Maior. Regressei há dois dias das Berlengas e aproveitei na passagem

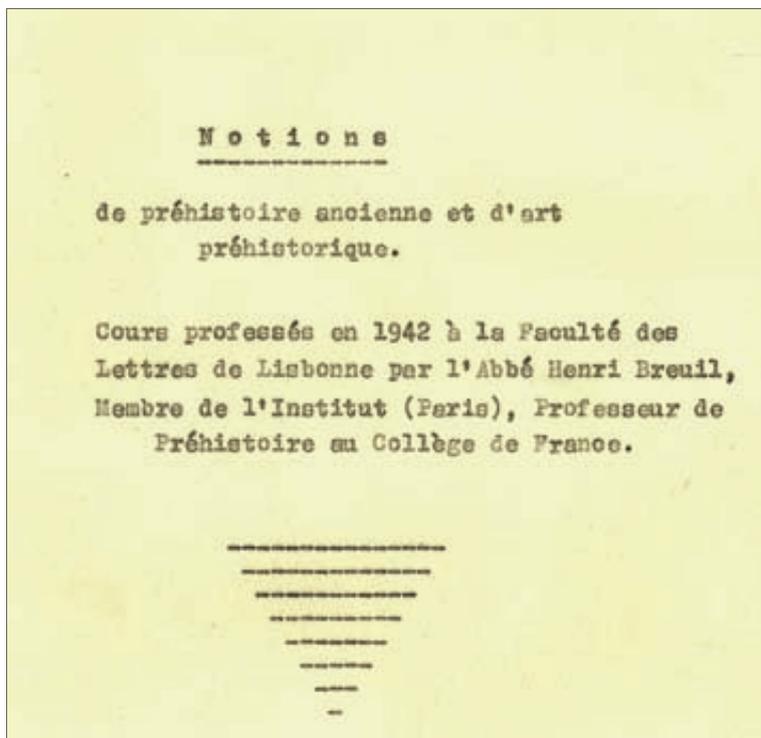


Fig. 11 - “Notions de Préhistoire Ancienne et d’Art Préhistorique”, folha de rosto da obra preparada em Lisboa, no decurso de 1942, com base nas aulas de H. Breuil apresentadas à Faculdade de Letras, que não chegou a ser publicada (Arquivo de João Luís Cardoso).

para ficar em Peniche, onde fiz algumas excursões e onde tive o prazer de colher o meu primeiro achado arqueológico. Em Lisboa terei o prazer de lho mostrar, e de lhe pedir para mo ajudar a classificar. Esperando uma resposta, creia-me muito sinceramente grata [...]" (RAU, 1942). A resposta não deve ter vindo ou, se veio, tardou muito, de tal forma que na segunda missiva que Virgínia Rau escreve a Manuel Heleno, já em Lisboa, e datada de 30 de Outubro de 1942 (Fig. 9), a propósito do envio dos apontamentos dactilografados de Henri Breuil, não deixa de referir que fazia "[...] *tenção de lhos entregar pessoalmente em Rio Maior, quando lá fosse. Depois o tempo passou, tive conhecimento que o Sr. Doutor só ia em Outubro para lá e nunca mais tive ensejo de lhos mandar [...].*" (RAU, 1942). Manuel Heleno não lhe terá indicado a data em que estaria em escavações em Rio Maior, o que penalizou a aluna finalista Virgínia Rau, pois contava por certo com mais apoio por parte do responsável pela cadeira de Arqueologia. A indiferença aparente de Manuel Heleno não a impediu contudo de prosseguir os trabalhos de campo, como ela refere nessa carta ao dizer que "[...] *Regressei hoje mesmo da região de Coruche, onde tive ocasião de trabalhar um pouco no campo e encontrar algumas peças, infelizmente pouco típicas. Gostaria muito de conversar com o Sr. Doutor e, se mo permitir, procurá-lo-ei na Faculdade [...].*" (RAU, 1942).

De facto, nesse ano de 1942, Manuel Heleno realizou diversas intervenções arqueológicas no concelho de Rio Maior, em alguns sítios de referência, como por exemplo a Senhora da Luz, Alcobertas, Arneiro, etc. conforme se pode ler no caderno de campo relativo àquele ano (o n.º 22), conservado no Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia. Tais campanhas prolongaram-se entre Maio e Novembro desse ano, algumas em continuidade de anos anteriores. Como era hábito,



S. Martinho do Porto 1 de Setembro
 ao
 Ex. Sr. Dr. Manuel Heleno
 Desculpe vir importuná-lo logo no primeiro dia de Setembro, mas como calculo que o Sr. Doutor já esteja em Rio Maior, não quero perder o ensejo de lhe vir pedir uma licença para ir ver as explorações que está fazendo. Pedia também o favor de me mandar uma palavra dizendo-me até que data tenha a possibilidade para eu poder escolher o dia em que me é mais conveniente ir até Rio Maior. Regressei há dois dias das Beiras e aproveitarei na passagem ficar em Peniche, onde fiz algumas excursões e onde tive o prazer de colher o meu primeiro achado arqueológico. Em Lisboa terei o prazer de lho mostrar e de lhe pedir para mo ajudar a classificar. Esperando a sua resposta, creia-me muito sinceramente grata.
 Virgínia Rau.

Fig. 12 – Postal de Virgínia Rau a Manuel Heleno, datado de São Martinho do Porto de 1 de Setembro de 1942, onde se alude a recolhas de materiais arqueológicos e se manifesta a vontade de o visitar em Rio Maior (Arquivo Pessoal de Manuel Heleno, Museu Nacional de Arqueologia).

Manuel Heleno não permaneceu todos esses meses em Rio Maior, deixando os seus colaboradores encarregados da continuação e supervisão dos trabalhos de campo, deslocando-se aos sítios por temporadas, em diferentes períodos. Era durante uma das suas estadas em Rio Maior que Virgínia Rau pretendia deslocar-se aos sítios arqueológicos que ele estava a escavar, para poder ter contacto directo com o trabalho de campo e as suas especificidades.

Manifestamente, não foi com Manuel Heleno que teve

oportunidade de efectuar trabalhos de campo, por desinteresse manifesto do próprio (estratégia que viria a seguir com outros colaboradores). Desse modo, Virgínia Rau ficou confinada à orientação que, nessa matéria, poderia recolher de H. Breuil, e, depois de Georges Zbyszewski, facto que ela própria confirmou, anos mais tarde, no seu *Curriculum Vitae*: “[...] durante o inverno e primavera de 1942 trabalhou frequentes vezes com o Prof. Henri Breuil e o Dr. Georges Zbyszewsky em assuntos de Arqueologia no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal e efectuou alguns trabalhos de Campo e excursões arqueológicas. A partir de 1943 colaborou com o Dr. Georges Zbyszewsky, geólogo dos Serviços Geológicos de Portugal, na escolha e catalogação de certas colecções arqueológicas do Museu dos Serviços Geológicos, assim como em reconhecimentos e pesquisas de campo [...]” (RAU, 1968, p. 6). É, pois, com o apoio de Henri Breuil, que nos primeiros meses de 1942 fora seu professor de Arqueologia na Faculdade de Letras, que Virgínia Rau vai estabelecer a ligação aos Serviços Geológicos e a G. Zbyszewski, com quem vai desenvolver trabalhos de investigação e estreitar laços de amizade. Com a partida de H. Breuil em Novembro de 1942 para a África do Sul, será com G. Zbyszewski que irá continuar a aprofundar o estudo da Pré-história, realidade que está na origem de algumas das suas futuras publicações em co-autoria com aquele geólogo e arqueólogo.

Menos de um mês depois de ter terminado a licenciatura, a 17 de Agosto de 1943, Virgínia Rau endereçou carta a Manuel Heleno (Fig. 13), na qual reiterou o desejo de prosseguir com pesquisas arqueológicas: “[...] não quero, no entanto, deixar de lhe vir agradecer pessoalmente todo o interesse e amizade com que seguiu a minha licenciatura. Pode ter a certeza que sempre saberei reconhecer o carinho com que incitou o meu estudo. É no exemplo de trabalho e probidade científica não só de V. Ex.^{cia} mas também dos meus outros Professores que eu procurarei moldar a minha vida de trabalho. Penso começar a trabalhar no campo, em volta de S. Martinho, logo que o meu coração aguente caminhadas e soalheiras. No caso de encontrar alguma coisa interessante terei muito prazer em lho participar imediatamente. Se em Setembro me fôr possível, e se o Sr. Doutor estiver em Rio Maior, gostaria muito de aparecer. Sinto que preciso colher ainda muita experiência e estudo para poder trabalhar capazmente. Pode calcular bem quanto gostaria de poder trabalhar no campo sob a sua direcção. Como se diz vulgarmente, só com um mestre do assunto se pode vir a tocar capazmente qualquer instrumento [...]” (RAU, 1943).

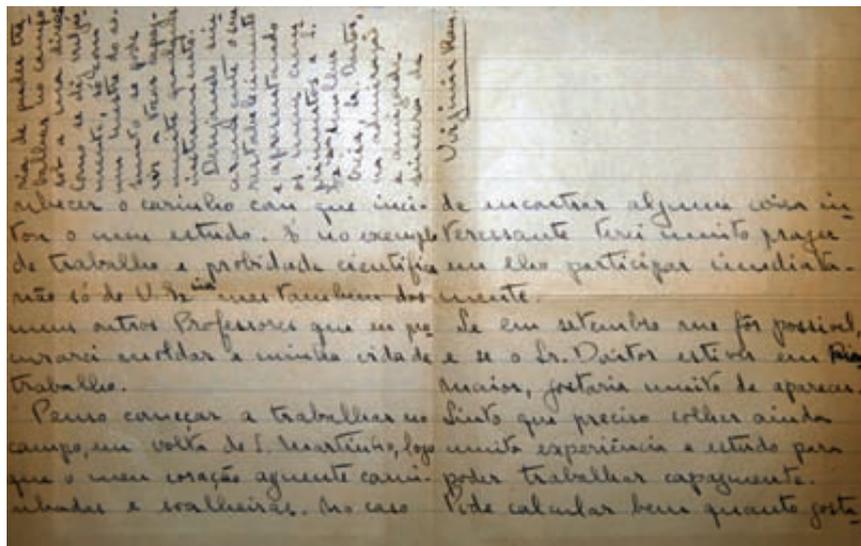


Fig. 13 – Extracto de carta de Virgínia Rau a Manuel Heleno, de 17 de Agosto de 1943, na qual declara pretender continuar a trabalhar em Arqueologia com o destinatário (Arquivo Pessoal de Manuel Heleno, Museu Nacional de Arqueologia).

É notória a esperança que Virgínia Rau alentava de poder desenvolver trabalho, em Arqueologia, sob a orientação de Manuel Heleno, o que não se veio a verificar, por evidente desinteresse da parte deste; se algum trabalho houve, foi meramente pontual, não se traduzindo em qualquer publicação: “[...] em 1945 acompanhou o Prof. Manuel Heleno e o Dr. G. Leisner e Esposa e assistiu a parte da exploração de um dólmen na região da Igrejinha (Arraiolos) [...]” (RAU, 1968, p. 6-7).

A identificação de estações paleolíticas em torno da baía de S. Martinho do Porto jamais foram publicadas, embora as mesmas sejam mencionadas em publicação da mesma época, confirmando o efectivo interesse dos achados (FLAES & ZBYSZEWSKI, 1945-1946, p. 47).

Publicada a sua nomeação como segunda assistente em 10 de Dezembro de 1943, terá começado a leccionar na Faculdade de Letras no início de 1944. No Arquivo Histórico da Faculdade de Letras de Lisboa estão depositadas as fichas de sumários das aulas práticas de Arqueologia de Virgínia Rau entre 1944 e final de 1946 (Quadro 1). Algumas fichas de sumários estão seguramente em falta, pois é pouco provável que a primeira aula prática de Arqueologia só tenha só ocorrido a 16 de Novembro de 1944. Curiosamente, no ano de 1946

existem dois sumários de aulas teóricas da cadeira de Arqueologia assinados pela segunda assistente Virgínia Rau, o que, aparentemente, indicia que lhe terá sido confiada a regência da cadeira, como já tinha sucedido com a cadeira de História Medieval (*Livro de actas das sessões do Conselho da Faculdade de Letras*. Tomo 7, fl. 56). Tal situação pode explicar-se porque Manuel Heleno se encontrava em licença sabática, conforme consta da acta da sessão do Conselho Escolar de 5 de Novembro de 1946 (*Livro de actas das sessões do Conselho da Faculdade de Letras*. Tomo 7, fl. 88).

Uma rápida leitura destas fichas de sumários de Virgínia Rau (Fig. 14), enquanto assistente da cadeira de Arqueologia, mostra claramente a preponderância na escolha do Museu dos Serviços Geológicos como local

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS

Cadeira de Arqueologia

Sumário da lição no dia 8 de Febrero de 1945.

Lição n.º Prática

o Talhe intencional e as técnicas de Talhe.

O Professor, V. Rau

Registado a fl. _____ do livro respectivo.

O Empregado, _____

10080

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS

Cadeira de Arqueologia

Sumário da lição no dia 21 de Dezembro de 1944.

Lição n.º Prática

No Museu dos Serviços Geológicos

Classificação do material recolhido pelos alunos na estação do Casal do Monte

O Professor, V. Rau

Registado a fl. _____ do livro respectivo.

O Empregado, _____

10106

Fig. 14 – Fichas de sumários das aulas práticas da cadeira de Arqueologia (Arquivo Histórico da Faculdade de Letras de Lisboa).

preferencial para as aulas práticas e a nítida incidência em temas relacionados com o estudo do Paleolítico, objecto das aulas de H. Breuil, as quais teriam sido obviamente a sua fonte de informação principal.

As fichas de sumário das aulas de Arqueologia de 1944, num total de 5, constituem paradigma do modo como a assistente Virgínia Rau programava e orientava as aulas e os seu conteúdos. Começando por uma visita geral ao Museu dos Serviços Geológicos, em 16 de Novembro de 1944, no dia 21 de Dezembro de 1944, escreveu no sumário: “classificação do material recolhido pelos alunos na estação de Casal do Monte”, o que comprova a realização de saídas de campo com os alunos, que ali recolheram material depois por eles estudado. Na aula seguinte, em 30 de Dezembro de 1944, consta do sumário: “causas naturais da fractura do silex” e, na primeira aula de 1945, realizada a 11 de Janeiro, o tema abordado foi “as indústrias do Paleolítico Superior”. Sumários como “o talhe intencional e as técnicas de talhe”, “exemplificação dos métodos empregados para a classificação das indústrias paleolíticas”, “importância do estudo das pátinas para classificação e interpretação do material arqueológico” ou “as indústrias do Paleolítico Antigo” corroboram a influência determinante que, na leccionação de Virgínia Rau teve o magistério de Breuil.

Só a 19 de Abril de 1945 Virgínia Rau dá a sua primeira aula prática no Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos sobre “o Neolítico em Portugal – suas principais características”. Provavelmente, Manuel Heleno, como titular da cadeira de Arqueologia, terá influenciado essa diversificação do local das aulas práticas de Arqueologia e até dos conteúdos temáticos abordados. Voltará mais vezes ao Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos, em 1945 e 1946, mas será sempre o Museu dos Serviços Geológicos o seu local de eleição para as aulas práticas e onde as dará em maior número, nos anos de 1945 e 1946, comparativamente com o Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos.

Quadro 1 – Sumários das aulas práticas de Arqueologia da Prof.^a Virgínia Rau

Data	Local	Conteúdos
16.11.944	Museu dos Serviços Geológicos	Visita geral ao Museu dos Serviços Geológicos
07.12.1944	Museu dos Serviços Geológicos	Continuação da lição precedente
14.12.944	?	Continuação da lição precedente
21.12.944	Museu dos Serviços Geológicos	Classificação do material recolhido pelos alunos na estação de Casal do Monte
30.12.944	Museu dos Serviços Geológicos	Causas naturais da fractura do silex
11.10.1945	Museu dos Serviços Geológicos	As indústrias do Paleolítico Superior
18.01.1945	?	Continuação da lição precedente
25.01.1945	Museu dos Serviços Geológicos	As indústrias do Paleolítico Superior
01.02.1945	Museu dos Serviços Geológicos	As indústrias do Mesolítico
08.02.1945	?	O talhe intencional e as técnicas de talhe
22.02.1945	Museu dos Serviços Geológicos	Exemplificação dos métodos empregados para a classificação das indústrias paleolíticas
01.03.1945	?	Chamadas – revisão da matéria dada
08.03.1945	Museu dos Serviços Geológicos	O Neolítico e as suas indústrias
15.3.1945	?	Conferência do Prof. Dr. Ferdinandy Chamadas – revisão da matéria dada
22.03.1945	Museu dos Serviços Geológicos	O Neolítico Peninsular
12.04.1945	Museu dos Serviços Geológicos	A cultura megalítica em Portugal
19.04.1945	Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos	O Neolítico em Portugal – suas principais características

Data	Local	Conteúdos
26.04.1945	?	Continuação da lição precedente
10.05.1945	Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos	Continuação da lição precedente
17.05.1945	Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos	I – Continuação da lição precedente II – chamadas –revisão da matéria dada
24.05.1945	?	As civilizações pré-Helénicas A época do Ferro
31.05.1945	Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos	Chamadas – revisão da matéria dada
10.11.1945	Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos	Prática
12.11.1945	?	Serviço de exames
24.11.1945	Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos	Principais estações e seu espólio
26.11.1945	Museu dos Serviços Geológicos	Continuação da lição precedente
08.12.1945	Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos	Visita à secção de Etnologia
10.12.1945	?	Distribuição de trabalhos práticos aos alunos e planos de excursões
12.01.1946	Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos	As técnicas de talhe
14.01.1946	Museu dos Serviços Geológicos	Importância do estudo das pátinas para classificação e interpretação do material arqueológico
21.01.1946	Museu dos Serviços Geológicos	As indústrias do Paleolítico Antigo
26.01.1946	–	Impedida com a visita às instalações da Casa da Moeda com os alunos da cadeira de Numismática e Esfragística
28.01.1946	Museu dos Serviços Geológicos	Continuação da lição anterior
02.02.1946	?	Serviço de exames
09.02.1946	Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos	A indústria primitiva do osso e a sua utilização
16.02.1946	Museu dos Serviços Geológicos	Continuação da lição anterior
23.02.1946	?	Serviço de exames
25.02.1946	Museu dos Serviços Geológicos	Exemplificação dos métodos empregados para a classificação das indústrias Paleolíticas
11.03.1946	Museu dos Serviços Geológicos	As indústrias do Mesolítico. A importância dos concheiros de Muge na arqueologia europeia
16.03.1946	Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos	O Neolítico e seus instrumentos característicos: material lítico e cerâmica
18.03.1946	?	1.º Exame de frequência para alunos voluntários 2.º Exercício escrito para alunos ordinários
23.03.1946	Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos	O Neolítico e Calcolítico na Península
30.03.1946	Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos	A cultura megalítica em Portugal – suas principais características
01.04.1946	Museu dos Serviços Geológicos	Continuação da lição anterior
06.04.1946	Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos	A época do Bronze e a sua classificação
04.05.1946	?	Serviço de exames
11.05.1946	Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos	A época do Bronze na Península: a evolução e interdependência das diferentes culturas
18.05.1946	Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos	Época do Ferro: suas principais características
29.05.1946	Museu dos Serviços Geológicos	Chamadas: revisões da matéria dada
04.12.1946	?	Teórica – As divisões da Arqueologia: do Paleolítico à época dos metais
06.12.1946	?	Teórica – Conceito e evolução da Arqueologia

O seu interesse pela Pré-história, porém, não se confinou às aulas práticas da cadeira de Arqueologia que orientava. A 23 de Agosto de 1944 escreve, de S. Martinho do Porto, a Manuel Heleno, dizendo que “[...] *há dias enviei para Lisboa dois pequenos trabalhos ao cuidado do Sr. Doutor Luis Chaves. Caso estejam nas condições e mereçam a sua aprovação gostaria de os enviar ao Congresso de Córdova [...]*”. O Congresso em questão foi o Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, realizado em Córdova em Setembro de 1944. Virgínia Rau não só participa, como apresenta uma comunicação intitulada “Da originalidade do Paleolítico Inferior no litoral português” que viria a ser publicada, no ano seguinte, na revista “Las Ciencias” (RAU, 1945).¹⁰

A relação de discípula que ainda existia à época com Manuel Heleno está bem patente na dedicatória aposta em separata deste trabalho que lhe ofereceu (Fig. 15).

Neste estudo apresenta-se síntese das indústrias de seixos de talhe muito simples, que se encontram em numerosos retalhos de praias elevadas ao longo do litoral português, especialmente da costa estremenha, que foi aquela em que na época se concentraram as pesquisas, aquando da estada de Henri Breuil, por maior acessibilidade, a partir de Lisboa (Fig. 16). Entendia aquele pré-historiador, no que era acompanhado por V. Rau, de que a vida pouco exigente daquelas comunidades costeiras tinha limitado a sua iniciativa, pois para assegurar a sua sobrevivência teriam apenas que recorrer a artefactos frustes, muito diferentes dos utilizados pelas populações caçadoras. Tais artefactos limitavam-se, assim, a seixos que não atingiam 10 cm de comprimento máximo, talhados numa das extremidades, mais raramente nos bordos laterais, configurando indústria designada por Breuil de “estilo lusitano” ou “lusitaniano” (“style lusitanien”, em francês). Quando tais seixos se revelavam de dimensões muito pequenas, da ordem dos 3 ou 4 cm, designar-se-iam como de “estilo micro-lusitaniano”. V. Rau inventariou todos os locais conhecidos ao longo do litoral português e, tendo presente a ocorrência de tais artefactos em depósitos escalonados a diversas altitudes, concluiu, à semelhança de Breuil, que se tratava de um fácies tecnológico transversal a diversas épocas e culturas paleolíticas, realidade que se afigura ainda hoje lógica e defensável. O trabalho de Rau, tem assim uma característica até então inédita, que é a de apresentar uma síntese sobre uma indústria aparentemente característica do actual território português, com base na análise exaustiva das peças, apresentadas e descritas uma a uma em trabalhos anteriores ao seu (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942, 1945).

Se ao reinscrever-se na Faculdade de Letras, em 1939, após o seu regresso de Paris, Virgínia Rau era já uma investigadora experiente em matéria de pesquisas em Bibliotecas e Arquivos, não era essa seguramente

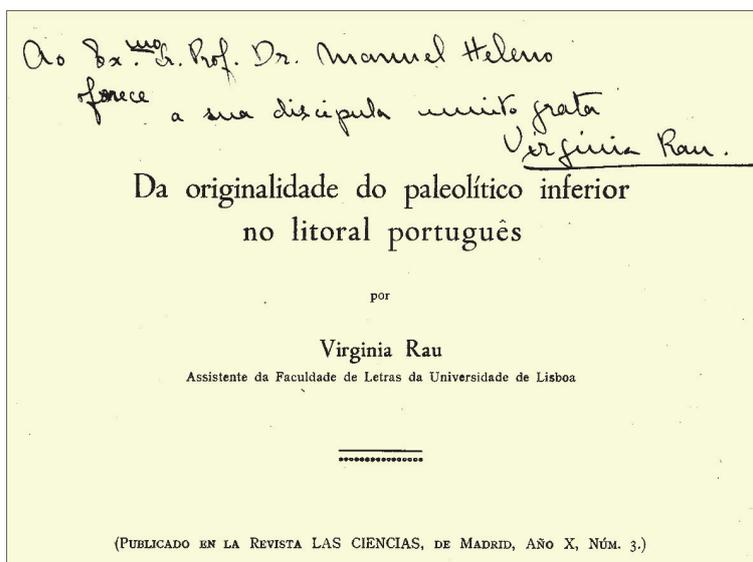


Fig. 15 – Dedicatória de Virgínia Rau a Manuel Heleno aposta em separata da comunicação apresentada ao Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências de 1944, realizado em Córdova (Arquivo de João Luís Cardoso).

10 Aliás, a esse mesmo congresso levará outra comunicação, no âmbito da História dos Descobrimentos (“uma tentativa de colonização da Serra Leão no século XVII”) e que seria igualmente publicada na revista “Las Ciencias”, mas já em 1946.



Fig. 16 – Recriação feita por H. Breuil dos mariscadores e pescadores paleolíticos responsáveis pelo talhe das indústrias de “estilo lusitano” encontradas nas praias elevadas do litoral da Estremadura (seg. BREUIL, 1949, p. 87) (Arquivo de João Luís Cardoso).

a situação relativamente à Pré-história e ao trabalho de campo. Esses foram os ensinamentos que recebeu em Portugal e que despertaram o seu entusiasmo e estudo, permitindo que se sentisse suficientemente segura para apresentar esta comunicação a congresso internacional (RAU, 1945), ainda que fundamentada exclusivamente nos trabalhos de campo e de gabinete de Breuil e Zbyszewski.

No mesmo ano de publicação daquele seu trabalho, apresentou, em co-autoria com Zbyszewski, Flaes e Mendes Leal, na revista “Ampurias” um artigo intitulado “Dos nuevos yacimientos paleolíticos del litoral portugués” (ZBYSZEWSKI et al., 1945/1946).

Esta nova publicação reporta-se a duas estações paleolíticas, situadas nos limites setentrional e meridional da área de maior distribuição de achados, conforme as publicações de Breuil e Zbyszewski, de 1942 e de 1945. A primeira das estações agora apresentadas, a de Forte do Cavalo, situa-se na extremidade poente da baía de Sesimbra, e resultou de recolhas nas quais todos os signatários participaram. Esta realidade mostra a apetência de V. Rau pelo trabalho de campo, em companhia de colegas e amigos; para além de G. Zbyszewski, que foi quem estudou os materiais e os fotografou para a referida publicação, intervieram M. Mendes Leal e R. Flaes, que, interessando-se por arqueologia – Flaes era cônsul da Holanda em Lisboa – estabeleceram contacto com G. Zbyszewski, criando assim um pequeno grupo de amadores devidamente enquadrados. Avultam as peças talhadas sobre pequenos seixos com rolamento marinho, integrando as indústrias de “fácies lusitano e microlusitano”. Já a segunda das estações publicadas situa-se a noroeste da Nazaré, perto do litoral, na extremidade setentrional do trecho de litoral prospectado por Zyszewski e Breuil. A matéria-prima aqui revela-se muito distinta, integrando grandes massas de sílex do Cretácico, transformadas em diversos arte-

factos, ao longo de sucessivas épocas do Paleolítico. Os autores destacam a particularidade de ter sido possível o talhe de grandes instrumentos de sílex. “el tipo de industria recogido es absolutamente nuevo en el país, tanto por el tamaño y morfología de sus piezas como por su estado físico” (ZBYSZEWSKI *et al.*, 1945/1946). Tais peças encontravam-se expostas numa das vitrinas da sala de Arqueologia do Museu Geológico, antes das recentes remodelações por ela sofridas.

Entretanto, a sua carreira docente, como assistente, continua com assinalável sobrecarga, até por serem cadeiras diferentes áreas científicas, com todo o trabalho que isso acarreta – preparação de aulas, serviço de exames escritos e orais – como se depreende da correspondência que vai trocando com Manuel Heleno (Fig. 17). A 6 de Junho de 1945 escreveu a Manuel Heleno indicando-lhe que lhe enviava “[...] o apuramento do 2.º Exercício e 2.º Exame de Arqueologia, bem como o número de faltas nas aulas práticas dos alunos ordinários e voluntários. Também remeto parte do apuramento do 2.º Exercício de Descobrimientos; tencionando enviar o que falta pelo correio até

AFHH/5/11623/11.8/2
75. AV. DA REPUBLICA
LISBOA
6 de Junho de 1945
Dr. Sr. Prof. Dr. Manuel Heleno
Junto envio o apuramento do 2.º Ex.
cício e 2.º Exame de Arqueologia, bem
como o numero de faltas nas aulas prá-
ticas dos alunos ordinários e voluntários.
Tambem remeto parte do apuramento
do 2.º Exercício de Descobrimientos; tencionando enviar o que falta pelo correio até

ao fim desta semana. Enviarei a V. Ex.^{cia}
nessa ocasião os elementos que ainda
faltam para Monte Real.
Aguardo a próxima vinda a Lisboa de
V. Ex.^{cia} para ultimar a elaboração de
pautas e o restante serviço.
Com muitos cumprimentos
Creia na minha estima e consi-
deração de
Virginia Rau.

Fig. 17 – Cartão de Virgínia Rau a Manuel Heleno relativo a exames (Arquivo Pessoal de Manuel Heleno, Museu Nacional de Arqueologia).

do 2.º Exercício de Descobrimientos; tencionando enviar o que falta pelo correio até ao fim desta semana. Enviarei a V. Ex.^{cia} nessa ocasião os elementos que ainda faltam para Monte Real.guardo a próxima vinda a Lisboa de V. Ex.^{cia} para ultimar a elaboração de pautas e o restante serviço [...]” (RAU, 1945). A realidade de ser Virgínia Rau a assumir toda a carga relacionada com a avaliação dos alunos, extravasando assim a sua condição de assistente, é situação recorrente; a 27 de Janeiro de 1946 escreveu de novo a Manuel Heleno, prevenindo-o que “[...] os exercícios de Arqueologia e História dos Descobrimientos ficaram marcados, respectivamente, nos seguintes dias e horas: 16 de Fevereiro às 9 horas da manhã, 9 de Março às 14 horas. Houve já dificuldade em arranjar dias que satisfizessem os interesses de todos porque há bastantes exercícios marcados [...]” (RAU, 1946). Como se verifica, para além da leccionação e da correcção de provas de exame, todo o trabalho burocrático relativo à cadeira de Arqueologia (e não só) recaía sobre Virgínia Rau, sendo notório o pouco empenho de Manuel Heleno nestas tarefas, nem sequer de coordenação, como exigiria a sua condição de catedrático das referidas disciplinas.

No entanto, e apesar da sobrecarga de trabalho docente e administrativo que sobre si recaía, no dia 13 de Maio de 1946 a mesma entregou a sua tese de doutoramento, conforme se pode ler no seu Processo: “pela

2.^a Assistente desta Faculdade, Lic.^a D. Virginia Robertes Rau, foram entregues nesta Secretaria 30 (trinta) exemplares da sua dissertação com o título *Sesmarias Medievais Portuguesas, para exame de doutoramento*” (*Processo da Prof. Doutora Virginia Robertes Rau. Cx. 223, 2.^o*).

No regresso de férias, a 22 de Setembro de 1946, numa longa carta a Manuel Heleno, Virginia Rau informa-o do seu estado de saúde, por certo em resultado da sobrecarga de trabalho até então verificada: “[...] *De regresso a Lisboa, terminadas as minhas férias, fui consultar o meu médico assistente conforme ele recomendara antes da minha partida. Depois de me examinar demoradamente, quando pensava ouvir uma opinião tranquilizadora, expoz-me o seu parecer desfavorável. Segundo ele, o meu estado de saúde não permite ainda que eu retome, simultaneamente, o serviço docente na Faculdade e a preparação intensiva para o doutoramento, tendo de optar por uma ou outra actividades nestes meses mais próximos. Como V. Ex.^{cia} pode bem calcular, fiquei muito arrelviada mas, nesta contingência, não posso deixar de seguir o conselho do meu médico optando pela preparação para o acto de doutoramento. Vejo-me, assim, coagida contra a minha vontade, a pedir uma licença; no entanto, não o queria fazer sem prevenir V. Ex.^{cia} e o inteirar do que se passa. Calculo que, neste momento, a minha falta não prejudicará*

muito o bom funcionamento da Secção, o que atenua um pouco a tristeza que sinto [...]” (RAU, 1946). A saúde frágil – facto muitas vezes mencionado pela própria –, a preparação das provas de doutoramento e a licença sabática de Manuel Heleno nesse segundo semestre de 1946, à qual, embora com direito a usufruí-la, talvez moralmente não o devesse fazer, dada a sua constante ausência das suas obrigações docentes, terão de certeza ponderado na sua decisão.

Tal pausa permite-lhe adequada preparação para as provas públicas: no dia 4 de Fevereiro de 1947 Virginia Rau obtém o grau de Doutora em História com a classificação final de 18 valores e, de imediato, recusa a renovação do contrato como assistente “[...] *para se dedicar exclusivamente à investigação histórica [...]*” (RAU, 1968, p. 10), facto que viria a ser comentado na acta da sessão do Conselho Escolar de 26 de Fevereiro de 1947. Virginia Rau só regressaria à Faculdade de Letras e às funções docentes em Abril de 1952, na qualidade de Professora Extraordinária, como titular da cadeira de História de Portugal. A 6 de Dezembro de 1946 dera a sua última aula – teórica – de Arqueologia, ficando assim encerrado esse capítulo da sua carreira – o ensino da Pré-história na Faculdade de Letras de Lisboa.

Contudo, o seu interesse pela investigação no domínio da Pré-história e da Arqueologia não esmoreceu. Nos anos em que esteve afastada do ensino na Faculdade de Letras, entre 1947 e 1952, para se dedicar exclusivamente à investigação, Virginia Rau desenvolveu trabalho notável e publicou trabalhos de evidente importância e qualidade científicas. Seria de pensar que a Pré-história deixaria de ter lugar entre os seus temas de pesquisa, mas não foi esse o caso, pelo menos até 1949. Disso é prova o interessante e longo artigo de 25 páginas publicado em Itália, “*Les recherches et découvertes préhistoriques au Portugal à partir de 1940*” (Fig. 18) (RAU,



Fig. 18 – Capa da separata do artigo publicado na *Rivista di Scienze Preistoriche*, em 1948, respeitante a aprofundada síntese das investigações pré-históricas desenvolvidas em Portugal entre 1940 e aquela data (Arquivo de João Luís Cardoso).

1948), onde evidencia o seu domínio da bibliografia produzida sobre estações e materiais do território português, incluindo as então províncias ultramarinas, do Paleolítico Inferior à Idade do Ferro. Sobre tais leituras, sem dúvida exaustivas, teceu, por vezes, judiciosas considerações. É o caso, no que se refere ao Mesolítico, da estação do Forno da Telha, em Rio Maior, escavada por Manuel Heleno: “[...] *Forno da Telha est le premier gisement mésolithique connu au Portugal qui correspond à un lieu d’habitation, tous les autres gisements de cette époque sont des amoncellements de déchets divers contenant de très nombreuses sépultures vers la base de la masse des coquilles accumulées [...]*” (RAU, 1948, p. 75). Com efeito, tem-se discutido muito a forma como se processo a formação dos concheiros de Muge e as razões que presidiram a tal realidade, sendo V. Rau, na sequência de H. Breuil e G. Zbyszewski, que admitiram em 1947 que a respectiva população viveria nos arredores daquelas acumulações (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1947), a considerar claramente o seu carácter não-habitacional. Outra importante contribuição deste trabalho é a inventariação e a integração técnico-cultural, desde o Aurinhacense ao Madalenense, passando pelo Solutrense e pelo Perigordense das estações do Paleolítico Superior da região de Rio Maior, escavadas também por Manuel Heleno desde 1934, mas só por ele sumariamente referidas mais de vinte anos depois (HELENO, 1956 b). A sequenciação cultural pela primeira vez estabelecida por Virgínia Rau para as referidas estações só terá sido possível com a autorização de Manuel Heleno, legítimo detentor daquela informação, por certo recebida de Hugo Obermaier, na década de 1930 de Hugo Obermaier e de outros investigadores especialistas na matéria que passaram por Lisboa. A mesma muito terá por certo beneficiado da parte de Henri Breuil, no decurso de 1941/1942, o qual publicara em 1937 a segunda edição do seu célebre opúsculo dedicado a caracterizar a referida sequência (BREUIL, 1937).

Cerca de vinte anos mais tarde, no seu *Curriculum Vitae*, refere que “acompanhou os trabalhos ou mostrou algumas das principais estações arqueológicas dos arredores de Lisboa a diversos arqueólogos estrangeiros, como os Profs. H. Breuil, L. Péricot, M. Almagro, J. Martínez Santa-Olalla, Stuart Pigott, Jacquetta Hawkes e Jean Roche. E só os seus trabalhos de investigação histórica lhe impediram de tomar parte, durante o verão de 1949, num curso de aperfeiçoamento e técnica arqueológica realizado em Inglaterra e para que fora convidada” (RAU, 1968, p. 7).

É nessa última etapa da sua investigação em Pré-História e Arqueologia que se inserem as duas publicações preparadas no âmbito do XVI Congresso Internacional de Geografia que se realizou em Lisboa em 1949: “La Toponymie et le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques” (RAU, 1952) e “Estremadura et Ribatejo (Livret-guide de L’Excursion D)”, mais uma vez em colaboração com G. Zbyszewski (Fig. 19) (RAU & ZBYSZEWSKI, 1949). A primeira publicação destinou-se, essencialmente, a sublinhar que as concentrações de determinados topónimos na actualidade relacionados com a Arqueologia, critério utilizado por Leite de Vasconcelos no que respeita aos topónimos relacionados com a palavra dólmen (VASCONCELOS, 1912),

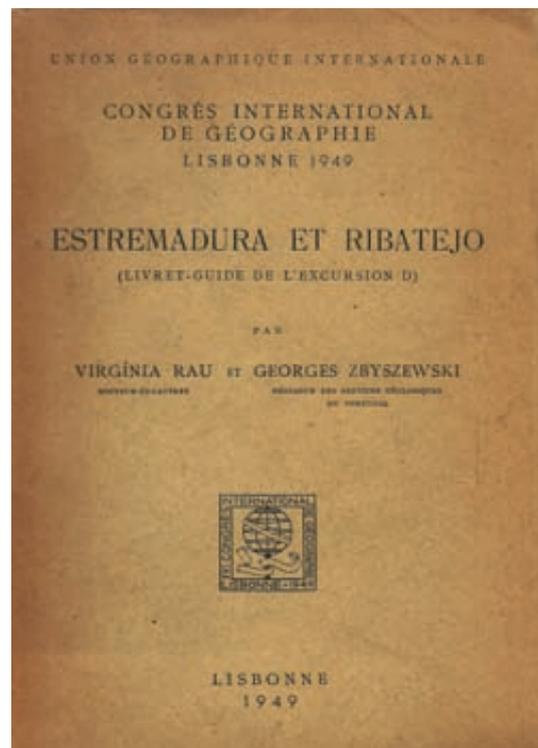


Fig. 19 – Capa do Livro-Guia da Excursão à Estremadura e Ribatejo organizada pelos autores no âmbito do Congresso Internacional de Geografia reunido em Lisboa em 1949. (Arquivo de João Luís Cardoso).



Fig. 20 – Georges Zbyszewski, na altura em que colaborou activamente com Virgínia Rau, no decurso da década de 1940 (Cortesia do Dr. João Paulo Zbyszewski).

não exprime a concentração real desses monumentos, mas apenas a concentração actual da população pelo território: quanto maior for tal concentração, maior o número de topónimos. V. Rau demonstrou essa evidência recorrendo ao topónimo Fonte e seus correlativos. Já no livro-guia da Excursão “Estremadura et Ribatejo”, é a componente histórico-geográfica da formação de V. Rau que sobressai, complementando de forma harmoniosa as informações de carácter geológico devidas a G. Zbyszewski.

Com efeito, a excelente relação pessoal e científica estabelecida com o geólogo e arqueólogo francês, com início logo em 1942, quando com ele estabeleceu conhecimento através de H. Breuil (Fig. 20) está plasmada pelas expressivas dedicatórias apostas nos seus mais importantes trabalhos (Fig. 21, 22, 23).

3 - EPÍLOGO

Virgínia Rau descobriu de forma circunstancial a Arqueologia, pela qual de imediato se entusiasmou, em 1942, quando foi aluna de Henri Breuil, a ponto de ter produzido vários trabalhos dedicados ao Paleolítico Inferior e Médio do litoral do território português, em co-autoria com o seu amigo Georges Zbyszewski. Com efeito, a falta de receptividade de Manuel Heleno, para apoiar a vontade de V. Rau em prosseguir com ele as suas investigações, a começar pela simples visita aos trabalhos de escavação que então dirigia, diz tudo sobre o desinteresse de Heleno na formação de discípulos competentes – como seria seguramente o caso de Virgínia Rau – naquela área científica, impedindo-a assim de encarar a possibilidade de uma carreira como arqueóloga.

Não obstante, Virgínia Rau conhecia bem o meio arqueológico nacional e internacional e a sua ligação à Pré-história, que se prolongou durante quase uma década, não era por si encarada como devaneio diletante. A Arqueologia e o estudo da Pré-história foram a grande novidade na sua formação científica, ao voltar a Portugal e à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1939. Com efeito, a componente científica e metodológica, necessária à investigação em História Medieval, já ela dominava com mestria aquando do seu regresso. O encanto experimentado por V. Rau, em 1942, teve resultados consequentes. Disso é prova a sua participação como

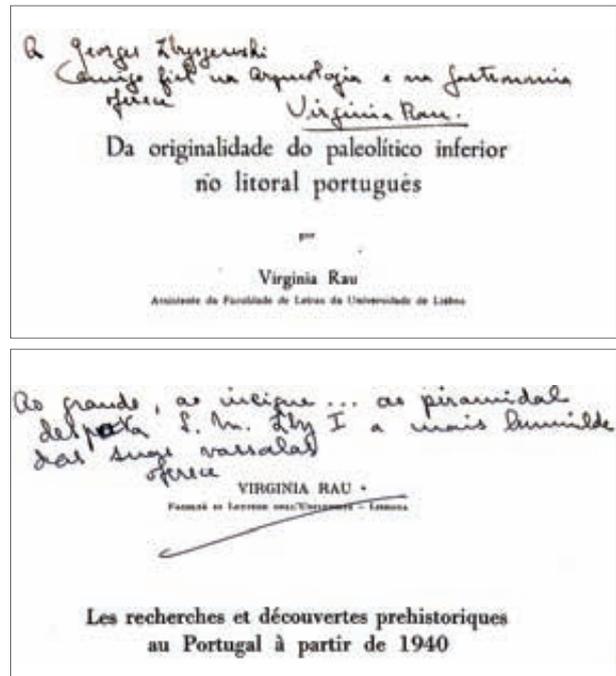


Fig. 21 – Dedicatórias de Virgínia Rau a G. Zbyszewski (Cortesia do Dr. João Paulo Zbyszewski).

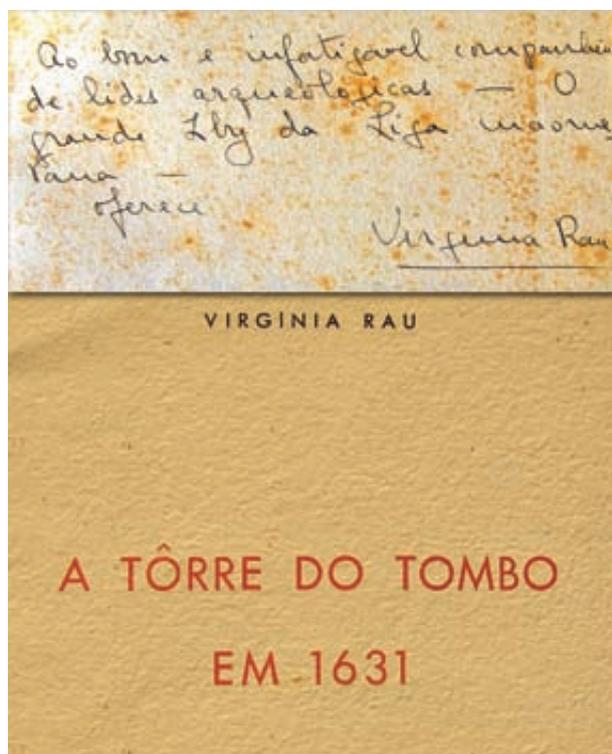
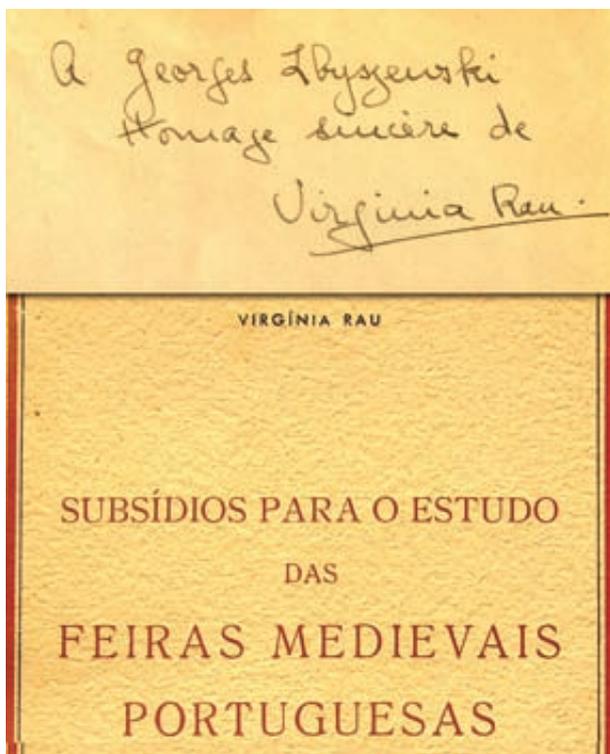
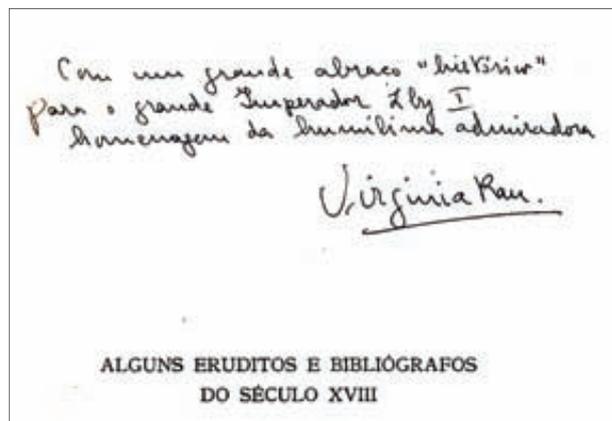
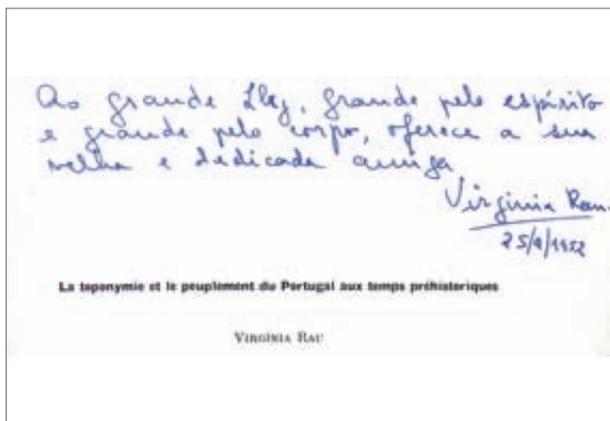


Fig. 22 – Dedicatórias de Virgínia Rau a G. Zbyszewski (Cortesia do Dr. João Paulo Zbyszewski).

Fig. 23 – Dedicatórias de Virgínia Rau a G. Zbyszewski (Cortesia do Dr. João Paulo Zbyszewski).

membro de algumas sociedades e associações científicas conotadas com a Arqueologia, como o Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, a Associação dos Arqueólogos Portugueses, a Société Préhistorique Française e a Sociedade Geológica de Portugal.

O ano de 1950 parece marcar o “fim” da sua relação com a Pré-história, em termos de investigação. O que a impediu de continuar? A falta de apoio, de orientação científica no trabalho de campo serão razões plausíveis, como o seu próprio pragmatismo em querer construir uma carreira científica sólida e com reconhecimento internacional, o que não teria sucedido se tivesse optado pela Pré-história e, particularmente, pelo estudo do Paleolítico, objecto do seu fascínio em 1942. É nesse ano de 1950 que rumou aos Estados Unidos da América,

para, na Universidade de Berkeley, Califórnia, iniciar um percurso absolutamente ímpar. É de São Francisco que, em 22 de Agosto, escreve carta a Manuel Heleno (Fig. 24), em que lhe diz, entre entusiasmada e emocionada, que “[...] *é com o maior prazer que envio a V. Ex.^a estas poucas linhas escritas da Universidade da Califórnia onde, pela primeira vez, uma voz portuguesa ensina História de Portugal. Infelizmente, não é a mais classificada no nosso país para o fazer, mas espera que o seu entusiasmo e dedicação supram todas as possíveis insuficiências. As possibilidades de estudo e investigação, aqui, são praticamente imensas; e a biblioteca central possui mais de 3.000.000 de livros. O interesse pelos estudos arqueológicos é tão grande que ultrapassa, por vezes, o da História. Museus magníficos e laboratórios apetrechados com tudo que há de mais moderno [...]*” (RAU, 1950). Mesmo longe e noutra linha de investigação, a referência à Arqueologia permanecia...

Foi necessário decorrer meio século para que, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, fosse ali defendida a primeira tese de doutoramento em Paleolítico, por outro Português que, significativamente, encontrou, uma vez mais, no estrangeiro, o seu local habitual de trabalho, de estudo e reflexão.¹¹

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. João Paulo Zbyszewski pela cedência de documentação inédita, reproduzida no presente trabalho. Ao Instituto Arqueológico Alemão/Delegação de Madrid, na pessoa da sua Directora, Prof.^a Doutora Dirce Marzoli, pela autorização de reprodução de foto do seu arquivo. Ao Dr. António Carvalho, Director do Museu Nacional de Arqueologia pela autorização concedida no acesso e reprodução da correspondência remetida pela Prof.^a Doutora Virgínia Rau ao Prof. Doutor Manuel Heleno. À Academia Portuguesa da História, pela

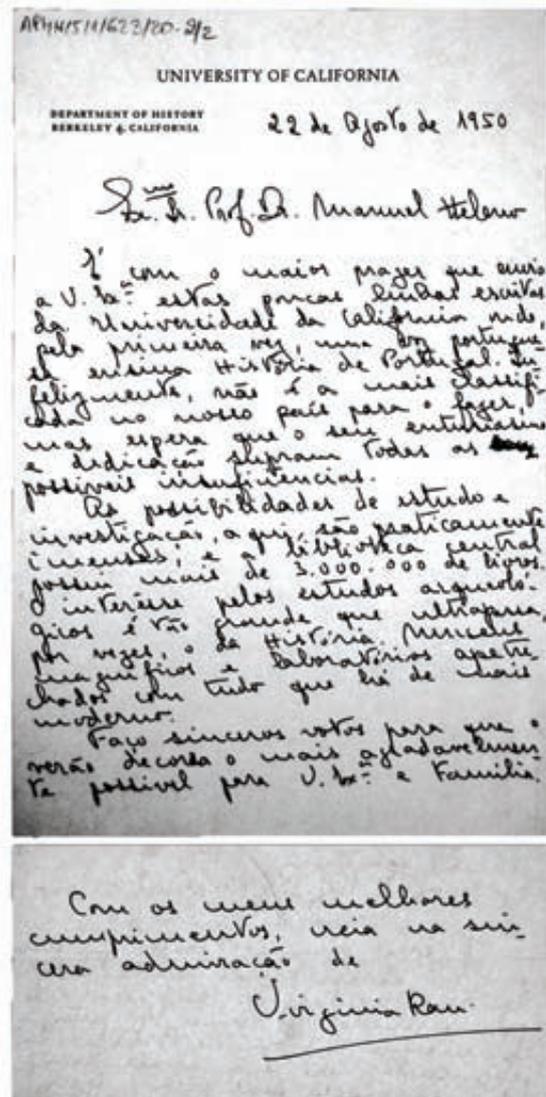


Fig. 24 – Carta de Virgínia Rau a Manuel Heleno, remetida da Universidade de Berkeley, Califórnia (Arquivo Pessoal de Manuel Heleno, Museu Nacional de Arqueologia).

11 João Zilhão, “O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa” defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1995 e publicada em 1997.

autorização do acesso ao processo Individual da Prof.^a Doutora Virgínia Rau e reprodução de algumas das peças que o compõem; Ao Director da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Prof. Doutor Paulo Farmhouse Alberto, pela autorização concedida para a consulta e reprodução de alguns documentos do Processo da Prof. Doutora Virgínia Rau, no Arquivo da Secção da Pessoal da referida Faculdade, bem como das fichas de sumário da cadeira de Arqueologia, acessíveis no Arquivo Histórico da Faculdade de Letras. A nossa pesquisa teria sido muito penosa se não fosse a constante disponibilidade e apoio do Dr. Nuno Cavalheiro, responsável pela Secção de Pessoal da FLUL, e do Dr. Pedro Estácio, responsável pelo Arquivo Histórico daquela Faculdade.

REFERÊNCIAS

- BRAUDEL, F. –]Carta] 1971 Nov. 12, Paris]a] Virginia Rau]Dactilografado]. 1950. Acessível no Arquivo do Serviço de Pessoal da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- BREUIL, H. (1937) – Les subdivisions du Paléolithique Supérieur et leur signification. Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. *Compte-rendu de la XIV Session (Genève, 1912)*. 2.^a edição. Lagny: Imprimerie de Lagny.
- BREUIL, H. (1949) – *Beyond the bounds of History*. Scenes from the Old Stone Age. London: Gawthorn, Ltd.
- BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1942) – *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. Les principaux gisements des deux rives de l'ancien estuaire du Tage*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, 23).
- BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1945) – *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. Les principaux gisements des plages quaternaires du littoral d'Estremadura et des terrasses fluviales de la basse vallée du Tage*. (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, 26).
- BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1947) – Révision des industries mésolithiques de Muge et de Magos. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 28, p. 149-196.
- CAETANO, M. – *Proposta para a admissão de D. Virgínia Rau como académico correspondente*]Dactilografado]. 1952. Acessível no Arquivo Histórico da Academia Portuguesa da História.
- CARDOSO, J. L. (2013) – O Professor de Arqueologia e de Pré-história. In CARDOSO, J. L. (ed.) – *Manuel Heleno, pioneiro do ensino e da investigação arqueológica em Portugal*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 17-28 (Suplemento n.º 8 a *O Arqueólogo Português*).
- EVANS, L. –]Carta] 1950 Nov. 27, Washington, D. C.]a] Virginia Rau]Dactilografado]. 1950. Acessível no Arquivo Histórico da Academia Portuguesa da História.
- FLAES, R. & ZBYSZEWSKI, G. (1945/1946) – Hallazgo de un yacimiento paleolítico en la Extremadura portuguesa, entre Caldas de Rainha y Foz do Arelho. *Ampurias*. Barcelona. 7/8, p. 37-44.
- GARCIA, J. M., pref. (1981) – Virgínia Rau – vida e obra. In RAU, V. – *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Editorial Presença.
- HELENO, M. – *Caderno de campo n.º 22*]Manuscrito]. 1942. Acessível no Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Pessoal de Manuel Heleno.

- HELENO, M. (1956 a) – O Professor Henri Breuil. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, 3, p. 239-246.
- HELENO, M. (1956 b) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, 3, p. 221-237.
- Livro de actas das sessões do Conselho da Faculdade de Letras. Tomo 7* [Manuscrito]. 1939-1947. Acessível no Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- PEREIRA, I. R. (1979) – *Elogio da Prof. Doutora Virgínia Rau*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- Processo da Prof. Doutora Virgínia Robertes Rau*. 1943-1973. Cx. 223, 1.º, 2.º. Acessível no Arquivo do Serviço de Pessoal da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- RAU, V. – [Carta] 1942 Setembro 1, S. Martinho do Porto [a] Manuel Heleno [Manuscrito]. 1942. Acessível no Arquivo Histórico da Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Arquivo Manuel Heleno.
- RAU, V. – [Carta] 1942 Outubro 30, Lisboa [a] Manuel Heleno [Manuscrito]. 1942. Acessível no Arquivo Histórico da Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Arquivo Manuel Heleno.
- RAU, V. – [Carta] 1943 Agosto 17, S. Martinho do Porto [a] Manuel Heleno [Manuscrito]. 1943. Acessível no Arquivo Histórico da Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Arquivo Manuel Heleno.
- RAU, V. – [Carta] 1944 Agosto 23, S. Martinho do Porto [a] Manuel Heleno [Manuscrito]. 1944. Acessível no Arquivo Histórico da Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Arquivo Manuel Heleno.
- RAU, V. – *Cadeira de Arqueologia. Sumário da Lição do dia...* [Manuscrito]. 1944. Acessível no Arquivo do Serviço de Pessoal, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- RAU, V. – [Carta] 1945 Junho 6, Lisboa [a] Manuel Heleno [Manuscrito]. 1945. Acessível no Arquivo Histórico da Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Arquivo Manuel Heleno.
- RAU, V. – *Cadeira de Arqueologia. Sumário da Lição do dia...* [Manuscrito]. 1945. Acessível no Arquivo do Serviço de Pessoal, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- RAU, V. (1945) – Da originalidade do Paleolítico Inferior no Litoral Português. *Las Ciencias*. Madrid. X, 3, p. 3-12 + 2 est.
- RAU, V. – [Carta] 1946 Janeiro 27, Lisboa [a] Manuel Heleno [Manuscrito]. 1946. Acessível no Arquivo Histórico da Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Arquivo Manuel Heleno.
- RAU, V. – [Carta] 1946 Setembro 22, Lisboa [a] Manuel Heleno [Manuscrito]. 1946. Acessível no Arquivo Histórico da Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Arquivo Manuel Heleno.
- RAU, V. – *Cadeira de Arqueologia. Sumário da Lição do dia...* [Manuscrito]. 1946. Acessível no Arquivo do Serviço de Pessoal, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- RAU, V. (1948) – Les Recherches et Découvertes Pré-Historiques au Portugal à partir de 1940. *Rivista di Scienze Preistoriche*. Florença. III: 1-2, p. 58-83.
- RAU, V. – [Carta] 1950 Agosto 22, Berkely, California [a] Manuel Heleno [Manuscrito]. 1950. Acessível no Arquivo Histórico da Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Arquivo Manuel Heleno.
- RAU, V. (1952) – La Toponymie et le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques. In *Comptes Rendues du Congrès International de Géographie de Lisbonne, 1949*. Lisbonne: Union Géographique Internationale. Vol, IV, p. 213-217.

- RAU, V. (1953) – *Raízes Antigas da Nacionalidade*, in “Independência”, Lisboa, anos XI-XIII, n.ºs, 11-13, Dezembro 1953, pp. 67-69.
- RAU, V. (1965) – Apresentação. *Do Tempo e da História*. Lisboa. I, p. 3-4. Páginas não numeradas.
- RAU, V. – *Curriculum Vitae* [Dactilografado]. 1968. Acessível no Arquivo do Serviço de Pessoal, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- RAU, V.; ZBYSZEWSKI, G. (1946) – Dos Nuevos yacimientos paleolíticos del litoral portugués. *Ampurias*. Barcelona. VII-VIII, p. 23-26 + 7 est.
- RAU, V.; ZBYSZEWSKI, G. (1949) – *Estremadura et Ribatejo (Livret-guide de L'Excursion D)*. *Congrès International de Géographie de Lisbonne, 1949*. Lisboa: 146 p. + 15 est. + 10 mapas.
- ZBYSZEWSKI, G.; FLAES, R.; LEAL, M. M. & RAU, V. (1945-1946) – Dos nuevos yacimientos paleolíticos del litoral portugués. *Ampurias*. Barcelona. 7/8, p. 23-36.

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS, 20, 2013

“O LIVRO E SEUS CONTEÚDOS”

Raquel Vilaça¹

Exmo. Senhor Vice-Presidente da Academia das Ciências de Lisboa e Presidente da Classe de Ciências,
Prof. Doutor Luís Aires-Barros

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Paulo Vistas

Exmo. Senhor Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, Prof. Doutor João
Luís Cardoso

Prezados Investigadores, Colegas, Estudantes

Minhas Senhoras e meus Senhores

Quero começar por agradecer ao Prof. Doutor João Luís Cardoso o convite para apresentar este livro, dizendo que, não só o faço com muito gosto, como é para mim uma honra poder fazê-lo neste belo espaço da prestigiada Academia das Ciências de Lisboa.

O livro a que o Prof. João Luís Cardoso empresta o nome como editor científico e do qual tenho neste momento o privilégio de tecer algumas palavras de apresentação é, sem margem de dúvida, um acontecimento no panorama das publicações arqueológicas no nosso país. Pela forma e substância, pela existência e persistência.

Bem executado, de elevada qualidade gráfica e profusamente ilustrado com imagens a cores e a preto e branco, o leitor encontra ao longo das 800 páginas que dão corpo ao vigésimo volume dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, vinte e cinco artigos assinados por vinte e nove investigadores, de distintas instituições, entre universidades, centros de investigação, câmaras municipais, museus.

Com temáticas muito díspares mas coordenadas de forma eficaz, seguramente com muito trabalho e decerto com infinita paciência, encontramos neste objecto de capa dura e com a tonalidade da esperança não um mas, de um certo ponto de vista, três livros, já que é tripartida e independente a sua organização.

Em primeiro lugar, os textos da Homenagem que a Câmara Municipal de Oeiras e a Academia das Ciências de Lisboa entenderam fazer pelos 200 anos do nascimento de Carlos Ribeiro, concretizada no Seminário que hoje nos reuniu durante a tarde.

Em segundo lugar, as comunicações apresentadas ao Colóquio “Sistemas de povoamento do Centro e Sul do território português no decurso do Bronze Final”, cuja realização, a 23 de Outubro de 2012 na Fábrica da

¹Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Pólvora de Barcarena, foi um êxito, desde logo pela afluência de público, tendo sido numerosa a presença de estudantes.

Em terceiro lugar, os estudos que versam a Arqueologia regional e a História da Arqueologia, lídimos exemplos de que nem a Arqueologia (e todos nós) pode viver sem a História, nem os objectos e sítios arqueológicos fazem sentido desintegrados das regiões.

Mas antes das partes e dos conteúdos, ainda o livro no seu todo, como evoca o título atribuído à minha intervenção –“O livro e seus conteúdos”–, porque este é um livro que honra o passado e compromete o futuro.

Por outras palavras, trata-se da materialização, pela vigésima vez, de um projecto editorial que o Município oeirense abraçou em 1991 e que tem vindo a acarinhar regular, continuada e empenhadamente. Além do mais, dispensando ainda meios técnicos e financeiros invejáveis que qualquer um de nós, também editores, gostaria de dispor.

Refiro-me, claro está, não tanto ao livro mas à revista *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, com espaço nacional e internacional merecidamente conquistado e por todos reconhecido. Tratando-se de uma edição de Arqueologia da responsabilidade de um município, não tenho dúvida alguma em afirmar que, mesmo tendo sido breve e pouco sistemática a pesquisa que fiz, trata-se, dentro do género, da melhor publicação dedicada à Arqueologia no nosso país em que o editor é uma Câmara Municipal. E nos vinte volumes já dados à estampa, de grande riqueza e diversidade temática, contam-se também os que mereceram abordagem monográfica, igualmente variável, como bem ilustram, por exemplo, o 3.º, dedicado ao Paleolítico do Complexo Basáltico de Lisboa, ou o 19º que versou a Arqueometria. Portanto, uma publicação ainda de largo espectro.

Passemos, então, aos conteúdos.

Por motivos óbvios, não carecendo de justificação alguma, serei muito célere quanto ao primeiro bloco, dedicado a Carlos Ribeiro. Dos nove textos distribuídos pelas cerca de 140 páginas e que hoje já escutámos, sublinharia apenas que era hora de se dedicar síntese ao geólogo e arqueólogo. Investigador com nome indissociável da primeira arqueologia oeirense, é (foi) com ele que se inaugurou a série *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, publicando-se em *fac-símile* a sua monografia sobre o povoado pré-histórico de Leceia, devidamente anotada e comentada por João Luís Cardoso, o verdadeiro obreiro da construção de conhecimento desta estação arqueológica.

Agora são reunidos, pela mão de competentes e prestigiados investigadores, dados, documentos inéditos e contributos sobre o trabalho do grande impulsionador da Arqueologia no seio da “Comissão Geológica”. E as observações sobre a qualidade, seriedade e pioneirismo do trabalho de Carlos Ribeiro, como geólogo, arqueólogo ou antropólogo, são unânimes. Um investigador, portanto, ligado a Oeiras e à escala desta Academia que, já não sendo Real, permanece nobre. Em muito boa hora teve Carlos Ribeiro a homenagem merecida.

Da diversidade de temáticas corporizadas na acção de Carlos Ribeiro, passamos à problemática específica dos sistemas de povoamento do Bronze Final em território português.

Analisados, como referi antes, no Colóquio que teve designação idêntica, gostaria de sublinhar em primeiro lugar, como escrevi, que se trata de oportuna actualização e sistematização de dados e reflexões corporizando a primeira síntese de alcance nacional sobre o Bronze Final. Por isso, com lugar garantido nos anais da História da arqueologia portuguesa.

Aos seis textos decorrentes das respectivas apresentações, infelizmente nem todas agora em letra de forma, junta-se um outro centrado na cronologia absoluta do Bronze do Sudoeste.

Merece a pena começar por destacar este contributo, na medida em que os autores, Rui Mataloto, José Martins e António Monge Soares, sistematizam e discutem criteriosamente a informação disponível sobre

periodizações e cronologias correlacionáveis com o conceito criado por Schubart nos anos sessenta e indo mesmo além dele. Para isso, beneficiaram de muitos dados inéditos, ou só recentemente dados a conhecer, nomeadamente no quadro da “revolução empírica”, como já foi designada, proporcionada pelos trabalhos do Alqueva e outras obras públicas sobretudo do último decénio. No total, abarcando também território espanhol, trabalharam com o impressionante número de cerca de 300 datas de radiocarbono, alvo de tratamento estatístico, que se traduziram em nova proposta cronológica para o Bronze do Sudoeste.

Os restantes textos são, na totalidade, votados ao povoamento regional, do Norte ao Sul do país.

Enquanto Ana Bettencourt se ocupou do Noroeste, atendendo aos povoados, aos modos de subsistência, à actividade mineira e metalúrgica, não esquecendo os mortos e os lugares cerimoniais, Carlos Oliveira procura resgatar o Bronze Final do Algarve, que tem andado fugidio, entre os espaços habitados e os espaços funerários, passando pelas grutas e os designados achados isolados. Dele, ou melhor, de ambos (do Bronze Final do Algarve e do Carlos Oliveira) esperamos ainda muito mais.

Do Centro-Norte ocupou-se Senna-Martinez, que faz oscilar a sua análise entre o interior e o litoral num largo espectro regional, dando particular atenção aos recursos mineiros e convocando também informação que vai além do Bronze Final, datável dos séculos VII-VI a.C., como cerâmicas e metais, nomeadamente do Nordeste Transmontano, onde tem trabalhado nos últimos anos.

As terras mais interiores do território português são igualmente passadas em revista, primeiro, por Raquel Vilaça, que se centra na Beira Interior olhando através de distintos marcadores espaciais por onde perpassam materialidades e simbolismos que traduzem inclusão, aproximação, cruzamento e hibridização cultural.

Depois, por Rui Mataloto, trazendo-nos um Alentejo Central que se nos vem revelando nos últimos anos à medida que este investigador desenvolve e se envolve, com mestria e densidade, nas problemáticas específicas de uma região. Região que, não sendo atlântica, muito deverá, porém, à “atlanticidade” marca indelével da época e que rasgou fronteiras ancestrais. Especial interesse, pelo ineditismo, são os dados de Évoramonte.

O périplo termina pela mão de Monge Soares no Baixo Alentejo Interior, estruturado pelo médio Guadiana. Percorrem-se os sítios de habitat, uns conhecidos de há muito, outros beneficiando das revelações produzidas pela arqueologia dita de salvamento, ressaltando, do conjunto, a assinalável diversidade que os envolve e que o autor sistematiza devidamente.

E, chegados ao terceiro bloco, são mais nove os textos que importa ainda comentar.

Entre eles, revisitamos estações emblemáticas da região de Lisboa e da Estremadura, como Leceia, Lapa do Fumo ou Vila Nova de São Pedro.

Na primeira, encontramos um minucioso e sistemático estudo dos seus utensílios de pedra lascada no total de 1146 artefactos, profusamente ilustrados, em trabalho assinado por João Luís Cardoso e Filipe Martins.

Na Lapa do Fumo (Sesimbra), Ana Margarida Arruda e João Luís Cardoso recordam-nos a sacralidade do espaço ao mesmo tempo que nos revelam a sua ocupação sidérica com elementos insuspeitos, como cerâmicas de grande interesse, caso de um *skyphos* ou das estampilhas de abelhas, e devidamente valorizados no seu enquadramento local e regional.

A Vila Nova de São Pedro é dedicado texto sobre as três décadas de escavações ininterruptas que o sítio conheceu e o impacto nacional e internacional correspondente, aspectos sistematizados pela aturada pesquisa documental de João Luís Cardoso e Maria Ribeiro.

Revisitada é ainda, pela mão de João Luís Cardoso, a gruta da Ponte da Lage (Oeiras), importante necrópole campaniforme que se sugere ter sido, pela proximidade, possível local de enterramento dos habitantes do povoado aberto de Freiria (Cascais).

Da ocupação campaniforme deste último, com materiais e estruturas preservadas, ocupa-se ainda João Luís Cardoso juntamente com Guilherme Cardoso e José d'Encarnação, responsáveis científicos pelas esca-

vações desenvolvidas nesta *villa* romana que, desde o início dos anos oitenta, quando foi descoberta, logo revelou que o lugar não seria só romano.

As páginas dedicadas ao Calcolítico regional são ainda as que se centram, de novo com o labor de João Luís Cardoso, no povoado fortificado do Outeiro Redondo (Sesimbra). Subindo ao morro, como foi meu privilégio, entende-se melhor a sua ocupação por gentes que, olhando a terra e o mar, não elegeram por algum motivo a cerâmica campaniforme entre as suas produções ou aquisições, mas manipularam, por exemplo, interessantes peças cerâmicas decoradas que se consideram pesos de tear.

Muito pertinente é também o texto assinado por vários investigadores espanhóis e portugueses (Carlos Odriozola, Rodrigo Villalobos, Rui Boaventura, Ana Catarina Sousa, Martínez-Blanes e João Luís Cardoso) que se baseia no estudo de 81 contas de colar de cor verde, onde se contam, naturalmente, as variscites, provenientes de Leceia, Penha Verde e Moita da Ladra. Creio ser de justiça mencionar, a este propósito, o pioneirismo em Portugal da investigação de Huet Bacelar Gonçalves sobre esta temática.

O Bronze Final da península de Lisboa está presente nas páginas que Rui Boaventura, João Pimenta e Edgar Valles dedicam ao Castelo da Amoreira (Odivelas), resgatando dados omissos e que se encontravam dispersos, ao mesmo tempo que perspectivam a continuidade dos trabalhos numa estação importante se bem que ainda por avaliar na sua essência.

E chegamos ao fim com mais um texto de Ana Cristina Martins sobre a História da Arqueologia, focando-se desta vez nos contributos de Manuel Heleno a respeito do seu entendimento sobre a ancestralidade do ser português, no contexto, conforme é igualmente assinalado, do chamado “Estado Novo”.

Em suma, temos um livro que, pelo elevado interesse, novidades e diversidade temática, será seguramente procurado por muitos. Na impossibilidade de me deter com igual peso e medida sobre todos os contributos reunidos no livro, e sem prejuízo de ter sido injusta na selecção mais aturada que fiz, espero ter cumprido o objectivo último: motivar os ouvintes [e agora os leitores] para a sua leitura. Se para uns ela teria sido desnecessária porque o nome da revista é garantia bastante por si só, para outros espero que as minhas palavras tenham servido para uma chamada de atenção, naturalmente subjectiva, para este ou aquele assunto, para esta ou aquela estação. E espero, evidentemente, ter estado à altura das expectativas do convite do Prof. João Luís Cardoso, que agradeço de novo, bem como a todos vós pela atenção que me dispensaram.

*Academia das Ciências de Lisboa
23 de Junho de 2014*

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS

RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2014

1 - INTRODUÇÃO

Este relatório diz respeito às actividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos Arqueológicos no ano de 2014.

As acções efectuadas podem agrupar-se em duas grandes áreas:

- Acções de Inventariação, Investigação e Valorização do Património Arqueológico;
- Acções de Divulgação do Património Arqueológico.

2 - ACÇÕES DE INVENTARIAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

2.1 – Inventariação do património arqueológico

Deu-se continuidade ao inventário sistemático do património arqueológico móvel em depósito no CEACO, num total de cerca de 180 000 peças provenientes de diversas estações arqueológicas do Concelho de Oeiras.

Procedeu-se ao inventário sistemático do espólio da Coleção Gustavo Marques, depositada pelo Museu Nacional de Arqueologia, totalizando cerca de 10.000 peças.

2.2 – Investigação e valorização do património arqueológico

2.2.1 – Trabalhos laboratoriais

Datações pelo radiocarbono

Em 2014 foram realizadas pelo laboratório da Universidade de Waikato da Nova Zelândia, quatro datações pelo radiocarbono, de amostras de diversos sítios arqueológicos, no âmbito do seu estudo e publicação nos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*.

2.2.2 – Desenho de materiais arqueológicos

Prosseguiu ininterruptamente durante o ano de 2014, o desenho de materiais arqueológicos, destinados a ilustrar trabalhos de investigação ou de divulgação, de que se destaca a série *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, realizados pelo colaborador do CEACO Dr. Filipe Martins e pelo Dr. Bernardo Ferreira, desenhador de Arqueologia deste serviço; este último, ocupou-se também da preparação digital de ilustrações para diversas publicações,

assumindo tal actividade importância crescente no quadro das exigências tecnológicas atuais, dando ainda continuidade preparação de um álbum com ilustração digital dedicado ao povoado pré-histórico de Leceia.

2.2.3 – Projeto de Arqueologia Subaquática do Forte de S. Julião da Barra

Em 2014 as investigações arqueológicas realizadas ao abrigo deste Projecto superiormente aprovado pela DGPC e desenvolvido pelo Centro de História de Além-Mar (FCSH/UNL) em parceria com a Câmara Municipal de Oeiras através deste Centro de Estudos Arqueológicos, visaram as áreas do litoral de Caxias, praia de Santo Amaro e praia da Torre, tendo sido atribuído, ao abrigo do protocolo estabelecido entre as duas últimas entidades, um subsídio pela Câmara Municipal de Oeiras para apoio às referidas investigações (Proposta de Deliberação n.º 566/2014, de 30.07.2014).

3 – ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

3.1 – Revista *Estudos Arqueológicos de Oeiras*

A 23 de Junho de 2014 foi efectuado o lançamento do volume 20 da Revista *Estudos Arqueológicos de Oeiras* por ocasião da realização do “Colóquio Carlos Ribeiro” na Academia das Ciências de Lisboa, comemorativo dos 200 anos do seu nascimento; as comunicações então apresentadas integram parte do volume em apreço, dedicado a homenagear a memória do ilustre geólogo e arqueólogo.

A publicação, com carácter regular, de uma revista de arqueologia de carácter científico impõe grande esforço e adequada planificação e organização.

Para que esta publicação se tenha afirmado de forma inequívoca no panorama nacional e internacional, foram desde cedo consideradas duas condições essenciais, que têm presidido à sua publicação desde 1991. A primeira, é a regularidade da publicação anual de cada número, indispensável para assegurar as permutas, desde cedo estabelecidas; a segunda, é a qualidade e interesse dos conteúdos científicos apresentados. Tendo em vista assegurar formalmente este requisito, foi criado, a partir da publicação do volume 17, inclusive, um Conselho Assessor do Editor Científico, constituído por cinco personalidades de renome internacional, as quais foram para o efeito expressamente convidadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras.

As personalidades que passaram a integrar o Conselho Assessor do Editor Científico dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* a partir de 2013 são as seguintes:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa);
- Prof. Doutor João Zilhão (Universidade de Barcelona e ICREA);
- Doutora Laure Salanova (CNRS, Paris);
- Prof. Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid);
- Prof. Doutor Rui Morais (Universidade do Minho).

As das permutas estabelecidas com diversas Instituições, Universidades e Museus, nacionais e estrangeiros, tanto por iniciativa do CEACO como por solicitações externas são objecto de permanente actualização. Foram assim estabelecidas diversas novas permutas:

- *Santo Tirso Arqueológico* – Museu Municipal Abade Pedrosa – Gabinete de Arqueologia. Santo Tirso;
- *Paléo* – Musée National de Préhistoire – Les Eyzies-de-Tayac. França;
- *Préhistoire, Art et Sociétés* – Société Préhistorique Ariège-Pyrénées – Tarascon-sur-Ariège. França.

Em 2014 foram suspensas as permutas com revistas que interromperam a sua publicação, não se justificando, deste modo, a manutenção de envios, com os consequentes gastos, sem qualquer contrapartida.

Em Dezembro de 2014, a revista era permutada com 127 publicações periódicas nacionais e internacionais, todas de carácter arqueológico, assim distribuídas por Países: Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Mónaco, Polónia e Portugal.

É de salientar a importância do acervo documental de carácter especializado assim reunido, viabilizando o adequado conhecimento de realidades arqueológicas de outros Países e regiões, indispensável à própria actividade de investigação científica no domínio da Arqueologia do Concelho de Oeiras, desenvolvida neste Centro de Estudos Arqueológicos.

Conforme despacho presidencial, estas publicações, pelo seu carácter especializado, conservam-se no CEACO, podendo, porém, qualquer artigo delas constante, ser fornecido por fotocópia, mediante solicitação de eventuais interessados.

Em 2014, teve continuidade a informatização de todos os títulos permutados e os correspondentes volumes existentes na biblioteca do CEACO, constituindo importante passo no sentido da divulgação a nível municipal, do acervo existente.

Esta acção tem tido a colaboração de jovens inseridos no Programa “Tempo Jovem”, do Núcleo de Juventude/CMO, sob orientação do signatário, com o acompanhamento da Dr.^a Conceição André.

3.2 – Artigos científicos

No volume 21 dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* foram publicados 25 artigos científicos, envolvendo a participação de 29 autores ou co-autores, constituindo importante repositório de informação científica de carácter arqueológico, envolvendo todo o território nacional. De facto, a acção do CEACO tem-se projectado muito para além dos limites geográficos do Concelho de Oeiras.

Em 2014, foram publicados pelo signatário, na qualidade de Coordenador do CEACO, os seguintes artigos científicos, os quais, directa ou indirectamente, se referem a aspectos da arqueologia oeirense:

CARDOSO, J. L. (2014) – Absolute chronology of the Beaker phenomenon North of the Tagus estuary: demographic and social implications. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid.71 (1), p. 56-75 (doi: 10.3989/tp.2014.12124).

CARDOSO, J. L. (2014) – Manifestazioni del vaso campaniforme nel territorio portoghese. In De MARINIS, R., ed., *Le manifestazioni del Sacro e L'Età del Rame nella regione alpina e nella pianura padana. Studi in memoria di Angelo Rampinelli Rota*. Brescia: Euroteam, p. 279-319.

KUNST, M.; CARDOSO, J. L. & WATERMAN, A. J. (2014) – Human bones from Chalcolithic walled enclosures of Portuguese Estremadura: the examples of Zambujal and Leceia. In: VALERA, A. C. (ed.) – *Recent Prehistoric Enclosures and Funerary Practices in Europe*. Oxford: BAR International Series 2676, p. 83-98.

CARDOSO, J. L. & SILVA, C. T. (2012) – O casal agrícola de Gamelas 2 (Oeiras). *O Arqueólogo Português*. Lisboa (2012). Série 5, 2, p. 353-398. Imprimiu-se em 2014.

CARDOSO, J. L. (2014) – Polished stone tools. In: CARVALHO, A. F. (ed.) – *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro: Universidade do Algarve, p. 185-194 (Promontoria Monográfica, 17).

ARRUDA, A. M. & CARDOSO, J. L. (2013) – A ocupação da Idade do Ferro da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 731-754.

- CARDOSO, J. L. & MARTINS, F. (2013) – O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): estudo dos utensílios de pedra lascada. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 357-524.
- CARDOSO, J. L. (2013) – A necrópole campaniforme da gruta da Ponte da Lage (Oeiras): estudo dos espólios cerâmicos e metálicos e respectiva cronologia absoluta. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 589-604.
- ODRIOZOLA, C.; VILLALOBOS GARCÍA, R.; BOAVENTURA, R.; SOUSA, A. C.; MARTÍNEZ-BLANES, J. M. & CARDOSO, J. L. (2013) – Las producciones de adorno personal en rocas verdes del SW peninsular: los casos de Leceia, Moita da Ladra y Penha Verde. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 605-622.
- CARDOSO, J. L. (2013) – O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra). Resultados da primeira fase de escavações arqueológicas (2005-2008). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 641-730.
- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G. & ENCARNAÇÃO, J. d' (2013) – O campaniforme de Freiria (Cascais). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, 2013, p. 525-588.
- CARDOSO, J. L. (2014) – Carlos Ribeiro e Oeiras. Razões de uma Homenagem. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 11-20.
- CARDOSO, J. L.; Ribeiro, M. (2013) – Afonso do Paço e as escavações de Vila Nova de São Pedro (1937-1967): os contributos científicos possíveis e sua projecção internacional. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 755-770. De col. com M. Ribeiro.
- CARDOSO, J. L. (2013) – António Inácio Marques da Costa (1857-1933), Setúbal, Tróia e a Arrábida: percursos de um pioneiro dos estudos arqueológicos regionais em Portugal vistos pela correspondência enviada a José Leite de Vasconcelos. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 15, p. 11-44.

3.3 – Organização de reuniões científicas

O signatário apresentou ao Senhor Presidente da CMO através da Inf.º n.º 09/CEACO/2014 de 14/05/2014, a proposta de realização de um Seminário de Arqueologia, dedicado à figura de Carlos Ribeiro em comemoração dos 200 anos do seu nascimento, sendo o quarto a ser organizado pelo CEACO. Teve lugar a 23 de Junho de 2014 no Salão Nobre da Academia das Ciências de Lisboa e subordinado ao tema “Carlos Ribeiro, Geólogo e Arqueólogo (1813-1882)”, foi aberto pelo Senhor Vice-Presidente da Academia das Ciências de Lisboa e Presidente da Classe de Ciências, Professor Eng. Luís Aires-Barros, a cuja intervenção se seguiram as Comunicações dos Conferencistas de acordo com o seguinte programa:

Programa do Seminário:

João Bigotte Chorão – “Camilo em seara alheia”;

João Luís Cardoso – “Carlos Ribeiro, a segunda parte da “Descrição do solo quaternário das bacias hydro-graphicas dos rios Tejo e Sado, o Homem terciário e os concheiros mesolíticos das ribeiras de Magos e de Muge”;

Miguel Telles Antunes – “Carlos Ribeiro (1813-1882) e o suposto solo quaternário”;

Manuela Simões – “A obra de Carlos Ribeiro na década de 1857 a 1867 e o problemático abastecimento de água potável à cidade de Lisboa”;

Luís Aires-Barros – “Os estudos metalogénicos de Carlos Ribeiro: breves comentários”;

M. J. Lemos de Sousa, A. Pinto de Jesus, H. I. Chaminé & C. F. Rodrigues – “Carlos Ribeiro e o carvão em Portugal”;



Seminário “Carlos Ribeiro Geólogo e Arqueólogo (1813-1882), realizado no dia 23 de Junho de 2014 no Salão Nobre da Academia das Ciências de Lisboa. Na mesa da presidência, da esquerda para a direita: João Luís Cardoso, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Carlos Morgado, o Senhor Vice-Presidente da Academia e Presidente da Classe de Ciências, Luís Aires-Barros, no uso da palavra, o Membro do Conselho Directivo do LNEG, Mário Rui Machado Leite e a Senhora Secretária-Geral da Academia das Ciências de Lisboa, Maria Salomé Pais.

Apresentação do volume 20 dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Sr. Carlos Morgado.
Raquel Vilaça – “O livro e os seus conteúdos”

3.4 – Palestras

Em 2014, o signatário proferiu as seguintes comunicações:

Março

Em representação da Câmara Municipal de Oeiras, o signatário participou na realização do 6.º Encontro Internacional do ICAZ, organização científica dedicada à Arqueozoologia, através de uma visita guiada ao povoado pré-histórico de Leceia aos participantes naquele encontro científico.

Mai

A 4 de Maio, proferiu o signatário, conjuntamente com o Mestre José Luís Gomes palestra intitulada “As Ferrarias D’El-Rey em Barcarena: da Identificação à escavação arqueológica, passando pela análise documental”, dirigida ao Grupo de Amigos do Museu da Pólvora Negra, no âmbito do programa “Conversas no Museu”, seguida de visita guiada aos espaços das Ferrarias del Rey, na zona designada por Fábrica de Cima, na Fábrica da Pólvora de Barcarena.

3.5 – Visitas guiadas

As visitas guiadas ao povoado pré-histórico de Leceia, seguidas de visita à respetiva Exposição monográfica permanente, patente ao público na Fábrica da Pólvora de Barcarena, continuaram a constituir, no decurso de 2014, uma das principais linhas de actuação do CEACO, consolidada ao longo de muitos anos, constituindo poderosa projeção externa das suas actividades. É de salientar a componente didáctica junto das escolas básicas e secundárias do Concelho de Oeiras, a par de visitas de grupos de estudantes universitários e de associações culturais e do público em geral, incluindo as visitas efectuadas em colaboração com outros serviços da CMO.

Tais visitas têm-se revelado uma mais-valia na programação de estudo, na sua componente prática, a nível complementar, constituindo objecto de avaliação junto dos alunos, desde os níveis de ensino básico (3.º e 4.ºs anos) até ao secundário (12.º ano) e universitário.

Assim, a pedido de diversos estabelecimentos de ensino (básico, secundário e universitário) da área da grande Lisboa, de organismos oficiais e particulares, ou no âmbito de visitas ao Concelho organizadas pelo Município e por parte de outras entidades, foram realizadas 14 visitas guiadas em 2014. O número total aproximado de visitantes foi de cerca de 430 pessoas, assim distribuídas:

Centro de Estudos “Esquina das Letras” de Barcarena;
Centro de Estudos “Academia Morangos Damaia”;
Jardim-Escola João de Deus dos Olivais;
Centro de Estudos “Toca a Estudar” de S. Marcos;
Atividades Educativas OTL’s do Sector da Juventude da Câmara Municipal de Odivelas;
Sr. Vereador Ângelo Pereira, acompanhado da Adjunta, do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Barcarena e de técnicos da JFB;
Membros da Instituição ARIA, Instituição Particular de Solidariedade Social, Oeiras;
Participantes no 6.º Congresso Internacional de Arqueozoologia;
Grupo sénior do Centro Social e Paroquial de S. Julião da Barra;
Grupo sénior da Área metropolitana de Lisboa;
Grupo da ARQA – Associação de Arqueologia da Amadora;
Grupo do GAL – Grupo dos Amigos de Lisboa;
Grupo do curso de História Local e Património de Cascais da Academia Sénior da Cruz Vermelha de Cascais.

3.6 – Outras colaborações

Refere-se esta rubrica a informações de índole diversa, oficialmente solicitadas ao CEACO, desde as solicitações de estudantes do ensino universitário no âmbito da preparação de trabalhos académicos, até aos munícipes interessados na obtenção de informações de âmbito histórico-arqueológico de carácter concelhio até às elaboradas por solicitação de outros serviços camarários e em colaboração com estes em ações de salvaguarda e divulgação do património arqueológico concelhio.

Fevereiro

Foi solicitado pelo Sr. Comandante Adelino Rodrigues da Costa, apoio bibliográfico relativo à composição química das galgas de calcário da Fábrica da Pólvora de Barcarena, no âmbito da preparação de artigo de seu

colaborador, o Doutor Abhijit Ambekar do Archaeological Survey of India, doutorado pela Universidade de Bombaim, sobre a produção de pólvoras e de artilharia em Goa.

Março

Foi dirigido ao signatário pelo Sr. Dr. Nuno Costa, chefe do gabinete da Presidência da CMO, pedido de parecer sobre a possibilidade de candidatura da Câmara Municipal de Oeiras, ao Prémio Geoconservação, na sequência da receção do Ofício registo n.º 8479/cmo/11.03.2014, do Grupo Português da Associação Europeia para a Conservação do Património Geológico – ProGEO – Portugal.

Foi endereçado ao CEACO, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), Departamento de Recolha de Informação, Serviço de Recolha de Dados, “Processo IMUS – Inquérito aos Museus – 2013 – 02 5007459430006”, relativo à Sala de Arqueologia, ulteriormente remetido àquela entidade.

Mai

Foi solicitado pela Sr.ª Directora do Gabinete de Comunicação, Dr.ª Elisabete Brigadeiro, texto explicativo sobre a intervenção arqueológica realizada no Jardim Municipal de Oeiras, em Dezembro de 2009, no âmbito do respectivo projecto de requalificação, o qual foi remetido ao gabinete da Sr.ª vereadora Madalena Castro, que o reenviou, por sua vez, à interessada.

A esse respeito, fôra igualmente prestada pelo signatário parecer sobre as medidas de protecção e valorização da área arqueológica interessada, por e-mail dirigido à Dr.ª Elisabete Brigadeiro a 26.03.2014, motivando reunião no local a 12.05.2014 com a presença da Senhora Vereadora Dr.ª Madalena Castro, da Dr.ª Elisabete Brigadeiro e do Sr. Arq.º Alexandre Lisboa, Chefe da Divisão de Espaços Verdes, DEV/CMO.

Oficializando o parecer proferido, foi elaborada a Inf. n.º 07/CEACO/2014, de 14.05.2014, que mereceu Despacho favorável do Senhor Presidente da CMO, remetendo à Sr.ª Vereadora Madalena Castro, a qual remeteu à DEV para a execução do proposto de acordo com a mesma Informação.

Junho

Foi solicitado por Gonzalo Rohrer Hernando, produtor da TVE, autorização para gravação de programa para a TVE intitulado “La Aventura del Saber” na vertente arqueologia “El Túnel del Tiempo” dedicado à Pré-História da Península Ibérica, sobre a presença campaniforme no povoado pré-histórico, no âmbito do fenómeno campaniforme e das relações ibéricas com o litoral atlântico Europeu, Irlanda, Inglaterra e Bretanha.

O signatário efectuou gravações realizadas a 9 e 10 de Junho das quais deu conhecimento ao Sr. Presidente da CMO, através da Inf.º n.º 10/CEACO/2014, de 18.06.2014, tendo o referido programa sido teledifundido pela TVE em Setembro de 2014.

Julho

Foi solicitado por Diogo Lopes parecer e apoio bibliográfico, no âmbito da realização de estudo de índole histórica e patrimonial acerca da localidade de Porto Salvo, a pedido da respetiva Junta de Freguesia.

Foi solicitado pelo Eng.º Manuel Fortes da firma Engimind – Consultores em transportes e Mobilidade, pedido de parecer no âmbito de Pedido de informação prévia de projeto de construção de Edifícios de Aparthotel em Carnaxide da firma Galdilabor – Investimentos Imobiliários e Turísticos, Lda (Processo 2014/04). O pedido, enquadrado na Informação n.º10522 DPGU/DPMob, foi justificado pela localização na área interessada, de duas estações arqueológicas paleolíticas e uma estação tardo-romana. O parecer solicitado foi prestado pelo signatário através da Inf. n.º 14/CEACO/2014, de 18.07.2014, dirigida ao Senhor Director do DPGU, Arq.º Baptista Fernandes.

Foi dirigido ao signatário, pelo Sr. Chefe da Divisão de Cultura e Turismo da CMO, Dr. Manuel Machado, parecer sobre o possível interesse da CMO, em pertencer à APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial.

Agosto

Foi dirigido ao signatário pelo Sr. Dr. Nuno Costa, chefe do gabinete da Presidência da CMO, pedido de parecer sobre solicitação da Federação Portuguesa de Espeleologia – Ofício registo n.º 28021/CMO/05.08.2014, no âmbito de declaração de Utilidade Pública da referida Instituição. O referido parecer foi posteriormente enviado pelo Dr. Nuno Costa, através do Ofício GP – SGD/21514/23.09.2014, ao Senhor Presidente da Direcção da Federação Portuguesa de Espeleologia, Dr. Vítor Manuel Amendoeira.

Setembro

A pedido de técnicos do Departamento de Habitação e de Reabilitação Urbana – DHRU/CMO, foi realizada reunião e visita ao mosaico romano de Oeiras localizado temporariamente na Sala da exposição monográfica do povoado-pré-histórico de Leceia, na Fábrica da Pólvora de Barcarena, no âmbito da sua futura musealização.

Dezembro

Foi dirigido ao CEACO, pelo Sr. João Pedro Joaquim, pedido de esclarecimento sobre ameaça de destruição da mina de Queijas, o qual lhe foi devidamente prestado, tendo a questão sido reencaminhada para resposta pelos serviços responsáveis pela sua conservação patrimonial.

Foi solicitado por Maria do Mar Mendes Pata, aluna do 1.º ano da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, apoio bibliográfico no âmbito da realização de um trabalho sobre o povoado pré-histórico de Leceia, para a disciplina de História da Arte, período da Pré-história.

3.7 – Acompanhamento arqueológico de obras de interesse municipal

Em Outubro de 2013, foi dirigido ao signatário pelo Sr. Padre Abílio Lucas da Paróquia de Porto Salvo, pedido de parecer e acompanhamento arqueológico no âmbito do Projecto de construção do Centro Paroquial de Porto Salvo na Rua Conde de Rio Maior em Porto Salvo. Os trabalhos arqueológicos, foram devidamente autorizados pela Direcção-Geral do Património Cultural, departamento de Bens Culturais, através do Ofício dirigido ao signatário, de ref.ª S-2013/328284 de 09/12/2013. Da mesma forma, através do Ofício ref.ª S-2013/329228, de 19.12.2013 – Proc.º n.º DRL-DS/2012/11-10/595/PATA/2383, dirigido ao Senhor Presidente da CMO, foi emitido parecer favorável sobre o acompanhamento arqueológico das referidas obras de construção.

O acompanhamento arqueológico teve lugar de Maio a Julho de 2014, durante a duração das obras de escavação para as fundações dos dois edifícios correspondentes ao novo Centro Paroquial de Porto Salvo, não se evidenciando nenhuma existência de interesse arqueológico na zona intervencionada.

Em Julho de 2014, foi solicitado pela Arq.ª Cristina Ribeiro de Sá Rebelo, Chefe de Divisão de Planeamento e Mobilidade do DPGU/CMO o acompanhamento de levantamento topográfico de precisão do troço do Aqueduto das Francesas em Carnaxide interessado por construção de uma estrutura permanente sujeita a parecer da DGPC.

3.8 – Cedência de materiais arqueológicos

Por solicitação da Fundação Millenium BCP, foi efectuada a cedência temporária de espólios arqueológicos destinados a integrar a Exposição “Lisboa pré-clássica. Um porto mediterrâneo no litoral atlântico” que esteve patente ao público de 13 de Março a 30 de Maio de 2014 na galeria Millennium em Lisboa.

As peças, da Idade do Ferro provenientes da Estação de Gamelas 3 e de Outurela 1, integram a Exposição permanente “Arqueologia do Concelho de Oeiras” instalada na “Sala do Salitre” na Fábrica da Pólvora de Barcarena. O pedido de cedência, teve Despacho favorável do Senhor Presidente a 29/01/2013 aposto na Inf. n.º 3/CEACO/2013.

5 - CONCLUSÃO

Os trabalhos desenvolvidos em 2014, deram continuidade aos objectivos estratégicos e programáticos anteriormente definidos. Verificou-se decréscimo de visitantes ao povoado pré-histórico de Leceia e respectivas exposições de arqueologia, patentes ao público na Fábrica da Pólvora de Barcarena. Tratando-se, sobretudo de alunos dos diversos graus de ensino (básico e secundário) de estabelecimentos sediados no concelho de Oeiras, integrados em visitas escolares guiadas. Tal situação configura a diminuição das possibilidades financeiras das escolas no aluguer de meios de transporte para assegurarem as visitas aos seus alunos, hábito que já se encontrava adquirido, desde há vários anos a esta parte, e que se espera poder vir a ser retomado logo que possível.

Onde as actividades de investigação e divulgação do Património Arqueológico concelhio se encontram mais expressivamente espelhadas, especialmente no que concerne à sua projecção a nível nacional, é no amplo conjunto de revistas de índole arqueológica com as quais os “Estudos Arqueológicos de Oeiras” mantêm ou estabeleceram permuta, no decurso de 2014 facto bem demonstrativo da qualidade da investigação desenvolvida neste domínio pelo CEACO, constituindo a referida publicação, de periodicidade anual, exemplo ímpar no panorama arqueológico nacional.

Os factos aludidos neste Relatório confirmam o reconhecimento público, ao nível das mais diversas instâncias, da avalia e interesse do trabalho desenvolvido no CEACO, já expresso em anteriores relatórios constituindo, decerto, mais um motivo para prosseguir empenhadamente no trabalho desenvolvido pela equipa que assegura a continuidade da sua actuação.

Barcarena, 4 de Maio de 2015

O Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras

Prof. Doutor JOÃO LUÍS CARDOSO

